

**ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS
DE
OEIRAS**

24



**VOLUME COMEMORATIVO DO XXX ANIVERSÁRIO
DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS
1988 - 2018**

**CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2018**

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 24 • 2018

VOLUME COMEMORATIVO DO XXX ANIVERSÁRIO
DO CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS
1988-2018



Editor Científico: João Luís Cardoso

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS
2018

Estudos Arqueológicos de Oeiras é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 24 • 2018 ISSN: 0872-6086

EDITOR CIENTÍFICO - João Luís Cardoso
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Fábrica da Pólvora de Barcarena
Estrada das Fontainhas
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta
On prie l'échange
Exchange wanted
Tauschverkehr erwünscht

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO - M. Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Grificamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96

ÍNDICE GERAL / CONTENTS

ISALTINO MORAIS

Prefácio

Foreword 9

JOÃO LUÍS CARDOSO, PEDRO PEÇA, RAQUEL SANTOS & NUNO NETO

O Paleolítico Médio de S. Julião da Barra, na foz do rio Tejo

The Middle Palaeolithic of S. Julião da Barra, in the mouth of the Tagus river 11

MARCO ANTÓNIO ANDRADE

Cabeço dos Cinco Pinheiros (Sesimbra): um sítio da transição Plistocénico-Holocénico
na área Oeste da península de Setúbal?

*Cabeço dos Cinco Pinheiros (Sesimbra): a site dated from the Pleistocene-Holocene transition
in the Western part of Setúbal Peninsular* 27

NUNO BICHO & JOÃO LUÍS CARDOSO

O estudo do Paleolítico Superior e do Mesolítico em Portugal: uma perspectiva historiográfica

The study of Upper Palaeolithic and Mesolithic in Portugal: a historiographic perspective 67

JOÃO LUÍS CARDOSO & FILIPE MARTINS

A ocupação do Neolítico Antigo da Lapa do Fumo (Sesimbra)

The Early Neolithic occupation of Lapa do Fumo (Sesimbra) 99

JOÃO LUÍS CARDOSO, PAULO REBELO, NUNO NETO & RICARDO ÁVILA RIBEIRO

Enterramento do Neolítico Antigo em fossa na zona ribeirinha de Lisboa (antigos Armazéns Sommer)

Burial of the Early Neolithic in a pit in the riverside area of Lisbon 125

ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO

De Cartailhac a Guilaine. A definição de uma fase “antiga” no Neolítico de Portugal

From Cartailhac to Guilaine. The definition of an “early” phase in the Neolithic of Portugal 141

CHRIS SCARRE

Megalithic People, Megalithic Missionaries: the history of an idea

Populações megalíticas, missionários megalíticos: a história de uma ideia 157

JOÃO LUÍS CARDOSO & RAQUEL HENRIQUES

Resultados da intervenção realizada na Zona Especial de Protecção do povoado pré-histórico
de Leceia (Oeiras). Contribuição para o conhecimento da evolução geomorfológica
da envolvente do espaço arqueológico

*Results of the intervention carried out in the Special Protection Area of the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras).
Contribution to the knowledge of the geomorphological evolution of the surrounding archaeological space* 171

JOÃO LUÍS CARDOSO & FILIPE MARTINS Resultados das campanhas de escavação realizadas em 2015 e 2016 no Povoado Calcolítico do Outeiro Redondo (Sesimbra) <i>Results of Excavation Campaigns made in 2015 and 2016 at the Chalcolithic settlement of Outeiro Redondo (Sesimbra)</i>	181
JOÃO LUÍS CARDOSO, LINDA BOUTOILLE & DIRK BRANDHERM Instrumentos líticos para a deformação plástica de metais do povoado Calcolítico de Outeiro Redondo (Sesimbra) <i>Lithic instruments for the plastic deformation of metals from the Chalcolithic settlement of Outeiro Redondo (Sesimbra)</i>	291
JOÃO LUÍS CARDOSO; MARCO ANTÓNIO ANDRADE & FILIPE MARTINS Sobre a presença de lâminas de sílex oolítico (e outras matérias-primas exógenas) no povoado Calcolítico do Outeiro Redondo (Sesimbra, Portugal): interacção durante o 3.º milénio a.C. no Sudoeste Peninsular <i>About the presence of oolithi flint blades and other exogenous lithic raw materials in the Chalcolithic settlement of Outeiro Redondo (Sesimbra, Portugal): interaction during the 3rd millennium BC on Southwestern Iberia</i>	307
ANTÓNIO FAUSTINO CARVALHO O hipogeu do Convento do Carmo (Torres Novas) e a tese de O. da Veiga Ferreira sobre o Campaniforme da Estremadura <i>The Convento do Carmo hypogeum (Torres Novas) and the thesis of O. da Veiga Ferreira on the Bell Beaker of Estremadura</i>	367
CARLOS TAVARES DA SILVA & JOAQUINA SOARES Génese do conceito “cultura do Bronze do Sudoeste” <i>Genesis of the concept of the Bronze Age culture on Southwestern Iberia</i>	375
MARTIN ALMAGRO-GORBEA Las cabritas de bronce de la diosa <i>Ataecina</i> <i>The bronze goats of the goddess Ataecina</i>	397
MARTÍN ALMAGRO-GORBEA De la Historia a la Paleoetnología de los Lusitanos <i>From History to Paleoethnology of the Lusitanians</i>	437
JOÃO LUÍS CARDOSO, GUILHERME CARDOSO & FILIPE MARTINS Oeiras na Antiguidade Tardia: alguns materiais recolhidos nas escavações arqueológicas realizadas na Rua Marquês de Pombal, 3-7 (Centro Histórico de Oeiras) <i>Oeiras in Late Antiquity: some materials collected in the archaeological excavations carried out at Rua Marquês de Pombal, 3-7 (Historic Center of Oeiras)</i>	471
JOÃO LUÍS CARDOSO Aspectos das explorações em Tróia da Sociedade Arqueológica Lusitana com base em documentação inédita <i>Aspects of the explorations in Tróia of the Sociedade Archeologica Lusitana based on unpublished documentation</i>	483

CARLOS FIDALGO & JOÃO LUÍS CARDOSO	
O templo pré-românico de São Gião (Nazaré): breve síntese das investigações realizadas e dos resultados obtidos	
<i>The pre-Romanic temple of São Gião (Nazaré): a brief summary of the investigations carried out and the results obtained</i>	503
JOÃO LUÍS CARDOSO	
Nos 190 anos do nascimento de Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891)	
<i>In 190 years of the birth of Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891)</i>	523
JOÃO LUÍS CARDOSO	
Manuel Afonso do Paço (1895-1968), um arqueólogo no campo da batalha de La Lys (9 de Abril de 1918)	
<i>Manuel Afonso do Paço (1895-1968), an archaeologist in the field of the battle of La Lys (9 of April of 1918)</i>	541
JOÃO LUÍS CARDOSO	
Correspondência remetida por eminentes pré-historiadores europeus a José Leite de Vasconcelos (1853-1941)	
<i>Correspondence sent by eminent European pre-historians to José Leite de Vasconcelos (1853-1941)</i>	551
CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS	
Relatório das actividades desenvolvidas em 2017	599

PREFÁCIO

Em 2018, os *Estudos Arqueológicos de Oeiras* atingem o vigésimo quarto volume da sua existência com fulgor e intensidade acrescidos, dada a diversidade e a profundidade das matérias tratadas e o conjunto de colaboradores que se mobilizaram para a reafirmação de revista científica exigente e moderna, cuja qualidade, reconhecida nacional e internacionalmente, a alcançou ao estatuto de publicação de referência que hoje lhe é inquestionavelmente atribuído.

Sublinhe-se que o presente número é publicado no mesmo ano em que o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras perfaz trinta anos de existência, corporizando a estreita relação entre as tarefas ali desenvolvidas quotidianamente e a publicação dos resultados da investigação realizada.

O volume integra a versão final dos textos das comunicações apresentadas em 27 de Maio de 2017 no 1.º Colóquio Internacional *História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia*, organizado na Fábrica da Pólvora de Barcarena pela Câmara Municipal de Oeiras através do Centro. São contributos de extraordinária relevância, como, entre outros, os dos Profs. Doutores Martín Almagro-Gorbea sobre a etnogénese dos Lusitanos e Chris Scarre, sobre a historiografia do fenómeno megalítico à escala europeia.

O êxito alcançado com aquela iniciativa pioneira justifica a realização em 2019 de um novo Colóquio. Entretanto, deu-se desde já continuidade aos progressos alcançados em 2017, com a publicação de contributos de índole historiográfica sobre a Arqueologia Portuguesa, como os dedicados a Estácio da Veiga, Afonso do Paço e O. da Veiga Ferreira, bem como da correspondência recebida por José Leite de Vasconcelos de eminentes arqueólogos europeus, que bem evidencia o prestígio por ele granjeado além-Pirenéus. Para tais estudos, recorreu-se à boa colaboração da Academia das Ciências de Lisboa e do Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, que cumpre registar e agradecer, nas pessoas dos seus dirigentes. Também a investigação no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas permitiu conhecer os primórdios das escavações realizadas em 1850 pela *Sociedade Archeologica Lusitana*, a primeira agremiação arqueológica fundada em Portugal. Estes contributos, a que se somam os estudos sobre espólios inéditos recuperados em escavações antigas, configuram vertente científica ainda pouco investigada em Portugal, remetendo os *Estudos Arqueológicos de Oeiras* para o periódico de longe mais relevante para o conhecimento da História da Arqueologia Portuguesa.

Publicam-se outros contributos sobre a Arqueologia oeirense propriamente dita, em resultado das intervenções arqueológicas realizadas sob a égide do Centro, ou na sequência de parcerias estabelecidas com empresas de arqueologia que têm trabalhado no território oeirense no âmbito da publicação dos respectivos resultados, solução que favorece a missão das partes envolvidas. No primeiro caso estão os resultados preliminares obtidos no próprio casco histórico de Oeiras, com a publicação de espólios dos séculos V e VI d.C., que configura a existência de relações com o Mediterrâneo oriental, e que a queda do Império romano do

Ocidente não apagou por completo, bem como as sondagens realizadas na encosta adjacente ao povoado pré-histórico de Leceia. No segundo caso, é de destacar a publicação dos espólios paleolíticos recolhidos nos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do novo campus universitário de Carcavelos, bem como o artigo dedicado a sepultura neolítica identificada no subsolo de Lisboa, a primeira no seu género no respeitante ao território português.

Outros contributos, relativos a importantes sítios arqueológicos situados em espaço geográfico mais alargado, afiguram-se essenciais para o adequado enquadramento da realidade arqueológica oeirense. Aliás, essa opção editorial encontra-se definida desde há muito nas próprias páginas da revista, estando substanciada no presente volume por artigos como os dedicados ao notável povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo, onde se utilizaram novas técnicas de análise no estudo da utensilagem ali recuperada, com evidente interesse comparativo com o povoado pré-histórico de Leceia, seu contemporâneo.

O volume que agora tenho o prazer de prefaciá-lo encerra com o Relatório das Actividades desenvolvidas pelo Centro no decurso do ano transacto. Evidencia-se a assinalável actividade desenvolvida, enquadrada por estratégia previamente definida no quadro das grandes linhas que enformam a sua actuação, plasmadas no Regulamento Orgânico do Município, no âmbito da investigação, divulgação e valorização do património arqueológico concelhio. As actividades ali elencadas revelam-se ainda mais criativas do que as do início da sua existência, levando-me a concluir que, naquele já longínquo dia 2 de Novembro de 1988, não me enganei ao ter proposto à Câmara a criação deste serviço que, desde então sob a coordenação do Prof. Doutor João Luís Cardoso, tem prestado inestimáveis serviços a Oeiras e ao País, como eloquentemente se pode concluir por mais esta obra, agora apresentada. Por tudo o que ficou dito é com muito gosto que, em meu nome pessoal e também no de Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, lhe apresento o meu agradecimento e felicitações, extensivos a todos os colaboradores do presente volume.

Oeiras, 20 de Abril de 2018

O PRESIDENTE

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Isaltino Afonso Morais', with a long horizontal flourish extending to the left.

(Isaltino Afonso Morais)

**O PALEOLÍTICO MÉDIO DE S. JULIÃO DA BARRA,
NA FOZ DO RIO TEJO**

***THE MIDDLE PALAEOLITHIC OF S. JULIÃO DA BARRA,
IN THE MOUTH OF THE TAGUS RIVER***

João Luís Cardoso¹, Pedro Peça², Raquel Santos² & Nuno Neto²

Abstract

Within the scope of the Measures of Minimization of Archaeological Impacts, Neoépica, Lda. was contracted to carry out a set of archaeological surveys in the future University Campus of Carcavelos, Implemented on a plot of land between the S. Julião Fort and S. Gonçalo Farm, partly located in the Oeiras Municipality, ten surveys pits were carried out, in order to make a diagnosis of the archaeological potential of this area.

In 3 of contiguous surveys, a sedimentary deposit was identified, related to a Tirrenian sea level, characterized by a thin, residual layer of quartzite pebbles, as well as basaltic elements.

The group of stone artefacts is dominated by quartzitic pebbles, where the simple, uni and bifacial exploration prevails, with the presence of the levallois technique, justifies the attribution of the whole set to the Middle Palaeolithic.

Keywords: Middle Palaeolithic, Mouth of the Tagus river, Tirrenian.

1 – LOCALIZAÇÃO, CONDIÇÕES GEOLÓGICAS E HISTÓRIA DAS INVESTIGAÇÕES

As coordenadas aproximadas do local são: 38°40'41.88'' lat. N; 9°19'36.52'' long. W de Greewich. Os trabalhos arqueológicos realizados no âmbito da construção dos edifícios do Campus Universitário de Carcavelos (Nova School of Business and Economics), permitiu evidenciar a existência, em boa parte da área central do terreno em causa, com pendor suave para SW, de complexo pedológico-sedimentar com mais de 4 m de potência, essencialmente silto-argiloso, de natureza flúvio-marinha, directamente assente no substrato calcário miocénico, que ali constitui depressão natural propícia à acumulação sedimentar mencionada. Observou-se, interestratificado nos depósitos mais finos, um nível cascalhento descontínuo e de potência

¹Universidade Aberta (Lisboa), Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras) e ICAREHB.
cardoso18@netvisao.pt

²Neoépica, Lda., 2725-524 Mem Martins.

residual, constituído por seixos rolados, essencialmente de quartzito, com alguns elementos basálticos, igualmente rolados, atribuível a vestígio de terraço tirreniano, de 10-15 m acima do nível do mar actual, o qual forneceu *in situ* os materiais estudados neste trabalho, executados, na sua quase totalidade, por seixos de quartzito.

Observaram-se, no decurso da obra, descontinuidades no substrato, formando canais naturais, embora pouco expressivos, cuja formação se deve atribuir essencialmente à dinâmica flúvio-marinha, responsável pela deposição do nível cascalhento aludido formado por materiais poligénicos. Com efeito, tais materiais seriam oriundos tanto de montante, correspondentes a depósitos situados a cotas idênticas, retransportados pelo mar tirreniano, como de formações detríticas situadas a cotas mais elevadas, em resultado de acarreios essencialmente de origem gravítica e torrencial.

Com efeito, nos terrenos adjacentes, situados a montante do estuário, correspondentes ao local onde actualmente se implanta a urbanização do Alto da Barra, bem como a cotas superiores, situados na antiga estrada da Medrosa, foram recolhidos, em formações geológicas integráveis na mesma unidade sedimentar, ou de época mais antiga, indústrias em tudo semelhantes às agora estudadas, embora em muito menor número, tanto à superfície, como nos cortes abertos para as fundações dos edifícios actualmente ali existentes.

Embora as características daqueles depósitos fossem mais grosseiras, não se tendo identificado as formações silto-argilosas predominantes no local agora investigado, dado que os cortes evidenciaram então acumulações predominantemente constituídas por areias e cascalheiras, os materiais arqueológicos neles então recolhidos, permitem concluir que o conjunto agora estudado é comparável com aquelas recolhas avulsas, efectuadas por Henri Breuil e Georges Zbyszewski (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945) e, mais tarde, nos inícios da década de 1970, por Gustavo Marques e o primeiro signatário deste trabalho (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1995; CARDOSO, 2011; CARDOSO & CARDOSO, 1993).

Deste modo, pode concluir-se que o contexto agora posto a descoberto pela escavação, deverá corresponder à parte terminal de um único depósito contendo materiais arqueológicos semelhantes.

Assim sendo, dado que:

- 1) o interesse arqueológico do local ficou devidamente salvaguardado pelos trabalhos arqueológicos já realizados, que conduziram à sua cabal caracterização;
- 2) tendo presente que, de tal caracterização, foi possível concluir tratar-se de cascalheira residual, constituída por escassos elementos detríticos remobilizados de uma zona onde tal formação assumia maior importância;
- 3) considerou-se que não se justificou a prossecução dos trabalhos arqueológicos através da realização da abertura de mais sondagens, até porque as áreas ainda intactas dos depósitos no âmbito dos terrenos interessados pela obra foram integralmente investigadas.

O retalho plistocénico identificado e caracterizado no decurso da obra não se encontra assinalado na Carta Geológica de Portugal à escala de 1/50 000 (Folha de Oeiras) baseada essencialmente na Carta Geológica dos arredores de Lisboa (CHOFFAT, 1935). No entanto, esta assinala um retalho de diminutas dimensões, igualmente reportado a um nível de praia de 10-15 m, essencialmente arenoso, o qual foi sem dúvida o que proporcionou a exploração de ouro aluvial até aos inícios do século XIX (ESCHWEGE, 1831).

2 - TRABALHOS REALIZADOS, RESULTADOS OBTIDOS

O terreno onde se implanta o novo Campus Universitário, correspondia a um baldio, a Norte da Estrada Marginal, contíguo à Praia de Carcavelos a Ocidente do Forte de S. Julião da Barra. Constitui plataforma, relativamente plana, cerca de 10-15 m sobre o nível do mar, com pendente no sentido NE-SW, relacionada com um nível de terraço tirreniano (Fig. 1).

Os trabalhos decorreram entre Novembro de 2016 e Março de 2017.

Foram definidas 3 áreas (que se converteram em 4, já no decurso dos trabalhos de campo) ainda não afectadas pela empreitada, onde se implantou um conjunto de 10 sondagens de diagnóstico, num total de 55 m², por forma a aferir o potencial arqueológico da zona (Fig. 2). A par desta medida, foi efectuado o registo de dois cortes observados na área já escavada, assim como o acompanhamento arqueológico de todas as escavações a serem efectuadas em áreas ainda não revolvidas (Fig. 3).

Na sequência das sondagens de diagnóstico realizadas na área C, foi identificado um nível que evidenciava concentração de indústrias líticas predominantemente sobre seixos talhados. Por forma a aferir a extensão deste depósito, assim como possibilitar a recolha do maior número de artefactos, foi aberta uma vala (“vala 12”) ao longo da plataforma onde foi identificado o material (Fig. 4), tendo sido possível a escavação em extensão da superfície do depósito detrítico (Fig. 5), onde jaziam numerosos artefactos, correspondente à “vala 12” (Fig. 6).



Fig. 1 – Vista geral da plataforma com ligeiro pendor para SW, constituída pela acumulação de espesso conjunto sedimentar silto-argiloso, depositado em depressão natural do substrato calcário miocénico, visível do lado direito do corte.



Fig. 2 – Planta de localização das sondagens arqueológicas efectuadas numa primeira fase de análise e diagnóstico.



Fig. 3 – Pormenor do corte onde são visíveis vários depósitos silto-argilosos em ambiente de baixa energia, nos quais a camada cascalhenta residual contendo indústrias líticas se encontrava interestratificada.



Fig. 5 – Vista aérea oblíqua da “vala 12”, observando-se a sua posição relativa ao mar, em último plano.

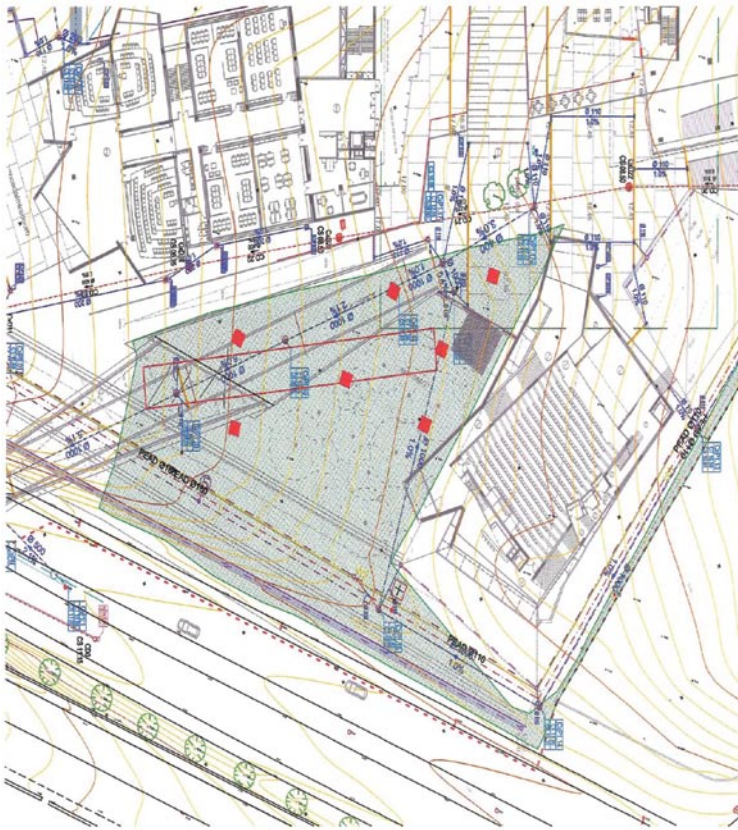


Fig. 4 – Planta de uma das áreas intervencionadas, com a delimitação da “vala 12”, a traço contínuo, executada depois de sondagens realizadas na zona (assinaladas por losangos).



Fig. 6 – Pormenor da cascalheira residual, descontínua, com materiais líticos, observada na Sondagem 9.

3 – ANÁLISE TECNO-TIPOLOGICA DOS MATERIAIS

Foram recolhidos, quer em escavação, quer através de recolha de superfície, um total de 455 artefactos de pedra talhada. No que respeita à quantidade, a dispersão dos artefactos líticos está relacionada com o contexto de recolha, sendo que a “vala 12” ofereceu cerca de 75% do total da colecção, naturalmente por se tratar da área intervencionada com maior dimensão e desde logo dirigida à cascalheira residual, correspondente ao único depósito com interesse arqueológico, a par dos materiais recolhidos em sondagens próximas, provenientes da mesma unidade sedimentar.

Tal situação permite considerar a análise deste material de forma global, correspondendo a um único contexto deposicional, conclusão aliás reforçada pela coerência do conjunto lítico recolhido.

As limitações a este estudo prendem-se, sobretudo, com as condições de recolha, num contexto de emergência, que não permitiram, por exemplo, aferir da presença das primeiras fases das cadeias operatórias, uma vez que não foram recolhidos de forma exaustiva os potenciais suportes em bruto, correspondentes aos próprios seixos rolados constituintes da cascalheira desprovidos de trabalho.

No respeitante à distribuição geral dos materiais recolhidos, tendo presente os grupos tecno-morfológicos em que se integram, os resultados sumarizam-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Distribuição dos materiais recolhidos por grandes grupos tecno-morfológicos.

U. E.	Produtos de debitage	Subprodutos	Núcleos	Instrumento formal
[400]	4			
[402]	2		3	
[500]	2		1	
[601]		1		
[602]	5		3	2
[901]	2		5	
[902]	6	1	7	2
[1102]	1		1	
[1202]	112	22	131	79
[1205]	1		1	
Superfície	15	3	12	13
Limpeza	6	4	3	5

No que respeita à gestão de matérias-primas (Quadro 2), constata-se que cerca de 90% do conjunto é constituído por suportes em quartzito, não obstante uma quantidade residual de artefactos ser de sílex e ainda menor de quartzito. Os seixos de quartzito são de tamanho predominantemente médio, não ultrapassando 8-10 cm de diâmetro máximo. Pode-se supor que esta evidência esteja relacionada com a selecção intencional da volumetria dos suportes disponíveis localmente, evidenciando rolamento de características marinhas. O sílex surge muito fracturado, correspondente a massas de pequenas dimensões, sugerindo origem flúvio-marinha, e não uma origem continental, como é o caso dos exemplares do Complexo Basáltico de Lisboa, oriundos dos calcários cretácicos, onde ocorrem em nódulos ou em placas por vezes de assinalável tamanho.

Cerca de 64% dos artefactos apresenta-se com superfícies frescas, havendo contudo ainda quantidade importante de material rolado e muito rolado, claramente relacionado com a génese do contexto sedimentar.

Esta realidade não impede de considerar o conjunto constituindo um todo coerente, tendo presente as respectivas características tecno-tipológicas.

Quadro 2 – Matérias primas e aspecto superficial.

Matéria-prima	Fresco	Rolado	Muito rolado	Eolizado	Patine	Total
Quartzo	7	1				8
Quartzito	204	90	32			326
Sílex	28	2	3	1	7	41
Total	239	93	35	1	7	375

Em relação à distribuição das matérias-primas pelas categorias tecnológicas consideradas (Quadro 3), salienta-se a grande desproporção existente entre os núcleos e os produtos de debitagem. Muito embora devam ser consideradas as limitações de recolha já expostas, tal desproporção pode estar relacionada com modelo fugaz de exploração dos suportes líticos.

A sub-representação dos restos de talhe também pode ser explicada por limitações na recolha dos materiais no decurso da intervenção, que poderá não ter permitido a recuperação exaustiva dos elementos de menores dimensões.

Quadro 3 – Relação entre tecno-morfologia e matérias primas dos suportes.

Tipo	Quartzo	Quartzito	Sílex	Total
Produtos de debitagem	2	111	12	125
Sub-produtos de debitagem	1	13	9	23
Núcleos	2	132	10	144
Instrumento Formal	3	70	10	83
Total	8	326	41	375

As massas nucleares concentram-se num relativamente pequeno número de categorias tecnológicas, atendendo à presença de seixos testados, assim como restos inclassificáveis, que podem ser enquadráveis em fases de preparação e ulterior abandono dos exemplares, dentro da sequência das cadeias operatórias observadas.

É predominante a presença da categoria de seixos talhados unifacialmente, que representam cerca de 42% do total de núcleos. Dentro destes, há a recorrência de seixos achatados, com talhe periférico dirigido ao eixo menor, às vezes ocupando a quase totalidade do perímetro. O critério para os considerar como núcleos prende-se com os ângulos abertos que decorrem desta debitagem entre plataformas (Fig. 8, n.º 3; Fig. 9, n.ºs 2 e 3), ao contrário dos gumes observados nos exemplares considerados “Instrumentos Formais”, com evidente aptidão para serem instrumentos *per se*, com ângulos agudos entre plataformas, produzindo gumes cortantes (Fig. 12, n.º 4; Fig. 13, n.ºs 1 a 4). Por outro lado, a grande quantidade de seixos correspondentes a núcleos revelam a intencionalidade da obtenção dos produtos de debitagem e não uma primeira fase de outro processo de redução.

Dentro do conjunto com caracteres de predeterminação, encontram-se, em proporção semelhante, núcleos centrípetos unificiais (Fig. 7, n.ºs 1, 2 e 3) e Levallois preferencial (Fig. 7, n.ºs 4 e 5; Fig. 8, n.º 1; Fig. 9, n.º 1), estes últimos evidenciando ascendência no levantamento de lascas preferenciais. O primeiro tipo pode resultar

de *nuances* na abordagem técnica aos suportes, uma vez que a superfície lisa de percussão, correspondente ao córtex primitivo do seixo apresenta, na maior parte das vezes, forma arredondada, que poderá ter dispensado a sua preparação por levantamentos organizados ao longo de todo o perímetro. Por outro lado, e em abono desta hipótese, verifica-se que os núcleos Levallois não possuem, em alguns casos, a totalidade da superfície de percussão preparada, encontrando-se apenas a sua preparação no lugar para o impacto conducente à obtenção da lasca preferencial.

Quadro 4 – Matérias-primas dos suportes nucleares.

Núcleos	Quartzo	Quartzito	Sílex	Total
Nódulo / seixo testado		8	1	9
Seixo / bloco talhado unifacialmente	1	59		60
Seixo / bloco talhado bifacialmente		12		12
Paralelipipédico		2		2
Poliédrico	1	7	2	10
Centrípeto unifacial		10		10
Discóide		1		1
Levallois preferencial		8		8
Levallois recorrente		2		2
Sobre lasca		6	1	7
Fragmento		16	4	20
Esgotado		1	2	3
Total	2	132	10	144

As lascas simples com comprimento superior a 2,5 cm correspondem a cerca de 91% do total dos produtos de debitage e a ¼ do total da colecção. Já as lascas associadas a métodos com predeterminação de forma surgem claramente sub-representadas em relação aos núcleos, tendo sido registadas apenas 2 lascas tipicamente Levallois (Fig. 10, n.ºs 1 e 2).

Quadro 5 – Relação entre a matéria-prima e as dimensões dos produtos de debitage.

Produtos de debitage	Quartzo	Quartzito	Sílex	Total
Lasca pequena	1	7	1	9
Lasca grande	1	102	11	114
Lasca Levallois	0	2		2
Total	2	111	12	125

Dos utensílios sobre lasca, releva-se a presença de 26 artefactos sobre lascas ou fragmentos de seixos retocados (Fig. 10, n.ºs 3 a 5; Fig. 11, n.ºs 1 e 2), denticulados, raspadores (Fig. 11, n.º 4; Fig. 12, n.ºs 1, 2 e 3), e pontas (Fig. 11, n.º 3) em número muito baixo em relação à frequência de lascas simples com as mesmas características morfológicas.

Apesar de ser útil desenvolver um estudo mais aprofundado, nomeadamente através da análise traceológica das peças não retocadas, os resultados sugerem uma utilização expedita das lascas, sem haver lugar a retoque, sempre pontual.

Há ainda um conjunto importante de seixos talhados unifacialmente, relacionados tipologicamente com *Chopper/Chopping Tool*, todos sobre seixos quartzíticos, já anteriormente referidos (Fig. 12, n.º 4; Fig. 13, n.ºs 1 a 4).

Quadro 6 – Distribuição das matérias-primas dos instrumentos formais.

Instrumento Formal	Quartzo	Quartzito	Sílex	Total
Lasca retocada	1	20	5	26
Fragmento retocado		9	1	10
Núcleo retocado		1		1
Denticulado	1	1		2
Raspador		11	1	12
Truncatura sobre lasca laminar			1	1
Lasca com sinais de uso		1		1
Seixo talhado unifacialmente	1	22		23
Seixo talhado bifacialmente		3	1	4
Biface		1		1
Ponta de seta		1	1	2
Total	3	70	10	83

4 – DISCUSSÃO

As características deste conjunto aproximam-no singularmente do recolhido no sítio da Conceição, Alcochete, parcialmente escavado aquando da construção dos acessos à Ponte Vasco da Gama (RAPOSO & CARDOSO, 1997, 1998). Com efeito, os materiais recolheram-se igualmente num terraço baixo do Tejo, a cerca de 8-15 m de altitude, e evidenciaram um modelo de exploração a partir de seixos de quartzito de dimensões e formatos muito semelhantes aos agora estudados; a cronologia desta vasta estação de interesse estratigráfico inscreve-se também no Paleolítico Médio, sendo por conseguinte idêntica à da estação agora estudada.

Por outro lado, o conjunto ora estudado deve ser comparado com as estações de superfície do “Complexo Vulcânico de Lisboa”, que constituem mancha quase contínua na área de maior densidade de ocorrências, correspondente à região da Amadora / Borel / Queluz de Baixo / Damaia. Um estudo de conjunto exaustivo destas estações, que envolveu a caracterização tipológica de algumas ocorrências muito próximas da área onde se localiza a estação agora estudada (CARDOSO, ZBYSZEWSKI & ANDRÉ, 1992), possibilitará, futuramente, o estabelecimento de comparações sustentadas que permitam verificar até que ponto as profundas diferenças nas características das matérias-primas utilizadas em ambos os casos determinaram características tipológicas distintas das correspondentes indústrias.

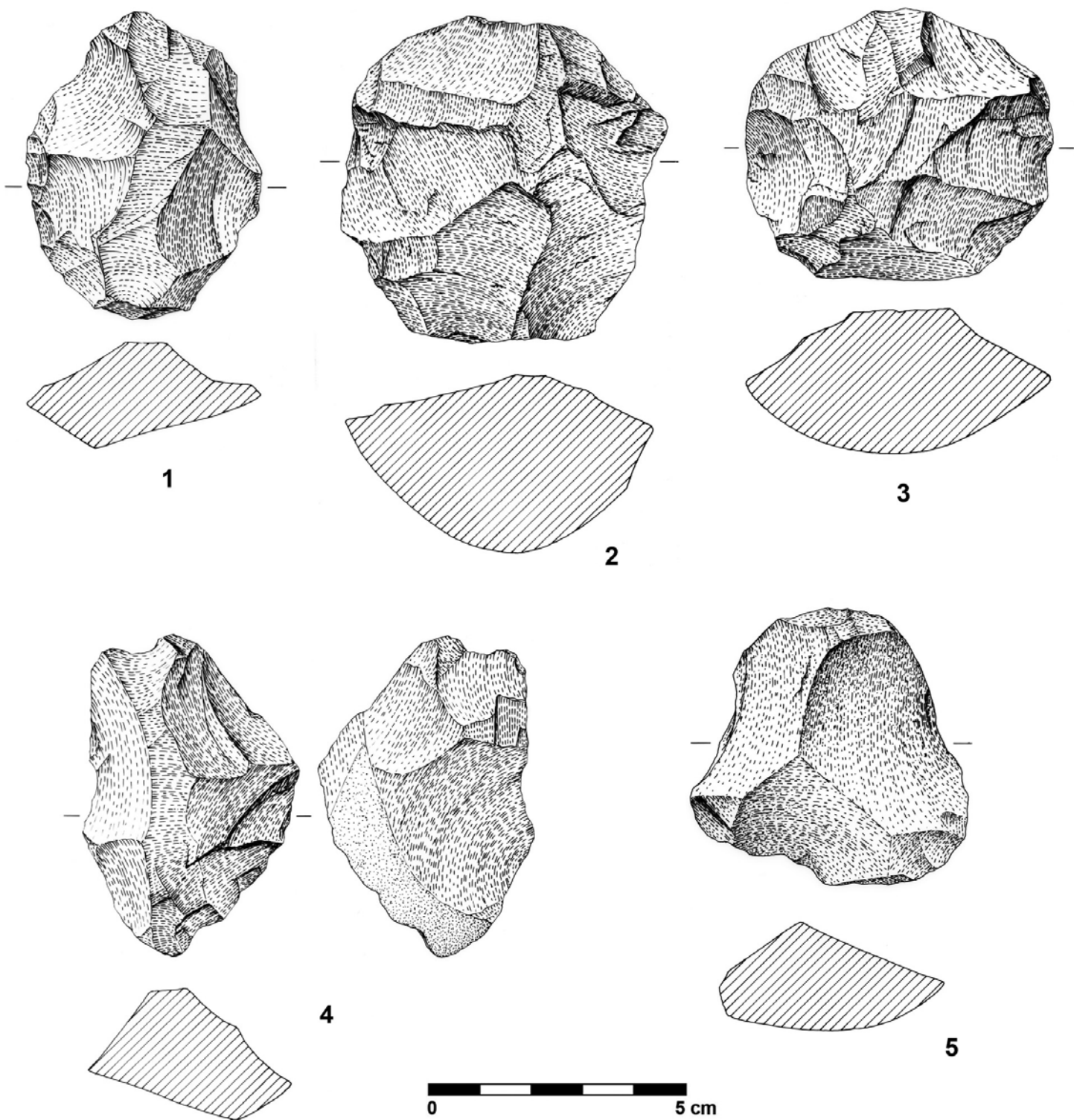


Fig. 7 – Artefactos recolhidos *in situ*. 1 a 3: núcleos centripetos unifaciais; 4 e 5: núcleos do tipo Levallois preferencial.
 Desenhos de F. Martins.

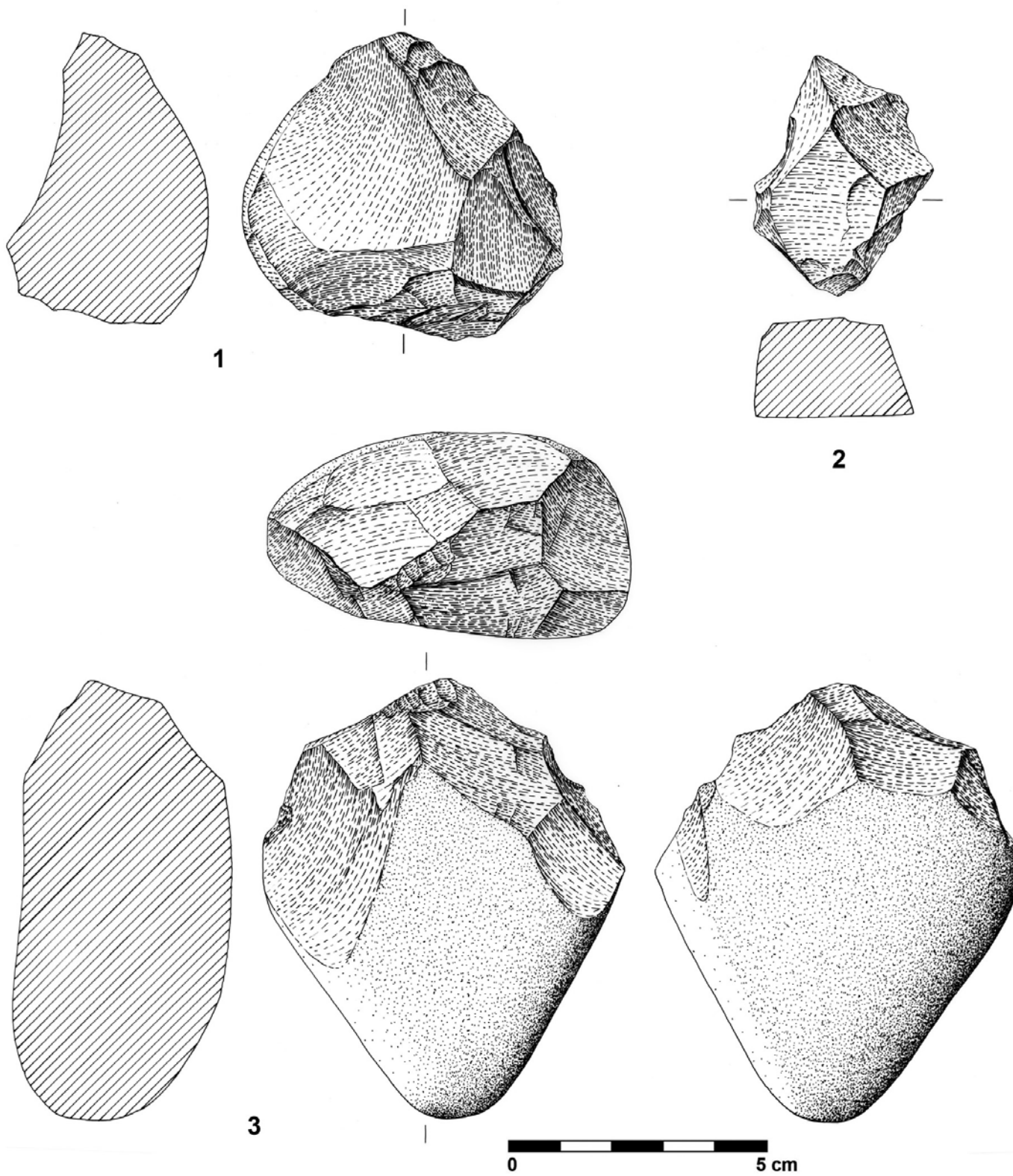


Fig. 8 - Artefactos recolhidos *in situ*. 1: núcleo do tipo Levallois preferencial; 2: núcleo paralelepédico; 3: núcleo sobre seixo talhado bifacialmente. Desenhos de F. Martins.

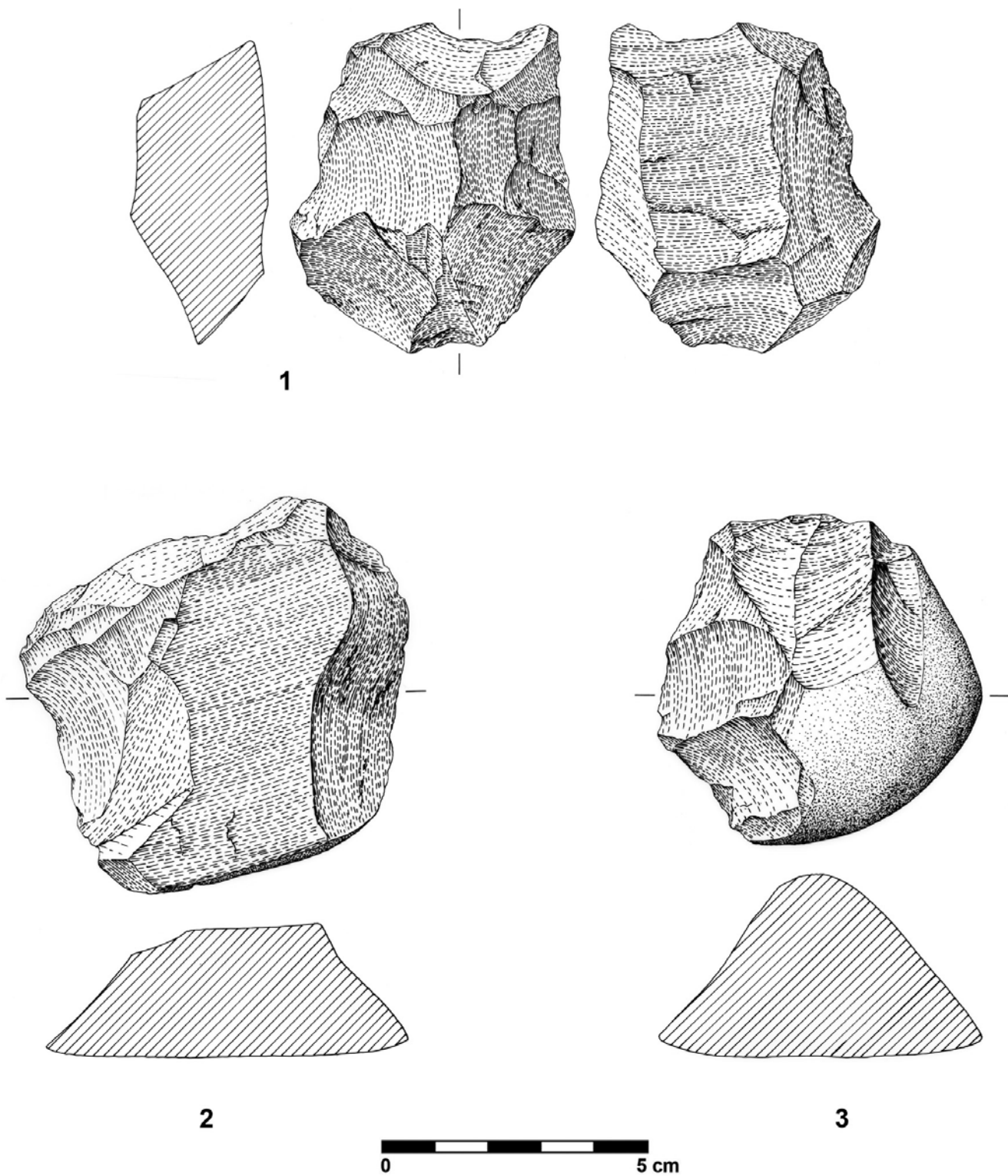


Fig. 9 – Artefactos recolhidos *in situ*. 1: do tipo Levallois preferencial; 2 e 3: núcleos sobre seixos talhados bifacialmente. Desenhos de F. Martins.

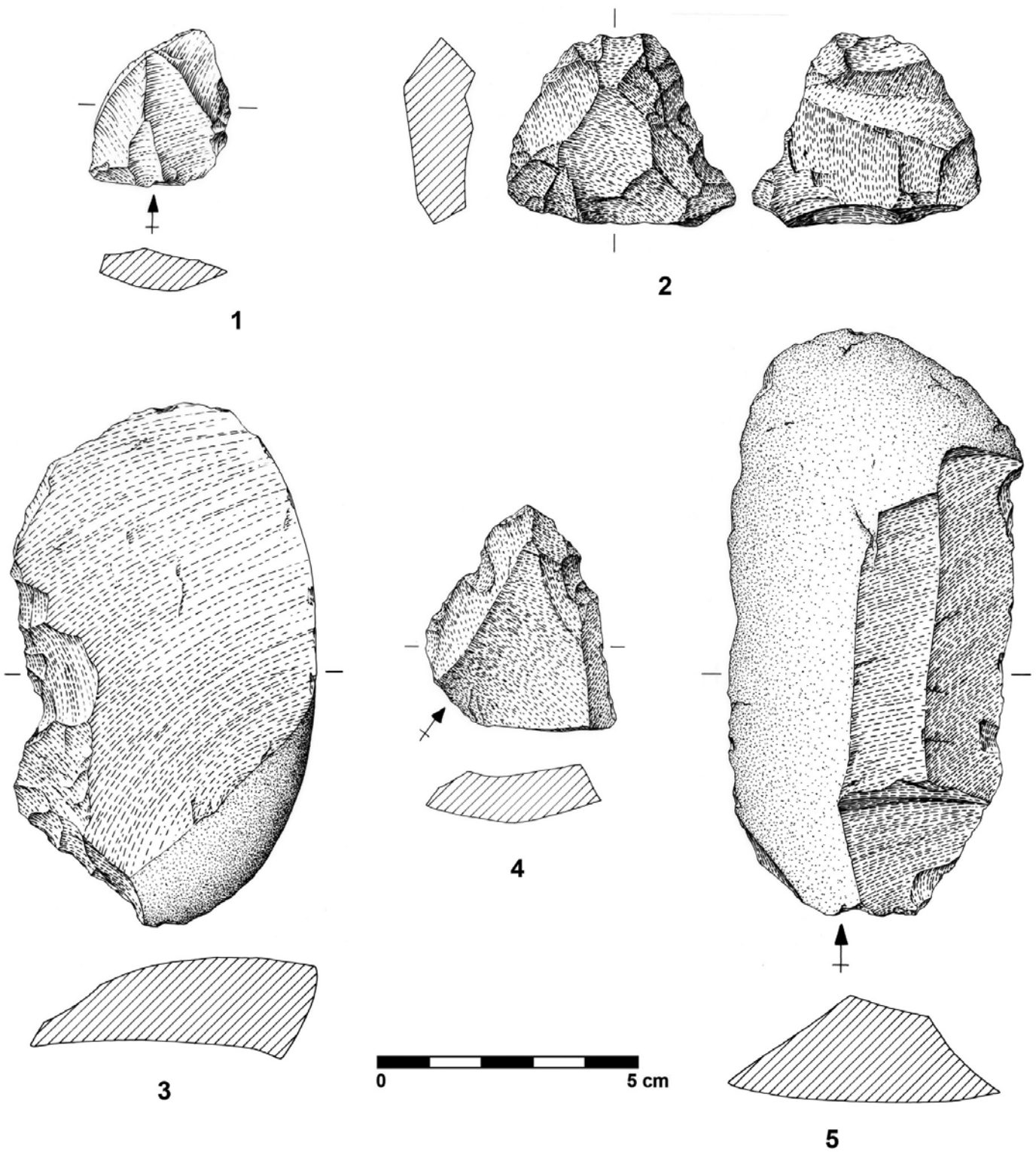


Fig. 10 – Artefactos recolhidos *in situ*. 1 e 2: lascas Levallois; 3 a 5: lascas retocadas.
Desenhos de F. Martins.

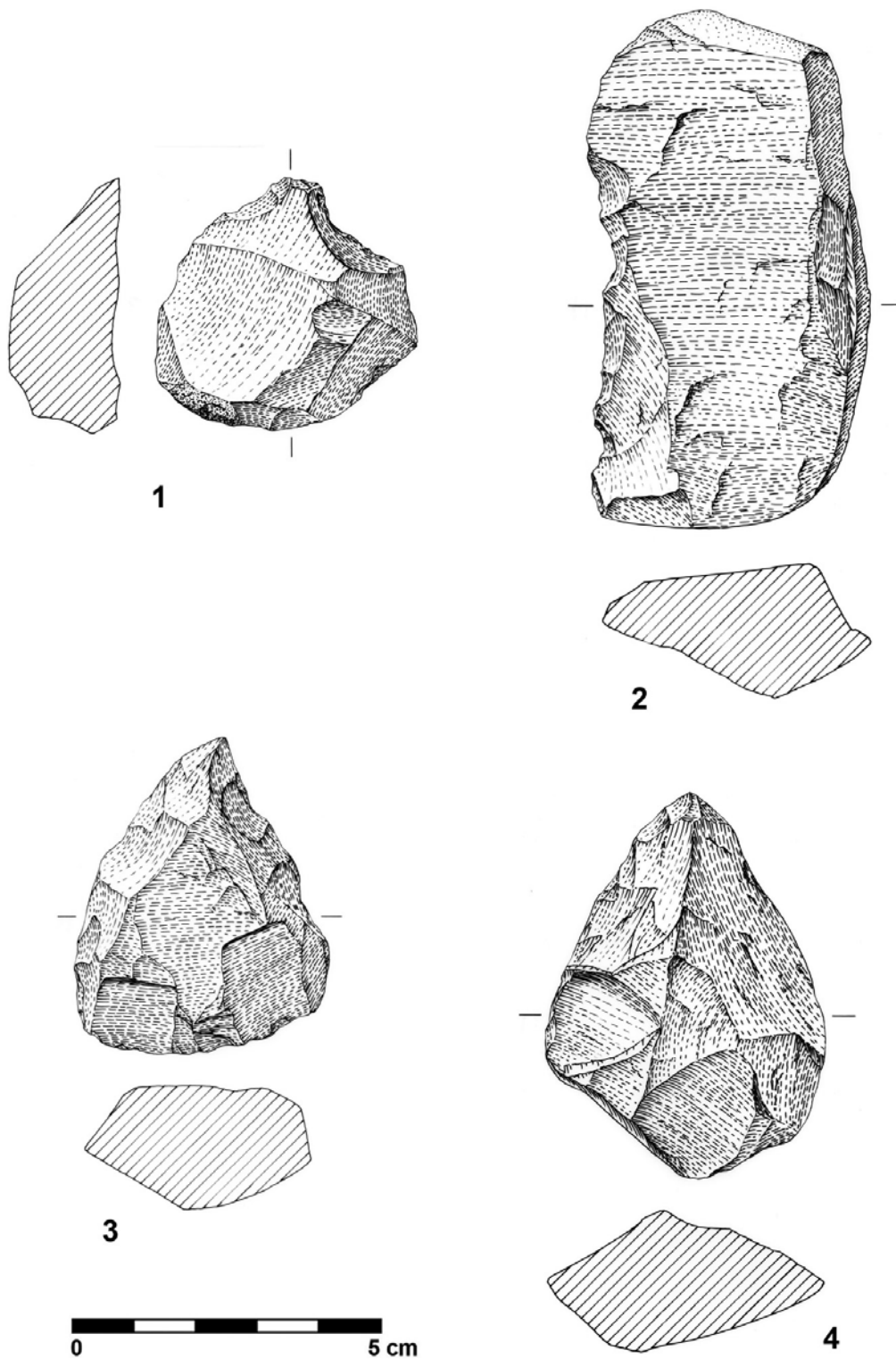


Fig. 11 - Artefactos recolhidos *in situ*. 1 e 2: peças retocadas; 3: ponta; 4: raspador.
Desenhos de F. Martins.

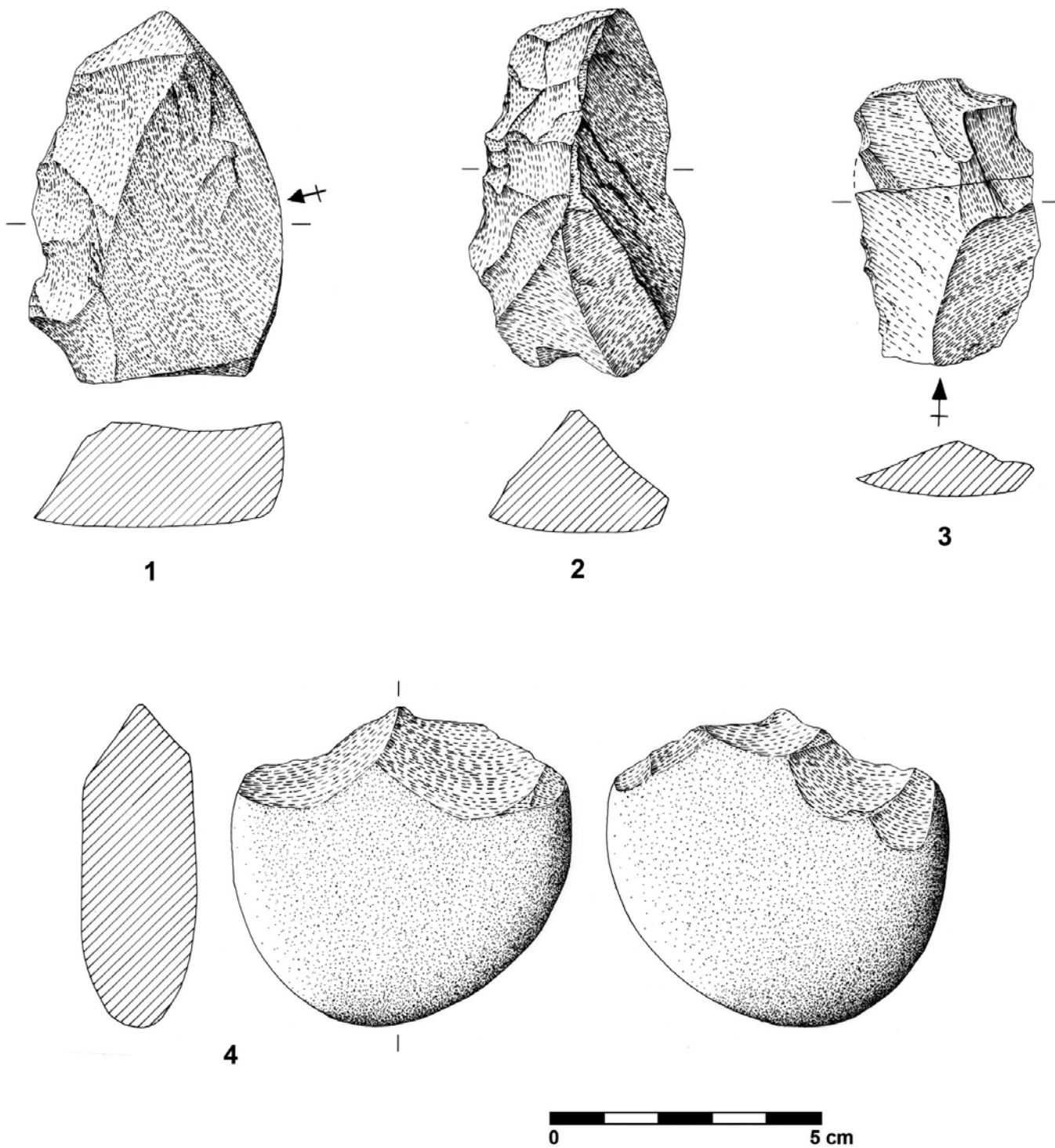


Fig. 12 – Artefactos recolhidos *in situ*. 1 a 3: raspadores; 4: *chopping-tool*.
Desenhos de F. Martins.

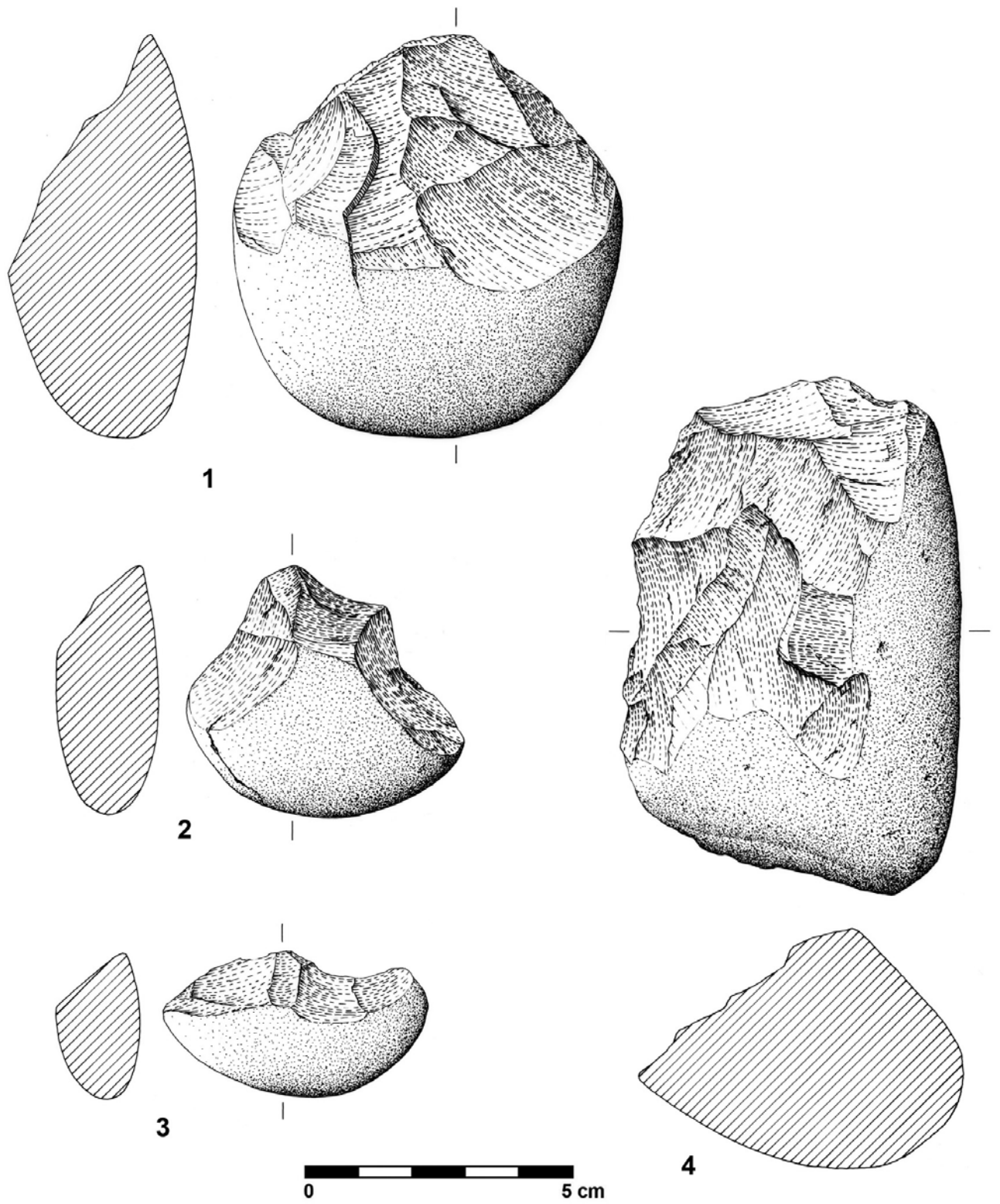


Fig. 13 - Artefactos recolhidos *in situ*. 1 a 4: *choppers*.
Desenhos de F. Martins.

5 - CONCLUSÕES

A natureza dos depósitos e a tipologia dos materiais líticos agora estudados é comparável com outros sítios identificados nas margens estuarinas do Tejo, nomeadamente, os extensos mantos detríticos identificados e em parte objecto de escavação arqueológica no sítio da Conceição, Alcochete, os quais se desenvolvem a cotas semelhantes, contendo *in situ* indústrias do Paleolítico Médio com idênticas características.

Com a análise tecno-tipológica do presente conjunto, integralmente recolhido *in situ* numa cascalheira residual intercalada em série silto-argilosa acumulada numa depressão do substrato geológico constituído por calcários miocénicos então aflorantes, foi possível conhecer, pela primeira vez, as características dominantes das indústrias executadas a partir da exploração de seixos quartzíticos da margem direita do estuário do Tejo.

Com efeito, o presente conjunto respondeu aos requisitos essenciais para que as conclusões possam ser consideradas representativas: 1) ser numeroso; 2) ser resultante de recolha exaustiva e por conseguinte constituir amostragem representativa da indústria; 3) e possuir controlo estratigráfico rigoroso, susceptível de lhe garantir a necessária coerência.

No caso, trata-se de unidade estratigráfica relacionada com os depósitos detríticos flúvio-marinhos tirrenianos, representados um pouco mais a montante pelos depósitos detríticos grosseiros reconhecidos na área de Medrosa / Alto da Barra nas décadas de 1940 e de 1970, por diferentes arqueólogos.

Deste modo, a informação agora publicada será indispensável para o ulterior estabelecimento de comparações com as indústrias do “Complexo Vulcânico de Lisboa”, designadamente na avaliação da influência que a utilização de matérias-primas muito distintas teve nas características tecno-tipológicas de ambos os conjuntos.

REFERÊNCIAS

- BARÃO DE ESCHWEGE, G. (1831) – Memoria geognóstica ou golpe de vista do perfil das estratificações das diferentes rochas, de que he composto o terreno desde a Serra de Cintra na linha do Noroeste a Sudoeste até Lisboa, atravessando o Tejo até à Serra da Arrábida, e sobre a sua idade relativa. Appendice, por A. A. Vandelli. *Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa. 11 (1), p. 253-306.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques et leur rapport avec la Géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du litoral d'Estremadura et des terraces fluviales de la basse vallée du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal, 26).
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras. Do Paleolítico Inferior Arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 4).
- CARDOSO, J. L.; ZBYSZEWSKI, G. & ANDRÉ, M. C. (1992) – O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 3).
- CHOFFAT, P. (coord.) (1935) – *Carta Geológica dos Arredores de Lisboa na escala de 1/50000. (folha 3 – Cascais)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- RAPOSO, L. & CARDOSO, J. L. (1997) – Nota preliminar – trabalhos arqueológicos no sítio do Paleolítico Médio da Conceição. *Al-Madan*. Almada. Série II, 6, p. 5-13.
- RAPOSO, L. & CARDOSO, J. L. (1998) – *O sítio do Paleolítico Médio da Conceição (Alcochete)*. Lisboa. Centro de Estudos e Monitorização Ambiental da Lusoponte.
- ZBYSZEWSKI, G., CARDOSO, J. L., LEITÃO, M. & NORTH, C. T. (1995) – A jazida paleolítica do Reduto de Renato Gomes Freire (Alto da Barra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 11-21.

**CABEÇO DOS CINCO PINHEIROS (SESIMBRA):
UM SÍTIO DA TRANSIÇÃO PLISTOCÉNICO-Holocénico
NA ÁREA OESTE DA PENÍNSULA DE SETÚBAL?**

***CABEÇO DOS CINCO PINHEIROS (SESIMBRA):
A SITE DATED FROM THE PLEISTOCENE-HOLOCENE TRANSITION
IN THE WESTERN PART OF SETÚBAL PENINSULA?***

Marco António Andrade¹

Abstract

The archaeological site of Cabeço dos Cinco Pinheiros (Sesimbra) was excavated as part of the measures to mitigate the negative impacts resulting from the execution of the Mata de Sesimbra-Sul Resort. It was characterized, prior to the excavation work, by the superficial dispersion of archaeological material, exclusively lithic artefacts, along the gentle slope of a small hill. Excavation work (43 square meters in total, including test pits and open-area excavation) allowed to identify, on a platform near the hill-top, a feature characterized by the accumulation of fire-cracked cobbles directly settled on the Pleio-Pleistocene sand levels. A small amount of flaked stone artefacts (in flint, quartz and quartzite) was found in association with this feature. The techno-typological analysis of these materials, with few clear chronological indicators that enable their allocation to a specific techno-complex, does not allow to advance rigorous considerations regarding the precise chronology and functionality of the site. However, the comparison with other recently excavated sites, where similar archaeographic contexts were documented, as well as the geological context, may allow the chrono-cultural integration of this site, possibly established between 11000 and 8000 BP, between a terminal phase of the Magdalenian and the beginnings of the Mesolithic, in the transition from the Pleistocene to the Holocene. This paper intends to test the chrono-cultural framework of the site of Cabeço dos Cinco Pinheiros, as well as to advance with an explanatory hypothesis, in terms of functionality, for the type of feature therein recognized.

Keywords: Cleaning / maintenance of hearths, Fire-cracked cobbles accumulation, Pleistocene-Holocene, Setúbal Peninsula, Terminal Magdalenian-Early Mesolithic.

1 - INTRODUÇÃO

O sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros (Sesimbra), conhecido desde meados do século passado, foi objecto de trabalhos de escavação desenvolvidos por equipas da Crivarque – Trabalhos Geo-Arqueológicos, Lda. dirigidas pelo signatário, na sequência das medidas de minimização preconizadas no Estudo de Impacte Ambiental realizado no âmbito do projecto do Empreendimento Turístico da Mata de Sesimbra-Sul.

Inicialmente caracterizado pela dispersão superficial de espólio lítico talhado, à semelhança de outros sítios localizados na sua envolvente imediata, os trabalhos de escavação desenvolvidos permitiram identificar uma realidade composta pela acumulação de seixos de quartzito termoclastados, à qual se encontrava associada

¹UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. marcoandrade@campus.ul.pt

uma quantidade pouco expressiva de espólio arqueológico (exclusivamente artefactos líticos talhados, usando sílex, quartzo e quartzito como suporte) – facto que poderá estar relacionado com a funcionalidade específica do sítio (ou desta área específica do sítio), muito embora essa não seja facilmente descortinável com base nos dados até ao momento obtidos.

Este espólio, escasso e incaracterístico, não permite uma atribuição crono-cultural incontestavelmente segura para o sítio arqueológico. Contudo, regista-se a presença de um ou outro elemento que poderá ser incluído em tecno-complexos específicos (com as reservas devidas à exiguidade da amostra, obviamente), aparentemente situando a ocupação do sítio algures entre o Paleolítico Superior Final (Magdalenense Terminal) e o Mesolítico Inicial – culturas cronometricamente balizadas entre 11000 e 8000 BP (*cf.* BICHO, 1994; SOARES & SILVA, 2004; ZILHÃO, 1997 a; GAMEIRO, 2012; ARAÚJO, 2016). Esta hipótese é reforçada pela comparação com outros contextos semelhantes recentemente escavados, onde realidades análogas foram identificadas (nomeadamente, os sítios do Tardiglacial / Pré-Boreal da área de Leiria; *cf.* ANDRADE, MATIAS & GARCIA, 2010-2011; PEREIRO, 2013).

Neste contexto, privilegia-se o uso do termo “Mesolítico Inicial” em detrimento do termo “Epipaleolítico”, ainda que aceitando a relativa pertinência deste último. Normalmente designando uma etapa crono-cultural de evidente tradição magdalenense, o termo “Epipaleolítico” aplica-se a uma fase intermediária, já incluída no Holocénico, entre o final do Paleolítico Superior e o pleno Mesolítico (já do período Atlântico), sendo deste aparentemente distinguível (BICHO, 1994 e 2004). Todavia, mesmo constatando que se regista uma certa continuidade cultural em relação ao Magdalenense (perceptível pelo registo artefactual de certos contextos enquadráveis já no Holocénico Inicial, mas com patamares de emergência ainda incluídos no Tardiglacial, genericamente designados como de “fácies azilóide”), entende-se que novas estratégias de subsistência, motivadas pelas sérias alterações ambientais registadas na transição Plistocénico-Holocénico, vieram alterar significativamente os modos de vida característicos de etapas crono-culturais antecedentes. Estes novos modelos de subsistência incluem um evidente incremento das práticas de marisqueio, não confirmadas até ao momento, com absoluta certeza, nos registos arqueográficos magdalenenses no Ocidente peninsular, antevendo de certa forma aquilo que caracteriza *grosso modo* o designado Mesolítico Final, principalmente representado nos concheiros do Tejo e Sado (ARNAUD, 1986; ZILHÃO, 1992; ARAÚJO, 2003 a, 2003 b, 2009, 2015 e 2016).

Desta maneira, entende-se que a aplicação do termo “Mesolítico Inicial” se afigura como mais assertiva para a definição e caracterização da realidade crono-cultural em análise, propiciada igualmente pela aparente ausência de um “verdadeiro azilense”, o paradigma da “crono-cultura epipaleolítica”, em contextos mais meridionais, podendo agir o Magdalenense Terminal precisamente como fase de transição entre o Paleolítico Superior Final e o Mesolítico Inicial (RIPOLL LÓPEZ, MUÑOZ IBÁÑEZ & PÉREZ MARÍN, 1997; MUÑOZ PÉREZ, 1997; GAMEIRO, AUBRY & ALMEIDA, 2013) – embora se reconheça a dificuldade de isolar séries culturais genéricas sem considerar evidentes divergências regionais, compassadas pela evolução interna das comunidades (SOTO *et al.*, 2015). Porém, poder-se-á defender, tendo em conta as características das indústrias líticas nestes momentos preambulares do Mesolítico Inicial e conforme advogado para a fachada mediterrânica ibérica, a existência de um “Epimagdalenense”, sensivelmente balizado entre 11500 e 9500 BP e entendido precisamente como o tecno-complexo subsequente ao Magdalenense Terminal e antecedente do Mesolítico, correspondendo ao também designado “Epipaleolítico laminar” (*cf.* FORTEA, 1973; AURA, 2001; AURA & PÉREZ, 1992; AURA & VILLAVERDE, 1995; VILLAVERDE & MARTÍNEZ-VALLE, 1995; CASABÒ, 2004; CASABÒ & ROVIRA, 1986; ROMÁN MONROIG, 2010).

Seja como for, mesmo integrando-se sem maior precisão o sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros em episódios crono-culturais enquadrados indistintamente entre o Paleolítico Superior Final e o Mesolítico Inicial, julgou-se

pertinente a divulgação dos dados obtidos com os trabalhos de escavação. Embora pouco expressivos, estes dados poderão fornecer algumas luzes, mesmo que frustes, sobre as dinâmicas de ocupação das comunidades humanas da transição Plistocénico-Holocénico na área Oeste da península de Setúbal – principalmente tendo em conta as manifestas lacunas contextuais registadas nesta área durante o período em apreço.

2 – O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO CABEÇO DOS CINCO PINHEIROS: LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

O sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros localiza-se administrativamente no concelho de Sesimbra, freguesia de Sesimbra (Castelo), distrito de Setúbal – sendo acessível através da EN378, sentido Sesimbra-Lisboa, cortando-se à direita ao PK15 + 500, seguindo pelo estradão de terra que conduz ao local designado como Cabeço dos Cinco Pinheiros.

Situa-se na folha n.º 453 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25000) nas seguintes coordenadas UTM (*datum* Europeu 1950, medidas com GPS Garmin *eTrex* Legend, com uma margem de erro de 5 m):

X (m): 0491367,64

Y (p): 4262186,66

Z (alt.): 85 m

Ou, em coordenadas geográficas (*datum* WGS84):

Lat: 38°30'21,955" N

Long: 09°06'01,407" W

Em termos geológicos genéricos, situa-se, segundo a folha n.º 38B da Carta Geológica de Portugal (esc. 1:50000; *cf.* ZBYSZEWSKI *et al.*, 1965; MANUPPELLA *et al.*, 1999), em contextos de areias feldspáticas pliocénicas (formação de Fonte da Telha e Coína) cobrindo os níveis miocénicos, paleogénicos e cretácicos do rebordo Norte do maciço calcário da Arrábida-Espichel (Jurássico). Estas areias, expostas pela erosão diferencial dos depósitos de areias conglomeráticas plistocénicas (formação de Marco Furado) ainda conservados nas imediações do sítio arqueológico, encontram-se parcialmente cobertas a Oeste e a Norte por areias dunares holocénicas, estando os vales dos cursos de água preenchidos por aluviões modernos resultantes do assoreamento holocénico do paleo-estuário da Ribeira da Apostiça (Lagoa da Albufeira).

Geo-morfológicamente, implanta-se em plataforma a meia-encosta, sobre a vertente suave voltada a Sudeste de um cabeço pouco pronunciado, perto da nascente de um pequeno curso de água. Inclui-se numa paisagem levemente ondulada característica dos relevos plio-pleistocénicos, no interflúvio Ribeira da Pateira-Ribeira da Ferraria (subsidiários da margem esquerda da Ribeira da Apostiça), a cerca de 7,2 km da linha de costa actual. Em termos genéricos, trata-se de uma extensa área aplanada (planalto de Fernão Ferro) encaixada entre o maciço calcário da Arrábida-Espichel (a Sul) e a escarpa miocénica da margem esquerda do Tejo (a Norte), descendo gradualmente até ao litoral atlântico (a Oeste), delimitado pelo contorno a arribas fóssil da Caparica.

O sítio implanta-se numa área de pinhal, com alguma vegetação arbustiva (tojós), mas com visibilidade relativamente boa do solo.

Conhecido desde meados do século passado (*cf.* BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945, p. 276; ZBYSZEWSKI *et al.*, 1965; SERRÃO, 1994, p. 53; CALADO *et al.*, 2009, p. 67), o sítio encontra-se referenciado na base de dados *Endovélico* (DGPC) com o CNS 344, estando descrito como “estação de ar livre paleolítica” onde se recolheu escassa indústria lítica incaracterística (nomeadamente, seixos talhados de quartzo e quartzito).

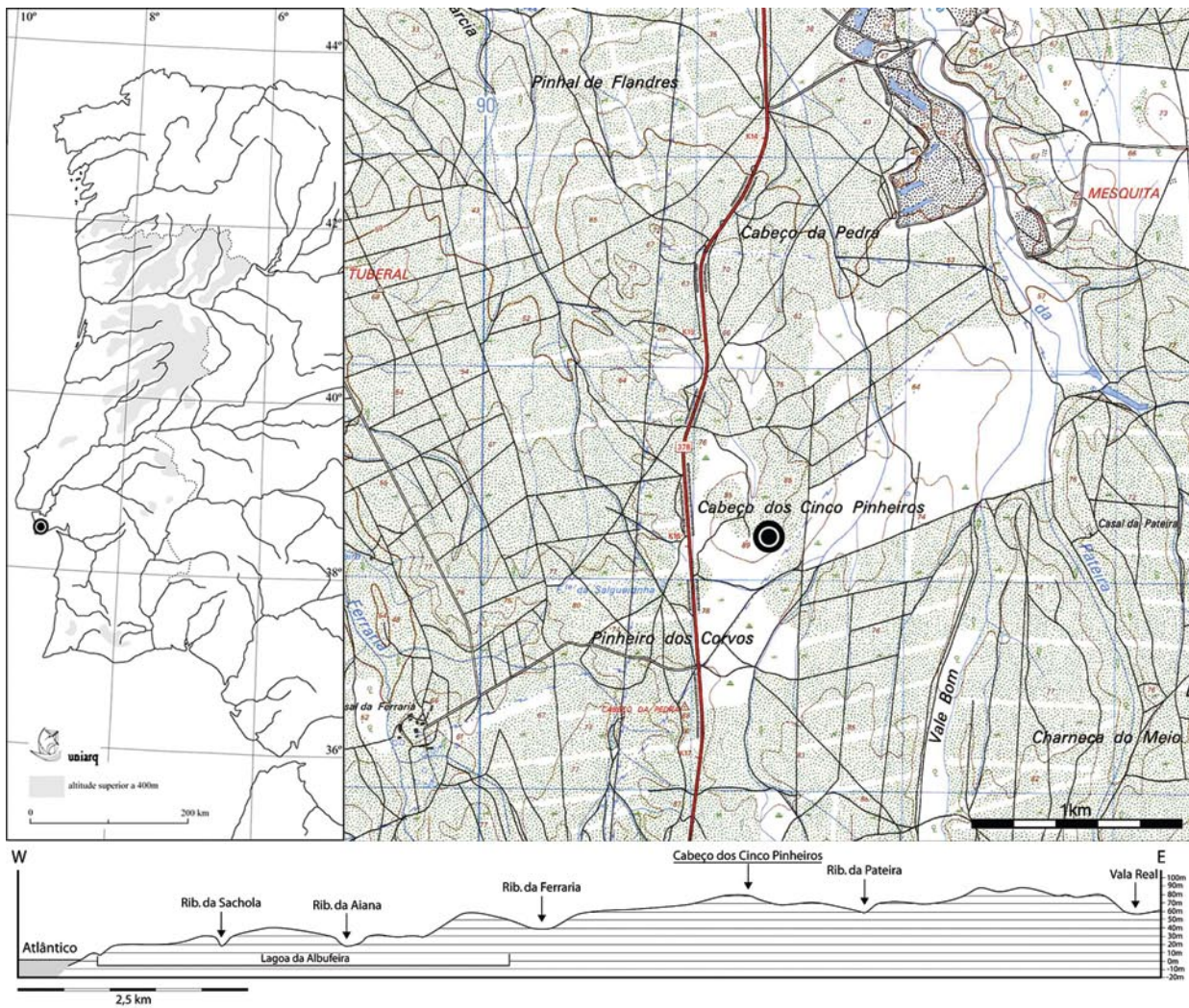


Fig. 1 – Situação do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros. Em cima, à esquerda: no contexto geográfico do Ocidente peninsular; em cima, à direita: na folha n.º 453 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25000, ed. 1993, IGeoE); em baixo: perfil topográfico E-W (com incremento vertical de 10%), desde a área do Cabeço dos Cinco Pinheiros até ao litoral atlântico (indicando-se igualmente, em segundo plano, a extensão actual da Lagoa da Albufeira).

Foi realocado no âmbito do Estudo de Impacte Ambiental do Empreendimento Turístico da Mata de Sesimbra-Sul, caracterizando-se à altura pela dispersão de espólio arqueológico numa área de cerca de 30 m², tendo sido observados lascas de sílex, quartzo e quartzito, assim como alguns nódulos brutos de sílex, dispersos à superfície do terreno (mas sem concentração evidente).

Neste contexto, tendo em conta a afectação directa desta ocorrência, foi preconizada como medida de minimização (e de modo a caracterizar crono-culturalmente os vestígios de superfície) a realização de 10 sondagens de diagnóstico a implantar na área de dispersão de espólio (Fase 1 dos trabalhos). Posteriormente à realização destas sondagens, e de acordo com os resultados obtidos com a escavação de uma delas (Sondagem 6), realizou-se uma intervenção em área (Fase 2 dos trabalhos) – realizando-se ainda a escavação de três sondagens complementares.

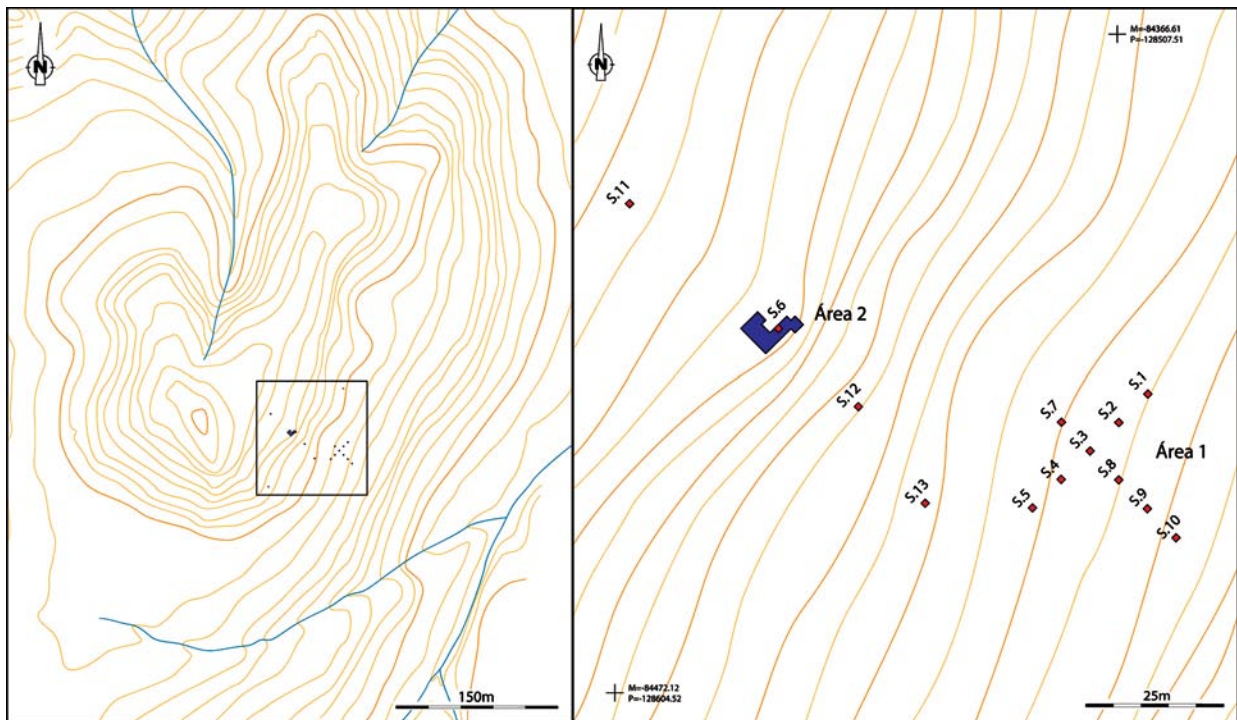


Fig. 2 – Implantação do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros. À esquerda: na área do Cabeço dos Cinco Pinheiros (equidistância das curvas de nível: 1 m); à direita: localização das sondagens de diagnóstico (a vermelho) e escavação em área (a azul), com indicação das Áreas 1 e 2 (equidistância das curvas de nível: 50 cm).

Participaram nos trabalhos de escavação, sob a direcção do signatário: César Neves, João Abreu, Carlos Vilela, Gonçalo Lopes, João Maurício, João Paulo Godinho, Luís Marques, Luís Grilo e João Reis. Estes trabalhos foram realizados entre 6 e 7 de Maio de 2011 (Fase 1) e entre 20 e 25 de Junho do mesmo ano (Fase 2).

3 – OS TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS: METODOLOGIA E RESULTADOS

Foram implantadas 10 sondagens de 1 × 1 m, orientadas a Noroeste (segundo o sentido da vertente), distribuídas pela área delimitada, de acordo com as medidas preconizadas – sendo que nove sondagens (Sondagens 1 a 5 e 7 a 10) foram implantadas ortogonalmente na plataforma da encosta onde se identificou a dispersão de espólio arqueológico (Área 1) e uma outra (Sondagem 6) foi implantada em outra plataforma perto do topo do cabeço (Área 2), a cerca de 60 m a Noroeste da Área 1, de modo a sondar a potencialidade arqueológica desta área (dado a ocorrência de uma quantidade relativa de seixos termoclastados à superfície).

Posteriormente, tendo em conta os resultados obtidos com a escavação da Sondagem 6, foi implantada uma área de cerca de 30 m² em torno àquela sondagem – de modo a melhor caracterizar os elementos aí identificados. Foram ainda implantadas três sondagens complementares: uma perto do topo da elevação (Sondagem 11) e duas no espaço entre a Área 1 e Área 2 (Sondagens 12 e 13).

A escavação arqueológica foi realizada segundo os princípios da estratigrafia de Barker-Harris: ou seja, de acordo com o método de escavação e registo por unidades estratigráficas, numa solução de compromisso entre níveis naturais e níveis artificiais (NA), estes últimos aplicados com objectivo de controlar estratigraficamente



Fig. 3 – Aspectos gerais. Em cima, à esquerda: aspecto das formações quaternárias localizadas a cerca de 3 km a N do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros, notando-se vários níveis de cascalheira incluídos em sedimentos de matriz argilo-arenosa; em cima, à direita: pormenor da cascalheira, notando-se o calibre maioritariamente fino dos seus componentes (a escala corresponde a 10 cm); ao centro: aspecto da paisagem onde se inclui o sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros (vista a partir do castelo de Sesimbra), desenvolvendo-se para além do rebordo calcário (área urbanizada, em primeiro plano), entre a Serra da Arrábida (à direita) e o Atlântico (à esquerda), notando-se ainda ao fundo, à esquerda, a silhueta da Serra de Sintra e a desembocadura do Tejo; em baixo, à esquerda: aspecto da área do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros antes de iniciados os trabalhos, notando-se ao fundo a silhueta da Serra da Arrábida; em baixo, à direita: aspecto dos trabalhos de escavação no sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros (Área 2).

os depósitos e potenciais realidades arqueológicas neles integradas. A escavação arqueológica foi realizada manualmente em profundidade, mesmo depois de se atingir níveis de sedimentos arqueologicamente estéreis, de modo a testar a total potencialidade arqueológica das unidades estratigráficas identificadas. Procedeu-se à crivagem integral dos sedimentos provenientes da escavação, com crivo de malha de 4 mm.

Os trabalhos de escavação revelaram a existência de três estratos, correspondendo essencialmente a depósitos naturais comuns a toda a área. Neste sentido, procurou-se atribuir a mesma designação a camadas idênticas, reservando-se a referência à Sondagem na numeração de campo (UE 100, 200, 300, etc. ...).

Nas sondagens da Área 1 (Sondagens 1 a 5 e 7 a 10), as unidades identificadas descrevem-se da seguinte forma:

- **UE 101 = 201 = 301 = 401 = 501 = 701 = 801 = 901 = 1001:** Camada superficial composta por sedimento arenoso (areias eólicas), de coloração acinzentada, com bastante material orgânico; apresenta uma espessura de ± 15 cm; espólio arqueológico presente somente na Sondagem 5 (fragmento de lasca de sílex).
- **UE 102 = 202 = 302 = 402 = 502 = 602 = 702 = 802 = 902 = 1002:** Camada composta por sedimento arenoso de tonalidade amarelada, apresentando em profundidade um tom mais amarelo / castanho acobreado devido à presença de óxidos ferruginosos; apresenta uma espessura média de ± 1 m; totalmente escavada nas Sondagens 1, 4 e 5; parcialmente escavada nas restantes sondagens, até 1 m de profundidade; ausência de espólio arqueológico.
- **UE 403 = 503:** Camada composta por sedimento argilo-arenoso de tonalidade amarela-esbranquiçada com nódulos de areão alaranjado; presença de seixos de quartzito de calibre fino a médio na Sondagem 1 no topo desta camada; parcialmente escavada Sondagens 4 e 5 (dois planos artificiais de ± 10 cm); delimitada na Sondagem 1; ausência de espólio arqueológico.

Nas sondagens da Área 2 (Sondagens 6 e 11 a 13), mantendo-se sensivelmente idênticas àquelas registadas na Área 1, as unidades identificadas descrevem-se da seguinte forma:

- **UE 601 = 1101 = 1201 = 1301:** Camada superficial composta por sedimento arenoso (areias eólicas), de coloração acinzentada, com bastante material orgânico; apresenta uma espessura de ± 15 cm; regista-se a presença abundante de seixos de quartzito termoclastados (exceptuando na Sondagem 11); escasso espólio lítico talhado (dois restos de talhe de sílex e um fragmento de lasca de quartzito na Sondagem 6).
- **UE 602 = 1102 = 1202 = 1302:** Camada composta por sedimento arenoso de tonalidade amarelada, apresentando em profundidade um tom mais amarelo / castanho acobreado devido à presença de óxidos

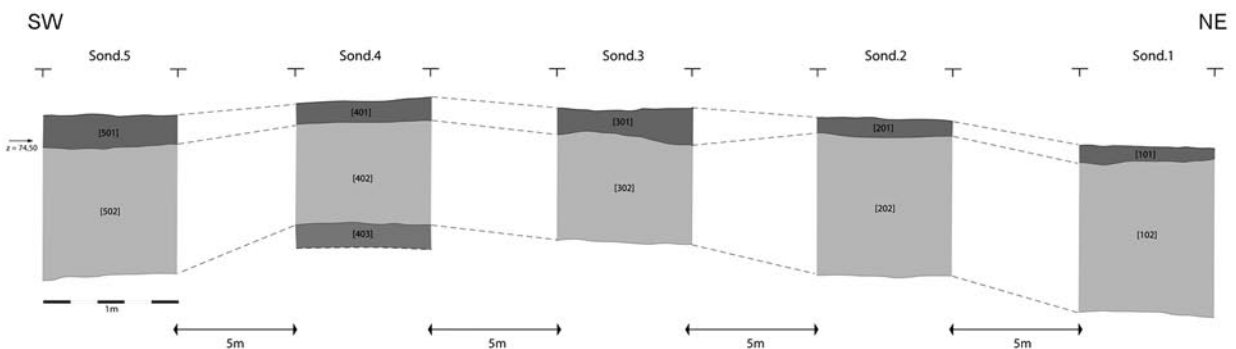


Fig. 4 – Representação esquemática da estratigrafia identificada na Área 1 do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros, com relação dos níveis observados nos perfis NW das Sondagens 1 a 5.



Fig. 5 – Aspecto da estratigrafia observada nas sondagens da Área 1 do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros: Sondagens 2, 4, 5 e 8 (perfis NE).

ferruginosos; apresenta uma espessura média de ± 50 cm (menos potência que aquela registada na Área 1); ausência de espólio arqueológico.

- **UE 603 = 1103 = 1203 = 1403:** Camada composta por sedimento argilo-arenoso de tonalidade amarela / esbranquiçada com nódulos de areão alaranjado; presença de seixos de quartzito de calibre fino a médio no topo desta camada; não escavada, apenas delimitada.
- **UE 604:** Acumulação de seixos de quartzito termoclastados, ocupando a quase totalidade da área da Sondagem 6, assente na UE 602 e “emalada” pela UE 601; apesar de se registar igualmente a presença abundante de termoclastos nas Sondagens 12 e 13, este nível não foi individualizado nestas sondagens dado os elementos não se encontrarem tão imbricados como os registados na Sondagem 6, sendo aqui assumidos como elementos desconexos incluídos genericamente na UE 1201 = 1301.

A estratigrafia observada na escavação em área mantém-se idêntica àquela observada na Sondagem 6, descrevendo-se da seguinte forma (eliminando-se o prefixo de referência à sondagem):

- **UE 1:** Camada superficial composta por sedimento arenoso (areias eólicas), de coloração acinzentada, com bastante material orgânico; apresenta uma espessura de ± 15 cm; regista-se a presença abundante de

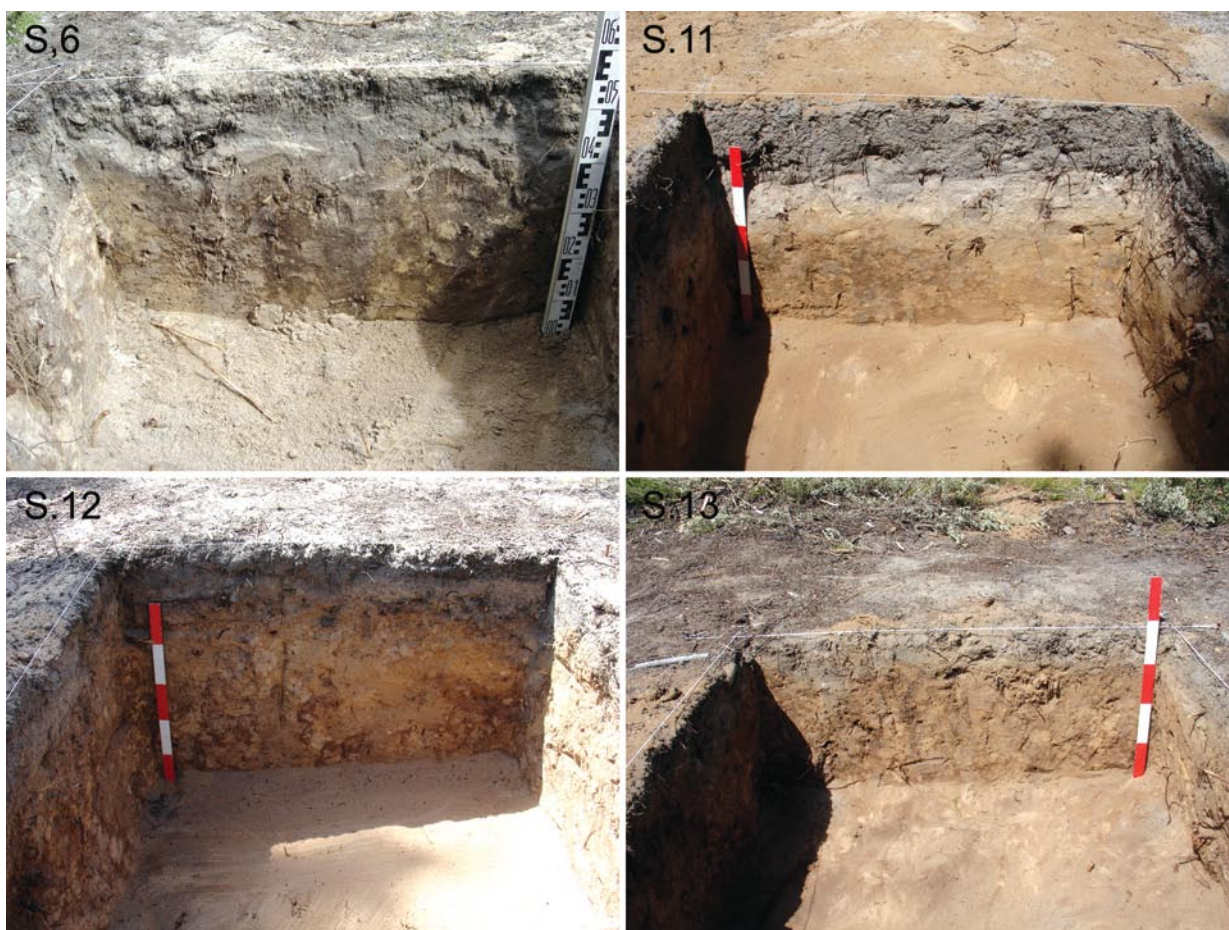


Fig. 6 – Aspecto da estratigrafia observada nas sondagens da Área 2 do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros: Sondagens 6, 11, 12 e 13 (perfis NE).

- seixos de quartzito termoclastados (UE 4); presença de espólio lítico talhado (em sílex, quartzo e quartzito, enquadrável em todas as classes tecnológicas); escavada e registada em três níveis artificiais de ± 5 cm.
- **UE 2:** Camada composta por sedimento arenoso de tonalidade amarelada, apresentando em profundidade um tom mais amarelo / castanho acobreado devido à presença de óxidos ferruginosos; apresenta uma espessura média de ± 50 cm; ausência de espólio arqueológico.
- **UE 3:** Camada composta por sedimento argilo-arenosa de tonalidade amarela-esbranquiçada com nódulos de areão alaranjado; presença de seixos de quartzito de calibre fino a médio no topo desta camada; somente escavada nos quadrados das fiadas D e 7 (dois planos artificiais de ± 10 cm), de modo a atestar a sua esterilidade arqueológica; não escavada, apenas delimitada nos restantes quadrados.
- **UE 4:** Acumulação de seixos de quartzito termoclastados, ocupando a quase totalidade da área escavada, assente na UE 2 e “embalada” pela UE 1; escavada e registada em três níveis artificiais de ± 5 cm.

A principal particularidade registada com os trabalhos de escavação do sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros é precisamente a identificação da realidade designada como UE 4, à qual se encontrava associada uma quantidade pouco expressiva de espólio arqueológico, abaixo descrito.

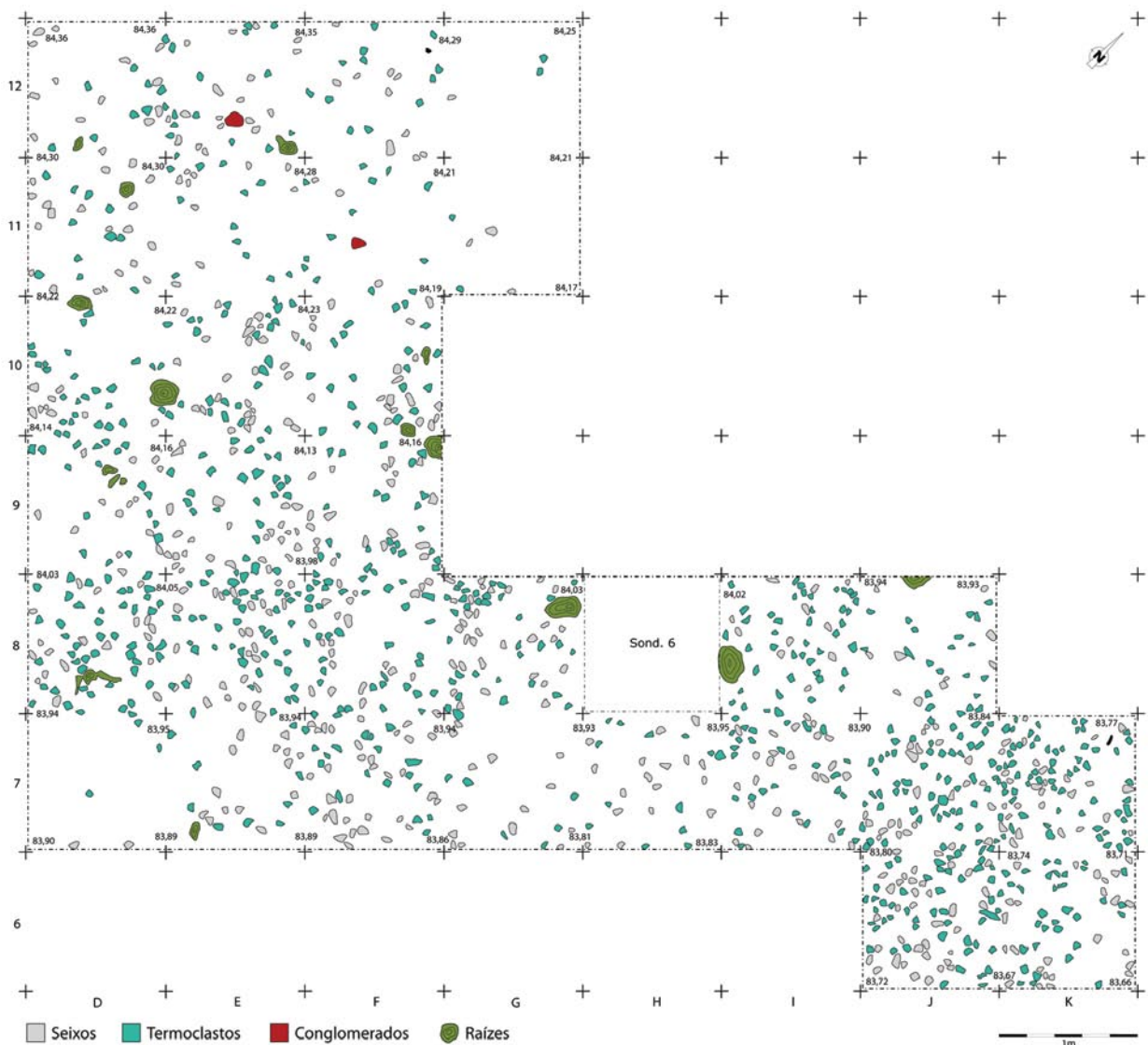


Fig. 7 – “Horizonte” de ocupação (nível de termoclastos, UE 4) identificado na Área 2 do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiro, com sobreposição gráfica dos NA 2 e NA 3 da UE 1, o último directamente assente na UE 2.

Corresponde, como acima referido, a uma acumulação de seixos de quartzito termoclastados ocupando a quase totalidade da Área 2 – registando-se igualmente a presença de seixos que, apesar de não fracturados, apresentam vestígios de fogo (rubefacção), assim como a presença ocasional de “placas” de conglomerados areníticos ferruginosos. Assenta directamente na UE 2 (nível plio-pleistocénico estéril), estando incluída na UE 1 (que corresponde, como acima descrito, ao nível superficial de areias eólicas), encontrando-se os seus componentes principalmente concentrados nos níveis inferiores. A inclusão estratigráfica desta realidade em depósitos modernos poder-se-á explicar por fenómenos de erosão diferencial que, eliminando os componentes finos dos depósitos superiores do Pleistocénico Final / Holocénico Inicial, possibilitaram que os elementos densos remanescentes (neste caso, artefactos e objectos) fossem posteriormente cobertos por depósitos eólicos do Holocénico mais recente.

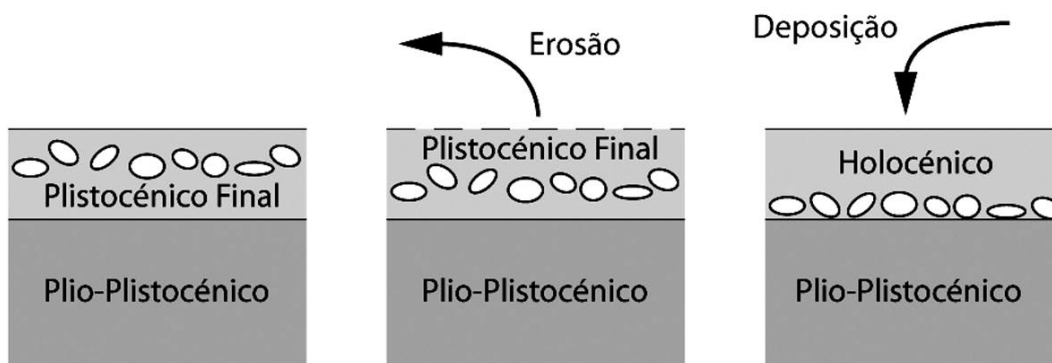


Fig. 8 – Proposta explicativa esquemática dos processos de formação do registo arqueográfico do sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros, com a erosão diferencial dos depósitos do Plistocénico Final / Holocénico Inicial e posterior deposição de sedimentos holocénicos recentes, “embalando” os elementos arqueológicos subsistentes.

Desta maneira, a realidade identificada no Cabeço dos Cinco Pinheiros, assumida não como um “nível” mas como um “horizonte” de ocupação, poderá ser interpretada em duas linhas:

- 1) trata-se de um conjunto de estruturas do tipo *lareira* desmanteladas por agentes erosivos mas mantendo a sua localização original genérica;
- 2) trata-se do resultado de acções de limpeza de estruturas do tipo *lareira* e consequente descarte localizado dos seus componentes.

Embora se não rejeite em absoluto a primeira hipótese, a segunda hipótese parece mais viável – considerando os pontos de comparação obtidos com outros contextos semelhantes escavados recentemente (como se verá abaixo).

Seja como for, tendo em conta a densidade destes elementos em relação à dimensão da área escavada, trata-se aparentemente de uma ocupação ainda substancial – tendo sido recolhido, e não contabilizando os elementos não fracturados (o que faria ascender o seu valor para perto do dobro), um total de cerca de 208,55 kg de termoclastos (correspondendo a uma *ratio* de 6,73 kg / m²), concentrando-se especialmente nos NA 2 e 3 (66,20 kg e 128,10 kg, respectivamente). É possível circunscrever duas concentrações particulares dentro desta realidade, que poderão corresponder a módulos funcionais específicos: uma centrada nos quadrados D-F.7-10 (3882 fragmentos, correspondendo a 177,70 kg); outra, menos densa, centrada nos quadrados I-K.6-8 (2516 fragmentos, correspondendo a 41,10 kg). Refira-se ainda que esta realidade se estende aparentemente para além dos limites da área de escavação, podendo ser significativamente mais extensa do que o que foi delimitado com os trabalhos arqueológicos.

4 – O CONJUNTO ARTEFACTUAL: DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA

O espólio recolhido em escavação é relativamente escasso (contabilizando um total de 77 elementos no conjunto da Área 1 e Área 2), não sendo particularmente conclusivo em relação à atribuição crono-cultural precisa do sítio. Com efeito, tendo a análise tecno-tipológica fornecido resultados pouco expressivos, torna-se difícil avançar com grandes considerações a respeito da ocupação humana da área do Cabeço dos

Tabela 1 – Contabilização, em número e peso (gramas) por quadrado, dos elementos termoclastados compoendo a UE 4 (incluídos na UE 1 e divididos pelos níveis artificiais definidos) do sítio arqueológico de Cabeço dos Cinco Pinheiros.

	NA1		NA2		NA3		Total	
	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso
D.7	34	750	33	750	89	2850	156	4350
D.8	22	100	132	3100	237	8250	391	11450
D.9	19	350	141	2500	190	7100	350	9950
D.10	13	150	121	3750	277	8250	411	12150
D.11	15	250	121	2100	142	4850	278	7200
D.12	24	250	113	2000	31	500	168	2750
E.7	18	450	70	850	137	4000	225	5300
E.8	16	450	92	2000	245	9250	353	11700
E.9	31	500	61	2100	231	10750	323	13350
E.10	35	1250	174	4900	93	3300	302	9450
E.11	28	250	100	2500	132	4000	260	6750
E.12	22	300	80	1500	89	2250	191	4050
F.7	7	150	127	3900	317	9000	451	13050
F.8	16	50	34	500	229	7750	279	8300
F.9	25	250	181	4000	217	7100	423	11350
F.10	6	250	87	2750	125	4300	218	7300
F.11	0	0	90	1000	15	850	105	1850
F.12	0	0	72	850	52	1500	124	2350
G.7	14	100	147	2900	165	3000	326	6000
G.8	13	50	65	1000	140	3100	218	4150
G.11	14	400	35	950	32	450	81	1800
G.12	11	100	42	750	9	50	62	900
H.7	0	0	119	2250	237	3850	156	6100
H.8	Sondagem 6						231	5850
I.7	25	250	148	1900	164	3250	337	5400
I.8	8	150	66	2000	111	1500	185	3650
J.6	44	400	159	2300	183	3750	386	6450
J.7	16	150	174	3250	139	2500	329	5900
J.8	30	200	64	1750	214	4900	308	6850
K.6	76	450	232	3250	223	4000	531	7700
K.7	95	400	213	2850	132	1900	440	5150
Total	677	8400	3293	66200	4597	128100	8798	208550

Cinco Pinheiros, a nível cronológico e funcional. Não é assim possível, face a efectiva escassez de indicadores cronológicos fiáveis, atribuir com rigor este espólio a um tecno-complexo específico – pese embora a presença de um ou outro elemento mais característico (como veremos abaixo), apesar de estatisticamente irrelevante.

Recolheu-se unicamente espólio lítico talhado, maioritariamente em sílex, concentrado principalmente na UE 1 da Área 2, associado à UE 4 e repartido pelos três níveis artificiais definidos (embora com maior densidade nos níveis inferiores). Em termos de distribuição espacial, e sua representatividade no registo arqueográfico, o número de elementos pelo total da área escavada (Área 2) traduz-se numa *ratio* de 2,42 / m² – o que é significativamente inferior ao registado em contextos crono-culturamente coevos.

Tabela 2 – Inventário do espólio lítico recolhido no sítio arqueológico de Cabeço dos Cinco Pinheiros, por classe tecnológica.

		Sílex	Quartzo	Quartzito	Total
Preparação / Reavivamento	Flancos de núcleo	1	1		2
	Tablettes	1			1
Debitagem	Lascas	25		11	36
	Lâminas / Lamelas	1			1
Núcleos	Prismáticos	1			1
	Peças esquiroladas	2			2
	Seixos-núcleo			1	1
	Incaracterísticos	2			2
Utensílios	Lascas retocadas	3			3
	Lâminas retocadas	1			1
	Raspadeiras	3			3
Resíduos	Esquírolas	10	1		11
	Restos de talhe	11			11
Matéria-prima	Nódulos	2			2
Total		63	2	12	77

Na Área 1 foram apenas recolhidos dois elementos, na Sondagem 5 (UE 501) e na Sondagem 12 (UE 1201) – referindo-se da mesma maneira a total ausência de espólio na Sondagem 11 e nas restantes sondagens da Área 1. Não foi identificado qualquer elemento cerâmico, ou outro qualquer elemento que pudesse indicar uma cronologia relativa à Pré-História das antigas comunidades camponesas.

O espólio em sílex (81,82% do conjunto) caracteriza-se por elementos de várias classes tecnológicas: elementos de preparação / reavivamento, produtos de debitage, núcleos, utensílios, detritos de debitage e matéria-prima. Os produtos de reavivamento correspondem a flancos de núcleo (um elemento) e tablettes (um elemento). Os produtos de debitage correspondem a lascas brutas (25 elementos) e produtos alongados (pequena lâmina bruta extraída por percussão directa). Na categoria dos núcleos, foram recolhidos exemplares prismáticos para extracção de pequenas lascas ou lamelas (um elemento) e incaracterísticos (dois elementos),

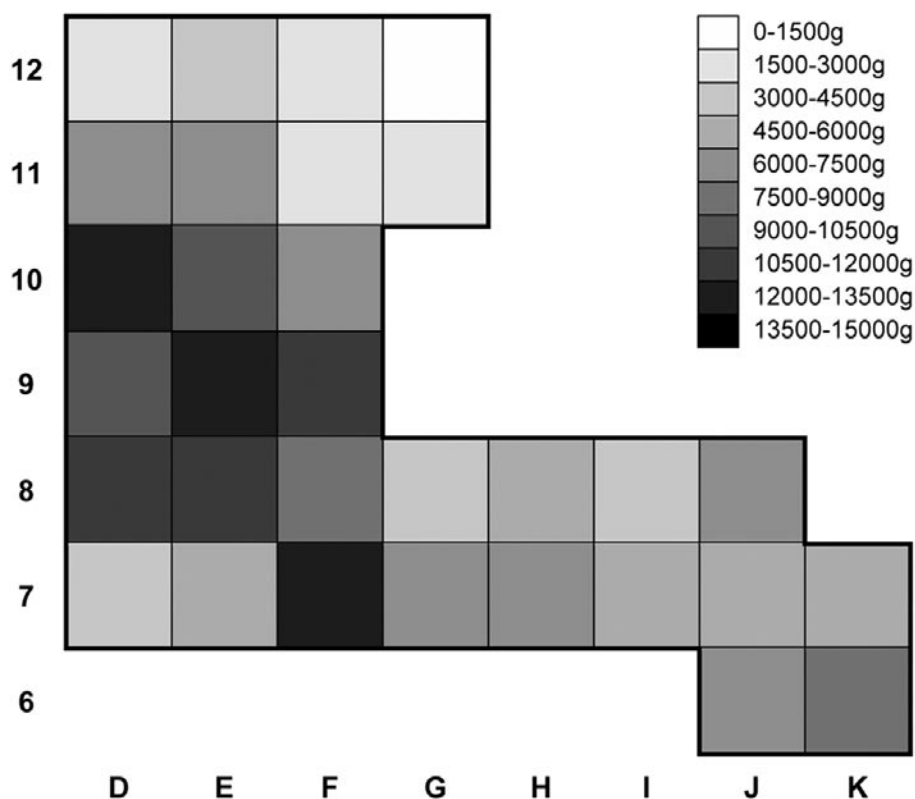


Fig. 9 – Distribuição dos elementos termoclastados, por peso (em gramas), na Área 2 do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros, notando-se a especial incidência nos quadrantes SE e SW da área escavada (quadrados D-F.7-10).

assim como peças esquiroladas (dois elementos, correspondendo possivelmente a núcleos bipolares). Os utensílios correspondem a lascas retocadas ou com sinais de uso (três elementos, um deles queimado), raspadeiras (dois elementos, um deles tratando-se de fragmento de raspadeira unguiforme) e lâminas retocadas (um elemento com retoque inverso contínuo rasante). Os detritos de debitação correspondem a restos de talhe (11 elementos, maioritariamente queimados) e esquirolas (10 elementos). Foram ainda recolhidos dois pequenos nódulos brutos de sílex, com córtex sub-rolado (indicando recolção em depósitos secundários), estando um deles queimado.

O espólio em quartzito (15,58% do conjunto) caracteriza-se por lascas brutas (11 elementos, um deles longitudinalmente fracturado por “acidente de Siret”) e um seixo-núcleo de exploração frontal uni-direcional identificado à superfície da Área 2, estando o espólio em quartzito, notoriamente residual (2,60% do conjunto), representado apenas por dois elementos (flanco de núcleo e esquirola).

Como se denota, tratam-se maioritariamente de artefactos de “fundo comum”, sem especificidade cronocultural evidente. O único elemento que poderia sugerir uma cronologia mais precisa seria a raspadeira unguiforme, tradicionalmente enquadrável nos tecno-complexos magdalenenses (*cf.* BICHO, 1993 a e 2000; ZILHÃO, 1997 a; MENDONÇA, 2009 e 2011; GAMEIRO, 2012); no entanto, trata-se de um elemento isolado, sem outros estarem disponíveis para ratificar esta hipótese. Da mesma maneira, a sua inclusão em conjuntos do Mesolítico Inicial (como abaixo veremos) também não é inédita, pelo que aquela atribuição cronocultural não é de todo indiscutível.



Fig. 10 – Aspectos da Área 2 (escavação em área) do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros. Em cima, à esquerda: aspecto da área antes de iniciados os trabalhos; em cima, à direita: aspecto do topo do NA 2 da UE 4, incluída na UE 1; em baixo, à esquerda: aspecto da estratigrafia observada (perfil SE); em baixo, à direita: aspecto da UE 3, notando-se o topo da cascalheira.

A nível da potencial origem das matérias-primas utilizadas, e especificamente em relação ao quartzo e ao quartzito, poder-se-ia sugerir a sua aquisição local. Contudo, os seixos presentes nos níveis de cascalheira registados na área do sítio arqueológico correspondem a elementos maioritariamente de tamanho reduzido (conforme observado na UE 3), claramente distintos daqueles usados como suporte para os artefactos líticos talhados do Cabeço dos Cinco Pinheiros – e mesmo daqueles usados nas estruturas que originaram os termoclastos. A sua recollecção na área da Lagoa da Albufeira, nos terraços contíguos à sua boca, parece mais provável.

Em relação ao sílex, e embora não se tenha procedido a análises petrográficas (mesmo a nível macroscópico), é possível isolar dois grupos genéricos com percentagens sensivelmente idênticas: um primeiro, correspondendo a sílex semi-translúcido de tonalidade vermelho-acastanhada e cinzento-esverdeada (Grupo 1); um segundo, correspondendo a sílex opaco, de tonalidade acinzentada e cinzento-esbranquiçada (Grupo 2).

Empiricamente, recordando que análises de outro tipo não foram realizadas, poderíamos fazer corresponder o primeiro grupo a sílices cenomanianos (Cretácico) e o segundo a sílices jurássicos. Em termos da definição das áreas específicas de proveniência, a questão poderá ser difícil de esclarecer sem trabalhos mais aprofundados.

Com efeito, os contextos cretácicos registados na zona Oeste da península de Setúbal correspondem basicamente a níveis do Berriasiano Inferior a Albiano, sem ocorrência de nódulos siliciosos. Os níveis do Cenomaniano, com sílex, registam-se somente na margem direita do Tejo. No entanto, é conhecida a ocorrência de seixos de sílex cretácico nos terraços em torno à Lagoa da Albufeira, para aqui transportados juntamente com seixos de granito do aro de Sintra e basaltos do Complexo Vulcânico de Lisboa, durante o Pliocénico, e posteriormente redepositados em zonas mais interiores pelas dinâmicas oceânicas. Poderão tratar-se de elementos de pequeno tamanho, mas facilmente trabalháveis no contexto crono-cultural em que o sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros se insere. Esta poderá ser assim uma fonte de aprovisionamento alternativa, em detrimento de expedições logísticas à margem Norte do Tejo.

Já quanto ao sílex jurássico, serão de referir os níveis do Jurássico Superior com potencialidade de ocorrência de sílex (Oxfordiano a Kimeridgiano) registados na orla litoral Sul da península de Setúbal (maciço calcário da Arrábida-Espichel). Para além da notícia da presença de sílex nas formações jurássicas da Serra de São Luís (informação pessoal de J. L. Cardoso), conhece-se a sua ocorrência em posição secundária (proveniente da erosão dos depósitos conglomeráticos jurássicos) na área do Monte do Cabrito, associada a um sítio neolítico aparentemente orientado para a produção de artefactos líticos talhados (*cf.* SILVA & SOARES, 1986, p. 106). Será de referir também a sua aparente presença na área da Azóia, correspondendo contudo a blocos de tamanho reduzido dificilmente trabalháveis (informação pessoal de M. Calado). Trata-se, em qualquer um dos casos (à excepção das ocorrências da Serra de São Luís, correspondendo a sílex negro), de sílex opaco de tonalidade acinzentada, com características semelhantes àquelas que distinguem o sílex do Grupo 2 aqui definido.

Seja como for, confirmando-se estas ocorrências, a matéria-prima está disponível a 5-15 km de distância do sítio arqueológico – pelo que se trata eminentemente de aprovisionamento local a intermédio (segundo os parâmetros estabelecidos em GENESTE, 1991), principalmente em depósitos secundários, como parece indicar o aspecto dos córtices presentes tanto nos artefactos como nos nódulos brutos recolhidos do sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros.

4 – AS LEITURAS POSSÍVEIS: O CABEÇO DOS CINCO PINHEIROS E O PALEOLÍTICO SUPERIOR FINAL / MESOLÍTICO INICIAL DA ÁREA DE SESIMBRA NO CONTEXTO DO OCIDENTE PENINSULAR

Uma das principais dificuldades encontradas na caracterização possível do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros é, como já salientado por E. da Cunha Serrão (1994, p. 24-27), a escassez, a nível local, de sítios bem caracterizados atribuíveis tanto ao Paleolítico Superior como ao Mesolítico – invalidando a sua comparação instantânea com contextos locais crono-culturalmente coevos e melhor caracterizados, correspondendo o grosso dos registos com dados mais sólidos a sítios atribuídos ao Paleolítico Inferior e Médio (*cf.* BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945; SERRÃO, 1974 e 1994; SERRÃO *et al.*, 1974; CARDOSO, 1999; FIGUEIREDO & SANTOS, 2007; CALADO *et al.*, 2009). Esta estranha carência é apontada por diversos investigadores como resultado da aparente escassez de sílex, sugerindo-se igualmente um relativo “isolamento geográfico” desta área durante o Paleolítico Superior / Mesolítico (*cf.* BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, p. 30-31; SERRÃO, 1994, p. 25-26).

Com efeito, os sítios potencialmente enquadráveis naqueles períodos apenas se encontram classificados, segundo a literatura disponível, pela presença de indústrias macrolíticas características do designado Languedocense, pesando embora a relativa “autonomia” cronológica que é reconhecida a esta

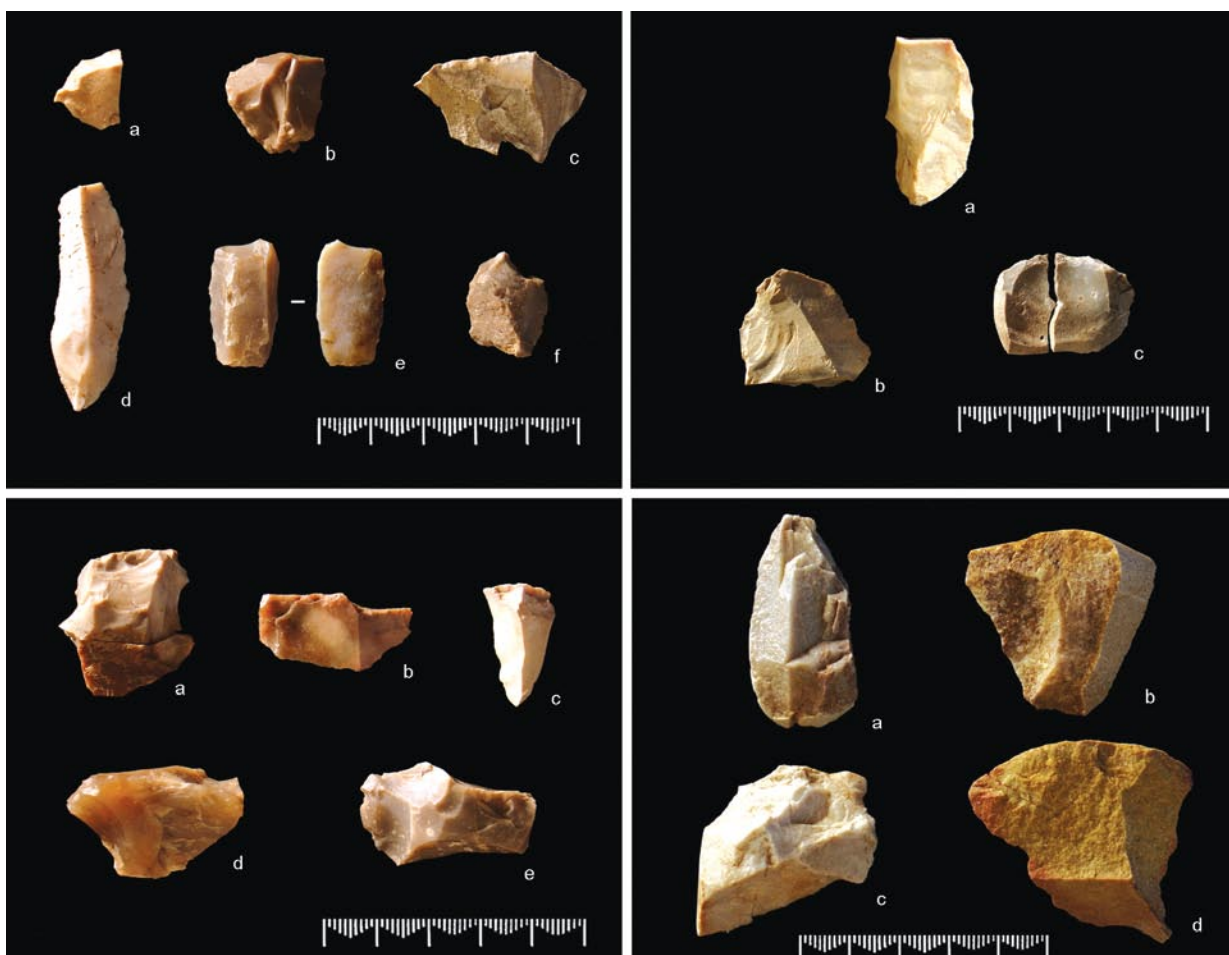


Fig. 11 – Exemplos do espólio recolhido no sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros. Em cima, à esquerda: raspadeiras em sílex do Grupo 1 e 2 (a-b, correspondendo a primeira a um fragmento de raspadeira unguiforme), lascas retocadas em sílex do Grupo 2 (c, f); pequena lâmina bruta em sílex do Grupo 2 (d); lâmina retocada em sílex do Grupo 1 (e); em cima, à direita: lascas brutas em sílex do Grupo 2, uma delas com fractura térmica (c); em baixo, à esquerda: núcleo prismático para pequenas lascas ou lamelas em sílex do Grupo 2 (a), tablette em sílex do Grupo 1 (b), flanco de núcleo em sílex do Grupo 2 (c), peças esquioladas em sílex do Grupo 1 (d-e); em baixo, à direita: lascas brutas de quartzito, uma delas com sinais de fogo (d).

“cultura” (cf. BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1946; RAPOSO & SILVA, 1984; CARDOSO, 2004). Destacam-se contextos como Aldeia, Casal das Golamas, Foz da Fonte, Pedra Negra, Ponta de Cortes, Praia dos Lagosteiros ou Ribeira da Mareta – sendo que aqui os artefactos ditos languedocenses, reconhecidos exclusivamente à superfície e em associação espacial com elementos de cariz mais antigo, são os únicos disponíveis para a sua aferição crono-cultural (RIBEIRO, 1871; BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945; SERRÃO, 1973, 1974 e 1994; CALADO *et al.*, 2009).

Outros sítios existem em que os materiais languedocenses se encontram aparentemente associados (mais uma vez, exclusivamente à superfície) a outro tipo de indústrias, já enquadráveis no Paleolítico Superior (sem mais especificações crono-culturais), tais como Boca dos Robaleiros, Pinheirinhos ou Promontório do Morro (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1965; ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1967; LEMOS, MONTEIRO & JORGE, 1974; SILVA & SOARES, 1986; SERRÃO, 1994; CALADO *et al.*, 2009). Particularmente interessante é o caso do sítio do Casal do Mocinho (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945, p. 283; SERRÃO, 1974 e 1994), onde, para além das macro-indústrias

languedocenses (com um expressivo registo de perto de duas centenas de artefactos), foi identificada uma quantidade igualmente considerável de artefactos de sílex (de tonalidade acinzentada, semelhante ao do Grupo 2 aqui definido), dominados por núcleos de lascas e lamelas (e respectivos produtos extraídos) e abundantes resíduos de talhe; os utensílios estão representados por buris diedros, furadores, denticulados, raspadeiras unguiformes e lamelas de dorso – sendo atribuída a este conjunto, na respectiva literatura (*cf.* SERRÃO, 1994, p. 56), uma cronologia já post-paleolítica (de “feição azilóide”), mas que não destoaria se integrado nos tecno-complexos magdalenenses (sobre a “questão azilense”, *cf.* AUBRY *et al.*, 2017). Este sítio foi objecto de trabalhos de re-localização recentes, conduzidos pelo signatário em colaboração com Cristina Gameiro, Henrique Matias, André Pereira e Luciana de Jesus, tendo sido identificados três núcleos distintos de ocupação, espacialmente dispersos numa área de cerca de 75 km² entre o vértice geodésico “Foz” e a arriba litoral - sendo ainda necessário uma avaliação rigorosa do espólio identificado para a sua aferição crono-cultural precisa.

Outras possíveis ocorrências, actualmente de difícil caracterização, referem-se aos “vestígios de fogueiras e fundos de cabana languedocenses” referenciados por C. Ribeiro na Fonte da Telha e Mina do Ouro (RIBEIRO, 1871; *cf.* também ZBYSZEWSKI *et al.*, 1965; SERRÃO, 1994) – o último com aparentes concentrações de termoclastos (*seg.* CALADO *et al.*, 2009, p. 61), semelhantes ao registado no sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros.

Esta relação entre as macro-indústrias e os tecno-complexos característicos do Paleolítico Superior Final e Mesolítico Inicial é também evidente, a nível regional (e para além dos acima mencionados), no sítio da Ponta do Cabedelo (FERREIRA, 1951), e a nível supra-regional, nos sítios de Palheirões do Alegria (RAPOSO, PENALVA & PEREIRA, 1993; RAPOSO, 1994) ou Pedra do Patacho (SOARES & SILVA, 1993) – podendo estar relacionada com actividades específicas que requeiram utensílios mais robustos, entendidas como resposta adaptativa a novas condições ambientais (ARAÚJO & ALMEIDA, 2007 e 2013; ARAÚJO, ALMEIDA & VALENTE, 2009).

Seja como for, a efectiva carência de trabalhos de investigação mais aprofundados, com recurso às necessárias escavações arqueológicas devidamente enquadradas, inviabiliza até ao momento a clarificação desta questão. Trabalhos recentes (para além da revisão do conjunto do sítio do Mesolítico Final da Amieira; *cf.* CARVALHO & CARDOSO, 2008) apenas se registaram nos sítios da área do Espichel – nomeadamente, os sítios de Boca do Chapim e Alto da Fonte Nova (FIGUEIREDO & CARVALHO, 2007; FIGUEIREDO *et al.*, 2012). Apesar de se atribuir uma cronologia já relativa à Pré-História das antigas comunidades camponesas a estes sítios, a sua avaliação precisa carece ainda de fundamento. Principalmente no Alto da Fonte Nova, o único registo cerâmico refere-se a um fragmento incaracterístico recolhido à superfície; da mesma maneira, o conjunto lítico não poderá ser atribuído com extrema segurança ao Neolítico, tratando-se maioritariamente de artefactos e utensílios pouco elucidativos a nível crono-cultural, transversais a diversas etapas cronológicas. Aparentemente, existe uma datação TL disponível para este sítio, referindo-se à datação de amostra de sedimentos recolhidos no estrato subjacente à “camada arqueológica” – estrato este onde escassos materiais foram identificados. Apesar de o resultado exacto não ser fornecido, indica-se uma idade genérica de 11000 BP para este estrato (*cf.* CARVALHO, 2007, p. 74) – sugerindo-se que o nível arqueológico que se sobrepõe seria já de formação holocénica. No entanto, de acordo com os dados até ao momento difundidos, nada invalida a atribuição destes sítios a uma idade anterior ao advento das antigas comunidades camponesas.

Assim, tendo em conta o registo arqueológico imediato (na área estrita de Sesimbra), como enquadrar crono-culturalmente o sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros? Como acima vimos, apesar de deficientemente caracterizada, está atestada a exploração do território por parte das últimas comunidades de caçadores-recolectores, desde o Tardiglacial adiante – pelo menos até ao período Atlântico, conforme demonstrado pelo sítio da Amieira, embora sem evidências directas de exploração dos recursos marino-estuarinos (*cf.* CARVALHO & CARDOSO, 2008).

A nível imediato, o sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros inclui-se num conjunto de sítios dispersos em torno à Lagoa da Albufeira, em ambas margens da Ribeira da Apostiça. Na sua envolvente, regista-se uma série de ocupações cujos vestígios à superfície se mostram idênticos àquelas que caracterizavam o sítio aqui estudado antes dos trabalhos de escavação, sendo descritas como ocorrências de “indústrias líticas dispersas à superfície de formações plio-pleistocénicas” – destacando-se, pela proximidade, os sítios de Cabeço da Pedra, Tuberal, Mesquita, Pateira e Venda Nova (RIBEIRO, 1871; BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1945 e 1965; SERRÃO, 1994; CARDOSO, 1999; CALADO *et al.*, 2009).

Aparentemente, o sítio enquadra-se numa ampla mancha de ocupação com dispersão horizontal centrada na margem direita da Ribeira da Apostiça, embora não haja certezas absolutas em relação à coesão cronocultural de todas as ocorrências registadas. Porém, nenhum elemento parece até ao momento indicar que esta coesão crono-cultural não exista. Quer-se com isto dizer que, tal como no Cabeço dos Cinco Pinheiros, apesar

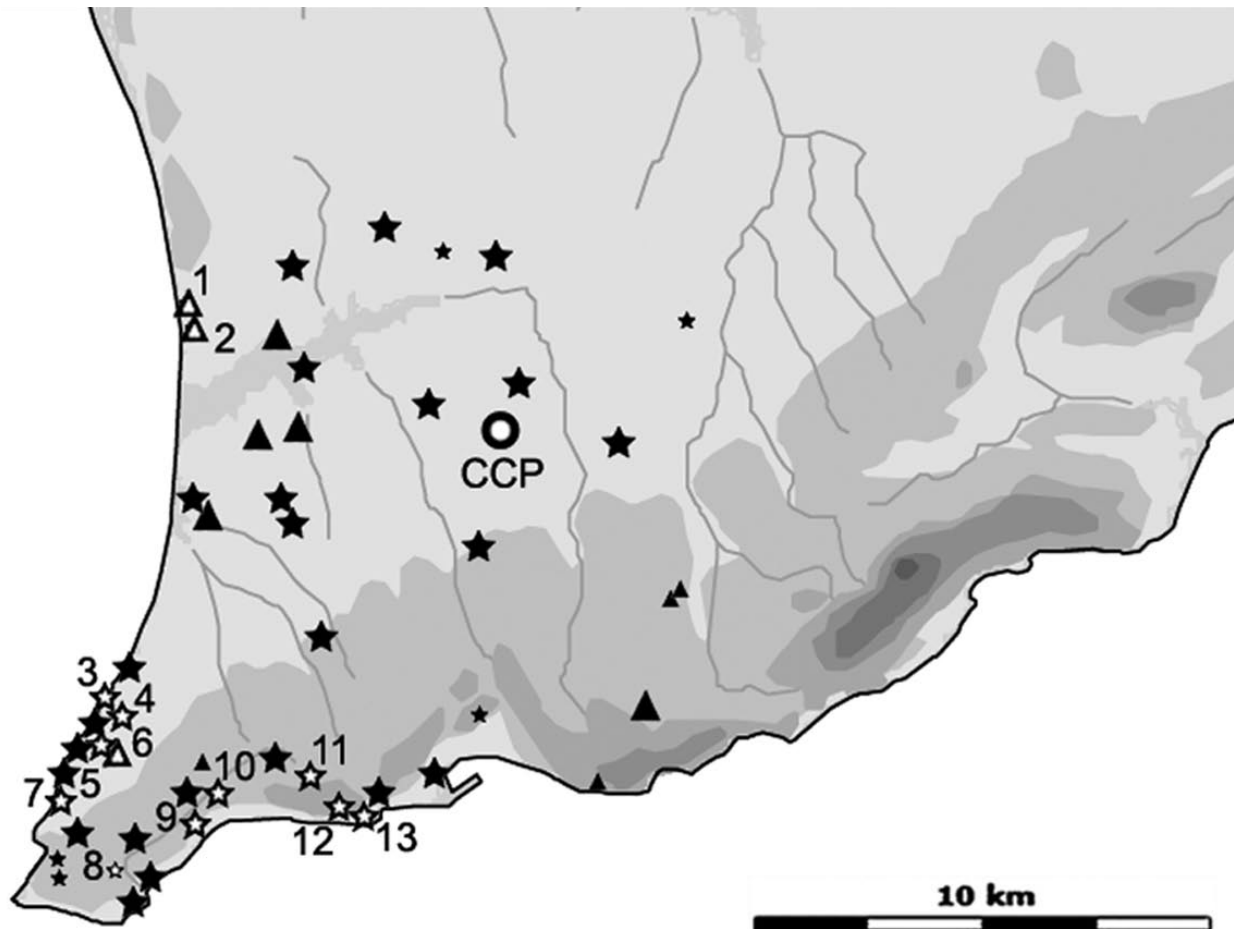


Fig. 12 – Relação geográfica do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros (indicado pelo círculo e pelo acrónimo CCP) com sítios atribuídos ao Paleolítico (indicados pelas estrelas) e ao Mesolítico (indicados pelos triângulos) na área de Sesimbra. Os sítios atribuídos ao Paleolítico Superior (sem mais especificações) e Mesolítico Inicial estão indicados pelos símbolos vazios; os símbolos de menor dimensão correspondem a achados isolados / dispersos. “Languedocense” indiferenciado: Fonte da Telha (1); Mina do Ouro (2); Foz da Fonte (3); Ponta de Cortes (4); Ponta Negra (5); Praia dos Lagosteiros (7); Ribeira da Mareta (8); Aldeia (10); Casal das Golamas (11). Paleolítico Superior (sem mais especificações): Boca dos Robaleiros (9); Pinheirinhos (12); Promontório do Morro (13). Mesolítico Inicial: Casal do Mocinho (6). Localizações segundo SERRÃO, 1994 e CALADO *et al.*, 2009.

da deficiente caracterização proporcionada unicamente pelos dados de superfície, trabalhos de escavação conduzidos nestes sítios poderão revelar realidades mais óbvias, equiparáveis à realidade aqui em análise.

Em termos do enquadramento geo-morfológico imediato, a implantação do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros parece obedecer a uma lógica facilmente discernível. Com efeito, encontra-se instalado no flanco Sudeste de um pequeno cabeço, estando assim a suposta área de ocupação relativamente protegida dos ventos dominantes (soprando de Norte e Noroeste). Com efeito, aparenta tratar-se de uma ocupação circunscrita a esta plataforma a meia-encosta – sugerível pela ausência de qualquer elemento arqueológico perto do topo do cabeço (Sondagem 11), assim como pelo facto de na Área 1 estes apenas estarem presentes à superfície, sem representatividade em profundidade (podendo ser encarados como elementos remobilizados de áreas localizadas a cotas superiores).

Instalado sobre o interflúvio Ribeira da Pateira-Ribeira da Ferraria, domina uma extensa área aberta para o lado Este, drenada pela bacia daquele primeiro curso de água, podendo ser assumida como uma área de obtenção imediata de recursos bióticos – nomeadamente cinegéticos.

Em relação aos padrões de ocupação intra-sítio, pouco pontos há a definir, tendo em conta a amostra escavada. Com efeito, se correspondendo a área escavada a um “módulo funcional” específico do espaço interno do *habitat*, outras áreas de actividades correlativas deveriam ter existido. No entanto, para além das áreas objecto de escavação, nenhuma outra área evidenciava à superfície vestígios de ocupação – o que não quer dizer que não existam, podendo estar actualmente camuflados pelos depósitos eólicos (tendo-se preconizado o Acompanhamento Arqueológico cuidadoso desta área durante os trabalhos de execução do projecto).

Assim, o único “espaço funcional” do habitat disponível para análise é precisamente a Área 2 e o “horizonte de ocupação” designado como UE 4. Como dito acima, a acumulação de termoclastos aqui identificada poderá ser interpretada de acordo com duas hipóteses explicativas, podendo tratar-se de um conjunto de lareiras desmanteladas por agentes erosivos ou, em alternativa, do resultado de acções de limpeza de estruturas e consequente descarte localizado dos seus componentes.

Seja como for, o calibre dos seixos utilizados não condiz com aquele dos seixos disponíveis tanto localmente (conforme observado na UE 3) como na envolvência alargada do sítio (raio de 5 km) – assim, dado que a sua origem não é imediata, deverão ser considerados como *manuportes* para aqui obrigatoriamente transportados, sendo clara a origem antrópica deste depósito.

A análise espacial da distribuição dos elementos recolhidos, tanto termoclastos como artefactos, permite inferir, mesmo que dentro de um padrão de dispersão sensivelmente homogéneo, duas áreas de maior concentração de elementos – podendo ser interpretadas como “áreas funcionais” específicas, reflectindo, se privilegiada a segunda hipótese interpretativa, despejos localizados resultantes da limpeza e descarte de outras áreas de actividade – restando apenas por definir a que actividades corresponderiam exactamente e qual a sua cronologia precisa.

Um ponto de comparação relativamente elucidativo poderá ser encontrado nos contextos recentemente escavados na área de Leiria – nomeadamente, os sítios de Cruz da Areia, Telheiro da Barreira e Cortes, escavados por equipas da Era – Arqueologia, S.A. e Crivarque – Trabalhos Geo-Arqueológicos, Lda., dirigidos por Tiago do Pereiro, Adelaide Pinto, Francisco Almeida e pelo signatário (ANDRADE, MATIAS & GARCIA, 2010-2011; PEREIRO, 2013).

A análise tecno-tipológica preliminar do espólio recolhido nestes sítios permitiu destacar a presença de, para além da variada utensilagem de fundo comum, exemplares de lamelas de Areeiro, pontas de dorso com retoque cruzado, pontas fusiformes, raspadeiras (unguiformes, afocinhadas, carenadas e sobre extremo de lasca

ou lâmina segmentada), buris transversais (lascas apontadas com levantamentos burinantes perpendiculares ao eixo tecnológico), peças esquiroladas / núcleos bipolares, núcleos prismáticos de produtos alongados com plano de debitage lisoso e respectivos suportes extraídos – o que sugeriria, à primeira vista, a integração destes sítios nos tecno-complexos magdalenenses, possivelmente já relativos à sua fase terminal (cf. BICHO, 1993 a, 1997 a e 2000; MARKS & MISHOE, 1997; ZILHÃO, 1997 a; ZILHÃO *et al.*, 1995; MENDONÇA, 2009 e 2011; GAMEIRO, 2012; GAMEIRO, AUBRY & ALMEIDA, 2013), ao que se alia a recolha de um possível fragmento de zagaia em osso em Cruz da Areia (informação pessoal de T. do Pereiro).

Contudo, para um destes sítios (precisamente Cruz da Areia) encontra-se disponível uma datação absoluta, obtida sobre amostra de carvão de *pinus pinaster* recolhida numa das estruturas de combustão identificadas – nomeadamente, Beta-343555: 8720 ± 40 BP (PEREIRO, 2013, p. 50-53). Tal resultado ultrapassa significativamente os parâmetros cronológicos estabelecidos até ao momento para o Magdalenense, com

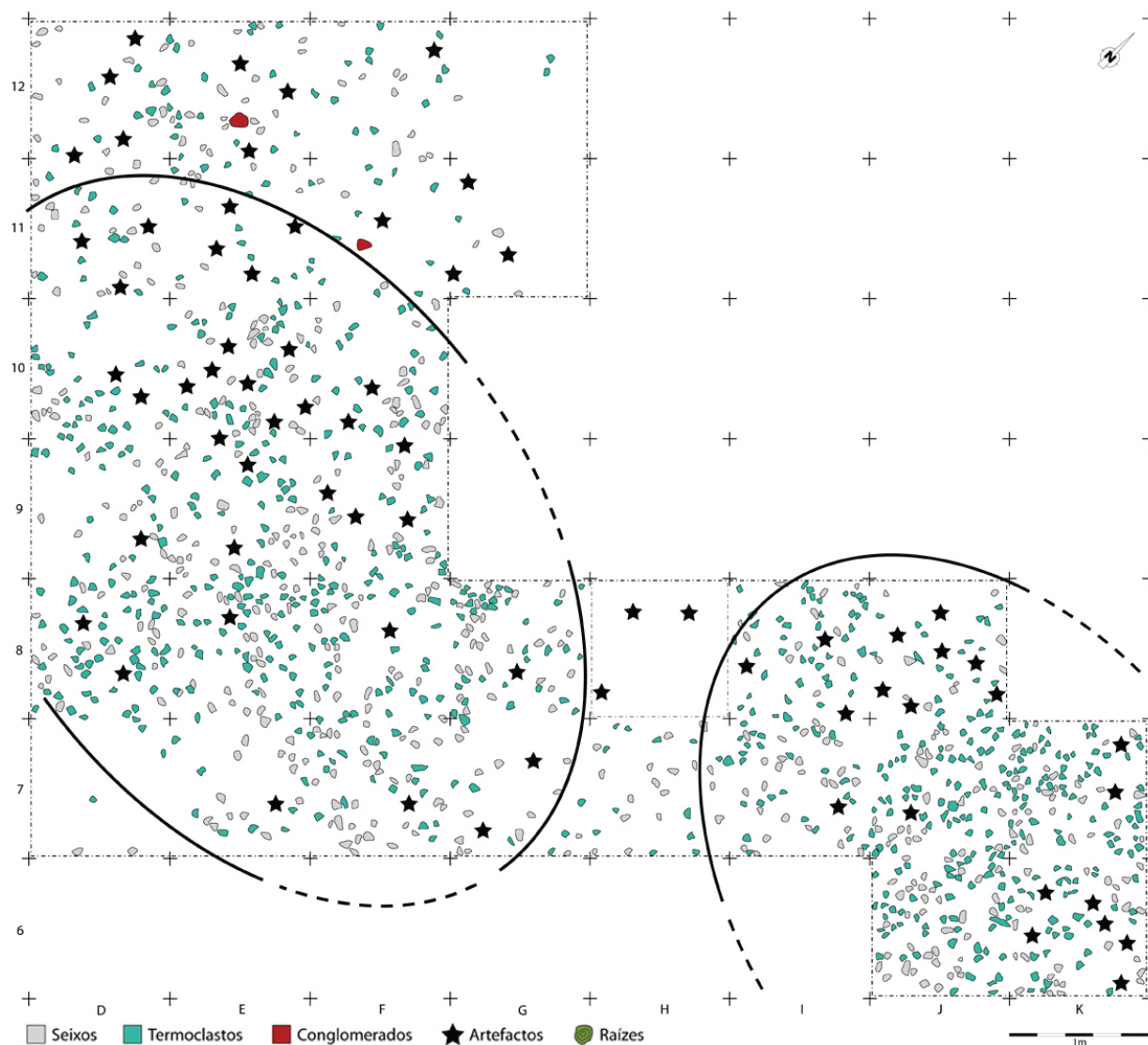


Fig. 13 – Delimitação de potenciais “áreas funcionais” (indicadas pelas elipses), de acordo com a densidade dos elementos termoclastados e com a distribuição dos artefactos líticos tallados (indicados pelas estrelas) na Área 2 do sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros.

um *terminus* provável em ± 10000 BP, apontando já uma ocupação cronologicamente relativa ao Mesolítico Inicial – o que já era de certo modo indicado pela identificação de carvões de *pinus pinaster* (cf. QUEIROZ & MATEUS, 2004; SOARES & SILVA, 2004; ARAÚJO, 2009).

Desta maneira, e entendendo que toda a construção mental elaborada a partir da análise dos dados fornecidos pela cultura material não poderá ser desconstruída com base numa única datação absoluta (sendo obviamente necessárias outras para confirmar ou refutar o resultado obtido), pode-se encarar provisoriamente esta evidência em duas linhas interpretativas:

- 1) trata-se de um sítio do Mesolítico Inicial ainda com uma cultura material de evidente tradição magdalenense, com a sobrevivência de certos itens mais característicos (à semelhança de Areeiro 3, Bocas, Penha Verde ou Palheirões do Alegria);
- 2) trata-se de um sítio onde se registam duas fases de ocupação, sucedâneas no tempo, com diferenciação estratigráfica horizontal e não vertical (como o registo arqueográfico parece demonstrar, sem sobreposição vertical de estratos cronologicamente apartáveis).

Estes sítios conservavam ainda diversos tipos de estruturas de actividades possivelmente correlacionáveis, tendo sido reconhecidas, no conjunto dos três sítios, variadas estruturas tipológica e funcionalmente distintas, descritas da seguinte forma:

- 1) estruturas de combustão sub-circulares, de dimensões variáveis, caracterizadas pela presença de termoclastos, concentração de cinzas e carvões e com rubefacção de sedimentos na base;
- 2) estruturas de funcionalidade desconhecida, caracterizadas por concentrações de termoclastos depositados em *cuvette*, sem vestígios de cinzas ou rubefacção de sedimentos (possíveis estruturas de aquecimento, “placas térmicas”, “lareiras sem fogo”);
- 3) “cinzeiros”, caracterizados pela presença abundante de cinzas e carvões em depressões escavadas nas areias pliocénicas de base (desde 40 cm até 3 m de diâmetro), com registo de abundante material residual (esquírolas, restos de talhe e pequenos fragmentos de termoclastos), com maior densidade nos níveis inferiores;
- 4) “despejos” de termoclastos (embora não se possam considerar propriamente como estruturas), formando grandes concentrações sem conexão aparente (em Cruz da Areia, por exemplo, ascendendo a cerca de 2000 m² de extensão).

Uma sugestão interpretativa permite equacionar a relação entre estes diversos tipos de estruturas. Teríamos assim:

- 1) lareiras polivalentes para funções básicas (culinária ou outras actividades técnicas), cujos componentes pétreos poderiam ser igualmente aproveitados nas estruturas descritas de seguida;
- 2) estruturas compostas por seixos aquecidos, retirados das lareiras, para funções que não requeiram a acção directa de fogo, tais como secagem de peles ou carnes, ou até mesmo para ebulição de água para culinária (técnica de *stone boiling*), tendo mesmo sido equacionada a hipótese de estarem relacionadas com o processamento de salgema obtida no diapiro de Leiria ou com o aquecimento de betumes vegetais para fixação de pontas de projectil;

- 3) “cinzeiros”, resultantes da limpeza das estruturas de Tipo 1 após a remoção dos seixos de maiores dimensões para as estruturas de Tipo 2, restando os pequenos fragmentos termoclastados e todos os vestígios de uma lareira *toss zone*, incluindo material debitado queimado;
- 4) “tapetes de termoclastos”, resultantes da limpeza / desmantelamento das estruturas de Tipo 2.

Tratam-se, genericamente (e de acordo com a comparação das características genéricas do espólio recolhido), de sítios aparentemente contemporâneos – podendo ser encarados de acordo com duas hipóteses explicativas:

- 1) três núcleos ocupados simultaneamente, configurando uma vasta área de acampamento com dispersão horizontal e exploração diferenciada do espaço;
- 2) três núcleos ocupados intercaladamente dentro da diacronia do Magdalenense Terminal / Mesolítico Inicial, em que a comunidade se instala sazonalmente na mesma área mas não necessariamente no mesmo local.

Seja como for, tratar-se-á de ocupações intensas e sucessivas, pelo menos a julgar pela densidade do descarte de elementos termoclastados em Cruz da Areia (cobrindo, como dito, uma área de perto de 2000 m², não estando ainda contabilizado o peso total destes elementos).

Pelo que aqui nos interessa, os paralelos com o sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros são óbvios – registando-se a única diferença no facto de que, ao contrário deste sítio, em Cruz da Areia, Telheiro da Barreira e Cortes outras áreas foram objecto de escavação, e não somente as áreas estritas de despejo de termoclastos – inferindo-se assim que estas correspondem a áreas funcionais perfeitamente distintas das restantes áreas identificadas dentro do espaço de ocupação (nomeadamente, áreas específicas de produção e consumo de artefactos líticos talhados, ou outras actividades correlativas). E tal como no Cabeço dos Cinco Pinheiros, as áreas de acumulação de termoclastos registavam uma presença pouco expressiva de material talhado, resumido maioritariamente a lascas brutas ou detritos de talhe.

No sítio de Valongos 3 (Nazaré; escavações do signatário), atribuível já ao Mesolítico Final, o espólio arqueológico distribuía-se heterogeneamente em duas realidades diferenciáveis: uma primeira, caracterizada pela abundância de termoclastos associados a escassos e incaracterísticos materiais talhados; uma segunda, caracterizada pela abundância de utensílios, dominando as armaduras geométricas (destacando-se a presença de triângulos de Muge), microburis e suportes alongados retocados (incluindo lamelas de Montbani), com escassos ou inexistentes registos de termoclastos. Ambas áreas se encontravam aqui espacialmente apartadas dentro da área de ocupação do sítio (delimitada pela dispersão de material), pelo que se pode sugerir a existência de módulos funcionais intra-habitat, agindo diferencialmente na formação do registo arqueográfico.

O tipo de realidade aqui descrita está assim bem documentado em diversos contextos de ocupação do Tardiglacial e Pré-Boreal. Por exemplo, a abundância de termoclastos em sítios do Maciço Calcário Estremenho (como Bairrada, Cabeço do Porto Marinho e Carneira) tem sido interpretada como restos de possíveis estruturas de aquecimento desmanteladas, referindo-se possivelmente a “lareiras-caloríferos” ou a bases de possíveis “fornos de argila” (ZILHÃO, 1997a; QUELHAS, 1999; PEREIRA *et al.*, 2012; sobre “estruturas de argila moldada” mesolíticas, *cf.* SOUSA & GONÇALVES, 2015; SOUSA *et al.*, 2017). No sítio da Barca do Xerez de Baixo, com ocupações datadas entre ± 8730-8150 BP, foi identificada uma realidade semelhante na designada *Superfície de Ocupação Superior* (SOS); caracteriza-se igualmente como uma acumulação de

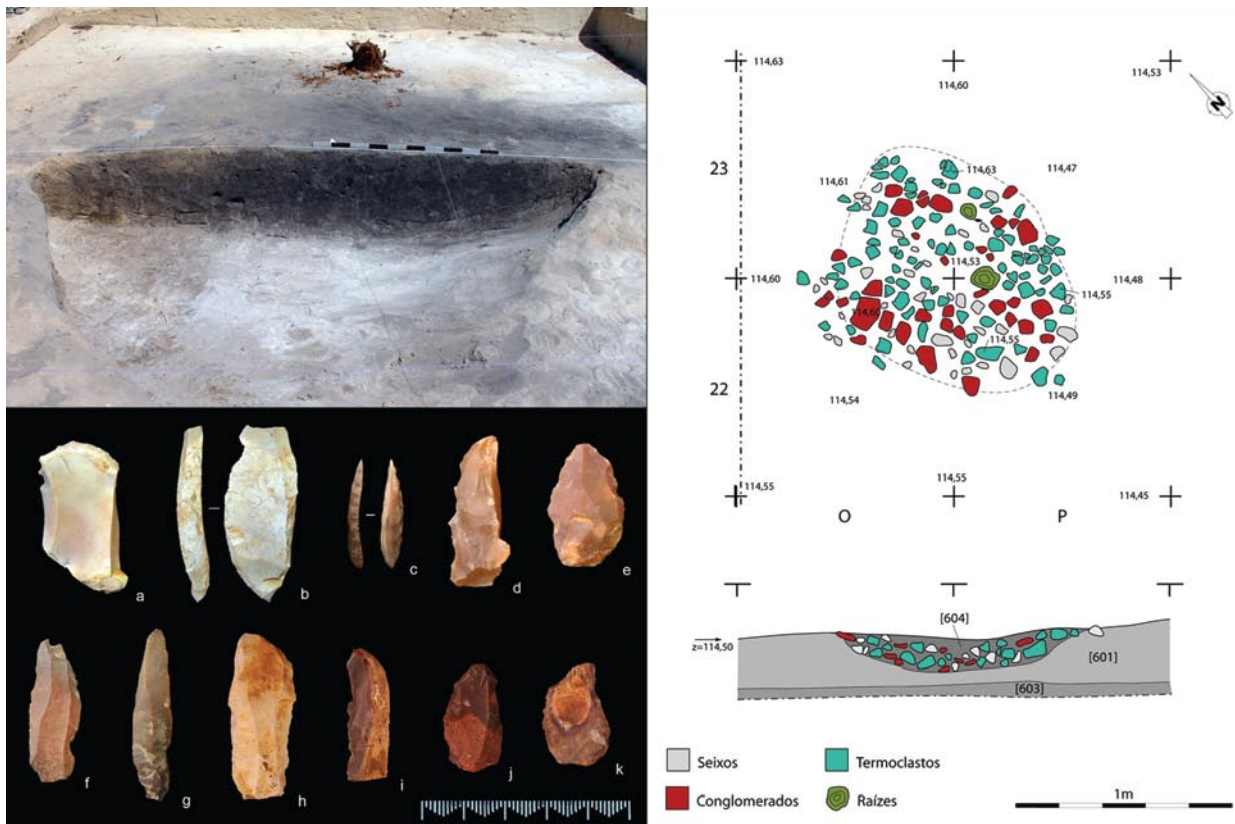


Fig. 14 – Sítios do Tardiglacial / Pré-Boreal da área de Leiria, paralelizáveis com o sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros. Em cima, à esquerda: aspecto do “cinzeiro” [402], seccionado a meio, do sítio do Telheiro da Barreira; em baixo, à esquerda: exemplos do conjunto artefactual recolhido nos sítios de Cortes, Telheiro da Barreira e Cruz da Areia (já apresentado em ANDRADE, MATIAS & GARCIA, 2010-2011), distinguindo-se raspadeira sobre lasca segmentada (a), ponta de dorso com retoque cruzado (b), ponta fusiforme (c), denticulado (d), lascas apontadas (e, j-k), lamelas e pequenas lâminas (f-h); à direita: estrutura [604] do sítio do Telheiro da Barreira (planta do NA2 e secção NE-SW), composta por seixos de quartzo e quartzito termoclastados depositados em “cuvette”, quebrados *in situ* e sem sinais de fogo (ausência de cinzas ou carvões, sem rubefacção de sedimentos de base).

termoclastos (aparentemente sem elementos fracturados *in situ*), de contornos difusos (embora com algumas concentrações específicas), à qual se encontrava associado outro tipo de vestígios (nomeadamente, faunas e artefactos líticos queimados) – podendo corresponder precisamente, de acordo com uma das hipóteses explicativas avançadas, a “uma pequena lixeira resultante da limpeza e/ou manutenção de outras estruturas de combustão” (ARAÚJO & ALMEIDA, 2013, p. 167-168).

Concentrações significativas, como as representadas nos sítios de Leiria ou Cabeço dos Cinco Pinheiros, estão igualmente referenciadas na área francesa – como, por exemplo, nos *amas lithiques* de Chalognes (MARCHAND *et al.*, 2008 e 2009), ou nos depósitos específicos de Pincevent e Verberie (DUMAÇAY & CARON, 2010; *cf.* também BODU *et al.*, 2006, p. 109-116). Nestes dois últimos casos (datados de entre \pm 12950-12000 BP; *cf.* ENLOE & AUDOUZE, 2010; DEBOUT *et al.*, 2012), o estudo conjunto destas realidades permitiu individualizar a existência de depósitos designados como “lixeiros” (*dumps*) incluídos na estrutura espacial interna do habitat. Estes depósitos seriam resultantes de acções de manutenção de lareiras, com substituição dos seus componentes – sendo facilmente sintetizadas na seguinte premissa: *Getting supplies of rocks intended to be heated also means managing them once they are out of use* (DUMAÇAY & CARON, 2010, p. 100).

Tais acções resultariam aqui em acumulações de termoclastos por vezes de volume significativo. Por exemplo, no caso do Nível IV-0 de Pincevent (sobrejacente a níveis com datações em torno a ± 12600 - 12120 BP; cf. DEBOUT *et al.*, 2012), foram identificados cerca de 900 kg de elementos termoclastados em 200 m^2 (numa *ratio* de $4,5 \text{ kg} / \text{m}^2$, ainda assim inferior a *ratio* da realidade do sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros, com $6,73 \text{ kg} / \text{m}^2$). É contudo referido que o volume destes depósitos depende tanto da duração do assentamento como também dos processos de limpeza e descarte – sendo reconhecidos dois processos específicos (DUMAÇAY & CARON, 2010, p. 101):

- 1) descarte em áreas localizadas, espacialmente bem delimitadas e relativamente distantes das estruturas de origem (até 10 m), relacionadas com a limpeza sistemática de lareiras domésticas (destinadas essencialmente à culinária), resultando em acumulações de volume significativo;
- 2) espalhamento em áreas não localizadas, sem delimitação espacial evidente, relacionado com a limpeza ocasional de “lareiras-satélite” (destinadas a outras funções especializadas), resultando em volumes pouco expressivos e não concentrados.

Embora se reconheça que as estruturas identificadas em contextos de Paleolítico Superior Final e Mesolítico Inicial possam ter dimensões variáveis e, conseqüentemente, um volume variável de componentes, dependendo das funções a que se destinam (veja-se, por exemplo, o caso das lareiras da Lapa do Picareiro em BICHO, HAWS & HOCKETT, 2006), um cálculo médio poderá ser estabelecido para definir o número de estruturas que estas acumulações de termoclastos representariam. Por exemplo, cruzando os dados dos sítios de Leiria com aqueles obtidos no sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros, podemos obter uma estimativa do número mínimo de estruturas que aqui teriam sido construídas e utilizadas – assumindo como *estruturas-tipo* as lareiras EC1 e EC3 de Cruz da Areia (cf. PEREIRO, 2013, p. 85-86) e a estrutura [604] de Telheiro da Barreira (escavações do signatário), correspondendo as primeiras a estruturas do Tipo 1 e a última a uma estrutura do Tipo 2 (de acordo com a tipologia acima definida para os sítios de Leiria).

As lareiras EC1 e EC3 de Cruz da Areia referem-se a estruturas de combustão típicas (reconhecidas pelos parâmetros acima descritos) apresentando dimensão distinta – ocupando a primeira uma área de cerca de $3,50 \text{ m}^2$, e a segunda uma área de cerca de 1 m^2 . Sem contabilizar os elementos não fracturados, EC1 forneceu cerca de 24,61 kg de seixos termoclastados (731 elementos com dimensão superior a 2 cm), tendo EC3 fornecido um número significativamente inferior (cerca de 2 kg, correspondendo a 43 elementos com dimensão superior a 2 cm). Na estrutura [604] de Telheiro da Barreira, ocupando uma área de cerca de $1,92 \text{ m}^2$, foram recolhidos 147 elementos termoclastados (não contabilizando igualmente os seixos não fracturados e as “placas” de arenito ferruginoso também compondo a estrutura), totalizando cerca de 4,37 kg.

Se estipularmos estas cifras como o peso médio dos componentes termoclastados das estruturas que teriam existido no Cabeço dos Cinco Pinheiros, os 208,55 kg de elementos recolhidos na Área 2 traduzem-se num número mínimo de cerca de 9 estruturas do tipo da lareira EC1 de Cruz da Areia, 104 estruturas do tipo da lareira EC3 de Cruz da Areia ou 48 estruturas do tipo da estrutura [604] de Telheiro da Barreira. Reafirme-se, contudo, que estas estruturas podem ter tamanhos variáveis (como o demonstra as lareiras EC1 e EC3 de Cruz da Areia), reflectindo-se num maior ou menor número de componentes; da mesma maneira, lembrando o que foi referido acima, o “horizonte” designado como UE 4 estende-se aparentemente para além dos limites da área de escavação, pelo que o número de estruturas construídas e utilizadas, e posteriormente

desmanteladas, no Cabeço dos Cinco Pinheiros poderá ser significativamente superior – o que revela uma ocupação de substancial densidade.

O espólio associado a estas acumulações reflecte exactamente as actividades realizadas junto ou sobre aslareiras de origem, sejam restos osteológicos ou detritos de talhe. A escassez de material lítico talhado poderá apenas ser reflexo de especificidades funcionais dentro do espaço ocupado. Lembremos que nos sítios de Leiria acima mencionados, os artefactos líticos talhados eram nitidamente escassos nas áreas de concentrações de termoclastos (facto principalmente evidente em Cruz da Areia e Telheiro da Barreira), sendo já abundantes (especialmente utensílios) em áreas de actividade específica, associadas a lareiras ou delimitadas em áreas de talhe.

No sítio dos Cabeços dos Cinco Pinheiros não foi identificado qualquer elemento que permita inferir a funcionalidade específica das lareiras que aí terão existido. Com efeito, nenhum vestígio osteológico foi encontrado associado a estes despejos – o que no entanto poderá ser explicado pela relativa acidez dos depósitos arenosos envolventes, tendo os testes de Potencial Hidrogeniónico (pH) realizados sobre amostras sedimentares das UEs 1 e 2 fornecido valores centrados em 3,5 (correspondendo assim a pacotes sedimentares moderadamente ácidos). Da mesma maneira, as evidências de talhe são pouco elucidativas; todavia, regista-se a presença de alguns elementos de reavivamento de núcleos, assim como de material residual queimado, o que indica o seu descarte em estruturas de combustão activas (lareiras *toss zone*). Ainda assim, trata-se de uma quantidade pouco expressiva, sugerindo talvez actividades de talhe ocasional realizado junto a estas lareiras – maioritariamente de sílex, não sendo facilmente explicável a escassez de artefactos em quartzo e quartzito, principalmente este último, cuja importância é evidenciada em contextos crono-culturalmente equiparáveis, mesmo em áreas geográficas onde o sílex está largamente disponível (*cf.* ZILHÃO, 1996 e 1997a; BICHO, 1996 e 2002; GAMEIRO, AUBRY & ALMEIDA, 2008; PEREIRA, 2010; PEREIRA *et al.*, 2012), podendo esta ser encarada como matéria-prima específica destinada à produção de utensílios específicos (*cf.* acima o que se referiu em relação à associação entre macro-indústrias e os tecno-complexos do Paleolítico Superior Final e Mesolítico Inicial).

Consequentemente, a definição dos modelos de subsistência da comunidade instalada no Cabeço dos Cinco Pinheiros poderá estar dependente da cronologia específica em que a ocupação se enquadrará, dadas as significativas alterações ambientais registadas entre o final do Plistocénico e o início do Holocénico e o seu efeito nas estratégias de obtenção de recursos bióticos. Como dito, poucos elementos favorecem o esclarecimento desta questão cronológica, não tendo as características tecno-tipológicas do espólio recolhido possibilitado substanciais considerações a este nível. O único elemento que se poderia atribuir a um tecno-complexo particular seria o fragmento de raspadeira unguiforme, apesar de, como referido, não se encontrar associado a outros elementos que ratifiquem a sua atribuição cronológica. Com efeito, embora tradicionalmente enquadráveis nos tecno-complexos madgalenenses (DEMARS & LAURENT, 2003), as raspadeiras unguiformes estão igualmente presentes em contextos mais tardios, tanto em fases de transição como já em momentos plenos do Mesolítico Inicial, como atestado em sítios com datações absolutas dispostas entre $\pm 10260-8380$ BP, como Areeiro 3, Bocas, Penha Verde, Palheirões do Alegria ou Toledo (BICHO, 1993 b e 1995-1997; CARDOSO & FERREIRA, 1992; RAPOSO, PENALVA & PEREIRA, 1993; RAPOSO, 1994; ARAÚJO, 1998 e 2011), ou, no contexto geográfico imediato do sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros, em Casal do Mocinho (SERRÃO, 1994) – surgindo por vezes associadas a outros *items* característicos, como as armaduras de dorso.

Neste sentido, se entendermos o Mesolítico apenas como a adaptação das comunidades de finais do Magdalenense a novas condições climáticas (logo, se o entendermos como “uma mudança na continuidade”),

a sobrevivência de certos *items* da cultura material é de todo admissível. Mas, seja como for, à falta de outros elementos, maior rigor cronológico não poderá ser atribuído à ocupação registada no sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros, apontando-se desta maneira uma cronologia genérica enquadrada entre o Magdalenense Terminal e o Mesolítico Inicial (entre 11000 e 8000 BP).

Assim, que modelos de subsistência se poderiam defender para o sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros? Embora não se registre qualquer evidência directa destes modelos de subsistência (o que se poderá dever apenas ao carácter específico da área escavada, talvez reflexo de uma área funcional específica intra-habitat, ou simplesmente às fracas condições de preservação dos vestígios osteológicos), várias observações são possíveis com base tanto na implantação geográfica particular do Cabeço dos Cinco Pinheiros como na informação disponibilizada por contextos enquadráveis nos mesmos patamares crono-culturais. Intuitivamente, dado a implantação micro-ecotónica do sítio, um modelo de subsistência dual poderia ser sugerido, fundamentado tanto nas práticas de marisqueio como nas actividades cinegéticas – motivadas pela proximidade ao litoral e pela esfera ambiental terrestre onde o sítio se encontra incluído.

No entanto, a relação com o litoral deverá ser relativizada: tendo em conta a isóbata estabelecida para o período compreendido entre 11000 e 8000 BP, colocando o nível médio do mar entre – 40 m e – 60 m (11000-10000 BP) e entre – 60 m e – 20 m (10000-8000 BP), a linha costeira encontrar-se-ia a pelo menos 10 km de distância da actual (*cf.* DIAS, RODRIGUES & MAGALHÃES, 1997; DIAS, 2004; *cf.* também VIS, KASSE & VANDENBERGHE, 2008). Desta maneira, entre o Magdalenense e o Mesolítico Inicial, o sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros poderia encontrar-se a pouco menos de 20 km da costa – o que, como se sabe, não é condicionante para que estes recursos não fossem explorados, como se verá adiante.

Em relação à esfera ambiental terrestre de enquadramento do sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros, esta é facilmente reconstituível – sendo igualmente possível definir que recursos cinegéticos estariam disponíveis para obtenção imediata por parte da comunidade. Os dados paleo-botânicos obtidos no litoral alentejano, ambiente geográfico francamente paralelizável com a zona Oeste da península de Setúbal, indicam a decadência de *pinus sylvestris* e a proliferação de *pinus pinaster* nos interflúvios dunares a partir da transição Plistocénico-Holocénico, assistindo-se ao desenvolvimento de paisagens arborizadas mais fechadas (MATEUS, 1992; MATEUS & QUEIROZ, 1997; QUEIROZ, 1999; QUEIROZ & MATEUS, 2004). Estes ambientes mais florestados propiciariam a caça de espécies de médio porte (veado, corço, javali) e pequeno porte (coelho, lebre), como o parece demonstrar o registo arqueográfico de diversos contextos datados de finais do Plistocénico / inícios do Holocénico.

Com efeito, evidencia-se o aumento dos táxons acima referidos a partir do Magdalenense, a par com o desaparecimento gradual de caprídeos e equídeos – o que será reflexo da adaptação das comunidades às alterações ambientais registadas a partir do Tardiglacial, com a consequente substituição de paisagens abertas por paisagens mais florestadas (AURA *et al.*, 1998, p. 87-91; ZILHÃO, 1992, p.156-157, e 1997 b; DAVIS, 2002; HAWS, 2000 e 2003; HAWS & BICHO, 2007; BICHO, HAWS & ALMEIDA, 2011; BICHO & HAWS, 2012). Esta tendência parece ter continuidade já entrado o Mesolítico, acrescentando-se as práticas de marisqueio a este novo paradigma subsistencial (ARAÚJO, 2003 a, 2009, 2011 e 2016; HAWS e BICHO, 2007; VALENTE, 2008; VALENTE & CARVALHO, 2009), por vezes com uma importância ainda relativamente significativa – como o parece demonstrar sítios como Toledo, Curral Velho, São Julião, Magoito, Pedra do Patacho, Castelejo ou Barranco das Quebradas, datados pelo radiocarbono de entre ± 10200-7510 BP (ZILHÃO, CARVALHO & ARAÚJO, 1987; SOARES & SILVA, 1993; ARAÚJO, 1994, 1998, 2011 e 2016; BICHO, 2004; SOUSA, 2004; SOUSA & SOARES, 2016; SOUSA, MIRANDA & SOARES, 2016; SILVA & SOARES, 2016).

Analisando a dispersão dos contextos do Magdalenense e do Mesolítico Inicial no Ocidente peninsular, verifica-se que o sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros não destoa dos padrões de ocupação genéricos reconhecidos para estas crono-culturas. Com efeito, denota-se uma especial incidência de sítios do Tardiglacial / Holocénico Inicial na fachada atlântica (compreendendo uma faixa até 50 km a partir da linha de costa), desde o vale do Mondego ao Barlavento algarvio, comum a ambos períodos (evidenciando-se contudo a efectiva carência de claros contextos magdalenenses no litoral alentejano; *cf.* ARAÚJO, 2003 a; CARDOSO, 2004; SOARES & SILVA, 2004; SILVA & SOARES, 2016). No entanto, mais do que por critérios específicos de exploração do território, esta particular incidência poderá ser explicada (conforme já salientado em ARAÚJO, 2003 a, p. 104-106) tanto por contingências de investigação, menos focada em regiões mais interiores, como pelas próprias características geológicas destas áreas, permitindo uma melhor ou pior preservação dos contextos.

Seja como for, pelo que aqui nos interessa, os contextos relativos ao Mesolítico Inicial parecem registar padrões de ocupação semelhantes àqueles registados pelos contextos magdalenenses, ainda que nitidamente mais orientados para a exploração do litoral (ZILHÃO, 1992, p. 158; ARAÚJO, 2003 a, p. 106). Esta nova orientação é indicada precisamente pelo registo arqueográfico disponível (especialmente nos sítios mesolíticos acima enunciados), evidenciando-se um incremento das práticas de marisqueio que contrasta expressivamente com o Magdalenense (ZILHÃO, 1992, p. 159; ARAÚJO, 2003 a, p. 109). Com efeito, não se registam até ao momento contextos claros de exploração de moluscos marinhos durante o Tardiglacial no Ocidente peninsular – o que também poderá ser ilusório, pois a subida do nível do mar a partir do Holocénico poderá ter submergido muitos dos sítios magdalenenses direccionados para a exploração destes recursos, pelo que não se pode excluir em absoluto que o marisqueio fosse já praticado durante o Magdalenense (ARAÚJO, 2003 a).

Tal hipótese parece atestar-se em outros contextos geográficos ibéricos, como os litorais mediterrânico e cantábrico, onde se evidenciam práticas de marisqueio desenvolvidas logo desde o Magdalenense com óbvia continuidade no Mesolítico (MARTÍNEZ ANDREU, 1989-1990; ALVÁREZ FERNÁNDEZ, 2005). Da mesma maneira, regista-se a exploração de outros recursos marinhos que não moluscos, conforme o demonstra os arpões de osso destinados à pesca presentes em contextos do Sudeste espanhol (VILLAVARDE & ROMÁN, 2005-2006; ROMÁN MONROIG & VILLAVARDE, 2011) ou os restos ictiológicos identificados em sítios como Gruta do Caldeirão ou Lapa do Picareiro (ZILHÃO, 1992; BICHO *et al.*, 2003 e 2009). Indirectamente, a exploração destes recursos é sugerida pela presença de elementos de adorno sobre concha, como os recolhidos nas grutas do Almonda e Caldeirão, possivelmente relacionados com enterramentos magdalenenses (CHAUVIÈRE, 2002; CALLAPEZ, 2003; TRINKAUS, BAILEY & ZILHÃO, 2001; TRINKAUS *et al.*, 2011).

Como dito acima, a distância à costa não é condição causal para a presença ou ausência de práticas de marisqueio. Com efeito, conhecem-se contextos localizados em regiões mais interiores, em áreas significativamente afastadas do litoral (por vezes a mais de 60 km da linha de costa fóssil) onde se regista a exploração de recursos marinhos, tanto ictiológicos como malacológicos – destacando-se para o Magdalenense os casos referidos acima de Lapa do Picareiro e Caldeirão, datados de entre $\pm 15170-11550$ BP (ZILHÃO, 1992 e 1997 a; BICHO *et al.*, 2003 e 2009; BICHO & HAWS, 2012), e para o Mesolítico Inicial os casos de Casal do Papagaio, Pena da Mira e Bocas, datados de entre $\pm 10260-7810$ BP (ARNAUD & BENTO, 1988; BICHO, 1995-1997; ARAÚJO, 2003 a e 2016).

Da mesma maneira, a exploração dos ambientes litorais e estuarinos não é condicionante para a instalação restrita das comunidades junto à costa; na verdade, se o consumo de recursos marinhos teria papel de relevo na dieta das comunidades, não seria obviamente exclusivo, como o demonstra a ocupação de áreas do interior peninsular durante o Magdalenense e o Mesolítico Inicial. Neste sentido, dever-se-á referir as contingências

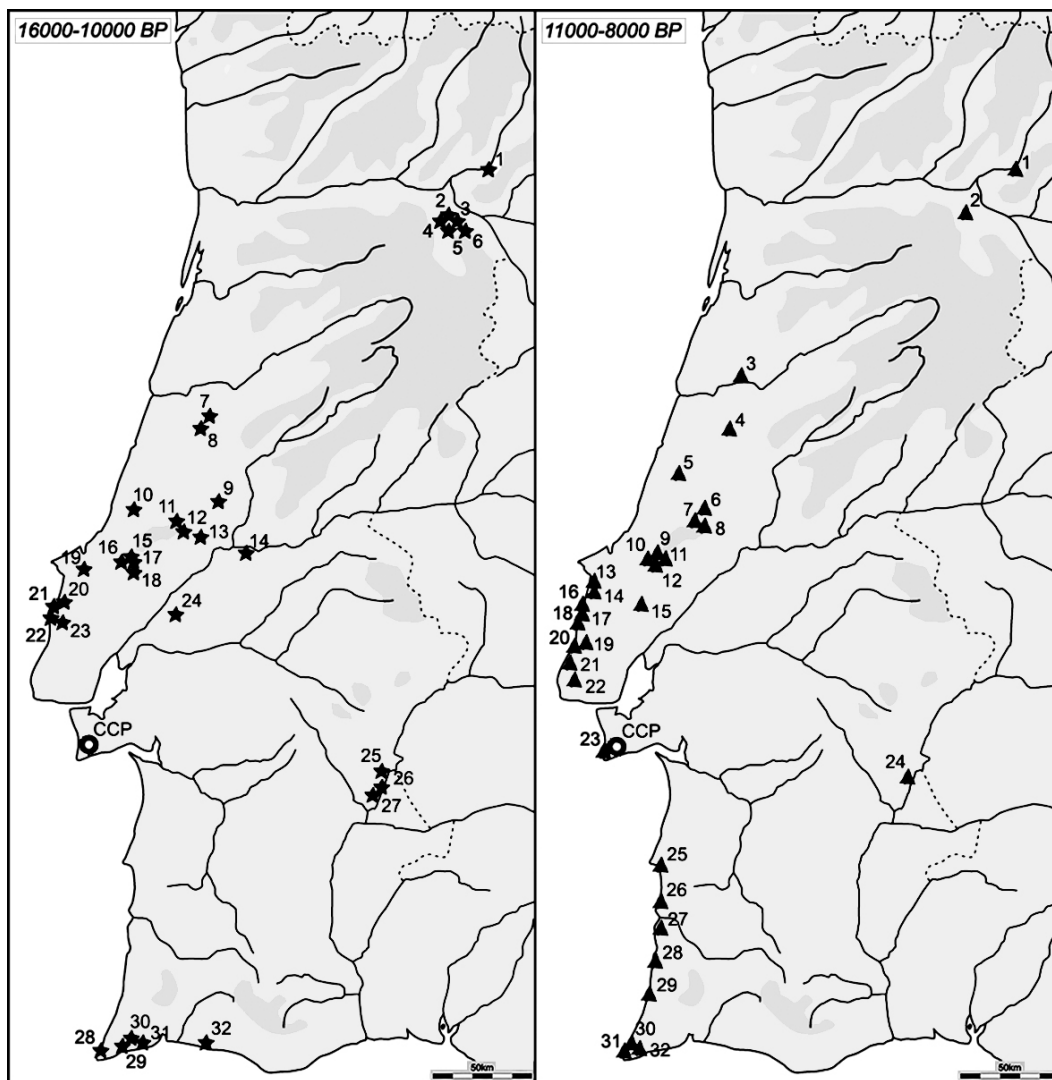


Fig. 15 – O sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros (indicado pelo círculo e pelo acrónimo CCP) no contexto das principais ocupações do Paleolítico Superior Final (à esquerda, indicados pelas estrelas) e do Mesolítico Inicial (à direita; indicados pelos triângulos) no Ocidente peninsular. Magdalenense (crono-cultura indiferenciada): Foz do Medal (1); Quinta da Barca Sul (2); Fariseu (3); Cardina 1 e 2 (4); Olga Grande 4 (5); Ínsula (6); Abrigo de Vale Covões 1 (7); Gruta da Buraca Grande (8); Gruta do Caldeirão (9); Olival Fechado (10); Lapa do Picareiro (11); Lapa dos Coelhoos e Gruta do Almonda – Galeria da Cisterna (12); Bairrada (13); Cadoiças (14); Cabeço do Porto Marinho (15); Abrigo Grande das Bocas (16); Vascas (17); Carneira e Pinhal da Carneira (18); Lapa do Suão (19); Rossio do Cabo (20); Carrado Novo (21); Baio (22); Vale da Mata (23); Pinheirocas (24); Malhada do Mercador (25); Chancudos (26); Monte da Ribeira (27); Vale Santo 4 (28); Vale Boi (29); Cruz da Pedra (30); Monte do Januário (31); Praia da Galé (32). Mesolítico Inicial: Foz do Medal (1); Prazo (2); Vale Sá (3); Gruta da Buraca Grande (4); Cruz da Areia, Telheiro da Barreira e Cortes (5); Gruta do Casal do Papagaio (8); Abrigo da Pena da Mira (7); Lapa do Picareiro (8); Cabeço do Porto Marinho (9); Abrigo Grande das Bocas (10); Fonte Pinheiro (11); Areeiro 3 (12); Vale Frade (13); Toledo (14); Camarnal (15); Ponta da Vigia (16); Cabeço do Curral Velho (17); Pinhal da Fonte (18); Cova da Baleia (19); São Julião (20); Magoito (21); Penha Verde (22); Casal do Mocinho (23); Barca do Xarez de Baizo (24); Oliveirinha 1 (25); Pedra do Patacho (26); Palheirões do Alegria (27); Montes de Baixo (28); Medo da Fonte Santa (29); Castelejo (30); Barranco das Quebradas 1, 3, 4 e 5 (31); Rocha das Gaivotas (32). Localizações segundo GAMEIRO, 2012 (Magdalenense) e ARAÚJO, 2016 (Mesolítico Inicial), acrescentando-se os sítios da Foz do Medal (FIGUEIREDO *et al.*, 2014; GASPAR *et al.*, 2015), Cruz da Areia, Telheiro da Barreira e Cortes (ANDRADE, MATIAS & GARCIA, 2010-2011; PEREIRO, 2013), Cova da Baleia (SOUSA & GONÇALVES, 2015), Penha Verde (CARDOSO & FERREIRA, 1992), Casal do Mocinho (SERRÃO, 1994), Pedra do Patacho (SOARES & SILVA, 1993 e 2004) e Medo da Fonte Santa (SILVA & SOARES, 2016).

de investigação acima mencionadas para explicar a particular incidência de contextos na fachada litoral; com efeito, trabalhos realizados nas últimas décadas permitiram a identificação e escavação de contextos localizados a distâncias substancialmente elevadas da costa, destacando-se as importantes ocorrências registadas nas áreas do Alentejo (Alqueva) e Alto Douro (Côa-Sabor).

Para a primeira região, cuja ocupação durante o Magdalenense já era sugerida por alguns elementos da Gruta do Escoural (GOMES, CARDOSO & SANTOS, 1990), serão de referir os contextos magdalenenses de Malhada do Mercador, Chancudos e Monte da Ribeira (ALMEIDA, 2013) e o sítio do Mesolítico Inicial da Barca da Xerez de Baixo (ARAÚJO & ALMEIDA, 2013). Para o Alto Douro, cuja importância é reforçada pelos complexos de arte rupestre aí identificados, destacam-se os sítios magdalenenses da Foz do Medal, Quinta da Barca Sul, Fariseu, Cardina 1 e 2, Olga Grande 4 e Ínsula (AUBRY, 2009; AUBRY *et al.*, 2015; FIGUEIREDO *et al.*, 2014; GASPAR *et al.*, 2015), sendo de referir, para o caso do Mesolítico Inicial, igualmente o sítio da Foz do Medal e Prazo (MONTEIRO-RODRIGUES & ANGELUCCI, 2004; MONTEIRO-RODRIGUES, 2015; GASPAR *et al.*, 2015).

O que estas ocorrências permitem atestar é justamente que as ocupações do Paleolítico Superior Final e Mesolítico Inicial, até há poucos anos circunscritas à fachada atlântica, se estendem igualmente para o interior peninsular – alargando assim os territórios de ocupação destas comunidades. Estes territórios estariam possivelmente organizados em módulos sazonais compassados pela disponibilidade de recursos, complementando a exploração do litoral com a exploração do interior – descrevendo diferentes estratégias de povoamento e de subsistência, com bases de largo espectro, explorando uma maior diversidade de recursos bióticos e abióticos, como parece demonstrar a comparação do registo arqueográfico de sítios localizados tanto no interior como no litoral – seja a nível das faunas consumidas ou das matérias-primas líticas utilizadas (*cf.* ARAÚJO, 2003 a e 2016; AUBRY, 2009; AUBRY *et al.*, 2012 e 2016; ALMEIDA, 2013; ARAÚJO & ALMEIDA, 2013).

O sítio arqueológico do Cabeço dos Cinco Pinheiros inclui-se assim possivelmente no módulo sazonal de exploração da faixa litoral – muito embora as suas dinâmicas internas não sejam facilmente conjecturáveis, dado as evidentes lacunas contextuais registadas, motivadas pela ausência de vestígios osteológicos preservados, pela carência de um conjunto artefactual estatisticamente expressivo ou pela não identificação de áreas funcionais complementares. Com efeito, escassos dados estão disponíveis para a clarificação dos ritmos de ocupação da área Oeste da Península de Setúbal durante o Tardiglacial e Pré-Boreal, e da inclusão do sítio do Cabeço dos Cinco Pinheiros nestas mesmas dinâmicas. Um maior desenvolvimento na investigação desta temática específica permitirá todavia abrir novas portas ao conhecimento nesta região particular, podendo as questões aqui levantadas obter então resposta.

Lisboa / Sesimbra, Setembro de 2017

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. (2013) – *Testemunhos do Paleolítico no Regolho do Alqueva. Resultados do Bloco 1 do Plano de Minimização de Impactes*. Évora: EDIA / DRCULEN (Memórias d’Odiviana, 2.ª série, 2).
- ALMEIDA, F.; ANGELUCCI, D.; GAMEIRO, C.; CORREIA, J. & PEREIRA, T. (2004) – Novos dados para o Paleolítico Superior final da Estremadura Portuguesa: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 1997-2003 na Lapa dos Coelhos (Casais Martanes, Torres Novas). *Promontoria*. Faro. 2 (2), p. 157-192.
- ÁLVAREZ FERNÁNDEZ, E. (2005) – La explotación de los moluscos marinos durante el Paleolítico superior y el Mesolítico en la Región Cantábrica y en el Valle del Ebro: pasado y presente de la investigación. *Munibe*. San Sebastián. 57, p. 359-368.
- ANDRADE, M. A.; MATIAS, H. & GARCIA, M. M. (2010-2011) – *Under Pressure*. Remontagens de pedra lascada no contexto de intervenções de emergência: o caso dos sítios do Tardiglacial da área de Leiria. *Arqueologia & História*. Lisboa. 62-63, p. 39-50.
- ARAÚJO, A. C. (1994) – O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Curral Velho (Cambelas, Torres Vedras). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 43-51.
- ARAÚJO, A. C. (1998) – O concheiro de Toledo, Lourinhã, no quadro das adaptações humanas do Pós-Glacial no litoral da Estremadura. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1 (2), p. 19-38.
- ARAÚJO, A. C. (2003 a) – O Mesolítico Inicial da Estremadura. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo*. *Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 25), p. 110-114.
- ARAÚJO, A. C. (2003 b) – Long term change in Portuguese Early Holocene settlement and subsistence. In LARSSON, L.; KINDGREN, H.; KNUTSSON, K.; LOEFFLER, D. & ÅKERLUND, A. (eds.) – *Mesolithic on the Move: Papers Presented to the 6th International Conference on the Mesolithic in Europe*. Oxford: Oxbow Books, p. 569-580.
- ARAÚJO, A. C. (2004) – Casal da Prata (Camaral, Alenquer). In BUGALHÃO, J. (ed.) – *Arqueologia na rede de transporte de gás: 10 anos de investigação*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 39), p. 37-43.
- ARAÚJO, A. C. (2009) – Hunter-gatherers adaptations during the Pleistocene / Holocene transition in Portugal: data and explanatory models. In McCARTAN, S.; SCHULTING, R.; WARREN, G. & WOODMAN, P. (eds.) – *Mesolithic Horizons: Papers Presented at the 7th International Conference on the Mesolithic in Europe*. Oxford: Oxbow Books. 2, p. 533-540.
- ARAÚJO, A. C. (2011) – *O concheiro de Toledo no contexto do Mesolítico Inicial do litoral da Estremadura*. Lisboa: IGESPAR / IP (Trabalhos de Arqueologia, 51).
- ARAÚJO, A. C. (2015) – A few steps backwards... In search of the origins of the Late Mesolithic. In BICHO, N.; DETRY, C.; PRICE, D. T. & CUNHA, E. (eds.) – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing. 2, p. 1-15.
- ARAÚJO, A. C. (2016) – *Une histoire des premières communautés mésolithiques au Portugal*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2782).
- ARAÚJO, A. C. & ALMEIDA, F. (2007) – Inland insights into the macrolithic puzzle: the case of Barca do Xerez de Baixo. In BICHO, N. (ed.) – *From the Mediterranean basin to the Portuguese Atlantic shore: papers in honor of Anthony Marks*. *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 7), p. 185-208.

- ARAÚJO, A. C. & ALMEIDA, F. (2013) – *Barca do Xerez de Baixo. Um testemunho invulgar das últimas comunidades de caçadores recolectores do Alentejo interior*. Évora: EDIA / DRCALEN (Memórias d’Odiana, 2.^a série, 3).
- ARAÚJO, A. C.; ALMEIDA, F. & VALENTE, M. J. (2009) – Macrolithic industries of the Portuguese Mesolithic: a human adaptative response. In McCARTAN, S.; SCHULTING, R.; WARREN, G. & WOODMAN, P. (eds.) – *Mesolithic Horizons: Papers Presented at the 7th International Conference on the Mesolithic in Europe*. Oxford: Oxbow Books. 2, p. 779-787.
- ARNAUD, J. M. (1986) – Post-glacial adaptations in Southern Portugal: a summary of the evidence. In *The Pleistocene Perspective: Innovation, Adaptation and Human Survival*. London: Allen & Unwin, p. 1-15.
- ARNAUD, J. M. & BENTO, J. A. (1988) – Caracterização da ocupação pré-histórica da Gruta do Casal do Papagaio (Fátima, Vila Nova de Ourém). *Algar – Boletim da Sociedade Portuguesa de Espeleologia*. Lisboa. 2, p. 27-34.
- AUBRY, Th. (2009) – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR / IP (Trabalhos de Arqueologia, 52).
- AUBRY, Th.; BARBOSA, A. F.; GAMEIRO, C.; LUÍS, L.; MATIAS, H.; SANTOS, A. T. & SILVESTRE, M. (2015) – De regresso à Cardina, 13 anos depois: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 2014 no Vale do Côa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 5-26.
- AUBRY, Th.; FONTUGNE, M. & MOURA, M. H. (1997) – Les occupations de la grotte de Buraca Grande depuis le Paléolithique Supérieur et les apports de la séquence Holocène à l’étude de la transition Mésolithique-Néolithique au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 94 (2), p. 182-189.
- AUBRY, Th.; GAMEIRO, C.; MANGADO LLACH, J.; LUÍS, L.; MATIAS, H. & PEREIRO, T. (2016) – Upper Palaeolithic lithic raw material sourcing in Central and Northern Portugal as an aid to reconstructing hunter-gatherer societies. *Journal of Lithic Studies*. Edinburgh. 3 (2), p. 1-22.
- AUBRY, Th.; GAMEIRO, C.; SANTOS, A. & LUÍS, L. (2017) – Existe Azilense em Portugal? Novos dados sobre o Tardiglaciário e o Pré-Boreal no Vale do Côa. In ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (dirs.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 403-418.
- AUBRY, Th.; LUÍS, L.; MANGADO LLACH, J. & MATIAS, H. (2012) – We will be known by the tracks we leave behind: Exotic lithic raw materials, mobility and social networking among the Côa Valley foragers (Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology*. 31 (4), p. 528-550.
- AUBRY, Th. & MOURA, M. H. (1994) – O Paleolítico da Serra do Sicó. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34, p. 43-60.
- AUBRY, Th. & MOURA, M. H. (1995) – Nouvelles données sur les occupations paléolithiques de la Serra de Sicó. In *Actas da III Reunião do Quaternário Ibérico*. Coimbra: GTPEQ, p. 439-449.
- AURA, J. E. (2001) – Cazadores emboscados. El Epipaleolítico en el País Valenciano. In VILLAVARDE, V. (ed.) – *De neandertales a cromañones. Los inicios del poblamiento humano en las tierras valencianas*. València: Universidad de Valencia, p. 219-238.
- AURA, J. E. & PÉREZ, M. (1992) – Tardiglaciário y postglaciário en la región mediterránea de la Península Ibérica (13500-8500 BP): transformaciones industriales y económicas. *Saguntum*. València. 25, p. 25-47.
- AURA, J. E. & VILLAVARDE, V. (1995) – Paleolítico superior final y Epipaleolítico antiguo en la España Mediterránea (18.000-9.000 BP). In MOURE, A. & GONZÁLEZ SAINZ, C. (eds.) – *El final del Paleolítico Cantábrico*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 313-340.

- AURA, J. E.; VILLAVARDE, V.; GONZÁLEZ MORALES, M.; GONZÁLEZ SAINZ, C.; ZILHÃO, J. & STRAUS, L. G. (1998) – The Pleistocene-Holocene transition in the Iberian Peninsula: continuity and change in human adaptations. *Quaternary International*, 49-50, p. 87-103.
- BICHO, N. (1993 a) – O Paleolítico Superior Final de Rio Maior: perspectiva tecnológica. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33 (3-4) (*Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 2), p. 15-35.
- BICHO, N. (1993 b) – Areeiro III, na open air site dated to 8850 BP, Rio Maior, Portugal. *Mesolithic Miscellany*. 12 (2), p. 1-10.
- BICHO, N. (1994) – The end of the Paleolithic and the Mesolithic of Portugal. *Current Anthropology*. Chicago. 35 (5), p. 664-674.
- BICHO, N. (1995-1997) – A ocupação epipaleolítica do Abrigo Grande das Bocas, Rio Maior. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 13-15, p. 53-85.
- BICHO, N. (1996) – The role of quartz and quartzite in the Magdalenian of Cabeço do Porto Marinho, Rio Maior, Portugal. In MALONEY, N.; RAPOSO, L. & SANTOJA, M. (eds.) – *Non-flint Stone tools and the Palaeolithic Occupation of the Iberian Peninsula*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 649), p. 175-181.
- BICHO, N. (1997 a) – Magdalenian flint technology at the site of Cabeço de Porto Marinho, Rio Maior, Portugal. In RAMOS MILLAN, A. & BUSTILLO, M. A. (eds.) – *Siliceous Rocks and Culture*. Granada: Universidad de Granada, p. 419-425.
- BICHO, N. (1997 b) – Spacial, Technological and Economic Organization After the Last Glacial Maximum in Portuguese Prehistory. In FULLOLA, J. M. & SOLER, N. (eds.) – *El món mediterrani després del pleniglacial (18000-12000)*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 213-223.
- BICHO, N. (1998 b) – Pleistocene transition in Portuguese Prehistory: a technological perspective. In MILLIKEN, S. (ed.) – *The Organization of Lithic Technology in Late and Early Postglacial Europe*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 700), p. 39-62.
- BICHO, N. (2000) – *Technological Change in the Final Upper Palaeolithic of Rio Maior*. Tomar: CEIPAR (ARKEOS, 8).
- BICHO, N. (2002) – Lithic raw material economy and human hunter-gatherer mobility in the Late Glacial and Early Postglacial in Portuguese Prehistory. In FISHER, L. E. & ERIKSEN, B. V. (eds.) – *Lithic Raw Material Economies in Late Glacial and Early Postglacial Europe*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1093), p. 161-179.
- BICHO, N. (2004) – As comunidades humanas de caçadores-recolectores do Algarve Ocidental. Perspectiva ecológica. In TAVARES, A. A.; TAVARES, M. J. F. & CARDOSO, J. L. (eds.) – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos*. *Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 359-396.
- BICHO, N. & HAWS, J. (2012) – The Magdalenian in Central and Southern Portugal: Human ecology at the end of the Pleistocene. *Quaternary International*. 272-273, p. 6-16.
- BICHO, N.; HAWS, J. & ALMEIDA, F. (2011) – Hunter-gatherer adaptations and the Younger Dryas in central and southern Portugal. *Quaternary International*. 242, p. 336-347.
- BICHO, N.; HAWS, J.; GIBAJA, J. F. & HOCKETT, B. (2009) – Lapa do Picareiro, un asentamiento de caza magdaleniense en la Estremadura portuguesa. *Complutum*. Madrid. 20 (1), p. 71-82.
- BICHO, N.; HAWS, J. & HOCKETT, B. (2006) – Two sides of the same coin – rocks, bones and site function of Picareiro Cave, central Portugal. *Journal of Anthropological Archaeology*. 25 (4), p. 485-499.

- BICHO, N.; HAWS, J.; HOCKETT, B.; MARKOVA, A. & BELCHER, W. (2003) – Paleoecologia e ocupação humana da Lapa do Picareiro: resultados preliminares. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (2), p. 49-81.
- BODU, P.; JULIEN, M.; VALENTIN, B. & DEBOUT, G. (2006) – Un dernier hiver à Pincevent: les Magdaléniens du niveau IV0 (Pincevent, La Grande-Paroisse, Seine-et-Marne). *Gallia Préhistoire*. Paris. 48, p. 1-180.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. I: Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 23.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. II: Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terrasses fluviales de la basse vallée du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 26, p. 5-662.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1946) – Contribution à l'étude des industries paléolithiques des plages quaternaires de l'Alentejo littoral. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 27, p. 269-334.
- CALADO, M.; GONÇALVES, L.; FRANCISCO, R.; ALVIM, P.; ROCHA, L. & FERNANDES, R. (2009) – *O Tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal.
- CALLAPEZ, P. (2003) – Moluscos marinhos e fluviais do Paleolítico superior da Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal): evidências de ordem sistemática, paleobiológica e paleobiogeográfica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (1), p. 5-15.
- CARDOSO, J. L. (1999) – Arqueologia. In MANUPPELLA, G. (coord.) – *Notícia explicativa da folha 38-B (Setúbal) da Carta Geológica de Portugal na escala 1 / 50000*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, p. 109-130.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Comunidades humanas da Estremadura à costa vicentina, do Pré-Boreal ao final do Atlântico: aspectos arqueológicos, económicos e paleoambientais. In TAVARES, A. A.; TAVARES, M. J. F. & CARDOSO, J. L. (eds.) – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 305-357.
- CARDOSO, J. L. & FERREIRA, O. V. (1992) – A ocupação epipaleolítica da Penha Verde (Sintra). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 7-16.
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2008) – A estação mesolítica da Amieira (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 235-245.
- CARVALHO, J. (2009) – *O sítio arqueológico do Alto da Fonte Nova: contribuição para o estudo de uma economia costeira*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, policopiado.
- CHAUVIÈRE, F.-X. (2002) – Industries et parures sur matières dures animales du Paléolithique supérieur de la grotte de Caldeirão (Tomar, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5 (1), p. 5-28.
- CORTÉS, M. (2002) – El Paleolítico superior final en el sur de la Península Ibérica: los yacimientos magdalenienses de la provincia de Málaga. *Mainaké*. Málaga. 34, p. 279-300.
- CASABÒ, J. (2004) – *Paleolítico superior final y Epipaleolítico en la Comarca Valenciana*. Alacant: Museu Arqueològic d'Alacant (Serie Mayor, 3).
- CASABÒ J. & ROVIRA, M. L. (1986) – El yacimiento Epimagdaleniense al aire libre del Pla de la Pitja (La Poblà Tornesa, Castelló). *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonense*. 9, p. 7-34.
- DAVIS, S. (2002) – The mammals and birds from the Gruta do Caldeirão, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5 (2), p. 29-98.

- DEBOUT, G.; OLIVE, M.; BIGNON, O.; BODU, P.; CHEHMANA, L. & VALENTIN, B. (2012) – The Magdalenian in the Paris Basin: New Results. *Quaternary International*. 272-273, p. 176-190.
- DEMARS, P.-Y. & LAURENT, P. (2003) – *Types d'outils lithiques du Paléolithique Supérieur en Europe*. Paris: CNRS Éditions.
- DIAS, J. A. (2004) – A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios. In TAVARES, A. A.; TAVARES, M. J. F. & CARDOSO, J. L. (eds.) – *Evolução geostórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 157-170.
- DIAS, J. A.; RODRIGUES, A. & MAGALHÃES, F. (1997) – Evolução da linha de costa, em Portugal, desde o o último máximo glaciário até à actualidade: síntese dos conhecimentos. *Estudos do Quaternário*. Braga. 1, p. 53-66.
- DUMARÇAY, G. & CARON, M. (2010) – Pincevent and Verberie rocks and hearths: a tentative summary / preliminary analysis. In ZUBROW, E.; AUDOUZE, F. & ENLOE, J. (eds.) – *The Magdalenian Household: Unraveling Domesticity*. Albany: State University of New York Press, p. 91-102.
- ENLOE, J. G. & AUDOUZE, F. (2010) – The Magdalenian Site of Verberie (Le Buisson Campin): An Overview. In ZUBROW, E.; AUDOUZE, F. & ENLOE, J. (eds.) – *The Magdalenian Household: Unraveling Domesticity*. Albany: State University of New York Press, p. 15-21.
- FERREIRA, F. B. (1951) – Notícia de novos achados na estação arqueológica da Ponta do Cabedelo (Costa da Caparica). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2.^a série, 1, p. 117-123.
- FIGUEIREDO, S.; ANTAS, M. N.; CALLAPEZ, P.; CARVALHO, J.; FERREIRA, C. & CUNHA, P. P. (2012) – Novos dados sobre a Pré-História do Cabo Espichel. *Al-Madan*. Almada. II série, 17, p. 117-127.
- FIGUEIREDO, S. & CARVALHO, J. (2007) – *A Pré-história do Espichel: subsídios para uma Carta Arqueológica do Cabo Espichel*. Chamusca: Edições Cosmos.
- FIGUEIREDO, S. S.; NOBRE, L.; GASPAR, R.; CARRONDO, J.; CRISTO ROPERO, A.; FERREIRA, J.; SILVA, M. J. D. & MOLINA HERNÁNDEZ, F. J. (2014) – Foz do Medal: na open-air settlement with Paleolithic portable art. *INORA – International Newsletter on Rock Art*. Foix. 68, p. 12-20.
- FORTEA, F. J. (1973) – *Los complejos microlaminares y geométricos del Epipaleolítico mediterráneo español*. Salamanca: Universidad de Salamanca (Memorias del Seminario de Prehistoria y Arqueología, 4).
- GAMEIRO, C. (2012) – *La variabilité régionale des industries lithiques de la fin du Paléolithique supérieur au Portugal*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Paris I – Panthéon-Sorbonne, policopiado.
- GAMEIRO, C. & ALMEIDA, F. (2004) – A ocupação da camada 3 da Lapa dos Coelho (Casais Martanes, Torres Novas). Novos elementos sobre a produção de suportes lamelares durante o Magdalenense Final da Estremadura Portuguesa. *Promontoria*. Faro. 2 (2), p. 193-238.
- GAMEIRO, C.; AUBRY, Th. & ALMEIDA, F. (2008) – L'exploitation des matières premières lithiques au Magdalénien final en Estremadura portugaise: données sur les sites de Lapa dos Coelho et de l'abri 1 de Vale dos Covões. In AUBRY, Th.; ALMEIDA, F.; ARAÚJO, A. C. & TIFFAGOM, M. (eds.) – *Space and Time: Which Diachronies, Which Synchronies, Which Scales. Typology vs. Technology*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1831), p. 57-67.
- GAMEIRO, C.; AUBRY, Th. & ALMEIDA, F. (2013) – A variabilidade regional das indústrias líticas do final do Paleolítico Superior em Portugal. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal – 150 anos (Actas do 1.º Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 277-287.

- GASPAR, R.; FERREIRA, J.; CARRONDO, J. & SILVA, M. J. (2015) – The use of quartz during the Upper Paleolithic and Early Mesolithic in Sabor valley (NW Iberia): the Foz do Medal case. *Quaternary International*. 424, p. 98-112.
- GENESTE, J.-M. (1991) – L’approvisionnement en matières premières dans les systèmes de production lithique: la dimension spatiale de la technologie. *Treballs d’Arqueologia*. Barcelona. 1, p. 1-36.
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L. & SANTOS, M. F. (1990) – Artefactos do Paleolítico Superior da Gruta do Escoural. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 8, p. 15-36.
- HAWS, J. (2000) – Tardiglacial Subsistence and Settlement in Central Portugal. In *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular Volume*. Porto: ADECAP. 2 (*Paleolítico da Península Ibérica*), p. 403-413.
- HAWS, J. (2003) – *An Investigation of Late Upper Paleolithic and Epipaleolithic Hunter-Gatherer Subsistence and Settlement Patterns in Central Portugal*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Wisconsin-Madison, policopiado.
- HAWS, J. & BICHO, N. (2007) – Sea level changes and the impact on Late Pleistocene and Early Holocene Portuguese Prehistory. In BICHO, N. (ed.) – *From the Mediterranean basin to the Portuguese Atlantic shore: Papers in honor of Anthony Marks*. *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 7), p. 37-56.
- LEMO, F. S.; MONTEIRO, J. P. & JORGE, V. O. (1974) – A jazida da Rechã da Boca dos Bobaleiros. *Estudos Arqueológicos*. Setúbal. 1, p. 71-102.
- MANUPPELLA, G.; ANTUNES, M. T.; PAIS, J.; RAMALHO, M. M. & REY, J. (1999) – *Notícia explicativa da folha 38-B (Setúbal) da Carta Geológica de Portugal na escala 1 / 50000*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro.
- MARCHAND, G.; ARTHUIS, R.; PHILIBERT, S.; SELLAMI, F.; SICARD, S.; FORRÉ, Ph.; LANOË, S.; NAULEAU, J.-F.; QUESNEL, L. & QUERRÉ, G. (2009) – Un habitat azilien en Anjou: les Chaloignes à Mozé-sur-Louet (Maine-et-Loire). *Gallia Préhistoire*. Paris. 51, p. 1-111.
- MARCHAND, G.; SICARD, S.; FORRÉ, Ph. & NAULEAU, J.-F. (2008) – De la pelle mécanique aux remontages lithiques: espace habité et techniques au Tardiglaciaire sur l’habitat des Chaloignes (Mozé-sur-Louet, Maine-et-Loire). *Revue Archéologique de l’Ouest*. Rennes. 25, p. 7-52.
- MARKS, A.; BICHO, N.; ZILHÃO, J. & FERRING, C. R. (1994) – Upper Pleistocene Prehistory in Portuguese Estremadura: Results of a Preliminary Research. *Journal of Field Archaeology*. 21 (1), p. 53-68.
- MARKS, A. & MISHOE, M.-B. (1997) – The Magdalenian of Portuguese Estremadura. In FULLOLA, J. M. & SOLER, N. (eds.) – *El món mediterrani després del pleniglacial (18000-12000)*. Girona: Museu d’Arqueologia de Catalunya, p. 213-223.
- MARTÍNEZ ANDREU, M. (1989-1990) – Síntesis del Epipaleolítico en el Levante y Sur peninsular. Antecedentes y estado actual de la cuestión. *Anales de Prehistoria y Arqueologia*. Múrcia. 5-6, p. 49-58.
- MATEUS, J. (1992) – *Holocene and present-day ecosystems of the Carvalhal region, Southwest Portugal*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade de Utrecht, policopiado.
- MATEUS, J. & QUEIROZ, P. F. (1997) – Aspectos do desenvolvimento, da história e da evolução da vegetação do litoral norte alentejano durante o Holocénico. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11-12, p. 49-68.
- MENDONÇA, C. (2009) – *A tecnologia lítica no Tardiglacial do Algarve*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, policopiado.

- MENDONÇA, C. (2011) – A paleotecnologia lítica do magdalenense final e terminal algarvio. *Estrat Critic*. Barcelona. 5 (2), p. 151-162.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. (2015) – The prehistoric site of Prazo (Northern Portugal): preliminary data on the 8th millennium cal BC occupation. In BICHO, N.; DETRY, C.; PRICE, D. T. & CUNHA, E. (eds.) – *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing. 2, p. 17-27.
- MONTEIRO-RODRIGUES, S. & ANGELUCCI, D. (2004) – New data on the stratigraphy and chronology of the prehistoric site of Prazo (Freixo de Numão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1), p. 39-60.
- MUÑOZ PÉREZ, M. (1997) – El Epipaleolítico en la vertiente mediterránea de la Península Ibérica: investigaciones recientes. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie I (Prehistoria y Arqueología)*. Madrid. 10, p. 175-213.
- PEREIRA, T. (2010) – *A exploração do quartzito na faixa atlântica peninsular no final do Plistocénico*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, policopiado.
- PEREIRA, T.; CASCALHEIRA, J.; MARREIROS, J.; ALMEIDA, F. & BICHO, N. (2012) – Variation in quartzite exploitation during the Upper Palaeolithic of Southwest Iberian Peninsula. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 69 (2), p. 232-256.
- PEREIRO, T. (2013) – *O sítio mesolítico antigo da Cruz da Areia: uma abordagem (geo)arqueológica*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, policopiado.
- QUEIROZ, P. F. (1999) – *Ecologia histórica da paisagem do Noroeste alentejano*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, policopiado.
- QUEIROZ, P. F. & MATEUS, J. E. (2004) – Paleoeecologia litoral entre Lisboa e Sines, do Tardiglaciário aos tempos de hoje. In TAVARES, A. A.; TAVARES, M. J. F. & CARDOSO, J. L. (eds.) – *Evolução geoistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 257-304.
- QUELHAS, A. (1999) – A estação do Magdalenense Final da Bairrada (Torres Novas): caracterização tipológica, tecnológica e cultural. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2 (1), p. 15-28.
- RIBEIRO, C. (1871) – Descrição de alguns sílex e quartzites lascados encontrados nas camadas dos terrenos terciário e quaternário das bacias do Tejo e Sado. *Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa.
- RIPOLL LÓPEZ, S.; MUÑOZ IBÁÑEZ, F. J. & PÉREZ MARÍN, S. (1997) – El Plistoceno Superior final en el sur de la Península Ibérica. *Espacio, Tiempo y Forma. Serie I (Prehistoria y Arqueología)*. Madrid. 10, p. 27-54.
- RAPOSO, L. (1994) – O sítio de Palheirões do Alegria e a “questão mireense”. In CAMPOS CARRASCO, J. M.; PÉREZ MACÍAS, J. A. & GÓMEZ TOSCANO, F. (eds.) – *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*. Huelva: Universidad de Huelva, p. 55-69.
- RAPOSO, L.; PENALVA, C. & PEREIRA, J. P. (1993) – Notícia da descoberta da estação mireense de Palheirões do Alegria, Cabo Sardão (Odemira, Portugal). In *Actas da II Reunión del Cuaternario Ibérico*. Madrid, p. 25-29.
- RAPOSO, L. & SILVA, A. C. (1984) – O Languedocense: ensaio de caracterização morfológica e tipológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.^a série, 4, p. 7-90.

- ROMÁN MONROIG, D. (2010) – El jaciment epimagdalenia de la Balma de la Roureda (Vilafranca, els Ports, País Valencià). *Pyrenae*. Barcelona. 41 (2), p. 7-28.
- ROMÁN MONROIG; D. & VILLAVERDE, V. (2011) – Los arpones del magdalenense superior mediterráneo. Valoración tipológica y crono-estratigráfica a partir de nuevas piezas halladas en la Cova de les Cendres (Teulada-Moraira, País Valenciano). *Zephyrus*. Salamanca. 67, p. 27-43.
- SERRÃO, E. C. (1973) – *Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra: do Paleolítico Antigo até 1200 d.C.* Setúbal: Junta Distrital.
- SERRÃO, E. C. (1974) – O Paleolítico do Concelho de Sesimbra – uma síntese. *Estudos Arqueológicos*. Setúbal. 1, p. 17-32.
- SERRÃO, E. C. (1994) – *Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra: desde o Vilafranquiano Médio até 1200 d.C.* Sesimbra: Câmara Municipal.
- SERRÃO, E. C.; JORGE, V. O.; MONTEIRO, J. P. & LEMOS, F. S. (1974) – Prospecções arqueológicas no âmbito do Paleolítico do Concelho de Sesimbra. *Estudos Arqueológicos*. Setúbal. 1, p. 15-17.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Coleção Parques Naturais, 15).
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1997) – Economias costeiras na Pré-História do Sudoeste português: o concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 11-12, p. 69-108.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2016) – The Pleistocene-Holocene transition on the Portuguese southwest coast. A zero stage of social complexity. In SOARES, J. (ed.) – *Social complexity in a long term perspective*. Setúbal: MAEDS (*Setúbal Arqueológica*, 16), p. 21-39.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1993) – Na transição Plistocénico-Holocénico: marisqueio na Pedra do Patacho. *Al-Madan*. Almada. Série II, 2, p. 21-29.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2004) – Alterações ambientais e povoamento na transição Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste. In TAVARES, A. A.; TAVARES, M. J. F. & CARDOSO, J. L. (eds.) – *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 397-423.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. & BARROS, L. (1979) – Identificação de uma jazida neolítica em Fonte de Sesimbra (Santana, Sesimbra). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 47-66.
- SOTO, A.; ALDAY, A.; MONTES, L.; UTRILLA, P.; PERALES, U. & DOMINGO, R. (2015) – Epipalaeolithic assemblages in the Western Ebro Basin (Spain): the difficult identification of cultural entities. *Quaternary International*. 364, p. 144-152.
- SOUSA, A. C. (2004) – *São Julião. Núcleo C do concheiro pré-histórico*. Mafra: Câmara Municipal (Cadernos de Arqueologia, 2).
- SOUSA, A. C.; GIBAJA BAO, J.; MAZZUCO, N.; MIRANDA, M.; TERESO, J. P. V.; OLIVEIRA, C. & GONÇALVES, V. S. (2017) – Clay combustion structures in early Mesolithic at Cova da Baleia (Mafra, Portugal): Approaches to their functionality. *Journal of Archaeological Science: Reports*, in press.
- SOUSA, A. C. & GONÇALVES, V. S. (2015) – *Fire walk with me*. O sítio de Cova da Baleia e as primeiras arquiteturas domésticas de terra no Centro e Sul de Portugal. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 123-142.

- SOUSA, A. C.; MIRANDA, M. & SOARES, A. M. M. (2016) – O Concheiro de São Julião (Carvoeiro, Mafra): as intervenções de 2007 e 2014, novos dados e novas leituras. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 11-26.
- SOUSA, A. C. & SOARES, A. M. M. (2016) – Continuity or Discontinuity? The exploitation of Aquatic Resources in the Portuguese Estremadura during the Atlantic Period: the São Julião and Magoito Shell Middens as Case Studies. In MARCHAND, G. & DUPONT, C. (eds.) – *Archéologie des chasseurs-cueilleurs maritimes. Des la fonction des habitats à l'organisation de l'espace littoral*. Paris: Société Préhistorique Française, p. 191-211.
- TRINKAUS, E.; BAILEY, Sh. E. & ZILHÃO, J. (2001) – Upper Paleolithic human remains from the Gruta do Caldeirão, Tomar, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4 (2), p. 5-17.
- TRINKAUS, E.; BAILEY, Sh. E.; DAVIS, S. & ZILHÃO, J. (2011) – The Magdalenian Human Remains from the Galeria da Cisterna (Almonda karstic system, Torres Novas, Portugal) and their Archeological Context. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.^a série, 1, p. 395-413.
- VALENTE, M. J. (2008) – *As últimas sociedades de caçadores-recolectores no Centro Sul de Portugal (10000-6000 anos BP): aproveitamento de recursos animais*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve, policopiado.
- VALENTE, M. J. & CARVALHO, A. F. (2009) – Recent developments in Early Holocene hunter gatherers subsistence: a view from Southwestern Iberia. In McCARTAN, S.; SCHULTING, R.; WARREN, G. & WOODMAN, P. (eds.) – *Mesolithic Horizons: Papers Presented at the 7th International Conference on the Mesolithic in Europe*. Oxford: Oxbow Books. 1, p. 312-317.
- VILLAVARDE, V. & MARTÍNEZ-VALLE, R. (1995) – Características culturales y económicas del final del Paleolítico superior en el Mediterráneo español. In VILLAVARDE, V. (ed.) – *Los últimos cazadores. Transformaciones culturales y económicas durante el Tardiglacial y el inicio del Holoceno en el ámbito mediterráneo*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, p. 79-117.
- VILLAVARDE, V. & ROMAN, D. (2005-2006) – Los arpones del Magdaleniense superior de la Cova de les Cendres y su valoración en el contexto del Magdaleniense mediterráneo. *Munibe*. San Sebastián. 57 (2), p. 207-225.
- VIS, G.-J.; KASSE, C. & VANDENBERGHE; J. (2008) – Late Pleistocene and Holocene palaeogeography of the Lower Tagus Valley (Portugal): effects of relative sea level, valley morphology and sediment supply. *Quaternary Science Reviews*. Oxford. 27, p. 1682-1709.
- ZAMBUJO, G. & LOURENÇO, S. (2003) – Duas novas datações absolutas para a Ponta da Vigia (Torres Vedras). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (1), p. 69-78.
- ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V.; MANUPPELLA, G. & ASSUNÇÃO, C. F. T. (1965) – *Notícia explicativa da folha 38-B (Setúbal) da Carta Geológica de Portugal na escala 1 / 50000*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1967) – Une nouvelle station paléolithique de style microlusitanien: le gisement du promontoire de Môrro à l'ouest de Sesimbra. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 52, p. 109-116.
- ZILHÃO, J. (1992) – Estratégias de povoamento e subsistência no Paleolítico e no Mesolítico em Portugal. In MOURE ROMANILLO, J. A. (ed.) – *Elefantes, ciervos y ovicaprinos: economía y aprovechamiento del medio en la Prehistoria de España y Portugal*. Santander: Universidad de Cantabria, p. 149-172.
- ZILHÃO, J. (1996) – The Use of Non-Flint Raw Materials in Late Palaeolithic Assemblage from Gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal). In MALONEY, N.; RAPOSO, L. & SANTOJA, M. (eds.) – *Non-flint Stone Tools Stone Tools and the Palaeolithic Occupation of the Iberian Peninsula*, Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 649), p. 167-174.

- ZILHÃO, J. (1997 a) – *O Paleolítico Superior na Estremadura Portuguesa*. Lisboa: Colibri.
- ZILHÃO, J. (1997 b) – The Paleolithic settlement of Portuguese Estremadura after de Last Glacial Maximum. In FULLOLA, J. M. & SOLER, N. (eds.) – *El món mediterrani després del pleniglacial (18000-12000)*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 233-242.
- ZILHÃO, J.; CARVALHO, E. & ARAÚJO, A. C. (1987) – A estação espipaleolítica da Ponta da Vigia (Torres Vedras). *Arqueologia*. Porto. 16, p. 8-18.
- ZILHÃO, J.; MARKS, A. E.; FERRING, C. R.; BICHO, N. F. & FIGUEIRAL, I. (1995) – The Upper Paleolithic of the Rio Maior basin (Portugal). Preliminary results of a 1987-1993 portuguese-american research project. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35 (4) (*Actas do 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular*, 8), p. 69-88.

**O ESTUDO DO PALEOLÍTICO SUPERIOR E DO MESOLÍTICO EM PORTUGAL:
UMA PERSPECTIVA HISTORIOGRÁFICA**

***THE STUDY OF UPPER PALAEOLITHIC AND MESOLITHIC IN PORTUGAL:
A HISTORIOGRAPHIC PERSPECTIVE***

Nuno Bicho¹ & João Luís Cardoso²

Abstract

The scientific study of the Upper Palaeolithic, Epipaleolithic and Mesolithic hunter-gatherers in Portugal has its roots in the mid-19th century. The 2nd Geological Commission, created by a decree of the queen D. Maria II (1857), played a fundamental role in the study of this period and in the recognition of the first Palaeolithic and Mesolithic deposits. This Institution, with brilliant elements such as Pereira da Costa, Carlos Ribeiro, Nery Delgado, have allowed the implementation of Prehistory and Archeological studies and brought worldwide recognition to the deposits such as the caves of the Casa da Moura and Furninha or the Muge Mesolithic shellmiddens.

With the 20th century, the work of scientific research on hunter-gatherers was centered mainly on the Universities of Porto and Lisbon, the National Museum of Archeology and the Geological Service, developing work predominantly on the Atlantic coast and in the valleys of the great rivers Portuguese. The research in Africa with Mendes Corrêa and Santos Júnior through the Anthropological Missions of *Estado Novo* in the 1930's must also be mentioned.

In the last quarter of the century. Upper Palaeolithic and Mesolithic research was a major development not only in the interest of some, unfortunately scarce, Portuguese university students, but also by foreigner experts.

Since the last decade of the millennium, the number of doctorates and Portuguese experts in these periods has greatly grown with the implementation of university studies in the Universities of Lisbon and Algarve, from which there has been a continued development of the study of the Upper Palaeolithic, Epipaleolithic, and Mesolithic in Portugal.

Keywords: Upper Palaeolithic, Mesolithic, Portugal, Historiography.

¹ ICArEHB, FCHS, Universidade do Algarve. Campus de Gambelas. 8005-139 Faro. nbicho@ualg.pt

² Universidade Aberta (Lisboa); Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). ICArEHB. cardoso18@netvisao.pt

1 - INTRODUÇÃO

Os trabalhos de Carlos Ribeiro nas ribeiras de Magos e de Muge onde, em Abril de 1863, identificou alguns dos concheiros que depois viriam a tornar-se célebres, (CARDOSO, 2013 a, 2013 b, 2015 a, 2015 b, 2015 c, 2015 d), por via das escavações realizadas em 1864 no concheiro do Cabeço da Arruda, inauguraram os estudos pré-históricos em Portugal. Os resultados obtidos, publicados logo no ano seguinte pelo outro membro co-director da Comissão Geológica de Portugal, constituíram a primeira monografia peninsular sobre uma estação daquela época (COSTA, 1865). Naquele mesmo ano, Joaquim Filipe Nery Delgado, adjunto da referida Comissão, procedeu às primeiras escavações na gruta da Casa da Moura, que prontamente publicou. A respectiva memória constitui também a primeira publicação peninsular sobre uma gruta com ocupação pré-histórica (DELGADO, 1867). O mesmo autor procedeu a escavações, naquele mesmo ano de 1865, na gruta da Furninha (CARDOSO, 2015 b; BICHO & CARDOSO, 2010; DELGADO, 1884). Estes trabalhos, que acompanharam de perto os primeiros trabalhos de reconhecimento geológico do país, tinham como objectivo principal a identificação dos mais recuados vestígios da presença humana em solo português, acompanhando o movimento que, desde cerca de um quarto de século se vinha observando pela Europa além-Pirenéus. Entretanto, tais trabalhos rapidamente ganharam o reconhecimento internacional, acompanhando os desenvolvimentos daquele movimento. Tal é a conclusão da publicação em revistas internacionais daqueles resultados (RIBEIRO, 1873; DELGADO, 1880), que prenunciou a realização da IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas, celebrado em 1880 em Lisboa, em grande parte justificada pela discussão in loco das evidências da presença do Homem terciário em solo português (CARDOSO, 1999-2000 a).

Hoje, a investigação sobre o Paleolítico Superior e o Mesolítico português é reconhecida internacionalmente, com impactos significativos a vários níveis da construção científica arqueológica mundial.

O presente estudo foca os cerca de 150 anos de historiografia arqueológica do Paleolítico Superior e Mesolítico, através da apresentação de uma proposta de desenvolvimento em quatro fases principais, adiante caracterizadas em detalhe.

De várias personalidades da arqueologia portuguesa – como Carlos Ribeiro (CARDOSO, 1999-2000 a; 2013 a; 2013 b 2015 a; 2015 b; 2015 c), Nery Delgado (ZILHÃO, 1993; CARDOSO, 2008 a), Henri Breuil (CARDOSO, 2016; RAPOSO, 1993), Mendes Corrêa (ABRUNHOSA, 2015; CARDOSO, 1999; 2010-2011), Manuel Heleno (CARDOSO, 2013), Abel Viana (CARDOSO, 2001-2002 a; CARDOSO, 2014), Georges Zbyszewski (CARDOSO, 1999-2000 b) e Veiga Ferreira (CARDOSO, 2008 b; 2008 c) – foram já apresentados estudos detalhados que permitem uma apreciação rigorosa da sua actividade arqueológica, bem como das condicionantes que a enformaram, pelo que neste ensaio não repetirão considerações e conclusões então apresentadas, limitando-se os autores a remeter para as mesmas os leitores mais interessados.

2 - AS ORIGENS DA ARQUEOLOGIA PALEOLÍTICA E MESOLÍTICA PORTUGUESA E A 2.^a COMISSÃO GEOLÓGICA DE PORTUGAL

A 8 de Agosto de 1857 (*Diário do Governo*, n.º 207, de 3.09.1857, p. 1168-1169) foi criada a 2.^a Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal. Esta comissão, ao contrário do que sucedera com a sua antecessora, começou imediatamente a laborar, integrando nas suas actividades trabalhos de Arqueologia Pré-Histórica, através dos seus dois membros co-directores, Carlos Ribeiro e Pereira da Costa, bem como do adjunto de ambos, Joaquim Filipe Nery Delgado (CARDOSO, 2015 b).

No âmbito da prospecção e reconhecimento das formações geológicas do vale do Tejo, e dos seus afluentes mais importantes, Carlos Ribeiro localizou os primeiros concheiros mesolíticos da ribeira de Muge, Moita do Sebastião e Cabeço da Arruda, a 13 de Abril de 1863 (CARDOSO, 2013 a, 2013 b 2015 a, 2015 b). Os primeiros trabalhos de escavação, realizados em 1864, proporcionaram restos humanos estudados pelo seu colega da Comissão Francisco Pereira da Costa (COSTA, 1865); porém, o único trabalho de Carlos Ribeiro sobre as suas importantes descobertas, em resultado dos trabalhos de campo que veio a realizar ulteriormente, em 1879, foram já publicados postumamente (RIBEIRO, 1884), respeitantes à comunicação que efectuou no Congresso de 1880.

Também a título póstumo foi a publicação dos resultados das escavações conduzidas em Junho de 1884 e de 1885 por Francisco de Paula e Oliveira, membro da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal, por incumbência de Nery Delgado, nos concheiros de Moita do Sebastião, Cabeço da Arruda e Cabeço da Amoreira (OLIVEIRA, 1888-1889). O autor conclui, acertadamente que a idade destes montículos artificiais se situaria numa época intermédia entre o Paleolítico e o Neolítico, respondendo assim a uma das questões colocadas previamente para discussão no Congresso de Lisboa (ver actas, 1880, p. XI).

O mesmo autor ocupou-se do estudo craniométrico das correspondentes populações, tendo verificado que a maioria dos exemplares era claramente doliocéfalos embora ocorressem raros exemplares braquicéfalos. Ainda que evidenciando assinalável variabilidade, o autor sublinha que muitos dos caracteres são recorrentes em exemplares neolíticos assumindo esta observação evidente interesse, até por ter sido ulteriormente ignorada (OLIVEIRA, 1884, p. 295).

Por seu turno, as origens do estudo do Paleolítico Superior tiveram lugar, também no âmbito da 2.^a Comissão Geológica, com a escavação da gruta da Casa da Moura por Nery Delgado. A campanha ali realizada em 1865 deu lugar à notável memória publicada pelo escavador em 1867 (DELGADO, 1867). Este trabalho merece hoje destaque sobretudo pelas características metodológicas da própria escavação, já devidamente assinaladas (ZILHÃO, 1997, CARDOSO, 2008 a), mas também pela possibilidade de se atribuir ao Paleolítico Superior um crânio quase completo encontrado na base do depósito neolítico, mas em contacto com o depósito subjacente, de idade plistocénica. No entanto, não há qualquer menção na memória de Nery Delgado a artefactos líticos de época paleolítica, o que se explica facilmente pelo facto de, à época, tais estudos ainda estarem nos seus primórdios. As escavações realizadas ulteriormente por Nery Delgado produziram espólios conservados no Museu Geológico do LNEG. Presentemente, a identificação de várias ocupações do paleolítico Superior na cavidade encontra-se bem demonstrada, como adiante se verá.

Os trabalhos de Nery Delgado relacionados com o Paleolítico não se limitaram à Gruta da Casa da Moura. Em 1879, a escavação sistemática da Gruta da Furninha, permitiu a recolha de diversas folhas bifaciais solutrenses, por ele reproduzidas (DELGADO, 1884, Pl. IV, n.ºs 24, 27, 35), mas que só ulteriormente foram reconhecidas como tal (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942), a par de outras produções líticas do Paleolítico Superior então inventariadas, que documentam a ocupação humana da cavidade em outras épocas da cavidade no decurso do Paleolítico Superior. Esta realidade foi confirmada e precisada recentemente, através do estudo exaustivo desse conjunto lítico, a que se juntou uma ponta de zagaia, de osso, ainda não reconhecida anteriormente (BICHO e CARDOSO, 2010).

Delgado interessou-se igualmente pelo estudo das faunas plistocénicas de grandes e médios mamíferos recolhidas na gruta. Tendo contudo dúvidas na classificação de certos táxones, recorreu, primeiro, a Albert Gaudry, para o ajudar na identificação das espécies de Hiena presentes, tendo depois solicitado a contribuição de Edouard Harlé, de que resultou a publicação geral sobre as faunas até então reconhecidas em contextos plistocénicos portugueses (HARLÉ, 1909; HARLÉ, 1910-1911).

3 – O PALEOLÍTICO SUPERIOR E O MESOLÍTICO PORTUGUÊS E O IMPACTO DA ARQUEOLOGIA FRANCÓFONA (1916-1980)

O já então eminente pré-historiador francês Padre Henri Breuil visitou pela primeira vez Portugal em 1916, para reconhecimento de arte rupestre pré-histórica na zona de Arronches. Retornou dois anos mais tarde a Lisboa (CARDOSO, 2016), tendo então confirmado a existência de materiais paleolíticos tanto em museus, como no campo, alguns deles reportáveis claramente ao Paleolítico Superior. Estão neste caso alguns fragmentos de zagaia recolhidos por Nery Delgado na gruta da Casa da Moura, os primeiros exemplares deste género identificados em Portugal e que Henri Breuil considerou “d’aspect magdalénien ancien”, a par de algumas produções líticas que lhe pareceram igualmente magdalenenses (BREUIL, 1918, Figs. 5 e 6).

A terceira viagem de Henri Breuil a Portugal, em plena 2.^a Guerra Mundial, desenrolou-se entre Abril de 1941 e Novembro de 1942 (CARDOSO & PENALVA, 1978). Mercê das condições postas à sua disposição, o labor então desenvolvido, de forma concentrada no tempo, foi decisivo para o progresso dos conhecimentos do estudo das praias quaternárias do litoral português, a par dos terraços fluviais do vale do Baixo Tejo. Para tais resultados, revelou-se essencial o trabalho do geólogo francês de origem russa Georges Zbyszewski, que tinha sido contratado pelos Serviços Geológicos de Portugal em 1940 e que contribuiu ao longo da sua estada no nosso País para o conhecimento da geologia do Quaternário e das indústrias correlativas como mais ninguém até ao presente (CARDOSO, 1997, 1999-2000 b). A sua colaboração diária com Breuil, conferiu-lhe a necessária segurança na interpretação das realidades geo-arqueológicas existentes no território português e até então totalmente desconhecidas de todos. No campo das indústrias que nos interessam, a contribuição de ambos foi, contudo, de menor expressão, face à monumentalidade do trabalho desenvolvido no domínio do Paleolítico Inferior e Médio, corporizado pelo estudo dos depósitos quaternários e das estações paleolíticas correlativas tanto no litoral estremenho, como nas duas margens do antigo estuário do Tejo (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, 1945).

O labor de ambos, nos anos de 1941-1942, incluiu também o estudo sistemático das indústrias do litoral minhoto, especialmente no respeitante ao conjunto recolhido em Carreço, cujo significado foi preliminarmente discutido por ambos (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, p. 327); ainda que só muito mais tarde exaustivamente publicadas, já depois do falecimento de Breuil, o respectivo trabalho veio clarificar a posição de tais indústrias na sequência crono-estratigráfica plistocénica (BREUIL, *et al.*, 1962). Situação semelhante se verificou no respeitante às indústrias globalmente coevas do litoral alentejano a sul de Sines, praticamente ainda desconhecidas na década de 1940, vieram a documentar a frequência daquele trecho litoral, até à região de Vila Nova de Milfontes, por comunidades de caçadores-recolectores pós-paleolíticas. (BREUIL, RIBEIRO & ZBYSZEWSKI, 1943; BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1946), incluindo mesmo a identificação de artefactos típicos, os chamados machados mirenses, cujas características foram então definidas, de onde resultou a designação de Mirense, para estas indústrias de base macrolítica. Mais recentemente, desenvolveram-se estudos de carácter morfométrico sobre estes artefactos (PENALVA & RAPOSO, 1987; RAPOSO & PENALVA, 1993); a sua caracterização envolveu a análise por componentes principais, a qual conduziu a proposta devidamente fundamentada de classificação tipológica (CARDOSO & GOMES, 1997).

Na sequência da prospecção do litoral para sul, na área do Cabo de São Vicente, perto de Sagres, também se recolheram exemplares de sílex atípicos que foram considerados pelos descobridores, com reservas, do Paleolítico superior ou do Mesolítico (BREUIL, VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1943). Importa referir que estas indústrias foram recolhidas na área onde mais tarde se vieram a identificar fundos de cabana neolíticos, como os correspondentes à estação do Neolítico Antigo de Cabranosa, pelo que pode ser esta a época dos materiais

então recolhidos. Com efeito, a componente “miro-asturiense” destas indústrias, de acordo com a terminologia utilizada pelos Autores, foi retomada posteriormente e inscreve-se sem dificuldades no Epipaleolítico, avultando a presença de belos picos sobre seixos rolados de grauvaque, de bordos côncavos e regulares, que em nada se distinguem dos melhores picos asturienses da área epónima. É o caso de dois exemplares recolhidos em Milfontes (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1946, Pl. XX, n.º 121; Pl. XXI, n.º 123). No entanto, deve ter-se presente a possibilidade de convergência em diversas épocas da utilização do mesmo tipo de instrumento, face à necessidade de responder a idênticas necessidades funcionais, como é o caso.

No seguimento imediato do trabalho anterior, as prospeções no litoral ocidental algarvio deram origem à identificação de outras estações com espólios macrolíticos epipaleolíticos, reconhecidos na praia de Monte dos Clérigos e do Telheiro, onde os autores declaram tratar-se “[...] *d’une industrie contemporaine de la dernière série de Milfontes qui établit un passage du Paléolithique aux industries plus récentes d’âge mésolithique.*” (FORMOSINHO, VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1945-1946, p. 197). Em 1949, na sequência das prospeções levadas a cabo por diversos autores, publicou-se extenso trabalho que menciona a presença em diversos locais, por vezes com interesse estratigráfico, de materiais que poderão nalguns caso inscrever-se nas épocas em estudo, designadamente a série designada de “Languedocense, Paleolítico Superior e Post-Paleolítico”, ou simplesmente “Languedocense e Post-Paleolítico”, presente em diversos locais. Os autores identificam mesmo a presença de machados mirenses, como os exemplares recolhidos em Pinheiro, Luz de Tavira e em Castro Marim I (ao sul da vila), o que mostra que a influência daquelas indústrias reconhecidas pela primeira vez na zona de Milfontes se estenderia a todo o Algarve fragmento (VIANA & ZBYZSEWSKI, 1949). Este trabalho resultou, essencialmente, das colheitas de Abel Viana, incansável arqueólogo, que em anos anteriores tinha realizado prospeções no sotavento e barlavento algarvios, tendo porém obtido magros resultados, no que se refere aos períodos agora em estudo (VIANA, 1945 a). Na mesma época, as principais prospeções concentraram-se no vale do Guadiana a jusante da confluência com o Ardila, tendo cartografado dezenas de estações, avultando a presença em quase todas elas, de abundantíssimas indústrias languedocenses (VIANA, 1945 b; VIANA, 1945-1947), cujo enquadramento crono-estratigráfico já anteriormente foi apresentado. Tais trabalhos beneficiaram do acompanhamento que realizou dos reconhecimentos que vinham então a ser ali realizados por dois geógrafos, Mariano Feio e Amílcar Patrício. Em termos logísticos, tão extensos trabalhos de campo foram propiciados por já então residir definitivamente em Beja. E mesmo nos arredores desta cidade procurou e encontrou abundantes indústrias paleolíticas, porém nenhuma atribuídas às épocas interessadas por este trabalho (ZBYSZEWSKI & VIANA, 1952).

Importa referir que, na óptica dos diversos autores, os conjuntos artefactuais de base macrolítica, tanto do litoral norte e sul do País, como de alguns rios mais importantes (Tejo, Guadiana), corresponderiam ao Languedocense, definido por características tipológicas e tecnológicas, o qual teria uma longa diacronia, iniciando-se no Paleolítico Médio, e abarcavam todo o Paleolítico Superior podendo mesmo terminar em tempos pós-paleolíticos. O Languedocense, se quisermos fazer corresponder a esta terminologia o Ancorense, corresponderia, no nosso entender, aos conjuntos de base macrolítica cuja cronologia não é anterior aos tempos fini e imediatamente pós-paleolíticos, no respeitante ao litoral minhoto (MEIRELES, 1992); no litoral alentejano, a associação, ainda que excepcional, a produções leptolíticas fini-paleolíticas, permitiram fixar a idade das produções macrolíticas associadas, confirmadas pelas datações absolutas pelo radiocarbono, já pós-paleolíticas (RAPOSO, 1994). Já no que se refere ao vale do Tejo, a posição estratigráfica destas indústrias indica igualmente época pós-paleolítica, conforme foi demonstrado pela sequência observada na estação do Moinho de Benavente (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942, p. 303), devidamente valorizada aquando do estudo das indústrias da região de Santo Estêvão (CARDOSO & CANINAS, 2008).

A mesma realidade foi também verificada no vale do Guadiana, tão intensamente prospectado na década de 1940, por Abel Viana, como concludentemente provou a escavação da estação da Barca do Xarez de Baixo, com base em datações de radiocarbono, evidenciando, outrossim, a importância componente sobre lasca destas indústrias de base macrolítica (ALMEIDA, ARAÚJO & RIBEIRO, 2002; ARAÚJO & ALMEIDA, 2003). Desta forma, ficou cabalmente demonstrada a anterioridade destas indústrias de base macrolítica, seja no litoral norte, no litoral sul ou nos vales dos Tejo ou Guadiana, face aos conjuntos mesolíticos do vale do Tejo e do Sado (CARDOSO, 2007).

Pelo exposto, verifica-se que o legado de Henri Breuil, no que respeita à metodologia do estudo tipológico das indústrias em causa e ao seu enquadramento crono-estratigráfico, foi mantido, sem alterações por Georges Zbyszewski, agregando ulteriormente diversos colaboradores, centrando-se especialmente no litoral a sul de Milfontes e até Sagres. Para além de O. Da Veiga Ferreira, as numerosas publicações sobre as indústrias recolhidas nas sucessivas prospecções tiveram a participação de uma equipa *ad hoc* constituída por profissionais liberais que, nos fins-de-semana e nas férias, trabalhavam em estrita colaboração com Zbyszewski e Veiga Ferreira. No que respeita à costa sudoeste, esta equipa produziu diversos trabalhos de real interesse para o conhecimento da ocupação epipaleolítica deste trecho litoral, destacando-se, entre outros, o estudo intitulado “Uma oficina de machados mirenses no Languedocense de Vila Nova de Mil Fontes” (ZBYSZEWSKI, LEITÃO & NORTH, 1971). Também nessa mesma época, mas de forma independente, Carlos Penalva percorreu o mesmo trecho litoral, de que resultou a localização de alguns dos mais importantes sítios, como os Palheirões do Alegria (PENALVA & RAPOSO, 1987 b), a Pedra de D. Rodrigo (ZBYSZEWSKI, FERREIRA & PENALVA, 1978) e o Medo Tojeiro (ZBYSZEWSKI & PENALVA, 1979), onde se identificaram pela primeira vez estruturas de combustão intactas, postas a descoberto pelo movimento cíclico das areias, as quais mais tarde vieram nalguns casos a ser escavadas e publicadas, como foi o caso, já acima referido, do primeiro daqueles sítios.

Tem interesse referir que, no respeitante ao litoral minhoto, as investigações relacionadas com as indústrias que hoje sabemos serem essencialmente epipaleolíticas, possuem uma longa história, muito anterior ao decisivo impulso de Breuil e Zbyszewski, já que remontam a 1925 (CARDOSO & MELO, 2005; CARDOSO, 2006). Nesse ano, Joaquim Fontes numa digressão efectuada pelo litoral adjacente à fronteira do rio Minho, localizou e publicou a estação de Camposancos (FONTES, 1925) – a primeira localizada no litoral galego – atribuindo-a ao Paleolítico. Esta cronologia foi posta em dúvida, pouco depois, por Eugénio Jalhay, que despertado por aquela inopinada ocorrência, prontamente publicou nota sobre a mesma (JALHAY, 1925). Anos volvidos, ao publicar “A estação asturiense de La Guardia”, mantém as mesmas dúvidas (JALHAY, 1928). No ano seguinte, o mesmo autor volta ao assunto declarando, a propósito, o seguinte: “Esta classificação, posta em dúvida por alguns autores, acaba de ser confirmada, embora indirectamente, com o aparecimento de várias estações paleolíticas, duma tipologia verdadeiramente clássica, na margem portuguesa do rio Minho” (JALHAY, 1929, p. 191). Referia-se às descobertas de Abel Viana, publicadas logo no ano seguinte (VIANA, 1930), às quais adiante se retornarão.

Outros arqueólogos merecem ainda destaque durante esta fase da História da Arqueologia portuguesa do Paleolítico Superior e do Mesolítico. Para além de Afonso do Paço, que publicou em 1933 interessante estudo no qual reportava ao Mesolítico (Epipaleolítico) as indústrias asturienses (PAÇO, 1933), destaca-se Rui de Serpa Pinto, já anteriormente mencionado. Importa referir que foi a ele que se deveu a identificação da notável presença epipaleolítica ao longo do litoral minhoto, com prolongamento pela Galiza: conforme declara Mendes Corrêa (CORRÊA, 1951): “*Em 1925 Rui de Serpa Pinto trouxera-me das praias de Âncora um calhau talhado de quartzite, que, receoso da proximidade da linha férrea do Minho, não identifiquei e apenas ficou*

guardado. Em 1928 a publicação pelo P. Jalhay do trabalho sobre o Asturiense da Galiza, levou Rui de Serpa Pinto a fazer a identificação daquela peça como um pico asturiense. E assim o jovem investigador que entra logo nas melhores relações de amizade e de intercâmbio científico com o P. Jalhay, pode anunciar ao mundo científico numa monografia modelar as suas notáveis descobertas, em Portugal, da cultura que o Conde de la Vega del Sella revelara anos antes nas Astúrias.”

De facto, o trabalho publicado em 1928 é monografia modelar, fixando definitivamente no litoral minhoto um dos focos daquela cultura epipaleolítica, na origem do termo Ancorense (PINTO, 1928). Data do ano seguinte o primeiro trabalho de Abel Viana dedicado à arqueologia, época em que se correspondeu com J. Leite de Vasconcelos, dele recebendo incentivo e orientação (CARDOSO & COITO, 2014-2015). Tal trabalho versou as indústrias epipaleolíticas recolhidas no litoral de Areosa (VIANA, 1929), a sul de Vila Praia da Areosa, trecho prospectado pouco tempo antes por Serpa Pinto, sendo certamente consequência imediata do trabalho daquele malogrado arqueólogo.

É interessante registar que, muitos anos depois, Abel Viana mantinha o interesse pelo estudo destas indústrias, de que resultou a síntese, significativamente intitulada “Asturiense das Astúrias e do litoral minhoto” (VIANA, 1956).

Importa referir que, ao longo dos anos a cronologia relativa destas indústrias, face à cronologia reconhecidamente epipaleolítica das indústrias asturienses tem sido recorrentemente discutida, a começar pelas suas pretensas analogias mútuas. Relativamente a esta última questão, Abel Viana, naquele seu derradeiro contributo para esta discussão, declara: “*Joaquim Fontes e, pouco depois, Eugénio Jalhay, todavia, viram, primeiro que ninguém, que as indústrias líticas de Camposancos não eram o mesmo que o asturiense das Astúrias, isto é, não eram verdadeiramente asturienses.*” (ob. cit., p. 189).

A questão referente à cronologia relativa estas indústrias, designadas de Camposaquense, Ancorense ou mesmo Asturiense, para uns era anterior à do verdadeiro asturiense das Astúrias; para outros, tais indústrias eram coeva daquele – sendo datadas indubitavelmente pela presença de picos asturienses, considerados assim como um fóssil directo daquelas indústrias. Enfim, existia sempre a possibilidade de tais indústrias serem em parte asturienses e em parte mais modernas, dado que algumas daquelas peças foram recolhidas em Castros da Idade do Ferro (BREUIL *et al.*, 1962). Para estes autores, as indústrias em causa conheceram uma larga diacronia, estreitamente ligada desde o início à sequência clássica do Paleolítico Inferior e do Paleolítico Médio, admitindo que a existência de picos se teria verificado desde o Acheulense antigo, tornando-se particularmente abundantes nas indústrias roladas pelo mar flandriano, “[...] *à laquelle elles sont nettement antérieurs [...]*” (ob. cit., p. 128). Assim sendo, a série mais moderna, onde os picos se apresentam mais abundantes, “[...] *est celle qui se reproche le plus du point de vue typologique de l’Asturien des Asturies et doit lui être contemporaine ou moins en partie.*” (ob. cit., p. 127).

Do exposto, conclui-se que para Breuil e colaboradores, as derradeiras produções de macro-utensílios, onde os picos atingiam a sua presença máxima eram já epipaleolíticas, sendo esta idade reforçada pelos contextos geológicos observados. Ao contrário, J. Meireles chegou a conclusões distintas de que destacam duas: 1) os testes estatísticos de coerência de Kolmogorov-Smirnov evidenciaram a diferença entre os conjuntos industriais ancorense e asturiense; 2) os contextos dos conjuntos ancorense integram-se no Plistocénico Superior, igualmente em resultado da interpretação da informação geológica recolhida enquanto os asturiense, das Astúrias, seriam, como é sabido de há muito, pós-glaciários. Crê-se que a última palavra sobre a cronologia destas indústrias ainda não foi dada, podendo admitir-se que as mesmas cavalguem a transição do Plistocénico para o Holocénico, sendo por isso fin-paleolíticas e imediatamente post-paleolíticas, o que corresponde à designação de Epipaleolítico que lhes foi atribuída pela maioria dos autores.

No que respeita aos concheiros do vale do Tejo, o primeiro trabalho de cartografia sistemática dos concheiros conhecidos (PAÇO, 1938), tem o interesse de registar a localização de alguns que presentemente já não existem, realizado na mesma época em que a equipa de Mendes Corrêa desenvolvia escavações nalguns deles. Esta contribuição foi recuperada, pouco depois, por este autor e Eugénio Jalhay, que completaram todas as informações cartográficas e bibliográficas relativas a estações paleolíticas e mesolíticas do território português, constituindo assim um repositório de evidente actualidade e interesse, que se mantém (JALHAY & PAÇO, 1940), ulteriormente actualizado em 1967 (PAÇO, 1967).

Na primeira metade do século XX, Portugal contou com outra figura essencial ao desenvolvimento dos estudos do Paleolítico Superior e do Mesolítico: Manuel Heleno. Figura maior da arqueologia portuguesa, Heleno iniciou a sua carreira académica como Assistente Provisório de Arqueologia na Universidade de Lisboa, em 1923, seguindo-se poucos anos depois a nomeação como Director interino do Museu Nacional de Arqueologia em 1929 (CARDOSO, 2013 c), cargo que, de pleno direito, ocupou durante cerca de quatro décadas e que alterou o conhecimento do Paleolítico Superior e do Mesolítico portugueses (BICHO & RAPOSO, 2013; CARDOSO, 2013 c; RAPOSO & BICHO, 2013). Embora aqui não seja feita aqui nenhuma referência exaustiva ao trabalho de Manuel Heleno, uma vez que isso está patente na obra editada recentemente por um de nós, devem notar-se um conjunto de informações muito relevantes para o presente ensaio.

As duas responsabilidades profissionais de Manuel Heleno (director do MNA e professor universitário) marcaram o estudo do Paleolítico e Mesolítico em Portugal por duas razões principais: por um lado, porque ao contrário do que se pensava até época recente (BICHO & RAPOSO, 2013; CARDOSO, 2013 c), Heleno foi uma peça fundamental no ensino da metodologia arqueológica em meados do século passado, fornecendo por isso aos futuros investigadores ferramentas fundamentais para o seu trabalho; por outro lado, porque promoveu uma diversidade e quantidade de trabalhos de campo, durante cerca de quarenta anos, enquanto director do Museu Nacional de Arqueologia, que enformaram o conhecimento actual do Paleolítico Superior e do Mesolítico em Portugal.

No âmbito desses trabalhos destacam-se, através da prospecção e da escavação, jazidas na zona de Rio Maior, nomeadamente os vários sítios de Bocas (Abrigo Grande das Bocas, Alto das Bocas, Forno da Telha), Vale Comprido, Vales da Senhora da Luz, Vale de Porcos, Vascas, Casal do Filipe, Terra do Manuel e Carneira; na região de Torres Vedras, as jazidas de Vale de Almoinha, Ponta da Vigia, Rossio do Cabo e Vale da Mata); e ainda no vale do Sado, os concheiros mesolíticos, entre outros muitos casos. Pode bem dizer-se que jamais um homem trabalhando deliberadamente sozinho, conseguiu no contexto da Arqueologia portuguesa, reunir um tão extraordinário repositório de elementos por si colhidos em primeira mão (HELENO, 1956). Ali elenca com grande objectividade os principais progressos científicos respeitantes ao Paleolítico Superior e ao Mesolítico, podendo dizer-se que, relativamente ao primeiro, foi de facto o principal responsável, até ao presente, pelos maiores progressos verificados no seu conhecimento, praticamente nulo antes do início da sua actividade, enquanto que, quanto ao segundo, teve a capacidade para negar, com argumentos concretos, a célebre teoria da filiação negróide e australóide da população de Muge, que Mendes Corrêa havia abraçado ainda no início da sua longa carreira científica, e que só abandonaria já perto do seu final, na década de 1950, quando já seria insustentável a sua manutenção (CARDOSO, 2010-2011).

Porém, apesar do vastíssimo e valiosíssimo conjunto de resultados compilados no terreno, Heleno teve inquestionavelmente uma produção científica muito limitada, o que poderá ficar a dever-se a diversas causas, de que avulta talvez uma, mais importante, respeitante tão-somente à sua falta de gosto pela escrita.

Deve-se ainda a Manuel Heleno as escavações realizadas no final da década de 1950 e inícios da seguinte em alguns dos concheiros do vale do Sado, os primeiros dos quais haviam sido identificados por Lerenó Antunes Barradas, na década de 1930 (BARRADAS, 1936): trata-se dos concheiros de Portancho e de Quinta de Baixo, tendo reproduzido diversos artefactos então ali recolhidos.

Tal como sucedeu com os seus achados notáveis de Paleolítico Superior da região de Rio Maior, também as escavações de Manuel Heleno nestes locais permaneceram inéditos até época recente, tendo entretanto o número de concheiros sido completado e aumentado por um de nós, aquando dos levantamentos geológicos da folha do Torrão (CARDOSO & GONÇALVES, 1992).

Num dos seus raros artigos sobre o Paleolítico Superior, quase telegráfico e desprovido de citações bibliográficas, Manuel Heleno é concludente sobre a origem europeia das indústrias do Paleolítico Superior do território português (HELENO, 1948), destacando-se de longe as que ele próprio identificou na região de Rio Maior, das quais apresenta listagem distribuída pelas diversas épocas. Esta preciosa informação não foi então estudada e publicada; dela apenas ficou a notícia que Manuel Heleno transmitiu à imprensa diária da capital (ver jornal *A Voz*, de 21.04.1944 e *Novidades*, de 27.04.1944). Na época, foi apenas Virgínia Rau, num estudo de síntese sobre os progressos dos conhecimentos no estudo da Pré-História a partir de 1940 (RAU, 1948) e Jean Ollivier, os únicos que compilaram e publicaram tais informações, a partir das notícias dos jornais, conferindo-lhes tratamento científico. Jean Ollivier agregou-as aos resultados preliminares das suas descobertas na praia de Santa Cruz, e de outras, dispersas e menos características, nas estações paleolíticas dos arredores de Lisboa, cujos conjuntos mais modernos, com base na presença de alguns exemplares mais típicos, se reportariam ao Paleolítico Superior (OLLIVIER, 1947). É o caso, entre outros menos expressivos, dos espólios recolhidos na gruta de Ponte da Laje por Carlos Ribeiro, em 1879, dos quais alguns foram ulteriormente separados como sendo do Paleolítico Superior (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1942); no entanto, só alguns destes últimos exemplares foram no âmbito de uma revisão geral dos referidos espólios, confirmados como desta época, a que se juntaram outros, até então misturados com os exemplares neocalcolíticos, destacando-se uma pequena ponta de projectil de pedúnculo espesso, muito idêntica a exemplar da gruta das Salemas (CARDOSO, 1995). Seja como for, a síntese de Jean Ollivier, de 1947 foi, de forma algo surpreendente, por circunstâncias várias, a primeira efectuada sobre o Paleolítico Superior do território português.

Importa referir que o autor já anteriormente tinha publicado as estações do litoral de Santa Cruz, onde recolheu, em níveis de areias cinzentas, exemplares típicos que reportou ao Aurignacense (OLLIVIER, 1944). Esta foi, de forma algo surpreendente, a primeira notícia publicada em Portugal sobre a ocorrência de materiais paleolíticos *in situ*, num depósito subaéreo. No entanto, esta conclusão veio a verificar-se errónea.

Com efeito, as indústrias em causa, dispersas por vários núcleos ao longo do litoral de Santa Cruz, evidenciados por diversas estruturas de combustão, são na verdade epipaleolíticas, como concludentemente ficou demonstrado por João Zilhão (ZILHÃO, CARVALHO & ARAÚJO, 1987), atribuição corroborada por datações por este obtidas e mais tarde por outros investigadores.

Contemporâneo de Manuel Heleno, foi António Augusto Esteves Mendes Corrêa, já acima referido, patrocinador de importantes iniciativas com efectivo impacto no estudo da Pré-História antiga (CARDOSO, 1999). Destas, destacam-se as investigações que conduziram, entre outros resultados, à identificação de ocorrências paleolíticas de diversas épocas nas antigas colónias portuguesas (POLONI, 2011). No que respeita ao território continental, avultam as escavações realizadas nos concheiros do Cabeço da Amoreira e do Cabeço da Arruda na década de 1930, cuja história já foi objecto de detalhado contributo, baseado no seus cadernos de campo (CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000), complementado mais recentemente por outra iconografia (ABRUNHOSA, 2015).

Porém, daqueles importantíssimos trabalhos de campo, que se prolongaram por vários anos, pouco resultou, em termos de publicações: o mais antigo, de Ruy de Serpa Pinto, dedicado à indústria lítica do Cabeço da Amoreira, o primeiro concheiro a ser explorado (PINTO, 1932); um artigo de síntese, relativamente desenvolvido, mas abordando apenas aos primórdios dos trabalhos de campo realizados em 1930-1931, apresentado à XV Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia pré-Históricas, reunido em Portugal em 1930 e em Paris em 1931 para comemorar o cinquentenário da memorável IX Sessão do mesmo Congresso, realizada em Lisboa (CORRÊA, 1933). Em 1934 apresenta um outro artigo de síntese dedicado à discussão sobre a cronologia relativa dos concheiros (CORRÊA, 1934) concluindo, por critérios que hoje sabemos infundados – como se demonstrou claramente pelas datações de radiocarbono obtidas até ao presente – pela maior antiguidade do Cabeço da Amoreira relativamente ao Cabeço da Arruda.

No campo da Antropologia destas populações mesolíticas – as primeiras a serem identificadas a nível europeu – destacam-se, naquela época, os trabalhos de Henri Vallois, que, apenas com base no estudo craniométrico dos materiais das antigas colecções do século XIX refutou a teoria da filiação africana e austral destas populações (VALLOIS, 1930), defendida por Mendes Corrêa desde pelo menos 1919 (CORRÊA, 1919), reafirmado em 1936, embora sem novos dados resultantes das escavações por si ali dirigidas (CORRÊA, 1936). Porém, este estudo teve réplica de Vallois (VALLOIS, 1940), em estudo notável, onde discute a posição destas populações no quadro do Mesolítico europeu e norte-africano, confirmando as conclusões por si anteriormente apresentadas. Tais conclusões, postulando uma filiação essencialmente europeia mediterrânica das populações de Muge, veio a ter mais tarde cabal confirmação, através do estudo publicado em 1960 por Denise Ferembach (FEREMBACH, 1960).

Com efeito, importa referir que o primeiro estudo sobre os materiais antropológicos das escavações de Mendes Corrêa foi o de A. Ataíde (ATAÍDE, 1940), discípulo de Mendes Corrêa, que corroborou, globalmente, as conclusões por este apresentadas quanto às afinidades negróides daquelas populações, numa época em que tal seria já difícil de defender.. Com efeito, Mendes Corrêa apenas em 1956 admitiu a hipótese que até então vinha contrariando, ao publicar a notícia preliminar do estudo antropológico do conjunto da Moita do Sebastião (CORRÊA, 1956), ulteriormente estudado detalhadamente por Ferembach, como acima se referiu.

Os trabalhos de Mendes Corrêa em Muge contaram sempre com a participação essencial de Rui de Serpa Pinto e de Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, seus assistentes na Faculdade de Ciências do Porto, os quais, depois do falecimento prematuro de Serpa Pinto, foram continuadas apenas por Santos Júnior.

A presença de Mendes Corrêa nas escavações não era permanente, longe disso, deixando ao critério dos seus colaboradores a efectiva direcção dos trabalhos, como se conclui até pela letra dos cadernos de campo das sucessivas campanhas de escavações, com excepção dos trabalhos iniciais. Essa foi uma das facetas principais do ilustre catedrático do Porto, a de conferir responsabilidades aos seus colaboradores mais próximos, depositando neles a indispensável confiança e conferindo-lhes os meios indispensáveis para realizarem os trabalhos a que ele, assoberbado por muitas outras responsabilidades oficiais, não tinha possibilidade de dar resposta.

Também Breuil e Zbyszewski ocuparam-se, ainda que marginalmente, do Mesolítico do Vale do Tejo: em 1947 efectuaram o estudo das indústrias dos concheiros das ribeiras de Muge e de Magos (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1947). De facto, tais indústrias, recuperadas no século XIX pelos sucessivos escavadores daquelas estações (Carlos Ribeiro e Francisco de Paula e Oliveira, cujas mortes prematuras impediram de as estudar convenientemente), mantinham-se inéditas. A percepção integradora de Breuil, quanto ao significado dos vestígios ali recuperados manifesta-se de forma expressiva na reconstituição da cena de vida doméstica feita já aquando da sua estada na África do Sul, a partir de Novembro de 1942, ulteriormente publicada em livro pedagógico de grande divulgação (BREUIL, 1949, p. 87).

É interessante referir que, no artigo de 1947, os autores admitiram a hipótese de os amontados de restos de cozinha que constituem os concheiros tenham resultado das actividades domésticas realizadas noutra local da periferia das ditas acumulações. Esta hipótese foi comentada de forma judiciosa por Virgínia Rau que, a propósito das escavações realizadas por Manuel Heleno na jazida mesolítica do Forno da Telha, declara: “[...] *Forno da Telha est le premier gisement mésolithique connu au Portugal qui correspond à un lieu d’habitation, tous les autres gisements de cette époque sont des amoncellements de déchets divers contenant de très nombreuses sépultures vers la base de la masse de coquilles accumulées [...]*.” (RAU, 1948, p. 78). Ver-se-á que esta afirmação foi em época mais recente posta em causa, mas o que importa sublinhar é a ausência de escavações que permitiam, até cerca de meados do século, conceber a organização do espaço de qualquer concheiro mesolítico do vale do Tejo, não obstante as escavações realizadas no decurso da década de 1930 no Cabeço da Amoreira e depois no Cabeço da Arruda, por iniciativa de António Augusto Mendes Corrêa, cujos contributos adiante analisados.

Os resultados obtidos pela equipa de Mendes Corrêa nas escavações dos concheiros de Muge na década de 1930 mantiveram-se por mais de uma década por estudar: o falecimento de Ruy de Serpa Pinto, em 1933 e a crescente ocupação de Santos Júnior na antropologia e arqueologia das colónias africanas portuguesas justificaram tal situação, que se afigurava especialmente gravosa no caso do Cabeço da Amoreira, onde os trabalhos foram mais intensos. Tal situação explica a vinda de Jean Roche, a Portugal, como jovem investigador do CNRS, apoiado directamente por Mendes Corrêa através do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Instituto para a Alta Cultura), revelando-se, uma vez mais, a confiança e apoios dispensados àqueles que procuravam o seu apoio para prosseguirem as suas investigações (realidade bem evidente no caso de diversos arqueólogos portugueses em meados do século XX, como Abel Viana, O. da Veiga Ferreira, Eduardo da Cunha Serrão, entre outros). Assim se explica, também, a publicação, igualmente assegurada por Mendes Corrêa da monografia dedicada às indústrias do concheiro do Cabeço da Amoreira (ROCHE, 1951 a), a qual inaugurou a longa participação do arqueólogo francês na arqueologia portuguesa, e que teve um seu ponto alto na publicação, em 1960 dos resultados das escavações realizadas entre 1951 e 1954 no concheiro de Moita do Sebastião, onde se evidenciou pela primeira vez, a presença de unidades habitacionais implantadas na base do concheiro, a única, como se referiu, que se preservou (ROCHE, 1960 a).

O labor de Jean Roche em Portugal prosseguiu, logo a partir daquele ano de 1951, com o estudo os espólios do Paleolítico Superior da Casa da Moura das escavações de Nery Delgado, tendo então identificado exemplares atribuídos com reservas ao Magdalenense (ROCHE, 1951 b), época a que pertenceria também o conjunto de fragmentos de zagaias de osso, já observadas por H. Breuil e por ele publicadas em 1918.

Data também daquele ano de 1951 o início da longa participação do arqueólogo francês nas investigações dos concheiros da ribeira de Muge, que se saldou por um elevado número de publicações (ver bibliografia alargada deste autor em CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000). Assim, a primeira campanha de escavações no concheiro da Moita do Sebastião teve já a sua participação, desenvolvendo-se em anos subsequentes, não só neste notável sítio arqueológico, cujas camadas médias e superiores haviam sido recentemente arrasadas para a construção de instalações agro-industriais da Casa Cadaval – o que justificou aquela intervenção – mas também, sucessivamente, em outros concheiros do vale da ribeira de Muge: Cabeço da Amoreira e, finalmente, Cabeço da Arruda. Este ciclo de escavações, cujo historial já foi detalhadamente apresentado (CARDOSO & ROLÃO, 1999-2000), só viria a terminar na segunda metade da década de 1960. Importa no entanto sublinhar que frequentemente a coordenação de campo foi da responsabilidade de Octávio da Veiga Ferreira, embora se lhe tenha atribuído, nas publicações, especialmente as apresentadas internacionalmente, papel claramente modesto e subvalorizado (CARDOSO, 2008 b).

Os trabalhos de Roche e de Veiga Ferreira, em pareceria ou individualmente, representam também um dos pontos altos na história das investigações sobre o Paleolítico Superior em Portugal.

Salienta-se a publicação da estratigrafia dos níveis do Paleolítico Superior da Gruta das Salemas, e das faunas associadas (ROCHE & FERREIRA, 1970), cuja escavação foi realizada por O. da Veiga Ferreira e J. Camarate França em 1959 e 1960. O estudo tipológico dos materiais, revelou diversas ocupações naquela época da cavidade, constituindo abrigo logístico recorrente para sucessivos grupos de caçadores que exploravam os relevos calcários de média altitude dominantes na região, foi prontamente publicado (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1961, 1962), a par de uma ponta de zagaia afeiçãoada em osso peniano de Urso, atribuída ao Perigordense (ROCHE, FERREIRA & FRANÇA, 1961), ao mesmo tempo que se publicava o conjunto do Paleolítico Superior atribuído então ao Solutrense e recolhido por Nery Delgado na gruta da Casa da Moura (FRANÇA, ROCHE & FERREIRA, 1961).

O importante conjunto recolhido na gruta das Salemas por Veiga Ferreira e colaboradores, onde avultavam as produções solutrenses, animaram-no a publicar uma síntese sobre esta indústria com base nos elementos então identificados (FERREIRA, 1962), onde deu a conhecer vários exemplares que até então tinham passado despercebidas, como uma belíssima folha das gutas do Poço Velho, acompanhada por uma ponta pedunculada do tipo Parpalló.

É interessante verificar que o interesse pelo Paleolítico Superior português, até então quase desconhecido, em especial as produções solutrenses típicas, foi projectado além-fronteiras, dando origem a notícia onde se valorizou a sua presença em território português (RIPOLL PERELLÓ, 1964-1965).

A par da intervenção no estudo de espólios antigos, paleolíticos ou mesolíticos (Casa da Moura, Cabeço da Amoreira), a que se seguiu a colaboração nos estudos de escavações desde logo iniciadas em concheiros mesolíticos (Moita do Sebastião, Cabeço da Amoreira, Cabeço da Arruda) ou grutas paleolíticas (Salemas), Jean Roche dedicou-se ao estudo das ocupações fini-paleolíticas ou já epipaleolíticas do litoral de Santa Cruz, algumas delas anteriormente estudadas por Jean Ollivier (OLLIVIER, 1943-1944). Com Leonel Trindade ocupa-se do estudo dos espólios recuperados por este último na escavação que realizou na estação do Rossio do Cabo, confirmando a idade aurignacense atribuída por Ollivier às ocorrências vizinhas (ROCHE & TRINDADE, 1951; ROCHE, 1952), mas que, na verdade, é epipaleolítica, como já anteriormente se referiu.

O labor de Jean Roche no respeitante ao Paleolítico Superior português prosseguiu, sempre apoiado por O. da Veiga Ferreira, em quem encontrava sempre disponibilidade para lhe garantir os meios indispensáveis à prossecução dos trabalhos de campo.

Resultado dessa colaboração foi a publicação de duas estações de ar livre, uma situada na encosta voltada para a ribeira de Alcântara da serra de Monsanto (Vila Pouca), a outra correspondendo a um paleossolo arqueológico arenoso. Ambas forneceram materiais estratigrafados do Paleolítico Superior (ROCHE, FERREIRA & ZBYSZEWSKI, 1959). É também no âmbito da colaboração estabelecida por Jean Roche com os Serviços Geológicos de Portugal que se explica a intervenção na Lapa da Rainha, repartida por duas campanhas (1968 e 1969), onde se recolheram escassas indústrias do Paleolítico Superior, no geral atípicas, entre as quais alguns escassos dentes humanos, que constituíam os primeiros restos desta época recolhidos em Portugal (ALMEIDA *et al.*, 1970).

Após o 25 de Abril de 1974, julgando que O. da Veiga Ferreira já não poderia continuar a ser-lhe útil, Jean Roche procurou outros apoios em Portugal. Assim, recorreu à colaboração do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto para a escavação da Lapa do Suão, situada muito próximo da Gruta Nova da Columbeira onde, ainda com o apoio de O. da Veiga Ferreira, realizou em 1972 um corte estratigráfico nos depósitos

do Paleolítico Médio ali existentes. As escavações desenrolaram-se entre 1974 e 1976 e os resultados foram publicados pouco depois (ROCHE 1979), num ensaio dedicado à caracterização do Magdalenense do território português, no qual também incluiu a gruta da Casa da Moura.

No decurso das suas estadas em Portugal, Jean Roche recolheu diversos tipos de elementos, estratigráficos e tipológicos, que lhe permitiram elaborar uma curta síntese sobre o Paleolítico Superior português (ROCHE, 1964).

Trata-se da contribuição que era então possível, face à escassez dos dados então disponíveis, apresentando-se algumas interpretações para a realidade documentada. No que se refere à distribuição das estações, conclui-se que as mesmas correspondem essencialmente à região da Estremadura, dominada pela ocorrência de rochas calcárias, propícias à existência de grutas; porém, as mesmas não eram intensamente utilizadas, em resultado da pouca severidade climática verificada sobretudo na fase final do Plistocénico, à qual pertencem a maioria dos testemunhos. Assim, não obstante os esforços desenvolvidos pela equipa dos Serviços Geológicos de Portugal no sentido de se identificarem grutas com presença paleolítica, os resultados expressam-se apenas por uma única ocorrência, a gruta das Salemas. Tal realidade indica que a maioria das estações seria de ar livre, como evidenciam as que foram reconhecidas na região de Rio Maior e ao longo do litoral respectivo. Mais para o interior, Roche admite que a distribuição das estações teria de ser tão densa quanto a verificada em outras regiões da Europa Ocidental, embora à época nada se conhecesse que substanciasse essa conclusão.

Já no que respeitava à sequência crono-cultural, a referida síntese veio demonstrar que a mesma era idêntica à observada em qualquer daqueles domínios geográficos, com a comprovada presença do Aurignacense, Perigordense, Solutrense e Magdalenense.

Este contributo fazia sem dúvida o ponto da situação em meados da década de 1960 e viria a ter o seu contraponto na síntese que, vinte anos depois, a equipa dos Serviços Geológicos de Portugal produziu, embora publicada, dado já o seu interesse histórico, apenas no final do século (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1999/2000), com alguns contributos novos, destacando-se a presença de uma ocupação solutrense na gruta do Correio-Mor (CORCHÓN & CARDOSO, 2005) e mencionando já os primeiros trabalhos de João Zilhão na gruta do Caldeirão (ZILHÃO, 1985), e a publicação da estação de ar livre de Cambelas, explorada por M. Heleno (ZILHÃO, 1984), com a identificação do Solutrense em ambos os locais. Esta síntese dava já a importância devida ao conjunto solutrense recolhido em Evoramonte, em resultado da abertura de um poço, o qual havia apenas sido mencionado na síntese de Jean Roche. Desconhecem-se, contudo, as condições de jazida deste estranho lote de peças, todas elas folhas de loureiro solutrenses de talhe bifacial, com a ausência de qualquer outro tipo de utensílio ou resíduo de talhe (ROCHE, RIBEIRO & VAULTIER, 1968).

A presença de indústrias azilienses em território português foi possibilidade admitida por Jean Roche: *“Il semble même qu’il y ait de l’Azilien, si un gisement découvert par O. da Veiga Ferreira répond aux promesses entrevues lors d’une première prospection.”* (ROCHE, 1964, p. 27). Trata-se do nível identificado nesse mesmo ano de 1964 na Penha Verde, por baixo da ocupação calcolítica, reportado a uma cabana, onde avultam as pequenas raspadeiras unguiformes; algumas destas peças foram de facto assim explicitamente consideradas (FERREIRA & LEITÃO, s/d, p. 109), embora o artigo anteriormente publicado sobre as mesmas seja muito mais prudente, apesar de se tratar de um conjunto muito homogêneo e com controlo estratigráfico (ROCHE & FERREIRA, 1975). Ulteriormente, a revisão desta indústria conduziu a considerá-la epipaleolítica, de feição aziliense, dada a presença característica daquelas pequenas raspadeiras, embora faltem em absoluto outros elementos característicos daqueles conjuntos industriais (CARDOSO & FERREIRA, 1992).

Esta realidade sublinha bem a dificuldade de reportar claramente, do ponto de vista tipológico, as indústrias epipaleolíticas reconhecidas até época recente no território português, sendo fundamental a contribuição do radiocarbono para a sua adequada integração cronológica, realidade que persiste. Ao mesmo círculo epipaleolítico pertencem as indústrias microlíticas, essencialmente de sílex, recolhidas nas duas sondagens realizadas por Jean Roche no Cabo de Sines, onde avultam igualmente as raspadeiras subcirculares e unguiformes, e as lamelas de dorso abatido, que constituem cerca de 1/3 da utensilagem, apesar da escassez desta (ROCHE, 1960 b). Este pequeno estudo resultou da anterior atribuição das indústrias mais recentes daquele local se integrarem no Paleolítico Superior e Mesolítico (BREUIL & ZBYSZEWSKI, 1946), entre as quais figuravam alguns exemplares microlíticos de sílex, onde avultavam as pequenas raspadeiras curtas e subcirculares, com características do Paleolítico Superior (*ob. cit.*, p. 287, 288), exemplares em tudo semelhantes aos que ulteriormente Jean Roche viria ali a recolher, tal como os da Penha Verde.

A síntese de Jean Roche de 1964 foi acompanhada de uma outra relativa à evolução paleoclimática da Estremadura portuguesa no decurso do Paleolítico Médio e Superior (ROCHE, 1971) com base sobretudo no registo faunístico conhecido, concluindo que a amenidade climática teria sido predominante no decurso do Paleolítico Superior na Estremadura, conforme já se entrevia nas suas considerações da síntese de 1964. Esta realidade, porém, só viria a ser cabalmente demonstrada pela síntese publicada por um de nós, relativa estudo dos grandes mamíferos do Plistocénico superior do território português (CARDOSO, 1993).

Em 1963, um tiro de pedra pôs a descoberto a gruta do Escoural; reconhecido o seu interesse arqueológico, correspondente a uma necrópole neolítica, os trabalhos foram assumidos por Manuel Farinha dos Santos, Assistente de Manuel Heleno na Faculdade de Letras de Lisboa. Após alguns meses de trabalho nesta necrópole, uma lavagem com água de uma das paredes pôs a descoberto, acidentalmente as primeiras manifestações artísticas paleolíticas, pintadas nas superfícies rugosas das paredes constituídas por calcários cristalinos pré-câmbricos! (CARDOSO, 2001-2002 b). Trata-se da única ocorrência de pinturas parietais do Paleolítico Superior até hoje conhecida em Portugal (SANTOS, 1964; VAULTIER, SANTOS & GLORY, 1965), tendo sido possível associá-la a escassos materiais do Paleolítico Superior, entre os quais uma folha solutrense (GOMES, SANTOS & CARDOSO, 1990). Mais tarde, foram publicadas outras manifestações artísticas, recorrendo, para além da pintura, à gravura (SANTOS, GOMES & MONTEIRO, 1980). Logo no ano seguinte, publicou-se o primeiro conjunto de gravuras rupestres de ar livre, identificado em Mazouco, destacando-se um cavalo completo (JORGE *et al.*, 1981), prenunciando a identificação da arte rupestre do Côa, igualmente integrada na bacia hidrográfica do Douro.

4 - A NOVA ARQUEOLOGIA E OS ESTUDOS DOS CAÇADORES-RECOLECTORES EM PORTUGAL (1971-1994)

No início da década de setenta do século passado, altera-se o percurso da arqueologia pré-histórica em Portugal, afastando-se progressivamente da praxis francófona da qual tinha recebido influência dominante durante cerca de meio século. Parece haver duas razões principais para esta transformação: o desenvolvimento da Nova Arqueologia (TRIGGER, 1989) norte americana (CALDWELL, 1959) e da sua homóloga inglesa com os trabalhos de David Clarke (1968), cujos trabalhos começam a chegar a Portugal na década de setenta e a influenciar os jovens académicos de então; e a revolução de Abril que vem alterar não só o sistema universitário português (com a sua diversificação científica, permitindo uns anos mais tarde a abertura das primeiras

licenciaturas em História, variante de Arqueologia, ao que se seguiram as novas licenciaturas em Arqueologia, e ainda a expansão regional, com a abertura de cursos em universidades fora de Lisboa, Porto e Coimbra. Por outro lado, também as instituições da tutela arqueológica, conheceram alterações importantes: o Museu Nacional de Arqueologia, que perde a sua vinculação à Universidade de Lisboa, pois desde o tempo de J. Leite de Vasconcelos o lugar de Director era assegurado pelo Professor da Cadeira de Arqueologia da Faculdade de Letras da capital; e a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, que acaba por se cindir, dando origem ao Instituto Português do Património Cultural, com um Departamento de Arqueologia com jurisdição de início alargada a todo território continental.

Essa inflexão epistemológica exprime-se, na prática por diversas evidências. É o caso do Grupo para o Estudo do Paleolítico Português (GEPP), a partir de 1970 (RAPOSO & SILVA, 1996).

Assente numa perspectiva com raízes nos trabalhos dos anglo-saxónicos Clarke e Binford (entre outros), a actuação deste grupo teve grande impacto na zona de Vila Velha de Ródão, no que concerne aos estudos de estações do Paleolítico Inferior e Médio, bem como da chamada “arte do Tejo”, de cronologia em geral mais moderna.

Podem, no entanto, ocorrer, de acordo com a cronologia longa defendida por M. Varela Gomes (GOMES, 2010), algumas gravuras mais antigas, atribuíveis ao Epipaleolítico, como é o caso de um cavalo obtido por picotado, com o espaço interior ocupado por reticulado (GOMES & CARDOSO, 1989), constituindo uma ocorrência da maior importância para a arte pré-histórica peninsular.

Também a zona de Rio Maior e do maciço calcário estremenho foram alvo de trabalhos do GEPP, conduzindo à realocação dos sítios paleolíticos de Vale de Porcos e de Vascas e à descoberta das jazidas de Vale de Porcos II (ZILHÃO, 1997) e à primeira escavação na Gruta do Pego do Diabo, já anteriormente conhecida (GEPP, 1979; ZILHÃO, 1997; ZILHÃO *et al.*, 2010 b).

Foi também no contexto dos trabalhos do GEPP, que se iniciou o projecto de investigação pluridisciplinar sobre Pré-história e Quaternário do vale do Nabão (ZILHÃO, 1997), onde participaram investigadores que vieram a desenvolver importantes contributos para o estudo do Paleolítico Superior e Mesolítico na décadas seguintes: foi o caso sobretudo de João Zilhão, mas também de Ana Cristina Araújo, José Mateus e Luiz Oosterbeek. Foi no âmbito desse projecto que nasceu o estudo da Gruta do Caldeirão, dirigido por João Zilhão (ZILHÃO, 1985), cujos resultados foram integrados no trabalho por ele apresentado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica (FLUL), dedicado à caracterização do Solutrense da Estremadura, a par do estudo de outras estações, que até então se mantinham por estudar. Este trabalho constituiu um notável impulso do conhecimento do Paleolítico Superior português, face aos elementos fragmentários até então disponíveis. Tal linha veio a ser reforçada e confirmada no doutoramento, que, mantendo idêntica área geográfica, alargou substancialmente a diacronia das estações estudadas, e contribuindo para a definição de artefactos de tipologia nova, que sustentaram a proposta de complexos industriais de carácter regional (ZILHÃO, 1997), tornando-se obra de referência para todo o Paleolítico Superior do território português.

É no âmbito desse projecto que se inicia a colaboração entre Zilhão e Anthony Marks (Southern Methodist University) e que produz efeitos em 1988, com o financiamento pela *National Science Foundation* dos EUA do projecto *The Prehistory of Portugal* (BNS-8808798), que viabilizou o desenvolvimento de trabalhos na área de Rio Maior e de Torres Novas (*cf.* Tabela 1), incluindo os trabalhos no complexo cársico do Almonda e, entre outras, nas jazidas do Paleolítico Superior de Cabeço do Porto Marinho, Areeiro, Carneira, Vale Comprido e Terra do Manuel (MARKS *et al.*, 1994; ZILHÃO *et al.*, 1995).

Tabela 1 – Fases e intervenientes principais da historiografia portuguesa do Paleolítico Superior e Mesolítico.

Fase	Data	Instituição	Arqueólogo	Cronologia	Região	Sítio Arqueológico
1	1850-1916	Comissão Geológica	Nery Delgado	Paleolítico	Cesareda	Furninha, Casa da Mouras
			Carlos Ribeiro Pereira da Costa	Mesolítico	Muge	Concheiros
2a	1916-1970	Serviços Geológicos	G. Zbyzewski Henri Breuil	Paleolítico	Costa Atlântica Vale do Tejo	
		MNA Universidade de Lisboa	Manuel Heleno	Paleolítico	Rio Maior	Casal Filipe, Terra do Manuel, Vale Comprido, Passal, Arneiro, Bocas, Vales de Sr. ^a da Luz, Vale de Porcos, Carneira, Vascas
				Cambelas	Vale Almoinha	
		Universidade do Porto	Mendes Correa	Mesolítico	Muge	Concheiros
		Serviços Geológicos	Jean Roche Veiga Ferreira	Paleolítico	Estremadura	Suão, Salemas
				Mesolítico	Muge	Concheiros
		MNA Universidade de Lisboa	Manuel Heleno	Mesolítico	Sado	Concheiros
Universidade de Lisboa	Farinha dos Santos	Paleolítico	Alentejo	Escoural		
3	1970-1995	GEPP		Paleolítico	Rodão / Rio Maior	Vale de Porcos
		Universidade de Lisboa	José Arnaud	Mesolítico	Alentejo	Concheiros do Sado, Fiais
			João Zilhão	Paleolítico	Estremadura	Caldeirão, Pego do Diabo, Terra do Manuel, Vale Comprido, Vale de Porcos, Carneira, Vale Almoinha, Anecrial, Casal do Cepo
		Universidade Nova de Lisboa	João Luís Cardoso	Paleolítico	Várias regiões	Vários
		SMU	Anthony Marks	Paleolítico	Rio Maior	CPM, Gato Preto, Fonte Santa, Carneira, Sítios gravetenses da Azinheira
				Mesolítico	Rio Maior	CPM, Carneira, Areeiro
		UNM	Lawrence Straus	Paleolítico	Estremadura	
				Mesolítico	Alentejo/Algarve	
U. Alberta	David Lubell	Mesolítico	Alentejo	Fiais		
			Muge	Concheiros		
4	1995-2018	Universidade de Lisboa IPA	João Zilhão	Paleolítico	Leiria	Lagar Velho
					Côa	
		IPA	Thierry Aubry	Paleolítico	Côa	
		Universidade do Algarve	Nuno Bicho	Paleolítico	Estremadura	Picareiro, CPM
					Algarve	Vale Boi
				Mesolítico	Muge	Concheiros
					Algarve	Concheiros
		U. Louisville	Jonathan Haws	Paleolítico	Estremadura	Picareiro
		U. Santander	Pablo Arias	Mesolítico	Sado	Concheiros
		Universidade de Lisboa	Mariana Diniz	Mesolítico	Sado	Concheiros
IPA/DGPC	Ana Cristina Araújo	Mesolítico	Estremadura/Sado	Concheiros		
U. Autónoma de Lisboa	José Rolão	Mesolítico	Muge	Concheiros		

Aquele financiamento apoiou também as teses de doutoramento na Southern Methodist University, Dallas, Texas, de um de nós (N.B.) (1992) e, mais tarde, de Paul Thacker (1996) e de Francisco Almeida (2000), todas sob a direcção de Anthony Marks aliás também orientador de Zilhão. Essas teses focam respectivamente, o Magdalenense e o Epipaleolítico, os padrões de povoamento do Paleolítico Superior e o Gravettense final / Proto-Solutrense da Estremadura ou de regiões nela integradas. Paralelamente à colaboração Marks-Zilhão, este último desenvolveu também trabalhos com Lawrence Straus, da University of New Mexico, Albuquerque, resultando na reescavação de várias jazidas da Estremadura, nomeadamente a gruta da Casa da Moura e o Abrigo Grande das Bocas (STRAUS *et al.*, 1988).

Simultaneamente, desenvolveram-se trabalhos no norte de Portugal, principalmente na Universidade do Minho, avultando a tese de doutoramento de José Meireles (1992) sobre as indústrias líticas do litoral minhoto (MEIRELES, 1992), a que já anteriormente se fez referência.

Importa mencionar a tese de um de nós (J.L.C.) defendida também em 1992 (CARDOSO, 1993) sobre as faunas plistocénicas portuguesas, na maioria dos casos provenientes de contextos arqueológicos, correspondendo à primeira síntese sobre os restos mamalógicos plistocénicos em Portugal, com incidência directa no conhecimento da economia alimentar das respectivas paleolíticas, algumas delas do Paleolítico Superior. Tal estudo constituiu também contribuição para a reconstituição climatológica e dos respectivos paleoambientes, numa perspectiva diacrónica, actualizando e desenvolvendo as conclusões anteriormente apresentadas por Jean Roche em 1970 (ROCHE, 1971).

No caso do Mesolítico, a formação recebida por José Arnaud, durante o período em que esteve na Universidade de Cambridge, permitiu-lhe desenvolver trabalhos inovadores do ponto de vista teórico, reanalisando dados obtidos nas fases anteriores nos concheiros de Muge e do Sado, tendo realizado escavações em alguns destes últimos concheiros (ARNAUD, 1985, 1989, 1990, 2000). Da expansão desta linha de trabalho para o litoral alentejano e costa vicentina, em colaboração com Lawrence Straus, resultou num conjunto de escavações e dados, nomeadamente datações por radiocarbono (STRAUS, 1989; STRAUS & VIERRA, 1989), tendo ainda dado origem, em 1992, à tese de doutoramento de Bradley Vierra (1995), na University of New Mexico.

Nesta fase, é de destacar ainda a participação do casal canadiano, Mary Jackes e David Lubell (*e.g.*, JACKES & LUBELL, 2012), que em colaboração com Arnaud desenvolveram um projecto sobre a neolitização da costa alentejana. Ao mesmo tempo, e juntamente com Chris Meicklejohn, procederam à datação e revisão de grandes conjuntos de restos humanos resultantes dos trabalhos de Carlos Ribeiro e de Paula e Oliveira, no século XIX, e de Jean Roche e O. da Veiga Ferreira, nas décadas de 50 e 60, bem como de Mendes Corrêa, nos concheiros do vale do Tejo. Esses trabalhos resultaram em diversas publicações internacionais, importantes para o estudo e conhecimento de diversos aspectos da antropologia física, dieta, daquelas populações, que em parte tiveram continuação pela Escola de Antropologia Física da Universidade de Coimbra.

Os trabalhos de Carlos Tavares da Silva e de Joaquina Soares, que se iniciaram antes e se desenvolveram durante e depois as intervenções acima referidas, no mesmo grande domínio litoral, conduziram à localização de várias jazidas epipaleolíticas e mesolíticas, algumas delas com escavações de vulto resultando em dados muito relevantes que, conjugados com as datações absolutas e os estudos da economia alimentar, permitiram importantes estudos de síntese sobre o Mesolítico da costa sul portuguesa (*e.g.*, SILVA & SOARES, 1981; SOARES & SILVA, 2004; SOARES, SILVA & CANILHO, 2005-2007).

5 – O VALE DO CÔA E A PLENITUDE DOS ESTUDOS DO PALEOLÍTICO SUPERIOR E DO MESOLÍTICO EM PORTUGAL (1995-2018)

A 9 de Novembro de 1994, após a exposição pública feita por Mário Varela Gomes, a arte rupestre do vale do Côa torna-se do conhecimento generalizado e, em meados de Dezembro, visitam o vale um grupo alargado de professores universitários de Arqueologia, com origem em todas as universidades portuguesas, acompanhados de especialistas estrangeiros para avaliação do potencial e da veracidade da arte de ar livre do Vale do Côa. O impacto desta visita levou, cerca de um mês depois, à formação de uma Comissão Científica Internacional (BAPTISTA & GOMES, 1995). No final de Novembro de 1995 o XIII Governo Constitucional toma posse, com António Guterres como Primeiro-Ministro. A visão política da Cultura, e especificamente do Património Arqueológico, altera-se, e desde logo é assumida a decisão política de suspender os trabalhos de construção da barragem. Pouco depois, com Manuel Maria Carrilho como Ministro da Cultura, é criado um organismo dedicado exclusivamente à tutela da Arqueologia: o Instituto Português de Arqueologia. A criação deste organismo, em parte responsabilidade de uma comissão inicialmente constituída, ainda em 1995, por Vítor Oliveira Jorge, Luiz Oosterbeek, António Carlos Silva e João Zilhão, acaba por ficar sob a direcção deste último, sendo dele a responsabilidade maior do organograma de funcionamento, bem como o desenho da política patrimonial e científica do IPA.

Dos cerca de cinco anos de funcionamento do IPA, devem notar-se três aspectos principais com impacto directo no estudo do Paleolítico Superior e do Mesolítico do território português, como aliás do Património Arqueológico em geral:

1. Uma política de protecção do património arqueológico através do desenvolvimento de um suporte legal que obriga à realização de estudos de impacto patrimonial no âmbito de obras públicas e privadas;
2. O estudo da arte do Vale do Côa e respectivo desenvolvimento de infra-estruturas locais que permitiram a efectiva investigação científica e a divulgação, protecção e valorização daquele conjunto patrimonial através da criação do Parque Arqueológico do Vale do Côa e, mais recentemente, Museu do Côa;
3. Criação de um serviço central, com diversas valências técnicas e científicas, que apoia a comunidade científica arqueológica portuguesa, o Laboratório de Arqueociências (LARC) agora integrado na Direcção Geral do Património Cultural, que assumiu a tutela da área da Arqueologia.

Depois de 1995, a investigação do Paleolítico, permitiu definir novas perspectivas de actuação, conducentes a resultados com impacto internacional, mercê da preparação científica adequada de um conjunto já relevante de investigadores. Estes resultados, com implicações ao nível de novos modelos evolucionários relativos ao Paleolítico Médio e Paleolítico Superior, devem-se essencialmente aos trabalhos das equipas:

- de Thierry Aubry, na região do Côa (em colaboração com João Zilhão) e de Coimbra, respectivamente com jazidas de ar livre como é o caso da Quinta da Barca Sul, Olga Grande, Fariseu e Cardina, e de gruta ou abrigo sob rocha nomeadamente das Grutas da Buraca Grande e Buraca Escura (*e.g.*, AUBRY, 1998, 2009; AUBRY *et al.*, 2001; AUBRY *et al.*, 2010, 2011; AUBRY, ZILHÃO & ALMEIDA, 2007).
- de João Zilhão, sobre datação de arte rupestre da Península Ibérica, no complexo cársico do Almonda (de que se destacam os trabalhos na Gruta da Oliveira e da Gruta da Aroeira), na Gruta da Figueira Brava, no Abrigo do Lagar Velho (descoberto em 1999 e com impacto mundial devido à presença única na Península Ibérica de uma sepultura de criança com cerca de 25 mil anos, representando o que vários

investigadores acreditam ser um dos raríssimos exemplos de miscigenação entre Neandertais e *Homo sapiens sapiens*), e mais recentemente na região de Múrcia, Espanha, com jazidas como Abrigo de La Boja, Cueva Antón, e Finca Doña Martina, referenciando não só o Paleolítico Médio, mas também toda a seqüência regional do Paleolítico Superior (e.g., ANGELUCCI & ZILHÃO, 2009; LUCENA *et al.*, 2012; PIKE *et al.*, 2012; ZILHÃO *et al.*, 2010 a, 2017).

- de Jonathan Haws, com a escavação da Lapa do Picareiro, Alcanena (a partir de 2005, uma vez que os trabalhos na viragem do milénio foram da coordenação de um de nós, N.B.), Mira Nascente, Nazaré, e Praia Rei Cortiço, Óbidos (e.g., BICHO *et al.*, 2015b; HAWS, 2012; HAWS *et al.*, 2010, 2011; MINCKLEY *et al.*, 2015), elementos fundamentais para uma nova perspectiva da emergência do Paleolítico Superior em Portugal;
- de um de nós (N. B.), com a escavação de Vale Boi e os trabalhos desenvolvidos em Moçambique desde 2011 (e.g., BICHO, CASCALHEIRA & GONÇALVES, 2017; BICHO *et al.*, 2013 a, 2015 a, 2017; CASCALHEIRA & BICHO, 2015; GONÇALVES *et al.*, 2016; TÁTÁ *et al.*, 2014).

No que respeita ao Mesolítico, esta fase da história das investigações correspondeu também a um crescimento marcado, com o desenvolvimento de um conjunto de projectos de longa duração. Paralelamente ao trabalho de várias décadas de Ana Cristina Araújo (e.g., ARAÚJO, 2015; GUTIÉRREZ-ZUGASTI *et al.*, 2011), que culmina com a sua tese de doutoramento em 2012 e que se centra principalmente no Holocénico inicial da Estremadura, José Rolão desenvolveu os seus próprios trabalhos em vários concheiros das ribeiras de Muge e de Magos (Cabeço da Amoreira, Cabeço da Arruda e Cabeço do Mórros) entre 1999 e 2001, e que resultaram no trabalho da sua tese de doutoramento (ROLÃO, 1999; ROLÃO, JOAQUINITO & GONZAGA, 2006; VAN DER SCHRIEK *et al.*, 2008).

Em 2007, Cleia Detry orientada por um de nós (J.L.C.), concluiu a sua tese de doutoramento, constituindo o segundo estudo arqueozoológico a este nível defendido em Portugal, intitulado “Paleoecologia e Paleoconomia do baixo Tejo no Mesolítico Final: O contributo dos Mamíferos dos concheiros de Muge”, recorrendo para tal aos espólios conservados quer em Lisboa, no Museu Geológico, quer na Faculdade de Ciências do Porto (DETRY, 2007). Do trabalho então iniciado, resultou a identificação, nas colecções do Museu Geológico do LNEG de um esqueleto quase completo de um cão doméstico, recolhido no Cabeço da Arruda nas escavações do século XIX e que se manteve inédito. Embora a espécie *Canis familiaris* L. já tivesse sido referenciada por Francisco de Paula e Oliveira, nos concheiros de Muge, com base no tamanho de algumas mandíbulas por ele observadas, considerou-a selvagem pelo facto de os ossos de outros mamíferos utilizados na alimentação não se encontrarem roídos, o que indicaria que tais animais não eram comensais do homem (OLIVEIRA, 1888-1889). Hoje, sabe-se que tal hipótese não se justifica, até pela ocorrência do referido esqueleto, cuja conservação só foi possível devido ao enterramento intencional do animal, o primeiro que no território português se identificou (DETRY & CARDOSO, 2010).

É também desta fase que se desenvolve o trabalho doutoral de Cláudia Umbelino sobre as dietas das comunidades humanas mesolíticas do vale do Tejo e do Sado, com aspectos inéditos em Portugal, como é o caso dos estudos dos isótopos e oligoelementos para reconstrução das dietas humanas (UMBELINO, 2006).

Desde 2008 que uma nova equipa, liderada por um de nós (N.B.), desenvolve escavações e sondagens nos concheiros do Cabeço da Amoreira e do Cabeço da Arruda, Muge. Esse trabalho assenta num novo projecto de carácter multidisciplinar, que proporcionou novas perspectivas sobre a ocupação mesolítica dos concheiros de Muge (e.g., ALDEIAS & BICHO, 2016; ANDRÉ & BICHO, 2016; BICHO *et al.*, 2010, 2011, 2013 a; DIAS, DETRY & BICHO, 2016; GONÇALVES *et al.*, 2014; PRICE, 2015; UMBELINO *et al.*, 2015).

Paralelamente aos trabalhos em Muge, Pablo Arias, em colaboração com Mariana Diniz e Ana Cristina Araújo, iniciam também novas investigações no Vale do Sado, em alguns dos concheiros anteriormente escavados por Arnaud e Heleno. Os resultados produziram dados importantes, nomeadamente sobre a cronologia absoluta e a relação com as comunidades neolíticas (*e.g.*, ARIAS *et al.*, 2015; DINIZ & CUBAS, 2015).

Durante a presente fase, para além dos acontecimentos de grande impacto na Arqueologia portuguesa (*i.e.*, a descoberta da arte do vale do Côa, as alterações na tutela governamental com a criação do IPA, a descoberta do chamado Menino do Lapedo, e o desenvolvimento de grandes projectos multidisciplinares), deu-se ainda um aumento significativo a nível académico com a obtenção de variados doutoramentos, quer em Portugal, quer em França e nos EUA (*cf.* Figura 1). Esse desenvolvimento vê-se a partir da geração que termina os seus doutoramentos entre 1992 e 1995, nomeadamente Bicho, Cardoso e Zilhão, que influenciam directa e indirectamente a maior parte dos jovens investigadores que terminam os seus trabalhos doutorais até 2018. Neste contexto, parece relevante notar-se que a influência da escola francesa perde importância, a favor da escola norte-americana, que passa ser a responsável pela maior parte das teses de doutoramento sobre Paleolítico Superior e Mesolítico do território português a partir de 1992, principalmente através da Universidade do Algarve, cuja escola se especializou nestes períodos.

Ainda sobre este tema, é necessário fazer-se um apontamento sobre a diversidade de temáticas destas teses doutorais: nos últimos 10 anos, os temas diversificaram-se claramente, a partir de temas mais tradicionais como é o caso dos estudos de indústrias líticas (*e.g.*, as teses de João Cascalheira e Telmo Pereira) ou da zooarqueologia de mamíferos, através de novas especialidades como a esclerocronologia (Rita Dias) e a zooarqueologia de peixes (Sónia Gabriel), a antracologia (Patrícia Monteiro), a micromorfologia (Vera Aldeias), a traceologia (Marina Igreja e João Marreiros), os sistemas de informação geográfica (Célia Gonçalves), ou a tecnologia de indústrias ósseas (Marina Évora). A tendência parece ser para que esta diversificação aumente ainda mais nos próximos anos, integrada em projectos cada vez mais interdisciplinares e internacionais, a partir das várias universidades e unidades de investigação.

6 - CONCLUSÕES

No presente ensaio apresenta-se uma proposta, de entre outras possíveis, de organização historiográfica da Arqueologia do Paleolítico Superior e do Mesolítico em Portugal. Não foi intenção dos autores apresentar um trabalho minucioso, caracterizando cada um dos conteúdos apresentados nas largas dezenas de trabalhos compulsados. Tal seria não só de difícil concretização, mas até contraproducente, porque, como se afirmou na introdução, há já diversas publicações especialmente sobre a época mais recuada destes estudos no nosso País. O propósito foi o de traçar as linhas principais de desenvolvimento epistemológico da arqueologia do Paleolítico Superior e do Mesolítico, apresentado os respectivos contributos mais relevantes e a correspondente referência bibliográfica, para assim ser possível aprofundar a informação, por quem o deseje fazer.

Nas quatro fases aqui enunciadas, é visível que Portugal seguiu as tendências internacionais e em muitos casos participou até dos grandes debates internacionais, como seja os casos, entre outros, do homem terciário ainda no século XIX, ou nas questões da expansão da nossa espécie, quer no território europeu e nacional, quer em África, ambos já no presente século.

Na investigação, bem como na formação dos jovens na área da Pré-história antiga, pode observar-se uma tendência de mudança da esfera de influência da escola francófona, que dominou até finais da década de 1970, para a esfera anglo-saxónica a partir dessa data. Esta transferência, que se revela pelo crescente interesse pela estrutura teórica e metodológica da Nova Arqueologia durante os anos 70 e pela abertura da

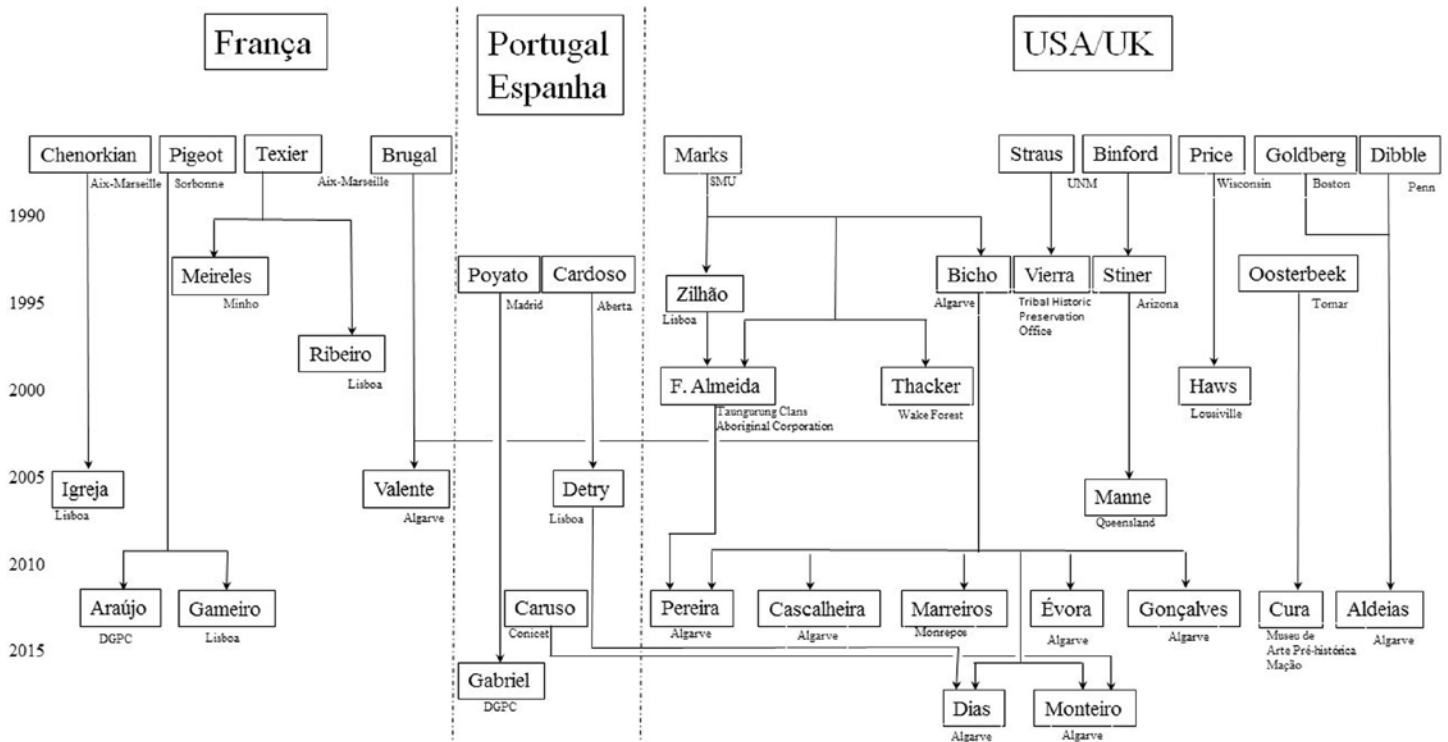


Fig. 1 – Supervisão académica de doutoramentos em Arqueologia do Paleolítico e Mesolítico de Portugal desde 1992.

arqueologia do território português a especialistas norte americanos na década seguinte, consolida-se com a formação ou supervisão de duas gerações de arqueólogos portugueses, principalmente nos EUA, mas também no Canadá, no Reino Unido e ainda em França. Este processo acentua-se através do financiamento (e da procura do mesmo) em termos internacionais, sendo que instituições como a National Geographic Society, a Wenner Gren Foundation ou o Archaeological Institute of America, entre outras, proporcionam financiamento fundamental que se junta ao esforço nacional e europeu, quer ao nível de captação de projectos quer ao nível de bolsas individuais da Fundação para a Ciência e Tecnologia, alterando de forma definitiva a maneira de fazer arqueologia paleolítica e mesolítica em Portugal.

Mais recentemente, parece ter começado a desenvolver-se uma nova tendência, já comum noutros países com grandes tradições em investigação arqueológica, como a Alemanha, a França, a Inglaterra e os EUA, que é o desenvolvimento de projectos de investigação além-fronteiras, particularmente em França, Espanha, Angola e Moçambique. Assim, face aos exemplos apontados, pode concluir-se que a Arqueologia portuguesa, pelo menos no que se refere ao estudo da Pré-história antiga, encontra-se em sintonia com as mais recentes tendências teóricas e metodológicas internacionais do estudo do Paleolítico e Mesolítico.

AGRADECIMENTOS

A João Zilhão, pelos vários comentários apresentados no momento desta apresentação por um de nós (N.B.) que permitiram uma reflexão mais aprofundada de vários pontos deste ensaio.

A Ana Cristina Araújo, Sónia Gabriel e Telmo Pereira a informação sobre vários factos e ocorrências na vida arqueológica portuguesa contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ABRUNHOSA, A. (2015) – The Archaeological Excavations at Muge Shell Middens in the 1930's: A New Contribution to the History of its Investigation. In BICHO, N., DETRY, C., PRICE, T. D., CUNHA, E. (eds.) – *Muge 150th: the 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 19-32.
- ALDEIAS, V. & BICHO, N. (2016) – Embedded Behavior: human activities and the construction of the Mesolithic shellmound of Cabeço da Amoreira (Muge, Portugal). *Geoarchaeology*, 31, p. 530-549.
- ALMEIDA, F. (2000) – *The terminal Gravettian of Portuguese Estremadura: technological variability of the lithic industries*. Tese de doutoramento, Dallas: Southern Methodist University.
- ALMEIDA, F., SANTOS, M. F., ROCHE, J. & FERREIRA, O. V. (1970) – Notícia preliminar sobre as escavações na Lapa da Rainha (Vimeiro). *I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1, p. 273-279.
- ANDRÉ, L. & BICHO, N. (2016) – Perforation techniques and traces of use on the Mesolithic adornments of the Trench Area at Cabeço da Amoreira Shellmidden (Muge, central Portugal). *Comptes Rendus Palevol.*, 15 (5), p. 569-580.
- ANGELUCCI, D. E. & ZILHÃO, J. (2009) – Stratigraphy and formation processes of the Upper Pleistocene deposit at Gruta da Oliveira, Almonda karstic system, Torres Novas, Portugal. *Geoarchaeology*, 24, p. 277-310.
- ARAÚJO, A. C. (2012) – *Une histoire des premières communautés mésolithiques au Portugal*. Tese de doutoramento. Paris: Université de Paris 1.
- ARAÚJO, A. C. (2015) – A few steps backwards... in search of the origins of the Late Mesolithic. In BICHO, N., DETRY, C., PRICE, T. D., CUNHA, E. (eds.) – *Muge 150th: the 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 1-16.
- ARIAS, P., DINIZ, M., ARAÚJO, A. C., ARMENDARIZ, A. & TEIRA, L. (2015) – At the Edge of the Marshes: New Approaches to the Sado Valley Mesolithic (Southern Portugal). In BICHO, N., DETRY, C., PRICE, T. D., CUNHA, E. (eds.) – *Muge 150th: the 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 301-320.
- ARNAUD, J. (1982) – Néolithique ancien et processus de néolithisation dans le sud du Portugal. *Archéologie en Languedoc Actes du Colloque International de Préhistoire*. Bordéus, p. 29-48.
- ARNAUD, J. M. (1985) – Mesolithic in Portugal: a report on recent research. *Mesolithic Miscellany*, 6, p. 11-15.
- ARNAUD, J. M. (1989) – The mesolithic communities of the Sado valley, Portugal, in their ecological stting. In BONSALL, C. (ed.) – *The Mesolithic in Europe: Papers Presented at the Third International Symposium, Edinburgh, 1985*. Edinburgh: John Donald, p. 614-631.
- ARNAUD, J. M. (1990) – Le substrat mésolithique et le processus de néolithisation dans le sud du Portugal. In CAHEN, D. & OTTE, M. (ed.) *Rubabé et Cardial, actes du colloque de Liège*. Liège: Université de Liège, p. 437-446.
- ARNAUD, J. M. (2000) – Os concheiros mesolíticos do vale do Sado e a exploração dos recursos estuarinos (nos tempos pré-históricos e na actualidade). In *Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 21-43 (Trabalhos de Arqueologia 14).
- ATAÍDE, A. (1940) – Novos esqueletos humanos dos concheiros mesolíticos de Muge. *Congresso do Mundo Português. 1 – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de Pré e Proto-História (I Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, p. 629-651.

- AUBRY, T. (1998) – Olga Grande 4: uma sequência do Paleolítico superior no planalto entre o Rio Côa e a Ribeira de Aguiar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1, p. 5-26.
- AUBRY, T. (2009) – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa, Ministério da cultura, Instituto de gestão do património arquitectónico e arqueológico: Côa Museu.
- AUBRY, T., BRUGAL, J. P., CHAUVIÈRE, F. X., FIGUEIRAL, I., MOURA, M. & PLISSON, H. (2001) – Modalités d'occupations au Paléolithique supérieur dans la grotte de Buraca Escura (Redinha, Pombal, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4, p. 19-46.
- AUBRY, T., ZILHÃO, J. & ALMEIDA, F. (2007) – A propos de la variabilité technique et culturelle de l'entité gravettienne au Portugal: bilan des dernières découvertes et perspectives de recherche. *PALEO. Revue d'Archéologie Préhistorique*, 19, p. 53-72.
- AUBRY, T., DIMUCCIO, L. A., BERGADÀ, M. M., SAMPAIO, J. D. & SELLAMI, F. (2010) – Paleolithic engravings and sedimentary environments in the Côa River Valley (Portugal): implications for the detection, interpretation and dating of open-air rock art. *Journal of Archaeological Science*, 37, p. 3306-3319.
- AUBRY, T., DIMUCCIO, L. A., ALMEIDA, M., NEVES, M. J., ANGELUCCI, D. E. & CUNHA, L. (2011) – Palaeoenvironmental forcing during the Middle-Upper Palaeolithic transition in central-western Portugal. *Quaternary Research*, 75, p. 66-79.
- BAPTISTA, A. M. & GOMES, M. V. (1995) – Arte rupestre do Vale do Côa. Canada do Inferno. Primeiras impressões. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35, p. 49-422.
- BICHO, N. (1992) – *Technological change in the Final Upper paleolithic of Rio Maior, Portuguese Estremadura*. Tese de doutoramento. Dallas: Southern Methodist University.
- BICHO, N. & CARDOSO, J. L. (2010) – Paleolithic occupations and lithic assemblages from Furninha Cave, Peniche (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 66, p. 7-38.
- BICHO, N. & RAPOSO, L. (2013) – Aspectos metodológicos do seu ensino. In CARDOSO, J. L. (ed.), *Manuel Heleno. Pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 29-36.
- BICHO, N., CASCALHEIRA, J. & GONÇALVES, C. (2017) – Early Upper Paleolithic colonization across Europe: Time and mode of the Gravettian diffusion. *PLoS One*, 12, e0178506.
- BICHO, N., UMBELINO, C., DETRY, C. & PEREIRA, T. (2010) – The Emergence of Muge Mesolithic Shell Middens in Central Portugal and the 8200 cal yr BP Cold Event. *The Journal of Island and Coastal Archaeology*, 5, p. 86-104.
- BICHO, N., CASCALHEIRA, J., MARREIROS, J. & PEREIRA, T. (2011) – The 2008-2010 excavations of Cabeço da Amoreira, Muge, Portugal. *Mesolithic Miscelanny*, 21, p. 3-13.
- BICHO, N., CASCALHEIRA, J., MARREIROS, J., GONÇALVES, C., PEREIRA, T. & DIAS, R. (2013) – Chronology of the Mesolithic occupation of the Muge valley, central Portugal: The case of Cabeço da Amoreira. *Quaternary International*, 308-309, p. 130-139.
- BICHO, N., MANNE, T., MARREIROS, J., CASCALHEIRA, J., PEREIRA, T., TÁTÁ, F., ÉVORA, M., GONÇALVES, C. & INFANTINI, L. (2013b) – The ecodynamics of the first modern humans in Southwestern Iberia: The case of Vale Boi, Portugal. *Quaternary International*, 318, p. 102-116.
- BICHO, N., HAWS, J., RAJA, M., MADIME, O., GONÇALVES, C., CASCALHEIRA, J., BENEDETTI, M., PEREIRA, T. & ALDEIAS, V. (2015 a) – Middle and Late Stone Age of the Niassa region, northern Mozambique. Preliminary results. *Quaternary International*, 404, Part B, p. 87-99.
- BICHO, N., MARREIROS, J., CASCALHEIRA, J., PEREIRA, T. & HAWS, J. (2015 b) – Bayesian modeling and the chronology of the Portuguese Gravettian. *Quaternary International*, 359-360, p. 499-509.

- BICHO, N., CASCALHEIRA, J., MARREIROS, J. & PEREIRA, T. (2017) – Rapid climatic events and long term cultural change: The case of the Portuguese Upper Paleolithic. *Quaternary International*, 428, Part B, p. 3-16.
- BREUIL, H. (1918) – Impressions de voyage paléolithique à Lisbonne. *Terra Portuguesa*. Lisboa. 13-14, p. 17-26.
- BREUIL, H. (1949) – *Beyond the bounds of History*. London: P. R. Gawthorn.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) – Contribution à l'étude des industries Paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 23.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) – Contribution à l'étude des industries Paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. Les principaux gisements des plages quaternaires du littoral d'Estremadura et des terraces de basse vallée du Tage. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 26.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1946) – Contribution à l'étude des industries paléolithiques des plages quaternaires de l'Alentejo littoral. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 27, p. 269-334.
- BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Révision des industries mésolithiques de Muge et de Magos (collections des Services Géologiques du Portugal). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 28, p. 148-196.
- BREUIL, H., RIBEIRO, O. & ZBYSZEWSKI, G. (1943) – Les plages quaternaires et les industries préhistoriques du littoral de l'Alentejo entre Sines et Vila Nova de Milfontes. *4.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1942), 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 48-62.
- BREUIL, H., VAULTIER, M. & ZBYSZEWSKI, G. (1943) – Première prospection paléolithique en Algarve. *4.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1942), 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 63-75.
- BREUIL, H., PAÇO, A., RIBEIRO, O., ROCHE, J., VAULTIER, J., FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1962) – Les industries paléolithiques des plages quaternaires du Minho (la station de Carreço). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 46, p. 53-131.
- CARDOSO, J. L. (1993) – *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Novas escavações na gruta da Ponte da Lage (Oeiras). Revisão dos materiais paleolíticos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 49-66.
- CARDOSO, J. L. (1997) – Reconhecidos a Georges Zbyszewski (palavras proferidas na sessão inaugural). *Actas do I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste – homenagem a Georges Zbyszewski (Sagres, 15 a 17 de Novembro de 1991)*. Setúbal Arqueológica. Setúbal. 11-12, p. 9-16.
- CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-madan*. Almada. Série II, 8, p. 138-156.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000 a) – As investigações de Carlos Ribeiro e de Nery Delgado sobre o “Homem Terciário”: resultados e consequências na época e para além dela. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 33-54.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000 b) – Georges Zbyszewski (1909-1999). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 9-20.
- CARDOSO, J. L. (2001-2002 a) – Correspondência anotada de Abel Viana e O. da Veiga Ferreira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 415-608.
- CARDOSO, J. L. (2001-2002 b) – Elogio do Prof. Doutor Manuel Farinha dos Santos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 11-37.

- CARDOSO, J. L. (2006) – Arqueólogos portugueses nas Astúrias nos inícios do século XX. Uma contribuição para a História da Arqueologia peninsular. *Colóquio “Astúrias e Portugal. Relações históricas e culturais” (Lisboa, 2005)*. Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 191-233.
- CARDOSO, J. L. (2007) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CARDOSO, J. L. (2008 a) – Joaquim Felipe Nery Delgado, arqueólogo. In RAMALHO, M. (ed.) – *Nery Delgado (1835-1908), Geólogo do Reino*. Lisboa: Museu Geológico (LNEG), p. 65-81.
- CARDOSO, J. L. (2008 b) – O. da Veiga Ferreira (1917-1997): sua vida e obra científica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 13-123.
- CARDOSO, J. L. (2008 c) – Correspondência seleccionada enviada a O. da Veiga Ferreira: cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995). *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 383-751.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O Professor Mendes Corrêa (1888-1960) e as investigações sobre o *Homo afer taganus* dos concheiros mesolíticos de Muge. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 631-656.
- CARDOSO, J. L. (2013 a) – Carlos Ribeiro, a “Breve notícia acerca do terreno quaternario de Portugal” e a questão do Homem terciário em Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 27-88.
- CARDOSO, J. L. (2013 b) – Carlos Ribeiro e o reconhecimento do Solo Quaternário do vale do Tejo: enquadramento geológico dos concheiros mesolíticos das ribeiras de Magos e de Muge. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 89-100.
- CARDOSO, J. L. (2013 c) – O Professor de Arqueologia e de Pré-História (1923-1964). In CARDOSO, J. L. (ed.) – *Manuel Heleno pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 17-28.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Abel Viana (1896-1964): uma vida de arqueólogo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 475-510.
- CARDOSO, J. L. (2015 a) – Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In BICHO, N., DETRY, C., PRICE, T. D., CUNHA, E. (eds.) – *Muge 150th: the 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 1-18.
- CARDOSO, J. L. (2015 b) – A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a História da Ciência. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 9-42.
- CARDOSO, J. L. (2015 c) – Carlos Ribeiro (1813-1882), as formações quaternárias portuguesas e a antiguidade do Homem: um manuscrito desconhecido. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 43-92.
- CARDOSO, J. L. (2015 d) Carlos Ribeiro (1813-1882), a segunda parte da “Descrição do solo quaternário das bacias hydrographicas dos rios Tejo e Sado”, o “Homem terciário” e os concheiros mesolíticos do vale do Tejo. *CuPAUAM-Cuadernos de Prehistoria y Arqueología*. Madrid. 41, p. 13-22.
- CARDOSO, J. L. (2016) – Henri Breuil e a arqueologia portuguesa: primórdios de uma longa actuação. *Al-Madan*, Almada. 20, p.197-203.
- CARDOSO J. L. & COITO, L. C. (2014-2015) – Correspondência de Abel Viana a José Leite de Vasconcelos: do mérito ao reconhecimento. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, p. 21-83.
- CARDOSO J. L. & FERREIRA, O. V. (1992) – A ocupação epipaleolítica de Penha Verde (Sintra). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 7-16.
- CARDOSO, J. L. & GOMES, M. V. (1997) – Caracterização do machado mirenses. Os materiais de Monte dos Amantes (Vila do Bispo, Algarve). *Actas do I Encontro de Arqueologia da Costa Sudoeste. Volume de homenagem a Georges Zbyszewski (Sagres, 1991)*. Setúbal Arqueológica. Setúbal. 11-12, p. 121-146.

- CARDOSO, J. L. & GONÇALVES, F. (1992) – *Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal à escala de 1/50000. Folha 39-D (Torrão)*. Arqueologia. Lisboa. Serviços Geológicos de Portugal, p. 74-81.
- CARDOSO, J. L. & MELO, A. A. (2005) – Correspondência de Joaquim Fontes (1892-1960). Contributos para a História da Arqueologia peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 13, p. 145-321.
- CARDOSO, J. L. & PENALVA, C. (1978) – Resumo histórico da actividade arqueológica na Europa Ocidental. *Ciência*. Lisboa. S. III, 3-4, p. 27-31.
- CARDOSO, J. L. & ROLÃO, J. M. (1999/2000) – Prospecções e escavações nos concheiros mesolíticos de Muge e de Magos (Salvaterra de Magos): contribuição para a história dos trabalhos arqueológicos efectuados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 8, p. 83-240.
- CASCALHEIRA, J. & BICHO, N. (2015) – On the Chronological Structure of the Solutrean in Southern Iberia. *PLoS One*, 10, e0137308.
- CLARKE, D. L. (1968) – *Analytical archaeology*. Londres: Routledge.
- CORCHON, M. S. & CARDOSO, J. L. (2005) – Reflexiones sobre el Solutrense portugués: a propósito de la industria Paleolítico Superior de Correu-Mor (Loures). *Zephyrus*. Salamanca, 58, p. 88-110.
- CORRÊA, A. A. M. (1919) – Origins of the Portuguese. *American Journal of Physical Anthropology*, 2 (2), p. 117-145.
- CORRÊA, A. A. M. (1933) – Les nouvelles fouilles à Muge (Portugal). *XV Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique (Paris, 1931)*. Actas. Paris: Nourry, p. 357-372.
- CORRÊA, A. A. M. (1934) – Novos elementos para a cronologia dos concheiros de Muge. *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto, 18 (3), p. 154-159.
- CORRÊA, A. A. M. (1936) – A propósito do *Homo taganus*. Africanos em Portugal. *Boletim da Junta Geral de Santarém*, 6 (43), p. 37-55.
- CORRÊA, A. A. M. (1951) – Reverendo P.^e Eugénio Jalhay, S.J. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 5, p. 67-82.
- CORRÊA, A. A. M. (1956) – Notice préliminaire sur les squelettes préhistoriques de Moita de Sebastião (Muge). *IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas (Madrid, 1954)*. Actas. Zaragoza, p. 133-139.
- COSTA, F. A. P. (1865) – *Da existencia do Homem em epochas remotas no valle do Tejo. Primeiro opusculo. Noticia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1867) – *Da existencia do homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas: noticia ácerca das Grutas de Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1884) – *La grotte de Furninha a Peniche. Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. IX Session (Lisboa, 1880)*. Actas. Lisboa: Typographie de l'Academie Royale des Sciences, p. 207-278.
- DETRY, C. & CARDOSO, J. L. (2010) – On some remains of dog (*Canis familiaris*) from the Mesolithic shell-middens of Muge, Portugal. *Journal of Archaeological Science*, 37, p. 2762-2774.
- DIAS, R., DETRY, C. & BICHO, N. (2016) – Changes in the exploitation dynamics of small terrestrial vertebrates and fish during the Pleistocene-Holocene transition in the SW Iberian Peninsula: A review. *The Holocene*, 26 (6), p. 964-984.
- DINIZ, M. & CUBAS, M. (2015) – Pots for thought: Neolithic pottery in Sado Mesolithic shell middens. In BICHO, N., DETRY, C., PRICE, T. D., CUNHA, E. (eds.) – *Muge 150th: the 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 375-394.
- FEREMBACH, D. (1974) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião. II – Anthropologie*. Lisboa: Direcção-Geral dos Assuntos Culturais.

- FERREIRA, O. V. (1962) – O Solutrense em Portugal. *26.º Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Porto, 1962). Secção VII – História e Arqueologia*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, p. 229-234.
- FERREIRA, O. V. & LEITÃO, M. (s/d) – *Portugal Pré-histórico. Seu enquadramento no Mediterrâneo*. Mem Martins: Europa-América.
- FONTES, J. (1925) – Estação paleolítica de Camposancos (Pontevedra-Espanha). *Brotéria*. Caminha. 1 (1), p. 7-26.
- FORMOSINHO, J.; VAULTIER, M. & ZBYSZEWSKI, G. (1945-1946) – Nouvelles découvertes paléolithiques en Algarve. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 10 (3/4), p. 185-198.
- GEPP (1979) – Loures. *Informação Arqueológica*. Lisboa, 1, p. 22-23.
- GOMES, M. V. (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um ciclo artístico-cultural Pré e Proto-histórico*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, M. V., SANTOS, M. F. & CARDOSO, J. L. (1990) – Artefactos do Paleolítico Superior da gruta Escoural (Montemor-o-Novo, Évora). *Almansor*, 8, p. 15-36.
- GONÇALVES, C., CASCALHEIRA, J. & BICHO, N. (2014) – Shellmiddens as landmarks: Visibility studies on the Mesolithic of the Muge valley (Central Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology*, 36, p. 130-139.
- GONÇALVES, C., RAJA, M., MADIME, O., CASCALHEIRA, J., HAWS, J., MATOS, D. & BICHO, N. (2016) – Mapping the Stone Age of Mozambique. *African Archaeological Review*, 33, p. 1-12.
- GUTIÉRREZ-ZUGASTI, I., ANDERSEN, S. H., ARAÚJO, A. C., DUPONT, C., MILNER, N. & MONGE-SOARES, A. (2011) – Shell midden research in Atlantic Europe: State of the art, research problems and perspectives for the future. *Quaternary International*, 239, p. 70-85.
- HARLÉ, E. (1909) – Faune de la grotte à Hyènes rayées de Furninha et d'autres grottes du Portugal. *Bull. Soc. Géol. Fr.*, Série IV, 9, p. 85-99.
- HARLÉ, E. (1910-1911) – Les mammifères et oiseaux quaternaires connus jusqu'ici en Portugal: mémoire suivi d'une liste générale de ceux de la Péninsule Ibérique. *Comunicações da Comissão do Serviço Geológico de Portugal*. Lisboa. 8, p. 22-85.
- HAWS, J. A. (2012) – Palaeolithic socionatural relationships during MIS 3 and 2 in central Portugal. *Quaternary International*, 264, p. 61-77.
- HAWS, J. A., BENEDETTI, M. M., FUNK, C. L., BICHO, N. F., DANIELS, J. M., HESP, P. A., MINCKLEY, T. A., FORMAN, S. L., JERAJ, M., GIBAJA, J. F. & HOCKETT, B. S. (2010) – Coastal wetlands and the Neanderthal settlement of Portuguese Estremadura. *Geoarchaeology*, 25, p. 709-744.
- HAWS, J. A., FUNK, C. L., BENEDETTI, M. M., BICHO, N. F., DANIELS, J. M., MINCKLEY, T. A., DENNISTON, R. F., JERAJ, M., GIBAJA, J. F. & HOCKETT, B. S. (2011) – Paleolithic landscapes and seascapes of the west coast of Portugal. In BICHO, N., HAWS, J., DAVIS, S. (eds.) – *Trekking the Shore*. Nova Iorque: Springer, p. 203-246.
- HELENO, M. (1948) – O problema capsense; contribuição portuguesa para a sua revisão. *Ethnos*. Lisboa. 3, p. 475-483.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 3, p. 3-19.
- JACKES, M. & LUBELL, D. (2012) – Mortuary archaeology of the Muge shell middens. In CARVALHO, A. & GIBAJA, J. (eds.) – *Funerary Practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic*. Oxford: BAR, p. 67-76.
- JALHAY, E. (1925) – El Asturiense en Galicia. *Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*. Orense. 7 (165), p. 341-354.

- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1940) – Páleo e Mesolítico português. *Anais*. Lisboa. 4, p. 13-101.
- JORGE, S. O., JORGE, V. O., ALMEIDA, C. A. F., SANCHES, M. J. & SOEIRO, T. (1981) – Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada à Cinta). *Arqueologia*. Porto. 3, p. 3-12.
- LUCENA, A., MARTÍNEZ, S., ANGELUCCI, D., BADAL, E., VILLAVERDE, V., ZAPATA, J. & ZILHÃO, J. (2012) – Las ocupaciones solutrense del abrigo de La Boja (Mula, Murcia, España). *Espacio, Tiempo y Forma*, 5, p. 447-454.
- MARKS, A.E., BICHO, N., ZILHÃO, J. & REID FERRING, C. (1994) – Upper Pleistocene prehistory in Portuguese Estremadura: results of preliminary research. *Journal of Field Archaeology*, 21, p. 53-68.
- MEIRELES, J. (1992) – *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto: contexto cronoestratigráfico e paleo-ambiental*. Tese de doutoramento. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia. Monografias).
- MELO, A. A. & CARDOSO, J. L. (2014) – Virgínia Rau. Uma medievalista na Pré-História. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 511-546.
- MINCKLEY, T., HAWS, J., BENEDETTI, M. M., BREWER, S. & FORMAN, S. (2015) – Last interglacial vegetation and climate history from the Portuguese coast. *Journal of Quaternary Science*, 30, p. 59-69.
- OLIVEIRA, F. P. (1884) – Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le Musée de la Section Géologique de Lisbonne. *Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas. IX Sessão (Lisboa, 1880)*. Actas. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 291-306.
- OLIVEIRA, F. P. (1888-1889) – Nouvelles fouilles faites dans les Kioekkenmoeddings de la vallée du Tage. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Lisboa. 2 (1), p. 57-81.
- OLLIVIER, J. (1943-1944) – Les gisements paléolithiques de Santa Cruz (Torres Vedras). *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 10 (2), p. 97-112
- OLLIVIER, J. (1947) – Le Paléolithique supérieur au Portugal. Un problème actuellement résolu. *Bulletin de Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*. Coimbra. 11 (separata de 10 p.).
- PENALVA, C. & RAPOSO, L. (1987) – Notícia dos trabalhos de campo no sítio de Palheirões do Alegria em 1986. *Informação Arqueológica*. Lisboa. 8, p. 13-15.
- PAÇO, A. (1933) – Note sur les industries paléolithiques et mésolithiques de la province de Minho (Portugal). *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistorique (Paris, 1931)*. Actas. Paris: E. Nourry, p. 425-425.
- PAÇO, A. (1938) – Novos concheiros do vale do Tejo. *Brotéria*. Lisboa. 27 (1), p. 66-75.
- PAÇO, A. (1966) – Subsídios para uma nova carta do Páleo e do Mesolítico português. *In Memoriam do Abade Henri Breuil*. 2. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 221-244.
- PIKE, A. W., HOFFMANN, D. L., GARCIA-DIEZ, M., PETTITT, P. B., ALCOLEA, J., DE BALBIN, R., GONZÁLEZ-SAINZ, C., DE LAS HERAS, C., LASHERAS, J. A. & MONTES, R. (2012) – U-series dating of Paleolithic art in 11 caves in Spain. *Science*, 336, p. 1409-1413.
- PINTO, R. S. (1928) – O Asturiense em Portugal. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 4 (1), p. 5-44.
- PINTO, R. S. (1932) – Notas sobre a indústria microlítica do Cabeço da Amoreira (Muge). *XIII Congreso de la Asociacion Española para el Progreso de las Ciencias*. Actas. Madrid. 5 (1), p. 49-54.
- POLONI, R. (2011) – *A ciência vivida: A arqueologia e as Missões Antropológicas do Oficial à Prática, Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial*. Lisboa.
- PRICE, T. D. (2015) – Tracing Past Human Movement: An Example from the Muge Middens. In BICHO, N., DETRY, C., PRICE, T. D., CUNHA, E. (eds.) – *Muge 150th: the 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 225-234.

- RAPOSO, L. (1993) – Do Somme ao Tejo: a vida e obra de Henri Breuil e sua contribuição para a Pré-História portuguesa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 11/12, p. 223-290.
- RAPOSO, L. (1994) – O sítio de Palheirões do Alegria e a questão do Mirense. In *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana (Huelva, 1994)*. Actas. Huelva: Universidad de Huelva, p. 155-169.
- RAPOSO, L. & BICHO, N. (2013) – Aspectos relevantes do seu ensino no domínio da Pré-história antiga. In CARDOSO, J. L. (ed.) – *Manuel Heleno. Pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional, p. 41-54.
- RAPOSO, L. & PENALVA, C. (1987) – Uma colecção de artefactos mirenses de Vale da Telha (Aljezur). *Espaço Cultural*. Aljezur. 2, p. 23-50.
- RAPOSO, L. & PENALVA, C. (1993) – Les haches miriennes du Portugal et les houes tensiftiennes du Maroc: quel type de relations? *Méditerranée*. Lisboa. 2, p. 123-142.
- RAPOSO, L. & SILVA, A. (1996) – *A linguagem das coisas: ensaios e crónicas de Arqueologia*. Lisboa.
- RAU, V. (1948) – Les recherches et découvertes préhistoriques au Portugal à partir de 1940. *Rivista di Scienze Preistoriche*. Florença. 3 (1/2), p. 58-83.
- RIBEIRO, C. (1873) – Sur des silex taillés, découverts dans les terrains miocène du Portugal, *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques, (Bruxelles 1872)*. Actas. Bruxelas: C. Murquardt, p. 95-100.
- RIBEIRO, C. (1884) – Les kioekkenmoddings de la vallée du Tage, *IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-históricas (Lisboa, 1880)*. Actas. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, p. 279-289.
- RIPOLL PERELLÓ, E. (1964-1965) – Solutrense de tipo ibérico en Portugal. *Ampurias*. Barcelona. 26/27, p. 210-213.
- ROCHE, (1951 a) – *L'industrie préhistorique du Cabeço d'Amoreira (Muge)*. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Instituto para a Alta Cultura).
- ROCHE, J. (1951 b) – Le niveau paléolithique supérieur de la Grotte de Casa da Moura (Cesareda). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 32, p. 103-122.
- ROCHE, J. (1952) – La station aurignacienne de Rossio do Cabo (Santa Cruz – Estremadura). *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Ciências*. 6 (separata de 4 p.).
- ROCHE, J. (1960 a) – *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge-Portugal)*. *Archéologie*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- ROCHE, J. (1960 b) – L'industrie mésolithique du Cap Sines (Portugal). *VI Congrès International des Sciences Anthropologiques et Ethnologiques*. 2 (1), p. 459-563.
- ROCHE, J. (1971) – Le climat et les faunes du Paléolithique moyen et supérieur de la province d'Estremadura. *2.º Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, 1, p. 39-51.
- ROCHE, J. (1979) – Le Magdalénien portugais. *Colloques internationaux CNRS. N.º 271 – La fin des temps glaciaires en Europe*. Paris: CNRS, 2, p. 753-758.
- ROCHE, J. & FERREIRA, O.V. (1970) – Stratigraphie et faunes des niveaux paléolithiques de la Grotte de Salemas (Ponte de Lousa). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 54, p. 263-269.
- ROCHE, J. & FERREIRA, O. V. (1975) – La station de Penha Verde (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 49, p. 253-263.
- ROCHE, J. & TRINDADE, L. (1951) – La station préhistorique de Rossio do Cabo (Santa Cruz – Estremadura). *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*. Porto. 9, p. 219-228.

- ROCHE, J.; FERREIRA, O. V. & FRANÇA, J. Camarate (1961) – Sagaie à base pointue trouvée dans le niveau périgordien de la grotte de Salemas. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, p. 207-209.
- ROCHE, J.; FERREIRA, O.V. & ZBYSZEWSKI, G. (1959) – Deux stations préhistoriques des environs de Lisbonne: Vila Pouca et Pinhal de Charneca. *1.º Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958). Actas e Memórias*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura. 1, p. 89-103.
- ROCHE, J.; RIBEIRO, L. & VAULTIER, M. (1968) – L'industrie du gisement d'Evoramonte (Alentejo). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 2, p. 7-13.
- ROLÃO, J. (1999) – *Del Wurm final al Holocénico en el Bajo Valle del Tajo (Complejo Arqueológico Mesolítico de Muge)*. Tese de doutoramento. Salamanca: Universidade de Salamanca.
- ROLÃO, J., JOAQUINITO, A. & GONZAGA, M. (2006) – O complexo mesolítico de Muge: Novos resultados sobre a ocupação do Cabeço da Amoreira, *Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 2004)*. Actas. Faro: Universidade do Algarve, p. 27-42.
- SANTOS, M. F. (1964) – Vestígios de pinturas rupestres descobertas na Gruta do Escoural. *O Arqueólogo Português*, Lisboa. Série 2, 5, 5-47.
- SANTOS, M. F., GOMES, M. V. & MONTEIRO, J. P. (1980) – Descobertas de arte rupestre na gruta do Escoural (Évora, Portugal). *Altamira Symposium*, p. 205-242.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-história da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2004) – Alterações ambientais e povoamento na transição Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste. In TAVARES, A. A., TAVARES, M. J. F., & CARDOSO, J. L. (eds.) – *Evolução Geoistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 397-423.
- SOARES, J., SILVA, C. & CANILHO, M. (2005-007) – Matérias-primas minerais e mobilidade logística no Mesolítico da Costa Sudoeste. Os sítios de Samouqueira I e Armação Nova. *Musa: museus, arqueologia e outros patrimónios*. Setúbal. 2, p. 47-62.
- STRAUS, L. (1989) – New chronometric dates for the prehistory of Portugal. *Arqueologia*. Porto. 19, p. 73-76.
- STRAUS, L., VIERRA, B. (1989) – Preliminary investigation of the concheiro at Vidigal. *Mesolithic Miscellany*, 10, p. 2-11.
- STRAUS, L., ALTUNA, J., JAKES, M. & KUNST, M. (1988) – New Excavations in Casa da Moura (Serra d'El Rei, Peniche) and at the Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal in Especial Eduardo Serrão. *Arqueologia*. Porto. 18, p. 65-95.
- TÁTÁ, F., CASCALHEIRA, J., MARREIROS, J., PEREIRA, T. & BICHO, N. (2014) – Shell bead production in the Upper Paleolithic of Vale Boi (SW Portugal): an experimental perspective. *Journal of Archaeological Science*, 42, p. 29-41.
- THACKER, P.T. (1996) – *A Landscape Perspective on Upper Paleolithic Settlement in Portuguese Estremadura*. Tese de doutoramento. Dallas: Southern Methodist University.
- TRIGGER, B. G. (1989) – *A History of Archaeological Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- UMBELINO, C. (2006) – *Outros sabores do passado: as análises de oligoelementos e de isótopos estáveis na reconstituição da dieta das comunidades humanas do Mesolítico final/Calcolítico do território português*. Tese de doutoramento. Universidade de Coimbra.
- UMBELINO, C., GONÇALVES, C., FIGUEIREDO, O., PEREIRA, T., CASCALHEIRA, J., MARREIROS, J., ÉVORA, M., CUNHA, E. & BICHO, N. (2015) – Life in the Muge Shell Middens: Inferences from the New Skeletons Recovered from Cabeço da Amoreira. In BICHO, N., DETRY, C., PRICE, T. D., CUNHA, E. (eds.) – *Muge 150th: the 150th Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 209-224.

- VALLOIS, H. (1930) – Recherches sur les ossements mésolithiques de Muge. *L'Anthropologie*. Paris. 40, p. 337-389.
- VALLOIS, H. (1940) – La population du Portugal à l'époque mésolithique. *Congresso do Mundo Português. 1 – Memórias e comunicações apresentadas ao Congresso de pré e Proto-História (I Congresso)*. Lisboa: Comissão Executiva dos Centenários, p. 607-622.
- VAN DER SCHRIEK, T., PASSMORE, D. G., FRANCO MUGICA, F., STEVENSON, A. C., BOOMER, I. & ROLÃO, J. (2008) – Holocene palaeoecology and floodplain evolution of the Muge tributary, Lower Tagus Basin, Portugal. *Quaternary International*, 189, p. 135-151.
- VAULTIER, M., SANTOS, F. & GLORY, A. (1965) – La grotte ornée d'Escoural (Portugal). *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, 62, p. 110-117.
- VIANA, A. (1929) – A Estação Asturiense de Areosa. *Portvcale*. Porto. 2 (7), p. 24-38 e 2 (8), p. 185-212.
- VIANA, A. (1945) – *Paleolítico algarvio. Breve excursão arqueológica no Algarve* (artigos publicados em “O Algarve”, Faro, 27 de Maio a 8 de Julho de 1945. Faro: Edição do Autor.
- VIANA, A. (1945-1947) – Paleolítico das margens do Guadiana. *Arquivo de Beja*. Beja. 2 (3/4), p. 356-391; 3 (3/4), p. 364-441; 4 (1/2), p. 115-147.
- VIANA, A. (1956) – Asturiense das Astúrias e do litoral minhoto. *Libro Homenaje al Conde de la Vega del Sella*. Oviedo: Diputación Provincial de Asturias, p. 185-198.
- VIANA, A. & ZBYZSEWSKI, G. (1949) – Contribuição para o Estudo do Quaternário do Algarve. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 29, p. 195-250.
- VIANA, A. & ZBYZSEWSKI, G. (1952) – Paleolítico dos arredores de Beja. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 33, p. 99-153.
- VIERRA, B.J. (1995) – *Subsistence and stone tool technology: an Old World perspective*. Tese de Doutoramento. Tempe: Arizona State University.
- ZBYZSEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. & PENALVA, C. (1978) – Um acampamento Languedocense com indústria mirensa a Sul de V. N. de Milfontes. A Pedra de D. Rodrigo. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 58, p. 437-448.
- ZBYZSEWSKI, G.; LEITÃO, M. & FERREIRA, O. V. (1999/2000) – Le Paléolithique Supérieur au Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 55-82.
- ZBYZSEWSKI, G.; ROCHE, J.; FRANÇA, J. C. & FERREIRA, O. V. (1961) – Note préliminaire sur les niveaux du Paléolithique supérieur de la grotte de Salemas (Ponte de Lousa). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, 197-206.
- ZILHÃO, J. (1984) – O Solutrense superior de fácies cantábrica de Vale Almoinha (Cambelas, Torres Vedras). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 4, p. 15-86.
- ZILHÃO, J. (1985) – Néolithique ancien et Paléolithique Supérieur de la gruta do Caldeirão (Tomar, Portugal) – fouilles 1979-1984. *I Reunião do Quaternário Ibérico (Lisboa, 1985)*. Actas. Lisboa: GTPEQ, 2, p. 135-146.
- ZILHÃO, J. (1993) – As origens da arqueologia paleolítica em Portugal e a obra metodologicamente precursora de J. F. Nery Delgado. *Arqueologia e Historia*. Lisboa. Série X, 3, p. 111-125.
- ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior da Estremadura portuguesa*. Lisboa: Colibri.
- ZILHÃO, J., CARVALHO, E. & ARAÚJO, A. C. (1986) – A estação epipaleolítica da Ponta da Vigia (Torres Vedras). *Arqueologia*, 16, pp. 8-18.
- ZILHÃO, J., MARKS, A. E., FERRING, C. R., BICHO, N. F. & FIGUEIRAL, I. (1995) – The Upper Paleolithic of the Rio Maior Basin (Portugal). Preliminary results of a 1987-1993 Portuguese-American research project. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 35, p. 69-82.

- ZILHÃO, J., ANGELUCCI, D., BADAL, E., LUCENA, A., MARTÍN LERMA, I., MARTÍNEZ, S., VILLAVÉRDE, V. & ZAPATA, J. (2010 a) – Dos abrigos del Paleolítico superior en Rambla Perea (Mula, Murcia). In MANGADO, X. (ed.) – *El Paleolítico Superior Peninsular. Novedades del Siglo XXI. Homenaje al Profesor Javier Fortea. Monografies SERP*. Barcelona, p. 137-148.
- ZILHÃO, J., DAVIS, S. J. M., DUARTE, C., SOARES, A. M. M., STEIER, P. & WILD, E. (2010 b) – Pego do Diabo (Loures, Portugal): Dating the Emergence of Anatomical Modernity in Westernmost Eurasia. *PLoS One*, 5, e8880.
- ZILHÃO, J., ANESIN, D., AUBRY, T., BADAL, E., CABANES, D., KEHL, M., KLASSEN, N., LUCENA, A., MARTÍN-LERMA, I. & MARTÍNEZ, S. (2017) – Precise dating of the Middle-to-Upper Paleolithic transition in Murcia (Spain) supports late Neandertal persistence in Iberia. *Heliyon*, 3, e00435.

A OCUPAÇÃO DO NEOLÍTICO ANTIGO DA LAPA DO FUMO (SESIMBRA)¹

THE EARLY NEOLITHIC OCCUPATION OF LAPA DO FUMO (SESIMBRA)

João Luís Cardoso² & Filipe Martins³

Abstract

We present the set of ceramic productions attributable to the Early Neolithic, collected in successive interventions in the Lapa do Fumo (Sesimbra) directed by Eduardo da Cunha Serrão.

Their location in the cave was possible using the diary of the excavations, tipped by Gustavo Marques, who also participated in the last phase of the field works, after the year of 1964.

Keywords: Early Neolithic, Lapa do Fumo, Sesimbra.

1 – INTRODUÇÃO

Neste estudo publica-se o espólio cerâmico pertencente ao Neolítico Antigo recolhido na Lapa do Fumo (Sesimbra) – gruta natural situada em cornija de calcários duros jurássicos que ocupa o topo da encosta meridional da Arrábida (Fig. 1) – por Eduardo da Cunha Serrão, no decurso das campanhas de escavações que ali dirigiu nos finais da década de 1950 e inícios da seguinte (Fig. 2).

O presente trabalho insere-se no âmbito da revisão sistemática dos espólios daquela importante estação arqueológica, iniciados em 2005, na sequência do convite endereçado em 2004 pelo então Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. Luís Raposo, ao primeiro signatário, para que procedesse ao estudo dos espólios arqueológicos e respectiva documentação, relativos ao concelho de Sesimbra, então depositados naquele Museu pela Família do malgrado arqueólogo Arq. Gustavo Marques, em cuja posse se encontravam (Ofício n.º 595, de 11 de Outubro de 2004). Desse convite já resultaram vários trabalhos publicados, relativos a espólios conservados na referida colecção: em 2009, publicou-se o estudo do espólio do povoado do Outeiro Redondo (CARDOSO, 2009), sucedendo-se em 2013 o estudo sobre a ocupação da Idade do Ferro, virtualmente ignorada, da Lapa do Fumo (ARRUDA & CARDOSO, 2013), e no ano seguinte, do estudo sobre o povoado pré-histórico

¹ Coube ao primeiro autor a coordenação geral e a redacção do presente contributo. O segundo autor executou o desenho dos materiais e a sua localização nas diferentes áreas escavadas da gruta, baseado nas cópias dactilografadas dos cadernos de campo de E. da Cunha Serrão, realizadas por Gustavo Marques.

² Universidade Aberta. Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

³ Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

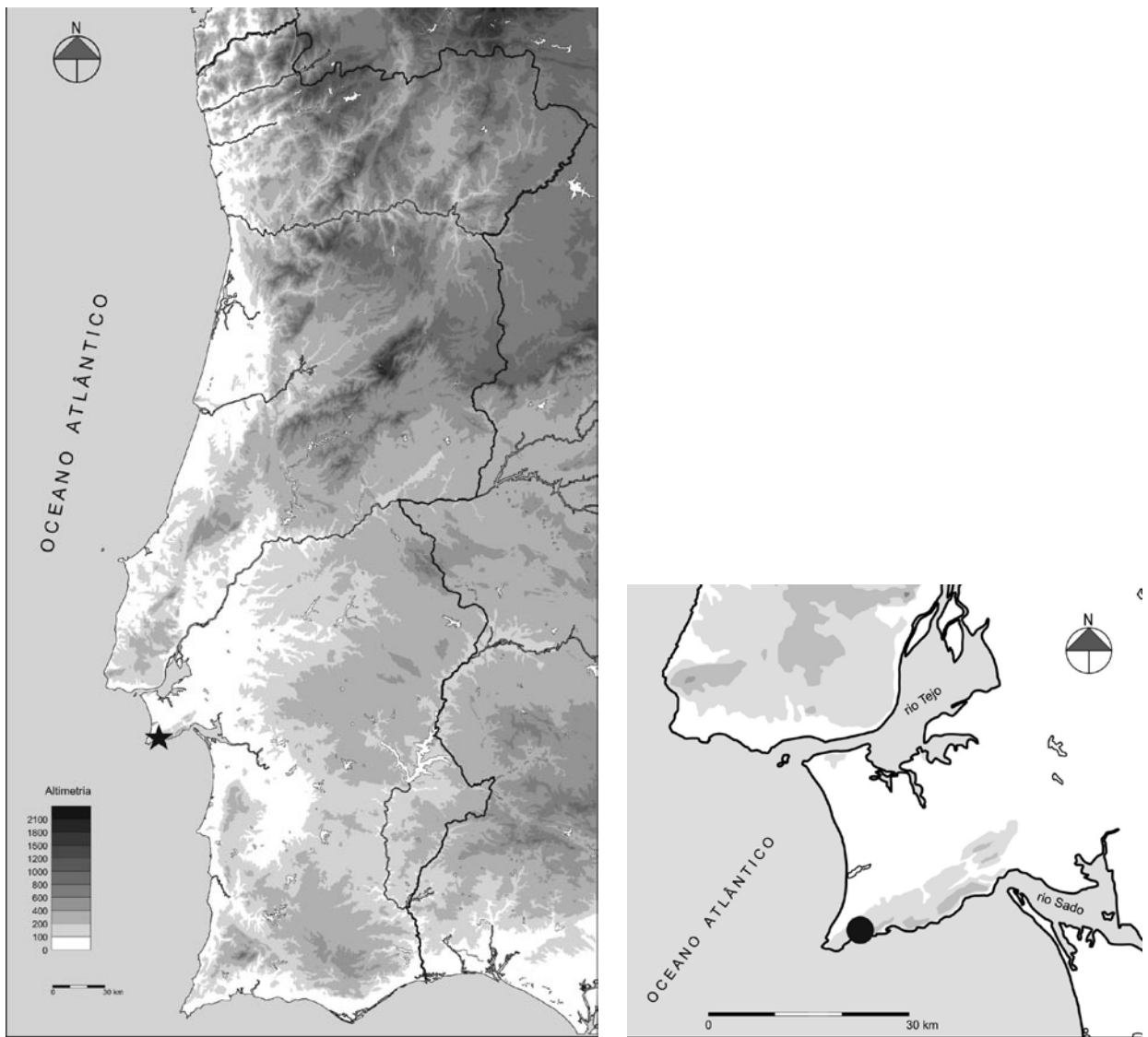


Fig. 1 – Localização da Lapa do Fumo na faixa ocidental da Península Ibérica e na península de Setúbal.

do Zambujal, perto de Santana (CARDOSO, 2014), identificado por Gustavo Marques, cujos resultados das escavações por ele ali realizadas nunca chegou a publicar.

Os espólios ora estudados foram integralmente desenhados nas instalações do Museu Nacional de Arqueologia, onde então se encontravam. Anteriormente, apenas tinha sido feita curta alusão ao conjunto em apreço, com a reprodução de alguns exemplares, por um de nós (CARDOSO, 2010), e de dois vasos neolíticos bem conhecidos, apresentados recorrentemente por Eduardo da Cunha Serrão em várias publicações (ver, por todas, SERRÃO, 1975, Figs. 3 e 4). Assim, o principal interesse do presente contributo reside no estudo tipológico detalhado da totalidade do conjunto identificado do Neolítico Antigo, e na localização das peças na gruta com auxílio dos cadernos de campo de Eduardo da Cunha Serrão, passados à máquina por Gustavo Marques, depois da sua integração na equipa, em 1964, cujas informações se afiguraram decisiva para tal objectivo.

Tais documentos dactilografados – dos quais existem apenas cópias no Museu Nacional de Arqueologia, desconhecendo-se o local de depósito dos respectivos originais – foram executados por Gustavo Marques com



Fig. 2 – Lapa do Fumo. Vista das escavações de 1957, com a crivagem das terras no exterior da gruta (arquivo Gustavo Marques, MNA).

assinalável cuidado, intercalando desenhos de peças e plantas da gruta ao longo do texto, com o objectivo de reproduzir, com a maior fidelidade possível, as folhas manuscritas originais dos cadernos de campo de Eduardo da Cunha Serrão, que também não se conservam, tal como eventuais cópias, no referido Museu.

2 – DISTRIBUIÇÃO DOS FRAGMENTOS CERÂMICOS NO INTERIOR DA GRUTA

As informações fornecidas pelos registos do caderno de campo de Eduardo da Cunha Serrão permitiram conhecer a posição estratigráfica e a localização da maioria dos exemplares atribuídos ao Neolítico Antigo os quais, na sua quase totalidade, foram agora estudados pela primeira vez.

Os primeiros fragmentos cerâmicos do Neolítico Antigo recolhidos na gruta encontram-se referenciados logo no primeiro relatório relativo às prospecções iniciais, anteriores ao início das escavações. De acordo com esse relatório, na terceira visita à gruta, realizada a 28 de Outubro de 1956, retiraram-se vários fragmentos de dois vasos reconstituíveis com decoração impressa e asas perfuradas horizontalmente situadas sobre o bordo (Fig. 14, n.ºs 1 e 2), depositados num nicho lateral existente na parede da gruta, “do lado direito de quem entra”, a 57 m da entrada. Aquando da recolha destes fragmentos, Eduardo da Cunha Serrão lançou o seguinte apontamento no caderno de campo: *“Junto dos fragmentos destes vasos, embebidos em areias que também continham pequenos ossos humanos (falanges) havia fragmentos de outro vaso com asas, de boa pasta, com roda de oleiro e pintalgado de branco exteriormente.”* Esta informação é muito importante, pois indica a utilização daquele nicho lateral como deposição ritual / funerária no Neolítico Antigo, e a sua reutilização, muito mais tarde, em época medieval, a que pertence o fragmento “*pintalgado de branco*” que refere.

Os dois vasos foram reconstituídos, fotografados e desenhados no caderno de campo por Eduardo da Cunha Serrão, conforme a cópia dactilografada executada por Gustavo Marques. Pode assim concluir-se que

estas duas peças, as mais importantes pertencentes ao Neolítico Antigo de todas as recolhidas, foram também as primeiras e serem devidamente identificadas.

No caderno de campo da primeira campanha de escavações, realizada em Setembro de 1957, relata-se a descoberta, no Quadrado 1 (em 11/09/57), localizado no lado esquerdo da gruta, logo a seguir à zona da entrada, num nicho junto à parede da mesma, de “[...] *uma grande asa perfurada com decoração em relevo no género botões. A asa lembra o tentáculo de um pólvoro pela decoração. Está pintada de vermelho ou revestida de engobe dessa côr*” (Fig. 15, n.º 12) e encontrava-se aparentemente, de acordo com as informações apresentadas, por cima de um enterramento. Corresponde a exemplar reproduzido neste estudo (Fig. 12, n.º 2), sem dúvida pertencente ao Neolítico Antigo, embora não tenha sido possível identificar nas estações do Neolítico Antigo peninsular qualquer exemplar comparável. Trata-se, pois, de uma produção excepcional, correspondendo a decoração plástica, a aplicações de pastilhas cerâmicas coladas na pasta mole, alinhadas horizontalmente, a grande asa com perfuração horizontal, a qual deveria localizar-se no bojo do recipiente, de assinaláveis dimensões.

No terceiro caderno de campo, respeitante à campanha de Março/Abril de 1958, encontram-se desenhados dois fragmentos de vasos esféricos decorados, com impressões simples lineares situadas imediatamente abaixo do bordo. A proveniência de ambos é atribuída ao Quadrado 1, Camada 4 (camada de 70-90 cm), indicando a existência de mais três fragmentos do mesmo tipo (Fig. 15, n.ºs 16 e 18). Encontram-se desenhados na Fig. 10, n.ºs 3 e 9.

É apenas a técnica decorativa que faz associar estas produções ao Neolítico Antigo, uma vez que se afigura comparável à técnica do boquique neolítico, bem representada em diversas estações do Neolítico Antigo da região estremenha, tendo sido recentemente identificada num belo vaso associado a um enterramento em fossa no casco histórico de Lisboa (REBELO *et al.*, 2017).

No quarto caderno de campo, na parte relativa à campanha de 15 a 17 de Outubro de 1958, encontram-se desenhados dois fragmentos: Um fragmento decorado de vaso em forma de saco recolhido na Camada 3 (30-60 cm) do Quadrado 2 (Fig. 6, n.º 6), e outro fragmento, também decorado, de colo cilíndrico, recolhido em trabalhos de peneiração das terras oriundas do mesmo local (Fig. 15, n.º 2). O primeiro corresponde a porção de um belo vaso, que foi possível reconstituir (Fig. 8, n.º 6), enquanto o segundo foi reproduzido na Fig. 6, n.º 8.

No mesmo caderno de campo, na parte referente à campanha de 21 a 23 de Março de 1959, reproduzem-se vários desenhos de cerâmicas do Neolítico Antigo com a indicação de recolha no Quadrado 2, após desmoronamento (Fig. 15, n.ºs 4, 9, 10 e 14), e de um fragmento recolhido em estratigrafia, na Camada 2 (20-40 cm), no mesmo Quadrado (Fig. 15, n.º 7). Os três primeiros fragmentos referidos fazem parte de um mesmo vaso, já referido acima (Fig. 8, n.º 6), correspondendo o quarto ao fragmento reproduzido na Fig. 10, n.º 1. Quanto ao último fragmento mencionado, integra também um belo vaso, a que foi possível associar outros fragmentos (Fig. 8, n.º 8).

Ainda no quarto caderno de campo, referente a uma sondagem realizada em Setembro / Outubro de 1959, num local situado a 4,30 m do Quadrado 1 (para o interior da gruta) recolheram-se mais dois fragmentos decorados (Fig. 15, n.ºs 6 e 13), com a indicação de terem sido recolhidos “lado a lado” com cerâmica vidrada, indicando mistura de materiais de várias épocas. Ambos os fragmentos se encontravam, como todos os anteriormente referidos, entre o espólio agora estudado, correspondendo, respectivamente, aos vasos das Fig. 8, n.º 6 e da Fig. 12, n.º 3, aos quais foi possível associar outros fragmentos não mencionados nos cadernos de campo.

Nas campanhas de 1959, foi também recolhido e desenhado no caderno de campo um fragmento de cerâmica com decoração em “falsa folha de acácia”, com mamilo junto ao bordo, e com a indicação do explorador de ter vestígios de almagre. Este localizava-se no Quadrado 2, na zona saibrosa, por baixo dos

níveis de sepultamentos A e B (Fig. 15, n.º 8). Trata-se de um pequeno fragmento que integra o belo recipiente da Fig. 8, n.º 8, cuja reconstituição foi em boa parte possível.

Os cadernos de campo dos trabalhos realizados em Fevereiro de 1964 voltam a referir e a reproduzir mais fragmentos cerâmicos do Neolítico Antigo na zona denominada “Enterramento Arnaud” (Fig. 15, n.ºs 1, 15 e 17). Trata-se de fragmentos igualmente presentes no espólio estudado, a que nalguns casos foi possível associar outros (ver, respectivamente as Fig. 6, n.º 4; Fig. 10, n.ºs 6 e 7).

À campanha de Maio do mesmo ano, reporta-se mais um fragmento decorado com caneluras e uma asa junto ao bordo, localizado no Quadrado 3, a 1 m de profundidade (Fig. 6, n.º 11), a qual foi identificada entre o espólio presentemente conservado (Fig. 12, n.º 1).

Enfim, na comunicação intitulada: *A camada pré-campaniforme da Laça do Fumo (II)*, feita por Eduardo da Cunha Serrão e Gustavo Marques, na sessão de 3 de Junho de 1965 da Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, os autores apresentam sumariamente as camadas detectadas, tendo apresentado para o Neolítico mais antigo as seguintes considerações: “*Nas areias claras do fundo, e que são aquelas ali representadas a ponteadado, embora só agora o soubessemos, há realmente indícios de ocupação. Encontrámos ossos humanos, pouquíssimos, carvões muito dispersos em quantidade ínfima e, esquirolas de cerâmica. Estes materiais podem definir uma qualquer ocupação, mas podendo admitir-se também quaisquer carreamentos, em condições que ainda não percebemos, carreamentos de concentrações de materiais que estariam nucleados noutra lugar, ou até tumulações, mais tarde dispersas. Mas, o que é facto é que essa camada aí representada, que denominámos depósitos arenosos, à medida que vamos cavando mais, mais ela vai endurecendo, e chega a um ponto em que a sua escavação terá de prosseguir a escôpro e martelo. Está tão compacta que parece rocha. Além disso, os materiais estão muito dispersos. Para chegarmos a uma conclusão sobre a época dessa camada, que é bastante antiga, até agora a mais antiga, de época neolítica ou mesolítica, teremos de a explorar em grande área. [...] A seguir, sobre este solo final de areias, de areias que se vão tornando cada vez mais compactas, há uma camada que apenas forneceu, porque não escavamos demais, pouca cerâmica. Uma camada ligeiramente arenosa, um pouco mais escura que a de baixo, localizaram-se aqueles tipos de cerâmica representados no quadro, ali, à direita por debaixo do ponto de interrogação, que também aparecem na camada de cima, na camada já estudada ante-campaniforme ou camada do ocre vermelho. Isto pode ter esta explicação: inicialmente, as mesmas populações que sepultaram e deram origem àquela camada pré-campaniforme, podem ter ocupado a gruta. Mais tarde, ou na mesma ocasião, em locais diferentes, podem ter feito sepultações. Mas também poderá ter outra qualquer explicação.*” (Fig. 3).

A descrição apresentada sugere que à ocupação mais antiga da gruta, associada a restos humanos e a cerâmicas incaracterísticas, sucede-se ocupação corporizada por camada igualmente arenosa, mas mais escura que a anterior, contendo fragmentos reportáveis ao Neolítico Antigo, os quais também ocorrem na camada que sobre esta assenta, a chamada “camada vermelha”, com espólios do Neolítico Final.

Aquela camada, que constitui um excelente referencial estratigráfico para o estudo da complexa sequência ocupacional verificada na gruta, foi objecto de publicação monográfica (SERRÃO & MARQUES, 1971). Tal publicação não é relevante para este estudo, a não ser porque apresenta uma proposta de interpretação da estratigrafia (Fig. 4), a qual foi mais tarde reproduzida de forma simplificada por um dos autores (SERRÃO, 1975).

Tendo presente a Fig. 4, representando corte estratigráfico publicado em 1971 por E. da Cunha Serrão e Gustavo Marques, verifica-se a existência de quatro camadas principais, correspondendo a Camada IV ao substrato geológico, constituído por areias concrecionadas de cor clara, desprovidas de materiais arqueológicos, a que se sucede o Complexo estratigráfico III, com três bolsas de coloração acastanhada, do castanho-claro

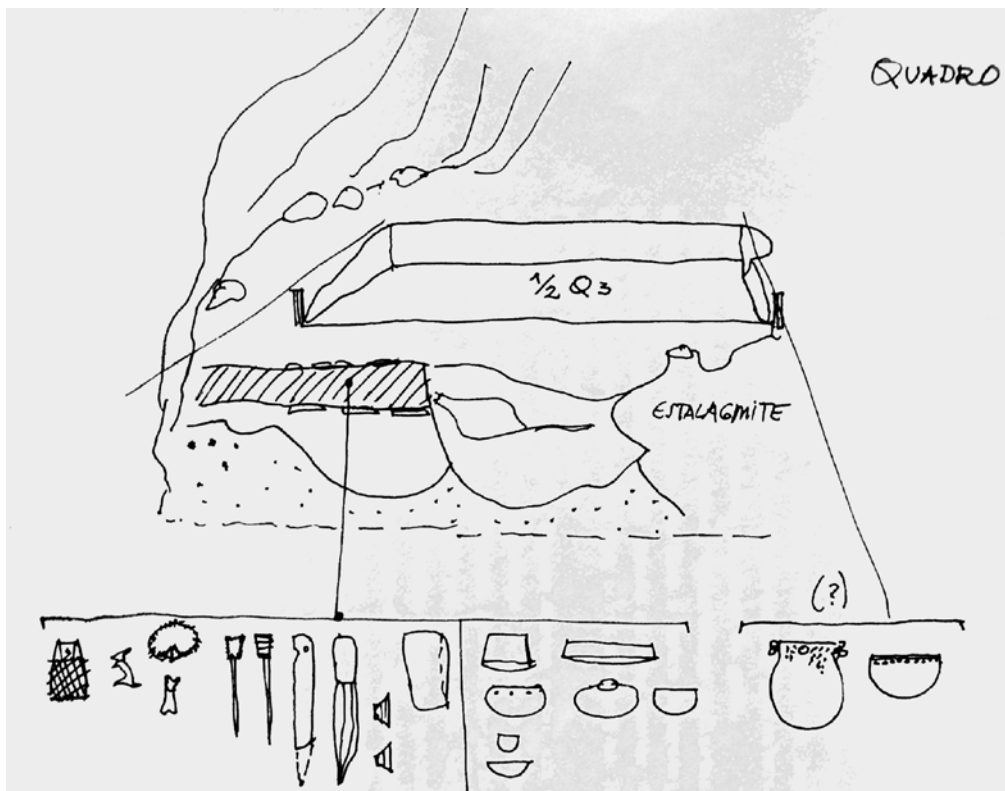


Fig. 3 - Lapa do Fumo. Correlação entre a estratigrafia e a tipologia dos espólios, apresentada na comunicação realizada na Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, a 3 de Junho de 1965, por Eduardo da Cunha Serrão e Gustavo Marques (arquivo Gustavo Marques, MNA).

ao castanho escuro. A Camada IV e o Complexo estratigráfico III, de acordo com os autores, correspondem “ao mais antigo complexo cultural até agora identificado, que será o A”, ao qual pertencem, conseqüentemente, todos os espólios agora publicados.

A Camada II, pela figura em análise, foi integralmente escavada nos depósitos do Complexo estratigráfico III, e corresponde à bem conhecida “camada vermelha”, com espólios do Neolítico Final, assentando os restos humanos em lajeado visível em corte na figura, colocado horizontalmente no topo da Camada III. Tal realidade explica as misturas de espólios do Neolítico Antigo e do Neolítico Final.

Enfim, o Complexo estratigráfico I integra espólios de várias épocas, do Calcolítico à época medieval, que não interessam a este trabalho, sendo no entanto certo que as intrusões mais modernas atingiram os depósitos mais antigos, de acordo com as descrições de Eduardo da Cunha Serrão acima apresentadas.

Na Fig. 5 apresenta-se um esboço em perspectiva até ao presente inédito, do enchimento da gruta no sector correspondente a 1/2 Q3, da autoria de Gustavo Marques, evidenciando-se claramente a camada A, correspondente de onde provém a maioria dos fragmentos ora estudados, sobre a qual assenta a “Camada vermelha”, com tumulações do Neolítico Final, e, finalmente, depósitos mais recentes atribuíveis essencialmente ao Calcolítico e ao Bronze Final, com intrusões medievais.

Como se observa nesta representação perspectivada dos enchimentos arqueológicos, sepulturas que constituem a “camada vermelha” terão atingido a camada subjacente de onde os materiais cerâmicos ora estudados seriam realmente oriundos, originando assim a correspondente mistura de materiais, conforme foi observado aquando da escavação e já acima se referiu.

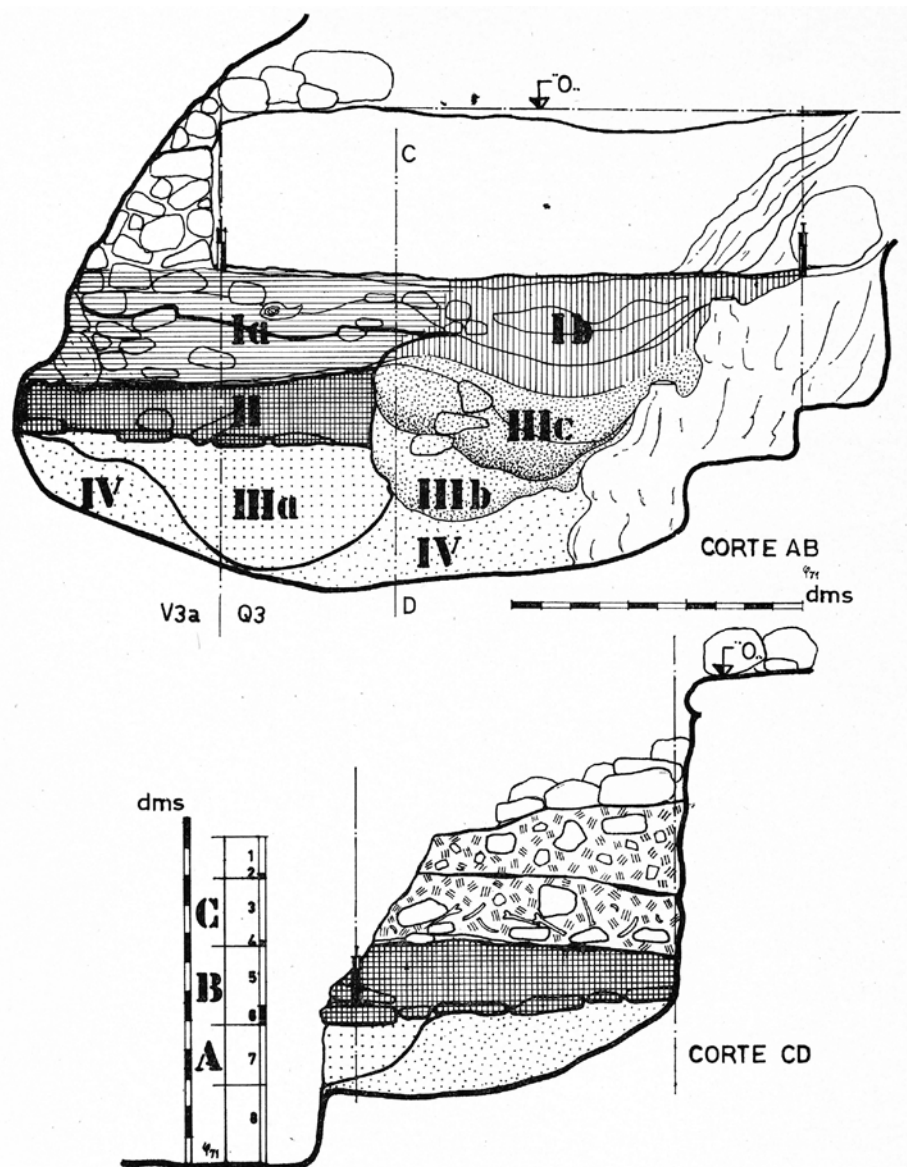


Fig. 4 – Lapa do Fumo. Estratigrafia publicada em 1971. Os espólios do Neolítico Antigo associam-se ao Complexo estratigráfico III (seg. SERRÃO & MARQUES, 1971, Est. IV).

No respeitante à localização dos espólios no interior da gruta, as referências de algumas peças nos cadernos de campo, bem como as abreviaturas / etiquetas existentes nas peças, permitiram a sua localização na planta geral (Figs. 7, 9, 11, 13 e 14).

A referida localização foi realizada peça a peça, com o recurso imprescindível do desenho dos referidos fragmentos ao longo dos cadernos de campo. Reproduzem-se tais desenhos na Fig. 15, os quais, ainda que executados de forma expedita, permitiram a identificação inequívoca de cada um deles, por comparação directa com os fragmentos originais, agora publicados na íntegra.

As legendas das Figuras do presente trabalho onde se reproduzem os fragmentos atribuíveis ao Neolítico Antigo, contém todas as indicações que foi possível extrair dos cadernos de campo: data de recolha, localização e profundidade.

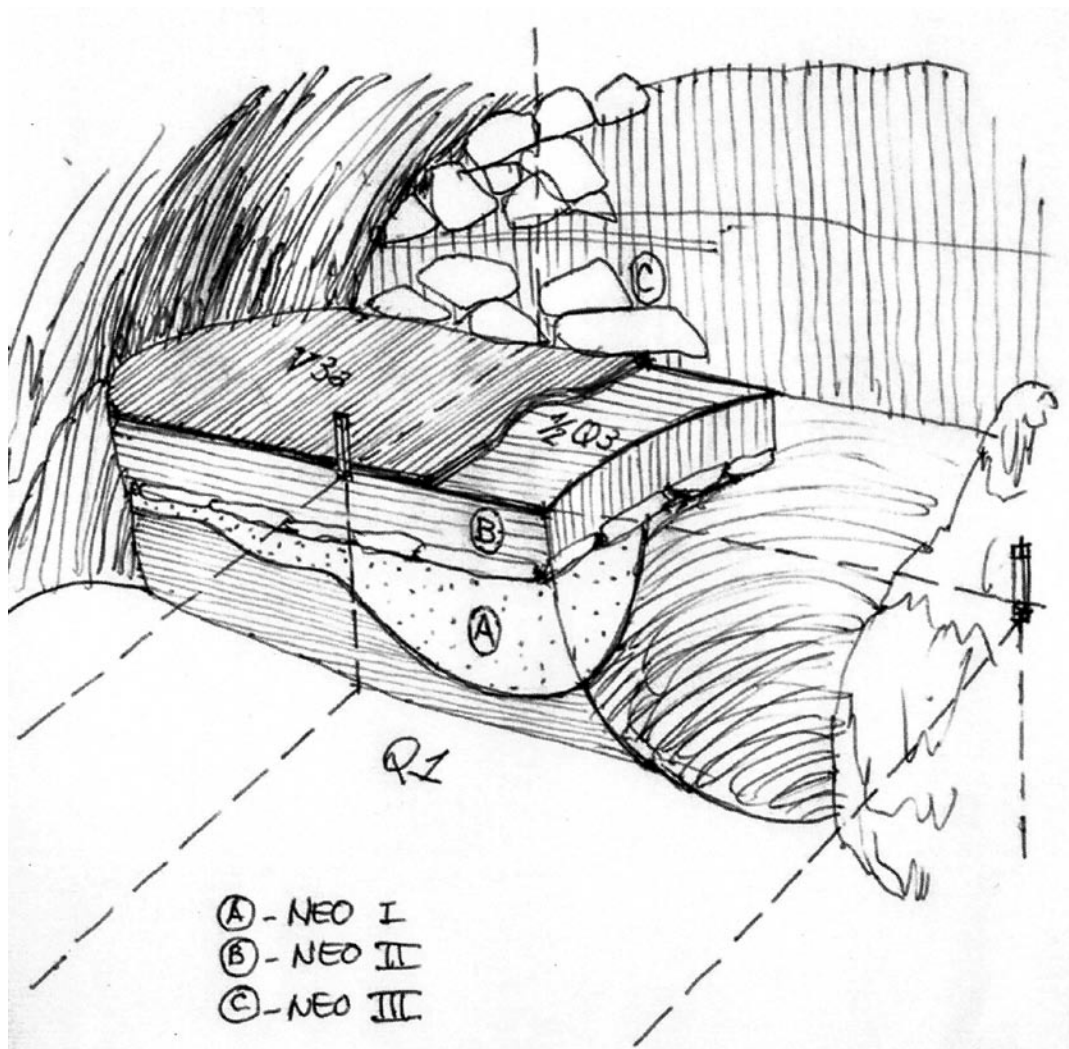


Fig. 5 – Lapa do Fumo. Perspectiva da sequência estratigráfica observada no Q. 1/2 Q3. Observa-se a Camada A, correspondente ao Complexo estratigráfico 3 da Fig. 4, selada por um lajeado sobre o qual assentou a necrópole do Neolítico Final, correspondente à Camada B (também designada por “camada vermelha”) (desenho de Gustavo Marques, arquivo do próprio, MNA).

Apesar de terem existido fortes perturbações pós-deposicionais ocorridas no interior da gruta, bem evidenciadas pelo vaso da Fig. 8, n.º 8, que integra onze fragmentos recolhidos em várias campanhas de escavação e em diferentes sítios da gruta, parecem destacar-se duas áreas de maior concentração de materiais cerâmicos atribuíveis ao Neolítico Antigo: junto à entrada, no lado esquerdo da gruta, e uma zona interior denominada “Jazida I – cova Amaral” localizada a 45 m da entrada, no lado direito da gruta (Figs. 7, 9 e 11).

Tais concentrações de espólios podem ter resultado de tumulações efectuadas especialmente naquelas duas áreas do interior da gruta, uma vez que tais fragmentos ocorreriam associados a ossos humanos, sem prejuízo de terem existido deposições de vasos de carácter estritamente ritual, como é exemplarmente ilustrado pelos dois vasos decorados em forma de saco metidos no nicho lateral da cavidade a que já se fez referência (Fig. 14, n.ºs 1 e 2).

3 – ESTUDO DOS MATERIAIS CERÂMICOS

3.1 – Formas

Estão presentes as formas fechadas, com destaque para os vasos esféricos e em forma de saco, e em menor número as taças em calote bem como os vasos de colo fechado, de contorno suave correspondendo a inflexão do bojo. De modo geral, trata-se de recipientes de tamanho pequeno a médio, com exceção de um grande recipiente do qual só foi recolhida uma grande asa com perfuração horizontal, com decoração plástica a que já se fez referência (Fig. 12, n.º 2).

Identificaram-se diversos tipos de elementos de prensão, presentes tanto em exemplares lisos como decorados. Ocorrem asas que evocam pelo perfil cabeças de suídeo, com perfurações horizontais (Fig. 6, n.ºs 2 e 3; Fig. 8, n.ºs 6 e 8; Fig. 12, n.º 3; Fig. 14, n.ºs 1 e 2), à semelhança das observações feitas para exemplares coevos de Olelas, Sintra (SERRÃO & VICENTE, 1958, Est. 1, n.ºs 2 e 3) e asas com perfurações verticais (Fig. 5, n.ºs 4 e 9; Fig. 12, n.º 1), situadas por vezes junto ao bordo (Fig. 5, n.º 9), outras vezes no bojo (Fig. 5, n.º 4).

Estão também presentes em recipientes em forma de saco com pequenos mamilos junto ao bordo (Fig. 5, n.º 5) e no bojo (Fig. 8, n.º 3), com destaque para o recipiente em forma de saco (Fig. 8, n.º 8) que regista dois conjuntos de dois pequenos mamilos, um deles junto ao bordo, e um outro no bojo, sem qualquer função utilitária, a não ser decorativa/simbólica; a mesma associação de dois pequenos mamilos ocorre também num pequeno fragmento, talvez pertencente ao vaso anterior (Fig. 8, n.º 10).

No âmbito do estudo das formas cabe também referir um recipiente munido presumivelmente de 4 pés, dois quais se conservam 2, muito incompleto (Fig. 5, n.º 1), o que impede de conhecer se se tratava de um recipiente ritual como a representação de suídeo da gruta do Carvalhal de Turquel (CARTAILHAC, 1886, Figs. 142-144), ainda que a atribuição deste exemplar deva ser preferencialmente atribuído ao Neolítico Final, ou mesmo ao Calcolítico, pela própria natureza simbólica do animal representado, estreitamente ligado ao culto da fecundidade, prevalecente na fase avançada das economias agro-pastoris. Dada a ausência de indicações estratigráficas para o presente exemplar, a sua cronologia pode de facto, ser também ulterior ao Neolítico Antigo.

3.2 – Técnicas decorativas

3.2.1 – Técnica impressa

É a mais representada na Lapa do Fumo através de diversos tipos de impressões que nem sempre se podem claramente diferenciar entre si, produzidas por matrizes de contorno distinto:

- impressões perpendiculares à superfície o recipiente a decorar, de folículos de contorno lenticular, formando motivos integrados nos designados por alguns autores “falsa folha de acácia” ou “motivos em espiga”, e que não se devem confundir com curtas linhas incisivas (Fig. 5, n.º 9; Fig. 8, n.ºs 4, 5, 7 e 8; Fig. 14, n.º 2);

- impressões cuneiformes estreitas e alongadas, resultantes da aplicação perpendicular ou oblíqua da matriz à superfície do vaso a decorar, as quais não se confundem com linhas incisivas pelo facto de serem sempre do mesmo tamanho (Fig. 5, n.º 10; Fig. 8, n.º 6; Fig. 12, n.ºs 3 e 4; Fig. 14, n.º 1);

- impressões produzidas por uma ponta bifida deslizando sob o bordo dos recipientes assemelham-se à técnica do boquique neolítico, como anteriormente se referiu (Fig. 10, n.ºs 3, 7 e 10);

- impressões obtidas por ponta romba, formando igualmente alinhamentos simples sob o bordo (Fig. 10, n.ºs 5, 6, 8 e 9), idênticas às anteriores, as quais, tal como aquelas, não se confundem com a técnica boquique

neolítico, porque não se encontram no interior de verdadeiros sulcos, correspondentes a depressões mais profundas, como é característico da referida técnica;

– impressões de circunferências produzidas pela aplicação de matrizes tubulares, provavelmente correspondentes a caules de gramíneas, perpendicularmente à superfície do vaso a decorar (Fig. 10, n.ºs 1, 2, 4).

A técnica impressa observa-se também no lábio sem espessamento de um esférico de pequenas dimensões, correspondendo a um bordo denteado que não se confunde com os bordos denteados do Calcolítico, ou da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, embora estes por vezes se assemelhem às produções neolíticas (Fig. 6, n.º 6).

Um recipiente de fino acabamento possui uma banda horizontal no colo, delimitada por linhas incisas, a qual se apresenta decorada interiormente por impressões semelhantes, de muito menor diâmetro. Trata-se de exemplar de técnica mista, que no entanto pode ser mais recente (Fig. 6, n.º 8), dada a excelente qualidade do fabrico.

3.2.2 – Técnica incisa

Os exemplares que exibem esta técnica são em muito menor número que os anteriores; nalguns casos, torna-se difícil separar claramente ambas as técnicas; é o caso da taça da Fig. 8, n.º 1, cujas linhas incisas poderiam confundir-se com impressões, não fossem as diferenças observadas no seu comprimento. Tal técnica pode igualmente estar representada no esférico da Fig. 8, n.º 2, pelas mesmas razões e no vaso em forma de saco da Fig. 8, n.º 3, munido de um mamilo decorativo/simbólico de formato tronco-cónico sob o campo decorado, já anteriormente referido (Fig. 8, n.º 3). Seguramente decorados pela técnica incisa são apenas dois recipientes: um deles, apresenta-se decorado no bojo por curiosas incisões, produzindo depressão punctiforme resultante do impacto da ponta romba, que depois deslizou verticalmente, ao longo da parede do recipiente (Fig. 6, n.º 7), podendo reportar-se ao único caso de técnica mista, impressa e incisa. O outro fragmento inciso corresponde a taça munida de uma asa perfurada verticalmente sobre o bordo, de onde partem, para ambos os lados daquela, dispostas simetricamente, várias linhas incisas arqueadas (Fig. 12, n.º 1).

3.3 – Padrões decorativos

Os padrões decorativos produzidos com recurso à técnica impressa são muito variados, tendo-se identificado os seguintes:

– bordos denteados, representados apenas por um exemplar (Fig. 6, n.º 6):

Fig. 6 – Lapa do Fumo. Localização na gruta dos fragmentos desenhados de acordo com os registos dos cadernos de campo complementados pelas informações existentes nos próprios exemplares: **n.º 1** – “Q3 a (V3), camada superfície, 20 cm, Nov. 1965. Materiais da 1ª. Camada arqueológica por baixo das pedras grandes, junto à parede da gruta”; **n.º 2** – “recolhido no ½ Q3, nas campanhas iniciais da Camada Vermelha”; **n.º 3** – “Fragmento recolhido da vala do Q1 e V1a, feita para apuramento da estratigrafia do ½ Q3, em Fev. 1964, e onde apareceram, na parte junto às areias, ossos humanos. Foi designado por “enterramento Arnaud”; **n.º 4** – “Q1, 1964; Q3, camada 0-20, 1960”; **n.º 5** – “materiais de alisamento do testemunho Q1, Q3 antigos; Nota: parte destes materiais são do desmoronamento existente em Agosto 1960”; **n.º 6** – “cerâmica de V3, entre C2 e C3, Nov. 65 (pavimento de argila) – materiais inclusos na camada de barro claro entre a camada vermelha (C3 = 40-60) e imediatamente superior (C2 = 20-40)”; **n.º 7** – “Q II genérico (s/ local)”; **n.º 8** – “peneiração, QII geral, 3.ª Camada (30 a 60 cm)”; **n.º 9** – “Q3, camada sobre a vermelha, campanha de Set./Out. 1964”; **n.º 10** – “Jazida IV – zona/sondagem das moedas Árabes, 2 Jul. 1967”. Desenhos de F. Martins.

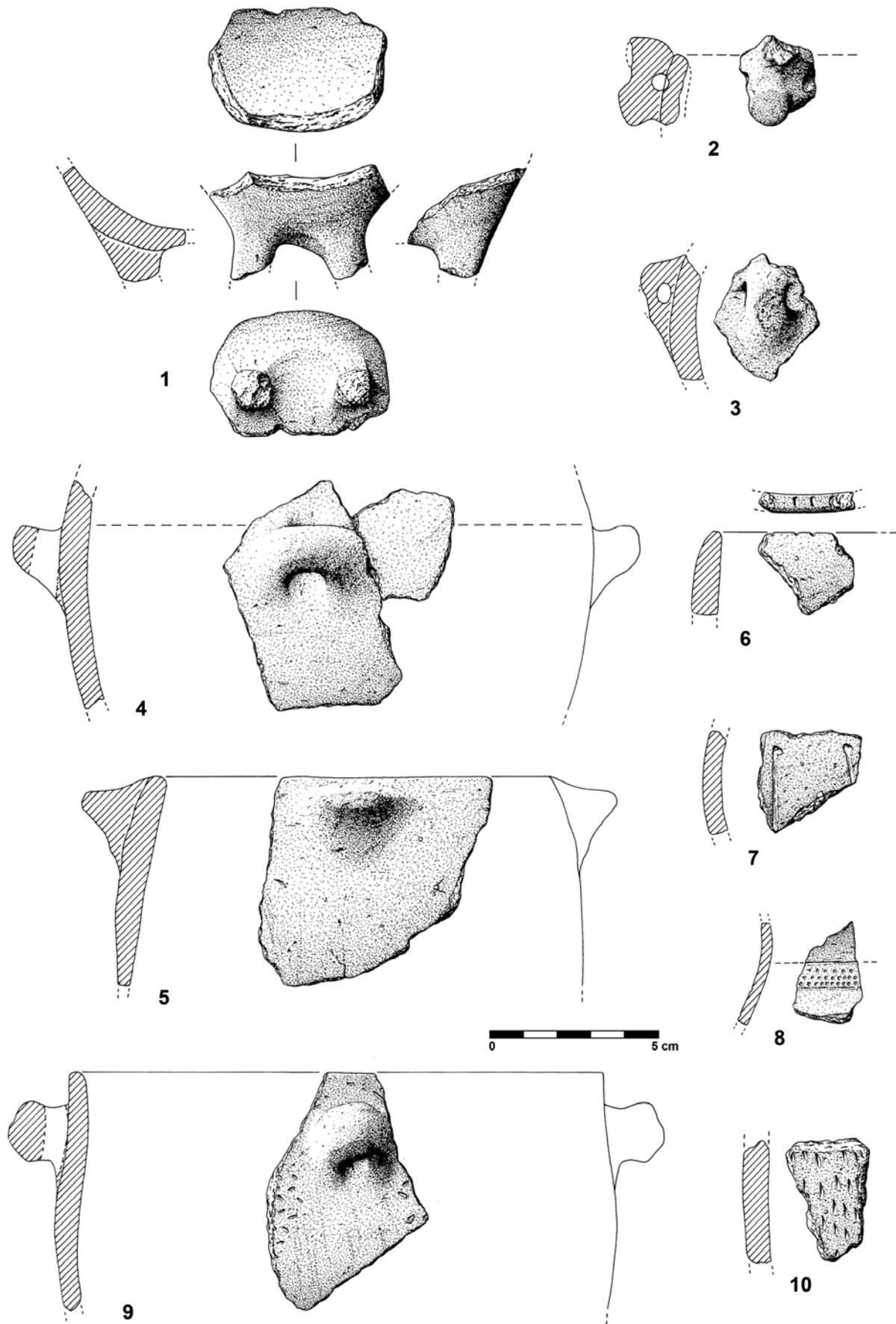


Fig. 6

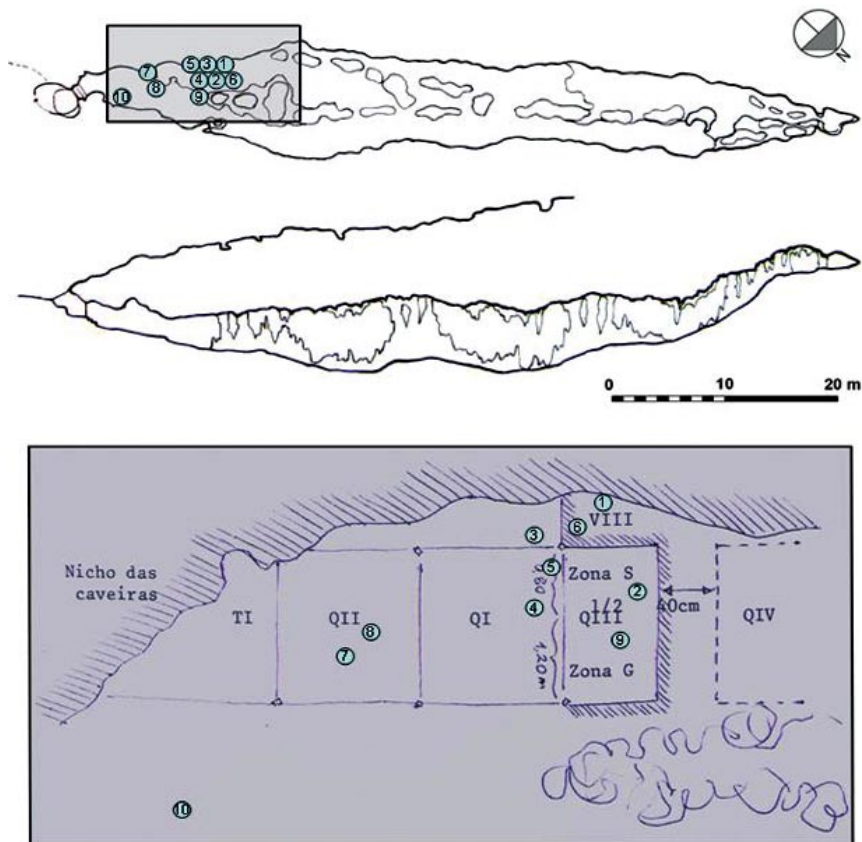


Fig. 7 - Lapa do Fumo. Localização em planta dos espólios representados na Fig. 6.

- bandas horizontais preenchidas interiormente por impressões punctiformes, motivo igualmente apenas representado por um exemplar, cuja atribuição ao Neolítico Antigo é incerta, pelos motivos acima apresentados (Fig. 6, n.º 8);

- métopas correspondentes a impressões de foliculos (também incorporados na designada “decoração em espiga” ou em “falsa folha de acácia”, por diversos autores. Os motivos constituem painéis verticais ocupando

Fig. 8 - Lapa do Fumo. Localização na gruta dos fragmentos desenhados de acordo com os registos dos cadernos de campo complementados pelas informações existentes nos próprios exemplares. n.º 1 - “Frag. recolhido na V3a, (lado direito p. a porta), na Camada Vermelha, campanhas de Nov. 1965/Ag. 1966; Q3, materiais recolhidos na campanha Fev.1964, dos trabalhos de peneiração (Alisamento de terras)”; n.º 2 - “Q1, 1964”; n.º 3 - “Q2; Desmoronamento, desabamento NE; São materiais recolhidos pela equipa P. Basto - Marcelo de Sousa, na campanha de 21 a 23 de Março de 1959”; n.º 4 - “1/2 Q3; Material recolhido na campanha Fev. 1964, trabalhos de peneiração (alisamento de terras)”; n.º 5 - “Jazida I - cova Amaral (a 45m da entrada)”; n.º 6 - “Q2 - desmoronamento (campanha de março / 1959). Desmoronamento / desabamento NE; São materiais recolhidos pela equipa P. Basto - Marcelo de Sousa, na campanha de 21 a 23 de Março de 1959; Jazida V, zona do machado de Bronze (a 4,30 do Q1, 16 m da entrada); Q2, desmoronamento (campanha de março / 1959); Q2, camada 40-60”; n.º 7 - “Jazida I - cova Amaral (a 45 m da entrada)”; n.º 8 - “Q2, entre 20 e 40 (2ª.campanha); Q2 (camada 20-40); Q2 (desmoronamento, desabamento NE); Alisamento do testemunho Q1 Q3 (desmoronamento), 1960; Alisamento testemunho Q1 Q3; Materiais recolhidos das terras exteriores da gruta; Frag. recolhidos na V3a; Vala do Q1 e V1a para apuramento de estratigrafia do 1/2 Q3; Limpeza do fundo do Q1 g4 (Out 64/Nov 65); Alisamento fundo 1/3 Q3; Q2 por baixo sepultações (Ag./Set. 59) continha muitos fragmentos de vaso globular (materiais da zona saibrosa e para baixo sepult. A e B); Frag. recolhidos pela equipa P. Basto - Marcelo de Sousa, na campanha de 21 a 23 de Março de 1959”; n.º 9 - “1/2 Q3. Material recolhido na campanha Fev. 1964, trabalhos de peneiração (alisamento de terras)”; n.º 10 - “materiais da limpeza do fundo do Q1; Q1 g4, Nov. 65/Out 64”. Desenhos de F. Martins.

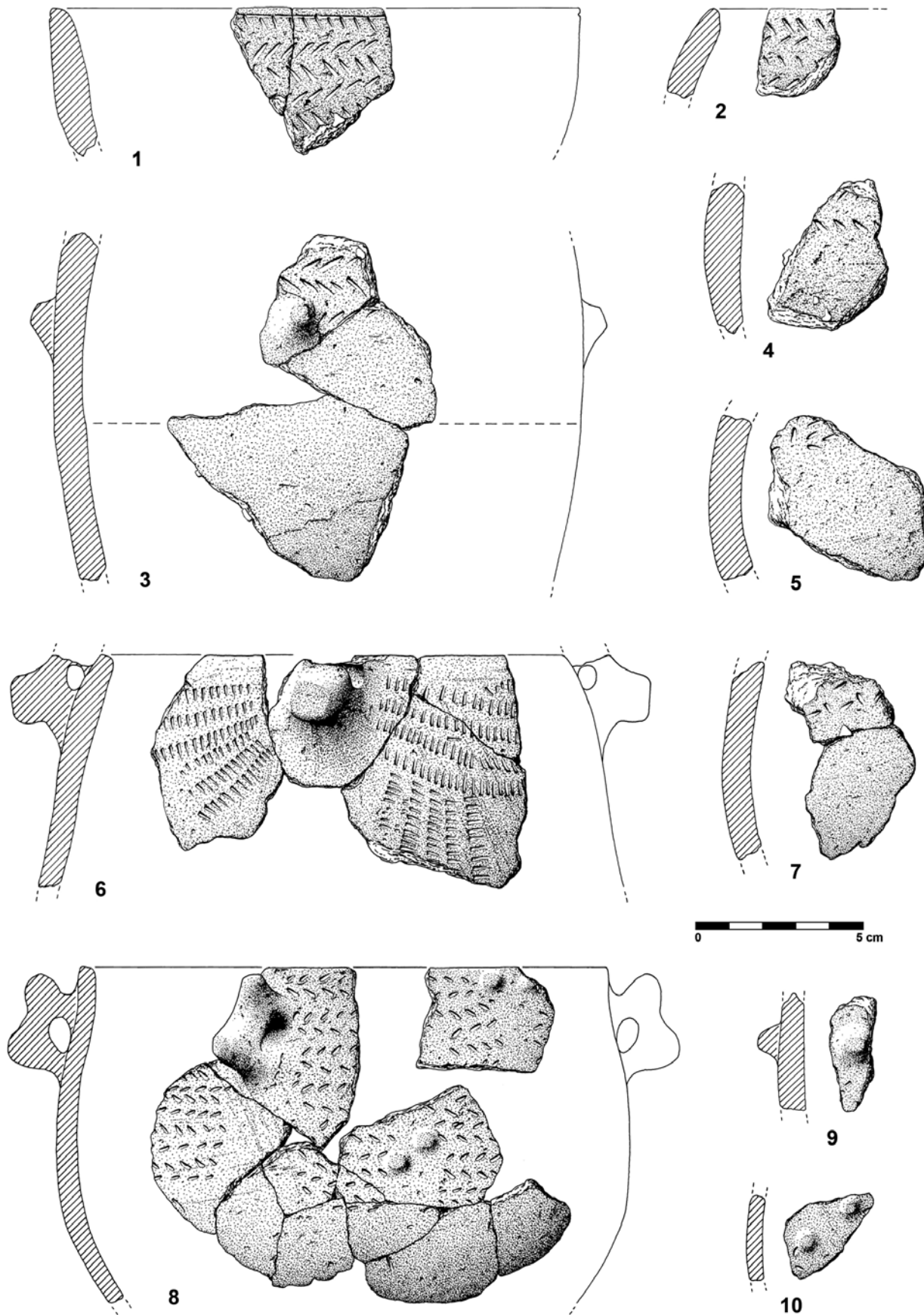


Fig. 8

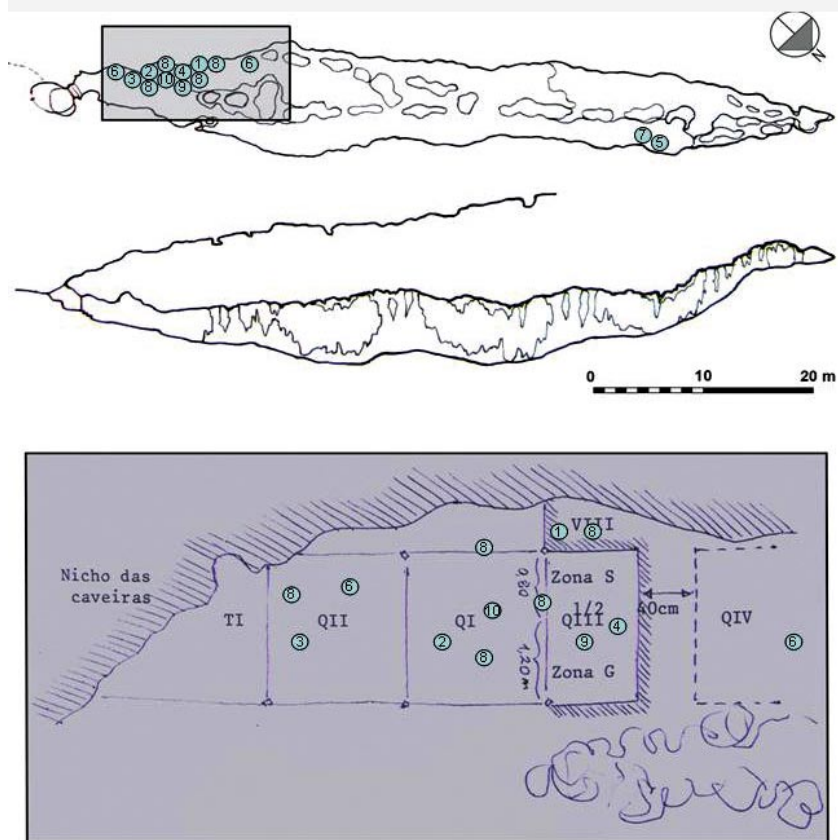


Fig. 9 – Lapa do Fumo. Localização em planta dos espólios representados na Fig. 8.

o bojo dos recipientes, alternando espaços não decorados (Fig. 6, n.º 9; Fig. 8, n.º 8; Fig. 12, n.ºs 3 e 4; Fig. 14, n.º 1). O mesmo padrão decorativo pode ser produzido por impressões lineares mais ou menos alongadas, dispostas paralelamente na vertical (Fig. 8, n.º 6), ou formando linhas em ziguezague verticais (Fig. 14, n.º 2);

– bandas horizontais abaixo do bordo constituídas por impressões de folículos ou lineares, associadas a métopas verticais produzidas pela mesma técnica e já acima referidas, de que se conhecem apenas três exemplares, dois deles correspondentes aos dois vasos quase completos recolhidos na cavidade da parede da gruta do lado direito de quem entra (Fig. 14, n.ºs 1 e 2), sendo o terceiro um fragmento cujas bandas,

Fig. 10 – Lapa do Fumo. Localização na gruta dos fragmentos desenhados de acordo com os registos dos cadernos de campo complementados pelas informações existentes nos próprios exemplares: **n.º 1** – “Q2 – desmoronamento (campanha de março / 1959); Desmoronamento/desabamento NE; São materiais recolhidos pela equipa P. Basto – Marcelo de Sousa, na campanha de 21 a 23 de Março de 1959”; **n.º 2** – “Frag. recolhido na V3a, (lado direito p. a porta), na Camada Vermelha, campanhas de Nov. 1965 / Ag. 1966”; **n.º 3** – “Q1; Q1, camada 4, prof. 80 cm (camada de 70-90 cm)”; **n.º 4** – “Frag. recolhido na V3a (lado direito p. a porta), na Camada Vermelha, campanhas de Nov. 1965 / Ag. 1966”; **n.º 5** – “Q1, camada 4 (70-90 cm)”; **n.º 6** – “Enterramento Arnaud 1964; materiais recolhidos pertencem a bolsa cinzenta, camada vermelha e épocas mais modernas (escavação Arnaud-Serrão)”; **n.º 7** – “Enterramento Arnaud; frag. recolhidos da vala do Q1 e V1a, feita para apuramento da estratigrafia do 1/2 Q3, em Fev. 1964, e onde apareceram, na parte junto às areias, ossos humanos. Foi designada por “enterramento Arnaud”. Os materiais recolhidos pertencem a bolsa cinzenta, camada vermelha e épocas mais modernas; escavação Arnaud-Serrão; corresponde a mat.s recolhidos nas campanhas Mar. 64 e Set. / Out 64”; **n.º 8** – “recolhido na peneiração da limpeza das terras removidas do testemunho do 1/2 Q3, pelos “pesquisadores clandestinos”. Destruição que incluí o Q3 e V3a”; **n.º 9** – “Q1, camada 4 (70-90 cm)”; **n.º 10** – “frag. recolhidos na V3a, (lado direito p. a porta), na Camada Vermelha, campanhas de Nov. 1965/Ag. 1966”. Desenhos de F. Martins.

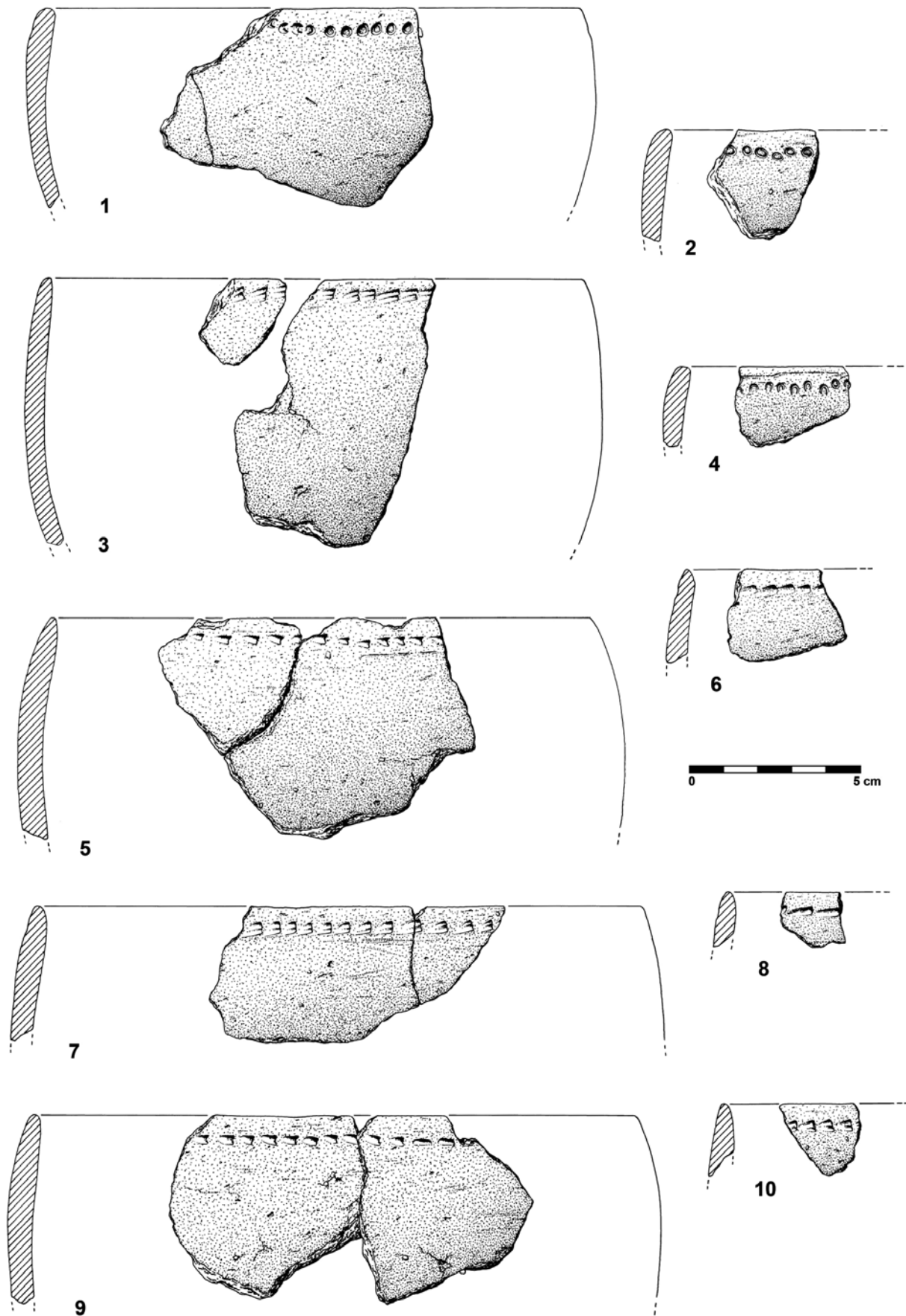


Fig. 10

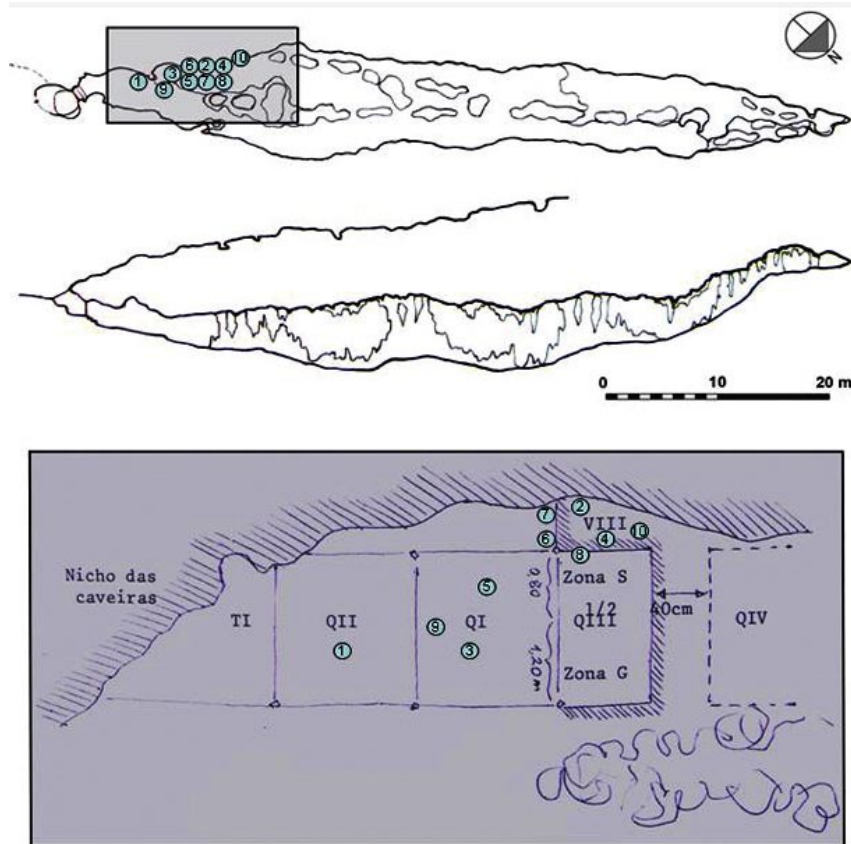


Fig. 11 - Lapa do Fumo. Localização em planta dos espólios representados na Fig. 10.

arqueadas, partindo da pega com perfuração horizontal existente sobre o bordo do recipiente, são constituídas por finos segmentos impressos, todos de comprimento e profundidade idênticos (Fig. 8, n.º 6).

- impressões simples alinhadas abaixo do bordo de recipientes esféricos, produzidas por tubos ocos, possivelmente correspondentes a caules de gramíneas (Fig. 10, n.ºs 1, 2 e 4), ou por pequenas matrizes impressas obliquamente, originando depressões em forma de cunhas de contorno subtriangular (Fig. 10, n.ºs 5, 6, 8 e 9). O arrastamento da matriz sobre a pasta fresca é mais evidente em cetos exemplares, decorados por impressões oblíquas de uma matriz bifida, configurando técnica afim à do boquique neolítico, como acima se referiu (Fig. 10, n.ºs 3, 7 e 8).

No respeitante à técnica incisa, os motivos são menos variados, porque o número de fragmentos é muito diminuto:

- linhas verticais incisadas simples, partindo de uma depressão punctiforme resultante do impacto da ponta romba com a superfície do vaso (Fig. 6, n.º 7);

Fig. 12 - Lapa do Fumo. Localização na gruta dos fragmentos desenhados de acordo com os registos dos cadernos de campo complementados pelas informações existentes nos próprios exemplares: **n.º 1** - "materiais recolhidos durante a campanha Maio 64, Q3; Materiais recolhidos das terras exteriores da gruta"; **n.º 2** - "grande asa perfurada c/ decoração em relevo no género botões. A asa lembra o tentáculo de um polvo pela decoração. Está pintada de vermelho ou revestida de engobe dessa cor. Q1, peça encontrada em 11.09.57"; **n.º 3** - "local a 4,30 do Q1 (p. interior) a cerca de 16m da entrada, 1959; Jazida V - zona do machado de Bronze, a 4,30 do Q1"; **n.º 4** - "alisamento terras; testemunho Q1 Q3; materiais recolhidos durante a campanha Fev. 64, nos trabalhos de alisamento do testemunho estratigráfico Q1 Q3 (abaixo dos 60 cm de profundidade, camada 2)". Desenhos de F. Martins.

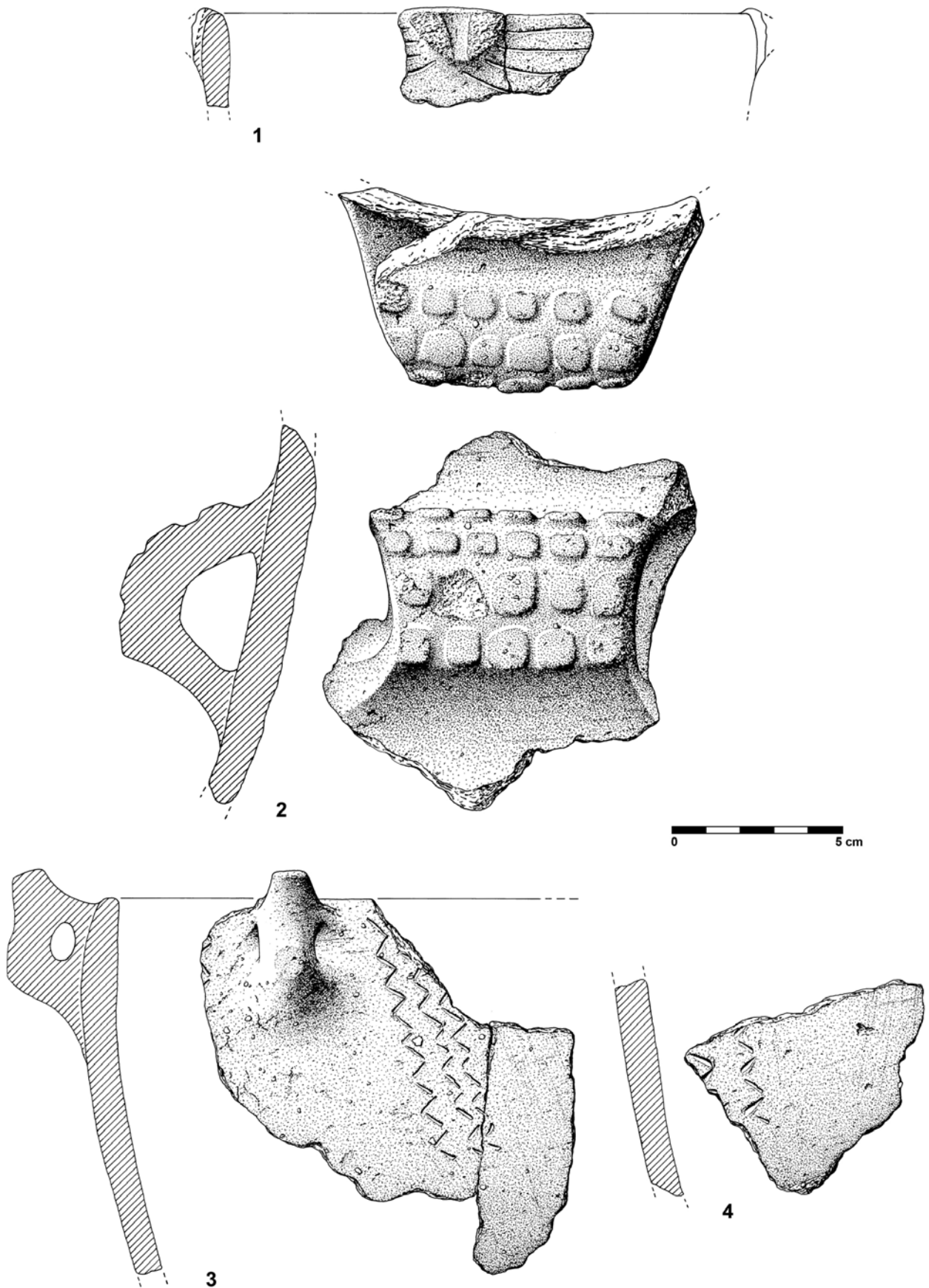


Fig. 12

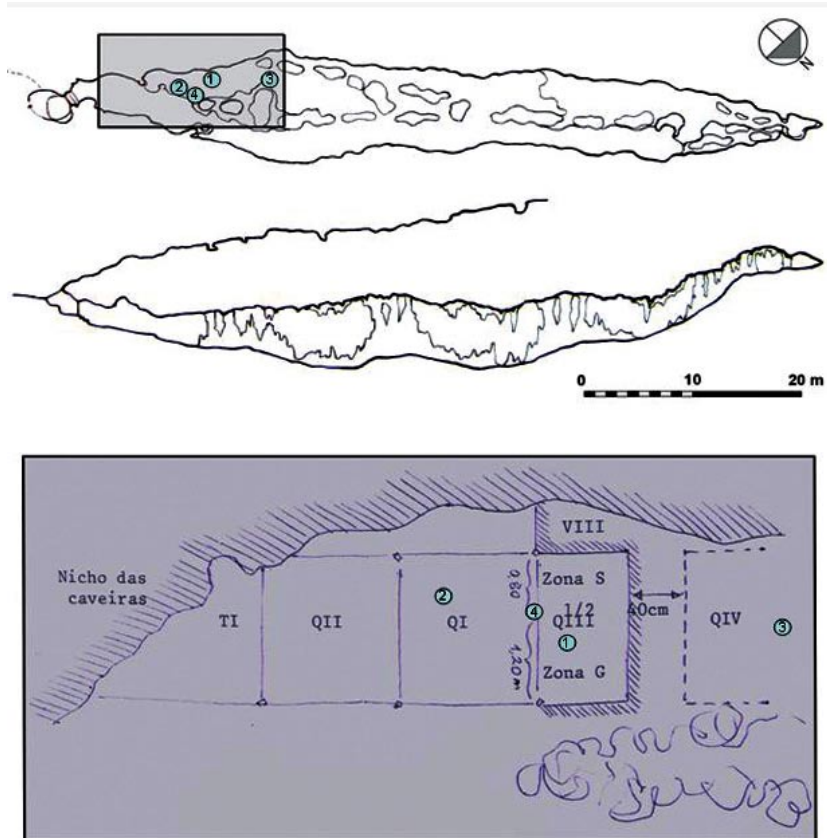


Fig. 13 – Lapa do Fumo. Localização em planta dos espólios representados na Fig. 12.

– bandas constituídas por segmentos paralelos incisos, alternadamente inclinados para lados opostos, formando no conjunto linhas verticais em zigue-zague (Fig. 8, n.º 1 a 3);

– linhas incisas arqueadas, partindo de asas sobre o bordo e desenvolvendo-se simetricamente para ambos os lados (Fig. 12, n.º 1).

Há ainda a considerar as decorações plásticas, que podem possuir nalguns casos cunho simbólico, representadas pelos seguintes exemplares:

– pequenos mamilos troncocónicos isolados (Fig. 8, n.º 3);

– pares de pequenos mamilos de cunho simbólico (Fig. 8, n.º 8 e 10);

– asa de grande vaso, decorada pela aplicação de pastilhas à face externa da mesma, formando linhas paralelas (Fig. 12, n.º 2);

– asas com perfuração horizontal com perfil bífido modelado na pasta mole, que lembra nalguns casos, como acima já se referiu, a forma maciça de uma cabeça de suídeo, o que configura preocupação estética, com eventual cunho simbólico (Fig. 6, n.º 2; Fig. 8, n.º 6 e 8; Fig. 12, n.º 3; Fig. 14, n.º 1 e 2).

Fig. 14 – Lapa do Fumo. Localização na gruta e na planta da mesma dos dois vasos fotografados e desenhados por E. da Cunha Serrão de acordo com os registos dos cadernos de campo complementados pelas informações existentes nos próprios exemplares: n.ºs 1 e 2 – “A quantidade destes fragmentos pareceu-nos definir 2 vasos semelhantes depositados numa cavidade da parede, do lado direito de quem entra, a 57 m da entrada. Junto dos fragmentos destes vasos, embebidos em areias que também continham pequenos ossos humanos (falanges) havia fragmentos de outro vaso com asas, de boa pasta, com roda de oleiro e pintalgado de branco exteriormente”.

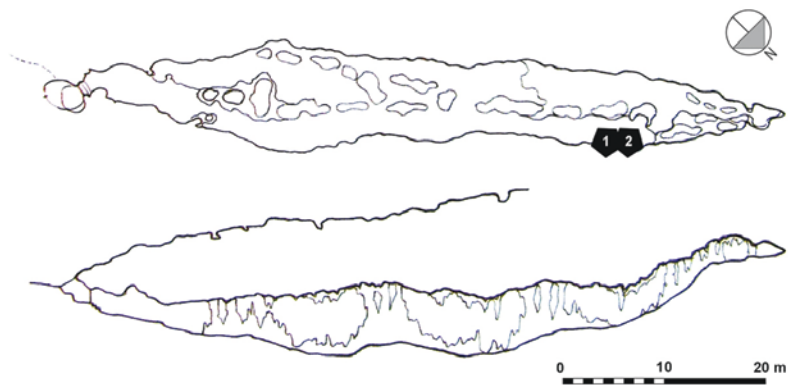
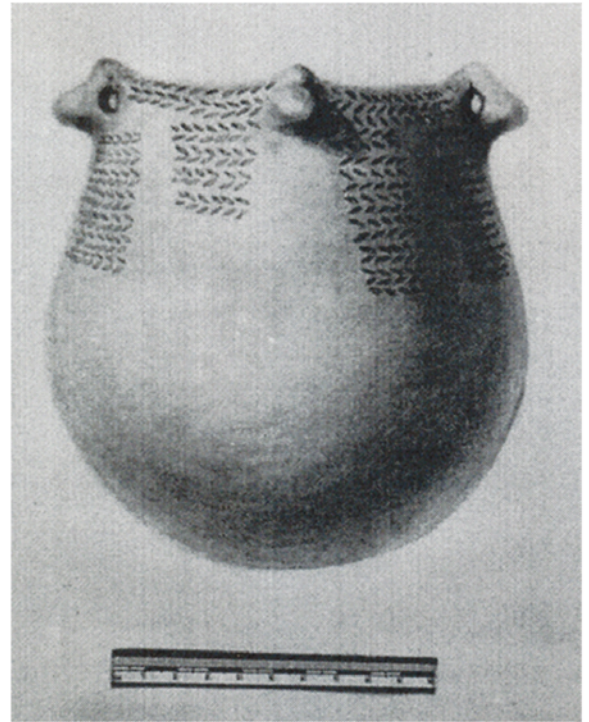
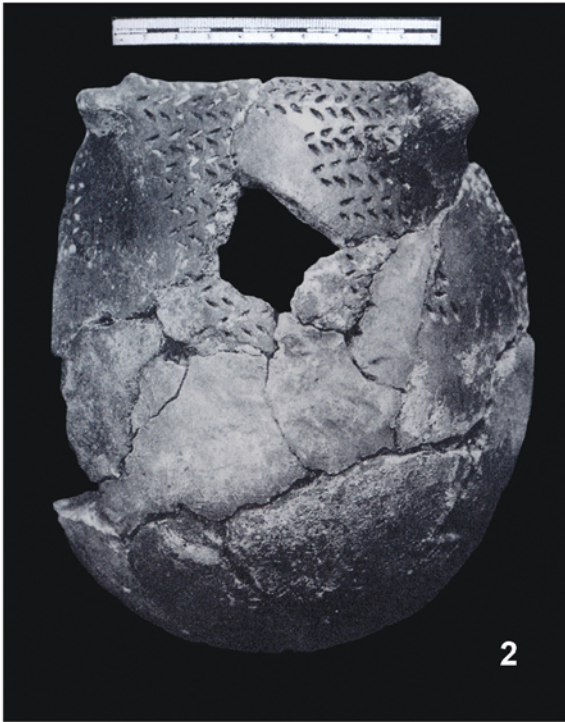
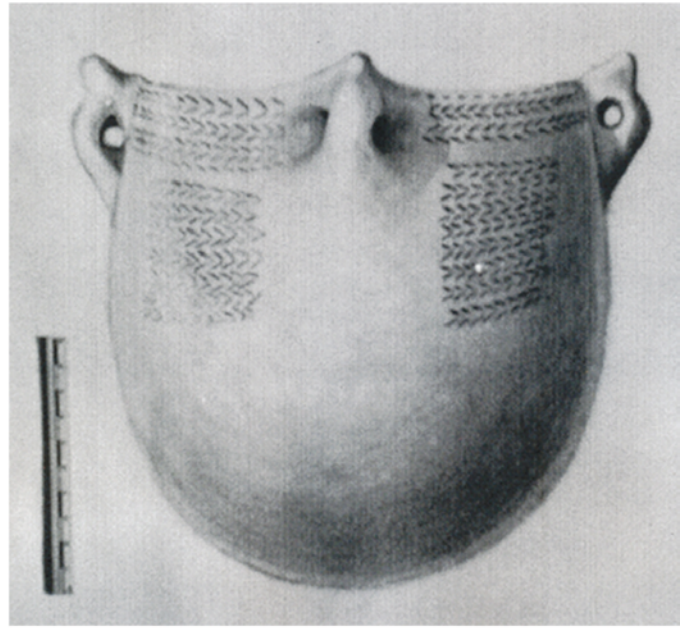


Fig. 14

4 - DISCUSSÃO

No conjunto, as formas, as técnicas e os padrões decorativos, possuem equivalentes nas produções do Neolítico Antigo evolucionado da região da Baixa Estremadura, onde esta gruta se insere. A ausência absoluta de decorações recorrendo à técnica cardial, e a presença de padrões e técnicas decorativos que se afirmam predominantemente naquela etapa cronológico-cultural permite sustentar tal atribuição. É o caso da presença insistente da impropriamente chamada “falsa folha de acácia”, designação que o uso acabou por consolidar. Com efeito, quando tal termo foi criado por O. da Veiga Ferreira, para distinguir estas decorações da “verdadeira folha de acácia”, característica do Calcolítico Pleno da Estremadura, a justificação apresentada residia no facto de esta ser sempre obtida por impressão de matriz, enquanto a sua congénere neolítica ser produzida – com base nos exemplares por si observados – por curtas linhas incisas e não impressas. Contudo, importa referir que os exemplares observados por O. Da Veiga Ferreira correspondem todos, à utilização da impressão na produção dos foliculos, e não à técnica incisa, como ele referiu, o que se deve, pelo menos nos casos dos dois vasos da Lapa do Fumo, que ele observou apenas por fotografia, relativamente aos quais declara o seguinte: “A ornamentação é constituída por várias fitas ou bandas de “falsas folhas de acácia” feitas a punção manual. É, pois, uma ornamentação incisa por recorte. Observando à lupa as fotografias, que não são más, vê-se, perfeitamente, a irregularidade do desenho e por conseguinte das impressões ou recorte das folhas” (FERREIRA, 1970, p. 230). Esta transcrição evidencia, contudo uma contradição insanável, já que, por um lado, refere a técnica incisa como estando na origem dos motivos decorativos produzidos, mas, no final do mesmo parágrafo, refere que os mesmos correspondem a impressões. Nestes termos, não se considera relevante a valorização da técnica utilizada. O terceiro vaso estudado por O. da Veiga Ferreira para ilustrar a decoração em “falsa folha de acácia”, recolhido na Gruta I da Senhora da Luz, Rio Maior (CARDOSO, FERREIRA & CARREIRA, 1996, Fig. 41) evidencia uma técnica que é claramente impressa, assemelhando-se o tamanho dos foliculos aos produzidos, pela mesma técnica, no Calcolítico Pleno da Estremadura.

Nestes termos, não se crê que a técnica utilizada – impressão ou incisão – tenha importância nesta designação, a qual, deste modo, não se diferencia a não ser pelo tamanho dos foliculos das produções calcolíticas, em que os foliculos são em geral, mas não sempre, de maiores dimensões.

Ora, no caso dos dois vasos da Lapa do Fumo em apreço, verifica-se que os dois padrões decorativos principais observados nos dois vasos melhor conservados: as métopas verticais e as bandas que se desenvolvem abaixo do bordo (Fig. 14, n.ºs 1 e 2) são claramente obtidos por impressões de pontas rombas, possivelmente de madeira, de comprimentos e profundidades distintos em ambos os exemplares, produzindo em qualquer caso foliculos, organizados em distintos padrões decorativos (designados por outros autores como “motivos em espiga”).

Nestes termos, afigurou-se vantajoso adoptar designação que tivesse apenas a ver com a morfologia das impressões elementares produzidas, mais do que com a técnica utilizada, pelo que a designação de foliculos se afigura como a mais apropriada. Com efeito, em alguns casos, os referidos foliculos foram obtidos por impressão oblíqua, e não perpendicular à superfície dos vasos a decorar, também facilmente diferenciáveis dos seus congéneres calcolíticos (CARDOSO, 2010, p. 26). Trata-se da técnica que deu origem ao motivo impresso presente nos vasos do Neolítico Antigo Pleno de Vale Pincel 1, Sines, que produziu impressões ovaladas ou em “ponto de exclamação” (SILVA & SOARES, 1981, p. 77). Neste âmbito, importa assinalar um grande recipiente

Fig. 15 – Lapa do Fumo. Esboços dos fragmentos estudados, retirados dos cadernos de campo de E. da Cunha Serrão, dactilografados por Gustavo Marques (arquivo Gustavo Marques, MNA).

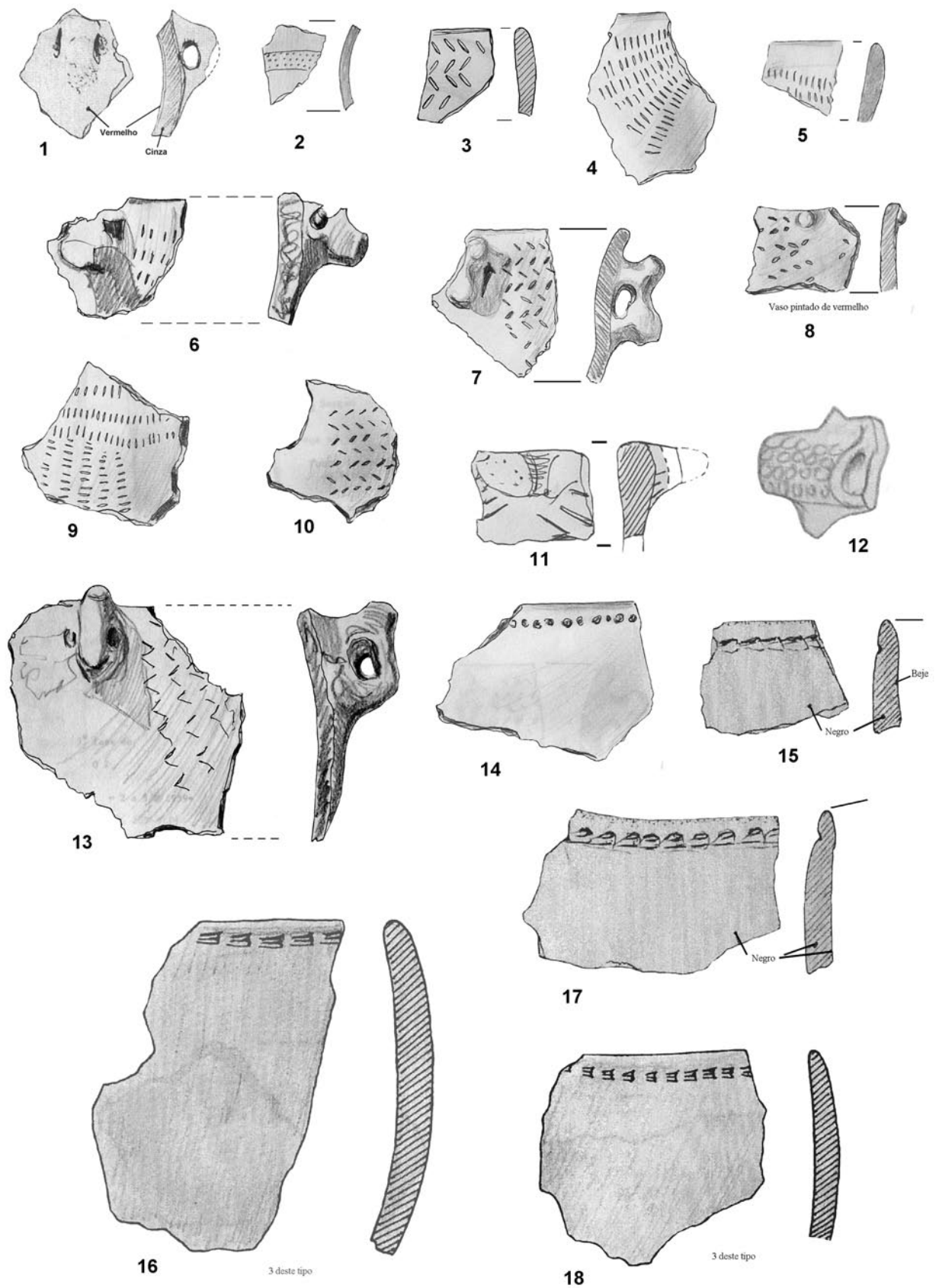


Fig. 15

recolhido na estação do Neolítico Antigo Evolucionado da Salema, em que os folículos de contorno ovalar ou elipsoidal, foram produzidos por uma matriz de extremidade dupla, produzindo assim de cada vez um par de folículos simétricos por impressão (op. cit., Fig. 68, n.º 7). Daí a similitude com as folhas opostas dos ramos das acácias, que estiveram na origem da designação que se crê dever ser abandonada em benefício da designação de “folículos impressos”. Deste modo, crê-se que algumas das questões discutidas em trabalho recente (NUKUSHINA, 2015), tais como a pertinência da designação e as técnicas aplicadas na execução, foram agora abordadas de forma sustentada e, tanto quanto possível, conduzindo a conclusões objectivas, baseadas em factos de observação.

A técnica incisa, ainda que minoritária, encontra-se via de regra presente em todos os conjuntos do Neolítico Antigo da Estremadura, tal como se verifica claramente no espólio da Lapa do Fumo agora estudado. Trata-se de motivos espinhados, em que as impressões, mais ou menos curtas, profundas e assimétricas, correspondentes aos folículos, são substituídas por linhas incisivas, em geral mais longas e menos profundas, mas que, globalmente, respeitam aos mesmos padrões decorativos elementares constituídos pelos folículos impressos.

Do exposto, pode concluir-se que a ocorrência de impressões de folículos, sendo característica de uma fase cultural evoluída adrede o Neolítico Antigo, caracterizada pela profusão de padrões e técnicas decorativas teve origem em etapa mais antiga daquele ciclo cultural.

A técnica incisa é sempre minoritária, e frequentemente é muito difícil de destringir da técnica impressa, especialmente no padrão de espinhados horizontais, especialmente frequentes quando aplicados em bandas abaixo do bordo de taças em calote ou esféricos; dois destes exemplares ocorrem entre o espólio agora estudado (Fig. 8, n.ºs 1 e 2), mas é evidente a dificuldade de os diferenciar dos exemplares exibindo o mesmo padrão decorativo obtido pela técnica incisa. A estação da Fonte de Sesimbra evidencia esta dificuldade de destringir: ali ocorrem exemplares semelhantes aos acima mencionados que, todavia, foram considerados como decorados por impressão (SILVA & SOARES, 1986, Fig. 24, n.º 7), apesar da diferença evidente observada no comprimento dos segmentos que constituem o espinhado decorativo, que podem simplesmente resultar da variabilidade da pressão e do ângulo de aplicação da matriz.

É interessante sublinhar a presença, dentro da técnica decorativa impressa, de alguns exemplares afins do designado “boquique neolítico”, decorados através de uma linha simples logo abaixo do bordo, produzida por uma ponta bifida, por arrastamento, com maior ou menor pressão sobre a superfície a decorar (Fig. 10, n.ºs 3, 7 e 10).

A presença da técnica boquique em produções do Neolítico Antigo é frequente no ocidente peninsular, tanto nas estações do Maciço Calcário Estremenho (CARVALHO, 2008) como na região da Baixa Estremadura e Baixo vale do Tejo, na qual o exemplar agora estudado se insere. Uma das mais importantes ocorrências, situada já na periferia daquela unidade morfo-estrutural, é a gruta da Casa da Moura, Peniche. Os numerosos exemplares dali publicados (CARREIRA & CARDOSO, 2000-2001) podem ser associados à datação de ossos humanos, cujo intervalo obtido, para 2 sigma, foi de 5020-4720 cal BC (STRAUS *et al.*, 1988).

Atendendo apenas aos exemplos com interesse comparativo da região, verifica-se que tal técnica decorativa foi registada em estações pertencentes a fase recuada do Neolítico Antigo, como é o caso da gruta do Correio-Mor, Loures, onde duas datações, uma sobre ossos humanos, outra sobre carvões, deram resultados coerentes situando a respectiva ocupação funerária em termos gerais no terceiro quartel do VI milénio a.C., entre cerca de 5480 e 5200 cal BC (CARDOSO, 2010). Infelizmente, não foi possível identificar a disposição anatómica dos restos humanos exumados, nem garantir a efectiva associação dos escassos fragmentos cerâmicos com decoração boquique às referidas datações. Outro sítio da Baixa Estremadura que forneceu produções cerâmicas decoradas com a técnica do boquique, foi a Pedreira das Salemas, onde se obteve datação

de ossos humanos, resultantes de enterramentos realizados nas fendas dos calcários aflorantes, corresponde ao intervalo entre 5300 e 4600 cal BC (CARDOSO, 2010). Já no casco urbano antigo da cidade de Lisboa, a estação da Encosta de Sant'Ana forneceu um importante conjunto de cerâmicas decoradas com a técnica do boquique, que ascendem a 50% do total dos exemplares decorados. Avultam dois vasos decorados, um deles de tipologia globular, e munido de asas em fita que partem do bordo do recipiente, muito idêntico ao exemplar agora estudado, decorado por uma banda de cinco linhas horizontais paralelas abaixo do bordo. A cronologia desta ocupação foi obtida através de uma análise de radiocarbono sobre conchas de mexilhão (*Mytilus* sp.), cujo resultado obtido, depois de corrigido para o efeito oceânico e de calibrada, indica época de transição do 5.º para o 4.º milénio a.C. (CARDOSO, 2010).

A sul do Tejo, e mais próxima da Lapa do Fumo, as estações de carácter habitacional do Casal da Cerca, Palmela datada para dois sigma entre 5226-4957 cal BC, que forneceu vários exemplares decorados recorrendo à técnica boquique (SOARES & SILVA, 2014).

Assim, conclui-se que a técnica do boquique na região estremenha ocorre com segurança em contextos atribuídos, pela cronologia absoluta, ao Neolítico Antigo evolucionado, situáveis entre os finais do 6.º milénio e o primeiro quartel do 5.º milénio a.C., correspondendo assim a uma fase de plena diversificação das técnicas e dos padrões decorativos exibidos pelas respectivas produções cerâmicas.

Por outro lado, importa assinalar que as três peças que ostentam decoração afim da técnica do boquique acima apresentadas, se aproximam, pela concepção decorativa, de outras que possuem decorações impressas com recurso a diversos tipos de matrizes, produzindo invariavelmente uma linha simples abaixo do bordo de recipientes esféricos (Fig. 10, n.ºs 1, 2, 4 a 6, 8 e 9).

Tendo presente proposta de faseamento do Neolítico Médio da Estremadura, recentemente apresentada com base nas observações realizadas em estações do Maciço Calcário Estremenho, especialmente o Abrigo da Pena d'Água, Torres Novas, que faz corresponder à sua primeira fase a existência de recipientes lisos com sulco abaixo do bordo, e à sua segunda fase complexo de produções cerâmicas lisas (NUNES & CARVALHO, 2013), poder-se-ia estar, no caso da ocupação do Neolítico Antigo da Lapa do Fumo, a uma fase de transição para o Neolítico Médio. Com efeito no decurso da segunda metade do V milénio/primeira metade do IV milénio cal BC ocorre na Estremadura, no interior Alentejano e na costa sudoeste, recipientes lisos com singela decoração, constituída por um simples sulco abaixo do bordo, de que se conhecem em múltiplos contextos estremenhos e do sul de Portugal (NEVES, 2015). Nestes termos, é tentador atribuir as produções impressas da Lapa do Fumo que revelam idêntica concepção decorativa minimalista, com sendo as suas antecessoras imediatas.

Com efeito, o processo de substituição das abundantes produções decoradas características daquele período por produções lisas, exclusivas ou quase exclusivas deste, ainda não se encontra esclarecido. Alguns autores, como C. Tavares da Silva e J. Soares, admitem que as produções cerâmicas mais tardias do Neolítico Antigo (o chamado Neolítico Antigo Evolucionado) a sul do Tejo integram já recipientes com sulco abaixo do bordo, os quais convivem com as produções decoradas barrocas típicas do Neolítico Antigo. É o caso da estação do Casal da Cerca, Palmela, datada pelo radiocarbono (amostra carbonosa) do último quartel do VI milénio cal BC (SILVA & SOARES, 2014). Tal realidade persistiria no litoral alentejano, de que é exemplo a estação de Salema, onde as cerâmicas típicas do Neolítico Antigo coexistem com abundantes recipientes decorados com sulco abaixo do bordo (SILVA & SOARES, 1981, Fig. 71), o que justificou, apesar da ausência de datações de radiocarbono, a atribuição desta estação ao Neolítico Antigo evolucionado. Assim, seria apenas no Neolítico Médio Inicial daquela região que esse elemento decorativo se tornaria quase exclusivo, como os mesmos autores verificaram no povoado da Palmeirinha, Sines, e sobretudo na estação do Pontal, Grândola,

datada pelo radiocarbono entre 3800-3600 cal BC, para dois sigma, embora ali ainda ocorram em associação produções plásticas, como cordões verticais em relevo denteados associados a escassas decorações impressas (SOARES & SILVA, 2013, Fig. 18).

A dificuldade em estabelecer balizas arqueográficas seguras, não só no território estremenho, entre o Neolítico Antigo Evolucionado e o Neolítico Médio Inicial, bem patente pela realidade descrita, foi, num passado recente, ainda mais acentuada, época em que o Neolítico Médio não era sequer considerado (CARDOSO, 2015).

Enfim, importa valorizar o acabamento superficial cuidado de algumas das peças; é o caso da aguada (a almagre ?) que se observa na notável asa da Fig. 12, n.º 2, a qual possui alguns raros paralelos registados em estações da região, como é o caso de um exemplar recolhido no Carrascal, Oeiras (CARDOSO, 2011, Fig. 7).

5 – CONCLUSÕES

Apesar dos remeximentos ocorridos nos depósitos arqueológicos que preenchiam a gruta, tanto devido a causas naturais, como antrópicas, a tipologia do espólio arqueológico evidencia a presença de conjunto de características homogéneas, compatível com uma ocupação humana da Lapa do Fumo numa fase avançada do Neolítico Antigo. No entanto, com base na tipologia de algumas das produções cerâmicas decoradas, é lícito admitir que tal ocupação corresponda a transição para o Neolítico Médio, situando-se ao longo da primeira metade do V milénio a.C.

Tal ocupação corresponde à primeira utilização funerária da gruta, correlacionável com camada arenosa subjacente à bem conhecida “camada vermelha”, correspondente a tumulações do Neolítico Final.

Importa sublinhar a existência de deposições rituais, corporizadas por dois exemplares depositados em conjunto numa anfractuosidade da parede da gruta, cuja localização foi possível reconstituir, com base nos registos de campo conservados. Tais exemplares eram, até época recente, as únicas evidências de uma presença do Neolítico Antigo evolucionado na gruta.

O estudo da distribuição espacial dos fragmentos parece evidenciar duas áreas com maior concentração de fragmentos, que poderão corresponder a locais preferencialmente utilizados para tumulações.

Não foi, no entanto, possível associar qualquer objecto lítico ao conjunto cerâmico ora publicado. Por outro lado, com base nas descrições apresentadas nos cadernos de campo, embora se possa concluir, nalguns casos, que os fragmentos cerâmicos se encontravam aparentemente associados a restos humanos, também não foi possível identificar no conjunto actualmente conservado, nenhum destes restos, o que teria evidente interesse para o estabelecimento da cronologia absoluta respeitante à primeira fase de ocupação desta importante estação arqueológica.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, antigo Director do Museu Nacional de Arqueologia que esteve na origem deste contributo, ao convidar o primeiro signatário para providenciar o estudo dos espólios da Lapa do Fumo resultantes das escavações dirigidas por E. da Cunha Serrão, que então se guardavam naquela Instituição, apoiado no estudo dos respectivas cópias dos registos de campo e de gabinete, pertencentes ao arquivo de Gustavo Marques, também ali conservados.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, A. M. & CARDOSO, J. L. (2013) – A ocupação da Idade do Ferro da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 731-754.
- CARDOSO, J. L. (2009) – Espólios do povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Sesimbra): as colheitas do Arq. Gustavo Marques. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (1), p. 73-114.
- CARDOSO, J. L. (2010) – O Neolítico Antigo da Baixa Estremadura: as investigações dos últimos cinco anos. In GIBAJA, J. F.; CARVALHO, A. F. (eds.) *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos (Faro, 2009)*. Actas. Faro: Universidade do Algarve, p. 23-48 (Promontoria Monográfica, 15).
- CARDOSO, J. L. (2011) – A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). In BERNABEU, J.; ROJO, M. A.; MOLINA, L. (coords.) *Las primeras producciones cerámicas: el VI milénio cal a.C. en la Península Ibérica. Saguntum Extra*. Valencia. 12, p. 259-262.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O povoado pré-histórico do Zambujal (Sesimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 95-112.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Na Estremadura do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: contributos de um percurso pessoal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 93-138.
- CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V. & CARREIRA, J. R. (1996) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 195-256.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (2001-2002) – A gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 10, p. 249-361.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les Âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald.
- CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional: os exemplos do Maciço Calcário estremenho e do Algarve ocidental*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 12).
- FERREIRA, O. V. (1970) – Acerca dos vasos globulares com asas perfuradas e ornamentação em “falsa folha de acácia”. *Actas das I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2, p. 227-237.
- NEVES, C. (2015) – A 2.^a metade do V milénio no ocidente peninsular : algumas problemáticas a partir da cultura material. *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010)*. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 314-322.
- NUKUSHINA D. (2015) – A presença da decoração “falsa folha de acácia” nas cerâmicas do Neolítico Antigo: o caso do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior, Portugal). *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010)*. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 419-428.
- NUNES, A. & CARVALHO, A. F. (2013) – O Neolítico Médio no Maciço Calcário estremenho: estado actual dos conhecimentos e perspectivas de investigação futura. *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 329-353.
- REBELO, P.; NETO, N.; RIBEIRO, R. Ávila; GRANJA, R. & CARDOSO, J. L. (1917) – Primeira notícia sobre uma sepultura neolítica em fossa identificada nos Antigos Armazéns Sommer, em Lisboa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 21, p. 158-160.

- SERRÃO, E. C. (1975) – Contribuições arqueológicas do sudoeste da península de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 199-225.
- SERRÃO, E. C. & MARQUES, G. (1971) – Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1971). Actas: Junta Nacional da Educação, 1, p. 121-142.
- SERRÃO, E. C. & VICENTE, J. P. (1958) – O castro eneolítico de Olelas. Primeiras escavações. Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa. 39, p. 87-125.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Colecção Parques Naturais, 15).
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2014) – O habitat do Neolítico Antigo do Casal da Cerca (Palmela). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 61-104.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2013) – Economia agro-marítima na Pré-História do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 14, p. 145-170.
- STRAUS, L. G.; ALTUNA, J.; CARVALHO, E.; JACKES, M. & KUNST, M. (1988) – New excavations in Casa da Moura (Serra d'El Rei, Peniche) and at the Abrigos de Bocas (Rio Maior), Portugal. *Arqueologia*. Porto. 18, p. 65-95.

**ENTERRAMENTO DO NEOLÍTICO ANTIGO EM FOSSA
NA ZONA RIBEIRINHA DE LISBOA (ANTIGOS ARMAZÉNS SOMMER)***

***BURIAL OF THE EARLY NEOLITHIC IN A PIT
IN THE RIVERSIDE AREA OF LISBON***

João Luís Cardoso¹, Paulo Rebelo², Nuno Neto² & Ricardo Ávila Ribeiro²

Abstract

A single individual burial in a pit was identified in the course of the preventive archaeological intervention carried out in the former Sommer Warehouses, located on the right bank of the Tagus, in the urban area of Lisbon. From the typology of the vessel that accompanied the deposition of a corpses in fetal position, as well as the absolute radiocarbon date obtained, this grave belongs to the Early Neolithic. It is the only occurrence of this nature hitherto recorded in the West of the Iberian Peninsula, and the similarities of implantation of the tombs of El Retamar on the lagoon coast of Cadiz with a similar geographic implantation is emphasized.

Keywords: burial, pit, Early Neolithic, Lisbon.

1 - INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos nos Antigos Armazéns Sommer, em Lisboa, implantados ao longo da antiga frente ribeirinha do Tejo (Rua Cais de Santarém, n.ºs 40 a 64) entre 2004 e 2016 revelaram a extraordinária importância do local. Ali foi reconhecida extensa diacronia que ilustra de forma singular a ocupação humana do território onde hoje se situa o centro histórico da cidade de Lisboa (RIBEIRO *et al.*, 2017).

O espaço em análise encontra-se num quarteirão que se estende ao longo da margem direita do rio Tejo, na base da colina onde hoje se desenvolve o casario de Alfama (Fig. 1), delimitado a Sul, pela Rua do Cais de Santarém, a Oeste pelo Arco de Jesus, a Norte pela Rua São João da Praça e pela Travessa dos Armazéns do Linho, e a Este pela Travessa de São João da Praça.

* Trabalho coordenado pelo primeiro signatário com base em elementos fornecidos pelos restantes signatários que foram incorporados nos capítulos 1 e 2. O capítulo 3 incorpora informação antropológica gentilmente fornecida por Raquel Granja, a quem se agradece. Os restantes capítulos são da responsabilidade do primeiro signatário.

¹ Arqueólogo. Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa); Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

² Arqueólogos da Neoépica, Lda. neopica@gmail.com



Fig. 1 – Localização da sepultura na antiga margem norte do estuário do Tejo.

2 – O CONTEXTO

O contexto mais antigo registado nas escavações realizadas corresponde a uma inumação em fossa, identificada no limite Nordeste do espaço edificado, aberta num patamar superior em relação à margem do rio, nas proximidades dos edifícios cujo acesso se fazia pela Travessa de São João da Praça e da qual já existe publicação preliminar (REBELO *et al.*, 2017). Deste modo, o presente contributo destina-se a aprofundar os considerandos ali apresentados, bem como a completar a informação já disponibilizada, através da apresentação e discussão da cronologia absoluta, só agora possível por via de datação pelo radiocarbono de uma porção de osso humano, providenciada pelo primeiro signatário, bem como do estudo do espólio faunístico e lítico associado à tumulação, também da sua responsabilidade, para além da apresentação das características antropológicas do indivíduo inumado, as quais se devem a Raquel Graja, que muito se agradecem .

Trata-se de uma estrutura negativa, correspondente a uma fossa sepulcral escavada em sedimentos arenosos estéreis, de coloração alaranjada, identificada numa zona adjacente aos alicerces do antigo palácio dos Condes de Coculim.

A presença desta estrutura negativa foi de início revelada por uma mancha mais escura que os sedimentos envolventes, de coloração acastanhada, com a presença de algum material de sílex e fauna mamalógica, distinguindo-se no limite Norte da fossa, alguns fragmentos correspondentes a um vaso de pasta muito friável, a par de diversos blocos pétreos (Fig. 2).

Importa referir que, enquanto o vaso se encontrava bem enterrado no interior da fossa, encostado à sua parede norte, os restantes espólios – restos faunísticos e de pedra lascada – não se desenvolviam em profundidade no enchimento da fossa limitando-se essencialmente a esta camada.

O prosseguimento da escavação da estrutura revelou a escassa profundidade desta, cerca de 10 cm, possuindo contorno elipsoidal. Esta situação explica-se pelo facto de a fossa ter sido quase totalmente arrasada



Fig. 2 – Aspecto geral da fossa observando-se camada depositada sobre o nível da inumação, embalando blocos calcários heterométricos. O topo do vaso pode ver-se no limite da fossa, evidenciando-se a pasta de coloração negra. Foto Neoépica, Lda.



Fig. 3 – Aspecto geral da fossa, evidenciando-se o corte no terreno que a seccionou do lado ocidental. Observam-se diversos ossos longos em conexão anatômica: da esquerda para a direita, em primeiro plano, fémur esquerdo; fémur direito; cubito esquerdo; rádio esquerdo; humero direito; humero esquerdo e costelas do lado esquerdo. Acima das costelas, jaz o vaso, fragmentado *in situ*. Foto Neoépica, Lda.

em consequência das intensas afetações, sofridas ao nível do solo, pelo menos desde a época medieval islâmica, à adaptação, nos séculos XIX-XX, do respectivo espaço a função de carácter industrial.

Verificou-se que o enchimento da fossa era composto, de cima para baixo, por um primeiro depósito de cor castanha e consistência compacta, com escasso material arqueológico e faunístico, que cobria o depósito castanho-escuro e compacto onde se registou a inumação (Fig. 3).

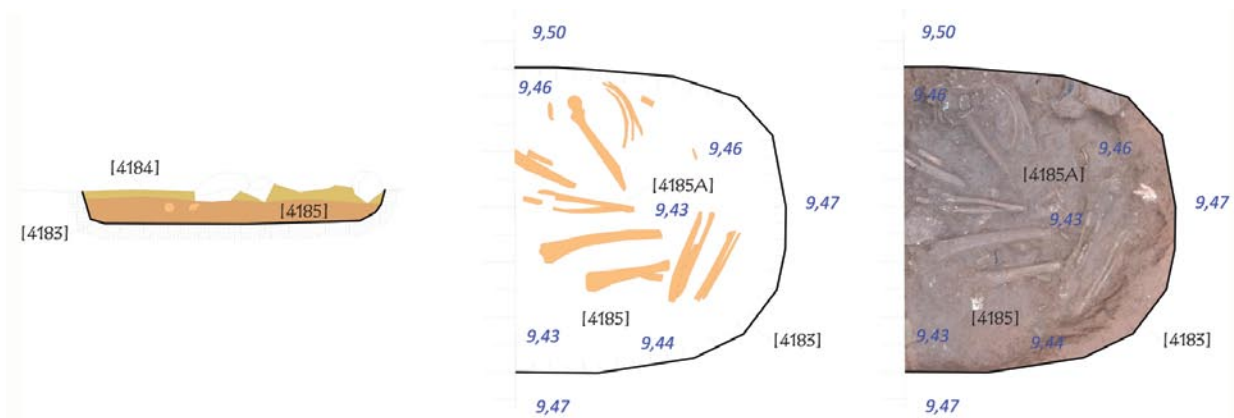


Fig. 4 - Integração gráfica dos restos humanos identificados no interior da fossa e sequência estratigráfica nela observada. Neoépica, Lda.

O rebaixamento dos solos que integravam a plataforma desde a época romana, pode explicar a ausência de quaisquer outras evidências de presença humana daquela época no espaço em questão, assumindo, por conseguinte, esta ocorrência, importância ímpar para o conhecimento das práticas funerárias do Neolítico Antigo do Ocidente Peninsular.

3 - O ENTERRAMENTO

O fundo da fossa, aparentemente aplanado, era ocupado pela inumação de um indivíduo em conexão anatómica, em decúbito lateral direito, com os membros flectidos e orientação NO-SE (Fig. 4). A cabeça estaria voltada para Noroeste. No geral, o conjunto apresenta-se em bom estado de conservação, embora fragmentado e com a ausência, como acima se referiu, sobretudo do crânio, devido à construção dos alicerces do palácio em época moderna, que seccionou a parte oeste da fossa.

Trata-se de um indivíduo cuja idade à morte deveria ser de mais de 17 anos (cabeça das costelas fundidas (RÍOS & CARDOSO, 2009), com desgaste dentário quase inexistente ao nível do segundo molar inferior, que começa a erupcionar aos 12 e termina aos 15 anos (UBELAKER, 1978).

Não foi possível determinar o sexo e não se observaram alterações osteológicas. Na dentição, conservada em fragmento mandibular conservado, observa-se a ausência de erupção do segundo pré-molar, com retenção do segundo molar decidual, o qual apresenta um desgaste acentuado que levou a perda quase total da coroa. Na restante dentição o desgaste é muito ligeiro ou quase inexistente como no caso dos segundos molares superiores e inferiores.

Não se observaram cáries dentárias e o cálculo dentário está presente na maior parte da dentição sob forma de linha, sendo também observáveis hipoplasias lineares do esmalte dentário, principalmente no canino inferior esquerdo.

Não apresenta alterações de forma ou de cor dos segmentos ósseos, embora a quase totalidade destes se apresente em conexão anatómica.

4 - O ESPÓLIO

4.1 - O recipiente cerâmico

O recipiente encontra-se incompleto e fragmentado, em resultado do esmagamento sofrido *in situ*, de que resultou a sua fracturação *in situ*, acompanhada da remoção da sua parte superior, aquando do rebaixamento



Fig. 5 – Pormenor de porção do vaso recuperado, fracturado *in situ*, integralmente decorado pela técnica “boquique”, evidenciando-se o mau estado de conservação da superfície e do próprio suporte, que se apresenta muito frável. Foto Neoépica, Lda.

da fossa onde o mesmo jazia, conforme acima se referiu. Jazia encostado à parede norte da fossa, atingindo o fundo desta correspondendo assim a uma deposição primária, acompanhante da do próprio indivíduo ali sepultado.

O recipiente possui forma comum em exemplares do Neolítico Antigo: o colo é estreito, a que se sucede um bojo largo, de formato parabolóide que termina em fundo convexo, encontrando-se munido de duas asas com perfuração horizontal para suspensão, na parte mais alargada do colo.

Apesar de as superfícies do recipiente se encontrarem muito alteradas e frágeis, o que obrigou a um cuidado trabalho de restauro, que respeitou a posição relativa dos fragmentos recolhidos, foi possível identificar a técnica decorativa utilizada, a do “puncionamento arrastado”, também designada por “boquique”, ou “punta y raia” (Fig. 5), a qual se afigura exclusiva.

Abaixo do bordo, do qual não se conservou nenhum fragmento, observam-se nitidamente pelo menos três linhas horizontais. Após um espaço desprovido de decoração, o bojo é ocupado por três linhas de grinaldas paralelas, dispostas horizontalmente com a convexidade para baixo, formando uma banda contínua, desenvolvendo-se inferiormente, depois de espaçamento em branco, três linhas horizontais contínuas, de onde pendem séries de métopas verticais, espaçadas entre si, formadas por várias linhas paralelas (Fig. 6 e Fig. 7).

A presença da técnica “boquique” em produções do Neolítico Antigo é frequente no ocidente peninsular, tanto nas estações do Maciço Calcário Estremenho (CARVALHO, 2009) como na região da Baixa Estremadura e Baixo vale do Tejo, na qual o exemplar agora estudado se insere. Assim, foi registada em estações pertencentes a fase recuadas do Neolítico Antigo, como é o caso da gruta do Correio-Mor, Loures, onde duas datações, uma sobre ossos humanos, outra sobre carvões, deram resultados coerentes situando a respectiva ocupação funerária em termos gerais no terceiro quartel do 6.º milénio a.C, entre cerca de 5480 e 5200 cal BC (CARDOSO, 2010). Infelizmente, não foi possível identificar a disposição anatómica dos restos humanos datados, nem garantir a efectiva associação dos escassos fragmentos cerâmicos com decoração “boquique” às referidas datações. Importa referir esta situação, visto que datações mais recentes, ainda inéditas obtidas

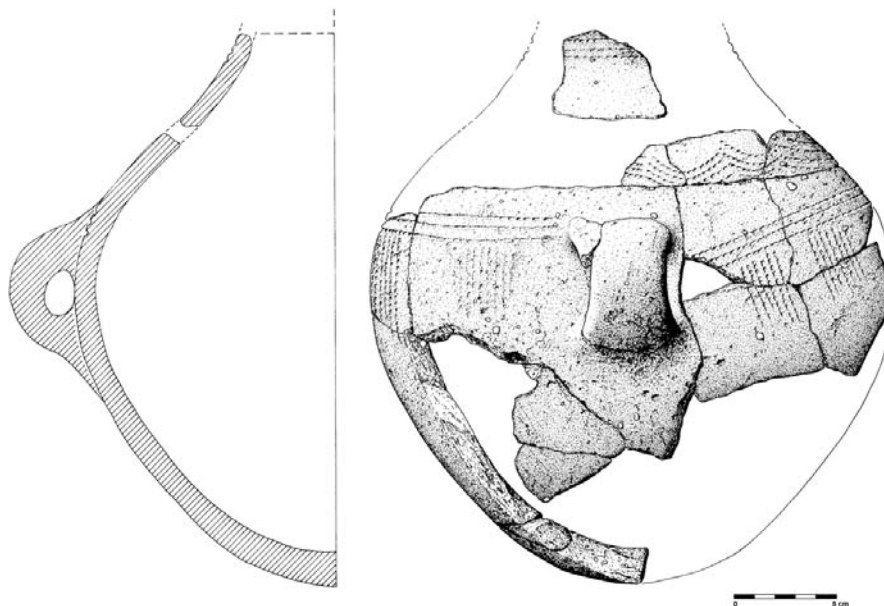


Fig. 6 – O vaso recuperado. Desenho de F. Martins.



Fig. 7 – Reconstituição tridimensional do vaso, com base no desenho dele efectuado. Foto G. Cardoso.

por um de nós, forneceram datas mais modernas para a utilização funerária da gruta, uma delas compatível com o Neolítico Médio (WK-42693 – 4787 ± 20 BP), correspondente a intervalo para 2σ , de 3640-3520 cal BC.

Outro sítio das proximidades que forneceu produções cerâmicas decoradas com a técnica “boquique”, foi a Pedreira das Salemas, onde se obteve datação de ossos humanos (ICEN-351 – 6020 ± 120 BP), resultantes de enterramentos realizados nas fendas dos calcários carsificados aflorantes, a que corresponde o intervalo

aproximado de 5300-600 cal BC (CARDOSO *et al.*, 1996). Uma recente datação, até ao presente inédita, obtida para um fragmento mandibular ali recolhido, deu o seguinte resultado (datação obtida por iniciativa do primeiro autor): Wk 45141 – 494421 BP, resultado a que corresponde o intervalo, para 2σ , de 3770-3650 cal BC.

Verifica-se assim que, tal como a gruta do Correio Mor, o local conheceu uma utilização funerária de ampla diacronia, inscrevendo-se os materiais neolíticos publicados, pela tipologia, no intervalo cronológico mais antigo.

Já no casco urbano antigo da cidade de Lisboa, a estação da Encosta de Sant'Ana forneceu um importante conjunto de cerâmicas decoradas com a técnica boquique. Avultam dois vasos decorados, um deles globular, munido de asas em fita que partem do bordo do recipiente, muito idêntico ao exemplar agora estudado, decorado por uma banda de cinco linhas horizontais paralelas abaixo do bordo (CARDOSO & COSTA, 2006, Fig. 3). A cronologia desta ocupação foi já discutida em trabalho anterior do primeiro autor, considerando-se que a única datação fiável corresponde à obtida sobre conchas de *Mytilus* sp. provenientes de uma fossa, cujo resultado obtido, depois de corrigido para o efeito oceânico e de calibrada, foi de 607060 BP, o qual indica época de transição do 5.º para o 4.º milénio a.C (CARDOSO, 2010), sendo deste modo compatível com a tipologia dos espólios cerâmicos recuperados.

A sul do Tejo, na estação do Casal da Cerca, Palmela, de que se conhece datação (β 235886-6160 – 50 BP), que permitiu situar a respectiva ocupação para 2σ entre 5226-4957 cal BC, recolheram-se 3 exemplares decorados com a técnica “boquique” (SOARES & SILVA, 2014, Quadro 24), dos quais um poderia corresponder a grinalda (*op. cit.*, Fig. 27, n.º 2).

A presença de grinaldas executadas pela técnica “boquique” observa-se também na gruta natural da Casa da Moura, situada já na Média Estremadura, onde tais exemplares (CARDOSO, 2015, Fig. 19) podem ser associados a datação de ossos humanos (TO-953), cujo intervalo obtido a 2σ , foi de 5020-4720 cal BC (ZILHÃO, 2000; CARVALHO & CARDOSO, 2010-2011). No entanto, tal como já se verificava em duas estações acima referidas, existem do mesmo sítio arqueológico outras datas, igualmente obtidas sobre restos humanos mais tardias, reportáveis ao Neolítico Médio e até a épocas ulteriores, compatíveis com espólios recolhidos na cavidade (CARVALHO & CARDOSO, 2010-2011).

Mais para Norte, avultam dois exemplares, sem dúvida os de maior interesse comparativo para o exemplar que agora se dá a conhecer. Trata-se do vaso globular, ainda que aparentemente desprovido de asas, igualmente decorado com grinaldas produzidas pela técnica “boquique”, que se desenvolvem abaixo de uma banda de cinco linhas horizontais sob o bordo, oriundo da conheira de Penhascoso, Mação (PEREIRA, 1974, Est. XVI, n.º 36), onde se recolheram materiais de diversas épocas, relacionados com exploração aurífera de curso de água da bacia hidrográfica do Tejo.

Aquela ocorrência, já de si muito próxima da decoração exibida pelo vaso em estudo, é por seu turno geograficamente vizinha da que revela maiores afinidades com o vaso de Lisboa: trata-se de exemplar esférico recolhido em tumulação da Camada D da Gruta do Cadaval, Tomar (OOSTERBEECK, 1985, p. 159). O padrão decorativo deste vaso é muito idêntico ao da Conheira do Penhascoso e ao agora estudado, ostentando grinaldas executadas pela técnica “boquique” pendentes de uma banda reticulada abaixo do bordo, que se apresenta denteado. De referir que o desenho apresentado do mesmo na referida publicação não é claro quanto à técnica utilizada na sua decoração, a qual foi confirmada ao primeiro signatário por L. Oosterbeeck (informação pessoal, 23.06.2017). De acordo com a informação verbal então prestada, o exemplar foi reutilizado já incompleto, associado ao referido enterramento, o qual foi integrado no Neolítico Médio (TOMÉ & OOSTERBEECK, 2011). Duas datações sobre restos humanos foram comunicadas ao primeiro signatário por L. Oosterbeeck, da Camada D, correspondentes a duas tumulações: ICEN-804 (5390 – 50 BP) e ICEN-464 (5160 – 50 BP) as quais, para um intervalo de confiança de 2σ , correspondem respectivamente aos seguintes intervalos: 4341-4057 cal BC e

4146-3798 cal BC, as quais fazem corresponder aquele nível funerário à transição do Neolítico Antigo para o Neolítico Médio, de acordo com recente proposta (CARDOSO, 2015).

Na margem esquerda do Baixo Tejo, a técnica “boquique” foi identificada com profusão na estação dos Cortiços, Almeirim (CARDOSO, CARVALHO & GIBAJA BAO, 2013), embora, infelizmente, não tenha sido possível a obtenção de elementos sobre a cronologia absoluta da ocupação; um pouco mais a jusante, a estação das Casas Novas, Coruche, forneceu elementos decorados com a mesma técnica, mas a datação, obtida sobre amostra de carvão de espécie indeterminada (Beta 310057) afigura-se demasiadamente antiga para representar a data da referida ocupação, como aliás é admitido pelos autores, correspondendo ao intervalo de 5660-5540 cal BC a 2σ (GONÇALVES & SOUSA, 2015).

Mais para o interior do território, na estação do Neolítico Antigo da Valada do Mato, Évora, recuperaram-se produções cerâmicas com a mesma técnica decorativa; obteve-se datação sobre carvão de espécie indeterminada (Beta 153914), correspondente ao intervalo a 2σ de 5040-4790 cal BC, compatível com o Neolítico Antigo Evolucionado do nosso território (DINIZ, 2011).

Cronologia mais recente corresponde à ocorrência do mesmo tipo de produções no Abrigo da Pena d'Água (Torres Novas), com base na datação de carvões recolhidos numa lareira da Camada Eb-topo (CARVALHO, 2009, Quadro 18, e A. F. Carvalho, informação pessoal a J.L.C., 24.06.2017).

Face ao exposto, pode concluir-se que a técnica “boquique”, embora se conheça em contextos estremenhos do Neolítico Médio, ocorre principalmente em contextos atribuídos, pela cronologia absoluta, ao Neolítico Antigo Evolucionado, cronologicamente situáveis entre os finais do 6.º milénio e o primeiro quartel do 5.º milénio a.C, correspondendo assim a uma fase de plena diversificação das técnicas e dos padrões decorativos exibidos pelas respectivas produções cerâmicas, embora possa estar completamente ausente em diversas estações da mesma época, onde se identificaram ricos conjuntos de cerâmicas decoradas, como é o caso da gruta da Furninha, Peniche (CARDOSO & CARVALHO, 2010-2011) ou a estação do Carrascal, Oeiras (CARDOSO, 2015), por razões que dificilmente se podem reportar a aspectos de cronologia absoluta.

Por outro lado, os motivos de grinaldas presentes no vaso em estudo, foram obtidos, no Neolítico Antigo, por outras técnicas que não a do “boquique”, sugerindo a dependência da técnica ao motivo que se pretendia obter; por outras palavras, a técnica era apenas um meio, a finalidade era a obtenção do efeito decorativo pelo meio mais simples ou eficaz, sendo presente o objectivo a atingir. Exemplo desta realidade é o vaso do Monte da Vinha (Santiago do Cacém), decorado por grinaldas unindo as três asas em fita existentes no bojo do recipiente, obtidas pela impressão (mas não arrastada, uma vez que não produziu sulco contínuo) de um punção aplicado mais ou menos perpendicularmente à superfície ainda mole a decorar (GAMNA, 2005; CARVALHO, 2011; GONÇALVES & SOUSA, 2017). Noutros casos, é a técnica “boquique” que convive com outras técnicas decorativas no mesmo exemplar, como é patente no vaso de Casével (CARVALHO, 2011), sublinhando, uma vez mais, o primado da decoração pretendida sobre a técnica, escolhendo-se, em cada caso, aquela que se afigurava mais eficaz face ao fim pretendido.

4.2 – Indústrias líticas

No escasso enchimento que subsistia da fossa, imediatamente acima da deposição do corpo no fundo da mesma, recolheram-se diversos artefactos líticos, todos de sílex cinzento-esbranquiçado, de origem próxima, já que tal matéria-prima poderia ser facilmente obtida nos calcários cretácicos do Cenomaniano Superior que afloravam mais a jusante, marginando a orla ribeirinha da margem direita do Tejo, entre a antiga praia de Santos e Alcântara, até à confluência com a antiga ribeira do mesmo nome. Exceptuam-se duas esquirolas

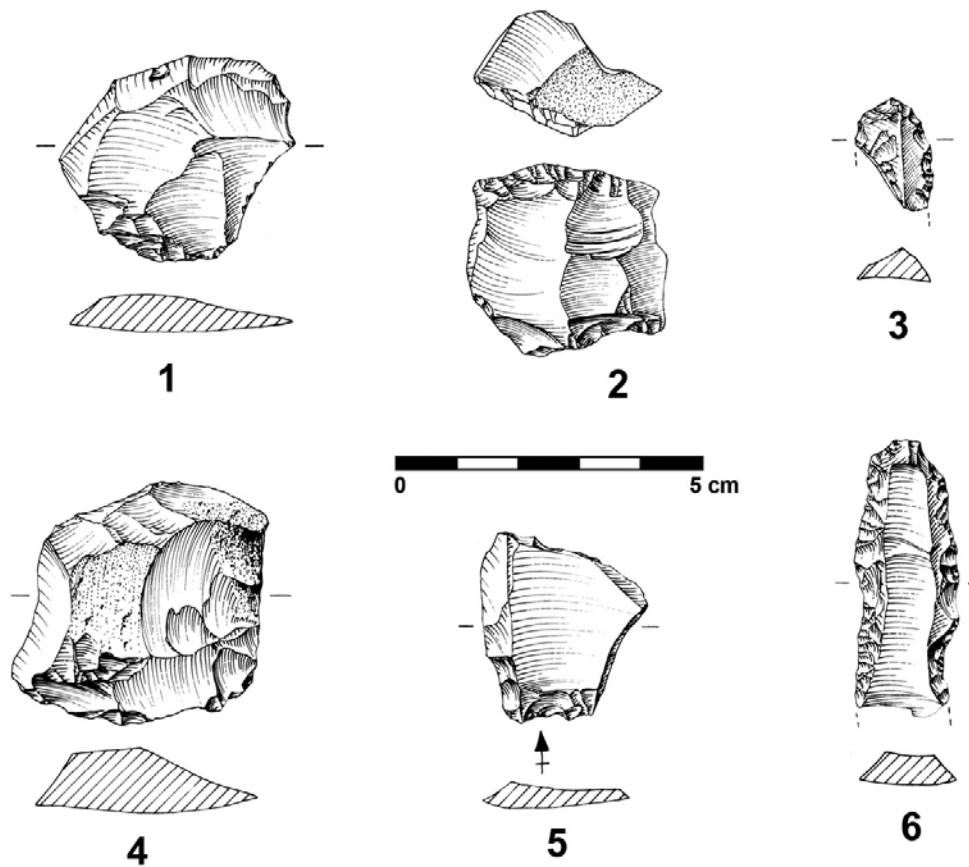


Fig. 8 – Espólios de sílex recolhidos no depósito residual do enchimento da fossa, acima da inumação. Desenhos de F. Martins.

de seixos de quartzito, um deles avermelhado, indício de ter sofrido ações térmicas, talvez em resultado de utilização em empedrado-calorífero.

Das 17 esquirolas, lascas e restos de talhe de sílex, representam-se apenas 2 lascas (Fig. 8 n.ºs 1 e 5). Identificaram-se também um núcleo de lascas, cujo brilho mate sugere lascamento térmico (Fig. 8, n.º 2), um fragmento de núcleo (Fig. 8, n.º 4), e apenas dois instrumentos: uma lâmina com lascamento térmico, retocada nos bordos laterais (Fig. 8, n.º 6) e uma ponta retocada incompleta (Fig. 8, n.º 3). Trata-se de conjunto demasiado pobre, mas que se afigura compatível com a época do enterramento.

A larga predominância de esquirolas e lascas de talhe, é indicador claro de uma ocupação de carácter habitacional situada na adjacência do local onde se procedia ao talhe do sílex a partir de massas facilmente obtidas no trecho litoral a jusante acima indicado.

4.3 – Restos faunísticos

Conjuntamente com os materiais líticos acima mencionados, recolheu-se um pequeno mas muito heterogéneo e diversificado conjunto faunístico, assim constituído (Fig. 9):

Bos taurus (boi doméstico)

– Uma esquirola, correspondente a fragmento da tábua frontal proximal de metápodo, roída nas duas extremidades (Fig. 9, n.º 6);



Fig. 9 – Conjunto faunístico recolhido no depósito residual do enchimento da fossa, acima da inumação. Foto de J. L. Cardoso..

- Uma porção distal de metápodo, conservando uma das trócleas (Fig. 9, n.º 8);
- Uma primeira falange completa (Fig. 9, n.º 5);
- Uma primeira falange incompleta, conservando parte da articulação distal;
- Uma primeira falange incompleta, de indivíduo distinto da anterior, conservando parte da articulação proximal.

Ovis aries/Capra hircus (ovelha doméstica/cabra doméstica)

- Um incisivo central;
- Um M/1-M/2 esquerdo com escasso desgaste (Fig. 9, n.º 3);
- Uma porção de omoplata conservando a articulação com o húmero (Fig. 9, n.º 2);
- Uma esquirola de metatársico, conservando parte da superfície articular proximal (Fig. 9, n.º 4);

Sus domesticus (porco doméstico)

- Um fragmento de omoplata de indivíduo de pequeno tamanho, talvez juvenil (Fig. 9, n.º 1) .

Restos inclassificáveis

- Onze esquirolas evidenciando na maior parte dos casos fracturas intencionais (Fig. 9, n.º 7).

O conjunto faunístico recolhido, onde avulta a total ausência de restos malacológicos, ao contrário do que seria de esperar dada a implantação do local, bem como a economia de sítios com implantação homóloga e da

mesma época, evidencia a existência de uma sociedade economicamente estável, baseando a sua alimentação mamalógica exclusivamente em espécies domésticas, que indicam assinalável estágio de sedentarização. Apenas uma esquirola de osso longo de ovelha ou cabra apresenta escurecimento pelo fogo, sugerindo a prática de churrascos, a menos que se trate de um resto atirado para o lume, por forma a abastecer a combustão.

Por outro lado, do conjunto não se evidencia qualquer cunho ritual, dado integrar restos que nalguns casos se apresentam roídos, como é o caso de uma esquirola de metápodo de boi, indício de consumo secundário em ambiente doméstico, provavelmente por cães (Fig. 9, n.º 6); outros restos apresentam-se muito fracturados, reduzidos a pequenas esquirolas, muito distintas das oferendas de carne de carácter votivo, como segmentos anatómicos bem conservados, que no caso não estão presentes. Pelo contrário, os três restos de primeiras falanges de boi doméstico identificados correspondem a segmentos anatómicos de escasso interesse alimentar, não fazendo sentido a sua presença, na hipótese de constituírem uma oferenda, até por corresponderem a elementos isolados, desprovidos de conexão anatómica. O mesmo se poderá dizer da assinalável heterogeneidade de espécies presentes, embora sempre representadas por escasso número de exemplares.

A realidade observada afigura-se, pois, totalmente contrária à que seria de esperar encontrar numa oferenda ritual de carne, que corresponderia a assinalável presença de restos atribuíveis a número muito reduzido de espécies, ou mesmo a uma única espécie, e sobretudo representados por segmentos bem conservados e até em conexão.

Para o conhecimento da dieta alimentar da população representada pelo indivíduo em apreço, importa ter também presente os valores de $\delta^{15}\text{N}$ e de $\delta^{13}\text{C}$ indicados pelo laboratório para esta amostra. Tais valores são, respectivamente, de 13,60 e de -15,19, a que correspondem uma alimentação maioritariamente marinha.

Aquele resultado é compatível com a implantação do sítio, mas contradiz o registo faunístico encontrado, dada a total ausência de fauna malacológica.

Assim sendo, a conclusão que se afigura mais provável será a de fazer corresponder o conjunto estudado lítico e faunístico proveniente do enchimento da fossa acima da tumulação nela efectuada, essencialmente a um depósito de sedimentos recolhidos na área habitada adjacente – não identificada no decurso da escavação realizada – à semelhança da prática identificada em Castelo Belinho. Essa hipótese explicaria a presença de restos de fauna doméstica, a par de resíduos de talhe, acabando deste modo por conferir eventualmente ao depósito um cunho ritual, ainda que este não se encontre conotado a oferenda cárnica.

5 - DATAÇÃO ABSOLUTA

Amostra de osso longo foi submetida pelo primeiro signatário a datação pelo radiocarbono por AMS tendo-se obtido o seguinte resultado:

Wk-45573 – 6315 ± 24 BP.

Este resultado, depois de calibrado forneceu o seguinte intervalo, para 2σ : 5200 – 4890 cal BC (Fig. 10).

Trata-se, pois, de sepultura em fossa do Neolítico Antigo Evolucionado, conforme já indicava o estudo tipológico do vaso, apresentado no estudo preliminar publicado em 2017.

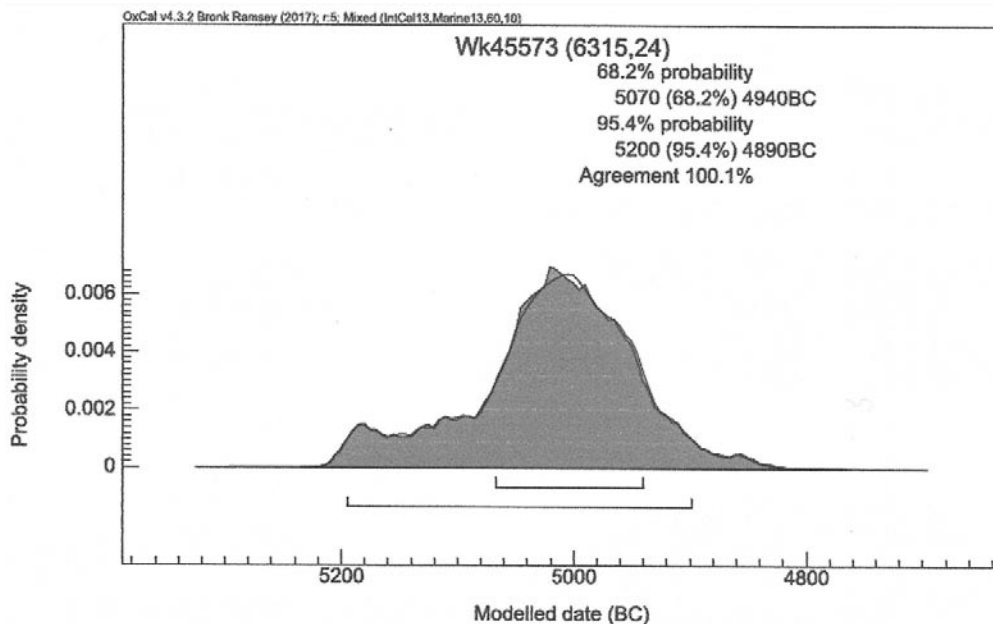


Fig. 10 – Resultados da datação de radiocarbono obtida no laboratório da Universidade de Waikato (Nova Zelândia).

6 - DISCUSSÃO

A tipologia da sepultura em apreço possui diversos paralelos no sudoeste peninsular, área com a qual importa estabelecer comparações. Entre todos, avulta a estação de El Retamar, no litoral de Cádiz, perto de Puerto de Santa María. Ali, foi identificado um povoado aberto, numa lomba do terreno e a 800 m do mar. No espaço habitado, pontuado por numerosas estruturas relacionadas com diversas actividades domésticas, foram reconhecidas duas sepulturas correspondendo à deposição de corpos em covachos pouco fundos abertos no terreno (RAMOS MUÑOZ & LAZARICH GONZÁLEZ, 2002). A primeira sepultura era representada pelos restos muito incompletos de um indivíduo; a segunda integrava restos de dois indivíduos, o mais antigo muito completo, com excepção do crânio, deslocado aquando da deposição do indivíduo mais recente, apenas representado pela mandíbula (BUENO SÁNCHEZ, 2002). A conexão anatómica evidenciada pelos ossos do indivíduo mais completo indica uma deposição em decúbito dorsal, com as pernas flectidas e pelo menos um dos braços (o direito) colocado ao longo do corpo, com base na fotografia apresentada. Uma datação obtida sobre conchas, conforme se depreende da respectiva descrição apresentada (STIPP & TIMERS, 2002), recolhidas numa lareira, deu o resultado de 6780 ± 80 BP. Este resultado, foi calibrado após subtracção de 380 ± 30 anos para correcção do efeito de reservatório oceânico, obtendo-se o resultado a 2σ , de 5470-5143 cal BC (ZILHÃO, 2001, Table 1). Estranha-se que não tenha ocorrido aos arqueólogos responsáveis obter uma datação directa de um fragmento de osso humano, evitando toda a incerteza resultante de uma datação como a realizada em estação tão relevante.

Seja como for, é certo que se trata de duas tumulações do Neolítico Antigo e, conseqüentemente, coevas da sepultura em apreço.

Na estação do Campo de Hockey, na antiga ilha de San Fernando, na baía de Cádiz, reconheceu-se, igualmente em espaço doméstico, a existência de diversos tipos de estruturas negativas de carácter sepulcral, as quais continham enterramentos simples, havendo apenas um caso de um enterramento duplo e simultâneo, na qual os corpos se encontram em decúbito lateral, com pernas flectidas e abraçados (VIJANDE VILLA,

2009). Os restantes indivíduos possuem em geral os membros flectidos em posição de decúbito dorsal, como acontece com a sepultura em estudo. Uma datação obtida em osso de um dos enterramentos (enterramento 10) forneceu o intervalo, para 2σ , de 3948-3708 cal BC, indicando o primeiro quartel do 4.º milénio a.C

No território português, avulta o sítio de Castelo Belinho (Silves), com evidentes semelhanças com o sítio gaditano. Com efeito, trata-se igualmente de um povoado no interior do qual se realizaram 30 tumulações individuais, em cavidades escavadas no solo, de diversas tipologias, por vezes reaproveitando silos (GOMES, 2012). As sepulturas integram o espaço habitado, podendo admitir-se que se concentrariam num terreiro delimitado pelas casas, podendo algumas delas ter sido construídas por baixo das próprias habitações, embora não necessariamente no decurso da sua utilização. Apenas uma das sepulturas continha restos de duas tumulações. As posições dos inumados, quando determináveis, indicam deposições em decúbito lateral, com os membros flectidos, exceptuando-se um caso, em decúbito dorsal e com as pernas flectidas para trás.

No interior alto alentejano, a escavação do sítio de Atafonas (Torre de Coelheiros, Évora) forneceu outro paralelo interessante: trata-se, igualmente, de um sítio habitacional, associado a uma necrópole constituída por diversas sepulturas em fossa, das quais apenas uma se não apresentava estruturada (ALBERGARIA, 2007). Esta continha restos de 4 indivíduos, tendo-se recolhido diverso espólio arqueológico tanto no nível das deposições como no nível superior; a cronologia, pela tipologia dos materiais encontrados foi situada entre a 2.ª metade do 5.º milénio e a 1.ª metade do 4.º milénio a.C sendo, desta forma, tal como as estações de Campo de Hockey e Castelo Belinho, um pouco mais recentes que a ocorrência em estudo, situando-se no Neolítico Médio.

7 – CONCLUSÕES

1 – estudou-se uma sepultura em fossa, no fundo da qual foi depositado indivíduo em decúbito lateral com pernas e braços flectidos e coberto por terras com escassos espólios líticos e restos faunísticos. Esta posição é a dominante na generalidade das necrópoles congéneres que foram compulsadas no sudoeste peninsular, e revela claramente cunho ritual, relacionado com a própria forma do receptáculo, conotado ao óvulo primordial. No geral, o conjunto apresenta-se em bom estado de conservação, embora fragmentado e com a ausência do crânio devido ao seccionamento da fossa, do lado ocidental, pelo construção dos alicerces do palácio em época moderna.

2 – A cronologia do enterramento situa-se na transição do 6.º milénio para o 5.º milénio a.C, integrando-se assim no Neolítico Antigo Evolucionado, conforme o resultado de análise de radiocarbono obtida sobre fragmento de osso longo, sendo compatível com a tipologia do vaso cerâmico acompanhante. Trata-se de um dos mais antigos enterramentos no seu género conhecidos no sudoeste peninsular: apenas as 2 tumulações de El Retamar (Cádiz) lhe são cronologicamente comparáveis, e até um pouco mais antigas, embora neste caso a data não tenha sido obtida sobre um resto ósseo do referido indivíduo, como seria de todo conveniente. À transição do Neolítico Antigo Evolucionado para o Neolítico Médio, ou já ao Neolítico Médio, pertencem as necrópoles de Campo de Hockey (Cádiz), e, no território português, as de Castelo Belinho e Atafonas.

3 – Característica comum a todas as necrópoles compulsadas é o de se situarem em áreas residenciais, confundindo-se assim ambos os espaços. É excepção, aparentemente, a sepultura de Lisboa. Mas tal pode ficar a dever-se, simplesmente, aos rebaixamentos dos solos que integravam a plataforma onde se abriu a fossa desde a época romana, que terão removido outros registos reportáveis ao mesmo período, incluindo, muito provavelmente, outras sepulturas existentes nas áreas adjacentes. Prova de que nas imediações

teria existido uma ocupação de tipo residencial é o conjunto lítico recuperado, o qual, apesar de escasso, é largamente dominado por esquirolas e lascas de talhe, indicio da existência de uma oficina nas proximidades. A tal evidência acresce o conjunto faunístico exumado. Com efeito, as suas características são compatíveis com restos de consumo doméstico, e não com oferta ritual de carne que tivesse sido depositada no interior da fossa. Sendo assim, é lícito admitir que tais restos pudessem ter sido embalados em terras oriundas do povoado próximo, depositadas no interior da fossa, num nível superior ao da tumulação. Tenha-se, no entanto, em consideração a total ausência de restos malacológicos, em clara contradição com o regime alimentar desta população, com base nos resultados da análise isotópica efectuada aos ossos humanos.

AGRADECIMENTOS

A Raquel Granja pelas informações gentilmente fornecidas sobre a antropologia do enterramento. A Luiz Oosterbeek e a António Faustino de Carvalho as informações relativas à tipologia do vaso, transmitidas ao primeiro signatário.

REFERÊNCIAS

- ALBERGARIA, J. (2007) – O sítio neolítico das Atafonas (Torre de Coelheiros, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 5-35.
- BUENO SÁNCHEZ, O. (2002) – Estudio antropológico de los enterramientos aparecidos en “El Retamar”. In RAMOS MUÑOZ, J. & LAZARICH GONZÁLEZ, M. (ed.) – *Memoria de la excavación arqueológica en el asentamiento del VI º milenio a.n.e. de “El Retamar” (Puerto Real, Cádiz)*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, p. 115-119.
- CARDOSO, J. L. (2010) – O Neolítico antigo da Baixa Estremadura: as investigações dos últimos cinco anos. In GIBAJA, J. F. & CARVALHO, A. F. (ed.) – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos*. Loulé: Universidade do Algarve, p. 23-48 (Promontoria Monográfica 15).
- CARDOSO, J. L. (2015 a) – A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2011)*. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 159-168.
- CARDOSO, J. L. (2015 b) – Na Estremadura do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: contributos de um percurso pessoal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 93-138.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A. F. (2010-2011) – A gruta da Furninha (Peniche): estudo dos espólios das necrópoles neolíticas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 333-392.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. & FERREIRA, O. V. (1996) – Novos elementos para o estudo do Neolítico Antigo da região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 9-26.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A. F. & GIBAJA BAO, J. (2013) – O sítio do neolítico Antigo de Cortiçoís – Almeirim, Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 27-61.
- CARVALHO, A. F. (2009) – *A neolitização do Portugal Meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica 12).
- CARVALHO, A. F. (2011) – Produção cerâmica no início do Neolítico de Portugal. *Saguntum Extra-12*. (BERNABEU AUBÁN, J.; ROJO GUERRA, M. & MOLINA BALAGUER, L. (ed.) – *Las primeras producciones cerámicas: el VI Milenio cal AC en la Península Ibérica*. Valencia, p. 237-250.

- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2010-2011) – A cronologia absoluta das ocupações funerárias da gruta da Casa da Moura (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 393-406.
- DINIZ, M. (2011) – O povoado da Valada do Mato (Évora, Portugal). *Saguntum*. Valencia. 12 (extra), p. 255-258.
- GAMNA (2005) – O MNA recebe acervos notáveis: vaso do Monte da Vinha; espólio da gruta do Correio-Mor. *Boletim Informativo*. Lisboa. 5, p. 1.
- GOMES, M. V. (2010) – Castelo Belinho (Algarve): a ritualização funerária em meados do V milénio a.C. In (GIBAJA, J. F. & CARVALHO, A. F. (ed.) – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos* Loulé: Universidade do Algarve, p. 69-79. (Promontoria Monográfica 15).
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2015) – O sítio do Neolítico Antigo de Casas Novas (Coruche). Leituras preliminares. *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010)*. Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 236-255.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2017) – Serra e mar. As antigas sociedades camponesas em Loulé (Algarve). *Loulé territórios, memórias, identidades*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, Museu Municipal de Loulé, Imprensa Nacional, p. 60-146.
- MURALHA, J. & COSTA, C. (2006) – A ocupação neolítica da encosta de Sant’Ana (Martim Moniz, Lisboa). *IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 2004)*. Actas. Faro: Universidade do Algarve, 4, p. 157-169.
- REBELO, P.; NETO, N.; RIBEIRO, R. A.; GRANJA, R. & CARDOSO, J. L. (2017) – Primeira notícia sobre uma sepultura neolítica em fossa identificada nos antigos Armazéns Sommer, em Lisboa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 21, p. 158-160.
- OOSTERBEEK, L. (1985) – A fácies megalítica da gruta do Cadaval (Tomar). *I Reunião do Quaternário Ibérico (Lisboa, 1985)*. Actas. Lisboa: Grupo de Trabalho Português para o Estudo do Quaternário, 2, p. 147-159.
- PEREIRA, M. A. H. (1974) – A conheira calcolítica do Penhascoso. *Arqueologia e História*. Lisboa. 2, p. 17-64.
- RAMOS MUÑOZ, J. & LAZARICH GONZÁLEZ, M. (2002) – *Memoria de la excavación arqueológica en el asentamiento del VI º milenio a.n.e. de “El Retamar” (Puerto Real, Cádiz)*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.
- RAMOS MUÑOZ, J. et al. (2002) – Excavación y estratigrafía. In RAMOS MUÑOZ, J. & LAZARICH GONZÁLEZ, M. (ed.) – *Memoria de la excavación arqueológica en el asentamiento del VI º milenio a.n.e. de “El Retama” (Puerto Real, Cádiz)*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, p. 23-50.
- RIBEIRO, R.; NETO, N.; REBELO, P. & ROCHA, M. (2014) – Dados Preliminares de uma Intervenção Arqueológica nos Antigos Armazéns Sommer (2014-2015). Três Mil Anos de História da Cidade de Lisboa. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa, p. 222-245.
- RÍOS, L. & CARDOSO, H. F. V. (2009) – Age estimation from stages of union of the vertebral epiphysis of the ribs. *American Journal of Physical Anthropology*. 140, p. 265-274.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2014) – O habitat do Neolítico Antigo do Casal da Cerca (Palmela). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 61-104.
- STIPP, J. J. & TIMERS, M. A. (2002) – Datación radiométrica. In RAMOS MUÑOZ, J. & LAZARICH GONZÁLEZ, M. (ed.) – *Memoria de la excavación arqueológica en el asentamiento del VI º milenio a.n.e. de “El Retamar” (Puerto Real, Cádiz)*. Junta de Andalucía, Consejería de Cultura, p. 83.
- TOMÉ, T.; & OOSTERBEEK, L. (2011) – One region, two systems? A paleobiological reading of cultural continuity over the agro-pastoralist transition in the North Ribatejo. In BUENO-RAMIREZ, P.; CERRILLO CUENCA, E.; GONZALEZ CORDERO, A. (ed.) – *From the origins: the Prehistory of the inner Tagus region*. BAR International Series. Oxford. 2219, p. 43-54.

- VIJANDE VILLA, E. (2009) – El poblado de Campo de Hóchez (San Fernando, Cádiz): resultados preliminares y líneas de investigación futuras para el conocimiento de las formaciones sociales tribales en la bahía de Cádiz (tránsito V-IV milenios A.N.E.). *RAMPAS, Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*. Cádiz. 11, p. 265-284.
- UBELAKER, D. H. (1978) – *Human skeletal remains: excavation, analysis and interpretation*. Washington: Smithsonian Institution Press.
- ZILHÃO, J. (2000) – From the Mesolithic to the Neolithic in the Iberian Peninsula. In PRICE, T. D. (ed.), *Europe's first farmers*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 144-182.
- ZILHÃO, J. (2001) – Radiocarbon evidence for maritime pioneer colonization at the origins of farming in west Mediterranean Europe. *PNAS*. 98 (24), p. 14180-14185

DE CARTAILHAC A GUILAINE. A DEFINIÇÃO DE UMA FASE “ANTIGA” NO NEOLÍTICO DE PORTUGAL

FROM CARTAILHAC TO GUILAINE. THE DEFINITION OF AN “EARLY” PHASE IN THE NEOLITHIC OF PORTUGAL

António Faustino Carvalho*

Abstract

Between Cartailhac’s synthesis on the prehistoric ages of Spain and Portugal (1886) and Guilaine’s thesis on the shepherds and farmers of the Western Mediterranean (1976), the Neolithic studies in Portugal went through major changes during which the existence of an “early” phase within the period was seldom realized. Limitations of stratigraphic resolution and formal conceptualization – and research bias more often centered on the study of shell-middens and megaliths – have long prevented its definition as an autonomous unit of analysis. Between these temporal and conceptual extremes, however, there have been several studies and attempts of synthesis that deserve to be reviewed. The present contribution brings together some of the works and authors that most significantly dealt with the beginnings of the Neolithic in Portugal until the 1970’s – successively, É. Cartailhac, J. Leite de Vasconcellos, M. Vieira da Natividade, A. Santos Rocha, A. Mendes Corrêa, P. Bosch Gimpera, M. Heleno, H. N. Savory, V. Leisner and J. Guilaine. A periodization of the research itself is also tentatively put forward to give some intelligibility to a history of Archaeology which perhaps has been more characterized by omission.

Keywords: archaeological thought, early Neolithic, Historiography, Portugal.

1 – INTRODUÇÃO

No *avant-propos* do seu livro de 1886, *Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*, Émile Cartailhac afirma-se capaz de poder preencher as “*nombreuses lacunes*” que, segundo o próprio, persistirão no estudo da “[...] *marche de la civilisation primitive en Portugal et en Espagne*”. Para isso, predispõe-se partir dos trabalhos e das “*belles découvertes*” realizadas até então pelos arqueólogos portugueses e espanhóis, mas sente a necessidade de juntar-lhes, aqui e ali, alguns esclarecimentos adicionais e até completá-las “[...] *par quelques digressions, sommaires d’ailleurs*”. Embora ele próprio tenha manifestado o desejo de que “[...] *cet ouvrage n’est pas seulement destiné aux savants [...]*”, alimentando mesmo “[...] *l’espoir qu’il pénétrera dans les bibliothèques du grand public [...]*”, o facto é que esta obra viria a ter, no decorrer das décadas seguintes, um impacto profundíssimo nos estudos pré-históricos peninsulares, quer pelo conhecimento detalhado que Cartailhac efetivamente detinha das realidades que estudou, quer pelo efetivo alcance das reflexões que avança nalguns

* Universidade do Algarve. afcarva@ualg.pt

tópicos de investigação. Esta vasta síntese pode ser assim considerada o estado da arte na reta final da centúria de oitocentos, a súpula de toda a investigação anterior, ao mesmo tempo que apresenta reflexões que serão retomadas e discutidas por autores subsequentes. Como se referirá adiante, Cartailhac (1886) sintetizará toda a bibliografia então disponível; no caso concreto do Neolítico português, parte sobretudo dos trabalhos de J. Nery Delgado sobre as grutas do Planalto das Cesaredas, em particular da sua obra de 1867, precisamente a “[...] *notícia acerca das grutas da Cesareda* [...]”, que marcará simbolicamente o arranque do estudo deste período em Portugal e cuja data de publicação se utiliza neste texto como marco convencional. Daqui decorre, portanto, a opção de estabelecer-se com Cartailhac um ponto de partida para uma revisitação dos autores que, mais ou menos desenvolvidamente, contribuíram para a lenta identificação e definição de uma fase dita “antiga” na ordenação do período neolítico no atual território português.

A plena maturidade das investigações sobre este tema – ou melhor, os traços gerais da sua configuração, tal como se apresenta na atualidade – só será atingida com os trabalhos que sucessivamente lhes dedicou Jean Guilaine na década de 1970, culminando com a publicação de *Les premiers bergers et paysans de l’Occident méditerranée* (GUILAINE, 1976). De facto, durante as décadas anteriores vinha cada vez mais ganhando forma a possibilidade da existência de uma etapa neolítica prévia ao megalitismo, que se encontraria representada por pequenos conjuntos cerâmicos decorados com impressões e incisões provenientes de grutas e, nalguns casos também, de concheiros e sítios de ar livre. Se excetuarmos uma proposta pouco anterior de Vera Leisner (1966), a que se voltará mais adiante neste texto, será de facto a Guilaine que se deve um primeiro modelo cronostatigráfico em que estes achados são sistematicamente ordenados de acordo com uma construção tipológica simples, muito clara, e alicerçada em comparações com sequências estratigráficas bem definidas em diversas grutas espanholas e francesas. Embora esta síntese, primeiramente publicada em 1970 no *Bulletin de la Société Préhistorique Française* em colaboração com O. da Veiga Ferreira (GUILAINE & FERREIRA, 1970), venha a ser depois retomada pelo primeiro autor em *Les premiers bergers et paysans* (GUILAINE, 1976), ela deve-se em grande medida ao profundo conhecimento que aquele detinha sobre as respetivas coleções cerâmicas e correspondente bibliografia. O modelo em duas etapas cronostatigráficas – Cardial e Horizonte da Furninha – saído desta investigação servirá tanto para a integração de novos achados como para a discussão do alcance dos paralelos utilizados enquanto elementos culturalmente integradores do Neolítico antigo do atual território português. Estes desenvolvimentos subsequentes, mais notórios sobretudo a partir da década de 1980, e simbolicamente representados pela escavação e publicação das monografias dos sítios de ar livre de Sines (SILVA & SOARES, 1981) e da Gruta do Caldeirão (ZILHÃO, 1992), já não serão tratados no presente texto.

Assim, é possível dividir até à obra de Guilaine uma partição em dois grandes períodos: um primeiro, de 61 anos de duração, compreendido entre 1867, ano da primeira publicação de Nery Delgado sobre as grutas das Cesaredas, e 1928, ano em que é publicada a segunda síntese da Pré-História portuguesa de A. Mendes Corrêa (ver adiante); e um segundo período, de 48 anos, compreendido entre aquela data e 1976. Como se verá de seguida, este balizamento temporal assenta na publicação de obras que se podem considerar referências para estes estudos, e que se descreverão de seguida. Porém, a coincidência quase perfeita que este faseamento acaba por revelar com alguns acontecimentos marcantes da História portuguesa do século XX – em particular, com o 28 de maio de 1926 e o 25 de abril de 1974 – não só não é desmerecedora de análise em si mesma como encontrará talvez aí explicação para algumas das feições de que se revestiu a investigação arqueológica em Portugal na sua generalidade – e, portanto, também no que respeita aos estudos neolíticos – durante a segunda metade do século XIX e os três primeiros quartéis do seguinte.

2 – O “PRIMEIRO PERÍODO”: DE 1867 A 1928

Quando Émile Cartailhac [1845-1921] publica *Les âges préhistoriques* tem já disponíveis várias obras fundamentais para o estudo do Neolítico em território português, a que não deixa de recorrer (CARTAILHAC, 1886): os resultados e interpretações das escavações de Nery Delgado (1867, 1880, 1884) nas grutas da Furninha e da Casa da Moura, no Planalto das Cesaredas; os trabalhos pioneiros de Pereira da Costa (1865), Carlos Ribeiro (1884) e Paula e Oliveira (1884) sobre os concheiros de Muge, no Vale do Tejo; e, novamente por Carlos Ribeiro (1878, 1880), as suas sucessivas obras sobre a Pré-História da região de Lisboa, em particular sobre as antas de Belas e o povoado de Leceia (ou Licêa, como então se escrevia¹). Ainda que hoje saibamos que apenas naquelas grutas se encontram contextos correlacionáveis diretamente com o Neolítico antigo, estes trabalhos, no seu conjunto, estabeleciam já o quadro necessário para a tarefa a que se propunha Cartailhac, e entram portanto nas considerações que o autor tece acerca do Neolítico no nosso território. Porém, não trata exatamente da questão das suas origens, as quais se encontram envoltas e condicionadas pelo debate proporcionado pelo importante achado dos concheiros de Muge.

Neste ponto, é importante assinalar também que Cartailhac inicia o capítulo sobre a “*Époque Néolithique*” com uma definição do que entende ter sido esta época. Nas suas palavras transparece uma visão ampla, e expressa de modo eloquente que deve ser citada de forma extensa: “*Après l’époque de la Madeleine, il y a – dans nos connaissances – une solution de continuité; une période de transition très longue et encore fort obscure. Et, lorsque nous revenons à la lumière, de grands changements se sont accomplis; des progrès de premier ordre se sont réalisés, la somme des importations paraît considérable. Ainsi le renne a disparu absolument; les animaux domestiques sont abondants, les populations sont sédentaires et pratiquent l’agriculture; les utensiles et armes en pierre sont souvent polis, la poterie est connue, les premières sépultures se montrent, des monuments sont élevés, l’art ne reproduit plus la nature vivante.*

C’est l’époque néolithique ou âge de la pierre polie; à ses débuts ou au temps qui la précèdent immédiatement se rapportent les kjækenmoeddings.” (CARTAILHAC, 1886, p. 47-48).

Com efeito, desta importante passagem retiram-se várias ilações. Em primeiro lugar, como referido, sobre a própria visão do Neolítico. Esta época é por Cartailhac considerada como representando uma grande transformação: inclui um conjunto notável de inovações a vários níveis, desde tecnológicas (cerâmica, pedra polida) a económicas (agricultura, criação de animais) ou mesmo ideológicas (arte não naturalista). Só reencontraremos plenamente afirmada uma visão tão abarcante do período meio século depois, com Vere Gordon Childe, já num Segundo Período, e então com pouco ou nenhum impacto nos estudos neolíticos peninsulares (ver adiante), cuja conceção de Neolítico dificilmente ultrapassava as relações orgânicas entre tipos cerâmicos e culturas arqueológicas. Em segundo lugar, assinala-se o desconhecimento sobre o lapso de tempo que decorre entre o final do Paleolítico e o início do Neolítico. Esta fase intermédia é uma lacuna, um período de transição obscuro. Recordemo-nos que, à data de publicação de *Les âges préhistoriques*, o termo “Mesolítico” tinha sido introduzido havia exatamente uma década, por Hodder M. Westropp, em 1866, mas a sua aceitação fora tudo menos imediata e pacífica (para um resumo da polémica, ver NICHOLSON, 1983). Por esta razão, Cartailhac hesita em colocar os concheiros de Muge na Idade da Pedra Polida ou nos tempos que imediatamente a precedem... E, se toda a discussão que entretence de seguida não resolve em definitivo

¹ No presente texto utilizam-se, sem conversão para o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 16 de dezembro de 1990, as sucessivas ortografias da língua portuguesa em que foram redigidos os resultados dos trabalhos e das reflexões dos nossos antecessores sobre os inícios do Neolítico em Portugal.

esta questão crucial, restou ao autor assinalar que “[...] *les poteries ne se recontrent que vers la surface des monticules [...]*” (CARTAILHAC, 1886, p. 55), ou seja, que não eram fabricadas nem manuseadas pelos habitantes dos concheiros. Esta importante questão será retomada posteriormente por vários autores. No que respeita às grutas com cerâmicas impressas e incisas então conhecidas – isto é, a Casa da Moura e a Furninha – o autor dedica-se a fazer a sua descrição, não deixando em particular de tratar da “questão do canibalismo” levantada por Nery Delgado havia pouco tempo (DELGADO, 1884), mas não avança com qualquer periodização conducente à sua atribuição a uma fase cronologicamente próxima dos *kjækenmoeddings* de Muge.

No primeiro volume das *Religiões da Lusitânia*, José Leite de Vasconcellos [1858-1941] não produz qualquer avanço digno de nota acerca das origens do Neolítico em Portugal, apesar da excelência da síntese produzida. Essencialmente, retoma a questão do posicionamento relativo dos concheiros de Muge no quadro evolutivo da “*época da pedra*” mas defendendo, sem as hesitações de Cartailhac, a sua colocação “[n]o período que estabelece transição do período paleolítico, ou da pedra lascada, para o neolítico, ou da pedra polida [...]” (VASCONCELLOS, 1897, p. 29), descrevendo-os a partir dos trabalhos já citados pelo autor francês e acrescentando na discussão os dados entretanto reunidos por Paula e Oliveira nas suas últimas escavações no local (OLIVEIRA, 1888-1892). Faz também referências aos extensos trabalhos de Estácio da Veiga [1828-1891] no Algarve, entretanto publicados, conquanto estes não tragam contribuições para o estudo do início do Neolítico (VEIGA, 1886). Um ponto que merece referência no pensamento de Leite de Vasconcellos é a distinção que estabelece entre “*selvagens*” e “*semi-selvagens*” no que respeita aos povos da “*época da pedra*”, fazendo passar a fronteira entre ambos precisamente com o Neolítico, assim entendido como um momento de alguma rutura. Nas idades dos metais tratar-se-iam já de povos “*barbaros*”. Nesta nomenclatura, o autor segue o modelo de Lewis H. Morgan [1818-1881] sobre a evolução cultural segundo estádios sucessivos de desenvolvimento humano (uma das bases teóricas fundadoras da disciplina antropológica norte-americana de oitocentos; cf. MORGAN, 1877), o que demonstra o caráter atualizado de que se revestia a sua investigação e a capacidade mostrada de incorporar nos estudos pré-históricos desenvolvimentos teóricos ocorridos noutras disciplinas científicas.

Na última década do século XIX e na passagem para o seguinte dois outros arqueólogos desenvolvem trabalhos que contribuirão, tanto no imediato como a prazo, para o conhecimento da fase antiga do Neolítico português. São eles Manuel Vieira de Natividade [1860-1918] e António dos Santos Rocha [1853-1910], que integram o presente texto graças às escavações que conduziram, respetivamente, em numerosas grutas dos arredores de Alcobça e em diversos locais, em particular de ar livre, do Baixo Mondego. O primeiro autor, contudo, mostra-se incapaz de reconhecer o efetivo significado e antiguidade dos materiais que exumou – nomeadamente da Gruta III do Cabeço da Ministra, onde se viriam muito depois a reconhecer ocupações do Neolítico antigo – e discorre, de forma profundamente ingénua e sem os necessários alicerces teóricos e metodológicos, sobre o povoamento antigo da região (NATIVIDADE, 1899-1903). Bastará uma rápida leitura das partes conclusivas desta sua obra – por exemplo, das pp. 463-465 – para nos apercebermos do nítido contraste que evidencia a todos os títulos face aos investigadores seus contemporâneos. Inversamente, Santos Rocha não só produz um registo claro e bem estruturado das suas observações (ROCHA, 1900), como usa um vocabulário muito rigoroso e raciocina de forma muito perspicaz e informada acerca do “*começo do neolítico*” em Portugal. Este tema está especialmente tratado num excelente artigo, hoje quase esquecido da nossa investigação, que publica n’*O Arqueólogo Português* em 1908 e que intitula de “*Phases do neolítico em Portugal*” (ROCHA, 1908).

Naquele importante texto, Santos Rocha divisa “[...] *tres periodos ou épocas, a saber: o começo do neolítico, o pleno neolítico e o cuprolítico, representando este ultimo o fim do neolítico e o começo do metal.*” (ROCHA, 1908, p. 194). O começo do Neolítico estará, de acordo com o autor, representado nos concheiros de Muge. Depois de sintetizar o registo arqueológico disponível para estas realidades, estas são comparadas com as

observações que realizou no Forno da Cal, no concelho de Soure, em concreto no tipo de indústrias líticas e na presença de abundantes restos de conchas marinhas, “*numa extensão superior a 40 metros*”, “[...] *misturadas a raros ossos de mamíferos e a alguns pequenos silices*”. O achado no local e na sua adjacência imediata de restos de cerâmica e de pedra polida, assim como de uma ponta de seta em cobre, suscitou-lhe algumas reservas. Como o próprio afirma, “[e]stes factos constituem um serio obstaculo á aproximação indicada.” (ROCHA, 1908, p. 195). Porém, as relações que observa entre o posicionamento altimétrico relativo destes achados face aos depósitos de conchas, e os diferentes tipos de sedimento que identifica agregados aos materiais (sedimentos tufosos do concheiro e terra vegetal dos níveis sobrejacentes), foram elementos que permitiram a Santos Rocha concluir logicamente pelo seguinte: “*Assim, estes ultimos objetos [a pedra polida e a ponta em cobre] e uma grande parte dos fragmentos cerâmicos deviam provir, não da camada de tufo que envolvia os depositos de conchas, mas da camada de terra vegetal que lhe ficava superior; e por conseguinte poderiam ser posteriores aos mesmos depósitos.*” (ROCHA, 1908, p. 196). Com base nestas observações, que lhe permitem perceber a cronologia relativa dos contextos e materiais em estudo, avança outro passo mais na interpretação do Forno da Cal: “*Entretanto nos kjoekkenmoeddings do valle do Tejo não apareceu a ceramica, enquanto que do interior da massa dos depositos das conchas, empastadas pelo tufo, no Forno da Cal, nós retirámos, por nossas próprias mãos, alguns fragmentos*”, para daqui concluir que “[e]ste facto, só por si, persuade-nos que taes depositos pertencem a uma época posterior á dos kjoekkenmoeddings.” (ROCHA, 1908, p. 196). Posto noutros termos, Santos Rocha considera que o concheiro do Forno da Cal datará de uma fase imediatamente posterior aos concheiros de Muge, ambas ainda assim, no seu entender, inseridas na mesma etapa inicial do Neolítico.

Não deixa de ser muito interessante atentar também ao “*raciocínio tafonómico*” que Santos Rocha emprega, conquanto não chegue a uma conclusão definitiva, no estudo do sítio de ar livre da Várzea do Lírio, na Figueira da Foz. Num primeiro momento analítico, labora com base em paralelismos tipológicos com outras realidades, presumivelmente mais bem definidas, para retirar conclusões que, por falta de elementos adicionais de comparação, mantém sob reserva. Leiam-se estas passagens na íntegra para se perceber o alcance que esta linha de atuação metodológica teria atingido se tivesse obtido continuidade no decorrer do século XX, que então se iniciava: “*Tambem notámos no mobiliario da estação da Varzea do Lirio numerosos objectos com typos semelhantes aos dos kjoekkenmoeddings e da época tardenosiana dos franceses e belgas. Na verdade são ali abundantes as lascas de quartzo e de quartzito, á mistura com pequenas facas, punções e raspadores de silix, e com minusculos instrumentos da mesma rocha em fôrma de trapessio, triangulo e segmento do circulo. Esta estação foi estabelecida sobre areia, á semelhança das de Fère-en-Tardenois, como em outro logar dissemos.*

Contudo é forçoso confessar que com aquelles objectos se recolheram no mesmo terreno e nos mesmos niveis alguns machados de pedra polida e não raros fragmentos de ceramica; e por isso nós attribuímos esta estação ao pleno neolitico.

Deverá a presença de tudo isto nos mesmos niveis do solo explicar-se pelos remeximentos resultantes da cultura? Nada podemos ajuizar com segurança.” (ROCHA, 1908, p. 196; não itálicos no original)

Estas considerações evocam temas ainda muito atuais no estudo da neolitização do território português – a questão da presença / ausência de cerâmica em contexto mesolítico e a interpretação de registos arqueológicos de ar livre – para a aproximação aos quais, no entanto, Santos Rocha detinha já, há cento e dez anos, as chaves metodológicas necessárias. É sintomático também verificar que, por outro lado, nestas suas considerações sobre a partição interna do Neolítico e a inclusão ou não dos concheiros do Tejo, não entram em discussão aspetos do modo de vida destes povos que hoje consideramos cruciais para o seu entendimento – a pastorícia e a agricultura – mas que haviam já sido apontados por Cartailhac uma vintena de anos antes.

Particular destaque merecem neste Primeiro Período também as duas grandes sínteses sobre a Pré-História portuguesa que António Mendes Corrêa [1888-1960] publica nos anos de 1920: primeiro, *Os povos primitivos da Lusitânia* (CORRÊA, 1924); depois, *A Lusitânia pré-romana* (CORRÊA, 1928), esta última inserida na obra dirigida por Damião Peres que se popularizou como a *História de Barcelos*. Como trabalhos de síntese que são, ambos os textos recorrem a dados de outros autores que produziam nessa mesma década estudos de carácter regional, como é o caso de Vergílio Correia [1888-1944] com *El Neolítico de Pavia* (CORREIA, 1921) ou de A. de Amorim Girão [1895-1960] com as *Antiguidades Pré-Históricas de Lafões* (GIRÃO, 1921), o que demonstra a atualidade das considerações avançadas por Mendes Corrêa sobre o que então se fazia em Portugal.

No primeiro daqueles seus trabalhos, o autor dedica algumas páginas ao Epipaleolítico, boa parte delas aliás às “*raças epipaleolíticas*”, que se teriam expandido pela Península aquando da expansão capsense norte-africana, assimilando-se então ao Tardenoisense peninsular. Como o próprio afirma, “[a]o *capsiense final e tardenoisense pertencem os kiökkenmöddings de Muge, no nosso país [...]*” (CORRÊA, 1924, p. 167). Temos aqui, pela primeira vez no repasso bibliográfico em que se estrutura o presente texto, a assunção clara e explícita da existência de uma fase intermédia entre o Paleolítico e o Neolítico, que tanto intrigava Cartailhac, e a sua caracterização. Esta fase intermédia foi colmatada em grande medida pelos avanços ocorridos na região cantábrica que permitiram, nos inícios do século XX, a identificação do Azilense e do Asturiense. Quanto ao início do Neolítico, Mendes Corrêa depara-se com um vazio que resulta de um duplo facto: que os concheiros de Muge deverão ser, como se viu, de idade epipaleolítica e que, por outro lado, os monumentos dolménicos datarão do final do Neolítico. Decorre deste ordenamento, que será retomado na síntese de 1928, uma consequência fundamental para a definição de uma fase “antiga” no Neolítico de Portugal: “*Dêste modo, não sobejam entre nós os documentos, de valor paleolítico, cronologicamente intermediários entre os kiökkenmöddings do vale do Tejo e as estações portuguesas do neolítico final. Uma ampla lacuna existe também em Espanha entre o asturiense e a última fase do neolítico.*” (CORRÊA, 1924, p. 180). E, com efeito, mais à frente, na secção intitulada “*grutas e cavernas*”, considera as grutas estudadas por Nery Delgado, a Furninha e a Casa da Moura, como pertencendo globalmente ao “*pleno neolítico*”, portanto coevas de outras como as de Palmela (estas já com campaniforme) e posteriores ao início deste período. À mesma classificação genérica atribui também os sítios de ar livre da Junqueira e Várzea do Lírio, escavados por Santos Rocha (ver acima), a que acrescentará em 1928 a sepultura da Vale das Lages, na Ota, então recém-escavada por si próprio (CORRÊA, 1925).

A questão do hiato de conhecimentos sobre o período correspondente ao início do Neolítico é retomada na obra de 1928: “*Quando, como e donde surgiu no território peninsular a cultura neolítica, com as suas características principais (instrumentos de pedra polida, cerâmica, agricultura e domesticação dos animais), eis um novo problema que, de resto, se apresenta também obscuro para outros países.*” Neste trabalho, o autor aborda mais detidamente esta dificuldade mas avança com a mesma explicação que providenciou em 1924, a de que o próprio reordenamento cronológico relativo das realidades deixara vazia esta fase. Ou seja, fornece uma explicação conceptual para a referida escassez de “*documentos paleolíticos*”: “*A nosso vêr, porém, estas dificuldades resultam sobretudo da evolução dos nossos conhecimentos sobre o neolítico puro. Êste foi consideravelmente encurtado. Por um lado, as culturas mesolíticas disputaram-lhe com êxito muitos dos aspectos outrora considerados seus, como uma grande parte do tardenoisense. Por outro lado, verificou-se que uma enorme parcela da cultura que durante muito tempo se supôs ser puramente neolítica, como a dos dolmens, mostrava ser coeva ou quasi coeva das primeiras idades dos metais. O que ficava assim para o neolítico puro?*” (CORRÊA, 1928, p. 116).

No entanto, a referência explícita à economia produtora no texto de 1928, um dos aspetos definidores do período neolítico, mesmo na sua fase inicial, não é desenvolvida em qualquer passagem de ambas as obras.

Tema forte da sua investigação pessoal, a questão bioantropológica merecerá, essa sim, várias páginas. A ausência de debate sobre aqueles aspetos socioeconómicos, todavia, caracterizará ainda mais os trabalhos que se inserirão no Segundo Período da investigação. Na realidade, não fossem estes trabalhos de largo escopo de Mendes Corrêa na década de 1920, poder-se-ia até fazer remontar o fim deste Primeiro Período a vinte anos antes, ano da publicação de 1908 de Santos Rocha a que se fez referência acima... A esta questão regressa-se nas conclusões.

3 – O “SEGUNDO PERÍODO”: DE 1928 A 1976

Com exceção das grutas do Almonda (PAÇO, VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1947) e de Eira Pedrinha (CORRÊA & TEIXEIRA, 1949), neste Segundo Período da investigação sobre os inícios do Neolítico em Portugal não se registam descobertas muito relevantes, seguidas das respetivas publicações. Mesmo os materiais cerâmicos daqueles sítios, por vezes com decoração cardial, são atribuídos na sua globalidade a momentos mais tardios da Pré-História, dada a não observação de diferenciações estratigráficas no interior dos depósitos escavados nessas cavidades cárnicas. A maior parte dos textos produzidos neste período procedem à integração dos dados portugueses, aliás de uma forma muito genérica e imprecisa, no contexto mais alargado da Pré-História peninsular. O salto qualitativo e quantitativo por que passa a arqueologia espanhola nestas décadas – numa tendência, aliás, diametralmente oposta àquela que se vinha verificando em Portugal desde o século XIX – conduziu até à circunstância de a maior parte das sínteses terem sido produzidas por autores espanhóis.

Neste novo enquadramento da investigação, e sem prejuízo do esforço empreendido por outros pré-historiadores espanhóis desta fase, tais como J. Martínez Santa-Olalla [1905-1972] ou J. San Valero Aparisi [1913-1997], Pedro Bosch Gimpera [1891-1974] foi talvez aquele que maior impacto terá tido na arqueologia do Neolítico português, desde logo pelo efetivo conhecimento que detinha das realidades portuguesas.² O surgimento e desenvolvimento das culturas da Pré-História peninsular são temas que este autor trata através de extensas listagens de sítios e da elaboração de complexos modelos de filiações estilísticas dos respetivos inventários cerâmicos. A sua “*cultura de las cuevas*” andaluza, que reúne essencialmente produções cerâmicas profusamente decoradas com impressões, incisões e elementos plásticos, é correlacionada com o aparecimento da “*cultura megalítica portuguesa*” e, principalmente, com o campaniforme peninsular, tese que lhe era particularmente cara. No que respeita à cerâmica cardial, elemento integrante daquela cultura, Bosch Gimpera parece hesitar quanto à sua anterioridade face a outros tipos formais e decorativos. Num texto de 1956, considera com efeito que “[d]espués de una etapa con decoración de impresiones digitales, de puntos o líneas al punzón o hechos con las uñas; en una etapa posterior, se crea un verdadero sistema decorativo de relieves y de impresiones entre las que se encuentran las impresiones de cardium. [...] Insisto en creer en estas etapas, a pesar de la tendencia de ciertos colegas, a considerar la etapa de las impresiones de cardium como neolítico antiguo.” (BOSCH GIMPERA, 1956, p. 643-644). Dez anos mais tarde, esta ideia aparece matizada – isto é, há uma maior relevância atribuída à cerâmica cardial, que ainda assim não é considerada determinante em termos

² Exemplo de alguma dificuldade no conhecimento das realidades portuguesas por parte de outros autores espanhóis encontra-se na retificação que Afonso do Paço, Maxime Vaultier e Georges Zbyszewski (1947) fazem da listagem de sítios neolíticos portugueses publicada por J. San Valero (1942), onde este erradamente incluíra também sítios do norte de Portugal e outros bastante mais tardios, como Pragança e Rotura.

de indicador cronológico mais antigo – e a penetração da “cultura de las cuevas” em Portugal é entendida como ocorrendo num momento relativamente tardio do Neolítico, em sítios “[...] *no siempre de fácil cronología, faltando estratigrafías seguras.*” (BOSCH GIMPERA, 1966, p. 256).

O impacto do pensamento económico de Vere Gordon Childe [1892-1957] na obra de Bosch Gimpera faz-se sentir no trabalho mais antigo acima citado, a propósito do processo de expansão do Neolítico através do Mediterrâneo e da Península Ibérica: “*Hay, evidentemente, hechos que se deben explicar por la propagación de una nueva manera de vivir, por factores económicos o por las relaciones comerciales. Childe ha hablado de «la revolución neolítica». La Sra. Laviosa de «difusión de la civilización agrícola.»*” (BOSCH GIMPERA, 1956, p. 652). Porém, o ênfase interpretativo, o foco da análise, é colocado de imediato na reconstituição de entidades étnicas. Estas definem-se de acordo com parâmetros claramente histórico-culturais mas imbuídos de uma forte perspetiva autoctonista sobre as transformações ocorridas nestas épocas, aspeto em que o pensamento de Bosch Gimpera contrasta vincadamente com os princípios teóricos desta corrente. Com efeito, àquela afirmação, o autor acrescenta logo de seguida: “*Ambos tienen probablemente razón. Pero al lado de todo ésto, se puede hablar de una correspondencia de las civilizaciones con los grupos étnicos cuando se trata de «kulturkreise» con caracteres bien definidos, con territorios bien delimitados y poseyendo asociaciones de formas de habitación, sepulturas, utensilios y cerámica que organizan grandes unidades culturales contrastando con las unidades vecinas y avanzando o retrocediendo con todo su complejo de rasgos fundamentales. Estos sería el caso cuando no se trate solamente de tipos o de trazos aislados que se propagan.*” (BOSCH GIMPERA, 1956, p. 652).

No mesmo ano em que Bosch Gimpera produz estas suas reflexões, Manuel Heleno [1894-1970] publica, num dos seus raríssimos textos, a notícia da descoberta e escavação de diversos contextos mesolíticos e neolíticos que levava a cabo em Rio Maior e no Vale do Sado, e refere a importância que estes achados terão para “[...] *o esclarecimento da origem do neolítico português [...]*” (HELENO, 1956, p. 229), questão que, porém, acaba por não tratar neste trabalho. É na lição inaugural da “Cadeira de Arqueologia” e nos conteúdos curriculares das suas aulas na Universidade de Lisboa (CARDOSO, 2013, anexos I e II) que se vislumbra um pouco mais o seu pensamento sobre esta matéria. De facto, aqueles sítios mesolíticos revelam-se importantes na estruturação que M. Heleno pensa para a Pré-História de Portugal na medida em que se constituem como a base étnica e cultural a partir da qual se originará subsequentemente a “cultura megalítica”, que o autor vê como um processo com desenvolvimentos na diacronia (sobretudo arquitetónicos) mas sempre levados a cabo por populações autóctones. Nas suas próprias palavras, “[...] *o povo capsense do paleolítico superior manteve-se na península até ao eneolítico e produziu a cultura das grutas e a dos dolmens.*” (CARDOSO, 2013, anexo II, p. 154). A noção de uma fase “antiga” no Neolítico português, fazendo a ponte entre os concheiros mesolíticos de Muge e do Sado e os primeiros megalitos, é totalmente inexistente nestes termos.

Ainda a respeito do pensamento de M. Heleno, é interessante notar que o próprio afirma que o “estado da arqueologia portuguesa” à data da sua tomada de posse como diretor do Museu Etnológico Português – isto é, 1929 – se poderia medir “[...] *pelas obras de Bosch Gimpera, Hugo Obermaier e Mendes Correia, respectivamente Hispania, El hombre fósil, Povos primitivos da Lusitânia e Lusitânia pré-romana.*” (HELENO, 1956, p. 224-225; não itálicos no original). E o primeiro “senão” que encontra no estado da investigação é, desde logo, o seguinte: “*1) Investigação desordenada, como ainda hoje, interpretação mais tipológica do que funcional, mais arqueológica do que cultural, numa palavra mais reliquiologia do que história do homem; falta de sistematização, ou melhor, arrimo aos conceitos de Gimpera, como antes aos de Cartailhac, como depois aos de Santa Olalla e aos de Gordon Childe por intermédio dos espanhóis.*” (HELENO, 1956, p. 225; não itálico no original)

Se há aqui uma interessante crítica à arqueologia então praticada em Portugal, em particular ao seu “arrimo aos conceitos” produzidos por outrem, a presença do nome de Bosch Gimpera nesta passagem deve

ser entendida também pela convergência das perspectivas teóricas partilhadas por ambos, não só no que respeita a questões de etnogénese e de relações entre círculos culturais peninsulares, mas talvez sobretudo no que respeita ao autoctonismo vincado das interpretações que ambos defendiam. Conquanto a propósito das origens do megalitismo português, esta proximidade teórica está bem evidenciada nas palavras de Heleno proferidas por ocasião de uma palestra de Bosch Gimpera na Faculdade de Letras de Lisboa em 1961: “A ideia de pequenas colonizações nas embocaduras do Tejo e Sado portadoras de megálitos orientais depois barbarizados pelos indígenas, tanto do agrado dos arqueólogos ingleses e tão precipitadamente aceite por muitos pré-historiadores hispânicos, não encontra nenhuma base segura em que se possa afirmar e antes é contraditada pelos factos.” (HELENO, 1962, p. 311).

Com efeito, o mesmo não pode ser dito da ampla síntese de Hubert N. Savory [1911-2001] sobre a Pré-História peninsular, *Spain and Portugal*, onde o autoctonismo que defendiam Bosch Gimpera ou Heleno está ausente. Para este pré-historiador galês, a grande transformação que o aparecimento do Neolítico implicou – neste caso, já “[...] a transição do modo de vida de caçadores para o de agricultores” (SAVORY, 1968, p. 66-67 da edição portuguesa) – permanece obscura no que à Península Ibérica diz respeito, “[...] em virtude da falta quase total de escavações modernas adequadamente registadas em povoados estratigrafados do Neolítico puro, e da raridade de cálculos de carbono 14 que possam fundamentar comparações com o Próximo Oriente.” Mas o paradigma orientalista é um fundamento incontornável na interpretação que este autor faz das realidades peninsulares, e mesmo o uso do radiocarbono servirá, não para aferir, mas antes “fundamentar” os comparativismos entre a Península e o Mediterrâneo ocidental para daí extrair explicações de natureza difusionista / migracionista. Naquela frase está, pois, bem estabelecido o pensamento de Savory, e todas as suas considerações acerca da integração das realidades peninsulares decorrem desta premissa.

Seguindo no entanto os modelos de Bosch Gimpera, em *Spain and Portugal* encontramos a “culturas das grutas” como a entidade que enquadra o aparecimento do Neolítico e, nela, as referências a sítios-chave como Sarsa ou Or. Todavia, a assunção, que aquele pré-historiador espanhol relutantemente tardou em assumir, de que as cerâmicas cardiais constituíam a fase neolítica mais antiga naquelas grutas, resultou a Savory na verificação de que o seu contexto cultural “[...] contrasta com o do Mediterrâneo central e oriental. [...] Este facto e o seu aparecimento em grutas, na região montanhosa afastada da costa, geralmente sobre pequenos vales e em áreas limitadas de terra agriculturável, sugere que os seus utentes eram principalmente pastores de origem mesolítica local.” (SAVORY, 1968, p. 74). E, mais uma vez, a tese de Savory conflui na de Bosch Gimpera, ao concluir que, “[u]ma vez estabelecida entre os pastores das terras altas, a tradição de decoração cardial viveu ainda, na Hispânia e na França Meridional, pelo menos em algumas regiões, até um momento tardio da fase neolítica, ou mesmo durante o Calcolítico, como sugerem [...] os prenúncios da cerâmica campaniforme, no engobo avermelhado e nas faixas com chanfraduras em diagonal de alguns vasos.” (SAVORY, 1968, p. 74). O caso português é entendido do mesmíssimo modo: as cerâmicas impressas e incisas das grutas estremenhas – e são citadas a Casa da Moura, Furninha, Senhora da Luz e Eira Pedrinha – antecipam “[...] padrões do Campaniforme” (SAVORY, 1978, p. 77). Os outrora célebres concheiros de Muge têm agora direito somente a algumas breves descrições que, baseando-se nos trabalhos que então aí dirigia Jean Roche [1917-2008], incluía já as primeiras datações de radiocarbono para alguns desses sítios. A relação entre estes sítios e o início do Neolítico também não é explorada.

Tal imprecisão no que respeita ao posicionamento relativo das cerâmicas da “cultura de las cuevas” por parte de Savory só pode entender-se devido à proximidade das suas ideias com o modelo de Bosch Gimpera. Com efeito, apenas dois anos antes da publicação no Reino Unido de *Spain and Portugal*, Vera Leisner [1885-1972] apresentava, de forma muito sintética mas igualmente muito clara, a sua visão sobre o faseamento do

Neolítico português. Em *Die verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal* (LEISNER, 1966), artigo que não se encontra citado por Savory, encontramos já bem estruturado o esquema geral de uma correspondência do Neolítico antigo com os conjuntos de cerâmicas decoradas face às cerâmicas predominantemente lisas do megalitismo, e até da sua divisão interna entre o Cardial, mais antigo, e um momento subsequente em que esta decoração já não ocorre ou é rara. Quanto à primeira fase, V. Leisner afirma que está presente em dois centros: um na região do Baixo Tejo, “[...] na Gruta do Almonda e uma outra, perto de Rio Maior, onde, segundo informação pessoal, M. Heleno encontrou também fragmentos de cerâmica cardial. Um segundo centro situa-se na foz do Mondego, mais precisamente na gruta de Eira Pedrinha e nos povoados da serra da Brenha, acima da Figueira da Foz, onde escavações antigas forneceram alguns fragmentos que estão conservados no Museu Municipal desta cidade.” Adiante, o segundo momento do Neolítico antigo é definido nos seguintes termos: “Junta com a cerâmica cardial, e até agora não separada estratigraficamente, aparece em maior quantidade cerâmica com decoração estampada, incisa, canelada e com unhas. Esta é a típica cerâmica portuguesa das grutas, que se mantém até à Idade dos Metais e cuja cronologia, por enquanto, é difícil de perceber.” (LEISNER, 1966, p. 7-9 da tradução portuguesa).

Conquanto não citado, este trabalho de V. Leisner parece precursor, ou pelo menos antecipa nos seus traços estruturais, o ordenamento tipológico das produções cerâmicas impressas e incisadas que elaborará Jean Guilaine [1936-...] poucos anos depois. Como referido na introdução do presente texto, a base deste ordenamento está apresentada no artigo que este pré-historiador francês escreve em parceria com O. da Veiga Ferreira (GUILAINE & FERREIRA, 1970). Aqui, com efeito, são finalmente esclarecidas três grandes questões que vinham sendo debatidas em Portugal desde o início do século XX: 1) é definida uma fase cardial independente no início do período; 2) este é subdividido em duas fases tipológica e cronologicamente diferenciadas, tal como observado no Neolítico antigo franco-ibérico (incluindo assim uma segunda fase, comumente conhecida por Horizonte da Furninha, que os autores rejeitam apelidar de “epicardial” por já não haver peças cardiais nos conjuntos mais tardios); e 3) é afastada em definitivo a tese de Bosch Gimpera (e seguida por outros autores, de que é exemplo Savory, como vimos) segundo a qual as cerâmicas da “cultura de las cuevas” seriam as antecessoras imediatas da cerâmica campaniforme. Refira-se, a propósito da discutida relação entre a “cultura de las cuevas” e a “cultura megalítica portuguesa”, para empregar as designações de Bosch Gimpera (1966), que a passagem para as fases mais tardias do Neolítico é entendida, neste novo quadro interpretativo, como sucedendo no tempo a segunda à primeira, ou sendo ambas, quanto muito, apenas parcialmente contemporâneas: “Il semble qu’il faille concevoir, comme nous l’avons déjà dit, un Cardial ancien, de caractère côtier dès le V^e millénaire et évoluant peu à peu vers la céramique incisée et imprimée des grottes. Cette dernière connaît son principal développement en gros au IV^e millénaire. C’est alors que des recoupements avec les groupes mégalithiques peuvent intervenir et paraissent normaux. Ils sont d’ailleurs attestés dans le Sud de la Péninsule Ibérique et au Portugal par l’emploi de la céramique à l’ocre que est tout aussi bien le fait des groupes mégalithiques (Reguengos de Monsaraz) que des Epicardiaux (Cueva de los Murcielagos de Zuheros, Cueva de la Carigüela). La colonisation du Sud du pays et de l’intérieur (Alemtejo notamment) par les Mégalithiques, n’empêche pas dans certaines régions côtiers (l’Extremadure notamment) le développement concomitant de la culture des grottes. Dans ces secteurs les recoupements sont possibles et peuvent appartenir au milieu du IV^e millénaire.” (GUILAINE & FERREIRA, 1970, p. 318).

A razão para o atraso que a investigação levava em Portugal quanto a estes aspetos é entendida pelos autores como fruto das próprias tendências da mesma, mais focada tradicionalmente no estudo dos concheiros mesolíticos e nos monumentos dolmênicos, e também muito lacunar no que respeita ao rigor metodológico necessário na escavação de depósitos multiestratificados. Como os próprios afirmam logo no início do artigo:

“[c]ette période a été encore fort peu étudié à ce jour si l'on compare les recherches dont elle a fait l'objet aux importants travaux consacrés au Mésolithique (escargotières de Muge) ou aux cultures mégalithiques. Aussi la présente note voudrait-elle avant tout faire prendre conscience de l'intérêt qu'il y aurait à reprendre la prospection des sites de cette phase et à consacrer à quelques-uns d'entre eux des fouilles méthodiques comme cela s'est fait, ces dernières années, dans le Midi de la France ou en Espagne.” (GUILAINE & FERREIRA, 1970, p. 304).

Um aspeto fundamental, que representa uma rutura face aos trabalhos que se vinham publicando, é a integração dos sítios e coleções cerâmicas estudadas no âmbito das condições económicas e sociais em que se terá desenvolvido o Neolítico antigo na bacia ocidental do Mediterrâneo, exercício que acontece com a publicação de *Les premiers bergers et paysans* (GUILAINE, 1976³). De facto, basta a própria organização da Primeira Parte desta obra de referência para nos apercebermos do seu alcance: para além do “*substrato mesolítico*”, são tratadas de forma sequencial as questões relacionadas com a criação de animais domésticos, os inícios da agricultura, a sedentarização, a paleoecologia e aspetos de antropologia física e organização social. Temos, assim, pela primeira vez de forma consistente e sistemática, um possível enquadramento socioeconómico das realidades portuguesas, conquanto ainda muito mal definidas, no seu contexto alargado (leia-se, mediterrâneo). No entanto, Guilaine não se atreverá ele mesmo a fazê-lo; os primeiros ensaios de caracterização económica e social dos primeiros grupos neolíticos de Portugal só acontecerão depois desta data.

4 – SÍNTESE CONCLUSIVA

Em síntese, ambos os períodos de investigação, tal como definidos nas páginas anteriores, contêm um conjunto de elementos caracterizadores do debate científico sobre os inícios do Neolítico em território português que podem ser resumidos em três pontos estruturais. Assim, no Primeiro Período (1867-1928), esse debate centrava-se em torno do seguinte:

- A questão do posicionamento relativo dos concheiros de Muge – se neolíticos ou anteriores – assumia um papel central naquela questão, e os diversos autores distribuíam-se entre uma ou outra possibilidade, não só em meros termos de nomenclatura como de efetivo entendimento cultural destas realidades e, em particular, da sua caracterização antropológica e, portanto, do estatuto rácico dos seus habitantes.
- Denota-se nalguns autores deste período a consciência da correlação “Neolítico = Economia Produtora”, mas esta questão está longe de ser determinante nas reflexões acerca dos inícios do Neolítico em Portugal. Como se viu, encontramos-la de forma clara em Cartailhac (1886) mas, por exemplo, aparece quase completamente subsumida nos trabalhos de Santos Rocha (1900, 1908) apesar do brilhantismo e da modernidade das suas interpretações.
- Por norma, as metodologias empregues na investigação de campo apresentam-se rigorosas e é evidente um domínio muito amplo da bibliografia internacional por parte dos arqueólogos portugueses, o que permitia o adequado enquadramento das realidades que estudavam. Mais importante, talvez, é

³ A apesar da rutura que este trabalho representa para o caso peninsular, o peso da obra de P. Bosch Gimpera continua de algum modo omnipresente. Isso vê-se na epígrafe que lhe dedica J. Guilaine e o testemunho que produz sobre o bom acolhimento que o artigo de 1970, em coautoria com O. da Veiga Ferreira, terá tido por parte deste pré-historiador espanhol (GUILAINE, 2008).

assinalar-se que a investigação produzida se constituía como uma efetiva contribuição para os estudos neolíticos europeus de então, e não uma mera importação de ideias e conceitos.

O Segundo Período (1928-1976) denota, por seu lado, a tendência que desde há muito se reconhece à Arqueologia portuguesa de meados do século XX em termos teóricos e metodológicos.

- A correlação acima referida, “Neolítico = Economia Produtora”, tende a desaparecer das reflexões publicadas, agora mais concentradas na construção de esquemas evolutivos das “*culturas arqueológicas*”. Apesar de claramente inseríveis na Arqueologia histórico-cultural da época, não se observa qualquer impacto significativo da contribuição de Gordon Childe nos trabalhos dos pré-historiadores portugueses, apesar da sua pronta tradução para a língua portuguesa ainda na década de 1940 (CHILDE, 1947).
- No que respeita especificamente aos (poucos) contextos publicados neste Segundo Período, e que se reportam ao Neolítico antigo, ressalta a observação de que não se reconhece a efetiva antiguidade relativa da cerâmica cardial no seio de conjuntos cerâmicos provenientes de grutas da Estremadura. Por exemplo, os achados da Gruta do Almonda são considerados como datando do “Bronze Mediterrâneo I” (PAÇO, VAULTIER & ZBYSZEWSKI, 1947) e os de Eira Pedrinha passam totalmente despercebidos enquanto tais na correspondente monografia de sítio (CORRÊA & TEIXEIRA, 1949).
- Da leitura destas publicações, assim como de outras integrantes deste período, salienta-se de imediato um nítido decréscimo no rigor metodológico e no quadro teórico aplicados, respetivamente, no registo das observações tomadas durante os trabalhos de escavação e na interpretação e integração dos resultados assim obtidos. A descrição dos depósitos sedimentares das grutas referidas na alínea anterior – assim como o caráter esquemático do suporte gráfico que as acompanha – são exemplos muito ilustrativos do caráter lacónico que caracteriza a análise dos sítios e contextos arqueológicos durante este período da investigação arqueológica portuguesa.

Para a análise do caso do Neolítico, é interessante rastrear no tempo as tendências que se observam em torno da sua definição económica, a qual foi apontada (mas não desenvolvida) por Cartailhac (1886) como sendo caracterizada pelo aparecimento das práticas agro-pastoris associadas a novas tecnologias (o fabrico de recipientes em cerâmica e de utensílios em pedra polida). Esta caracterização do período vai depois desaparecendo da discussão ainda no decorrer do Primeiro Período, até ser completamente olvidada do debate científico em favor de reconstituições étnicas com base em esquemas de filiação cultural (leia-se, de estilística cerâmica) no Segundo Período. Neste Segundo Período, o Neolítico chega mesmo a perder frequentemente o estatuto de fase própria no quadro geral da Pré-História de Portugal e aparece como parte subsumida no conceito de “Neo-Eneolítico”, conceito tão lato quanto imprecisas eram as identificações e descrições de estratos em contextos cársicos de onde provinham as peças cerâmicas utilizadas nos esquemas diacrónicos das culturas arqueológicas. Ironicamente, esta omissão acerca do estatuto social e económico representado pelo Neolítico ocorre no momento em que as obras e as reflexões decisivas de Gordon Childe acerca da “revolução neolítica” são publicadas e inauguram até toda uma nova perspetiva de interpretação arqueológica (para uma síntese, ver TRIGGER, 1989). Rastrear este aspeto na diacronia da produção científica portuguesa, o qual é estruturante do entendimento do que se poderá considerar ser o “Neolítico”, reflete de forma particularmente elucidativa o decaimento teórico-metodológico por por que aquela passou, de um modo geral, nesta fase.

É neste ponto que importa retomar a questão da periodização avançada no presente texto, a qual, como se viu atrás, considera as duas sínteses de Mendes Corrêa sobre a Pré-História de Portugal (CORRÊA, 1924,

1928) como representativas do termo do Primeiro Período. Numa proposta anterior sobre a historiografia do Neolítico antigo em Portugal, aliás muito detalhada e bem documentada, M. Diniz (2006/07) coloca a obra deste autor plenamente dentro do que apelida de “a longa noite histórico-cultural” e estabelece-a mesmo como o grande marco desta fase de alguma decadência que caracteriza os meados do século XX na investigação arqueológica portuguesa: “*Na década de 20, os textos de síntese produzidos por Mendes Corrêa são o espelho claro da estagnação, e até do retrocesso, da investigação em redor do tema. A periodização proposta por Santos Rocha foi desmantelada, e o Neolítico esvaziado de conteúdo arqueológico. [...]*”

Estão, portanto, criadas as condições epistemológicas subjacentes ao não-discurso acerca do Neolítico que, de alguma forma, permanecerá até aos anos de 70. Se alguns textos podem ser considerados seminais, porque criam novas linhas de investigação, outros, como este [CORRÊA, 1924], parecem produzir o efeito contrário, e encerram por longos períodos a reflexão e a discussão em torno de algumas problemáticas.” (DINIZ, 2006-2007, p. 20).

É verdade que os termos empregues por esta autora para descrever o estado da investigação neolítica em Portugal nesta fase são, conquanto duros, totalmente corretos. Porém, se se aplicam sem grande margem para discussão ao estado da investigação até aos anos de 1970, a profundidade da abordagem e das reflexões que dedica Mendes Corrêa naquelas sínteses ao estudo do Neolítico não encontram paralelo em trabalhos publicados nas décadas subsequentes, mesmo pelo próprio, reconheça-se – isso mesmo está desde logo patente na monografia de Eira Pedrinha, que escreve em coautoria com Carlos Teixeira (CORRÊA & TEIXEIRA, 1949). Mas a atualidade da bibliografia que utiliza, quer portuguesa ou estrangeira, o largo conjunto de elementos que carrega de outras disciplinas, desde a geomorfologia aos autores greco-latinos, já para não referir a investigação em antropologia física levada a cabo pelo próprio, distinguem Mendes Corrêa dos seus contemporâneos e colocam aquelas suas sínteses num patamar próximo das produzidas durante o que vimos designando por Primeiro Período, por exemplo por Cartailhac ou Leite de Vasconcelos. De algum modo, esta relevância está implícita na própria interpretação que dele faz M. Diniz, quando refere que as sínteses que se têm vindo a citar “[...] *condicionam a futura investigação pouco capaz de reconhecer traços de uma etapa que, oficialmente, não existia.*” (DINIZ, 2006-2007, p. 20). Este condicionamento da obra de Mendes Corrêa sobre a investigação subsequente revela bem, por um lado, o peso que o autor detinha no meio arqueológico devido à sua preparação académica, e a referência que portanto a sua investigação constituía (CARDOSO, 2011; MARTINS, 2011; MATOS, 2011), e por outro a inexistência de um corpo alargado de investigadores cientificamente preparados para manter a investigação arqueológica no nível estabelecido no século XIX.

É inegável que o regime político nascido do 28 de maio de 1926 terá tido o seu impacto sobre a prática arqueológica em Portugal de meados do século – um impacto que, definitivamente, não foi positivo. Porém, determinar rigorosamente até que ponto, e sob que formas, o Estado Novo foi responsável pelo período de crise que se viveu na arqueologia realizada nesta época é uma análise que está ainda por fazer de modo cabal, isolando temas-chave, enquadrando-os no respetivo quadro social, económico e político-ideológico nacional, e comparando-os nos mesmos termos com o panorama europeu da época (tanto nas democracias ocidentais como nos regimes fascistas seus contemporâneos; cf. TRIGGER, 1989). Até ao momento, a historiografia da Arqueologia portuguesa do século XX, assim como também do século anterior, tem-se centrado sobretudo em temas vincadamente biográficos e, quanto muito, institucionais (para sínteses, vejam-se as propostas de CARDOSO, 2002, p. 19-44; FABIÃO, 2012, p. 167-177), o que demonstra, na realidade, que vivemos ainda uma certa infância da historiografia arqueológica. Note-se que, de algum modo, uma perspetiva institucional e biográfica das principais personagens é também aquela que perpassa em obras de cariz mais geral e com intuítos assumidamente mais abrangentes sobre a ciência em Portugal (por exemplo, FIOLETTI, 2014).

Não se estranhará por isso que a historiografia arqueológica em Portugal se vá fazendo sob perspetivas mais ou menos distanciadas de análise e seja ainda, muito marcadamente, uma “*histoire événementielle*”.

AGRADECIMENTO

Quero deixar expresso o meu agradecimento ao Prof. Doutor João Luís Cardoso pelo convite para participar no congresso onde este trabalho foi inicialmente apresentado e pelas úteis sugestões sobre uma primeira versão deste texto.

BEFERÊNCIAS

- BOSCH GIMPERA, P. (1956) – Problemas de las civilizaciones del Neo-Eneolítico occidental y de su cronología. *IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas*. Zaragoza, p. 643-655.
- BOSCH GIMPERA, P. (1966) – Cultura megalítica portuguesa y culturas españolas. *Revista de Guimarães*. 76 (3-4), p. 249-306.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2011) – O Professor Mendes Corrêa (1888-1960) e a arqueologia portuguesa: breve síntese. In MARTINS, A. C. (ed.) – *Mendes Correia, 1888-1960. Entre a ciência, a docência e a política*. Lisboa: ACD Editores, p. 75-84.
- CARDOSO, J. L. (ed.) (2013) – *Manuel Heleno, pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional-Casa da Moeda (Suplemento d’*O Arqueólogo Português*, 8).
- CARTAILHAC, É. (1886) – *Les âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald Librairie.
- CHILDE, V. G. (1947) – *O Homem faz-se a si próprio (O progresso da Humanidade desde as suas origens até ao fim do Império Romano)*. Lisboa: Cosmos (A Marcha da Humanidade, 1).
- CORRÊA, A. M. (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia (Geografia, Arqueologia, Antropologia)*. Porto: Tipografia Sequeira Lda.
- CORRÊA, A.M. (1925) – A sepultura neolítica do Vale das Lages e os “eólitos” de Ota. *Bulletí de l’Associació Catalana d’Antropologia, Etnologia i Prehistoria*. III: 2, p. 117-146.
- CORRÊA, A. M. (1928) – A Lusitânia pré-romana. In PERES, D. (dir.) – *História de Portugal*, I. Barcelos: Portucalense Editora Lda., p. 75-214.
- CORRÊA, A. M. & TEIXEIRA, C. (1949) – *A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa)*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (Memoria, 27).
- COSTA, F. P. (1865) – *Da existência do Homem em épocas remotas no Valle do Tejo. 1.º Opúsculo. Notícia sobre os esqueletos humanos descobertos no Cabeço da Arruda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1867) – *Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelos estudos das cavernas. Primeiro opúsculo: notícia ácerca das grutas da Cesareda*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DELGADO, J. F. N. (1880) – Les grottes de Peniche et Casa da Moura, Portugal. Station et sépulture néolithique. *Materiaux pour l’Histoire Primitive et Naturel de l’Homme*. 11.

- DELGADO, J. F. N. (1884) – La Grotte de Furninha a Peniche. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne*. Lisbonne: Académie Royale des Sciences, p. 17-278.
- DINIZ, M. (2006-2007) – O Neolítico antigo em Portugal. Contributos para uma historiografia do tema. *Arqueologia e História*. 58-59, p. 17-34.
- FABIÃO, C. (2012) – *Uma História da Arqueologia portuguesa, das origens à descoberta da arte do Côa*. Lisboa: CTT Correios de Portugal.
- FIOLHAIS, C. (2014) – *História da ciência em Portugal. Da universidade medieval à entrada na União Europeia, passando pelos Descobrimentos e pelo Iluminismo*. Lisboa: Gradiva.
- GIRÃO, A. A. (1921) – *Antiguidades pré-históricas de Lafões. Contribuição para o estudo da arqueologia portuguesa*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GUILAINE, J. (1976) – *Les premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*. Paris: Mouton (Civilisations et Sociétés; 58).
- GUILAINE, J. (2008) – Entre Octávio da Veiga Ferreira et Pedro Bosch Gimpera. Le Néolithique du Portugal: historiographie, souvenirs, commentaires. In CARDOSO, J. L. (coord.) – *Octávio da Veiga Ferreira. Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16), p. 127-139.
- GUILAINE, J. & FERREIRA, O. V. (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. 67 (1), p. 304-322.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. II Série. 3, p. 221-237.
- HELENO, M. (1962) – Bosch Gimpera. *O Arqueólogo Português*. II Série. 4, p. 309-311.
- LEISNER, V. (1966) – Die verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal. *Palaeohistoria*. 12, p. 363-372. [tradução portuguesa de 1983, “As diferentes fases do Neolítico em Portugal”, *Arqueologia*. 7, p. 7-15].
- MARTINS, A. C. (2011) – Mendes Corrêa (1888-1960) e a arqueologia coeva: (en)trechos. In MARTINS, A. C. (ed.) – *Mendes Correia, 1888-1960. Entre a ciência, a docência e a política*. Lisboa: ACD Editores, p. 37-74.
- MATOS, P. F. (2011) – A vida e a obra do Professor Mendes Correia (1888-1960): articulações entre a antropologia, nacionalismo e colonialismo em Portugal). In MARTINS, A. C. (ed.) – *Mendes Correia, 1888-1960. Entre a ciência, a docência e a política*. Lisboa: ACD Editores, p. 9-36.
- MORGAN, L. H. (1877) – *Ancient Society: Or, Researches in the Lines of Human Progress from Savagery, Through Barbarism to Civilization*. New York: Henry Holt & Co.
- NATIVIDADE, M. V. (1899-1903) – Grutas de Alcobaça. Materiaes para o estudo do Homem. *Portugália*. 1 (3-4), p. 433-474.
- NICHOLSON, P. T. (1983) – Hodder Westropp: nineteenth-century archaeologist. *Antiquity*. LVII, p. 205-211.
- OLIVEIRA, F. P. (1884) – Notes sur les ossements humains qui se trouvent dans le musée de la Section Géologique de Lisbonne. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne*. Lisbonne: Académie Royale des Sciences, p. 291-306.
- OLIVEIRA, F. P. (1888-1892) – Nouvelles fouilles faites dans les kjoekkenmoddings de la vallée du Tage. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. 2, p. 57-81.
- PAÇO, A.; VAULTIER, M. & ZBYSZEWSKI, G. (1947) – Gruta da Nascente do Rio Almonda. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. XI (1-2), p. 171-187.

- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I. Notícia da estação humana de Lecêa*. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIBEIRO, C. (1880) – *Estudos prehistoricos em Portugal. Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II. Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Typographia da Academia.
- RIBEIRO, C. (1884) – Les kjoekkenmoedings de la Vallée du Tage. *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques. Compte Rendu de la Neuvième Session à Lisbonne*. Lisbonne: Académie Royale des Sciences, p. 279-290.
- ROCHA, A. S. (1900) – *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira*. Coimbra: Imprensa da Universidade (Memoria oferecida ao Instituto de Coimbra; Quarta Parte).
- ROCHA, A. S. (1908) – Phases do neolithico em Portugal. *O Archeologo Português*. XIII (7-12), p. 193-201.
- SAN VALERO, J. (1942) – *Notas para el estudio de la cerámica cardial de la Cueva de la Sarsa (Valencia)*. Madrid: Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria (Actas y Memórias. XVII).
- SAVORY, H. N. (1968) – *Spain and Portugal. The Prehistory of the Iberian Peninsula*. London: Thames and Hudson [edição portuguesa de 1985, *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo].
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- TRIGGER, B. (1989) – *A History of Archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. E. (1886) – *Antiguidades monumentaes do Algarve*, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia, 6).

**MEGALITHIC PEOPLE, MEGALITHIC MISSIONARIES:
THE HISTORY OF AN IDEA**

***POPULAÇÕES MEGALÍTICAS, MISSIONÁRIOS MEGALÍTICOS:
A HISTÓRIA DE UMA IDEIA***

Chris Scarre*

Abstract

The idea that the megalithic monuments of western and northern Europe were built by a specific group of people who travelled long distances along the Atlantic seaways was first proposed in the 18th century. It remained a dominant concept among 19th century antiquarians and archaeologists and became a feature of diffusionist models of Neolithic cultural interaction in the early 20th century. Opinions on the direction of travel were varied, some favouring a north-south and others a south-north movement of people. The ritual or religious character of these monuments was given particular focus in Gordon Childe's notion of 'megalithic missionaries'. Connections with the East Mediterranean also came to play an increasingly prominent role. The development of radiocarbon dating in the 1960s gave rise to different explanations of megalithic origins, emphasising regional sequences and indigenous social change. In recent years, however, novel scientific techniques – stable isotopes, ancient DNA, and improved dating methods – have given unexpected insight into the movement of prehistoric populations. Studies of exotic materials such as variscite and jadeitite have also renewed interest in maritime interconnections during the Neolithic.

Keywords: history of archaeology. Megalithic Missionaries, Megalithic People.

1 – INTRODUCTION

Given their visual prominence and the impressively large stones of which they are made, it is not surprising that megalithic monuments have long attracted theories about their origins. Early accounts typically attributed them to giants, or to the devil, on the assumption that only superhuman powers could have created them. It was believed that Stonehenge, for example, had been built by Merlin, the magician associated with the legendary King Arthur (CHIPPINDALE, 1994, p. 22-24). As recently as the 18th century, indeed, scholars such as Ludolph Smids were still claiming that the megalithic tombs of the northern Netherlands had been built by giants (BAKKER, 2010, p. 59). Other explanations invoked Christianity. According to folklore, the Merry Maidens stone circle in Cornwall takes its name from the tradition that young girls were turned to stone in punishment for dancing on the Sabbath (Hunt 1865); while the stone rows of Carnac were thought to be Roman soldiers petrified by the fleeing Saint Cornély (MÉRIMÉE, 1836). These popular traditions have

* Durham University. chris.scarre@durham.ac.uk

been steadily supplanted in recent centuries by more rational enquiry into the character and age of megalithic monuments, associated with the rise of archaeology as an academic discipline. Separate excavations in 1685 of two megalithic tombs, at Cocherel in northern France and D-27 Borger in the Netherlands, confirmed that they contained the remains of buried individuals (MONTFAUCON, 1719, p. 194-195; MARTIN, 1727, p. 311 ff.; SCHNAPP, 1996, p. 268-9, p. 357-8; BAKKER, 2010, p. 54-56). There is indeed documentary evidence for the recovery of human remains in an even earlier excavation near Sines in southern Portugal in 1591, from what was probably a small megalithic tomb (CARDOSO, 2017).

Antiquarian excavations, coupled with detailed observation and recording, multiplied during the 18th and 19th centuries and laid the foundations of our current understanding of megalithic tombs and associated Neolithic monuments. As it became clear that the megalithic monuments of individual regions of western and northern Europe formed part of a much broader tradition, present from Poland to Portugal, so theories of a common origin began to be entertained. Chief among these was the idea that megalithic monuments had spread throughout the lands in which they are found from a single point of origin, and were the work of a ‘megalithic people’.

2 – CELTS AND OTHERS

The notion of a migratory ‘megalithic people’ seems first to have taken shape during the 18th century. One of the earliest to write in these terms was the Comte de Caylus, in his lavish seven-volume *Recueil des Antiquités Egyptiennes, Etrusques, Grecques, Romaines, et Gauloises* (1752-1767). Each volume is arranged as a series of images (lithographs) with accompanying commentary. The megalithic tomb of La Pierre Levée de Poitiers appears in the fourth volume (1761) where Caylus attributes it to the Gauls: “[...] *il est vraisemblable que les ouvrages de ce genre & de cette nature sont du tems des Gaulois; & que leur construction doit avoir précédé de plusieurs siècles les guerres de César.*” (CAYLUS, 1761, p. 371). The sixth volume returns to northwestern France (CAYLUS, 1764). Plate 115 shows standing stones at Avrillé in the Vendée; plate 117 a *dolmen angevin* close to Saumur; plates 120 & 121 illustrate tombs, mounds and stone rows around Locmariaquer and Carnac, including the famous Carnac alignments; plate 123 the Roche aux Fées at Essé. For several of these, Caylus was drawing on the unpublished manuscript of Christophe-Paul de Robien. Président of the Parlement de Bretagne, De Robien was the first to closely observe, describe and draw the megalithic monuments of the Carnac region (CLOSMADÉUC, 1882). His *Description historique et topographique de l’Ancienne Armorique ou Petite Bretagne*, completed a few months before his death in 1756, was unequivocal in assigning these monuments to the Celts who had inhabited Brittany before the Romans (CLOSMADÉUC, 1882, p. 39-41). Caylus, on the other hand, had revised his earlier opinion and by 1764 was no longer convinced that these monuments were the work of the Gauls encountered by Julius Caesar. His argument was based on their predominantly coastal distribution, inconsistent with the domain of the Gauls who had occupied not only the coast but also inland: “[...] *car il est constant qu’étant maîtres de l’intérieur du pays, ils auroient élevé quelques-unes de ces pierres en plusieurs endroits du Continent, & l’on n’en a jamais trouvé que dans quelques Provinces situées sur le bord de la mer, ou du moins qui en sont peu éloignés.*” (CAYLUS, 1764, p. 386). This led him to a new interpretation of their origins, one that envisaged the arrival of “*hommes du Nord*” coming by sea: “[...] *il est plus simple & plus dans l’ordre des vraisemblances, de convenir que ce genre de monument est l’ouvrage du même Peuple [...] le rapport de ces opérations certifie que ce Peuple a successivement débarqué en Gaule & en Angleterre.*” (CAYLUS, 1764, p. 387-388). That “*même peuple*” could not have been the Celts.

A key element in this discussion was the observation that similar monuments were to be found in England. Indeed, Caylus in his 1761 volume had noted “[...] *La Pierre de Poitiers qui m’a conduit à cette digression, est si ancienne, que semblable aux monumens de l’Angleterre.*” (CAYLUS, 1761, p. 372), and both there and in Volume VI he referred specifically to Stonehenge in discussing the megalithic monuments of France. Nor was it only in England that parallels to the French megalithic monuments had been reported. The Swiss antiquary Jacques Christophe Iselin, writing to Bernard de Montfaucon about the discovery of the Cocherel tomb a few decades earlier, had drawn attention to the existence of similar monuments in Scandinavia (MONTFAUCON, 1719, p. 200-201; MARTIN, 1727, p. 323-324). Hence by the mid 18th century it was increasingly recognised that European megalithic monuments had an international distribution. That inevitably demanded a broader theory of their origins than one that was relevant to France alone.

A few decades later, the geographical canvas had been considerably broadened. Jacques Cambry in *Monumens Celtiques, ou Recherches sur le Culte des Pierres* (1805) describes megalithic monuments not only in Britain and France but also in Germany, Italy, Spain and Portugal, Switzerland, Thrace, Greece, Asia and Egypt. He draws parallels with similar structures in Sri Lanka, South America and Madagascar, concluding “*Je crois en avoir dit assez pour démontrer que le genre de monumens que j’ai décrits couvre toute la terre.*” For Cambry, the worldwide distribution of megalithic monuments was evidence of a general and widespread early belief in the power of stones, a ‘*culte des pierres*’. Breton by origin, the focus of Cambry’s interest was the stone rows of Carnac, and in the notes to the very first illustration, a view of Carnac, he writes of “*Les pierres si régulièrement alignées de Carnac, si massives, monument imité par tous les peuples de l’antiquité, semblent déjà former un cercle immense autour de la terre, à l’époque des premiers Celtes, des Scythes, des Pelages, des Cares, des Lélèges, des Saces, des Titans, des Corybantes, des Amazones, des Telebines, dont l’histoire ne nous a presque conservé que les noms.*” (CAMBRY, 1805, vii). This was not the product of a wandering megalithic people, however, but “[...] *l’imitation des monumens druidiques par les différens peuples à des époques variées.*” (CAMBRY, 1805, p. 271). Hence for Cambry, Carnac lay at the heart of the megalithic phenomenon, but its worldwide expression was the result of imitation and emulation rather than migration.

Cambry’s enthusiasm for the Celts as the authors of the European monuments, a proposal that had been rejected by Caylus, was shared by other writers of the period. A landmark study for northern Europe was Nicolaus Westendorp’s 1812 thesis *Verhandeling over de Hunebedden* that sought directly to determine which people had built the megalithic tombs of the northern Netherlands (BAKKER, 2010, p. 108-120; WESTENDORP, 1822). Westendorp considered a number of alternatives, including the Vikings (who had been proposed by De Rhoer in 1770: Bakker *ibid.* 113), but ultimately came down in favour of the Celts. He recognized the presence of megalithic tombs (all of which he called *hunebedden*) not only in his home province of Drenthe, but also in Scandinavia, in northern Germany, in Britain and Ireland, and in France and Spain (WESTENDORP, 1822). He provided no distribution map, but described their geographical presence in sufficient detail to allow one to be drawn from his account (BAKKER, 2010, p. 116). Westendorp correctly concluded that the tombs had been built at a time before the use of metal, though he also envisaged them as the work of a nomadic people who made pottery but did not practice farming. He then by a process of elimination narrowed down the possibilities to arrive at the Celts and the Cimbri (whom he considered a single people), on the basis that they were the only people who were known in pre-Roman times to have occupied all of the lands concerned. The Celts and Cimbri together were responsible for all the megalithic tombs of Europe, from Denmark to Portugal (WESTENDORP, 1822).

Westendorp's conclusions were soon challenged. It was observed, for example, that the tombs could as easily be the work of an unrecorded prehistoric people as of the historically recorded Celts and Cimbri (BAKKER, 2010, p. 118-119). But he had attempted to address the question of megalithic origins in a systematic manner and on a large geographical canvas.

3 – THE *PEUPLE À DOLMENS*

The Celtic associations of megalithic monuments were deeply rooted in popular belief, but as the 19th century progressed, it became clear to many that an earlier, pre-Celtic origin was a more plausible option. The new model was set out clearly by the Baron de Bonstetten in his famous *Essai sur les Dolmens*. His aim was to “[...] *esquisser à l’aide de ces sépultures et de la diversité de leur mobilier funéraire la marche d’un peuple qui eut le triste privilège de ne marquer son existence dans l’histoire que par l’architecture bizarre de ses tombeaux.*” (BONSTETTEN, 1865, p. 1). He recognized a great arc of dolmens extending from the Baltic to Cyrenaica (North Africa now being included in the distribution), with six separated branches in the Crimea, Etruria, Palestine, Corsica, Greece and India. His conclusion was that in all probability they were all the work of a single people “[...] *dont le nom et l’existence se perd dans les ténèbres des temps anté-historiques.*” (BONSTETTEN, 1865, p. 40).

For Bonstetten, this *peuple à dolmens*, similar to the Scythians in physique and pastoralist in their lifestyle, came from the East and entered Europe via the Caucasus, settling along the northern shores of the Black Sea. Forced from their new homeland by the arrival of further ‘asiatic hordes’, they embarked on a two-pronged movement, one towards and across the Mediterranean accounting for the dolmens of Syria, Greece, Italy and Corsica; the other around the vast Hercynian forest into northern Europe, where the great arc of dolmens begins. From northern Europe they travelled down the coast to northern France, to Britain and Ireland, and then across the Pyrenees into Portugal and finally North Africa (BONSTETTEN, 1865, p. 44-49). Note that they avoided eastern Iberia, either because it was already occupied by another people, or simply by chance. The driving force behind this long-term but incessant movement of pastoral communities was, Bonstetten argued, most likely to have been famine, and the result was the replacement in western Europe of ‘*l’homme des cavernes*’ by ‘*le peuple à dolmens*’, before the latter in turn were replaced by the peoples known to history (BONSTETTEN, 1865, p. 51).

Bonstetten was not alone in these elaborate conjectures. At the same period, Alexandre Bertrand (founder and first director of the Musée des Antiquités Nationales) was giving detailed consideration to the distribution of megalithic tombs across France. He highlighted the coastal emphasis of dolmens, and used that to reject the idea that they were Celtic in origin (since the Celts had occupied the whole of France, not only the coastal regions) (BERTRAND, 1863 a, 1863 b, 1864). He concluded: “*L’impression que laisse cette distribution des dolmens sur la surface de la Gaule, c’est que les populations qui y sont ensevelies n’ont point été, comme on l’a cru, repoussées de l’est à l’ouest par des envahisseurs, mais sont venues directement du nord, le long des côtes ou par mer, et ont directement pénétré dans l’intérieur par les rivières ou les vallées.*” (BERTRAND, 1863 a, p. 235). The words are almost exactly those of the Comte du Caylus a century before. It was, however, in drawing attention to similarities between the megalithic monuments of North Africa and those of Scandinavia that Bertrand developed his ‘megalithic people’ most clearly: a people pushed out from Central Asia to the Baltic shores, then again forced onward to Britain and Ireland, France and Portugal, until dying away in North Africa (BERTRAND, 1863b, p. 531) (Fig. 1).

4 - NORTH OR SOUTH?

The reaction to this mid-19th century notion of a megalithic people moving from north to south down the Atlantic coasts took two forms. The first was a simple reversal of the direction, suggesting that the megalith-builders had moved northwards from the Mediterranean, not southwards from the Baltic (Figure 1). The second was a rejection of the whole concept of a travelling megalithic people. Thus Gabriel de Mortillet in the 1870s (*Sur la non-existence d'un peuple des dolmens* 1874) remarked that the hypothesis of a 'megalithic

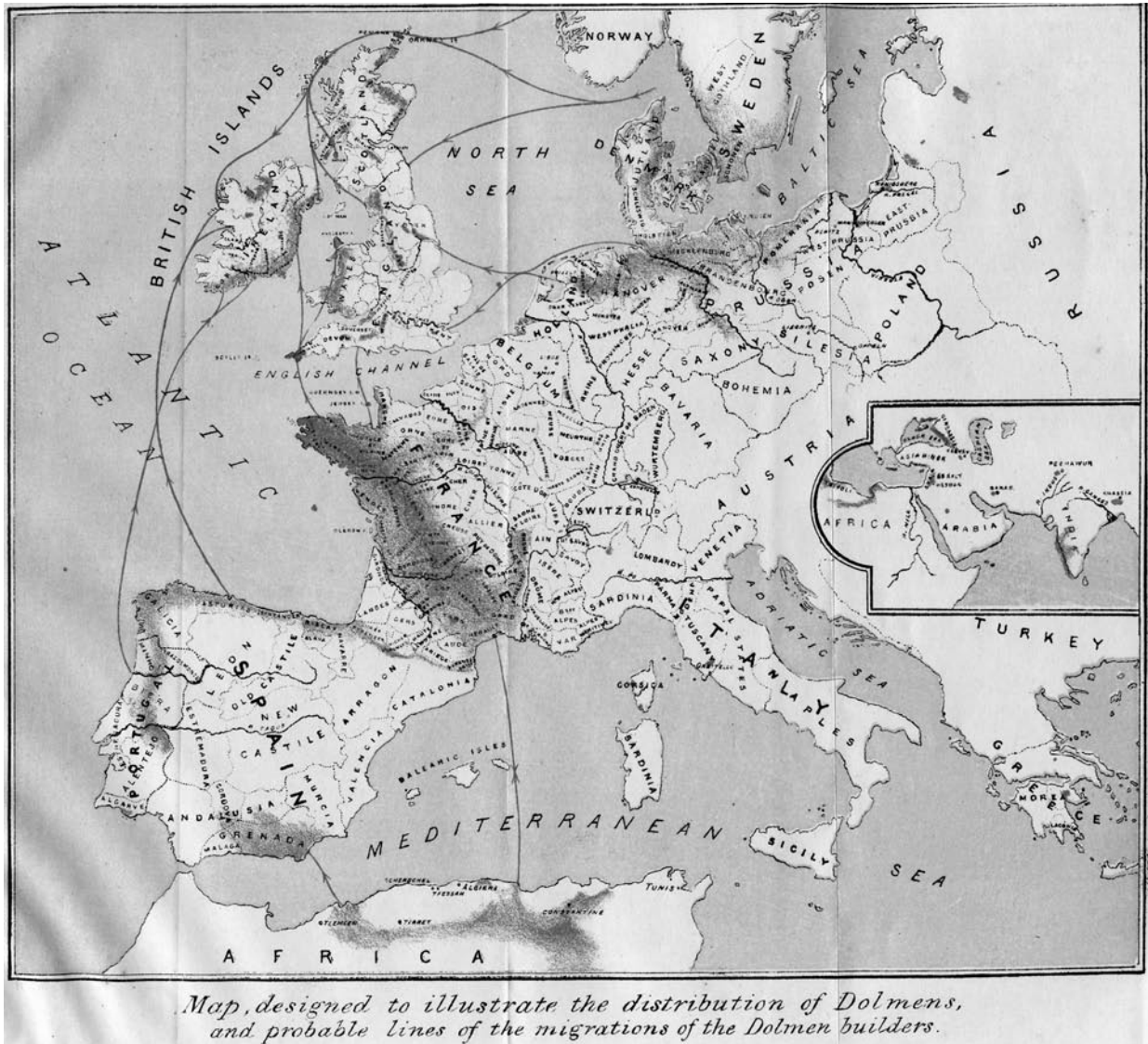


Fig. 1 – The migrations of the ‘Dolmen builders’ as mapped by James Fergusson in 1872, following Bertrand and Bonstetten. The direction of the arrows illustrates multiple routes of diffusion, from northern Europe, France, and Iberia, with other inputs from North Africa. The small inset map indicates the presence of megalithic monuments also in India, the Near East and the Caucasus. Ironically, Fergusson did not support the hypothesis of a migratory ‘megalithic people’, instead considering “[...] these rude stone monuments as merely the result of a fashion which sprung up at a particular period, and was adopted by all those people who, like the Nasamones, revered their dead and practiced ancestral worship rather than that of an external divinity.” (FERGUSSON, 1872, p. 408).

people' was inconsistent with the diversity of the artefactual assemblages recovered from these tombs, and with the diversity of cranial types among the inhumed. Comparison of regional tomb sequences and their contents in Brittany and Jutland underlined the point: "*Les dolmens des deux régions ont donc assisté à la même évolution industrielle. Ils étaient indépendants les uns des autres, pendant tout le temps, fort long, que s'est effectuée cette évolution, qui probablement même n'a pas été synchronique, comme chronologie absolue, dans les deux régions.*" (DE MORTILLET, 1874, p. 531). It was not the spread of a people that was responsible for the building of megalithic tombs, but the spread of a religion or a cult (DE MORTILLET, 1877, p. 157).

It was in the 1860s that Portuguese archaeologists first began to enter this debate. Among the first was Pereira da Costa, who in his *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal* (1868) followed closely the conclusions of Bonstetten in tracing a north-south ancestry for Portuguese megalithic tombs. A decade later, Augusto Filipe Simões argued by contrast (echoing De Mortillet) that the megalithic tombs of western Europe were not the work of a single migrant people but had been built by the different peoples inhabiting the regions in which they are found; and furthermore, "[...] *that the custom of building the dolmens spread from south to north, in the opposite direction contrary to that attributed to the migrant people.*" [*"Julgam mais que o costume de construir os dolmens se propagaria do sul para o norte, em direcção contraria áquella que faziam seguir ao povo emigrante."*] (SIMÕES, 1878, p. 98). Simões goes on to discuss the possibility and practicability of early seafaring along the Atlantic coast using only log boats, and asks whether these voyagers might be considered the precursors of the Phoenicians. Thus his rejection of the megalithic people is coupled with an acceptance, nonetheless, of long-distance maritime contact.

Twenty years later, the underlying question had been radically reframed by the publication of Oscar Montelius' *Der Orient und Europa* in 1899. Montelius attributed the arrival of the later Stone Age in Europe to the migrations of the Aryan peoples from Asia, but by this time the chronology of megalithic monuments was sufficiently well established to indicate that they did not belong to the earliest Neolithic but to a later phase. Montelius nonetheless was firmly of the opinion that they had spread to Europe from Asia, albeit not as the work of a single people. He traced their progress along the north coast of Africa to southwest Europe and thence northwards to northwest and northern Europe, arriving in Scandinavia long before the end of the 3rd millennium BC (MONTELIUS, 1899, p. 34-35). Earlier theories for a north-south direction of spread were discounted, in large measure because they were inconsistent with the newly emerging Neolithic chronology.

The proponents of a northern origin did not, however, immediately give way. A few years earlier, Salomon Reinach (who succeeded Alexandre Bertrand as director of the Musée des Antiquités Nationales) had been very clear: "[...] *tout porte à croire que les dolmens de l'Allemagne du Nord, formés de blocs erratiques, sont les plus anciens que nous connaissons.*" (REINACH, 1893, p. 557). Another firm advocate of a northern origin was Matthaeus Much. He suggested that the origin of the megalithic tomb lay not in the practice of collective burial in natural caves (as had previously been proposed), but in the opportunities for secure burial offered by the many glacial erratics of the North European plain, "[...] *die Leiche zwischen solchen Steinblöcken zu betten, statt in der Erde zu begraben.*" (MUCH, 1902, p. 151). In accounting for the spread of the tombs to western and southern Europe, he envisaged some "*Viking sea-king of the Stone Age*" with his followers sailing the Atlantic shores and settling the exposed islands and peninsulae. The obvious place of origin for such a seafaring people was the Baltic with its many inlets and islands (MUCH, 1902, p. 161-162).

The Vikings thus entered the debate alongside the Phoenicians as a possible prototype for the people or peoples who had carried the building of megalithic monuments in prehistory along the coasts of northern and western Europe. The power of the Phoenicians as a potential parallel was greatly strengthened by the discoveries of the Siret brothers in southeast Spain, especially the excavations by Louis Siret at Los Millares

in the 1890s. For Siret, the corbel-vaulted *tholos* tombs were derived from Mycenae and ultimately from Egypt, and the ‘colonies’ themselves (such as Los Millares) were attributed to the Phoenicians (SIRET, 1913).

Georg Wilke drew on this in his study of the Iberian megaliths, accepting that the presence of corbelled vaults and porthole entrances in southern Iberia demonstrated links with the East Mediterranean (WILKE, 1912). He noted also that ‘false vaults’ are found not only in southern Iberia but also in southern France, Brittany and the British Isles; whereas they are absent from Holland, Belgium, Netherlands, northern Germany and Scandinavia (WILKE, 1912, p. 11). That would be consistent with a spread of this particular feature from south to north. But Wilke rejected a simple East Mediterranean origin for megalithic tombs as a whole, arguing that the typological development from simple dolmen to passage grave and then to corbel vaulted tomb can be traced only in western Europe, and not in the east. Furthermore, he noted that it is Scandinavia and Portugal that have the simplest forms of tomb (by which he implied the earliest); and he also observed that the corbel-vaulted tombs that show the strongest evidence of Mediterranean influence are not the earliest tomb type in the southwest. What also seemed clear was that the northern tombs were built by Indogermanic peoples who were the ancestors of the Germanic people: “*Diese nordischen Dolmenbauern waren – das dürfen wir heute mit grosser Bestimmtheit aussprechen – Indogermanen und zwar Nordindogermanen und die unmittelbaren Vorfahren der nachmaligen germanischen Völkerstämme.*” (WILKE, 1912, p. 155). Wilke concluded that the claims of a southwest or northern origin for European megalithic tombs could not be resolved without a robust chronology that would allow the relationship between the two regions to be established. At the same time, he was not convinced that it came down to a simple choice between Iberia and Scandinavia. He observed that the tradition of stone-built tombs need not necessarily have originated in either the north or the south, as earlier writers had contended, but could have begun in an intervening region of Atlantic Europe (WILKE 1912, p. 171).

5 – KOSSINNA, CHILDE AND DANIEL

The association of the north European tombs with the Indogermanic peoples became a key point of contention in the early 20th century. Writing in same year as Wilke, Gustaf Kossinna likewise maintained that the Indogermanic people of Scandinavia and the Baltic coastlands had been the first builders of megalithic tombs in northern Europe (KOSSINNA, 1912). A decade later, Gordon Childe was robust in rejecting this Indogermanic association: “*Most archaeologists consider that the idea of constructing these unwieldy tombs was diffused by a maritime race who set out from the Eastern Mediterranean in the search for metals and precious substances; for there is a rough coincidence between the distribution of the monuments and the substances in question. It is supposed that these early voyagers established trading stations or even dynasties where they found the objects of their quest and initiated the natives into their cult of the dead and the architecture which it inspired. In some form this view seems to me to be the right one, but none of its advocates have identified their treasure-seekers with Aryans.*” (CHILDE, 1926, p. 101). Furthermore the direction of travel was wrong: “[...] *some consider that the Scandinavian tombs are typologically the most primitive. So it is proposed to reverse the usual account of their diffusion and locate the original focus of dolmens in Denmark. Thence, it is suggested, tall sea-rovers with golden locks, the forerunners of the Vikings, set out in glorified dug-outs for Barbary and India.*” The alternative was much more convincing: “[...] *it is certain that the mariners from the West introduced to Scandinavia the cult of the dead and the megalithic funerary architecture associated therewith, first simple dolmens and then more pretentious structures termed passage graves.*” (CHILDE, 1926, p. 172).

Iberian archaeologists not surprisingly held that megalithic tombs had their origin in the peninsula. Bosch-Gimpera, for example, situated the origins of the megalithic tombs in the mountainous regions of northern and eastern Portugal, and attributed them to an isolated community, perhaps “[...] *mountain shepherds that gradually developed the cult of the dead (as in general did all the peoples of Neolithic Spain) and who moved in a territory rich in large stones.*” (BOSCH-GIMPERA, 1932, p. 84). Bosch-Gimpera was here following a previous article co-authored with Lluís Pericot, which likewise situated the origins of the polygonal “*dolmens simples*” in northern and central Portugal, perhaps extending northwards to include Galicia. It was probably from Galicia, in their view, that the megalithic tomb tradition spread across northern Spain to the Pyrenees (BOSCH-GIMPERA & PERICOT, 1925, p. 417, p. 421).

That claim for a Galician origin was contested by Daryll Forde in a detailed review of the broader Atlantic context (FORDE, 1930). Forde rejected Kossinna’s argument for a northern origin of megalithic tombs, but he sought the inspiration for the Iberian tombs outside Iberia, following earlier writers in positing East Mediterranean influence. He reversed Bosch-Gimpera’s sequence, interpreting the simpler megalithic tomb types of northern Portugal and Galicia as degenerate forms emanating from a twin source of origin in southwest and southeast Iberia. For Forde, it was the earliest forms of tomb that had been the most elaborate, and hence “*If the Iberian megalithic culture was already at a high level of achievement in the earliest centers of the south, the problem of its origin is pushed one stage further back and must be sought, not in the degraded megaliths of northern Portugal but in some higher civilization elsewhere.*” (FORDE, 1930, p. 53). That place of origin was to be found, just as Wilke and Montelius had suggested, by looking eastwards across the Mediterranean.

Forde was in no doubt, however, that Iberian models lay behind the megalithic tombs of Brittany, Britain and Scandinavia, and extended those connections to include pottery and polished stone axes, and (in the case of Brittany) variscite beads. Thus “[*the Breton peninsula projecting westwards to the north of Iberia was the scene of a colonization which rivaled the southern Iberian centres.*” (FORDE, 1930, p. 68). “[*T*here was undoubtedly extensive migration”, while “[*t*he general littoral distribution of the megalithic tombs of the Breton peninsula and the existence of several maritime focal points, leaves us in little doubt [...] that the original implantation was effected by sea.” (*Ibid.*, p. 68-69). A similar pattern held for Britain, for example in “*Devon and Cornwall, where the first impact of Breton or Iberian migrants might be expected.*” (*Ibid.*, p. 92). Thereafter [...] *voyagers from the south along the western coasts introduced the passage tomb in a less degenerate form in the remote northerly parts of the island. The chambered cairns of western and northern Scotland are corbeled tombs with precise analogies in southern Iberia.*” (FORDE, 1930, p. 93). Forde’s narrative was unequivocal in attributing the megalithic tombs of Britain and Britain to seafarers from the south.

By the middle decades of the 20th century, detailed regional studies such as those by Bosch-Gimpera on Iberia and by Sprockhoff (1938) and Nordman (1935) on northern Europe had greatly amplified the amount of detailed information available to researchers seeking to compare and connect the different megalithic traditions. Bosch-Gimpera, as we have seen, favoured an Iberian origin; whereas Nordman accepted a southern origin for many megalithic tombs but argued that the earliest megalithic tombs of northern Europe were an indigenous development, although the idea was introduced from outside (NORDMAN, 1935, p. 85). Reviewing all of this evidence, Glyn Daniel, however, was “[...] *in no doubt that at one stage in its early history Europe was colonized by a movement of people diffusing megalithic tombs.*” (DANIEL, 1941, p. 7), nor was there any question about the direction of movement: “[...] *it was from the south of Europe to the north-west and north, from Spain and the West Mediterranean to France, the British Isles, and north Germany and Scandinavia.*” (*Ibid.*, p. 8), and those responsible, “*hardy megalithic seafarers*” (*Ibid.*, p. 23). In Daniel’s view, it was likely “[...] *that the spread of burial chambers represents a fairly extensive series of colonising movements – something between the small*

groups of leaders and chiefs and the hordes of the Megalithic 'Race'." He saw nothing in the tombs themselves or their contents "[...] *to suggest that these tombs represent anything more than the colonisation of Atlantic Europe in prehistoric times by adventurous folk emanating from Iberia and the Western Mediterranean.*" (*Ibid.*, p. 48). Nor was he any more equivocal about the way this had all begun: "[...] *the first event in the megalithic colonisation of Europe is the settling in south-east Spain of folk who buried their dead in these Tholoi*" and those Iberian tholoi themselves were derived, in his view, from the Aegean (*Ibid.*, p. 41).

Daniel favoured colonization – the displacement of entire communities and their relocation in a new land. Others, by contrast, while accepting the movement of people and the direction of that movement (from the Mediterranean to northern Europe), argued that it was pioneers searching for raw materials who were behind the spread of the tombs. Hence Gordon Childe in the first edition of *The Dawn of European Civilization* (1925) had commented on various parallels between British megalithic tombs and those of Iberia – the corbel-vaulted chambers, for example – but had attributed them to trade: "*No actual colonization on any large scale is presupposed in the phenomena of our new stone age. The neolithic arts and the idea of megalithic architecture may simply have been taken over by the natives from traders touching on the shores.*" (CHILDE, 1925, p. 291-292).

By the third edition of *The Dawn of European Civilization* (1939), Childe had modified that interpretation and supported an alternative vision of "[...] *the spread of some religious idea expressed in funerary ritual.*" (CHILDE, 1939, p. 209). A decade later he was writing of "missionaries or prospectors" whose arrival, from southern France to northern Scotland, was marked by the construction of megalithic collective tombs that "can only have been built or inspired by voyagers arriving by sea" (CHILDE 1950, p. 88-89). "*Indeed there was no single megalithic culture but perhaps a cult, superimposed upon a number of already differentiated cultures. So there was no megalithic people; yet the diffusion of a cult could not be effected without a settlement by actual people.*" (*Ibid.*, p. 90). The idea that megalithic tombs had been built by or at the instigation of megalithic missionaries was not altogether new (see e.g. HAWKES, 1934, p. 26). It drew particular support from the fact that burial practices were an expression of religious belief, and from the puzzling lack of a common culture – in terms, for example, of pottery – between the different megalithic regions. What was spread, it was argued, was not a colonising people but a set of religious beliefs and practices. This, essentially, had been Gabriel de Mortillet's proposal in the 1870s, when he rejected the idea of a 'megalithic people': "*Le dolmen n'est donc qu'une des formes d'un usage sépulcral qui s'est répandu de proche en proche chez des peuples nombreux et divers. Il ne peut, par conséquent, servir à caractériser un peuple special.*" (DE MORTILLET, 1874).

6 – DATES, ISOTOPES AND DNA

The fundamental problem behind all of these hypotheses, from Caylus to Childe, was the absence of a secure chronology. Parallels in tomb types and artifact categories too often assumed what they were held to demonstrate – that there had been connections between the various megalithic regions, and that primacy should be assigned to one region over others. Whether the concept of the megalithic monument had begun earliest in Portugal, or Brittany, or Scandinavia, or in some other place along the Atlantic façade, could not be established on the basis of morphological parallels alone; still less, the mechanisms that underlay their broad geographical distribution.

A breakthrough came with the publication of the first radiocarbon dates for megalithic tombs in the late 1950s (GIOT, 1959; COURSAGET *et al.*, 1962). Initially, however, it seemed possible to accommodate the older models to the new dates. Hence Bosch-Gimpera referred to the new date of 3030 ± 75 BC (uncalibrated: GIOT,

1959) from the passage tomb of Ile Carn at Ploudalmézeau, on the northern coast of Brittany, when restating his view that developments in Iberia were ultimately behind the inception of megalithic tombs in Brittany and the British Isles: “[...] *pendant le quatrième millénaire, la culture mégalithique portugaise devait être déjà en plein développement: sépultures à couloir et construction mégalithique avaient commence à s’introduire en Bretagne et dans les Iles Britanniques. Le tumulus de Ploudalmézeau (Bretagne), avec une tombe à coupole et un couloir d’entrée de la fin du quatrième millénaire, est un indice indirect qui nous permet d’avancer que les sépultures portugaises se trouvaient alors en plein développement.*” (BOSCH-GIMPERA, 1967, p. 30).

Once radiocarbon dates (and the first TL dates: WHITTLE & ARNAUD, 1975) became more widely available, however, and calibration was applied, it became clear that the previously accepted models positing a single or dual origin for megalithic tombs were no longer supported. By the mid 1970s, the pattern of dates that began to emerge suggested not one centre of origin for megalithic tombs, but several – in Denmark, Brittany, Iberia and possibly Ireland as well (RENFREW, 1976, p. 204). No longer was it permissible to envisage a ‘megalithic people’ or ‘megalithic missionaries’ spreading from north to south or south to north; there was no clear evidence from the radiocarbon dates that any one centre of megalithic monuments had chronological precedence over any other.

The theory of multiple independent origins that emerged from the calibrated radiocarbon dates was not entirely new: it had been suggested by critics of Westendorp’s thesis 150 years earlier, and by De Mortillet and Simões in the 1870s. Furthermore, there had been an undercurrent of thinking throughout the 20th century that the Danish dolmens had in some way been an independent development, even if the ‘idea’ of the megalithic tomb had been introduced to that region from outside (e.g. NORDMAN, 1935). But the new chronological scheme demanded a new model to explain the origins of megalithic tombs, and that model entirely rejected any concept of a ‘megalithic people’ – or indeed much contact of any kind between the different regions. Theories put forward to account for the parallel development of megalithic tombs in different regions focused on the spread of farming and the interaction with Mesolithic communities along the Atlantic façade. It was significant, for example, that a number of the independent centres for megalithic origins that were proposed coincided more or less closely with areas of significant Mesolithic cemeteries – in the Baltic, in southern Brittany, or in southwest Portugal (RENFREW, 1976, p. 213; SHERRATT, 1990). It could hence have been the confrontation between indigenous Mesolithic and intrusive Neolithic communities that lay behind the genesis of the European megaliths.

The theory of independent multi-regional origins was consistent with the early evidence from radiocarbon dating but did not adequately explain the inter-regional parallels. This applied, for example, not only to the use of megalithic blocks in broadly similar ways, but to more specific features shared between the monuments of the different regions, such as megalithic art in Ireland and Brittany (LE ROUX, 1992; O’SULLIVAN, 1997). That did not necessarily imply a return to the concept of a ‘megalithic people’ but it did suggest that maritime contacts had an important explanatory role to play in accounting for the distribution and approximate synchronicity of megalithic origins from Poland to Portugal.

It is only within the last decade that techniques of analysis have been developed that are capable of directly addressing the issue of human mobility in prehistory. Chief among these are stable isotope analysis (notably of strontium and oxygen), and the successful extraction of ancient DNA from burials. As yet, the latter has not extensively been applied to skeletal remains from megalithic tombs (though see DEGUILLLOUX *et al.*, 2011). Coupled with the development of systematic dating programmes using Bayesian analysis, however, ancient DNA and stable isotope analysis are beginning to give a more detailed narrative for processes of change in the west European Neolithic.

One feature of this new narrative is the direct scientific evidence for the movement of people, both at the individual level (through stable isotopes) and at a larger scale (as shown by palaeogenetic patterns revealed through ancient DNA). A study of stable isotopes in Sweden indicated for example that almost one quarter of those buried in the passage graves of the Falbygden area may have been non-locals (SJÖGREN *et al.*, 2009). Recent study of burial assemblages from British megalithic tombs likewise indicates that a number of the individuals buried within them had spent part at least of their childhood elsewhere (NEIL *et al.*, 2016, 2017). Such evidence for mobility must also be viewed against the growing consensus that colonist farmers from northern France were responsible for the introduction of the Neolithic to southern Britain, and in light of arguments that the long mound and chambered tomb traditions of southern Britain were derived directly from those of northern France (SCARRE, 2015).

At a broader European scale, studies of ancient DNA are largely consistent with the hypothesis that the spread of the Neolithic across Europe was associated with the expansion of farming groups from Southwest Asia who to a greater or lesser extent replaced indigenous hunter-gatherer populations. This evidence appears to confirm long-held views that early farming travelled by two routes: through Central Europe to the north and northwest; and across the Mediterranean to Italy and Iberia (HOFMANOVÁ *et al.*, 2016). Megalithic tombs, however, are a secondary phenomenon in most of the relevant areas, belonging to the Middle rather than the Early Neolithic, and DNA studies have yet to explore connections and interactions along the Atlantic façade.

Could it be that the oft-debated, oft-dismissed concept of a ‘megalithic people’ is about to experience a renaissance in Neolithic studies. There are persuasive arguments in support of some direct connection between the different areas of western and northern Europe where megalithic monuments appear; but such connections, even where convincingly demonstrated, do not in themselves necessarily indicate substantial movements of population. Whereas colonist farmers may have brought farming, and tombs, to Britain and Ireland, the nature of contacts southwards, from northwest France to northwestern Iberia, is unclear. Connections between northwest Iberia and Brittany are revealed by movements of variscite ornaments northwards and polished stone axes southwards, and by occasional finds of Breton Castelleic pottery in Galicia (PÉTREQUIN *et al.*, 2012; FÁBREGAS VALCARCE *et al.*, 2012, 2017; GAUTHIER & PÉTREQUIN, 2017; but see also VILLALOBOS GARCÍA & ODRIÓZOLA, 2017). These patterns of movement again, however, do not reveal the exact mechanisms of contact; whether, for example, Neolithic Iberians visited Brittany or the converse. Recent simulations indicate that journeys of this kind could have been completed in 5-6 weeks, or perhaps only half as long if direct open-sea voyages across the Bay of Biscay, out of sight of land, were undertaken (CALLAGHAN & SCARRE, 2017). Copastal communities of Neolithic Brittany were capable of transporting substantial menhirs by sea over distances of up to 40 kms, and must have had correspondingly sophisticated vessels (CASSEN *et al.*, 2016). Long-distance maritime connections would hence have been entirely feasible, but are yet to be demonstrated unequivocally. That the tradition of megalithic monuments may have been transmitted by seafarers travelling between the coasts, islands and peninsulae of western and northern Europe hence appears entirely plausible.

That does not, in itself, reinstate the idea of a ‘megalithic people’; maritime interconnections do not equate to mass migration. We are perhaps closer to Childe’s ‘megalithic missionaries’: the spread of a mortuary tradition associated with a particular engagement with the material world exemplified by the use of megalithic blocks. Some might view these new interpretations as only the latest stage in a debate that reaches back to the earliest days of European archaeological enquiry. Indeed, we may argue that the changing fortunes of the ‘megalithic people’ have at every point reflected wider trends within the discipline: from the attribution of megalithic monuments to historically recorded peoples (Celts or Gauls) in the 18th and 19th centuries; to the

general models of migration and diffusion that dominated archaeology in the early 20th century; to the processual explanations of the 1970s. The powerful new analytical techniques that are now available, however, have the potential to transform that debate by providing direct evidence of human movement. It is clear that today, in the 21st century, we are closer than ever before to understanding the patterns of human mobility and interregional contact that underlay the adoption and spread of megalithic architecture in Neolithic western Europe.

ACKNOWLEDGEMENTS

I am very grateful to Professor Cardoso for his invitation to attend the conference *História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia*, at which an earlier version of this paper was presented. I am also grateful to Floor Huisman for help with the Dutch text of Westendorp's *Verhandeling ter beantwoording der Vrage*.

REFERENCES

- BAKKER, J. A. (2010) – *Megalithic Research in the Netherlands, 1547-1911. From 'Giant's Beds' and 'Pillars of Hercules' to accurate investigations*. Leiden: Sidestone Press.
- BERTRAND, A. (1863) – Les monuments primitifs de la Gaule. Monuments dits celtiques: dolmens et tumulus. *Revue Archéologique*. 7, p. 217-37.
- BERTRAND, A. (1863) – Monuments dits celtiques dans la province de Constantine. *Revue Archéologique*. 8, p. 519-31.
- BERTRAND, A. (1864) – De la distribution des dolmens sur la surface de la France. *Revue Archéologique*. 10, p. 144-54.
- BONSTETTEN, A. de (1865) – *Essai sur les dolmens*. Geneva: Jules-Guillaume Fick.
- BOSCH-GIMPERA, P. & PERICOT, L. (1925) – Les civilisations de la Péninsule ibérique pendant le Néolithique et l'Énéolithique. *L'Anthropologie*. 35, p. 409-52.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1932) – *Etnologia de la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Alpha.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1967) – Civilisation mégalithique portugaise et civilisations énéolithiques. *L'Anthropologie*. 71, p. 1-48.
- CALLAGHAN, R. & SCARRE, C. (2017) – Biscay and Beyond? Prehistoric voyaging between two Finisterres. *Oxford Journal of Archaeology*. 36, p. 355-73.
- CAMBRY, J. (1805) – *Monumens Celtiques, ou recherches sur le culte des pierres, précédées d'une notice sur les Celtes et sur les Druides, et suivies d'étymologies celtiques*. Paris: Joanneau.
- CARDOSO, J. L. (2017) – O mais antigo registo conhecido da escavação de uma estação pré-histórica em Portugal. São Torpes e a sua sepultura da foz da ribeira da Junqueira (Sines). *Al-Madan* 21, p. 132-41.
- CASSEN, S.; CHAIGNEAU, C.; LESCOP, L.; QUERRÉ, G.; ROUSSET, J.-M.; GRIMAUD, V. & VIGIER, E. (2016) – Le déplacement des mégalithes extraordinaires sur le littoral morbihannais. Modèles d'embarcations et questions relatives à la navigation atlantique dès le V^e millénaire av. J.-C. In *La maritimisation du monde de la préhistoire à nos jours. Enjeux, objets et méthodes*. Paris: Presses de l'université Paris-Sorbonne, 237-.
- CAYLUS, A. C. P. comte de (1761) – *Recueil d'Antiquités Egyptiennes, Etrusques, Grecques, Romaines et Gauloises*, Tome IV. Paris.
- CAYLUS, A. C. P. comte de (1764) – *Recueil d'Antiquités Egyptiennes, Etrusques, Grecques, Romaines et Gauloises*, Tome VI. Paris.
- CHILDE, V. G. (1925) – *The Dawn of European Civilization*. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.
- CHILDE, V. G. (1926) – *The Aryans. A Study of Indo-European Origins*. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co.
- CHILDE, V. G. (1950) – *Prehistoric Migrations in Europe*. London: Kegan Paul.

- CHIPPINDALE, C. (1994) – *Stonehenge Complete*. London: Thames & Hudson.
- CLOSMADÉUC, G. (1882) – Le Président de Robien, archéologue. *Bulletin de la Société Polymathique du Morbihan*, p. 25-60.
- COSTA, F. A. P. (1868) – *Noções sobre o Estado Prehistorico da Terra e do Homem seguidas da descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- COURSAGET, J.; GIOT, P.-R. & LE RUN, J. (1962) – A fresh series of radiocarbon dates from France. *Antiquity*. 36, p. 139-41.
- DANIEL, G. (1941) – The dual nature of the megalithic colonisation of prehistoric Europe. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 7, p. 1-49.
- DEGUILLOUX, M.-F.; SOLER, L.; PEMONGE, M.-H.; SCARRE, C.; JOUSSAUME, R. & LAPORTE, L. (2011) – News from the West: ancient DNA from a French megalithic burial chamber. *American Journal of Physical Anthropology*. 144, p. 108-18.
- FERGUSSON, J. (1872) – *Rude Stone Monuments in All Countries; their Ages and Uses*. London: John Murray.
- FORDE, C. D. (1930) – Early cultures of Atlantic Europe. *American Anthropologist*. 32, p. 19-100.
- GARCÍA, R. V. & ODRIOZOLA, C. P. (2017) – Circulación de hachas prehistóricas de jade alpino en el centro-occidente de la Península Ibérica. ¿Modelo “directional trade” o “down-the-line/prestige chain”? *Munibe*. 68.
- GAUTHIER, E. & PÉTREQUIN, P. (2017) – Interprétations sociales des transferts de grandes lames polies en jades alpins dans l’Europe néolithique. Analyses spatiales dans le cadre du programme ANR JADE 2. *ArchéoSciences*.
- GIOT, P.-R. (1959) – Une station du Néolithique Primaire Armoricain: Le Curnic en Guissény (Finistère). *Bulletin de la Société Préhistorique Française*, p. 292-3.
- HAWKES, J. (1934) – Aspects of the Neolithic and Chalcolithic periods in western Europe. *Antiquity* 7, p. 24-42.
- HOFMANOVÁ, Z.; KREUTZER, S.; HELLENTHAL, G.; SELL, C.; DIEKMANN, Y.; DÍEZ-DEL-MOLINO, D.; VAN DORP, L.; LÓPEZ, S.; KOUSATHANAS, A.; LINK, V.; KIRSANOW, K.; CASSIDY, L. M.; MARTINIANO, R.; STROBEL, M.; SCHEU, A.; KOTSAKIS, K.; HALSTEAD, P.; TRIANTAPHYLLOU, S.; KYPARISSI-APOSTOLIKA, N.; UREM-DUSHKA, K.; ZIOTA, C.; ADAKTYLOU, F.; GOPALAN, S.; BOBO, D. M.; WINKELBACH, L.; BLÖCHER, J.; UNTERLÄNDER, M.; LEUENBERGER, C.; ÇILINGIRO LU, Ç.; HOREJS, B.; GERRITSEN, F.; SHENNAN, S. J.; BRADLEY, D. G.; CURRAT, M.; VEERAMAH, K R.; WEGMANN, D.; THOMAS, M. G.; PAPAGEORGOPOULOU, C. & BURGER, J. (2016) – Early farmers from across Europe directly descended from Neolithic Aegeans. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 113, p. 6886-91.
- HUNT, R. (1865) – *Popular Romances of the West of England*. London: J. C. Hotten.
- KOSSINNA, G. (1912) – *Die deutsche Vorgeschichte, eine hervorragend nationale Wissenschaft*. Leipzig: Curt Kabitzsch.
- LE ROUX, C.-T. (1992) – The art of Gavrinis presented in its Armorican context and in comparison with Ireland. *Journal of the Royal Society of Antiquaries of Ireland*. 122, p. 79-108.
- MARTIN, J. (1727) – *La Religion des Gaulois, tirée des plus pures sources de l’Antiquité*. Tome II. Paris: Saugrain.
- MÉRIMÉE, P. (1836) – *Notes de Voyage dans l’Ouest de la France*. Paris: Librairie du Fournier.
- MONTELIUS, O. (1899) – *Der Orient und Europa. Einfluss de orientalischen Cultur auf Europa bis zur Mitte des letzten Jahrtausends v. Chr*. Stockholm.
- MONTFAUCON, B. de (1719) – *L’Antiquité expliquée, représentée en figures. Tome Cinquieme, Seconde Partie. Les Funerailles des Nations barbares, les Lampes, les Supplices, &c*. Paris.
- MORTILLET, G. (1874) – Sur la non-existence d’un peuple des dolmens. *Association Française pour l’Avancement des Sciences*. 3, p. 530-4.
- MORTILLET, G. (1877) – Races humaines et chirurgie religieuse de l’époque des dolmens. *Matériaux pour l’Histoire Primitive et Naturelle de l’Homme*. 12, p. 153-66.
- MUCH, M. (1902) – *Die Heimat der Indogermanen im Lichte der urgeschichtlichen Forschung*. Berlin: Hermann Costenoble.

- NEIL, S.; EVANS, J.; MONTGOMERY, J. & SCARRE, C. (2016) – Isotopic evidence for residential mobility of farming communities during the transition to agriculture in Britain, in *Royal Society Open Science*. DOI 10.1098/rsos.150522
- NEIL, S.; MONTGOMERY, J.; EVANS, J.; COOK, G. T. & SCARRE, C. (2017) – Land use and mobility during the Neolithic in Wales explored using isotope analysis of tooth enamel. *American Journal of Physical Anthropology*. 164, p. 371-93.
- NORDMAN, C.A. (1935) – *The Megalithic Culture of Northern Europe. The Rhind Lectures 1932*. Helsinki: Suomen Muinaismuistoyhdistyksen Aikakauskirja Finska Fornminnesforeningens Tidskrift 39.
- O’SULLIVAN, M. (1997) – Megalithic art in Ireland and Brittany: divergence or convergence? In L’HELGOUACH, J.; LE ROUX, C.-T. & LECORNEC, J. (eds.) – *Art et Symboles du Mégalithisme Européen. Actes du 2^{ème} Colloque International sur l’Art Mégalithique, Nantes 1995*. Nantes: Revue Archéologique de l’Ouest, supplément no. 8, p. 81-96.
- PÉTREQUIN, P.; CASSEN, S.; KLASSEN, L. & VALCARCE, R. Fábregas (2012) – La circulation des haches carnaçennes en Europe occidentale. In PÉTREQUIN, P.; CASSEN, S.; ERRERA, M.; KLASSEN, L.; SHERIDAN, A. & PÉTREQUIN, A.-M. (eds.) – *Jade. Grandes Haches Alpines du Néolithique Européen. V^e et IV^e millénaires av. J.-C.* Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, p. 1015-45.
- REINACH, S. (1893) – Le mirage oriental. *L’Anthropologie*. 4, p. 539-78.
- RENFREW, C. (1976) – Megaliths, territories and populations. In LAET, S. J. (ed.) – *Acculturation and Continuity in Atlantic Europe*, Brugge: De Tempel, p. 198-220.
- SCARRE, C. (2015) – Parallel lives? Neolithic funerary monuments and the Channel divide. In ANDERSON-WHYMARK, H.; GARROW, D. & STURT, F. (eds.) – *Continental Connections. Exploring Cross-Channel Relations from the Mesolithic to the Iron Age*. Oxford: Oxbow Books, p. 78-98.
- SCHNAPP, A. (1996) – *The Discovery of the Past. The Origins of Archaeology*. London: British Museum.
- SHERRATT, A. (1990) – The genesis of megaliths: monumentality, ethnicity and social complexity in Neolithic north-west Europe. *World Archaeology*. 22, p. 147-67.
- SIMÕES, A. F. (1878) – Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica. *Parte Primeira: Antiguidades Prehistoricas*. Lisbon: Livraria Ferreira.
- SJÖGREN, K.-G.; PRICE, T. D. & AHLSTRÖM, T. (2009) – Megaliths and mobility in south-western Sweden. Investigating relationships between a local society and its neighbours using strontium isotopes. *Journal of Anthropological Archaeology*. 28, p. 85-101.
- SPROCKHOFF, E. (1938) – *Die nordische Megalithkultur*. Berlin & Leipzig: Walter de Gruyter.
- VALCARCE, R. F.; HERMIDA, A. L. & RELLÁN, C. R. (2012) – Spain and Portugal: long chisels and perforated axes. Their context and distribution. In PÉTREQUIN, P.; CASSEN, S.; ERRERA, M.; KLASSEN, L.; SHERIDAN, A. & PÉTREQUIN, A.-M. (eds.) – *Jade. Grandes Haches Alpines du Néolithique Européen. V^e et IV^e millénaires av. J.-C.* Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, p. 1108-35.
- VALCARCE, R. F.; RELLÁN, C. R. & HERMIDA, A. L. (2017) – Des Alpes à la Péninsule Ibérique: une longue route sinueuse In PÉTREQUIN, P.; GAUTHIER, E. & PÉTREQUIN, A.-M. (eds.) – *Jade. Objets-signes et Interprétations Sociales des Jades Alpines dans l’Europe Néolithique*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, p. 419-30.
- WESTENDORP, N. (1822) – Verhandeling ter beantwoording der Vrage: welke volkeren hebben de zoogenoemde hunebedden gesticht? *In welke tijden kan man onderstellen, dat zij deze oorden hebben bewoond?* Groningen: Oomkens.
- WHITTLE, E. H. & ARNAUD, J. M. (1975) – Thermoluminescent dating of Neolithic and Chalcolithic pottery from sites in Central Portugal. *Archaeometry* 17, p. 5-24.
- WILKE, G. (1912) – *Südwesteuropäische Megalithkultur und ihre Beziehungen zum Orient*. Würzburg: Curt Kabitzsch.

RESULTADOS DA INTERVENÇÃO REALIZADA NA ZONA ESPECIAL DE PROTECÇÃO DO POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DE LECEIA (OEIRAS). CONTRIBUIÇÃO PARA O CONHECIMENTO DA EVOLUÇÃO GEOMORFOLÓGICA DA ENVOLVENTE DO ESPAÇO ARQUEOLÓGICO *

RESULTS OF THE INTERVENTION CARRIED OUT IN THE CARRIED OUT IN THE SPECIAL PROTECTION AREA OF THE PREHISTORIC SETTLEMENT OF LECEIA (OEIRAS). CONTRIBUTION TO THE KNOWLEDGE OF THE GEOMORPHOLOGICAL EVOLUTION OF THE SURROUNDING ARCHAEOLOGICAL SPACE

João Luís Cardoso¹ & Raquel Henriques²

Abstract

The result of the archaeological surveys conducted on the slope underlying the platform where the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras) was implanted are presented. The collected elements point to a remarkable geomorphological evolution of that area after the abandonment of the settlement, due to anthropic causes, the primitive surface of the soil being located during the Early Chalcolithic (2800/ 2500 BC) in the lower part of the slope investigated, about 2.5 m to 3.0 m below the current topographic surface of the slope.

Keywords: Early Chalcolithic, geomorphological evolution of the slope, Leceia.

1 - INTRODUÇÃO

Os trabalhos arqueológicos realizados nos meses de Setembro e Outubro de 2017 na Quinta de Nossa Senhora da Conceição (Freguesia de Barcarena, concelho de Oeiras) foram motivados pela necessidade de verificar o interesse arqueológico de uma área situada integralmente na ZEP do povoado pré-histórico de Leceia, classificado como Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 45 327, *Diário do Governo*, I Série, n.º 251, de 25.10.1963, tendo a *zona especial de protecção sido definida na Portaria n.º 470/86, Diário da República*, I Série, n.º 196, de 27.08.1986), onde se pretende vir a aprovar um loteamento de moradias individuais em banda (Fig. 1). O objectivo desta intervenção centrou-se, deste modo, na identificação de eventuais vestígios

* O presente trabalho foi coordenado e redigido pelo primeiro autor, com base nos resultados da intervenção no terreno realizada em colaboração com a segunda signatária.

¹Arqueólogo. Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

²Arqueóloga. raquelinahenriques@gmail.com

arqueológicos, sua caracterização e respectiva cronologia, tendo presente a prossecução do futuro empreendimento urbanístico. A Câmara Municipal de Oeiras, como dona do imóvel, foi a promotora, através do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, das investigações realizadas, as quais foram dirigidas e asseguradas pelos signatários, devidamente autorizados para o efeito pela DGPC (Ofício n.º S-2017/436234 (C.S:1202049); Processo n.º S-000157 (C.S:161480 Anexo 1).

Ao primeiro signatário do presente trabalho, Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de

Oeiras / Câmara Municipal de Oeiras, coube a definição do plano de trabalhos de campo a executar, de acordo com a proposta apresentada à DGPC, bem como o acompanhamento científico da sua concretização, no decurso da intervenção de campo realizada. À segunda signatária, cujos serviços foram adjudicados pela Câmara Municipal de Oeiras à Empresa Emérita – Empresa Portuguesa de Arqueologia, coube o acompanhamento permanente no terreno dos trabalhos, e o registo diário da progressão dos mesmos.

Por parte da Câmara Municipal de Oeiras, foi fornecido todo o apoio necessário à concretização dos trabalhos de campo, desde a implantação topográfica no terreno das sondagens mecânicas, até à ligação da planta destas à rede geodésica nacional. A referida autarquia providenciou ainda a disponibilização das duas máquinas utilizadas e o respectivo operador, cuja colaboração foi imprescindível para a adequada execução dos trabalhos e a sua conclusão atempada. Importa, neste âmbito sublinhar ainda a colaboração da Dr.^a Conceição André, do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras) e do Dr. Bernardo Ferreira, pertencente ao mesmo Serviço, que se encarregou do desenho e tintagem dos cortes estratigráficos, bem como do desenho dos fragmentos cerâmicos mais significativos.

2 – TRABALHOS REALIZADOS

Os trabalhos arqueológicos realizados consistiram na abertura, por meios mecânicos, de 5 sondagens de diagnóstico paralelas com cerca de 50 m de comprimento cada uma e equidistantes 20 m, com cerca de 1 m de largura e de profundidade variável, até se atingir o substrato geológico. A localização destas sondagens no terreno teve em consideração a implantação das estruturas do projecto urbanístico. A sua abertura foi permanentemente acompanhada por um dos signatários (R.H.), tendo os trabalhos de campo sido realizados entre os dias 12 de Setembro e 17 de Outubro de 2017, num total de 25 dias úteis, envolvendo a abertura de cerca de 250 m lineares de sondagens, cuja topografia rigorosa foi devidamente registada em planta.

Do acompanhamento da abertura das referidas sondagens resultou a identificação de zonas de maior concentração de espólios arqueológicos em profundidade. Tal realidade determinou a execução do desenho de 4 perfis, cada um deles com 4 m de comprimento, devidamente assinalados nas respectivas sondagens.



Fig. 1 – Localização geral das sondagens realizadas implantadas no ortofotomapa (Municipia - Município de Oeiras).

O levantamento topográfico das sondagens executadas incluiu ainda a ligação à rede geodésica nacional (Fig. 2).

A profundidade atingida em cada caso foi determinada pela profundidade do substrato geológico, o qual foi por via de regra sistematicamente atingido em todo o comprimento de cada uma delas. Para tal, contou-se com o apoio de duas máquinas cedidas pela Câmara Municipal de Oeiras através da intervenção do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras / CMO, operadas por maquinista fornecido pela autarquia. A utilização da máquina mais potente, munida de lagartas, justificou-se nos casos em que a profundidade do substrato era maior, uma vez que, nalguns casos, chegou a situar-se a cerca de 3 m abaixo da superfície do terreno (Fig. 3).

Na **sondagem 1**, após limpeza superficial da vegetação, os trabalhos iniciaram-se com a escavação em profundidade. A sequência observada apresentou-se semelhante ao longo de todo o comprimento da sondagem, com a ocorrência de pequena bolsa de materiais contemporâneos próximo da estaca com o P.12 correspondente a despejo recente, de entulhos pedregosos. Nos níveis inferiores, mais próximos do substrato geológico observou-se a presença de material lítico e algumas cerâmicas roladas relacionadas cronologicamente com a ocupação do povoado pré-histórico de Leceia.

Na **sondagem 2**, depois da desmatação superficial, observou-se despejo de pedras de médio e grande calibre correspondentes a entulhos contemporâneos. Ao longo da sondagem foi possível observar a existência, nos níveis mais profundos, de materiais arqueológicos idênticos aos recolhidos na sondagem 1 (Fig. 4). Os trabalhos tiveram de ser suspensos num sector onde o substrato geológico constituiu camada impermeável, com a acumulação de água.

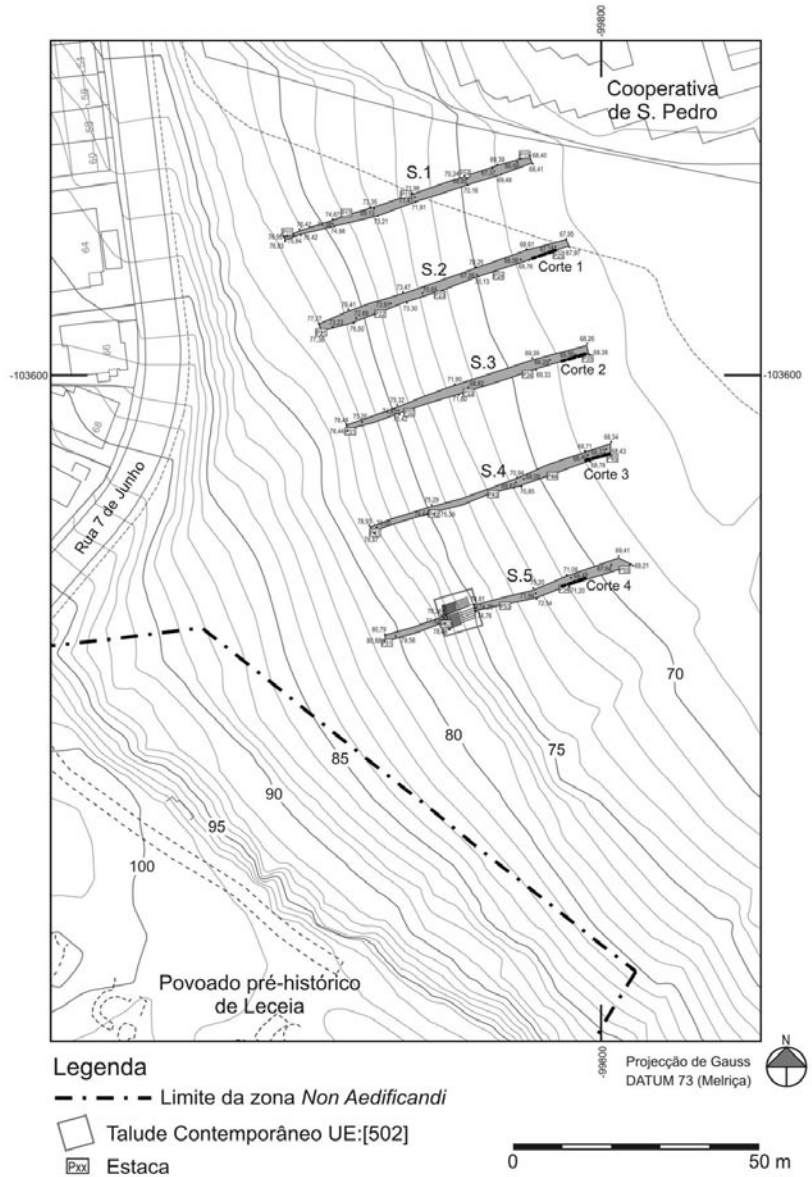


Fig. 2 – Planta das sondagens realizadas, evidenciando-se, dentro de um quadrado, o talude pedregoso moderno sectionado pela sondagem 5. Localizam-se os cortes estratigráficos em que foi efectuado o registo gráfico.

Nesta sondagem é particularmente evidente, a partir de certa profundidade, correspondente a depósitos não perturbados mecanicamente, a existência de finos leitos de pedras miúdas alternando com materiais terrosos, de origem natural, directamente relacionados com a evolução da colmatação da própria encosta, em resultado do transporte de sedimentos por gravidade ao longo da mesma.

Na **sondagem 3** seguiram-se os procedimentos descritos para as anteriores, tendo-se observado bolsa de materiais contemporâneos entre as estacas P.31 e P.32 correspondente a um despejo, igualmente detectado na



Fig. 3 – Vista geral dos trabalhos realizados, obtida do topo da encosta fronteira da ribeira de Barcarena. Foto JLC.

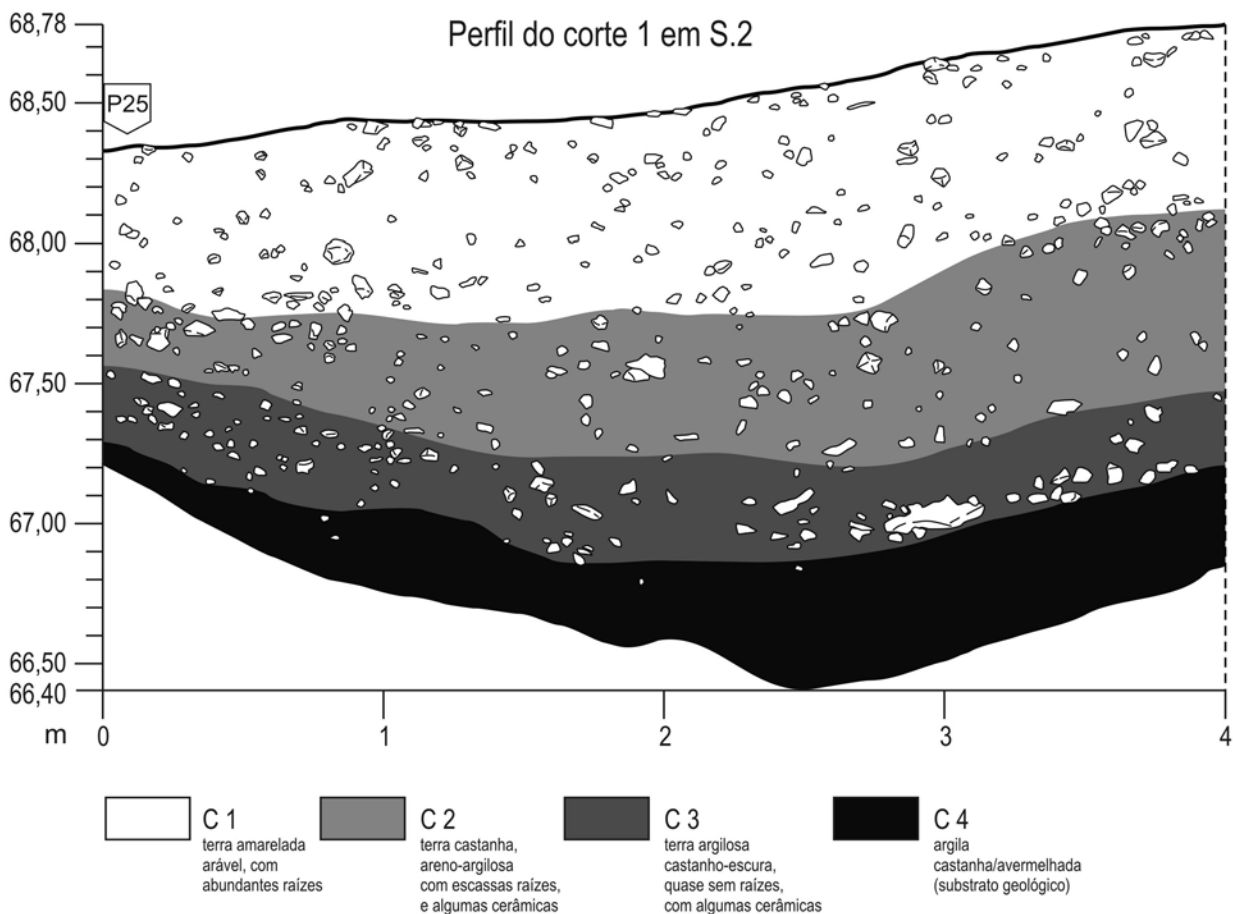


Fig. 4 – Corte estratigráfico observado no sector da sondagem 2 indicado na Fig. 2.

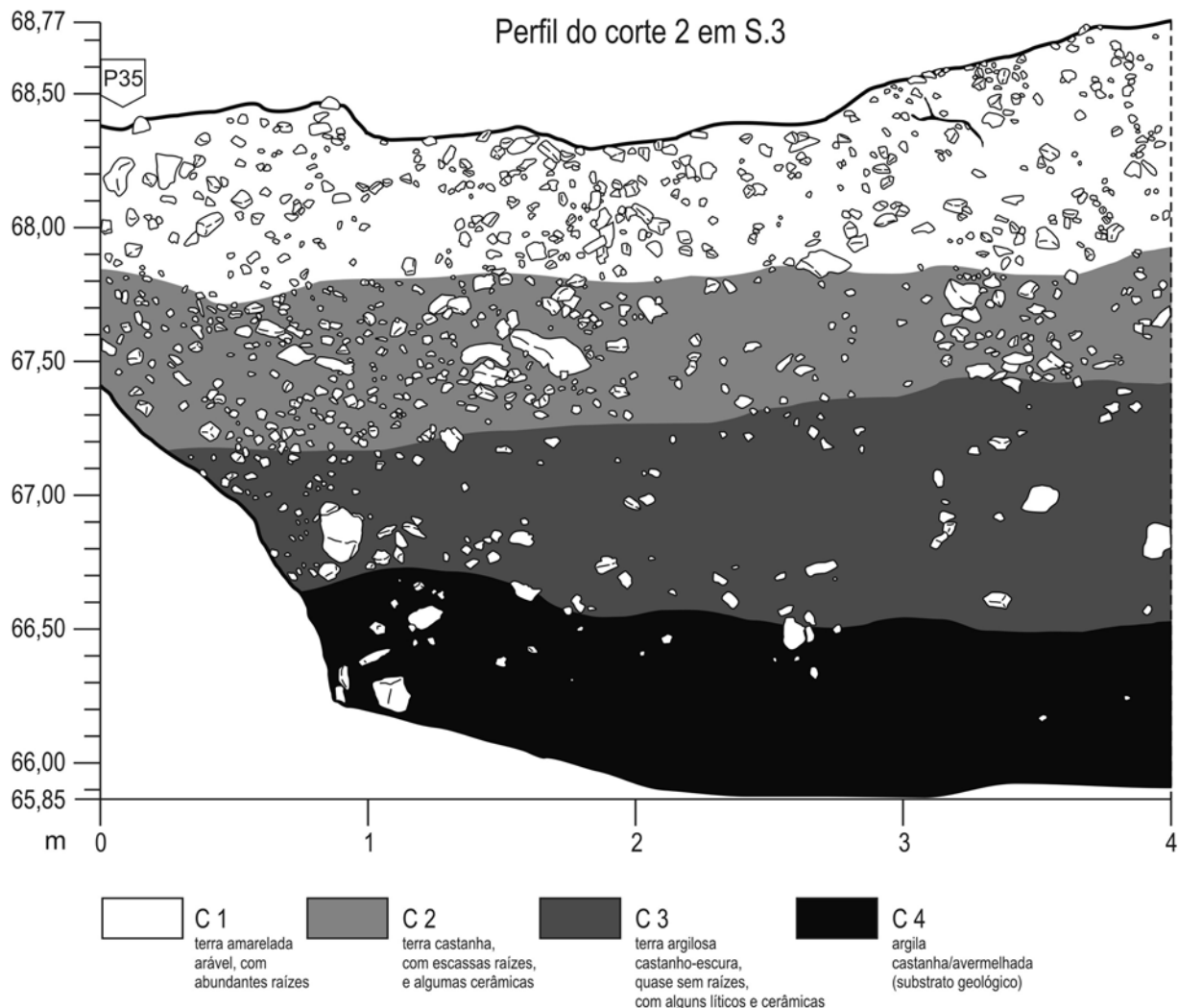


Fig. 5 – Corte estratigráfico observado no sector da sondagem 3 indicado na Fig. 2.

sondagem 2, a que se sucede nos níveis inferiores, não remexidos, a ocorrência de espólios arqueológicos pré-históricos em parte explicáveis pelo transporte gravítico, oriundos de cotas mais altas, correspondentes à implantação do povoado pré-histórico de Leceia (Fig. 5).

Na **sondagem 4** observou-se idêntica sequência de depósitos à das duas sondagens já descritas, contendo os níveis mais profundos, em alguns sectores, materiais arqueológicos – líticos e cerâmicos – da época do povoado pré-histórico de Leceia (Fig. 6). À semelhança do observado anteriormente – especialmente na sondagem 2 – os depósitos não perturbados evidenciavam, nalguns sectores, uma evidente lineação, embora tais depósitos assentassem em camada pedregosa de elementos calcários médios a grandes, eventualmente resultantes da lavra de pedreira calcária de pequenas dimensões existente nas proximidades.

Na **sondagem 5** foi observada sequência semelhante às anteriores, devida a causas exclusivamente naturais, e não antrópicas, com excepção da presença de um grande talude de época contemporânea (Fig. 2), relacionado com a regularização da encosta, criando plataforma destinada à agricultura. A um depósito superior, pouco consolidado, de coloração mais escura e com abundantes raízes e blocos, sucede-se uma camada terrosa,

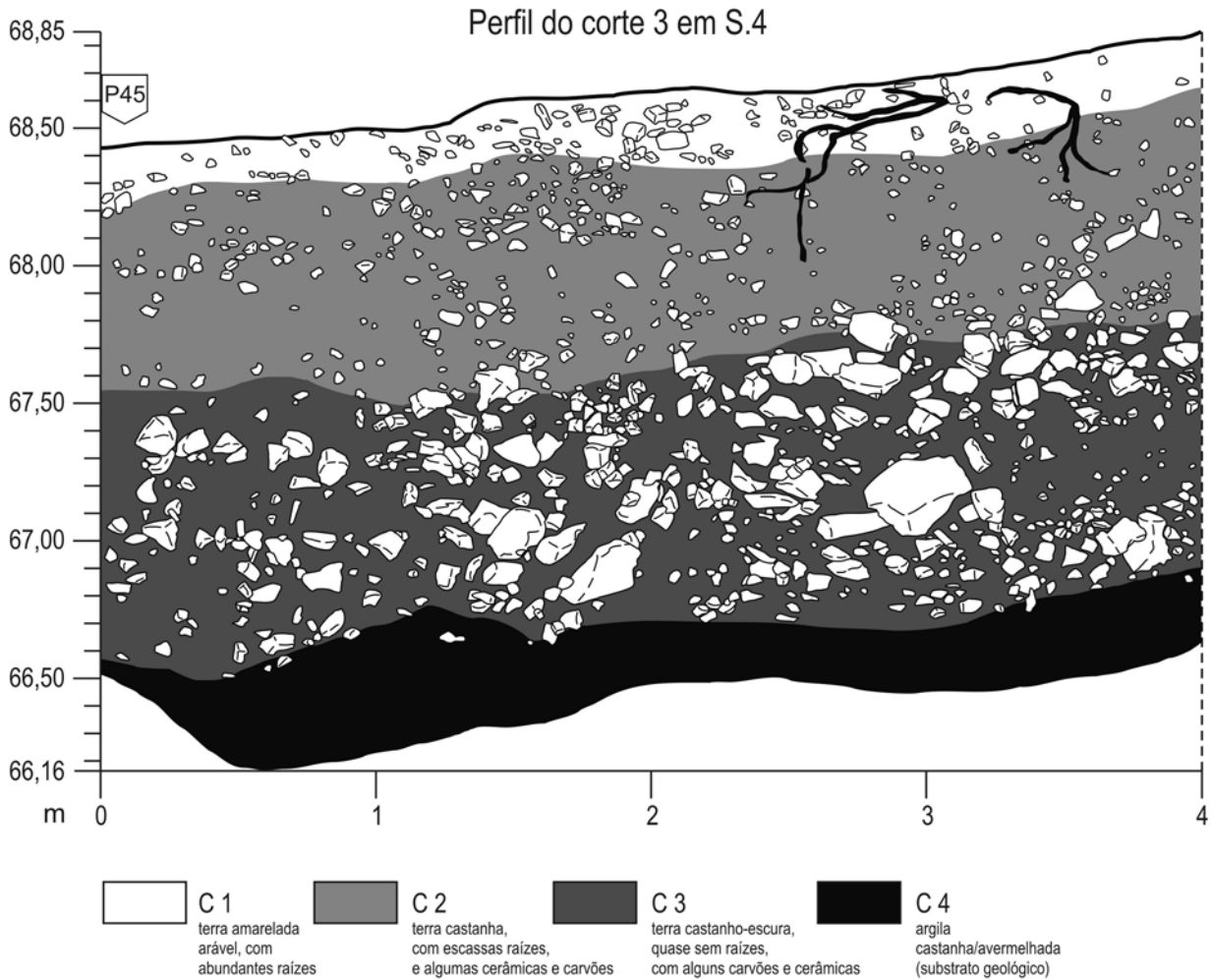


Fig. 6 – Corte estratigráfico observado no sector da sondagem 4 indicado na Fig. 2.

castanho-avermelhada, não perturbada mecanicamente, conforme é evidenciado pelas lineações de lenticulas orientadas no sentido do declive da encosta (Fig. 7).

3 – RESULTADOS OBTIDOS

3.1 – Sequências estratigráficas observadas

Conforme acima se referiu, as sequências estratigráficas observadas ao longo das cinco sondagens realizadas são semelhantes e podem ser resumidamente descritas do seguinte modo, de cima para baixo:

C. 1 – existência de uma camada superficial, constituída por depósitos terrosos soltos, com abundantes elementos pedregosos de origem local, por vezes intercalados com aterros ou entulhos de época moderna / contemporânea, incluindo a construção de um talude, seccionado transversalmente por uma das sondagens, relacionado com a criação de plataforma destinada à agricultura;

C. 2 – presença de camada essencialmente terrosa, de coloração acastanhada, mais compacta que a anterior, evidenciando lineações paralelas entre si e segundo o pendor da encosta, em resultado de acarreios em maio aquoso verificados em época moderna/contemporânea;

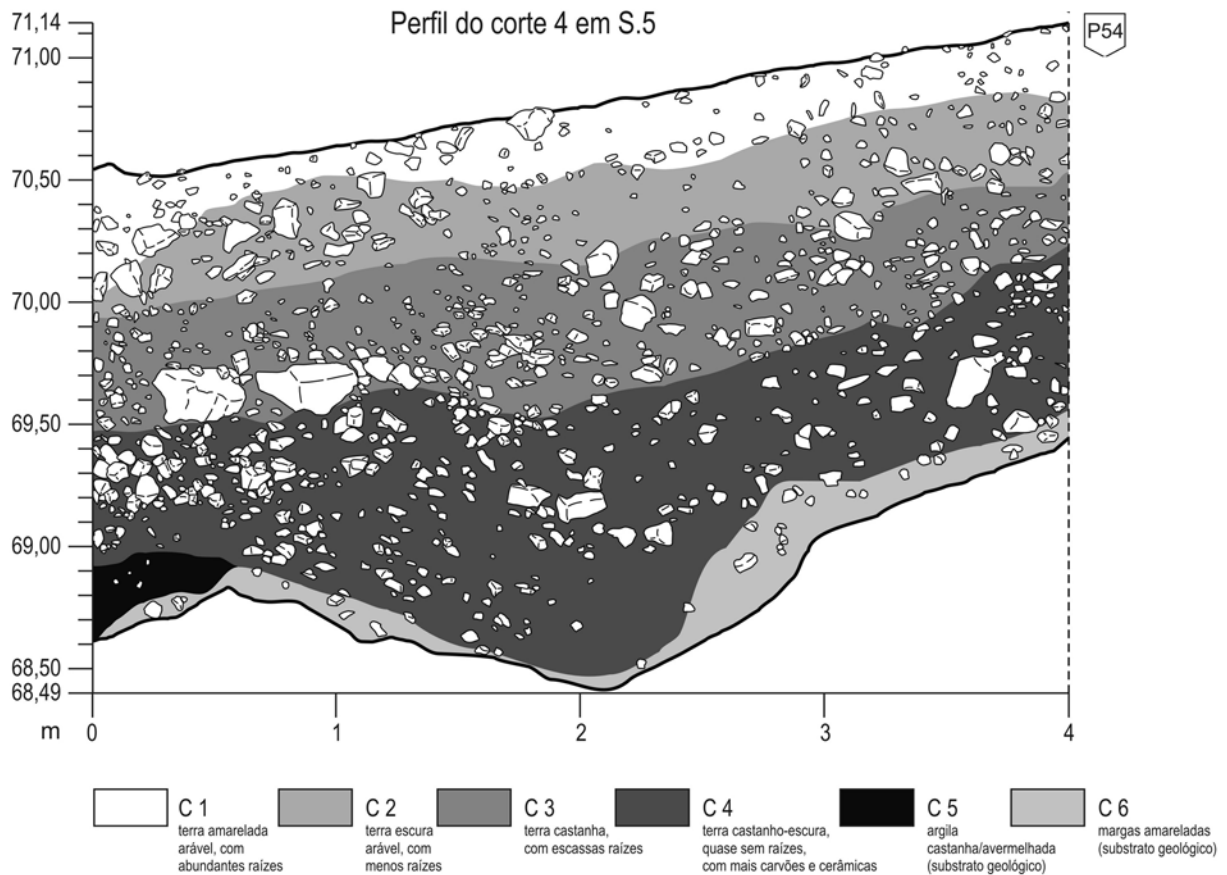


Fig. 7 – Corte estratigráfico observado no sector da sondagem 5 indicado na Fig. 2.

C. 3 – presença localizada de abundantes blocos calcários, alguns de grandes dimensões, sobre os quais assenta em parte a camada anteriormente descrita, indício provável da existência de uma pedreira de pequenas dimensões, talvez ali instalada em época imediatamente ulterior ao terramoto de 1755, quando se tornou notória a procura de pedra para a reconstrução de Lisboa;

C. 4 – os depósitos mais profundos que atingem a sua máxima espessura no sector mais a jusante da encosta, são constituídos por sedimentos essencialmente argilosos compactos, não perturbados mecanicamente, de coloração castanho-escura a castanho-avermelhada, com maior presença de espólios arqueológicos, predominantemente cerâmicos. A maior espessura de tais depósitos explica-se por corresponderem ao sector da encosta que, pelo seu diminuto declive, propiciava a acumulação de materiais, em detrimento do transporte dos mesmos; por outro lado, a totalidade dos espólios arqueológicos é de época pré-histórica, comprovando a cronologia da formação do referido depósito;

C. 5 – substrato geológico, constituído, conforme os locais onde o mesmo foi atingido, por depósitos argilosos avermelhados (*terra rossa*), ou por margas ou calcários margosos esbranquiçados do Cretácico (Cenomaniano inferior e médio).

Do exposto, pode concluir-se que a superfície topográfica da encosta na época da ocupação do povoado pré-histórico de Leceia apresentava um perfil longitudinal distinto daquele que actualmente possui. Tal situação é especialmente evidente na área mais a jusante, onde a diminuição do seu declive favoreceu a acumulação de sedimentos, nos quais é exclusiva a presença de cerâmicas pré-históricas, algumas delas não roladas,

podendo corresponder a exemplares perdidos no próprio local no decurso do Neolítico Final e do Calcolítico Inicial, com base na análise tipológica das peças mais características. Com efeito, os registos dos quatro cortes estratigráficos efectuados nessa área da encosta e acima reproduzidos permite concluir que a superfície da mesma, naquela época si situaria cerca de 2,5 m a 3 m abaixo da superfície actualmente observada.

3.2 – Espólios

Os espólios mais modernos provêm da camada superficial, observada em todas as sondagens, correspondendo às épocas moderna e contemporânea, destacando-se os fragmentos de faianças portuguesas azuis e brancas dos séculos XVII-XVIII. Tais materiais, de utilização doméstica, resultaram de despejos oriundos por certo do vizinho núcleo urbano de Leceia, em época indeterminada. Por outro lado, o uso agrícola dos terrenos determinou a sua regularização, criando-se plataformas para o efeito, evidenciadas pelo talude de sustentação pedregoso observado no terreno o qual foi cortado pela sondagem 5, como anteriormente se referiu (ver Fig. 2).

Todas as sondagens evidenciaram a presença de espólios pré-históricos, alguns deles reconhecidos logo no solo arável. Tais espólios tornam-se mais evidentes, contudo, a maiores profundidades, onde se apresentavam exclusivos.

Na maioria dos casos, os fragmentos de cerâmicas pré-históricas apresentam indícios de rolamento, em resultado do transporte por gravidade de locais situados mais acima, correspondendo à implantação do povoado pré-histórico de Leceia.

Esta realidade é compatível com a forte dispersão evidenciada por tais materiais, bem como o elevado estado de fragmentação que apresentam. No entanto, em alguns casos, como foi acima referido, os fragmentos não evidenciavam sinais de transporte: é o caso de um fragmento de copo canelado do Calcolítico Inicial (Fig. 8, n.º 1), recolhido na camada arqueológica mais profunda identificada na sondagem 2 (Fig. 4).

Na Fig. 8 apresentam-se os fragmentos mais representativos, sendo de destacar, para além das produções típicas do Calcolítico Inicial, a existência de um fragmento de taça carenada, produção característica do Neolítico Final.

4 – DISCUSSÃO

Os resultados obtidos nas cinco sondagens arqueológicas executadas longitudinalmente na encosta adjacente à plataforma onde se implantou o povoado pré-histórico de Leceia permitiram constatar que na área interessada pela implantação do loteamento a construir não existem estruturas arqueológicas, positivas ou negativas, susceptíveis de afectar a viabilidade daquele.

Os materiais arqueológicos exumados concentram-se em profundidade, nas camadas imediatamente assentes no substrato geológico, e em particular nos sectores das sondagens situados a cotas mais baixas, em resultado da diminuição do pendor da encosta ali observado, conducente à deposição de tais materiais. Esta realidade encontra-se evidenciada pelos registos estratigráficos, correspondentes à execução de quatro cortes, todos eles situados no referido sector da encosta e onde as camadas não remexidas, contendo exclusivamente espólios pré-históricos, apresentavam a sua potência máxima.

Tais espólios provieram, por gravidade, do topo da encosta, ocupado pelo povoado pré-histórico de Leceia. No entanto, alguns deles, tipologicamente bem definidos, pertencem ao Neolítico Final e ao Calcolítico Inicial

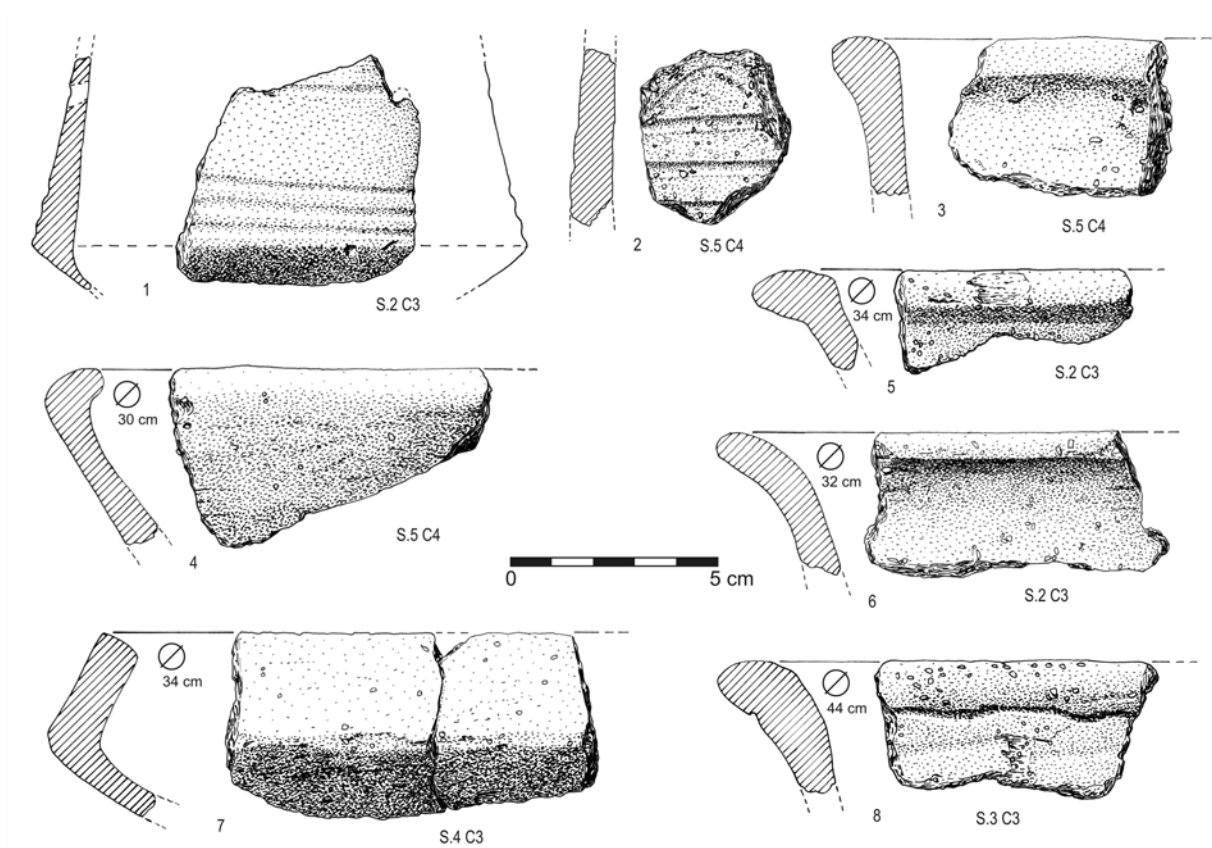


Fig. 8 – Espólios cerâmicos recolhidos nas sondagens e camadas indicadas. De notar a existência de produções características do Neolítico Final (n.º 7 – taça carenada); do Calcolítico Inicial (n.ºs 1 e 2, copos com decoração canelada), e do Neolítico Final ou do Calcolítico (restantes exemplares).

da Estremadura, destacando-se um exemplar de copo canelado com fracturas frescas (Fig. 8, n.º 1), indício de que deverá ter sido abandonados no local, certamente em resultado de uma intensa circulação de pessoas e bens, dada a sua proximidade do povoado pré-histórico.

Pode, assim, concluir-se seguramente que, na época em causa, cerca de 2800-2500 anos a.C. a superfície topográfica daquele sector da encosta se encontrava a cerca de 2,5 m a 3 m abaixo da superfície actual, constituindo um indicador fiável para a avaliação da evolução geomorfológica da mesma.

Evidência da evolução natural da encosta, verificada ulteriormente ao abandono do povoado pré-histórico de Leceia, é o facto de os depósitos onde surgem com maior frequência espólios arqueológicos, se encontrarem sobrepostos por depósitos onde tais materiais se apresentam residuais, correspondentes a fase de abandono definitivo do povoado pré-histórico, tendo a sua área sido protegida por coberto vegetal natural, que a protegeu da erosão. Tais depósitos exibem, por vezes, lineações correspondentes a finos leitos de elementos calcários de pequenas dimensões, cujo desenvolvimento acompanha o pendor da encosta. A evolução da encosta prosseguiu, de forma natural, no decurso da época histórica e até ao seu pleno arroteamento para campos agrícolas, que se terá observado já em época medieval, com total ausência de materiais de época ulterior ao Calcolítico em tais depósitos. Com efeito, os únicos espólios de época histórica recolhidos, de mistura com raros materiais pré-históricos, provêm da camada superficial e ascendem aos séculos XVII-/XVIII, quando a região se encontrava já plenamente antropizada.

Em alguns sectores localizados, observou-se a concentração de elementos calcários, como é o caso da sondagem 4, que poderá explicar-se pela actividade de pedreira circunscrita existente nas proximidades, provavelmente logo após o terramoto de 1755, em resultado da necessidade imediata de obtenção de materiais de construção nas vizinhanças de Lisboa.

5 - CONCLUSÕES

A área interessada pelos trabalhos arqueológicos realizados correspondente ao sector de encosta adjacente à implantação do povoado pré-histórico de Leceia poderá ter conhecido a seguinte evolução geomorfológica, com base nos resultados obtidos:

– até à implantação, na plataforma correspondente ao topo da encosta, do povoado pré-histórico de Leceia, afloravam, ao longo de todo o comprimento da encosta adjacente as formações geológicas que presentemente constituem a camada basal de todos os cortes observados. Desta forma, pode concluir-se que até ao início do 3.º milénio a.C., a topografia da encosta era significativamente diferente da actual, especialmente nas áreas onde se processou, por perda de declive, a deposição de materiais oriundos da parte mais alta da encosta, devido à forte erosão antrópica resultante da própria ocupação humana ali observada; a antiga superfície topográfica pode situar-se entre 2,5 m e 3 m abaixo da superfície actualmente ali observada.

– formada a camada que se apresenta mais abundante de materiais arqueológicos coevos da ocupação do povoado pré-histórico, a evolução da encosta continuou, com a deposição de sedimentos predominantemente terrosos, alternando com lenticulas evidenciadas por alinhamentos de pequenos elementos calcários, com pendor concordante com o da encosta, o que evidencia o processo natural desta deposição, sublinhada aliás pela total ausência de elementos arqueológicos mais modernos que o Neolítico/Calcolítico, aliás muito escassos. A cronologia da formação destes depósitos pode ter atingido época relativamente recente, correspondente ao início do uso agrícola intensivo do espaço em causa, assim como à exploração da pedra, extraída pontualmente afloramentos de calcários duros do Cretácico hoje em dia totalmente cobertos naquele sector da encosta.

Face ao exposto, pode concluir-se que a área objecto de caracterização arqueológica não evidenciou quaisquer indícios de existência de estruturas arqueológicas como poderia sugerir a proximidade do povoado pré-histórico, mas apenas a presença de materiais dele provenientes, dada a forte influência que aquele importante centro demográfico exerceu na sua adjacência imediata.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Arquitecto Luís Baptista Fernandes, Director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Oeiras, pelo interesse e cuidado que dispensou à realização dos trabalhos arqueológicos que estão na origem do presente estudo, na sequência da excelente colaboração que tem sido mantida ao longo dos últimos anos entre aquela Unidade Orgânica por si dirigida e o Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, J. L. & HENRIQUES, R. (2018) – *Resultados das sondagens mecânicas de diagnóstico executadas na ZEP do povoado pré-histórico de Leceia*. Lisboa: Relatório Final não publicado apresentado à DGPC.

**RESULTADOS DAS CAMPANHAS DE ESCAVAÇÃO REALIZADAS
EM 2015 E 2016 NO POVOADO CALCOLÍTICO DO OUTEIRO REDONDO (SESIMBRA)**

***RESULTS OF EXCAVATION CAMPAIGNS MADE IN 2015 AND 2016
AT THE CHALCOLITHIC SETTLEMENT OF OUTEIRO REDONDO (SESIMBRA)****

João Luís Cardoso¹ & Filipe Martins²

Abstract

In this study we present the results of the archaeological excavations at the fortified Chalcolithic settlement of Outeiro Redondo, Sesimbra in 2015 and 2016, directed by the first author. Two large areas were excavated: northeast and western areas of the settlement. The structures identified are defensive and domestic and in both cases they belong exclusively to the last phase of occupation of the settlement, attributed to the Full/Late Chalcolithic. The works undertaken demonstrated the scientific importance of this archaeological site, in what concerns the structures found, related with a well preserved stratigraphic sequence, with a clear chronological and cultural significance, having in consideration the rich archeological record identified.

Keywords: Chalcolithic, Fortification, Copper metallurgy, Portugal.

1 – INTRODUÇÃO

No presente texto apresentam-se os resultados da sétima e oitava campanhas de escavação no povoado pré-histórico do Outeiro Redondo, Sesimbra, realizadas em 2015 e 2016, ao abrigo de um Projecto de Investigação, “Povoado Calcólítico do Outeiro Redondo – OUTRED”, superiormente aprovado pela DGPC, com vigência prevista entre 2013 e 2016 e coordenado pelo primeiro signatário.

As características geomorfológicas do sítio a suas condições geológicas e as respectivas coordenadas já foram apresentadas anteriormente, no estudo onde se apresentaram os resultados obtidos em 2013 e 2014 (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017). Sublinha-se a implantação do povoado na parte superior de um morro calcário, cujo topo é actualmente ocupado por afloramentos rochosos do Jurássico, constituídos por calcários brancos e duros (Calcários de Azóia).

* O primeiro Autor, responsável pelo Projecto de Investigação superiormente aprovado pela DGPC ao abrigo do qual se realizaram quatro campanhas de escavação no Outeiro Redondo (2013-2016), por si dirigidas, assegurou a coordenação e a redacção final do presente trabalho, tendo ao segundo autor sido cometido o tratamento estatístico do espólio recolhido e a execução da totalidade dos desenhos que o ilustram.

¹ Universidade Aberta (Lisboa), Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras) e ICAREHB.
cardoso18@netvisao.pt

² Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

Conforme os resultados obtidos nas sucessivas campanhas de escavação realizadas entre 2005 e 2016, verifica-se que a estrutura mais importante construída corresponde a uma muralha perimetral, envolvente do topo da elevação (Fig. 1 e Fig. 2), o qual se encontra delimitado do lado norte por escarpa abrupta, tornando supérflua a existência de tal estrutura defensiva, substituída ali, provavelmente, por paliçada de rancos e pedras.

A história das investigações até ao presente ali realizadas encontra-se bem documentada em trabalhos anteriores (CARDOSO, 2009; CARDOSO, 2010; CARDOSO, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017). Salienta-se apenas que a estação arqueológica foi identificada pelo Arq.º Gustavo Marques em 1966, tendo este efectuado prospecções e sondagens limitadas, embora não se tenha identificado nenhuma planta de localização das mesmas. É a partir de 2004, com o estudo do espólio anteriormente recolhido e, em 2005, com o início das sucessivas campanhas de escavações dirigidas e coordenadas pelo primeiro signatário, que se iniciam os trabalhos sistemáticos no povoado do Outeiro Redondo, obtendo-se resultados de grande importância para o conhecimento das comunidades sedeadas, no decurso do 3.º milénio a. C, na Baixa Estremadura e das relações por estas estabelecidas com populações mais longínquas.

Com efeito, desde da primeira campanha que o sítio se revelou como um dos povoados fortificados mais relevantes do Calcolítico da Estremadura, tendo em conta a existência de sequência estratigráfica clara; de abundante espólio arqueológico com ela directamente relacionado; e da presença de dispositivo defensivo e estruturas habitacionais, cujas diversas épocas de construção foi possível relacionar com a sequência cultural decorrente da estratigrafia observada, cuja dimensão cronológica foi conferida por um importante conjunto de datações de radiocarbono.

Os resultados obtidos têm sido prontamente divulgados em diversas apresentações públicas, em várias reuniões científicas e por via da publicação de artigos científicos em revistas da especialidade (CARDOSO, 2010; COELHO & CARDOSO, 2010-2011; CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011; CARDOSO, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017).

O presente estudo, em continuidade imediata com o publicado pelos mesmos autores relativo às campanhas de escavação de 2013 e de 2014 encerra as publicações directamente relacionadas com o Projecto superiormente aprovado pela DGPC ao abrigo do qual se realizaram aquelas quatro campanhas de escavação.

2 - DESCRIÇÃO GERAL DOS TRABALHOS E METODOLOGIA UTILIZADA

Os trabalhos de campo da campanha de escavação de 2015 realizaram-se em duas fases. A primeira fase decorreu entre os dias 3 e 28 de Agosto, num total de 20 dias úteis de trabalho de campo, tendo participado activamente os seguintes alunos universitários, estudantes da Licenciatura em Arqueologia das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa, bem como do Instituto Politécnico de Tomar e da Universidade Aberta: Andreia Ribeiro, Filipe Santos Martins, Hélder Fonseca, Jonathan Posser, Jorge Gonçalves e Steffan Davies. Participaram ainda antes e durante as escavações, desmatando o terreno e removendo entulhos acumulados nos anos anteriores sobre a área que se pretendia investigar, uma equipa especializada, contratada para o efeito pela Câmara Municipal de Sesimbra, constituída por três elementos.

A segunda fase de trabalhos de 2015 decorreu de 7 a 29 de Outubro, num total de 17 dias úteis de trabalho, procedendo-se, como habitualmente, ao levantamento da planta geral das áreas escavadas, com as respectivas estruturas arqueológicas identificadas, registo de cortes estratigráficos, e à escavação do

interior de uma estrutura de combustão – Lareira U – tendo a totalidade das terras recolhidas no seu interior sido devidamente crivadas.

As escavações de 2015 tiveram os seguintes objectivos, que foram concretizados na íntegra:

1 – escavação de uma área correspondente à extremidade Nordeste do povoado no prolongamento para Norte da escavação realizada no ano anterior, por forma a dar seguimento à exploração integral da área restante da plataforma ali existente, delimitada por escarpa abrupta. Pretendia-se assim confirmar o desenvolvimento da Muralha G, que envolve toda a elevação e que aproveitou diversos afloramentos calcários, que lhe conferiram estabilidade, apesar do declive nalguns casos assinalável.

2 – continuação da escavação da área situada do lado interno da Muralha G, correspondente a rechã parcialmente explorada em 2014 e onde se presumia que continuassem a ocorrer importantes estruturas de carácter habitacional;

3 – abertura de um sector do lado ocidental, prolongando para oeste a área de escavação realizada em 2008, de modo a ser possível continuar a seguir o traçado do dispositivo defensivo, também ali representado pela já referida Muralha G, verificando a forma como esta se articula com a extremidade ocidental da plataforma, ocupada por afloramentos rochosos constituídos por calcários jurássicos.

4 – abertura de uma sondagem na encosta voltada a Sul, de 8 por 4 m, onde se admitia existir uma linha defensiva externa à que foi escavada desde 2005, conforme sugeria a existência de diversos blocos aflorantes no terreno, reforçada pela ocorrência de uma rechã, entre este local e a primeira linha defensiva, a cerca de 15 m de distância. Porém, a existência dessa eventual linha defensiva externa não se confirmou, correspondendo os blocos calcários observados a afloramentos rochosos.

Em 2016 as investigações privilegiaram a extremidade ocidental da área ocupada pelo povoado, cuja escavação fora iniciada no ano anterior, a qual se realizou em três fases.

A primeira etapa dos trabalhos de campo decorreu entre os dias 3 a 29 de Julho de 2016, num total de 20 dias úteis de escavações, sob supervisão do arqueólogo responsável, tendo neles participado activamente os alunos da Licenciatura em Arqueologia da Universidade de Coimbra Andreia Ribeiro e Steffan Davies e o aluno do Mestrado em Estudos do Património e co-autor deste estudo Filipe Martins.

Numa segunda fase dos trabalhos, que decorreu entre os dias 5 a 30 de Dezembro de 2016, num total de 20 dias úteis de trabalho, Filipe Martins, sob orientação do arqueólogo responsável, prolongou a escavação da extremidade ocidental do povoado para Norte, acompanhando o contorno da elevação existente, na tentativa de encontrar o fecho da muralha, que se veio a registar junto à escarpa, articulando-se com os afloramentos geológicos, conferindo-lhe estabilidade em sector onde o declive é acentuado.

Na terceira fase dos trabalhos, de 4 a 13 de Janeiro de 2017, procedeu-se ao registo de cortes estratigráficos e ao desenho das estruturas arqueológicas postas a descoberto em 2016.

3 – ESTRATIGRAFIA E FASES DE OCUPAÇÃO

A sequência cronológico-cultural observada nas áreas escavadas em 2015 e 2016 é condizente com a sequência estratigráfica já conhecida anteriormente, amplamente detalhada e situada cronologicamente em anteriores trabalhos dedicados à estação arqueológica (CARDOSO, 2013; CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010/2011; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017).

Foi observada uma assinalável coerência na sucessão das ocupações nas diferentes áreas da estação até agora escavadas, independentemente da sua localização específica no terreno. As sucessivas fases cronológicas-culturais construtivas identificadas podem ser resumidamente apresentadas da seguinte maneira:

Camada 3	Final do Calcolítico Inicial 2600 / 2500 a.C. (para cerca de 95% de probabilidade)	Uma fase construtiva de carácter habitacional.
Camada 2	Calcolítico Pleno / Final 2500 / 2100 a.C. (para cerca de 95% de probabilidade)	Duas fases construtivas de carácter defensivo; Uma fase construtiva de carácter habitacional.

4 – ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS E FASES DE CONSTRUÇÃO

Durante as campanhas de escavações realizadas em 2015 e 2016, centradas em duas grandes áreas distintas do povoado, uma área a nordeste e outra a oeste, permitiram identificar um conjunto de estruturas de carácter defensivo e habitacional, cuja caracterização já foi anteriormente apresentada (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017), pelo que não voltarão a ser agora referidas.

As estruturas identificadas na área escavada a nordeste, em 2015, foram as seguintes (Fig. 3):

Muralha G – prosseguiu no terreno a identificação desta estrutura, a partir do limite da área investigada até 2014, tendo-se verificado que a mesma inflecte para Norte, perto da escarpa que delimita a plataforma (Fig. 4), sendo constituída como nos sectores anteriormente escavados, por dois paramentos, um interno e outro externo, definidos por grandes blocos, com enchimento interior de elementos menores (Fig. 5). A muralha desenvolve-se depois para oeste, formando os dois panos contíguos ângulo obtuso (Fig. 6). O pano de orientação aproximadamente Este-oeste, é, tal como o anterior, constituído externamente por grandes blocos, observando-se um pequeno lajeado externo ao mesmo (Fig. 7). Esta muralha encontra-se limitada pela Entrada Z, adiante descrita; corresponde a estrutura defensiva envolvente do povoado, circundando a totalidade do topo da elevação, talvez com excepção da parte virada a Norte, onde o declive é abrupto, podendo ali ter sido substituída por paliçada de troncos entrançados e blocos calcários.

Trata-se da mais expressiva estrutura identificada na estação.

Muralha V – trata-se de pano de muralha que, partindo do lado interno da Muralha G, se desenvolve paralelamente a esta (Fig. 8), sendo, de igual modo, delimitada pela Entrada Z. A finalidade deste pano de muralha afigura-se clara, formando um corredor “cego”, do tipo barbacã, favorável à defesa daquele flanco do dispositivo defensivo, voltado a Norte. Esta estrutura foi construída segundo a linha de maior declive da encosta, o que terá levantado algumas dificuldades de estabilidade; talvez assim se explique a existência de pequeno contraforte definido por dois alinhamentos de blocos, encostado do seu lado externo, observável na Fig. 8.

Parapeito X – trata-se de um pequeno muro de suporte de planta arqueada, destinado a regularizar o declive da rechã intramuros, criando neste caso socalco favorável à implantação de uma cabana, cujos vestígios são contudo pouco evidentes, a não ser dois alinhamentos pouco desenvolvidos e irregulares de blocos, devidamente indicados na planta (ver Fig. 3);

Entrada Z – esta entrada é flanqueada de um dos seus lados pelos afloramentos calcários, cujo perfil longitudinal foi regularizado pela colocação de grandes blocos alinhados, que a delimitam de ambos os

lados (Fig. 9), sendo possível que o seu piso fosse munido de degraus, por forma a que o declive assinalável fosse mais facilmente vencido. A orientação desta entrada aproximadamente Norte-Sul, parece corresponder à única via de penetração no interior do espaço defendido existente do lado setentrional do povoado, essencialmente ocupado por abrupta escarpa rochosa (ver Fig. 2).

Lareira U – estrutura de combustão situada na rechã da área intramuros (Fig. 10), provavelmente situada no interior de uma cabana cujos vestígios actualmente não se afiguram evidentes. Delimitada por pequenas lajes de calcário colocadas de cutelo, o seu interior foi totalmente escavado e crivado, tendo-se recolhido vestígios de metalurgia, representados por pingos de fundição do cobre.

As estruturas arqueológicas identificadas na área ocidental do povoado, em 2015 e 2016, foram as seguintes (Fig. 11):

Muralha G – prosseguiu a identificação do prolongamento do traçado da muralha deste lado do povoado, a partir da área investigada em 2008, representada por troços bem conservados, cuja altura máxima atinge cerca de 1 m, e constatando-se que assenta em depósitos do Calcolítico Pleno, como aliás acontece na generalidade dos casos em que é possível identificar a cronologia daqueles. Deste modo pode concluir-se que a sua construção foi feita de uma única vez, e respeitou um plano previamente definido, levado a cabo em um curto período de tempo, já em fase avançada da vida do povoado.

O sector escavado desta estrutura corresponde à sua extremidade ocidental, observando-se a sua curvatura no terreno até atingir os afloramentos calcários que constituem o seu limite natural (Fig. 12), fechando o recinto. É constituída por vários panos justapostos longitudinalmente, formando globalmente uma estrutura maciça, constituída por blocos muitas vezes de formato irregular, por certo arrancados aos afloramentos situados próximo. A Fig. 12 evidencia tal realidade, observando-se alinhamentos de blocos paralelos entre si no interior da própria massa da estrutura.

Esta solução estrutural já tinha sido observada nos trabalhos de campo de 2007 e 2008 (CARDOSO, 2011; CARDOSO, 2013), e teria como objectivo proporcionar uma plataforma superior regularizada por onde se pudesse circular, e que servisse de espaço de construção para estruturas habitacionais, num local onde o declive natural se apresenta muito acentuado. Na área escavada em 2016 foi possível por a descoberto o prolongamento de três destes panos longitudinais, já identificados em 2008 (CARDOSO, 2013, Fig. 5), respectivamente e de sul para norte, G 4, G 5, G 6 e G 7, devidamente indicados na Fig. 11, tal como as estruturas de carácter habitacional a seguir caracterizadas.

Lajeado AA – estrutura constituída por disposição horizontal, em espaço restrito, de numerosos blocos irregulares mas de idênticas dimensões, configurando lajeado. A estrutura implanta-se no exterior da Muralha G, remontando a sua construção ao Calcolítico Pleno / Final, visto encontra-se fundada na Camada 3.

Estrutura AA' – trata-se de uma estrutura de planta ortogonal, localizada no interior do recinto muralhado, semelhante a outras já anteriormente identificadas. Com efeito a arquitectura de muros rectilíneos, identificada desde 2005 no Outeiro Redondo, tem nesta estrutura uma das suas expressões mais interessantes, configurando unidade habitacional de planta sub-rectangular. É construída por dois muros ortogonais, integrando blocos de média dimensão, dispostos em duplas fiadas formando os paramentos internos e externos de ambos, encontrando-se uma das paredes reforçada do lado externo por alinhamento de blocos (Fig. 13 e Fig. 14). Pertence aos últimos momentos de ocupação do local, no Calcolítico Pleno / Final, encontrando-se fundada em depósitos do Calcolítico Pleno (Fig. 15 e Fig. 16). Esta estrutura, tal como a estrutura AD, adiante caracterizada, corresponderão às evidências mais antigas de arquitectura doméstica ortogonal no Ocidente Peninsular.

Estrutura AB – esta estrutura corresponde a uma unidade arquitectónica que se pode aproximar funcionalmente de pequeno silo, revelando um enchimento de sedimentos finos com cerca de 1 m de potência até o fundo da mesma (Fig. 17). É constituída e delimitada por paramentos de distintas estruturas, designadamente: porção do paramento externo da Muralha G 7, e paramento interno da Muralha G 5.

Em determinado momento da sua utilização, esta estrutura foi dividida em duas por um muro que a separou da Estrutura AC. Tal muro assenta em depósitos formados anteriormente, pelo que a individualização Estrutura AC, feita à custa da Estrutura AB é mais moderna do que esta. De qualquer modo, a Estrutura AB corresponde à última fase de ocupação do povoado, uma vez que se encontra apoiada à Muralha G; poderá estar associada ao aprovisionamento de produtos sólidos ou líquidos, uma vez que, no seu interior foram recolhidos vários fragmentos de barro cozido, que poderão indiciar revestimento de argila, de modo a impermeabilizar o seu interior.

Estrutura AC – trata-se de estrutura idêntica à anterior, e da mesma fase construtiva, da qual se encontra separada por muro (Fig. 18), o qual, como se referiu anteriormente, se encontra fundado em depósitos acumulados no interior da Estrutura AB, sendo por conseguinte mais moderna do que esta, e também menos profunda, pois não ultrapassa 0,60 m de profundidade.

Cabana AD – perto da extremidade norte da escavação, ainda no interior do recinto defendido, situa-se plataforma existente entre vários afloramentos rochosos, na parte mais alta da elevação, com visibilidade para Norte e oeste. Corresponde a estrutura de planta ortogonal, do Calcolítico Pleno / Final, encostada de um dos lados a grande afloramento calcário e definida dos outros dos lados por muros rectilíneos e paralelos, que configuram uma habitação de planta sub-quadrangular (Fig. 19), semelhante à Cabana AA. No seu interior encontram-se numerosos elementos de calcário resultantes dos derrubes das paredes, indicando que estas, pelo menos até certa altura, eram de alvenaria de blocos arrumados.

Muro AE – trata-se de estrutura levemente arqueada (Fig. 20), a qual se poderá relacionar com a necessidade de construção de um parapeito ou plataforma, articulando-se com afloramentos rochosos situados tanto do seu lado nordeste como sudoeste.

Todas as estruturas, tanto defensivas, como de carácter habitacional, identificadas e escavadas em 2015 e 2016, correspondem à fase construtiva mais moderna, integrável no Calcolítico Pleno, representada estratigraficamente pela Camada 2 da sequência geral estabelecida na estação.

5 – MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

5.1 – Indústria de pedra polida

Nas duas campanhas de escavação em apreço recolheu-se conjunto de artefactos de rochas duras de pedra polida integrando tipos bastante diversificados, representados por 18 exemplares, inteiros ou incompletos, mas tipologicamente classificáveis, distribuídos estratigraficamente da seguinte maneira:

- Camada 3: 3 exemplares (Fig. 21, n.ºs 3, 4 e 9);
- Camada 2: 15 exemplares (Fig. 21, n.ºs 1 e 2, n.ºs 5 a 8; Fig. 22, n.ºs 1 a 8; Fig. 23, n.º 1).

Procedeu-se à análise tipológica de cada um dos artefactos recolhidos, a qual se apresenta no Quadro 1.

Tal como se concluiu anteriormente (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017), a escassez de artefactos de pedra polida provenientes da Camada 3 facilmente se explica pelo facto de não se ter atingido tal camada na maior parte da área escavada, dado a mesma se encontrar por debaixo de estruturas arqueológicas mais modernas, integráveis na Camada 2, na qual se registou assinalável número de estruturas habitacionais, tanto habitacionais como defensivas, que naturalmente não poderiam ser removidas.

Quadro 1 – Outeiro Redondo. Distribuição tipológica dos artefactos de pedra polida por conjuntos cronológico-culturais

Artefactos de pedra polida	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico/Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Machados	-	-	1	6,7%	1	5,6%
Enxós / sachos	-	-	2	13,3%	2	11,1%
Martelos (ou percutores)	1	33,3%	4	26,7%	5	27,8%
Escopros e formões	1	33,3%	1	6,7%	2	11,1%
Fragmentos de machados	1	33,3%	-	-	1	5,6%
Fragmentos de enxós / sachos	-	-	2	13,3%	2	11,1%
Fragmentos de martelos	-	-	1	6,7%	1	5,6%
Fragmentos de martelos transversais	-	-	1	6,7%	1	5,6%
Inclassificados	-	-	3	20%	3	16,7%
Total	3	100%	15	100%	18	100%

Destaca-se, na Camada 2, as seguintes características dominantes da utensilagem:

– Domínio dos martelos / percutores de anfibólito, com 26,7% do total dos utensílios recolhida nesta camada, correspondendo a reaproveitamentos de artefactos de pedra polida;

– Fragmento de artefacto de pedra polida que ostenta, na zona central de uma das faces, um grande sulco transversal polido que pode estar relacionado com o encabamento da peça (Fig. 22, n.º 6), situação que já tinha sido observada em outros escassos exemplares exumados em campanhas anteriores;

– Conjunto três artefactos recolhido na Camada 2, um inteiro (Fig. 21, n.º 2) e dois incompletos (Fig. 21, n.º 8; Fig. 22, n.º 1), atribuíveis facilmente a enxós não fosse o gume cortante estar substituído por superfície polida. A sua localização no terreno poderá ser relevante para o debate e esclarecimento da utilização de tais peças; os três exemplares provêm do exterior da Lareira U (estrutura de combustão relacionada com práticas metalúrgicas), e muito próximo de um outro exemplar, já publicado recolhido em ano anterior (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, Fig. 19, n.º 8). Encontra-se em curso de publicação estudo sobre o conjunto recolhido no Outeiro Redondo, representado por 8 exemplares, que se concluiu estarem associados a práticas metalúrgicas (CARDOSO, BRANDHERM & BOUTOILLE, 2018), conclusão reforçada pela sua dispersão no terreno, sugerindo a sua associação a estruturas de combustão com indícios de metalurgia.

5.2 – Pedra afeiçãoada

Nesta categoria foram analisados e desenhados os seguintes grupos de artefactos:

Camada 3:

– Percutor: 1 exemplar (Fig. 23, n.º 2);

Camada 2:

– Percutor / bala de funda: 2 exemplares (Fig. 25, n.ºs 1 e 3);

- Percutor: 5 exemplares (Fig. 23, n.ºs 3 e 4; Fig. 25, n.ºs 2, 4 e 5);
- Movente: 1 exemplar (Fig. 24, n.º 2);
- Dormente: 2 exemplares (Fig. 24, n.ºs 1 e 3);
- Afiador / polidor: 1 exemplar (Fig. 25, n.º 6).

Destaca-se do conjunto apresentado dois objectos, um dormente (Fig. 24, n.º 3) e um movente / percutor (Fig. 24, n.º 2), recolhidos na área nordeste do povoado, entre as Estruturas G e V, junto ao contraforte adossado à sua parede externa, formando um moinho completo, com os dois elementos ainda associados e conservando as suas posições originais.

Semelhante a exemplar recolhido em 2013 (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, Fig. 26, n.º 3) recolheu-se um fragmento de pequenas dimensões de um afiador / polidor de arenito ferruginoso (Fig. 25, n.º 6), possuindo alguns sulcos, resultantes da execução de artefactos de osso diversos, como furadores, agulhas, sovelas, escopros ou cinzéis.

5.3 – Indústria de pedra lascada

Foram analisados 162 utensílios de pedra lascada, dos quais 25 foram recolhidos na Camada 3 e 137 recolhidos na Camada 2. A variedade de instrumentos observados, evidenciada pelas peças desenhadas nas Figs. 26 a 37, ilustra a diversidade das actividades praticadas no povoado. A distribuição estratigráfica dos utensílios em grandes categorias, em termos tecnológicos e tipológicos, é apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Outeiro Redondo. Distribuição estratigráfica em termos tecnológicos e tipológicos dos utensílios de pedra lascada identificados

Utensílios líticos	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico/Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Núcleos	1	4%	–	–	1	0,6%
Lamelas	3	12%	19	13,9%	22	13,6%
Lâminas	1	4%	19	13,9%	20	12,3%
Lascas retocadas	–	–	1	0,7%	1	0,6%
Raspadeiras	2	8%	15	10,9%	17	10,5%
Entalhes e denticulados	–	–	3	2,2%	3	1,9%
Furadores	3	12%	20	14,6%	23	14,2%
Lâminas foliáceas	7	28%	26	19%	33	20,4%
Pontas de seta	8	32%	34	24,8%	42	25,9%
Total	25	100%	137	100%	162	100%

5.3.1 – Análise da utensilagem

Núcleos (Fig. 26, n.º 1). O único núcleo presente na colecção foi recolhido na campanha de 2015, na área nordeste do povoado, na Camada 3. É um exemplar de extracção de lamelas, com grau de exaustão elevado, em sílex cinzento (Fig. 26, n.º 1).

Lamelas e lâminas (Fig. 26, n.^{oa} 2 a 29; Fig. 27, n.^{oa} 1 a 14). Identificaram-se 22 lamelas (que correspondem a 13,6% do total dos utensílios líticos) e 20 lâminas (12,3%) distribuídas estratigraficamente da seguinte maneira: Camada 3: 3 lamelas e 1 lâmina; Camada 2: 19 lamelas e 19 lâminas.

A análise tipológica das lamelas e lâminas recolhidas revelou a presença dos seguintes tipos, indicados no Quadro 3.

Quadro 3 – Outeiro Redondo. Tipologia das lamelas e lâminas e respectiva distribuição estratigráfica

Tipos de lamelas e lâminas	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico/Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Lamela sem retoque	2	50%	3	7,9%	5	11,9%
Lamela com retoque contínuo, marginal, irregular	1	25%	–	–	1	2,4%
Fragmento de lamela sem retoque	–	–	12	31,6%	12	28,6%
Fragmento de lamela com retoque	–	–	4	10,5%	4	9,5%
Lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	–	–	2	5,3%	2	4,8%
Fragmento de lâmina sem retoque	–	–	1	2,6%	1	2,4%
Fragmento de lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	–	–	2	5,3%	2	4,8%
Fragmento de lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	1	25%	9	23,7%	10	23,8%
Frag. de lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais	–	–	5	13,2%	5	11,9%
Total	4	100%	38	100%	42	100%

As três lamelas recolhidas na Camada 3 encontram-se inteiras e são de quartzo hialino (Fig. 26, n.^{os} 21 a 23); o único exemplar de lâmina identificado é um fragmento mesial, com retoques marginais contínuos em ambos os bordos laterais, de sílex de coloração cinzenta (Fig. 27, n.^o 14).

O conjunto de lamelas e lâminas apresenta-se naturalmente mais representativo na Camada 2; todos os exemplares são de sílex, predominantemente de coloração acinzentada, seguidos dos de coloração acastanhada. Nas lamelas predominam os exemplares sem retoque e nas lâminas os retoques marginais contínuos em ambos os bordos laterais. O índice de fragmentação apresenta-se elevado, com menos lâminas inteiras (10,5%) que lamelas (15,8%), sendo os elementos proximais os melhor representados nos dois tipos de produtos alongados considerados (**47,4%**) (Gráfico 1).

Do conjunto de lâminas agora apresentado identificou-se um exemplar em sílex oolítico (Fig. 27, n.^o 10). Trata-se de matéria-prima exógena, somando-se a outros quatro exemplares recolhidos em campanhas anteriores. A presença deste tipo de lâminas de sílex oolítico, a par de outras matérias-primas de origem exógena foi recentemente objecto de estudo monográfico (CARDOSO, ANDRADE & MARTINS, 2018).

Lascas retocadas (Fig. 27, n.^o 15). Apesar da recolha de várias lascas retocadas em ambas as zonas exploradas do povoado em 2015 e 2016, apenas se apresenta um exemplar, em sílex cinzento, de modo a ilustrar a presença deste tipo de instrumentos (Fig. 27, n.^o 15).

Raspadeiras (Fig. 28, n.^{os} 1 a 15; Fig. 29, n.^{os} 1 e 2). Identificaram-se 17 raspadeiras, das quais 2 provêm da Camada 3 (Fig. 29, n.^{os} 1 e 2) e as restantes da Camada 2 (Fig. 28, n.^{os} 1 a 15).

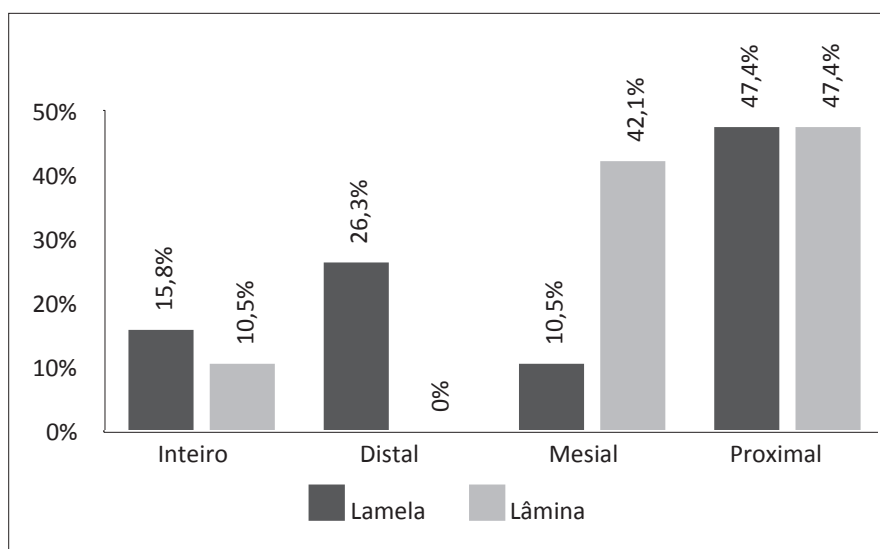


Gráfico 1 - Outeiro Redondo. Estado de conservação dos produtos alongados da Camada 2.

As duas raspadeiras recolhidas na Camada 3 são sobre lâmina, sendo uma retocada em ambos os bordos laterais com retoques marginais descontínuos, em sílex cinzento (Fig. 29, n.º 1), e a outra retocada apenas num dos bordos laterais, em sílex acastanhado (Fig. 29, n.º 2).

O número de raspadeiras identificadas na Camada 2 é variado, maioritariamente em sílex cinzento e acastanhado. As raspadeiras sobre lasca são dominantes, com 53,3% do conjunto, seguidas das executadas sobre lâmina, com 33,3% e, residualmente, sobre lamela, com 13,3%.

A análise tipológica deste grupo de artefactos conduziu aos seguintes resultados apresentados no Quadro 4.

Quadro 4 - Outeiro Redondo. Análise tipológica das raspadeiras e respectiva distribuição estratigráfica

Tipos	Camada 3 (Calcolítico Inicial)		Camada 2 (Calcolítico/Final)	
	N.º	%	N.º	%
Raspadeira sobre lâmina retocada em ambos os bordos laterais	1	50%	4	26,7%
Raspadeira sobre lâmina retocada apenas num dos bordos laterais	1	50%	1	6,7%
Raspadeira sobre lamela retocada apenas num dos bordos laterais	-	-	1	6,7%
Raspadeira sobre lamela sem retoque nos bordos laterais	-	-	1	6,7%
Raspadeira sobre lasca espessa	-	-	2	13,3%
Raspadeira sobre lasca espessa retocada, com a extremidade mais larga	-	-	1	6,7%
Raspadeira sobre lasca retocada	-	-	1	6,7%
Raspadeira unguiforme, sobre lasca	-	-	3	20%
Raspadeira sobre lasca de gume côncavo	-	-	1	6,7%
Total	2	100%	15	100%

Entalhes e denticulados (Fig. 29, n.ºs 3 a 5). Foram seleccionados 3 entalhes recolhidos na Camada 2, em 2015, na área nordeste do povoado, dois sobre lasca retocada (Fig. 29, n.º 4 e 5), e um sobre lâmina (Fig. 29, n.º 3).

Merece destaque o exemplar da Fig. 29, n.º3, identificado como um riólito e cuja problemática será desenvolvida em artigo em curso de publicação (CARDOSO, ANDRADE & MARTINS, 2018).

Furadores (Fig. 29, n.ºs 6 a 17; Fig. 30, n.ºs 1 a 11). Foram observados 23 furadores, correspondendo a 14,2% do conjunto dos utensílios líticos recuperados, dos quais 3 provêm da Camada 3 (Fig. 30, n.ºs 9 a 11) e 20 e os restantes da Camada 2 (Fig. 29, n.ºs 6 a 17; Fig. 30, n.ºs 1 a 8). Maioritariamente os exemplares analisados são de sílex de tonalidades cinzenta e acastanhada (91,3%) e em pequeno número de tons rosados (8,7%). As lascas são o tipo de suporte dominante nos furadores recolhidos nas duas camadas observadas, com valores percentuais elevados: 66,7% na Camada 3, e 75% na Camada 2. Do ponto de vista tipológico, consideraram-se diversos grupos, sumariados no Quadro 5.

Quadro 5 – Outeiro Redondo. Tipos de furadores e respectiva distribuiçãoestratigráfica

Tipos de furadores	Camada 3 (Calcolítico Inicial)		Camada 2 (Calcolítico/Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Furador fino com entalhe(s) sobre lâmina	1	33,3%	3	15%	4	17,4%
Furador fino com bordos rectilíneos sobre lâmina	-	-	2	10%	2	8,7%
Furador espesso com entalhe(s) sobre lasca	-	-	5	25%	5	21,7%
Furador fino com entalhe(s) sobre lasca	1	33,3%	3	15%	4	17,4%
Furador fino com bordos rectilíneos sobre lasca	-	-	1	5%	1	4,3%
Furador duplo sobre lasca retocada	-	-	4	20%	4	17,4%
Furador espesso com bordos rectilíneos sobre lasca	1	33,3%	2	10%	3	13%
Total	3	100%	20	100%	23	100%

Lâminas foliáceas (Fig. 30, n.º 12; Fig. 31, n.ºs 1 a 6; Fig. 32, n.ºs 1 a 6; Fig. 33, n.ºs 1 a 6; Fig. 34, n.ºs 1 a 8; Fig. 35, n.ºs 1 a 6).

Nesta categoria foram integrados 33 exemplares, em diversos estádios de preparação, que no seu conjunto correspondem ao segundo grupo mais numeroso de utensílios com 20,4%. Estão distribuídos estratigraficamente da seguinte maneira:

Camada 3: 7 exemplares (Fig. 34, n.º 8; Fig. 35, n.ºs 1 a 6);

Camada 2: 26 exemplares (Fig. 30, n.º 12; Fig. 31, n.ºs 1 a 6; Fig. 32, n.ºs 1 a 6; Fig. 33, n.ºs 1 a 6; Fig. 34, n.ºs 1 a 7).

Na Camada 3 estão presentes 2 exemplar que podem ser considerados como esboços ou pré-formas (Fig. 34, n.º 8; Fig. 35, n.º 1); dois correspondem a extremidades (Fig. 35, n.ºs 3 e 4) e três apresentam-se inteiros, sendo dois exemplares elipsoidais (Fig. 35, n.ºs 2 e 5). Importa ainda sublinhar a presença de um exemplar fracturado na parte mesial, ulteriormente reaproveitado, possuindo extremidade apontada (Fig. 35, n.º 6). Estão em maior número as lâminas foliáceas de sílex acinzentado, que dominam com 57,1%, seguidos dos tons avermelhados, com 28,6%, e tons acastanhados, com 14,3%.

Dos 26 exemplares recolhidos na Camada 2, dois podem corresponder a esboços ou a pré-formas (Fig. 30, n.º 12; Fig. 31, n.º 2; Fig. 31, n.ºs 1 e 4; Fig. 32, n.ºs 1, 3 e 5; Fig. 33, n.º 2; Fig. 34, n.º 1, 3 e 4, 6 e 7); apenas 12 se apresentam inteiros. Estão representadas as lâminas foliáceas elipsoidais, com 5 exemplares (Fig. 31, n.ºs 3 e 5; Fig. 32, n.º 6; Fig. 33, n.º 4 e 5), em forma de “D”, com 4 exemplares (Fig. 31, n.º 6; Fig. 33, n.ºs 1 e 6, Fig. 34, n.º 2), e em forma de crescente (Fig. 34, n.º 5), sub-rectangular (Fig. 33, n.º 3) e sub-trapezoidal (Fig. 32, n.º 4)

com 1 exemplar cada. Predominam as lâminas foliáceas com lascamento / retoque cobridor bifacial, com 41,7% do total dos exemplares, seguidas das lâminas foliáceas com lascamento / retoque invasor bifacial, com 25%, e por último as lâminas foliáceas com lascamento / retoque cobridor numa das faces e invasor na outra, bem como as lâminas foliáceas com lascamento / retoque invasor numa das faces e marginal na outra, com 16,7% cada.

Todos os exemplares são de sílex; no entanto, ocorrem maiores variedades, em comparação com a Camada anterior, registando-se um domínio dos tons cinzentos, com 65,4%, seguido dos tons rosados, com 23,1%, estando pouco representados os tons castanhos, brancos e pretos, com 3,8% cada. Este aumento de variedade e tonalidades de sílex, já registado em estudos anteriores, reforça a ideia do aumento da diversidade nas origens da matéria-prima e/ou aumento das fontes de abastecimento da mesma, no decorrer do Calcolítico Pleno / Final.

Para além do exemplar fracturado na zona mesial e ulteriormente reaproveitado (Fig. 35, n.º 6), já mencionado, foram identificados mais exemplares fracturados transversalmente com sinais de reavivamento, um na Camada 3 (Fig. 35, n.º 2), e dois exemplares na Camada 2 (Fig. 31, n.º 6; Fig. 33, n.º 5).

Apenas um exemplar evidencia patina brilhante que ocupa a totalidade de um dos bordos cortantes (Fig. 33, n.º 3), a qual é usualmente atribuída à sua utilização como elementos de foices embutidos em cabos de madeira; tal brilho não se confunde, com efeito, com o brilho que muitos exemplares ostentam em resultado do lascamento térmico a que se recorreu para a sua confecção.

Pontas de seta (Fig. 36, n.º 1 a 22; Fig. 37, n.º 1 a 20). Foram identificadas 42 pontas de seta, que correspondem ao grupo mais numeroso dos utensílios líticos identificados, com 25,9%, estando distribuídos estratigraficamente da seguinte maneira:

Camada 3: 8 exemplares (Fig. 37, n.ºs 13 a 20);

Camada 2: 34 exemplares (Fig. 36, n.ºs 1 a 22; Fig. 37, n.ºs 1 a 12).

Todos os exemplares da Camada 3 foram recolhidos na campanha de 2015 e são de sílex, dominando claramente os tons cinzentos, com 87,5%, sendo os restantes de coloração rosada, com 12,5%. A variedade de tons de sílex aumenta na camada seguinte, a Camada 2, com a presença continuada e dominante de tons cinzentos (60,6%), seguidos dos tons castanhos (24,2%), rosados (9,1%) e escuros (6,1%), realidade idêntica à registada no grupo das lâminas foliáceas. A presença de um exemplar, único no conjunto analisado, em xisto jaspóide na Camada 2 (Fig. 36, n.º 2) vem ilustrar as trocas efectuadas com o Alentejo.

Para efeitos de comparação futura optou-se por manter a tipologia usada em anteriores trabalhos (CARDOSO & MARTINS, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017), seguindo as orientações e classificações pré-existentes, sumariadas no Quadro 6.

Constata-se o domínio das pontas de seta de base côncava nas duas camadas observadas com valores percentuais semelhantes e bastante elevados. A variedade de tipos aumenta da Camada 3 para a Camada 2, destacando-se as pontas de seta de base plana, as de tipo mitriforme e tipo “Torre Eiffel”. Em relação à geometria dos bordos predominam os tipos rectilíneos, seguidos dos bordos convexos.

Regista-se, nas duas camadas, a presença de pré-formas (Fig. 36, n.º 13; Fig. 37, n.º 13), pontas de seta nitidamente inacabadas, revelando possíveis trabalhos de talhe no interior do povoado.

5.3.2 – Análise comparativa dos instrumentos nas duas etapas culturais

Da análise de dados numéricos do conjunto dos utensílios líticos, sumariados no Quadro 7, ressaltam as comparações entre os exemplares recolhidos em cada uma das camadas consideradas.

Quadro 6 – Outeiro Redondo. Tipos de pontas de seta identificadas e respectiva distribuição estratigráfica

Tipologia		Camada 3 (Calcolítico Inicial)		Camada 2 (Calcolítico/Final)		Total	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
1	Base convexa / triangular	-	-	-	-	-	-
2.1	Base plana	-	-	3	8,8%	3	7,1%
3.3	Base côncava	6	75%	25	73,5%	31	73,8%
3	Mitriforme	-	-	1	2,9%	1	2,4%
4	Torre Eiffel	-	-	1	2,9%	1	2,4%
5	Alcalarense	-	-	-	-	-	-
6	Foliácea	-	-	-	-	-	-
7	Indeterminada	1	12,5%	3	8,8%	4	9,5%
8	Pré-forma	1	12,5%	1	2,9%	2	4,8%
9	Grandes dimensões	-	-	-	-	-	-
Total		8	100%	34	100%	42	100%

Quadro 7 – Outeiro Redondo. Lista tipológica dos instrumentos líticos retocados das Camadas 3 e 2

Lista tipológica	Camada 3 (Calcolítico Inicial)	Camada 2 (Calcolítico/Final)	Total
Núcleos de lamelas	1	-	1
Total de Núcleos	1 (4%)	-	1 (0,6%)
Lamela sem retoque	2	3	5
Lamela com retoque contínuo, marginal, irregular	1	-	1
Fragmento de lamela sem retoque	-	12	12
Fragmento de lamela com retoque	-	4	4
Total de Lamelas	3 (12%)	19 (13,9%)	22 (13,6%)
Lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	-	2	2
Fragmento de lâmina sem retoque	-	1	1
Fragmento de lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	-	2	2
Fragmento de lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	1	9	10
Fragmento de lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais	-	5	5
Total de Lâminas	1 (4%)	19 (13,9%)	20 (12,3%)
Lasca com retoque descontínuo marginal, irregular	-	1	1
Total de Lascas retocadas	-	1 (0,7%)	1 (0,6%)
Raspadeira sobre lâmina retocada em ambos os bordos laterais	1	4	5
Raspadeira sobre lâmina retocada apenas num dos bordos laterais	1	1	2
Raspadeira sobre lamela retocada em ambos os bordos laterais	-	1	1

Lista tipológica	Camada 3 (Calcolítico Inicial)	Camada 2 (Calcolítico/Final)	Total
Raspadeira sobre lamela sem retoque nos bordos laterais	-	1	1
Raspadeira sobre lasca espessa	-	2	2
Raspadeira sobre lasca espessa retocada, com a extremidade mais larga	-	1	1
Raspadeira sobre lasca retocada	-	1	1
Raspadeira unguiforme, sobre lasca	-	3	3
Raspadeira sobre lasca de gume côncavo	-	1	1
Total de Raspadeiras	2 (8%)	15 (10,9%)	17 (10,5%)
Entalhe retocado sobre lâmina	-	1	1
Entalhe retocado sobre lasca fina	-	2	2
Total de Entalhes	-	3 (2,2%)	3 (1,9%)
Furador fino com entalhe(s) sobre lâmina	1	3	4
Furador fino com bordos rectilíneos sobre lâmina	-	2	2
Furador espesso com entalhe(s) sobre lasca	-	5	5
Furador fino com entalhe(s) sobre lasca	1	3	4
Furador fino com bordos rectilíneos sobre lasca	-	1	1
Furador duplo sobre lasca retocada	-	4	4
Furador espesso com bordos rectilíneos sobre lasca	1	2	3
Total de Furadores	3 (12%)	20 (14,6%)	23 (14,2%)
Esboço de lâmina foliácea (produto debitado base)	2	2	4
Pré-forma de lâmina foliácea (adelgaçamento)	2	12	14
Lâmina elipsoidal com retoque cobridor bifacial	1	3	4
Lâmina elipsoidal com retoque cobridor numa das faces, apresentando a outra retoques invasores e marginais	1	1	2
Lâmina elipsoidal com retoque invasor numa das faces, apresentando a outra retoques marginais	-	1	1
Lâmina em forma de "D" com retoque cobridor bifacial	-	2	2
Lâmina em forma de "D" com retoque invasor numa das faces, apresentando a outra retoques marginais	-	1	1
Lâmina em forma de "D" com retoque invasor bifacial	-	1	1
Lâmina em forma de crescente com retoque invasor numa das faces, apresentando a outra retoques marginais	-	1	1
Lâmina sub-rectangular com retoque cobridor numa das faces, apresentando a outra retoques invasores e marginais	-	1	1
Lâmina sub-trapézoidal com retoque invasor numa das faces, apresentando a outra retoques marginais	-	1	1
Lâmina apontada com retoque cobridor numa das faces, apresentando a outra com retoques invasores e marginais	1	-	1
Total de Lâminas foliáceas	7 (28%)	26 (19%)	33 (20,4%)
Ponta de seta de base plana	-	3	3

Lista tipológica	Camada 3 (Calcolítico Inicial)	Camada 2 (Calcolítico/Final)	Total
Ponta de seta de base côncava	6	25	31
Ponta de seta mitriforme	–	1	1
Ponta de seta de tipo "torre Eiffel"	–	1	1
Ponta de seta de tipo indeterminado	1	3	4
Pré-forma de ponta de seta	1	1	2
Total de pontas de seta	8 (32%)	34 (24,8%)	42 (25,9%)
Total dos utensílios líticos retocados	25 (100%)	137 (100%)	162 (100%)

Em síntese, podem apresentar-se as seguintes conclusões, resultantes do exercício comparativo efectuado:

– Regista-se assinalável presença de pontas de seta nas Camadas 3 e 2, quer no interior do povoado bem como junto à Muralha G. As pontas de seta recolhidas em ambas as camadas encontram-se maioritariamente inteiras, sendo o tipo mais numeroso o de base côncava e bordos rectilíneos. Regista-se na Camada 2 um aumento na variedade de tipo de pontas de seta face à realidade respeitante à Camada mais antiga, com destaque para as pontas de sílex de base plana, mitriforme e do tipo “Torre Eiffel”, inexistentes na Camada 3. Assinala-se também a presença de um exemplar de xisto jaspóide na Camada 2.

A abundância e variedade de pontas de seta registada no povoado e já analisada nos diversos estudos já publicados (CARDOSO, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017), vem demonstrar a importância que teria o povoado em actividades cinegéticas e/ou bélicas.

Destacam-se duas concentrações de pontas de seta na Camada 2, no sector nordeste do povoado: a primeira, em redor da Lareira U, com 9 exemplares, que poderá corresponder a uma zona de talhe / armazenamento, e a segunda entre a Muralha G e a Muralha V, com 4 exemplares, possivelmente associada a uma zona com funções de defesa (possível barbacã, como atrás se referiu).

– O segundo grupo de instrumentos mais numeroso nas duas camadas presentes é o das lâminas foliáceas, que na Camada 3 atingem 28% do total dos utensílios líticos, diminuindo de representatividade na camada seguinte, a Camada 2, com apenas 19%. A aparente tendência decrescente da Camada 3 para a Camada 2, não tem de momento explicação plausível, a qual deve ser enquadrada no contexto global do povoado; seja como for, importa sublinhar que, em termos absolutos, são escassos os exemplares da Camada 3 (apenas 7), contrastando com os 26 exemplares recolhidos na Camada 2, onde predominam as lâminas foliáceas elipsoidais com retoque cobridor bifacial. A variedade de tipos de lâminas foliáceas também aumenta, como seria de esperar, na Camada 2, onde estão presentes as lâminas foliáceas em forma de “D”, em forma de crescente, sub-rectangulares e sub-trapezoidais inexistentes na camada anterior, a Camada 3. O número de reavivamentos de lâminas foliáceas aumenta também na Camada 2, mas tal pode dever-se, simplesmente, à existência de uma amostragem mais numerosa.

– O terceiro grupo mais representativo, nas duas camadas analisadas, é o dos furadores com 14,2% do total dos utensílios líticos, aumentado ligeiramente de 12% na Camada 3 para 14,6% na Camada 2. O suporte mais utilizado continua a ser a lasca, com valores percentuais elevados: 66,7% na Camada 3 e 75% na Camada 2); a lâmina ocorre como segundo suporte mais comum. O tipo de estratégia dominante para a obtenção de uma ponta de furador, continua a ser a realização de duas concavidades laterais, mantendo valores percentuais semelhantes entre camadas.

– No geral observa-se um predomínio das lamelas face às lâminas, mas ambos os tipos aumentam de representatividade na Camada 2. As lamelas estão representadas na Camada 3 com 12%, evoluindo para 13,9% na Camada 2, e as lâminas aumentam de 4% para 13,9%. Destaca-se a presença na Camada 3 de lamelas em quartzo hialino inteiras, inexistentes na camada mais recente. O maior número de exemplares na Camada 2 ostenta fractura na extremidade distal, tanto nas lamelas como nas lâminas, com valores bastante elevados. Os fragmentos de lamelas sem retoque, e os fragmentos de lâminas com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais tornam-se os mais abundantes na Camada 2.

– As raspadeiras, pouco representadas na Camada 3, com 8%, estão presentes na Camada 2 com 10,9% do total dos utensílios líticos recolhidos. O suporte único nos exemplares da Camada 3 é a lâmina, situação que se altera na camada seguinte, onde o suporte dominante é a lasca, que representa 53,3% do conjunto, seguido do suporte sobre lâmina, com 33,3%, e residualmente sobre lamela, com 13,3%.

– A presença apenas de um núcleo na Camada 3 e a sua ausência na camada seguinte poderá significar que a debitação para a obtenção de lamelas e laminas não era efectuada nos dois locais em estudo, o lado nordeste e a extremidade oeste do povoado.

– Dos restantes grupos apresentados, como as lascas retocadas e os entalhes / denticulados, apresentaram-se apenas exemplares representativos, não se tendo considerado a sua quantificação efectiva.

5.4 – Indústria de osso

Os 86 instrumentos de osso identificados em 2015 e 2016 apresentam-se integralmente desenhados nas Figs. 38 a 40. Da Camada 3 provêm 18 peças e da Camada 2 as restantes 68, confirmando a tendência de maior riqueza artefactual na ocupação mais recente, em parte pelas razões já atrás expostas. Foram observados vários grupos de artefactos, cuja distribuição pela sequência estratigráfica se apresenta no Quadro 8.

Quadro 8 – Outeiro Redondo. Distribuição tipológica da utensilagem óssea pelas duas camadas presentes

Indústrias de osso	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico/Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agulhas / sovelas	4	22,2%	12	17,6%	16	18,6%
Furadores	3	16,7%	10	14,7%	13	15,1%
Cabos	6	33,3%	35	51,5%	41	47,7%
Espátulas	–	–	3	4,4%	3	3,5%
Caixas	3	16,7%	4	5,9%	7	8,1%
Escopros	1	5,6%	2	2,9%	3	3,5%
Anzol	–	–	1	1,5%	1	1,2%
Pontas de seta	–	–	1	1,5%	1	1,2%
Indeterminado	1	5,6%	–	–	1	1,2%
Total	18	100%	68	100%	86	100%

– Análise descritiva pela sequência estratigráfica observada

Camada 3

Cabos – Os cabos desta camada integram exemplares que denotam escassa alteração relativamente aos suportes originais. Nalguns casos, não são os exemplares propriamente ditos que se recolheram, mas simplesmente os restos do seu fabrico. É o caso das extremidades distais seccionadas de galhos de veado, que não tiveram aproveitamento (Fig. 40, n.º 18 e 19). Dois exemplares (Fig. 40, n.ºs 16 e 17) evidenciam afeiçãoamento, podendo o segundo corresponder a uma ponta espessa.

Reconheceu-se ainda, dentro deste grupo, um cabo executado sobre segmento de corno de caprino, polido (Fig. 40, n.º 15).

Caixas – Nem sempre é fácil distinguir os cabos das caixas, obtidos por seccionamento transversal de diáfises de grandes ossos longos, por vezes dado o estado de fragmentação que ostentam. Com efeito, é admissível a existência de cabos de assinalável diâmetro, podendo confundir-se com as pequenas caixas para o resguardo de unguentos diversos ou mezinhas. Deste modo, consideraram-se condicionalmente como caixas os fragmentos polidos representados nas Fig. 40, n.ºs 20 a 22.

Sovelas ou agulhas – Diferem dos furadores por serem mais alongadas e estreitas (Fig. 40, n.ºs 5, 9, 10 e 11), executadas sobre esquirolas de ossos longos, por vezes totalmente transformados por polimento.

Furadores – Estão representados nesta camada por exemplares sobre esquirolas de diáfises de ossos longos, partidos longitudinalmente (Fig. 40, n.ºs 6 e 8), e um exemplar executado sobre tibia de *Ovis / Capra*, conservando na outra extremidade a superfície articular do osso, de animal sub-adulto (Fig. 40, n.º 7).

Os restantes grupos de utensílios não apresentam nesta camada valores percentuais significativos, estando representados por apenas um exemplar de cada um dos seguintes grupos de utensílios:

– Escopro ou cinzel sobre osso longo indeterminado, seccionado longitudinalmente correspondendo a extremidade activa, espessa e robusta, a biselamento duplo (Fig. 40, n.º 13);

– Utensílio indeterminado, incompleto, executado sobre osso longo, polido (Fig. 40, n.º 12), talvez fragmento de haste de alfinete de cabelo.

Camada 2

Cabos – Identificam-se 35 exemplares, distribuídos pelos seguintes tipos:

– Cabos executados sobre tibia de *Ovis / Capra*, seccionadas em apenas uma extremidade, por serragem, conservando na outra extremidade a superfície articular do osso, ou os seus vestígios, em geral de animais sub-adultos: 11 exemplares (Fig. 38, n.ºs 31 a 34; Fig. 39, n.ºs 2 a 6, 8 e 9);

– Cabos em diáfises de ossos longos, seccionadas em ambas as extremidades: 8 exemplares: (Fig. 39, n.ºs 10, 12, 17, 19 a 21, 24 e 25);

– Cabos incompletos executados em diáfises de ossos longos, seccionados numa das extremidades, com a outra em falta: 9 exemplares (Fig. 38, n.º 30; Fig. 39, n.ºs 1, 7, 11, 13 a 16 e 22);

– Cabos executados em extremidade de haste de cervídeo, por seccionamento numa das extremidades: 2 exemplares (Fig. 39, n.ºs 29 e 30);

– Cabos incompletos executados em segmento de haste de cervídeo serrada em ambas as extremidades: 2 exemplares (Fig. 39, n.ºs 27 e 28);

– Prováveis cabos seccionados em ambas as extremidades, totalmente polidos e cujo comprimento é inferior ao dos exemplares atribuídos a cabos, podendo ser confundidos com elementos tubulares de colar: 2 exemplares (Fig. 39, n.ºs 18 e 23);

Agulhas/sovelas – Constituem, na Camada 2, o segundo grupo mais representativo, com 15 exemplares, apresentando valores percentuais idênticos ao da Camada anterior. Estes artefactos apresentam-se inteiros ou fracturados, sendo executados sobre esquirolas de ossos longos, que sofreram polimento em quase toda a superfície (Fig. 38, n.ºs 5 a 9, 12, 15 a 19);

Anzol – Uma peça biapontada totalmente polida, e de pequenas dimensões, pode ser assim classificada (Fig. 38, n.º 13), à semelhança de exemplar recolhido nas grutas do Poço Velho em Cascais (PAÇO, 1941, Est. XXI, n.ºs a, b, c, e);

Furadores – Estão presentes na Camada 2 com os seguintes variantes:

– Furadores obtidos sobre esquirolas de diáfises de ossos longos, partidos longitudinalmente: 6 exemplares (Fig. 38, n.ºs 1 a 4, 20 e 26);

– Furador espesso alongado e regular, totalmente polido: 1 exemplar (Fig. 38, n.º 10);

– Furador em osso longo, seccionado longitudinalmente, sobre metápodo de *Cervus*: 1 exemplar (Fig. 38, n.º 25);

– Furador sobre cúbito de ovino /caprino, afeiçoado na extremidade articular: 1 exemplar (Fig. 38, n.º 24);

– Furador sobre diáfise de osso longo de ave indeterminada (Fig. 38, n.º 14).

Caixas – Tal como na camada mais antiga, recolheram-se fragmentos de recipientes cilíndricos executados em diáfise de osso de grandes dimensões, com marcas de serragem, representados por 4 exemplares (Fig. 40, n.ºs 1 a 4);

Espátulas – Trata-se de exemplares fragmentados sobre tábuas ósseas totalmente polidas, com uma das extremidades alargada e plana (Fig. 38, n.ºs 22, 23 e, possivelmente, 29);

Escopros ou goivas – dois exemplares sobre esquirolas ósseas alongadas, com bisel duplo finamente preparado num dos casos, podem ser assim classificados (Fig. 38, n.ºs 27 e 28);

Ponta de seta (?) – reconheceu-se 1 exemplar, de formato cónico, cuja falta da extremidade basal impede de o classificar com segurança neste grupo de artefactos (Fig. 38, n.º 21), cuja presença se soma a exemplares já anteriormente publicados (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017) igualmente provenientes da Camada 2, tal como as espátulas.

5.5 – Produções cerâmicas

5.5.1 – Cerâmicas lisas

Foram identificados 2380 fragmentos de bordos, dos quais 556 provêm da Camada 3 e 1824 da Camada 2, distribuídos pelas duas grandes áreas da seguinte maneira:

Área nordeste do povoado: Camada 3: 416 exemplares; Camada 2: 1122 exemplares.

Área ocidental do povoado: Camada 3: 140 exemplares; Camada 2: 702 exemplares.

Justifica-se a separação dos resultados obtidos pelas duas grandes áreas escavadas, de modo a verificar se existem diferenças na utilização das formas cerâmicas lisas em cada uma delas.

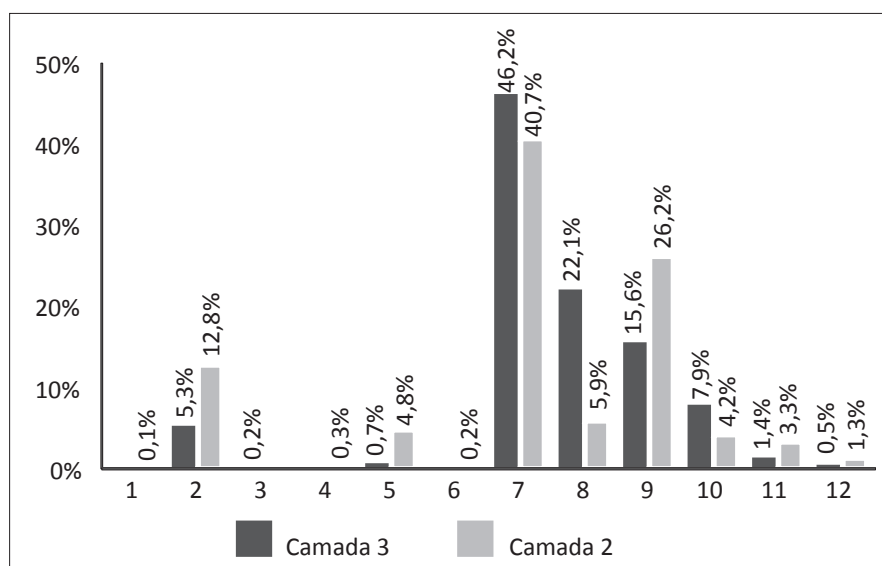


Gráfico 2 – Outeiro Redondo. Variação tipológica das cerâmicas lisas recolhidas na área nordeste do povoado, de acordo com a respectiva distribuição estratigráfica.

Continuaram a utilizar-se as 12 formas anteriormente identificadas no povoado, e que serviram de base aos estudos já efectuados dos espólios recolhidos entre 2005 e 2008 (CARDOSO, 2013), e em 2013 e 2014 (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017). Desta forma, elaboraram-se dois quadros tipológicos das cerâmicas lisas que permitem demonstrar as variações de cada forma ao longo do tempo (Fig. 41 e Fig.42). Os resultados obtidos permitiram resumir graficamente, para cada sector, as variações percentuais de cada forma individualizada para cada Camada estratigráfica (Gráficos 2 e 3).

Tendo em conta a Fig. 41 e o Gráfico 2, os aspectos que importa considerar e que dizem respeito à área nordeste do povoado, são os seguintes:

- O recipiente liso mais utilizado nas duas fases culturais é o vaso de bordo espessado exteriormente e lábio convexo (forma 7). Encontra-se representado na Camada 3 com 46,2%, diminuindo ligeiramente de representatividade na Camada seguinte, a Camada 2, para 40,7%. Os diâmetros dos recipientes mais usados nas duas camadas variam entre os 20 e os 40 cm, utilizados certamente para actividades culinárias.

- A segunda forma mais utilizada na Camada 3 é o vaso de bordo em aba (forma 8), com 22,1%, diminuindo drasticamente na Camada 2, com 5,9%. Esta forma, à semelhança da anterior, relacionar-se-á com actividades culinárias. A terceira forma mais representativa na Camada 3 é a forma 9, que corresponde às taças em calote, com 15,6%, aumentando a sua presença em termos percentuais para a Camada 2, com 26,2%, tornando-se a segunda forma mais representada.

- De registar que uma das formas fechadas, a forma 2, correspondente aos grandes recipientes esféricos, que na Camada 3, apresenta valores baixos com 5,3%, aumenta na Camada 2 para 12,8%, tornando-se a terceira forma mais usada nesta camada. Esta forma destinar-se-ia ao armazenamento de produtos, como cereais.

Com base na Fig. 42 e no Gráfico 3, os aspectos que importa considerar e que dizem respeito à segunda área específica intervencionada, a oeste do povoado, são os seguintes:

- A forma 7, que corresponde ao vaso de bordo espessado exteriormente e lábio convexo, é, tal como se verificou na área nordeste do povoado, a mais abundante, com 37,9% na Camada 3 e 41,5% na Camada 2.

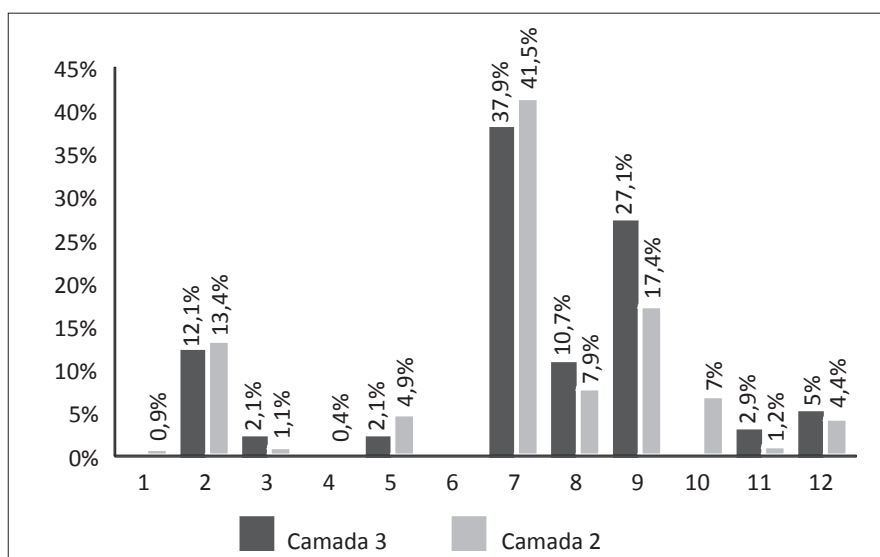


Gráfico 3 – Outeiro Redondo. Variação tipológica das cerâmicas lisas recolhidas na área ocidental do povoado, de acordo com a respectiva distribuição estratigráfica.

– A segunda forma mais registada, também em ambas as Camadas, é a forma 9, que corresponde às taças em calote (27,1% na Camada 3 e 17,4% na Camada 2), e a terceira mais representativa a forma 2, que integra os recipientes esféricos (12,1% na Camada 3 e 13,4% na Camada 2).

Em suma, observa-se nas duas grandes áreas específicas em estudo, a zona nordeste e a zona a oeste do povoado, pouca variação na tipologia das cerâmicas lisas. Em ambas as áreas dominam as formas abertas (formas 7 a 10) face às formas fechadas (formas 1 a 4), quer em contextos do Calcolítico Inicial, quer do Calcolítico Pleno / Final. Importa referir a maior abundância dos recipientes lisos na área nordeste do povoado em comparação com o número de fragmentos recolhido na área a oeste, em resultado da maior intensidade da sua ocupação.

Comparando os resultados obtidos para as duas áreas em estudo resulta outra evidência: a total ausência de taças baixas com bordo espessado (forma 10) na Camada 3, na área ocidental do povoado, contrastando com a sua presença na área nordeste, com 7,9%. No entanto, na Camada seguinte já se encontram representadas, a oeste com 7%, diminuindo a sua presença a nordeste para 4,2%.

Para as duas estruturas negativas situadas do lado interno da Muralha G, identificadas na campanha de 2016 do lado ocidental do povoado (Estruturas AB e AC), e atribuídas ao Calcolítico Pleno / Final, foi realizado um quadro com a tipologia das cerâmicas lisas ali recolhidas (Quadro 9) uma vez que se trata de espaços fechados, onde a acumulação se terá efectuado num curto período de tempo.

Verifica-se a fraca presença de materiais cerâmicos lisos tipologicamente relevantes no interior das estruturas negativas tendo em conta a sua potência: 77 fragmentos na Estrutura AB; e 15 fragmentos na Estrutura AC. As formas 7, 9 e 8 são as mais abundantes, dominando em todas as estruturas as formas abertas, corroborando os resultados apresentados anteriormente. Os recipientes lisos com diâmetros mais reduzidos, inferiores a 20 cm são mais abundantes.

Importa caracterizar a abundância da presença de recipientes lisos com interesse tipológico face aos recipientes decorados. Para analisar esta questão procedeu-se à quantificação das respectivas produções pelas duas grandes áreas exploradas, apresentando-se os respectivos resultados no Quadro 10.

Quadro 9 – Outeiro Redondo. Tipologia das cerâmicas lisas recolhidas nas Estruturas AB e AC.

Formas	Estrutura AB		Estrutura AC	
	Diâmetros	N.º Frag.	Diâmetros	N.º Frag.
1	-	-	-	-
2	Ø < 20 cm (3)	3 frag. (3,9%)	Ø < 20 cm (2)	2 frag. (13,3%)
3	-	-	-	-
4	-	-	-	-
5	Ø < 20 cm (1)	1 frag. (1,3%)	Ø < 20 cm (1)	1 frag. (6,7%)
6	-	-	-	-
7	Ø ? (5) Ø < 20 cm (14) Ø 20-40 cm (24) Ø > 40 cm (1)	44 frag. 57,1%)	Ø < 20 cm (6)	6 frag. (40%)
8	Ø < 20 cm (3) Ø 20-40 cm (5)	8 frag. (10,4%)	Ø < 20 cm (2)	2 frag. 13,3%)
9	Ø ? (1) Ø < 20 cm (7) Ø 20-40 cm (1)	9 frag. (11,7%)	Ø < 20 cm (2)	2 frag. (13,3%)
10	Ø 20-40 cm (1)	1 frag. (1,3%)	-	-
11	Ø ? (1) Ø < 20 cm (4)	5 frag. (6,5%)	Ø < 20 cm (1) Ø 20-40 cm (1)	2 frag. (13,3%)
12	Ø < 20 cm (3) Ø 20-40 cm (3)	6 frag. (7,8%)	-	-
Total	Ø ? (7) Ø < 20 cm (35) Ø 20-40 cm (34) Ø > 40 cm (1)	77 frag. (100%)	Ø < 20 cm (14) Ø 20-40 cm (1)	15 frag. (100%)

Quadro 10 – Outeiro Redondo. Relação entre recipientes lisos com interesse tipológico e decorados, segundo a área recolhida e a respectiva distribuição estratigráfica

Produções cerâmicas		Camada 3		Camada 2		Total
		N.º fragmentos	%	N.º fragmentos	%	
Área nordeste	Cerâmica lisa	416	94,8%	1122	94,2%	1538
	Cerâmica decorada	23	5,2%	69	5,8%	92
	Total	439	100%	1191	100%	1630
Área oeste	Cerâmica lisa	140	95,2%	702	94,5%	842
	Cerâmica decorada	7	4,8%	41	5,5%	48
	Total	147	100%	743	100%	890

Face aos resultados obtidos, verifica-se que, na área nordeste, a relação entre produções decoradas e lisas, na Camada 3, é de 1 para 18,1, enquanto na Camada 2, é de 1 para 16,3; na área ocidental, a relação é, na Camada 3 de 1 para 20, enquanto na Camada 2, é de 1 para 17,1. Em ambas as áreas escavadas, pode concluir-se que existe tendência para um aumento de recipientes decorados no decurso do tempo, do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno / Final.

5.5.2 – Recipientes decorados

Seleccionaram-se para desenho, nas duas grandes áreas intervencionadas em 2015 e 2016, um total de 140 fragmentos cerâmicos decorados, representados nas Fig. 43 a Fig. 53, distribuídos estratigraficamente da seguinte forma:

Camada 3: 30 fragmentos (dos quais 27 são bordos);

Camada 2: 110 fragmentos (dos quais 54 são bordos).

A este número somam-se outros exemplares decorados, com e sem bordo, não seleccionados para desenho por se apresentarem muito fragmentados e não acrescentarem informação adicional, o que iria sobrecarregar as estampas de desenhos com o mesmo padrão decorativo (podendo mesmo pertencer a fragmentos do mesmo recipiente). No entanto, a quantidade de fragmentos desenhados é proporcional ao número de fragmentos recolhidos nas duas grandes áreas intervencionadas, pelo que se encontra garantida a sua representatividade.

Reconheceu-se uma forma lisa especial, representada por um fragmento de recipiente de grandes dimensões, munido de uma goteira em torno da abertura (Fig. 44, n.º 3), provavelmente para assentar uma tampa do lado interno.

Outro grande vaso de armazenamento possui uma pega alongada, perfurada verticalmente, junto ao bordo (Fig. 48, n.º 3), indício de que tais exemplares seriam suspensos, a menos que a referida perfuração se relacionasse com uma selagem da abertura do recipiente.

5.5.2.1 – Tipologias das cerâmicas decoradas

As formas identificadas em 2015 e 2016 já ocorriam nos espólios recolhidos entre 2005 e 2008 (CARDOSO, 2013), e em 2013 e 2014 (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017). Assim, as duas camadas existentes nas duas grandes áreas escavadas, forneceram fragmentos integrados em seis formas de recipientes, para além de um último grupo, relativo às formas indeterminadas:

Forma 1 – Esférico de paredes reentrantes de grandes dimensões (“vasos de provisões”);

Forma 2 – Esférico de médias dimensões;

Forma 3 – Vaso de parede vertical (“copo”);

Forma 4 – Taça em calote;

Forma 5 – Taça baixa com bordo espessado;

Forma 6 – Grupo campaniforme.

Os dados obtidos encontram-se sintetizados no gráfico 4.

Observa-se alteração na escolha do tipo de recipientes cerâmicos decorados entre a Camada 3 e a Camada 2.

Na Camada 3 dominam as formas abertas, as taças baixas com bordo espessado com decoração interior e os recipientes de paredes verticais, cilindróides, ditos “copos”, com valores percentuais praticamente idênticos, atingindo os primeiros 33,3% e os segundos 30% do total do conjunto analisado. O terceiro grupo cerâmico mais representado são as taças em calote, com 23,3%.

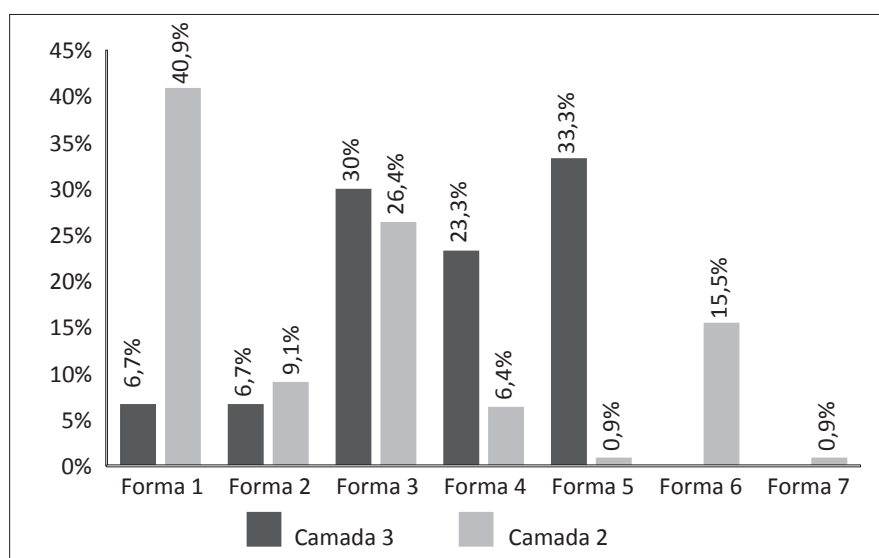


Gráfico 4 – Outeiro Redondo. Variação das formas das cerâmicas decoradas identificadas na Camada 3 e Camada 2.

Os resultados obtidos para a Camada 2 corroboram com os dos anos anteriores. Isto é, verifica-se um domínio claramente dos recipientes esféricos de paredes reentrantes de grandes dimensões (“vasos de provisões”), com 40,9% do conjunto geral das duas grandes áreas intervencionadas. O segundo tipo formal mais abundante corresponde aos vasos de paredes verticais, com 26,4%, seguido da presença do grupo campaniforme, que se agrupa numa área específica no povoado, situada na sua extremidade ocidental, 15,5%.

Deste modo, a escolha da forma dos recipientes estaria sobretudo relacionada com as funções que estes desempenhavam. Assim, na Camada 3, os recipientes serviriam tanto para a preparação de alimentos, preparados sobretudo nas grandes taças de bordo espessado como as migas ou pratos de cereais, como para o respectivo consumo, como o indicam tanto os “copos” como as taças em calote. Os “copos” constituem recipientes que seriam utilizados preferencialmente para o consumo de líquidos, enquanto que as taças em calote poderiam ser utilizadas tanto para beber, como para o consumo individual de alimentos sólidos. Ao contrário, na Camada 2, observa-se aumento assinalável de contentores de grandes dimensões, que serviriam para aprovisionar alimentos, tais como cereais, ou leguminosas secas, como a ervilha e a fava, sem esquecer o armazenamento de líquidos, incluindo a água.

Ao comparar a presença da mesma forma em recipientes decorados e lisos, verifica-se sempre uma diminuição assinalável nestes últimos. Na Camada 3 apenas estão identificados 7,9% de recipientes lisos de taças baixas com bordo espessado, todos recolhidos na área habitacional a nordeste do povoado, estando ausentes na área a oeste, contrastando com 33,3% de exemplares decorados. Na Camada 2, a forma esférica de paredes reentrantes, e de grandes dimensões, é dominante nos exemplares decorados com 40,9%, contrastando com a escassez de exemplares lisos, com apenas 0,2% na área nordeste e 1,1% na área oeste do povoado.

– Cerâmicas decoradas da Camada 3

Foram seleccionados para desenho 30 fragmentos recolhidos nesta Camada nas duas grandes áreas investigadas:

Área nordeste do povoado: 23 exemplares (Fig. 51, n.ºs 4 a 10; Fig. 52, n.ºs 1 a 3, 5 e 6, 8, 10 e 11; Fig. 53, n.ºs 1 a 8);

Área oeste do povoado: 7 exemplares (Fig. 51, n.ºs 2 e 3, 11 e 12; Fig. 52, n.ºs 4, 7 e 9).

Forma 1 (esférico de paredes reentrantes de grande dimensão):

- Caneluras em torno da abertura: 1 exemplar (Fig. 51, n.º 2);
- Motivos em "folha de acácia" e em "crucífera": 1 exemplar (Fig. 51, n.º 3).

Forma 2 (esférico de média dimensão):

- Caneluras simples em torno da abertura: 1 exemplar (Fig. 52, n.º 9);
- Caneluras em torno da abertura, associadas a bandas de linhas organizadas obliquamente para um e outro lado: 1 exemplar (Fig. 52, n.º 2).

Forma 3 (vaso de parede vertical – “copo”):

- Caneluras horizontais simples: 6 exemplares (Fig. 51, n.ºs 4 a 7, 10 e 12);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas a bandas de linhas organizadas obliquamente para um e outro lado separadas por linhas radiais: 1 exemplar (Fig. 51, n.º 9);
- Mamilo ou botão, junto ao bordo: 1 exemplar, correspondente a recipiente que se integra no conjunto dos de maiores dimensões (Fig. 51, n.º 8);
- Caneluras horizontais e verticais, associadas com espinhados horizontais, interrompidos pelas caneluras verticais: 1 exemplar (Fig. 51, n.º 11).

Forma 4 (Taça em calote):

- Caneluras horizontais simples junto ao bordo: 4 exemplares (Fig. 52, n.ºs 3 e 4, 6 e 8);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com bandas de linhas organizadas obliquamente: 1 exemplar (Fig. 52, n.º 1);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com espinhados horizontais: 1 exemplar (Fig. 52, n.º 7);
- Incisões horizontais junto ao bordo: 1 exemplar (Fig. 52, n.º 5).

Forma 5 (Taça baixa com bordo espessado):

- Técnica brunida (decoreção interna): 2 exemplares (Fig. 53, n.ºs 3 e 5);
- Técnica canelada (decoreção interna): 8 exemplares (Fig. 52, n.ºs 10 e 11; Fig. 53, n.ºs 1 e 2, 4, 6 a 8).
- Cerâmicas decoradas da Camada 2

Reproduzem-se, da Fig. 43 à Fig. 51, os 110 fragmentos cerâmicos decorados seleccionados, distribuídos pelas duas grandes áreas intervencionadas da seguinte forma:

Área nordeste do povoado: 69 exemplares (Fig. 44, n.ºs 1, 2, 4, 5 e 7; Fig. 45, n.ºs 1 a 9, 11; Fig. 46, n.ºs 1 a 3, 5 a 9; Fig. 47, n.ºs 1 a 6, 8 a 11; Fig. 48, n.ºs 1 a 4, 7 a 10, 13; Fig. 49, n.ºs 2 a 5, 7 a 14, 16 e 17; Fig. 50, n.ºs 2 a 10, 13 e 14, 18; Fig. 51, n.º 1);

Área ocidental do povoado: 41 exemplares (Fig. 43, n.ºs 1 e 17; Fig. 44, n.ºs 6, 8 e 9; Fig. 45, n.ºs 10, 12 e 13; Fig. 46, n.º 4; Fig. 47, n.º 7; Fig. 48, n.ºs 5 e 6, 11 e 12; Fig. 49, n.ºs 1, 6 e 15; Fig. 50, n.ºs 1, 11, 12, 15 a 17, 19 e 20).

Forma 1 (esférico de paredes reentrantes de grande dimensão):

- Motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”: 15 exemplares (Fig. 46, n.ºs 1 a 3, 5 a 9; Fig. 47, n.ºs 1 a 7);
- Caneluras em torno da abertura e triângulos preenchidos interiormente (“dentes de lobo”): 13 exemplares (Fig. 45, n.ºs 2 a 13; Fig. 46, n.º 4);
- Caneluras simples em torno da abertura: 7 exemplares (Fig. 44, n.ºs 4 a 9; Fig. 45, n.º 1);

- Bandas paralelas preenchidas por reticulados oblíquos incisos: 6 exemplares (Fig. 47, n.º 8 a 11; Fig. 48, n.º 4 e 9);
- Caneluras em torno da abertura e espinhados incisos: 2 exemplares (Fig. 48, n.º 12 e 13);
- Losangos preenchidos interiormente e dispostos na horizontal: 1 exemplar (Fig. 48, n.º 1);
- Decoração plástica com mamilo ou botão, junto ao bordo: 1 exemplar (Fig. 44, n.º 2).

Forma 2 (esférico de média dimensão):

- Com rebaixamento da superfície externa, com decoração em “folha de acácia” organizada em linhas verticais e/ou horizontais: 2 exemplares (Fig. 48, n.º 5 e 7);
- Associação de técnica canelada com a incisa, representada por espinhados em ziguezagues formando banda horizontal em torno da abertura: 1 exemplar (Fig. 48, n.º 2);
- técnica canelada, representada por espinhados ou reticulados: 3 exemplares (Fig. 48, n.º 8, 10 e 11);
- Impressões de pequenas e finas unhas dispostas na horizontal: 1 exemplar (Fig. 48, n.º 6).

Forma 3 (Vaso de parede vertical – “copo”):

- Motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”: 14 exemplares (Fig. 49, n.º 4 a 10, 15 a 17; Fig. 50, n.º 2, 4, 5 e 8);
- Espinhados verticais e/ou horizontais incisos: 1 exemplar (Fig. 49, n.º 3);
- Caneluras horizontais simples: 5 exemplares (Fig. 50, n.º 9 e 10, 12 a 14);
- Impressão de uma ponta romba: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 3);
- Bandas paralelas preenchidas por reticulados oblíquos incisos: 4 exemplares (Fig. 49, n.º 2, 11 a 13);
- Pequenos mamilos ou botões, junto ao bordo: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 6);
- Losangos preenchidos interiormente e dispostos na horizontal, alternando com espinhados igualmente dispostos na horizontal: 1 exemplar (Fig. 49, n.º 14);
- Decoração unglada junto ao bordo: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 1);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas a bandas oblíquas organizadas para um e outro lado de linhas verticais, no bojo do recipiente: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 11).

Forma 4 (Taça em calote):

- Caneluras horizontais junto ao bordo: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 18);
- Incisões horizontais junto ao bordo: 2 exemplares (Fig. 50, n.º 7 e 16);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com espinhados horizontais igualmente obtidos pela técnica canelada: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 17);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas a métopas em semicírculos abaixo destas, igualmente produzidos por canelados: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 19);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com ziguezague horizontal obtido por canelura: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 20);
- Incisões horizontais junto ao bordo, associadas a linhas organizadas obliquamente para um e outro lado: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 15).

Forma 5 (Taça baixa com bordo espessado):

– Técnica canelada constituída por banda de linhas oblíquas abaixo do bordo no lado interno: 1 exemplar (Fig. 51, n.º 1).

Forma 6 (Produções campaniformes)

– Produções com decoração a pontilhado: 15 exemplares (Fig. 43, n.ºs 1 a 8, 10 a 12, 14 a 17); estão representados vasos marítimos clássicos (Fig. 43, n.ºs 1, 6, 11, 12 e 15), um vaso com decoração linear pontilhada (Fig. 43, n.º 4) caçoilas com decoração geométrica (Fig. 43, n.ºs 316 e 17), pertencendo provavelmente os dois últimos fragmentos ao mesmo exemplar, e recipientes de forma indeterminada.

– Produções com decoração incisa: identificaram-se 2 exemplares, um deles (Fig. 43, n.º 9) correspondendo a um vaso com decoração de bandas horizontais preenchidas por segmentos alternados, característica dos vasos marítimos, onde este exemplar caberia, não fosse ser decorado pela técnica incisa. O outro fragmento campaniforme inciso corresponde a vaso de forma indeterminada (Fig. 43, n.º 13).

Forma 7 (Indeterminado):

– Um fragmento da parte inferior de um grande vaso, de fundo aplanado, decorado por caneluras verticais até à base (Fig. 49, n.º 1).

5.5.3 – Distribuição vertical dos principais tipos decorativos

Os resultados obtidos corroboram os dos anos anteriores no respeitante à distribuição tipológica das cerâmicas decoradas pelas Camadas 2 e 3, com expressão cronológico-cultural própria (CARDOSO, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017), em sintonia com o que já tinha sido observado anteriormente no povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras (CARDOSO, 2007). Assim, verifica-se nítido declínio das produções caneladas da Camada 3 para a Camada 2 e a adição de novos padrões decorativo, com o surgimento dos motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”, privilegiando mais umas formas que outras, com especial destaque para os grandes vasos esféricos de armazenamento, muito pouco representados na Camada 3.

Comparando as cerâmicas decoradas da Camada 3 com as da Camada 2, recolhidas nas duas áreas intervencionadas destacam-se as seguintes observações:

– As taças de bordo espessado com decorações caneladas na face interna (26,7%) e as produções cerâmicas com padrões canelados nos “copos” (20%) são os dois grupos dominantes na Camada 3. Na Camada 2 estes mesmos grupos subsistem mas diminuem drasticamente de representatividade, a ponto de se poderem considerar residuais: os primeiros para 0,9% e os segundos para 4,5%, passando paulatinamente a ostentar, no caso dos “copos” – em geral de maiores dimensões – novos padrões decorativos, com motivos em “folha de acácia” e em “crucífera” (12,7%), característicos do Calcolítico Pleno / Final.

– O terceiro grupo mais representativo na Camada 3 corresponde às taças com caneluras horizontais simples junto ao bordo, com 13,3%. Este tipo de decoração, a par dos outros já mencionados, diminui de expressão na Camada seguinte. No entanto destaca-se na Camada 2 a presença de um exemplar, que para além das caneluras horizontais junto ao bordo, possui abaixo destas, semicírculos concêntricos (Fig. 50, n.º 19). Este tipo decorativo, em taças em calote, foi pela primeira vez reconhecido no povoado do Outeiro Redondo na campanha de escavações de 2007, na recolha de um exemplar, no A-5, igualmente recolhido em contexto do Calcolítico Pleno / Final (CARDOSO, 2013, Fig. 48, n.º 7). Destaca-se, ainda, uma taça com decoração interna pela técnica canelada, integrado semicírculos, em métopas pendentes do lábio espessado

do recipiente (CARDOSO, 2011, Fig. 14). Este exemplar cuja reconstituição total foi possível, integra com outro recipiente, igualmente com decoração canelada, uma deposição de características rituais identificada no sector ocidental do povoado. Este motivo decorativo foi observado no interior de outras taças baixas com bordo espessado ali recolhidas, em contextos do Calcolítico Pleno (CARDOSO, 2013, Fig. 45, n.º 1; Fig. 53, n.º 1) e do Calcolítico Inicial (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, Fig. 52, n.º 13), e em “copos” (CARDOSO, 2013, Fig. 47, n.º 11).

Este motivo decorativo encontra vários paralelos em exemplares do povoado pré-histórico de Leceia, em “copos” recolhidos, na Camada 3, em contextos do Calcolítico Inicial (CARDOSO, 2007, Fig. 73, n.º 18; Fig. 75, n.º 2; Fig. 89, n.º 10; Fig. 99, n.ºs 10 e 11; Fig. 101, n.º 7; Fig. 123, n.º 8), e na Camada 2, em contextos do Calcolítico Pleno de Leceia (Fig. 218, n.º 11). As taças baixas com bordo espessado e decoradas com semicircunferências no seu interior também se encontram presentes em Leceia, com 4 exemplares na Camada 3 (CARDOSO, 2007, Fig. 73, n.º 9; Fig. 85, n.º 2; Fig. 105, n.º 11; Fig. 119, n.º 6), e 2 exemplares na Camada 2 (CARDOSO, 2007, Fig. 230, n.º 10 e 11).

Na Camada 2 verifica-se um aumento expressivo dos vasos esféricos, principalmente os exemplares de paredes reentrantes, que comparativamente com os exemplares da camada anterior, a Camada 3, evoluem para recipientes de maior dimensão. Em termos percentuais dominam os exemplares decorados com motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”, com 13,6%, seguidos dos exemplares com caneluras em torno da abertura e triângulos preenchidos interiormente (dentes de lobo), com 11,8%.

O grupo das cerâmicas campaniformes, apenas presente na Camada 2, concentra-se unicamente numa zona específica do povoado, na área escavada a oeste, representa 15,4 % do total do conjunto das cerâmicas decoradas seleccionadas. A percentagem elevada agora apresentada, não demonstra a real presença de tais peças no povoado. A recolha de cerâmicas campaniformes na área total escavada, desde 2005, é baixíssima, dominando no decurso de toda a cronologia das produções campaniformes, as cerâmicas dos grupos anteriormente isolados, sejam as produções, ou as produções do grupo “folha de acácia”, “crucífera” e motivos associados.

No conjunto campaniforme em estudo dominam os exemplares decorados pela técnica do pontilhado (15 exemplares) em comparação com os incisos (2 exemplares). Estão presentes em maior número os vasos “marítimos” de bandas horizontais preenchidas interiormente (“herringbone”), seguidos dos fragmentos de caçoilas de ombro incipientes, decoradas em bandas de ziguezagues horizontais a pontilhado (Fig. 43, n.ºs 5, 16 e 11). Estão ausentes no povoado as taças Palmela. Merece destaque um exemplar de vaso campaniforme com decoração incisa seguindo o padrão decorativo dos vasos marítimos, constituindo mais uma prova da contemporaneidade das duas técnicas decorativas, já devidamente assinalada em outros trabalhos (CARDOSO, 2014 a; CARDOSO, 2014 b, p. 308, Fig. 35), comprovando a coexistência de estilos decorativos distintos aplicados, pondo em causa o faseamento tradicional do “fenómeno” campaniforme na Baixa Estremadura (CARDOSO, 2014-2015; CARDOSO, 2017).

5.5.4 – Distribuição das cerâmicas decoradas pela área escavada

O conjunto cerâmico decorado recolhido na área nordeste do povoado, em 2015, que corresponde a uma zona habitacional, com declive pouco acentuado, é constituído, como é natural, a um maior número de peças, algumas associadas a estruturas domésticas.

A área oeste do povoado, explorada em 2015 e sobretudo em 2016, ao corresponder a uma zona com predominância das estruturas defensivas e com um declive mais acentuado, registou menos quantidade de

produções decoradas, mas não menos importantes, apesar de em alguns sectores se observar assinalável potência estratigráfica.

Assim, relativamente à Camada 3, as recolhas correspondem apenas a sectores onde foi possível aprofundar a escavação, não podendo assim tais resultados serem comparados em termos absolutos com os correspondentes à Camada 2. Nesta última destacam-se as seguintes evidências:

- os 3 exemplares recolhidos no interior da Lareira U (Fig. 45, n.º 8; Fig. 46, n.º 2; Fig. 48, n.º 13) e os 28 fragmentos cerâmicos recolhidos em seu redor (Fig. 44, n.ºs 5 e 7; Fig. 45, n.º 1 a 7, 9; Fig. 46, n.º 1, 3, 5 a 7; Fig. 48, n.º 2; Fig. 49, n.ºs 5, 7, 9 a 11, 13 e 16; Fig. 50, n.º 2, 4, 7, 8 e 10);

- os fragmentos campaniformes todos recolhidos na área ocidental do povoado, aparentemente concentrados no exterior do dispositivo defensivo (Fig. 43, n.ºs 1 a 17). Situação análoga verificada no povoado pré-histórico de Leceia, no espaço extramuros, registada com as Cabanas EN e FM, amplamente debatida e bem estudada (CARDOSO, 1997/1998; CARDOSO, 2014 a; CARDOSO, 2017); assim sendo, é plausível que tal concentração de fragmentos possa corresponder igualmente a um fundo de cabana ali construído por um pequeno grupo portador de produções campaniformes, ao contrário do observado nas restantes áreas ocupadas do povoado, onde tais produções não existem, ou são residuais.

5.5.5 – Cerâmicas industriais

5.5.5.1 – Pesos de tear

À semelhança do observado em campanhas anteriores, é assinalável o número de pesos de tear recolhidos, contabilizando-se 16 elementos, dos quais 5 inteiros e os restantes fragmentados, todos eles representados nas Fig. 54, distribuídos estratigraficamente da forma seguinte:

Camada 3: 3 exemplares, dos quais 1 decorado (Fig. 54, n.ºs 10, 11 e 16);

Camada 2: 13 exemplares, dos quais 4 decorados (Fig. 54, n.ºs 1 a 9, 12 a 15).

A nítida predominância de exemplares na camada mais moderna poderá ter a explicação já atrás apresentada. De qualquer modo, a sua presença indica que a tecelagem era uma das actividades domésticas mais importantes desenvolvida no povoado. Nalguns casos, é possível observar o desgaste, em forma de goteira, produzido pelas fibras, nas perfurações que asseguravam a suspensão, indício de que apenas eram utilizadas duas de cada vez, conforme já anteriormente se tinha observado (CARDOSO, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017).

Todos os exemplares decorados apresentam-se fragmentados. Dois deles, na Camada 2 (Fig. 54, n.ºs 15 e 16), exibem os motivos em zig-zague, ou formando linhas simples paralelas, em ambos os casos obtidos por impressão na pasta mole de uma matriz denteada compatível com a utilizada nas decorações de cerâmicas campaniformes (num deles em ambas as faces). Apenas um exemplar é decorado por linhas incisas, formando motivo ramiforme, igualmente decorado em ambas as faces (Fig. 54, n.º 13).

- Cinchos

Os cinchos estão representados por um único fragmento recolhido na campanha de 2015, na área ocidental do povoado, localizado no exterior da Muralha G, na Camada 2 (Fig. 55, n.º 1). A raridade deste tipo de peças, já registada em anteriores campanhas, vem confirmar que o povoado não teria como actividade significativa a produção de lacticínios com a qual estes exemplares se encontram relacionados.

- Suportes de lareira

Recolheram-se três fragmentos de suporte de lareira, todos na zona habitacional a nordeste do povoado, em contextos do Calcolítico Pleno / Final (Fig. 55, n.º 2 a 4). Dois deles estão directamente relacionados com uma estrutura de combustão a Lareira U: trata-se de um pequeno fragmento de base recolhido no interior da lareira, embalado em camada de cinzas (Fig. 55, n.º 4), e um outro, mais completo, com uma perfuração cilíndrica mesial, recolhido no exterior da estrutura mas claramente associado a esta (Fig. 55, n.º 2). Estas duas ocorrências vêm, uma vez mais, sublinhar o carácter funcional destas peças, directamente associadas à manipulação do fogo, como desde há muito se tem referido (PAÇO & ARTHUR, 1952; CARDOSO & FERREIRA, 1990), incluindo no próprio povoado em apreço (CARDOSO, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017), bem como em outros povoados fortificados da Estremadura, como Leceia (CARDOSO, 2007), ou a Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 c).

5.6 – Metalurgia

5.6.1 – Cadinhos, pingos e resíduos de fundição

A importância da prática da metalurgia do cobre no local, amplamente dada a conhecer em anteriores publicações relativas a exemplares recolhidos neste povoado, e para os quais existe já uma publicação específica (PEREIRA *et al.*, 2013), torna-se cada vez mais evidente depois da recolha, nas intervenções de 2015 e 2016, de mais 7 fragmentos de cadinhos de fundição, alguns com pequenas porções de cobre fundido aderente às suas paredes, todos recolhidos na Camada 2 e na área norte do espaço habitado (Fig. 57, n.ºs 10 a 14; Fig. 58, n.ºs 1 e 2). Quanto à associação destes elementos a estruturas de carácter habitacional, destaca-se a concentração de dois exemplares, junto à Estrutura X (Fig. 57, n.ºs 11 e 12), talvez pertencentes à mesma peça.

Outro testemunho de fundição do cobre são os pingos e escórias que também foram recolhidos nas campanhas de 2015 e 2016 (Fig. 57, n.ºs 5 a 9), havendo mesmo um conjunto oriundo do interior da Lareira U, envoltos em cinzas (Fig. 57, n.º 7 e 8).

5.6.2 – Algaravizes (tubos de forja)

Embora considerados artefactos raros, a campanha de escavação de 2015 forneceu, oriundo da área norte do povoado, como os anteriores exemplares, mais um fragmento de tubo de forja, correspondendo a porção mesial (Fig. 58, n.º 3), somando-se aos restantes 5 elementos já recolhidos e estudados (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, Fig. 61, n.ºs 1 a 5).

Este fragmento de algaraviz encontrava-se associado à Lareira U, na Camada 2 e reforça a importância das actividades metalúrgicas realizadas em estruturas de combustão integradas em contextos domésticos.

5.6.3 – Artefactos metálicos

Recolheram-se 33 artefactos de cobre, dos quais 32 pertencem à Camada 2 e apenas um exemplar à Camada 3. Trata-se de pequeno furador, de secção sub-rectangular, presente no exterior da Muralha G, no sector a oeste do povoado (Fig. 56, n.º 18). Importa ter presente que esta peça, embora não seja única na Camada 3, pode ter resultado de uma migração vertical, devido ao seu próprio peso e à forma estreita que a caracteriza, aproveitando para tal fissuras existentes no terreno; deve ainda ter-se em consideração a própria

imprecisão inerente ao próprio acto de escavar, onde é inevitável a dificuldade da definição dos contactos, sempre irregulares e imprecisos, entre camadas arqueológicas contíguas, como é o caso.

Os 32 exemplares recolhidos na Camada 2 foram identificados e agrupados da seguinte maneira:

– **Furadores** e fragmentos de furadores e peças aparentadas, de secção elipsoidal ou sub-retangular: 13 exemplares (Fig. 56, n.ºs 1 a 3, 5 a 9, 11 e 12, 15, 19 e 20);

– **Fragmentos indeterminados e tiras irregulares**, sem forma definida: 9 exemplares (Fig. 56, n.ºs 4, 13, 14, 17, 21, 22, 25 a 27), talvez destinados à refundição;

– **Serras ou foices**, feitas em chapa de cobre serrilhadas num dos bordos: 3 exemplares (Fig. 56, n.º 23; Fig. 57, n.ºs 1 e 2); um dos exemplares (Fig. 57, n.º 1) apresenta a folha partida em duas porções justapostas, indício de dobragem intencional, relacionada provavelmente com a reutilização do metal;

– **Anzóis**: 2 exemplares (Fig. 56, n.ºs 28 e 29), de tamanho diferente. A estes somam-se outros 8 exemplares recuperados no povoado em campanhas de escavação anteriores, perfazendo o maior número de anzóis até hoje recolhido num povoado pré-histórico do território português; saliente-se ainda o facto, também pela primeira vez observado, de existirem vários tamanhos muito diferenciados, destinados à captura de espécies distintas. Esta evidência foi sublinhada com base nos exemplares recolhidos em 2013 e 2014 (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017), e agora reafirmada, face aos dois exemplares recuperados.

– **Escopro ou formão**: 1 exemplar (Fig. 56, n.º 10), de secção sub-quadrangular;

– **Faca espatulada**: 1 exemplar incompleto (Fig. 57, n.º 3);

– **Faca espatulada** ou **serra**: 1 exemplar incompleto, munido de dois chanfros laterais para encabamento (Fig. 57, n.º 4);

– **Faca com espigão de encabamento**: 1 exemplar (Fig. 56, n.º 24);

– **Gume de machado, cortado por serragem** – 1 exemplar (Fig. 56, n.º 16).

Todos os artefactos do conjunto elencado são comuns nos inventários calcolíticos da área estremenha, conforme se referiu em trabalhos anteriores. Mantém-se a dúvida de saber a razão da serragem dos gumes de machados, prática corrente em muitos outros sítios, tanto da Estremadura como do Sudoeste. Embora o exemplar agora estudado, mostre marcas de uso, em resultado da utilização do gume, caso o objectivo fosse a reconstituição do mesmo, não seria necessário proceder ao corte do mesmo, por serragem, de que existem indícios evidentes operação morosa e que tenha ainda o inconveniente de diminuir progressivamente a massa da peça, essencial para a sua eficácia. Muito mais fácil e adequado seria proceder a uma martelagem, a frio ou a quente, que aliás tinha a vantagem de aumentar a dureza do gume. A alternativa já anteriormente apresentada fazia corresponder os chamados machados planos de cobre a simples lingotes, de onde se ia obter matéria-prima à medida das necessidades (ver discussão em SOARES, 1992 e CARDOSO, 1997, p. 93). No entanto, também esta alternativa tem evidentes contradições, primeiro porque se conhecem nestes mesmos sítios verdadeiros lingotes, com formas regulares e bem definidas, como o exemplar recolhido antes do início das escavações no Outeiro Redondo (CARDOSO, 2009, Fig. 11, n.º 6); depois, porque, como já anteriormente se referiu, frequentemente os gumes destas porções de machados exibem marcas de uso, contrariando a hipótese de serem simples lingotes.

5.6.4 – Distribuição no terreno das produções metalúrgicas

Alguns dos artefactos estudados, tais como cadinhos, pingos de fundição e até um fragmento de algaraviz, já foram acima relacionados com algumas estruturas domésticas, especialmente a Lareira U. Com efeito, para além de tais vestígios directos da prática metalúrgica, identificou-se ali nítida concentração

de artefactos metálicos, constituída pelos seguintes 9 artefactos, que reforçam a utilização metalúrgica daquela estrutura:

- 3 exemplares de serras ou foices, feitas em chapa de cobre serrilhadas num dos bordos (Fig. 56, n.º 23; Fig. 57, n.ºs 1 e 2);
- 3 fragmentos indeterminados e irregulares, sem forma definida (Fig. 56, n.ºs 4, 26 e 27), destinados provavelmente à refundição naquela estrutura de combustão;
- 2 exemplares de furadores ou sovelas, de secção elipsoidal ou sub-quadrangular (Fig. 56, n.º 9 e 12);
- 1 fragmento de faca ou serra munido de dois chanfros laterais para encabamento (Fig. 57, n.º 4).

5.7- Objectos de adorno

Contas de minerais verdes – três contas de colar, de minerais verdes, de formato discoidal e com perfurações bitroncocónicas, feitas a partir de ambas as faces, todas recolhidas na Camada 2 (Fig. 58, n.º 4 a 6).

Adorno (?) de concha – um pequeno objecto de ocasião, totalmente polido, de concha, podendo ter sido utilizado como adereço, apesar de não possuir nenhuma perfuração para suspensão (Fig. 58, n.º 11).

Aplicação de ouro – Placa fina de ouro batida, ulteriormente dobrada, com decoração geométrica reticulada, obtida por incisão, recolhida entre a Muralha G e a Muralha V, junto ao substrato rochoso, em contexto reportável ao Calcolítico Pleno (C.2). Trata-se de exemplar muito raro no contexto peninsular, avultando, pela semelhança, o exemplar de La Pijotilla (Badajoz) (CELESTINO PÉREZ & BLANCO FERNÁNDEZ, 2006) correspondente a um conjunto de cinco placas de ouro finamente batido, decoradas igualmente com losangos preenchidos interiormente pela técnica incisa. Neste aspecto, aproxima-se igualmente da placa deformada em tubo, recolhida no povoado de Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 c, Fig. 54, n.º 13).

5.8 – Objectos culturais

Cilindros de calcário – dois fragmentos de ídolos cilíndricos lisos, ambos de calcário branco, um finamente arenoso, o outro compacto, conservando uma das extremidades, ambos recolhidos na Camada 2 (Fig. 58, n.º 9 e 10);

Placa de xisto – Um fragmento de placa de xisto decorada, muito incompleta e desgastada, com decoração muito delida, recolhida na Camada 2 (Fig. 58, n.º 7);

Estatueta antropomórfica – pequena cabeça antropomórfica em osso ou marfim escurecido devido ao calor, recolhido na Camada 2, a oeste do povoado, em zona de concentração de materiais cerâmicos campaniformes (Fig. 58, n.º 8) pertencente a estatueta representando figura de vulto completa, como os exemplares recentemente recolhidos no complexo arqueológico de Perdigões (VALERA & EVANGELISTA, 2014); a ligação ao corpo encontra-se ocupada por fractura antiga. Trata-se de exemplar único no ocidente peninsular, mas com paralelos no Alentejo oriental e na Andaluzia, destacando-se os exemplares absolutamente semelhantes recolhidos em Valencina de la Concepción (Sevilha) (HURTADO, dir., 1990). Tenha-se presente, contudo, que formalmente o tratamento facial deste exemplar é distinto dos exemplares do interior peninsular, com grandes olhos, tatuagens faciais e por vezes sobrancelhas bem marcadas, pelo que configura um tipo novo e até agora único, do Calcolítico peninsular.

Corniforme – fragmento de corniforme simples, de tendência arqueada, incompleto na base, terracota, recolhido na Camada 3 (Fig. 58, n.º 12). Exemplos análogos, igualmente de pequenas dimensões, de formato curvilíneo simples, foram recolhidos no povoado da Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 c, Fig. 51, n.ºs 6 a 9), em Vila Nova de São Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, Lám. XXI, n.ºs 1 a 3) e na Comporta (Possanco), em contexto calcolítico (SILVA *et al.*, 1986, Fig. 7), embora este último seja de maiores dimensões; de qualquer modo, estes exemplares não se confundem com os impropriamente designados “ídolos de cornos”, que na verdade são suportes de lareira, como os exemplares acima caracterizados, por serem de volumetria simples, corpo arqueado e dimensões em geral modestas.

6 – SÍNTESE CONCLUSIVA

As principais conclusões obtidas nas escavações realizadas em 2015 e 2016 no povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo podem, em síntese, apresentar-se da seguinte forma:

1 – Identificação, nas duas grandes áreas intervencionadas, de um importante conjunto de estruturas de carácter defensivo e habitacional, todas elas atribuídas à fase mais moderna, integrável no Calcolítico Pleno (Camada 2). Destaca-se a confirmação do prolongamento da Muralha G, tanto para Norte (a partir do limite da área investigada até 2014), como para oeste (a partir do limite da área investigada até 2008), representada por troços bem conservados, integralmente escavados na área abarcada pela escavação, onde, nalguns casos, a altura máxima atinge cerca de 1 m.

Na área nordeste, avulta, ao nível das estruturas defensivas, a identificação de troço de muralha – Muralha V – que flanqueava do lado interno, a Muralha G, criando um espaço entre ambas, vazio, e fechado de um dos lados, podendo desempenhar as funções de barbacã, configurando deste modo situação de algum modo comparável à observada no povoado calcolítico fortificado do Zambujal (Torres Vedras). A outra extremidade do espaço assim criado encontrava-se delimitado por uma entrada – a Entrada Z – flanqueada, do lado oposto a esta estrutura, por afloramento rochoso cuja orientação determinou o próprio desenvolvimento da entrada.

Na área ocidental do povoado, cuja escavação se concluiu em Dezembro de 2016, identificaram-se duas estruturas habitacionais de planta ortogonal – Estrutura AA’ e Estrutura AD – encontrando-se esta última encostada a grande afloramento rochoso. Estas estruturas, que se juntam a outras, identificadas em anos anteriores, configuram, pela primeira vez em um povoado calcolítico do ocidente peninsular a presença de arquitecturas ortogonais, até ao presente desconhecidas em tal época. Destaque, também, para a identificação de duas estruturas negativas – Estrutura AB e AC – a primeira delimitada pelo paramento interno da Muralha G5 e externo de G7, a segunda separada da primeira por um muro interior de plana curvilínea.

Com efeito as características construtivas da Muralha G variam consoante o relevo do terreno onde se implantou. Entre os dois sectores intervencionados, a tecnologia construtiva evidencia grandes diferenças, pois distintos eram também os objectivos a atingir. Assim, no sector ocidental, o que corresponde ao declive máximo da encosta, a estrutura é construída por sucessivos muros justapostos longitudinalmente, com a principal função de assegurar, através do seu peso próprio, a estabilidade do terraplano situado a nível superior, onde existem estruturas habitacionais, como é o caso da Estrutura AA’ e AD. Não se trata, pois, de uma muralha na verdadeira acepção da palavra, mas sim de um robusto parapeito, maciço com um único paramento voltado para o exterior, sucessivamente reforçado ao longo de todo o seu comprimento. Já na zona média do povoado, explorada até 2008 e na área ocidental, explorada entre 2013 e 2016, a referida muralha

assume as características tradicionais, sendo constituída por dois paramentos – interno e externo – definidos por grandes blocos calcários não aparelhados e frequentemente irregulares, com preenchimento intermédio de blocos de dimensões menores, de mistura com terra argamassada.

Esta muralha, que constitui o elemento principal do dispositivo defensivo, envolvendo toda a parte mais elevada do morro, talvez com excepção do sector voltado a Norte, dado o assinalável declive da encosta, foi construída no decurso do Calcolítico Pleno / Final, tal como todas as estruturas defensivas subsidiárias, como se conclui pela sua fundação em camada arqueológica contendo materiais tipologicamente característicos do Calcolítico Inicial.

Já as estruturas de carácter habitacional se distribuem por duas fases, a mais antiga pertencente ao Calcolítico Inicial – não identificada em 2015 e 2016 – a mais recente do Calcolítico Pleno / Final. Em 2015 e 2016 reconheceram-se, associada a uma destas estruturas – uma lareira – abundantes vestígios metalúrgicos, que se somam os já anteriormente conhecidos e que configuram um sítio com vincadas características nesta actividade, à semelhança de diversos sítios especializados na metalurgia do cobre da região de Huelva dados a conhecer por Francisco Nocete e sua equipa. Contudo, no caso do Outeiro Redondo, importa ter em consideração que não se trata de uma área onde o cobre pudesse ser minerado, dada a sua efectiva ausência, pelo que a intensa manufatura no local de artefactos cupríferos residirá noutras explicações ainda não conhecidas.

2 – A distribuição vertical das cerâmicas decoradas, pelas duas unidades estratigráficas cronológico-culturais anteriormente identificadas, confirma as conclusões anteriormente obtidas e já publicadas quanto à integração de ambas na sequência definida para o Calcolítico da Baixa Estremadura. Assim, confirma-se a atribuição da Camada 2, bem representada nas duas grandes áreas investigadas no povoado, ao Calcolítico Pleno / Final, pela ocorrência dos característicos padrões em “folha de acácia” e em “crucífera”, ausentes ou apenas residuais, na Camada subjacente, o que se pode explicar por fenómenos pós-deposicionais, ou pelo processo de escavação propriamente dito.

Em contrapartida, as produções cerâmicas exibindo a técnica canelada (tanto em copos como em taças), concentram-se na Camada 3, especialmente os “copos”, característicos do Calcolítico Inicial da Estremadura, enquanto que as taças – designadamente as de bordo espessado, que possuem decoração canelada na face interna – prolongam a sua existência pela Camada 2.

3 – Atenção especial merece a análise dos resultados relativos às produções campaniformes. Conquanto as mesmas, em anos anteriores, ou não ocorressem, ou ocorressem de forma residual, e sempre na Camada 2, configurando uma apropriação pouco significativa dos habitantes do povoado de tais cerâmicas, em 2015 reconheceu-se evidente concentração das mesmas, conquanto representadas por escassa dezena e meia de exemplares, onde predomina largamente a técnica do pontilhado, aplicada a vasos marítimos clássicos e a caçoilas; a técnica incisa encontra-se presente apenas em 2 exemplares, possuindo um deles o padrão característico dos vasos marítimos, comprovando assim que ambas as técnicas teriam coexistido, como já se evidenciava por outros exemplares de há muito conhecidos, como é o caso de um vaso da necrópole de grutas artificiais da Quinta do Anjo, Palmela. Tal realidade vem aliás ao encontro da conclusão de as diversas produções campaniformes, tanto na técnica, como na forma, terem coexistido, logo no início da sua existência, como se comprova pelos resultados publicados em diversos contributos do primeiro autor.

4 – A distribuição das produções campaniformes identificada em 2015, concentradas em determinada área no lado externo do circuito defensivo, é comparável à situação identificada em Leceia, onde duas cabanas se construíram, em épocas muito distintas igualmente na área imediatamente extramuros, contendo exclusivamente espólios campaniformes. Ambas as realidades configurariam a existência de um grupo

social, portador de tais cerâmicas, que não se confundiria com os habitantes da área intramuros, embora se relacionasse com estes de forma pacífica. Sem querer voltar à velha questão de um “Beaker Folk” de expressão pan-europeia, que a moderna investigação contraria, é sugestiva a existência de uma formação social própria, talvez provida de maior mobilidade, que teria ocupado a Estremadura e aqui convivido com os habitantes dos sítios fortificados, acabando depois, nalguns casos, por ter-se confundido com eles.

5 – Destaca-se a diversidade das actividades económicas ali identificadas, espelhadas pelos diversos tipos artefactuais recolhidos. A abundância de pesos de tear confirma a relevância da actividade de tecelagem, já verificada em campanhas anteriores, ao mesmo tempo que se confirma a baixa produção de lacticínios, face ao único fragmento de cincho recolhido. Ao contrário, a importante actividade metalúrgica, sobretudo desenvolvida no decurso do Calcolítico Pleno é um dos traços fundamentais das actividades domésticas identificadas ao longo das escavações. A este propósito, importa sublinhar que o interior de uma das estruturas de combustão, identificada no sector nordeste – Lareira U – pertencente aos finais do Calcolítico Pleno / Final, forneceu diversos pingos de fundição de cobre, indício directo das actividades metalúrgicas nela realizadas, a par de outros vestígios recolhidos no seu exterior, como é o caso do fragmento de algaraviz, a par de assinalável conjunto de instrumentos de cobre.

6 – A recolha de uma folha de ouro decorada por incisão de motivos geométricos deve também ser assinalada, consubstanciando a existência de uma elite local, associada a pequeno mas muito significativo conjunto de artefactos relacionados com o emergente segmento guerreiro recolhidos em 2013, e já publicados, destacando-se uma alabarda de tipologia híbrida e uma extremidade distal de espada, talvez o exemplar mais antigo dos inventários portugueses.

7 – Demonstrou-se, ainda, a importância da pesca, com a recolha de mais dois anzóis de tamanhos diferentes, confirmando a especialização na captura à linha de espécies piscícolas muito distintas. O Outeiro Redondo é, assim, o povoado calcolítico onde o número destas peças se afigura mais elevado, o que revela a importância económica do pescado, na região de Sesimbra, desde os tempos pré-históricos. A circulação transregional de matérias-primas e artefactos exógenos recolhidos (cobre, anfíbolitos, jaspe, sílex) demonstra a intensificação económica característica do 3.º milénio a.C., e revela a diversidade de relações entre comunidades por vezes distantes.

8 – No quadro das manifestações simbólicas, foi escasso o conjunto recolhido em 2015 e 2016, destacando-se a cabeça de uma figura antropomórfica, aparentemente de osso escurecido pelo calor, integrável na ocupação mais moderna. A tipologia da face é única, constituindo assim exemplar de grande importância no contexto das produções ideotécnicas do Ocidente peninsular, embora pudesse pertencer a um ídolo de vulto, de corpo inteiro, como os recolhidos nos Perdígões e em Valencina de la Concepción.

NOTA FINAL

Em anexo apresenta-se, em sucessivas plantas das áreas escavadas em 2015 e 2016, a localização dos materiais arqueológicos recolhidos, objecto de considerações anteriormente apresentadas.

AGRADECIMENTOS

Aos participantes nas escavações de 2015 e 2016, cujos nomes foram anteriormente registados.

Ao Sr. João Pinhal, funcionário da Câmara Municipal de Sesimbra pela dedicação e empenho sempre dispensados no apoio aos trabalhos arqueológicos realizados.

À Câmara Municipal de Sesimbra, na pessoa da Sr.^a Vice-Presidente Dr.^a Felícia Costa, cujos apoios tornaram possíveis os trabalhos arqueológicos realizados no Outeiro Redondo naqueles dois anos, agora publicados de forma exaustiva.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinela do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa /Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1997-1998) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (2007) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2009) – Espólios do povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Sesimbra): as colheitas do Arq. Gustavo Marques. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (1), p. 73-114.
- CARDOSO, J. L. (2010) – O povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados das escavações efectuadas em 2005. In GONÇALVES, V S. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e., Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 97-129.
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras, do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2011) – Deposições rituais de vasos cerâmicos em contextos domésticos: os exemplares do povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa (2011). 14, p. 85-106.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2014 a) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2014 b) – A presença campaniforme no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 295-348.
- CARDOSO, J. L. (2014 c) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71 (1) (2014), p. 56-75 (doi: 10.3989/tp.2014.12124).
- CARDOSO, J. L. (2014 d) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2014-2015) – The Bell-beaker complex in Portugal: aN overview. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, p. 269-302.

- CARDOSO, J. L. (2017) – O povoamento campaniforme em torno do estuário do Tejo: cronologia, economia e sociedade. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Sinos e taças junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Estudos & Memórias, 10), p. 126-141.
- CARDOSO, J. L. & FERREIRA, O. da Veiga (1990) – Três suportes de lareira da Penha Verde (Sintra). *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa* (1990). Lisboa. 1, p. 5-12.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2016-2017) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 233-392.
- CARDOSO, J. L.; ANDRADE, M. A. & MARTINS, F. (2018) – Sobre a presença de lâminas de sílex oolítico (e outras matérias-primas exógenas) no povoado calcolítico do Outeiro Redondo (Sesimbra, Portugal): interacção durante o 3.º milénio no sudoeste peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 307-366.
- CARDOSO, J. L.; BRANDHERM & BOUTOILLE (2018) – Instrumentos líticos para a deformação plástica de metais do povoado calcolítico de Outeiro Redondo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24, p. 291-306.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. MONGE & MARTINS, J. M. M. (2010/2011) – Fases de ocupação e cronologia absoluta da fortificação calcolítica do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 553-578.
- CELESTINO PÉREZ, S. & BLANCO FERNÁNDEZ, J. L. (2006) – *La joyería en los orígenes de Extremadura: el espejo de los dioses. Ataecina*. Mérida. 1.
- COELHO, M. D. & CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O espólio malacológico do povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Contributo para o conhecimento das estratégias de recolção de uma comunidade sedentária do 3.º milénio a. C. do litoral português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 235-286.
- HURTADO, V. (dir.) (1995) – *El Calcolítico a debate*. Sevilla: Junta de Andalucía, Consejería de Cultura.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria. Madrid. 20, p. 55-141.
- PAÇO, A. & ARTHUR, M. L. C. (1952) – Casto de Vila Nova de S. Pedro. 15.ª campanha de escavações (1951). *Brotéria*. Lisboa. 54 (3), p. 289-309.
- PEREIRA, F. FURTADO, M. J.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C. & CARDOSO, J. L. (2013) – Estudo das evidências de produção metalúrgica no Outeiro Redondo (Sesimbra). *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 463-468.
- PEREIRA, F.; FURTADO, M. J.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F. & CARDOSO, J. L. (2013) – Estudo das evidências de produção metalúrgica no Outeiro Redondo (Sesimbra). *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (2013), p. 463-468.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; CARDOSO, J. L.; CRUZ, C. S. & REIS, C. A. S. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia*. Porto. 14, p. 59-82.
- SOARES, A. M. Monge (1992) – O povoado calcolítico dos Três Moinhos (Baleizão, concelho de Beja). Notícia preliminar. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 291-314.
- VALERA, A. C. & EVANGELISTA, L. S. (2014) – Anthropomorphic figurines at Perdigões enclosure: naturalism, body proportion and canonical posture as forms of ideological language. *Journal of European Archaeology*, 17 (2), p. 286-300.



Fig. 1 – O Outeiro Redondo visto de nascente, evidenciando-se, ao centro, a área ocupada pelas escavações efectuadas entre 2013 e 2015 (foto de JLC).



Fig. 2 – O morro do Outeiro Redondo, visto de nascente evidenciando-se a implantação da área escavada entre 2013 e 2015 e a existência, a norte desta, da escarpa que defende desse lado o povoado pré-histórico (foto de JLC).



Fig. 3 – Outeiro Redondo. Planta das estruturas postas a descoberto em 2015 no lado nordeste do povoado pré-histórico (desenho dos autores, tintagem de B. L. Ferreira).



Fig. 4 – Outeiro Redondo. Vista de um troço da Muralha G, posta a descoberto em 2015, cujos elementos se encontram fundados na Camada 3, a qual, por seu turno assenta no substrato geológico, visível em 1.º plano (final do Calcolítico Inicial) (foto de JLC).



Fig. 5 – Outeiro Redondo. Ao centro, vista da Muralha G, evidenciando-se os dois paramentos (externo e interno), constituídos por grandes blocos, com enchimento intermédio de elementos de menores dimensões (foto de JLC).



Fig. 6 – Outeiro Redondo. Vista da extremidade norte da Muralha G, formando cotovelo, constituído pela inflexão do desenvolvimento dos dois panos, postos a descoberto em 2015, delimitando a plataforma intramuros, situada do lado nascente da elevação (foto de JLC).



Fig. 7 – Outeiro Redondo. Vista do lado externo da Muralha G, constituída por alinhamento de grandes blocos calcários, no sector em que a mesma possui aproximadamente orientação Este-Oeste, observando-se em primeiro plano pequena área lajeada (foto de JLC).



Fig. 8 – Outeiro Redondo. Vista da Muralha V, paralela à Muralha G, formando corredor interior fechado de um dos seus lados, semelhante a barbacã, observando-se na sua parte média e do lado externo, um cubelo de reforço da estrutura (foto de JLC).

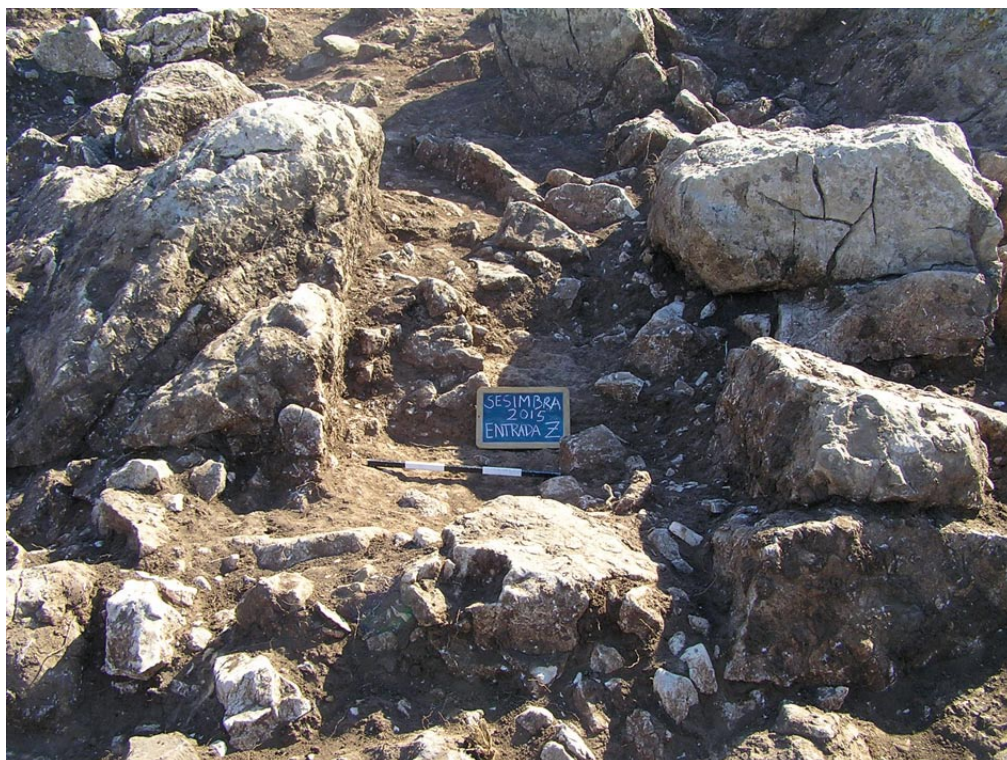


Fig. 9 – Outeiro Redondo. Vista da Entrada Z, munida de um degrau, em primeiro plano (foto de JLC).



Fig. 10 – Outeiro Redondo. *Em cima*: vista parcial da plataforma defendida pela Muralha G, em último plano, observando-se, ao centro, a Lareira U, onde foram recolhidos vestígios de actividades metalúrgicas.
Em baixo: a Lareira U, depois de escavada (fotos de JLC e de FM).

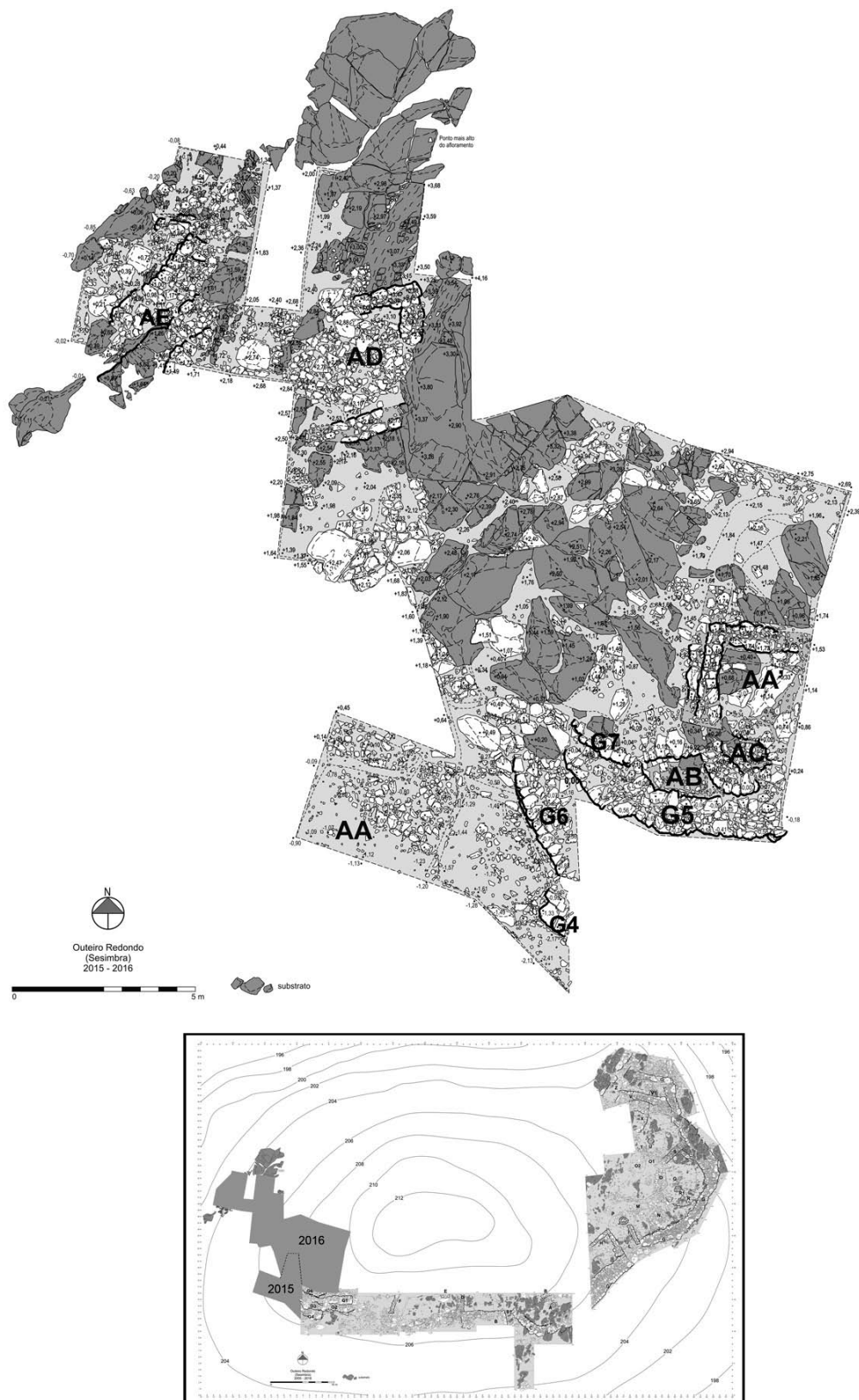


Fig. 11 – Outeiro Redondo. Planta das estruturas postas a descoberto em 2015 e 2016 no lado ocidental do povoado pré-histórico (desenho dos autores, tintagem de B. L. Ferreira).



Fig. 12 – Outeiro Redondo. Remate da extremidade ocidental da Muralha G, com disposição curvilínea, assente em depósitos do final do Calcolítico Inicial (Camara 3) (foto de JLC).



Fig. 13 – Outeiro Redondo. Ângulo recto correspondente a um dos cantos da Cabana AA', constituída por muros com dupla fiada de blocos (foto de JLC).



Fig. 14 – Outeiro Redondo. Pormenor de um dos cantos ortogonais da Cabana AA', evidenciando-se o reforço externo do muro do lado poente (foto de JLC).



Fig. 15 – Outeiro Redondo. Pormenor do paramento interno do muro poente da Cabana AA', observando-se a fundação, correspondente a alinhamento de grandes blocos, assente na Camada 3, do Calcolítico Inicial (foto de JLC).



Fig. 16 – Outeiro Redondo. Vista do muro do lado norte da Cabana AA' observando-se a respectiva fundação, de grandes blocos, assentes na Camada 3, do Calcolítico Inicial (foto de JLC).



Fig. 17 – Outeiro Redondo. Estrutura AB, definida pelo paramento externo da Muralha G7 (do lado esquerdo da figura) e pelo paramento interno da Muralha G5 (do lado direito da figura), evidenciando-se o respectivo enchimento interior. Em último plano, o murete assente sobre tal enchimento e que em determinado momento separou esta estrutura em duas (foto de JLC).



Fig. 18 – Outeiro Redondo. Estrutura AC, separada em determinado momento da Estrutura AB por pequeno murete intermédio de planta arqueada, observável em primeiro plano (ver Fig. 17) (foto de JLC),



Fig. 19 – Outeiro Redondo. Vista geral da Cabana AD, de planta ortogonal, tal como a Cabana AA', encostada parcialmente ao afloramento rochoso situado na parte mais alta do morro (foto de FM).



Fig. 20 – Outeiro Redondo. Vista geral do Muro AE, destinado a formar uma plataforma provavelmente relacionada com o fecho da extremidade ocidental do circuito defensivo. Note-se o acentuado declive e a articulação da estrutura com os afloramentos naturais situados em segundo plano (foto de FM).

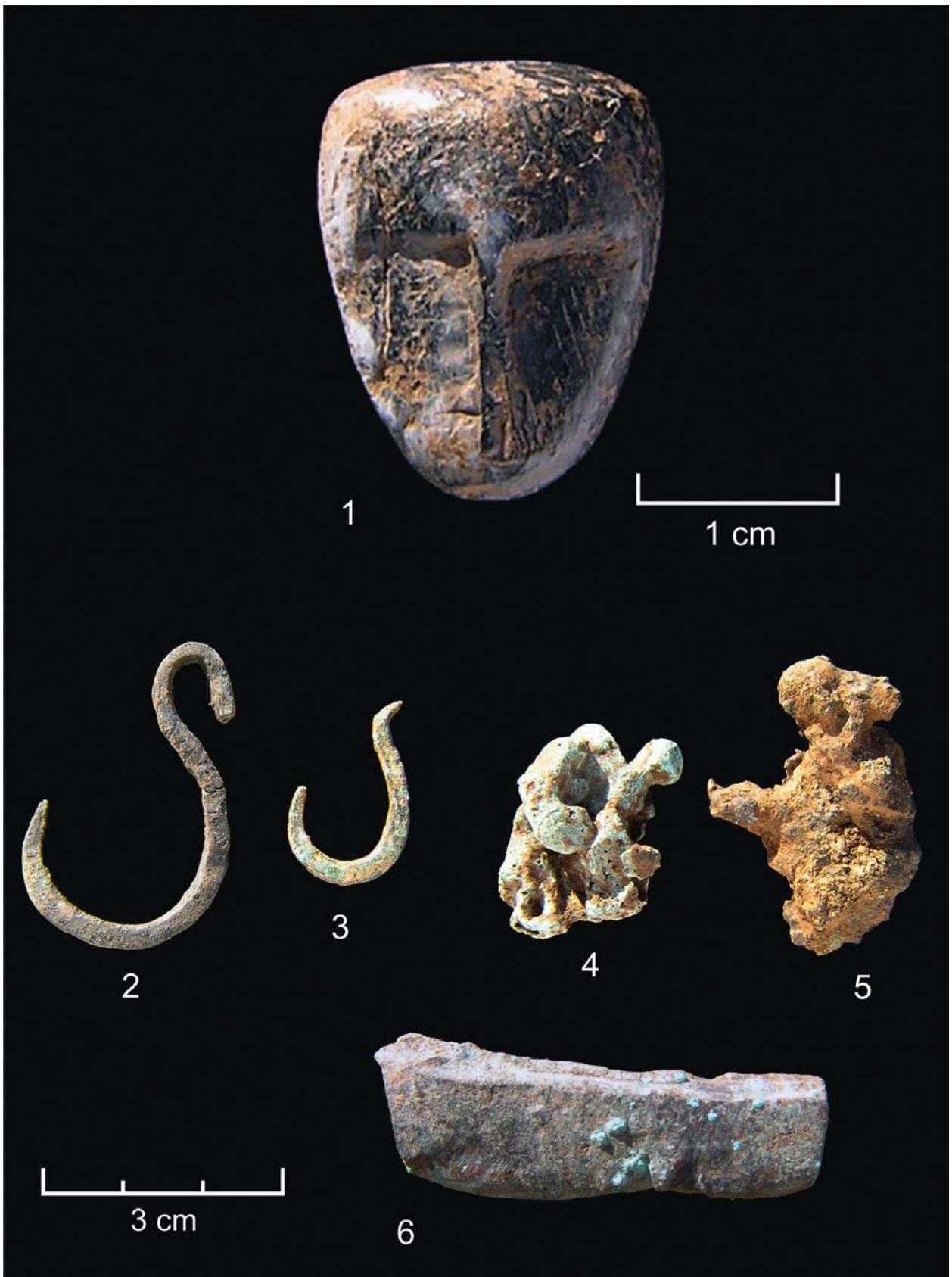


Fig. 59 - Outeiro Redondo. Selecção de alguns espólios mais significativos recolhidos nas Camadas 2 e 3 em 2015 e em 1016. Fotos de JLC.

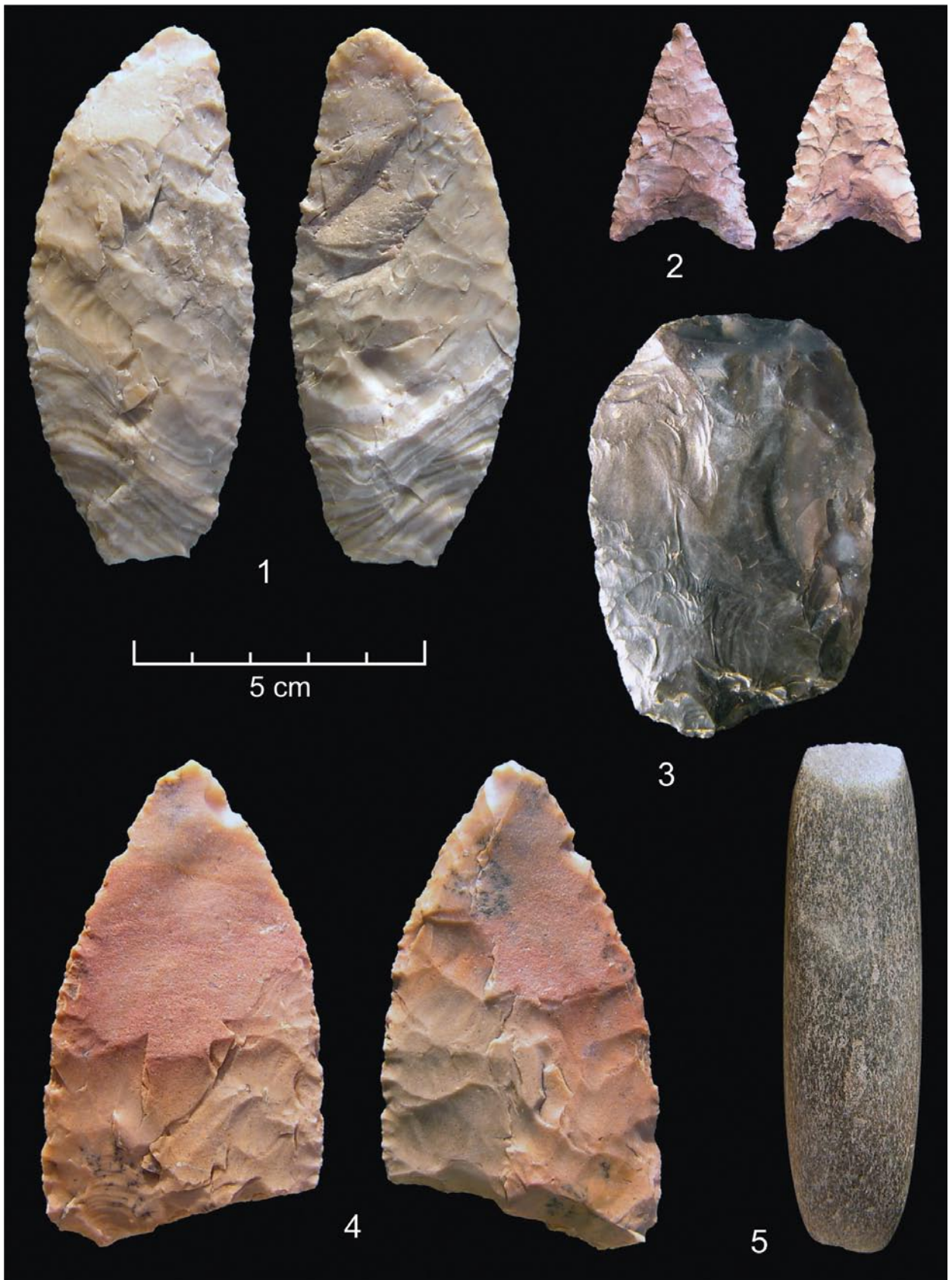


Fig. 60 – Outeiro Redondo. Seleção de alguns espólios mais significativos recolhidos nas Camadas 2 e 3 em 2015 e em 2016. Fotos de JLC.

ANEXO

LOCALIZAÇÃO DOS ESPÓLIOS ESTUDADOS NAS DUAS GRANDES ÁREAS ESCAVADAS

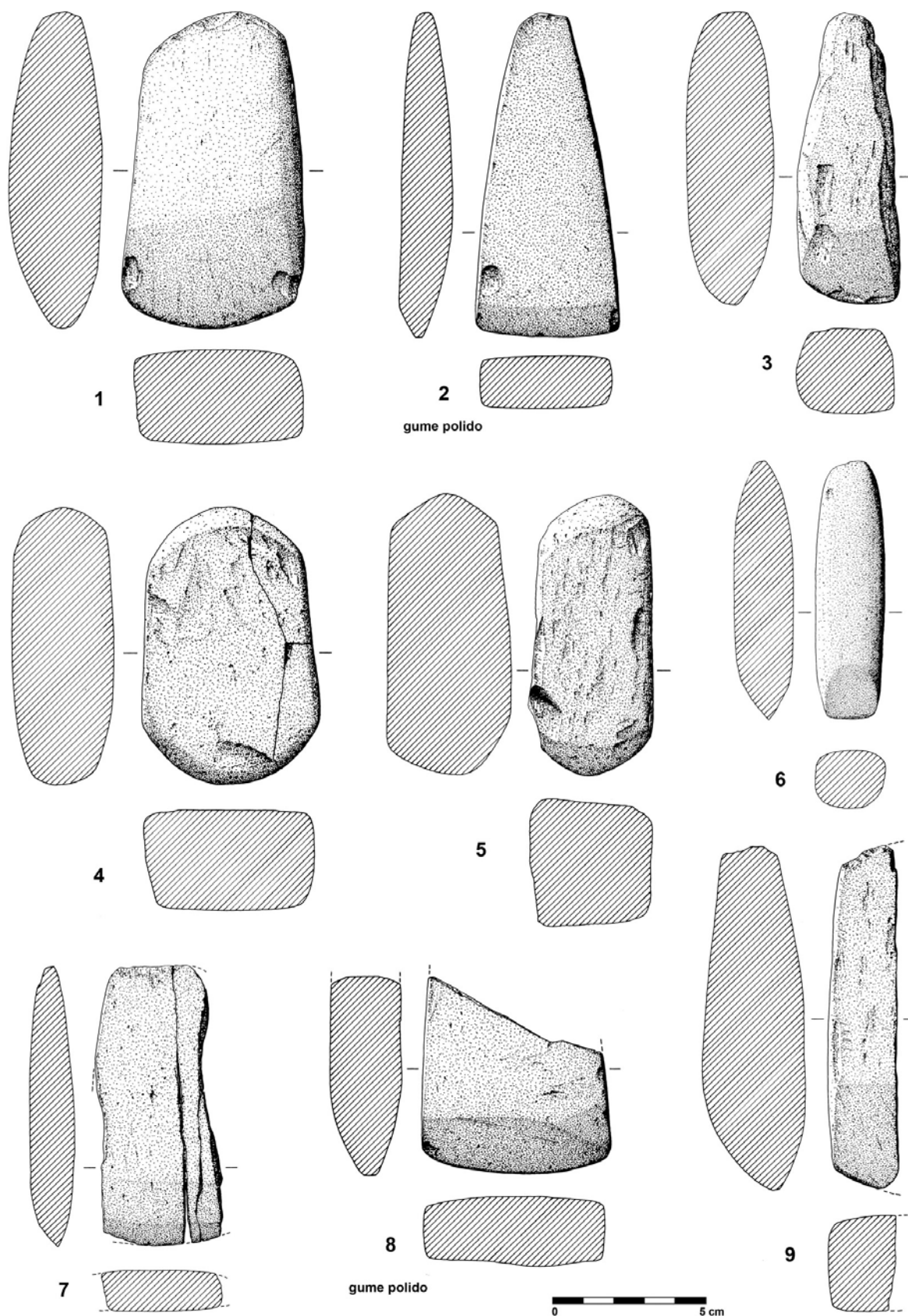


Fig. 21 - Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 e 2, 5 a 8) e na Camada 3 (n.ºs 3, 4 e 9).

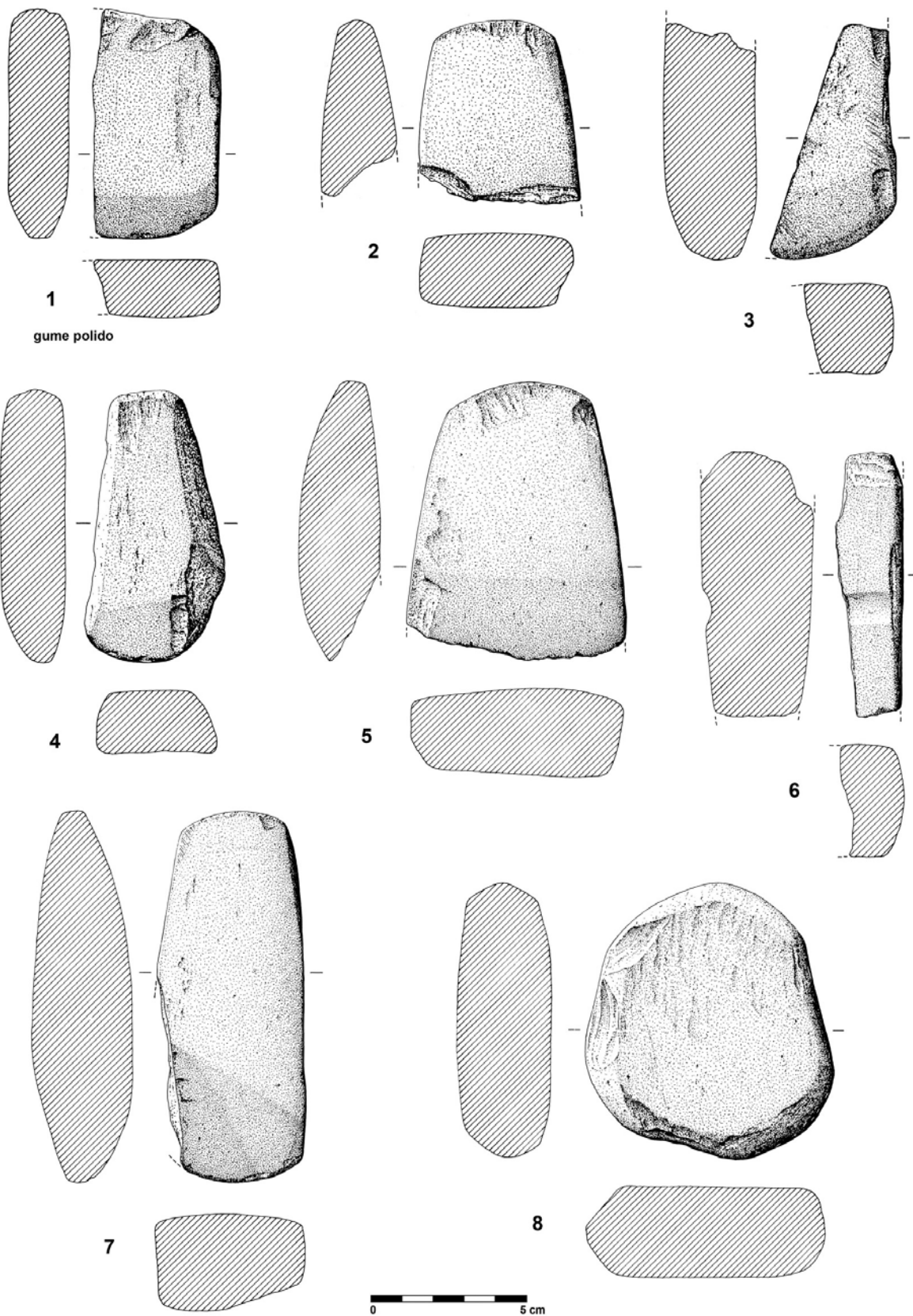


Fig. 22 - Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 7) e na Camada 3 (n.º 8).

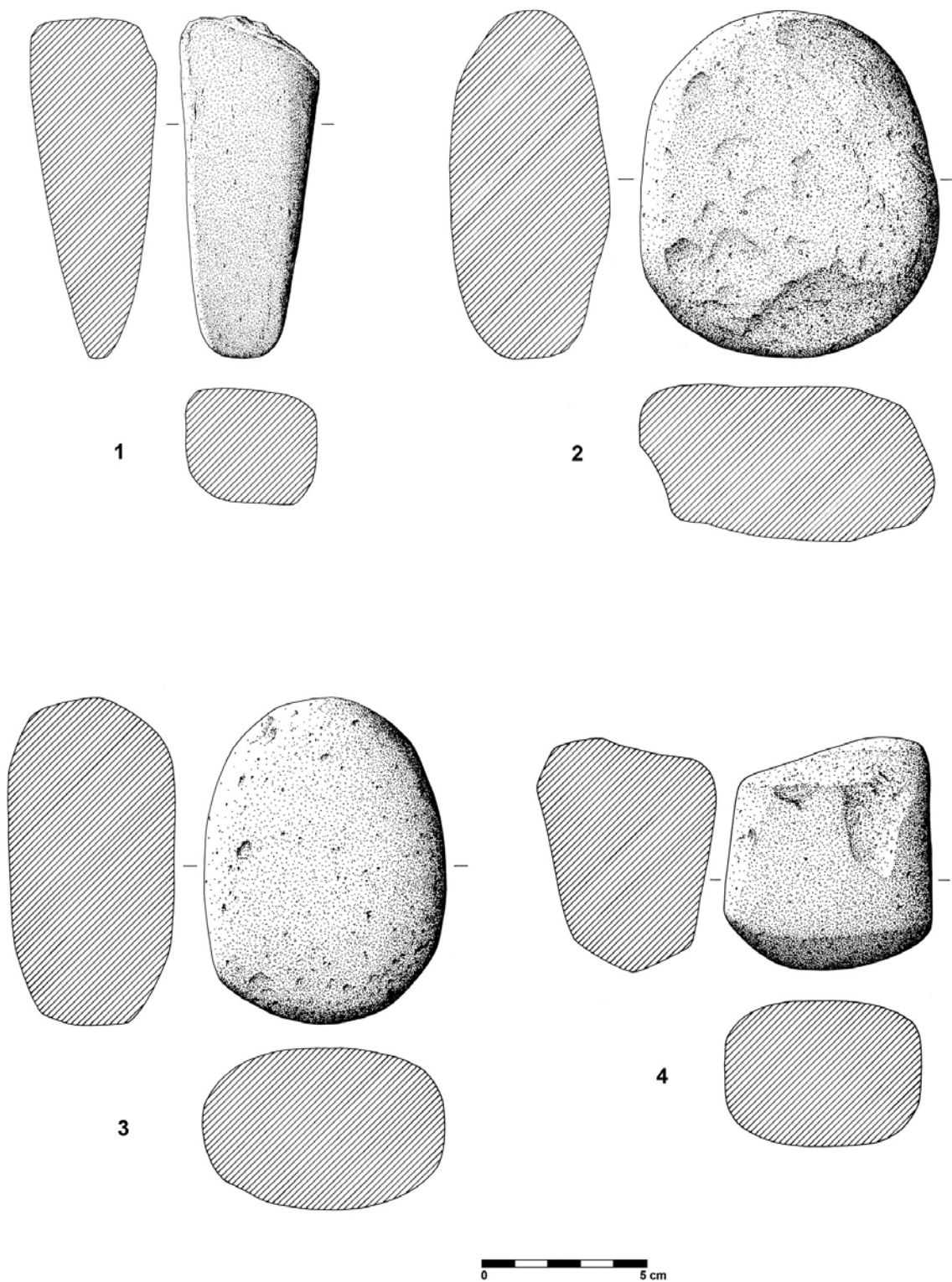


Fig. 23 – Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida e afeiçãoada, recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1, 3 e 4) e na Camada 3 (n.º 2).

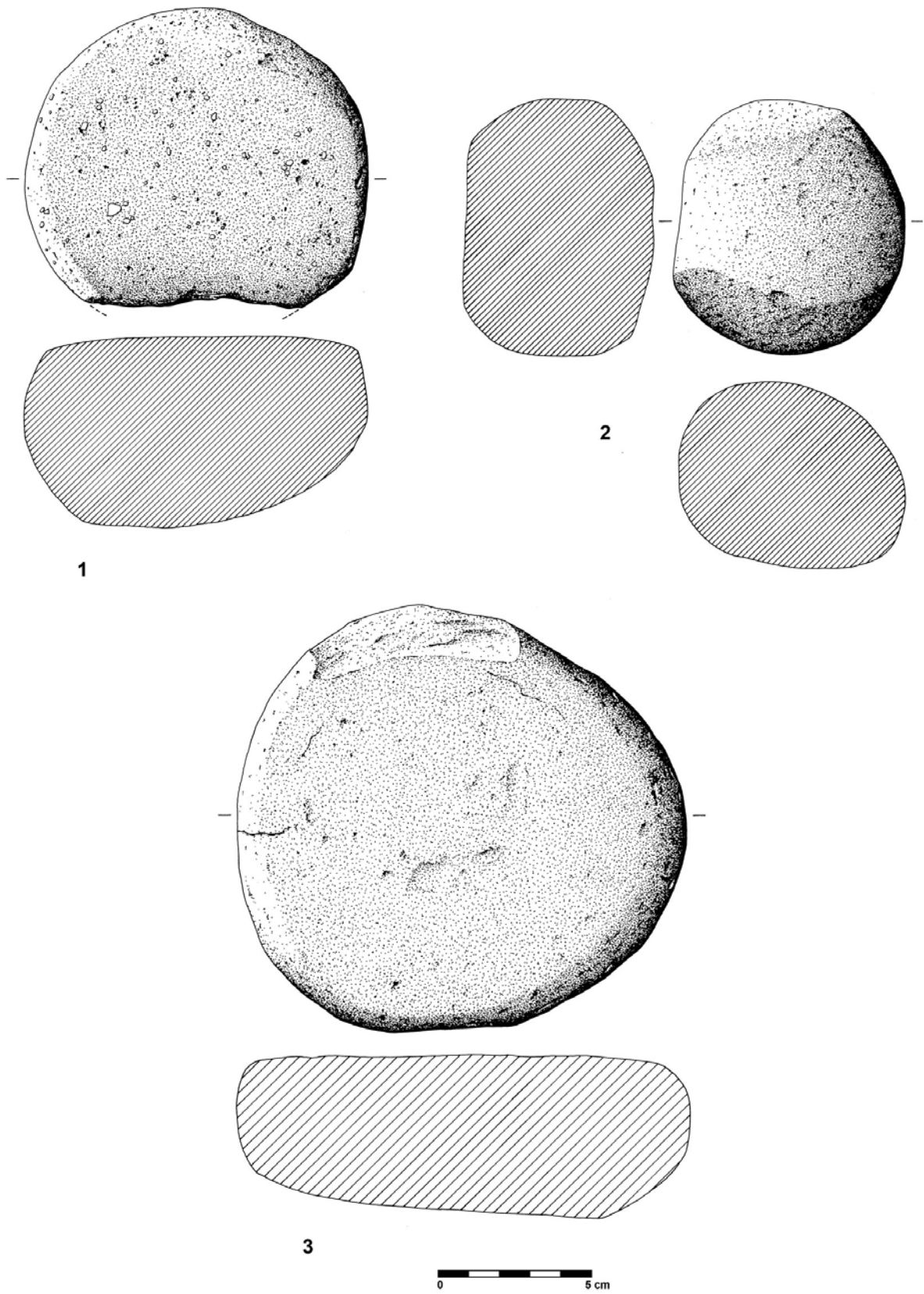


Fig. 24 - Outeiro Redondo. Todos os artefactos apresentados foram recolhidos na Camada 2. Os n.º 2 e 3 foram recolhidos juntos, *in situ*.

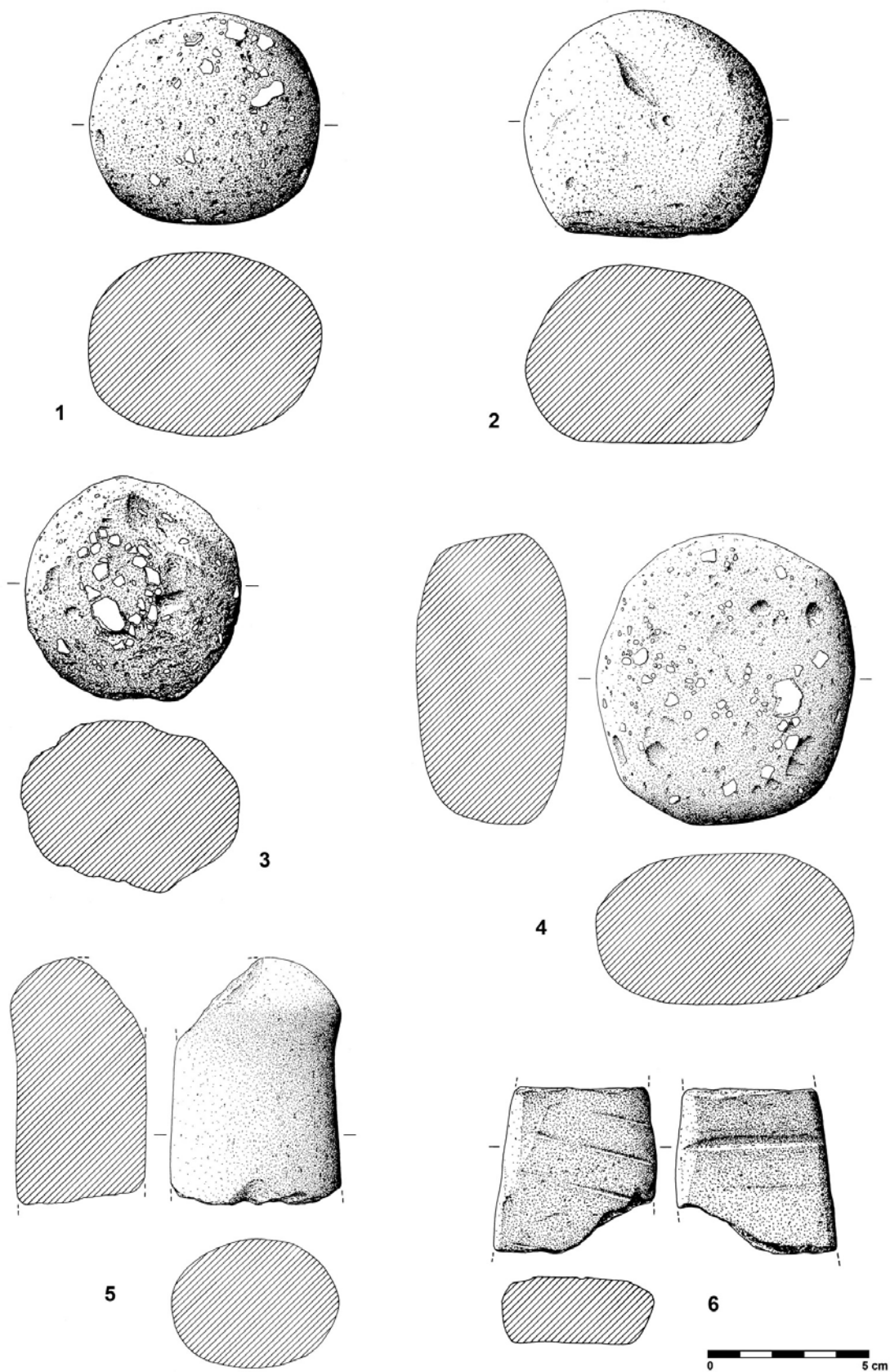


Fig. 25 - Outeiro Redondo. Todos os artefactos foram recolhidos na Camada 2.

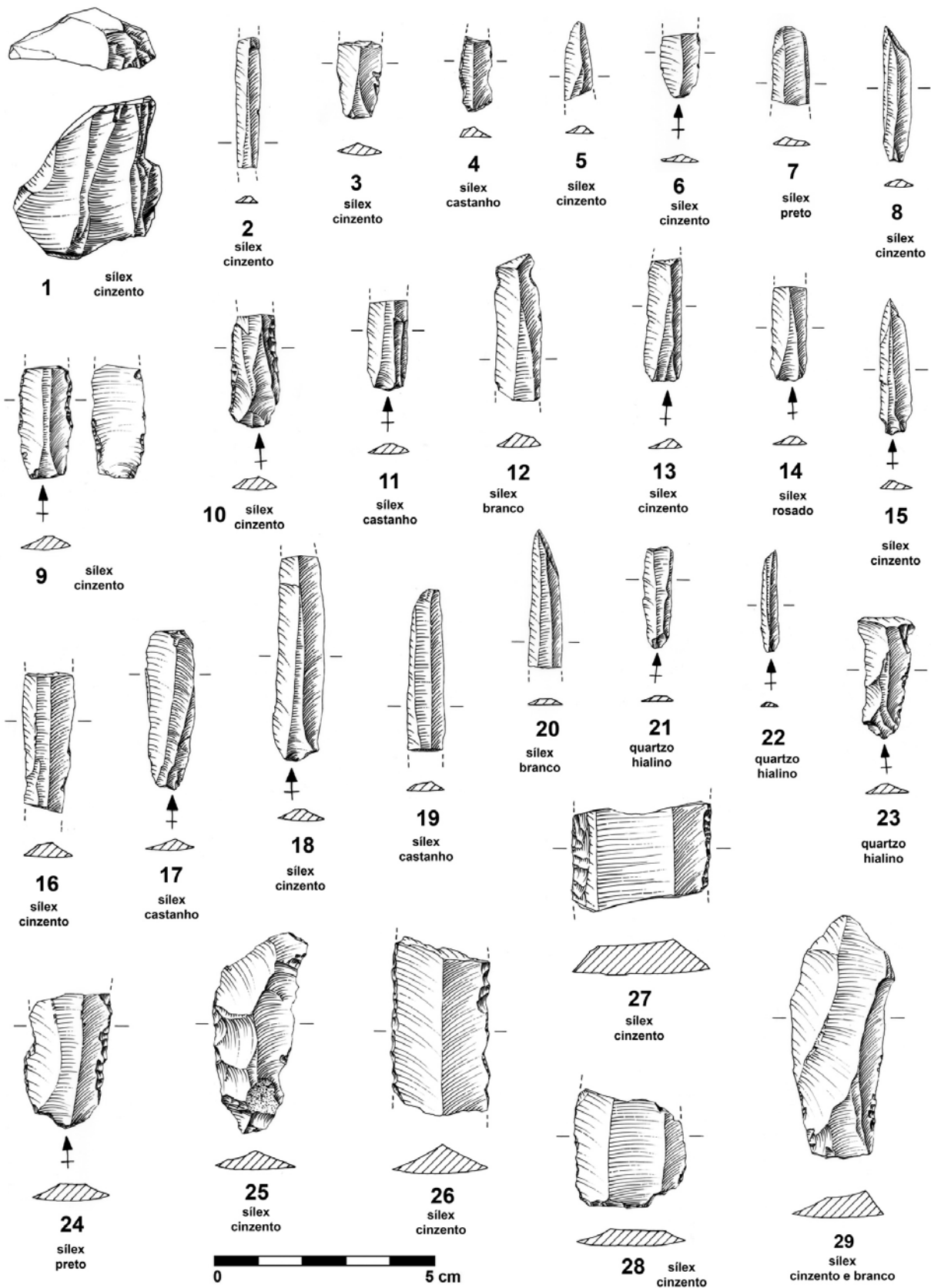


Fig. 26 - Outeiro Redondo. Núcleo recolhido na Camada 3 (n.º 1). Lamelas recolhidas na Camada 2 (n.º 2 a 20) e na Camada 3 (n.ºs 21 a 23). Lâminas recolhidas na Camada 2 (n.ºs 24 a 29).

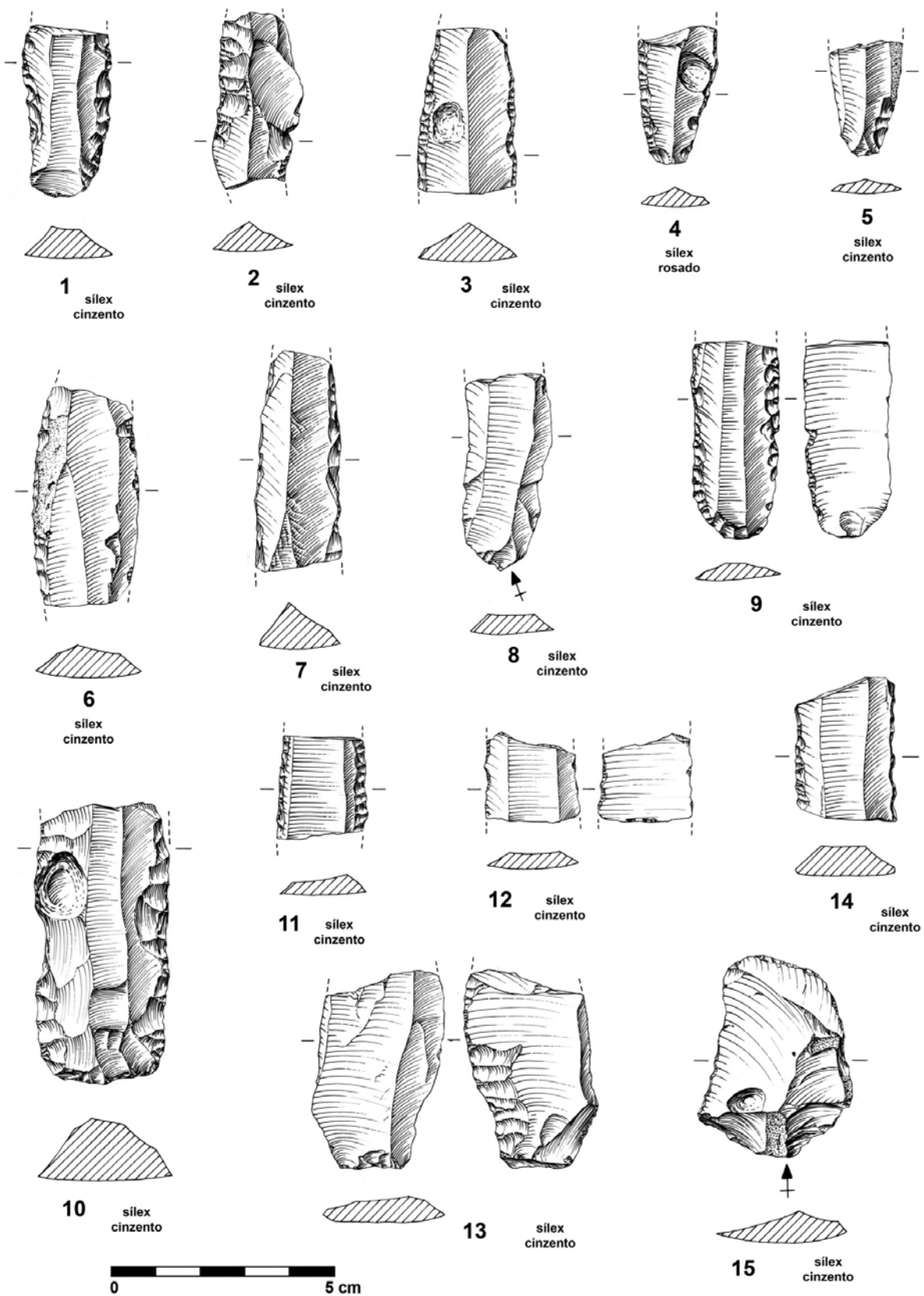


Fig. 27 – Outeiro Redondo. Lâminas recolhidas na Camada 2 (n.º 1 a 13) e na Camada 3 (n.º 14). Lasca recolhida na Camada 2 (n.º 15).

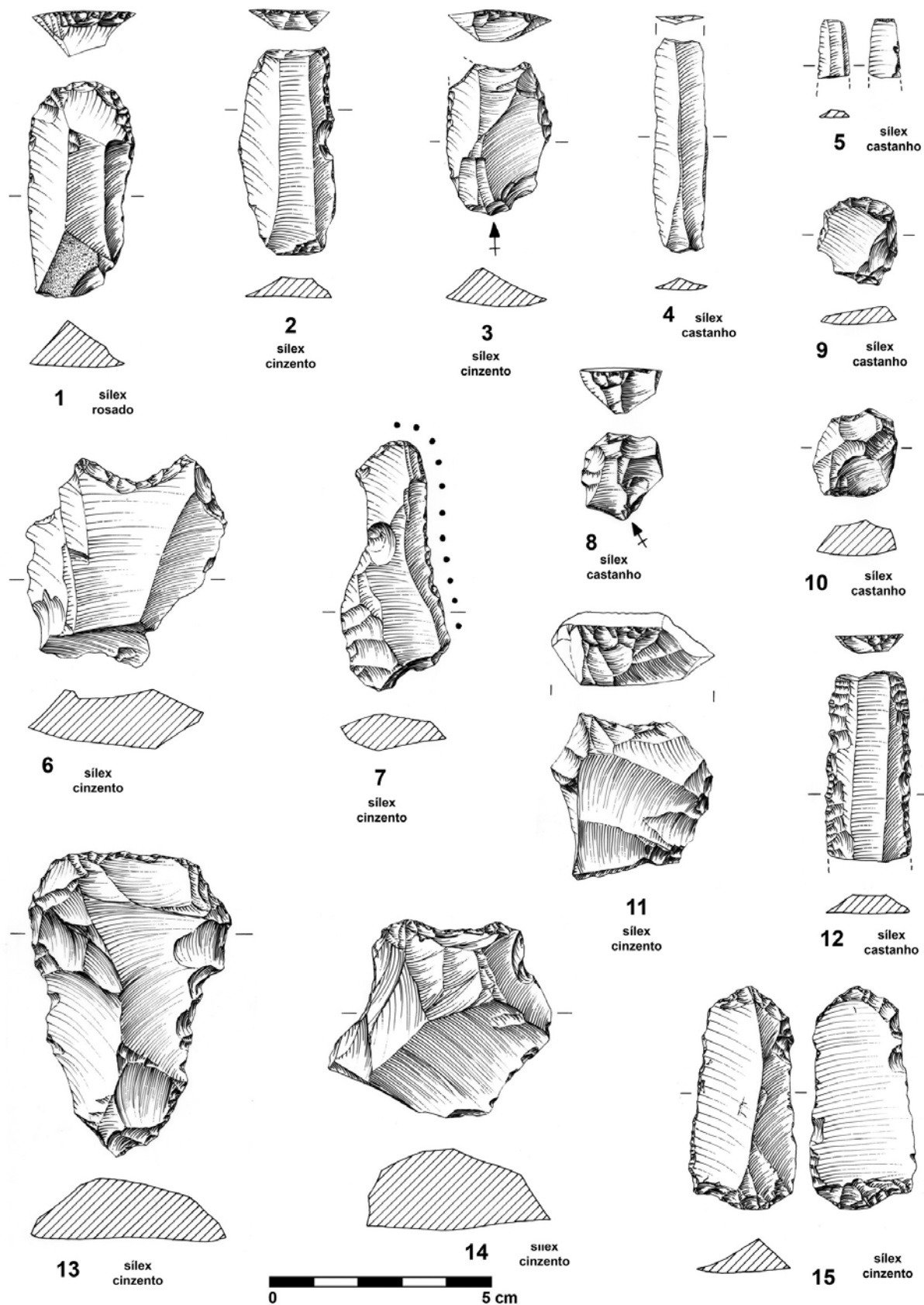


Fig. 28 - Outeiro Redondo. Raspadeiras, denticulados, lâminas e lamelas recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 a 15).

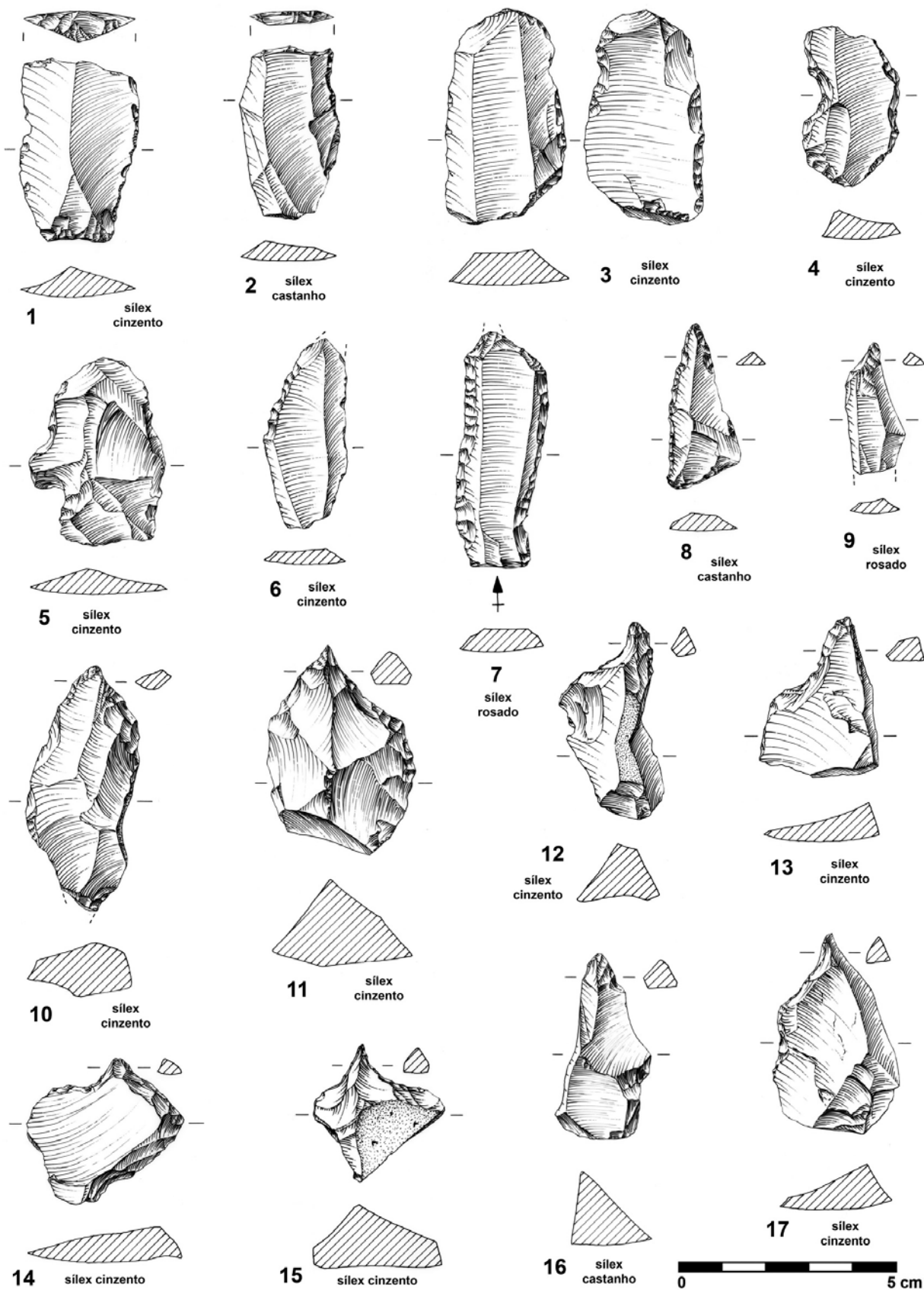


Fig. 29 – Outeiro Redondo. Raspadeiras recolhidas na Camada 3 (n.ºs 1 e 2); entalhes (n.ºs 3 a 5) e furadores recolhidos na Camada 2 (n.ºs 6 a 17).

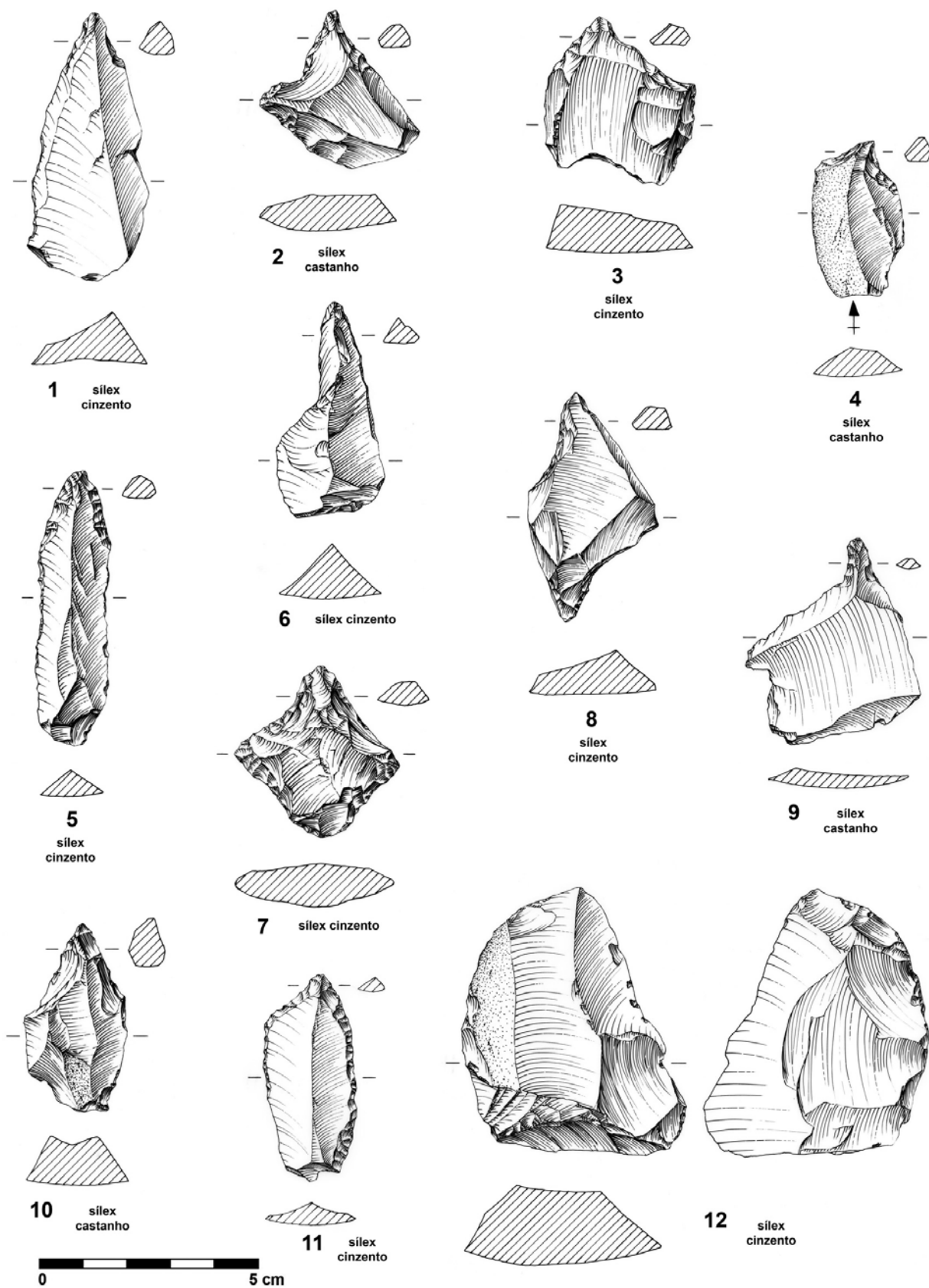


Fig. 30 - Outeiro Redondo. Furadores recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 8) e na Camada 3 (n.ºs 9 a 11).
Esboço de lâmina foliácea recolhido na Camada 2 (n.º 12).

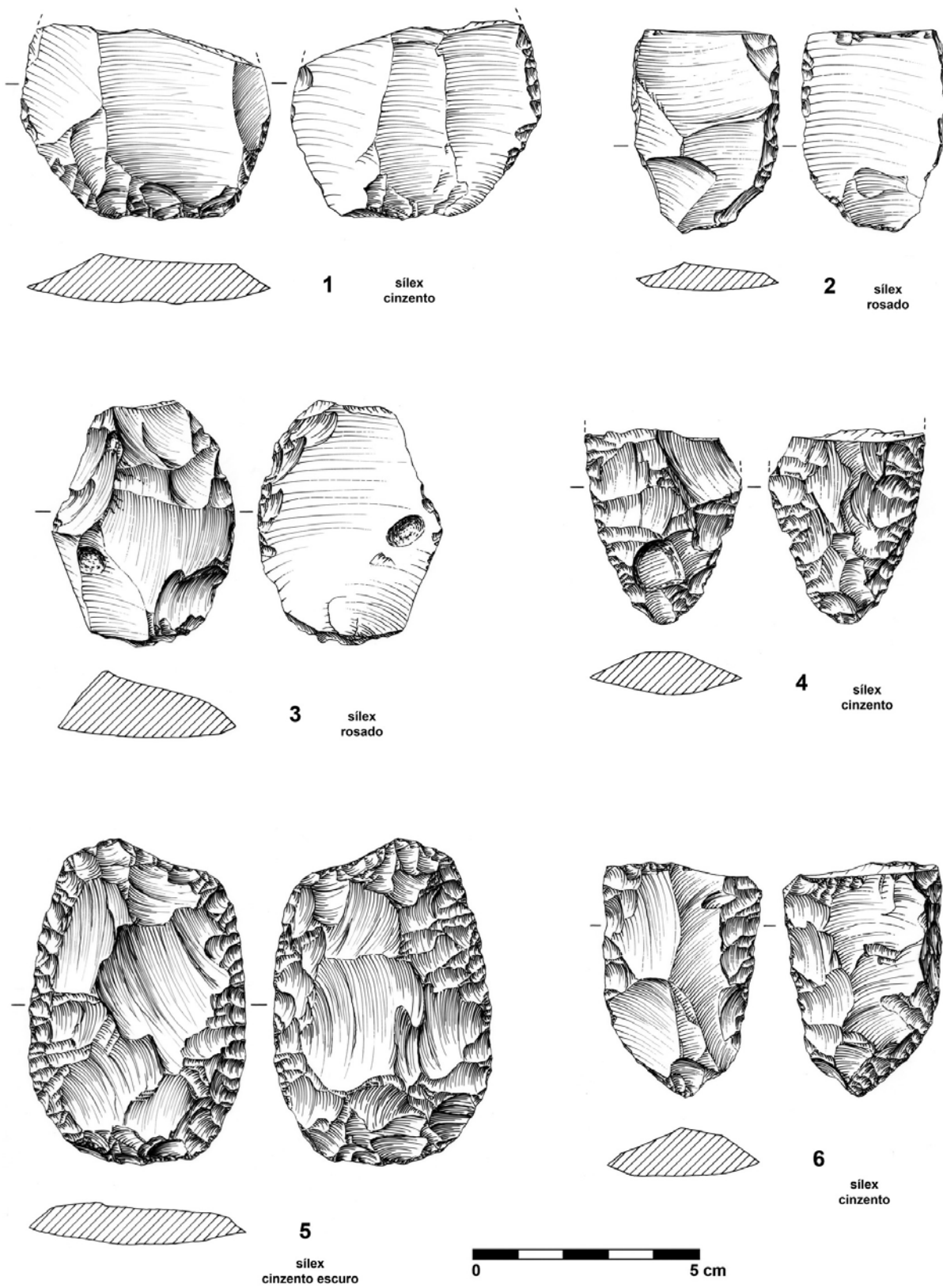


Fig. 31 – Outeiro Redondo. Lâminas foliáceas recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 6).

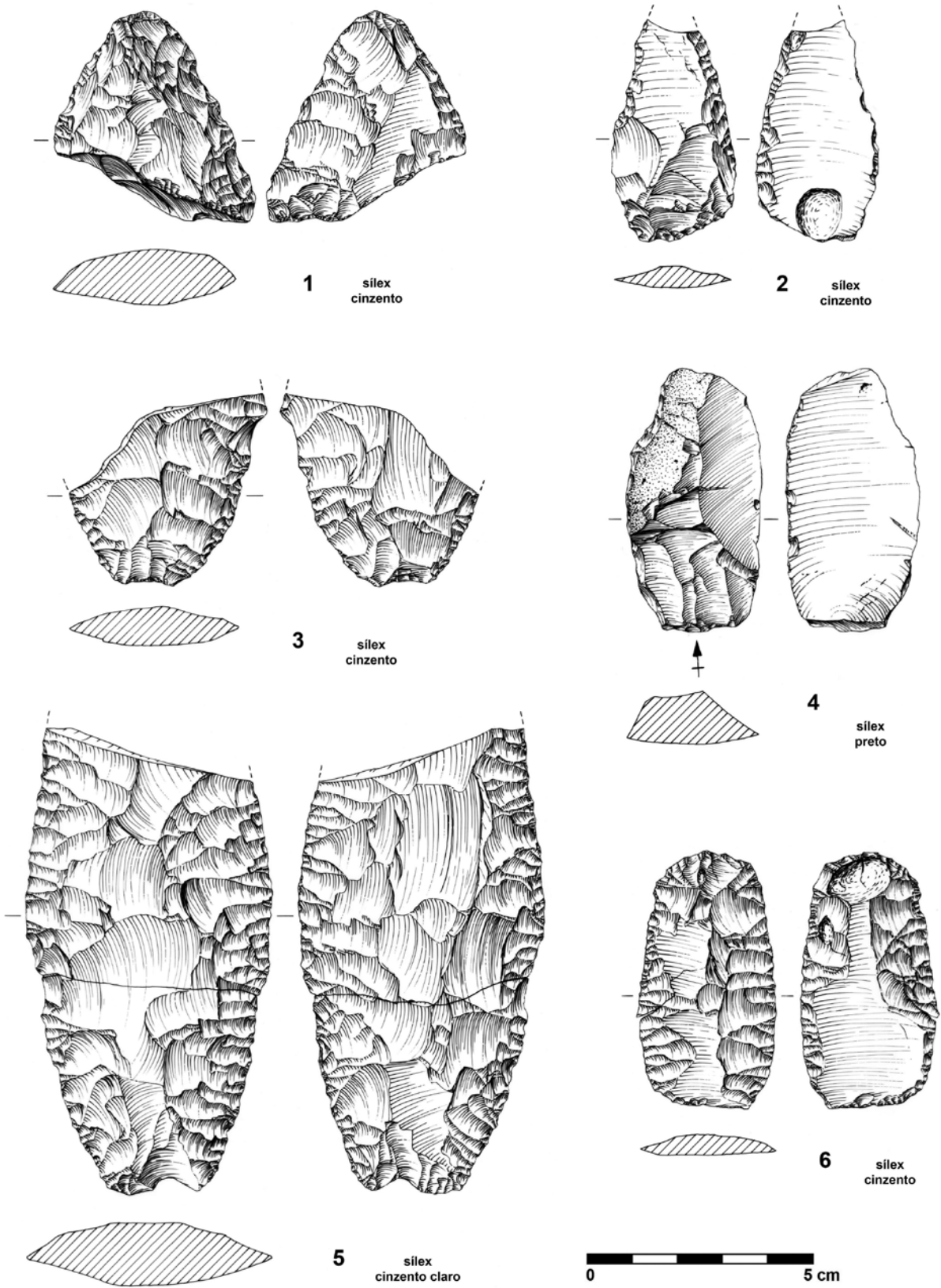


Fig. 32 - Outeiro Redondo. Lâminas foliáceas recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 6).

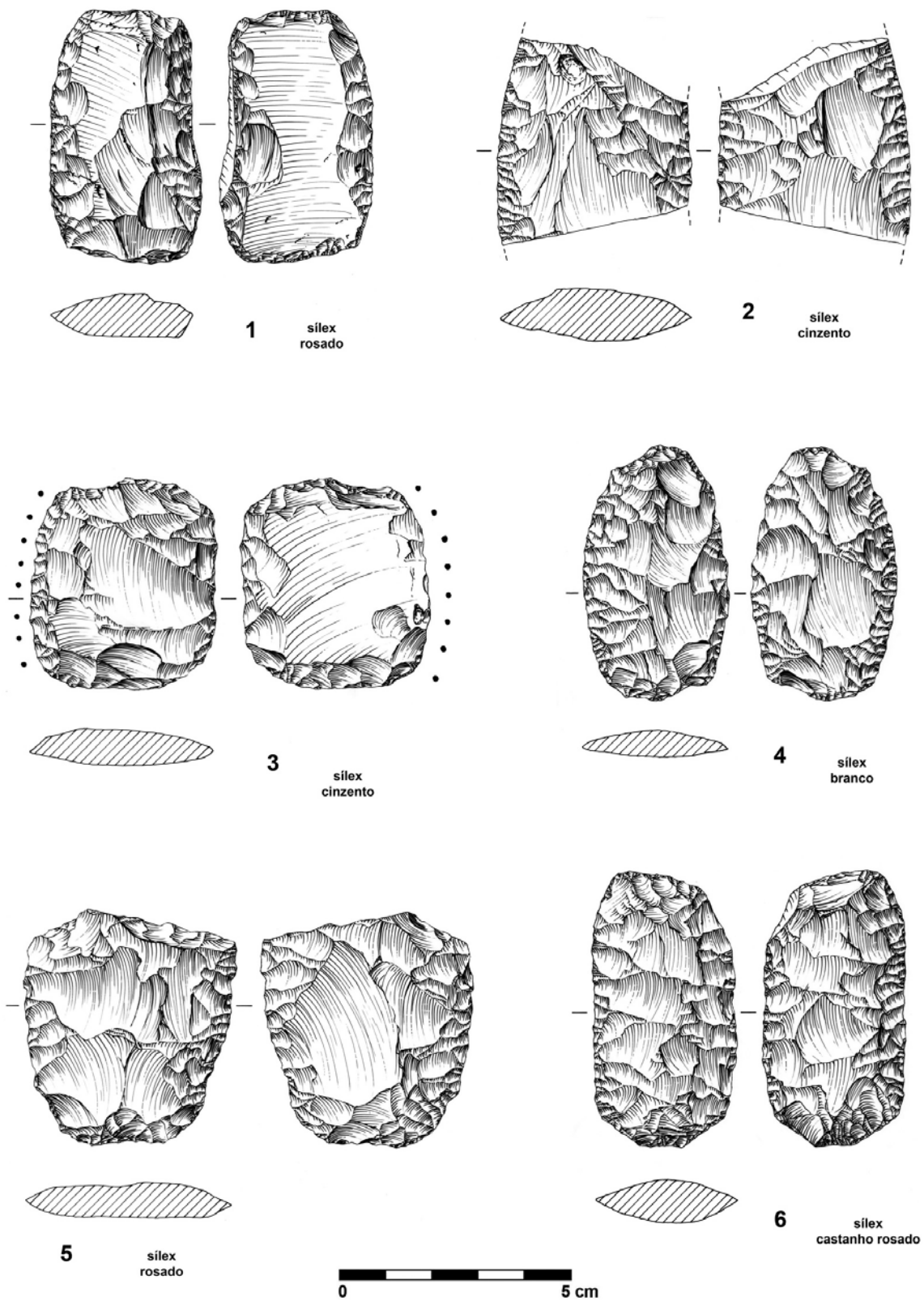


Fig. 33 – Outeiro Redondo. Lâminas foliáceas recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 6).

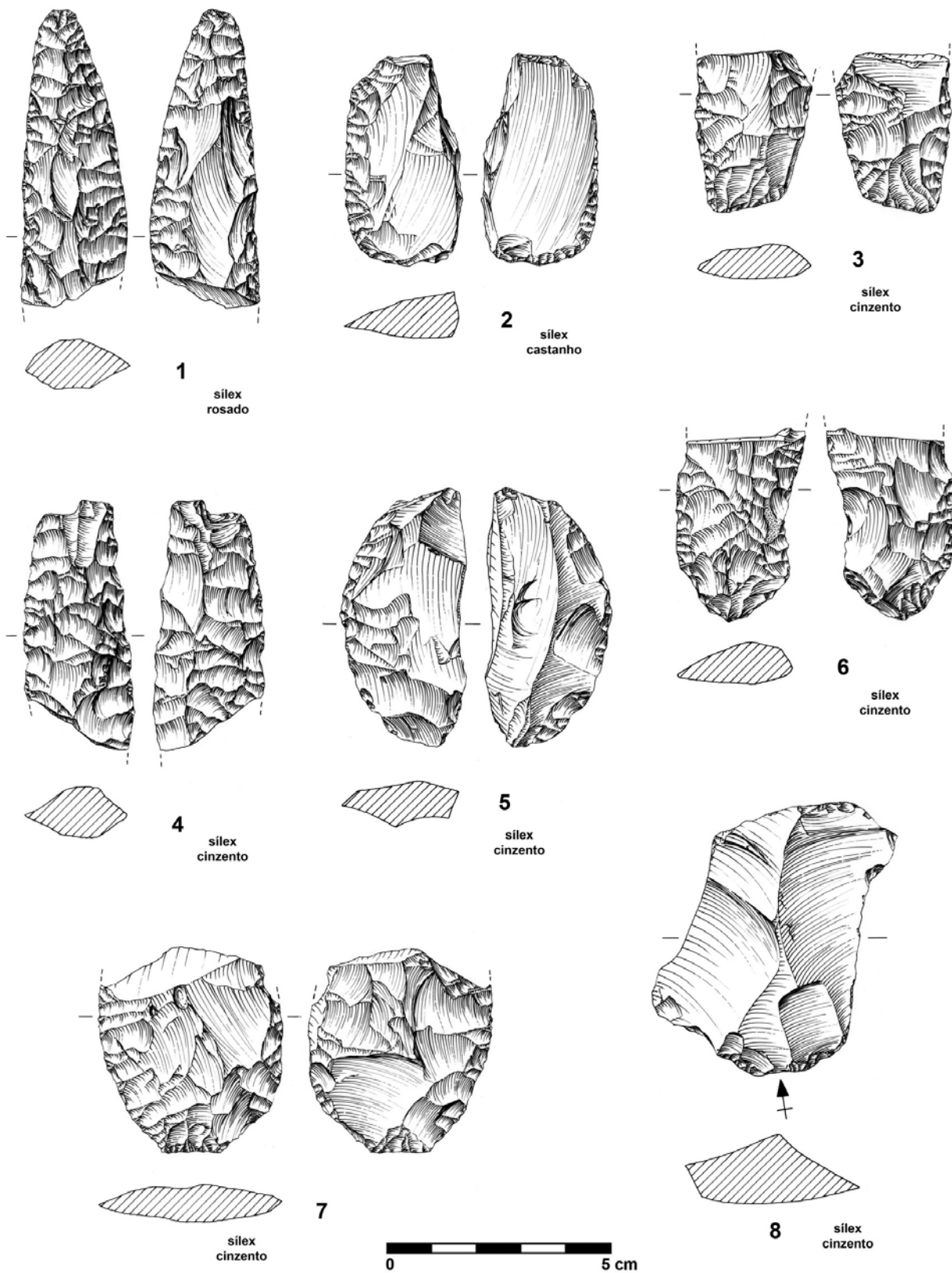


Fig. 34 - Outeiro Redondo. Lâminas foliáceas recolhidos na Camada 2 (n.º 1 a 7) e na Camada 3 (n.º 8).

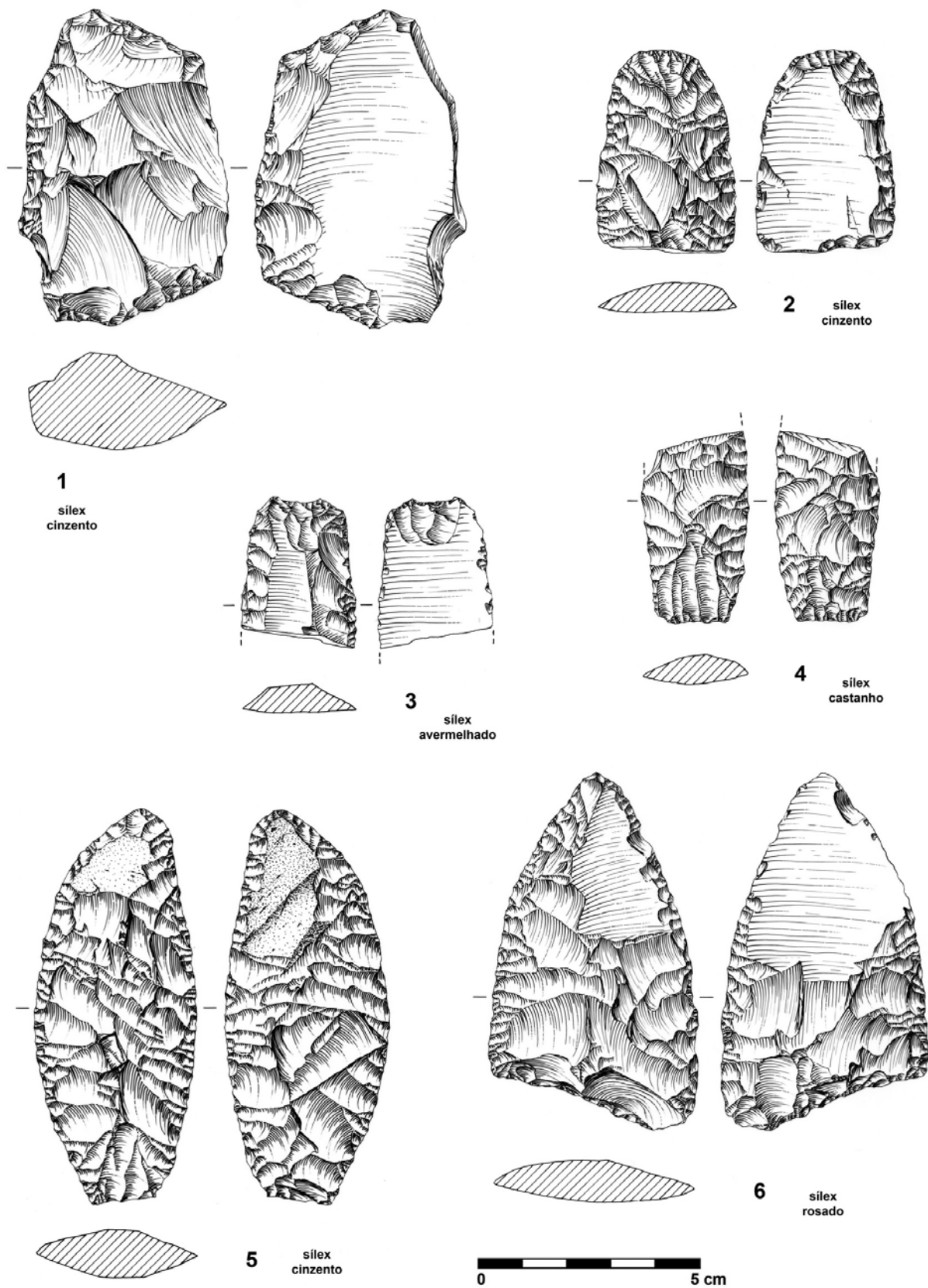


Fig. 35 – Outeiro Redondo. Lâminas foliáceas recolhidos na Camada 3 (n.ºs 1 a 6).

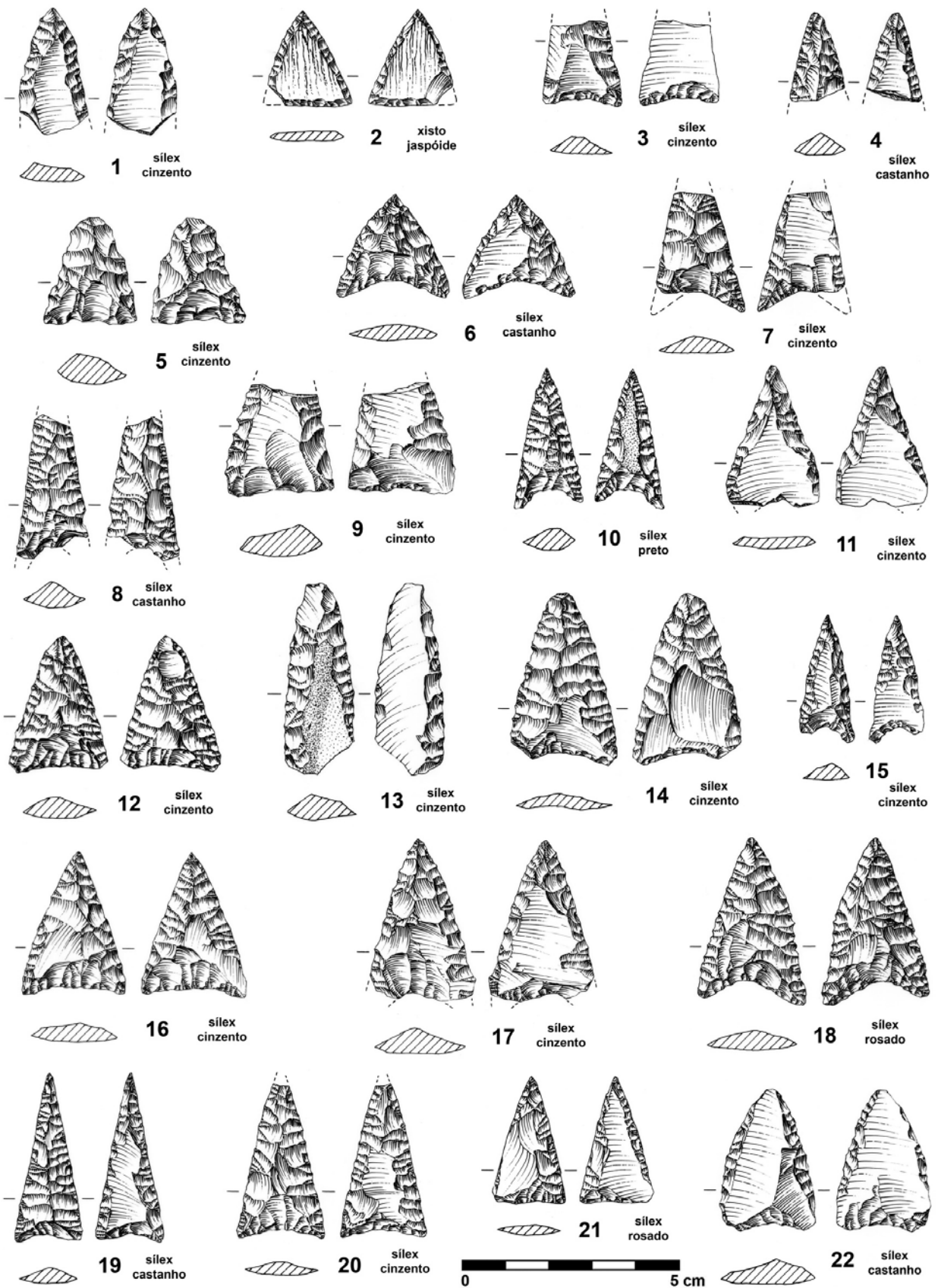


Fig. 36 – Outeiro Redondo. Pontas de seta recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 a 22).

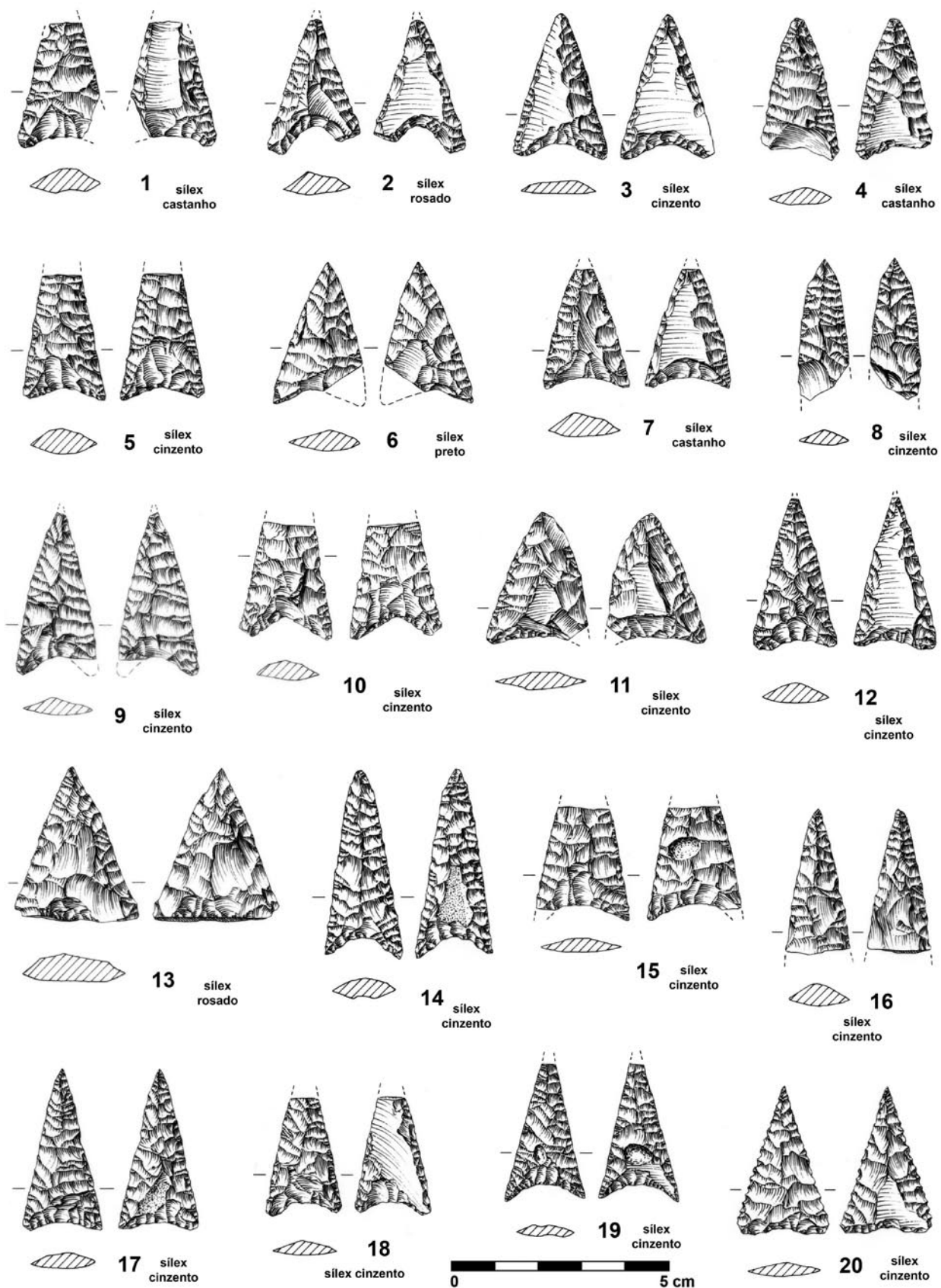


Fig. 37 - Outeiro Redondo. Pontas de seta recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 a 12) e na Camada 3 (n.ºs 13 a 20).

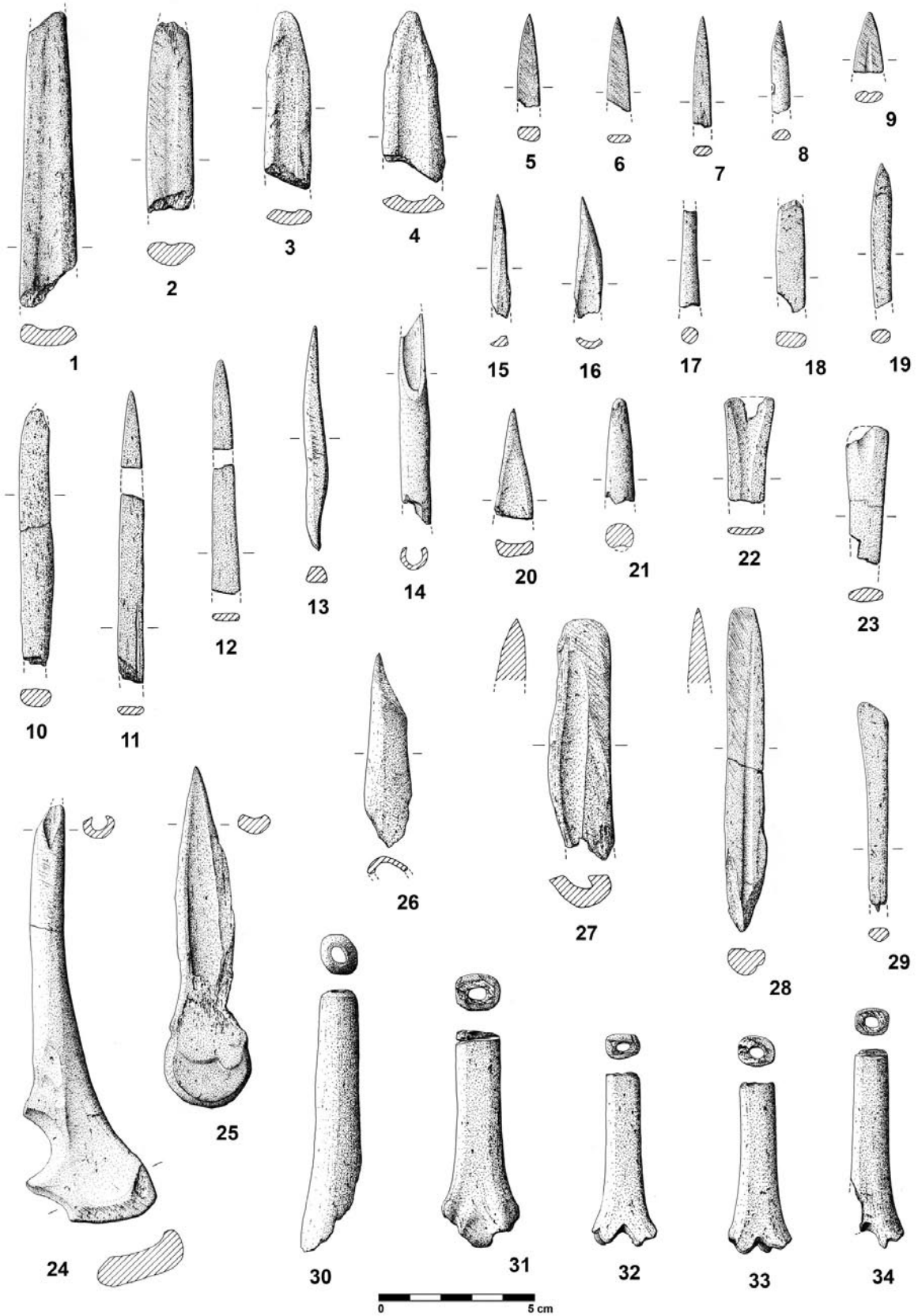


Fig. 38 - Outeiro Redondo. Indústria de osso da Camada 2 (n.ºs 1 a 34).

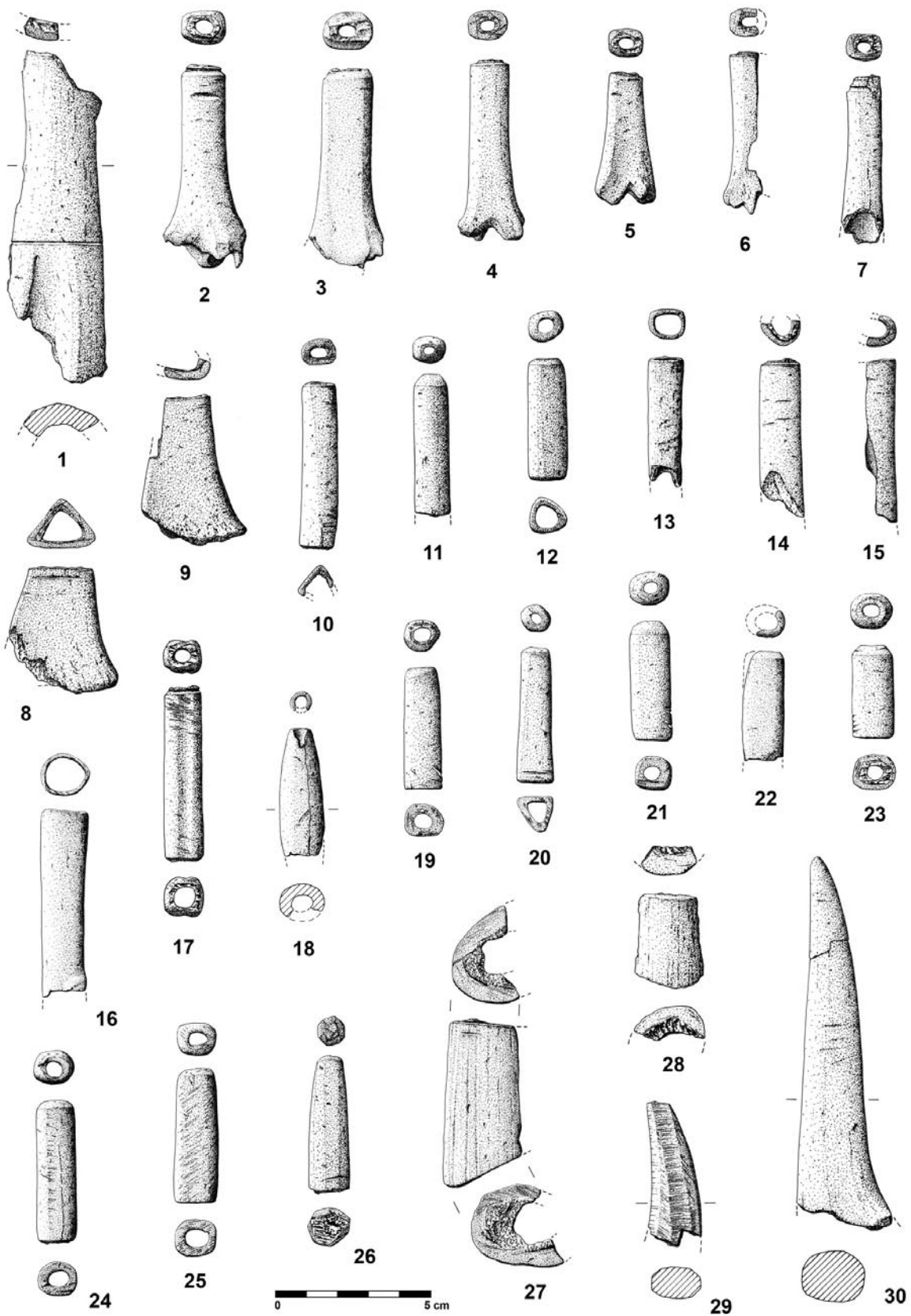


Fig. 39 – Outeiro Redondo. Indústria de osso da Camada 2 (n.ºs 1 a 30).

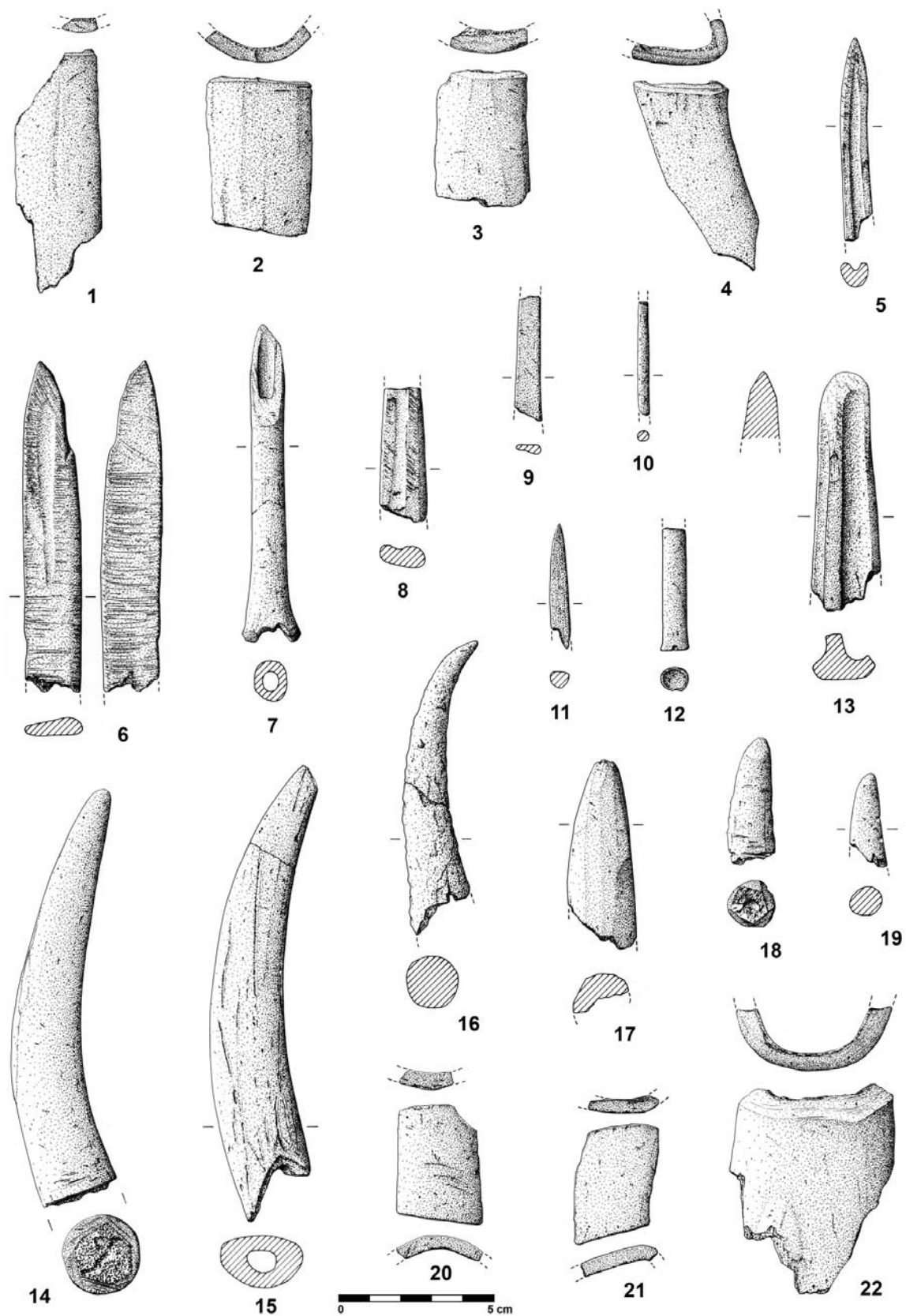














Fig. 40 - Outeiro Redondo. Indústria de osso da Camada 2 (n.ºs 1 a 4) e da Camada 3 (n.ºs 5 a 22).







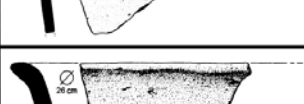




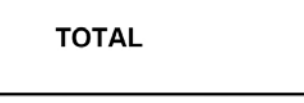
Outeiro Redondo (Sesimbra). Quadro tipológico das cerâmicas lisas recolhidas na área nordeste, de acordo com os tipos identificados, e respectiva distribuição estratigráfica

FORMAS	Calcolítico Inicial		Calcolítico Pleno	
	Diâmetros	Nº. Total de frag.	Diâmetros	Nº. Total de frag.
1 	-	-	⊙ < 20 (1)	1 (0,1%)
2 	⊙? (5) ⊙ < 20 (9) ⊙ 20-40 (8)	22 (5,3%)	⊙? (36) ⊙ < 20 (47) ⊙ 20-40 (61)	144 (12,8%)
3 	⊙ 20-40 (1)	1 (0,2%)	⊙? (1) ⊙ < 20 (1)	2 (0,2%)
4 	-	-	⊙ < 20 (1) ⊙ 20-40 (2)	3 (0,3%)
5 	⊙ < 20 (1) ⊙ 20-40 (2)	3 (0,7%)	⊙? (4) ⊙ < 20 (15) ⊙ 20-40 (35)	54 (4,8%)
6 	-	-	⊙ 20-40 (2)	2 (0,2%)
7 	⊙? (32) ⊙ < 20 (26) ⊙ 20-40 (112) ⊙ > 40 (22)	192 (46,2%)	⊙? (122) ⊙ < 20 (92) ⊙ 20-40 (215) ⊙ > 40 (28)	457 (40,7%)
8 	⊙? (23) ⊙ < 20 (30) ⊙ 20-40 (38) ⊙ > 40 (1)	92 (22,1%)	⊙? (12) ⊙ < 20 (9) ⊙ 20-40 (45)	66 (5,9%)
9 	⊙? (19) ⊙ < 20 (10) ⊙ 20-40 (36)	65 (15,6%)	⊙? (115) ⊙ < 20 (89) ⊙ 20-40 (89) ⊙ > 40 (1)	294 (26,2%)
10 	⊙? (5) ⊙ 20-40 (28)	33 (7,9%)	⊙? (14) ⊙ 20-40 (29) ⊙ > 40 (4)	47 (4,2%)
11 	⊙? (1) ⊙ 20-40 (5)	6 (1,4%)	⊙? (6) ⊙ 20-40 (30) ⊙ > 40 (1)	37 (3,3%)
12 	⊙ 20-40 (2)	2 (0,5%)	⊙? (3) ⊙ 20-40 (12)	15 (1,3%)
TOTAL	⊙? (85) ⊙ < 20 (76) ⊙ 20-40 (232) ⊙ > 40 (23)	416 frag. (100%)	⊙? (313) ⊙ < 20 (255) ⊙ 20-40 (520) ⊙ > 40 (34)	1122 frag. (100%)

Legenda: ⊙ - diâmetro no bordo em cm ; (x) - quantidade de recipientes.

Fig. 41 - Outeiro Redondo. Quadro tipológico das cerâmicas lisas recolhidas na área nordeste, de acordo com os tipos identificados, e respectiva distribuição.

Outeiro Redondo (Sesimbra). Quadro tipológico das cerâmicas lisas recolhidas na área oeste do povoado, de acordo com os tipos identificados, e respectiva distribuição estratigráfica

FORMAS		Calcolítico Inicial		Calcolítico Pleno	
		Diâmetros	Nº. Total de frag.	Diâmetros	Nº. Total de frag.
1		-	-	⊙ < 20 (5)	5 (0,9%)
2		⊙? (1) ⊙ < 20 (9) ⊙ 20-40 (7)	17 (12,1%)	⊙? (5) ⊙ < 20 (65) ⊙ 20-40 (6)	76 (13,4%)
3		⊙ < 20 (3)	3 (2,1%)	⊙ < 20 (2) ⊙ 20-40 (4)	6 (1,1%)
4		-	-	⊙ < 20 (2)	2 (0,4%)
5		⊙ 20-40 (3)	3 (2,1%)	⊙? (2) ⊙ < 20 (19) ⊙ 20-40 (7)	28 (4,9%)
6		-	-	-	-
7		⊙? (11) ⊙ < 20 (14) ⊙ 20-40 (25) ⊙ > 40 (3)	53 (37,9%)	⊙? (50) ⊙ < 20 (75) ⊙ 20-40 (98) ⊙ > 40 (13)	236 (41,5%)
8		⊙? (3) ⊙ < 20 (8) ⊙ 20-40 (4)	15 (10,7%)	⊙? (4) ⊙ < 20 (30) ⊙ 20-40 (11)	45 (7,9%)
9		⊙? (8) ⊙ < 20 (14) ⊙ 20-40 (16)	38 (27,1%)	⊙? (32) ⊙ < 20 (44) ⊙ 20-40 (23)	99 (17,4%)
10		-	-	⊙? (8) ⊙ 20-40 (3) ⊙ > 40 (29)	40 (7%)
11		⊙ 20-40 (4)	4 (2,9%)	⊙ < 20 (1) ⊙ 20-40 (6)	7 (1,2%)
12		⊙? (2) ⊙ 20-40 (5)	7 (5%)	⊙? (4) ⊙ < 20 (13) ⊙ 20-40 (8)	25 (4,4%)
TOTAL		⊙? (25) ⊙ < 20 (48) ⊙ 20-40 (64) ⊙ > 40 (3)	140 frag. (100%)	⊙? (105) ⊙ < 20 (256) ⊙ 20-40 (166) ⊙ > 40 (42)	569 frag. (100%)

Legenda: ⊙ - diâmetro no bordo em cm ; (x) - quantidade de recipientes.

Fig. 42 – Outeiro Redondo. Quadro tipológico das cerâmicas lisas recolhidas na área oeste, de acordo com os tipos identificados, e respectiva distribuição.

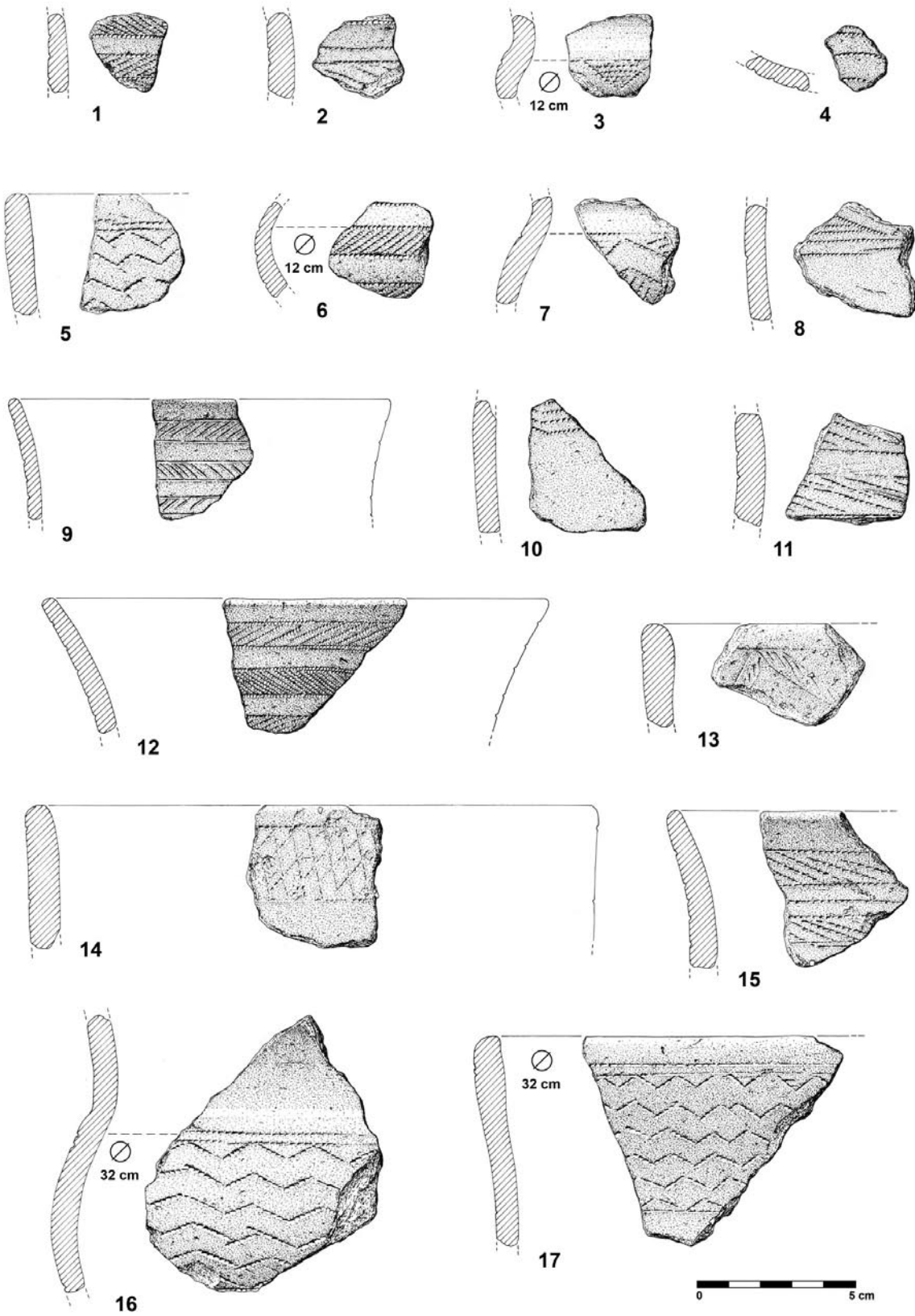


Fig. 43 - Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos campaniformes recolhidos na Camada 2.

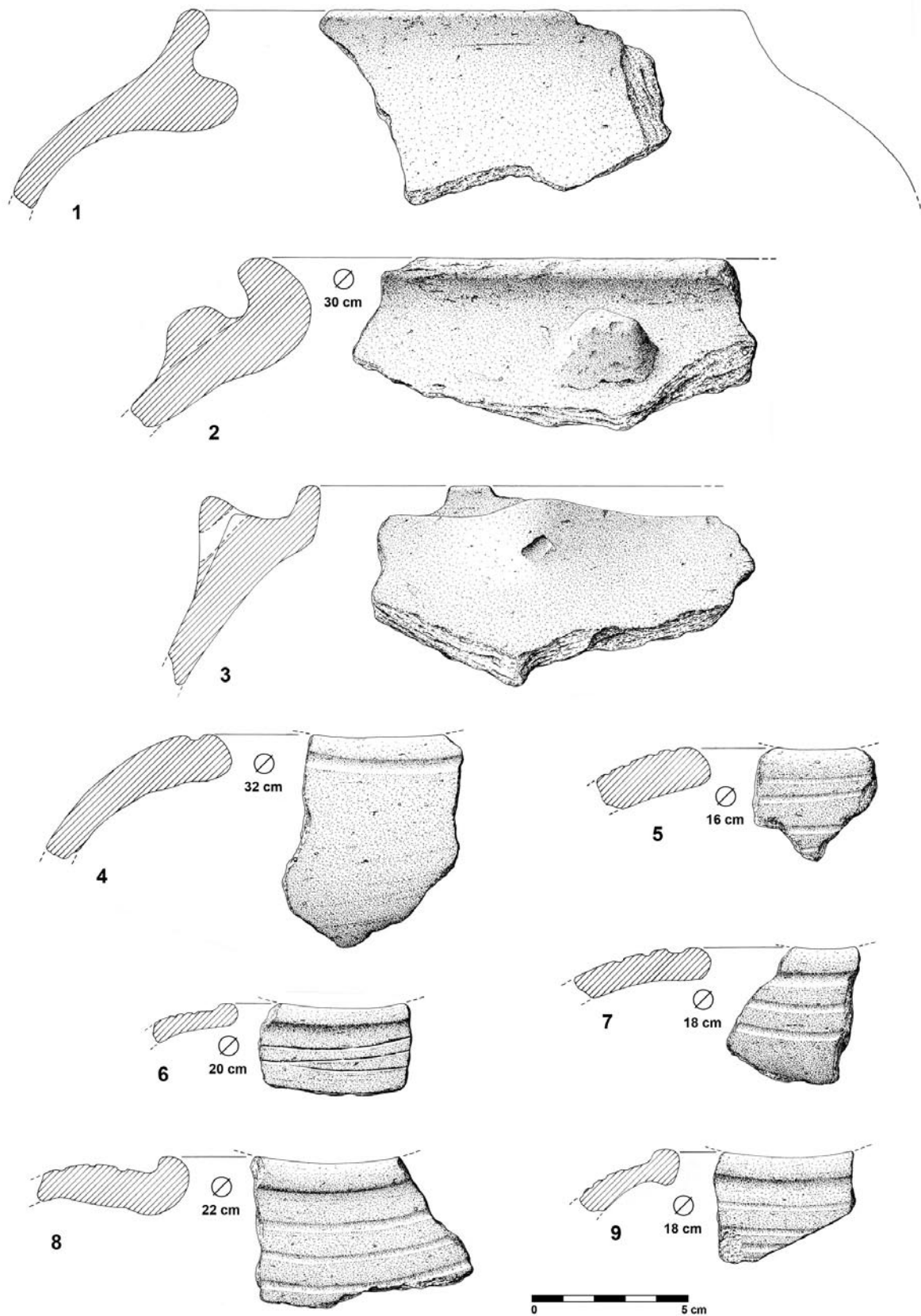


Fig. 44 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos lisos e decorados da Camada 2.

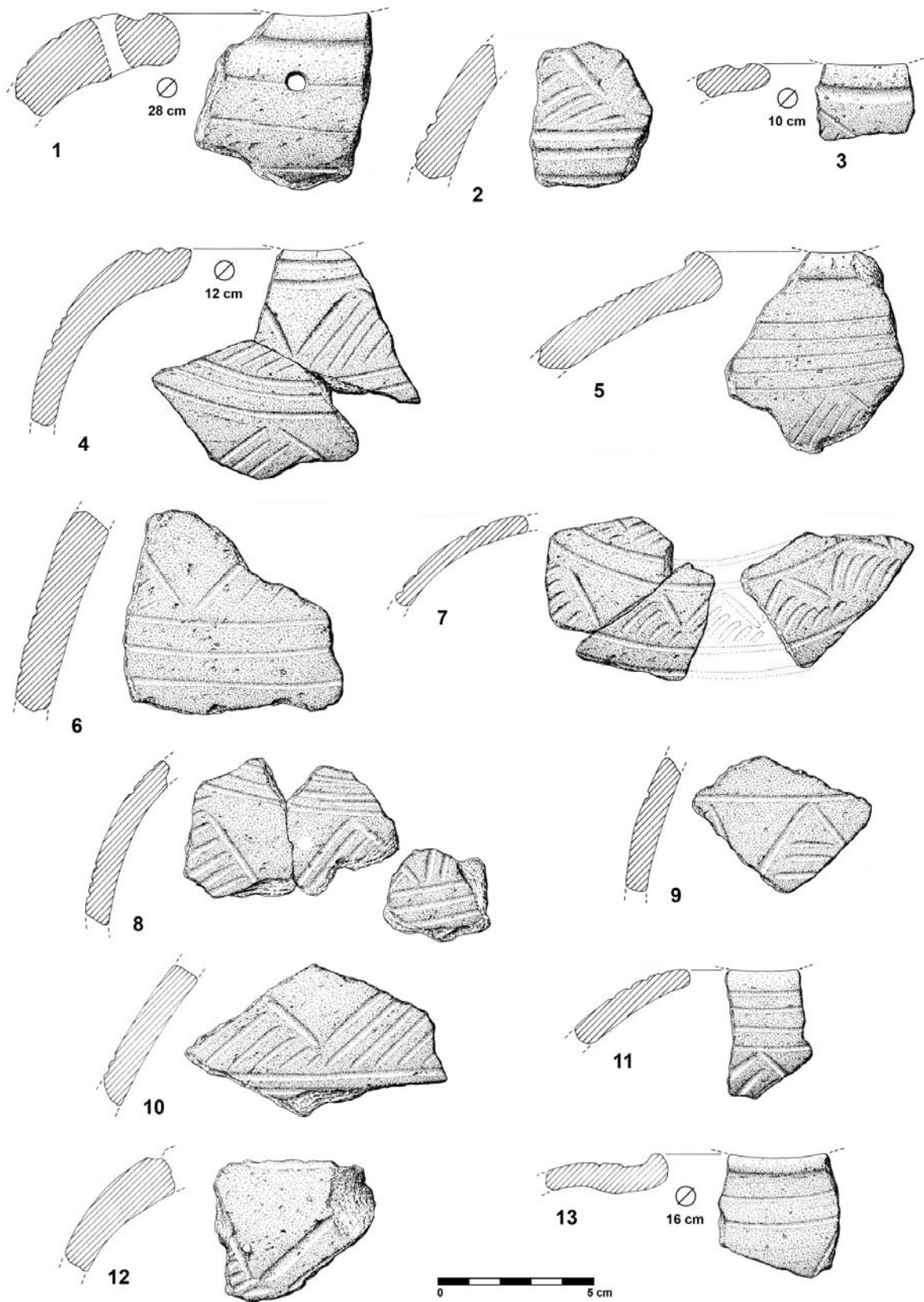


Fig. 45 - Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

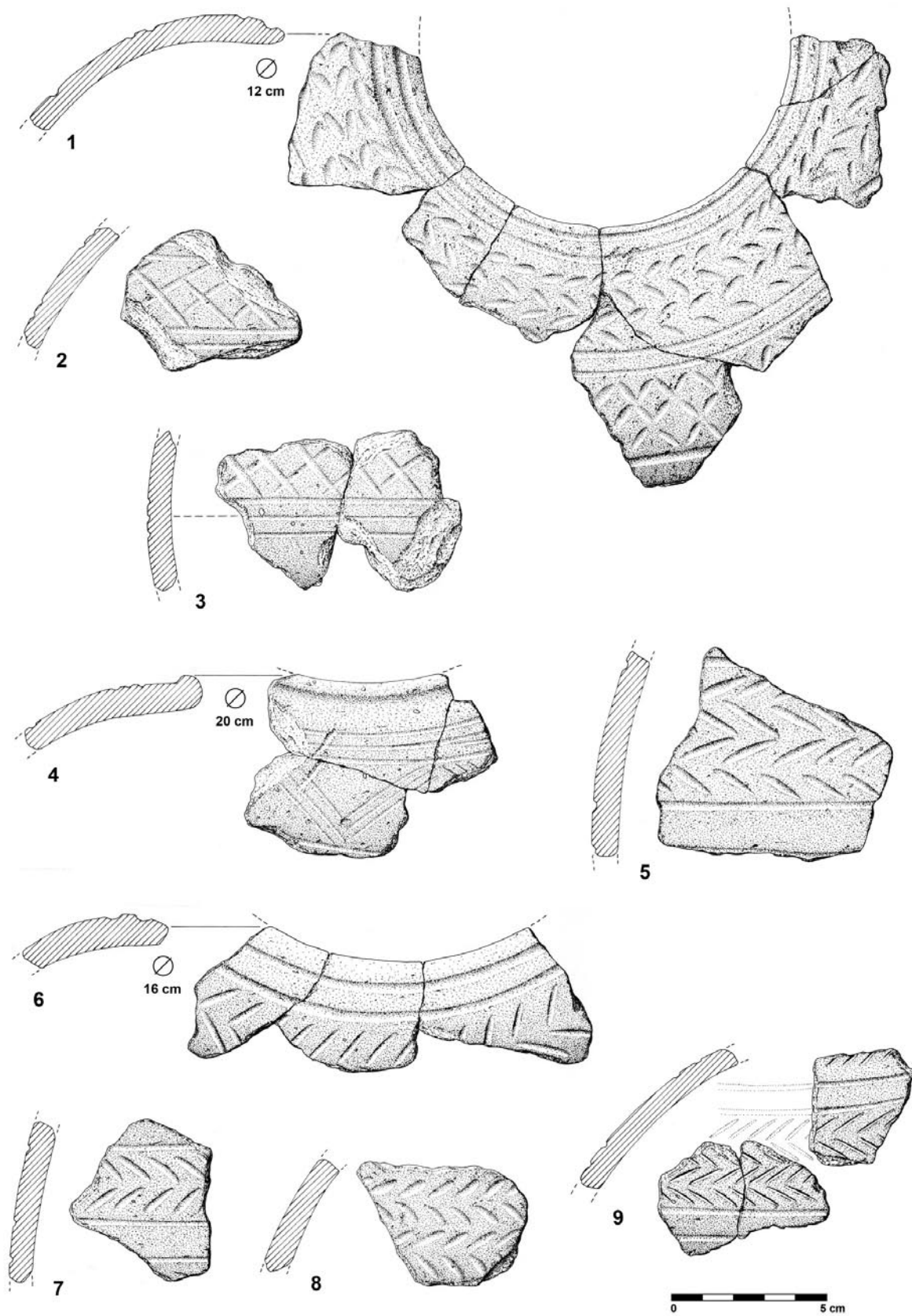


Fig. 46 - Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

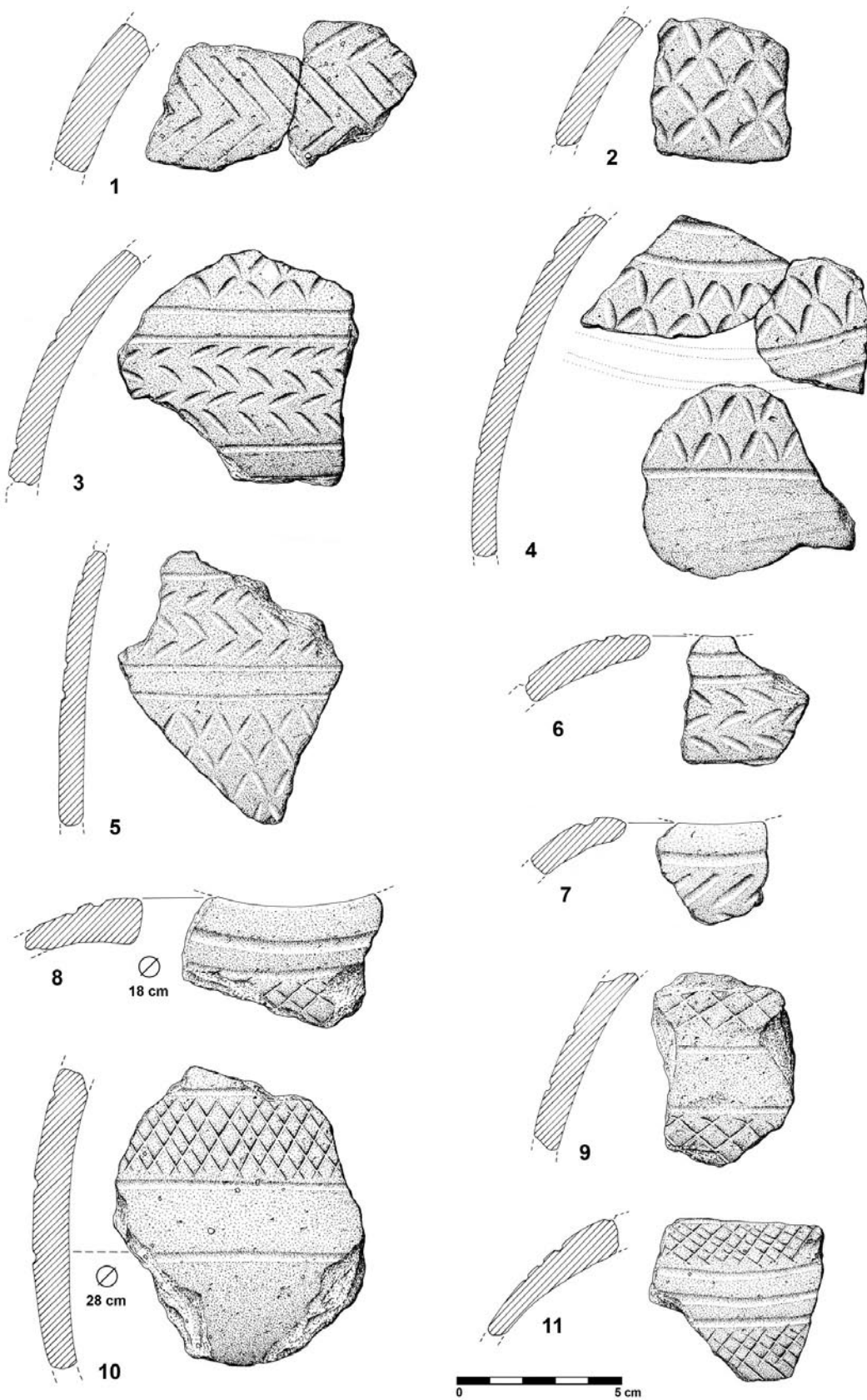


Fig. 47 - Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

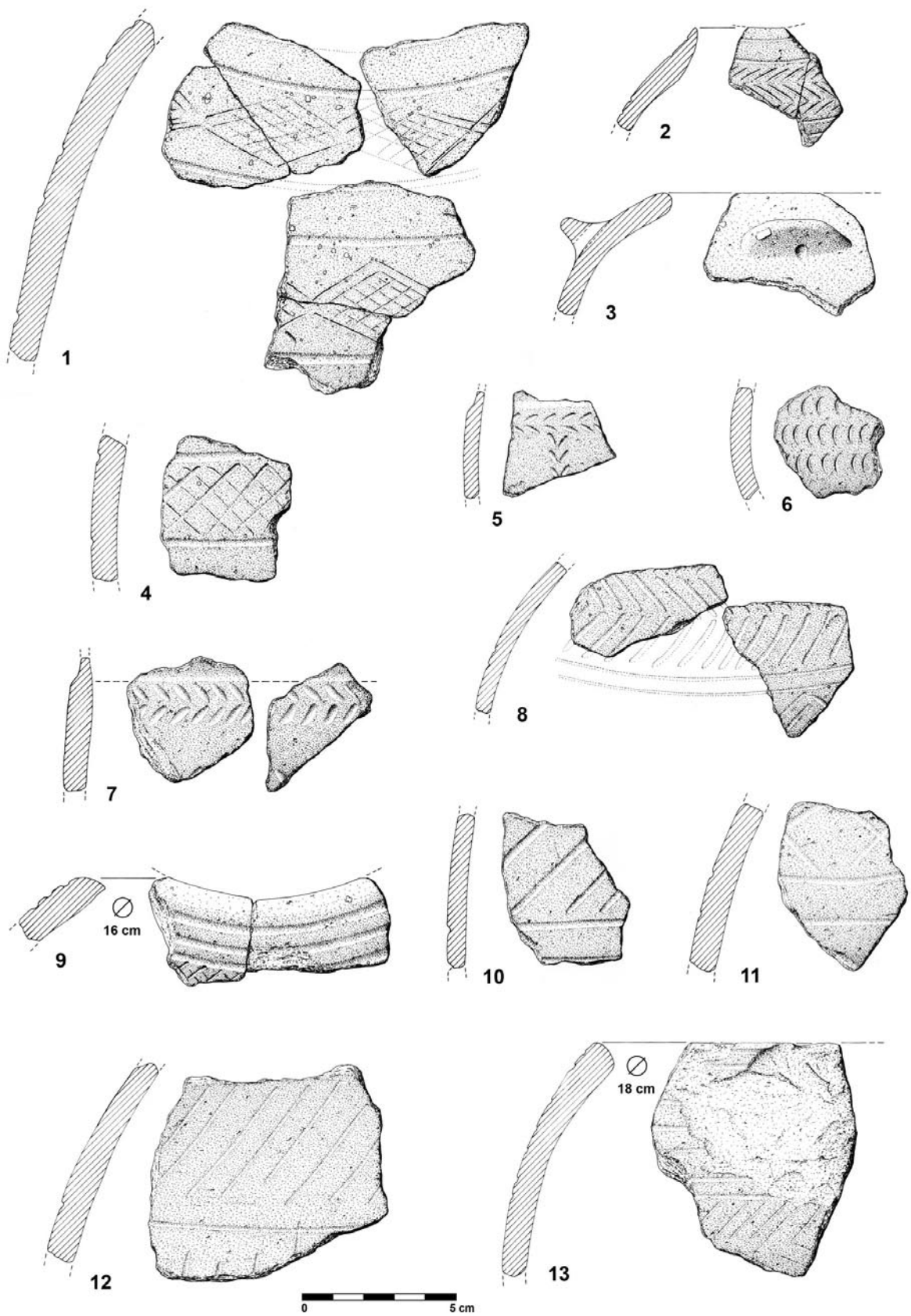


Fig. 48 - Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

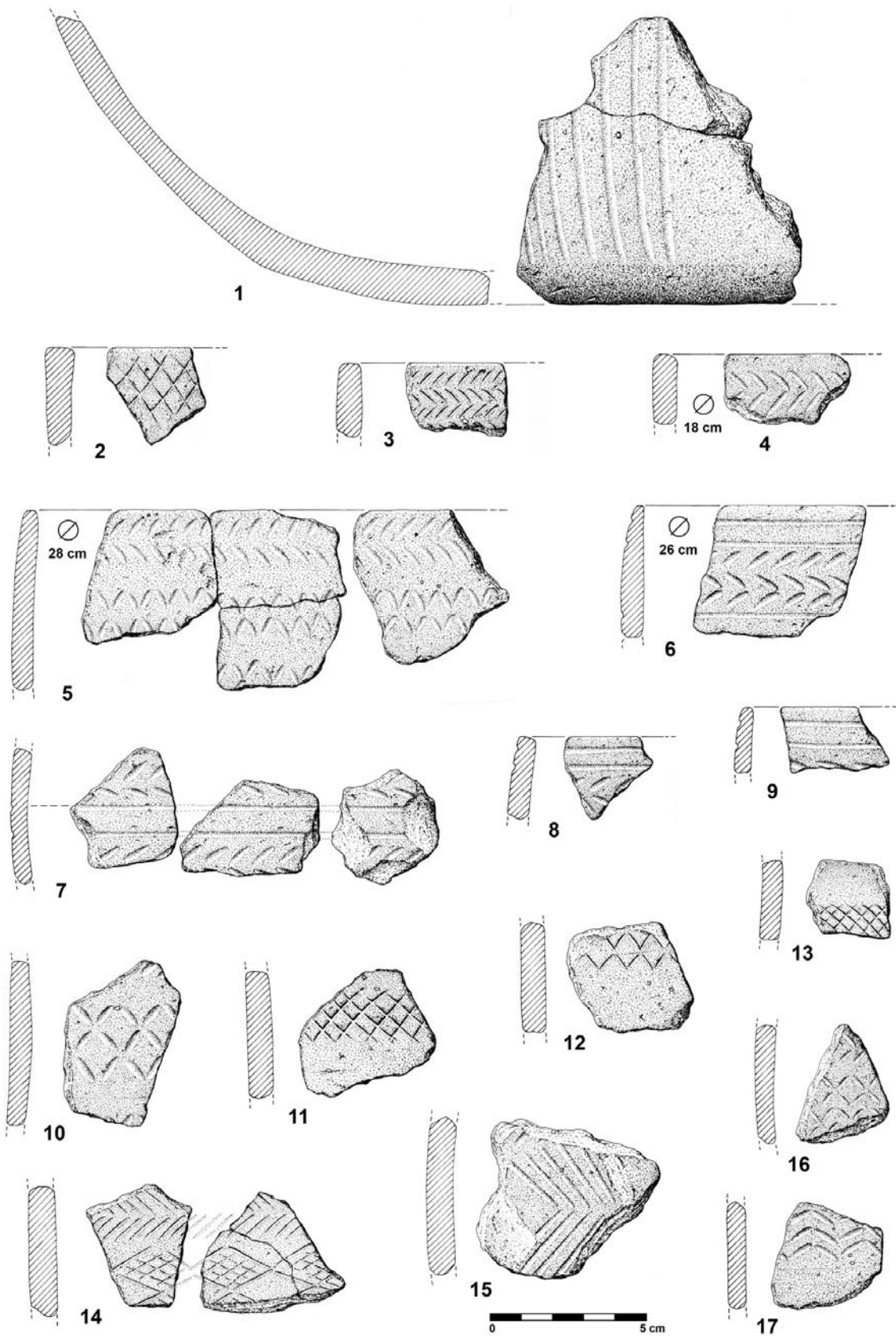


Fig. 49 - Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

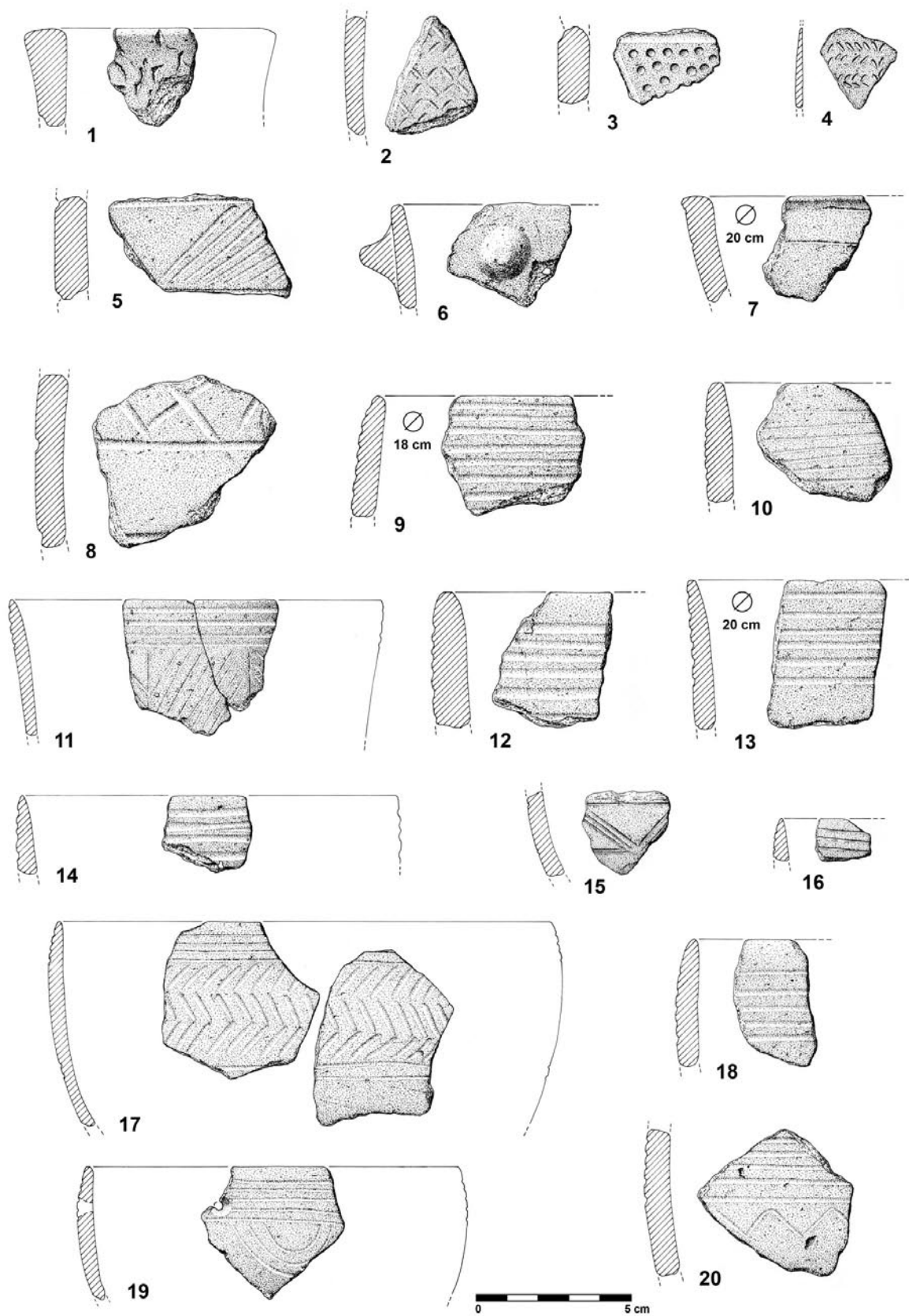


Fig. 50 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

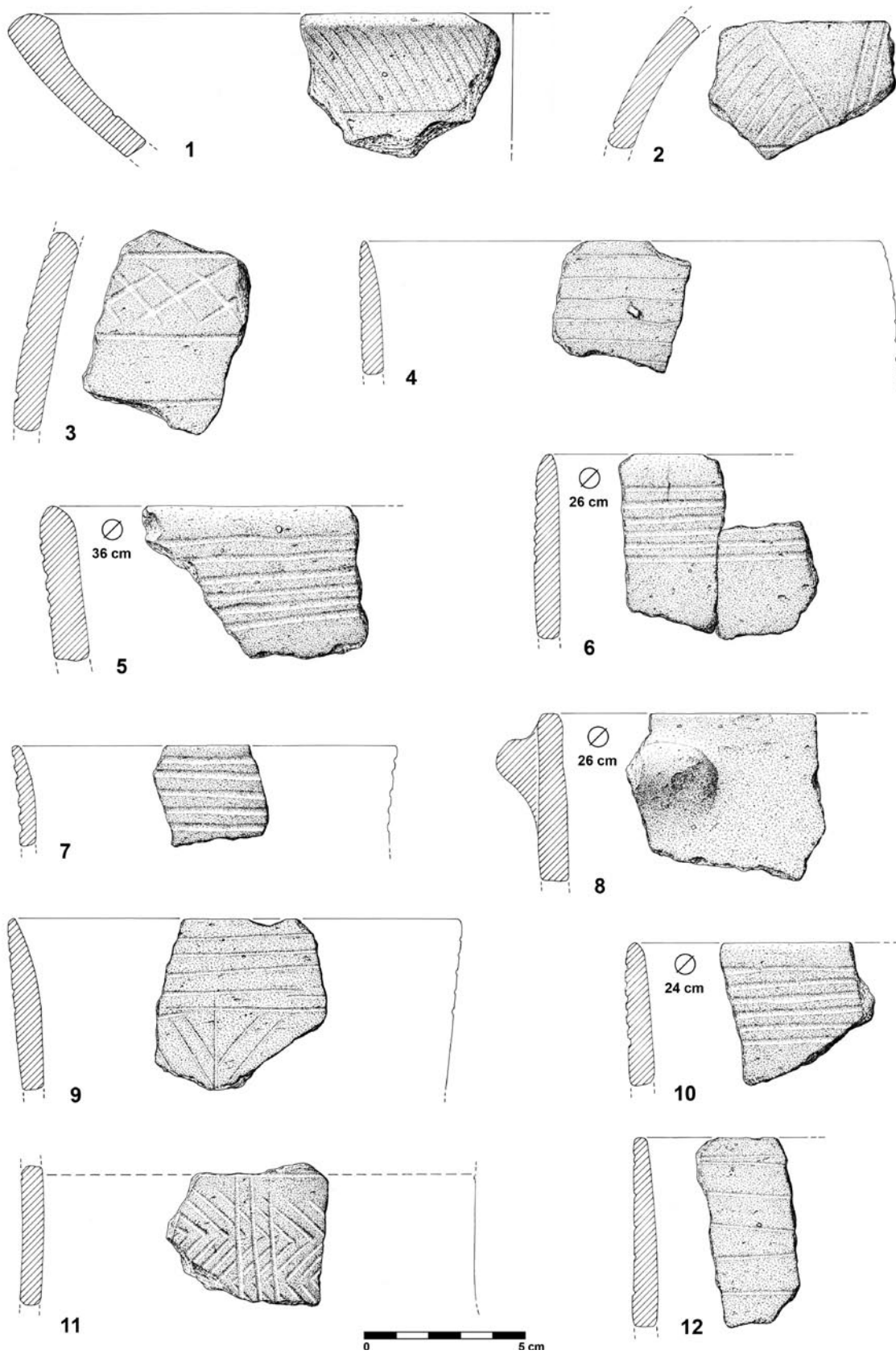


Fig. 51 - Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2 (n.º 1) e da Camada 3 (n.ºs 2 a 12).

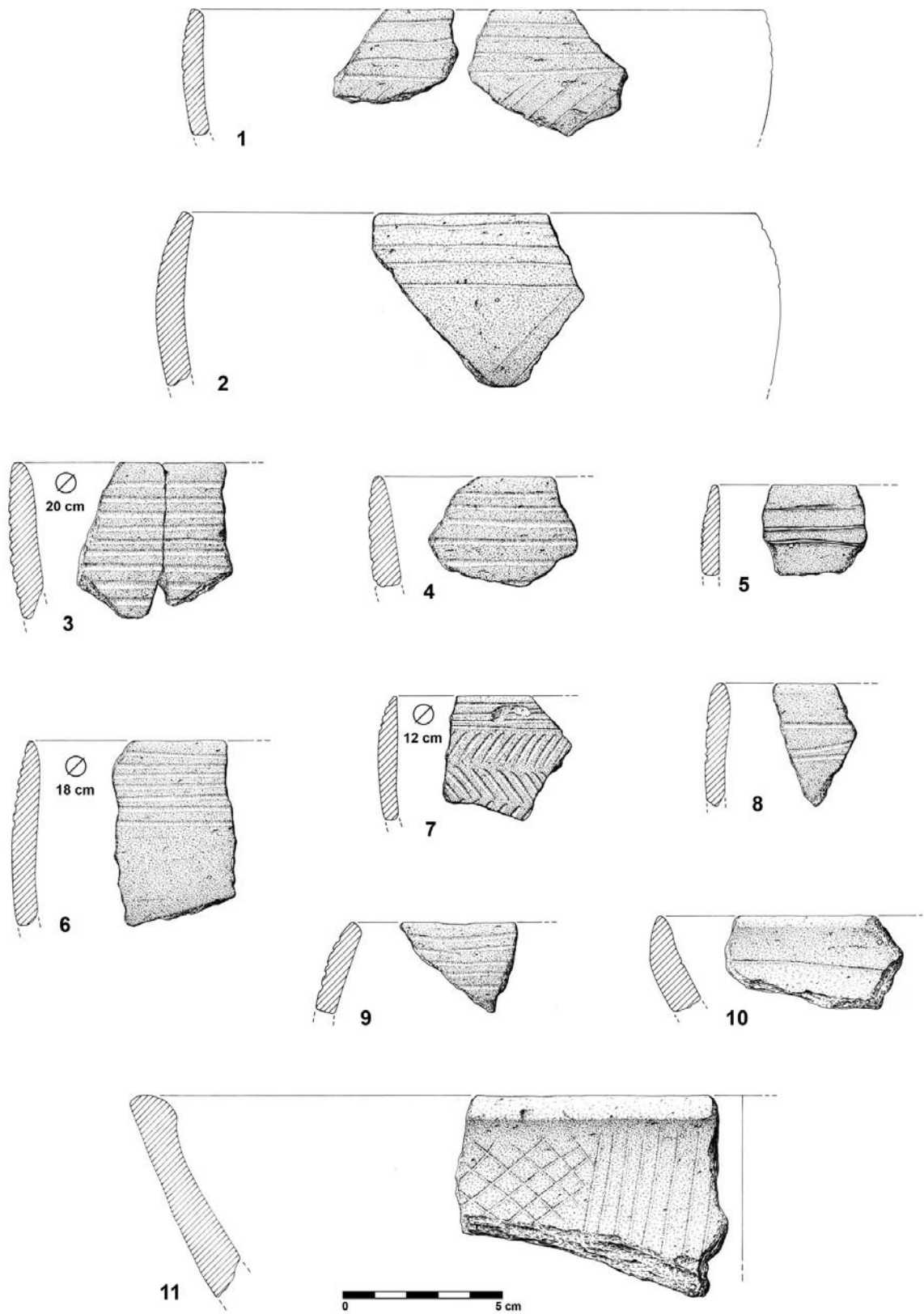


Fig. 52 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 3.

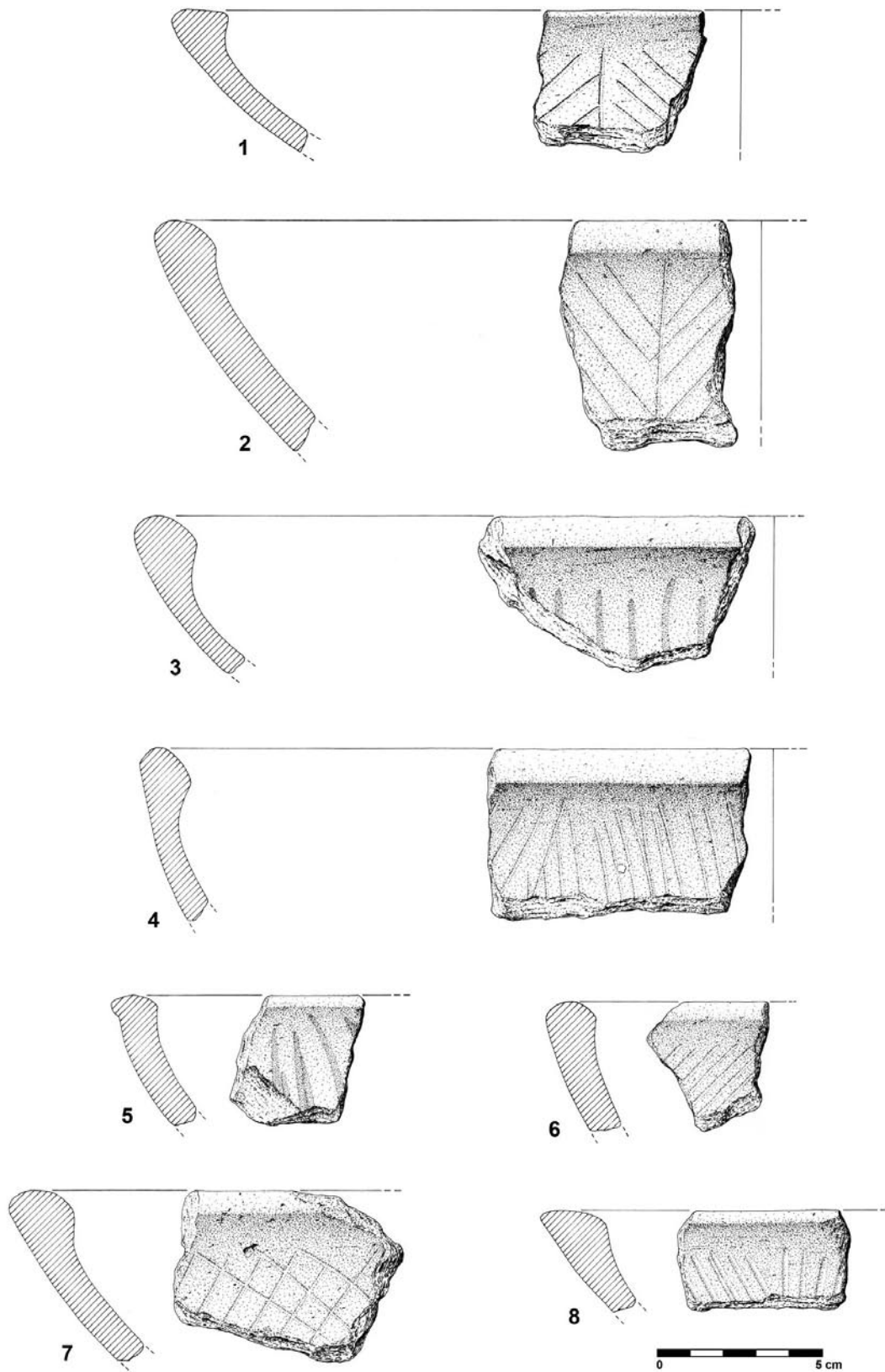


Fig. 53 - Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 3.

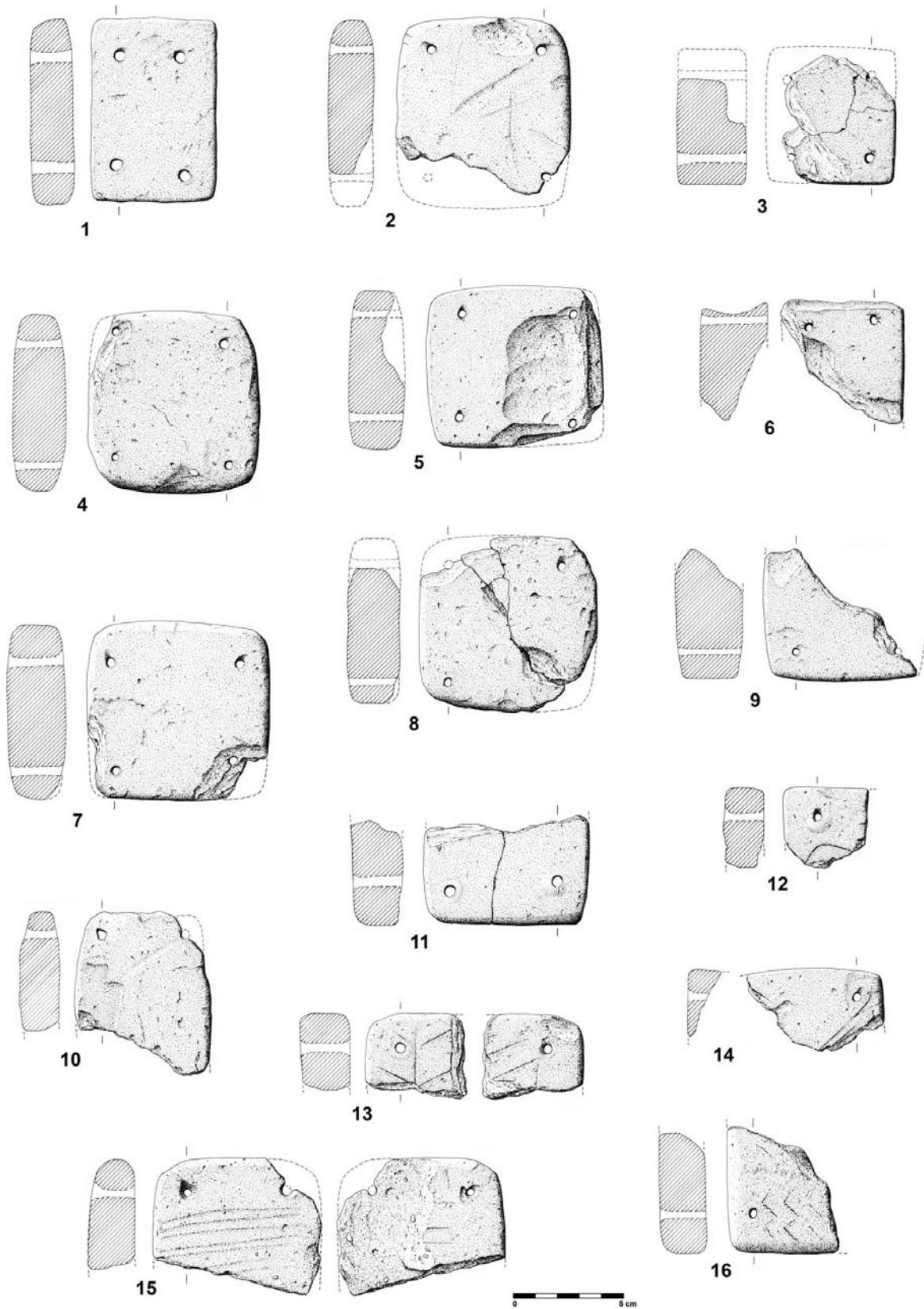


Fig. 54 - Outeiro Redondo. Pesos de tear recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 9 e 12 a 15) e Camada 3 (n.ºs 10, 11 e 16).

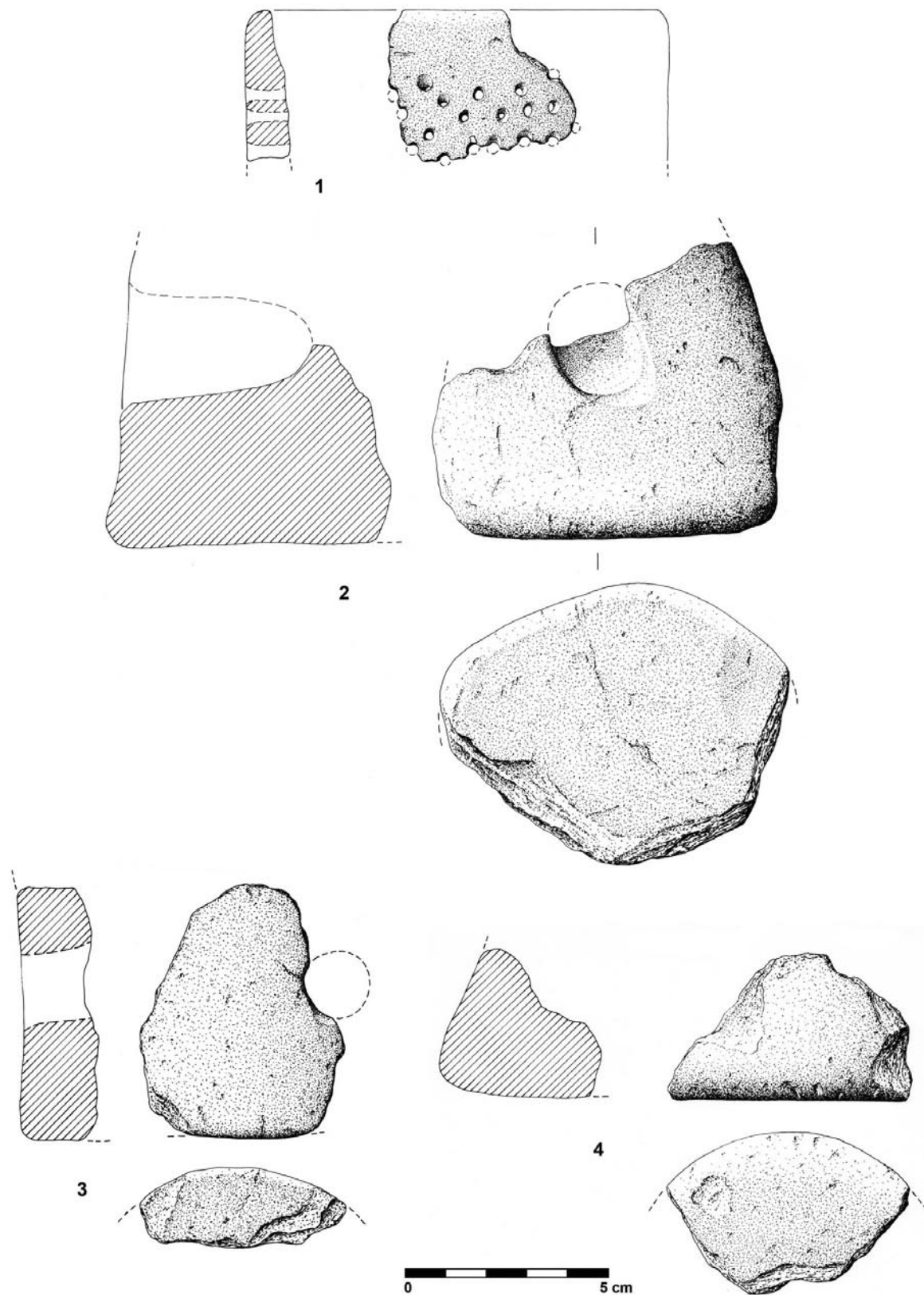


Fig. 55 - Outeiro Redondo. Cincho e suportes de lareira recolhidos na Camada 2.

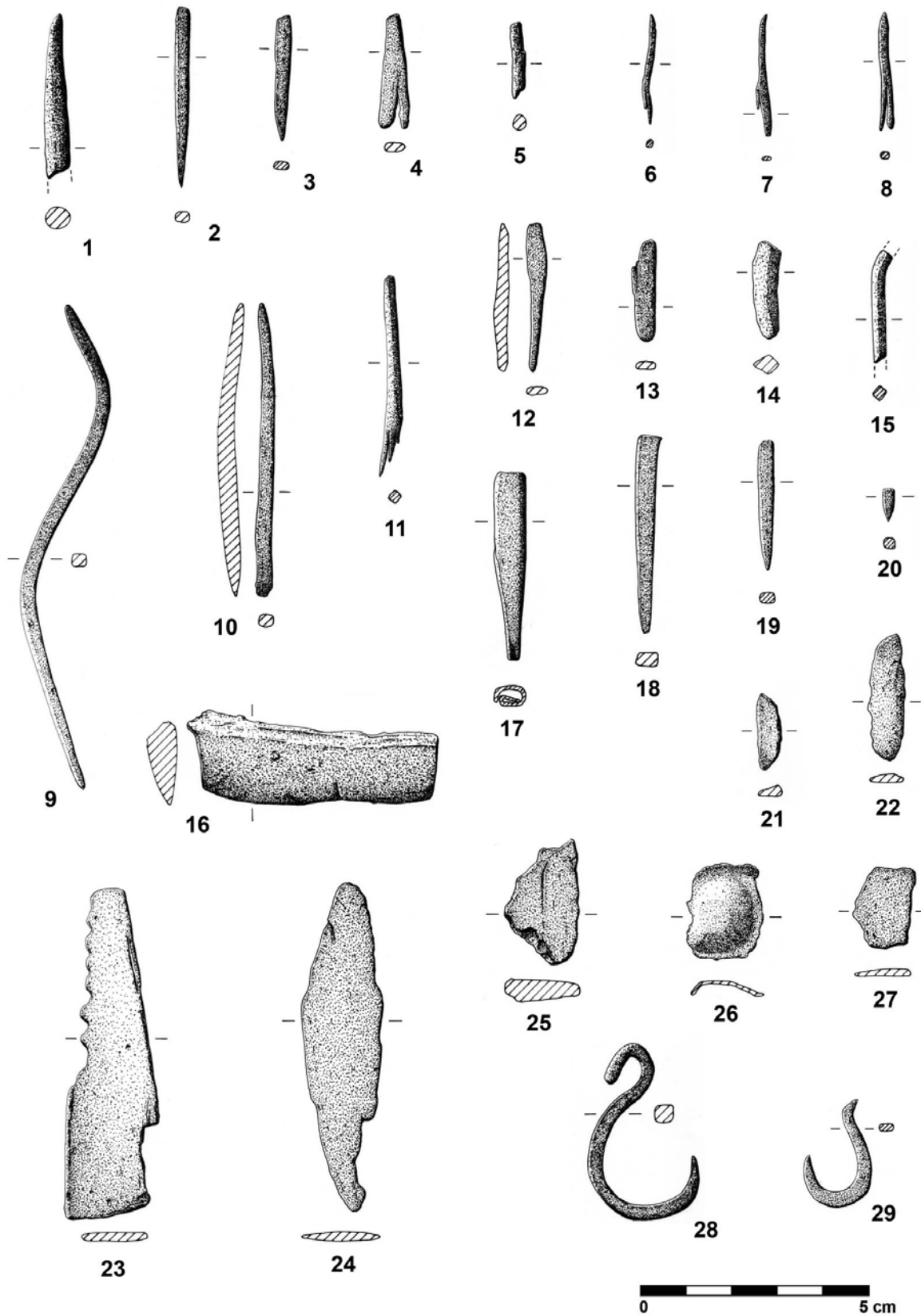


Fig. 56 – Outeiro Redondo. Utensílios de cobre recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 17 e 19 a 29) e na Camada 3 (n.º 18).

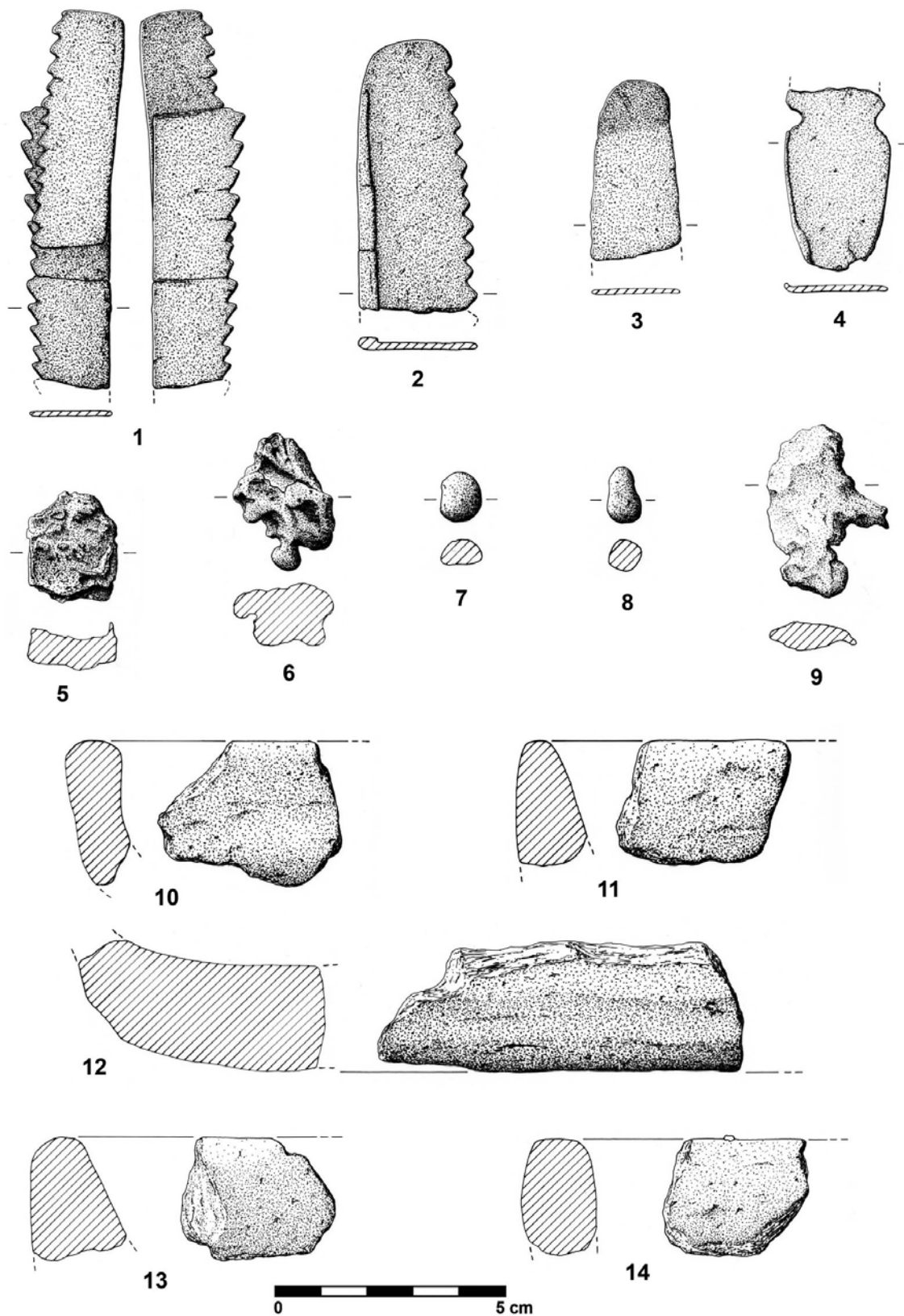


Fig. 57 - Outeiro Redondo. Serras / serrotes ou foices de fio serrilhado (n.º 1 a 4); pingos de fundição (n.º 5 a 9); e cadinhos de fundição (n.º 10 a 14), todos recolhidos na Camada 2.

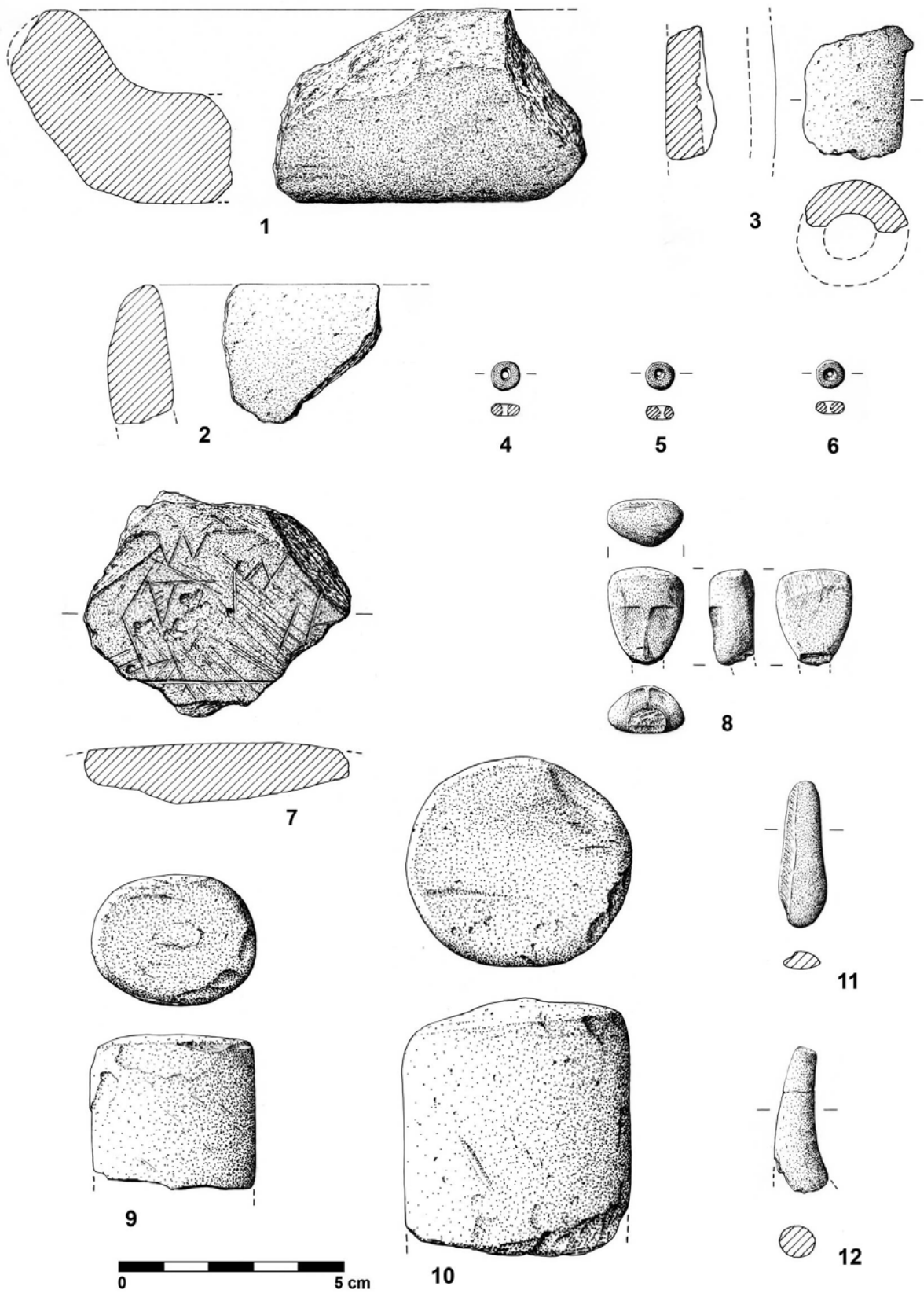
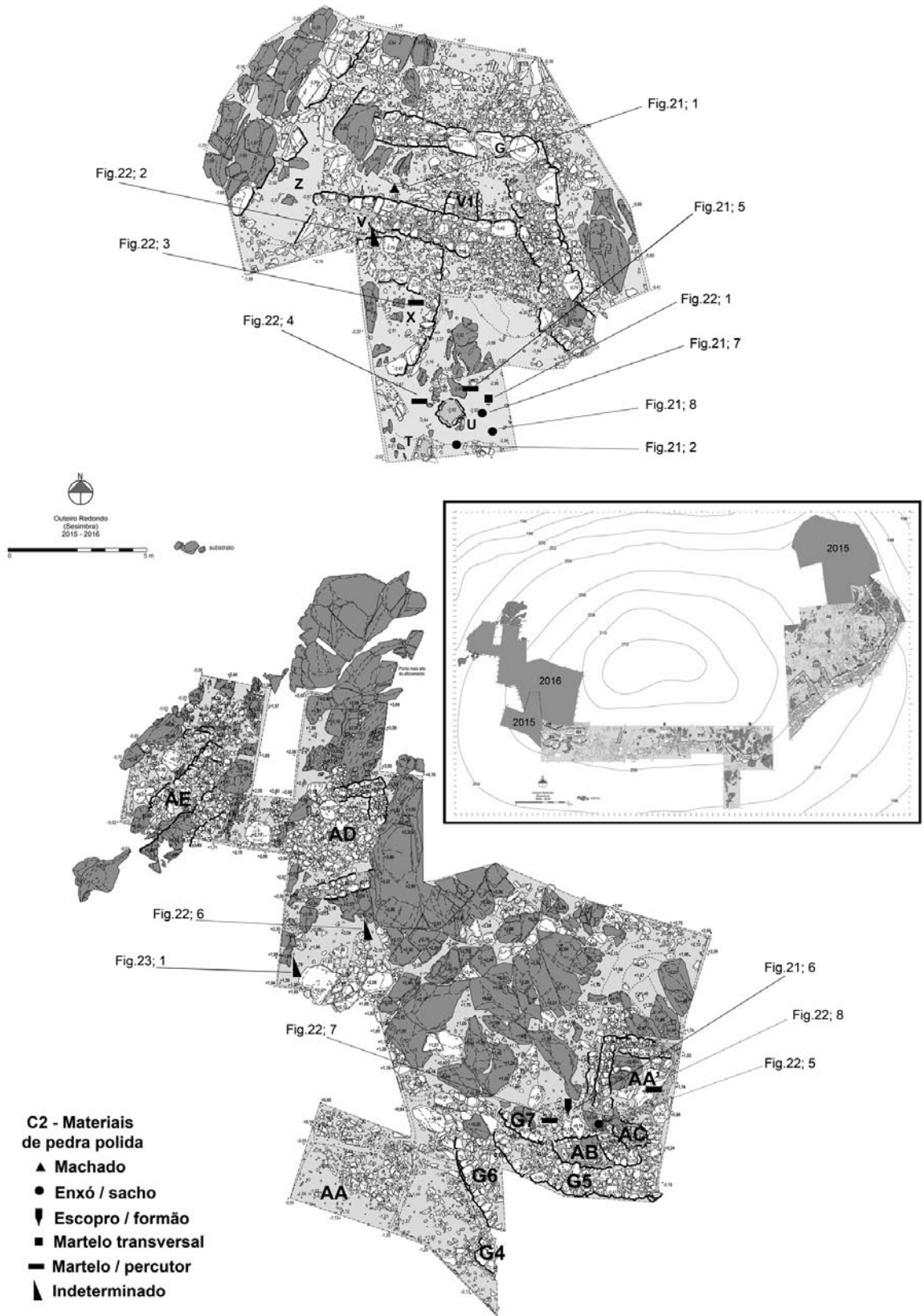
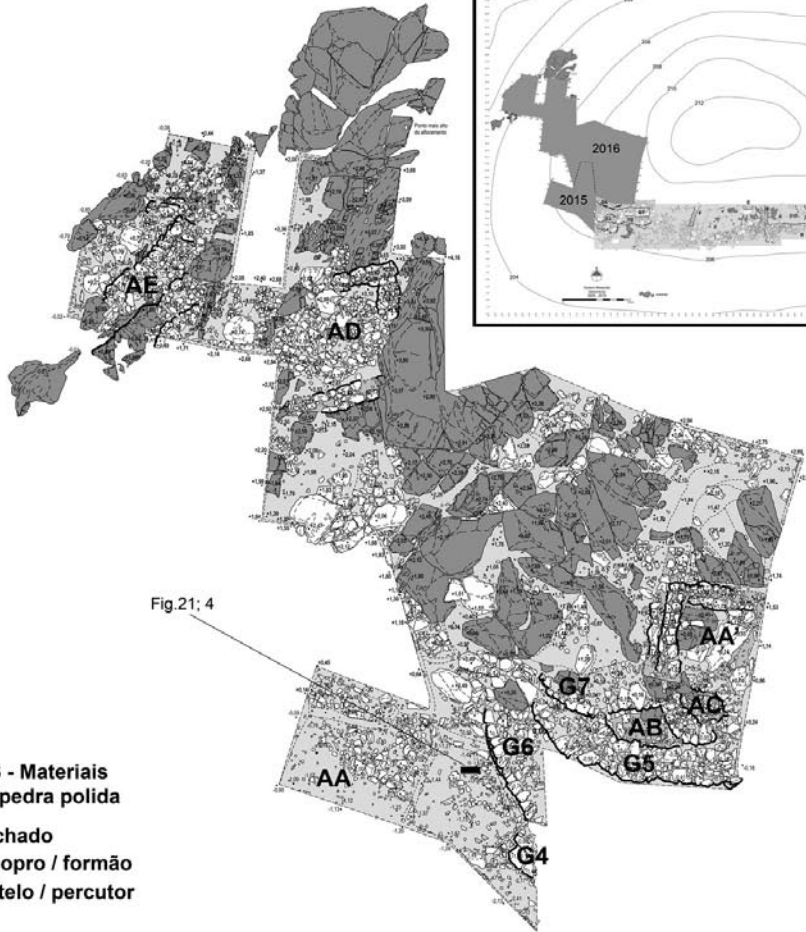
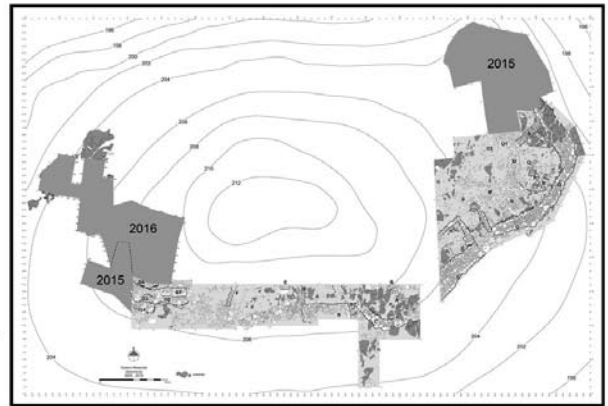
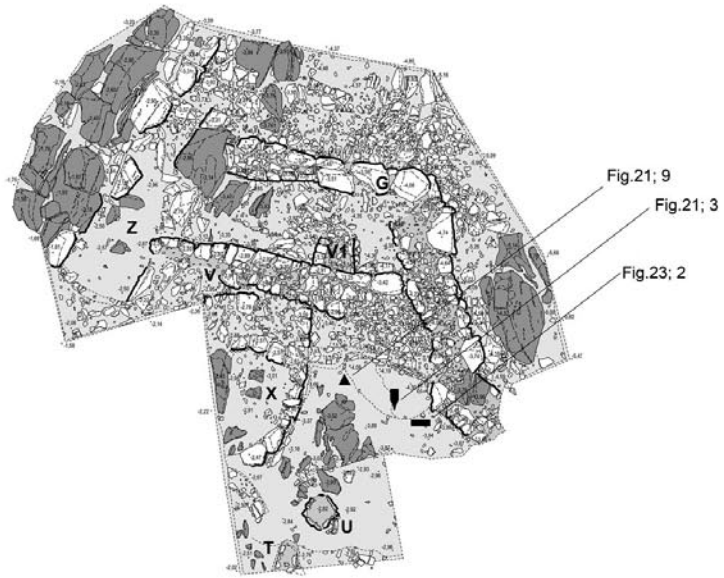
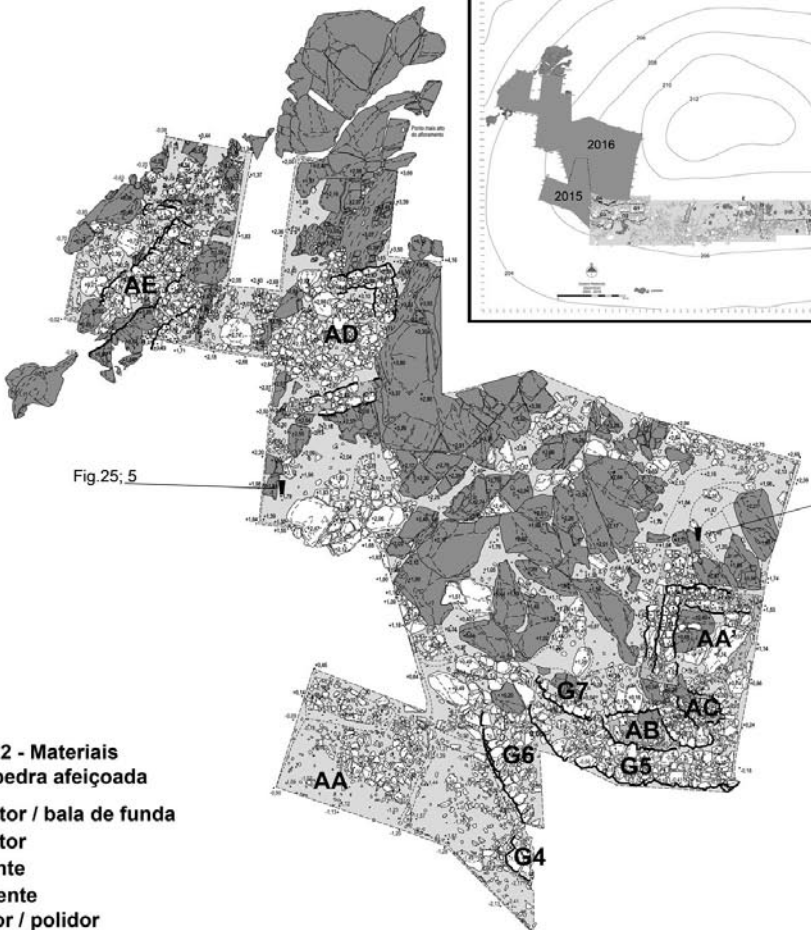
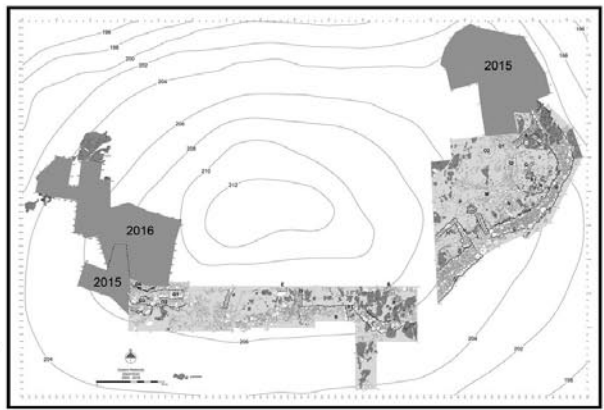
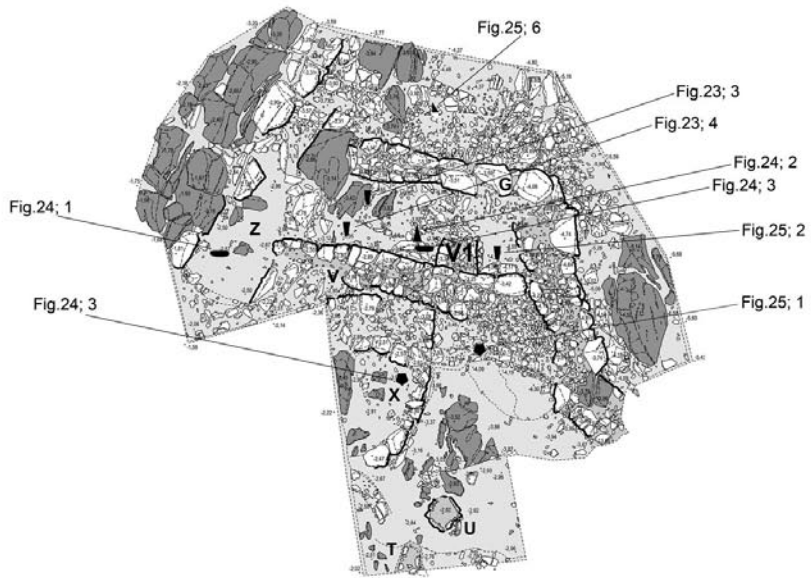


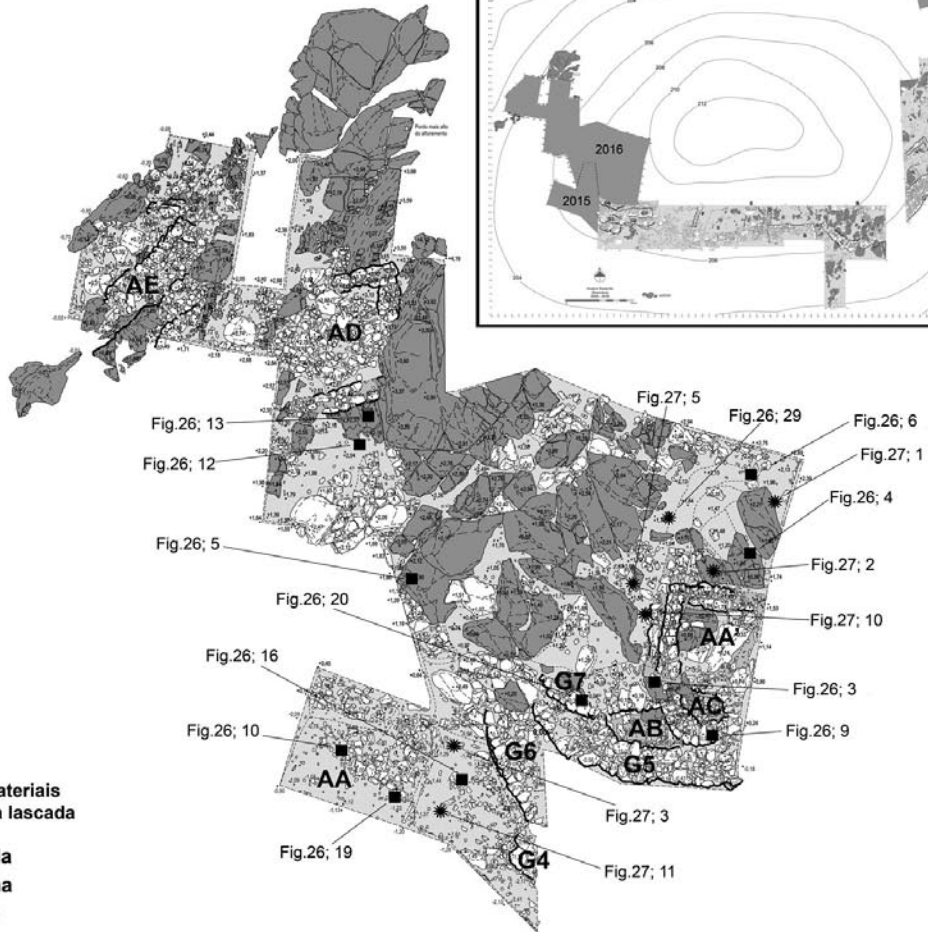
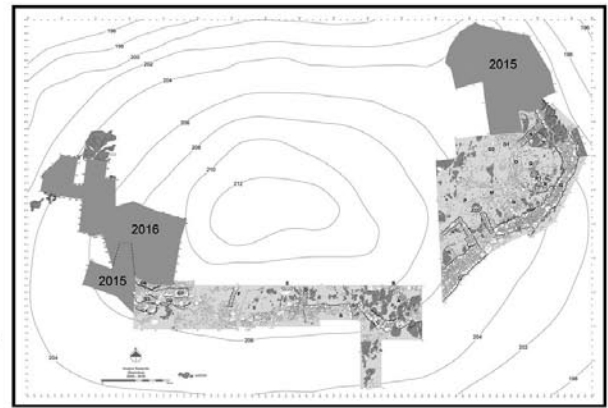
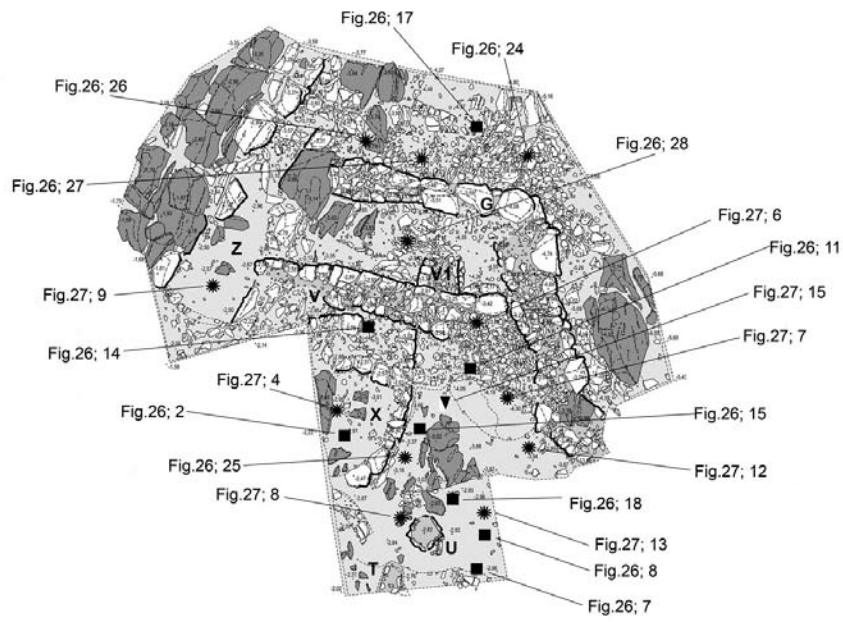
Fig. 58 – Outeiro Redondo. Artefactos recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 11) e na Camada 3 (n.º 12).

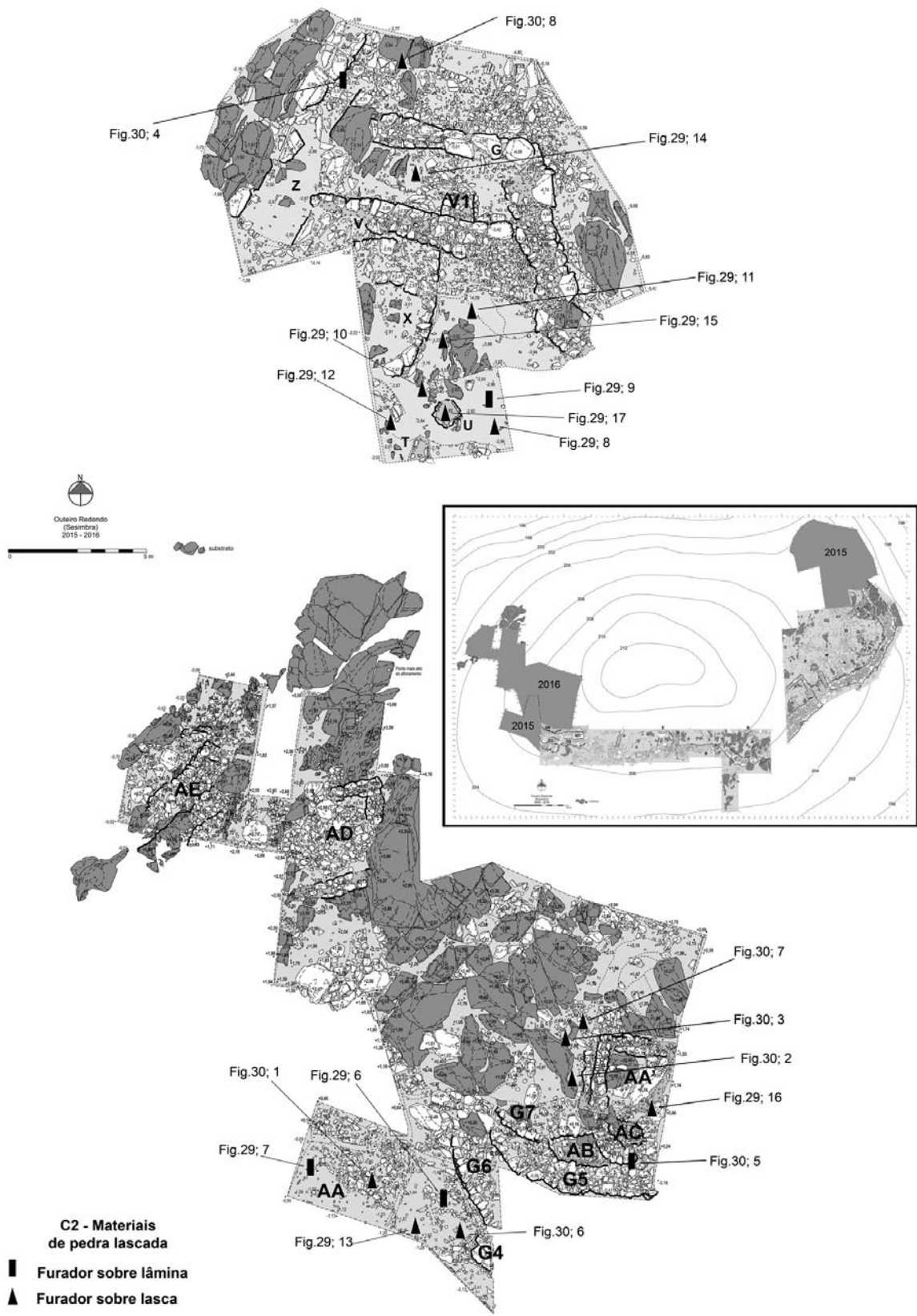


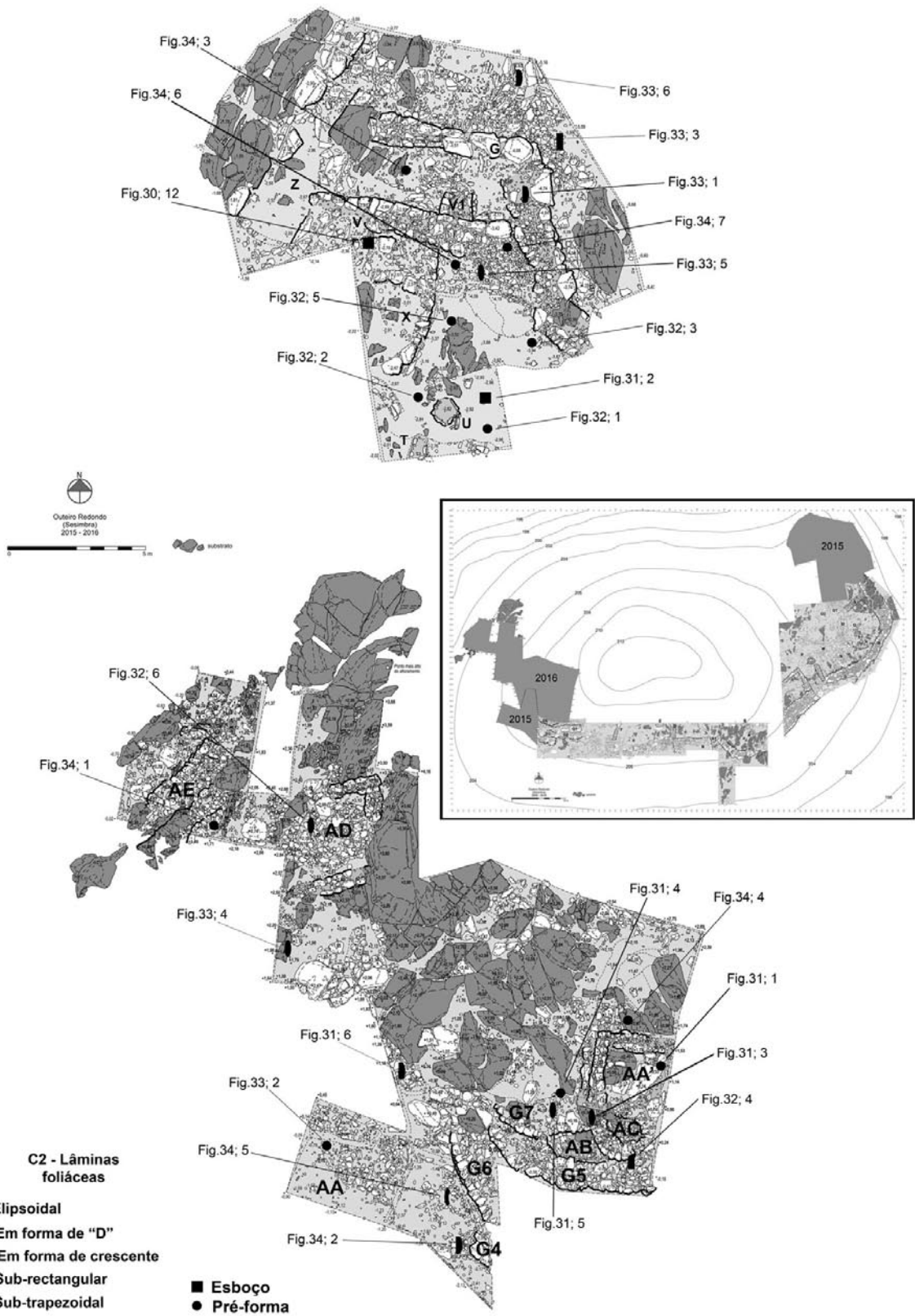


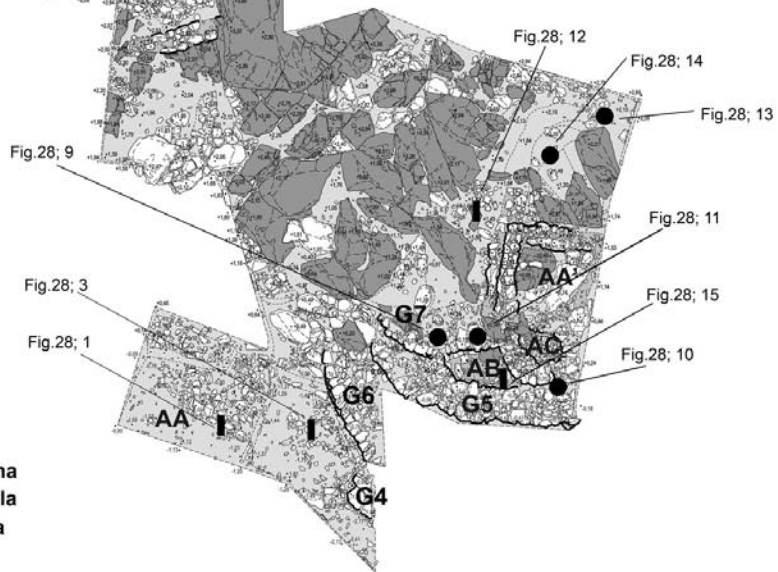
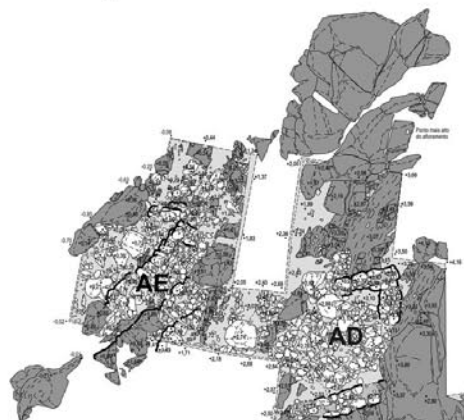
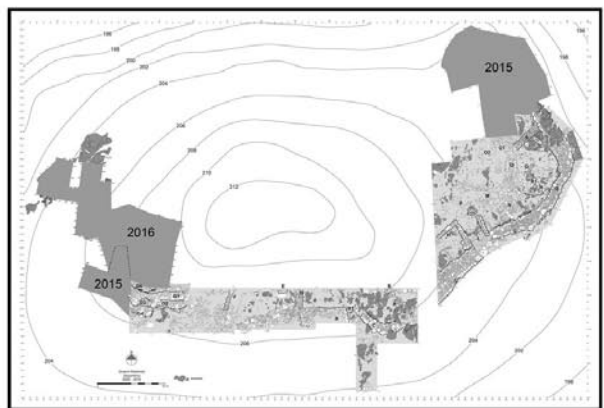
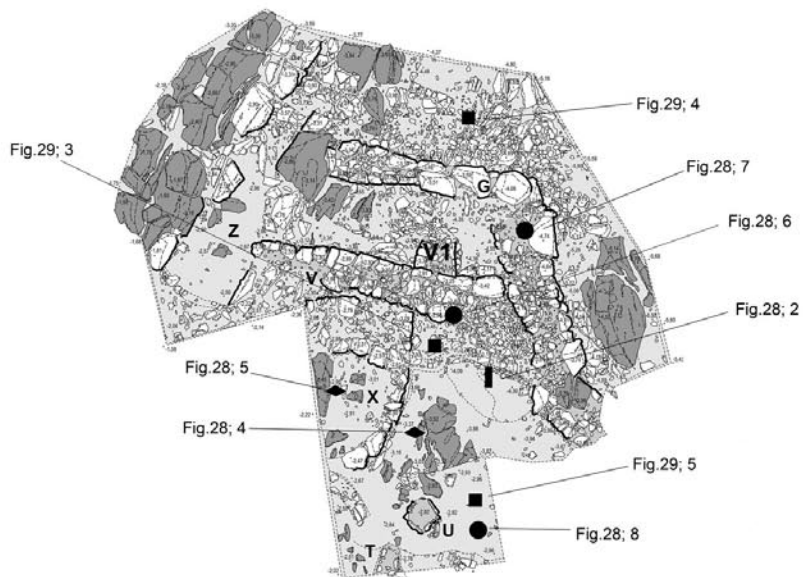


- C2 - Materiais de pedra afeiçoada**
- Percutor / bala de funda
 - ▼ Percutor
 - ▲ Movente
 - Dormente
 - ↘ Afiador / polidor



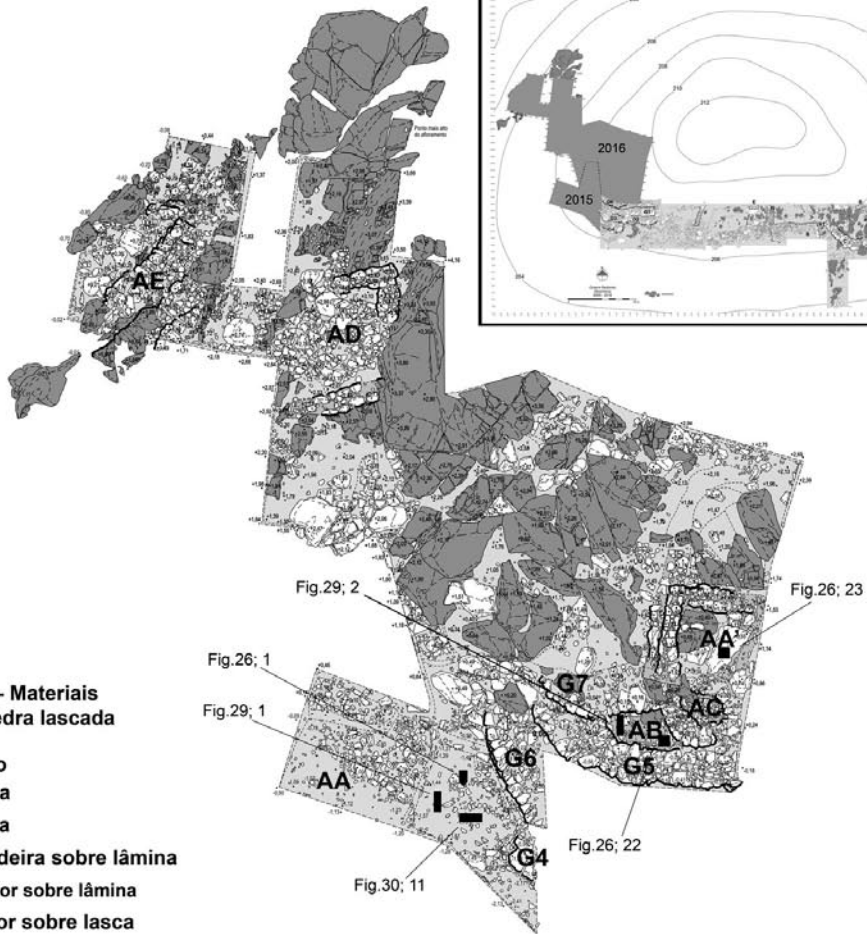
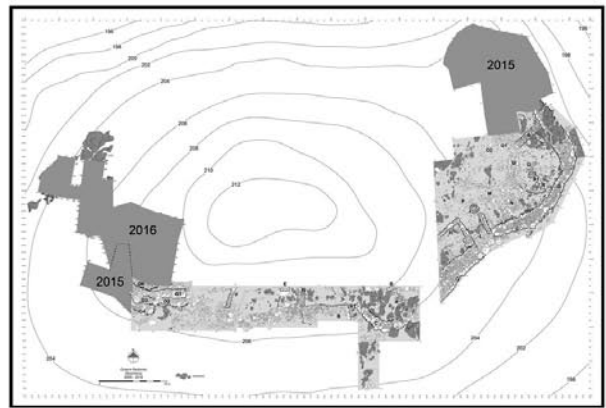
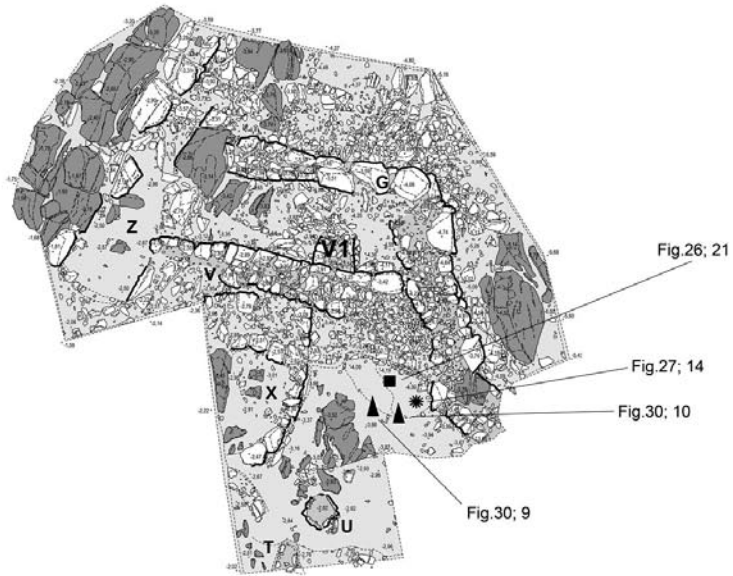




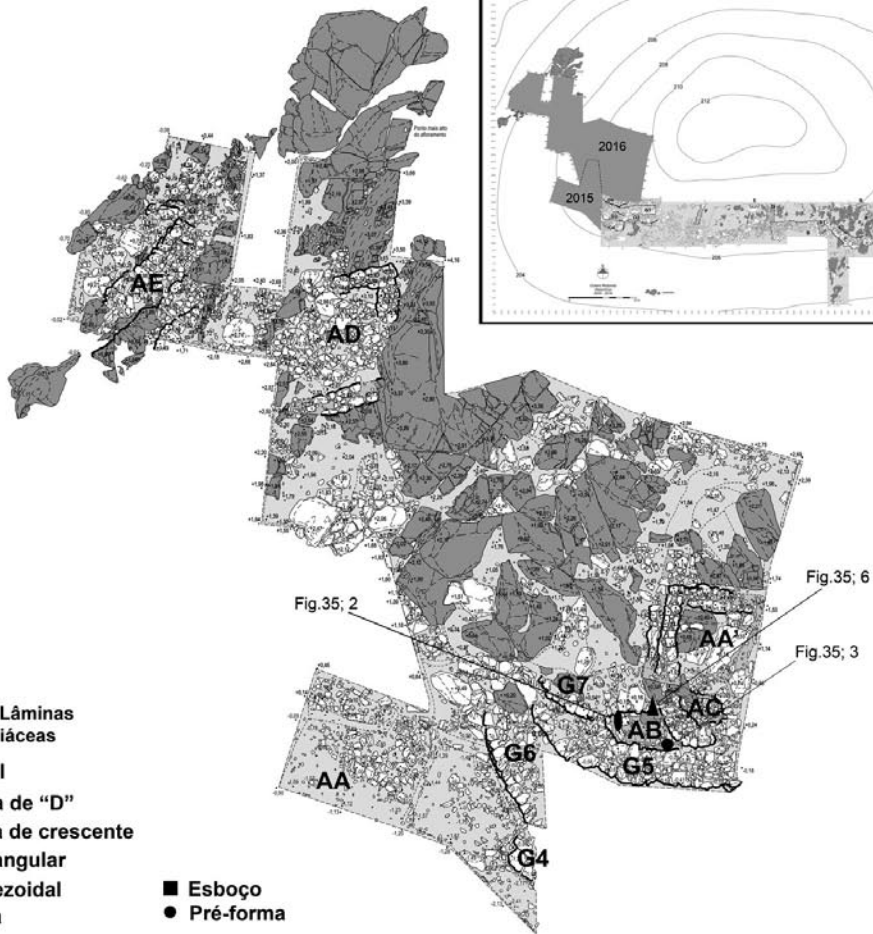
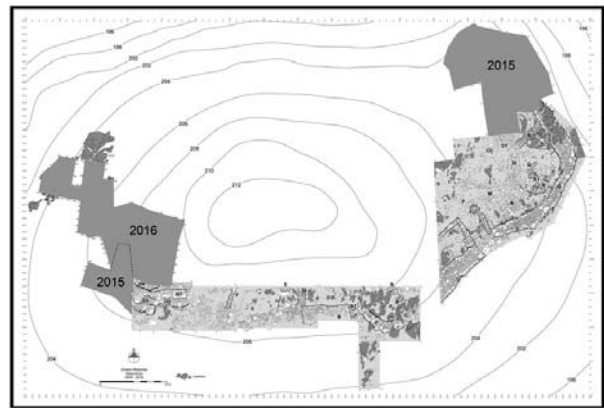
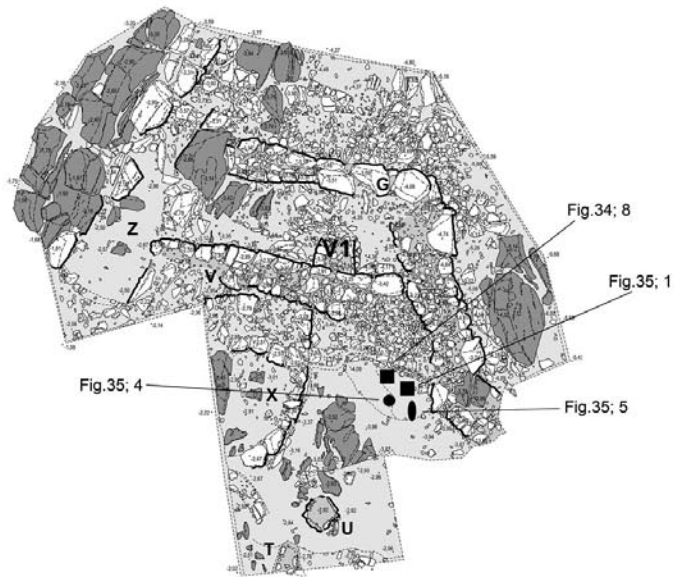


C2 - Materiais de pedra lascada

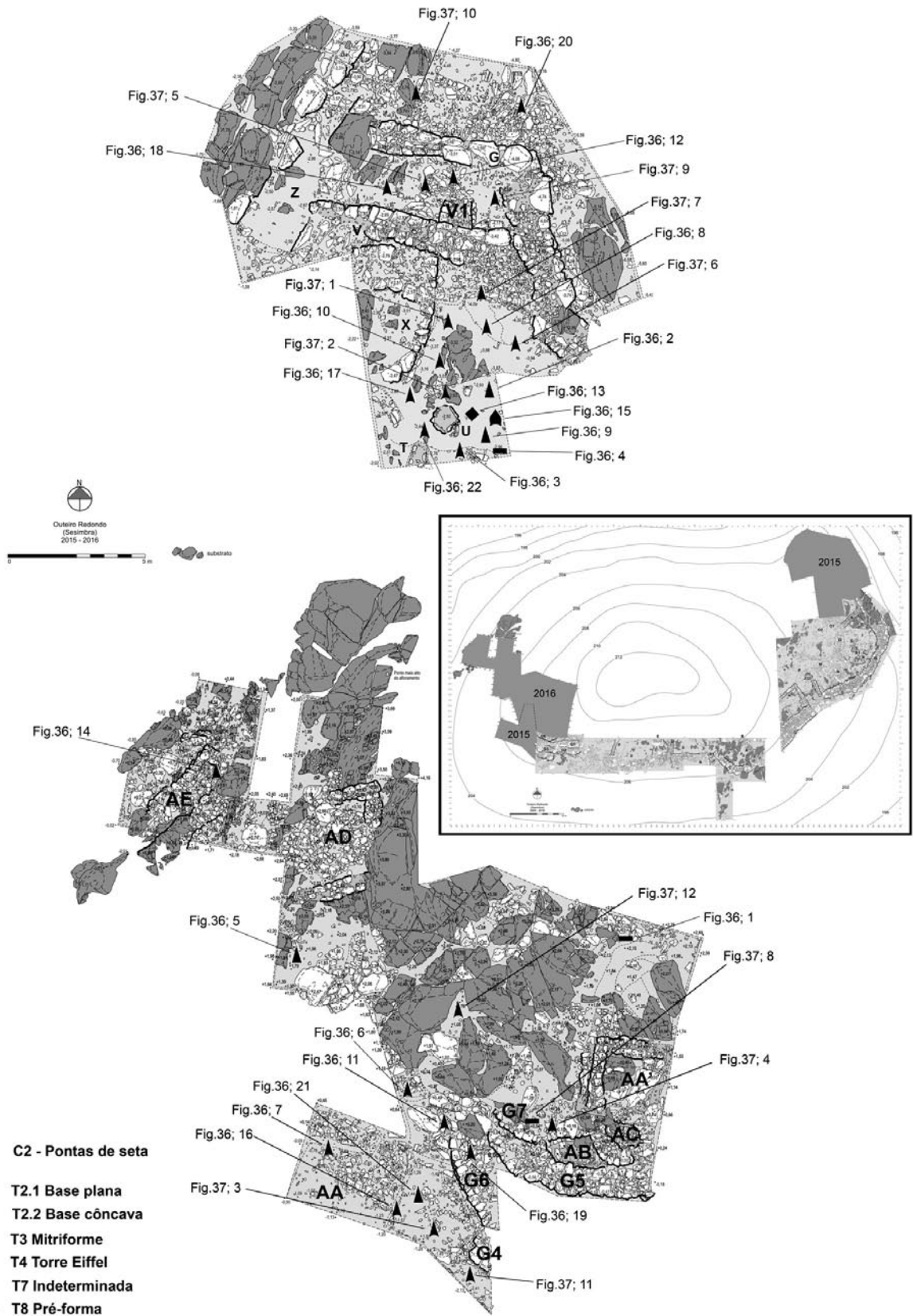
- ▬ Raspadeira sobre lâmina
- ◄ Raspadeira sobre lamela
- Raspadeira sobre lasca
- Entalhe / Denticulado

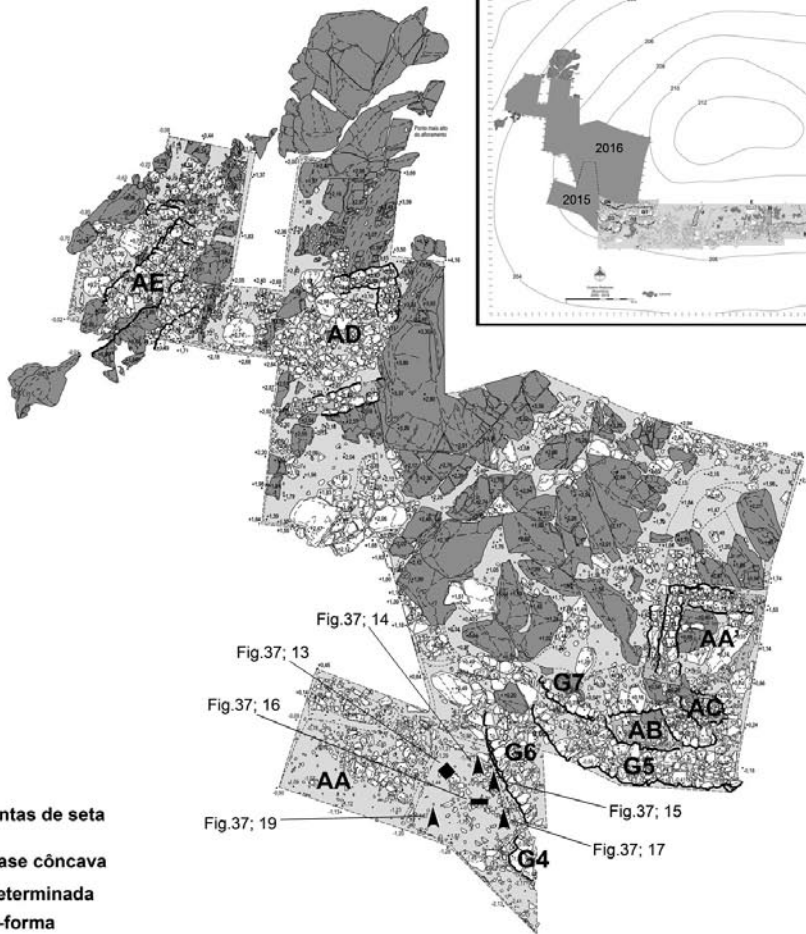
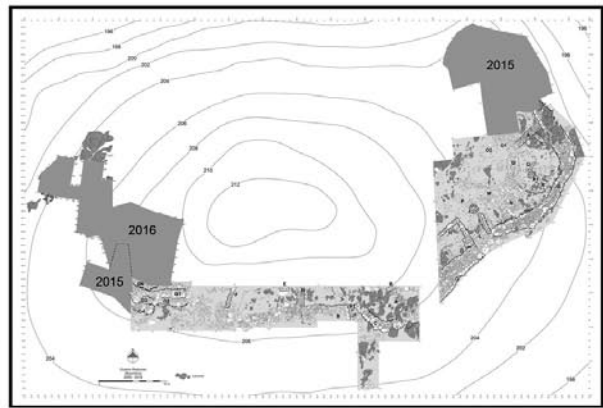
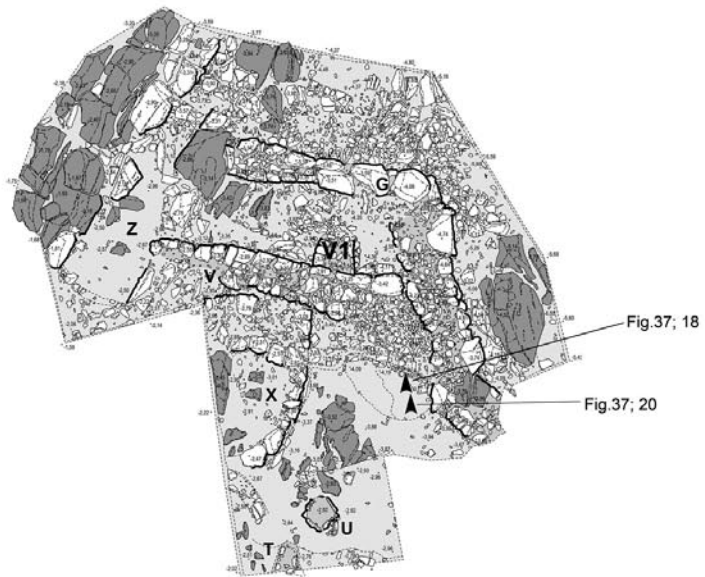


- C3 - Materiais de pedra lascada**
- Núcleo
 - Lamela
 - * Lâmina
 - ▬ Raspadeira sobre lâmina
 - ▬ Furador sobre lâmina
 - ▲ Furador sobre lasca



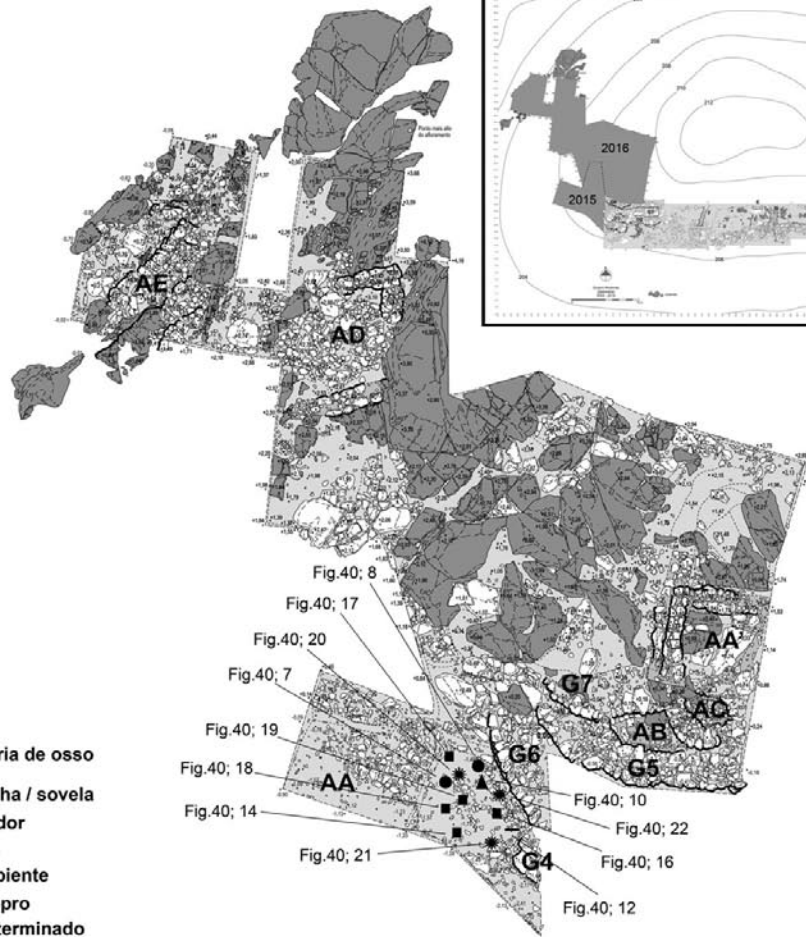
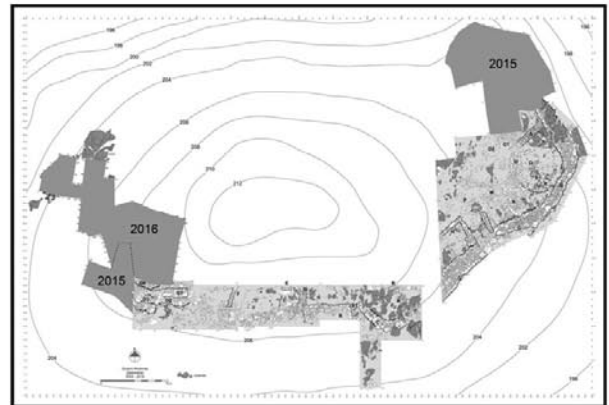
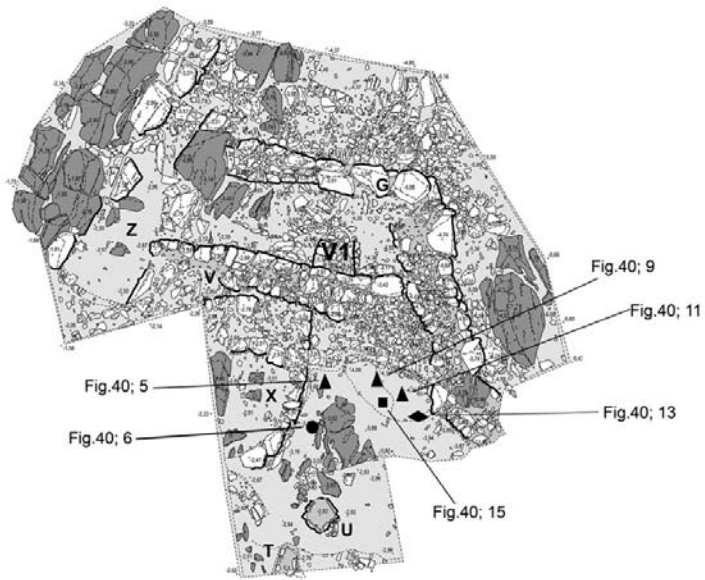
- C3 - Lâminas foliáceas
- Elipsoidal
 - ▮ Em forma de "D"
 - ⌒ Em forma de crescente
 - ▮ Sub-retangular
 - ▮ Sub-trapezoidal
 - ▲ Apontada
 - Esboço
 - Pré-forma





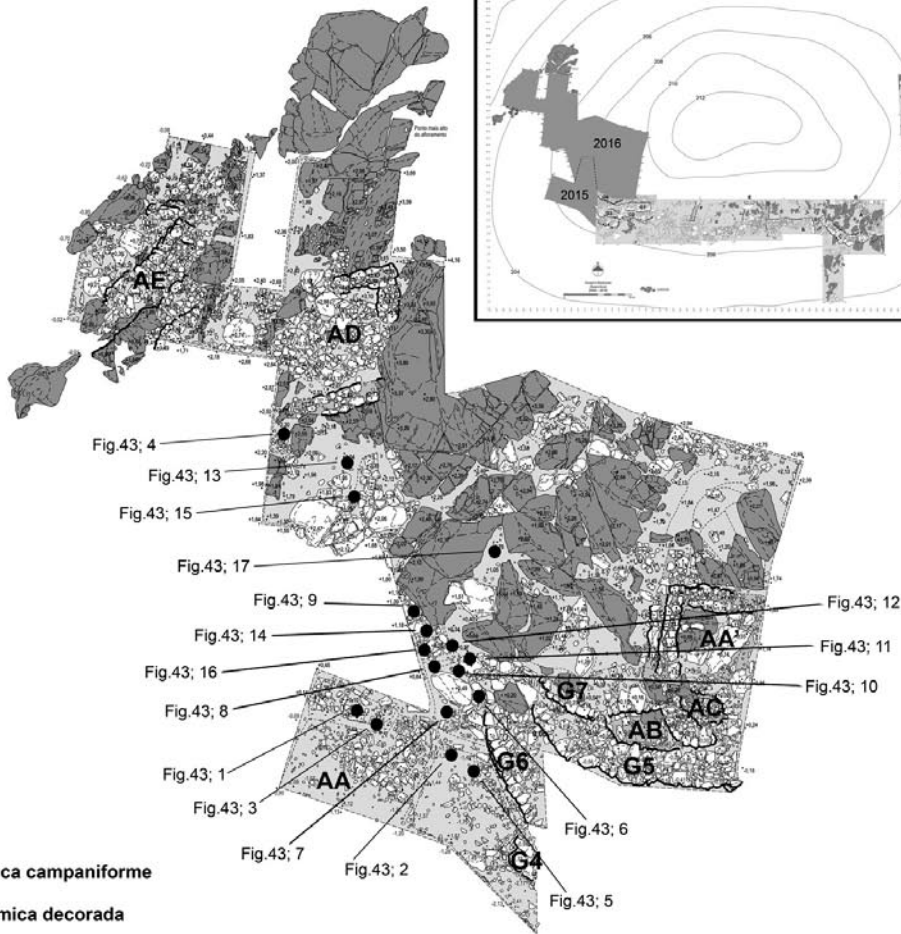
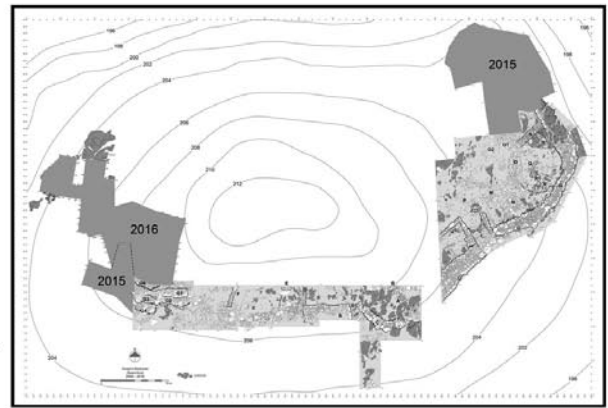
C3 - Pontas de seta

- ▲ T2.2 Base côncava
- T7 Indeterminada
- ◆ T8 Pré-forma

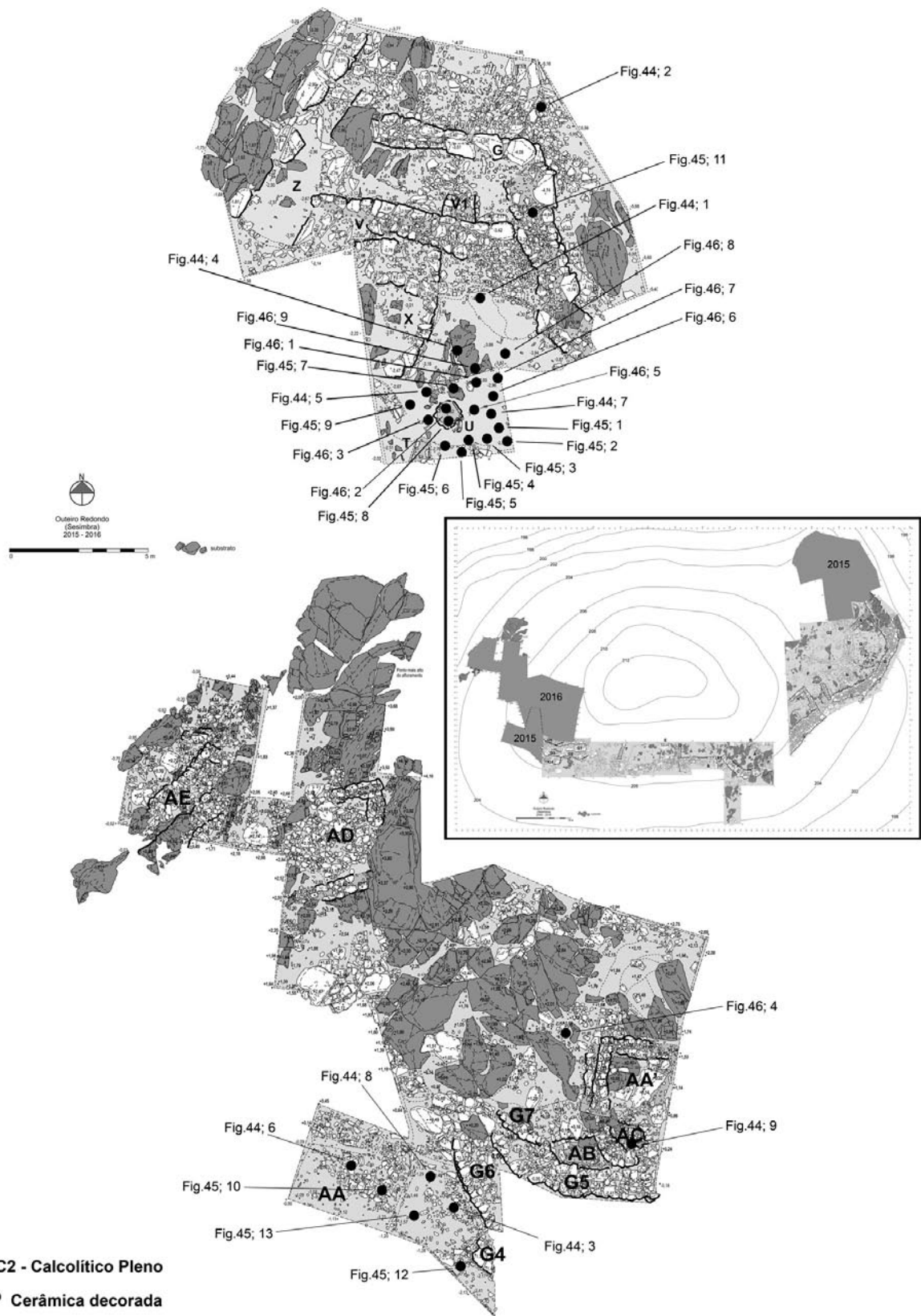


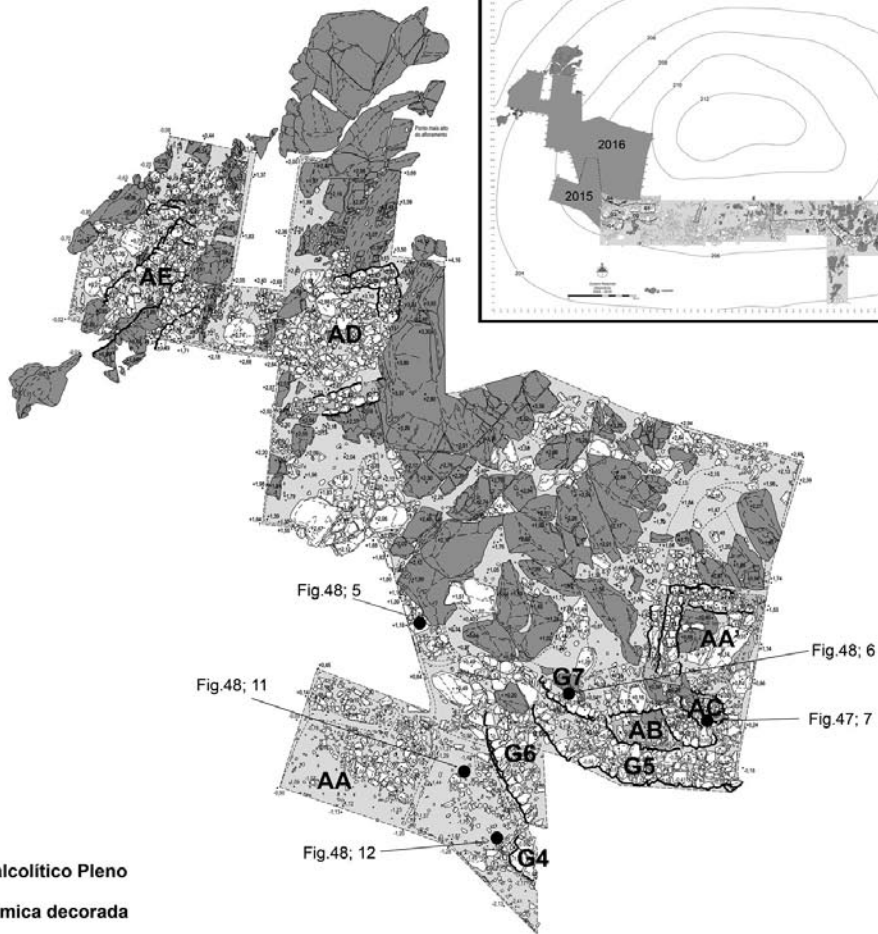
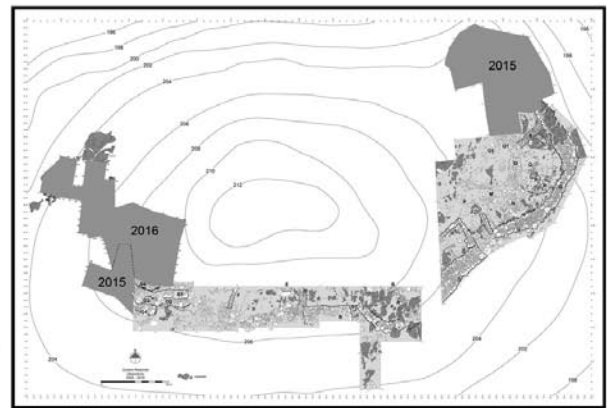
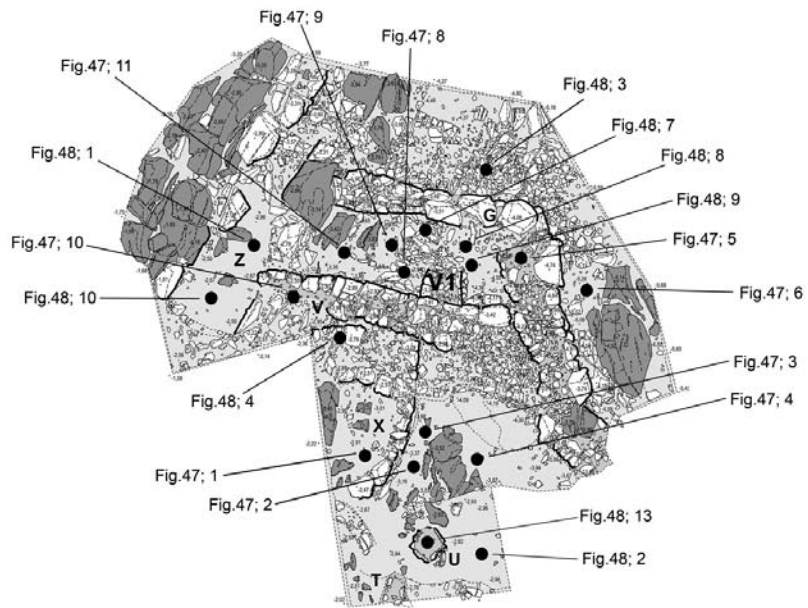
C3 - Indústria de osso

- ▲ Agulha / sovela
- Furador
- Cabo
- * Recipiente
- ◆ Escopro
- Indeterminado

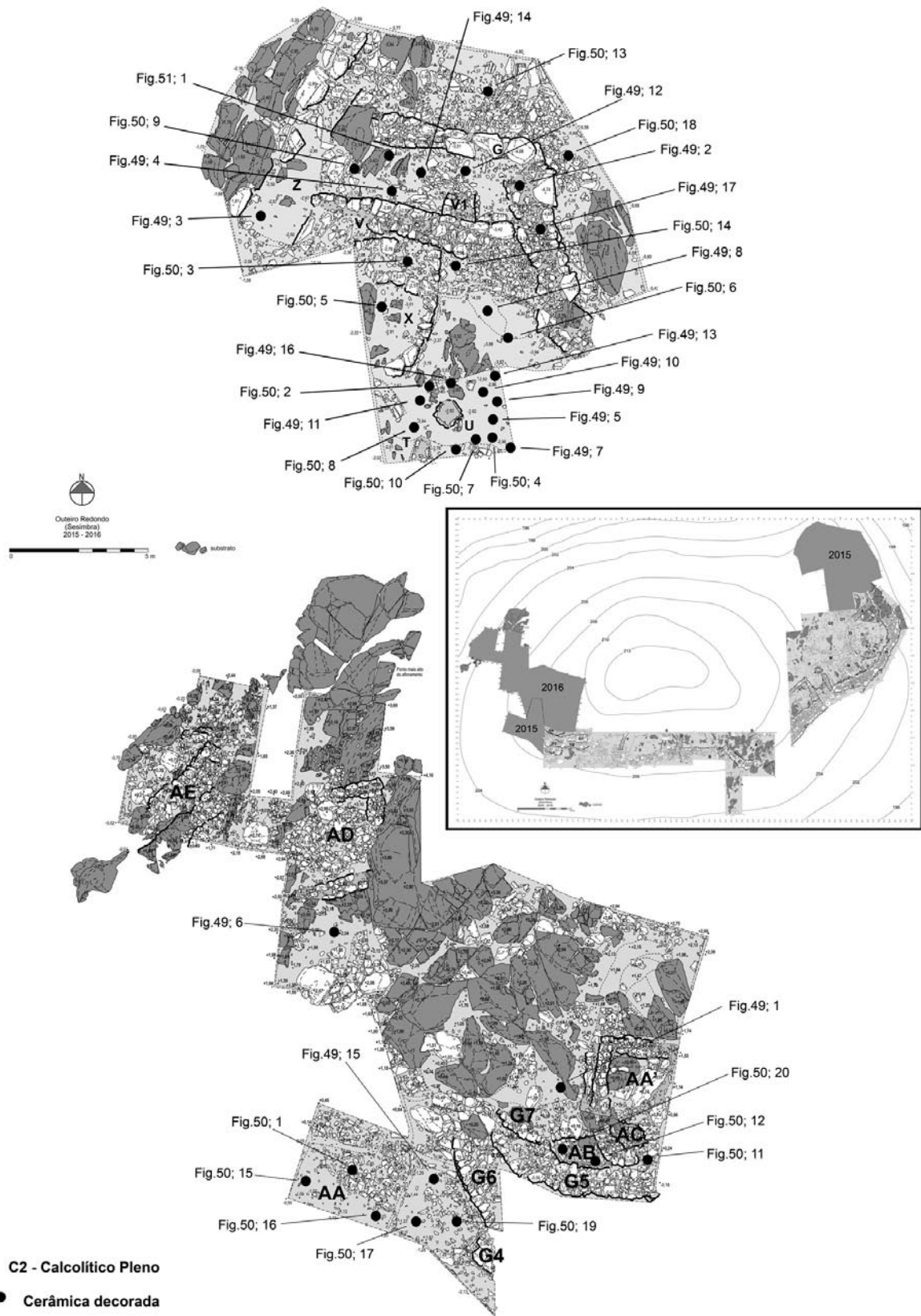


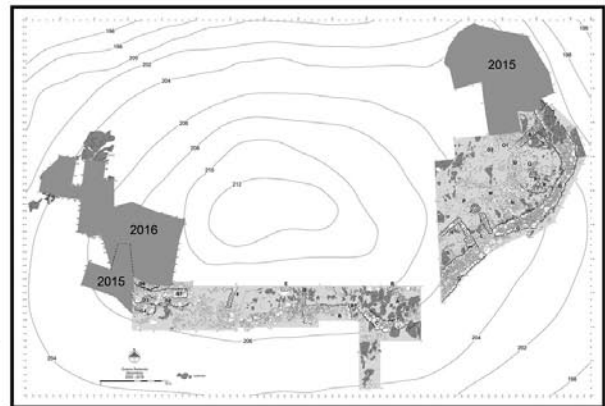
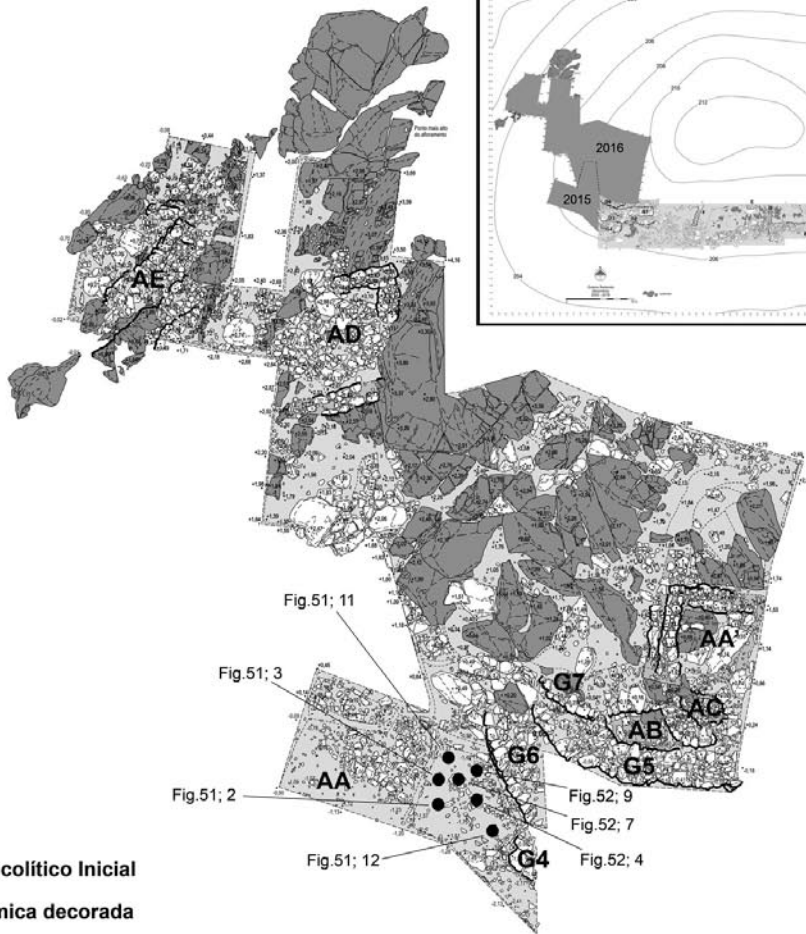
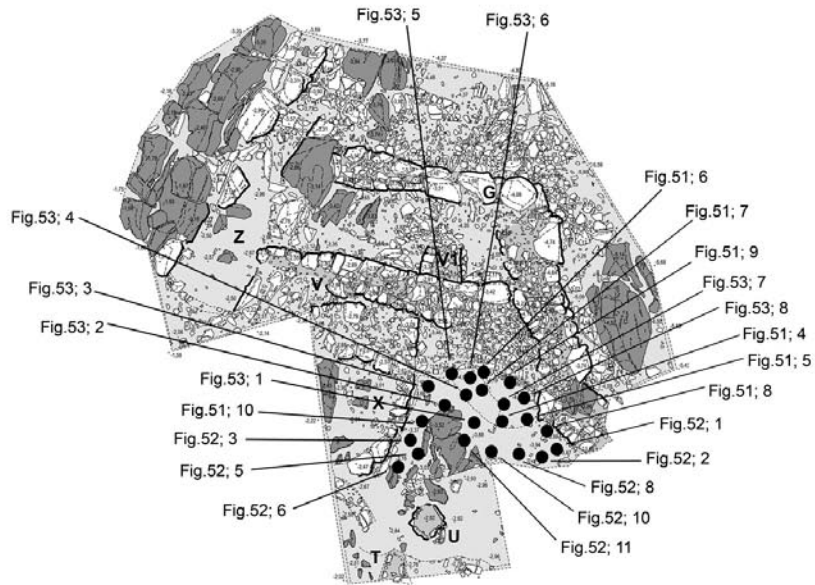
C2 - Cerâmica campaniforme
 ● Cerâmica decorada

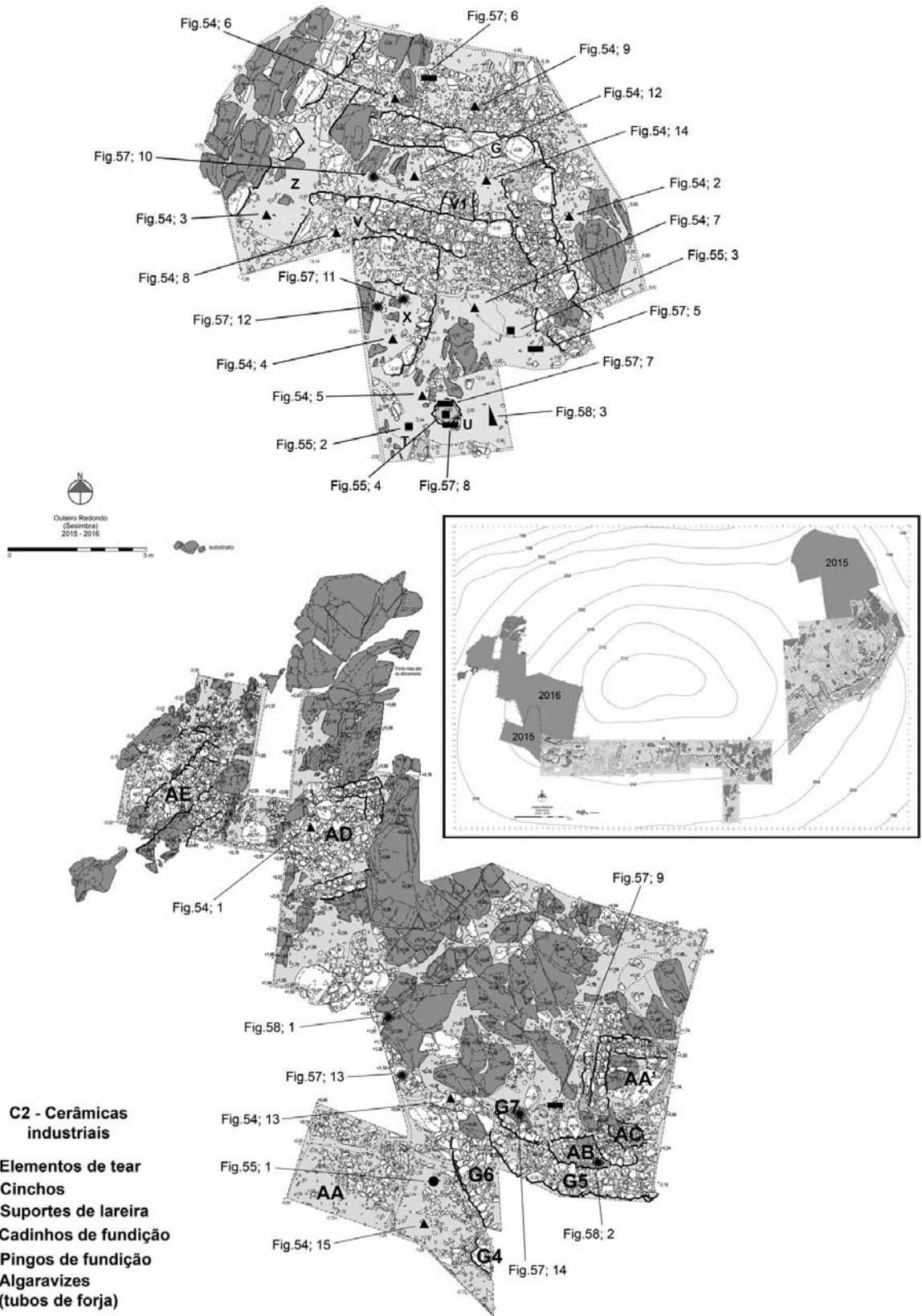


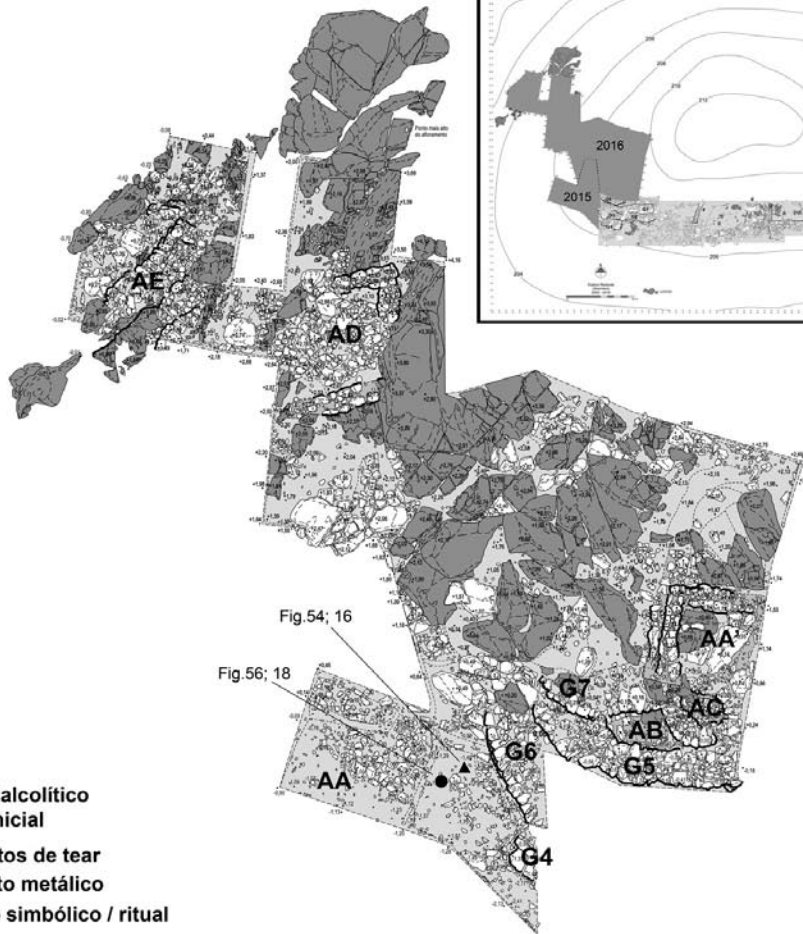
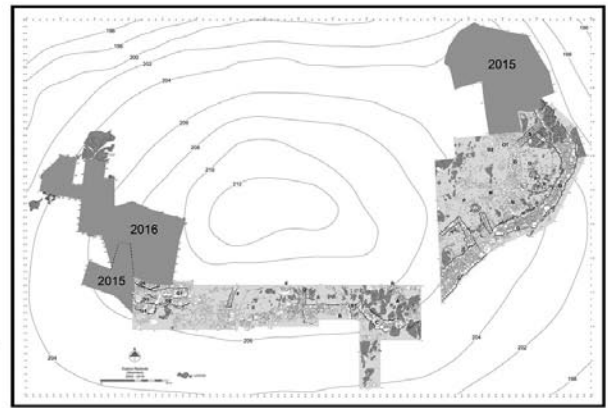
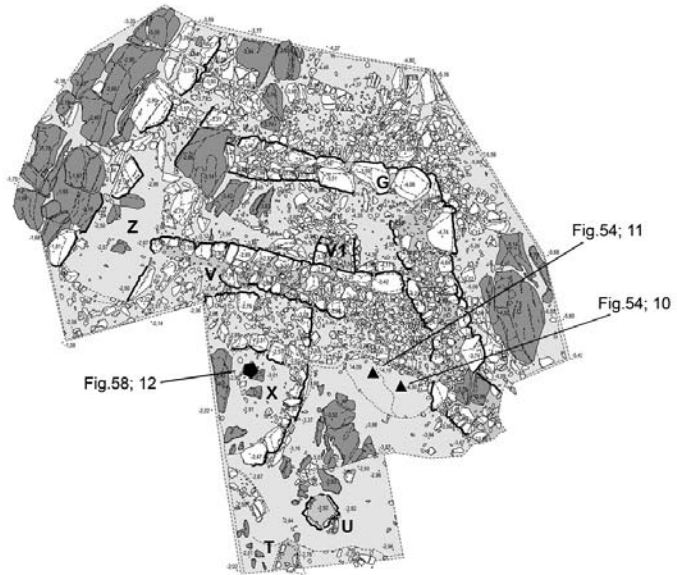


- C2 - Calcolítico Pleno
- Cerâmica decorada

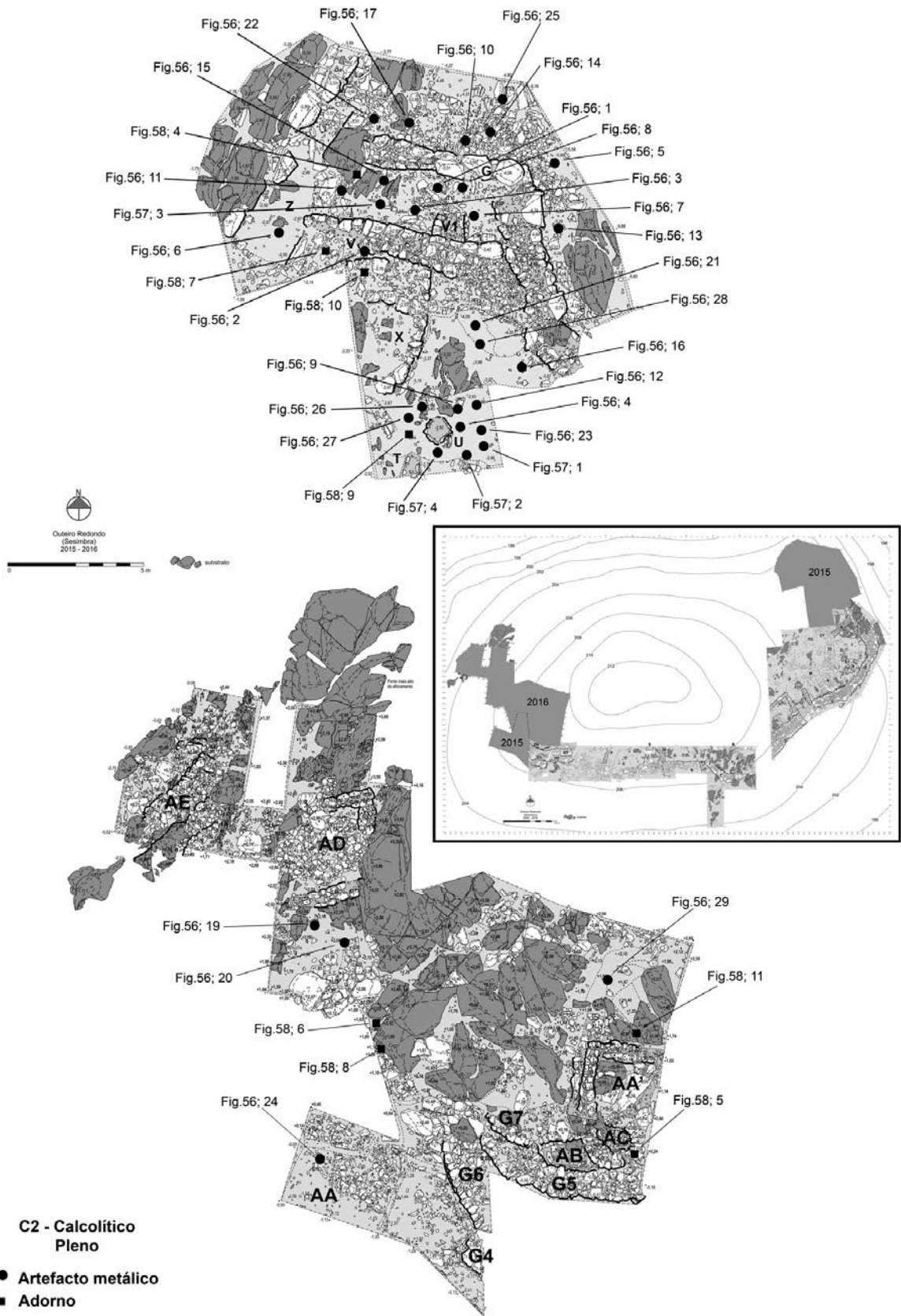








- C3 - Calcolítico Inicial**
- ▲ Elementos de tear
 - Artefacto metálico
 - ◆ Objecto simbólico / ritual



INSTRUMENTOS LÍTICOS PARA A DEFORMAÇÃO PLÁSTICA DE METAIS DO POVOADO CALCOLÍTICO DE OUTEIRO REDONDO (SESIMBRA)

LITHIC INSTRUMENTS FOR THE PLASTIC DEFORMATION OF METALS FROM THE CHALCOLITHIC SETTLEMENT OF OUTEIRO REDONDO (SESIMBRA)

João Luís Cardoso¹, Linda Boutoille² & Dirk Brandherm³

Abstract

Excavations undertaken at the fortified Chalcolithic settlement of Outeiro Redondo between 2005 and 2016 produced an assemblage of eight stone implements likely used in the plastic deformation of metals. All implements come from clearly defined contexts of the Middle / Late Chalcolithic, within a sector of the site that has also produced copious other evidence for metallurgical activities. Drawing on archaeological and ethnographic comparisons, we discuss the choice of raw material and the morphology of these implements in terms of their manufacture, as well as their role in the operational sequence of Chalcolithic metalwork production. We also consider their potential to inform inferences concerning the social division of labour in Chalcolithic society.

Keywords: amphibolite, Chalcolithic, metalworking, plastic deformation, stone tools.

1 - INTRODUÇÃO

Ao longo do Calcolítico e da maior parte da Idade do Bronze, as ferramentas para a deformação plástica de metais foram exclusivamente fabricadas de pedra. É só na transição do Bronze Pleno para o Bronze Final que martelos e bigornas metálicos entram em uso generalizado, mas os homólogos instrumentos líticos continuam a utilizar-se ao mesmo tempo e mesmo durante o Bronze Final e Ferro Inicial (ARMBRUSTER, 2006, p. 167).

Em contraste com as ferramentas de bronze, os respectivos instrumentos líticos não podiam ser facilmente reciclados no final da sua vida útil, de modo que sua distribuição, a sua morfologia e os traços de uso preservados podem fornecer-nos importantes informações sobre a organização e a tecnologia da produção metalúrgica pré-histórica.

No território português, instrumentos deste género foram identificados de uma maneira explícita pela primeira vez entre os materiais líticos provenientes do povoado de Leceia, Oeiras (CARDOSO, 1989, Fig. 102,

¹ Professor Catedrático da Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

² Investigadora Bolseira pós-doutoramento Marie Skłodowska-Curie na Queen's University - Belfast (Projecto PIEF-GA-2013-623392 "HardRock - Between a Rock and a Hard Place: context, function and choice of early metalworking tools on Europe's Atlantic façade").

³ Professor Associado da Queen's University - Belfast.

n.º 3, Fig. 103, n.º 2), onde pelo menos um dos exemplares, aliás de diminutas dimensões, foi encontrado em contexto do Neolítico Final, o que põe em questão o uso exclusivo deste tipo de ferramentas para a manufactura de objectos metálicos (CARDOSO, 1989, p. 104; SOUSA, 1998, p. 122). Contudo, ao mesmo tempo não se pode excluir a possibilidade do trabalho por martelagem de objectos de ouro nativo no âmbito peninsular ter começado no 4.º milénio a.C., em contextos do Neolítico Final (CARRASCO RUS & PACHÓN ROMERO, 2009, p. 230-232), hipótese que é compatível com a referida pequenez do exemplar em apreço.

Com um total de oito objectos, as oito campanhas de escavações realizadas no povoado fortificado do Outeiro Redondo entre 2005 e 2016 (CARDOSO, 2012, 2013, 2017; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, 2018) forneceram uma das mais significativas colecções deste género de instrumentos líticos para o trabalho metalúrgico que conhecemos na fachada atlântica da Península Ibérica. Neste momento, no território português, é unicamente o povoado de Zambujal, Torres Vedras que, com mais de vinte objectos deste tipo, possui um *corpus* mais numeroso (UERPMANN & UERPMANN, 2003, p. 163-169).

A uma escala mais larga, com várias dúzias de peças, a Estremadura portuguesa actualmente é uma das principais áreas de concentração desse tipo de instrumentos na fachada atlântica europeia, logo a seguir à Bretanha francesa (BOUTOILLE, 2012, p. 97, Fig. 5).

Contudo, os trabalhos dedicados especificamente a esse tipo de objectos no âmbito peninsular até agora tratavam principalmente de achados provenientes de contextos funerários (BRANDHERM, 2000, 2010). Como um primeiro passo para avançar no estado da questão, no presente artigo pretende-se discutir as características funcionais do conjunto de instrumentos proveniente do Outeiro Redondo e o seu contexto arqueológico, com o objectivo de compreender melhor as *chaînes opératoires* da produção metalúrgica calcolítica e, em última análise, compreender melhor a divisão social do trabalho nas sociedades do terceiro milénio no sudoeste da Europa, um objectivo que já foi alcançado com algum sucesso para outras regiões peninsulares (RISCH, 2002; DELGADO-RAACK & RISCH, 2008).

2 - CATÁLOGO E DESCRIÇÃO DOS OBJECTOS

Nesta secção fornece-se uma descrição detalhada das características de cada uma das oito peças relevantes do Outeiro Redondo.

Embora os objectos em questão, convencionalmente, tenham sido designados como martelos, na realidade é igualmente possível que, inseridos num bloco de madeira ou outro tipo de suporte, alguns poderem ter sido usados como bigornas de precisão no processo de martelagem de objectos pequenos. Por isso aqui utilizamos o termo mais geral de “instrumentos”. Não se incluíram no catálogo os percutores, porque as características originais das suas faces activas não puderam ser observadas (CARDOSO, 2009, p. 85, Fig. 11, n.º 1 e 2).

A matéria-prima usada para fabricar os instrumentos metalúrgicos do Outeiro Redondo foi, sem excepção, o anfibolito; como será adiante referido, todos parecem ter sido retrabalhados e modificados a partir de ferramentas líticas cortantes, substituindo o gume de corte com uma superfície activa lisa e polida.

- OR 1 (Fig. 1, n.º 1; Fig. 2, n.º 1) – corresponde a lâmina de enxó perfeitamente polida, com forma trapezoidal e secção rectangular com arestas bem marcadas. A lâmina tem aspecto alongado e o respectivo fio é muito regular e cortante. Os bordos laterais são rectilíneos. A extremidade distal é ligeiramente convexa. Apresenta-se totalmente polida, apenas danificada por dois pequenos lascamentos. A face activa possui 42,6 mm de comprimento e a largura de 2,6 mm (CARDOSO 2017, p. 190, Fig. 12, n.º 2).



Fig. 1 – Outeiro Redondo. Instrumentos relacionados com o trabalho de deformação plástica de metais. Desenhos de Filipe Martins.

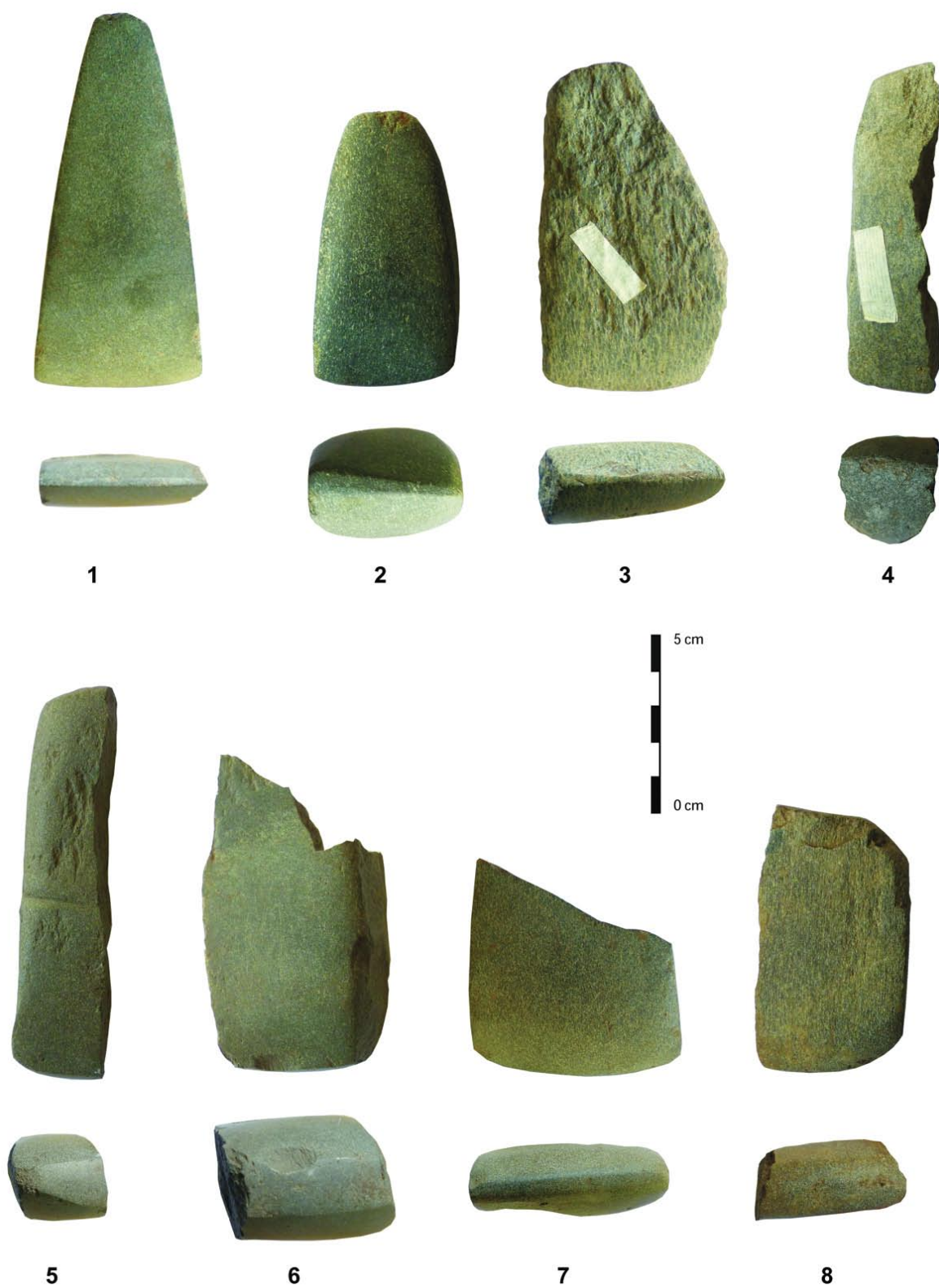


Fig. 2 – Outeiro Redondo. Instrumentos relacionados com o trabalho de deformação plástica de metais. Vistas lateral e da superfície activa de martelagem.

- OR 2 (Fig. 1, n.º 2; Fig. 2, n.º 2) – este exemplar parece ter sido feito a partir de uma pequena lâmina de machado, de forma trapezoidal e secção quadrangular, com um bordo rectilíneo e outra convexo. Tem a sua espessura máxima a dois terços da lâmina, dando ao instrumento uma aparência robusta. Com excepção da extremidade proximal, toda a superfície do instrumento está cuidadosamente polida. A extremidade distal afiada foi substituída por uma face plana polida. Na vista superior, a parte activa tem contorno convexo. A face activa, de forma quase quadrangular, alarga-se numa extremidade, medindo 40,3 mm de comprimento por 6,6 mm de largura (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 256, Fig. 19, n.º 4).
- OR 3 (Fig. 1, n.º 3; Fig. 2, n.º 3) – pequena lâmina polida de forma pentagonal irregular. A extremidade proximal é convexa. Apenas a extremidade distal foi polida, apresentando-se ligeiramente convexa, com o gume afiado substituído por uma face activa polida, atravessada por numerosas fissuras e com um pequeno lascamento na parte central. A face activa é bastante fina e mede 45,6 mm de comprimento e 4,1 mm de largura (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 256, Fig. 19, n.º 7).
- OR 4 (Fig. 1, n.º 4; Fig. 2, n.º 4) – lâmina polida fracturada na direcção longitudinal. O grau de acabamento é variável. Apenas as faces foram cuidadosamente polidas. Como no caso de OR 2, o aspecto da lâmina é robusto. A porção da face activa que se conservou é ligeiramente convexa na perspectiva superior e também ligeiramente convexa na vista lateral, com arestas suaves; possui a largura de 3,5 mm e o comprimento conservado de 23,5 mm. Está atravessada por uma fenda e afectada por vários pequenos lascamentos, principalmente localizados nas suas arestas (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 256, Fig. 19, n.º 5).
- OR 5 (Fig. 1, n.º 5; Fig. 2, n.º 5) – lâmina polida fracturada longitudinalmente. O acabamento da lâmina é imperfeito. Enquanto algumas porções da superfície, incluindo a parte distal do instrumento, foram cuidadosamente polidas, a parte proximal foi apenas sumariamente polida. Uma das faces possui um sulco polido em V perpendicular ao eixo longitudinal da lâmina. Pode estar relacionado com o encabamento do instrumento. A extremidade distal está apenas parcialmente preservada, mas parece ser quase plana. A face activa é larga e está bem polida (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 256, Fig. 19, n.º 6).
- OR 6 (Fig. 1, n.º 6; Fig. 2, n.º 6) – lâmina fragmentada, originalmente de secção quadrangular. As faces estão imperfeitamente polidas. A superfície activa corresponde a ampla face plana, fracturada em ambas as extremidades e originalmente de provável forma quadrangular, com arestas pronunciadas. Observa-se lascamento que afecta a face activa (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 256, Fig. 19, n.º 8).
- OR7 (Fig. 1, n.º 7; Fig. 2, n.º 7) – lâmina polida fracturada transversalmente. Apresenta-se bem polida. Um grande lascamento distal afecta parte da face activa, que é convexa e bem polida (CARDOSO & MARTINS, 2018, no prelo).
- OR8 (Fig. 1, n.º 8; Fig. 2, n.º 8) – lâmina polida de contorno e de secção quadrangular, fracturada longitudinalmente, com as faces bem polidas, tal como a face activa, com dois pequenos lascamentos na extremidade preservada (CARDOSO & MARTINS, 2018, no prelo).

Entre os oito objectos acima descritos, os seis que possuem o seu comprimento completo medem entre 71,9 mm a 109,7 mm (Quadro 1).

Quadro 1 – Dimensões principais dos instrumentos para a deformação plástica de metais do Outeiro Redondo.

Código	Comprimento (mm)	Largura (mm)	Espessura (mm)	Massa (g)	Dim. face distal (mm)
OR 1	103,8	46,9	16,4	144 g	46,8 × 2,6
OR 2	79,6	41,8	29,9	184 g	40,3 × 6,6
OR 3	93,1	53,6	24,4	240 g	45,6 × 4,1
OR 4	92,0	(23,7)	34,7	(117 g)	(23,5 × 3,5)
OR 5	109,7	(25,2)	31,4	(195 g)	(25,6 × 14,0)
OR 6	(87,0)	49,5	39,0	(210 g)	39,0 × 19,0
OR 7	(59,2)	60,0	22,7	(155 g)	60,0 × 6,5
OR 8	71,9	(39,5)	19,2	(124 g)	(36,0 × 8,0)

3 – PROCESSOS DE FABRICO E TRAÇOS DE USO

Tal como se verifica com a grande maioria dos instrumentos líticos para o trabalho metalúrgico que provêm de contextos do Calcolítico da Estremadura e regiões vizinhas, a face activa dos oito objectos do Outeiro Redondo correspondem a superfícies polidas com um grau bastante variável de investimento de trabalho na sua modelagem e acabamento (Fig. 2).

O grau do acabamento é variável, desde um simples polimento da parte distal (OR 3) até um polimento completo e limpo de todo o objecto (OR 1). A morfologia geral das lâminas também é heterogénea, variando de uma forma trapezoidal regular (OR 1) a formas sub-quadrangulares (OR 8 e talvez OR 5), assumindo formas mais irregulares (OR 3). Uma comparação desses instrumentos com o corpus presente em outras jazidas do mesmo período, como, por exemplo, os povoados de Leceia, Oeiras (CARDOSO, 1989, p. 104, Fig. 103, n.º 2, 1994, Fig. 106, CARDOSO & CARVALHOSA, 1995, p. 128, Fig. 4, n.º 5, p. 132, Fig. 5, n.º 3, CARDOSO, 1999-2000, Fig. 34, n.º 4; Fig. 35, n.ºs 2 e 3; Fig. 38, n.º 1; Fig. 39, n.º 1), Vila Nova de São Pedro, Azambuja (BRANDHERM 2000, p. 247, Est. III, n.ºs 1 e 2), Zambujal, Torres Vedras (UERPMANN & UERPMANN, 2003, p. 163-169, Fig. V.11, letras *l* e *m*, Fig. V.13, letras *c* e *h*, Fig. V.15, Fig. V.16), Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (CARDOSO, 2014, Fig. 31, n.º 2), Freiria, Cascais (CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013, p. 533, Fig. 7, n.º 11, Fig. 10, n.ºs 3 e 9) ou Penedo do Leixim, Mafra (SOUSA, 2010, p. 219) e a grande diversidade das formas desses instrumentos parece indicar que foram instrumentos retrabalhados *ad hoc* a partir de outros tipos de lâminas polidas, de machados ou de enxós. Não parece ter havido nenhuma padronização específica para a fabricação destes instrumentos.

Observa-se a escolha exclusiva de anfíbolitos para a fabricação dos instrumentos em causa, compatível com a matéria-prima em que são talhadas a maioria das lâminas polidas do Outeiro Redondo (CARDOSO, 2009, p. 85), uma escolha já notada no povoado de Leceia, onde representam a maioria das rochas utilizadas (CARDOSO, 1989, p. 98, CARDOSO & CARVALHOSA, 1995, p. 149).

É interessante verificar que, em Leceia, único povoado em que foi possível correlacionar as três fases culturais nele representadas – Neolítico Final; Calcolítico Inicial; e Calcolítico Pleno / Final), se observa um acréscimo percentual relativo nas rochas anfíbolíticas, relativamente à totalidade das rochas utilizadas para a confecção de artefactos de pedra polida – com percentagens superiores a 80% na fase mais moderna de ocupação – o que revela um acréscimo das importações oriundas do Alentejo, em resultado da intensificação da interacção económica e social verificada no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C. (CARDOSO,

1999-2000; CARDOSO, 2004). Com efeito, todos os exemplares ali identificados, com excepção do pequeno exemplar atrás referido, provêm de contextos do Calcolítico Pleno / Final.

Estas rochas terão sido escolhidas pela sua dureza e tenacidade e, portanto, pela sua capacidade de suportar usos prolongado como elementos de corte e de percussão, o que as tornou num material preferencial para machados, enxós, martelos e percutores, apesar do fato de não estarem disponíveis na região. Os afloramentos mais próximos encontram-se num amplo arco entre o Médio Tejo e o Alentejo Central, especificamente nas áreas de Ponte de Sor, Montargil, Avis, Montemor-o-Novo e, talvez, Abrantes (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995, p. 145-146).

Parece que todos os instrumentos deste grupo resultaram de reciclagem de lâminas de machados ou de enxós. Em todos os casos as faces activas estão polidas. Devido à largura destas, os vestígios de polimento são bastante visíveis em OR 5 e especialmente em OR 6, apresentando-se sob a forma de estrias rectilíneas. A parte percutida de OR 5 também parece mostrar uma regularização da superfície activa, em primeiro lugar por um martelado fino, depois por polimento, provavelmente com uma ferramenta abrasiva, como uma placa de arenito fino.

Observa-se também a presença recorrente em sete exemplares de lascamentos, todos direccionados da face activa para a extremidade distal e de tamanhos variáveis. Em OR 1 o lascamento é relativamente pequeno; e em OR 7 aquele eliminou parte da face activa. Este tipo de traços encontra-se frequentemente neste tipo de instrumentos e parece testemunhar a sua utilização em acções de percussão.

Mais de metade dos exemplares estão incompletos: três estão fracturados na direcção longitudinal (OR 4, OR 5, OR 8), e dois estão fracturados transversalmente (OR 6 e OR 7). Este tipo de fracturas no *corpus* da indústria de pedra polida de Leceia observa-se em instrumentos que não estão relacionados com a metalurgia (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995, especificamente Fig. 4, n.ºs 2 e 7, Fig. 5, n.º 2, Fig. 7, n.º 4). No caso de fracturas longitudinais, é provável que estas tenham levado à impossibilidade de continuar a usar a peça em questão, conduzindo ao seu abandono. No caso de fracturas transversais, apesar do dano, a peça foi capaz de continuar ser usada sem ser necessária uma remodelação, mesmo que nos dois casos agora observados tal pareça improvável, porque nenhum traço apoia a hipótese do prosseguimento do seu uso. Este tipo de fractura transversal (ou mesial) também se encontra em outras séries de lâminas polidas do Neolítico e do Calcolítico, particularmente as dos Alpes franceses (THIRAULT 2001, p. 272-277). Por outro lado, as fracturas longitudinais muito nítidas são em geral extremamente raras, enquanto elas parecem ser mais comuns no *corpus* dos objectos macrolíticos portugueses. Esse tipo de fractura deve ser essencialmente reportada à textura foliada da rocha escolhida, com planos de xistosidade perpendiculares ao gume, como já há muito fora observado (CARDOSO, 1984).

4 - ANÁLISE MORFOLÓGICA E FUNCIONAL

A função de martelo metalúrgico é definida por dois critérios principais: por um lado, a morfologia da face activa que induzirá as forças exercidas pelo martelo no metal (Fig. 3) e, por outro lado, a sua massa. Esta última determinará a forma como o instrumento será usado; para dizê-lo de uma forma simples, quanto mais um martelo for leve, tanto mais facilmente poderá ser usado com movimentos rápidos (BREPOHL, 2015, p. 231-233).

As ferramentas com uma superfície plana fina ou ligeiramente convexa comprimirão o metal muito localmente, causando a deslocação lateral do material (Fig. 3, n.º 1). Esta propriedade possibilitará o estiramento

do metal e assim moldar uma folha de metal ou deformar um objecto, por exemplo, para transformar um lingote numa chapa. Os instrumentos com uma face activa grande e plana (Fig. 3, n.º 2) comprimirão o metal numa área maior e resultarão em pouco deslocamento lateral de material (BREPOHL, 2015, p. 235-236). São usados para eliminar os traços de golpes e, portanto, as irregularidades geradas pela forja, servindo para aplanar folhas de metal e para rematar o trabalho das peças. Geralmente os instrumentos deste género são mais maciços do que os anteriores, e são comumente conhecidos como martelos de latoeiro. O uso diferencial de instrumentos líticos com distintos tipos de faces activas não só foi estabelecido em analogia com ferramentas modernas, mas também foi demonstrado experimentalmente (HUNDT, 1975, 116-117).

Seguindo este modelo, dois tipos de ferramentas parecem estar presentes no *corpus* de instrumentos líticos para a deformação plástica de metais do Outeiro Redondo. O primeiro tipo inclui instrumentos cuja face activa é fina e alongada, e em geral ligeiramente convexa ou plana. A largura da face activa geralmente não excede 8 mm. Este tipo compreende OR 1 a OR 4, OR 7 e OR 8. Tais exemplares constituem a maioria do *corpus* e correspondem às ferramentas mais leves. Também se observa que a sua gama de massas parece relativamente homogénea, variando entre 150 g e 250 g. Estes instrumentos, portanto, parecem ter sido usados na modelagem de objectos, por exemplo, para deformar um lingote ou estirar uma chapa, ou para criar as facetas biseladas que caracterizam os gumes de muitos punhais de lingueta e pontas de Palmela e também para afiar esses mesmos gumes.

Os instrumentos do segundo grupo têm uma face activa mais ampla, da ordem ou superior a 10 mm de largura. Trata-se de OR 5 e OR 6, que também correspondem às ferramentas mais massivas, cujas massas provavelmente excederiam 300 g, podendo ter chegado até cerca de 400 g. Por exemplo, se se estima que OR 5 está fracturado em duas partes de dimensões mais ou menos iguais, a massa do instrumento deve ter sido em torno de 380 g. Os instrumentos deste último tipo provavelmente foram usados para desempenar folhas de metal e nivelar a superfície de chapas metálicas.

A presença destes dois grupos de instrumentos no povoado corresponde aos resultados das análises metalográficas de objectos de cobre achados no Outeiro Redondo e em outras estações semelhantes da Estremadura, que mostram que o emprego de ciclos de martelagem e recozimento na modelagem de objectos metálicos foi uma prática comum (PEREIRA *et al.*, 2013, p. 464-465, Figs. 3 e 4).

5 – CONTEXTO DOS OBJECTOS

Ao contrário da maioria das ferramentas para a deformação plástica de metais provenientes de outras localidades da Estremadura e muitas vezes achadas em escavações antigas ou em recolhas superficiais, sem informação estratigráfica fiável (SOUSA, 1998, p. 122; BRANDHERM, 2010, p. 327-328), todos os instrumentos deste tipo provenientes do Outeiro Redondo, à semelhança do verificado para os povoados de Leceia (CARDOSO, 1999-2000) e de Moita da Ladra (CARDOSO, 2014), contam com um contexto estratigráfico

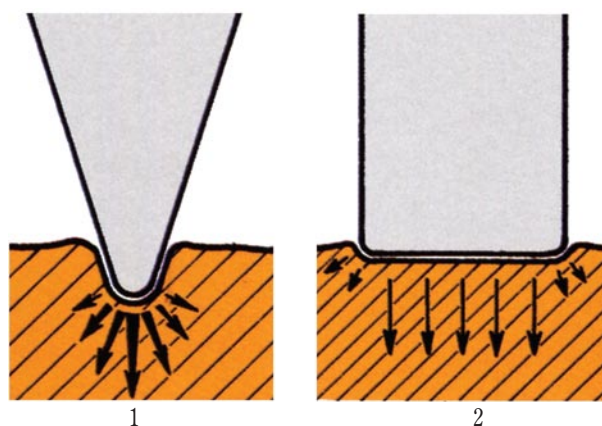


Fig. 3 – Representação das diferentes forças geradas pelas duas formas morfológicas diferentes de martelo (BREPOHL, 2015, Fig. 5.54).

Quadro 2 – Ano de recolha, localização e contexto estratigráfico dos instrumentos para a deformação plástica de metais do Outeiro Redondo.

Código	Ano de recolha	Localização	Contexto estratigráfico	Fase cultural
OR 1	2015	Oeste da Estrutura S	Camada 0-60 cm	Calcolítico Pleno
OR 2	2014	Junto à Estrutura Q	Camada 2	Calcolítico Pleno
OR 3	2014	Exterior da Cabana R	Camada 0-60 cm	Calcolítico Pleno
OR 4	2013	Junto à Estrutura O2	Camada 20-40 cm	Calcolítico Pleno
OR 5	2013	Junto à Estrutura H	Camada 2	Calcolítico Pleno
OR 6	2013	Junto à Estrutura O 1	Camada 2	Calcolítico Pleno
OR 7	2015	Oeste da Estrutura S	Camada 0-60 cm	Calcolítico Pleno
OR 8	2015	Oeste da Estrutura S	Camada 0-60 cm	Calcolítico Pleno

preciso, todos eles sendo reportáveis ao Calcolítico Pleno / Final e com uma localização exacta dentro de cada um dos referidos povoados. Evidentemente, como já foi observado para muitas das peças provenientes do povoado do Zambujal, Torres Vedras (UERPMANN & UERPMANN, 2003, p. 163-169), não se pode ter a certeza que em todos os casos se trate de contextos primários.

Ainda assim, é significativo que em termos do seu contexto estratigráfico, todos os instrumentos para a deformação plástica de metais recuperados no Outeiro Redondo, sejam atribuíveis ao Calcolítico Pleno / Final (Quadro 2), ou seja, à segunda das principais fases de ocupação identificadas no povoado, situada pelos resultados das análises de radiocarbono, entre 2500 e 2100 cal BC (CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011; CARDOSO, 2017):

1.ª fase cultural – Calcolítico Inicial (2600-2500 cal BC) – ténue presença metalúrgica; produções cerâmicas com decoração canelada; ausência de estruturas defensivas; estruturas habitacionais representadas por cabanas de planta subcircular e lareiras estruturadas.

Pequeno hiato na ocupação do local (que poderia não ser total), talvez de uma ou duas dezenas de anos, na sequência de grande incêndio que arrasou a parte mais densamente ocupada do povoado, correspondendo a plataforma situada do seu lado Leste (Fig. 4).

2.ª fase cultural – Calcolítico Pleno / Final (2500-2100 cal BC) – forte actividade metalúrgica; produções cerâmicas com decorações em “folha de acácia”, “crucífera” e motivos associados; pre-



Fig. 4 – Outeiro Redondo. Vista da área ocupada por cabana da fase mais antiga de ocupação (final do Calcolítico Inicial), a que corresponde uma lareira estruturada, assente no substrato geológico, sobreposta por espessa camada de cinzas resultante de incêndio generalizado. Foto © J. L. Cardoso.

sença de estruturas defensivas correspondentes a uma única fase construtiva; estruturas habitacionais representadas por cabanas de planta elipsoidal e lareiras estruturadas, coevas e mais modernas da única fase defensiva identificada. As últimas possuem por vezes plantas ortogonais (Fig. 5).

Não só todos os instrumentos em estudo são todos atribuíveis a esta segunda fase da ocupação calcolítica, correspondente ao apogeu da metalurgia e manufatura do cobre, mas também provêm todos da mesma zona intramuros, correspondente a uma rechã propícia para a edificação de cabanas, situada no sudeste do recinto amuralhado (Fig. 6). Três dos instrumentos (OR 1, OR 7 e OR 8) foram encontrados relativamente próximos uns dos outros, a leste da Lareira U, estrutura atribuível à mesma fase cultural, cujo enchimento continha pingos de fundição de cobre (Fig. 7) (CARDOSO, 2017, p. 189, Fig. 11). A mesma área também produziu fragmentos de tubos de forja e de cadinhos de fundição, indicando de que aqui estamos perante os restos de uma oficina metalúrgica (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 390).

Restos de tubos de forja, de cadinhos e pingos de fundição também foram encontrados em outros sectores da área de onde provêm os instrumentos descritos, mas é mais difícil vincular a sua ocorrência a estruturas específicas. Embora encontrados perto da Lareira R 1, OR 2 e OR 3 não podem ser associados àquela nem à correspondente Cabana R, visto que estas pertencem a uma fase construtiva anterior, ou seja, à primeira fase da ocupação do sítio, atribuível ao final do Calcolítico Inicial, cerca de 2600-2500 cal BC (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 244-255).

No entanto, alguns dos resíduos metalúrgicos achados na mesma área, comprovam que tais actividades ocorreram já durante aquela primeira fase, embora nenhuma das ferramentas para a deformação plástica de metais recuperadas no povoado seja dela proveniente (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 391).



Fig. 5 – Outeiro Redondo. Construções habitacionais de planta ortogonal, da segunda fase construtiva, do Calcolítico Pleno / Final. Foto © J. L. Cardoso.



Fig. 6 – Outeiro Redondo. Localização no terreno dos instrumentos relacionados com o trabalho de deformação plástica de metais na área escavada, evidenciando-se a evidente correlação entre a distribuição dos exemplares e as áreas de produção metalúrgica. Foto © J. L. Cardoso.

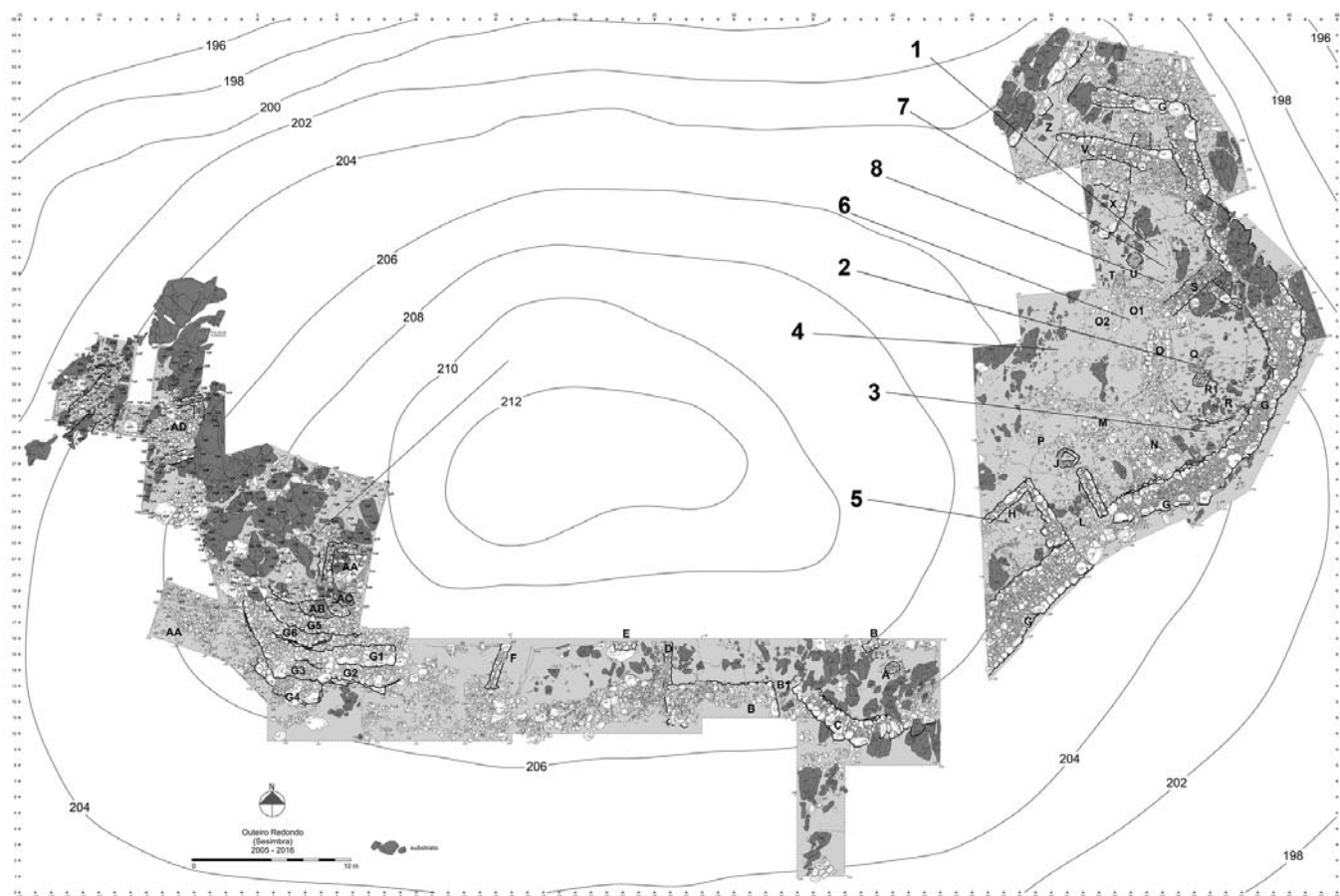


Fig. 7 – Outeiro Redondo. Vista parcial da plataforma situada intramuros, onde se concentraram as actividades metalúrgicas, observando-se em primeiro plano estrutura de combustão que forneceu pingos e resíduos da fundição do cobre. © J. L. Cardoso.

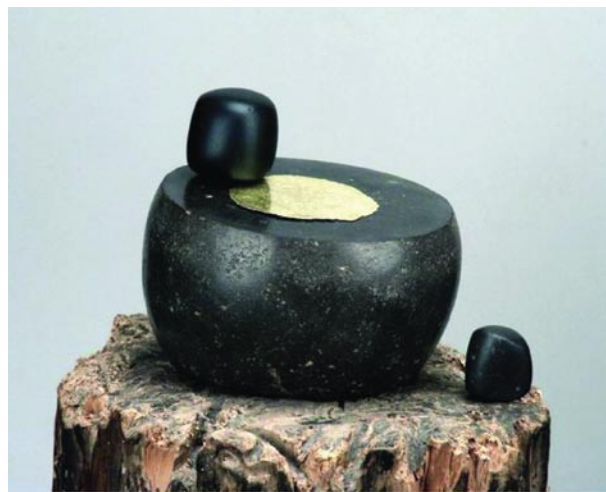
Ainda que nem todos os instrumentos possam ser associados a um contexto específico de oficina metalúrgica, importa sublinhar que o Outeiro Redondo constitui um dos raros casos na Pré-História da Península Ibérica, e até agora o primeiro caso documentado para o Calcolítico da Estremadura, em que ferramentas desse tipo foram encontradas claramente associadas a um contexto de produção metalúrgica, correspondendo o outro caso documentado neste mesmo âmbito e área geográfica à casa V do povoado do Zambujal (BOUTOILLE, no prelo a). Com efeito, embora a oficina metalúrgica da casa V esteja já publicada, e também, duma forma sumária, os respectivos instrumentos líticos, até agora não tinha sido estabelecida a relação contextual das peças relevantes recuperadas nesta casa com a lareira ali existente.

6 – DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Em termos técnicos, parece que os instrumentos relacionados com a deformação plástica de metais do povoado do Outeiro Redondo não são produtos de uma fabricação específica, pelo que não correspondem a cadeia operatória padronizada, resultando antes da modificação de outros tipos de lâminas polidas, como machados e enxós. Tudo o que era necessário fazer consistia na modificação da extremidade distal por picotagem e, depois, regularizá-la por abrasão, como parece testemunhar a peça OR 5.



1



2

Fig. 8 – 1: Representação histórica da crônica de Benzoni (1857 [1565]). Se observam dois ourives no processo de activação do fogo, enquanto um terceiro trabalha o que parece ser uma folha com um martelo de pedra preto não encabado (BENZONI, 1857 [1565], p. 251). – 2: Dois martelos e uma bigorna pré-hispânicos em pedra usados para trabalhar ouro (© Museo del Oro, Banco de la Republica, Bogotá, Colômbia).

Uma vívida descrição etnográfica da manufatura e do uso de instrumentos comparáveis está disponível em algumas das fontes que relatam as práticas dos metalúrgicos sul-americanos do período pré-colombiano. Assim, Garcilaso de la Vega, filho de um conquistador espanhol e de uma mulher inca, escreve: “*Servíanse para yunque de unas piedras durísimas, de color entre verde y amarillo; aplanaban y alisaban unas con otras, y las tenían en gran estima, porque eran muy raras. No supieron hacer martillos con cabo de palo; labraban con unos instrumentos que hacían de cobre y latón, mezclado uno con otro. Son de forma de dado, las esquinas muertas; unos son grandes, cuanto puedan abarcar con la mano, para los golpes mayores; otros hay medianos y otros chicos, y otros prolongados para martillar en cóncavo. Traían aquellos martillos en la mano para golpear con ellos, como fueran guijarros.*” (VEGA, 1918 [1609], p. 112). De acordo com este testemunho, ferramentas deste género no mundo pré-colombiano foram usadas na mão, não sendo encabadas. Assim sendo, o pequeno sulco presente em OR 5 pode relacionar-se com sistema de encabamento anterior à utilização da peça como martelo metalúrgico, à semelhança do observado em outras, embora escassas, lâminas de machados de Leceia (CARDOSO, 1999-2000, Fig. 13, n.ºs 2 e 3 e Fig. 14), dado que os testemunhos dos conquistadores espanhóis que observaram os ourives pré-colombianos sugerem que instrumentos desse género foram usados directamente nas mãos (ARMBRUSTER, 2006, p. 175-176) (Fig. 8, n.ºs 1 e 2).

Os instrumentos relacionados com a deformação plástica dos metais presentes no povoado do Outeiro Redondo segundo a sua morfologia e os traços de uso estavam destinados a modelar as peças de trabalho (provavelmente deformar lingotes ou esticar chapas), bem como a laminar pequenas folhas de metal. Neste contexto, também é digno de nota que um fragmento de chapa de liga de cobre foi descoberto no povoado (CARDOSO, 2009, p. 85-87, Fig. 11, n.º 8), acompanhado dum fragmento de cinzel que pode ter sido usado para cortar o metal, mas também para criar uma decoração cinzelada no que parece ser um lingote ou uma peça de trabalho (CARDOSO 2009, p. 85-87, Fig. 11, n.ºs 6 e 7). Também de Leceia se conhece lingote que mostra traços de ter sido cortado por profundas depressões produzidas por cinzel (CARDOSO 1999, p. 94, Fig. 2).

Sinais evidentes de martelagem, presumivelmente deixados por um instrumento lítico como aqueles discutidos aqui, podem ser observados no talão de machado de cobre do Bronze Pleno do Sudoeste (Fig. 9).

Ao mesmo tempo, a composição específica do conjunto das ferramentas metalúrgicas encontradas no Outeiro Redondo sugere uma variabilidade funcional restrita. No *corpus* total dos instrumentos líticos para a deformação plástica de metais identificados na fachada atlântica europeia, foi possível identificar 13 diferentes tipos funcionais definidos pelo contorno da face activa na perspectiva frontal assim como pela curvatura da mesma na perspectiva superior e no perfil (BOUTOILLE, no prelo b). No Outeiro Redondo, somente dois destes tipos funcionais estão presentes de uma forma segura. OR 1 a OR 4, OR 7 e OR 8 pertencem ao tipo III, caracterizado por uma face activa muito estreita, convexa e às vezes assimétrica na perspectiva superior, e geralmente plana ou ligeiramente convexa no perfil, enquanto OR 7 corresponde ao tipo IV, que possui uma face activa ampla, de contorno quadrangular e rectilínea na perspectiva superior assim como no perfil. OR 6, devido à preservação incompleta da sua face activa, é difícil de atribuir a um tipo específico. Pode corresponder ou ao tipo III ou ao tipo I, esse último caracterizado por o contorno oval da sua face activa.

Também a gama relativamente restrita dos pesos dos instrumentos provenientes do Outeiro Redondo aponta naquela direcção, mesmo considerando que, devido ao estado de fragmentação da maioria dos objectos, em mais da metade dos casos se desconhecem os pesos reais destas peças. Segundo a lógica interna da cadeia operativa, mas também testemunhado pelas fontes etno-arqueológicas, os instrumentos dum mesmo tipo, mas com pesos diferentes, são frequentemente empregados em diferentes etapas da referida cadeia (DUGAST, 1986, p. 42-43). Quanto mais complexa for a cadeia operativa da deformação plástica de metais, mais variados serão não só os tipos, mas também os pesos das ferramentas empregadas.

Em qualquer caso, a variabilidade funcional limitada que pode ser observada no conjunto de instrumentos encontrados não só no Outeiro Redondo, mas também em outras jazidas calcolíticas da região, parece indicar uma produção de objectos metálicos relativamente simples em termos morfológicos, e ao mesmo tempo relativamente padronizada, o que corresponde à gama de objectos que conhecemos do Calcolítico na Estremadura, e que em boa parte também estão representados entre os materiais do Outeiro Redondo (CARDOSO, 2013, Fig. 59, n.ºs 1-11, 13, 14, CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, Fig. 57, n.ºs 3-32, Figs. 58 e 59, Fig. 60, n.ºs 16-17, CARDOSO, 2017, Fig. 13, n.ºs 1-20). Uma produção mais diversificada exigiria uma gama de instrumentos líticos polidos muito mais variada quanto à forma das faces activas e dos respectivos pesos.

O tipo de produção atestada não exige um alto nível de conhecimento e saber técnico, como seria o caso com a manufactura de formas mais complexas, por exemplo de vasos metálicos. Em termos sociais e económicos, por conseguinte, poderia corresponder a um modo de produção doméstico, embora pudesse requerer a existência de artesãos especializados.

O facto de os instrumentos em questão terem sido encontrados apenas na parte nascente do povoado, exactamente aquela onde se revelaram as estruturas metalúrgicas, reforça a conclusão de estarem estas peças relacionadas directamente com a produção metalúrgica, ou seja com a deformação plástica de metais. Por outro



Fig. 9 – Trabalho de martelagem, presumivelmente produzido por um instrumento lítico como aqueles do Outeiro Redondo num machado de cobre do Bronze Pleno do Sudoeste. Foto © J. L. Cardoso.

lado, a distribuição espacial observada pode indicar que esta actividade estivesse reservada apenas a uma parte da população, pois a diferenciação espacial na distribuição deste tipo de artefactos é comparável à identificada em alguns outros povoados calcolíticos com vestígios intensos de produção metalúrgica, como o Cabezo Juré, Huelva (NOCETE CALVO, LIZCANO PRESTEL & NIETO LIÑÁN, 2004, p. 344-373). Em qualquer caso, é interessante notar que a produção metalúrgica estava limitada à mesma área do povoado ao longo de toda a ocupação, o que pode simplesmente explicar-se por ser aquela que, como se referiu atrás, oferecia melhores condições de implantação, dado corresponder a uma rechã de topografia regular.

No entanto, o facto dos instrumentos para a deformação plástica de metais, estarem restringidos, na Estremadura, aos povoados fortificados em altura, parece indicar que as actividades metalúrgicas, mesmo que não fossem praticadas por especialistas de tempo integral, eram reservadas a certo segmento da sociedade, precisamente aquele que habitava os sítios fortificados no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C. Esta conclusão levanta questões sobre o acesso a esse tipo de ferramentas como meios de produção. O facto de alguns dos instrumentos estudados utilizados na metalurgia resultarem de reutilização de lâminas polidas de machados ou de enxós, com um investimento limitado, não indica necessariamente a sua acessibilidade generalizada em termos sociais. Longe de tratar-se de ferramentas apressadamente improvisadas, é provável que se trate de instrumentos pessoais que cada artesão teve que preparar de acordo com suas próprias necessidades. Pelo menos, é o que sugere o seu papel como itens funerários durante o segundo e terceiro milénio no sudoeste da Europa (BRANDHERM, 2010), como também, em alguns casos, a escolha de rochas raras e valiosas como o jade (BOUTOILLE, 2017).

Um carácter pessoal e valioso de instrumentos homólogos em outro âmbito cultural é testemunhado pelas fontes etnográficas que descrevam as ferramentas líticas dos metalúrgicos sul-americanos do período pré-colombiano, por exemplo Garcilaso de la Vega quando relata que essas ferramentas eram mantidas em alta estima e tinham que ser cuidadosamente preservadas (*vide supra*). Assim, embora não seja possível determinar directamente se os conhecimentos metalúrgicos especializados eram restritos a um sector específico da sociedade calcolítica, definido por critérios além de sexo ou idade, e enquanto o nível de especialização técnica exprimida nos produtos da actividade metalúrgica permanece modesto, o contexto dos instrumentos para a deformação plástica dos metais no Outeiro Redondo e em outras jazidas parece indicar, pela abundância dos produtos metálicos recolhidos, um indicador efectivo de controlo social sobre o acesso aos meios de produção especializados.

Tal realidade poderia, no limite, ser extensiva à totalidade da população residente no Outeiro Redondo, dada a pequenez do recinto fortificado, a qual se diferenciaria tanto do ponto de vista económico como social das populações que ocupariam outros locais mais ou menos próximos do espaço envolvente e, por extensão, provavelmente também sobre o acesso diferenciado ao próprio processo de produção e transformação de matérias-primas importadas, como é evidentemente o caso do cobre.

REFERÊNCIAS

- ARMBRUSTER, B. (2006) – Steingeräte des bronzezeitlichen Metallhandwerks. *Ethnographisch-Archäologische Zeitschrift*. Berlin. 47, p. 163-191.
- BENZONI, G. (1857 [1565]) – *History of the New World*. London: The Hakluyt Society, 280 p.
- BOUTOILLE, L. (2012) – L'outillage lithique utilisé dans la cadre de la déformation plastique des métaux. Premier aperçu des découvertes françaises. *Bulletin de l'Association pour la Promotion des Recherches sur l'Âge du Bronze*. Dijon. 10, p. 95-98.

- BOUTOILLE, L. (2017) – Le jade des métallurgistes. Sur quelques outils en jade alpin utilisés dans le cadre de la métallurgie. In BRANDHERM, D. (ed.) – *Memento dierum antiquorum. Festschrift für Majolie Lenerz-de Wilde zum 70. Geburtstag*. Hagen: Curach Bhan, p. 83-92 (Archæologia Atlantica – Monographiae 1).
- BOUTOILLE, L. (no prelo a) – L'outillage lithique liés à la déformation plastique des métaux de Zambujal: Etude typofonctionnelle. In KUNST, M. (ed.) – *Zambujal. Naturwissenschaftliche Untersuchungen (Madriider Beiträge 5,6)*.
- BOUTOILLE, L. (no prelo b) – Le marteau sonnait sur l'enclume. L'outillage en pierre des premiers métallurgistes en France atlantique (Archæologia Atlantica – Monographiae 2).
- BRANDHERM, D. (2000) – Yunques, martillos y lo demás. Herramientas líticas en la producción metalúrgica de las Edades del Cobre y del Bronce. *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Vila Real, Portugal, Setembro de 1999)*, 4: *Pré-história recente da Península Ibérica*. Porto: ADECAP, p. 243-252.
- BRANDHERM, D. (2010) – Frühe “Metallurgengräber” von der Iberischen Halbinsel. Aussagemöglichkeiten zum sozialen Kontext. In HOREJS, B. & KIENLIN, T. (ed.) – *Siedlung und Handwerk, Studien zu sozialen Kontexten in der Bronzezeit. Beiträge zu den Sitzungen der Arbeitsgemeinschaft Bronzezeit auf der Jahrestagung der Nordwestdeutschen Verbandes für Altertumsforschung in Schleswig 2007 und auf dem Deutschen Archäologenkongress in Mannheim 2008*. Bonn: Rudolf Habelt, p. 317-330 (Universitätsforschungen zur prähistorischen Archäologie 194).
- BREPOHL, E. (2015) – *Theorie und Praxis des Goldschmieds*. München: Carl Hanser, 600 p. (17.^a edição actualizada).
- CARDOSO, J. L. (1984) – Breve nota sobre um artefacto pré-histórico encontrado na serra de Sintra. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 5, p. 65-67.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia Resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1994) – *Leceia 1983-1993 Escavações do povoado fortificado pré-histórico. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Número especial*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1999) – Copper metallurgy and the importance of other raw materials in the context of Chalcolithic economic intensification in Portuguese Estremadura. *Journal of Iberian Archaeology*. Lisboa. 1, p. 93-109.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras (Oeiras)*. Oeiras. 8, p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madriider Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2009) – Espólios do povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Sesimbra): as colheitas do arq. Gustavo Marques. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (1), p. 73-114.
- CARDOSO, J. L. (2012) – O povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados dos trabalhos realizados entre 2004 e 2008. In FERNANDES, I. C. F. & SANTOS, M. T. (ed.) – *Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo*. Palmela: Município de Palmela, p. 47-63.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2017) – O povoado pré-histórico fortificado do Outeiro Redondo, Sesimbra. Breve síntese dos trabalhos até ao presente realizados (2005-2015). *Akra Barbarion*. Sesimbra. 2, p. 175-197.
- CARDOSO, J. L. & BARROS, A. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análises de proveniências. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2016-2017) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 233-392.

- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2018) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24.
- CARDOSO, J. L., CARDOSO, G. & ENCARNAÇÃO, J. (2013) – O campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L., SOARES, A. M. M. & MARTINS, J. M. M. (2010-2011) – Fases de ocupação e cronologia absoluta da fortificação calcolítica do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 553-578.
- CARRASCO RUS, J. & PACHÓN ROMERO, J. A. (2009) – Algunas cuestiones sobre el registro arqueológico de la Cueva de los Murciélagos de Albuñol (Granada) en el contexto neolítico andaluz y sus posibles relaciones con las representaciones esquemáticas. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 19, p. 227-287.
- DE LA VEGA, G. (1918 [1609]) – *El reino de los Incas del Peru*. Boston: Allyn & Bacon, 66 p.
- DELGADO-RAACK, S. & RISCH, R. (2008) – Lithic perspectives on metallurgy: an example from Copper and Bronze Age south-east Iberia. In LONGO, L. & SKAKUN, N. (ed.) – “Prehistoric Technology” 40 Years Later. *Functional Studies and the Russian Legacy. Verona, 20th-23rd April 2005*. Oxford: Archaeopress, p. 235-252 (BAR International Series 1783).
- DUGAST, S. (1986) – La pince et le soufflet: deux techniques de forge traditionnelles au Nord-Togo. *Journal des africanistes*. Paris. 56 (2), p. 29-53.
- HUNDT, H.-J. (1975) – Steinerne und kupferne Hämmer der frühen Bronzezeit. *Archäologisches Korrespondenzblatt*. Mogúncia. 5, p. 115-120.
- NOCETE CALVO, F., LIZCANO PRESTEL, R. & NIETO LIÑÁN, J. M. (2004) – Aproximación a la prácticas sociales: contextos y tiempo en Cabezo Juré. In NOCETE CALVO, F. (ed.) – *Odiel: Proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 343-375.
- PEREIRA, F., FURTADO, M. J., SOARES, A. M. M., ARAÚJO, M. F., SILVA, R. J. C. & CARDOSO, J. L. (2013) – Estudo das evidências de produção metalúrgica no Outeiro Redondo (Sesimbra). In ARNAUD, J. M., MARTINS, A. & NEVES, C. (ed.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 463-468.
- RISCH, R. (2002) – *Recursos naturales, medios de producción y explotación social: un análisis económico de la industria lítica de Fuente Álamo (Almería), 2250-1400 antes de nuestra era*. Mainz: Philipp von Zabern, 383 p. (Iberia Archaeologica 3).
- SOUSA, A. C. (1998) – *O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 276 p. (Trabalhos de Arqueologia 11).
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de doutoramento em Pré-história apresentada à Universidade de Lisboa, 1075 p.
- THIRAULT, E. (2001) – *Production, diffusion et usages des haches néolithiques dans les Alpes occidentales et le Bassin du Rhône*. Tese de doutoramento em Pré-história apresentada à Universidade Lumière de Lyon, 734 p.
- UERPMANN, H.-P. & UERPMANN, M. (2003) – *Zambujal. Die Stein- und Beinartefakte aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz: Philipp von Zabern, 322 p. (Madrider Beiträge 5,4).

**SOBRE A PRESENÇA DE LÂMINAS DE SÍLEX OOLÍTICO
(E OUTRAS MATÉRIAS-PRIMAS EXÓGENAS) NO POVOADO CALCOLÍTICO
DO OUTEIRO REDONDO (SESIMBRA, PORTUGAL):
INTERACÇÃO DURANTE O 3.º MILÉNIO a.C. NO SUDOESTE PENINSULAR**

***ABOUT THE PRESENCE OF OOLITHIC FLINT BLADES
AND OTHER EXOGENOUS LITHIC RAW MATERIALS IN THE CHALCOLITHIC
SETTLEMENT OF OUTEIRO REDONDO (SESIMBRA, PORTUGAL):
INTERACTION DURING THE 3rd MILLENNIUM BC ON SOUTHWESTERN IBERIA***

João Luís Cardoso¹; Marco António Andrade² & Filipe Martins³

Abstract

The development of extensive exchange networks during the 3rd millennium BC, established and strengthened by the consolidation of stable archaeo-metallurgical societies, has boosted the long-distance circulation of raw materials and artefacts whose provenance areas are sometimes located more than 200 km away from the site where they were ultimately used – thus being viewed as hyper-regional procurement/ acquisition goods. The presence, in Chalcolithic contexts of the Portuguese Estremadura, of exogenous elements such as amber, ivory, variscite, and certain lithic raw materials used in the production of flaked stone and polished stone tools, indicates precisely the extent of these interaction diagrams, with diffusion routes covering vast geographic areas. Within the large and diversified set of the lithic industry from the Chalcolithic fortified settlement of Outeiro Redondo, located in the Western area of Setúbal peninsula (municipality of Sesimbra, Estremadura, Portugal) and occupied for most of the 3rd millennium BC, artefacts (exclusively large blades) were recognized whose macro-petrographic features indicate that they are elements produced using oolitic flint (to which one can associate the presence of other exogenous raw materials, such as rhyolite), mostly integrated in stratigraphic or structural contexts dated from the Middle Chalcolithic local chrono-zone (second half of the 3rd millennium BC). Such presence, coupled with the apparent absence of usable oolitic silicifications on the Jurassic formations of Western Iberia (but widely documented in Southern Spain, between the areas of Malaga and Granada), allows to integrate this site into those schemes of long-distance trade encompassing the whole Southwestern Iberia during the 3rd millennium BCE, as a recipient of items with an “exotic” character – although being debatable their “sumptuous consumption” as “prestige goods”, precisely on the basis of the evidence from Outeiro Redondo, where the elements show intense use-wear marks.

Key-words: Chalcolithic, Long-distance trade, Oolitic flint, Outeiro Redondo, Rhyolite, Southwestern Iberia.

¹ Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

² UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. marcoandrade@campus.ul.pt

³ Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

1 - INTRODUÇÃO

Durante a revisão recente de parte dos materiais arqueológicos recolhidos na segunda metade do século passado por Gustavo Marques no povoado calcolítico do Outeiro Redondo (MARQUES, 1967; *cf.* CARDOSO, 2009), em exposição no *Centro de Interpretação do Património Rafael Monteiro* (instalado no Castelo de Sesimbra), foi identificada uma lâmina cuja matéria-prima apresentava características macroscópicas distintas dos restantes artefactos expostos, aparentando tratar-se de sílex manifestamente exógeno (não coincidindo com os tipos reconhecidos no Ocidente peninsular até ao momento), podendo referir-se possivelmente a sílex oolítico. Da mesma maneira, outras peças, recolhidas durante as intervenções recentes conduzidas neste sítio por um dos signatários (J.L.C.), afiguravam-se nitidamente (mesmo apenas com base numa observação *in visu*) como elementos de sílex oolítico.

Têm sido debatidos recentemente os esquemas de circulação dos sílices oolíticos (assim como dos riólitos), genericamente sobre a forma de grandes lâminas ou grandes pontas bifaciais, provenientes do Sul de Espanha (da região entre Málaga e Granada, na área do Sub-Bético Médio e do Complexo do Campo de Gibraltar) – esquemas estes enquadrados no contexto da crescente complexificação social inerente à afirmação e consolidação das sociedades de arqueometalurgistas do 3.º milénio a.C. (AFONSO MARRERO *et al.*, 2011; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ & MORGADO RODRÍGUEZ, 2005; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ *et al.*, 2006; MORGADO RODRÍGUEZ *et al.*, 2008 e 2009; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; NOCETE *et al.*, 2005 e 2006; DOMÍNGUEZ-BELLA *et al.*, 2004). Estas redes de circulação de matérias-primas exóticas a longa distância, onde se inclui o sílex oolítico (mas também o âmbar, o marfim, a variscite e o cinábrio) são tradicionalmente assumidas como indicadoras de realidades sócio-político-económicas complexas reflectindo dinâmicas de acção e interacção entre *centros* e *periferias*, compassadas pelos distintos graus de especialização e estratificação hierárquica das sociedades calcolíticas regionais, sustentadas pelo fornecimento e consumo de bens de prestígio.

Como se verá adiante, não é inédita a presença de artefactos de sílex oolítico em contextos calcolíticos do Sul do território actualmente português e área contígua da Extremadura espanhola (*cf.* BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015; CERRILLO CUENCA, 2009; MENDONÇA & CARVALHO, 2016; VALERA, 2017; VALERA & ANDRÉ, 2016-2017); no entanto, o caso aqui apresentado, corresponde, até ao momento, à ocorrência mais ocidental de artefactos produzidos sobre esta matéria-prima, inscrevendo o povoado calcolítico do Outeiro Redondo no contexto de extensas áreas de circulação e intercâmbio de matérias-primas, cobrindo todo o Sul peninsular durante o 3.º milénio a.C.

Neste mesmo contexto se inscrevem as grandes lâminas de riólito do Sudoeste peninsular, aparentemente partilhando a mesmas rotas de difusão das lâminas de sílex oolítico. A presença de elementos de riólito no povoado do Outeiro Redondo, em ambientes estratigraficamente associáveis àqueles onde foram recolhidos os elementos de sílex oolítico, sugere assim a circulação paralela destes dois tipos petrográficos, ainda que de origens e natureza muito distintas.

Este texto pretende assim apresentar a descrição e caracterização petrográfica destas peças, integrando-as nas redes de interacção e de circulação de matérias-primas por elas representadas.

2 – BREVE CARACTERIZAÇÃO DO POVOADO FORTIFICADO CALCOLÍTICO DO OUTEIRO REDONDO

Apresenta-se a síntese dos resultados obtidos nas oito campanhas arqueológicas de escavações até ao presente realizadas sob direcção do primeiro signatário no local entre 2005 e 2016 (CARDOSO, 2017).

As trinta análises de radiocarbono efectuadas permitiram situar a ocupação do sítio entre cerca de 2600 e 2100 cal BC (CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011).

No decurso dos cerca de 500 anos de presença humana naquela elevação rochosa (Fig. 1), dominando a baía de Sesimbra, construiu-se um poderoso dispositivo defensivo, recorrendo a grandes blocos de calcário duro (Fig. 2), disponíveis localmente, o qual envolve a parte mais elevada do morro, possuindo planta elipsoidal. Esta linha muralhada defendia espaço ocupado por diversas estruturas habitacionais, de planta circular ou elipsoidal, às quais, por vezes, se agregavam estruturas de combustão, nalguns casos utilizadas para a metalurgia do cobre, actividade económica muito bem documentada no local (CARDOSO, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017).

A análise conjunta da cronologia absoluta, da sucessão estratigráfica identificada, da tipologia dos espólios arqueológicos recolhidos e da sequência construtiva, integrando tanto estruturas habitacionais como defensivas, permitiu traçar as seguintes correlações (CARDOSO, 2017):

1.ª fase cultural – Calcolítico Inicial (2600-2500 cal BC) – ténue presença metalúrgica; produções cerâmicas com decoração canelada; ausência de estruturas defensivas; estruturas habitacionais representadas por cabanas de planta subcircular e lareiras estruturadas.

Pequeno hiato na ocupação do local (que poderia não ser total), talvez de uma ou duas dezenas de anos, na sequência de grande incêndio que arrasou a parte mais densamente ocupada do povoado, correspondendo a plataforma situada do seu lado Leste (Fig. 3).

2.ª fase cultural – Calcolítico Pleno (2500-2100 cal BC) – forte actividade metalúrgica; produções cerâmicas com decorações em “folha de acácia”, “crucífera” e motivos associados; presença de estruturas defensivas correspondentes uma única fase construtiva; estruturas habitacionais representadas por cabanas de planta elipsoidal e lareiras estruturadas, coevas e mais modernas da única fase defensiva identificada. As últimas possuem por vezes plantas ortogonais (Fig. 4).

3 – DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO PETROGRÁFICA DAS LÂMINAS DE SÍLEX OOLÍTICO E DE RIÓLITO

Além da identificação de um exemplar isolado integrado nas recolhas antigas de Gustavo Marques (Fig. 6, n.º 8; Fig. 10, n.º 5), os restantes, todos eles reproduzidos nas Figs. 6 e 10, foram identificados por análise macroscópica no decurso da revisão da totalidade das indústrias líticas de pedra lascada recolhidas entre 2005 e 2016, com tal finalidade, pelo que correspondem a todos os exemplares de sílex oolítico e de riólito dali provenientes resultantes das escavações efectuadas sob responsabilidade de um de nós (J.L.C.). Tais artefactos distinguiram-se sem grandes dificuldades dos exemplares de sílex do Cenomaniano muito alterado ou sílex do Jurássico não oolítico, uns e outros disponíveis regionalmente. Os registos de artefactos produzidos sobre sílex oolítico ascendem assim a cinco elementos, aos quais se associam três outros produzidos sobre riólito – igualmente apresentados nas Figs. 6 e 10 – matéria-prima siliciosa também exógena e por isso mesmo objecto de discussão.

3.1 – Materiais e métodos

Foi atribuído um código de registo específico aos elementos analisados, composto pelo acrónimo de sítio (ORed), seguido pela sigla relativa a matérias-primas siliciosas (Sx) e numeração sequencial por ordem de análise (1 a 7). Para a peça recolhida durante as intervenções de Gustavo Marques, manteve-se a referência original atribuída no respectivo inventário museológico (nomeadamente, CS_S-81.163).

Os artefactos identificados são exclusivamente lâminas, recolhidas maioritariamente na Camada 2, enquadrável no Calcolítico Pleno (datada de 2500-2100 cal BC com cerca de 95% de probabilidade; *cf.* CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 238).

Apenas um elemento é atribuível a uma fase imediatamente anterior, integrado na Camada 3, enquadrável num momento terminal do Calcolítico Inicial (datada de 2600-2500 cal BC com cerca de 95% de probabilidade; *cf.* CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 238).

Tais peças foram identificadas unicamente dentro do espaço interno do dispositivo defensivo, associadas a estruturas habitacionais (Cabanas R e AA) ou a áreas funcionais articuladas com outro tipo de estruturas (Estruturas B, O, P e V) (Quadro 1 e Fig. 5).

Quadro 1 – Distribuição das lâminas de sílex oolítico e de riólito recolhidas no povoado calcolítico do Outeiro Redondo, por contexto estratigráfico e respectiva integração cultural.

Referência	Matéria-prima	Contexto estratigráfico/estrutural	Altimetria	Integração cultural
CS_S-81.163	Sílex oolítico	?	Superfície?	Calcolítico
ORed-Sx1	Sílex oolítico	Camada 3. Sanja 2; Interior da Muralha / Cabana R – cabana de planta sub-circular assente no substrato geológico	80-100 cm	Final do Calcolítico Inicial
ORed-Sx2	Sílex oolítico	Camada 2. Q2; Exterior da Estrutura AA – cabana de planta sub-rectangular	30-50 cm	Calcolítico Pleno
ORed-Sx3	Sílex / calcário silicificado oolítico	Camada 2. Junta à Estrutura O – estrutura de combustão aparentemente a céu aberto	0-20 cm	Calcolítico Pleno
ORed-Sx4	Riólito	Camada 2. Junto à Estrutura V	0-60 cm	Calcolítico Pleno
ORed-Sx5	Sílex oolítico	Camada 2. Junto à Estrutura P	40-60 cm	Calcolítico Pleno
ORed-Sx6	Riólito	Camada 2. Interior da Estrutura B (rectângulo A1)	0-20 cm / 40-60 cm	Calcolítico Pleno
ORed-Sx7	Riólito	Camada 2. Interior da Estrutura B (rectângulo A2)	0-20 cm	Calcolítico Pleno

Em termos estatísticos, considerando apenas o conjunto com indicações estratigráficas precisas recolhido durante as intervenções recentes, excluindo da contabilidade a colecção de Gustavo Marques por se tratarem de recolhas selectivas não representativas da totalidade da indústria lítica (*cf.* CARDOSO, 2009 e 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017; CARDOSO & MARTINS, 2018, no prelo), estas peças atingem 1,22% do total dos artefactos de pedra lascada presentes no povoado do Outeiro Redondo recolhidos nas escavações realizadas entre 2005 e 2016.

Face ao número total dos produtos alongados (lâminas e lamelas, brutas ou retocadas), os exemplares em causa correspondem a 4,48% (2,56% ao sílex oolítico e 1,92% ao riólito).

Se contabilizados a totalidade dos produtos alongados recolhidos, incluindo outros utensílios utilizando segmentos de lâminas e lamelas como suporte (tais como raspadeiras, furadores, entalhes e denticulados), os elementos aqui analisados referem-se a cerca de 3,70% do total (correspondendo 2,11% ao sílex oolítico e 1,59% ao riólito).

Em termos da representatividade destas matérias-primas nas distintas fases de ocupação do Outeiro Redondo, constata-se que a maioria se reporta à Camada 2, correspondendo à ocupação do Calcolítico Pleno / Final do sítio, contabilizando cerca de 1,33% do total do conjunto de pedra lascada e a 3,80% da totalidade dos produtos alongados relativos a esta fase (distribuindo-se os elementos de sílex oolítico e riólito em valores percentuais idênticos de 0,66% no conjunto da pedra lascada e 1,90% no conjunto dos produtos alongados). Da Camada 3, datável de uma fase terminal do Calcolítico Inicial, provém um único elemento (em sílex oolítico, estando ausente o riólito nos contextos desta fase), correspondendo a 0,82% do total do conjunto de pedra lascada e a 3,22% da totalidade dos produtos alongados relativos a esta fase, representada pela Camada 3 (Quadro 2).

Quadro 2 – Quantificação global da utensilagem de pedra lascada no povoado calcolítico do Outeiro Redondo (Campanhas 2005-2008 e 2013-2016), assim como dos utensílios sobre produtos alongados e respectiva distribuição estratigráfica, com indicação da *ratio* de incidência dos elementos de sílex oolítico e riólito.

Indústria de pedra lascada sem especificação de classe tecnológica*	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico Pleno / Final)		Total		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Campanhas 2005-2008	32	26,23%	145	32,22%	177	30,94%	
Campanhas 2013-2016	90	73,77%	305	67,78%	395	69,06%	
Total	122	100%	450	100%	572	100%	
<i>Ratio</i> dos elementos de sílex oolítico	1	0,82%	3	0,66%	4	0,70%	
<i>Ratio</i> dos elementos de riólito	/	/	3	0,66%	3	0,52%	
<i>Ratio</i> absoluto de sílex oolítico e riólito	1	0,82%	6	1,33%	7	1,22%	
Utensílios líticos sobre produtos alongados*	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico Pleno / Final)		Total		
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Lamelas	11	35,48%	68	43,04%	79	41,80%	
Lâminas	14	45,16%	63	39,87%	77	40,74%	
Raspadeiras	sobre lamela	/	/	3	1,90%	3	1,59%
	sobre lâmina	2	6,45%	7	4,43%	9	4,76%
Entalhes e denticulados sobre lâmina	1	3,23%	1	0,63%	2	1,06%	
Furadores sobre lâmina	3	9,68%	16	10,13%	19	10,05%	
Total	31	100%	158	100%	189	100%	
<i>Ratio</i> dos elementos de sílex oolítico	1	3,22%	3	1,90%	4	2,11%	
<i>Ratio</i> dos elementos de riólito	/	/	3	1,90%	3	1,59%	
<i>Ratio</i> absoluto de sílex oolítico e riólito	1	3,22%	6	3,80%	7	3,70%	

*Contabilizados todos os utensílios líticos recolhidos em todas as campanhas de escavação, de 2005 a 2016 (CARDOSO, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017; CARDOSO & MARTINS, 2018, no prelo), não estando contemplados os elementos recolhidos por G. Marques, sem indicação estratigráfica.

Para a análise destes elementos, optou-se pelo estudo detalhado das características meso e microscópicas das matérias-primas, determinando as suas áreas prováveis de proveniência tanto com base no conhecimento prévio das características das variadas amostras geológicas disponíveis para comparação como nas descrições e caracterizações patentes na literatura respectiva.

Ficando claro dos quadros anteriores serem as peças do Outeiro Redondo agora em apreço exemplares de excepção neste contexto geográfico (questão igualmente levantada a respeito da análise dos elementos de

Los Millares em AFONSO MARRERO *et al.*, 2011, p. 302), dispensou-se a caracterização microscópica com recurso à análise de lâminas delgadas – dado o carácter destrutivo, pelo menos parcial, da sua realização, mesmo reconhecendo que as análises deste tipo poderiam fornecer dados mais concretos a respeito da mineralogia e constituintes esqueléticos dos elementos (ANGELLUCI, 2010; *cf.* também AFONSO MARRERO *et al.*, 2011; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016; p. 224).

Optou-se, assim, pela análise mesoscópica não destrutiva e respectiva caracterização petrográfica possível com lupa binocular – julgando-se suficiente, neste âmbito específico de estudo, para uma aproximação às áreas prováveis de proveniência de matérias-primas, tendo em conta os constituintes esqueléticos e não esqueléticos observáveis.

As observações foram realizadas usando lupa binocular estereoscópica Wild Heerburgg M8 (aumento de 45×), sendo as macro-fotografias obtidas usando microscópio USB Veho VMS-100, com aumentos de 45× e 200×, com humedificação ocasional das peças para realce dos constituintes petrográficos.

Os resultados foram comparados com os obtidos sobre amostras geológicas das formações do Sul e Sudoeste peninsular onde se registam silicificações oolíticas (AFONSO MARRERO *et al.*, 2011; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016; MORGADO *et al.*, 2008; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; NOCETE *et al.*, 2005 e 2006) e conseqüente comparação com exemplos de silicificações jurássicas documentadas no contexto geográfico do Ocidente peninsular (AUBRY *et al.*, 2009, 2012 e 2016; AUBRY, MANGADO LLACH & MATIAS, 2014 e 2016; JORDÃO, 2010; JORDÃO & PIMENTEL, 2012 e 2017; MATIAS, 2012 e 2016)

Foram utilizados neste contexto os parâmetros descritivos, em termos de nomenclatura e respectivas siglas, actualmente utilizados no âmbito da descrição petrográfica de amostras geológicas e arqueológicas (*cf.* AUBRY *et al.*, 2009 e 2012; AUBRY, MANGADO LLACH & MATIAS, 2012; MANGADO LLACH, 2004 e 2006; MATIAS, 2012 e 2016), procurando manter-se assim a uniformidade terminológica.

3.2 – Descrição e caracterização macro-petrográfica

Como foi referido acima, os elementos identificados correspondem exclusivamente a lâminas (Figs. 6 e 10). Trata-se de elementos de fase plena de debitage, obtidos por pressão, de perfil maioritariamente direito, sendo perceptível pela relação largura/espessura (embora apenas se registem exemplares fragmentados, distribuídos entre porções distais, mesiais e proximais) que corresponderiam a exemplares de média a grande dimensão – oscilando aquelas medidas entre 2,29 cm e 3,11 cm de largura e entre 0,60 cm e 1,38 cm de espessura (Gráfico 1). Apresentam-se retocadas, à excepção de ORed-Sx5 – apresentando esta, contudo, óbvios sinais de utilização evidentes pelo esquirolamento dos seus gumes.

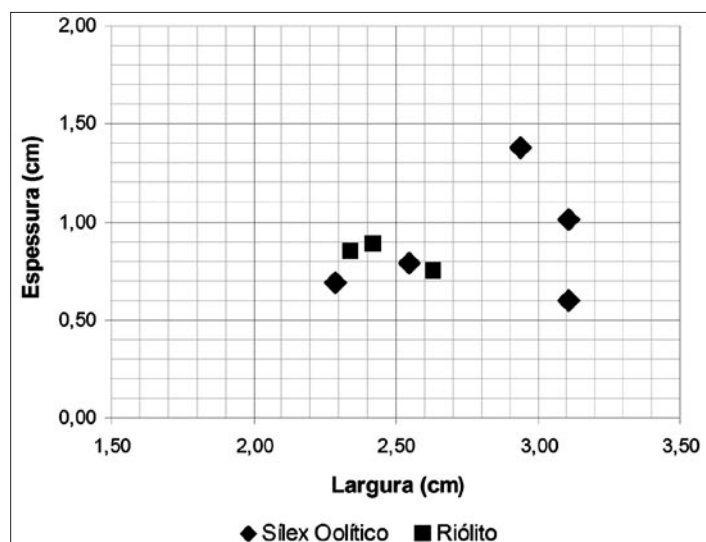


Gráfico 1 - Distribuição da relação Largura/Espessura (em cm) das lâminas de sílex oolítico e riólito recolhidas no povoado calcolítico do Outeiro Redondo.

Os exemplares caracterizam-se, morfológica e petrograficamente, da seguinte forma, salvaguardando-se a eventual presença de outros constituintes mineralógicos, esqueléticos e não esqueléticos, apenas identificáveis com recurso à observação em lâmina delgada:

– **CS_S-81.163** (Fig. 6, n.º 8; Fig. 10, n.º 5): Fragmento mesial de lâmina retocada, medindo $4,89 \times 3,11 \times 0,60$ cm,¹ de secção trapezoidal abatida e bordos semi-paralelos; sílex opaco, de grão fino, de tonalidade cinzento-rosada a acastanhada (MSSC 7.5YR 5.5/2, *pinkish gray* a *Brown*²), com distribuição de cor lisa; boa aptidão para talhe, sendo de superfície regular; apresenta textura *packstone-grainstone*, de estrutura oolítica com cimento esparítico; são visíveis pequenos zonamentos correspondentes a micro e macro-grãos de quartzo, assim como alguns possíveis elementos de quartzo fibroso; conserva alguns fragmentos bioclásticos vestigiais, dispersos na matriz oolítica, aparentemente correspondendo a foraminíferos e ostracodos, e possivelmente radiolários e *incertae sedis*; apresenta uma alta densidade de oólitos (com diâmetros entre 0,20 mm e 0,28 mm), maioritariamente de estruturação concêntrica com capeamento superficial único de calcite sobre núcleo de quartzo (por vezes com oxidação), associados a *pellets*, pelóides e intraclastos residuais; regista-se a aglomeração ocasional de constituintes com óxidos de ferro, assim como escassos pseudomorfos e porosidades intersticiais; aparenta tratamento térmico (Fig. 11).

– **ORed-Sx1** (Fig. 6, n.º 1; Fig. 10, n.º 1): Fragmento distal de lâmina retocada, medindo $7,37 \times 2,29 \times 0,69$ cm, de secção trapezoidal e bordos paralelos; sílex opaco, de grão fino, de tonalidade castanho-acinzentada (MSSC 2.5Y 3.5/2, *dark grayish brown* a *very dark grayish brown*), com distribuição de cor lisa; muito boa aptidão para talhe, sendo de superfície regular; apresenta textura *packstone-grainstone*, de estrutura oolítica com cimento esparítico; são visíveis pequenos zonamentos correspondentes a micro e macro-grãos de quartzo, assim como alguns possíveis elementos de calcedónia e biotite; poderá conservar alguns fragmentos bioclásticos vestigiais, dispersos sem representatividade na matriz oolítica (> 1% dos constituintes), possivelmente correspondendo a foraminíferos, ostracodos, espículas monoaxónicas e *incertae sedis* (assim como alguns possíveis vestígios de equinóides e caules de algas carófitas, estes últimos sem certeza); apresenta uma alta densidade de oólitos (com diâmetros entre 0,13 mm e 0,17 mm), maioritariamente de estruturação concêntrica com capeamento superficial único de calcite sobre núcleo de quartzo, associados a *pellets*, pelóides, óxidos de ferro e intraclastos residuais; regista-se a aglomeração ocasional de constituintes com óxidos de ferro, assim como a presença de escassos pseudomorfos e porosidades intersticiais preenchidas por calcite; aparenta tratamento térmico (Fig. 12).

– **ORed-Sx2** (Fig. 6, n.º 2; Fig. 10, n.º 2): Fragmento mesial de lâmina retocada, medindo $6,24 \times 2,94 \times 1,38$ cm de secção trapezoidal espessa e bordos paralelos; sílex opaco, de grão fino, de tonalidade castanho-acinzentada (MSSC 2.5Y 3.5/2, *dark grayish brown* a *very dark grayish brown*), com distribuição de cor lisa; muito boa aptidão para talhe, sendo de superfície regular; apresenta textura *packstone-grainstone*, e estrutura oolítica a pisolítica com cimento esparítico; são visíveis pequenos zonamentos correspondentes a micro e macro-quartzos, não sendo perceptíveis macroscopicamente quaisquer outros elementos mineralógicos evidentes; conserva fragmentos bioclásticos vestigiais, dispersos sem representatividade na matriz oolítica (> 1% dos constituintes), possivelmente correspondendo a foraminíferos, ostracodos, espículas monoaxónicas e *incertae sedis* (assim como alguns possíveis vestígios de caules de algas carófitas, sem certeza); apresenta uma alta densidade de oólitos (com diâmetros entre 0,16 mm e 0,30 mm, alguns com dimensão superior

¹ As medidas apresentadas, daqui em diante, referem-se a *comprimento conservado* \times *largura* \times *espessura*, em cm.

² As gamas de cor apresentadas, daqui em diante, referem-se às lidas com recurso ao *Munsell Soil Color Charts*, ed. 2000.

correspondendo a pisólitos), maioritariamente de estruturação concêntrica com capeamento superficial único de calcite sobre núcleo de quartzo (por vezes com oxidação), com abundantes *pellets* associados a pelóides, óxidos de ferro, grãos de quartzo detrítico e intraclastos residuais; regista-se a presença de porosidades intersticiais; apresenta alteração térmica do tipo *potlid* (Fig. 13).

- **ORed-Sx3** (Fig. 6, n.º 3; Fig. 10, n.º 3): Fragmento mesial de lâmina retocada, medindo 4,13 × 3,11 × 1,01 cm, de secção sub-triangular e bordos semi-paralelos; sílex opaco, de grão grosseiro (podendo corresponder a calcário silicificado ou área grosseira do bloco próximo ao córtex), de tonalidade amarelo-acastanhada (MSSC 10YR 5.5/4, *light yellowish brown a yellowish brown*), com distribuição de cor lisa; aptidão para talhe aceitável, sendo de superfície regular; apresenta textura *grainstone*, e estrutura oolítica a pisolítica com cimento esparítico; são visíveis pequenos zonamentos correspondentes a macro-grãos de quartzo, não sendo perceptíveis quaisquer outros elementos mineralógicos evidentes; conserva um maior número de fragmentos bioclásticos (embora minoritários na matriz), correspondendo a foraminíferos, ostracodos e espículas monoaxónicas (com possíveis vestígios de equinóides, crinóides e bivalves); apresenta uma alta densidade de oólitos, com diâmetros dispostos entre 0,12 mm e 0,26 mm, alguns poucos com dimensão superior correspondendo a pisólitos, maioritariamente de estruturação concêntrica com capeamento superficial único de calcite sobre núcleo de quartzo ou oxidações, associados a *pellets*, óxidos de ferro e grãos de quartzo detrítico; regista-se a presença de porosidades intersticiais preenchidas por calcite; concreções ferruginosas pós-depositacionais; evidencia-se que a oxidação dos constituintes terá ocorrido pós-talhe, não estando registada em áreas de fractura recente (Fig. 14).

- **ORed-Sx5** (Fig. 6, n.º 5; Fig. 10, n.º 4): Fragmento mesial de lâmina não retocada (mas com evidentes sinais de uso), medindo 5,50 × 2,55 × 0,79 cm, de secção sub-trapezoidal e bordos convergentes; sílex opaco, de grão fino, de tonalidade castanho-acinzentada (MSSC 2.5Y 3.5/2, *dark grayish brown a very dark grayish brown*), com distribuição de cor lisa; muito boa aptidão para talhe, sendo de superfície regular; apresenta textura *packstone-grainstone*, de estrutura oolítica a pisolítica com cimento esparítico; são visíveis pequenos zonamentos correspondentes a macro-grão de quartzo, não sendo perceptíveis quaisquer outros elementos mineralógicos evidentes; conserva fragmentos bioclásticos vestigiais, dispersos sem representatividade na matriz oolítica (> 1% dos constituintes), possivelmente correspondendo a foraminíferos, espículas monoaxónicas e *incertae sedis*; apresenta uma alta densidade de oólitos (com diâmetros dispostos entre 0,17 mm e 0,30 mm, alguns com dimensão superior correspondendo a pisólitos), maioritariamente de estruturação concêntrica com capeamento superficial único de calcite sobre núcleo de quartzo (por vezes com oxidação), com abundantes *pellets* associados a pelóides, óxidos de ferro e grãos de quartzo detrítico; regista-se a presença de possíveis elementos de moscovite; apresenta alteração térmica do tipo *potlid* (Fig. 15).

Quanto aos três elementos de riólito, estes descrevem-se da seguinte forma:

- **ORed-Sx4** (Fig. 6, n.º 4; Fig. 10, n.º 6): Fragmento distal de lâmina retocada, medindo 4,88 × 2,63 × 0,75 cm, de secção trapezoidal e bordos paralelos; rocha siliciosa de grão fino, de tonalidade cinzento-esverdeada (MSSC GLEY1 3.5/5G, *grayish green a very dark grayish green*), com distribuição de cor lisa; muito boa aptidão para talhe, sendo de superfície regular; matriz microcristalina, registando-se a presença de elementos de quartzo, feldspatos angulosos e minerais lenticulares/laminares negros (possivelmente biotite), assim como escassos óxidos de ferro (pequenos nódulos dispersos ou preenchendo fissuras) e possíveis lamelas de moscovite residual; desenvolvimento de veios de quartzo; constituintes com distribuição linear paralela dentro da matriz (Fig. 16).

- **ORed-Sx6** (Fig. 6, n.º 6; Fig. 10, n.º 7): Fragmentos proximal e mesial (recolados) de lâmina retocada, medindo 10,71 × 2,42 × 0,89 cm, de secção sub-trapezoidal, com talão diedro agudo e bordos paralelos, compatível com debitação por pressão com recurso a alavanca; rocha siliciosa de grão fino, de tonalidade cinzento-esverdeada (MSSC GLEY1 4.5/5GY, *greenish gray a dark greenish gray*), com distribuição de cor lisa; muito boa aptidão para talhe, sendo de superfície regular; matriz microcristalina, registando-se a presença de elementos de quartzo, óxidos de ferro (pequenos nódulos dispersos) e minerais negros (possivelmente biotite), assim como escassos feldspatos angulosos; desenvolvimento de veios e pequenas massas de quartzo (Figs. 17 e 18).

- **ORed-Sx7** (Fig. 6, n.º 7; Fig. 10, n.º 8): Fragmento mesial de lâmina retocada, medindo 8,70 × 2,34 × 0,85 cm, de secção trapezoidal e bordos paralelos, com ambas as extremidades maceradas por uso; rocha siliciosa de grão fino, muito alterada (MSSC 2.5Y 6.5/3, *light yellowish brown a pale yellow*, correspondendo à superfície de alteração), sendo perceptível em fractura recente a tonalidade cinzento-esverdeada original (MSSC GLEY1 4/5G, *dark greenish gray*); boa aptidão para o talhe, sendo de superfície regular; superfície alterada, com concreção de aspecto pulverolento, impossibilitando avaliação petrográfica rigorosa sem recurso a outra escala de análise, sendo o observado genericamente ratificado em pequena área com fractura recente; matriz microcristalina, registando-se a presença de elementos de quartzo, óxidos de ferro (pequenos nódulos dispersos) e minerais negros (possivelmente biotite), assim como escassos feldspatos angulosos (Fig. 18).

Quadro 3 – Quadro-síntese dos atributos petrográficos das lâminas de sílex oolítico recolhidas no povoado calcítico do Outeiro Redondo.

Ref. ^a	Textura	Estrutura Sedimentar	Mineralogia	Const. Esqueléticos / Bioclastos	Const. não Esqueléticos / Porosidade	Cim.	Alteração
CS(S)-81.163	PAC-GRN	OOL	MQ; mQ; QF?	FOR; OST; RAD?; INS?	OOL; PEL; PEO; OxF; INT; MOL; CaCo ₃ ?; FEN	ESP	Térmica ?
ORed-Sx1	PAC-GRN	OOL	MQ; mQ; CAL?; BIO?	(FOR; OST?; ESP; CHA?; ECH?; INS)	OOL; PEL; PEO; OxF; INT; MOL; FEN	ESP	Térmica ?
ORed-Sx2	PAC-GRN	OOL/PIS	MQ; mQ	(FOR; ESP?; CHA?; OST?; INS)	OOL; PEL; PEO; OxF; Q-Ter?	ESP	Térmica (<i>potlid</i>)
ORed-Sx3	GRN	OOL/PIS	MQ	FOR; OST; ECH?; CRI? ESP?; BIV?	OOL; PEL; OxF; FEN; Q-Ter; CaCo ₃ ?	ESP	Concreções ferruginosas
ORed-Sx5	PAC-GRN	OOL/PIS	MQ; mQ	(FOR?; ESP?; INS?)	OOL; PEL; PEO; OxF; Q-Ter?; MOS?	ESP	Térmica (<i>potlid</i>)

Textura: *Grainstone* (GRN), *Mudstone* (MUD), *Packstone* (PAC), *Wackestone* (WAC); **Estrutura:** Anéis de Liesegang (LCR ou LMR, se concêntricos ou múltiplos), Brechóide (BRE), Conglomerado (CNG), Laminação (LAM), Oolítica (OOL), Peloidal Residual (PER), Pisolítica (PIS); **Mineralogia:** Biotite (BIO), Calcedónia (CAL), Cripto-quartzo (CQ), Macro-quartzo (MQ), Micro-quartzo (mQ), Opala (OP), Quartzo Fibroso (QF); **Constituintes Esqueléticos / Bioclastos:** Algas carófitas (CHA), Bivalves (BIV), Braquiópodes (BRA), Briozóários (BRY), Crinóides (CRI), Equinóides (ECH), Espículas (ESP), Foraminíferos (FOR), Gastrópodes (GAS), *Incertae sedis* (INS), Ostracodos (OST), Radiolários (RAD); **Constituintes não Esqueléticos / Porosidade:** Calcite (CaCo₃), Dolomite (DOL), Feldspato (FEL), Intraclastos (INT), Matéria Orgânica (MO), Micrite (MIC), Moscovite (MOS), Oncóides (ONC); Óolitos (OOL), Óxidos de Ferro (OxF), *Pellets* (PEL), Pelóides (PEO), Pisólitos (PIS), Porosidade intersticial – ocos e fissuras (FEN), Porosidade intraparticular (INT), Pseudomorfo (MOL), Quartzo detritico (Q-Ter), Romboedros (ROM); **Cimento:** Esparítico (ESP), Micrítico (MIC), Micro-esparítico (MESP).

3.3 – Definição das áreas prováveis de proveniência

Por uma lógica de otimização de esforços, seria expectável a aquisição local ou regional de matérias-primas para produção e consumo imediato de artefactos líticos talhados – na medida em que se assume que necessidades constantes requereriam aprovisionamento constante, como de facto ocorreria durante o 3.º milénio a.C. com a afirmação e consolidação das sociedades arqueo-metalúrgicas estáveis (questão a debater mais à frente no ponto 4).

Assim, previamente a qualquer definição de áreas de proveniência provável de matérias-primas, há que definir que recursos estariam disponíveis local ou regionalmente para consumo imediato do povoado do Outeiro Redondo. Como se viu, os elementos analisados correspondem a sílices oolíticos de idade jurássica, conclusão baseada nas características dos constituintes esqueléticos reconhecidos.

Amplas formações de calcários jurássicos estão devidamente documentadas na orla meso-cenozóica do Ocidente peninsular, registando-se ocorrências de calcários oolíticos, atribuíveis tanto ao Jurássico Médio (Bajociano, Batoniano e Caloviano) e Jurássico Superior (Oxfordiano e Portlandiano-Kimmeridgiano), nas áreas de Cantanhede, Condeixa/Sicó/Alvaiázere/Tomar, Serra d’El Rei/Nazaré, Maciço Calcário Estremenho (Serras d’Aire e Candeeiros), Serra de Montejunto, Maciço da Arrábida-Espichel, Santiago do Cacém e Algarve (MANUPPELLA & MOREIRA, 1975; *cf.* igualmente notícias explicativas das folhas da Carta Geológica de Portugal referentes a estas áreas) (Fig. 7). Contudo, a identificação de silicificações oolíticas nestas unidades não está devidamente atestada até ao momento; com efeito, o sílex jurássico registado nestas áreas não se refere a sílex de estrutura oolítica, correspondendo a matérias de textura *mudstone* a *wackestone-packstone*, com estruturas sedimentares distribuídas entre peloidal, laminada e brechóide, registando-se ainda o desenvolvimento de *anéis de Liesegang* concêntricos ou múltiplos e a presença significativa de constituintes esqueléticos (a respeito da caracterização destes sílices, *cf.* ALMEIDA, ARAÚJO & AUBRY, 2003; AUBRY *et al.*, 2009, 2012 e 2016; AUBRY, MANGADO LLACH & MATIAS, 2014; MATIAS, 2012 e 2016; VERÍSSIMO, 2004 e 2005) (Fig. 18). Encontram-se, no entanto, silicificações associadas a fácies oolíticas nas formações do Jurássico Superior (“Camadas de Cabaços”) da Serra de Montejunto ou da região de Alcobaça, apresentando as primeiras fraca aptidão para o talhe (não tendo sido provavelmente exploradas) e as segundas apenas alguns escassos possíveis oólitos dispersos pela matriz, sem expressividade na composição da estrutura (*cf.* AUBRY *et al.*, 2009, p. 151; MATIAS, 2012, p. 75 e 2016).

Desta maneira, considerando a aparente ausência de silicificações verdadeiramente oolíticas no Ocidente peninsular, dever-se-á procurar noutros locais os paralelos geológicos (e conseqüentemente as prováveis áreas de proveniência) para as lâminas produzidas sobre esta matéria-prima presentes no povoado do Outeiro Redondo.

Estão documentadas no Sul peninsular, entre o Sub-Bético Médio (Zonas Interna e Externa) e o Complexo do Campo de Gibraltar, quatro instâncias principais de sílex jurássico com características petrográficas facilmente diferenciáveis – podendo três delas, pelas suas particularidades, corresponder às áreas prováveis de proveniência das lâminas de sílex oolítico do Outeiro Redondo (e, em termos genéricos, do Sudoeste peninsular). Referem-se nomeadamente, de Oeste para Este, às silicificações jurássicas das Formações Malaver-Lagarín, Turón, Milanos e Camarena – apresentando-se no Quadro 4 a síntese dos atributos petrográficos destes sílices, de acordo com o descrito na literatura disponível (*cf.* AFONSO MARRERO *et al.*, 2011; BUSTILLO, DELGADO & RUÍZ, 1997; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016; LOZANO *et al.*, 2010 a, 2010 b; MORGADO *et al.*, 2008; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; NOCETE *et al.*, 2005 e 2006; RODRÍGUEZ-TOVAR, MORGADO & LOZANO, 2010 a e 2010 b).

Quadro 4 – Quadro-síntese dos atributos petrográficos dos sílices de tipo Malaver, Turón, Milanos e Camarena, segundo AFONSO MARRERO *et al.*, 2011; BUSTILLO, DELGADO & RUÍZ, 1997; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016; LOZANO *et al.*, 2010 a, 2010 b; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; NOCETE *et al.*, 2005 e 2006; RODRÍGUEZ-TOVAR, MORGADO & LOZANO, 2010 a e 2010 b.

Tipo/Formação	Idade	Posição	Textura	Estrutura Sedimentar	Mineralogia	Const. Esqueléticos/Bioclastos	Const. não Esqueléticos/ Porosidade	Cim.
Malaver	J1-J2	Secundária	WAC-PAC?	OOL	MQ; mQ	FOR; BIV?	FEN; OOL; CaCo ₃	ESP
Turón	J1-J2	Secundária	MUD; WAC	PER?	mQ	ESP; FOR; RAD; BIV <i>Phycosiphon; Chondrite</i>	DOL; OxF; CaCo ₃	MIC
Milanos	J3	Primária e Secundária	PAC; WAC-PAC; PAC-GRN	LAM; PER; OOL	MQ; mQ	ESP; RAD; FOR; BRY?; INS	INT; OOL; OxF; PEL; PIS	MIC?; ESP?
Camarena	J2	Primária e Secundária?	PAC-GRN; GRN	PER; OOL	?	ECH; BIV; FOR	OOL, OxF; PEL; PIS	ESP

Textura: *Grainstone* (GRN), *Mudstone* (MUD), *Packstone* (PAC), *Wackestone* (WAC); **Estrutura:** Anéis de *Liesegang* (LCR ou LMR, se concêntricos ou múltiplos), Brechóide (BRE), Conglomerado (CNG), Laminação (LAM), Oolítica (OOL), Peloidal Residual (PER), Pisolítica (PIS); **Mineralogia:** Biotite (BIO), Calcedónia (CAL), Cripto-quartzo (CQ), Macro-quartzo (MQ), Micro-quartzo (mQ), Opala (OP), Quartzo Fibroso (QF); **Constituintes Esqueléticos/Bioclastos:** Algas carófitas (CHA), Bivalves (BIV), Braquiópodes (BRA), Briozoários (BRY), Crinóides (CRI), Equinóides (ECH), Espículas (ESP), Foraminíferos (FOR), Gastrópodes (GAS), *Incertae sedis* (INS), Ostracodos (OST), Radiolários (RAD); **Constituintes não Esqueléticos/ Porosidade:** Calcite (CaCo₃), Dolomite (DOL), Feldspato (FEL), Intraclastos (INT), Matéria Orgânica (MO), Micrite (MIC), Moscovite (MOS), Oncóides (ONC); Oólitos (OOL), Óxidos de Ferro (OxF), *Pellets* (PEL), Pelóides (PEO), Pisólitos (PIS), Porosidade intersticial – ocos e fissuras (FEN), Porosidade intraparticular (INT), Pseudomorfos (MOL), Quartzo detritico (Q-Ter), Romboedros (RMB); **Cimento:** Esparítico (ESP), Micrítico (MIC), Micro-esparítico (MESP).

Reproduz-se nas Figs. 19 a 21, para comparação, os respectivos aspectos macro e microscópicos (adaptados e remontados a partir de GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016; MORGADO, LOZANO & PELEGRIN, 2011; NOCETE *et al.*, 2005), tanto obtidos sobre amostras geológicas como arqueológicas.

As silicificações da Formação de Malaver-Lagarín (LOZANO *et al.*, 2010 a; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; MORGADO RODRÍGUEZ *et al.*, 2008; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016, p. 229) correspondem aparentemente a sílices de textura *wackestone-packstone*, com estrutura sedimentar oolítica cimentada por carbonatos de cálcio, com a presença de estilólitos preenchidos por quartzo. Trata-se de sílex do Jurássico Inferior a Médio, encontrado em posição secundária em contextos de conglomerados do Miocénico Inferior, resultante do desmantelamento das séries sedimentares do Penibético e Sub-Bético Médio adjacentes, sendo explorado por escavação dos depósitos secundários em que se encontram incluídos (AGUAYO & MORENO, 1998; MORGADO & LOZANO, 2011).

O sílex de tipo Turón (LOZANO *et al.*, 2010 b; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; RODRÍGUEZ-TOVAR, MORGADO & LOZANO; 2010 a, 2010 b; GARCÍA SANJUÁN *et al.* 2016, p. 224-225) corresponde a material de tonalidade cinzenta escura a negra, de grão fino, semi-translúcido, com textura homogênea (de *mudstone* a *wackestone*), de tendência micrítica a biomicrítica, com constituintes esqueléticos principalmente correspondentes a radiolários, espículas e, em menor número, foraminíferos bentónicos e filamentos (bivalves), registando-se igualmente a presença de *chondrite* e *psychosiphon* (bioturbação). Os constituintes não esqueléticos correspondem basicamente a microcristais de dolomite (idiomorfos e romboédricos) e escassos óxidos de ferro, registando-se igualmente a ocorrência de fissuras preenchidas por calcite. Corresponde a

silicificações do Jurássico Inferior a Médio, encontradas em posição secundária nas formações conglomeráticas do Complexo do Campo de Gibraltar, provenientes do desmantelamento das bancadas calcárias das unidades frontais da zona interna do Sub-Bético Médio. Seriam explorados, tal como os sílices da Formação Malaver, por escavação dos depósitos secundários em que se encontram incluídos (MORGADO & LOZANO, 2011).

O sílex de tipo Milanos (MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; MORGADO RODRÍGUEZ *et al.*, 2008; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016, p. 227-229) corresponde a sílex de tonalidade cinzenta clara a escura, por vezes aproximando-se de cinzento azulado ou cinzento acastanhado, registando-se duas fácies distintas. Uma primeira caracteriza-se por sílices com estrutura sedimentar laminada (plano-paralela, cruzada e *micro-hummocky*), sendo a segunda representada por sílices de estrutura oolítica. Apresenta genericamente textura peloidal (*packstone*, *wackestone-packstone* e *packstone-grainstone*), registando-se a presença de *pellets*, grãos de quartzo detrítico, calcite, óxidos de ferro e oólitos dispersos. Os vestígios bioclásticos correspondem a espículas, radiolários, foraminíferos e *incertae sedis* – característicos da fácies laminada e ausentes ou pouco frequentes na fácies exclusivamente oolítica, onde os constituintes são dominados por oólitos de tipo bahamiano e pisólitos (MORGADO RODRÍGUEZ *et al.*, 2008, p. 316; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011, p. 143). Ambas as fácies poderão estar representadas num mesmo bloco, principalmente os formados nas interfaces dos estratos – como demonstrado pela lâmina de Alcalar 3, registando-se a fácies oolítica e a fácies laminada numa mesma peça (MORGADO, LOZANO & PELEGRIN, 2011, p. 151, fig. 12, aqui reproduzida na Fig. 22). Correspondem a silicificações do Jurássico Superior, encontradas tanto em posição primária e sub-primária, na zona externa do Sub-Bético Médio, sendo explorados pela abertura de poços e galerias nas formações geológicas em que se encontram inseridos (MORGADO & LOZANO, 2011).

O sílex da Formação Camarena, na zona oriental interna do Sub-Bético Médio (*cf.* BUSTILLO, DELGADO & RUÍZ, 1997; NOCETE *et al.* 2005, p. 68 e 2006, p. 39-40), corresponde a matéria de estrutura sedimentar oolítica ou peloidal com filamentos, com textura *grainstone* ou *packstone-grainstone*, de cimento fundamentalmente esparítico. Os constituintes esqueléticos caracterizam-se por equinóides, bivalves e foraminíferos bentónicos (por vezes com desenvolvimento de oncóides); os constituintes não esqueléticos caracterizam-se por uma significativa densidade de oólitos (registando-se a presença de oólitos ferruginosos, com capeamento concêntrico de calcite) e uma menor frequência de pelóides. Corresponde a silicificações do Jurássico Médio, encontradas em posição primária a sub-primária e secundária.

A estas ocorrências poder-se-ão associar as ocorrências secundárias documentadas na área da margem esquerda da bacia do Baixo Guadalquivir, na zona de Cádiz, igualmente provenientes da destruturação dos afloramentos do Sub-Bético (RAMOS *et al.*, 2009). Regista-se também a potencial ocorrência de silicificações oolíticas do Jurássico, com abundantes bioclastos, no entorno da Serra de Estepa-Morón de la Frontera (Sevilha), situável no extremo ocidental do Sub-Bético, a Norte das formações das serras de Malaver e Lagarín (NOCETE *et al.*, 1999, p. 100).

Como demonstrado pelas características petrográficas das silicificações documentadas no Sul peninsular (Quadro 4 e Figs. 19 a 21), três potenciais áreas de proveniência poderão ser apontadas para as lâminas de sílex oolítico recolhidas no povoado do Outeiro Redondo, nomeadamente as formações de Malaver, Milanos e Camarena – excluindo-se as formações do Complexo do Campo de Gibraltar, dado que o sílex de tipo Turón não corresponde efectivamente a silicificações oolíticas.

De acordo com os aspectos observados nos exemplares do Outeiro Redondo, é possível individualizar dois grupos genéricos: um primeiro grupo, referente ao sílex de tonalidade castanho-acinzentada, com

inexistentes ou escassos constituintes esqueléticos (em número residual, sem representatividade na matriz, reflectindo contextos de formação de alta energia, limitando o número e variedade das espécies presentes), representado pelas lâminas ORed-Sx1, 2 e 5; um segundo grupo, referente a sílex de tonalidade cinzento-rosada ou castanho-amarelada, com um maior número de constituintes esqueléticos (ainda que minoritários quando comparados com os restantes constituintes), representado pela lâmina CS_S-81.163 e possivelmente pela lâmina ORed-Sx3 – correspondendo, como acima referido, a calcário silicificado ou a uma área grosseira do bloco próximo ao córtex, mas apresentando genericamente os mesmos constituintes que a lâmina CS_S-81.163. Comparando com as características dos sílices do Sul peninsular acima apontadas, poder-se-á equiparar a matéria que caracteriza o primeiro grupo às silicificações da Formação Milanos do Jurássico Superior e a matéria que caracteriza o segundo grupo às silicificações das Formações Malaver e Camarena do Jurássico Inferior-Médio (*cf.* acima Quadros 3 e 4).

Segundo F. Nocete e colaboradores, com base na análise de mais de uma centena de amostras arqueológicas, a larga percentagem das grandes lâminas de sílex oolítico que circulariam no Sul peninsular durante o 3.º milénio a.C. seriam produzidas sobre sílex ou calcário silicificado potencialmente provenientes da Formação Camarena (de acordo com o exposto em BUSTILLO, DELGADO & RUÍZ, 1997; *cf.* NOCETE *et al.*, 2005, p. 68 e 2006, p. 39). Contudo, análises mais recentes vieram atestar a igualmente larga difusão dos produtos provenientes das restantes áreas (MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; MORGADO & LOZANO, 2014) – pelo que, a par dos sílices da Formação Milanos, poderemos propor o aprovisionamento de sílices da Formação Malaver, em alternativa a uma proveniência centrada na Formação Camarena. Com efeito, apresentando genericamente as mesmas características petrográficas (determinadas por idade geológica coeva), a Formação Malaver situa-se no extremo oposto do Sub-Bético, significativamente mais próxima dos contextos receptores do Sudoeste peninsular onde se inclui o Outeiro Redondo. Da mesma maneira, foi anteriormente apontada pela equipa dirigida por F. Nocete, especificamente em relação aos produtos alongados de sílex oolítico recolhidos em Cabezo Juré (já incluído no contexto geo-cultural do Sudoeste peninsular), a sua origem provável na zona de Estepa-Morón de la Frontera, localizada na zona oeste no Sub-Bético, para além das espaldas setentrionais da Serra de Malaver-Lagarín (NOCETE *et al.*, 1999, p. 100; *cf.* também DOMÍNGUEZ-BELLA *et al.*, 2004, p. 31).

Como já salientado a respeito de outros contextos (*cf.* BOSTYN & LANCHON, 1992, p. 40; FELDER, RADEMAKERS & DE GROOTH, 1998, p. 16), o estudo das estratégias de aprovisionamento vê-se muitas vezes dificultado pelo facto de a origem das amostras arqueológicas poder ser associada com alguma segurança a formações geológicas genéricas, mas muito raramente a pontos específicos dentro destas – sendo requeridas análises de outro tipo, nomeadamente geoquímicas. No caso das silicificações do Sul peninsular da área de Málaga e Granada, em que as ocorrências de matéria-prima se encontram associadas à exploração e produção de artefactos, a questão vê-se facilitada – sendo assim facilmente sustentável a indicação destas localidades como as áreas prováveis de proveniência dos sílices oolíticos identificados no Outeiro Redondo. Esta conclusão fundamenta-se precisamente pelo aprovisionamento intensivo e extensivo aí documentado, à falta de outros elementos de comparação ora disponíveis.

Com efeito, estas localidades correspondem a áreas vocacionadas para a produção de folhas bifaciais e grandes lâminas, obedecendo a manufactura destas últimas a processos estandardizados facilmente reconhecíveis (*cf.* FERNÁNDEZ-LÓPEZ DE PABLO, GARCÍA PUCHOL & JUAN CABANILLES, 2006; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ *et al.*, 2009; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ & MORGADO RODRÍGUEZ, 2005; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ *et al.*, 2006; MORGADO RODRÍGUEZ *et al.*, 2008 e 2009; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; MORGADO & PELEGRIN; 2012; RAMOS *et al.*, 2009).

Neste contexto, são distinguíveis duas sub-áreas de exploração / produção na região de Málaga e Granada, organizadas por parâmetros específicos:

– a área centrada na região ocidental do Sub-Bético, correspondendo às silicificações de Malaver-Lagarín exploradas nas diversas minas / oficinas de talhe da serra homónima (AGUAYO & MORENO, 1998; LOZANO *et al.*, 2010 a; MORGADO & LOZANO, 2014), incluindo a área correspondente às silicificações (não oolíticas, como acima referido) do Complexo do Campo de Gibraltar exploradas nas diversas minas / oficinas de talhe de Valle del Turón e de Ardite / El Garrotal, Cerro Alcolea, Loma del Viento / La Villeta e Peñon del Oso (ESPEJO & CANTALEJO, 1989/1990; FERNÁNDEZ RUIZ & MÁRQUEZ ROMERO, 1985; LOZANO *et al.*, 2010 b; MÁRQUEZ ROMERO & MARQUÉS MERELO, 1997; MORGADO & LOZANO, 2014; RAMOS MUÑOZ, ESPEJO HERRERÍAS & CANTALEJO DUARTE, 1986 e 1990);

– uma segunda área centrada no domínio oriental do Sub-Bético, correspondendo às silicificações do grupo de Los Gallumbares (Formação Milanos) e exploradas na minas / oficina de talhe homónima e nas de Cerro del Reloj, Cortijo del Zegri / Onitar e Loma de Los Pedernales / El Cuarterón (MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; MORGADO & LOZANO, 2014).

A esta última se poderia associar uma terceira área, no extremo Este do Sub-Bético, já próximo a Murcia, representada pelas minas / oficinas de talhe de La Venta (RAMOS MILLÁN, 1997 a; RAMOS MILLÁN *et al.*, 1993 e 1997) e La Tova (MIRAS GARCÍA, 2008).

Como foi dito, estas áreas são distinguíveis por parâmetros específicos, registando os diversos contextos evidentes divergências nas dimensões dos produtos e respectivos processos de talhe (AFONSO MARRERO *et al.*, 2011, p. 302), possivelmente dependentes das características da matéria-prima (em termos de dimensão dos blocos) ou de factores cronológicos e / ou culturais. Por exemplo, em Los Gallumbares não há evidências de produção de lâminas com comprimento superior a 25 cm, algo que se regista já nos contextos de Malaver. Da mesma maneira, tanto em Malaver / Campo de Gibraltar como em Los Gallumbares regista-se a presença de núcleos prismáticos com faces planas, dos quais se extrairiam lâminas de perfil direito por pressão; no extremo oriental do Sub-Bético, por seu lado, e principalmente no contexto de La Tova, registam-se núcleos piramidais / cónicos, dos quais se extrairiam lâminas de perfil arqueado por percussão indirecta – técnica que mais se aproxima das características verificadas no Nordeste espanhol e Sudoeste francês.

Dado o carácter fragmentado dos elementos recolhidos no Outeiro Redondo, o comprimento real das peças, assim como as suas características morfológicas específicas, não é definível – sendo apenas perceptível, pela relação largura / espessura, que se tratariam de lâminas robustas, com largura máxima atingindo os 3,11 cm e espessura máxima atingindo os 1,38 cm (*cf.* acima Gráfico 1), coincidindo assim com a média reconhecida para as produções laminares destas áreas regionais.

*

Em relação aos exemplares de riólito, de origem vulcano-sedimentar em contextos ordovícicos, é apontada a sua proveniência genérica da Zona Sul-Portuguesa do Maciço Ibérico (MORGADO RODRÍGUEZ *et al.*, 2009; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016, p. 229). As ocorrências da Faixa Piritosa de Huelva correspondem a matérias-primas de tonalidade esverdeada ou negra (conforme a presença maioritária de clorite ou magnetite, respectivamente), de matriz vítrea ou microcristalina, com registos de quartzo, feldspato potássico (ocasionalmente plagioclase cálcica) e mica (principalmente biotite) (Fig. 23). A produção baseia-se em grandes lâminas (atingindo comprimentos superiores a 20 cm), com centros de exploração e produção documentados em Cerro Andévalo (El Encercado e El Pulpito), Calañas (El Cerrajón) e Valverde del Camino,

sendo a matéria-prima aqui extraída pela escavação de poços e trincheiras a céu-aberto, ou pela simples recollecção em depósitos de terraços (VALLESPI, RAMOS MUÑOZ & CASTIÑERIA, 1988; LINARES CATELA, NOCETE CALVO & SÁEZ, 1998; NOCETE, 2001, p. 102-107). Neste mesmo sentido, as características tecno-tipológicas da lâmina ORed-Sx6 parecem condizer com aquelas registadas nestas instâncias de produção da área de Huelva – apresentando o característico talão diedro agudo, compatível com a debitagem por pressão com recurso a alavanca (cf. MORGADO *et al.*, 2008 e 2009; PELEGRIN & MORGADO, 2007).

Contudo, o prolongamento deste contexto geológico para a área portuguesa, com amplas ocorrências de riólitos registadas na área de Beja e Aljustrel, a par com pórfiros e jaspes, poderá indicar uma fonte de aprovisionamento mais próxima – o que é igualmente sugerido pela sua ocorrência no Alto Alentejo, igualmente em contextos ordovícicos (ANDRADE, no prelo a). Porém, apesar da presença de blocos facilmente trabalháveis neste âmbito cronológico, não se atestam evidências claras de exploração desta matéria-prima que possam ser associadas a um abastecimento constante, restando apenas, presentemente, para comparação as peças provenientes da área de Huelva, sendo necessário um maior investimento na investigação desta problemática, incidindo na área actualmente portuguesa.

4 – DISCUSSÃO: AS MATÉRIAS-PRIMAS DOS ARTEFACTOS DE PEDRA LASCADA NO CALCOLÍTICO DO SUDOESTE PENINSULAR E OS CONTEXTOS DE CIRCULAÇÃO DO SÍLEX OOLÍTICO

A Estremadura, correspondendo territorialmente à faixa litoral compreendida entre a foz do Mondego (a Norte) e a Foz do Sado (a Sul), na perspectiva de Orlando Ribeiro, corresponde a região favorável ao estabelecimento humano, motivado por factores diversos, seja a nível da sua localização geográfica específica (agindo como placa giratória na ligação entre regiões diversas) ou da multiplicidade de recursos aqui disponíveis – de onde se destaca, neste âmbito, a quantidade e qualidade de rochas siliciosas.

Com efeito, a Estremadura é reconhecida com a principal zona de abastecimento de matérias-primas siliciosas do Ocidente peninsular – sendo possível distinguir duas áreas de proveniência específicas: a Alta Estremadura (correspondendo ao Maciço Calcário Estremenho e bacias de drenagem adjacentes) e a Baixa Estremadura (correspondendo ao espaço estrito das penínsulas de Lisboa e Setúbal).

Como já referido noutros locais (cf. ANDRADE, 2011; ANDRADE & CARDOSO, 2004; ANDRADE, LOPES & VILELA, 2014; ANDRADE & MATIAS, 2011 e 2013), os diversos moldes de exploração de matéria-prima e produção de artefactos de pedra lascada durante o Neolítico e Calcolítico da Estremadura portuguesa (reconhecidos de acordo com os critérios apresentados em CARRIÓN MÉNDEZ, GARCÍA GONZÁLEZ & LOZANO RODRÍGUEZ, 2006; PELEGRIN, 1995) poderão ser definidos, com base no registo arqueográfico disponível, em quatro modelos genéricos (reformulando os esquemas propostos em VALLESPI *et al.*, 1988):

1) pequenos sítios de exploração com produção ocasional de artefactos, tais como Pedreira do Aires, Casal Novo, Pedras Grandes, Monte das Pedras e Casal de Rocanes (ANDRADE, 2011; ANDRADE & CARDOSO, 2004; ANDRADE & MATIAS, 2011);

2) áreas de exploração extensiva com produção lítica especializada, tais como Casas de Baixo e Azinheira/Arruda dos Pisões (ANDRADE, LOPES & VILELA, 2014; FORENBAHER, 1998, 1999 e 2006; ZILHÃO, 1994 e 1997);

3) *habitats* instalados junto a fontes de matéria-prima e orientados para a produção de artefactos líticos, tais como Vila Pouca e Santana, relacionados com as supostas “minas” de Campolide (FORENBAHER, 1998 e 1999);

4) pequenos acampamentos instalados junto a povoados de maiores dimensões com produção lítica intensiva, tais como Barotas, Monte do Castelo e Carrascal, relacionados com o povoado fortificado de Leceia (CARDOSO & COSTA, 1992; CARDOSO & NORTON, 1997/1998; CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015).

Estes quatro modelos poderão ser ainda compilados em dois modelos básicos, possivelmente dependentes de factores cronológicos:

1) sítios de exploração ocasional, de acordo com movimentos sazonais e necessidades imediatas, relacionados com o advento e afirmação das primeiras comunidades camponesas (Neolítico);

2) sítios de exploração permanente com produção lítica especializada, de acordo com aprovisionamento constante de matérias-primas, relacionados com a consolidação de comunidades camponesas estáveis (Calcolítico).

Outras instâncias, com características singulares, poderão ser encontradas nos casos de Casal Barril (SOUSA & GONÇALVES, 2011) ou Casal dos Matos/Cabeça Gorda 1 (ANDRADE & MATIAS, 2013) – correspondendo ambos a ocorrências específicas exploradas em modelos excepcionais, de integração complexa nos modelos descritos acima.

Apesar desta ampla disponibilidade de matérias-primas siliciosas na área da Estremadura portuguesa, não se encontram atestadas instâncias de exploração claramente assumidas como “minas” (no sentido estrito do termo), tais como aquelas registadas em outras áreas da Península Ibérica – como na região de Madrid (CAPOTE *et al.*, 2008; CONSUEGRA RODRÍGUEZ *et al.*, 2004; CRIADO *et al.*, 2010; DÍAZ-DEL-RÍO & CONSUEGRA, 2011), Málaga/Granada (MARTÍNEZ FERNÁNDEZ *et al.*, 2006; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; MORGADO & LOZANO, 2014; RAMOS MILLÁN *et al.*, 1993 e 1997) ou Múrcia (JIMÉNEZ LORENTE, 1983; JIMÉNEZ LORENTE *et al.*, 1999). Na verdade, se é possível a escavação superficial de depósitos detriticos, a escavação de poços ou galerias para a extracção de sílex não está até ao momento identificada com rigor nesta área regional (*cf.* ALMEIDA, ARAÚJO & AUBRY, 2003). Trabalhos de prospecção recentes direccionados para a identificação das áreas de aprovisionamento de sílex na Estremadura portuguesa permitiram atestar a ampla existência de nódulos em posição secundária, incluídos em depósitos detriticos (destacados das formações calcárias) e depósitos de aluvião (transportados naturalmente a partir da fonte original). Obviamente que estes depósitos representam uma fonte de aprovisionamento preferencial, de disponibilidade imediata, sem requerer a sua extracção directamente das formações calcárias.

Porém, a abundância relativa de espaços habitacionais do Neolítico e Calcolítico nesta área (e a conseqüente necessidade crescente de matérias-primas para a produção de utensílios líticos), aliada à ocorrência de rochas siliciosas no substrato geológico local, poderia sugerir a frequente existência de sítios deste género – ao contrário do registado.

A única instância apontada como “mina” (no sentido estrito do termo, e de acordo com a literatura disponível) refere-se ao sítio da Pedreira do Rabicha (*vulgo* “minas” de Campolide ou Túnel do Rossio; *cf.* CHOFFAT, 1889, 1907), onde é referido que o sílex seria explorado em galerias abertas nas formações cretácicas, dispostas em dois níveis paralelos à estratificação do calcário, com várias dezenas de metros de extensão e entre 0,70 m e 1 m de altura, sendo referida a suposta existência de “pilares” de escoramento talhados na própria rocha. A sua interpretação como “mina”, para além da comparação com outras instâncias europeias de exploração de sílex conhecidas à altura, deveu-se à recolha de maças de rocha basáltica (algumas cobertas por manto

estalagmítico) potencialmente utilizadas na extracção de matéria-prima – à qual se associaria uma utilização aparentemente funerária, evidenciada pela recolha de ossos humanos e machados de pedra polida.

Foi recentemente posta em causa a interpretação desta ocorrência como “mina” (no sentido estrito do termo) com base em algumas observações consideradas pertinentes (cf. ANDRADE & MATIAS, 2011): em primeiro lugar, não se registam evidências claras da escavação destas galerias, apenas da exploração local de sílex em tempos pré-históricos (baseada na recolha de maças neolíticas e material lítico talhado); em segundo lugar, regista-se a presença abundante de nódulos de sílex em posição secundária (em depósitos detríticos) no entorno das “minas”, destacados da bancada calcária, mais facilmente acessíveis do que a escavação dos duros calcários cenomanianos; em terceiro lugar, as galerias documentadas seguem a pendente natural dos estratos geológicos, pelo que se podem referir simplesmente a cavidades naturais com depósitos pré-históricos onde coincidentemente se registam ocorrências de sílex. Desta maneira, a interpretação cronológica e funcional das “minas” de Campolide baseou-se apenas na recolha das maças aparentemente neolíticas e na comparação com os poucos contextos similares conhecidos a nível europeu em finais do século XIX. Devemos igualmente notar a avaliação prematura desta ocorrência – destruída à altura pela construção do Túnel do Rossio, não sendo possível actualmente a sua re-avaliação rigorosa. Assim, a presença de fontes de aprovisionamento de sílex nesta área está claramente atestada, sendo naturalmente exploradas pelas comunidades neolíticas e calcólicas locais, levantando-se apenas a questão da sua exploração em galerias (cf. contudo a reafirmação da interpretação de P. Choffat, embora sem adição de outros elementos elucidativos que clarifiquem a questão ou que fundamentem mais solidamente as leituras anteriores, em LEITÃO, DIDELET & CARDOSO, 2017 b).

Outras ocorrências similares (a nível da exploração de matéria-prima e não dos modelos em que esta se processaria) documentadas na Baixa Estremadura são apenas caracterizadas como oficinas de talhe associadas a fontes de matéria-prima, não estando contudo definidos até ao momento os métodos de extracção empreendidos (galerias, poços, trincheiras a céu aberto, escavação de depósitos detríticos).

De qualquer maneira, a abundância de rochas siliciosas está largamente atestada na área estremenha (Fig. 8), com uma elevada *ratio* de disponibilidade (segundo os parâmetros recentemente definidos em SOTO, GÓMEZ DE SOLER & VALLVERDÚ, 2017) – correspondendo basicamente, no espaço restrito da península de Lisboa, às silificações cenomanianas documentadas nas formações cretácicas localizadas em torno à grande mancha basáltica do Complexo Vulcânico de Lisboa, registando-se a única ocorrência de sílex jurássico em Cabeço do Vento.³ Não se registam em larga escala evidências claras de produção direccionada para um tipo específico de artefactos (como se regista, por exemplo, na região de Ourém) – o que não poderá ser explicado pelas características da matéria-prima, estando disponíveis blocos de volume ainda considerável, aptos para a debitagem de lâminas de média e grande dimensão e grandes pontas bifaciais. Assim, após extracção e conformação inicial *in loco*, pode admitir-se que a ultimização destes artefactos ocorreria já em contexto habitacional – estando aí presentes então os vestígios materiais de tal realidade. Para além do caso específico da oficina de talhe de Santana, com registo directo da produção de grandes pontas bifaciais (cf. FORENBAHER, 1999), a única evidência indirecta para a produção específica de um tipo de artefacto poderá encontrar-se nos Moinhos da Funcheira (Amadora), onde se regista a presença de grandes lascas, possivelmente extraídas por percussão lançada, igualmente ideais para a produção de grandes pontas foliáceas.

³ Esta instância identificada por Ana Cristina Araújo e José Paulo Ruas, caracteriza-se pela ocorrência de sílex de tonalidade amarelo-melada; corresponde a uma pequena mancha de calcários jurássicos incluída no maciço granítico de Sintra, registando-se a sua exploração moderna como pedreira; os nódulos de sílex de dimensão útil foram apenas identificados, em número considerável, nas escombreiras da referida pedreira, não se tendo identificado ocorrência *in situ* de volume significativo (apenas pequenos nódulos e veios dificilmente trabalháveis). A sua utilização não se encontra atestada até ao momento em contextos do Neolítico e Calcolítico da Baixa Estremadura.

Desta maneira, a particular incidência de ocupações do Neolítico e Calcolítico na área de desembocadura do Tejo e regiões adjacentes conduz precisamente a um maior aproveitamento dos recursos aí existentes, nomeadamente a utilização das matérias-primas presentes nas silicificações cenomanianas documentadas em torno ao complexo vulcânico – amplamente utilizadas pelas comunidades locais, sendo o recurso a matérias-primas exógenas meramente casual.

Neste mesmo contexto se poderia incluir o sílex proveniente da Alta Estremadura – sendo de referir a presença, ainda que em quantidades pouco significativas, de matérias-primas características da área de Rio Maior, em contextos calcolíticos da Baixa Estremadura. No entanto, esta presença deverá ser relativizada: com efeito, o contexto geológico em que os nódulos de sílex se encontram em posição secundária (o designado “Miocénico da Ota”) estende-se até Alenquer, registando-se igualmente aí a ocorrência de matérias-primas com características petrográficas semelhantes àquelas registadas em Rio Maior (como recentemente atestado na área da Abrigada ou nos terraços fronteiros ao povoado calcolítico da Ota, no lado oposto do canhão cársico); da mesma maneira, a área de Rio Maior é facilmente acessível através do curso de água homónimo (*via* Rio Almoester), a partir do povoado de Vila Nova de São Pedro – distando assim entre 15 a 20 km das principais fontes de sílex ali registadas.

Na verdade, se considerarmos o limite setentrional teórico do povoamento calcolítico da Baixa Estremadura (área estrita das penínsulas de Lisboa e Setúbal) como o eixo estabelecido entre os povoados fortificados de Vila Nova de São Pedro e Outeiro da Assenta, definido pelos índices de incidência dos “horizontes culturais” dos copos canelados e cerâmicas do grupo “folha-de-acácia”, a inclusão de matérias-primas siliciosas da área de Rio Maior não é de todo estranhável, dado o envolvimento (ou, pelo menos, a proximidade territorial) desta área naqueles mesmos esquemas de povoamento (*cf.* por exemplo JORDÃO, 2010; JORDÃO & PIMENTEL, 2012 e 2017).

Assim, pelo exposto acima, denota-se a disponibilidade quase instantânea de matérias-primas siliciosas dentro da esfera de acção directa do povoado calcolítico do Outeiro Redondo, com destaque para o sílex cenomaniano da região de Lisboa / Serra de Monsanto.

Alargando os esquemas de aprovisionamento propostos por J.-M. Geneste para as comunidades de caçadores-recolectores (GENESTE, 1991), e como já sugerido para as comunidades do Neolítico e Calcolítico do Sudoeste peninsular (*cf.* BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015, p. 195), as seguintes escalas de análise poderão ser propostas, considerando os respectivos padrões de mobilidade destas comunidades: aprovisionamento local (até 10 km de raio); aprovisionamento regional (entre 10 e 50 km de raio); aprovisionamento extra-regional (acima de 50 km de raio), podendo-se ainda equacionar o aprovisionamento hiper-regional para matérias-primas provenientes de áreas localizadas acima de 100 km de distância, consideradas como matérias “exóticas” (ANDRADE, *in prelo*). Obviamente (como salientado em BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015, p. 195-196), a definição destas escalas de análise é baseada em critérios teóricos lineares, devendo ser assim relativizada a sua aplicação, dependendo de diversos factores – tais como as fronteiras naturais e as vias preferenciais de circulação – que, como óbvios condicionantes da transitabilidade, deverão ser tidos em consideração (no caso concreto do Outeiro Redondo, dever-se-á referir o curso dos rios Tejo e Sado).

Da mesma maneira, deverá ser notado que qualquer tipo de manobra logística de pequena escala poderá cobrir distâncias superiores a 10 km (e mesmo superiores a 50 km), sendo sempre assumidas como actividades “locais” e podendo ter como repercussão indirecta o aprovisionamento de matérias-primas (e seu consequente transporte para a área habitacional).

Uma análise preliminar dos artefactos de pedra lascada recolhidos no povoado do Outeiro Redondo permite atestar que o grosso da matéria-prima siliciosa aqui utilizada é de origem cenomaniana (sílex semi-translúcido de

tonalidade castanho-esverdeada a cinzento-esverdeada, de textura *mudstone*, com presença de grãos de quartzo, óxidos de ferro, porosidades preenchidas por calcedónia ou quartzo fibroso e escassos vestígios bioclásticos deficientemente preservados), proveniente dos contextos cretácicos da margem Norte do Tejo, onde, como dito acima, se encontra em grande quantidade, tanto em posição primária/sub-primária como secundária (cf. ANDRADE, 2011; ANDRADE & CARDOSO, 2004; ANDRADE & MATIAS, 2011). Assim, a presença de sílex cenomaniano é facilmente compreensível, dada a sua disponibilidade imediata – estando disponível em quantidade e com qualidade para as manufacturas líticas especializadas, devendo-se referir, pela proximidade ao povoado do Outeiro Redondo, as silicificações cenomanianas das áreas de Monsanto / Campolide / Alcântara ou Barcarena, distantes entre 35 e 40 km (cf. Fig. 8). Registam-se ainda, embora em número estatisticamente irrelevante, alguns elementos produzidos usando o característico sílex cenomaniano da área da Alta Estremadura, possivelmente proveniente das áreas de Rio Maior (CARDOSO, 2013, p. 662); contudo, a sua presença no Outeiro Redondo deverá ser relativizada, à luz dos comentários acima enunciados.

Neste sentido, e em relação aos métodos específicos de aquisição de matéria-prima, poderíamos sugerir, mesmo que a nível teórico, tanto o aprovisionamento directo por parte das comunidades calcolíticas de península de Setúbal (e, especificamente, as instaladas no Outeiro Redondo), como a existência de relações “comerciais” destas com as comunidades calcolíticas da península de Lisboa: por exemplo, os sítios situados no aro do povoado fortificado de Leceia e vocacionados para a produção de artefactos líticos talhados (como Barotas, Monte do Castelo e Carrascal; cf. CARDOSO & COSTA, 1992; CARDOSO & NORTON, 1997/1998; CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015; CARDOSO & MARTINS, 2013) poderiam funcionar não só para abastecer o povoado central, como também, a partir deste, outros povoados – mesmo aqueles localizados na margem oposta do Tejo.

Estão igualmente representados na colecção de artefactos líticos do povoado do Outeiro Redondo, apesar de em número estatisticamente inferior ao dos artefactos usando sílex cenomaniano, elementos usando sílex jurássico como suporte (sílex opaco de tonalidade acinzentada, de textura *mudstone* a *wackestone-packstone*, com abundantes constituintes esqueléticos – foraminíferos, gastrópodes, ostracodos, equinóides, crinóides, radiolários, espículas monoaxónicas e triaxónicas e possíveis caules de algas carófitas, associados a raros grãos de quartzo e óxidos de ferro). Aparentemente, são coincidentes, em termos petrográficos, com as silicificações jurássicas não oolíticas reconhecidas no Ocidente peninsular (Fig. 18), podendo corresponder a matéria-prima proveniente dos conglomerados do Jurássico da área do Monte do Cabrito (cf. SILVA & SOARES, 1986, p. 106), distando cerca de 25 km do povoado do Outeiro Redondo. É referenciada igualmente a ocorrência de silicificações nos níveis jurássicos da Serra de São Luís, podendo corresponder ao sílex escuro cuja ocorrência já havia sido referida por Manuel Heleno entre Sesimbra e Setúbal, chamando-lhe contudo Serra de São Filipe (cf. Caderno 21, *Escavações nos arredores do Siborro*, Set. 1934, APMH/2/1/11/21, fl. 34; acessível no Museu Nacional de Arqueologia).

As estratégias de aquisição de matérias-primas siliciosas estão assim devidamente delimitadas – registando-se um claro predomínio dos sílices provenientes de contextos cenomanianos da margem esquerda do Tejo. Com efeito, este tipo de sílex, aparentemente usado na área da península de Setúbal a par com o sílex jurássico regional durante o Paleolítico Superior Final e o Mesolítico, tendo em conta o exemplo dos sítios de Cabeço dos Cinco Pinheiros, Casal do Mocinho e Amieira (a respeito destes sítios, cf. ANDRADE, no prelo b; CARVALHO & CARDOSO, 2008; SERRÃO, 1994), parece ser predominante durante o Neolítico e o Calcolítico, conforme demonstrado, para além do povoado do Outeiro Redondo, nos sítios de Fonte de Sesimbra, Pinheirinhos e Zambujal, assim como nos contextos funerários coevos de Lapa do Fumo e Lapa do Bugio (a respeito destes sítios, cf. CARDOSO, 1992 e 2014 a; SERRÃO, 1994; SERRÃO & MARQUES, 1971; SILVA & SOARES, 1986; SOARES, SILVA & BARROS, 1979).

Como acima demonstrado, a substancial presença de matérias-primas siliciosas na esfera territorial regional do povoado do Outeiro Redondo garantiria o seu aprovisionamento constante por parte da comunidade aí instalada, sendo estas matérias-primas de disponibilidade imediata e com as quantidades e qualidades necessárias para as grandes produções líticas especializadas.

Neste sentido, a presença de sílices oolíticos no povoado do Outeiro Redondo poderá ser de certa maneira estranhável, principalmente atendendo a dois factores específicos: em primeiro lugar, a sua dispensabilidade efectiva, dado a referida disponibilidade local / regional de matéria-prima de qualidade comparável (neste caso, maioritariamente sílices cenomanianos); em segundo lugar, a distância excessiva à provável área de proveniência, tornando de certa forma extemporâneo o seu aprovisionamento.

Como vimos acima, a presença de formações calcárias oolíticas está devidamente atestada no Ocidente peninsular, inclusivamente no entorno imediato do povoado do Outeiro Redondo, nas serras dos Pinheirinhos e Califórnia, em formações do Batoniano Médio e Inferior a Toarciano Inferior (Jurássico Inferior a Médio). No entanto, a ocorrência de silicificações oolíticas não está até ao momento atestada (pelo menos, em quantidade e qualidade para serem utilizadas durante o Calcolítico), tanto no contexto particular do Outeiro Redondo como no contexto geral do Ocidente peninsular. Mesmo salvaguardando-se a potencial ocorrência de silicificações oolíticas ainda não documentadas, considera-se que a sua eventual existência local ou regional, e conseqüentemente a sua exploração, materializar-se-ia numa maior expressividade de elementos nos conjuntos líticos do Calcolítico estremenho.

Quer dizer, estando disponíveis sílices oolíticos, local ou regionalmente, mesmo em ocorrências ainda não identificadas, a sua utilização estaria eventualmente muito melhor representada na Estremadura portuguesa, do que aquela que o registo arqueográfico deixa transparecer, limitada até ao presente ao Outeiro Redondo. Com efeito, ao existir e ao ser explorado, a presença de sílex oolítico em contextos calcolíticos desta região seria obviamente mais insistente. Obviamente que a revisão dos conjuntos líticos recolhidos em outros contextos calcolíticos, tanto povoados como necrópoles, poderá fornecer outros elementos; mas, a título de exemplo, uma análise preliminar dos exemplares de Leceia, uma dos povoados mais importantes desta região e onde se recolheram abundantes materiais (CARDOSO & MARTINS, 2013), sugere que esta matéria-prima não se encontra ali registada, o que reforça a ideia da efectiva inexistência de afloramentos estremenhos de sílex oolítico.

Desta maneira, tendo em conta a aparente ausência de silicificações oolíticas disponíveis a nível local ou regional, as únicas instâncias disponíveis para comparação são precisamente aquelas anteriormente indicadas no Sul de Espanha, entre Málaga e Granada (Cordilheira Bética), podendo os elementos aqui em estudo ser potencialmente originários das Formações de Malaver, Milanos e Camarena (AFONSO MARRERO *et al.*, 2011; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016; LOZANO *et al.*, 2010 a; MORGADO *et al.*, 2008; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; NOCETE *et al.*, 2005 e 2006; RODRÍGUEZ-TOVAR, MORGADO & LOZANO, 2010 a e 2010 b).

Correspondem assim a matérias-primas de aquisição hiper-regional (Quadro 5), tendo sido já reconhecida a ampla difusão destas matérias-primas siliciosas do Sul peninsular durante o 3.º milénio a.C., para Ocidente, mas raramente ultrapassando o curso do Tejo (MORGADO & LOZANO, 2014; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016). Como acima referido, as lâminas ORed-Sx3 (Fig. 6, n.º 3; Fig. 10, n.º 3) e CS_S-81-163 (Fig. 6, n.º 8; Fig. 10, n.º 5) parecem corresponder, pelas suas características específicas, a sílex oolítico do Jurássico Inferior a Médio, com áreas de proveniência provável isoladas nas Formações de Malaver ou Camarena – localizando-se respectivamente a cerca de 463 km e a cerca de 712 km do povoado do Outeiro Redondo, tendo em conta as oficinas de talhe aí documentas, nomeadamente as cartografadas

Quadro 5 – Distâncias entre o povoado calcolítico do Outeiro Redondo e as principais fontes de abastecimento de sílex oolítico e riólito (conjugando localidades de exploração / extracção de matéria-prima e localidades de produção de artefactos) localizadas no Sub-Bético Médio, Complexo do Campo de Gibraltar e Faixa Piritosa de Huelva-Beja. Valores calculados *via* Google Earth, 2017.

Área	Instância	Tipo	Distância
Ardales, Málaga Comp. Campo de Gibraltar / Penibético Formação Numidóide	Valle del Turón Norte La Galeota / Castillo del Turón / Casarabonela / Canchal de las Herrizas del Carnero	Sílex não oolítico (J1-2)	≈ 492-496 km
El Burgo, Málaga Comp. Campo de Gibraltar / Penibético Formação Numidóide	Valle del Turón Sul Los Reconcos / Puerto de los Martínez / Espíldora / Cortijo del Pilar / El Chorrizo	Sílex não oolítico (J1-2)	≈ 494-499 km
Alozaina, Málaga Comp. Campo de Gibraltar Formação Numidóide	Ardite / El Garrotal	Sílex não oolítico (J1-2)	≈ 510-513 km
Periana, Málaga Comp. Campo de Gibraltar / Sub-Bético Médio Formação Numidóide	Cerro Alcolea	Sílex não oolítico (J1-2)	≈ 544-556 km
Ronda, Málaga Sub-Bético Médio / Depressão de Ronda Formação Malaver	Serra de Malaver-Lagarín	Sílex oolítico (J1-2)	≈ 463 km
Móron de la Frontera, Sevilha Sub-Bético Externo Formação ?	Serra de Estepa	Sílex oolítico (J1-2?)	≈ 415-420 km
Antequera, Málaga Sub-Bético Médio / Penibético Formação ?	Loma del Viento / La Villeta	Sílex não oolítico ? (J1-2?)	≈ 502-508 km
Villanueva del Rosario, Málaga Sub-Bético Médio Formação ?	Peñon del Oso	Sílex não oolítico ? (J1-2?)	≈ 522 km
Loja, Granada Sub-Bético Médio Formação Milanos	Valle de Los Gallumbares	Sílex oolítico e não oolítico (J3)	≈ 539-551 km
Montefrío, Granada Sub-Bético Médio Formação Milanos	Cerro del Reloj	Sílex oolítico e não oolítico (J3)	≈ 555-556 km
Iznalloz, Granada Sub-Bético Médio Formação Milanos	Cortijo del Zegrí / Onitar Loma de los Pedernales / El Cuarterón	Sílex oolítico e não oolítico (J3)	≈ 594 km
Orce, Granada Sub-Bético Médio / Interno Formação Camarena	La Venta	Sílex oolítico e não oolítico (J2-3)	≈ 712 km
Lorca, Múrcia Sub-Bético Médio / Interno Formação ?	Puentes, La Tova	Sílex não oolítico ? (J2?)	≈ 775 km
Cerro Andévalo, Huelva Faixa Piritosa de Huelva-Beja Zona Sul-Portuguesa	Cerro Andévalo El Encercado / El Púlpito	Riólito	≈ 250-266 km
Calañas, Huelva Faixa Piritosa de Huelva-Beja Zona Sul-Portuguesa	Calañas El Cerrajón	Riólito	≈ 260-275 km
Valverde del Camino, Huelva Faixa Piritosa de Huelva-Beja Zona Sul-Portuguesa	Valverde del Camino	Riólito	≈ 274-292 km

no entorno da Serra de Malaver-Lagarín (*cf.* AGUAYO & MORENO, 1997; LOZANO *et al.*, 2010 a) e La Venta (*cf.* RAMOS MILLÁN *et al.*, 1993 e 1997; RAMOS MILLÁN, 1997 a). O facto de os sílices presentes nestas formações apresentarem sensivelmente as mesmas características petrográficas (explicadas em parte por idades geológicas coevas) conduz a privilegiar a sua aquisição potencial na primeira área enunciada, com base na maior proximidade em relação ao contexto geográfico do Outeiro Redondo. Neste mesmo contexto, e apesar de não serem fornecidos elementos adicionais que permitam a sua comparação com as peças aqui estudadas, será igualmente de considerar a referência à potencial fonte de Morón de la Frontera (NOCETE *et al.*, 1999, p. 100), localizando-se a cerca de 415-420 km do povoado do Outeiro Redondo, sendo contudo reconhecido que se tratariam de silicificações documentadas em escassos afloramentos, não tendo sido possivelmente exploradas em larga escala (NIETO LIÑAN, 2010, p. 217).

Os restantes elementos de sílex oolítico estudados: ORed-Sx1, 2 e 5 (Fig. 6, n.º 1, 2 e 4; Fig. 10, n.º 1, 2 e 4) referem-se aparentemente a elementos usando matéria-prima característica da Formação Milanos, do Jurássico Superior, com proveniência provável nas áreas de Loja, Montefrío e Iznalloz onde se encontram as oficinas de talhe de Los Gallumbares, Cerro del Reloj, Cortijo del Zegrí/Onitar e Loma de los Pedernales/El Cuarterón (*cf.* MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011) – distanciando-se respectivamente a cerca de 539-551 km, 555 km e 594 km do povoado do Outeiro Redondo.

Neste contexto, ressalvando que os sílices oolíticos correspondem apenas a uma parte das matérias-primas siliciosas disponíveis no Sul peninsular, há que reconhecer igualmente a difusão de outros tipos de sílex provenientes daquela região, sejam os sílices da fácies laminada (não oolítica) da Formação Milanos, seja o sílex de tipo Turón – este último com rotas de difusão aparentemente estendidas até à Galiza (MORGADO & LOZANO, 2014; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016, p. 237), podendo corresponder ao sílex cinzento de aparência jurássica, de origem exacta ainda não determinada, usado nas produções líticas: geométricos e pequenas lâminas obtidas por percussão indirecta, estas últimas com produção documentada na área de Turón (LOZANO *et al.*, 2010 a; RAMOS MUÑOZ, ESPEJO HERRERÍAS & CANTALEJO DUARTE, 1986, 1990), presentes em contextos megalíticos do 4.º milénio a.C. no Sudoeste peninsular (*cf.* MATALOTO, ANDRADE & PEREIRA, 2016-2017; ANDRADE, no prelo a). O reconhecimento de tal difusão poderá sugerir distribuições mais amplas do que aquelas que a análise exclusiva de elementos oolíticos deixa supor, eventualmente evidenciando uma maior amplitude dos esquemas de acção e interacção das comunidades calcolíticas do Sul peninsular.

Neste mesmo âmbito de circulação se incluem os riólitos recolhidos no Outeiro Redondo, representados nas lâminas ORed-Sx4 (Fig. 6, n.º 4; Fig. 10, n.º 6), ORed-Sx6 (Fig. 6, n.º 6; Fig. 10, n.º 7) e ORed-Sx7 (Fig. 6, n.º 7; Fig. 10, n.º 7), certamente provenientes da Zona Sul-Portuguesa (Faixa Piritosa de Huelva-Beja), partilhando as mesmas rotas de difusão dos sílices oolíticos para Ocidente, onde se localizam as oficinas de talhe de Cerro Andévalo, Calañas e Valverde del Camino (VALLESPÍ, RAMOS MUÑOZ & CASTIÑERA, 1988; LINARES CATELA, NOCETE CALVO & SÁEZ, 1998), respectivamente a cerca de 250-266 km, 260-275 km e 274-292 km do povoado do Outeiro Redondo.

Contudo, se considerarmos uma proveniência mais próxima, nomeadamente nos contextos ordovícicos alentejanos (áreas de Ponte de Sor-Avis-Mora e Aljustrel-Beja), o riólito presente no Outeiro Redondo poderá provir de áreas localizadas a cerca de 150-160 km – sendo todavia sempre encarada como matéria-prima de aquisição extra- ou hiper-regional.

Os modelos de exploração e aquisição das matérias-primas locais estão bem delimitados para o caso da comunidade instalada no povoado do Outeiro Redondo – baseados maioritariamente na disponibilidade regional de sílices cenomanianos e, em menor quantidade, de sílices jurássicos não oolíticos. Neste contexto, não sendo desta maneira a introdução dos itens produzidos sobre sílex oolítico explicada por necessidades funcionais,

poder-se-ia assumir, de acordo com as leituras convencionais, que estes elementos terão sido introduzidos no Outeiro Redondo como “bens de prestígio”, indicadores de um consumo sumptuário de artefactos e objectos exóticos, controlado por elites locais e fundamentado por relações bilaterais entre *centros* e *periferias* – como é tradicionalmente aceite para a circulação deste tipo de artefactos, pretensão reflexo de um consumo sumptuário controlado por estruturas sociais fortemente hierarquizadas (NOCETE *et al.*, 2005 e 2006; *cf.* também NOCETE, 2001).

No entanto (e como já salientado em CERRILLO CUENCA, 2009 e BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015), esta leitura deverá ser assumida com relativa cautela, sendo necessário esclarecer vários factores relevantes.

Por um lado, poder-se-ia considerar que a difusão destes elementos para Ocidente poderia não ser tão alargada como o proposto (por exemplo, em NOCETE *et al.*, 2005 e 2006), especialmente quando se sabe que algumas das ocorrências apresentadas por F. Nocete e colaboradores foram apenas avaliadas com base nas fotografias genéricas apresentadas na literatura respectiva, como nos casos apontados para Corte João Marques, Poço da Gateira 1 e Olival da Pega 2b,⁴ como já foi salientado anteriormente (BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015, p. 198, nota 1); com efeito, segundo o escavador dos contextos, também autor dos estudos citados por F. Nocete e colaboradores (GONÇALVES, 1989, 1999), aqueles investigadores nunca terão acedido e analisado tais espólios; deste modo, se não se podem confirmar ocorrências de sílex oolítico em Olival da Pega 2 b e Poço da Gateira 1 (por tal facto indicados entre parênteses na Fig. 9), o exemplar de Corte João Marques, observado directamente por um dos signatários (M.A.A.), poderá corresponder eventualmente a sílex de tipo Malaver, estando igualmente presentes elementos com características semelhantes no povoado fortificado de Santa Justa e na anta do Curral da Castelhana, incluíveis no mesmo contexto crono-cultural e geográfico (GONÇALVES, 1989, vol. 2, p. 272-273, Est. 194-195 e p. 324, Est. 244).

No entanto, a identificação recente de outros elementos no Ocidente peninsular, como os apresentados no presente estudo, assim como os exemplares de Castillejos (CERRILLO CUENCA, 2009), Monte das Cabeceiras 2 (SILVA, 2016), Perdigões (MENDONÇA & CARVALHO, 2016; VALERA, 2017; VALERA & ANDRÉ, 2016-2017), Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015), Montoito 2 (informação pessoal de Rui Mataloto) e aparentemente dos *tholoi* baixo-alentejanos de Monte Velho, Cerro do Gatão e Folha da Amendoeira (RUSSO & SOUSA, 2017), ratifica de certo modo as considerações avançadas por F. Nocete e colaboradores.

Por outro lado, a sua assimilação a um “consumo sumptuário” de “bens de prestígio” poderá ser tendenciosa, por se basear basicamente em dados parcelares. Com efeito, se a sua presença em contextos habitacionais localizados no âmbito regional das fontes específicas de aprovisionamento é assumida como elementar (*cf.* MARTÍNEZ FERNÁNDEZ *et al.*, 1998, 2006 e 2009; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ & MORGADO RODRÍGUEZ, 2005; NOCETE *et al.*, 2005 e 2006; RAMOS MILLÁN, 1997 b), a maioria dos elementos cadastrados no Sudoeste peninsular referem-se basicamente a peças recolhidas em ambiente funerário – reflectindo assim um contexto específico de utilização e deposição que não reflectirá o real utilitarismo destes elementos. A sua presença maioritária em necrópoles poderá dever-se somente a contingências de investigação, sendo necessário um maior investimento na análise de conjuntos de contextos habitacionais do Sudoeste peninsular (onde a presença de sílex oolítico tem vindo a ser igualmente atestada, de acordo com os exemplos enunciados acima, em sítios que dificilmente poderão ser caracterizados como “grandes centros populacionais”). Assim, a sua circulação poderá não configurar estritamente uma distribuição especializada de “bens de prestígio” para regiões periféricas, fomentada e controlada pelas comunidades instaladas naqueles mesmos povoados,

⁴ GONÇALVES, 1989, vol. 2, p. 216, Est. 139 (Corte João Marques); GONÇALVES, 1999, p. 45, Fig. 2.9 (Poço da Gateira 1) e p. 105, Figs. 4.49-4.50 (Olival da Pega 2 b).

não sendo necessariamente assumidos pelas suas congéneres do Sudoeste peninsular como itens exóticos exclusivamente destinados a composição de mobiliários votivos de elites locais.

Da mesma maneira, a “leitura política” da circulação de artefactos de sílex oolítico fundamenta-se no facto de os elementos analisados se referirem genericamente a produtos alongados de grande dimensão, e ocasionalmente grandes folhas bifaciais, reflexo de uma suposta organização especializada da produção e consequente transacção de tais bens (cf. FERNÁNDEZ-LÓPEZ DE PABLO, GARCÍA PUCHOL & JUAN CABANILLES, 2006; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ *et al.*, 2009; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ & MORGADO RODRÍGUEZ, 2005; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ *et al.*, 2006; MORGADO RODRÍGUEZ *et al.*, 2008 e 2009; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; MORGADO & PELEGRIN; 2012; RAMOS *et al.*, 2009).

Estão ainda por caracterizar que outros elementos de menor tamanho circulariam a par com as grandes lâminas – questionando-se assim esta mesma “leitura política”, conforme já efectuado a respeito da pequena ponta de seta de sílex oolítico recolhida na anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais, onde se sugeriu precisamente que o “controlo elitista” da circulação dos grandes produtos alongados seria talvez faccioso, tendo em conta a presença de outros elementos que nada têm de “prestígio”, que não exclusivamente as grandes lâminas (cf. BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015, p. 198).

Os elementos recolhidos no povoado do Outeiro Redondo, mesmo que enquadráveis no “pacote” das grandes lâminas, poderão precisamente contrariar de certo modo esta leitura, sendo muito discutível o seu carácter sumptuário. Tratam-se de peças presentes num claro contexto habitacional, que se encontram efectiva e exaustivamente usadas, tendo sido posteriormente descartadas para lareiras activas, como o demonstra as alterações / fracturas térmicas registadas – factos que parecem não condizer com efectivos “bens de prestígio”. Todavia, como demonstrado acima, a sua introdução no povoado não é justificável por uma real carência de matérias-primas siliciosas, pelo que a sua presença poderá ser assumida, não necessariamente como o consumo estático de um “bem de prestígio”, mas como o consumo de um “bem exótico” de carácter francamente utilitário, muito provavelmente transaccionado a par com outro tipo de matérias-primas – o que, com efeito, não coíbiu a sua utilização exaustiva enquanto item funcional. Seja como for, e não sendo o Outeiro Redondo um povoado com a “dimensão social” de outros seus congéneres estremenhos (como Leceia, Zambujal ou Vila Nova de São Pedro), ainda assim teria acesso a estes itens exóticos.

A ser assim, a sua presença seria comparável à das pontas de seta de xisto jaspóide, oriundas seguramente do Alentejo, cuja presença, bem conhecida em diversos povoados calcolíticos da Baixa Estremadura, como o de Moita da Ladra a propósito das quais se discutiram tais ocorrências (CARDOSO, 2014 c). No caso do Outeiro Redondo, tal presença poderá igualmente ser explicada por corresponderem a artefactos que viriam por acréscimo de bens importados de verdadeira importância estratégica para as respectivas comunidades, como os anfíbolitos ou o cobre (CARDOSO, 2013; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017).

Seja como for, torna-se evidente que estes artefactos foram transaccionados em esquemas organizados, como a sua larga difusão e a distância a que por vezes se encontram da fonte de aprovisionamento indicam (mesmo que não se defendam relações directas entre áreas de origem e áreas de destino).

A associação entre fontes de matéria-prima com exploração organizada e áreas de produção intensiva e extensiva de artefactos (cf. MORGADO & LOZANO, 2011) concorre igualmente para o favorecimento desta hipótese. No entanto, mais do que exploração e produção especializadas, poderemos falar, em alternativa, em “comércio” especializado. Evidentemente, ambos os conceitos não poderão ser apartáveis, se pensarmos que os primeiros, mais do que o consumo interno, terão precisamente como finalidade o segundo. Assim se explicaria o estabelecimento de redes de “intercâmbio especializado” de matérias-primas siliciosas (ou muito possivelmente de artefactos já concluídos) onde também se inserem outros componentes “exóticos”

amplamente transaccionadas durante o 3.º milénio a.C, replicando-se a distribuição dos sílices oolíticos nas rotas de difusão de outras matérias-primas, com destaque para o marfim, o âmbar, a variscite e o cinábrio (sobre a difusão destas matérias-primas no Sudoeste peninsular, *cf.* CARDOSO & SCHUHMACHER, 2012; EMSLIE *et al.*, 2015; HUNT-ORTIZ & HURTADO PÉREZ, 2009; HUNT-ORTIZ *et al.*, 2011; MURILLO-BARROSO & MARTINÓN-TORRES, 2012; MURILLO-BARROSO & MONTERO-RUÍZ, 2017; ODRIOZOLA *et al.*, 2013 a, 2013 b, 2016, 2017; ODRIOZOLA & LINARES-CATELA, 2012; ODRIOZOLA & VILLALOBOS-GARCÍA, 2015; ROGERIO-CANDELERIA *et al.*, 2013; SCHUHMACHER, 2017; SCHUHMACHER & BANERJEE, 2012; SCHUHMACHER & CARDOSO, 2007; SCHUHMACHER, CARDOSO & BANERJEE, 2009; VALERA, 2017; VALERA, SCHUHMACHER & BANERJEE, 2015; VALERA & ANDRÉ, 2016-2017).

Neste contexto, com base na distribuição genérica dos elementos de sílex oolítico no Sudoeste peninsular (Fig. 9), três rotas de circulação possíveis poderão ser sugeridas para a sua introdução no povoado do Outeiro Redondo, encontrando réplica nas rotas de difusão dos riólitos da Faixa Piritosa do Zona Sul-Portuguesa.

Como referido acima, a “leitura política” da circulação destes elementos baseia-se precisamente na sua presença em necrópoles, normalmente associadas a grandes centros populacionais do Sul peninsular, como Los Millares, Valencina de la Concepción, La Pijotilla ou, nos casos portugueses, Alcalar (Portimão) e Perdigões (Reguengos de Monsaraz) (*cf.* AFONSO MARRERO *et al.*, 2011; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016; GARCÍA SANJUÁN, 2017; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; MORÁN, PARREIRA & BECKER, 2017; NOCETE *et al.*, 2005 e 2006; POLVORINOS *et al.*, 2008; VALERA & ANDRÉ, 2016-2017; VALERA, 2017), estando ainda por confirmar a sua presença nos contextos funerários associados ao grande povoado do Porto Torrão (Ferreira do Alentejo), embora esta hipótese seja previsível, principalmente com base na aparente identificação de lâminas de sílex oolítico em monumentos localizados na sua esfera territorial indirecta (*cf.* RUSSO & SOUSA, 2017).

Assim, no Sudoeste peninsular, esta distribuição parece estruturar-se em relação a estes mesmos centros populacionais, sugerindo-se três rotas possíveis: uma pelo interior alto-alentejano /extremenho, na esfera territorial de influência de sítios como La Pijotilla e Perdigões; outra pelo interior baixo-alentejano, na esfera territorial de influência do Porto Torrão e de outros povoados congéneres; uma última, ao longo do litoral atlântico (por via marítima ou terrestre), na esfera de influência territorial de Alcalar.

No Sudoeste, estes centros poderão ter funcionado exactamente como redistribuidores destes itens exóticos, não sendo os mesmos só destinados a seu “consumo interno” (como evidenciado na sua presença em necrópoles correlativas), mas também à transacção para povoados de menores dimensões (não necessariamente, como acima vimos, como “bens de prestígio”). Desta maneira, em relação específica à sua introdução no povoado do Outeiro Redondo, embora qualquer uma das rotas propostas seja viável, poderia ser relativamente defensável um caminho de difusão pelo vale do Sado, a partir do Porto Torrão, explicando-se assim também a presença nos conjuntos artefactuais do Outeiro Redondo de elementos produzidos sobre matérias-primas aí disponíveis (como os xistos jaspóides, os metavulcanitos e mesmo o cobre, como veremos abaixo).

Em relação aos patamares cronológicos específicos em que estes esquemas de circulação se processariam, e como já referido anteriormente, a intensificação da difusão destes materiais pelo Sudoeste peninsular parece ocorrer já num momento pleno do Calcolítico (a partir de meados do 3.º milénio a.C.), não substituindo mas adicionando-se significativamente à utilização (e consequente distribuição) das matérias-primas locais /regionais – possivelmente relacionado com a intensificação da exploração e produção de artefactos nas áreas prováveis de proveniência (DOMÍNGUEZ-BELLA *et al.*, 2004, p. 31; *cf.* também RAMOS MILLÁN, 1997 b). Os dados do Outeiro Redondo poderão precisamente corroborar esta circunstância, registando-se

um maior número de elementos presentes em contextos estratigráficos e estruturais datáveis do Calcolítico Pleno/Final; contudo, a presença de um elemento em contextos do Calcolítico Inicial poderá indicar que estes esquemas de circulação se esboçariam já, mesmo que de modo incipiente, durante a primeira metade do 3.º milénio a.C. – algo que já era indiciado (e que já foi igualmente sugerido para o caso do âmbar e do marfim; *cf.* ANDRADE, no prelo a; ODRIOZOLA *et al.*, 2017; SCHUHMACHER, 2017) pela presença de uma ponta de seta de sílex oolítico na anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais, aparentemente associada a armaduras geométricas características de utilizações funerárias que não se estenderão para além dos últimos séculos do 4.º e primeiros séculos do 3.º milénio a.C. (muito embora se registe também neste monumento uma utilização funerária secundária realizada no espaço do Corredor, datada de finais do 3.º milénio a.C.; *cf.* BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015).

Obviamente que estas não serão relações unilaterais, estando as dinâmicas destes esquemas de acção e interacção materializadas em caminhos de múltiplos sentidos. Por exemplo, como contrapartida a esta introdução de itens exógenos no Sudoeste peninsular, está igualmente atestada a presença de elementos ocidentais no Sudeste. Para além das placas de xisto gravadas tipicamente alentejanas presentes nos megálitos da região de Huelva (CERDÁN MÁRQUEZ, LEISNER & LEISNER, 1952), será de referir também, em contexto funerário de Los Millares, a alabarda possivelmente proveniente da Estremadura portuguesa (AFONSO MARRERO *et al.*, 2011). Esta peça, apesar da significativa alteração térmica que apresenta, aparenta ter sido produzida sobre sílex cenomaniano estremenho (sugerível pela sua estrutura laminada específica), recolhendo igualmente paralelos nesta área a nível de tipologia e técnica de fabrico. Com efeito, trata-se de uma tipologia específica de grandes pontas foliáceas comum na Estremadura portuguesa e regiões adjacentes, correspondendo a uma alabarda de tipo Casa da Moura (segundo o definido em FERREIRA, 1970), enquadrável na variante sem polimento das áreas ventrais (*cf.* ANDRADE, 2017). À mesma época ou a época ligeiramente anterior, pertence o alfinete com cabeça postiça canelada, de megálito da região de Gor, Fonelas (Almería) (SIRET; 1891-2001, Pl. 51/3) evidência das relações, mesmo que pouco intensas, então estabelecidas com a Estremadura portuguesa (CARDOSO, 2015).

A extensão destas redes de intercâmbio é assim evidente, tendencialmente fortalecidas com a consolidação das sociedades metalúrgicas, potenciando a circulação a longa distância de matérias-primas e de artefactos, e materializando mecanismos complexos de interacção por todo o Sul peninsular durante o 3.º milénio a.C. – restando por definir a identidade efectiva dos agentes destas permutas e os respectivos mecanismos a elas subjacentes dentro deste vasto território, entre “centros produtores”, “centros distribuidores” e “centros receptores”.

5 – O POVOADO CALCOLÍTICO DO OUTEIRO REDONDO NO CONTEXTO DAS ACÇÕES E INTERACÇÕES DURANTE O 3.º MILÉNIO a.C. NO SUDOESTE PENINSULAR

Em termos genéricos, é amplamente reconhecida a diversidade de matérias-primas (e consequentemente a diversidade das suas áreas de proveniência) usadas na produção de artefactos pelas comunidades calcolíticas ibéricas (DOMÍNGUEZ-BELLA *et al.*, 2004; CARDOSO, 1999, para a região estremenha). No caso específico do povoado do Outeiro Redondo, com base nos estudos preliminares até ao momento publicados, relativos especificamente à realidade arqueológica (CARDOSO, 2009, 2010, 2013, 2017; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017; CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011), é possível estabelecer redes de intercâmbio a nível local, regional, extra-regional e mesmo, de acordo com os elementos aqui apresentados, hiper-regional.

Exceptuando a exploração local dos recursos bióticos disponíveis (evidenciados pelos registos de fauna mamalógica e malacológica (COELHO & CARDOSO, 2012), relacionando-se igualmente a primeira com a produção de artefactos em osso (CARDOSO, 2013, p. 664-666; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 292-298), os recursos abióticos utilizados apresentam uma interessante variedade – a qual manifesta a extensa “actividade económica desta pequena mas pujante comunidade” e “a sua integração numa rede de permutas trans-regionais, na qual estava perfeitamente integrada” (CARDOSO, 2009, p. 111).

Para a produção cerâmica (CARDOSO, 2009, p. 92-111; CARDOSO, 2010, p. 107-117; CARDOSO, 2013, p. 666-680; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 298-329), tanto de recipientes como de outros artefactos (como cinchos, elementos de tear, suportes e artefactos relacionados com a metalurgia do cobre), pode admitir-se produção local, sendo no entanto necessário conhecer melhor a composição da argila e a mineralogia dos elementos não plásticos.

Tanto a nível das formas como dos motivos decorativos, os recipientes do Outeiro Redondo repetem os catálogos cerâmicos característicos do Calcolítico Inicial e Pleno / Final regional da Estremadura, estando representados elementos do grupo dos recipientes canelados (copos e taças), “folha-de-acácia” e campaniforme (de forma residual, com produções enquadráveis predominantemente no estilo “marítimo”).

No conjunto dos artefactos de pedra lascada (CARDOSO, 2009, p. 80-85; CARDOSO, 2010, p. 121-123; CARDOSO, 2013, p. 657-663; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 269-292), contendo igualmente elementos típicos do Calcolítico regional (como as folhas elipsoidais e as pontas de seta dos tipos mitriforme e “Torre Eiffel”), regista-se uma relativa diversidade das matérias-primas utilizadas. Em relação ao sílex, como acima se viu, é evidente a aquisição maioritária de tipos petrográficos disponíveis regionalmente. É o caso dos sílices cenomanianos da região de Lisboa e, em menor quantidade, dos sílices jurássicos potencialmente provenientes do extremo oriental da Arrábida, ambos localizados a menos de 40 km de distância, com produção *in loco* de artefactos, realidade evidenciada pela recolha de núcleos e de artefactos inacabados. Residualmente, regista-se a presença de sílices de origem extra-regional, provenientes do Maciço Calcário Estremenho (possivelmente da área de Rio Maior, a cerca de 120 km de distância; CARDOSO, 2013, p. 662), ou de origem hiper-regional, como os sílices oolíticos analisados no âmbito deste estudo, cujas fontes prováveis se encontram entre cerca de 460 km e 710 km de distância.

Outras matérias-primas, menos frequentes, são igualmente de aprovisionamento extra- e hiper-regional. O riólito, se proveniente da área de Huelva conforme indicado acima (com base na presença de contextos de exploração devidamente documentados), regista fontes distando entre 250 km e 290 km do Outeiro Redondo; se, em alternativa, for proveniente do Alto Alentejo (área de Ponte de Sor-Avis-Mora) ou Baixo Alentejo (área de Aljustrel-Beja), encontra-se já a cerca de 150-160 km de distância, acompanhando neste caso a importação de pontas de seta de xisto jaspóide. Esta matéria-prima, usada exclusivamente em pontas de seta, encontra-se representado em cerca de 10 peças (*cf.* CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 284 e p. 249, Fig. 11), podendo provir de duas fontes possíveis: a bacia do Sado (a cerca de 100 km de distância) ou a área do Anticlinal de Estremoz / Sinclinal de Terena (a cerca de 150 km de distância). Regionalmente, artefactos semelhantes estão também presentes nos povoados calcolíticos da Rotura e Chibanes (GONÇALVES, 1971; SILVA & SOARES, 2014), revelando relações “culturais” entre as comunidades calcolíticas da península de Setúbal e as comunidades calcolíticas alentejanas onde esta matéria-prima é extensamente usada na produção deste tipo de artefactos; veja-se, a título de exemplo, o conjunto de pontas de seta do povoado de São Pedro (MATALOTO, COSTEIRA & NUKUSHINA, 2017; MATALOTO, NUKUSHINA & COSTEIRA, 2017) ou, em área de charneira entre o Alentejo e a Estremadura, os dados do Cabeço do Pé da Erra (GONÇALVES & SOUSA, 2017). Será também de considerar neste contexto a potencial presença de milonitos, disponíveis no extremo ocidental

da Zona de Ossa-Morena (principalmente na área de Badajoz, a cerca de 215 km de distância) e jaspes, também presentes no Alentejo Litoral, Baixo Alentejo e Alto Alentejo. A nível regional, a sua presença é de há muito conhecida nos conglomerados jurássicos presentes em torno à Serra de São Luís, sob a forma de seixos de tonalidade avermelhada ou amarelada, bem como na serra da Arrábida (anticlinal do Formosinho), correspondendo à rocha decorativa designada por “brecha da Arrábida”, cuja exploração presentemente se encontra suspensa.

Os artefactos de pedra polida (CARDOSO, 2009, p. 85; CARDOSO, 2010, p. 123-124; CARDOSO, 2013, p. 663-664; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 246-260) registam já uma menor diversidade de matérias-primas, utilizadas na produção de machados, enxós, formões e martelos. O anfibolito, segundo o já estipulado para outros contextos calcolíticos estremenhos (CARDOSO & CARVALHOSA, 1995), provirá maioritariamente da região alto-alentejana, destacando-se as áreas de Montemor-o-Novo (a cerca de 90 km de distância), Montargil (a cerca de 125 km de distância) e Avis (a cerca de 150 km de distância) – registando-se igualmente ocorrências nas áreas de Abrantes (a cerca de 160 km de distância), Arraiolos (a cerca de 120 km de distância) e Ferreira do Alentejo-Beja (entre 130 e 160 km de distância).

A silimanite (fibrolite), usada numa pequena enxó (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 248, Fig. 10), encontra-se igualmente nos contextos de rochas anfibólicas acima mencionados, com especial referência para as áreas de Montargil e Arraiolos, embora esteja ainda por provar a disponibilidade de massas suficientemente volumosas susceptíveis de suportarem a manufatura de exemplares polidos.

A rocha metamórfica branda, de tendência microcristalina, usada na produção de enxós e macroscopicamente integrada frequentemente no grupo dos “xistos verdes”, poderá corresponder a metavulcanitos provenientes de contextos vulcano-sedimentares (CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 256), podendo provir da área de Alcácer do Sal/Grândola (entre cerca de 90 km e 120 km de distância) – equacionando-se igualmente a sua presença em outras áreas, como nos contextos silúricos e câmbricos do Alto Alentejo (Alter do Chão-Avis-Sousel) ou no sopé do Anticlinal de Estremoz, entre cerca de 150 km e 180 km de distância, para já não falar da Bacia Lusitaniana onde podem ocorrer rochas dos grupo dos argilitos siliciosos macroscopicamente não diferenciáveis das rochas vulcano-sedimentares ou metamórficas paleozóicas acima referidas (CARDOSO, 2014 b).

Os artefactos de pedra afeioada (CARDOSO, 2009, p. 85; CARDOSO, 2012; CARDOSO, 2013, p. 664; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 260-269) manifestam aprovisionamento eminentemente local, usando matérias-primas disponíveis no entorno imediato (a menos de 10 km de distância) do Outeiro Redondo. É o caso dos arenitos e calcarenitos cretácicos e do calcário duro jurássico, usados em pesos de rede, afiadores / polidores e percutores, ou o dolerito usado em elementos de moagem, bem como em pesos de rede, sob a forma de seixos rolados afeioados por picotagem. Encontram-se igualmente percutores usando seixos de quartzo, de quartzito, ou mesmo de sílex, de disponibilidade local a regional, atestando os últimos a abundância daquela matéria-prima, pois de outro modo seria exclusivamente reservada para a produção de utensílios cortantes.

No respeitante aos artefactos metálicos (CARDOSO, 2009, p. 85-88; CARDOSO, 2010, p. 124-125; CARDOSO, 2013, p. 680-682; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 329-333), admitiu-se que o minério utilizado no Outeiro Redondo proviria das jazidas cupríferas do Baixo Alentejo, obtido pela exploração dos chapéus de ferro da Faixa Piritosa da Zona Sul-Portuguesa, a cerca de 150 km de distância (PEREIRA *et al.*, 2013). Tal fonte de abastecimento já tinha sido proposta no respeitante às produções metálicas recolhidas em Leceia, por simples dedução, uma vez que se admite terem os chapéus de ferro das mineralizações de sulfuretos cupríferos importantes enriquecimentos supergénicos de cobre nativo, o qual seria ali facilmente explorado (CARDOSO & GUERRA, 1995). No entanto, estudos ulteriores deste mesma utensilagem, com a determinação de teores

de isótopos de chumbo (MÜLLER & CARDOSO, 2008), vieram indicar que a origem mais provável de tais minérios seria o Alto Alentejo, onde se conhecem mineralizações cupríferas, ainda que de fraca expressão, associadas aos abundantes corpos de quartzo filoneano, que permitiriam explorações difusas, e de pouca expressão individual, mas que no conjunto poderiam dar origem a volumes de exploração interessantes. Com efeito, registam-se ocorrências cupríferas no Alto Alentejo, por exemplo, na área de Fronteira e Monforte, a cerca de 170-190 km de distância.

De qualquer modo, os artefactos de cobre seriam produzidos localmente no Outeiro Redondo, conforme demonstra a recolha de resíduos de fundição, a par de cadinhos e algaravizes de forja, sendo aqui introduzidos possivelmente sob a forma de lingotes, dos quais se identificou um belo exemplar de formato paralelepípedo (CARDOSO, 2009, p. 85-86; CARDOSO, 2010, p. 124). Aliás, a abundância dos vestígios recolhidos, tanto ao nível de artefactos produzidos, como de testemunhos do seu fabrico, permite concluir que uma das actividades económicas mais importantes desenvolvidas por estas populações calcolíticas, seria precisamente a metalurgia, apesar da implantação geográfica desviada face ao importante eixo de comunicação e de circulação de mercadorias Sado-Tejo, que se situava mais a Leste, a par da necessidade de importação do próprio cobre aqui manufacturado, como já anteriormente se referiu (CARDOSO, 2013).

Em relação aos elementos de adorno (CARDOSO, 2013, p. 682; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 342), para além das possíveis contas de colar cerâmicas, foi recolhido um elemento de coral, aparentemente não afeiçoado, e um exemplar de *Luria lúrida*, espécie endémica do litoral algarvio (a cerca de 200-250 km de distância).

Foi também recolhida uma conta de colar de mineral verde, ainda não analisada, mas correspondendo muito provavelmente a variscite, podendo ter duas fontes possíveis de proveniência – tendo em conta os exemplos reconhecidos no Sudoeste peninsular. Com efeito, os dados da Anta Grande do Zambujeiro (Évora) e dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz), sugerem a aquisição em Palazuelo de las Cuevas (Zamora), a cerca de 510 km de distância do Outeiro Redondo, durante o 4.º milénio a.C. e em Pico Centeno (Huelva), a cerca de 240 km de distância do Outeiro Redondo, durante o 3.º milénio a.C., revelando a hipotética alteração das estratégias de aprovisionamento de variscite entre o Neolítico e o Calcolítico (cf. ODRIOZOLA, LINARES-CATELA & HURTADO-PÉREZ, 2010; ODRIOZOLA *et al.*, 2012).

No entanto, os resultados das análises realizadas sobre elementos recolhidos em contextos calcolíticos da Baixa Estremadura afins do Outeiro Redondo (como Vila Nova de São Pedro, Penha Verde, Leceia e Moita da Ladra), indicam uma proveniência preferencial de elementos da área de Palazuelo de las Covas, indiciando a aparente manutenção das mesmas redes de troca na Estremadura portuguesa já entrado o 3.º milénio a.C. (ODRIOZOLA *et al.*, 2013 a, 2013 b). Será então lícito supor que o exemplar do Outeiro Redondo seja daí igualmente proveniente.

Os artefactos ideotécnicos (CARDOSO, 2009, p. 87-88; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, p. 342-345) encontram-se representados por ídolos-betilo de calcário branco, de possível fabrico local, e fragmentos de placas de xisto gravadas, para além de uma falange afeiçoada de cavalo, de evidente antropomorfismo.

Em relação às placas de xisto, foi já salientada a sua importância relativa em contextos habitacionais, especialmente em áreas estranhas ao foco de difusão destes artefactos (ANDRADE, COSTEIRA & MATALOTO, 2015 e 2016). Com efeito, a área estremenha corresponde a um território periférico no âmbito da utilização de placas de xisto gravadas, concentradas na região alto-alentejana. Estão todavia presentes, por vezes em número significativo, em contextos funerários estremelhos (LILLIOS, 2008), revelando relações entre os habitantes estremelhos e as comunidades megalíticas alentejanas (CARDOSO, 2015), sendo de referir, no âmbito local do povoado do Outeiro Redondo, a sua presença nas grutas da Lapa do Bugio e da Lapa do

Fumo (CARDOSO, 1992; SERRÃO & MARQUES, 1971), para além dos hipogeus da Quinta do Anjo, Palmela (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961). Para além do seu “carácter cultural exógeno”, também o é a matéria-prima necessária à sua produção – essencialmente os xistos ardosianos disponíveis, por exemplo, na área de Montemor-o-Novo ou Pavia, a cerca de 90 km e 130 km de distância, respectivamente.

Não estão até ao momento identificados no povoado do Outeiro Redondo outros elementos exógenos, presentes em contextos crono-culturais geograficamente coevos, como o marfim ou o âmbar, partilhando (como acima referido) as rotas de difusão dos elementos objecto deste estudo. As análises conduzidas sobre elementos recolhidos em contextos calcolíticos do Sudoeste peninsular permitiram atestar que o primeiro se refere essencialmente a simetite siciliana (ODRIOZOLA *et al.*, 2017) e o segundo a marfim de elefante africano (CARDOSO & SCHUHMACHER, 2012; SCHUHMACHER, 2017; SCHUHMACHER & BANERJEE, 2012; SCHUHMACHER & CARDOSO, 2007; SCHUHMACHER, CARDOSO & BANERJEE, 2009), ambos originários de áreas localizadas a mais de 2000 km da área estremenha.

Evidencia-se assim a vasta gama das matérias-primas de suporte aos artefactos produzidos e / ou utilizados no povoado do Outeiro Redondo – revelando uma exploração otimizada do território e uma eficaz gestão de recursos, que suportava a evidente interacção com outras regiões geo-culturalmente apartadas, com aquisição / recepção de bens, desde a escala local à escala hiper-regional.

É nessa lógica de obtenção de recursos, que se deve equacionar a presença de elementos exógenos como o sílex oolítico (e o riólito), embora não necessariamente dentro de um esquema de “consumo sumptuário” de “bens de prestígio” destinados a elites locais. Pelo contrário, a evidência mostra que se tratavam de artefactos integrados nas actividades domésticas, como evidenciam as marcas de uso que alguns deles ostentam. Esta conclusão levanta, porém, uma nova interrogação, relacionada com as razões efectivas que estiveram na origem deste tipo de importações. Duas alternativas se podem colocar: a primeira, remete a explicação para a existência de produções laminares de dimensões assinaláveis, bem conhecidas naquelas variedades petrográficas, que por tal facto justificavam a sua importação específica. Não sendo possível demonstrar de forma concludente a presença de tais exemplares no Outeiro Redondo, pelo facto de todos se encontrarem fracturados, sendo claro, pelo contrário, demonstrar que alguns deles não se distinguiam do tamanho das lâminas produzidas com sílex de origem cenomaniana, a presença dos exemplares em questão terá de explicar-se de outro modo. Assim, a sua presença, por ser residual, poderia ter explicação no quadro da generalizada interacção conhecida ao longo de todo o 3.º milénio a.C. no Sudoeste peninsular, como mostra a ocorrência de itens, por vezes despovidos de valor intrínseco, susceptíveis de justificar a sua presença a centenas de km de distância. É o caso de alfinetes de cabeça postiça canelada no sudeste peninsular, cuja origem estremenha é a mais provável, dado serem aqui muito numerosos, em contextos do Neolítico Final/Calcolítico Inicial (CARDOSO & SOARES, 1995); a ocorrência de duas placas de xisto absolutamente idênticas, uma recolhida em Chelas (Lisboa), outra proveniente de um sepulcro de Huelva (ZBYSZEWSKI, 1957), provavelmente executadas pelo mesmo artífice, ou pelo menos com o mesmo contexto de fabrico, atendendo às peculiaridades exibidas por ambas, ilustra de forma concludente a circulação de objectos que, por serem tipologicamente notórios, mais sublinham a existência de outros, menos evidentes: nesse caso se inscrevem as produções laminares de sílex oolítico, das quais as reconhecidas no Outeiro Redondo se afirmam como excepcionais no litoral atlântico ocidental.

Assim sendo, as sucessivas comunidades instaladas no Outeiro Redondo entre cerca de 2600 e 2100 cal BC, conforme já assinalado por um de nós (J.L.C.), assumiam-se “francamente abertas à interacção económica mantida com diversas regiões, integrando-se em redes de trocas de matérias-primas à escala supra regional” configurando “uma sociedade dinâmica, explorando de forma intensiva os recursos naturais disponíveis, e em franco processo de complexificação social” (CARDOSO, 2013, p. 684).

REFERÊNCIAS

- AFONSO MARRERO, J. A.; CÁMARA SERRANO, J. A.; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G. & MOLINA GONZÁLEZ, F. (2011) – Objectos en matérias primas exóticas y estructura jerárquica de las tumbas de la necrópolis de Los Millares (Santa Fe de Mondújar, Almería, España). In GARCÍA SANJUÁN, L.; SCARRE, C. & WHEATLEY, D. W. (eds.) – *Exploring Time and Matter in Prehistoric Monuments: Absolute Chronology and Rare Rocks in European Megaliths. Proceedings of the 2nd European Megalithic Studies Group Meeting*. Sevilha: Junta de Andalucía (Menga Monografía, 1), p. 295-332.
- AGUAYO, P. & MORENO, F. (1998) – El complejo arqueológico de Malaver-Lagarín y su significado en el suministro de rocas silíceas en el mediodía peninsular. In BERNABEU, J.; OROZCO, T. & TERRADAS, X. (eds.) – *Los recursos abióticos en la Prehistória. Caracterización, Aprovechamiento e Intercambio*. València: Universitat de València (Col·lecció Oberta, Sèrie Història, 2), p. 111-126.
- ALMEIDA, F.; ARAÚJO, A. C. & AUBRY, T. (2003) – Paleotecnologia lítica: dos objectos aos comportamentos. In MATEUS, J. E. & MORENO-GARCÍA, M. (eds.) – *Paleoecologia Humana e Arqueociências. Um programa multidisciplinar para a Arqueologia sob tutela da Cultura*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 29), p. 299-349.
- ANDRADE, M. A. & CARDOSO, M. S. (2004) – O sítio pré-histórico da Pedreira do Aires (Ramada, Odivelas): notícia da sua identificação. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1), p. 137-163.
- ANDRADE, M. A. (2011) – O sítio pré-histórico de Monte das Pedras (Mina, Amadora): identificação e caracterização de uma possível oficina de talhe neolítica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 5-39.
- ANDRADE, M. A. (2017) – O sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso (Salvaterra de Magos, Portugal): um curioso contexto do Neolítico Final/Calcolítico na margem esquerda do Baixo Tejo. *Ophiussa*. Lisboa. 1, p. 17-49.
- ANDRADE, M. A. (no prelo a) – *From matter to essence*. Sourcing raw materials for the votive artefacts of the megalithic communities in Ribeira da Seda (North Alentejo, Portugal): a preliminary approach. In *Proceedings of the II International Meeting MEGA-TALKS. Megaliths and Geology: Moving Stones in the Neolithic – MEGAGEO 2015*. Redondo.
- ANDRADE, M. A. (no prelo b) – Cabeço dos Cinco Pinheiros (Sesimbra): um sítio da transição Plistocénico / Holocénico na área Oeste da península de Setúbal? *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 24.
- ANDRADE, M. A. & MATIAS, H. (2011) – Pedreira do Aires and Monte das Pedras: two Neolithic flint “mines” in Lisbon Peninsula. In CAPOTE, M.; CONSUEGRA, S.; DÍAZ-DEL-RÍO, P. & TERRADAS, X. (eds.) – *Proceedings of the 2nd International Conference of the UISPP Commission on Flint Mining in Pre- and Protohistoric Times*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2260), p. 149-156.
- ANDRADE, M. A. & MATIAS, H. (2013) – Lithic raw material procurement and consumption during the Late Neolithic/Early Chalcolithic: the case of Casal dos Matos and Cabeça Gorda 1 (Vila Nova de Ourém, Estremadura, Portugal). *Complutum*. Madrid. 24 (1), p. 91-111.
- ANDRADE, M. A.; COSTEIRA, C. & MATALOTO, R. (2015) – *Símbolos de morte em espaços de vida!* Sobre a presença de placas de xisto gravadas em povoados do Alto Alentejo, no contexto do Sudoeste peninsular. In COLLADO GIRALDO, H. & GARCÍA ARRANZ, J. J. (eds.) – *Symbols in the Landscape: Rock Art and its Context. Proceedings of the XIX International Rock Art Conference IFRAO 2015*. Tomar: CHEIPHAR (Arkeos, 37), p. 1607-1635.
- ANDRADE, M. A.; COSTEIRA, C. & MATALOTO, R. (2015) – Placas de xisto gravadas em contexto de povoado: o caso do Castelo de Pavia. *Al-Madan – Adenda Electrónica*. Almada. 2.^a série, 20 (2), p. 43-53.

- ANDRADE, M. A.; LOPES, G. & VILELA, C. (2014) – O sítio calcolítico de Cabeço dos Mouros: identificação de uma nova oficina de talhe de pontas de seta na área de Arruda dos Pisões (Rio Maior, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 113-126.
- ANGELUCCI, D. (2010) – The Recognition and Description of Knapped Lithic Artifacts in Thin Section. *Geoarchaeology*. 25 (2), p. 220-232.
- ARAÚJO, A. C. (2011) – O fabrico de artefactos em pedra. In ARAÚJO, A. C. (ed.) – *O concheiro de Toledo no contexto do Mesolítico inicial do litoral da Estremadura*. Lisboa: IGESPAR/IP (Trabalhos de Arqueologia, 51), p. 49-89.
- AUBRY, T.; LUÍS, L.; MANGADO LLACH, J. & MATIAS, H. (2012) – We will be known by the tracks we leave behind: Exotic lithic raw materials, mobility and social networking among th Côa Valley foragers (Portugal). *Journal of Anthropological Archaeology*. 31 (4), p. 528-550.
- AUBRY, T.; MANGADO LLACH, J. & MATIAS, H. (2014) – Matérias-primas das ferramentas de pedra lascada da Pré-História do Centro e Nordeste de Portugal. In DINIS, P. A.; GOMES, A. & MONTEIRO-RODRIGUES, S. (eds.) – *Proveniências de Materiais Geológicos: abordagens sobre o Quaternário de Portugal*. Braga: APEQ, p. 165-192.
- AUBRY, T.; MANGADO LLACH, X.; SAMPAIO, J. D.; CALVO TRÍAS, M.; IGREJA, M. A.; KLARIC, L. & GAMEIRO, C. (2009) – Os artefactos: reconstituição da funcionalidade e da dinâmica de formação dos sítios. In AUBRY, T. (ed.) – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-recolectores do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR/IP (Trabalhos de Arqueologia, 52), p. 129-270.
- AUBRY, T.; GAMEIRO, C.; MANGADO LLACH, J.; LUÍS, L.; MATIAS, H. & PEREIRO, T. (2016) – Upper Palaeolithic lithic raw material sourcing in Central and Northern Portugal as an aid to reconstructing hunter-gatherer societies. *Journal of Lithic Studies*. Edinburgh. 3 (2), p. 1-22.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A. & NUKUSHINA, D. (2014-2015) – *Estremoz 7 ou a Anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora)*. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.^a série, 4-5, p. 175-235.
- BOSTYN, F. & LANCHON, Y. (1992) – *Jabalines, le Haut Château (Seine-et-Marne). Une minière de silex au Néolithique*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme (Documents d'Archéologie Française, 35).
- BUSTILLO, M. A.; DELGADO, A. & RUÍZ, P. A. (1997) – Silicificaciones jurássicas en calizas oolíticas: génesis y significado paleográfico (Velez-Blanco, Subbético Interno). *Boletín Geológico y Minero*. Madrid. 108 (4), p. 351-365.
- CAPOTE, M.; CASTAÑEDA, N.; CONSUEGRA, S.; CRIADO, C. & DÍAZ-DEL-RÍO, P. (2008) – Flint mining in Early Neolithic Iberia: a preliminary report on Casa Montero (Madrid, Spain). In ALLARD, P.; BOSTYN, F.; GILIGNY, F. & LECH, J. (eds.) – *Flint Mining in Prehistoric Europe: Interpreting the Archaeological Records*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1891), p. 223-137.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.
- CARDOSO, J. L. (1999) – Copper metallurgy and the importance of other raw materials in the context of Chalcolithic economic intensification in Portuguese Estremadura. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 1, p. 93-109.
- CARDOSO, J. L. (2009) – Espólios do povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Sesimbra): as colheitas do Arq. Gustavo Marques. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (1), p. 73-114.
- CARDOSO, J. L. (2010) – O povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados das escavações efectuadas em 2005. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e. Actas do Colóquio Internacional*. Cascais: Câmara Municipal, p. 97-129.
- CARDOSO, J. L. (2012) – Elementos de moagem do povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). In *Sesimbra – memória e identidade. Engenho de moagem de cereais*. Sesimbra: Câmara Municipal, p. 29-34.

- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, 2013, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2014 a) – O povoado pré-histórico do Zambujal (Sesimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 95-112.
- CARDOSO, J. L. (2014 b) – Polished stone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve, p. 185-194 (Promontoria Monográfica, 17).
- CARDOSO, J. L. (2014 c) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Na Estremadura do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: contributos de um percurso pessoal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 93-138.
- CARDOSO, J. L. (2017) – O povoado pré-histórico fortificado do Outeiro Redondo, Sesimbra. Breve síntese dos trabalhos até ao presente realizados (2005-2015). *Akra-Barbarion*. Sesimbra. 2, p. 175-197.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniência. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L. & COSTA, J. B. (1992) – Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 229-245.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2016-2017) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 233-392.
- CARDOSO, J. L. & NORTON, J. (1997/1998) – A oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 35-45.
- CARDOSO, J. L. & SCHUHMACHER, T. X. (2012) – Marfiles calcolíticos en Portugal. Estado de la cuestión. In BANERJEE, A.; LÓPEZ PADILLA, J. A. & SCHUHMACHER, T. X. (eds.) – *Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental*. Darmstadt / Mainz: DAI / MARQ, p. 95-109.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 4, p. 10-13.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. & MARTINS, J. M. M. (2010-2011) – Fases de ocupação e cronologia absoluta da fortificação calcolítica do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 553-578.
- CARDOSO, J. L.; SOUSA, A. C. & ANDRÉ, M. C. (2015) – O povoado do Carrascal (Oeiras). Estudo das ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 139-234.
- CARRIÓN MÉNDEZ, F.; GARCÍA GONZÁLEZ, D. & LOZANO RODRÍGUEZ, J. A. (2006) – Métodos y técnicas para la identificación de las fuentes de materias primas líticas durante la Prehistoria reciente. In MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G.; MORGADO RODRÍGUEZ, A. & AFONSO MARRERO, J. A. (eds.) – *Sociedades prehistóricas, recursos abióticos y territorio*. Granada: Fundación Ibn Al-Jatib, p. 45-61.
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2008) – A estação mesolítica da Amieira (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 235-245.
- CARVALHO, S. & TAVARES, J. (2005) – A jazida de sílex e oficina de talhe do Povo da Martinela. In CARVALHO, S. (coord.) – *Habitantes e habitats. Pré e Proto-História na Bacia do Lis*. Leiria: Câmara Municipal, p. 28-33.

- CERDÉN MÁRQUEZ, C.; LEISNER, G. & LEISNER, V. (1952) – *Los sepulcros megalíticos de Huelva. Excavaciones arqueológicas del Plan Nacional 1946*. Madrid: Comisaria General de Excavaciones Arqueológicas (Informes y Memorias. 26).
- CERRILLO CUENCA, E. (2009) – Láminas de sílex en el actual territorio de Extremadura (IV-III milenio CAL BC): problemas de partida y posibilidades de estudio. In GIBAJA BAO, J. F. & TERRADAS BATLLE, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la Prèhistoria*. Barcelona: Museo d'Arqueologia de Catalunya (Monografies, 13), p. 55-62.
- COELHO, M. D. & CARDOSO, J. L. (2012) – The marine malacological remains from the Chalcolithic fortified settlement at Outeiro Redondo (Sesimbra): collection strategies used by a sedentary community from the 3rd Millenium BC on the Portuguese coast. *Zephyrus*. Salamanca. 70 (2), p. 85-111.
- CONSUEGRA RODRÍGUEZ, S.; GALLEGO GARCÍA, M. M. & CASTAÑEDA CLEMENTE, N. (2004) – Minería neolítica de sílex de Casa Montero (Vicálvaro, Madrid). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 61 (2), p. 127-140.
- CRIADO, C.; CASTAÑEDA, N.; CAPOTE, M.; BUSTILLO, M. A.; PÉREZ-JIMÉNEZ, J. L.; CONSUEGRA, S.; DÍAZ-DEL-RÍO, P.; OROZCO, T. & TERRADAS, X. (2010) – El sílex Casa Montero: estudio y caracterización. In DOMÍNGUEZ-BELLA, S.; RAMOS, J.; GUTIÉRREZ, J. M. & PÉREZ, M. (eds.) – *Minerales y Rocas Raras en las Sociedades Prehistóricas*. Cádiz: Universidad de Cádiz, p. 187-197.
- CHOFFAT, P. (1889) – *Étude géologique du tunnel du Rocío. Contribution à la connaissance du sous-sol de Lisbonne*. Lisboa: Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal.
- CHOFFAT, P. (1907) – Exploitation souterraine de sílex à Campolide aux temps néolithiques. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 12, 338-342.
- DÍAZ-DEL-RÍO, P. & CONSUEGRA, S. (2011) – Time for action. The chronology of mining events at Casa Montero (Madrid, Spain). In CAPOTE, M.; CONSUEGRA, S.; DÍAZ-DEL-RÍO, P. & TERRADAS, X. (eds.) – *Proceedings of the 2nd International Conference of the UISPP Commission on Flint Mining in Pre- and Protohistoric Times*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2260), p. 221-229.
- DOMÍNGUEZ-BELLA, S.; CALADO, D.; CARDOSO, J. L.; CLOP, X. & TARRINO, A. (2004) – Raw materials in the Neolithic-Aeneolithic of the Iberian Peninsula. *Slovak Geological Magazine*. Bratislava. 10 (1-2), p. 17-42.
- ESPEJO, M. M. & CANTALEJO, P. (1989/1990) – La Galeota, un taller de sílex calcolítico (Ardales – Málaga). Colección Martín Domínguez. *Mainake*. Málaga. 11-12, p. 21-40.
- FELDER, P. J.; RADEMAKERS, P. C. & DE GROOTH, M. E. T. (1998) – *Excavations of Prehistoric Flint Mines at Rijckholt – St. Geertruid (Limburg, the Netherlands) by the "Prehistoric Flint Mines Working Group" of the Dutch Geological Society*. Bonn: DGFU (Archäologische Berichte, 12).
- FERNÁNDEZ RUIZ, J. & MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (1985) – El taller de Ardite, Coín (Málaga). *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada*. Granada. 10, p. 103-129.
- FERNÁNDEZ-LÓPEZ DE PABLO, J.; GARCÍA PUCHOL, O. & JUAN CABANILLES, J. (2006) – Les lames de sílex de grande format du Néolithique final et de l'Énéolithique du Pays Valencien (Espagne). In VAQUER, J. & BRIOIS, F. (eds.) – *La Fin de l'Âge de Pierre en Europe du Sud. Matériaux et productions lithiques taillées remarquables dans le Néolithique et le Chalcolithique du sud de l'Europe*. Toulouse: École des Hautes Études en Sciences Sociales, p. 257-271.
- FERREIRA, O. V. (1970) – Alguns objectos inéditos, bastante raros, da coleção do Prof. Manuel Heleno. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 3.^a série, 4, p. 165-174.
- FORENBAHER, S. (1998) – Production and exchange during the Portuguese Chalcolithic: the case of bifacial flaked stone industries. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 55 (2), p. 55-71.

- FORENBAHER, S. (1999) – *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts During the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 756).
- FORENBAHER, S. (2006) – Lithic production at Casas de Baixo and the prismatic blades of the Portuguese Neolithic. In BICHO, N. F. (ed.) – *From the Mediterranean Basin to the Portuguese Atlantic Shore: Papers in Honor of Anthony Marks. Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 7), p. 231-244.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (2017) – Farming Economy and Wealth Economy in the Copper Age of the Lower Guadalquivir River. Debating Strategic Resources at Valencina de la Concepción (Seville, Spain). In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 237-256.
- GARCÍA SANJUÁN, L.; LOZANO RODRÍGUEZ, J. A.; SÁNCHEZ LIRANZO, O.; GIBAJA BAO, J. & ARANDA SÁNCHEZ, V. (2016) – La industria lítica del tholos de Montelirio. In FERNÁNDEZ FLORES, A.; GARCÍA SANJUÁN, L. & DÍAZ-ZORITA BONILLA, M. (eds.) – *Montelirio. Un gran monumento megalítico de la Edad del Cobre*. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 203-244.
- GENESTE, J.-M. (1991) – L’approvisionnement en matières premières dans les systèmes de production lithique: la dimension spatiale de la technologie. *Treballs d’Arqueologia*. Barcelona. 1, p. 1-36.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: UNIARQ/INIC. 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Reguengos de Monsaraz: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2017) – The Shadows of the Rivers and the Colours of the Copper. Some Reflections on the Chalcolithic Farm of Cabeço do Pé da Erra (Coruche, Portugal) and Its Resources. In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 167-199.
- JIMÉNEZ LORENTE, S. (1983) – Introducción a la problemática de los talleres de sílex al aire libre en la provincia de Murcia. In *Cronica del XVI Congreso Nacional de Arqueologia*. Zaragoza: Universidad de Zaragoza, p. 53-63.
- JIMÉNEZ LORENTE, S.; AYALA JUAN, M. M. & NAVARRO HERVÁS, F. (1998) – Primera campaña de prospecciones en Rambla Salada (Santomba, Murcia). *Memorias de Arqueologia de la Región de Murcia*. Murcia. 13, p. 27-46.
- JORDÃO, P. (2010) – *Análise de proveniência de matérias-primas líticas da indústria de pedra lascada do povoado calcolítico de S. Mamede (Bombarral)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, policopiado.
- JORDÃO, P. & PIMENTEL, N. (2012) – Modelo de gestão e circulação de sílex há 5000 BP na faixa litoral entre Nazaré e Peniche (Estremadura portuguesa). In ALMEIDA, A. C.; BETTENCOURT, A. M. S.; MOURA, D.; MONTEIRO-RODRIGUES, S. & ALVES, M. I. C. (eds.) – *Environmental Changes and Human Interaction along the Western Atlantic Edge*. Coimbra: APEQ, p. 203-215.
- JORDÃO, P. & PIMENTEL, N. (2017) – The Zambujal arrowheads: a petroarchaeological approach to the provenance determination of flint. In PEREIRA, T.; TERRADAS, X. & BICHO, N. (eds.) – *The Exploitation of Raw Materials in Prehistory. Processing and Distribution*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 174-190.
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1961) – *Les Grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la Culture du Vase Campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memória n.º 8, Nova Série).
- LEITÃO, E.; DIDELET, C. & CARDOSO, G. (2017 a) – Análise espacial da área do município de Lisboa durante a Pré-História Recente. *Scientia Antiquitatis*. Évora. 1, p. 155-176.

- LEITÃO, E.; DIDELET, C. & CARDOSO, G. (2017 b) – As galerias de mineração de sílex de Campolide e o seu contexto europeu. Comparações e análise. In ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 575-579.
- LILLIOS, K. (2008) – *Heraldry for Death. Memory, Identity and the Engraved Stones Plaques of Neolithic Iberia*. Austin: University of Texas Press.
- LINARES CATELA, J. A., NOCETE CALVO, F. & SÁEZ, R. (1998) – Aproveccionamiento compartido *versus* proveccionamiento restringido: los casos de las canteras del III milénio a.n.e. del Andévalo (Huelva). In BOSCH, J.; TERRADAS, X. & OROZCO, T. (eds.) – *Actes de la 2ª Reunió de Treball sobre Aproveccionament de Recursos Lítics a la Prehistoria*. (Rubricatum, 2), p. 177-184.
- LOZANO, J. A.; MORGADO, A.; MARTÍN-ALGARRA, A.; AGUAYO, P.; GARCÍA, D.; MORENO, F. & TERROBA, J. (2010 a) – La explotación prehistórica e histórica de la montaña de Malaver (Ronda, España): un patrimonio minero singular. In ROMERO MACÍAS, E. M. (ed.) – *Patrimonio Geológico y Minero. Una apuesta por el desarrollo local sustentable*. Huelva: Universidad de Huelva, p. 431-442.
- LOZANO, J. A.; MORGADO, A.; PUGA, E. & MARTÍN-ALGARRA, A. (2010 b) – Explotaciones del sílex de tipo “Turón” (Málaga, España): localización y caracterización petrológica y geoquímica. *Geogaceta*. Salamanca. 48, p. 163-166.
- MANGADO LLACH, X. (2004) – *L'arqueopetrologia del sílex: una clau per al coneixement paleoeconòmic i social de les poblacions prehistòriques*. Barcelona: Societat Catalana d'Arqueologia.
- MANGADO LLACH, X. (2006) – El proveccionamiento en materias primas líticas: hacia una caracterización paleocultural de los comportamientos paleoeconómicos. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 63 (2), p. 79-91.
- MANUPPELLA, G. & MOREIRA, J. C. B. (1975) – Panorama dos calcários jurássicos portugueses. *Boletim de Minas*. Lisboa. 12 (4).
- MARQUES, G. (1967) – Castro eneolítico de Sesimbra: notícia do seu achado. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Sesimbra. 1, p. 10-16; 2, p. 17-21.
- MÁRQUEZ ROMERO, J. E. & MARQUÉS MERELO, I. (1997) – La fuente de suministro lítico del yacimiento de Alcaide (Antequera-Málaga). *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*. Málaga. 19 (1), p. 371-394.
- MÁRQUEZ ROMERO, J. E. (1995-1996) – La producción lítica tallada de las comunidades de la Edad del Cobre y del Bronce en la provincia de Granada. *Mainake*. 17-18, p. 55-72.
- MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G. & MORGADO RODRÍGUEZ, A. (2005) – Los contextos de elaboración de hojas prismáticas de sílex de Andalucía oriental durante el Neolítico reciente. Aspectos técnicos, modelos de trabajo y estructuración social. In ARIAS CABAL, P.; ONTAÑÓN PEREDO, R. & GARCÍA-MONCÓ PIÑEIRO, C. (eds.) – *Actas del III Congreso del Neolítico de la Península Ibérica*. Santander: Universidad de Cantabria, Barcelona / Gavà: Museu de Gavà, p. 359-368.
- MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G.; AFONSO MARRERO, J. A.; CÁMARA SERRANO, J. A. & MOLINA GONZÁLEZ, F. (2009) – Desarrollo histórico de la producción de hojas de sílex en Andalucía oriental. In GIBAJA BAO, J. F. & TERRADAS BATLLE, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la Prèhistoria*. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya (Monografies, 13), p. 15-24.
- MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G.; MORGADO RODRÍGUEZ, A.; AFONSO MARRERO, J. A.; CÁMARA SERRANO, J. A. & CULTRONE, G. (2006) – Explotación de rocas silíceas y producción lítica especializada en el Subbético central granadino (IV-III milenios cal B.C.). In MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G.; MORGADO RODRÍGUEZ, A. & AFONSO MARRERO, J. A. (eds.) – *Sociedades prehistóricas, recursos abiòticos y territorio*. Granada: Fundación Ibn Al-Jatib, p. 293-313.

- MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G.; MORGADO RODRÍGUEZ, A.; AFONSO MARRERO, J. A.; SÁNCHEZ ROMERO, M. & RONCAL DE LOS ARCOS, M. E. (1998) – Reflexiones sobre la explotación de materias primas para la producción de artefactos de piedra tallada durante la Prehistoria Reciente de Andalucía Oriental: el caso de Los Castillejos (Montefrío, Granada). In BOSCH, J.; TERRADAS, X. & OROZCO, T. (eds.) – *Actes de la 2ª Reunió de Treball sobre Aprovisionament de Recursos Lítics a la Prehistoria. (Rubricatum, 2)*, p. 161-170.
- MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A. & PEREIRA, A. (2016-2017) – O Megalitismo das pequenas antas: novos dados para um velho problema. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 33-156.
- MATALOTO, R.; COSTEIRA, C.; NUKUSHINA, D. (2017) – Local Shop for Local People: Resource Management During the 3rd Millennium BCE at São Pedro (Redondo, Portugal). In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 143-166.
- MATALOTO, R.; NUKUSHINA, D. & COSTEIRA, C. (2017) – *Broken Arrow*: as pontas de seta dos povoados de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). In ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 687-704.
- MATIAS, H. (2012) – *O aprovisionamento de matérias-primas líticas na gruta da Oliveira (Torres Novas)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, policopiado.
- MATIAS, H. (2016) – Raw material sourcing in the Middle Paleolithic site of Gruta da Oliveira (Central Limestone Massif, Estremadura, Portugal). *Journal of Lithic Studies*. Edimburgo. 3 (2).
- MENDONÇA, M. & CARVALHO, A. F. (2016) A componente de pedra lascada dos monumentos funerários 1 e 2 do Complexo arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). *Açontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 11, p. 33-45.
- MIRAS GARCÍA, M. (2008) – Estudio preliminar de un taller de sílex al aire libre, en la pedanía de la Tova (Lorca). *Alberca*. Lorca. 6, p. 7-34.
- MORÁN, E.; PARREIRA, R. & BECKER, H. (2017) – Alcalar and the Management of the Resources of its Territorial Environment in the 3rd Millennium BCE. In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 225-235.
- MORGADO RODRÍGUEZ, A.; LOZANO RODRÍGUEZ, J. A. & PELEGRIN, J. (2011) – Las explotaciones prehistóricas de sílex de la Formación Milanos (Granada, España). *Menga. Revista de Prehistória de Andalucía*. Sevilla. 2, p. 135-155.
- MORGADO RODRÍGUEZ, A.; PELEGRIN, J.; AUBRY, T. & LOZANO RODRÍGUEZ, J. A. (2009) – La producción especializada de grandes láminas del Sur y Oeste de la Península Ibérica. In GIBAJA BAO, J. F. & TERRADAS BATLLE, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la Prèhistoria*. Barcelona: Museo d'Arqueologia de Catalunya (Monografies, 13), p. 89-97.
- MORGADO RODRÍGUEZ, A.; PELEGRIN, J.; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, G. & AFONSO MARRERO, J. A. (2008) – La production de grandes lames dans la Péninsule Ibérique (IV^e-III^e millénaires). In DIAS-MEIRINHO, M.-H.; LÉA, V.; GERNIGON, K.; FOUÉRÉ, P.; BRIOIS, F. & BAILLY, M. (dirs.) – *Les Industries lithiques taillées des IV^e et III^e millénaires en Europe occidentale*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1884), p. 309-330.
- MORGADO, A. & LOZANO, J. A. (2011) – The impact of geological factors on flint mining and large blade production in the Betic Cordillera (Spain) in the 4th-3rd mill. BC. In CAPOTE, M.; CONSUEGRA, S.; DÍAZ-DEL-RÍO, P. & TERRADAS, X. (eds.) – *Proceedings of the 2nd International Conference of the UISPP Commission on Flint Mining in Pre- and Protohistoric Times*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2260), p. 183-191.

- MORGADO, A. & LOZANO, J. A. (2014) – Objectos de sílex, marcadores litológicos de la circulación. Gearqueología de la producción laminar especializada del sur de Iberia (c. VI-V mil. cal. BP). In GARCÍA-ALFONSO, E. (ed.) – *Movilidad, contacto y cambio. II Congreso de Prehistoria de Andalucía*. Sevilla: Junta d Andalucía, p. 121-136.
- MORGADO, A. & PELEGRIN, J. (2012) – Origin and Development of Pressure Blade Production in the Southern Iberian Peninsula (6th-3rd Millennium BC). In DESROSIERS, P. M. (ed.) – *The Emergence of Pressure Blade Making. From Origin to Modern Experimentation*. London / New York: Springer, p. 219-235.
- MÜLLER, R. & CARDOSO, J. L. (2008) – The origin and use of copper at the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal). *Madriider Mitteilungen*. Wiesbaden. 49, p. 64-93.
- MURILLO-BARROSO, M. & MARTINÓN-TORRES, M. (2012) – Amber Sources and Trade in the Prehistory of the Iberian Peninsula. *European Journal of Archaeology*. 15 (2), p. 187-216.
- MURILLO-BARROSO, M. & MONTERO-RUÍZ, I. (2017) – The Social Value of Things. Amber and Copper in the Iberian Chalcolithic. In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 273-290.
- NIETO LIÑAN, J. M. (2010) – Análisis petrográfico del material lítico. In JUÁREZ MARTÍN, J. M. (coord.) – *El enterramiento en cueva artificial de La Molina (Lora de Estepa, Sevilla)*. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 216-227.
- NOCETE, F. (2001) – *Tercer milenio antes de nuestra era. Relaciones y contradicciones centro/periferia en el Valle del Guadalquivir*. Barcelona: Ediciones Bellaterra.
- NOCETE, F.; ESCALERA, P.; LINARES, J. A.; ORIHUELA, A.; OTERO, R.; ROMERO, J. C. & SÁEZ, R. (1999) – Estudio del material arqueológico de la primera campaña de excavación de Cabezo Juré (Alosno, Huelva). Proyecto ODIEL. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1994*. Sevilla. 2, p. 93-104.
- NOCETE, F.; SÁEZ, R.; NIETO, J. M.; CRUZ-AUÑON, R.; CABRERO, R.; ALEX, E. & BAYONA, M. R. (2005) – Circulation of silicified oolitic limestone blades in South-Iberia (Spain and Portugal) during the third millennium BC: an expression of a core / periphery framework. *Journal of Anthropological Archaeology*. 24, p. 62-81.
- NOCETE, F.; SÁEZ, R.; NIETO, J. M.; CRUZ-AUÑON, R.; CABRERO, R.; ALEX, E.; BAYONA, M. R. & INÁCIO, N. (2006) – Las relaciones centro / periferia en el Valle del Guadalquivir del III milenio ANE. Las circulación de hojas de caliza oolítica silicificada. *Tabona*. La Laguna. 14, p. 33-62. .
- ODRIOZOLA, C. P. & LINARES-CATELA, J. A. (2012) – Cuentas de variscita: producción, circulación y presencia en contextos funerarios del Suroeste peninsular. In BORRELL, M.; BORRELL, F.; BOSCH, J.; CLOP, X. & MOLIST, M. (eds.) – *Xarxes al Neolític. Circulació i intercanvi de matèries, productes i idees a la Mediterrània Occidental (VII-III mil·lenni aC)*. Museo de Gavá: Bellaterra / Gavá (*Rubricatum*, 5), p.323-332.
- ODRIOZOLA, C. P. & VILLALOBOS-GARCÍA, R. (2015) – La explotación de variscita en el Sinforme de Terena: el complejo minero de Pico Centeno (Encinasola, Huelva). *Trabajos de Prehistoria*. 72 (2), p. 343-252.
- ODRIOZOLA, C. P.; LINARES-CATELA, J. A. & HURTADO-PÉREZ, V. (2010) – Perdígões' green beads provenance analysis. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 6, p. 47-51.
- ODRIOZOLA, C. P.; MATALOTO, R.; MORENO-GARCÍA, J.; VILLALOBOS-GARCÍA, R. & MARTÍNEZ-BLANES, J. (2012) – Producción y circulación de rocas verdes y sus productos en el SW peninsular: el caso de Anta Grande do Zambujeiro. In DIAS, M. I. & CARDOSO, J. L. (eds.) – *Actas do IX Congresso Ibérico de Arqueometria*. Oeiras: Câmara Municipal (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 19), p. 125-142.
- ODRIOZOLA, C. P.; SOUSA, A. C.; BOAVENTURA, R. & VILLALOBOS, R. (2013 a) – Componentes de adorno de pedra de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): estudo de proveniências e redes de troca no 3.º milénio a.n.e. no actual território português. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação do Arqueólogos Portugueses, p. 457-462.

- ODRIOZOLA, C.; VILLALOBOS GARCIA, R.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M. & CARDOSO, J. L. (2013 b) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW peninsular: los casos de Leceia, Moita da Ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 605-622.
- ODRIOZOLA, C. P.; VILLALOBOS GARCÍA, R.; BURBIDGE, C. I.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; RODRÍGUEZ-ARIZA, O.; PARRILLA-GIRALDEZ, R.; PRUDÊNCIO, M. I. & DIAS, M. I. (2016) – Distribution and chronological framework for Iberian variscite mining and consumption at Pico Centeno, Encinasola, Spain. *Quaternary Research*. 85, p. 159-176.
- ODRIOZOLA, C. P.; SOUSA, A. C.; MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; ANDRADE, M. A.; VILLALOBOS GARCÍA, R.; GARRIDO-CORDERO, J. A.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M.; ÁNGEL AVILÉS, M.; DAURA, J.; SANZ, M. & RIQUELME, J. A. (2017) – Amber, beads and social interaction in the Late Prehistory of the Iberian Peninsula: an update. *Journal of Archaeological and Anthropological Sciences*. 549.
- PELEGRIN, J. & MORGADO, A. (2007) – Primeras experimentaciones sobre la producción laminar del Neolítico Reciente-Edad del Cobre del Sur de la Península Ibérica. In RAMOS SÁINZ, M. L.; GONZÁLEZ URQUIJO, J. E. & BAENA PREYSLER, J. (eds.) – *Arqueología Experimental en la Península Ibérica: investigación, didáctica y patrimonio*. Santander: Asociación Española de Arqueología Experimental, p. 131-139.
- PELEGRIN, J. (1995) – Réflexion méthodologiques sur l'étude de séries lithiques en contexte d'atelier ou de mine. In PELEGRIN, J. & RICHARDS, A. (eds.) – *Les Mines de silex au Néolithique: avancées récentes. Actes de la table-ronde internationale de Vesoul: Les minières de silex néolithique en Europe occidentale*. Paris: CTHS, p. 159-172.
- PEREIRA, F.; FURTADO, M. J.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C. & CARDOSO, J. L. (2013) – Estudo das evidências de produção metalúrgica no Outeiro Redondo (Sesimbra). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 463-468.
- POLVORINOS, A.; HERNÁNDEZ, M. J.; ALMARZA, J.; FORTEZA, M.; CASTAING, J. & HURTADO, V. (2008) – Estudio arqueométrico de las láminas de sílex procedentes de la Tumba III del yacimiento de La Pijotilla (Badajoz). In ROVIRA LLORENS, S.; GARCÍA-HERAS, M.; GENER MONET, M. & MONTERO RUÍZ, I. (eds.) – *Actas del VII Congreso Ibérico de Arqueometría*. Madrid: CSIC, p. 379-389.
- RAMOS MILLÁN, A. (1997 a) – La Venta. A prehistoric flint mine in a tribal society (Iberian Southeast). In SCHILD, R. & SULGOSTOWSKA, Z. (eds.) – *Man and Flint. Proceedings of the VIIth International Flint Symposium*. Varsóvia: Institute of Archaeology and Ethnology / Polish Academy of Sciences, p. 117-121.
- RAMOS MILLÁN, A. (1997 b) – Flint Political Economy in a Tribal Society. A Material-Culture Study in the El Malagón Settlement (Iberian Southeast). In RAMOS MILLÁN, A. & BUSTILLO, M. A. (eds.) – *Siliceous Rocks and Culture*. Granada: Universidad de Granada, p. 671-711.
- RAMOS MILLÁN, A.; OSUNA VARGAS, M. M.; TAPIA ESPINOSA, A.; PENA GONZÁLEZ, B. & AZNAR PÉREZ, J. C. (1997) – Archaeological Research in the La Venta Flint Mine (Iberian Southeast). In RAMOS MILLÁN, A. & BUSTILLO, M. A. (eds.) – *Siliceous Rocks and Culture*. Granada: Universidad de Granada, p. 245-270.
- RAMOS MILLÁN, A.; PEÑA GONZÁLEZ, B.; OSUNA VARGAS, M.; TAPIA ESPINOZA, A. & AZNAR PÉREZ, J. C. (1993) – La mina de sílex de la Venta. Investigaciones arqueológicas de 1990-91. *Anuario Arqueológico de Andalucía 1991*. Sevilla. 2, p. 212-224.
- RAMOS MUÑOZ, J. (1987-1988) – Talleres de sílex del Calcolítico y Bronce del Alto Vélez (Málaga): balance y perspectivas de estudio. *Butlletí de l'Associació Arqueològica de Castelló*. 5, p. 15-24.
- RAMOS MUÑOZ, J.; ESPEJO HERRERÍAS, M. M. & CANTALEJO DUARTE, P. (1986) – *Taller calcolítico del Castillo del Turón, Ardales (Málaga)*. Ardales: Ayuntamiento de Ardales.

- RAMOS MUÑOZ, J.; ESPEJO HERRERÍAS, M. M. & CANTALEJO DUARTE, P. (1990) – Informe sobre las prospecciones arqueológicas superficiales realizadas en el valle del Turón, término municipal de Ardales (Málaga). *Anuario Arqueológico de Andalucía 1987*. Sevilla. 2, p. 66-72.
- RAMOS MUÑOZ, J.; GILES PACHECO, F.; GUTIÉRREZ LÓPEZ, J. M.; MATA ALMONTE, E. & MOLINA CARRIÓN (1989) – El taller de Buenavista en la Sierra de San Cristobal, El Puerto de Santa María. Comprobación de una facies de talleres líticos del Calcolítico y Bronce en la Bahía de Cádiz. *Revista de Historia de El Puerto*. Cádiz. 3, p. 11-36.
- RAMOS, J.; DOMÍNGUEZ-BELLA, S.; PÉREZ, M. & VIJANDE, E. (2009) – Producción, distribución y consumo de los productos líticos laminados vinculados a las sociedades tribales comunitarias y clasistas iniciales del ámbito atlántico de Cádiz. In GIBAJA BAO, J. F. & TERRADAS BATLLE, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la Prehistòria*. Barcelona: Museo d'Arqueologia de Catalunya (Monografies, 13), p. 25-33.
- RODRÍGUEZ-TOVAR, F. J.; MORGADO, A. & LOZANO, J. A. (2010 a) – Using Ichnofossils to Characterize Chert Tools: A Preliminary Study from Southern Iberia. *Geoarchaeology*. 25 (4), p. 514-526.
- RODRÍGUEZ-TOVAR, F. J.; MORGADO, A. & LOZANO, J. A. (2010 b) – Ichnological analysis: a non-destructive tool in archaeology. *Lethaia*. Copenhagen. 43, p. 587-590.
- ROGERIO-CANDELERIA, M. A.; HERRERA, L. K.; MILLER, A. Z.; GARCÍA SANJUÁN, L.; MORA MOLINA, C.; WHEATLEY, D. W.; JUSTO, A. & SAÍZ-JIMÉNEZ, C. (2013) – Allochthonous Red Pigments Used in Burial Practices at the Copper Age Site of Valencina de la Concepción (Sevilla, Spain). Characterisations and Social Dimension. *Journal of Archaeological Science*. 40 (1), p. 279-290.
- RUSSO, R. & SOUSA, A. C. (2017) – A pedra lascada nos *tholoi* do Baixo Alentejo Interior: notas preliminares de casos de estudo. In ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (coords.) – *Arqueologia em Portugal. 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 705-722.
- SCHUHMACHER, T. X. (2017) – Ivory Exchange Networks in the Chalcolithic of the Western Mediterranean. In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 291-312.
- SCHUHMACHER, T. X. & BANERJEE, A. (2012) – Procedencia e intercambio de marfil en el Calcolítico de la Península Ibérica. In BORRELL, M.; BORRELL, F.; BOSCH, J.; CLOP, X. & MOLIST, M. (eds.) – *Xarxes al Neolític. Circulació i intercanvi de matèries, productes i idees a la Mediterrània occidental (VII-III mil·lenni aC)*. Gavà: Bellaterra (*Rubricatum*, extra 5), p. 289-298.
- SCHUHMACHER, T. X. & CARDOSO, J. L. (2007) – Ivory objects from the Chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 95-118.
- SCHUHMACHER, T. X.; CARDOSO, J. L. & BANERJEE, A. (2009) – Sourcing African ivory in Chalcolithic Portugal. *Antiquity*. 83, p. 983-997.
- SERRÃO, E. C. & MARQUES, G. (1971) – Estrato pré-campaniforme da Lapa do Fumo (Sesimbra). In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação Nacional. 1, p. 121-142.
- SERRÃO, E. C. (1994) – *Carta Arqueológica do Concelho de Sesimbra: desde o Vilafranquiano Médio até 1200 d.C.* Sesimbra: Câmara Municipal.
- SHOKLER, J. E. (2002) – Approaches to the sourcing of flint in archaeological contexts: results of research from Portuguese Estremadura. In HERRMAN, J. J.; HERZ, N. & NEWMAN, R. (eds.) – *Asmosia 5: Interdisciplinary Studies of Ancient Stone*. London: Archetype Publications, p. 176-187.
- SHOKLER, J. E. (2007) – Hunter-Gatherer Movement in the Portuguese Upper Paleolithic: Archaeological Results of a Regional Lithic Sourcing Project. In BICHO, N. F. (ed.) – *From the Mediterranean Basin to the Portuguese Atlantic Shores: Papers in Honor of Anthony Marks*. *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 7), p. 141-161.

- SILVA, C. M. L. (2016) – *O povoado do Monte das Cabeceiras 2: o estudo dos interfaces negativos e análise da componente artefactual das fossas 13, 16 e 54*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto Politécnico de Tomar / Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, policopiado.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Coleção Parques Naturais, 15).
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2014) – O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio BC na Estremadura. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 105-172.
- SIRET, L. (1891/2001) – *L'Espagne préhistorique. Album*. 1, n.º 53/3. Almería: Junta de Andalucía.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. & BARROS, L. (1979) – Identificação de uma jazida neolítica em Fonte de Sesimbra (Santana, Sesimbra). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 47-66.
- SOTO, M.; GÓMEZ DE SOLER, B. & VALLVERDÚ, J. (2017) – The chert abundance ratio (CAR): a new parameter for interpreting Palaeolithic raw material procurement. *Journal of Archaeological and Anthropological Sciences*. 516.
- SOUSA, A. C. & GONÇALVES, V. S. (2011) – The gathering, stocking and knapping of flint during the Chalcolithic at Casal Barril (Portugal). In CAPOTE, M.; CONSUEGRA, S.; DIAZ-DEL-RIO, P. & TERRADAS, X. (eds.) – *Proceedings of the 2nd International Conference of the UISPP Commission on Flint Mining in Pre- and Protohistoric Times: Flint Mining and Quarrying Techniques in Pre- and Protohistoric Times*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2260), p. 157-169.
- UERPMANN, H.-P. (1994) – Observações sobre a ecologia e economia do Castro do Zambujal. In KUNST, M. (coord.) – *Origem, estruturas e relações das Culturas Calcolíticas da Península Ibérica. Actas das I Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras*. Lisboa: IPPAR, p. 47-54.
- VALERA, A. C. & ANDRÉ, L. (2016-2017) – Aspectos da interação transregional da Pré-história Recente do Sudoeste Peninsular: interrogando as conchas e moluscos nos Perdigões. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 189-218.
- VALERA, A. C. (2017) – The “Exogenous” at Perdigões. Approaching Interaction in the Late 4th and 3rd Millennium BC in Southwest Iberia. In BARTELHEIM, M.; BUENO RAMÍREZ, P. & KUNST, M. (eds.) – *Key Resources and Social-Cultural Developments in the Iberian Chalcolithic*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, p. 201-224.
- VALERA, A. C.; SCHUHMACHER, T. X. & BANERJEE, A. (2015) – Ivory in the Chalcolithic enclosure of Perdigões (South Portugal): the social role of exotic raw material. *World Archaeology*. 47 (3), p. 390-413.
- VALLESPI, E.; RAMOS MUÑOZ, J. & CASTIÑERIA, J. (1988) – Talleres líticos del Calcolítico y Bronce en la Sierra de Huelva y el Andévalo. *Huelva en su Historia*. Huelva. 2, p. 127-146.
- VALLESPI, E.; RAMOS MUÑOZ, J.; ESPEJO, M. & CANTALEJO, P. (1988) – Talleres líticos andaluces del Calcolítico y Bronce. *Revista de Arqueología*. Madrid. 90, p. 14-24.
- VERÍSSIMO, H. (2004) – Jazidas siliciosas da região de Vila do Bispo (Algarve). *Promontoria*. Faro. 2, p. 35-47.
- VERÍSSIMO, H. (2005) – Aprovisionamento de matérias-primas líticas na Pré-História do concelho de Vila do Bispo (Algarve). In BICHO, N.; CORCHÓN RODRÍGUEZ, M. S. (coords.) – *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular. O Paleolítico*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 2), p. 509-519.
- ZBYSZEWSKI, G. (1957) – Comparaison entre une plaque de schiste gravée de Lisbonne et une autre de la province de Huelva. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 38 (2), p. 459-463.
- ZILHÃO, J. (1994) – A oficina de talhe neo-calcolítica de Casas de Baixo (Caxarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 35-45.
- ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior na Estremadura portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri. 2 vols.



Fig. 1 – Outeiro Redondo. Vista de nascente do morro de calcários jurássicos onde se implantou o povoado pré-histórico, observando-se o desenvolvimento da muralha envolvente da parte culminante da elevação. Foto J. L. C.



Fig. 2 – Outeiro Redondo. Vista parcial de sector meridional da Muralha G, envolvente de todo o povoado. Foto J. L. C.



Fig. 3 – Outeiro Redondo. Vista parcial da rechã existente do lado nascente da elevação, onde se estabeleceram diversas cabanas do Calcolítico Inicial, uma delas provida de lareira, visível em primeiro plano, sobrepostas por outras estruturas habitacionais do Calcolítico Pleno/Final, assentes em camada terrosa escura, da mesma época. Observa-se um depósito de cinzas resultantes de grande incêndio que atingiu as cabanas do Calcolítico Inicial, sobre o qual assentaram as cabanas do Calcolítico Pleno. Foto J. L. C.



Fig. 4 – Outeiro Redondo. Vista do lado interno da muralha envolvente da rechã situada do lado nascente da elevação, observando-se uma entrada ulteriormente aberta na mesma, definida por muros rectilíneos paralelos, definindo de um dos lados estrutura habitacional de planta ortogonal. Foto J. L. C.

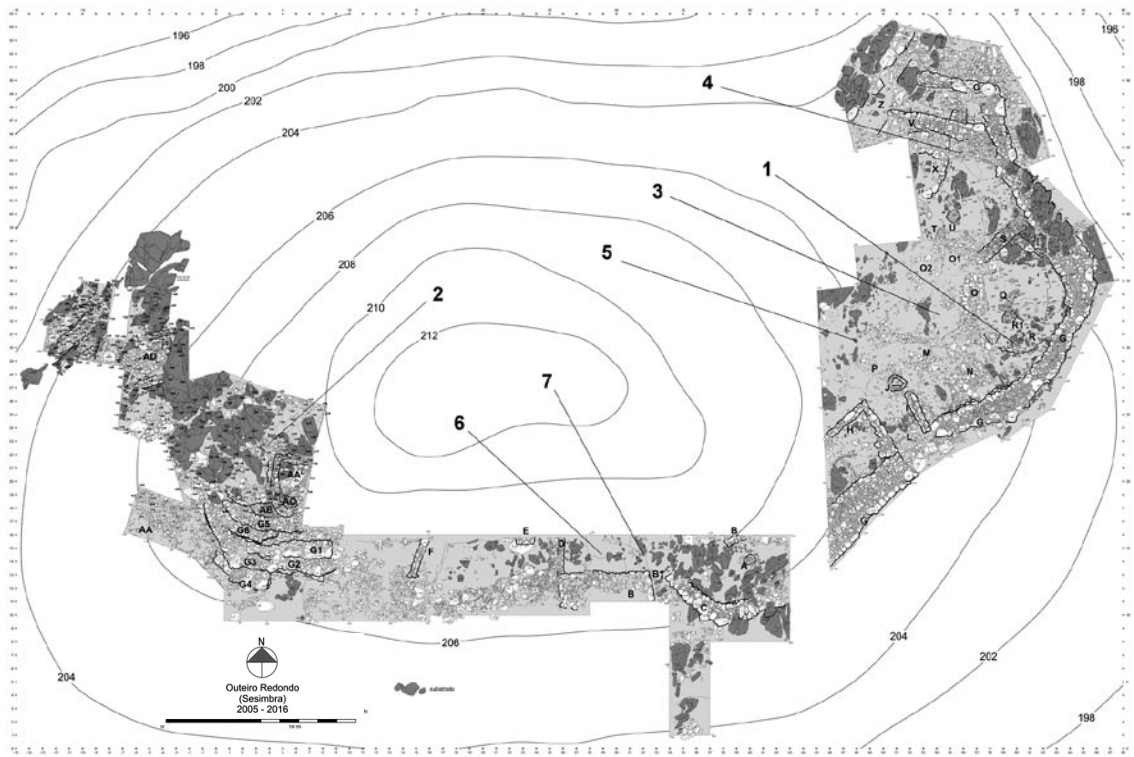


Fig. 5 – Distribuição espacial, na planta geral da área escavada, das lâminas de sílex oolítico (1, 2, 3 e 5) e riólito (4, 6 e 7) recolhidas durante as intervenções recentes no povoado calcolítico do Outeiro Redondo (escavações dirigidas por J. L. C. entre 2005 e 2016).

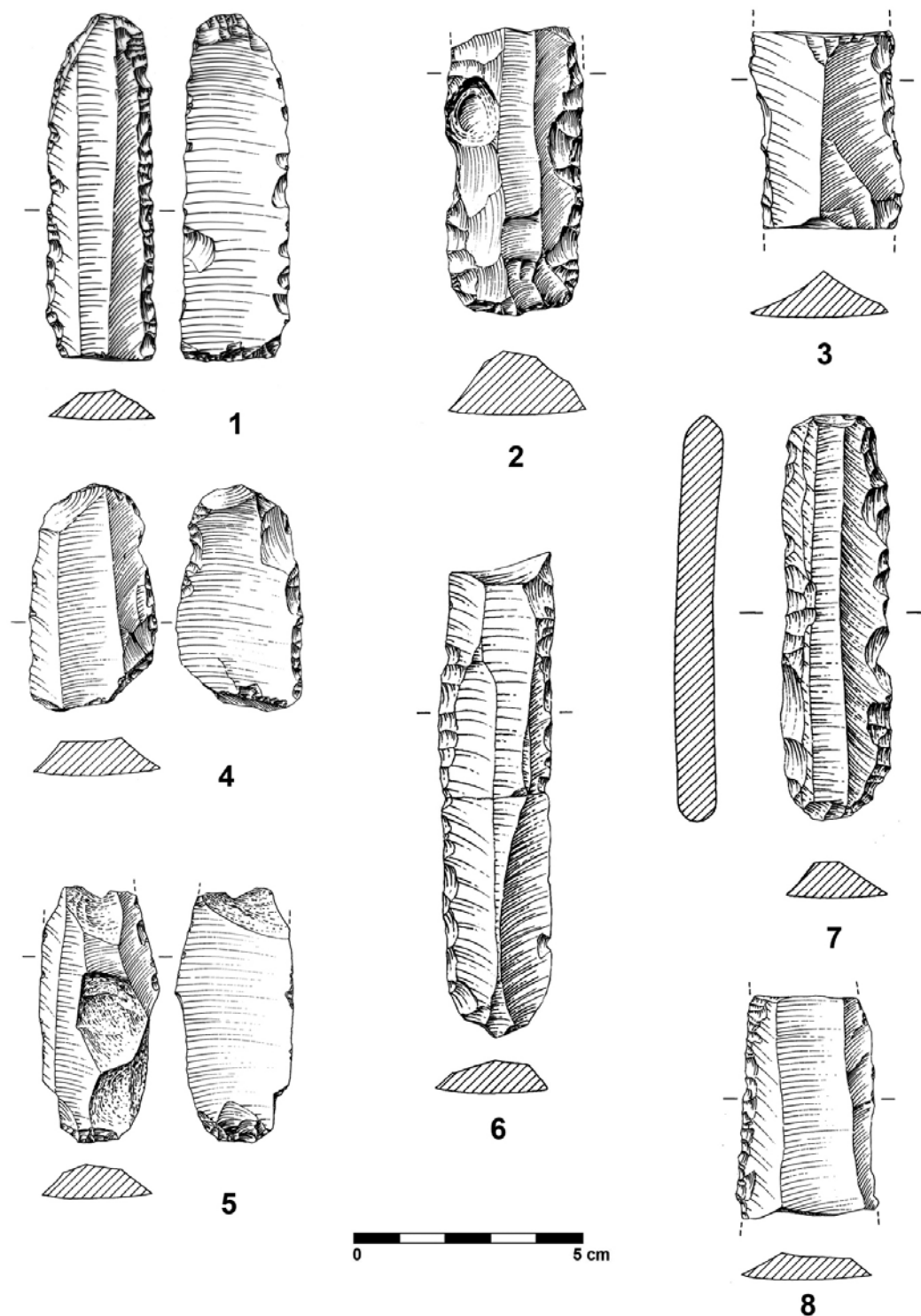


Fig. 6 – Lâminas de sílex oolítico e riólito recolhidas no povoado calcólítico do Outeiro Redondo. A última (CS_S81-163, n.º 8) foi recolhida durante as intervenções de G. Marques, as restantes durante as intervenções de J.L.C. entre 2005 e 2016. **1:** ORed-Sx1, sílex oolítico, C3 – 2014 (vd. Fig. 10, n.º 1); **2:** ORed-Sx2, sílex oolítico, C2 – 2016 (vd. Fig. 10, n.º 2); **3:** ORed-Sx3, sílex / calcário silicificado oolítico, C2 – 2013 (vd. Fig. 10, n.º 3); **4:** ORed-Sx4, riólito, C2 – 2015 (vd. Fig. 10, n.º 6); **5:** ORed-Sx5, sílex oolítico, C2 – 2013 (vd. Fig. 10, n.º 4); **6:** ORed-Sx6, riólito, C2 – 2005 (vd. Fig. 10, n.º 7); **7:** ORed-Sx7, riólito, C2 – 2005 (vd. Fig. 10, n.º 8); **8:** CS_S81-163, sílex oolítico, recolhidas de G. Marques – Superfície (vd. Fig. 10, n.º 5). ORed-Sx1, 2, 3, 4, 6 e 7 adaptados de CARDOSO, 2013, Fig. 20, n.º 1 e n.º 7; CARDOSO & MARTINS, 2016-2017, Fig. 28, n.º 11 e Fig. 29, n.º 1; CARDOSO & MARTINS, 2018, no prelo.

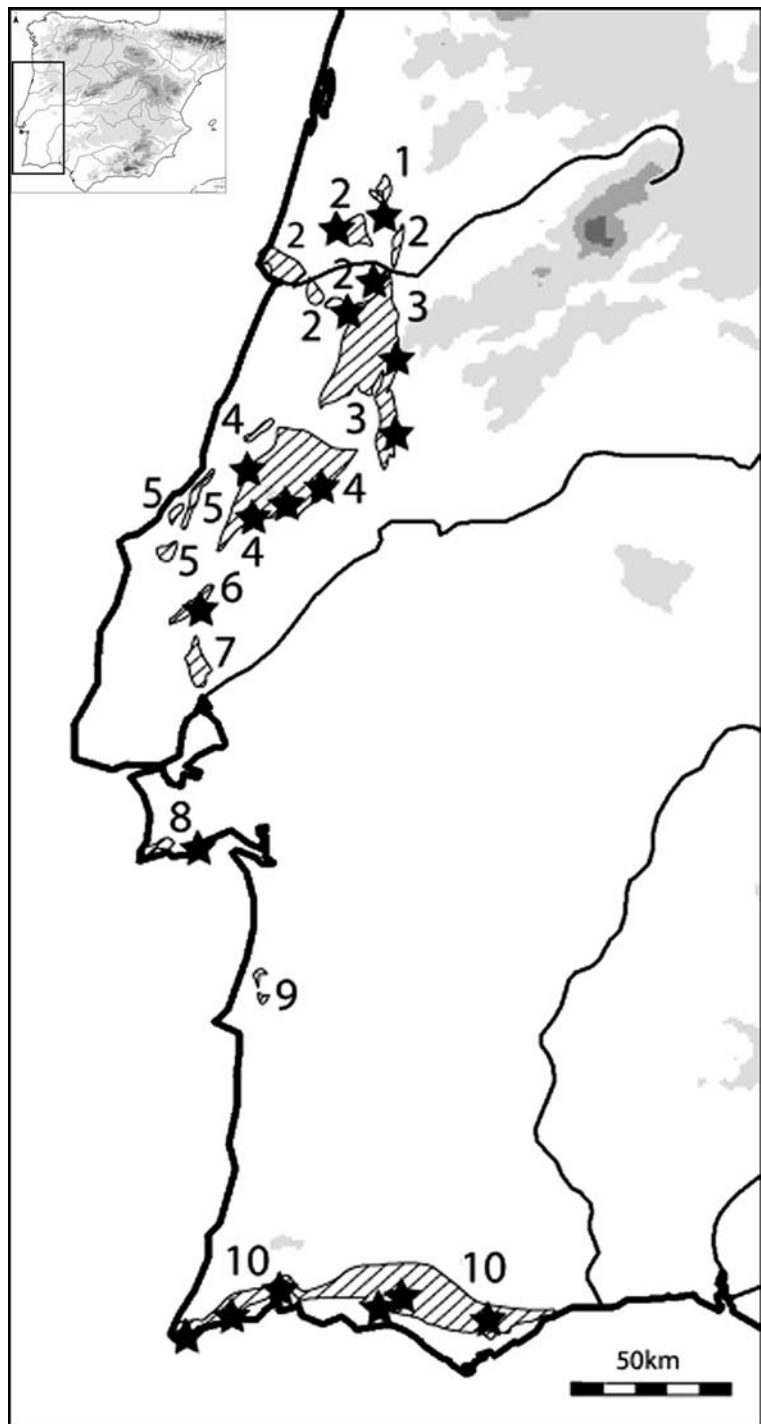
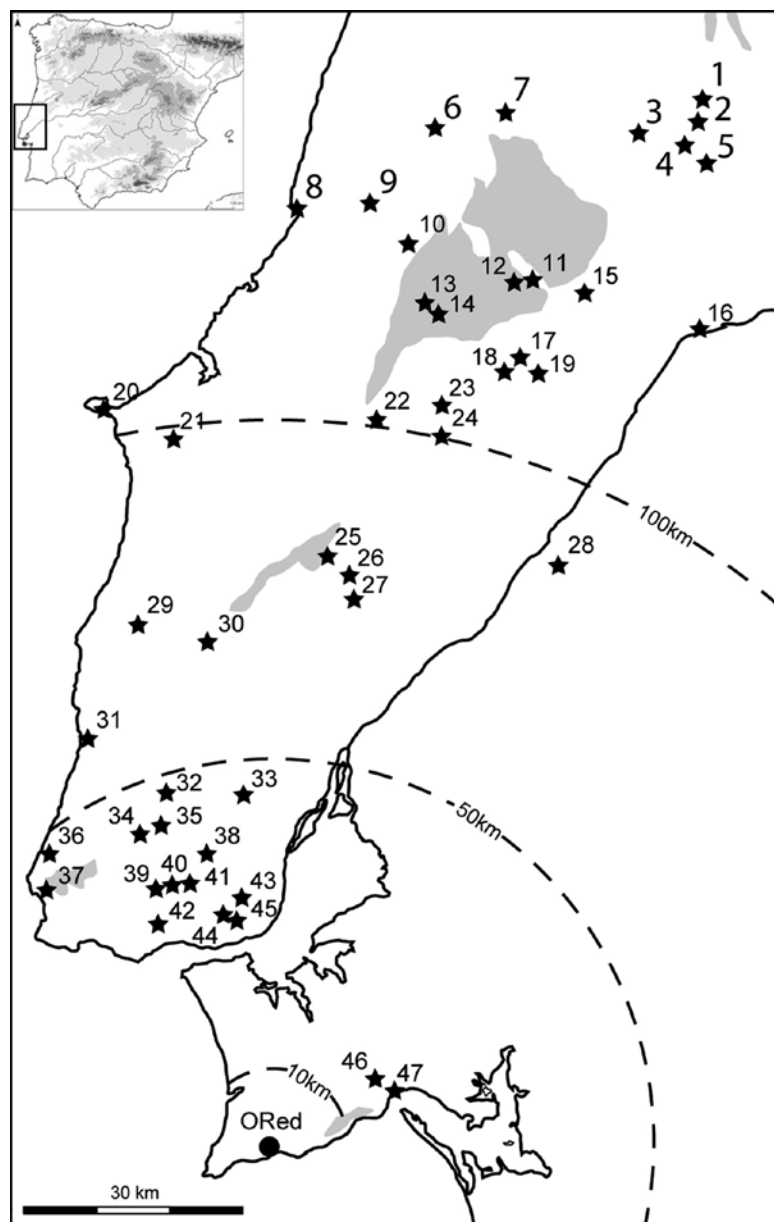


Fig. 7 – Principais formações jurássicas no Ocidente peninsular, atribuíveis ao Jurássico Médio (J2) e Jurássico Superior (J3). 1: região da Anadia/Mealhada (J2); 2: região de Cantanhede/Coimbra/Figueira da Foz/Verride/Montemor-o-Velho (J2-J3); 3: região de Condeixa/Sicó/Alvaiázere/Tomar (J2-J3); 4: área do Maciço Calcário Estremenho e região de Maceira/Pataias (J2-J3); 5: região de Serra d’El Rei/Nazaré (J2-J3); 6: área de Montejunto (J2-J3); 7: região de Alenquer/Vila Franca de Xira (J3); 8: área da Arrábida/Espichel (J2-J3); 9: região de Santiago do Cacém (J2-J3); 10: área da Bacia Sedimentar do Algarve (J2-J3). As ocorrências de calcários oolíticos registam-se nas seguintes formações: Cantanhede, atribuíveis ao Jurássico Médio; Condeixa/Sicó/Alvaiázere/Tomar, atribuíveis ao Jurássico Médio; Maciço Calcário Estremenho, atribuíveis ao Jurássico Médio (Batoniano e Caloviano) e Jurássico Superior (Oxfordiano); Serra d’El Rei/Nazaré, atribuíveis ao Jurássico Médio (Bajociano e Caloviano) e Jurássico Superior (Oxfordiano); Serra de Montejunto, atribuíveis ao Jurássico Médio (Batoniano); Maciço da Arrábida/Espichel, atribuíveis ao Jurássico Médio (Caloviano); Santiago do Cacém, atribuíveis ao Jurássico Médio e Jurássico Superior (Oxfordiano); Barlavento Algarvio, atribuíveis ao Jurássico Superior (Portlandiano-Kimmeridgiano). As estrelas indicam as principais silificações jurássicas documentadas, nenhuma delas correspondendo a verdadeiro sílex oolítico.⁵

⁵ Distribuição das manchas de calcários jurássicos segundo MANUPPELLA & MOREIRA, 1975, p. 3. Localização das silificações jurássicas segundo ALMEIDA, ARAÚJO & AUBRY, 2003; AUBRY *et al.*, 2009, 2012 e 2016; AUBRY, MANGADO LLACH & MATIAS, 2014; FORENBAHER, 1999; MATIAS, 2012 e 2016; VERÍSSIMO, 2004 e 2005.

Fig. 8 – Principais instâncias de sílex da Estremadura portuguesa, atribuídas ao Jurássico Médio (J2), Jurássico Superior (J3), Cretácico (C2s, Cenomaniano Superior) e Paleogénico (Pg-Eø, Eocénico), comprovadas *in loco* ou referidas na respectiva literatura, em relação à situação do Outeiro Redondo (indicado pelo acrónimo ORed), com indicação das áreas de aprovisionamento local (até 10 km de raio), regional (entre 10 km e 50 km de raio) e extra-regional (acima de 50 km de raio). 1: Ribeira da Murta (J3); 2: Ribeira de Gaiteiros (J3); 3: Caxarias (C2s); 4: Sabacheira (J3); 5: Azenha/Agroal (J3); 6: Martinela/Caranguejeira (C2s); 7: Ribeira das Chitas/Mata da Curvachia (C2s); 8: Nazaré (C2s); 9: Cós/Alpedriz (C2s); 10: Cadoiço (J3); 11: Serra de Santo António/Chousos (J2); 12: Pias do Bajouco (J2); 13: Arrimal (C2s); 14: Cabeça Veada (J3); 15: Vale da Serra (J2); 16: Moita do Norte (Ind.); 17: Espinheiro Norte (C2s); 18: Espinheiro Sudoeste (C2s); 19: Arneiro das Milhariças (C2s); 20: Peniche (J3?); 21: Serra d'El Rei (J3?); 22: Rio Maior/Azinheira (C2s); 23: Casais Renal (Ind.); 24: Vale da Amieira/Arruda dos Pisões (C2s); 25: Montejunto (J3?); 26: Abrigada (C2s); 27: Ota (C2s); 28: Chamusca (Ind.); 29: Ponte de Rol (C2s); 30: Runa/Caixaria (C2s; Pg-Eø); 31: Casal Barril (Ind.); 32: Negrais/Pedraceira (C2s); 33: Fanhões, (C2s); 34: Cortegaça (C2s); 35: Vale da Calada (C2s); 36: Fontanelas (C2s); 37: Cabeço do Vento (J3); 38: Caneças – Pedras Grandes/Casal Novo/Pedreira do Aires (C2s); 39: Colaride/Casal de Rocanes (C2s); 40: Pedreira do Carrascal (C2s); 41: Carenque/Funcheira – Monte das Pedras/Moinhos da Funcheira/Casal da Loba (C2s); 42: Barcarena – Barotas/Monte do Castelo/Carrascal (C2s); 43: Campo Grande/Cidade Universitária (Ind.); 44: Monsanto/Serafina – Parque da Pedra (C2s); 45: Campolide/Alcântara – Pedreira do Rabicha/ Penitenciária/ Pedreira do Rio Seco (C2s); 46: Serra de São Luís (J3?); 47: Monte do Cabrito (J3).⁶



⁶ Localizações segundo ANDRADE, 2011; ANDRADE & CARDOSO, 2004; ANDRADE, LOPES & VILELA, 2014; ANDRADE & MATIAS, 2011 e 2013; ALMEIDA, ARAÚJO & AUBRY, 2003; ARAÚJO, 2011; AUBRY *et al.*, 2009, 2012 e 2016; AUBRY, MANGADO LLACH & MATIAS, 2014; CARDOSO & COSTA, 1992; CARDOSO & NORTON, 1997/1998; CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015; CARVALHO & TAVARES, 2005; CHOFFAT, 1889 e 1907; FORENBAHER, 1998, 1999 e 2006; JORDÃO, 2010; JORDÃO & PIMENTEL, 2012 e 2017; LEITÃO, DIDELET & CARDOSO, 2017 a e 2017 b; MATIAS, 2012 e 2016; SHOKLER, 2002 e 2007; SILVA & SOARES, 1986; SOUSA & GONÇALVES, 2011; UERPMANN, 1994; ZILHÃO, 1994 e 1997.

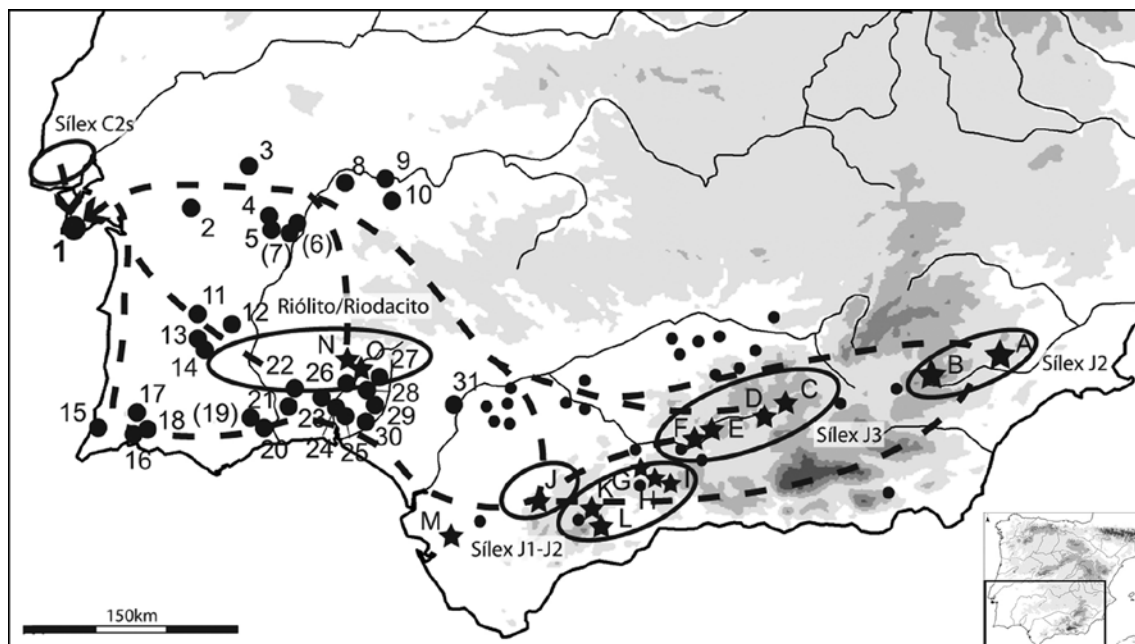


Fig. 9 – Distribuição dos contextos habitacionais e funerários do 3.º milénio a.n.e. do Sudoeste peninsular (a partir do vale do Guadalquivir para Ocidente) com artefactos de sílex oolítico ou calcário silicificado oolítico (indicados pelos círculos), de acordo com a literatura disponível, e sua relação com as principais ocorrências de silicificações oolíticas, do Jurássico Inferior a Médio (J1-2) e Jurássico Superior (J3), e respectivas minas/oficinas de talhe associadas (indicadas pelas estrelas). Indica-se igualmente a principal área de abastecimento de matérias-primas siliciosas do Outeiro Redondo (correspondendo à silicificações cenomanianas da baixa Estremadura), e a área de proveniência provável de riólitos e respectivas oficinas de talhe associadas. As elipses indicam as principais instâncias de matérias-primas siliciosas do Sul peninsular; as setas indicam as potenciais rotas para a introdução do sílex oolítico e calcário silicificado oolítico, assim como riólitos, no Outeiro Redondo, definidas de acordo com a dispersão destas matérias-primas em contextos habitacionais e funerários do Sudoeste peninsular.⁷

Minas/ Oficinas de talhe. **A:** La Tova; **B:** La Venta, Rambla de El Valencianom, La Zenaca e Mahón/ Enjambre; **C:** Loma de los Pedernales e El Cuarterón; **D:** Cortijo del Zegri e Onitar; **E:** Cerro del Reloj; **F:** Los Gallumbares; **G:** Loma del Viento e La Villeta; **H:** Peñon del Oso; **I:** Cerro Alcolea; **J:** Malaver e La garin; **K:** Valle del Turón (La Galeota, Castillo del Turón, Casarabonela, Chanchal de las Herrizas del Carnero, Los Renconcos, Puerto de los Martínez, Espildora, Cortijo del Pilar e El Chorrito); **L:** Ardite e El Garrotal; **M:** Buenavista; **N:** Cerro Andévalo (El Encercado e El Púlpito); **O:** Calañas (El Cerrajón) e Valverde del Camino.

Povoados/ Necrópoles. **1:** Outeiro Redondo; **2:** Escoural; **3:** Nossa Senhora da Conceição dos Olivais; **4:** Montoito 2; **5:** Perdigões; **6:** Olival da Pega 2 b; **7:** Poço da Gateira 1; **8:** Granja de Céspedes; **9:** La Pijotilla; **10:** Castillejos 1; **11:** Folha da Amendoeira; **12:** Monte das Cabeceiras 2; **13:** Monte Velho; **14:** Cerro do Gatão; **15:** Aljezur; **16:** Alcalar; **17:** Monte da Várzea; **18:** Monchique; **19:** Corte João Marques; **20:** Nora e Marcela; **21:** El Molino; **22:** La Zarcita; **23:** Cabezo Juré; **24:** San Bartolomé de la Torre; **25:** El Tejar; **26:** La Paloma; **27:** La Venta; **28:** El Pozuelo; **29:** Los Gabrieles; **30:** El Moro; **31:** Valencina de la Concepción.

⁷ Localização das minas/oficinas de talhe segundo AGUAYO & MORENO, 1998; FERNÁNDEZ RUIZ & MÁRQUEZ ROMERO, 1985; LINARES CATELA, NOCETE CALVO & SÁEZ, 1998; LOZANO *et al.*, 2010 a e 2010 b; MÁRQUEZ ROMERO & MARQUÉS MERELO, 1997; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ *et al.*, 2006; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; RAMOS MILLÁN *et al.*, 1993 e 1997; RAMOS MILLÁN, 1997 a e 1997 b; RAMOS MUÑOZ, ESPEJO HERRERÍAS & CANTALEJO DUARTE, 1986 e 1990; RAMOS MUÑOZ *et al.*, 1989; RODRÍGUEZ-TOVAR, MORGADO & LOZANO, 2010 a e 2010 b; VALLESPI, RAMOS MUÑOZ & CASTIÑERA, 1988. Localização dos povoados e necrópoles com elementos de sílex ou calcário silicificado oolítico segundo AFONSO MARRERO *et al.*, 2011; BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015; CERRILLO CUENCA, 2009; GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016; MENDONÇA & CARVALHO, 2016; MIRAS GARCÍA, 2008; MORGADO RODRÍGUEZ, LOZANO RODRÍGUEZ & PELEGRIN, 2011; NOCETE *et al.*, 2005 e 2006; POLVORINOS *et al.*, 2008; RUSSO & SOUSA, 2017; SILVA, 2016; VALERA, 2017; VALERA & ANDRÉ, 2016-2017. Localização das minas / oficinas de talhe segundo AGUAYO & MORENO, 1998; FERNÁNDEZ RUIZ & MÁRQUEZ ROMERO, 1985; LINARES CATELA, NOCETE CALVO & SÁEZ, 1998; LOZANO *et al.*, 2010 a e 2010 b; MÁRQUEZ ROMERO & MARQUÉS MERELO, 1997; MARTÍNEZ FERNÁNDEZ *et al.*, 2006; MORGADO & LOZANO, 2011 e 2014; RAMOS MILLÁN *et al.*, 1993 e 1997; RAMOS MILLÁN, 1997 a e 1997 b; RAMOS MUÑOZ, ESPEJO HERRERÍAS & CANTALEJO DUARTE, 1986 e 1990; RAMOS MUÑOZ *et al.*, 1989; RODRÍGUEZ-TOVAR, MORGADO & LOZANO, 2010 a e 2010 b; VALLESPI, RAMOS MUÑOZ & CASTIÑERA, 1988.



Fig. 10 - Lâminas de sílex oolítico e riólito recolhidas no povoado calcólico do Outeiro Redondo. CS_S-81-163 foi recolhida durante as intervenções de G. Marques, as restantes durante as intervenções de J. L. C. entre 2005 e 2016. **1:** ORed-Sx1, sílex oolítico, C3 - 2014 (*vd.* Fig. 6, n.º 1); **2:** ORed-Sx2, sílex oolítico, C2 - 2016 (*vd.* Fig. 6, n.º 2); **3:** ORed-Sx3, sílex / calcário silicificado oolítico, C2 - 2013 (*vd.* Fig. 6, n.º 3); **4:** ORed-Sx5, sílex oolítico, C2 - 2013 (*vd.* Fig. 6, n.º 5); **5:** CS_S-81-163, sílex oolítico, recolhas de G. Marques - Superfície (*vd.* Fig. 6, n.º 8); **6:** ORed-Sx4, riólito, C2 - 2015 (*vd.* Fig. 6, n.º 4); **7:** ORed-Sx6, riólito, C2 - 2005 (*vd.* Fig. 6, n.º 6); **8:** ORed-Sx7, riólito, C2 - 2005 (*vd.* Fig. 6, n.º 7).

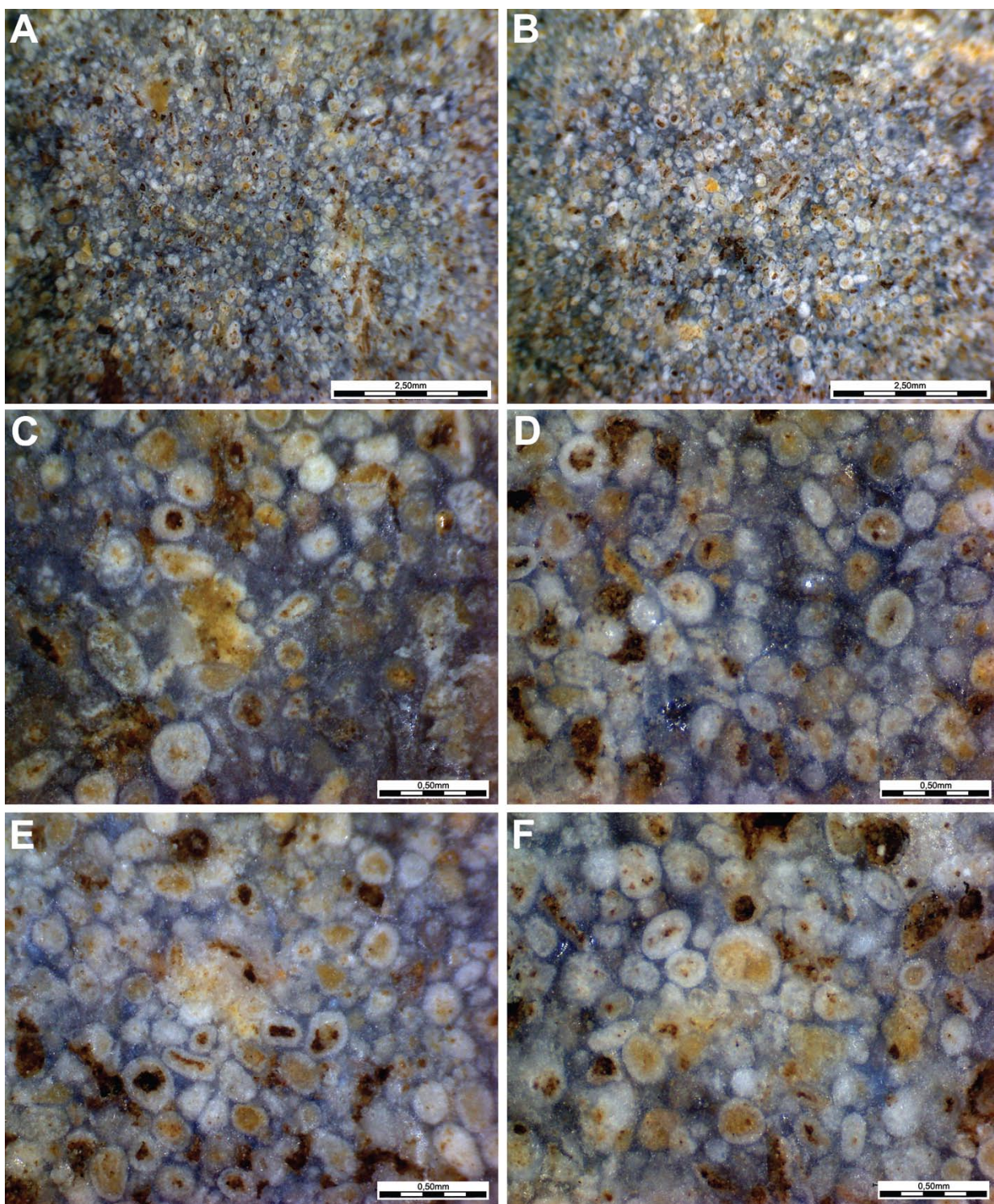


Fig. 11 – Aspecto da lâmina de sílex oolítico CS_S-81.163 recolhida no povoado calcolítico do Outeiro Redondo, com aumentos de 45× (A-B; escala: 2,5 mm) e 200× (C-F; escala: 0,5 mm), notando-se, dentro da matriz oolítica, a presença de certos constituintes esqueléticos (foraminíferos, ostracodos e *incertae sedis*) e não esqueléticos (*pellets*, pelóides e grãos de quartzo), com a oxidação / agregação parcial de alguns oólitos.

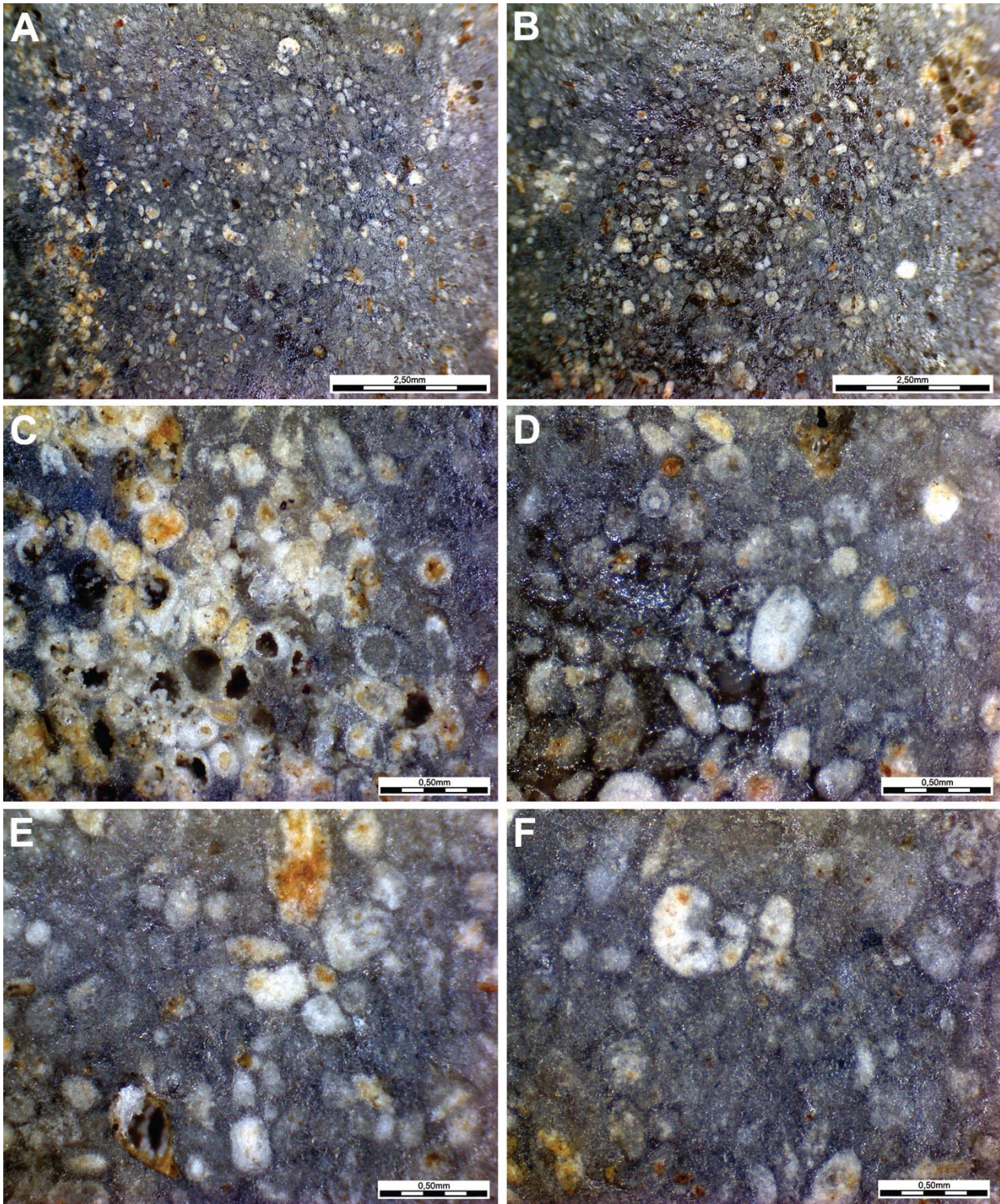


Fig. 12 - Aspecto da lâmina de sílex oolítico ORed-Sx1 recolhida no povoado calcolítico do Outeiro Redondo, com aumentos de 45× (A-B; escala: 2,5 mm) e 200× (C-F; escala: 0,5 mm), notando-se, dentro da matriz oolítica, a presença de escassos constituintes esqueléticos (foraminíferos e *incertae sedis*) e não esqueléticos (*pellets*, písólitos, grãos de quartzo e óxidos de ferro).

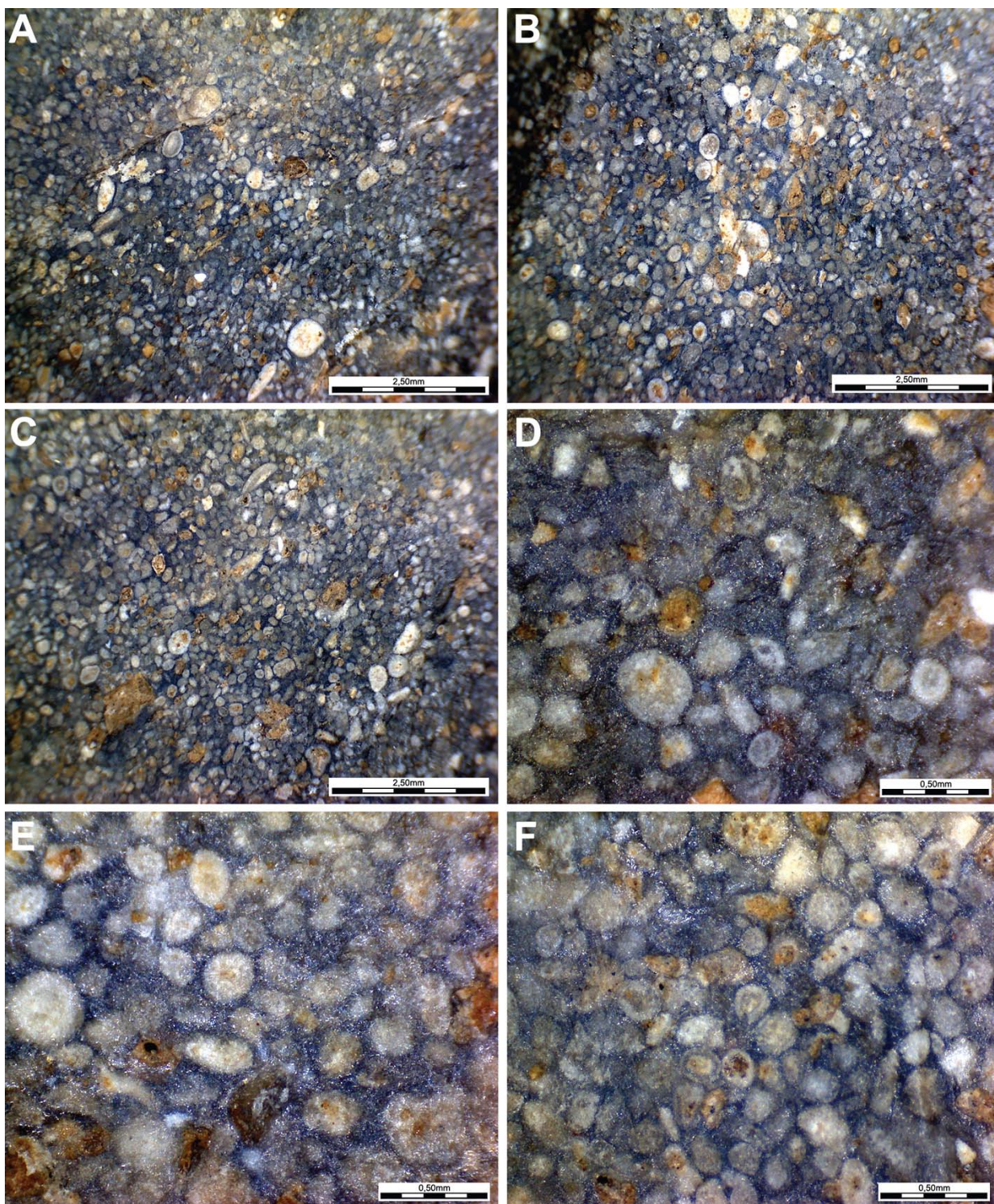


Fig. 13 – Aspecto macroscópico da lâmina de sílex oolítico ORed-Sx2 recolhida no povoado calcítico do Outeiro Redondo, com aumentos de 45× (A-C; escala: 2,5 mm) e 200× (D-F; escala: 0,5 mm), notando-se, dentro da matriz oolítica, a presença de escassos constituintes esqueléticos (foraminíferos, espículas monoaxónicas e *incertae sedis*) e não esqueléticos (*pellets*, pisólitos, grãos de quartzo e óxidos de ferro).

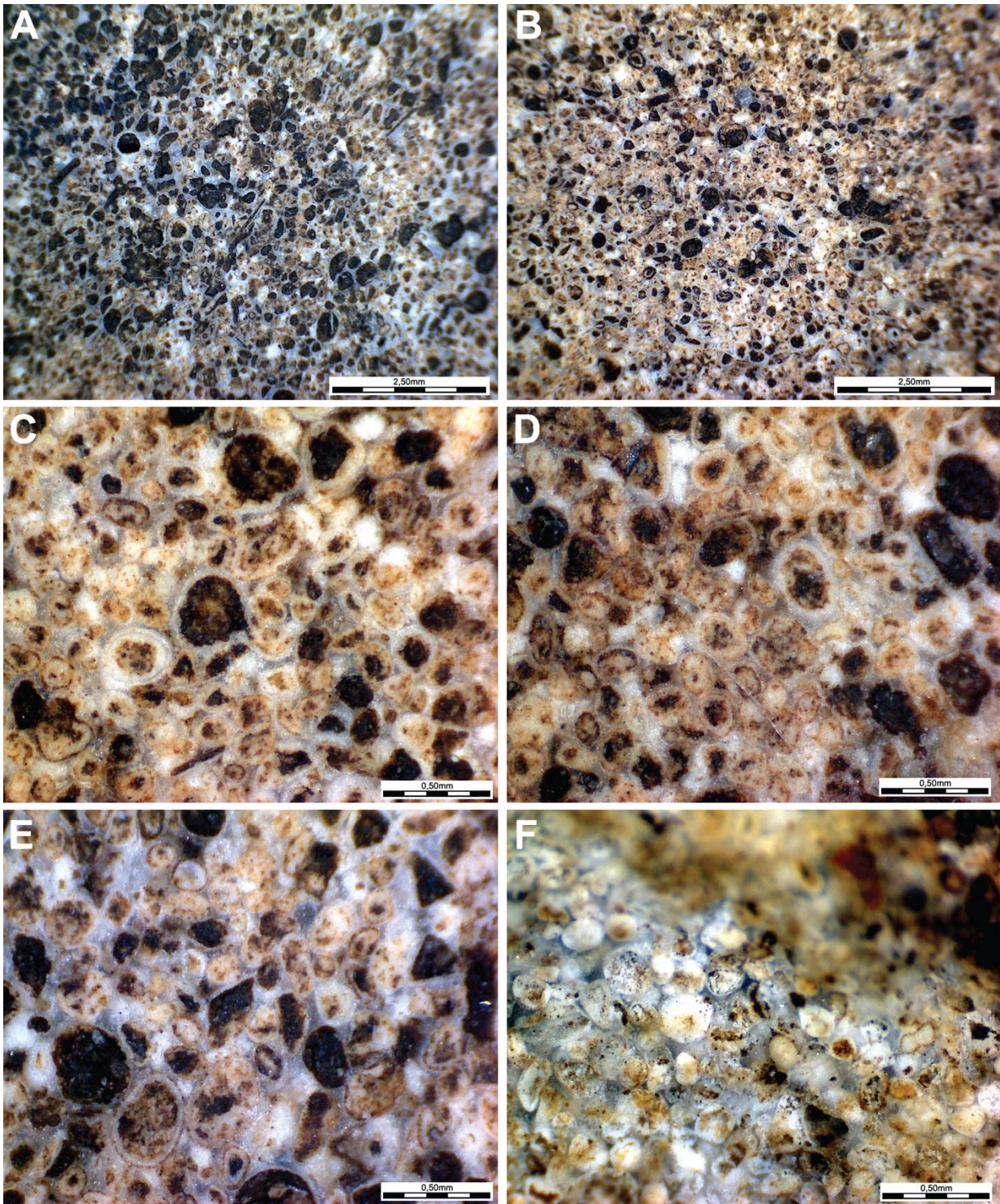


Fig. 14 - Aspecto da lâmina de sílex ou calcário silicificado oolítico ORed-Sx3 recolhida no povoado calcolítico do Outeiro Redondo, com aumentos de 45× (A-B; escala: 2,5 mm) e 200× (C-F; escala: 0,5 mm), notando-se, dentro da matriz oolítica, a presença de certos constituintes esqueléticos (foraminíferos e ostracodos) e não esqueléticos (pelóides, grãos de quartzo e óxidos de ferro); nota-se a oxidação de grande parte dos constituintes, ocorrida pós-talhe, não registada em fracturas frescas (F).

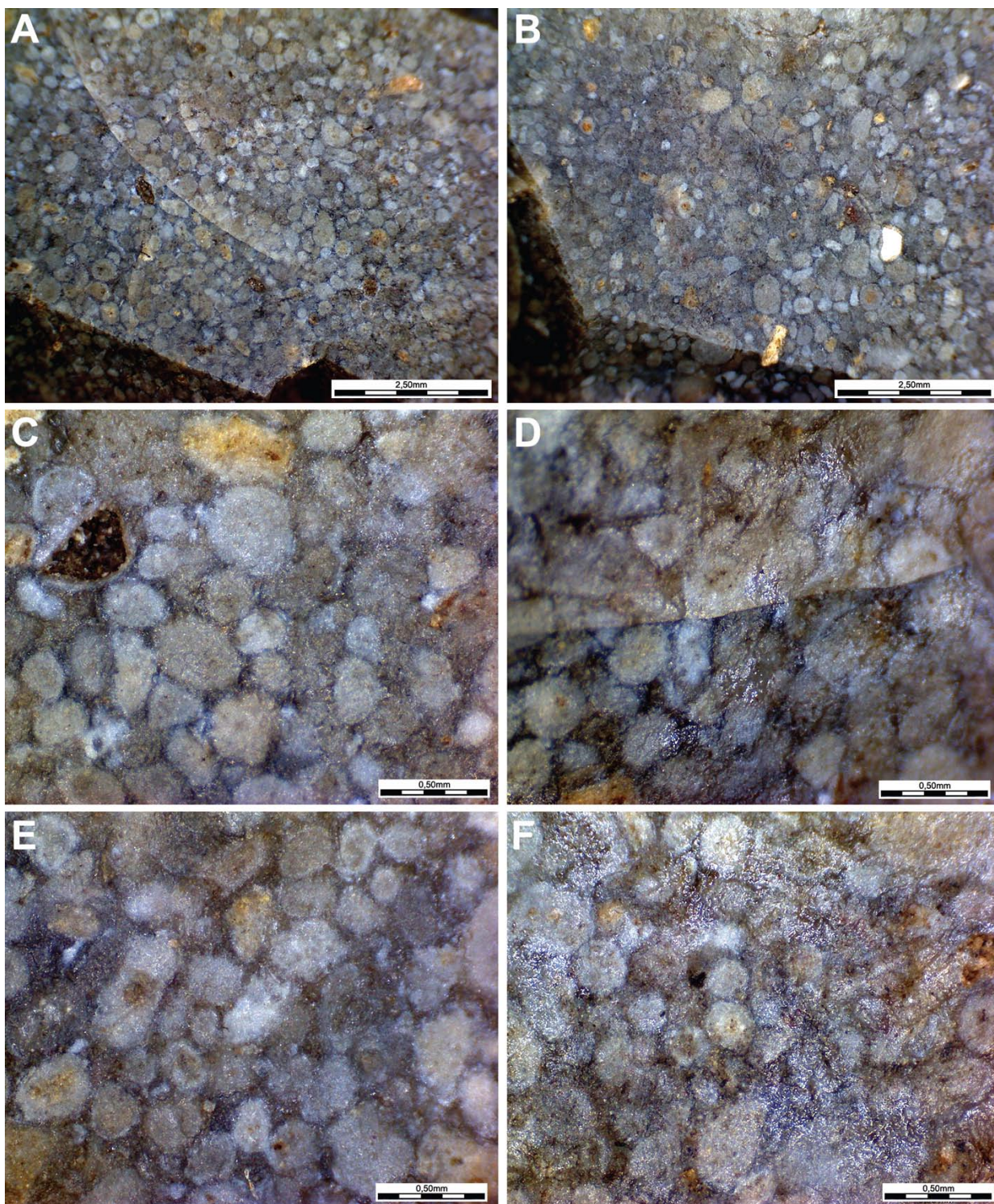


Fig. 15 – Aspecto da lâmina de sílex oolítico ORed-Sx5 recolhida no povoado calcítico do Outeiro Redondo, com aumentos de 45× (A-B; escala: 2,5 mm) e 200× (C-F; escala: 0,5 mm), notando-se, dentro da matriz oolítica, a presença de escassos constituintes esqueléticos e não esqueléticos (*pellets*, pelóides, quartzo detrítico e óxidos de ferro).

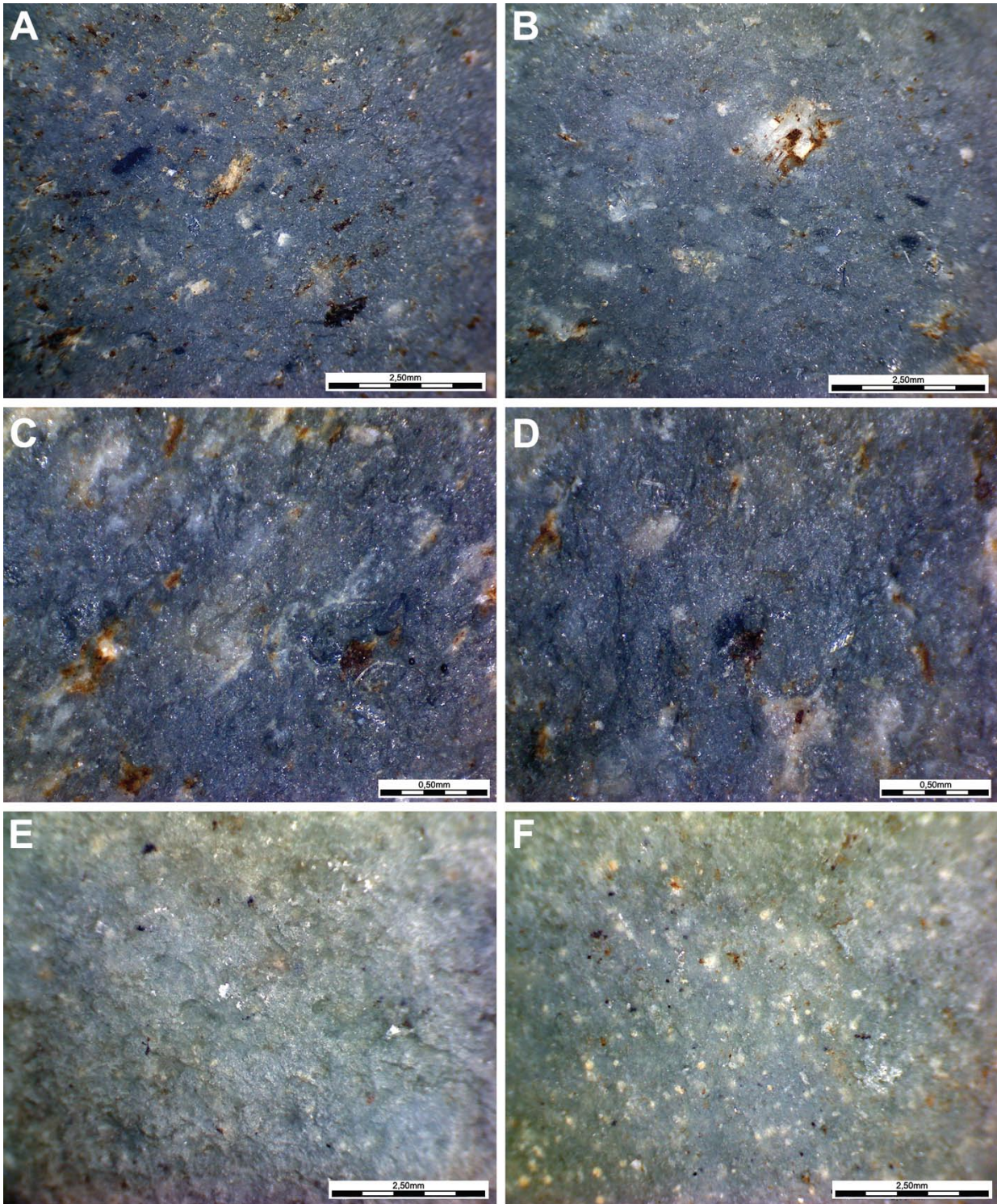


Fig. 16 - Aspecto das lâminas de riólito ORed-Sx4 (A-D) e ORed-Sx6 (E-F) recolhidas no povoado calcolítico do Outeiro Redondo, com aumentos de 45× (A-B e E-F; escala: 2,5 mm) e 200× (C-D; escala: 0,5 mm), notando-se a presença de óxidos de ferro, feldspatos, quartzo e minerais negros de tendência lenticular / laminar (possivelmente biotite).

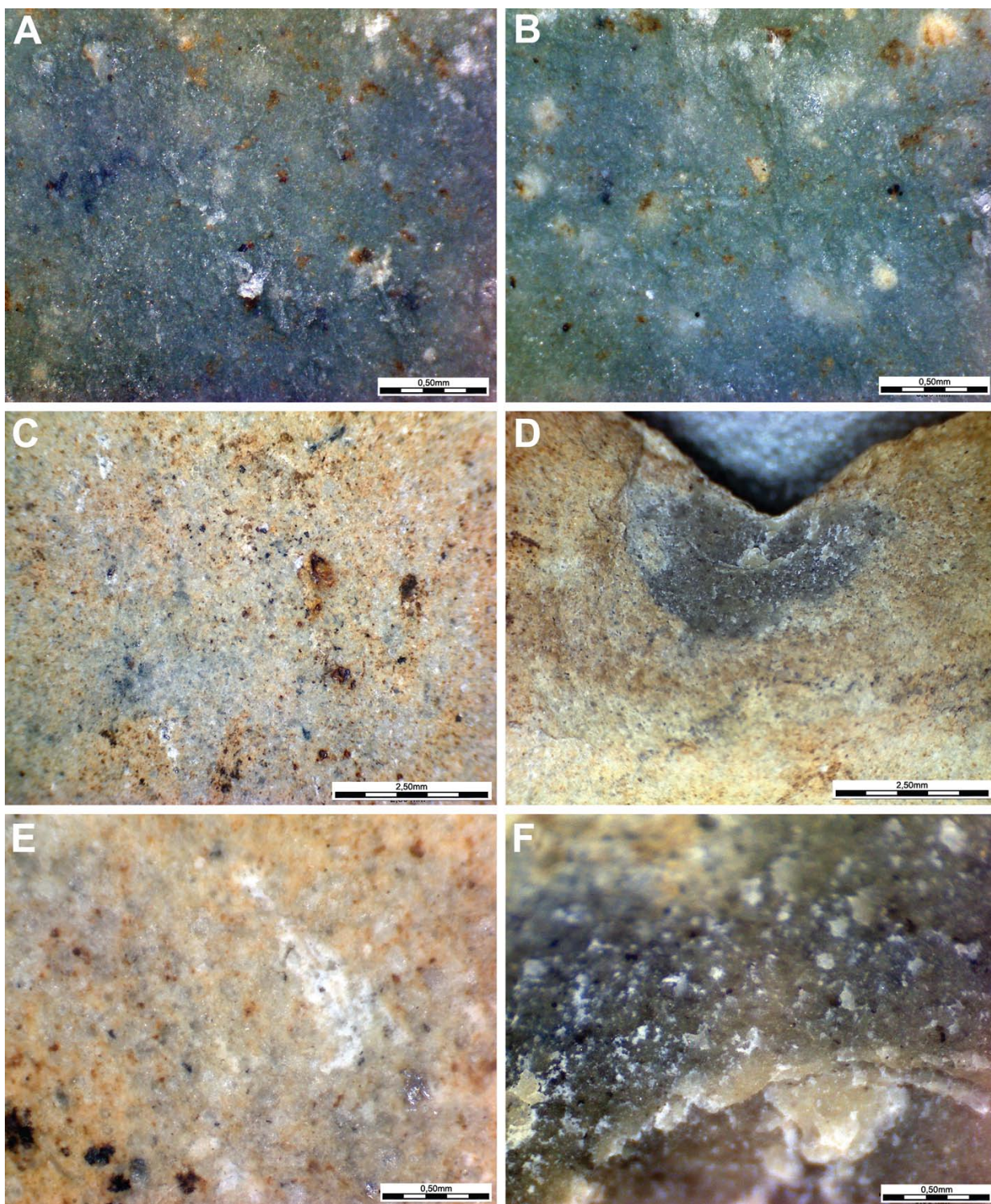


Fig. 17 – Aspecto da lâminas de riólito ORed-Sx6 (A-B) e ORed-Sx7 (C-F) recolhida no povoado calcolítico do Outeiro Redondo, com aumentos de 45× (C-D; escala: 2,5 mm) e 200× (A-B e E-F; escala: 0,5 mm), notando-se a presença de óxidos de ferro, quartzo e minerais negros (possivelmente biotite), assim como a superfície alterada de tonalidade amarelada (C e E) e área de fractura recente (D e F) da lâmina ORed-Sx7.

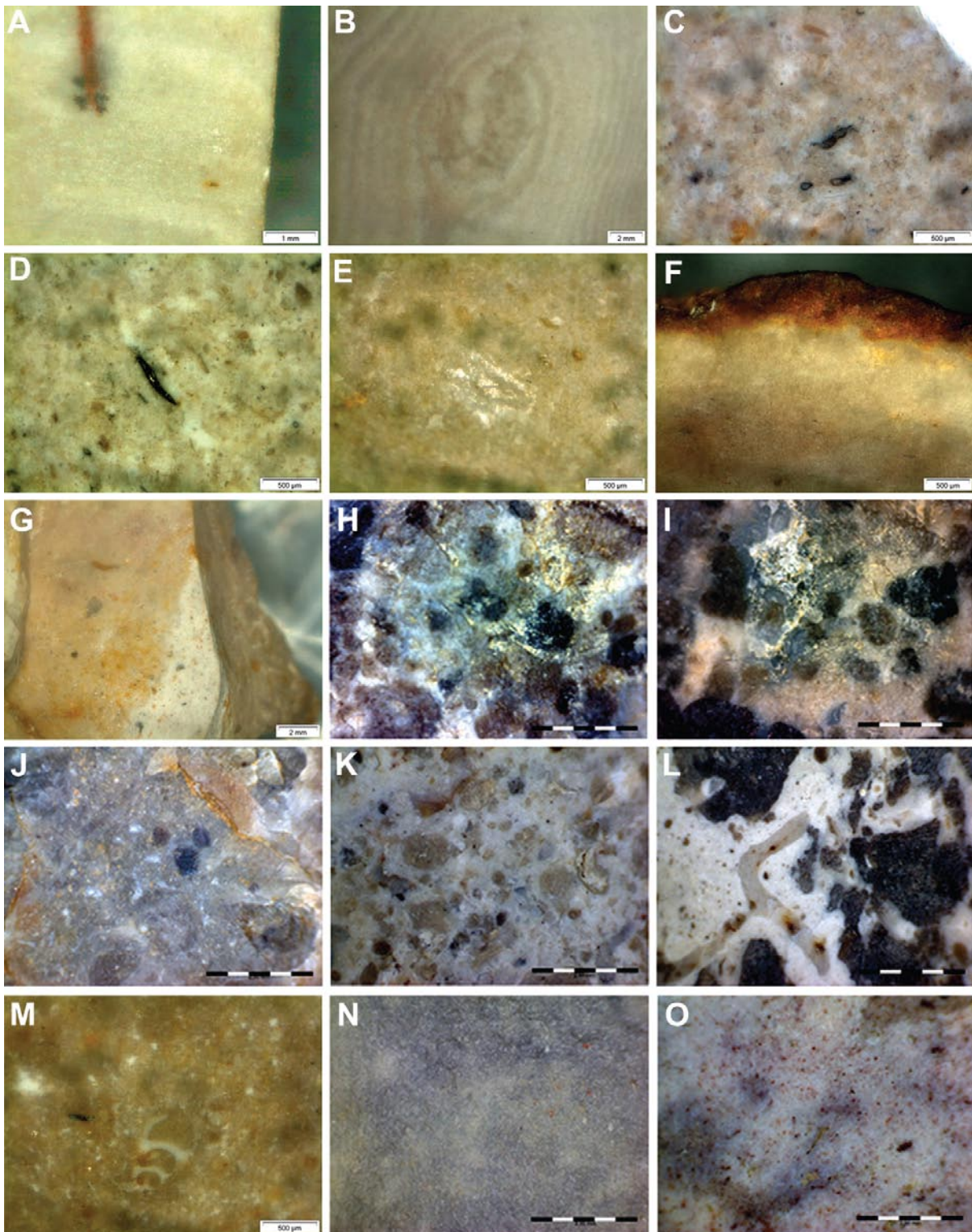


Fig. 18 – Aspecto de amostras geológicas de sílices do Jurássico Médio (J2) e Jurássico Superior (J3) do Ocidente peninsular, evidenciando-se a ausência de estruturas oolíticas. **A-B**: Vale da Serra, J2 (adaptado de MATIAS, 2012, Figs. 44-45); **C-D**: Pias do Bajouco, J2 (adaptado de MATIAS, 2012, Figs. 50-51); **E**: Santo António/Chousos, J2 (adaptado de MATIAS, 2012, Fig. 56); **F**: Ribeira da Murta, J3 (adaptado de MATIAS, 2012, Fig. 85); **G**: Ribeira de Gaiteiros, J3 (adaptado de MATIAS, 2012, Fig. 79); **H-I**: Azenha/Agroal, J3 (adaptado de ANDRADE, no prelo a, Fig. 6); **J-L**: Sabacheira, J3 (adaptado de ANDRADE, no prelo a, Fig. 6); **M**: Cadoiço, J3 (adaptado de MATIAS, 2012, Fig. 90); **N-O**: Belixe/Vila do Bispo, J3 (adaptado de ANDRADE, no prelo a, Fig. 6).

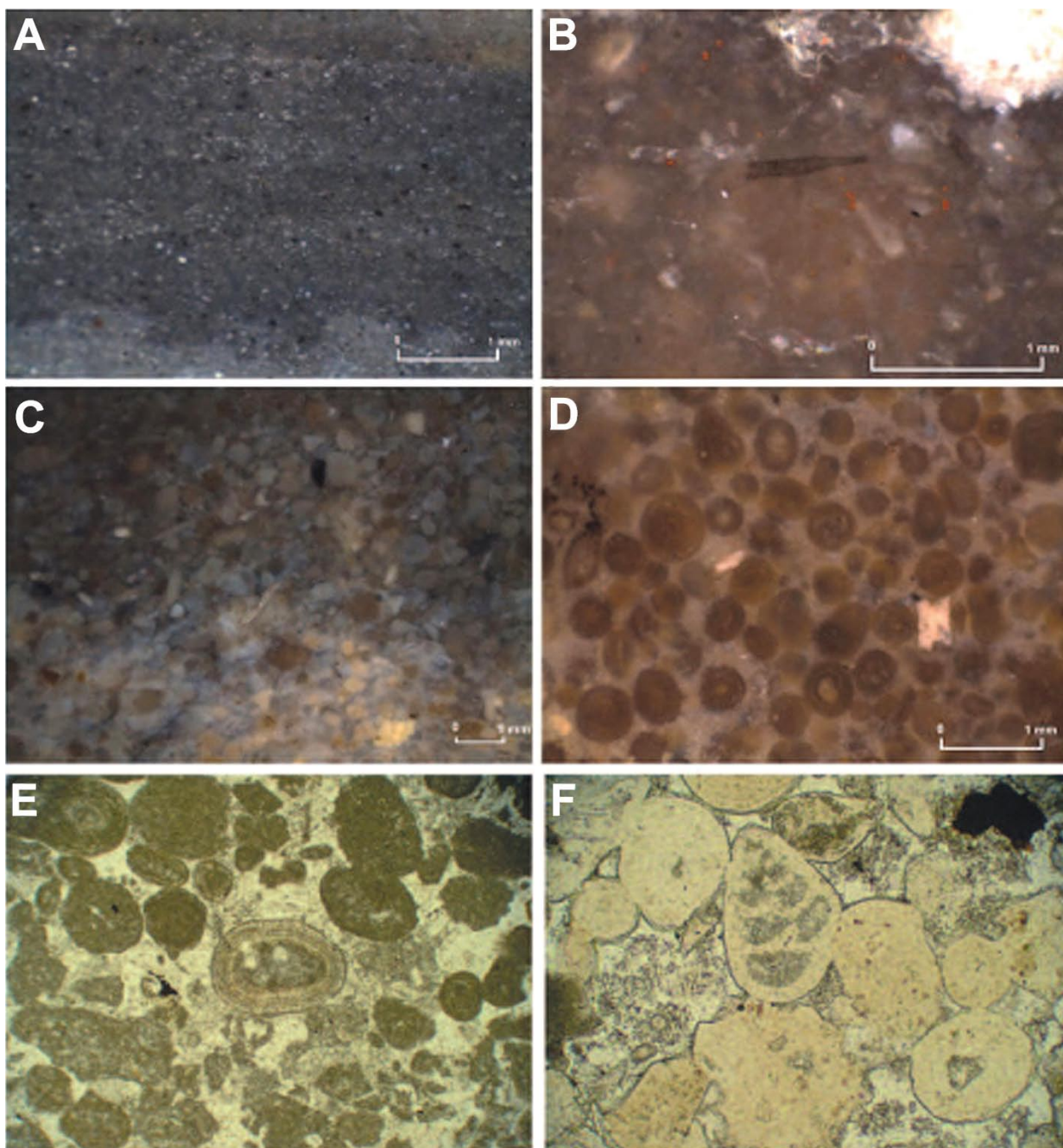


Fig. 19 – Aspectos de amostras geológicas do sílex da Formação Milanos, recolhidas junto à mina / oficina de talhe de Los Gallumbares (adaptado de MORGADO, LOZANO & PELEGRIN, 2011, Fig. 5). **A:** amostra GAL-5 corresponde a sílex com estrutura sedimentar laminada, textura *wackestone*; **B:** amostra GAL-8 corresponde a sílex com bioclastos (*incertae sedis*) incluídos em estrutura peloidal (*wackestone*); **C-D:** amostras GAL-7 e GAL-4, correspondendo a sílex oolítico de textura *packstone-grainstone*; **E:** amostra GAL-5 (lâmina delgada), mostrando oólito com núcleo arredondado e capeamentos múltiplos; **F:** amostra GAL-7 (lâmina delgada), mostrando foraminífero bentónico associado a pelóides.

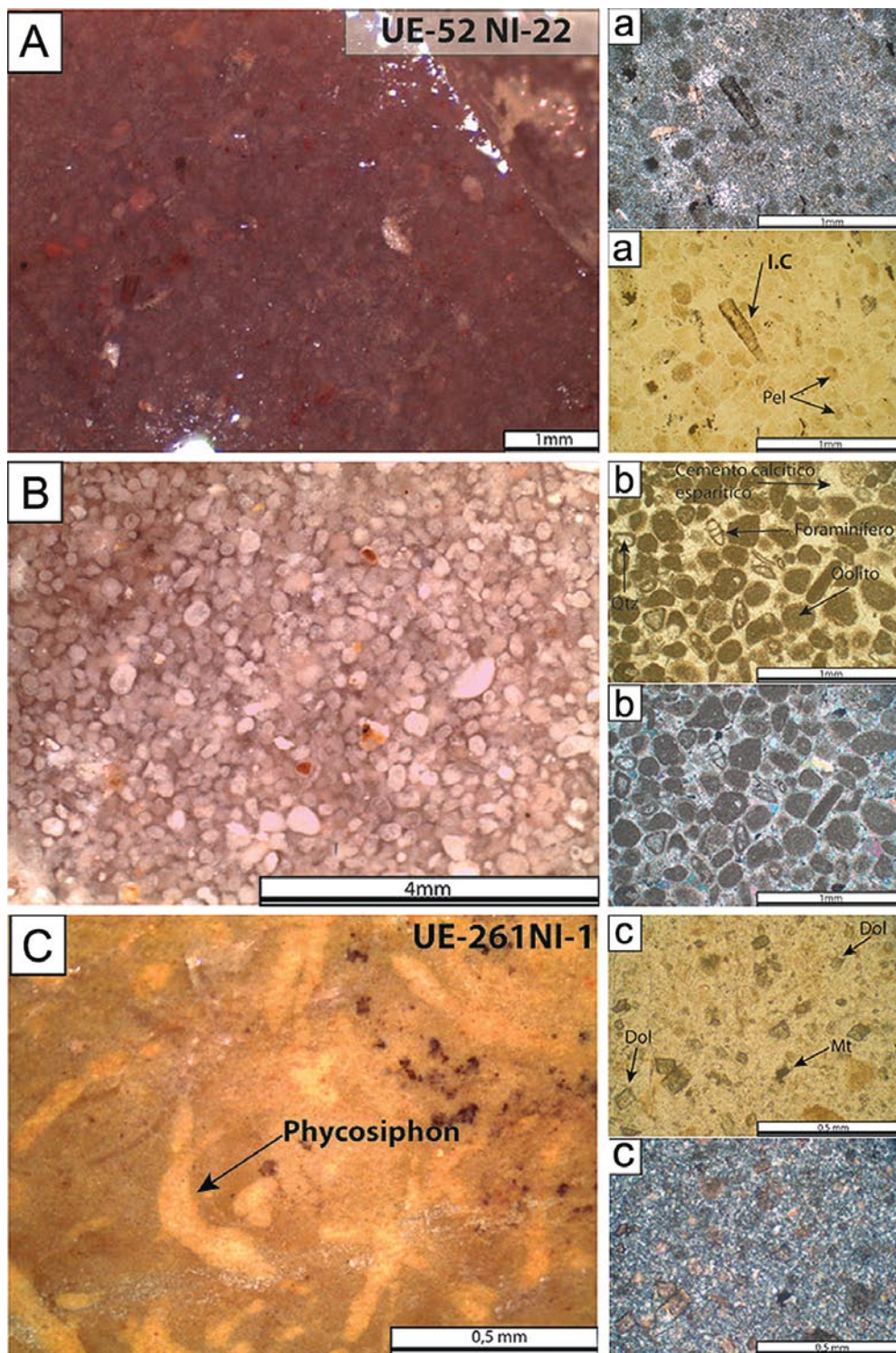


Fig. 20 - Aspectos de amostras arqueológicas (recolhidas no *tholos* de Montelírio) de sílices provenientes do Sub-Bético Médio e Complexo do Campo de Gibraltar (adaptado de GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016, Figs. 26-28). **A:** sílex de tipo Milanos, correspondente à fácies laminada, sendo visível a estrutura peloidal (Pel) e a presença de bioclastos (I.C, *incertae sedis*), salientando-se à direita (a), com e sem nicóis cruzados; **B:** sílex de tipo Malaver, sendo visível a estrutura oolítica, salientando-se à direita (b), com e sem nicóis cruzados, a presença de oólitos, grãos de quartzo (Qtz) e bioclastos (foraminífero) ligados por cimento esparítico; **C:** sílex de tipo Turón, sendo visíveis as bioturbações (*phycosiphon*) na matriz micrítica, salientando-se à direita (c), com e sem nicóis cruzados, a presença de cristais romboédricos de dolomite (Dol) e outros “minerais metálicos” (Mt, *menas metálicas*).

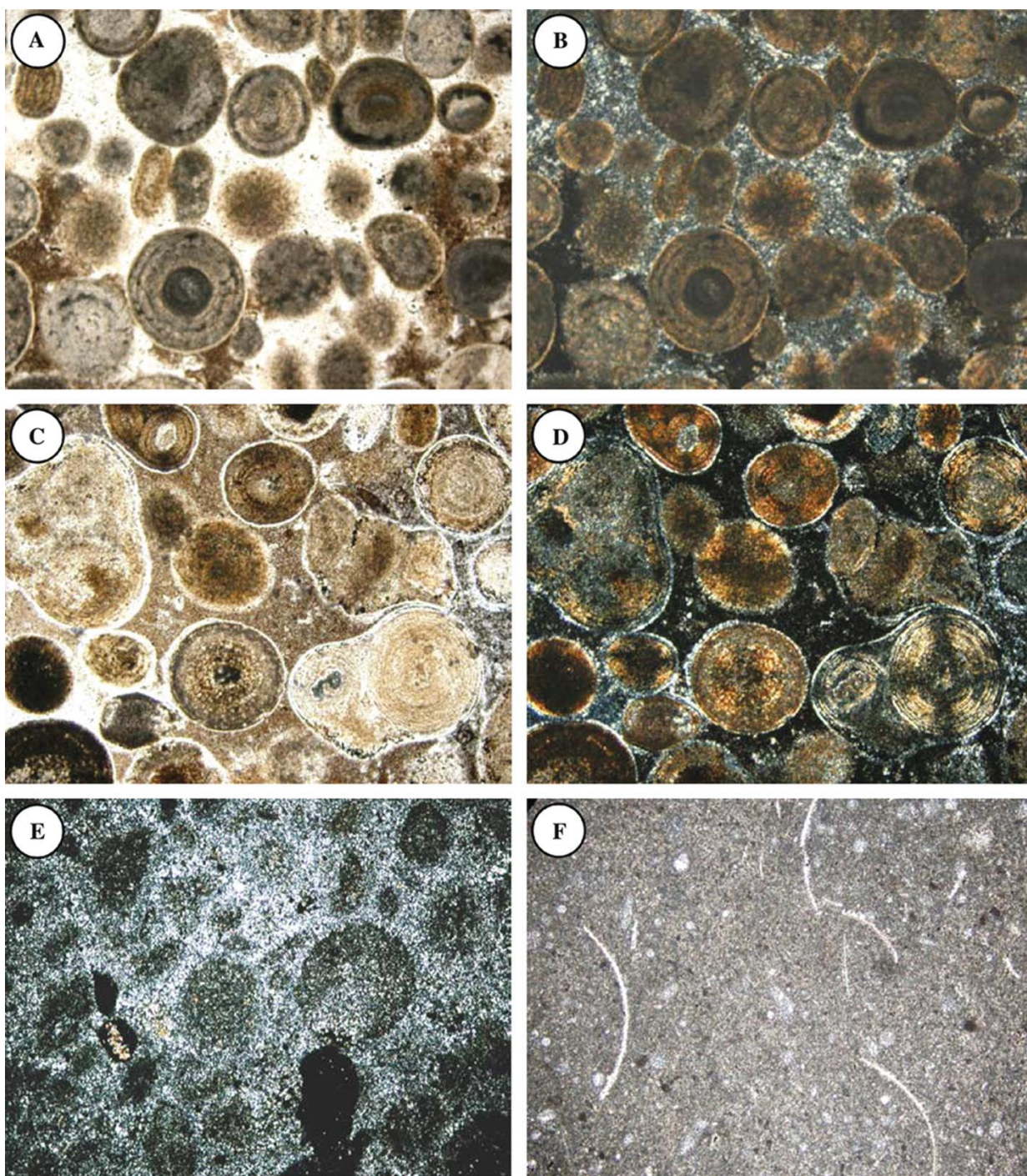


Fig. 21 – Aspectos microscópicos de amostras arqueológicas de sílices/calcários silicificados oolíticos aparentemente atribuíveis à Formação Camarena (adaptado de NOCETE *et al.*, 2005, p. 69, Fig. 5). **A-B**: sílex oolítico de textura *grainstone* em matriz silicificada (luz plano-polarizada e nicóis cruzados, respectivamente); **C-D**: sílex oolítico de textura *grainstone* em matriz silicificada, com a maioria dos oólitos apresentando capeamento igualmente silicificado e núcleo parcialmente silicificado (luz plano-polarizada e nicóis cruzados, respectivamente); **E**: sílex oolítico de textura *grainstone* completamente silicificada (nicóis cruzados); **F**: calcário silicificado com filamentos (bivalves de valva fina) (nicóis cruzados).

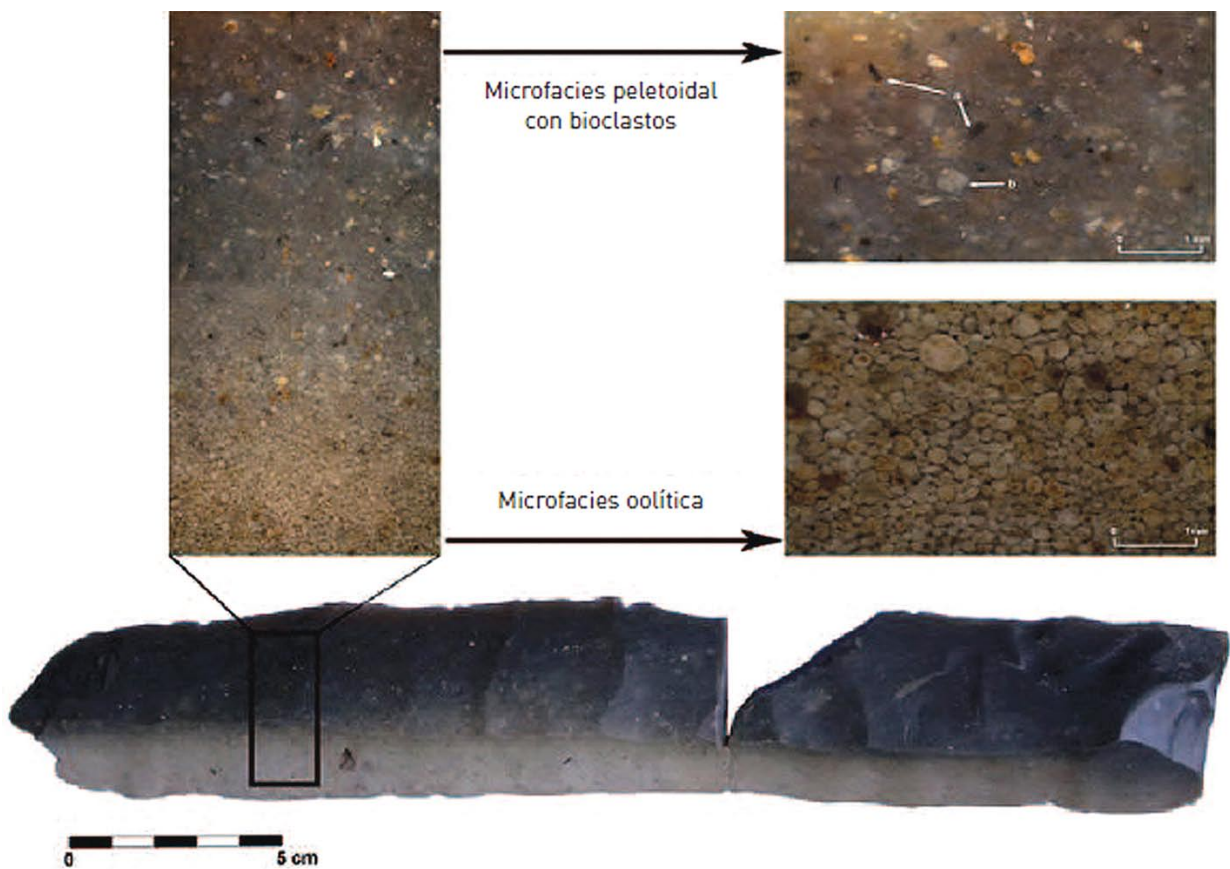


Fig. 22 – Aspecto das duas fácies reconhecidas nas silicificações da Formação Milanos, observáveis numa mesma peça, uma lâmina de sub-crista recolhida em Alcalar 3 (adaptado de MORGADO, LOZANO & PELEGRIN, 2011, Fig. 12).

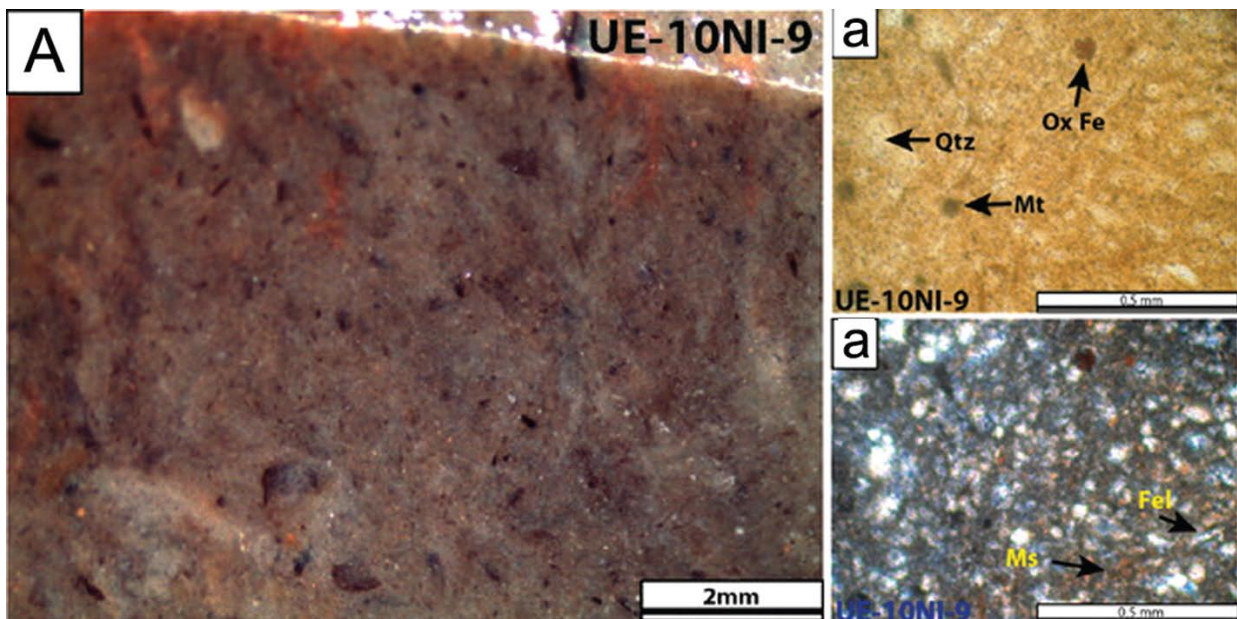


Fig. 23 – Aspectos macro e microscópicos de amostra arqueológica (recolhida no *tholos* de Montelirio) de riólito proveniente da Faixa Piritosa de Huelva (adaptado de GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2016, Fig. 29). A: aspecto dos minerais melanocráticos característicos desta matéria, salientando-se à direita (a), com e sem nicóis cruzados, a sua associação mineralógica principal, constituída por grãos de quartzo (Qtz), moscovite (Ms), feldspatos (Fel), óxidos de ferro (Ox Fe) e outros “minerais metálicos” (Mt, *mena metálica*).

**O HIPOGEU DO CONVENTO DO CARMO (TORRES NOVAS)
E A TESE DE O. DA VEIGA FERREIRA SOBRE O CAMPANIFORME
DA ESTREMADURA**

***THE CONVENTO DO CARMO HYPOGEUM (TORRES NOVAS)
AND THE THESIS OF O. DA VEIGA FERREIRA ON THE BELL BEAKER
OF ESTREMADURA***

António Faustino Carvalho*

Abstract:

In a tribute to O. da Veiga Ferreira that took place at the Universidade Nova de Lisboa (December 11th, 2017), the recently-obtained data from the Bell Beaker hypogeum of Convento do Carmo (Torres Novas) was presented as it allows this author's thesis to be resumed and re-discussed in new grounds. Indeed, two main topics of his thesis seem to obtain unexpected support from the Convento do Carmo evidence: the hypothesis according to which Bell Beaker societies were structured according to principles of matriarchate, and the genetic differentiation between Iberian populations and their coeval counterparts of central Europe. The aim of this contribution is to present a brief outline of the main results from current research at the mentioned hypogeum that give support to the above hypotheses. The geographic scales of interaction connecting Portuguese Estremadura with the rest of the peninsula and the Western Mediterranean in Bell Beaker times are also pointed out.

Keywords: Bell Beaker, exchange, population studies, Portuguese Estremadura, social organization.

A 11 de dezembro de 2017 realizou-se na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa uma sessão de homenagem a O. da Veiga Ferreira, fundador da área de Arqueologia nesta instituição, por ocasião dos cem anos do seu nascimento. Nesta sessão estiveram presentes alguns dos seus colaboradores, antigos alunos e outros investigadores que com ele privaram. O presente contributo resulta de uma das comunicações então apresentadas, com este mesmo título, pois julgou a organização da sessão ser pertinente, para aquela homenagem, a apresentação dos resultados do projeto de estudo sobre o hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas), que decorre sob a responsabilidade do signatário e cuja monografia se encontra em fase de conclusão à data de redação deste texto (CARVALHO, 2018; ver também CARVALHO *et al.*, 2018). A publicação desta nota no presente volume dos Estudos Arqueológicos de Oeiras¹ serve assim um propósito que é, na realidade, duplo: fazer a confrontação entre os resultados obtidos no âmbito daquele projeto e algumas das ideias ou sugestões apontadas pelo homenageado na sua tese de doutoramento

* Universidade do Algarve. afcarva@ualg.pt

¹ Esta publicação é devida ao amável convite do Editor científico dos Estudos Arqueológicos de Oeiras, o Professor Doutor João Luís Cardoso, a quem se agradece a oportunidade.

(FERREIRA, 1966) e deixar plasmado em publicação formal um exercício – ou seja, esta confrontação entre investigações separadas por meio século – que dificilmente encontraria oportunidade de voltar a ser realizada.

Com efeito, a “cultura do vaso campaniforme”, como habitualmente a designava, foi talvez o tópico de investigação em arqueologia que mais terá cativado o interesse de O. da Veiga Ferreira. Isso mesmo é visível, desde logo, na sua própria carreira académica. A tese de doutoramento que apresentou em 1966 à Faculdade de Ciências da Universidade de Paris intitulou-se precisamente *La Culture du Vase Campaniforme au Portugal* (Fig. 1) e a Última Lição, que proferiu em 1987 na FCSH, teve quase o mesmo título, “A Cultura do Vaso Campaniforme” (Fig. 2).

A tese referida é uma súpula estruturada e um extenso inventário dos dados então disponíveis para o território português, que o próprio título evidencia, e cuja distribuição então conhecida se centrava em torno dos baixos vales do Tejo e do Sado (Fig. 3). A única ausência digna de nota – os materiais campaniformes da Anta 1 de Casas do Canal, em Estremoz, publicados por G. e V. Leisner havia pouco mais de uma década (LEISNER & LEISNER, 1955) – explicar-se-á talvez pela sua localização geográfica mais excêntrica em relação àqueles vales. Na realidade, este trabalho do casal alemão não é ignorado e encontra-se mesmo citado na respetiva bibliografia, embora este monumento dolménico não entre na lista de sítios analisados. Depois da tese, O. da Veiga Ferreira viria ainda a escavar diversas outras importantes necrópoles campaniformes, o que demonstra bem o seu interesse pessoal pelo tema. Salientam-se, em particular, três (FERREIRA *et al.*, 1975; LEITÃO *et al.*, 1984; CARDOSO *et al.*, 1996): respetivamente, o dólmen de Pedra Branca (Melides, Grândola), a gruta natural de Verdelha dos Ruivos (Vialonga, Vila Franca de Xira), e a *tholos* da Tituaria (Póvoa de Galega, Mafra). Como se vê, a contribuição do autor para o tema não pode, de facto, deixar de se considerar incontornável.

Como é natural, sobretudo se considerarmos a época em que tais trabalhos foram levados a cabo, o pensamento do autor é marcadamente histórico-culturalista. A nomenclatura que utiliza revela-o sem margem para hesitações. A equação “cultura arqueológica” / “povo” é omnipresente, e daí também o à-vontade com que discorre sobre as “raças campaniformes”. Neste tópico concreto observa-se o peso que teve no entendimento destas realidades o estudo de A. Xavier da Cunha, “Contribuição para a antropologia dos povos da cultura campaniforme em Portugal”, de alguma forma pioneiro para a época (CUNHA, 1956), que seria aliás interessante revisitar hoje à luz da informação paleogenética que se vai acumulando sobre as populações campaniformes peninsulares e europeias (p. ex., OLALDE *et al.*, 2018). Por seu lado, as transformações culturais são entendidas como resultando em grande medida de processos de difusão a partir do Próximo Oriente. A título de exemplo, refira-se que a presença de variscite nos adornos pessoais do Campaniforme português, mineral para o qual não se conhecia então qualquer jazida no continente europeu, é entendida como uma importação a partir da Pérsia, com base na obra de Plínio-o-Velho (FERREIRA, 1951), o que ilustra bem aquele posicionamento teórico.

Transcorrido meio século desde a tese de O. da Veiga Ferreira, muitas deduções e propostas então avançadas encontram-se desatualizadas ou – sabemos-lo hoje – verificaram-se mesmo estar erradas; porém, como em qualquer outra obra escrita há mais de 50 anos, esta tem de ser enquadrada e reinterpretada à luz dos conceitos empregues, e dos conhecimentos, de que se dispunha na época em que foi escrita.

O problema da origem da variscite é novamente um bom exemplo, uma vez que entretanto se descobriram jazidas na Península Ibérica cuja exploração, iniciada ainda em período neolítico, providenciou os numerosos adornos verdes que se têm vindo a identificar nos contextos campaniformes portugueses. Mas aconteceu também o contrário. Algumas das hipóteses apresentadas pelo autor, seguramente entre as mais arrojadas que então se propôs para o estudo do Campaniforme português, merecem ser hoje reapreciadas face a novos

dados empíricos. É o caso de alguns elementos recém-obtidos no projeto de estudo do Convento do Carmo (Torres Novas), que ressuscitam duas ideias presentes naquela tese e que parecem, agora, de algum modo, obter inesperada comprovação na investigação multidisciplinar levada a cabo neste hipogeu campaniforme.

Com efeito, na sua tese, O. da Veiga Ferreira defendera o seguinte acerca das populações campaniformes peninsulares (FERREIRA, 1966; citações originais em francês):

1 – Que teriam contactos com regiões longínquas, sendo explicitamente apontada a geografia de alguns desses contactos – “[*Haveria*] trocas, por vezes com populações muito afastadas. O ouro era também objeto de troca.” (p. 87). “É provável que, a partir dos grupos peninsulares, o vaso campaniforme tenha chegado às Baleares, Sardenha, Sicília e à Península Italiana. Na Sardenha, algumas sepulturas deram vasos campaniformes que se aproximam dos de S. Pedro do Estoril.” (p. 90).

2 – E que se organizariam segundo regras de matriarcado e eram biologicamente homogêneas – “O sistema social parece ser, como em algumas sociedades primitivas atuais, o matriarcado.” (p. 87). “[*Havia*] uma notável diferença entre as populações da cultura do vaso campaniforme peninsular e as da Europa central e oriental. [...] Os povos que possuíam o vaso na Península formavam um conjunto étnico e cultural completamente à parte e cronologicamente mais antigo.” (p. 91).

Alguns elementos do Convento do Carmo apontam de facto no sentido destas conclusões.

A presença de conchas perfuradas de *Trivia* sp. neste hipogeu indica redes de aprovisionamento e circulação de escala regional, uma vez que o próprio litoral atlântico da Estremadura é a origem provável destes exemplares (VALENTE, 2018). Outras matérias-primas, por seu lado, sugerem a existência de redes de circulação a escalas mais amplas, de tipo inter-regional. O cobre com que foram fabricados dois punhais de lingueta e um alfinete deverá ser oriundo da faixa piritosa baixo-alentejana (VALÉRIO *et al.*, 2018) embora a exploração da jazidas cupríferas do Alto Alentejo também não deva ser descartada. A análise petrográfica das cerâmicas, tanto campaniformes como os vasos lisos, indica uma escala de circulação que engloba esta última região mas também largos setores da Beira Alta e da Beira Baixa, uma vez que as três tradições oleiras identificadas utilizam exclusivamente desengordurantes provenientes de formações metamórficas (xistos e micaxistos) e graníticas existentes nessas três grandes regiões (CONVERTINI, 2018). Também com origem muito provável em pequenas jazidas da Beira Alta, se não mesmo das próprias minas de Palazuelo de las Cuevas (Zamora, Espanha), são as contas discoides em minerais verdes (alguns exemplares comprovadamente fabricados em variscite) que acompanhavam as deposições funerárias do Convento do Carmo (GONÇALVES *et al.*, 2018).

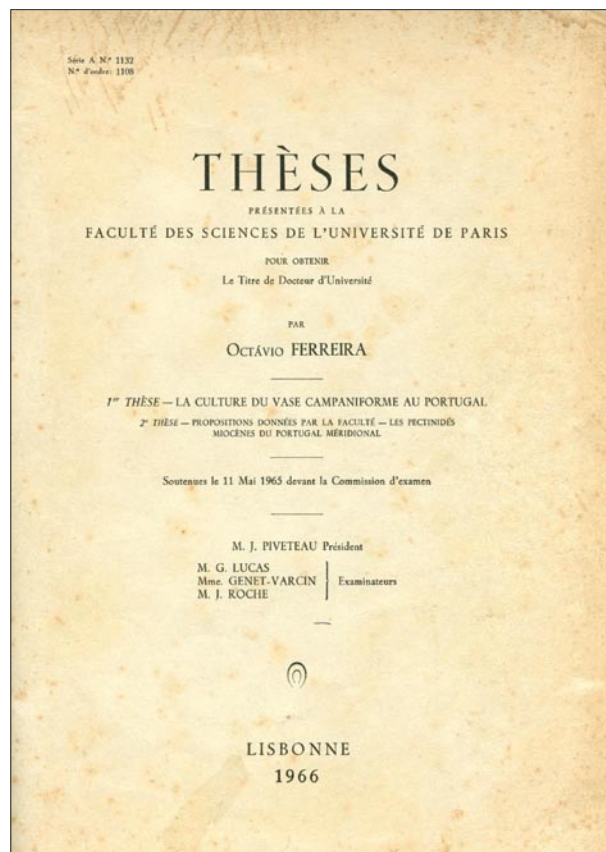


Fig. 1 – Reprodução da capa da tese de doutoramento de O. da Veiga Ferreira. Arquivo pessoal do autor.

O achado de uma conta bitroncocónica de ouro, com um grau de pureza aliás superior ao das demais peças auríferas deste hipogeu, parece indicar todavia escalas de interação que transcendem a própria Península Ibérica. Com efeito, em toda a península registam-se apenas quatro exemplares semelhantes – dois deles portugueses, no Zambujal (Torres Vedras) e na Penha Verde (Sintra), embora esta possa ser mais moderna – mas existem numerosos paralelos no Calcolítico das regiões francesas da Provença e, sobretudo, do Languedoque (VALÉRIO *et al.*, 2017), de onde é portanto concebível que possam ter sido importadas as peças peninsulares. Porém, a peça mais notável no que respeita à extensão das redes de troca então em funcionamento, e que se estenderiam pelo Mar Mediterrâneo, é um botão de perfuração em V de tipo “antropomórfico esquemático” – na própria tipologia que o autor desenvolveu em colaboração com J. Roche (ROCHE & FERREIRA, 1961) – fabricado em marfim de hipopótamo, e que é exemplar único até ao momento na Península Ibérica. De acordo com os

autores da sua análise (SCHUHMACHER & BANERJEE, 2018), a presença de botões tipologicamente semelhantes no hipogeu de Padre Iossu, na Sardenha, fabricados em marfim de elefante asiático e africano, “[...] pode estar a indicar parte da rota através da qual o marfim de elefante asiático e de hipopótamo chegaria à Península Ibérica a partir do Próximo Oriente.” Neste contexto, as referências por O. da Veiga Ferreira àquela ilha do Mar Tirrénico a propósito das semelhanças estilísticas com as produções cerâmicas campaniformes da Estremadura Portuguesa, nomeadamente de S. Pedro do Estoril, ganham hoje outro significado e suscitam mesmo o aprofundamento da questão.

No que respeita aos restos humanos exumados no hipogeu do Convento do Carmo, estes representam uma população relativamente pequena, formada por um número estimado de onze indivíduos, sete adultos e quatro não adultos com idades compreendidas entre os 2-3 e os 15-18 anos, e com uma distribuição sexual que compreende quatro indivíduos do sexo masculino, cinco do feminino e dois de sexo indeterminado (GRANJA, 2018).

A análise paleogenética de uma amostra de oito indivíduos permitiu concluir que se está perante uma população muito homogénea, pelo menos nas suas linhagens mitocondriais, que se encontram exclusivamente

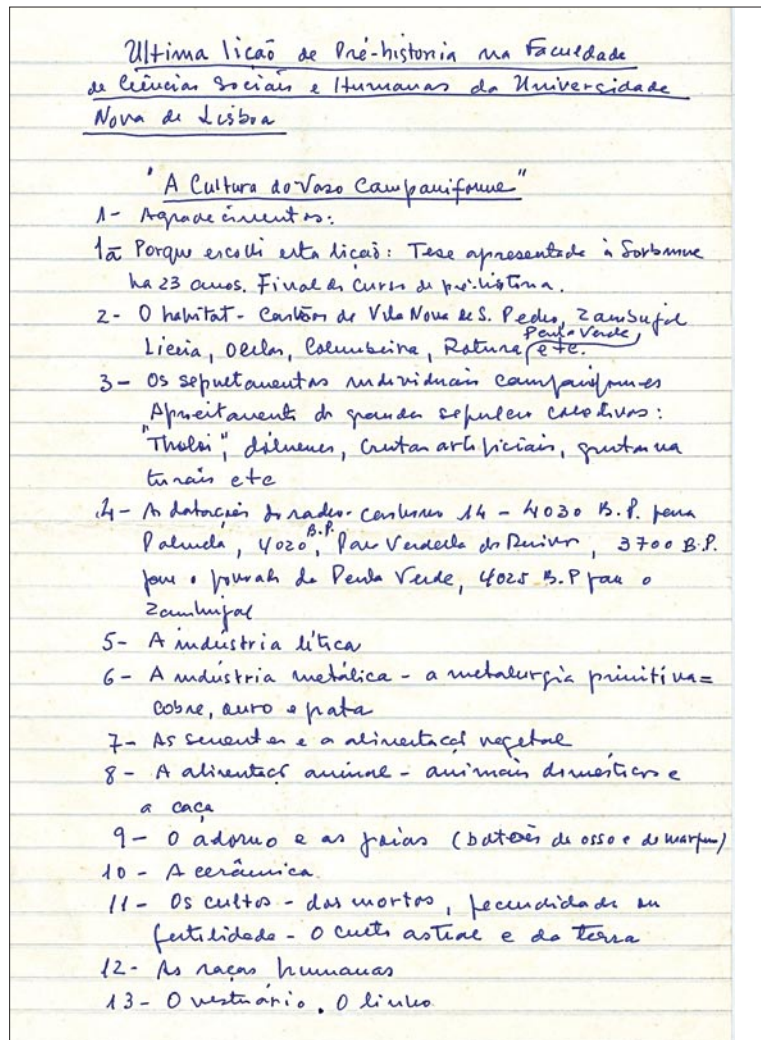


Fig. 2 – Elenco de tópicos focados por O. da Veiga Ferreira na sua “Última lição de Pré-História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa” (Arquivo O. da Veiga Ferreira / João Luís Cardoso).

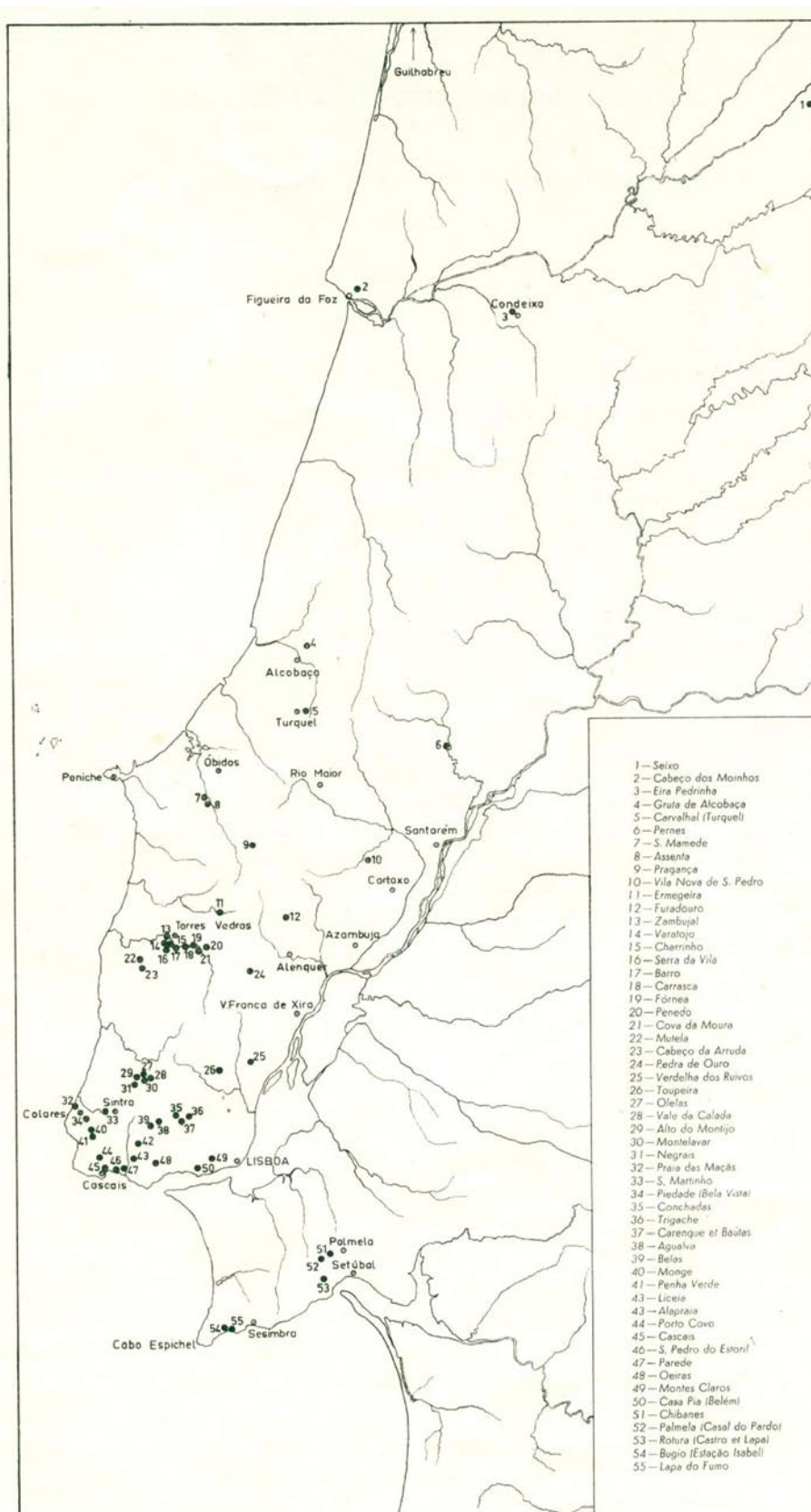


Fig. 3 - Distribuição dos sítios campaniformes em Portugal (segundo FERREIRA, 1966, carte 4).

representadas pelos haplogrupos K e K1. Este fenómeno de homogeneidade genética, porém, não encontra paralelo em populações de outras necrópoles campaniformes europeias cujo ADN antigo tem vindo a ser estudado. Tanto as análises de paleodietas (PETCHEY, 2018) como as de mobilidade (FERNÁNDEZ *et al.*, 2018) realizadas sobre a mesma amostra populacional do Convento do Carmo sugerem, por seu lado, proveniências geográficas diversas para estes indivíduos, o que permite concluir pela presença de talvez três subgrupos populacionais. Como concluem as autoras daquelas últimas análises, “[...] *se assumirmos que os indivíduos depositados no Convento do Carmo representam subconjuntos populacionais de várias proveniências geográficas, os dados genéticos e isotópicos obtidos sugerem uma de duas hipóteses: níveis muito surpreendentes de homogeneidade populacional à escala suprarregional e/ou critérios sociais de utilização da necrópole baseados no parentesco maternal.*” (FERNÁNDEZ *et al.*, 2018). Esta dupla conclusão, do maior alcance no estudo do Campaniforme português, não só vai ao encontro da ideia expressa no segundo ponto acima citado da tese de O. da Veiga Ferreira, segundo o qual o princípio estruturante da organização social seria o matriarcado, tal como a cronologia recuada do Campaniforme português e a singularidade populacional aí defendidas também têm vindo a obter apoio em estudos publicados muito recentemente (ver, respetivamente, CARDOSO, 2014; OLALDE *et al.*, 2018). Estes são, claramente, tópicos de investigação cruciais no contexto da investigação sobre o fenómeno campaniforme no nosso território, e que deveriam receber atenção no futuro imediato.

Em conclusão, deve dizer-se que não se trata aqui de demonstrar a atualidade da tese de O. da Veiga Ferreira meio século depois. O que mais ressalta deste exercício é uma rápida sucessão de constatações. Em primeiro lugar, que, apesar das limitações que comumente se apontam à investigação arqueológica em Portugal, as condições em que esta se processava há meio século e aquelas em que pode ser hoje levada a cabo contrastam de modo muito nítido entre si. Isto significa que o acesso a um conjunto alargado de novas tecnologias e disciplinas científicas – a chamada “terceira revolução científica” em Arqueologia (KRISTIANSEN, 2014) – permite agora a reanálise e a revisitação de teses então elaboradas sem os mesmos recursos tecnológicos. Por consequência, este processo pode conduzir à convergência, pelo menos provisória, de propostas avançadas então e agora. No caso vertente, as propostas originais poderão entender-se mais como intuições do que demonstrações efetivas; porém, as propostas de hoje, muito dependentes daquela revolução científica e sobretudo imersas na vertigem da rápida publicação de resultados, assemelhar-se-ão mais a breves etapas concretas na construção de hipóteses interpretativas. Assim, a convergência entre as propostas de hoje e as de um passado mais ou menos longínquo da investigação arqueológica poderá não ser mais do que o reflexo conjuntural desta fase de transição para um novo paradigma em Arqueologia, tal como defendida pelo autor citado, e portanto de uma certa forma de efemeridade interpretativa. O exercício de confrontação da tese de O. da Veiga Ferreira com os resultados analíticos obtidos no Convento do Carmo será, muito provavelmente, um bom testemunho de tudo isto.

NOTA FINAL

Cumpramos registrar que a escavação do hipogeu do Convento do Carmo foi levada a cabo pela empresa Crivarque Lda. O projeto de investigação subsequente, assim como a realização da exposição temática dos achados e a publicação da respetiva monografia de sítio, devem-se ao empenho e interesse demonstrados pela Câmara Municipal de Torres Novas.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. L. (2014) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. 71:1, p. 56-75.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. V.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; MEDEIROS, J. & SOUSA, P. F. (1996) – O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 6, p. 135-194.
- CARVALHO, A. F. (coord.) (2018) – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas; no prelo.
- CARVALHO, A. F.; GRANJA, R.; SOUTO, P.; ROMÃO, J. & GODINHO, P. (2018) – O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas, Santarém). Principais resultados dos trabalhos de escavação. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 21, p. 23-35.
- CONVERTINI, F. (2018) – Estudo em lâmina delgada de seis amostras cerâmicas. In CARVALHO, A. F. (coord.) – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas; no prelo.
- CUNHA, A. X. (1956) – Contribuição para a antropologia dos povos da cultura campaniforme em Portugal. *Contribuição para o Estudo da Antropologia Portuguesa*. VI, p. 123-137.
- FERNÁNDEZ, E.; NEFF, M.; NOVELL, G. & MONTGOMERY, J. (2018) Isótopos de estrôncio e análise de ADN mitocondrial: perspetivas sobre a estrutura populacional, parentesco e padrões de mobilidade. In CARVALHO, A. F. (coord.), *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas; no prelo.
- FERREIRA, O. V. (1951) – Os artefactos pré-históricos de calaíte e sua distribuição em Portugal. *Arqueologia e História*. 5, p. 85-93.
- FERREIRA, O. V. (1966) – *La culture du vase campaniforme au Portugal*. Lisbonne: Thèses présentées à la Faculté des Sciences de l'Université de Paris pour obtenir le titre de Docteur d'Université.
- FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & SOUSA, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès de Montum (Melides). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. LIX, p. 107-192.
- GONÇALVES, A. P.; ALVES, L. C. & SOARES, A. M. (2018) – As contas discoides em pedra: caracterização química e mineralógica. In CARVALHO, A. F. (coord.) – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas; no prelo.
- GRANJA, R. (2018) – A população: caracterização bioantropológica. In CARVALHO, A. F. (coord.) – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas; no prelo.
- KRISTIANSEN, K. (2014) – Towards a new paradigm? The third science revolution and its possible consequences in Archaeology. *Current Swedish Archaeology*. 22, p. 11-71.
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1984) – The prehistoric cave at Verdelha dos Ruivos (Vialonga), Portugal. In GUILAINE (ed.) – *L'Âge du Cuivre européen. Civilisations à vases campaniformes*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, p. 221-239.
- OLALDE, I. ; BRACE, S.; ALLENTOFT, M. E.; ARMIT, I.; KRISTIANSEN, K.; ROHLAND, N.; MALLICK, S.; BOOTH, T.; SZÉCSÉNYI-NAGY, A.; MITTNIK, A.; ALTENA, E.; LIPSON, M.; LAZARIDIS, I.; PATTERSON, N.; BROOMANDKHOSHBAHT, N.; DIEKMANN, Y.; FALTYSKOVA, Z.; FERNANDES, D.; FERRY, M.; HARNEY, E.; DE KNIJFF, P.; MICHEL, M.; OPPENHEIMER, J.; STEWARDSON, K.; BARCLAY, A.; ALT, K. W.;

AVILÉS, A.; BÁNKKY, E.; BERNABÒ-BREA, M.; LILLOIN, D.; BLASCO, C.; BONSALE, C.; BONSALE, L.; ALLEN, T.; BÜSTER, L.; CARVER, S.; NAVARRO, L. C.; CRAIG, O. E.; COOK, G. T.; CUNLIFFE, B.; DENAIRE, A.; DINWIDDY, K.E.; DODWELL, N.; ERNÉE, M.; EVANS, C.; KUCHAÍK, M.; FRANCÈS, J.; FOKKENS, H.; FOWLER, C.; GAZENBEEK, M.; GARRIDO, R.; HABER-URIARTE, M.; HADUCH, E.; HEY, G.; JOWETT, N.; KNOWLES, T.; MASSY, K.; PFRENGLE, S.; LEFRANC, P.; LEMERCIER, O.; LEFEBVRE, A.; LOMBA, J.; MAJÓ, T.; MCKINLEY, J.I.; MCSWEENEY, K.; GUSZTÁV, M. B.; MODI, A.; KULCSÁR, G.; KISS, V.; CZENE, A.; PATAY, R.; ENDRDI, A.; KÖHLER, K.; HAJDU, T.; CARDOSO, J. L.; LIESEAU, C.; PARKER PEARSON, M.; WLODARCZAK, P.; PRICE, T.D.; PRIETO, P.; REY, P.-J.; RÍOS, P.; RISCH, R.; ROJO, M. A.; SCHMITT, A.; SERRALONGUE, J.; SILVA, A. M.; SMRČKA, V.; VERGNAUD, L.; ZILHÃO, J.; CARAMELLI, D.; HIGHAM, T.; HEYD, V.; SHERIDAN, A.; SJÖGREN, K.-G.; THOMAS, M.G.; STOCKHAMMER, P. W.; PINHASI, R.; KRAUSE, J.; HAAK, W.; BARNES, I.; LALUEZA-FOX, C. & REICH, D. (2018) – The Beaker phenomenon and the genomic transformation of Northwest Europe. *Nature*; disponível on-line. DOI:10.1038/nature25738.

PETCHEY, F. (2018) – Datação absoluta e análise paleodietética. In CARVALHO, A. F. (coord.) – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas; no prelo.

ROCHE, J. & FERREIRA, O. V. (1961) – Révision des boutons perforés en V de l'Enéolithique portugais. *L'Anthropologie*. 65:1-2, p. 67-73.

SCHUHMACHER, T. X. & BANERJEE, A. (2018) – Botão em marfim de hipopótamo. In CARVALHO, A.F., coord. – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas; no prelo.

VALENTE, M.J. (2018) – Meso- e macrovertebrados e elementos de adorno em concha. In CARVALHO, A. F. (coord.) – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas; no prelo.

VALÉRIO, P.; SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F. & CARVALHO, A. F. (2017) – Micro-EDXRF investigation of Chalcolithic gold ornaments from Portuguese Estremadura. *X-Ray Spectrometry*. 46 (4), p. 252-258.

VALÉRIO, P.; SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F. & SILVA, R. J. C. (2018) – Os metais: caracterização elementar e microestrutural. In CARVALHO, A.F. (coord.) – *O hipogeu campaniforme do Convento do Carmo (Torres Novas)*. Torres Novas: Câmara Municipal de Torres Novas; no prelo.

GÉNESE DO CONCEITO “CULTURA DO BRONZE DO SUDOESTE”

GENESIS OF THE CONCEPT OF THE BRONZE AGE CULTURE ON SOUTHWESTERN IBERIA

Carlos Tavares da Silva* & Joaquina Soares*

Abstract

The authors analyses the process of the research on the Bronze Age in the south of Portugal, since the heroic phase of the precursors (final of the nineteenth century) represented by Sebastião P. M. Estácio da Veiga, António Santos Rocha and José Leite de Vasconcelos; in the middle of the XX century, phase of increasing field-archaeology carried out by a group of archaeologists related with Abel Viana, an expansion of the culture of El Argar was proposed reaching the southwest of the Iberian Peninsula. Based on the excavation of the necropolis of Atalaia and on the re-elaboration of accumulated information, a new paradigm emerges, that considers the Bronze Age of southern Portugal an individualized and independent entity. Although, some influence from the culture of El Argar had been recognized, its origin was rooted in the regional late Chalcolithic. The most complete formulation of the concept of the Bronze Age culture of the Iberian Southwest, including the south of Portugal and the provinces of Huelva and Badajoz, is due to Hermanfrid Schubart (1975). Finally, the authors briefly allude to the current contributions to the knowledge on the Middle Bronze Age in the Iberian Southwest.

Keywords: Bronze Age Culture, Iberian Southwest, Middle Bronze Age, necropolis of Atalaia.

NOTA PRÉVIA

O presente texto procurará abordar de modo sucinto o processo de aquisição de conhecimentos que iniciado com Estácio da Veiga, Santos Rocha e Leite de Vasconcelos, no último quartel do século XIX, irá culminar na emergência do conceito de “Cultura do Bronze do Sudoeste”, no 3.º quartel do século seguinte. Este paradigma mostrou-se operativo e foi consensualmente seguido até à década de oitenta. O crescimento do registo empírico e novas perspectivas teóricas, sobretudo processualistas e materialistas históricas, criaram anomalias responsáveis pelo seu declínio. Esta trajectória descendente não será discutida com a profundidade que merece no presente artigo.

O nosso objecto de análise corresponde ao que actualmente se considera a fase média ou plena da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular, cronologicamente balizada entre cerca de 2000-1900 e 1200 BC.

* Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal / AMRS e UNIARQ / Universidade de Lisboa.

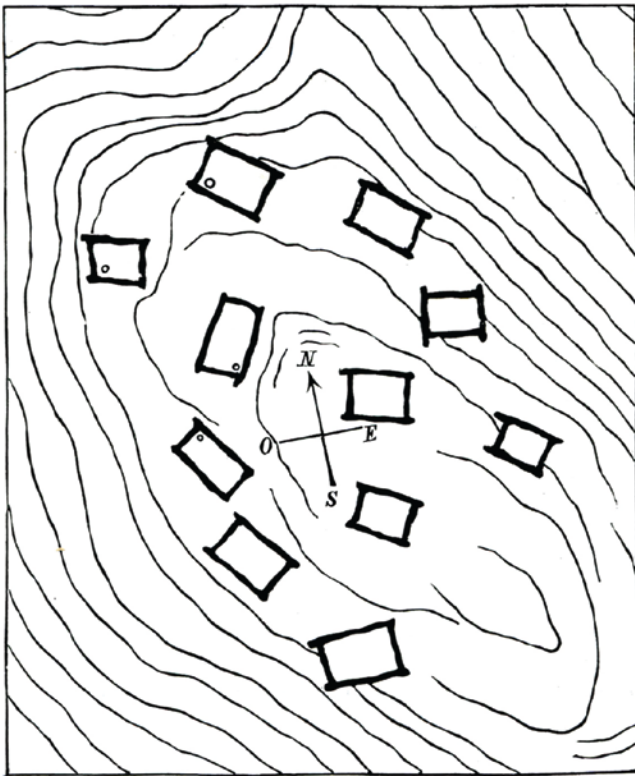


Fig. 1 - Planta da necrópole de Córte do Guadiana (Castro Marim), segundo Estácio da Veiga (1891, Est. XIV).

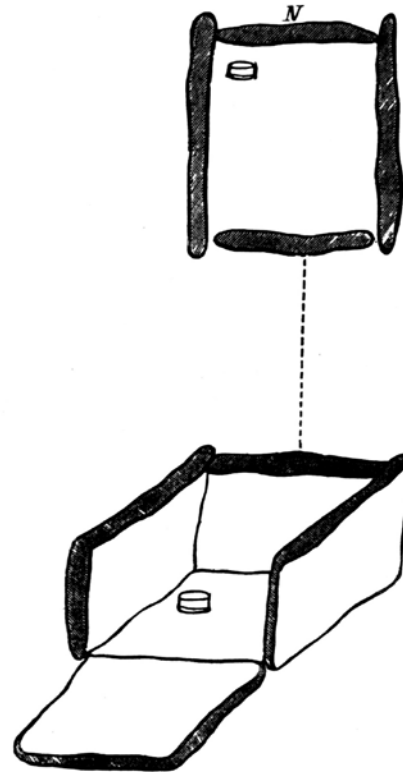


Fig. 2 - Sepultura de tipo cista de Bias (Olhão), segundo Estácio da Veiga (1891, Est. XI).

1 - PRECURSORES

Os testemunhos do que viria a ser designado por “Bronze do Sudoeste”, a fase média ou plena da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular, foram apresentados de forma aprofundada e sistemática, pela primeira vez, por Estácio da Veiga, em 1891, no volume IV das *Antiguidades Monumentais do Algarve*.¹ Aí, esse pioneiro da Arqueologia portuguesa publicou os resultados da identificação e, por vezes, escavação (Figs. 1 e 2) de numerosas necrópoles de cistas (Bias, Alcaria do Pocinho, Serra da Eira da Estrada, Corte do Guadiana, Serra dos Corveiros). H. Schubart (1974 a, p. 346) considerou justamente a obra de Estácio da Veiga como a base de partida para a sua investigação sobre esta fase da nossa Pré-história.

Porém, Estácio da Veiga restringia a escavação ao interior de cada sepultura. Os testemunhos integraram, segundo o mesmo autor, a Idade do Cobre. O Calcolítico, tão bem representado em Alcalar, correspondia, para ele, à transição entre o Neolítico e a Idade do Cobre. A Idade do Bronze coincidia com o que designamos actualmente por Bronze Final.

Assim, a Idade do Cobre (= “Bronze do Sudoeste”) era caracterizada pela presença de artefactos de cobre, em contextos desprovidos de “[...] *manufatura alguma de bronze ou ferro* [...]”; por pequenas

¹ Anteriormente a 1891 foram publicadas algumas referências a necrópoles de cistas da provincia de Huelva por Recaredo de Garay y Andraga, saídas no *Boletín de la Real Academia de La Historia* de 1870. Em 1886, em *Les Âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*, Cartailhac aludia ao final da Idade do Cobre e à Idade do Bronze no Sudoeste Peninsular.

sepulturas de planta rectangular/quadrangular desalinhas e “[...] *sem orientação uniforme, construídas com lajes toscas, cujos topos laterais excedem um tanto o alinhamento transversal das cabeceiras*[...]”; por serem tais sepulturas, regra geral, agrupadas, “[...] *constituindo grandes ou pequenas necrópoles*.” (VEIGA, 1891, p. 59-60); o uso do ritual de exumação seria muito frequente.

Continuando a acompanhar Estácio da Veiga, o ritual mais comum seria, pois, o da exumação em sepulturas individuais. As reduzidas dimensões destas não permitiriam inumações “[...] *ainda mesmo dobrado que fosse o cadáver pelas articulações dos fêmures*.” (1891, p. 118); destinar-se-iam a receber “*reliquias de exumação*”. Assim, após consumidas as partes moles em um primeiro processo de inumação, seriam recolhidos os ossos e depositados em “*urnas*”, por sua vez colocadas em cistas (Fig. 3). O mesmo autor reconhece a prática de outros comportamentos rituais, ao encontrar sepulturas, como as de Alcaria do Pocinho, que conservavam ossos fora das “*urnas*”.

O carácter individual da sepultura foi claramente assinalado: “[...] *cada uma das sepulturas continha as relíquias humanas de um só indivíduo, conquanto em alguns aparecessem vestígios de dois crânios, como talvez significando um piedoso preceito de família*.” (VEIGA, 1891, p. 118).

Estácio da Veiga registou a observação de paralelos entre estes achados e os de El Argar, encontrados nas escavações dos irmãos Siret, cuja publicação em idioma francês (1888) permitiu a sua ampla divulgação.

Na esteira de Estácio da Veiga, António dos Santos Rocha, durante as expedições arqueológicas ao Algarve, escava e publica as necrópoles de Campina, no concelho de Faro (ROCHA, 1897), e da Baralha, em Portimão (ROCHA, 1904). Na primeira, em uma sepultura de tipo cista, observa a inumação dos esqueletos de três indivíduos sepultados em posição contraída, e atribui-os à “*Primeira Idade dos Metais*”.

Pela mesma época (finais do século XIX e inícios do século XX), José Leite de Vasconcelos optava pelo Baixo Alentejo para estudar a Idade do Bronze. Assim, procede a trabalhos de campo em Santa Vitória e Beringel, na região de Beja, e em Panóias (Ourique). Analisa minuciosamente espólios cerâmicos e metálicos e dá a conhecer “*tampas insculturadas*” com representações de armas (Fig. 4), que “[...] *cobriam evidentemente campas de guerreiros*.” (VASCONCELLOS, 1906, p. 188-189). Algumas destas presumíveis “*tampas*” encontravam-se no Museu de Beja, onde tinham sido depositadas após a sua descoberta fortuita, em 1868, em Santa Vitória e, em 1892, em Trigaches; outras, descobertas pelo próprio Leite de Vasconcelos em 1898, nas Alcarias (Mombeja), tinham sido (re)utilizadas como paredes e tampas de cistas. Como nota Mário Varela Gomes (2006, p. 51) as “*tampas*” noticiadas por Leite de Vasconcelos encontravam-se em contextos secundários e reutilizadas em sepulturas mais tardias como no caso da Defesa (Santiago do Cacém), servindo de cobertura a sepultura de época tardo-romana ou medieval.

Em 1908, Leite de Vasconcelos publica a escavação de duas sepulturas em Panóias (Ourique). São então reveladas, pela primeira vez, sepulturas (de tipo cista) integradas em recintos tumulares de planta rectangular delimitados por estruturas pétreas (Fig. 5).

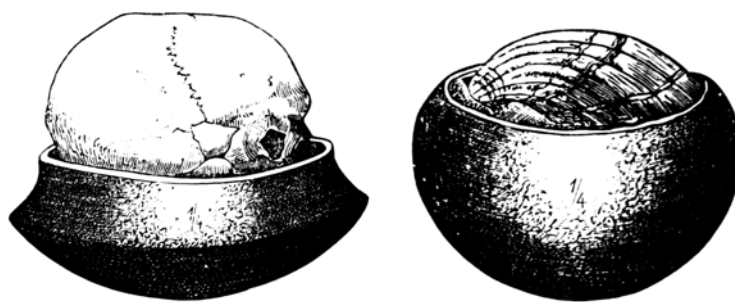


Fig. 3 – “*Urnas*” exumadas do interior de cistas das necrópoles de Alcaria do Pocinho, a primeira “[...] *contendo mui singularmente um crânio quase inteiro* [...]”, e a segunda, “[...] *fragmentos de crânio cobertos pela valva concava de uma vieira [Pecten maximus]*”, segundo Estácio da Veiga (1891, p. 119 e Est. XIII).

No que respeita ao ritual funerário, o mesmo investigador identifica os seguintes aspectos:

i) A cista é o “[...] *tipo sepulcral predominante.*” (VASCONCELLOS, 1897);

ii) A sepultura é individual (“[...] *cada túmulo recebe de ordinário as ossadas de um só esqueleto [...].*” – VASCONCELLOS, 1897);

iii) O cadáver era depositado em posição contraída “[...] *com as pernas encolhidas, como [Santos Rocha observou] na Campina.*” (VASCONCELLOS, 1908, p. 308).

Comparando os materiais encontrados no interior das sepulturas, bem como as representações de artefactos insculptados em “*tampas de cistas*” com a cultura material do Norte e Centro da Europa, conclui que chegaram a Portugal, vindos dessas regiões, “[...] *alguns dos bons produtos da civilização daquela época [Idade do Bronze].*” (1906, p. 188). Não deixa de ser interessante registar que para a cultura do Bronze argárico, Luis Siret propunha uma origem centro e norte europeia (povo europeu de filiação céltica) (SIRET, 1913), atribuindo-lhe a cronologia de 1200 a 800 a.C. (AA.VV., 1986).

A propósito da lápide insculptada da Defesa (Santiago do Cacém), publicada pela primeira vez por J. Leite de Vasconcelos (Fig. 6), este autor compara o ancoriforme a “[...] *uma espada da Idade do Bronze de Sarry-França.*” (1908, p. 301).

Para o período em apreço, passa a adoptar, definitivamente a partir de 1906, a designação de “*Época do Bronze*”.

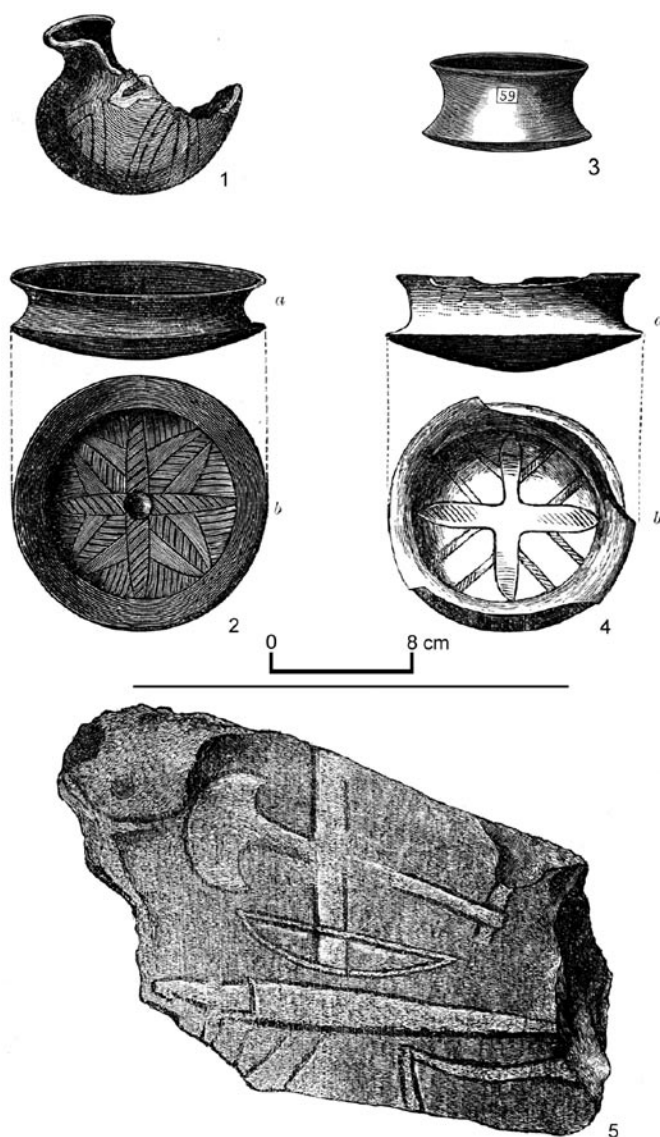


Fig. 4 – Recipientes cerâmicos (n.ºs 1-4) e lápide insculptada (n.º 5) provenientes da região de Beja e documentados por Leite de Vasconcelos (1906, Figs. 3-5).

2 – ABEL VIANA E O REINÍCIO DOS ESTUDOS SOBRE A IDADE DO BRONZE NO SUL DE PORTUGAL. O BRONZE DO SUL DE PORTUGAL COMO UMA EXTENSÃO DA CULTURA DE EL ARGAR

Durante cerca de 30 anos, entre início do século XX e a década de 1940 nota-se um enorme vazio no domínio da investigação sobre a Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. Em Portugal, Manuel Heleno (1933) publica uma curta nota sobre “*tampas sepulcrais insculptadas*”, dando a conhecer a estela de Abela (Santiago do

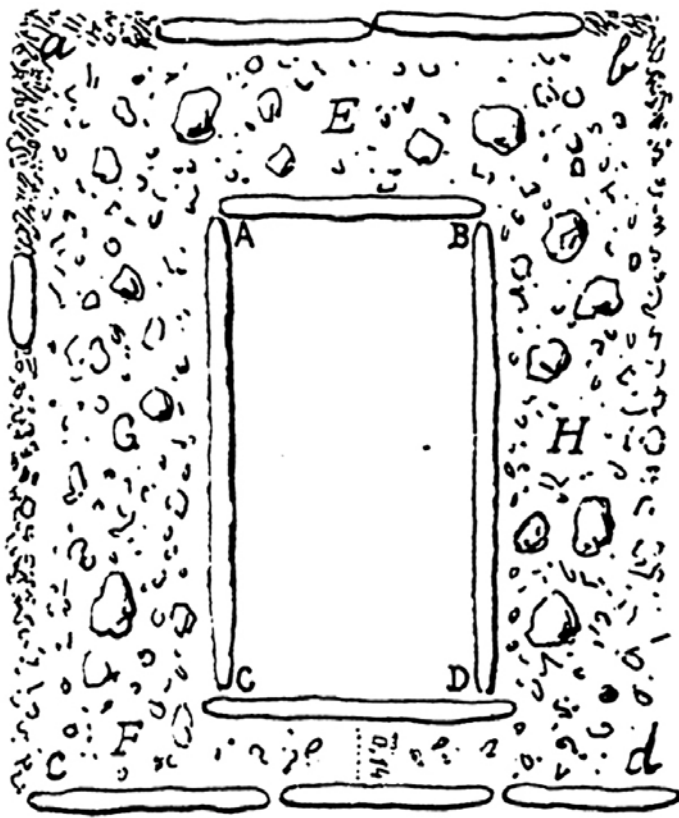


Fig. 5 - Sepultura de tipo cista integrada em recinto tumular de planta rectangular, escavada em Panóias (Ourique) por Leite de Vasconcelos (1908, Fig. 10).



Fig. 6 - Lápide insculturada da Defesa (Santiago do Cacém) publicada pela primeira vez por Leite de Vasconcelos (1908).

Cacém). Pedro Bosch Gimpera (1932), com base nos trabalhos publicados por Estácio da Veiga e Leite de Vasconcelos, considera os vestígios da Idade do Bronze do sul de Portugal o resultado da expansão da cultura de El Argar. Os trabalhos de Estácio da Veiga e José Leite de Vasconcelos são também citados, em 1924, por Déchelette, no volume II do seu *Manuel d'archéologie préhistorique, celtique et gallo-romaine* (p. 488 e 490).

Nos anos 40 do século XX, Abel Viana reinicia os estudos sobre as necrópoles de cistas do sul do país. Acompanhado por outros investigadores (Nunes Ribeiro, José Formosinho, Octávio da Veiga Ferreira, Afonso do Paço) procede a numerosas escavações, rapidamente publicadas. Tais contribuições irão confirmar e aprofundar as observações dos seus antecessores antecessores (Figs. 7-10).

A metodologia das intervenções de campo, talvez por falta de meios, continua a limitar-se à escavação do interior das sepulturas; as áreas envolventes, e as prováveis estruturas tumulares de enquadramento não são objecto do inquérito arqueológico.

Este conjunto de autores, ao longo de um período que termina na década de 1960, integram as manifestações da cultura material da Idade do Bronze do Alentejo e Algarve no “Bronze Argárico”. Aceitando a proposição de Pedro Bosh Gimpera, consideraram que a Cultura Argárica do Sudeste havia irradiado a sua influência por uma vasta envolvente, tendo atingido, nomeadamente, o Algarve e Alentejo. (PAÇO, RIBEIRO & FRANCO, 1965, p. 151). Deste modo, são comuns títulos de publicações como “Necrópoles argáricas de Santa Vitória” (1957) ou “Subsídios para o estudo da cultura argárica no Alentejo”, saído em 1965, data surpreendente, pois

trata-se do ano da publicação, por Nunes Ribeiro, do *Bronze Meridional Português*, e, por H. Schubart, do estudo monográfico da Atalaia, em português.

Reconhece-se, porém, que embora a sepultura de tipo cista seja “[...] *claramente de tipo argárico* [...]”, a cerâmica “[...] *não descende senão de padrões de El-Argar.*” (VIANA & RIBEIRO, 1956, p. 60).

No que respeita ao ritual funerário há alguns aspectos que são agora melhor caracterizados face ao aumento da base de dados empíricos:

i) O carácter individual da sepultura e a deposição do inumado em posição contraída são consensualmente aceites;

ii) A explicação para os enterramentos múltiplos a propósito de uma cista de Ulmo que continha quatro esqueletos de adultos recorreu a uma sequência temporal, na qual cada depósito funerário se distanciava do anterior pelo período necessário à decomposição das partes moles de cada corpo (VIANA & RIBEIRO, 1956, p. 53). De forma implícita, esta proposta pressupõe a existência de um qualquer

vínculo entre os indivíduos sequencialmente tumulados, muito provavelmente de carácter familiar, como já anteriormente havia sido sugerido por Estácio da Veiga (1891, p. 118);

iii) A cista era, por vezes, utilizada como “ossário”. – Na escavação da necrópole de Alcaria (Monchique), surgiu uma cista contendo ossos humanos sem qualquer conexão anatómica, em que os ossos longos ocupavam o centro da sepultura e um crânio havia sido colocado separadamente no interior de pequeno compartimento construído em um dos cantos do topo norte da cista (Figs. 7 e 10). Trata-se de “[...] *caixa rectangular, inclusa na cista, formada por duas pequenas lajes postas à maneira de anteparo. Verifica-se, portanto, estarmos em presença de um ossário.*” (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953, p. 130).

Em suma, o ritual funerário de inumação individual, denominador comum a este período no sul de Portugal, desdobra-se em um muito diverso conjunto de práticas funerárias.

Até meados do século XX, as questões colocadas face aos vestígios arqueológicos relacionam-se com a origem, a periodização e as nomenclaturas.

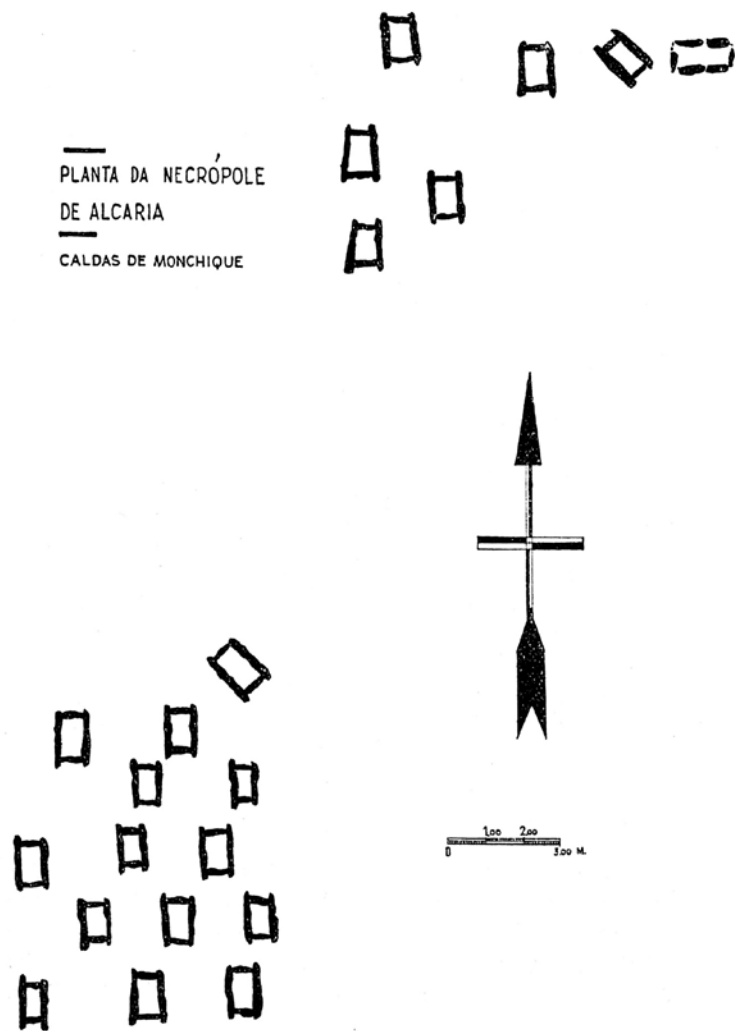


Fig. 7 – Planta da necrópole de Alcaria, escavada por José Formosinho, Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana nas Caldas de Monchique (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953, Fig. 44).

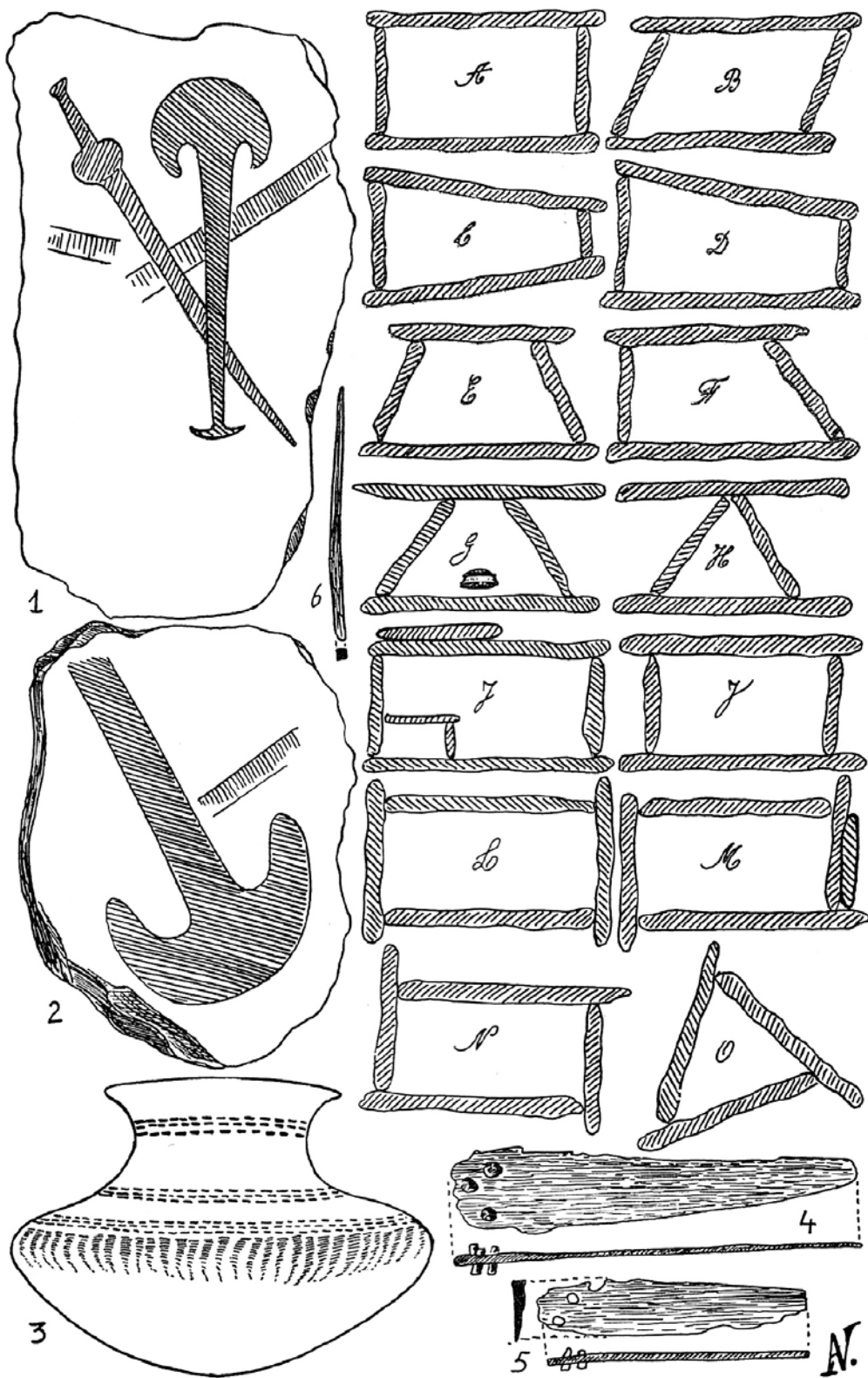


Fig. 8 - Estelas insculturadas, recipiente cerâmico, punhais e punção de cobre e sepulturas de tipo cista do Bronze pleno alentejano, segundo Abel Viana e Nunes Ribeiro (1956, Fig. 75).

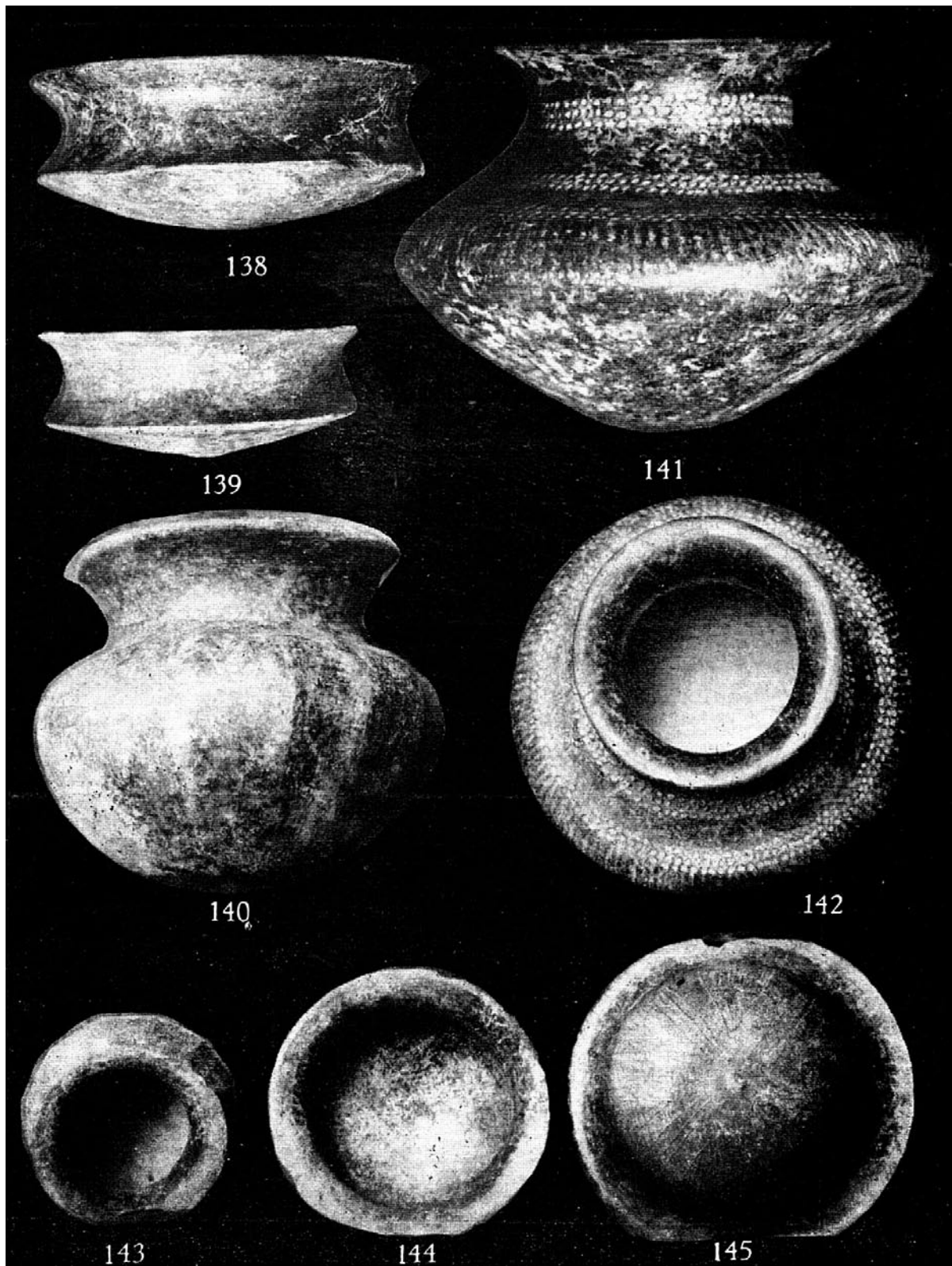


Fig. 9 - Recipientes provenientes de necrópoles de cistas de Santa Vitória e Odivelas (?) fotografados por Abel Viana e Nunes Ribeiro (1956) e considerados por estes autores como "vasos de tipo argárico".

3 - NECRÓPOLE DE ATALAIA

Em 1959, Abel Viana descobre e inicia escavações na necrópole da Idade do Bronze de Atalaia (Ourique). Estes trabalhos prolongam-se pelo ano seguinte; incidem sobre os monumentos 2, 7 e 8 (respectivamente I, II e III de Schubart); são efectuados em área, pondo a descoberto numerosas sepulturas (cistas e fossas) integradas em recintos tumulares de planta circular que confinam entre si e se desenvolvem a partir de um *tumulus* central.

A planta dos *tumuli* induz Abel Viana a situá-la na tradição dos monumentos de falsa cúpula do “Eneolítico” regional (VIANA, 1959, p. 94-96); atribui as necrópoles de Atalaia e Monchique a fase mais antiga que as de Santa Vitória, estando estas últimas, segundo o mesmo autor, provavelmente na transição para a Idade do Ferro (VIANA, 1959, p. 36, nota 9).

Em 1962, A. Viana convida H. Schubart a prosseguir as escavações na Atalaia (ver CARDOSO, 2001-2002, p. 559-575; CARDOSO, 2008, p. 539; SCHUBART, 2008, p. 144).

Durante este ano inicia-se nova campanha, que se prolongará por 1963, agora sob a direcção de Hermanfrid Schubart, mas com o apoio logístico de Abel Viana.

No total, foram escavados, exaustivamente registados e publicados sete monumentos que integravam 100 *tumuli* e 151 sepulturas.

Schubart data Atalaia da Idade do Bronze. A data radiocarbónica obtida para o enterramento 7 do monumento IV: 790 ± 120 (KN-201), viria a ser corrigida (SCHUBART, 1975, p. 170): KN-1201, 2770 ± 50 BP (990-850 cal BC, 1σ) apoiando, de alguma forma, a cronologia proposta. Os inícios da necrópole remontariam a meados do segundo milénio a.C.; estaria, como A. Viana já havia defendido, na tradição de monumentos funerários “eneolíticos”: “[...] os muros que delimitam os recintos tumulares lembram a construção das tholoi alentejanas precedentes.” (SCHUBART, 1965, p. 86). O seu final seria anterior a 800 a.C., pois estavam ausentes materiais atribuíveis à fase mais tardia da Idade do Bronze ou aos inícios da Idade do Ferro (SCHUBART, 1965, p. 84). Este autor ensaia uma tentativa de “estratigrafia horizontal”, utilizando as sequências construtivas das estruturas tumulares. Deste modo, chegou à cronologia relativa de algumas formas cerâmicas.

A escavação em área da necrópole de Atalaia inaugura um novo capítulo na história da investigação sobre a Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular, pois, ao permitir o conhecimento das arquitecturas de

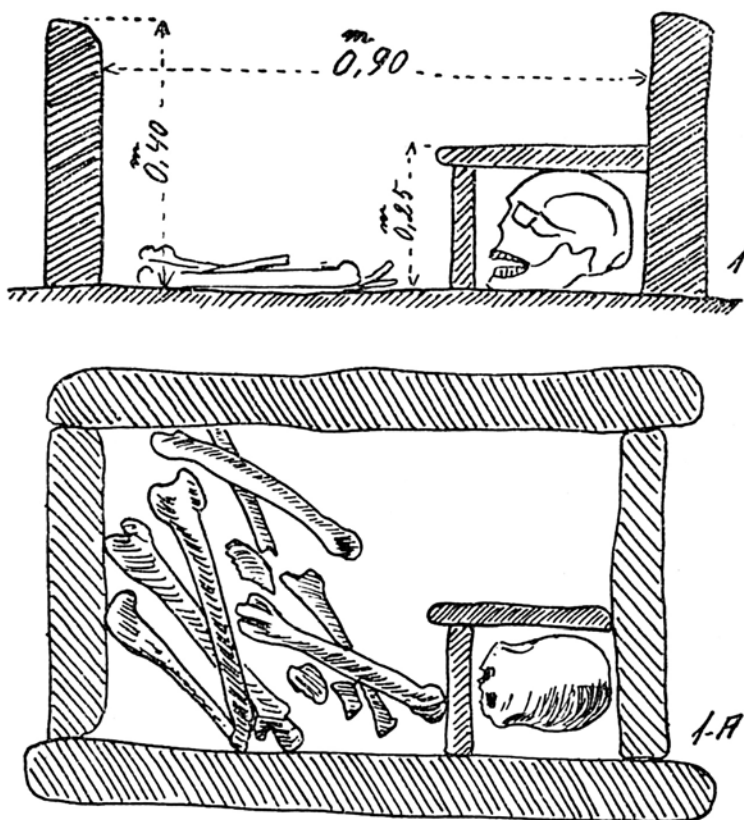


Fig. 10 – Cista da necrópole de Alcaria (Monchique) contendo ossos longos sem qualquer conexão anatómica, separados de crânio introduzido em “caixa” formada por pequenas lajes (segundo FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953, Fig. 49).

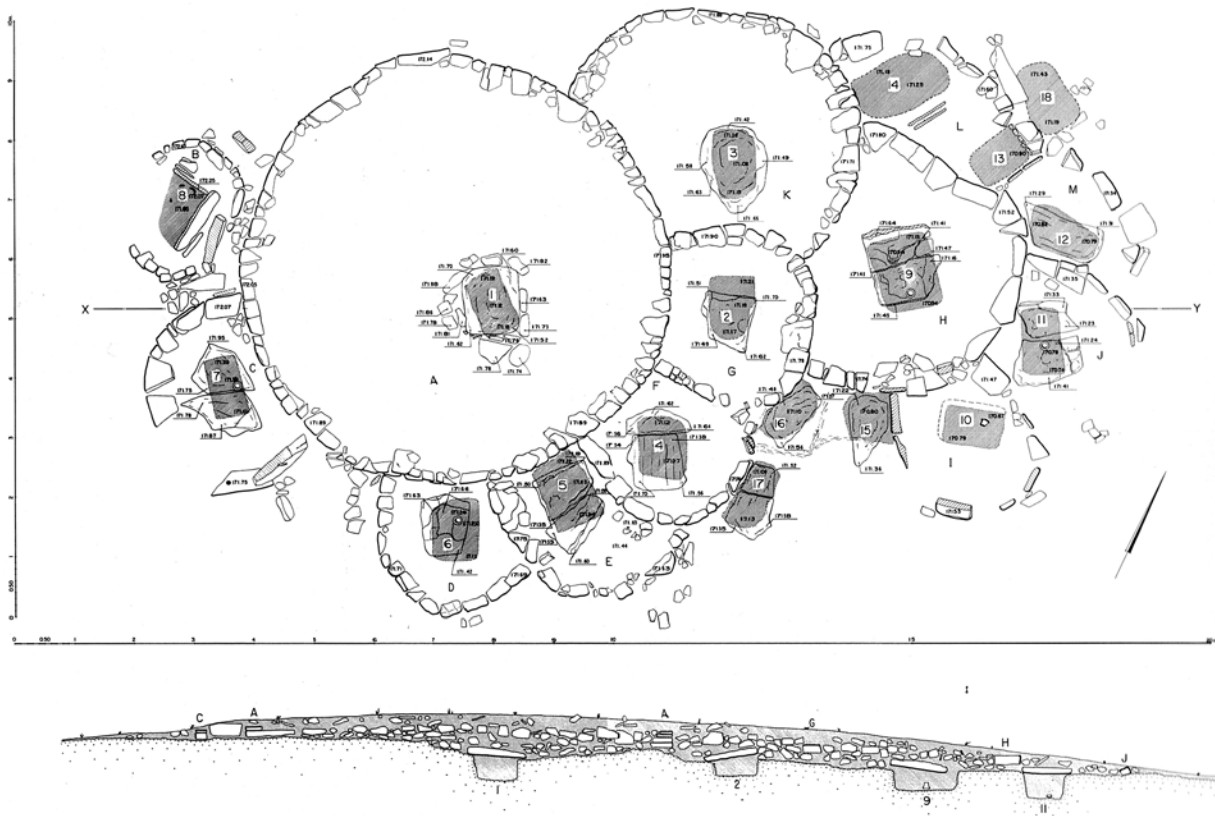


Fig. 11 – Atalaia. Planta do Monumento IV. Segundo Schubart, 1975, Beil. 7).

enquadramento das sepulturas propriamente ditas (Fig. 11), iria fornecer importantes bases para abordagens de carácter social.

Perante a não identificação de vestígios de povoado correspondente à necrópole de Atalaia, H. Schubart admite tratar-se de uma população semi-nómada dedicada à pastorícia. Sugere que a necrópole possa ter constituído o centro de agregação de uma população dispersa (SCHUBART, 1965, p. 88), que aí se reunia para depositar e/ou celebrar os seus mortos. O desempenho de tão relevante papel de coesão social bem justificaria o esforço construtivo investido neste cemitério, que ainda hoje, mau grado a intensa erosão a que tem estado submetido, não nos pode deixar de impressionar.

4 – EMERGÊNCIA DO PARADIGMA “CULTURA DO BRONZE DO SUDOESTE”

Em 1965, Nunes Ribeiro publica o livro intitulado *O Bronze Meridional Português*, onde trata do Bronze pleno na área compreendida entre os rios Tejo e o Guadiana. Aí conclui que “[...] o povo que [durante esse período] viveu no sul de Portugal possuía uma cultura própria.” (RIBEIRO, 1965, p. 31). Sobre as relações com a cultura de El Argar afirma: “[...] seria esta Cultura Meridional Portuguesa influenciada pela Cultura Argárica? É possível que o fosse no início como a forma de inumação e a tendência carenada da cerâmica parecem indicar. Mas os povos do sul de Portugal foram muito além da Cultura Argárica, aperfeiçoando-a e ultrapassando-a, até constituírem uma entidade de nível cultural superior [...]”, afirmação alicerçada na atribuição das lápides com escrita do sudoeste ao designado Bronze Meridional Português (RIBEIRO, 1965, p. 31).

No mesmo ano, M. Tarradell, ao estabelecer os limites geográficos da cultura de El Argar, encara o “Bronze Português” como uma cultura independente (TARRADELL, 1965).

Ainda em 1965, H. Schubart, ao publicar os resultados das escavações na necrópole de Atalaia, chega a conclusões semelhantes às de Nunes Ribeiro: “*Pelos seus recipientes de carena e punhais rebitados, tal como pelas suas cistas e fossas com enterramento individual, Atalaia revela um parentesco estreito com a cultura de El Argar, que a acompanha pelo menos parcialmente, mesmo se El Argar parece começar mais cedo e Atalaia acabar mais tarde. O carácter cultural é de todas as maneiras muito diferente, tão diferente que Atalaia e o Sul de Portugal não podem ser considerados pertencentes ao terreno de El Argar.*” (SCHUBART, 1965, p. 86).

M. Almagro Basch, ao estudar as “*estelas decoradas*” do Sudoeste Peninsular, do Bronze pleno, sugere que a “cultura” que lhes corresponde “[...] *é sincrónica da de El Argar, pero diferente de ella.*” (ALMAGRO BASCH, 1966, p. 210). Contudo, relativamente à origem daquela “cultura”, parece aceitar uma migração inicial proveniente do Sudeste.

Schubart não só salienta o carácter independente da primeira, como nega qualquer migração de origem argárica, defendendo, sim, um processo de relações comerciais e culturais entre o Sudeste e o Sudoeste. Designa então este horizonte cultural por “Bronze do Sudoeste” (SCHUBART, 1974 a, p. 356) na falta de um sítio arqueológico suficientemente abrangente que pudesse dar o seu nome a essa realidade arqueológica: “[...] *tampoco hay ningún yacimiento que caracterice bien todas las facetas de esta cultura – ni siquiera Atalaia – para que le pudiera dar el nombre, como lo hace El Argar para el bronce del sudeste.*” (SCHUBART, 1974 a, p. 356). Por outro lado, uma vez que as respectivas evidências arqueológicas ultrapassam geograficamente o sul de Portugal (distritos de Faro e Beja, zona sul do distrito de Setúbal e sul do distrito de Évora), estendendo-se pela Andaluzia Ocidental (provincia de Huelva) e Extremadura (provincia de Badajoz), a designação proposta encontra plena justificação.

Na ausência de estratigrafias e de seqüências de datas radiocarbónicas, contando somente com evidências de natureza sepulcral, H. Schubart, ao procurar estabelecer a sua periodização (SCHUBART, 1975, p. 164), considera a existência de um Horizonte de transição (H. de Ferradeira) entre a Idade do Cobre e o Bronze do Sudoeste, de 2000-1800 a 1500 a.C., parcialmente contemporâneo de El Argar A(D). O Bronze do Sudoeste (que corresponde ao que hoje designamos por Bronze médio ou pleno do Sudoeste) é dividido em duas subfases, com base na análise tipológica dos recipientes cerâmicos, artefactos metálicos e “*estelas alentejanas*”. H. Schubart tratou de forma seriada e construiu um quadro de presenças e ausências para os principais tipos de recipientes cerâmicos então registados (1974 b, Fig. 9; 1975, Fig. 27) (Figs. 12 a 14). O Bronze do Sudoeste I era caracterizado sobretudo pela presença de cerâmica lisa, nas formas da taça de tipo Atalaia, copo de carena baixa e corpo troncocónico, em alguns casos provido de pequena asa, e por recipientes piriformes; ter-se-ia iniciado em 1500 a.C., sucedendo-se ao Horizonte de Ferradeira e dando lugar ao Bronze do Sudoeste II em cerca de 1100 a.C.

O quadro tipológico do Bronze do Sudoeste II é muito distinto: “[...] *los vasos com nervios verticales, las botellas, los vasos de Odivelas, los cuencos de Santa Vitória, juntamente con las losas decoradas de tipo alentejano corresponden todos a la fase II del Bronce del sudoeste.*” (SCHUBART, 1974 a, p. 362).

O limite cronológico inferior da cultura do Bronze do Sudoeste (Fig. 16) é fixado pela instalação da colonização fenícia (1974 a, Fig. 13), em termos de subcontemporaneidade, que o autor resolve com a proposta de um patamar em 900 a.C. para a região de Huelva e um outro, mais tardio, em 700 a.C., para o Alentejo. O Bronze final, muito pouco conhecido à data da elaboração deste modelo de periodização, não foi individualizado, confundindo-se claramente com a fase II do Bronze do Sudoeste (onde são integradas

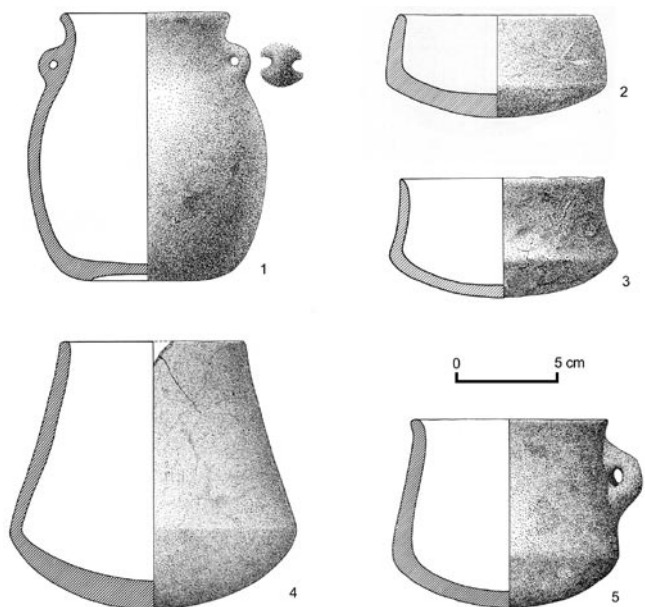


Fig. 12 – Recipientes cerâmicos tipologicamente atribuídos por Schubart à Fase I do Bronze do Sudoeste, provenientes das necrópoles do Hospital (Alcácer do Sal), n.º 1; Atalaia (Ourique), n.ºs 2 e 3; Reguengos de Monsaraz, n.º 4; e Folha das Palmeiras (Mourão, n.º 5). A partir de Schubart, 1975.

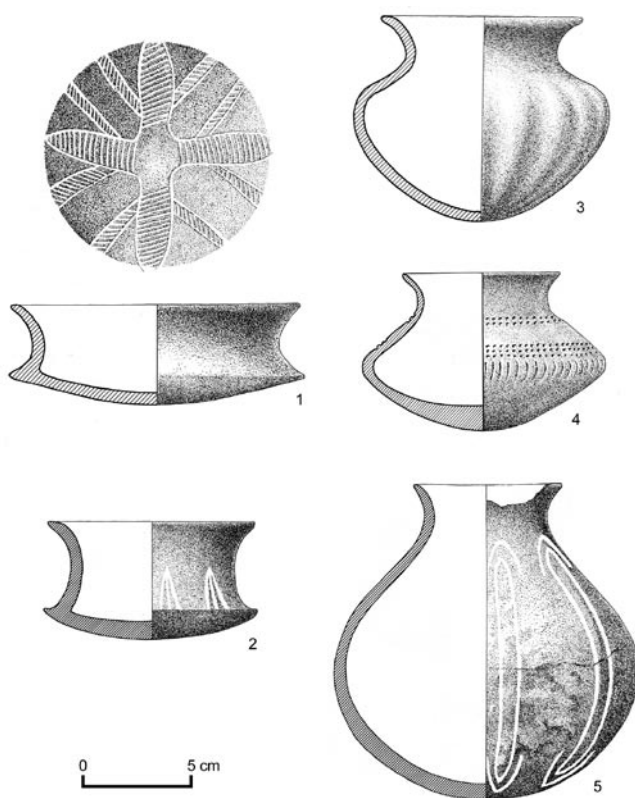


Fig. 13 – Recipientes cerâmicos tipologicamente atribuídos por Schubart à Fase II do Bronze do Sudoeste, provenientes das necrópoles de Santa Vitória (Beja), n.ºs 1 e 4; Odivelas (Beja), n.º 2; Mós (Beja), n.º 3; Cata (Beja), n.º 5. A partir de Schubart, 1975.

cerâmicas com decoração brunida), que na formulação de H. Schubart é coeva de um Bronze pós-argárico, referido às cistas de incineração de tipo Querénima (1975, Fig. 25).

Como já referimos anteriormente, a primeira tentativa do estabelecimento de uma periodização para o Bronze pleno do Sul de Portugal deve-se a Abel Viana quando, em 1959, diferencia cronologicamente as necrópoles de cistas de Monchique-Atalaia das de Santa Vitória, considerando as primeiras mais antigas e as segundas, da transição para a Idade do Ferro (VIANA, 1959, p. 36, nota 9).

Também M. Almagro (1966, p. 210-211) defende a existência de duas fases para o Bronze do sul de Portugal: a mais antiga não possuiria estelas e estaria representada pela necrópole de Atalaia cuja utilização poderia chegar a 1000 a.C.; a mais recente, com “*estelas alentejanas*” e necrópoles de tipo Santa Vitória, estaria compreendida entre 1000 a.C. e o século VIII a.C.

Na formulação proposta por H. Schubart para a génese da cultura do Bronze do Sudoeste há a conjugação de uma perspectiva evolucionista articulada com uma componente de interacção de carácter regional e supra-regional referida à bacia do Mediterrâneo. Assim, por um lado, a realidade arqueológica percebida na necrópole de Atalaia estaria na tradição dos enterramentos colectivos do Neolítico e Calcolítico como foi sugerido pelo facto das sepulturas, embora individuais, se organizarem em grupos bem definidos; estas observações levaram H. Schubart a concluir: “*Así, pues, al lado de formas nuevas están también*













												
Baralha (21)												
Alcaria do Pocinho (55)												
Atalaia (59)												
Monte do Outeiro (81)												
Folha da Amendoeira (91)												
Hospital (106)												
Reguengos (112)												
Folha das Palmeiras (113)												
Monte da Ribeira (114)												
Becerrero (123a)												
Castañuelo (125)												
Poio (24)												
Vidigal (27)												
Montinho (84)												
Bensafrim (7)												
Medarra (71)												
Cata (76)												
Môs (85)												
Santa Vitória (87)												
Odivelas (92)												
Farrobo (93a)												
Perdi (109)												

Fig. 14 – Distribuição de tipos de recipientes cerâmicos pelas Fases I e II do Bronze do Sudoeste. Segundo Schubart, 1974 b, Fig. 9.

antigas tradiciones vivas. Juntas ambas forman el panorama cultural del Bronce en el suroeste de la Península Ibérica.” (SCHUBART, 1974 a, p. 370). Por outro lado, o mesmo autor assinala indícios de influências exógenas pré-coloniais, nomeadamente no que concerne aos “*vasos com nervuras*”, que poderiam ter sido inspirados em modelos metálicos da Etrúria, e às “*garrafas*” decoradas por sulcos arqueados, com paralelos nas garrafas de prata do tesouro de Vilhena (SCHUBART, 1974 b).

A economia destas populações, continuando a seguir H. Schubart, assentaria sobretudo na agricultura e na criação de gado (não obstante se desconhecem à época os locais de habitação). Tratar-se-ia de populações semi-nómadas, mas que encontrariam na exploração de recursos mineiros uma outra base da sua economia, possibilitada pela riqueza em jazidas de cobre do Sudoeste.

No que se refere à organização social, partindo somente das evidências de natureza funerária, H. Schubart salienta, por um lado, o carácter individual das sepulturas e, por outro, a existência de sepulturas ricas e pobres, o que reflecte a diferenciação social; relativamente ao Bronze do Sudoeste I, H. Schubart atende especialmente à organização espacial e arquitectónica da necrópole de Atalaia, onde “[...] *en los túmulos centrales y en los más grandes sin duda fueron enterradas importantes personalidades o jefes de tribu [...]*”, aspecto que é reforçado “[...] *por los ajuares de las tumbas centrales en relación con las otras.*” (SCHUBART, 1974 a, p. 369); ao considerar o Bronze do Sudoeste II, socorre-se das “*estelas alentejanas*” como indicadores de diferenciação social: “[...] *todas las tumbas en las que se encuentra una losa con la representación de un armamento completo se pueden atribuir a un guerrero con toda seguridad, posiblemente a un jefe de tribu o a un antecesor de los ‘reguli’, como se conocen en la época siguiente del Hierro en el sur de la Península Ibérica.*” (SCHUBART, 1974 a, p. 370).

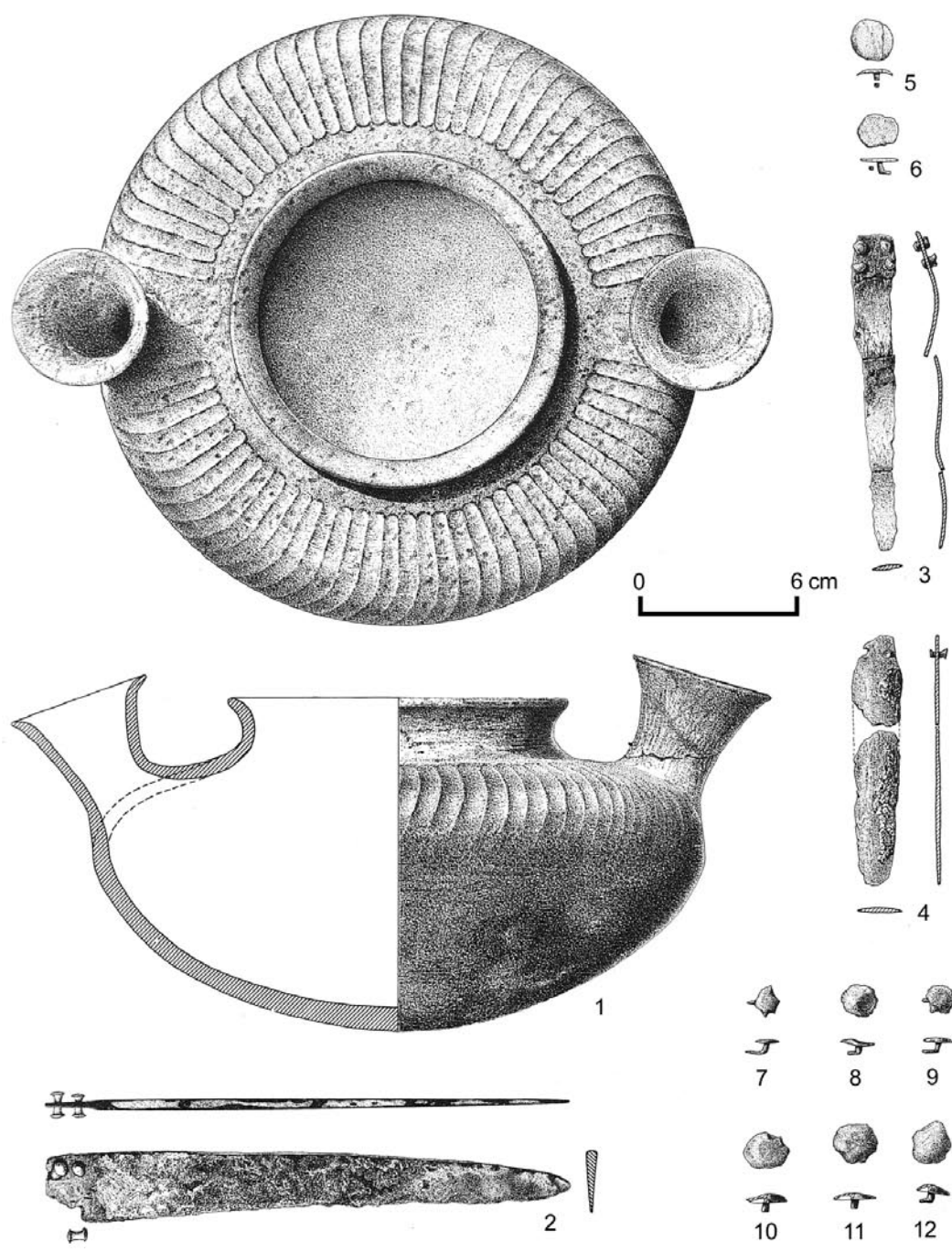


Fig. 15 – Espólio da sepultura de Belmeque (Serpa). Segundo Schubart, 1975, Tafel 59.

A publicação de *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel*, em 1975, funda e desenvolve o conceito de Cultura do Bronze do Sudoeste; fá-lo a partir da reunião da informação sobre essa “cultura” obtida pelos investigadores que o precederam, e à qual acrescenta os resultados da escavação na necrópole de Atalaia. Esta obra representa, sem dúvida, um salto qualitativo no desenvolvimento do conhecimento para a Idade do Bronze no Sudoeste.

5 – VOLTAR AO CAMPO COM NOVAS PERSPECTIVAS

Nos últimos quarenta anos, novas contribuições se foram acumulando, criando anomalias diversas ao resistente modelo teórico atrás referido. Para o lento mas inexorável processo da sua desconstrução, contribuíram o enorme crescimento da base empírica e o seu reordenamento, bem como novas perspectivas teóricas de inquérito às realidades arqueológicas. As nossas preocupações não respeitam agora à periodização, que supostamente está desenhada nos seus traços gerais. Em 1995, muito embora com notória escassez de datações radiométricas, tinha-se atingido algum consenso em relação à cronologia da Idade do Bronze no Sudoeste ibérico (GOMES, 1995; PARREIRA, 1995; SOARES & SILVA, 1995, 1998), com uma fase antiga entre 2200-2100 e 1800 a.C., uma fase média de 1800 a 1200 a.C. e uma fase tardia de 1200 a 800-700 a.C. Recentemente, com base em um extenso registo de dados cronológicos tratados estatisticamente (MATALOTO, MARTINS & SOARES, 2013), foi proposto para a fase média, que aqui nos interessa, o intervalo de 2070-1930 BC a 1170-1050 BC. A cronologia e a periodização das Fase I e II do Bronze do Sudoeste propostas por H. Schubart estão ausentes deste estudo. Esta subdivisão do Bronze médio tem sido, aliás, objecto de críticas e revisões (BARCELÓ, 1991; CARDOSO, 2002; PARREIRA, 1995; SOARES, 1993 e 2000). Porém, alguns autores (SOARES & SILVA, 2016) continuam a encontrar virtudes na subdivisão do Bronze médio do Sudoeste em duas fases, cujos limites cronológicos deverão continuar a ser procurados.

Aspectos que se prendem com os rituais e arquitecturas funerárias, povoados, redes de povoamento, actividades agro-pecuárias, metalurgia e estruturas ideológicas sofreram importantes avanços que permitem novas abordagens de carácter económico, social e político ao território do Sudoeste ibérico durante o Bronze médio, e que sumariamente aqui se enunciam:

1) Escavação em extensão das necrópoles, revelando na costa sudoeste um padrão arquitectónico e ritual com forte implantação. Necrópoles polinucleadas, arquitectonicamente hierarquizadas, revelando diferenciação intra-social, expressa na posição das sepulturas no núcleo sepulcral e nas dimensões dos respectivos recintos tumulares, bem como no espólio que acompanhava as inumações. Mostram um padrão arquitectónico comum: monumentos funerários próximos, estruturados por recintos tumulares confinantes de planta rectangular (limitados por fiadas de pequenos esteios de contenção do *tumulus*) no interior dos quais se encontrava a sepultura. Na sua proximidade imediata, localizavam-se os povoados, abertos, de cabanas construídas em materiais perecíveis. No Alentejo Litoral, este tipo de necrópole foi identificado na Provença (SANTOS, SOARES & SILVA, 1974 e 1975; SILVA & SOARES, 1981), Pessegueiro (SILVA & SOARES, 1979, 1981 e 2009), e Quitéria (SILVA & SOARES, 1981), e no Algarve ocidental, observou-se em Alfarrobeira (GOMES, 1994), Corte Cabreira e Vale da Telha (GOMES, 2015).

Contrastando com este padrão arquitectónico, surgem necrópoles de cistas onde estão ausentes vestígios de recintos tumulares (AMO, 1975; CARDOSO & GRADIM, 2011; GOMES et al., 1986; SOARES, 2000), ausência que, por agora, desconhecemos se corresponde ao plano original das necrópoles ou se resultou de fenómenos erosivos.

2) Em La Traviesa (Serra Morena), 28 das 29 sepulturas (de tipo cista) identificadas, sem recintos tumulares, dispunham-se em semicírculo em torno de um sepulcro que além de apresentar dimensões excepcionais e ocupar o local de cota mais elevada, era o único provido de uma potente estrutura tumular (sep. 5), o que levou o seu escavador a supor que nele havia sido inumado um indivíduo de destacada importância social, proposta igualmente sustentada pelo espólio funerário, constituído por dois recipientes cerâmicos e uma alabarda em bronze (GARCÍA SANJUAN, ed., 1998, p. 124). Situação análoga, observou-se na necrópole do Talho do Chaparrinho (Serpa), em uma cista protegida por *cairn* com 8m de diâmetro (SOARES, 1993).

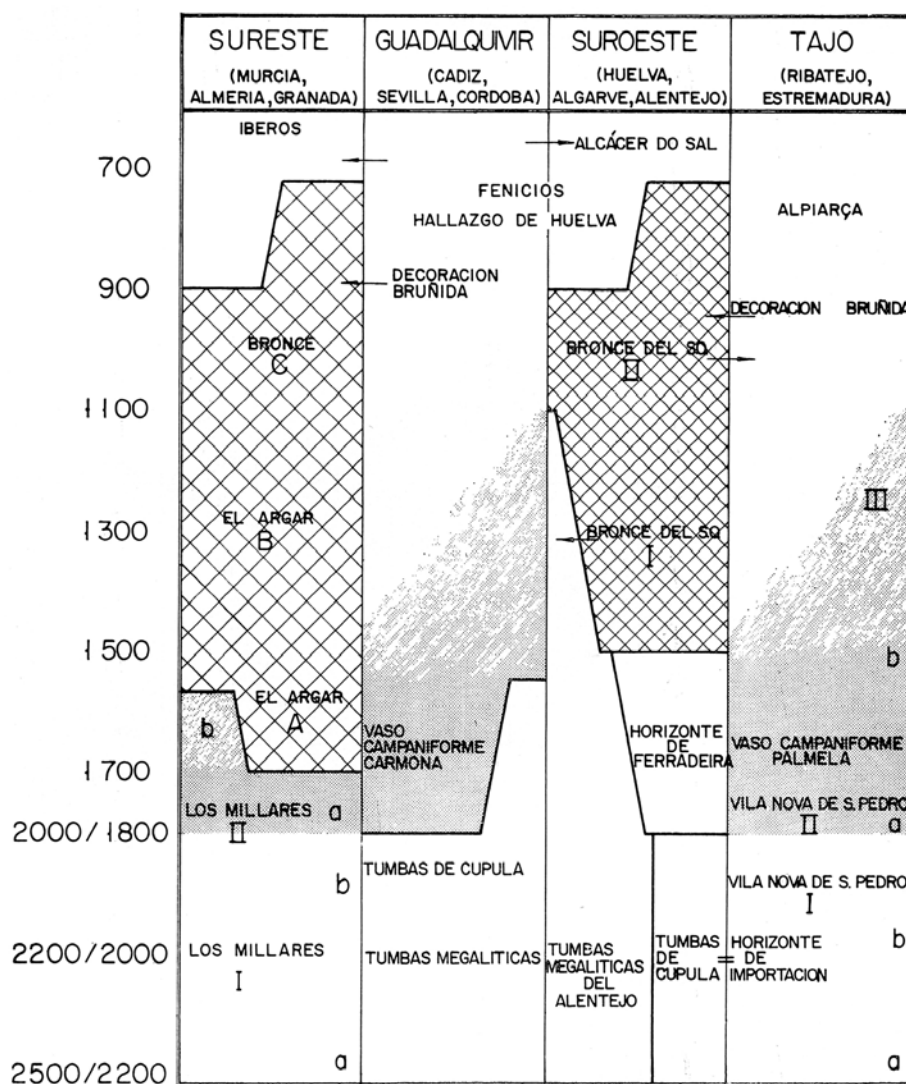


Fig. 16 – Quadro cronológico proposto por Schubart (1974 a, Fig. 13).

3) A necrópole de Las Minitas (Badajoz), também desprovida de recintos tumulares, graças à conservação do espólio bio-anropológico permitiu acrescentar informação relevante sobre o ritual funerário e organização social, muito embora estas deduções devam ser lidas como tendenciais: perfil demográfico de uma população civil sedentária, muito provavelmente organizada em famílias nucleares, com prática de monogamia; tanto os homens como as mulheres foram sujeitos a marchas prolongadas; nem todos os inumados eram acompanhados de espólio; a diferenciação de género foi observada; os recipientes cerâmicos de colo estrangulado, decorados por nervuras, imitando protótipos metálicos, associavam-se a varões, adultos e senis e os punções de cobre, a mulheres (PAVÓN SOLDEVILA, 2008).

4) Na região de Beja-Serpa descobriram-se e escavaram-se numerosos hipogeus, tipologia que até 1975 apenas era conhecida no caso de Belmeque (Fig. 15). O exemplo mais paradigmático desta arquitectura sepulcral em negativo é o da Torre Velha 3, com 25 monumentos identificados (ALVES *et al.*, 2010).

5) No domínio do ritual funerário, as práticas de comensalidade, que haviam sido apenas notadas em Belmeque, foram colocadas em evidência, muito particularmente no caso dos hipogeus de Torre Velha 3 (PORFÍRIO & SERRA, 2016).

6) Os povoados, desconhecidos na época em que H. Schubart elaborou o seu modelo, começaram, por fim, a ser descobertos quer em áreas abertas e aplanadas, como os da costa sudoeste, do Pessegueiro, Provença, Quitéria (SILVA & SOARES, 1979 e 1981), Corte Cabreira e Vale da Telha (GOMES, 2015), quer em locais de altura, estrategicamente situados e possuindo estruturas pétreas de grande envergadura, como Castillo de Alange (PAVÓN & DUQUE ESPINO, 2014) ou Trastejón (GARCÍA SANJUAN, ed., 1998).

7) O estudo da paleometalurgia desenvolveu-se consideravelmente e de modo sistemático graças sobretudo aos trabalhos levados a efeito pela equipa do Campus Tecnológico e Nuclear do Instituto Superior Técnico (VALÉRIO *et al.*, 2014). À metalurgia da prata, uma das inovações da tecnologia metalúrgica do Bronze Médio, particularmente reservada aos contextos funerários (HUNT ORTIZ, 2003), e às ligas de cobre arsenical, juntaram-se os primeiros artefactos em bronze com elevado conteúdo de estanho (c. 10wt%), provenientes de sepulturas da região de Serpa (VALÉRIO *et al.*, 2014). Datas radiocarbónicas associadas aos artefactos em bronze de Torre Velha 3 permitem balizar a divulgação dessa liga na região entre cerca de 1700 e 1400 cal BC. Na Andaluzia Ocidental, a metalurgia do bronze parece ser praticamente síncrona da de El Argar, em 1800 cal BC (ARANDA, 2015, p. 131). Na necrópole de Carmona, um punção em bronze binário foi datado no intervalo de 1878 a 1663 cal BC a 2σ (BELÉN *et al.*, 2015, p. 173). As datas obtidas para a divulgação do bronze não podem ser generalizadas para todo o Sudoeste. No entanto, o ritmo de circulação da nova liga metálica deve ter sido rápido e a sua distribuição, geograficamente desigual.

8) As chamadas “estelas alentejanas” têm sido objecto de reanálise. Mário Varela Gomes, além de proceder ao estudo crono-estilístico da iconografia nelas identificada, põe em causa a sua utilização como tampas de sepulturas e defende que teriam sido utilizadas como estelas; baseia-se, entre outras evidências, no facto de ter encontrado, quando da escavação da necrópole de Alfarrobeira (Silves), um desses monólitos insculturados erguido junto do topo de uma das sepulturas (GOMES, 2006, p. 53). O artefacto mais emblemático desta nova organização social pode ser interpretado como expressão de nova estrutura de poder político com evidente componente coerciva.

A distribuição geográfica das estelas de tipo alentejano dá-nos conta de um núcleo de grande densidade, localizado na região de Beja (Santa Vitória), facto que associado à superior qualidade da cultura material recuperada nas necrópoles aponta para a provável existência um centro de poder regional, superiormente diferenciado.

6 – QUE MODELOS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL?

H. Schubart havia defendido para o Bronze do Sudoeste uma diferenciação social cujos registos se confinavam, por um lado, à existência de espólios funerários ricos e pobres, à presença ou ausência de “estelas alentejanas” e à organização interna dos monumentos da Atalaia onde era patente um sistema claramente hierarquizado. Os autores que o procederam defenderam, de um modo geral, este modelo de forma mais desenvolvida, acentuando o aumento da diferenciação e hierarquização sociais e a concentração de poder (GARCÍA SANJUAN ed., 1998 e 1999; GOMES, 1994, 2006 e 2015; PAVÓN, 2002-2003 e 2008; ODRIOZOLA *et al.*, 2016; PAVÓN & DUQUE ESPINO, 2014; SOARES & SILVA, 1995, 1998, 2016; SILVA & SOARES, 2009).

O seu aprofundamento foi possibilitado pela identificação e escavação dos primeiros povoados de altura, onde se destaca o Cerro del Castillo de Alange, “*monte-isla*” de amplo domínio visual, rodeado por férteis campos de cultivo irrigados por importantes cursos de água e servido por via natural de comunicação entre o Guadiana e o Guadalquivir. A sua altitude e condições naturais de defesa integram-no em uma estratégia de povoamento fortemente hierarquizada, estruturada através de lugares centrais e de poder. De acordo com os resultados dos estudos paleobotânicos e arqueozoológicos, a economia do Bronze Médio de Alange seria basicamente agro-pecuária, com uma agricultura essencialmente cerealífera e uma pecuária assente na criação de ovinos, caprinos, bovinos e suínos; o boi poderia ter sido utilizado como força de tracção (carro e arado). A reforçar o carácter agrícola, foi escavado um grande edifício (com mais de 19,5 × 6 m), empreendimento de carácter público interpretado como celeiro, presumivelmente “*centralizado e permanente*” (PAVÓN SOLDEVILA & DUQUE ESPINO, 2014).

Em 1999 é publicada a obra *Los Orígenes de la Estratificación Social*, por Leonardo García Sanjuan onde se propõe, para o Bronze do Sudoeste, com base em exaustivo registo empírico procedente essencialmente de jazidas da Serra Morena Ocidental, um padrão de organização social caracterizado pela dissolução dos princípios de solidariedade das sociedades hierarquizadas, mas de raiz comunalista, com aumento da desigualdade, tornando possível a transição para a estratificação social, sem que a mesma tenha então ocorrido (GARCÍA SANJUAN, 1999, p. 267).

Os autores (SOARES & SILVA, 2016) têm defendido para o Bronze médio do Sudoeste Peninsular, recorrendo às vantagens explicativas da teoria dos sistemas mundiais (KRISTIANSEN, 1991), um modelo de organização social do tipo *chefaturas complexas polinucleares* ou *descentralizadas*,² integradas na periferia do estado de El Argar, o qual teria condicionado/estagnado fortemente o desenvolvimento do domínio territorial do Sudoeste durante a Fase I do Bronze médio, através de sistema de relações de tipo centro-periferia muito desfavoráveis a este território, podendo mesmo implicar disruptivas acções de destruição das suas forças produtivas (pilhagens de força de trabalho, colheitas e gado por bandos armados).

“*Com o declínio e colapso do estado argárico, ocorridos por volta de 1400 cal BC [...], durante o Bronze médio II do Sudoeste (1600-1500 – 1200 cal BC) podem ter emergido [...] chefaturas proto-estatais.*” (SOARES & SILVA, 2016, p. 373). A região de Beja, onde se localizam as mais importantes manchas de solos agrícolas do sul do actual território português, elevada densidade de estelas de tipo alentejano, uma cultura material funerária de grande qualidade, rica em metais, designadamente armas de cobre arsenical e bronze, oferece condições para nela se ter localizado um centro de poder (Grupo de Santa Vitória), cujo território se estenderia do Guadiana ao Atlântico. Durante o Bronze médio II, multiplicam-se as evidências de interações transmediterrâneas na cultura material das sociedades do Sudoeste da Península ibérica. Esta integração no mundo mediterrâneo irá, no Bronze Final, adquirir extraordinário dinamismo (VILAÇA, 2011-2012), com a expansão das redes comerciais mediterrâneas até à fachada atlântica europeia.

² O recurso ao conceito da antropologia cultural neo-evolucionista de chefatura (SERVICE, 1962) tão criticado por alguns pós-processualistas, em nosso entender, pelo seu carácter multiforme associado a poder instável e reversível no sentido seminal do termo, continua a deter virtualidades operativas quando aplicado às sociedades europeias paleo-metalúrgicas pré-estatais. O seu uso aqui não implica qualquer crença na unidirecionalidade e no progressismo social e político e muito menos na colagem mimética de realidades arqueológicas a sociedades actuais / subactuais etnograficamente registadas. O propósito dos movimentos pós-processualistas de que reconhecemos o mérito de questionar e relativizar muitas certezas processualistas, talvez não seja politicamente ingénuo quando tenta desacreditar as potencialidades de questionamento e compreensão dos mecanismos de mudança e de desigualdade social no tempo longo e na geografia alargada oferecidas pela investigação arqueológica, face à microescala da singularidade a que se dedica.

Reflectindo sobre a velha advertência de Gordon Childe (1951) para a falsa oposição entre evolução e difusão e tendo também presente a “[...] *recurrent tension in reviewing Iberian Prehistory in the last three millennia BC between interconnection and isolation*” (SCARRE, 2013), as dinâmicas de desenvolvimento interno das comunidades do Bronze médio do sudoeste ibérico e os sistemas de interação negativa e/ou positiva que foram estabelecendo com os vizinhos próximos ou interlocutores longínquos constituem um promissor campo de investigação, mormente no que aos lugares de habitação concerne, onde quase tudo está por fazer. É preciso voltar ao campo com novas perspectivas e interrogações.

REFERÊNCIAS

- AA. VV. (1986) – *Homenaje a Luis Siret (1934-1984)*. Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía.
- ALMAGRO BASCH, M. (1966) – *Las estelas decoradas del Suroeste Peninsular*. Madrid: Instituto Español de Prehistoria (CSIC).
- ALVES, C.; COSTEIRA, C.; ESTRELA, S.; PORFÍRIO, E.; SERRA, M.; SOARES, A. M. M. & MORENO-GARCÍA, M. (2010) – Hipogeos funerarios del Bronce Pleno en Torre Velha 3 (Serpa, Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 66, p. 133-153.
- ARANDA JÍMENEZ, G. (2015) – Resistencia y involución social en las comunidades de la Edad del Bronce del Sureste en la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 72: 1, p. 126-144.
- BARCELÓ, J. A. (1991) – El Bronce del Sudoeste y la cronología de las estelas alentejanas. *Arqueologia*. Porto. 21, p. 15-24.
- BELÉN DEAMOS, M.; ROMÁN RODRIGUEZ, J. M. & VÁZQUEZ PAZ, J. (2015) – *Ad Aeternum*. Enterramiento de la Edad del Bronce en Carmona (Sevilla). *ARPI*. Alcalá de Henares, 3 (extra), p. 164-179.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Ibérica*. Barcelona: Alpha.
- CARDOSO, J. L. (2001-2002) – Correspondência anotada de Abel Viana a O. da Veiga Ferreira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 415-608.
- CARDOSO, J. L. (2002) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- CARDOSO, J. L. (2008) – Correspondência seleccionada enviada a O. da Veiga Ferreira: cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995). *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 383-408 (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16).
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2011) – *Dez anos de trabalhos arqueológicos em Alcoutim. Do Neolítico ao Romano*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.
- CHILDE, V. G. (1951) – *Social evolution*. Londres: Watts & Co..
- DEL AMO Y DE LA HERA, M. (1975) – Enterramientos en cista de la provincia de Huelva. *Huelva. Prehistoria y Antigüedad*. Madrid: Editora Nacional, p. 109-182.
- FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1953) – *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique*. Porto: Imprensa Portuguesa / Instituto de Alta Cultura.
- GARCÍA SANJUÁN, L. (coord.) (1998) – *La Traviesa: ritual funerario y jerarquización social en una comunidad de la Edad del Bronce de Sierra Morena Occidental*. Sevilla: Departamento de Prehistoria y Arqueología (Universidad de Sevilla).

- GARCÍA SANJUÁN, L. (1999) – *Los orígenes de la estratificación social : patrones de desigualdad en la Edad del Bronce del suroeste de la Península Ibérica: (Sierra Morena Occidental c. 1700-1100 a.n.e. / 2100-1300 a.n.e.)*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series 823).
- GOMES, M. V. (1994) – A necrópole da Alfarrobeira (S. Bartolomeu de Messines) e a Idade do Bronze no concelho de Silves. *XELB: Revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves. 2.
- GOMES, M. V. (1995) – A Idade do Bronze no Algarve. In JORGE, Susana Oliveira, (ed.) – *A Idade do Bronze em Portugal. Discursos do Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus / Museu Nacional de Arqueologia, p. 131-134.
- GOMES, M. V. (2006) – Estelas funerárias da Idade do Bronze Médio do Sudoeste Peninsular. A iconografia do poder. *Actas do VIII Congresso Internacional de Estelas Funerárias (O Arqueólogo Português, Suplemento 3)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 47-62.
- GOMES, M. V. (2015) – *The Vale da Telha Necropolis (Aljezur) in the Context of the Southwest Iberian Bronze Age*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.a; BEIRÃO, C. M.o; MATOS, J. L.; CUNHA, A. S.; SILVA, C. T.; GIL, F. B.; GUERRA, M. F. & BARREIRA, G. (1986) – *A necrópole da Vinha do Casão (Vilamoura, Algarve) no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural.
- HELENO, M. (1933) – Tampas sepulcrais insculturadas da época do bronze. *O Archeologo Português*. Lisboa. 29, p. 186-189.
- HUNT ORTIZ, M. (2003) – *Prehistoric Mining and Metallurgy in Southwest Iberian Peninsula*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series 1188).
- KRISTIANSEN, K. (1991) – Chiefdoms, states and systems of social evolution. In EARL, T. (ed.) – *Chiefdoms, Power, Economy and Ideology*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 16-43.
- MATALOTO, R.; MARTINS, J. M. M. & SOARES, A. M. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 303-338.
- ODRIOZOLA, C.s; SOARES, J.; TAVARES DA SILVA, C. & FONSECA, P. (2016) – Iberian Southwest Middle Bronze Age. Reading social complexity in greenstone beads from the cist necropolis of Sine s. In SOARES, J. (ed.) – *Social Complexity in a Long Term Perspective (Setúbal Arqueológica, 16)*. Setúbal: MAEDS / AMRS, p. 131-152.
- PAÇO, A.; RIBEIRO, F. N. & FRANCO, G. L. (1965) – Subsídios para o estudo da cultura argárica no Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja, 22, p. 149-156.
- PARREIRA, R. (1995) – Aspectos da Idade do Bronze no Alentejo interior. In JORGE, S. O. (ed.) – *A Idade do Bronze em Portugal: discursos de poder*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 136-139.
- PAVÓN SOLDEVILA, I. (2002-2003) – Muerte em Los Barros: aproximación a la dinámica demográfica, ritual y social de una necrópolis de cistas en la Baja Extremadura. *Estudios Pré-históricos*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta. 10-11, p. 119-144.
- PAVÓN SOLDEVILA, I. (2008) – El mundo funerario de la Edad del Bronce en la Tierra de Barros: una aproximación desde la Bioarqueología de Las Minitas. *Memorias de Arqueología Extremeña, 9*. Mérida: Consejería de Cultura / Junta de Extremadura.
- PAVÓN SOLDEVILA, I. & DUQUE ESPINO, D. M. (2014) – 40 años de Bronce del Suroeste: aportaciones desde su periferia extremeña. *Revista de Estudios Extremeños*. 70 (1), p. 35-66.

- PORFÍRIO, E. & SERRA, M. (2016) – Bronze age funerary commensality in the southwest of the Iberian Peninsula. A perspective from Torre Velha 3 and other hipogea sites found in the portuguese left bank of the Guadiana River. In VILAÇA, R. & SERRA, M. (eds.) – *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades. Alimentação e comensalidades nas sociedades pré e proto-históricas*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da FLUC, p. 55-73.
- RIBEIRO, F. N. (1965) – *O Bronze Meridional Português*. Beja: Junta Distrital de Beja.
- ROCHA, A. S. (1897) – *Memórias sobre a Antiguidade*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.
- ROCHA, A. S. (1904) – Materiais para o estudo da época do cobre em Portugal. As necrópoles algarvias da Baralha e do Serro de Bartolomeu Dias. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira da Foz. 1, p. 59-63.
- SANTOS, M. F.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1974) – Necrópole da Provença (Sines). *Arqueologia e História*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 5, p. 69-102.
- SANTOS, M. F.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1975) – A Necrópole da Idade do Bronze da Provença (Sines). Notícia preliminar. *Actas del XIII Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza. p. 417-432.
- SCARRE, C. (2013) – Social stratification and the State in Prehistoric Europe. The Wider perspective. In CRUZ BERROCAL, M.; GARCÍA SANJUAN, L. & GILMAN A. (eds.) – *The Prehistory of Iberia: Debating Early Social Stratification and the State*. New York / Londres: Routledge. p. 381-405.
- SCHUBART, H. (1965) – Atalaia. Uma necrópole do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 22, p.7-136.
- SCHUBART, H. (1974 a) – La cultura del Bronce en el sudoeste peninsular. Distribución y definición. *Miscelánea Arqueológica*. Barcelona: Instituto de Prehistoria y Arqueología. 2, p. 345-370.
- SCHUBART, H. (1974 b) – Novos achados sepulcrais do Bronze do Sudoeste II. *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 65-95.
- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Sudwesten der Iberischen Halbinsel*. Berlin: Walter de Gruyter & Co.
- SCHUBART, H. (2008) – Octavio da Veiga Ferreira. *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 143-146 (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16).
- SERVICE, E. R. (1962) – *Primitive Social Organization: An Evolutionary Perspective*. New York: Random House.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1979) – O Monumento I da necrópole do “Bronze do Sudoeste” do Pessegueiro (Sines). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 5, p. 123-157.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1981) – *Pré-história da Área de Sines. Trabalhos arqueológicos de 1972-77*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2009) – Práticas funerárias no Bronze Pleno do Litoral Alentejano. O Monumento II do Pessegueiro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 389-420.
- SIRET, L. (1913) – *Questions de chronologie et d'ethnographie ibériques*. I. *De la fin du Quaternaire à la fin du Bronze*. Paris: P. Geuthner.
- SIRET, E. & SIRET, L. (1888) – *Les Ppremiers âges du métal dans le Sud-est de l'Espagne*. Anvers.
- SOARES, A. M. (1993) – O Bronze do Sudoeste na margem esquerda do Guadiana. As necrópoles do concelho de Serpa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 179-197.
- SOARES, A. M. (2000) – Necrópole do Bronze do Sudoeste dos Bugalhos (Serpa). *Vipasca*. Aljustrel. 9, p. 47-52.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1995) – O Alentejo Litoral no contexto da Idade do Bronze do Sudoeste Peninsular. In JORGE, S. O. (ed.) – *A Idade do Bronze em Portugal: Discursos de Poder*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 136-139.

- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1998) – From the collapse of the chalcolithic mode of production to the development of the Bronze Age societies in the south-west of Iberian peninsula. In JORGE, S. O. (ed.) – *Existe uma Idade do Bronze Atlântico?* (Trabalhos de Arqueologia, 10). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 231-245.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2016) – Bronze Médio do Sudoeste. Indicadores de complexidade social. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A. & VIEGAS, C. (eds.) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves. Estudos e Memórias*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 9, p. 359-384.
- TARRADELL, M. (1965) – El problema de las diversas áreas culturales de la Península Ibérica en la Edad del Bronce. In RIPOLL, E. (ed.) – *Miscelánea en Homenaje al Abate Henri Breuil (1877-1961)*. Barcelona, 2, p. 423-430.
- VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. M.; ARAÚJO, M. F.; SILVA, R. J. C.; PORFÍRIO, E. & SERRA, M. (2014) – Arsenical copper and bronze in Middle Bronze Age burial sites of Southwestern Iberia. *Journal of Archaeological Science*. 42 (1), p. 68-80.
- VASCONCELLOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1.
- VASCONCELLOS, J. L. (1906) – Estudos sobre a época do bronze em Portugal. *O Archeologo Portugues*. Lisboa. 11, p. 179-189.
- VASCONCELLOS, J. L. (1908) – Estudos sobre a época do bronze em Portugal. V. *O Archeologo Portugues*. Lisboa. 13, p. 300-313.
- VEIGA, S. P. M. E. (1891) – *Antiguidades monumentais do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 4.
- VIANA, A. (1959) – Necrópole pré-histórica da Atalaia, Aldeia de Palheiros (Ourique). *Conímbriga*. Coimbra. 1, p. 83-96.
- VIANA, A. & RIBEIRO, F. N. (1956) – Necrópoles argáricas de Santa Vitória. *Arquivo de Beja*. Beja. 13, p. 153-167.
- VILAÇA, R. (2011-2012) – Late Bronze Age: Mediterranean impacts in the Western end of the Iberian Peninsula (Actions and Reactions). In AUBET, M. E. & SUREDA, P. (coord.) – *Interacción Social y Comercio en la Antesala del Colonialismo* (Cuadernos de Arqueología Mediterránea, 21). Barcelona: Laboratorio de Arqueología de la Universidad Pompeu Fabra, p. 13-41.

LAS CABRITAS DE BRONCE DE LA DIOSA *ATAECINA*

THE BRONZE GOATS OF THE GODDESS *ATAECINA*

Martin Almagro-Gorbea*

Abstract

Study of thirty small bronze goat figurines. They appear in the southwest of Hispania, from Bajo Alentejo to Alta Extremadura, in the southern territory of the *Provincia Lusitania*. Its dispersion coincides with epigraphs dedicated to the local Celtic goddess *Ataecina*, which confirms its relationship with the cult of this divinity, raised since 1885 when F. Fita interpreted the inscriptions on two of these bronze goats found in La Zafrilla, Cáceres.

Some of them offer a style of evident quality, although the majority are works of popular artisans. Although their archaeological context is unknown, their style date them from the III century BC. until the 2nd or 3rd century AD. They testify to a popular rite practiced for more than half a millennium related to the cult of *Ataecina*, documented by more than 30 inscriptions and these 30 goat bronze figurines, which should be considered a minimum sample of the testimonies in Antiquity. Therefore, it was a very popular and widespread cult, probably originating from an ancestral Mother Goddess, perhaps of megalithic origin, practiced by the *Celtici*, the Celtic people who inhabited those territories until its Christianization.

Keywords: Bronze goat figures, Celtic religion, *Dea Ataecina*, Hellenistic bronzes, Lusitania, Roman bronzes.

1 – INTRODUCCIÓN

En 1885 el P. Fidel Fita leyó la inscripción de la cartela situada bajo una pequeña figurita broncea de cabra que había aparecido en la Dehesa de La Zafrilla (FITA, 1885, p. 430-432; Apéndice I, n° 15), en Malpartida, cerca de Cáceres (Fig. 1), lo que le permitió interpretarla como un exvoto a la *Dea Sancta Turibrigense Adaecina*, divinidad ya documentada por otros hallazgos epigráficos (*CIL* II, 71, 101, 461, 462, 605). Desde entonces, se han localizado por las tierras de la Extremadura española y del Alentejo portugués unas 30 figuritas de cabritas de bronce (Fig. 2 y Apéndice I), que se suelen interpretar como exvotos dedicados a dicha divinidad.

Algunas de estas figuras de bronce son de gran calidad, otras son de factura más o menos tosca, por lo que debe considerarse producto de artesanos populares, pero todas ellas forman un evidente conjunto, cada vez más numeroso, de representaciones de este animal distribuidas por las tierras del Suroeste de la antigua *Hispania*. El interés que ofrecen todas estas figuras, por sus características iconográficas, técnicas, rituales y culturales, nos ha movido a realizar su estudio, que permite definir un área cultural y ritual característica en el Suroeste de la antigua *Hispania*.

* Catedrático jubilado Universidad Complutense de Madrid. Académico Anticuaria de la Real Academia de la Historia.. anticuario@rah.es

La mayor parte de estos bronce proceden de las zonas meridionales de la *Provincia Lusitania*, hecho que se ha puesto acertadamente en relación con la tradición de culto a la *Dea Sancta Turibrigensis Ataecina* documentado por esas áreas, en las que habitaban y se cruzaban Túrdulos, Célticos, Vettones y Lusitanos (ALARCÃO, 2001; SALINAS DE FRÍAS, 2001, p. 191 s.; ALMAGRO-GORBEA, 2011; *Id.*, e.p.), como testimonia la epigrafía (ABASCAL, 1995; *Id.*, 2002) y como parecen confirmar algunos testimonios literarios (Front. *De contr. agr.* 37; cf. GARCÍA BELLIDO, 2001, p. 56 s.), documentos a los que se suman ahora estas cabritas de bronce.

En consecuencia, estas pequeñas figuras de cabras de bronce de bulto redondo, tan características de la Lusitania meridional, se consideran testimonio del culto a *Ataecina*, como observó el P. Fidel Fita en 1885 a propósito de la cabrita de la Dehesa de La Zafrilla y como insistía J. M. ABASCAL (1995, p. 96) hace unos años. Desde hace más de un siglo estas piezas se han relacionado con el culto a esta diosa, ya que generalmente se consideraban como exvotos que estarían expuestos en santuarios a la diosa sobre pedestales de madera y de piedra (Fig. 3 a), en ocasiones con su inserción reforzada por medio de una masa de plomo fundida, que todavía conservan alguno de los supuestos pedestales hallados en Herguijuela (Fig. 3 b).

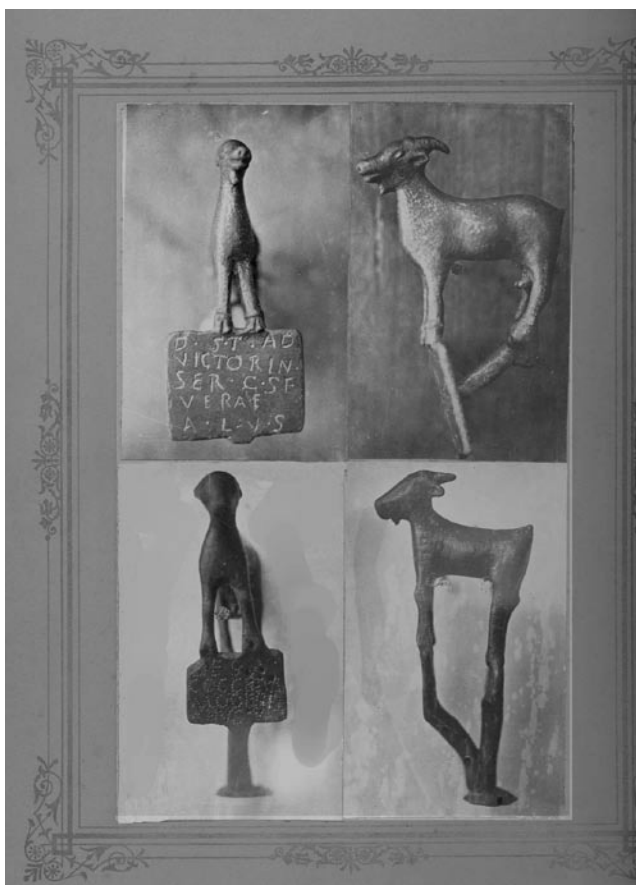


Fig. 1 – Fotografía del siglo XIX de la cabrita de La Zafrilla - 1 y 2 (foto Museo Arqueológico Nacional).

2 – PROCEDENCIA DE LOS HALLAZGOS¹

Este conjunto de figuritas de cabra está formado actualmente por unos 30 ejemplares, que se concentran en el Alentejo portugués y en la Extremadura española. El hallazgo más meridional es la cabrita de Santa Cruz (nº 1), Almodôvar, Mértola, y otra al parecer se halló entre los restos de la muralla de Beja, la antigua *Pax Iulia* (nº 2), que se conservaba en la Biblioteca Nacional de Lisboa, aunque su paradero actual se desconoce. Del Alto Alentejo procede un ejemplar hallado en Redondo, Montoito (nº 3) y otro en Pinhal Novo (nº 4), ambos situados en el distrito de Évora. También parece muy probable que procedan del Alentejo las dos magníficas cabritas de bronce conservadas en la Academia das Ciências de Lisboa (nº 5 y 6), pues existen indicios de que pudieron haber formado parte de la colección de Manuel do Cenáculo (ALMAGRO-GORBEA

¹ Se indica el número correlativo de cada pieza, que hace referencia al mapa de dispersión y al *Inventario*, en el que se ofrece su descripción y bibliografía (véase Apéndice I).

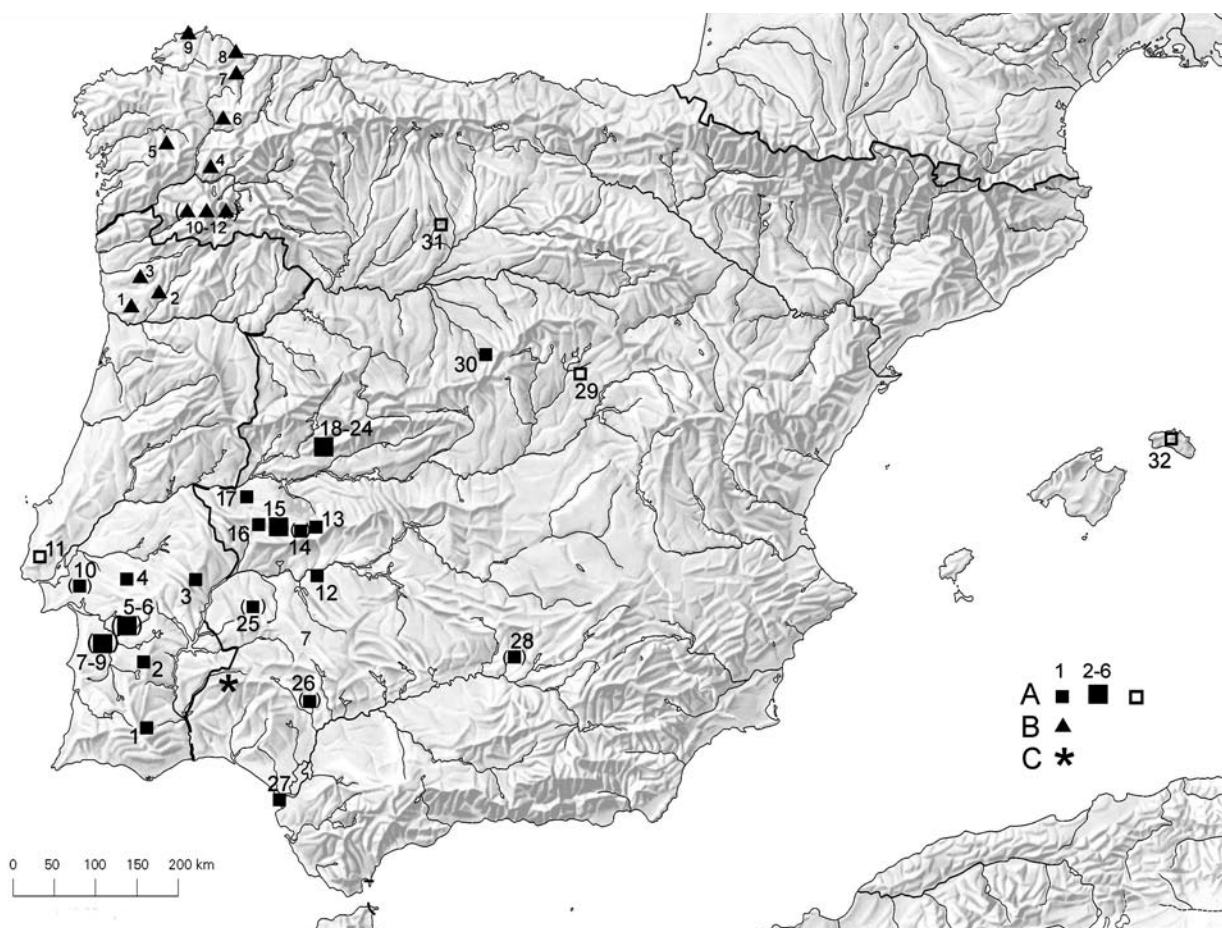


Fig. 2 – A: Mapa de dispersión de las cabritas de bronce relacionadas con *Ataecina* (■ (□ inciertas): 1, Santa Cruz, Almodôvar, Mértola; 2, Beja; 3, Redondo, Évora; 4, Pinhal Novo; 5-6, Alentejo [?] en la Academia das Ciências de Lisboa - 1-2; 7-9, Alentejo, UIMuseu de Évora - 1-3; 10, Estremadura transtagana; 11, Arraçário, Sintra; 12, Medellín, Badajoz; 13, Castro de Esprimiño, Plasenzuela, Cáceres; 14, Botija, Cáceres; 15, Dehesa de La Zafrilla, Malpartida de Cáceres; 16, Aliseda, Cáceres; 17, Las Puebas, Brozas, Cáceres; 18-24, Torrejoncillo - 1-6, Cáceres; 25, Extremadura [?], Colección Calzadilla; 26, Sevilla [?]; 27, La Algaida, Sanlúcar de Barrameda, Cádiz; 28, Jaén [?]; 29, Aleas, Guadalajara; 30, Duratón, Segovia; 31, Becerril de Campos, Palencia; 32, Menorca. **B:** Bronces lusitano-galaicos ▲: 1, Monte da Costa, Figueira, Vilela; 2, Castelo de Moreira, Celorico de Basto; 3, Guimarães; 4, Monforte de Lemos [?]; 5, Lalín, Pontevedra; 6, *Lucus Augusti*, Lugo; 7, Mondoñedo; 8, Castro de Punta Atalaia, San Cibrao, Cervo, Lugo; 9, Playa de Basteira, Cariño, La Coruña; 10-11, Procedencia desconocida (MAN, Madrid); 12, Procedencia desconocida, Museo de Vic. **C:** Supuesta localización de *Turobriga*.

et al., e.p.), lo que plantea que quizás fueran halladas junto a otras tres cabritas que actualmente se conservan en el Museo de Évora (nº 7 a 9) y que deben proceder asimismo del Alentejo, ya que igualmente formaron parte de las colecciones de Cenáculo. Otra cabrita conservada en el Museo Nacional de Arqueología de Lisboa procedería de la Estremadura Transtagana (nº 10) y con estas piezas cabría incluir también otra figurita semejante, aunque quizás sea de un carnero, procedente de Arraçário, Sintra, conservada en el Museo Regional de Sintra (nº 11).

A estos ejemplares de Portugal hay que sumar otra veintena de figuras halladas en España. De la provincia de Badajoz es la pareja de cabras hallada en el Guadiana en Medellín (nº 12). Algo más al norte, ya en la provincia de Cáceres, hay referencias a un hallazgo en el siglo XIX de otro ejemplar en el Castro del Esprimiño, en Plasenzuela, cerca de Trujillo (nº 13), y existen noticias aún más imprecisas del hallazgo de dos o tres ejemplares en la próxima zona de Botija (nº 14), en cuya necrópolis se ha hallado un anillo precisamente



Fig. 3 – a: Posible pedestal para una figura de bronce procedente de Logrosán, Cáceres. **b:** Posible pedestal con restos de fijación de plomo para una figura de bronce del santuario de Herguijuela, Cáceres.

con una figura de cabra (HERNÁNDEZ & MARTÍN BRAVO, 2017, p. 239 s., fig. 173), hecho que no parece casual. De las proximidades de Cáceres proceden los dos ejemplares encontrados en la Dehesa de Zafrilla, en Malpartida, uno conservado en la Biblioteca Museo Balaguer, de Villanueva y Geltrú (nº 15), y otra en el Museo Arqueológico Nacional (nº 16). El Museo de Cáceres conserva la bella cabrita de Aliseda (nº 17) y el Conde de Canilleros (nº 18) posee otro magnífico ejemplar encontrado en la finca de Las Pueblas, en Brozas. Finalmente, otros seis ejemplares proceden de un hallazgo en Torrejuncillo, igualmente en Cáceres (nº 19 a 24).

También debe considerarse de procedencia muy probablemente extremeña la interesante figura de cabra tumbada de la antigua Colección Calzadilla (nº 25), de la que se desconoce el lugar de su hallazgo y su paradero actual. Más incierto queda el origen de otras posibles cabras cuya procedencia extremeña pudiera conjeturarse. Dos de ellas se conservan en el Museo Arqueológico Nacional procedentes de la Colección de Antonio Vives y Escudero. Una fue adquirida a un anticuario de Sevilla (nº 26) y otra a uno de Jaén (nº 28), por lo que ésta pudiera quizás proceder de los santuarios de Sierra Morena, mientras que otro ejemplar ha sido hallado en el santuario de La Algaida, en Cádiz (nº 27), lo que confirma su extensión por Andalucía Occidental, sin excluir que sea un exvoto de origen lusitano depositado en ese santuario gaditano. Las semejanzas estilísticas que ofrecen estas tres últimas piezas son evidentes, pero otras figuritas de cabra de procedencia alentejana y extremeña también ofrecen rasgos estilísticos comparables (nº 1, 3, 11, 22), lo que deja incierto el origen de las cabritas que carecen de procedencia segura.

Se conocen igualmente otras figuras de cabrita fuera de este área extendida desde el Bajo Alentejo a la Alta Extremadura, con una posible extensión por Andalucía Occidental. Una de ellas es la cabrita de Aleas, Guadalajara, conservada en el Gabinete de Antigüedades de la Real Academia de la Historia (nº 29), otra procede de Duratón, Segovia (nº 30), y un ejemplar romano de magnífica calidad fue hallado en Becerril de Campos, Palencia (nº 31), que se conserva en el Museo Arqueológico de Barcelona. Al parecer sería de Menorca la cabrita conservada en la Hispanic Society of America (nº 32), pues procede de la colección de Antonio Ramis y Ramis, formada en dicha isla a inicios del siglo XIX.

Por el contrario, se han excluido varias cabritas de la Colección del Marqués de Salamanca conservadas en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid (THOUVENOT 1927, lám. 16, nº 370 a 374; REINACH, 1930, p. 160, nº 5), ya que deben considerarse procedentes de Italia a juzgar por sus características y por el origen italiano de la mayoría de las piezas de dicha colección.

3 – EL ÁREA DE DISPERSIÓN: EL TERRITORIO DEL CULTO A *ATAECINA*

Las figuritas de cabra aparecidas por el Alentejo portugués y la Extremadura española permiten confirmar y precisar el territorio en el que se rendía culto a la diosa *Ataecina*, con la que habitualmente se han relacionado estas figuras.

El territorio del culto a esta divinidad es un tema debatido ya desde el siglo XIX (COSTA, 1888, p. 342-345), pero su interés resulta evidente para analizar su relación con el área de aparición de estos exvotos de bronce, ya que éstos, aproximadamente, coinciden con el de las inscripciones a *Ataecina*, cada vez mejor documentadas desde tiempos de Joaquín Costa (1888, p. 261, 342 s.) hasta la actualidad (PÉREZ VILATEDA, 2000, p. fig. 14; OLIVARES, 2000, tabla 15; PRÓSPER, 2002, p. 288 s.; GARCÍA-BELLIDO, 2001, fig. 1; ABASCAL, 2002, p. 53 s.; MÉNDEZ GRANDE, 2005). La dispersión de ambos elementos, epígrafes y figuritas de cabra, coincide en gran medida y resultan claramente complementarias, lo que confirma que el culto a la diosa aún era más extenso de lo que hasta ahora se suponía (Fig. 1).

El territorio por el que se extendía el culto a esta divinidad según los testimonios epigráficos corresponde al interfluvio entre el río Guadiana y el Tajo en la *Baeturia Celtica* (N.H. 3, 14), pues los hallazgos epigráficos más seguros se concentran en el triángulo que conforman *Norba Caesarina - Turgalium - Emerita*, donde aparecen más del 70% de los epígrafes conocidos (ABASCAL, 1995, p. 94; *Id.*, 2002, p. 55; GARCÍA-BELLIDO, 2001, fig. 1; MÉNDEZ GRANDE, 2005, fig. 11). Sin embargo, otros autores amplían dicho territorio a toda la amplia zona comprendida entre el Tajo y el Guadalquivir (ENCARNAÇÃO, 1975, p. 110 s.; RODRIGO & HABA 1992, 377; PÉREZ VILATELA, 2000, p. 155 s., fig. 14). Para ello se basan en la teórica ubicación de *Turobriga* en *Arucci*, Aroche, Huelva (COSTA, 1888, p. 342-345; ALBERTINI, 1923, p. 87, n. 1; LUZÓN 1975, p. 306; TOVAR, 1976, p. 173; *TIR*, 1995, p. 159; CAMPOS & BERMEJO, 2013; BERMEJO, 2014; *contra*, ABASCAL, 1995, p. 97 s.; *Id.*, 2002, p. 57-57) y en la equiparación *Ataecina-Proserpina* (COSTA, 1888, p. 342 s.; PÉREZ VILATEDA, 2000, fig. 14; PRÓSPER, 2002, p. 288 s.; etc.), pues lápidas atribuibles a esta divinidad aparecen por todas esas áreas. Sin embargo, ABASCAL (1995, p. 97 s.; *Id.*, 2002, p. 53 y 56) considera que *Ataecina* y *Proserpina* serían dos divinidades distintas, pues observó que las inscripciones a *Ataecina* aparecen al norte del Guadiana, mientras que las de *Proserpina* aparecen predominantemente al sur de este río, lo que indicaría que eran dos divinidades diferentes (Fig. 4). Sin embargo, las inscripciones del pantano de Proserpina en Mérida, Salvatierra de Barros, Cárdenas y posiblemente la de La Garrovilla explicitan la equivalencia *Ataecina-Proserpina* y estos pequeños bronce de cabra aparecen tanto al norte como al sur de Guadiana, en lo que sería las dos áreas teóricas de ambas divinidades. Este hecho plantea que tanto *Ataecina* como *Proserpina* serían la misma divinidad o dos divinidades muy similares y equiparables a efecto del culto para los devotos que les dedicaban estos exvotos, como confirmaría el uso de epítetos semejantes. Además, M^a P. García-Bellido (2001) ha deducido que también *Feronia* sería una *interpretatio* romana de *Ataecina* en la referencia a un *lucus Feroniae* en el territorio emeritense recogida por *Agennus Urbicus* (Front. *De controv. agr.* 44,5 Thulin), pues esta deidad romana ancestral, también de carácter ctónico, protectora de las aguas, de los bosques y de los ganados, debió asimilarse a *Ataecina*.

Para determinar la extensión del culto a *Ataecina* a través de los testimonios epigráficos ha sido fundamental la identificación del más importante santuario conocido de la diosa en Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar, Cáceres, donde han aparecido 15 aras dedicadas a la divinidad, hecho que no excluye otros santuarios menores de *Ataecina*, como el existente en la Dehesa de La Zafrilla de Malparada de Cáceres, de donde proceden tres inscripciones, dos de ellas sobre sendas cabritas de bronce. Otro santuario se supone que existió en la Dehesa

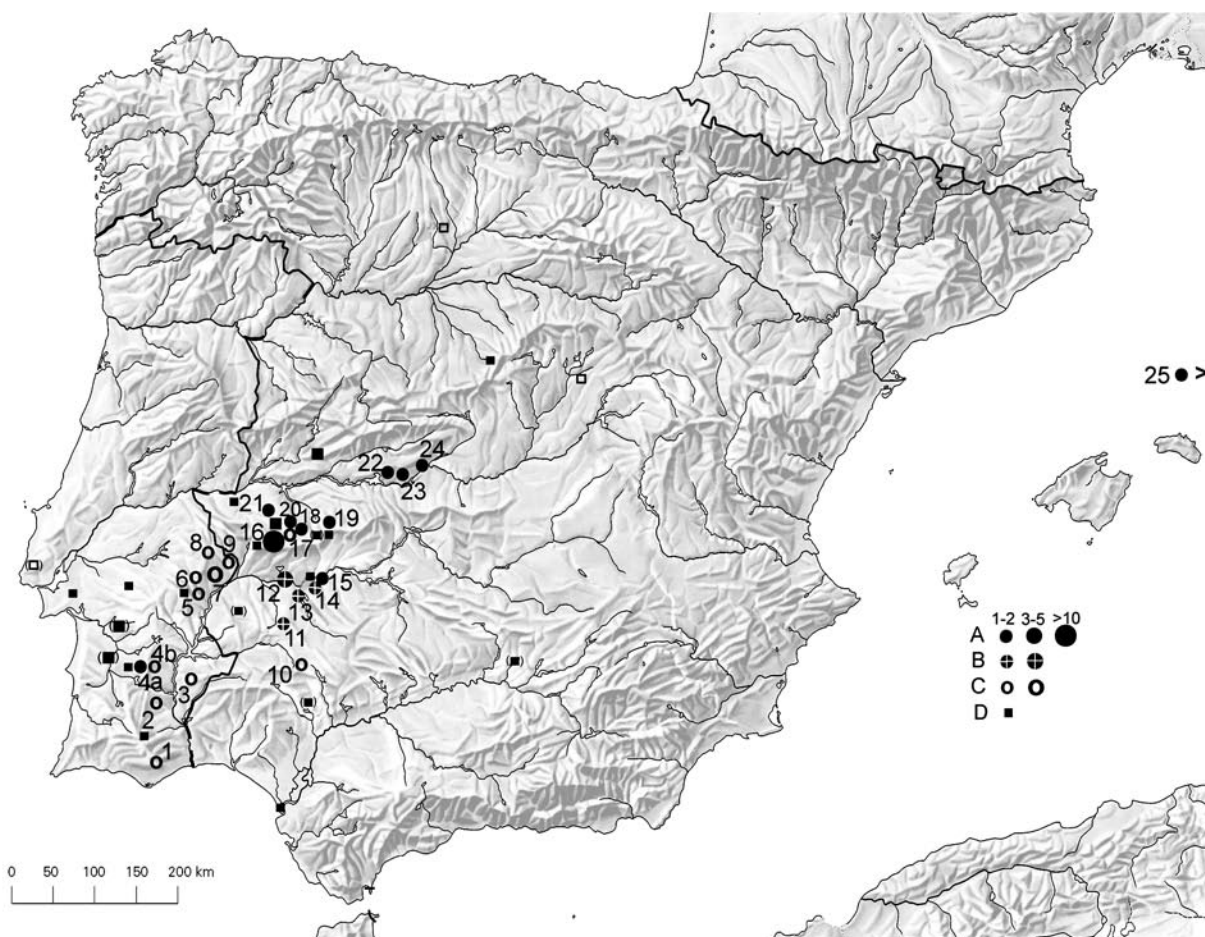


Fig. 4 – Dispersión de los epígrafes dedicados a *Ataecina* (A), a *Ataecina* y *Proserpina* (B) y a *Proserpina* / *Dea* / *Dea Sancta* (C) y de las cabritas de bronce de la Fig. 2 (D): 1, São Clemente, Olhão, Faro; 2, Alcáçova do Castelo, Mértola; 3, Vila Verde de Ficalho, Serpa; 4 a, Quintos, Beja (2); 4 b, Beja (3); 5, Vila Viçosa, Évora (3); 6, Herdade da Defesinha, Campo Maior (?); 7, Elvas, Portalegre (3 de *Proserpina* y 1 de *D-S-Burrulobrigensis*); 8, Arronches, Portalegre; 9, Herdade da Fonte Branca, Elvas (2); 10, La Bienvenida, BA; 11, Salvatierra de Barros, BA; 12, Mérida y alrededores, BA (4); 13, La Garrovilla, BA; 14, Cárdenas, Medellín, BA; 15, Medellín, BA; 16, Alcuéscar, CC (14 en Santa Lucía del Trampal y 1 en Las Torrecillas); 17, Montánchez, CC (1, *D-D-S-Bellona* y 1, *D-D-S-Salus*); 18, Herguijuela, CC (2); 19, Santa Ana, Ibahernando, CC (2); 20, Dehesa de La Zafrilla, Malpartida, CC (3); 21, Salvatierra de Santiago, CC (2); 22, El Gordo, CC; 23, Caleruela, TO; 24, Talavera de la Reina, TO; 25, Fordongianus, Cagliari, Cerdeña.

‘El Palacio’ de Herguijuela, donde se han hallado otros dos epígrafes, todos ellos en la provincia de Cáceres (ABASCAL, 1995, p. 94; *Id.*, 2002, p. 55 s.; GARCÍA-BELLIDO, 2001). Además, cabe conjeturar que, muy probablemente, otro santuario importante debió haber en *Turobriga* a juzgar por su epíteto *Turobrigensis* que tan a menudo lleva la diosa, aunque la localización de este lugar es muy discutida (ABASCAL, 1995, p. 97-105; *Id.*, 2002, 57 s.).

En la actualidad, inscripciones consagradas a *Ataecina* (Fig. 4) se conocen 2 en Quintos, Beja, y, ya en la provincia de Badajoz, 1 en La Bienvenida, 1 en Salvatierra de Barros, 1 en La Garrovilla, 1 en Cárdenas, cerca de Medellín, 1 en Medellín y 4 en Mérida y alrededores. En la provincia de Cáceres se han hallado 15 epígrafes en Alcuéscar (14 en Santa Lucía del Trampal y 1 en Las Torrecillas), por lo que es el principal santuario conocido de la divinidad, 2 en Herguijuela, 2 en Santa Ana, en Ibahernando, 3 en la “Dehesa de La Zafrilla”,

de Malpartida (dos de ellos en figuritas de cabra, como se ha indicado), 2 en Salvatierra de Santiago, 1 en El Gordo, y, ya en la provincia de Toledo, hay que señalar 1 en Caleruela y 1 en Talavera de la Reina, además de 1 en Fordongianus, Cagliari, Cerdeña (ABASCAL, 1995, 94; *Id.*, 2002, p. 53-54 y 57; PÉREZ VILATEDA, 2000, fig. 14; GARCÍA-BELLIDO, 2001, fig. 1; OLIVARES, 2002, p. 248; PRÓSPER, 2002, p. 288 s.; MÉNDEZ GRANDE, 2005, fig. 11).

A estas inscripciones añaden algunos autores las dedicadas a *Proserpina* aparecidas por la extensa zona en que aparecen estos exvotos de cabras, dada la identificación que ofrecen ambas deidades, ya que tanto en Mérida como en la región de Elvas *Proserpina* tuvo bastante arraigo, bien apelada como *Dea*, bien con expresiones como *Proserpina Sancta* o *Proserpina Servatrix*, pero sin referencia explícita a *Ataecina*. La identificación discutida de *Proserpina* con *Ataecina* permitiría añadir 1 inscripción de São Clemente, Olhão, Faro, 1 de Alcáçova do Castelo, Mértola, Beja, 1 de Vila Verde de Ficalho, Serpa, Beja, 3 de Vila Viçosa, Évora, 2 de la Herdade da Fonte Branca, Elvas, Portalegre, 4 de Elvas, Portalegre (3 de *Proserpina* y 1 de *D·S· Burrulobrigensis*), 1 de Arronches, 1 de La Garrovilla, en Badajoz, 2 de Montánchez, Cáceres (*D·D·S·Bellona* y *D·D·S·Salus*) y 1 incierta de Tejada de Tiétar. Más incierta, por su alejamiento del área nuclear, queda 1 inscripción de *Ataecina* citada en Monção, Viana do Castelo, 1 dudosa de São Martinho do Campo, Santo Tirso, Porto y 1 de Vila Chã, Esposende, Braga, así como la inscripción supuestamente hallada en *Segobriga* que debe considerarse una ubicación errónea, como ocurre con otra de Oña, Burgos, recientemente publicada.

Los hallazgos de figuritas de cabra de bronce ofrecen una dispersión muy parecida a la de los epígrafes dedicados a *Ataecina* (Fig. 2) y permiten precisar algunos aspectos de su culto. Aunque predominan los hallazgos aislados, por desgracia sin contexto conocido, resultan de interés algunas concentraciones que hacen suponer que proceden de santuarios. Las 2 cabras de la Academia das Ciências (nº 5-6), a juzgar por sus semejanzas estilísticas, deben proceder de un hallazgo conjunto, probablemente del Alentejo, como las 3 conservadas en el Museu de Évora (nº 7-9). La calidad artística de las dos cabritas de la Academia das Ciências, junto a su cuidado estilo naturalista, de claro origen helenístico, indican que ambas proceden de un mismo hallazgo, que cabe conjeturar que sería un santuario a *Ataecina*, donde habrían sido depositadas como exvotos. Aunque no se puede precisar mucho más sobre su procedencia, cabe plantear una sugestiva hipótesis. Su pertenencia a la colección de la Academia das Ciências de Lisboa supone que fueron halladas en el siglo XVIII, como la mayoría de las piezas de esta colección (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, e.p.), por lo que pudieran proceder del mismo lugar que las tres cabritas conservadas en el Museu de Évora, denominadas “cabrinhas de Cenáculo” (PATROCINIO, 2006, p. 22) por Leite de Vasconcelos (1895), seguramente por proceder del gabinete de antigüedades de la Biblioteca de Manuel do Cenáculo. De acuerdo con esta hipótesis, debió existir un santuario de indudable importancia situado en tierras del Alentejo.

También como un santuario se ha interpretado con gran probabilidad las 2 cabritas con inscripción halladas en la “Dehesa de La Zafrilla”, en Malpartida de Cáceres (nº 15-16), pues en ese lugar existe un manantial de aguas salúferas. Igualmente, de un santuario, quizás saqueado, deben proceder las 6 cabritas halladas en Torrejoncillo, Cáceres (nº 19-24), pues fueron encontradas en una urna junto a monedas romanas, al parecer republicanas. Este contexto recuerda el hallazgo de la cabrita de Redondo, Montoito, Évora (nº 3), hallada oculta bajo una piedra con monedas de Filipo el Árabe (244-249 d.C.). Por ello, resulta evidente la relación de estas figuras de cabra con santuarios. Así lo confirma su disposición sobre soportes a los que quedaban fijados por medio de plomo fundido (fig. 3, a - b), hecho que explica que casi todos los ejemplares de estas figuritas de cabra aparezcan con las patas rotas, al haber sido arrancados bruscamente para reutilizar su metal. En efecto, ofrecen las patas rotas 18 de los más de 30 ejemplares de cabritas de bronce conocidos,

lo que supone aproximadamente un 60% del total. Son las cabritas de Santa Cruz, Beja, Redondo, Academia das Ciências - 2, Arraçário, Brozas, 6 de Torrejuncillo, ex-Colección Calzadilla, Sevilla [?], La Algaida, Jaén [?], Aleas, Duratón y Menorca, además de la de la Academia das Ciências - 1, que también tiene roto el pernio de sujeción, lo que evidencia que fueron arrancadas de su soporte de forma violenta. Confirma igualmente la relación de estas figuras con santuarios la cabrita hallada en La Algaida (CORZO, 1991, p. 404, lám. XII; *Id.*, 2000; MONEO, 2003, fig. IV,12,3), hallazgo que tiene el interés de apuntar una posible relación entre *Astart* y *Ataecina* (*vid. infra*), pues procede de un santuario dedicado muy posiblemente a *Astart*, cuyos materiales se fechan en los siglos IV y III a.C., ya que parece haberse abandonado antes de la expansión bárquida (LÓPEZ AMADOR & RUIZ GIL, 2010).

La particular relación de *Ataecina* con las áreas meridionales de la *Provincia Lusitania* la confirma indirectamente la comparación del área geográfico-cultural en la que aparecen los testimonios de culto a *Ataecina* con otras áreas próximas. Resulta evidente la total ausencia de cabras de bronce por el área en la que aparecen las esculturas vetonas de “verracos”, cuya dispersión, que resulta complementaria, se ha identificado con el territorio vettón (ÁLVAREZ SANCHÍS, 1999, p. 215 s., fig. 86). Lo mismo cabe señalar respecto a los escasos bronce votivos galaico-lusitanos (Fig. 2, B), todos los cuales proceden de áreas más septentrionales al norte del Duero (ARMADA PITA & GARCÍA VUELTA, 2003; CASTRO VIGO, 2009), que corresponden a la Lusitania histórica, extendida a partir de las Beiras (ALMAGRO-GORBEA, 2017, e.p.) y que corresponde, precisamente, al de las divinidades lusitanas (PRÓSPER, 2002). E idéntica observación cabe hacer respecto a los exvotos de bronce ibéricos (NICOLINI, 1969, p. 36; ALMAGRO-GORBEA, 1986, p. 493), que se extienden más al oriente, desde Andalucía hasta el Sureste. Además, es evidente que las representaciones de ovicápridos son raras en la escultura ibérica (CHAPA, 1980, p. 900 s.) e, igualmente, se desconocen cápridos entre los abundantes bronce de los santuarios de Sierra Morena, pues el *Catálogo de los exvotos de bronce ibéricos del Museo Arqueológico Nacional* no identifica ninguna cabra entre las numerosas figuras de animales donadas como exvoto, salvo una pieza de la Colección Vives (nº 28) adquirida a un anticuario de Jaén (ÁLVAREZ-OSSORIO, 1941, p. 147, lám. CXL, nº 1829), cuyas características permitirían incluso suponerle una procedencia extremeña, pues, además, ofrece un tratamiento del pelaje del animal muy semejante al de algunos ejemplares de esa región. Por otra parte, los sacrificios de cápridos, especialmente jóvenes, que se atestiguan en la Cultura Ibérica (MONEO, 2003, p. 212, etc.), corresponden a un culto doméstico al antepasado fundador del grupo gentilicio (ALMAGRO-GORBEA & LORRIO, 2013, p. 304 s.), por lo que no parecen tener ninguna relación con estos exvotos de cápridos dedicados a *Ataecina*.

La escasez de hallazgos de estas figuras caprinas fuera del área extendida desde el Bajo Alentejo a la Alta Extremadura resulta evidente, aunque de Andalucía Occidental procede la citada cabrita de La Algaida (nº 27), relacionada con *Astart*, y, sin seguridad, las adquiridas por Antonio Vives a un anticuario de Sevilla (nº 26) y a otro de Jaén (nº 28). Por el contrario, otros hallazgos, escasos, aparecen aislados, como las cabritas de Aleas, en Guadalajara, conservada en el Gabinete de Antigüedades de la Real Academia de la Historia (nº 29), otra procedente de Duratón, Segovia, conservada en el Museo Arqueológico Nacional (nº 30) y otra hallada en Becerril de Campos, Palencia (nº 31), que pasó al Museo Arqueológico de Barcelona.

Esta dispersión fuera del área característica puede ser una mera casualidad, pero en algún caso también podría explicarse por contactos culturales facilitados por la ganadería trashumante (Gómez Pantoja, 1995; *Id.*, 2001; SALINAS DE FRÍAS, 1999), contactos documentados desde el siglo VI al IV a.C. por la expansión de arracadas orientalizantes, de origen muy probablemente extremeño, hasta tierras sorianas de la Meseta Oriental (ALMAGRO-GORBEA & TURIEL, 2013, p. 506). Finalmente, a estos ejemplares extra-extremeños

habría que añadir la cabrita de la Colección de Antonio Vives y Escudero que conserva la Hispanic Society of America, de Nueva York (nº 34), procedente de la colección formada a inicios del siglo XIX en Menorca por Antonio Ramis y Ramis, aunque su procedencia es desconocida.

En conclusión, los hallazgos de estas cabritas de bronce confirman la amplia dispersión del culto a *Ataecina* por las regiones del Alentejo y de Extremadura que documentan los hallazgos epigráficos (Fig. 4). Estos hallazgos denotan un ritual peculiar, caracterizado por la ofrenda de estos característicos exvotos, que denota unas creencias y ritos peculiares, que contrastan, como se ha señalado, con las que caracterizan otras áreas rituales vecinas, como la lusitano-galaica al norte, la vetona al nordeste y la ibérica al este. Estas distintas tradiciones rituales revelan distintas creencias y tradiciones religiosas reflejadas en la devoción popular, por lo que, muy probablemente, suponían también distintas sensibilidades y profundas diferencias en la psicología colectiva, que, al menos en parte, parecen haber perdurado hasta la actualidad.

El examen de conjunto de los epígrafes y exvotos dedicados a *Ataecina* evidencia un culto muy arraigado durante varios siglos, quizás más de medio milenio, y ampliamente extendido, con numerosos santuarios de importancia diversa. Estos santuarios en su mayoría parecen haber sido de carácter local, a juzgar por el escaso número de epígrafes y bronce que los atestiguan. La excepción puede considerarse el santuario de Santa Lucía del Trampal, en Alcuéscar, que debe ser considerado como el santuario más importante de la divinidad hasta ahora conocido, quizás de carácter interterritorial como santuario limítrofe (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2010, p. 997, n. 2, y p. 1021), que para ABASCAL (1995; *Id.*, 2002), pudo ser la propia *Turibriga* o *Turobriga*, de la que habría tomado la diosa el epíteto *Turobrigense* que la identifica como divinidad protectora de ese territorio, cuya ubicación sigue siendo una cuestión discutida (ABASCAL, 2002, p. 57 s.), pues no se debe excluir la teórica relación con la población de *Turobriga* situada cerca de *Arucci*, en la *Baeturia Celtica*, al norte de Huelva (BERMEJO, 2014), tal como indicaría la terminación *-briga*, que hace referencia a una población fortificada (ALMAGRO-GORBEA, 1995, p. 26 s.).

Por ello, la impresión general es que el culto a *Ataecina* era un culto popular y muy extendido, pero con algunos centros focalizadores de su culto, por lo que parece seguir un modelo que quizás pudiera ser comparado, salvando las distancias, al de alguna de las advocaciones marianas más populares, cuyo culto ofrece grandes santuarios de importancia supra territorial, como El Rocío (Huelva), Guadalupe (Cáceres) o La Cabeza (Jaén), junto a otros menores de ámbito territorial más reducido, sin excluir devociones a nivel familiar. Es un tema muy atractivo y de evidente interés, que queda abierto a futuras investigaciones.

4 – ESTILO Y CRONOLOGÍA

No resulta sencilla la clasificación estilística y la datación de estas figuritas de cabra, animal del que apenas existen trabajos de conjunto (RICHTER, 1930, p. 25-27, figs. 120-135). Las cabritas relacionadas con *Ataecina* conforman un grupo muy polimorfo, la mayoría carecen de un contexto arqueológico que facilite su datación y seriación y en su mayor parte son obra de artesanos populares sin un estilo definido. Sin embargo, a pesar de las diferencias de calidad y de estilo, todas estas cabritas atribuidas al culto de *Ataecina* conforman un conjunto evidente (Tabla 1), aunque dentro del mismo se pueden diferenciar diversos grupos estilísticos, si bien en muchos casos no es fácil definirlos y todavía menos establecer las posibles relaciones existentes entre ellos.

Tabla 1 – Cuadro resumen de las cabritas de bronce relacionadas con Ataecina.

Nº	Procedencia	Lugar de conservación	Grupo	Long.	Alt.	Referencias
1	Santa Cruz, Almodôvar, Mértola	MNA Lisboa, nº 17918	IV	120	70	Vasconcelos, 1895, p. 297, fig. 2
2	Beja	ex-Biblioteca Nacional	V [?]	[?]	[?]	Leite de Vasconcelos, 1895, p. 298
3	Redondo, Évora	MNA Lisboa, nº 17919	IV	107	55	Leite de Vasconcelos, 1895, p. 296, fig. 1
4	Pinhal Novo, Arraiolos, Évora	Col. Particular, Lisboa	IV	86	74	Nunes Pinto, 2002, p. 224, lám. 87, nº 84
5	Alentejo [?]	Academia das Ciências - 1	I	149	95	Almagro-Gorbea <i>et al.</i> , e.p.
6	Alentejo [?]	Academia das Ciências - 2	I	108	103	Almagro-Gorbea, <i>et al.</i> , e.p.
7	Alentejo [?]	Museu de Évora - 1	III	120	80	Estacio da Veiga, 1891, p. lám. 26, fig. 3-5
8	Alentejo [?]	Museu de Évora - 2	III	110	80	Leite de Vasconcelos, 1895, p. 299, fig. 4
9	Alentejo [?]	Museu de Évora - 3	IV	100	58	Leite de Vasconcelos, 1895, p. 300, fig. 5
10	Estremadura Transtagana	MNA Lisboa, nº 17920	III	104	75	Leite de Vasconcelos, 1895, p. 298
11	Arraçário, Sintra	Museu Regional de Sintra	III	76	49	Ferreira y França, 1954, p. 291, lám. I.
12	Medellín, Badajoz	MNAR, Mérida, nº CE 09948	IV	120	70	Álvarez Sáenz de Buruaga, 1970
13	Castro del Esprimijo, Plasenzuela	Paradero desconocido	[?]	[?]	[?]	Balil, 1981, nº 11763
14	Botija, Villasviejas, Cáceres	Paradero desconocido	[?]	[?]	[?]	Noticias no confirmadas
15	Zafrilla 1, Malpartida, Cáceres	Museo Balaguer, nº 3297	III	72	145	Fita, 1885
16	Zafrilla 2, Malpartida, Cáceres	MAN Madrid, nº 1943/54/1	III	70	150	Fita, 1885
17	Aliseda, Cáceres	Museo de Cáceres nº 977	III	83	100	Blázquez, 1962, p. 128-129, fig. 1
18	Las Pueblas”, Brozas, Cáceres	Col. Particular, Cáceres	I	c. 100	[?]	Inédita
19	Torrejoncillo - 1, Cáceres	Museo de Cáceres, nº 1608	III	95	63	Blázquez, 1962, p. 129, nº 2, fig. 2
20	Torrejoncillo - 2, Cáceres	Museo de Cáceres, nº 1607	III	87	37	Blázquez, 1962, p. 129, nº 3, fig. 3
21	Torrejoncillo - 3, Cáceres	Museo de Cáceres, nº 1536	III	85	45	Blázquez, 1962, p. 130, nº 4, fig. 4
22	Torrejoncillo - 4, Cáceres	Museo de Cáceres, nº 1542	III/IV	64	57	Blázquez, 1962, p. 129, nº 1, fig. 1
23	Torrejoncillo - 5, Cáceres	Museo de Cáceres, nº 1606	III	64	59	Beltrán, 1976, p. 109, nº 1, fig. 2
24	Torrejoncillo - 6, Cáceres	Museo de Cáceres, nº 1609	[?]	65	[?]	Beltrán, 1976, p. 109, nº 1, fig. 2
25	Extremadura [?]	ex-Col. Calzadilla	II	72	[?]	Blanco Freijeiro, 1960, p. 121, lám. 32,2
26	Andalucía/Extremadura (Sevilla [?])	MAN Madrid, nº 22834	IV	106	60	Álvarez-Ossorio, 1941, p. 147, nº 1829
27	La Algaida, Cádiz	Museo de Cádiz	IV	72	52	Corzo, 1991, 404, lám. XII
28	Andalucía/Extremadura (Jaén [?])	MAN Madrid, nº 22833	IV	121	58	Álvarez-Ossorio, 1941, p. 147, nº 1829
29	Aleas, Guadalajara.	RAH, Madrid, nº 78	III	74	49	Almagro-Gorbea <i>et al.</i> 2004, p. nº 609
30	Durátón, Segovia	MAN Madrid, nº 3071	IV	100	66	Álvarez-Ossorio, 1941, nº 1847
31	Becerril de Campos, Palencia	Mus. Arq. Barcelona	II	100	70	Sagredo y Crespo, 1979-1980, p. 143
32	Menorca [?]	HSA New York, nº D953	III	62	38	García-Bellido, 1993, lám. 296,3

Grupo I. El grupo más coherente y de mejor calidad artística es un grupo I, de *estilo naturalista* y de buena factura. Engloba los dos ejemplares de la Academia das Ciências-1 y Academia das Ciências-2 (nº 5 y 6) y el de la Colección del Conde de Canilleros (nº 18) procedente de Brozas. Estas figuras comparten no sólo una gran calidad, sino un aire común, que hacen suponer que proceden de un mismo taller. Este hecho resulta interesante, pues las cabritas de la Academia das Ciências parecen proceder del Alentejo, mientras que Brozas está al occidente de la provincia de Cáceres, lo que deja suponer que dicho taller tenía un amplio mercado por el Suroeste de *Hispania*, aunque su situación sea desconocida.

Este grupo I destaca por la habilidad en el tratamiento plástico de los volúmenes del animal y su sentido realista, que no tiene parangón en las restantes figuritas de cabra. También hay que resaltar detalles como la fina estilización de la piel peluda del animal, que pasó a ser imitada en otros grupos de peor estilo, así como cierta tendencia a alargar el cuerpo del animal, que aparece acentuado en el grupo IV.

En efecto, sus detalles reflejan un estilo naturalista, a lo que se añade su disposición estática, que remonta a creaciones griegas del tardo arcaísmo que debieron perdurar hasta el clasicismo tardío (THOUVENOT, 1927, lám. 16, nº 373; RICHTER, 1930, p. 25 s., fig. 133; *Id.*, 1950, fig. 362; BOUCHER, 1974, figs. 16-18). El prototipo de este grupo pudiera considerarse la cabra de bronce de 8 cm de alto del arcaísmo final procedente del *demos* de *Kephissia*, en el Ática, datada a inicios del siglo V a.C. conservada en el Louvre (DE RIDDER, 1911, nº 197). Junto a este ejemplar se pueden señalar los ejemplares algo posteriores del Museo Capitolino de Roma (*Antiquarium Comunale*, Inv. 1624) hallado en 1878 en un supuesto *sacellum* de la *Dea Nenia* en el Viminal (WISSOWA, 1912, p. 197), que se considera de origen tarentino o de Grecia continental de c. 500 a.C. Otros dos ejemplares proceden de Sierre y Vieil-Evreux en Francia (BOUCHER, 1974, figs. 16-17), otro de Nimega (JITTA *et al.*, 1969) y otro del Lago Balatón, en Hungría (BOUCHER, 1974, fig. 18), a los que hay que añadir otro de la Colección Salamanca en el Museo Arqueológico Nacional de Madrid (THOUVENOT, 1927, lám. 16, nº 374; REINACH, 1930, p. 160, nº 5), que debe proceder del Sur de Italia, otro de Boston (REINACH, 1913, p. 513, nº 14) y otro del Museo de Ginebra (RICHTER, 1930, p. 78, fig. 387), otra del mercado de antigüedades (CAHN, 2010, nº 228), etc. Esta abundancia de ejemplares indica que el tipo de cabra estante era relativamente popular en la Grecia Clásica y alcanzó cierta difusión por la Europa Céltica, por lo que debe ser considerado el origen del tipo de cabra del grupo I, que mantiene la posición estante y el naturalismo del animal, con un naturalismo acrecentado, pero sin los fuerte mechones de pelo que ofrecen las cabras del grupo II.

En efecto, los tres ejemplares aquí analizados tienen una forma estante menos rígida y más naturalista y carecen de la característica banda de pelo sobre el lomo que suelen ofrecer los ejemplares griegos clásicos (RICHTER, 1930, p. 134-135; *Id.*, 1950, fig. 387), lo que lleva a considerarlos ya creaciones helenísticas, probablemente todavía tempranas, pues recogen con realismo la postura estática del animal de época clásica, pero con más sentido naturalista y con su piel velluda esquematizada a base de finos trazos.

Grupo II. De estilo diferente al grupo anterior, pero igualmente con un marcado realismo característico del helenismo tardío, debe considerarse el magnífico ejemplar de cabra tumbada con la cabeza vuelta de la ex-Colección Calzadilla (nº 25) y con él cabría incluir otro magnífico ejemplar de Becerril de Campos, Palencia (nº 31), éste ya de época romana. Estas piezas pueden ser consideradas como pequeñas obras de arte por su evidente calidad artística, que reflejan el gusto de tradición helenística por representar animales domésticos con gran realismo, como ya observó Blanco Freijeiro (1960) a propósito del ejemplar de la Colección Calzadilla.

Destaca en dicha figura el gusto por la torsión y el movimiento y la representación del vello abundante, aunque no llega a representarse con el volumen que ofrecen las esculturas en piedra, que responden a modelos originarios del helenismo tardío que pasaron al mundo romano (BABELON y BLANCHET, 1895,

p. 485, nº 1193; REINACH, 1908, II, p. 750, nº 6, p. 751, nº 1, p. 752, nº 1; *Id.*, 1913, IV, p. 507, nº 1 a 4, p. 508, nº 1; *Id.*, 1924, V, p. 446, nº 6), como el ejemplar de Becerril de Campos, ya de época imperial romana, probablemente del siglo I d.C., lo que lo aparta de esta serie de bronce de *Ataecina*, representado igualmente con gran sentido naturalista, en especial su magnífica cabeza, aunque lleva una diadema y una túnica sobre el lomo, probablemente con significado ritual como animal destinado al sacrificio.

El modelo de esta concepción de la cabra debe verse en esculturas de mármol, como los machos topándose del remate de una estela ática del siglo IV a.C. (RICHTER, 1950, p. 78, fig. 388; REINACH, 1908, p. 825, nº 4) y en el magnífico carnero de bronce procedente de Siracusa del Museo de Palermo (MARCONI, 1930), cuya fecha es muy discutida. Este tipo de cabra, con abundante pelambreira, protagoniza grupos escultóricos helenístico-romanos, como los del Museo Vaticano (AMELUNG, 1908, p. 356, 394 s., etc., lám. 39, 40, 44, nº 179, 180, 188, 234, 238, etc.; REINACH, 1913, p. 513, figs. 1-4), en ocasiones en posiciones forzadas con la cabeza vuelta para acentuar el realismo (*Id.*, p. 356), gusto por las posturas forzadas que ofrecen también algunos bronce, como el macho cabrío del British Museum (RICHTER, 1950, p. 77, fig. 385) o la cabrita tumbada de la Colección Salamanca conservada en el Museo Arqueológico Nacional, de Madrid, nº 3072 (THOUVENOT, 1927, p. 74, nº 372). Este tipo de cabra velluda de origen helenístico pasó a ser el característico del Arte Romano, como la que acompaña al “Fauno Rosso” de la Villa de Adriano (SAPELLI, 2010, p. 182), cuyas copias y recreaciones en forzadas posturas en ocasiones se aprovechaban para representaciones eróticas, como los grupos de una cabra con Pan, Fauno o un sátiro, como los conocidos de Pompeya y Herculano (DE CARO, 2000, p. 46 s.) o el de la Colección Towley del British Museum, obras helenístico-romanas de c. 50 a.C.-50 d.C.

Grupo III. Los modelos helenísticos precedentes debieron dar lugar a imitaciones en creaciones locales más estilizadas, que se han incluido como grupo III. Sus características parecen imitar las de las cabritas helenísticas del grupo I, pero con una calidad muy variable, desde piezas de buena factura general, como la de Torrejoncillo - 3 (nº 21), aunque nunca alcanzan las del grupo I, hasta figuritas bastante toscas.

Algunas de estas cabritas, ya menos naturalistas, conservan cierta finura de estilo y también el sistema de imitar la piel peluda del animal con finos trazos. En este grupo se puede incluir las cabritas de Évora - 1 y de Évora - 2 (nº 7 y 8), Torrejoncillo - 1, 2, 3 y 5 (nº 19, 20, 21 y 23), la de la Estremadura Trastagana (nº 10), y con ciertas dudas la de Sintra (nº 11) y las de La Zafrilla - 1 y 2 (nº 15 y 16). También en este grupo se podría incluir la cabrita de Aleas (nº 29), de estilo particularmente tosco, y la cabrita de la Hispanic Society (nº 32), aunque ésta procede de Menorca. Cierta personalidad dentro de este grupo ofrece la cabrita de Aliseda (nº 17), cuya postura erguida y su esquematización del pelo la aproximan a la de Torrejoncillo 4, aunque ésta ofrece un largo cuello más característico del grupo IV.

Grupo IV. Otro grupo de cabritas se caracteriza por tener una pequeña cabeza con tendencia a un cuello estrecho y relativamente largo y un cuerpo muy estilizado proporcionalmente muy alargado y de sección casi circular, aunque sus formas generales parecen derivar igualmente de las cabras del grupo I, que ya se caracterizan por la tendencia a cuellos largos y cabezas pequeñas, y cuyo pelaje también parece derivar de dicho grupo I.

En este grupo cabe incluir las cabritas de Redondo (nº 3) y Santa Cruz (nº 1) en el Bajo Alentejo, así como la de La Algaida en Cádiz (nº 27) y las de la Colección Vives procedentes de anticuarios de Sevilla (nº 26) y de Jaén (nº 28), lo que pudiera indicar una distribución meridional, como confirma el citado hallazgo en el santuario gaditano de La Algaida, aunque por su estilo también en este grupo se podría incluir la cabrita de Duratón, en Segovia (nº 30).

Grupo V. Otro grupo de cabritas ofrece formas menos naturalistas y de un estilo aún más tosco y popular. En este grupo se puede incluir la figurita de Beja (nº 2), de muy mala calidad, si bien la documentación conservada es muy deficiente. Igualmente, en este grupo V hay que incluir la pareja de cabras de Medellín (nº 12), cuya estilización del pelaje es de tipo provincial romano, aunque sea muy tosca y también en él pudieran integrarse la cabrita de Évora - 3 (nº 9) y de Pinhal Novo (nº 4), todas ellas macizas y toscas.

Este último grupo de figuritas de cabra refleja el influjo de la toréutica romana provincial, que en ocasiones suelen responder a un estilo tosco (ÉSPERANDIEU & ROLAND, 1959, p. 62 s., lám. 38, nº 119-121; JITTA *et al.*, 1969, p. 148 s., nº 63; BOUCHER, 1973, nº 246; FAYDER-FEITMANS, 1979, lám. 60, nº 108-113; PINTO, 2002, p. 224, *passim*), alejado de sus prototipos helenísticos romanos, de los que procede la estilización del pelo del animal con grandes mechones señalados por profundos surcos. Las cabritas romanas de mejor calidad ofrecen un buen tratamiento de pelaje, generalmente mucho más rugoso, con una estilización que se aproxima a la usada para otros animales, como el oso de la *Dea Artio* de Muri, Berna (VV.AA., 1976, nº 31). Entre estos paralelos romanos destaca por su calidad el magnífico macho cabrío, de 12 cm de longitud, procedente de Ursins, en el cantón de Vaud, Suiza, cuyo estilo naturalista resulta próximo al ejemplar de la Colección Calzadilla, y que ofrece, además, el interés de estar dedicado a Mercurio (VV.AA., 1976, p. 36, nº 40), por lo que confirmaría la relación entre Mercurio y *Ataecina* planteada por J. M. Abascal (1995, p. 84 s.), ya que ambas eran divinidades ctónicas de la religión celta, como evidencia la estatua de Mercurio de Uley, en Gran Bretaña (HENIG, 1993, p. 22, nº 62).

Frente a estos pequeños bronce con figura de cabra de más calidad, se pueden señalar las mucho más abundantes cabritas de estilo más tosco, que aparecen por todo el Imperio, desde el Occidente hasta la Dacia (TEPOSU-MARINESCU, 2000, p. 123, lám. 76, nº 156 y 157) y Cilicia (CHANTRE 1898, lám. 24, 10 y 11; REINACH 1904, p. 220, nº 10). Habitualmente siguen el modelo tardo-helenístico del animal con mucho pelaje, en raras ocasiones con representaciones de calidad, pues la mayoría de los casos parecen ser obra de artesanos populares. En la Galia las figuritas de cabras de bronce tampoco son frecuentes, como ocurre en *Hispania*, por lo que no fueron valoradas por BOUCHER (1976, p. 222 s.). Sin embargo, pueden señalarse hallazgos aislados, como la de Bavay (FAIDER-FEYTMANS, 1957, p. 83, 152, lám. 29 y 155 bis, lám. 31), el macho cabrío con fuerte pelambra de Decines en el Museo de Lyon (BOUCHER & TASSINARI, 1976, p. 95, nº 94), donde existen otros ejemplares sin procedencia en el Musée des Beaux-Arts (BOUCHER, 1973, p. 147, nº 234), la de Matray del Musée de Montbéliard (LEBEL, 1962, p. 25, nº 30, lám. 33), otras de los museos de Besançon (LEBEL, 1961, p. 49, lám. 57, nº 2, y lám. 58, nº 1, 2 y 4), de Autun y del Musée Rolin de Paris (LEBEL & BOUCHER 1975, p. 87-88, nº 151-158), de Rouen (REINACH, 1904, p. 221, nº 9), una de Champlien, en Oise (REINACH, 1894, p. 290-291, 316), otra de Ninnes-La Roche en el Musée de Namour (REINACH, 1894, p. 290, 315-316), otro macho cabrío de la Alta Savoya (DEONNA, 1912, p. 41, nº 6) y otro ejemplar de cabra se halló en Versigny, Aisne (WILL, 1969, p. 238, fig. 32). También se conocen 15 ejemplares en Bélgica, toscos en su mayoría (FAIDER-FEYTMANS, 1979, p. 95-96, nº 108 a 113, lám. 60, y p. 97-198, nº A2,2 y A3,2, lám. 187) y otras 2, en Marssum y Nimega, en los Países Bajos (JITTA *et al.*, 1967; *Id.*, 1969). Ya en la Germania puede señalarse hallazgos en Colonia (RITTER, 1994, p. 388-389, nº 57-59, fig. 140-142) y Maguncia (REINACH, 1904, p. 220, nº 7; FLEISCHER, 1967, p. 264, 265) y en Suiza el citado ejemplar de macho cabrío de Vaud, Ursins (VV.AA., 1976, p. 36, nº 40) y en Gran Bretaña las figuras de cabra son raras ente los celta-romanos (GREEN, 1992, p. 17 y 124, figs. 2,9, 2,26), aunque, junto con el gallo, era el animal de Mercurio (*Id.*, p. 126), como el macho cabrío que acompaña a esta divinidad en la escultura de su templo en Uley (HENIG, 1993, p. 22, nº 62).

Más complejo es precisar la cronología y la seriación de los distintos grupos señalados, que sólo cabe plantear de forma hipotética. Las cabritas del grupo I todavía ofrecen el eco de las creaciones clásicas en

su disposición recta, aunque con un estilo plenamente naturalista característico del helenismo, lo que permitiría fecharlas a partir del siglo III a.C., pero en todo caso parecen anteriores al cambio de Era. La cabra de la ex-Colección Calzadilla, integrada en el grupo II, se relaciona con creaciones del Helenismo Tardío, generalmente fechadas en el siglo I a.C. El grupo III parece derivar del grupo I, por lo que pudo haberse iniciado antes de la Era, aunque su variabilidad refleja la existencia de múltiples talleres y un amplio desarrollo, que cabe situar en los dos últimos siglos antes de la Era, como indicarían las monedas romanas republicanas halladas con las cabritas de Torrejoncillo, hasta el siglo II d.C., a juzgar por la fecha de las cabritas de Zafrilla.

Las cabritas del grupo IV, caracterizadas por su pequeña cabeza, un largo cuello y un cuerpo alargado, parece derivar del grupo I. La aparición de una de las piezas más estilizadas en el santuario de La Algaida plantea una cronología helenística, probablemente del siglo III a.C. Sin embargo, la cabrita de Redondo, de este mismo grupo, apareció asociada a monedas de Filipo el Árabe de mediados del siglo III d.C., aunque esta fecha pudiera servir sólo como referencia *ante quem*, si, como parece lógico, la cabrita, con las patas rotas, había sido arrancada de su soporte, por lo que no se debe excluir una datación en los últimos siglos antes de la Era, como parece más lógico para este grupo IV.

Finalmente, las cabritas el grupo V son cabritas macizas y toscas que parecen ofrecer evidentes influjos de las cabritas provinciales romanas, de origen helenístico-romano, pero que se difundieron por todo el Imperio a partir del cambio de Era, lo que inclina a datarlas a partir del siglo I hasta los siglos II y III d.C., sin que se pueda precisar mucho más, dado su estilo tosco y popular y su falta de contexto. De este modo, este conjunto de cabritas de bronce utilizadas como exvotos relacionadas con *Ataecina* parece fecharse desde el siglo III a.C. hasta el siglo II o quizás el III de la Era, datación que coincide con la de los últimos epígrafes dedicados a *Ataecina* (ABASCAL, 2002, p. 56).

*

Todas estas figuras de bronce pueden considerarse “cabras de *Ataecina*”, pues ofrecen personalidad estilística, funcional y cultural y una dispersión por el Alentejo y la Extremadura española muy característica, que coincide con la de los epígrafes dedicados a la diosa *Ataecina* (Fig. 4). Salvo las piezas de mejor arte de estilo helenístico de los grupos I y II (*vid. supra*), en general se relacionan con otros pequeños bronce prerromanos extremeños de estilo igualmente tosco y popular, como el jinete sobre un carro de Almorchón, Badajoz (BLÁZQUEZ, 1955), o el jinete de Torrejoncillo, Cáceres (BLÁZQUEZ, 1962 a, fig. 5).

Por el contrario, resulta evidente la falta de relaciones estilísticas e iconográficas con los bronce de tradición orientalizante hallados en el Alentejo y en la Extremadura española (JIMÉNEZ ÁVILA, 2002), como observó hace años M. Beltrán (1976, p. 111), pues ambos conjuntos ofrecen un estilo y una cronología claramente diferentes, aunque aparecen en la misma zona. Además, también su temática es distinta, pues las figuras orientalizantes son ciervos y toros (JIMÉNEZ ÁVILA, 2002, lám. 30-38), frente a las cabras de *Ataecina*. Sin embargo, sí se puede suponer que los bronce orientalizantes pudieran haber introducido en la tradición de toréutica local la tecnología que ofrecen estas cabras, como también de origen orientalizante debe considerarse la tradición de exponer sobre un pedestal de madera o de piedra exvotos zoomorfos de bronce representativos de la divinidad, por ser una tradición que procede de Oriente y que se documenta desde el Periodo Orientalizante, como testimonia la conocida cierva procedente de Extremadura conservada en el British Museum (FERNÁNDEZ Y CASTRO, 1989) y otras figuras relacionables (JIMÉNEZ ÁVILA, 2002, p. 269 s.), lo que plantea una cierta relación de continuidad o de influjo funcional en los ritos culturales y en tradición toréutica de estas figuritas.

En este mismo sentido, también es interesante señalar la clara diferencia existente entre estos broncees relacionados con *Ataecina*, procedentes del Sur de Portugal y de la Extremadura española, y los llamados “broncees rituales galaico-lusitanos” (ARMADA & GARCÍA VUELTA, 2003; CASTRO VIGO, 2009; ARMADA *et al.*, 2013), ya que éstos ofrecen una tecnología y un estilo y temas claramente diferentes, como también resulta claramente diferente su dispersión por el Norte de Portugal y Galicia (Fig. 2), desde Vilela, Guimarães y Celorico de Basto a Lalín en Pontevedra, Mondoñedo en Orense, Cariño en La Coruña y Lugo, quizás Monforte de Lemos y el Castro de Punta Atalaia en la costa lucense, además de varias piezas de procedencia desconocida, dispersión que confirma que son objetos rituales característicos de la cultura lusitano-galaica (SILVA, 2007, p. 299 s., lám. 94; ARMADA & GARCÍA VUELTA, 2003; CASTRO VIGO, 2009).

5 – CARACTERÍSTICAS DE *ATAECINA* Y SU CULTO

Resulta complejo abordar un tema tan discutido como el carácter y personalidad de esta divinidad y el significado y características de su culto y de sus atributos. *Ataecina* ha atraído el interés desde tiempos del P. Fita (1885), al que sigue Steuding (1884-1886), el amplio estudio de Costa (1888, p. 342 s.), que la considera una divinidad ctónica e infernal, relacionada con la vegetación y la luna, y D’Arbois de Juainville (1893, p. 389). Posteriores son los trabajos esenciales de Leite de Vasconcelos (1905, p. 146-175), quien ya recoge los exvotos del Museu de Évora, las “cabrinhas de Cenáculo” (DOMINGOS, 2006, p. 22), que supuso, por lógica, procedentes del Alentejo y que relacionó con la diosa (*Id.*, p. 169, figs. 34, 35 y 36), a la que consideró esencialmente una divinidad agrícola. También abordaron el tema Toutain (1920, p. 131 s.) y Fliedner (1932) y los trabajos de Blázquez (1962 a, p. 140-147; *Id.*, 1975, p. 286; *Id.*, 1983, p. 286) y Encarnação (1975, p. 110 s.; *Id.*, 1984, p. 799-800) que la consideran una divinidad infernal, mientras Alarcão (1988, p. 93) la relaciona con los *Celtici*. Estos últimos años se han publicado otros numerosos estudios (ABASCAL, 1995; *Id.*, 2002; PORTELA, 1998; PÉREZ VILATEDA, 2000, p. 155 s.; GARCÍA-BELLIDO, 2001; SALINAS DE FRÍAS, 2001, p. 198 s.; OLIVARES, 2002, p. 247 s.; PRÓSPER, 2002, p. 287 s.; MÉNDEZ GRANDE, 2005, p. 9-11; etc.). Entre ellos, hay que destacar los que abordan el carácter de la diosa desde la etimología de su epíteto, que parece relacionarse con *adaig*, “noche” en antiguo irlandés (HERNANDO BALMORI, 1934; TOVAR, 1949, p. 140; ALBERTOS, 1966, p. 38; LÓPEZ MELERO, 1986, p. 100 s.; LUJÁN, 1998; PÉREZ VILATEDA, 2000, p. 155 s.; OLIVARES, p. 41 s., 64 s., 247 s.; PRÓSPER, 2002, p. 287 s.; etc.), aunque existen otras opiniones (ABASCAL, 2002).

La idea más generalizada entre los especialistas ha sido la de considerar que *Ataecina* era una deidad infernal, relacionada con la muerte, pero también con la vida y la fecundidad agraria, como evidencia su estrecha relación con Proserpina, y, a juzgar por sus exvotos caprinos aquí publicados, sería protectora de los ganados, en especial de cabras, pues este sería su animal simbólico, más que totémico como en ocasiones se han considerado. En una palabra, parece ser una divinidad primordial de la vida y de la muerte, pero como divinidad primigenia y suprema, también lo era de la salud, como lo indica su relación con aguas salutíferas como las de Zafrilla, y, probablemente, de la guerra y de la defensa del territorio y de su pueblo, como parece deducirse de su epíteto *Turobrigensis*, que parece tener un evidente carácter poliádico.

Asociado a su carácter de diosa de la fecundidad y del Más Allá está su estrecha vinculación a las aguas, tanto de ríos, como demuestran los hallazgos de Santa Cruz (nº 1), Redondo (nº 3) y de Medellín (nº 12), Torrejoncillo (nº 19-24) y quizás de Aleas (nº 31), como de manantiales y fuentes, como el santuario de aguas curativas de Zafrilla (nº 15 y 16), hecho que la vincula con el agua como lugar de paso al Más Allá en

la cosmología celta de origen indoeuropeo (ALMAGRO-GORBEA & GRAN AYMERICH, 1991, p. 219 s.) y que explica su asociación al mundo ctónico, al que también aludiría su nombre según la etimología más aceptada (*vid. supra*). Además, las aras dedicadas a *Ataecina* en el Trampal de Alcuéscar y en Salvatierra de Barros proceden de sendas ermitas dedicadas a Santa Lucía (ABASCAL, 1995, p. 31; DOMÍNGUEZ VINAGRE, 2008, p. 4), patrona de la vista, cuya fiesta se vincula al solsticio de invierno, pues se celebra el 13 de diciembre, pero en el Trampal se relaciona también con el agua, como ocurre en Mérida, donde sus inscripciones han aparecido asociadas a pantanos, como evidencia la inscripción a *Ataecina - Proserpina* aparecida en el pantano romano que actualmente lleva su nombre cerca de Mérida (ÁLVAREZ & SÁENZ DE BURUAGA, 1957; SÁNCHEZ MORENO, 1997, p. 136 s.; MÉNDEZ GRANDE, 2005, p. 11 s.), así como en acueductos y en zonas de agua subálvea, hecho repetido en La Zafrilla y en Herdade de Fonte Branca, lo que confirma que *Ataecina* y *Proserpina*, con la que se identificó la divinidad, tenían en común una estrecha vinculación con el agua como elemento ctónico y de paso al Otro Mundo.

Este aspecto lo confirma el contexto acuático de las cabritas de bronce citadas (Apéndice I). En varios casos, por lo menos seis, como la pareja de cabras de Medellín, las dos de La Zafrilla, las seis de Torrejoncillo, la de Redondo y la de Santa Cruz, además de la de Aleas, han sido halladas en ambientes acuáticos o relacionados con el agua, como ocurre igualmente con muchas inscripciones de *Ataecina*. Aunque este detalle se desconoce en la mayoría de los casos, confirma el carácter votivo de estos bronceos e indica que los exvotos a esta divinidad se arrojaban a las aguas o se donaban en santuarios relacionados con fuentes, seguramente salutíferas, por ser el punto de paso al Más Allá según la cosmología celta (ALMAGRO-GORBEA & GRAN AYMERICH, 1991, p. 219 s.), donde se consideraría que moraba la Diosa, dada la estrecha relación de ésta con las aguas.

No menos complejo es el tema de sus santuarios. Su epíteto habitual es *Turobrigensis*, que la vincula a la ciudad de *Turobriga* (TOVAR, 1974, p. 173; TIR, 1995: p. 159; BERMEJO, 2014), lo que hace suponer que fuera la diosa poliada tutelar de dicha población, en la que radicaría su principal santuario, como indicaría su epíteto. Sin embargo, ha sido muy discutido dónde estaba situada *Turobriga*, pues unos autores la colocan en la *Baeturia Celtica* (Blázquez, 1981, p. 199; TIR, 1995, p. 159; BERMEJO, 2014), tal como se desprende de Plinio (*N.H.* 3,14), otros se inclinan por otras zonas de Lusitania, de donde proceden los epígrafes más numerosos con el epíteto *Turibrigensis*, por lo que, desde 1995 se ha identificado dicho lugar con el santuario de Santa Lucía del Trampal, en Alcuéscar, Cáceres (ABASCAL 1995, p. 101-102; *Id.*, 1996, p. 275-289; *Id.*, p. 57 s.), puesto que en él han aparecido 15 aras de granito y varias más en sus alrededores, 2 en Herguijuela y 2 en Salvatierra de Santiago (*HEp* 6, 241 y *HEp* 6, 244,a), aunque la ubicación de *Turobriga* o *Turibriga* siga sin ser definitiva. Pero no hay que olvidar la existencia de santuarios menores, como los de Zafrilla, Torrejoncillo y Herguijuela. En consecuencia, los hallazgos indican la existencia de centros de culto importantes, probablemente extraterritoriales, y otros menores, seguramente de carácter local (*vid. supra*), lo que dificulta la identificación precisa de un supuesto santuario principal, que, a juzgar por el epíteto de la diosa, sería *Turobriga*, aunque su identificación segura todavía ofrece problemas.

6 – LA CABRA COMO SÍMBOLO DE ATAECINA

Un tema menos tratado es la estrecha relación de *Ataecina* con las cabras. En este aspecto, *Ataecina* parece ser el nombre céltico de la gran diosa primordial venerada en esas tierras del Suroeste de *Hispania* que quedaron incluidas en la Lusitania meridional, donde cabe suponer que habría sustituido a la diosa *Astarte* documentada en esas mismas áreas en el Periodo Orientalizante (ALMAGRO-GORBEA, ed., 2008, p. 997, n. 2).

Este cambio parece revelar un proceso de sincretismo entre ambas divinidades, probablemente producido tras la irrupción de los *Celtici* a partir de fines del siglo V a.C. (*Id.*, p. 1013 s.). En dicho proceso de sincretismo *Ataecina* pudo haber adoptado elementos de la iconografía orientalizante de *Astart*, pues incluso es posible que el santuario de El Trampal hubiera tenido su origen en un santuario limítrofe del territorio de *Conisturgis-Medellín* (*Id.*, ed., 2008, p. 1002 y 1021). Otro dato por el momento aislado, pero que pudiera ser significativo, es la aparición de una cabrita de bronce en el santuario de La Algaida, en Cádiz, generalmente atribuido a *Astart* por su situación y características (CORZO, 1991, 2000; LÓPEZ AMADOR & RUIZ GIL, 2010).

En todo caso, hay que valorar las frecuentes representaciones de cabras en la iconografía de los marfiles hispano-fenicios, en los que es el animal doméstico más representado (ALMAGRO-GORBEA, ed., 2008, p. 423, 427, 433, 439, 498 s., 507), además de que existía el rito de depositar astrágalos de ovicáprido en los ajuares de la necrópolis orientalizante de Medellín (ALMAGRO-GORBEA, ed., 2007, p. 481-483), no como elementos de juego, sino, más probablemente, como instrumentos de adivinación relacionados con las *sortes*, hecho que de nuevo se asociaría a *Astart-Ataecina*.

Este posible origen permitiría una aproximación al significado de la cabra como animal asociado a la divinidad femenina, que en el mundo orientalizante generalmente es *Astart* (ALMAGRO-GORBEA, ed., 2007, p. 433 s.). La cabra salvaje podía ser símbolo de *Dumuzi-Tammuz* en Oriente y en Siria y Fenicia era el animal de *Reshef* (BARNETT, 1957, p. 88), mientras que en el área fenicio-palestina se asociaba a la diosa de la fecundidad, que en el I milenio a.C. se identifica con *Astart* (KEEL & ÜHLINGER, 1992, p. 166 s.; ALMAGRO-GORBEA, ed., 2008, p. 433 s.). Esta divinidad se concebía como una *potnia theron* flanqueada por cabras, tal como ya aparece representada en Ugarit en el II milenio a.C. (SCHAEFFER, 1949, fig. 10; LAGARCE, 1983, p. 554, lám. 99) y de ese modo se la representa también en cuencos de bronce nord-sirios de inicios del I milenio a.C. (MARKOE, 1985, n° G1, Ir6, Ir8; etc.; ALMAGRO-GORBEA, 2015, p. 68 s.). En otras ocasiones dos cabras flanquean el Árbol de la Vida, que simbolizaba a *Asherat-Astart*, ya que era habitual representar a la diosa bajo el símbolo del Árbol de la Vida, por lo que pasó a ser un tema iconográfico habitual en Oriente, como en la placa áurea de Tell Halaf (BITTEL, 1976, fig. 308). Por ello no debe extrañar que hubiera cabras en los templos de la diosa (MALLOWAN & HERRMANN, 1974, p. 10, n. 3), seguramente consideradas como el rebaño de la divinidad, que se representaba simbólicamente en frisos de cabras como los que aparecen en los cuencos de bronce (MARKOE, 1985, n° Cr4, etc.) y en la escena de dos cabras enfrentadas al Árbol de la Vida, que aparecen en placas áureas como la citada de Tell Halaf (BITTEL, 1976, fig. 308), en frisos pintados de Tell Barsip (THUREAU-DANGUIN & DUNAND, 1936, lám. 46) o en marfiles de estilo asirio de Nimrud (BARNETT, 1957, n° H1, H2, T11, etc.; HERRMANN, 1992, n° 30 s., 34; MALLOWAN & DAVIES 1970, p. 42 s. lám. XXXIV; MALLOWAN, 1966, figs. 213-214, fig. 357, 568, 373; MUSCARELLA, 1980, n° 290), tema que llegó a Tartessos, como evidencia un broche de cinturón de bronce conservado en el Römisch-Germanisches Zentralmuseum de Maguncia (ALMAGRO-GORBEA, e.p.).

Todos estos hechos llevan concluir que, según una tradición milenaria en Oriente, la cabra era un animal propiedad y símbolo de la Gran Diosa, cuyos templos tenían rebaños de estos animales (MALLOWAN & HERRMANN, 1974, p. 10, n. 3), tradición que prosigue con *Astart* en el I milenio a.C., por lo que su iconografía está en muchas ocasiones asociada a las cabras (*vid. supra*). Esta tradición oriental debió pasar a *Ataecina* en un proceso facilitado por cierto sincretismo entre ambas divinidades, que probablemente se produciría tras la irrupción de los *Celtici* en el Suroeste de Hispania hacia fines del siglo V a.C. (ALMAGRO-GORBEA, ed., 2008, p. 1013 s.), lo que explicaría el origen de la cabra como animal simbólico de *Ataecina*.

Sin embargo, es interesante tener presente que, a pesar de su aparente relación con los *Celtici* (ALARCÃO, 1988, p. 93), *Ataecina* no se ha documentado en la *Celtiberia* (OLIVARES, 2002, p. 64 s., 247 s.), donde no

existe una divinidad con este nombre ni con otros que pudieran enmascararla, como tampoco en esa zona hay indicios de la cabra asociada a imágenes divinas. En consecuencia, lo más lógico sería suponer que puede tratarse de una diosa local del Suroeste, quizás originaria del mundo megalítico, que hubiera perdurado hasta el pueblo de los *Conii* (PÉREZ VILATELA, 2000, p. 204 s.; ALARCÃO, 2001; SILVA, 2006), población de carácter celto-atlántico (ALMAGRO-GORBEA, ed., 2008, p. 1040 s.) que habitaba esas áreas del Suroeste antes de la aparición de los *Celtici*, ya que la dispersión de los testimonios arqueológicos atribuidos a los Conios (*Id.*, figs. 941 a 946) coincide en buena medida con la de los epígrafes y las figuritas de cabra que testimonian el culto a *Ataecina* (Fig. 4), hecho que no parece que sea una mera casualidad.

Aún se podría profundizar algo más en esta línea dentro de la actual y creciente valoración de las tradiciones religiosas populares como elementos de larga duración. En este sentido, se puede valorar que *Ataecina*, como diosa ctónica y primordial de origen prehistórico, se asocia en las ermitas de El Trampal y de Salvatierra de Barros a Santa Lucía, patrona de la vista, cuya festividad se celebra próxima al solsticio de invierno (*vid. supra*), el 13 de diciembre, como recuerda el dicho popular: “*Por Santa Lucía, se acortan las noches y alargan los días*”. Aunque la relación con la vista se considera una leyenda popular medieval, su etimología abre la hipótesis de que pudiera enmascarar localmente la antigua divinidad que desde época megalítica tenía por símbolo los ojos.

Dentro de esta compleja cuestión, resulta más interesante valorar el significado de la cabra como animal ctónico en el mundo celta, donde se asociaba a Mercurio y al culto a los ancestros (ALMAGRO-GORBEA & LORRIO, 2011, p. 52, 112). Existen representaciones de Mercurio flanqueadas por cabras, por ejemplo, en el santuario de Uley, Gloucestershire (HENIG, 1993, p. 22, lám. 18, n° 62; WOODWARD & LEACH, 1993, p. 101, n° 3, fig. 88) y la preciosa figurita de un macho cabrío de bronce procedente de Ursins, en el cantón suizo de Vaud, datada hacia el siglo I d.C., lleva la dedicación *Daeo Mercurio Iulia Iuli(ana) V.S.L.M.* Otra figurita con una cabra y una tortuga procede de Augst (KAUFMANN-HEINIMANN, 1977, p. 105, n° 155, lám. 103-104) y existen otros casos similares en yacimientos galo-romanos belgas, como los de Pommeroeul, Hainault (FAIDER-FEYTMANS, 1979, p. 198, n° A3,1) y Matagne-la-Petite (*Id.*, p. 197, A2, 1-3; LE BOE, 1982, p. 26 y 30, fig. 9) y en la figura del Cabinet de médailles, de París (BABELON & BLANCHET, 1895, p. 155, n° 354).

Esta relación de la cabra con el mundo ctónico explica que la pata de cabra pasara a ser el distintivo de los seres infernales en el imaginario popular, probablemente desde la Antigüedad. Así parecen indicarlo la leyenda de la “Dama de la pata de cabra”, extendida desde Portugal, donde se conserva todavía hoy en la leyenda de “Dona Chama”, de Torre de Dona Chama, en Trás-os-Montes, como indica el dicho popular “*Dona Chama, Chamorra, pernas de cabra e cara de senhora*” (SANTO ANTONIO, 2009). Esta tradición también se conservaba en Extremadura (Espino, 2013) e igualmente existía en tradiciones celtas del País Vasco recogidas en el siglo XIV por Pedro de Portugal, Conde de Barcelos, en su famoso *Livro de Linhagens* (ALMAGRO-GORBEA, 2013, p. 438 s.).

Entre estas aportaciones que ofrece la Etnoarqueología para comprender mejor el culto a esta diosa es interesante recordar una tradición que existía en São Mamede, cerca del pueblo de Janas, en las proximidades de Sintra. En este lugar, en la romería del santo, del 15 al 17 de agosto, los aldeanos realizaban una triple circumambulación de la iglesia con su ganado en sentido contrario a las agujas del reloj, lo que pudiera indicar que tenía su origen en ritos ctónicos. Se llegaba, incluso, a introducir el ganado en el templo, donde los aldeanos hacían donación de exvotos de cera cuando algún animal había sido curado (FERREIRA & FRANÇA, 1954, p. 296). Por ello, esta tradición ritual supone un interesante testimonio para comprender, desde la Etnoarqueología, el significado votivo que pudieron haber tenido estas pequeñas figuras de cabra donadas a *Ataecina*.

7 – CONCLUSIÓN

La treintena de figuritas de cabritas de bronce que aquí se analizan por primera vez de forma conjunta ofrecen aspectos de indudable interés. Son piezas relativamente modestas, aunque de cierto valor por ser de bronce y porque algunas, ciertamente las menos, ofrecen un estilo de evidente calidad artística, aunque predominan las obras de artesanos populares.

Estas cabritas de bronce aparecen por el Suroeste de *Hispania*, desde el Bajo Alentejo hasta la Alta Extremadura, en el territorio meridional de la *Provincia Lusitania*. Esta dispersión coincide prácticamente con los epígrafes dedicados a *Ataecina*, lo que confirma su relación con el culto a esta divinidad, planteado desde 1885 cuando F. Fita interpretó las cartelas que ofrecen dos de estas cabritas procedentes de La Zafrilla, Cáceres.

Prácticamente todas ellas proceden de hallazgos sin contexto conocido, pero su estilo permite datarlas desde el siglo III a.C. hasta el siglo II o III d.C., por lo que testimonian un rito practicado durante más de medio milenio relacionado con el culto a *Ataecina*, documentado en ese territorio por más de 30 inscripciones y estas 30 figuritas de cabra aquí estudiadas, que deben considerarse una muestra mínima, probablemente inferior al 1/1000 de los testimonios originales en la Antigüedad. Se trata, por tanto, de un culto que fue muy popular y estaba muy extendido, como lo testimoniarían los centenares, por no decir miles, de inscripciones y ofrendas que debieron dedicarse a la diosa, que debe considerarse una Diosa Madre, quizás de ancestrales orígenes megalíticos, muy arraigada en la devoción popular de las gentes que habitaron esas zonas de la antigua *Hispania*. De ahí el interés que ofrecen estas modestas figuras de cabra².

REFERENCIAS

- ABASCAL, J. M. (1995) – Las inscripciones latinas de Santa Lucía del *Trampal* (Alcuéscar, Cáceres) y el culto a *Ataecina* en Hispania. *Archivo Español de Arqueología*. 68, p. 31-105.
- ABASCAL, J. M. (1996) – De nuevo sobre *Ataecina* y Turobriga. Exploraciones del año 1997 en Las Torrecillas (Alcuéscar, Cáceres). *Archivo Español de Arqueología*. 69, 1996, p. 275-280.
- ABASCAL, J. M. (2002) – *Ataecina, Religiões da Lusitania. Loquuntur saxa* (catálogo de exposición), Lisboa, p. 53-60.
- ALARCÃO, J. (1988) – *Roman Portugal* - 1. Warminster: Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J. (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4 (2), p. 293-349.
- ALBERTINI, E. (1923) – *Les Divisions administratives de l'Espagne*. Paris: De Boccard.

² Queremos hacer constar nuestro agradecimiento a la ayuda recibida de numerosos colegas e instituciones que tanto nos han facilitado este trabajo: Prof. Juan Manuel Abascal Palazón, de la Universidad de Alicante; Prof. Miguel Carlos Ferreira Telles Antunes, Director do Museu Maynense da Academia das Ciências de Lisboa; Don António Miguel Alegria, Director del Museu de Évora; Dr.ª Paloma Cabrera, Conservadora del Museo Arqueológico Nacional, Madrid; Prof. João Luis Cardoso, de la *Universidade Aberta* de Lisboa; Don José Miguel Carrillo de Albornoz y Muñoz de San Pedro, III Vizconde de Torre Hidalgo; Prof. Enrique Cerrillo, de la Universidad de Cáceres; Prof. José d'Encarnação, de la Universidad de Coimbra; Don José Miguel González Bornay, Arqueólogo del Museo de Cáceres; Dr. Francisco Javier Jiménez Ávila, Arqueólogo de la Comunidad de Extremadura; Don David Martino, de Ávila; Doña Lúcia Maria de Azevedo Martins, de la Biblioteca Nacional de Portugal; Dr.ª Helena Patrício, de la Biblioteca Nacional de Portugal; Doña Mar Pérez Milla, Conservadora del Museo Víctor Balaguer de Villanueva y Geltrú; Dr. Francisco Javier Pérez Rodríguez, Director del Museo de Palencia; Doña Margarida Pinto, de la Biblioteca Nacional de Portugal; Dr. José Antonio Ramos Rubio, Cronista de la Villa de Trujillo; Don José Miguel Rueda Muñoz de San Pedro, XII Conde de Canilleros; Prof. Artur Anselmo de Oliveira Soares, Presidente da Academia das Ciências de Lisboa.

- ALBERTOS, M. L. (1966) – *La onomástica personal primitiva de Hispania Tarraconense y Bética, Salamanca (Studia Philologica Salmanticensis, 13)*. Salamanca.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el Período Orientalizante en Extremadura (Bibliotheca Praehistorica Hispana, 14)*. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1986) – Bronce Final y Edad del Hierro. La formación de las etnias y culturas prerromanas. En MONTENEGRO, A. (ed.) – *Historia de España - I*. Madrid; Gredos, p. 341-545.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1995) – El urbanismo en la Hispania Céltica: castros y *oppida* en la Península Ibérica. En ALMAGRO-GORBEA, M. & MARTÍN, A. M. (eds.) – *Castros y oppida de Extremadura*. Madrid: Editorial Complutense, p. 13-75.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2011) – Mérida y su territorio desde la Protohistoria. En ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (ed.) – *Congreso Internacional 1910-2010. El Yacimiento Emeritense*. Mérida: Ayuntamiento de Mérida, p. 59-92.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2013) – *Literatura Hispana Prerromana. Las creaciones fenicias, tartesias, ibéricas, celtas y vascas*, Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2015) – Los cuencos decorados fenicios o Phoenician bowls. En JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. (ed.) – *Phoenician Bronzes in Mediterranean (Bibliotheca Archaeologica Hispana, 45)*. Madrid, p. 57-90.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2017, e.p.) – El ‘Broche de las cabras’ del Römisch-Germanisches Zentralmuseum. En GRAELLS, R.; LORRIO, A. J. & CAMACHO, P. (eds.) – *La colección de objetos protohistóricos de la Península Ibérica (I) – Broches de cinturón, placas y fibulas (Römisch-Germanisches Zentralmuseum. Kataloge)*. Mainz.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2018) – De la Historia a la Paleoetnología de los Lusitanos. *Estudios Arqueológicos de Oeiras*. 24, p. 437-470.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (ed.) (2007-2008) – *La necrópolis de Medellín, I-III (Bibliotheca Archaeologica Hispana, 26,1-3)*. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; CASADO, D.; FONTES, F.; MEDEROS, A. & TORRES, M. (2004) – *Prehistoria. Antigüedades Españolas - I*. En Real Academia de la Historia, *Catálogo del Gabinete de Antigüedades*, I.2.1. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & GRAN AYMERICH, J. (1991) – *El estanque monumental de Bibracte (Mont Beuvray, Borgoña) (Complutum Extra, 1)*. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & LORRIO, A. (2011) – Teutates. *El Héroe Fundador y el culto heroico al antepasado en Hispania y en la Keltiké (Bibliotheca Archaeologica Hispana, 36)*. Madrid.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & TURIEL, M. (2013) – La *arracada* Turiel y las *arracadas* hispánicas en forma de creciente decorado. En *Estudios en homenaje a F. Javier Fortea Pérez, Universitatis Oventensis Magister*. Oviedo, p. 501-513.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; ANTUNES, M. T. & CARDOSO, J. L. (e.p) – La colección anticuaria de la Academia das Ciências de Lisboa. *Memorias da Academia das Ciências de Lisboa* (en prensa).
- ÁLVAREZ Y SÁENZ DE BURUAGA, J. (1957) – El nuevo hallazgo de la perdida lápida de Proserpina. *Archivo Español de Arqueología*. 20, p. 245-251.
- ÁLVAREZ Y SÁENZ DE BURUAGA, J. (1970) – Un exvoto de bronce a Ataecina Proserpina en el Museo de Mérida. *IX Congreso Nacional de Arqueología*. Mérida, p. 827-830.
- ÁLVAREZ SANCHÍS, J. (1999) – *Los Vettonos (Bibliotheca Archaeologica Hispana, 1)*. Madrid.
- ÁLVAREZ-OSSORIO, F. (1941) – *Catálogo de los exvotos de bronce ibéricos del Museo Arqueológico Nacional*. Madrid: Museo Arqueológico Nacional.
- AMELUNG, W. (1908) – *Belvedere. Sala degli animali. Galleria delle statue. Sala de' busti. Gabinetto delle maschere. Loggia scoperta (Die Skulpturen des Vaticanischen Museums, 2)*. Berlin.

- ANÓNIMO (1832) – *Resumen de Actas* (de la Real Academia de la Historia) *desde 1821 hasta concluir 1831*. Madrid, p. 20.
- ARBOIS DE JUBAINVILLE, H. d' (1893) – Les Celtes en Espagne. *Revue Celtique*. 14, p. 357-395.
- ARMADA PITA, X. L. & GARCÍA VUELTA, O. (2003) – Bronces con motivos de sacrificio del área noroccidental de la Península Ibérica. *Archivo Español de Arqueología*. 47, p. 47-75
- ARMADA PITA, X. L.; GARCÍA VUELTA, O. & GRAELLS, R. (2013) – Un bronze amb motius de sacrifici del nord-oest de la Península Ibèrica al museu Episcopal de Vic. *Quaderns del Museu Episcopal de Vic*. 5, p. 9-20.
- BABELON, E. & BLANCHET, J.-A. (1895) – *Catalogue des bronzes antiques de la Bibliothèque Nationale*. Paris: Ernest Leroux.
- BALIL, A. (1976) – Notas de arqueología palentina. *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*. 37, p. 7-69.
- BALIL, A. (1980) – Notas de Arqueología. Un fragmento de *terra sigillata* sudgálica hallado en Saldaña. Dos bronceos romanos de Támara. *Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses*. 44, p. 11-28.
- BALIL, A. (1981) – Plasenzuela (Lusitania, Cáceres). *Fasti Archaeologici*. 36-37 (2), p. 856, n° 11763.
- BALMORI, C. (1935) – *Ataecina*, *Adaegina*. *Emerita*. 3, p. 294-297.
- BARNETT, R. D. (1957) – *A Catalogue of the Nimrud Ivories with other examples of Near Eastern Ivories in the British Museum*. London: The Trustees of the British. Museu..
- BELTRÁN LLORIS, M. (1973) – *Estudios de Arqueología Cacerense*. Zaragoza: Departamento de Prehistoria y Arqueología, Fac. Letras, p. 19-111.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1976) – Aportaciones a la epigrafía y la arqueología romana de Cáceres. *Caesaraugusta*. 39-40, p. 19-111.
- BERMEJO, J. (2014) – Arucci y Turobriga. Civitas et territorium. *Un modelo de implantación territorial y municipal en la Baeturia Celtica*. Huelva: Universidad de Huelva, Servicio de Publicaciones.
- BITTEL, K. (1976) – *Los Hititas*. Madrid: Aguilar.
- BLANCO FREIJEIRO, A. (1960) – Die klassischen Wurzeln der iberischen Kunst. *Madridrer Mitteilungen*. 1, p. 101-121.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1955) – Los carros votivos de Mérida y Almorchón. Su significación religiosa. *Zephyrus*. 6, p. 41-80.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1962) – Bronces Prerromanos del Museo Provincial de Cáceres. *Archivo Español de Arqueología*. 35, p. 128-131.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1962 a) – *Religiones primitivas de Hispania*. I. *Fuentes literarias y epigráficas*. Madrid: CSIC.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1975) – *Diccionario de las religiones Prerromanas de Hispania*. Madrid: Istmo.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1981) – El sincretismo en la Hispania Romana entre las religiones indígenas, griega, romana, fenicia y místicas. En *La Religión romana en Hispania*. Madrid: CSIC, p. 179-221.
- BLÁZQUEZ, J. M. (1983) – *Primitivas Religiones Ibéricas*, II. *Religiones Prerromanas*. Madrid: CSIC.
- BOUCHER, S. (1973) – *Bronzes romains figurés du Musée des beaux-arts de Lyon*. Paris: De Boccard.
- BOUCHER, S. (1974) – Les bronzes préromains d'importation de la Gaule pré-romaine. *Bulletin des Musées royaux d'art et d'Histoire*. 6^e série, 46, p. 111-138.
- BOUCHER, S. (1976) – *Recherches sur les bronzes figurés de Gaule préromaine et romaine*, Roma: École française de Rome.
- BOUCHER, S. & TASSINARI, S. (1976) – *Bronzes antiques du Musée de la Civilisation Gallo-Romaine à Lyon*. I. *Inscriptions, statuaire, vaisselle*. Lyon: Musée de la civilisation gallo-romaine.
- BRONCES ROMANOS (1990) – véase VV.AA. (1990).

- CAHN (2010) – *Auktion 5, 16. September 2010*. Basel.
- CAMPOS, J. M. & BERMEJO, J. (2013) – Arucci y Turobriga: Su problemática y reducción. *Archivo Español de Arqueología*. 86, p. 113-130.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les Âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*, Paris: Reinwald.
- CASTRO VIGO, E. (2009) – Un nuevo ejemplar de los llamados bronce votivos sacrificiales. *Gallaecia*. 28, p. 131-138.
- CHANTRE, E. (1898) – *Mission en Capadoce*. Paris: E. Leroux.
- CHAPA, T. (1980) – *La escultura zoomorfa ibérica en piedra* (Tesis Doctoral). Madrid: Universidad Complutense.
- CIL II = Véase HÜBNER, 1869.
- CORRALES & GALLEGO, M^a P. (1942) – Museo Balaguer. *Memorias de los Museos Arqueológicos Provinciales*. 3, p. 61-75.
- CORZO, R. (1991) – Piezas etruscas del santuario de La Algaida (Sanlúcar de Barrameda, Cádiz). En REMESAL, J. & MUSSO, O. (eds.)– *La presencia de material etrusco en la península Ibérica*. Barcelona: Universitat de Barcelona, p. 399-411.
- CORZO, R. (2000) – El santuario de la Algaida (Sanlúcar de Barrameda, Cádiz) y la formación de sus talleres artesanales. En COSTA, B. & FERNÁNDEZ, J. H. – *Santuarios fenicio-púnicos en Iberia y su influencia en los cultos indígenas (XIV Jornadas de Arqueología fenicio-púnica, Eivissa, 1999)*. Ibiza: Museu Arqueològic d’Eivissa i Formentera.
- COSTA, J., (1888) – *Poesía popular española y mitología y literatura celto-hispanas*², Madrid (reed. 1981).
- CPIL Cáceres = HURTADO DE SAN ANTONIO, R. (1977) – *Corpus Provincial de Inscripciones Latinas (CPIL) – Cáceres*. Cáceres: Diputación Provincial de Cáceres, Servicios Culturales.
- DE CARO, S. (2000) – *Il gabinetto segreto del Museo Archeologico Nazionale di Napoli*. Napoli: Electa.
- DE RIDDER, A. (1911) – *Les Bronzes antiques du Louvre*. I. *Les Figurines*. Paris: E. Leroux.
- DEONNA, W. (1912) – Bronzes du musée de Genève. *Revue Archéologique*. 4^e série, 20, p. 22-42.
- DOMINGOS, M. D. (2006) – *Frey Manuel do Cenáculo e a Biblioteca Publica. O mecenas*. Lisboa: BN.
- DOMÍNGUEZ VINAGRE, A. (2008) – Salvatierra Romana, II. *El Atrio*. 3.
- ENCARNAÇÃO, J. (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ÉSPERANDIEU, E. & ROLAND, H. (1959) – *Bronzes antiques de la Seine Maritime*. Paris: CNRS.
- ESPINO, I. J. (2013) – El patas de cabra y las lamias castúas (Disponible en <URL: <http://blogs.hoy.es/extremadura/2013/02/13/el-patas-de-cabra-y-las-lamias-castuas/>>, consultado en 12.0.2016).
- FAIDER-FEYTMANS, G. (1957) – *Recueil des bronzes de Bavy* (VIII supl. *Gallia*). Paris.
- FAIDER-FEYTMANS, G. (1979) – *Les Bronzes Romains de Belgique, I-II*. Mainz: Ph. von Zabern.
- FERNÁNDEZ CASTRO, M. C. (1989) – Acerca de la cierva ibérica de bronce del British Museum, *Homenaje al Profesor Antonio Blanco Freijeiro*. Madrid: Universidad Complutense, p. 107-130.
- FERREIRA, O. V. & FRANÇA, J. C. (1954) – Ex voto pré-romano inédito do Museu Regional de Sintra. *Revista de Guimarães*. LXIV, 3-4, p. 290-297.
- FERRER, A. (1948) – Exvoto iberorromano de Malpartida de Cáceres dedicado a la deidad Turibrigensis Adaegina. *Archivo Español de Arqueología*. 21, p. 288-291.
- FITA, F. (1885) – III. Inscripciones romanas inéditas de Cáceres, Brandomil, Naranco y Lérida. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. 6, p. 430-436.
- FITA, F. (1885 a) – Inscripciones romanas de Cáceres, Úbeda y Alcalá de Henares. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. 7, p. 45-53.

- FITA, F. (1914) – Nuevas inscripciones romana y visigótica de Talaván y Mérida. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. 64, p. 304-313.
- FLEISCHER, R. (1967) – *Die römische Bronzen aus Österreich*. Mainz: Phillip von Zabern.
- FLIDNER, R. (1932) – Das Wailerleben der Ataecina. *Theologischen Studien und Kritiken*. 104, p. 111-120.
- GARCÍA, L. P. (1984) – Um ex-voto lusitano romano. *Almadan*. 3, p. 7.
- GARCÍA, L. P. (1991) – *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- GARCÍA BELLIDO, M. P. (1993) – *Álbum de dibujos de la colección de bronce antiguos de Antonio Vives y Escudero (Anejos de Archivo Español de Arqueología, 13)*. Madrid.
- GARCÍA BELLIDO, M. P. (2001) – *Lucus Feroniae Emeritensis*. *Archivo Español de Arqueología*. 74, p. 53-71.
- GARCÍA Y LÓPEZ, J. C. (1903) – Inventario de las Antigüedades y Objetos de Arte que posee la Real Academia de la Historia. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. 42, p. 311-368.
- GÓMEZ PANTOJA, J. (1995) – Pastores y trashumantes de Hispania. En BURILLO, F. (ed.) – *III Simposio sobre los celtiberos*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, p. 495-506.
- GÓMEZ PANTOJA, J. (2001) – Pastio Agrestis. Pastoralismo en la Hispania Prerromana. En GÓMEZ-PANTOJA, J. (ed.) – *Los Rebaños de Gerión. Pastoreo y trashumancia en Iberia antigua y medieval*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 177-213.
- GONZÁLEZ, A. & ALVARADO, M. (1983) – Los castros romanos de Plasenzuela. *Revista de Estudios Extremeños*. 39 (1-2), p. 97-105
- GREEN, M. (1992) – *Animals in Celtic Life and Myth*. London-New York: Routledge.
- HENIG, M. (1993) – *Roman Sculpture from the Cotswold Region with Devon and Cornwall*. Oxford, Oxford University Press.
- Hep: *Hispania Epigraphica* (<http://eda-bea.es/>). Madrid.
- HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, F. & MARTÍN BRAVO, A. M. (2017) – *Las necrópolis de El Romazal y el conjunto arqueológico de Villasviejas del Tamuja (Botija / Plasenzuela, Cáceres)*, Madrid: La Ergástula.
- HERNANDO BALMORI, C. (1934) – Ataecina. Adaegina. *Emerita*. 3, p. 214-224.
- HERRMANN, G. (1992) – *Ivories from Room SW' (Ivories from Nimrud IV)*. London.
- HÜBNER, E. (1862) – *Die antiken Bildwerke in Madrid*. Berlin: Georg Reimer.
- HÜBNER, E. (1869) – *Corpus inscriptionum Latinarum (CIL). II. Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: Georgium Reimerum.
- ILER = VIVES, J. (1972) – *Inscripciones Latinas de la España Romana*. Barcelona: Universidad de Barcelona, Departamento de Filología Latina.
- JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. (2002) – *La toréutica orientalizante en la Península ibérica (Bibliotheca Archaeologica Hispana, 16)*. Madrid.
- JITTA, A. N. Z.-J.; PETERS, W. J. T. & VAN ES, W. A. (1967) – *Roman Bronzes Statuettes from the Netherlands. I. Statuettes Found North of the Limes*. Groningen: Wolters-Noordhoff.
- JITTA, A. N. Z.-J.; PETERS, W. J. T. & VAN ES, W. A. (1969) – *Roman Bronzes from the Netherlands. II. Statuettes found South of the Limes*. Groningen: Wolters-Noordhoff.
- KAUFMANN-HEINIMANN, A. (1977) – *Römische Bronzestatuetten aus Augst und Kaiseraugst (Augster Museumshefte, 5)*. Mainz.

- KEEL, O. & ÜHLINGER, C. (1992) – *Göttinnen, Götter und Göttersymbole. Neue Erkenntnisse zur Religionsgeschichte Kanaans und Israels aufgrund bislang unerloschener ikonographischer Quellen*. Freiburg.
- LAGARCE, E. (1983) – Le rôle d'Ugarit dans l'élaboration du repertoire iconographique syro-phénicien du premier millénaire avant J.-C. En *Atti I Congresso Internazionale di Studi Fenici e Punici*. Roma: Istituto per la civiltà fenicia e punica, p. 547-561.
- LE BOE, G. (1982) – *Le sanctuaire gallo-romain dans la Plaine de Bieure à Matagne-la-Petite (Archaeologia Belgica, 251)*. Bruxelles.
- LEBEL, P. (1961) – *Catalogue des collections archéologiques de Besançon. V. Les bronzes figurés*. Paris: Les Belles Lettres.
- LEBEL, P. (1962) – *Catalogue des collections archéologiques de Montbéliard. III. Les bronzes figurés*. Paris: Les Belles Lettres.
- LEBEL, P. & BOUCHER, S. (1975) – *Bronzes figurés antiques (Grecs, étrusques et romains)*. Paris: Éditions de la ville d'Autun.
- LÓPEZ AMADOR, J. J. & RUIZ GIL, J. A. (2010) – Las ofrendas del santuario púnico-gaditano de la Algaida (Sanlúcar de Barrameda). En MATA ALMONTE, E. (ed.) – *Cuaternario y arqueología. Homenaje a Francisco Giles Pacheco*. Cádiz: Diputación Provincial de Cádiz, Servicio de Publicaciones: Asociación Profesional del Patrimonio Histórico-Arqueológico de Cádiz, p. 271-281.
- LÓPEZ MELERO, R. (1986) – Nueva evidencia sobre el culto de Ategina: el epígrafe de Bienvenida. En *Manifestaciones religiosas en la Lusitania*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 93-112.
- LUJÁN, E. R. (1998) – La diosa *Ataecina* y el nombre de la *noche* en antiguo irlandés. *Emerita*. 66, p. 291-306.
- LUZÓN, J. M. (1975) – La romanización. En ALMAGRO BASCH, M. (ed.) – *Huelva. Prehistoria y Antigüedad*. Madrid: Editora Nacional, p. 269-320.
- MALLOWAN, M. E. L. (1966) – *Nimrud and its Remains, I-II*. London: Dodd, Mead.
- MALLOWAN, M. E. L. & DAVIES, L. G. (1970) – *Ivories in Assyrian Style (Ivories from Nimrud II)*. London.
- MALLOWAN, M. E. L. & HERRMANN, G. (1974) – *Furniture from SW.7 Fort Shalmeneser (Ivories from Nimrud III)*. London.
- MARCONI, P. (1930) – Note sull'ariete del Museo Nazionale di Palermo. *Bollettino d'Arte*, p. 138-142.
- MARKOE, G., (1985) – *Phoenician Bronze and Silver Bowls from Cyprus and the Levant*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press.
- MARTÍN GIL, T. (1968) – Papeletas de arte y arqueología. En *Motivos Extremeños*. Madrid: Escuelas Profesionales Sagrado Corazón de Jesús.
- MÉNDEZ GRANDE, G., (2005) – Hallazgo de dos nuevas piezas de mármol con dedicación a *Ataecina* / Proserpina en *Augusta Emerita. Mérida. Excavaciones Arqueológicas*. 11, p. 1-17.
- MONTEO, T. (2003) – *Religio iberica: Santuarios, ritos y divinidades (siglos VII-I A.C.) (Bibliotheca Archaeologica Hispana, 20)*. Madrid.
- MUSCARELA, O. W. (1980) – *The Catalogue of Ivories from Hasanlu, Iran (University Museum Monograph, 40)*, Philadelphia.
- NAVARRO GARCÍA, R. (1939) – *Catálogo Monumental de la Provincia de Palencia I. III. Partidos de Cervera de Rio Pisuerga y Saldaña*. Palencia: Diputación Provincial.
- NAVARRO GARCÍA, R. (1946) – *Catálogo Monumental de la Provincia de Palencia. Partido Judicial de Palencia*. Palencia: Diputación Provincial.

- NICOLINI, G. (1969) – *Les Bronzes figurés des sanctuaires ibériques*. Paris: PUF.
- OLIVARES, J. C. (2002) – *Los dioses de la Hispania céltica (Bibliotheca Archaeologica Hispana 15)*, Madrid.
- PARIS, P. (1904) – *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*, I-II. Paris: Ernest Leroux.
- PATROCINIO, M. F. S (2006) – O registro das antiguedades lusitanas do Sul no legado documental de D. Manuel de Cenaculo. *Promontoria*. Faro, p. 17-36.
- PÉREZ VILATELA, L. (2000) – *Lusitania. Historia y Etnología (Bibliotheca Archaeologica Hispana, 6)*. Madrid.
- PINTO, A. J. N. (2002) – *Bronzes figurativos romanos de Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PORTELA, D. (1998) – El culto a *Ataecina* en la Península Ibérica. In VV.AA. – *Homenaje de Talavera de la Reina a Don Fernando Jiménez de Gregorio*. Talavera de la Reina: Ayto. de Talavera de la Reina, p. 121-130
- PRÓSPER, B. M. (2002) – *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- PUCHE, O. (2002) – La contribución de los ingenieros a la Arqueología española. En *Historiografía de la Arqueología española. Las Instituciones (Cursos y conferencias, 3)*. Madrid: Museo de San Isidro, p. 13-45.
- RAMIS Y RAMIS, A. (1833) – *Inscripciones relativas a Menorca y noticias de varios monumentos descubiertos en ella*. Mahón: Imprenta de Pedro Antonio Serra.
- REINACH, S. (1894) – *Antiquités Nationales. Musée de Saint-Germain-en-Laye. Bronzes figurés de la Gaule romaine*. Paris: Firmin-Didot.
- REINACH, S. (1904) – *Répertoire de la statuaire grecque et romaine*, III. Paris: Ernest Leroux.
- REINACH, S. (1908) – *Répertoire de la statuaire grecque et romaine*, II,1². Paris: Ernest Leroux.
- REINACH, S. (1913) – *Répertoire de la statuaire grecque et romaine*, IV². Paris: Ernest Leroux.
- REINACH, S. (1924) – *Répertoire de la statuaire grecque et romaine*, V,1². Paris: Ernest Leroux.
- REINACH, S. (1928) – *Répertoire de la statuaire grecque et romaine*, VI. Paris: Ernest Leroux.
- RICHTER, G. M. (1930) – *Animals in Greek Sculpture. A survey*. Oxford: Oxford University Press.
- RICHTER, G. M. (1950) – *The Sculpture and Sculptors of the Greeks*. New Haven: Yale University Press (4^a ed. 1970).
- RIDDER, A. (1913) – *Les Bronzes antiques du Louvre*. Paris: Ernest Leroux.
- RITTER, S. (1994) – Die antiken Bronzen im Römisch-Germanischen Museum Köln: Die Statuetten aus Köln. *Kölner Jahrbuch*. 27, p. 317-402.
- RODRIGO Y HABA, S. (1992) – Aguas medicinales y culto a las aguas en Extremadura. *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie II, *Historia Antigua*. 5, p. 351-382.
- ROSO DE LUNA, M. (1903) – Nuevas inscripciones romanas de la región norbense. *Boletín de la Real Academia de la Historia*. 44, p. 113-143.
- SAGREDO SAN EUSTAQUIO, L. & CRESPO ORTIZ DE ZÁRATE, S. (1979-1980) – El habitat romano de la provincia de Palencia. *Hispania Antiqua*. 8-10, p. 141-168.
- SALINAS, M. (1999) – En torno a viejas cuestiones: guerra, trashumancia y hospitalidad en la Hispania prerromana. En VILLAR, F. & BELTRÁN, F. (eds.) – *Pueblos, lenguas y escrituras en la Hispania prerromana (Actas del VII Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas, Zaragoza, 1997)*. Zaragoza, p. 281- 293.
- SALINAS, M. (2001) – *Los vettones. Indigenismo y romanización en el occidente de la Meseta*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- SÁNCHEZ MORENO, E. (1997) – El agua en las manifestaciones religiosas de los Vettones: algunos testimonios. In PERÉX AGORRETA, M. J. (ed.) – *Termalismo antiguo. I Congreso Peninsular. Arnedillo-1996*. Madrid: Casa de Velázquez, p. 129-139.

- SANTO ANTONIO, A. B. (2009) – Torre D. Chama. A lenda (Disponível em <URL: <http://anabsantoantonio.blogspot.com.es/2009/12/torre-d-chama-lenda.html>>, consultado em 12.0.2016).
- SAPELLI, M. (2010) – *Villa Adriana. Una storia mai finita. Novità e prospettive della ricerca*, Roma.
- SCHAEFFER, C. F.-A. (1949) – *Ugaritica*, II. Paris: Paul Genthner.
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins (reed. 2007).
- SILVA, L. F. (2006) – Cónios? os etnónimos Kunetas / Kouneous / Koniois e os corónimos Conistorgis, Cincticum e Cuneo. uma revisão das fontes greco-romanas (430 a.C. a 370 d.C.). Disponível em <URL: <http://imprompto.blogspot.com/2006/05/cnios.html>> (consultado em 12.2007).
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução á Archeologia da Peninsula Iberica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- STEUDING, H. (1884-1886) – Ataecina, Adaegina. En ROSCHER, W. H. (ed.) – *Lexikon der Griechischen und Römischen Mythologie*, I. Leipzig: B. G. Teubner, col. 663.
- TEPOSU-MARINESCU, L. (2000) – *Statuette de bronz din Dacia Romana. Monografia I*. Bucuresti.
- THOUVENOT, R. (1927) – *Catalogue des figurines et objets de bronze du Musée Archéologique de Madrid*. Paris: De Boccard.
- THUREAU-DANGUIN, F. & DUNAND, M. (1936) – *Tell-Barsib*. Paris.
- TIR, 1995 = *Tabula Imperii Romani. Hoja J-29 Lisboa. Emerita, Scalabis, Pax Iulia, Gades*. Madrid: CSIC.
- TOUTAIN, J. (1949) – *Les Cultes païens dans l'Empire romain. III. Les cultes indigènes nationaux et locaux. Afrique du Nord, Péninsule ibérique, Gaule*. Paris: Ernest Leroux.
- TOVAR, A. (1949) – *Estudios sobre las primitivas lenguas hispánicas*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras: Instituto de Filología.
- TOVAR, A. (1976) – *Iberische Landeskunde. Baetica*. Baden-Baden: Valentin Koerner.
- Trullén, J. M. (ed.) (2001) – *Biblioteca Museu Víctor Balaguer. Guia de les Col·leccions del Museu*. Villanueva y Geltrú: Organisme Autònom BMVB.
- URBINA, D. (1994) – Ataecina y Orilouco. Dos divinidades indígenas en Talavera de la Reina. *Minius*. 3, p. 29-41.
- VASCONCELOS, J. L. (1895) – Cabrinhas ou bodes de bronze. *O Arqueologo Português*. 1, p. 296-301.
- VASCONCELOS, J. L. (1905) – *Religiões da Lusitania*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VÁZQUEZ DE PARGA, L. (1947) – Exvoto dedicado a Adaegina. *Adquisiciones del Museo Arqueológico Nacional (1940-1945)*. Madrid, p. 79.
- VEIGA, S. P. M. E. (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, IV. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VV.AA. (1976) – *Bronzes romains de Suisse* (catálogo de exposición). Lausanne.
- VV.AA. (1990) – *Los Bronces romanos en España* (catálogo de exposición), Madrid: Centro Nacional de Exposiciones.
- VV.AA. (2016) – *Lusitânia Romana. Origem de dois povos* (catálogo de exposición). Lisboa.
- WILL, M. E. (1969) – Circonscription du Nord et Picardie, *Gallia*, 27, p. 225-239.
- WISSOWA., G. (1912) – *Religion und Kultus der Römer*, München.
- WOODWARD, A. & LEACH, P. (1993) – *The Uley Shrines. Excavation of a ritual complex on West Hill, Uley, Gloucestershire. 1977-1979 (English Heritage Archaeological Report no. 17)*. London.

APÉNDICE I

1. Santa Cruz, Almodóvar, Mértola



Lugar de conservación: Museu Nacional de Arqueologia, Inv. n.º 17918.

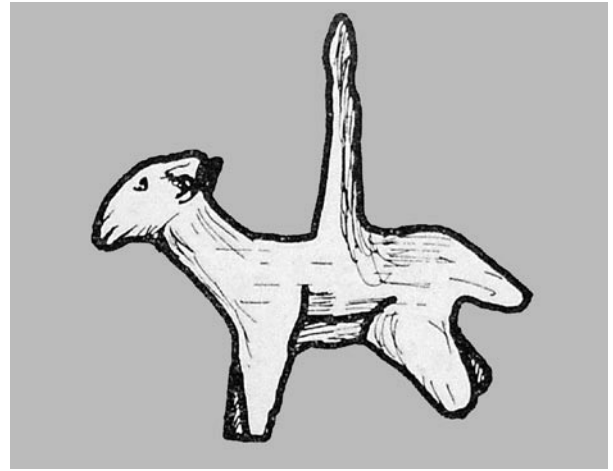
Procedencia: Hallada casualmente en 1886 en el lecho del río Vascão, parroquia de Santa Cruz, concejo de Almodóvar. En 1895 era propiedad de João Manuel da Costa, de Mértola, quien la donó al Museu Nacional de Arqueologia antes de 1905.

Dimensiones: Altura: 70 mm; Longitud; 112 mm; Grosor: 24 mm.

Descripción: Figura tosca de una cabra de bronce que representa de forma muy somera el pequeño cuerpo muy estilizado del animal, que contrasta con un cuello alto y alargado. Las orejas, ojos, cuernos, barba y pellejos del cuello aparecen señalados, como la corta cola hacia arriba del animal. Los ojos y orificios nasales se señalan con agujeros poco profundos. La superficie de dorso y cuello aparece cubierta de círculos, losanges, dentados y otras marcas geométricas incisas que parecen representar las manchas de color de la piel. Las patas están rotas a la altura de las rodillas. En la ficha de MNA se ha datado en la 2ª Edad del Hierro.

Bibliografía: VASCONCELOS, 1895, p. 297, fig. 2; PARIS, 1903, p. 208, fig. 355; REINACH, 1913, p. 508, n.º 2; FERREIRA & FRANÇA, 1954, lám. III,7; DOMINGOS, 2006, p. 22; <URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=114842>>, consultado en 2017.12.2).

2. Beja



Lugar de conservación: Se conservaba, según las noticias existentes, en la Biblioteca Nacional de Lisboa a inicios del siglo XX, donde no ha sido posible localizarla en la actualidad.

Procedencia: Adquirida en Beja por Leite de Vasconcelos en 1889 como hallada entre los restos de la muralla.

Dimensiones: Desconocidas.

Descripción: Figura de cabra de bronce de escasa calidad estilística con un vástago vertical que le sale del lomo y que Vasconcelos interpretó que pudiera servir para insertar una figura humana.

Bibliografía: VASCONCELOS, 1895, p. 298; FERREIRA & FRANÇA, 1954, lám. II,2.

3. Redondo, Montoito, Évora



Lugar de conservación: Museu Nacional de Arqueologia, Inv. n.º 17919.

Procedencia: Hallada en Redondo, con monedas de Filipo el Árabe y cerámicas bajo una piedra cerca de un río, a 1 km de Montoito, población situada al sureste de Évora. En 1878 era propiedad de Sanches da Gama, quien también poseía alguna de las monedas romanas halladas junto a la cabrita. Adquirida por compra en Coimbra para el Museu Nacional de Arqueologia por mediación de António Ribeiro de Vasconcelos.

Dimensiones: Longitud: 107 mm; Altura: 55 mm; Grosor: 18 mm.

Descripción: Figurita de una cabra de bronce de cuerpo estilizado muy alargado, en especial el largo cuello. Su pequeña cabeza muestra la boca abierta, pequeñas orejas y cuernos, los ojos señalados por un círculo en relieve y una pequeña barba, así como un corto rabo en su extremo posterior. Las patas están rotas por encima de las rodillas y toda la superficie aparece cubierta de líneas incisas paralelas, ligeramente sinuosas, para representar la pelambrera del animal. La ficha del Museu Nacional de Arqueologia data esta figurita en la 2ª Edad del Ferro.

Bibliografía: SIMÕES, 1878, p. 126, n. 1; VASCONCELOS, 1895, p. 296 s., fig. 1; PARIS, 1903, p. 208, fig. 356; REINACH, 1913, p. 509, n° 4; FERREIRA & FRANÇA, 1954, lám. III,8; <URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=114843> (2017.12.2)

4. *Pinhal Novo*, Arraiolos



Lugar de conservación: Colección particular, Lisboa.

Procedencia: Pinhal Novo, Arraiolos, Évora, Alto Alentejo.

Dimensiones: 86 mm de largo, 74 mm de alto y 18 mm de grueso; Peso: 425 g.

Descripción: Pequeña cabrita de bronce macizo dispuesta sobre una base rectangular con los ángulos lobulados. Se ha representado al animal estático, con la cabeza al frente con los cuernos y el rabo bien visibles y los genitales representados de forma esquemática. Muestra una superficie rugosa para insinuar su pelaje.

Bibliografía: GARCIA, 1984, p. 7; *Id.*, 1991, p. 131; ALARCÃO, 1988, II, 3, p. 158; PINTO, 2002, p. 224, lám. 87, n° 84.

5. *Alentejo*, probablemente



Lugar de conservación: Museo de la Academia das Ciências de Lisboa, 1

Procedencia: Desconocida.

Dimensiones: Longitud máxima: 149 mm; Altura máxima: 95 mm; Grosor máximo: 40 mm.

Descripción: Figurita de bronce realizada a la cera perdida con gran habilidad y calidad plástica. Está bien conservada, con una bella pátina de color verde sin apenas erosión, aunque ha perdido los cuernos y la pata posterior izquierda muestra una grieta que, afortunadamente, no ha llegado a fracturar. Los extremos inferiores de las patas aparecen ocultos en una masa de plomo desde la Antigüedad.

Representa una cabra grávida, pues se ha sabido reflejar con gran pericia plástica el abultamiento de la tripa

del animal que indica su gravidez. La cabra aparece enhiesta y mirando al frente, pero su disposición no resulta totalmente recta ni simétrica, pues, vista desde arriba, el cuello y la cabeza aparecen ligeramente desviados hacia el lado izquierdo. La cabeza, fina y bien concebida, aunque demasiado pequeña, ofrece el morro redondeado con un entrante que indica la boca, bajo la cual se ha representado una pequeña barba triangular ligeramente curvada hacia delante. En la parte más alta, un muñón indica la posición de los cuernos, seguramente curvados hacia atrás, que se han perdido por rotura. A los lados, sendas protuberancias indican las orejas, mientras que los ojos se han señalado por medio de sendas finas incisiones ovales. La cabeza aparece separada del cuello por su mayor volumen; éste es largo y de sección ovalada, ensanchándose hacia el cuerpo, cuya superficies curvadas y sinuosas reproducen con gran perfección el cuerpo del animal, así como su forma aquillada a ambos lados del espinazo. Destaca la habilidad comentada para representar con gran pericia plástica y sentido naturalista el vientre abultado del animal, que indica su gravidez, detalle que debe considerarse característico del estilo naturalista de la obra. Además, con la misma habilidad se ha moldeado un corto rabo en el extremo posterior, apenas perceptible. Bajo el vientre, entre las patas posteriores, aparecen dos grandes ubres de forma cónica, que confirman el estado de gravidez del animal. El animal está en posición estática, con las patas casi verticales y paralelas, aunque las posteriores, más gruesas, muestran el quiebro correspondiente a las rodillas. La parte inferior de las patas aparece ligeramente ensanchada hacia delante para representar las pezuñas, detalle que apenas puede apreciarse por estar casi cubiertas, especialmente las posteriores, por una masa de plomo, en parte agrietada, que ya en la Antigüedad unía las cuatro extremidades del animal. Por debajo de esta masa plúmbea todavía se aprecian dos pernios o vástagos de fijación de la figura dispuestos en prolongación de las patas, por lo que debieron servir para asegurarla a un soporte, cuya adhesión se reforzó por medio de la citada masa de plomo. Finalmente, hay que señalar el cuidado puesto en el tratamiento de la superficie, pues ésta ofrece finos trazos y series de puntuaciones paralelas para representar con el mayor realismo posible la piel peluda del animal.

Bibliografía: ALMAGRO-GORBEA, TELLES ANTUNES & CARDOSO, e.p.

6. Alentejo, probablemente



Lugar de conservación: Museo de la Academia das Ciências de Lisboa, 2.

Procedencia: Desconocida.

Dimensiones: Longitud máxima: 108 mm; Altura máxima: 103 mm.

Descripción: Figurita de bronce realizada a la cera perdida como la anterior con evidente calidad técnica y habilidad plástica. Está bien conservada y ofrece una buena pátina, pero muestra algunas pequeñas erosiones y ha perdido la mitad inferior de las patas delanteras, mientras que los extremos de las traseras, como en el caso anterior, aparecen soldados a una masa de plomo, sin duda desde la Antigüedad.

Destaca el magnífico tratamiento plástico de toda la figura, en especial, de la cabeza, con un realismo de los volúmenes que sólo tiene parangón en la cabra de la Colección Calzadilla (BLANCO FREIJEIRO, 1960, lám. 32,2), pues denota, como ésta, un claro influjo de corrientes estilísticas helenísticas de los últimos siglos antes de la Era. La cabra aparece enhiesta y mirando al frente, con las patas delanteras rectas y paralelas, pero las traseras ligeramente dobladas, como si estuviera en actitud de alerta y lista para saltar o emprender la huida. Destaca su fina cabeza, perfectamente concebida en su forma y sus volúmenes. Ofrece dos cortos cuernos curvados hacia atrás y debajo dos pequeñas orejas salientes dispuestas igualmente hacia atrás. La cabeza se afina en las órbitas oculares, con los ojos redondos, y el morro redondeado ofrece las fosas nasales y un entrante para la boca, ligeramente abierta, bajo la cual aparece una pequeña barba

triangular. La cabeza queda unida al tronco por un cuello ligeramente curvado, que se ensancha hacia el cuerpo con gran habilidad, pues la transición de unas partes a otras del cuerpo se logra con toda perfección a base de suaves superficies curvadas. También es de destacar la habilidad para modelar los cuartos delanteros y traseros y un pequeño rabo alzado. Bajo las patas posteriores aparecen dos ubres cónicas que confirman que se trata de una hembra.

La parte inferior de las patas traseras muestra las pezuñas del animal perfectamente labradas, aunque las anteriores faltan por rotura. Ambas patas posteriores se apoyan sobre una masa de plomo, conservada desde la Antigüedad, que debía servir para unir esta figura a su soporte, sin que se aprecien restos de los pernos o vástagos de fijación que ofrece la figura anterior.

Como la figura precedente, la superficie de esta cabra ofrece un muy cuidadoso tratamiento a base de finas líneas levemente incisas que representan con realismo la piel del animal.

Bibliografía: ALMAGRO-GORBEA, TELLES ANTUNES & CARDOSO, e.p.

7. Alentejo, probablemente



Lugar de conservación: Museu de Évora - 1.

Procedencia: Desconocida, pero probablemente procede del obispado de Beja, Bajo Alentejo. El Museu de Évora conserva tres cabritas de bronce que se consideran

procedentes del Alentejo, pues se conservaban en el Gabinete Arqueológico de la Biblioteca de Évora, por lo que se consideran procedentes del Museu Cenáculo, de donde han pasado al actual Museu de Évora, lo que permite suponer que debieron formar parte de las colecciones de Manuel do Cenáculo.

Dimensiones: Longitud: 120 mm; Altura máxima: 125 mm; Altura del animal sin los pernios de sujeción: 80 mm; Grosor máximo: 28 mm.

Descripción: La cabra del Museu de Évora - 1 es una cabra estilizada en actitud estante, con la cabeza bien modelada, con las orejas, los ojos y la boca indicados, así como unos cortos cuernos, la barba y las ubres. El cuerpo es bastante alargado y casi cilíndrico. La superficie del cuerpo queda cubierta por una serie de pequeños trazos incisos casi verticales, de unos 2 ó 3 mm de largo, que indican el vello del animal. Tanto las patas delanteras como las posteriores se apoyan en pernos de sección circular, que descienden en forma de V al quedar unidos para su fijación a un soporte.

Bibliografía: SIMÕES, 1878, p. 125; VEIGA, 1891, lám. 26, fig. 3-5; CARTAILHAC, 1886, p. 301; VASCONCELOS, 1895, p. 297; *Id.*, 1905, p. 169, figs. 34, 35 y 36; REINACH, 1913, p. 508, n° 6; BLAZQUEZ, 1975, p. 41.

8. Alentejo, probablemente



Lugar de conservación: Museu de Évora - 2.

Procedencia: Desconocida, pero probablemente procede del obispado de Beja, Bajo Alentejo, como la cabrita anterior.

Dimensiones: Longitud: 110 mm; Altura máxima: 125 mm; Altura del animal sin los pernios de sujeción: 80 mm; Grosor máximo: 25 mm.

Descripción: Figura estilizada de cabra en actitud estante con la cabeza moldeada con dos cuernos curvados hacia atrás y los ojos, la boca y la barba indicados. El cuerpo es alargado de tendencia cilíndrica y finaliza en un corto rabo, mientras que entre las piernas se han indicado las ubres. Toda la superficie del cuerpo aparece cubierta por pequeños trazos incisos casi verticales, de unos 2 ó 3 mm de largo, que indican el vello del animal. Las patas, paralelas, se prolongan sobre pernios de sección circular dispuestos en V, que se unen en una pequeña plataforma de forma cuadrada. La similitud que esta cabra Évora - 2 ofrece con la cabra Évora - 1 en su estilo, forma, modo de representar el pelo del animal y pernios del sistema de sujeción permiten suponer que ambas sean obra de un mismo artesano.

Bibliografía: SIMÕES, 1878, p. 125, fig. 80; CARTAILHAC, 1886, p. 301, fig. 433; VASCONCELOS, 1895, p. 299, fig. 4; *Id.*, 1905, p. 169, fig. 34; PARIS, 1904, p. 207, fig. 353; REINACH, 1913, p. 508, n° 4; FERREIRA & FRANÇA, 1954, lám. II,3

9. Alentejo, probablemente



Lugar de conservación: Museu de Évora - 3.

Procedencia: Desconocida, pero probablemente procede del obispado de Beja, Bajo Alentejo, como las dos cabritas anteriores.

Dimensiones: Longitud: 100 mm; Altura máxima: 80 mm; Altura del animal sin las placas de sujeción: 58 mm; Grosor máximo: 25 mm.

Descripción: Figura de cabra en actitud estante, de modelado poco cuidado, pero los pelos de la piel se han indicado a base de fuertes trazos paralelos incisos.

La cabeza ofrece dos largos cuernos curvos hacia atrás, con las orejas largas y una pequeña barba doble y los ojos indicados. El cuerpo es de forma cilíndrica, sin apenas modelado y ofrece un largo rabo curvado hacia atrás. Las patas son rectas y acaban en pezuñas con la hendidura central señalada. Tanto las patas delanteras como las traseras se prolongan en sendas placas de forma rectangular de 30 mm de ancho por 22 mm de altura.

Bibliografía: SIMÕES, 1878, p. 125, fig. 79; CARTAILHAC, 1886, p. 301, fig. 434; VASCONCELOS, 1895, p. 300, fig. 5; *Id.*, 1905, p. 169, fig. 35; PARIS, 1904, p. 207, fig. 354; REINACH, 1913, p. 508, n° 5; FERREIRA & FRANÇA, 1954, lám. II,3.

10. Estremadura Trastagana [?], Portugal



Lugar de conservación: Museu Nacional de Arqueologia, Inv. n° 17920.

Procedencia: Desconocida. Formó parte de la colección de Joaquim José Colaço y fue adquirida por Leite de Vasconcelos en Lisboa antes de 1920, año en que ya estaba en Museu Nacional de Arqueologia.

Según Vasconcelos (1895, p. 298) procedería del Alentejo, aunque una información oral de Teixeira de Aragão la supone de Viseu, lo que parece menos probable. Su ficha museológica indica una posible procedencia de la Estremadura Transtagana, entre el Sado y Sines.

Dimensiones: Altura: 75 mm; longitud: 104 mm; anchura: 26 mm.

Descripción: Estatuilla de una cabra lechera de concepción naturalista y bien proporcionada, aunque con los músculos de las piernas y de la espina dorsal muy marcados. Toda su superficie representa el vello del animal con incisiones dispuestas con sentido naturalista. Las patas aparecen ligeramente inclinadas hacia delante y se apoyan en dos placas.

La ficha de MNA la data en la Edad del Hierro.

Bibliografía: VASCONCELOS, 1895, p. 298; MNA, <URL: <http://www.matriznet.dgpc.pt/MatrizNet/Objetos/ObjetosConsultar.aspx?IdReg=114844>>, consultado en 2017.12.2.

11. Arraçário, Sintra



Lugar de conservación: Museo Regional de Sintra.

Procedencia: Desconocida, probablemente local.

Dimensiones: Longitud máxima: 76 mm; Altura: 49 mm; Grosor: 15 mm.

Descripción: Figura muy estilizada de un cuadrúpedo, que se ha interpretado como un carnero, aunque no ofrece los característicos cuernos de este animal. Sus dimensiones y su lugar de hallazgo permiten incluirlo en esta serie de figuras de bronce.

Bibliografía: FERREIRA & FRANÇA, 1954, p. 291, lám. I.

12. Medellín, Badajoz



Lugar de conservación: Museo Nacional de Arte Romano de Mérida, Inv. n° CE 09948.

Procedencia: Aparecidas en el lecho del Guadiana, por lo que esta pareja de cabras se consideran un exvoto dedicado a *Ataecina*.

Dimensiones: Longitud: 120 mm; Altura: 70 mm.

Descripción: Figura obtenida a la cera perdida de una pareja de machos cabríos dispuestos en paralelo, como si estuvieran uncidos por un yugo, con sus extremidades unidas por dos placas, una bajo las patas delanteras y otra bajo las traseras.

Las figuras, muy rechonchas y mal proporcionadas, ofrecen largos cuernos y muestran señalados los ojos, las orejas, la pequeña barba, el rabo y los genitales, que permiten conocer que se trata de machos cabríos. Rudas incisiones oblicuas marcan los pelos de la piel, representados con evidente tosquedad.

Bibliografía: ÁLVAREZ Y SÁEZ DE BURUAGA, 1970; ALMAGRO-GORBEA, 1977, p. 253; *BRONCES ROMANOS*, 1990, p. 216, n° 99; VV.AA., 2016, p. 262-263; ABASCAL, 1995, p. 96, n° 3.

13. “Castro del Esprimijo”, Plasenzuela, Cáceres (sin ilustración)

Lugar de conservación: Desconocido. Esta figura de cabrita debe considerarse perdida, aunque “parece ser que estos materiales retornaron a la Escuela Especial de Ingenieros de Minas y se organizó la primera exposición permanente de Prehistoria de España” (PUCHE, 2002, p. 25)

Procedencia: A. BALIL (1981) recogió la noticia de que en el siglo XVIII se halló una pequeña figura de bronce en forma de cabra junto a instrumentos de orfebre y abundantes cerámicas prerromanas y romanas en superficie en el Castro del Esprimijo, de Plasenzuela, Cáceres. Este castro ya es citado por ROSO DE LUNA (1903, p. 115; cf. RAH, exp. CACC/9/7948/26(8) y posteriormente por A. GONZÁLEZ y M. de ALVARADO (1983, p. 100), que indican su situación en la parte norte del batolito de Plasenzuela, al Oeste del río Gibranzos, afluente por la derecha del río Tamuja. Según González y Alvarado (*ibidem*), el ingeniero de minas Amalio Maestre Ibáñez (1812-1872), en las noticias ofrecidas sobre de la Exposición Universal de París de 1873 (PUCHE, 2002, p. 25), habla de “una colección de instrumentos encontrados en Plasenzuela; destacando entre ellos una cabra de bronce hallada en una tumba, un pico, una cuña, un legón y una tenaza, todo ello procedente de las minas”,

por lo que parece lógico identificar esta cabrita con la noticia recogida por A. Balil.

Dimensiones y descripción: No se ofrecen más datos sobre esta pieza.

Bibliografía: BALIL, 1981, n° 11763; GONZÁLEZ y M. DE ALVARADO, 1983, p. 100.

14. Zona de Botija, Villasviejas, Cáceres (sin ilustración)

Noticia imprecisa del hallazgo hace algunos años de dos o tres cabritas de bronce (información personal amablemente facilitada por David Martino, 12.2017).

15. Dehesa de La Zafrilla 1, Malpartida, Cáceres



Lugar de conservación: Biblioteca-Museo Víctor Balaguer de Villanueva y Geltrú, Inv. n° 3297.

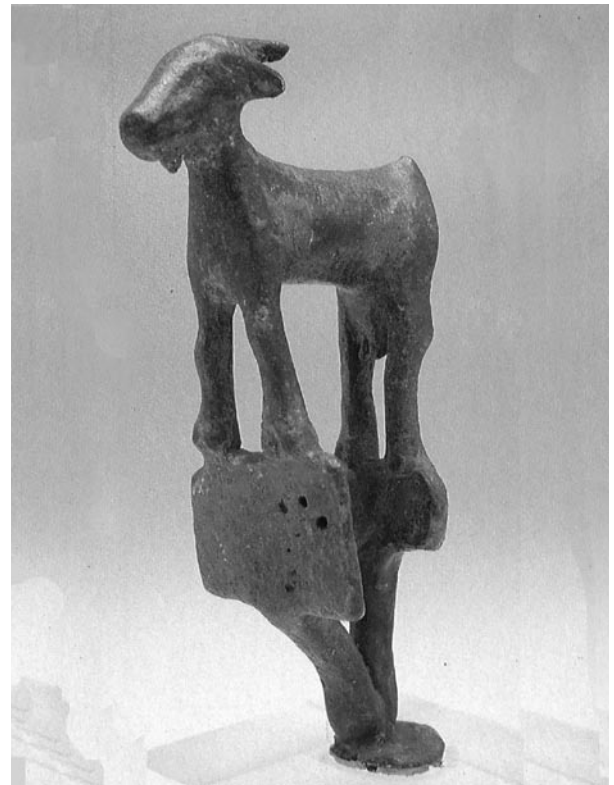
Procedencia: Esta figura de cabra y la siguiente fueron halladas en 1885 en el entorno del balneario rústico de aguas salutíferas denominado San Miguel, situado en el camino de Malpartida de Cáceres hacia Arroyo del Puerco, hoy denominado Arroyo de la Luz, Cáceres. Su descubridor las donó al Marqués de Castrofuerte, propietario del terreno, cuya viuda, Doña M^a del Carmen Jalón Larragoiti, la donó a la Biblioteca-Museo Víctor Balaguer de Villanueva y Geltrú en 1918, donde se conserva actualmente.

Dimensiones: Longitud: 72 mm; Altura máxima: 145 mm; Grosor: 45 mm; Peso: 464 g.

Descripción: Figurita de bronce que representa una cabra estante con sus cuernos y ubres bien señalados, aunque de estilo bastante tosco. Las patas se apoyan en sendas plaquitas verticales, que, a su vez, se prolongan en dos pernos de sección circular, el de delante inclinado hacia atrás para unirse al posterior. La plaquita delantera es una cartela con una inscripción D-S-T-AD-VICTORIN / SER-C-SE/VERAE / A-L-V-S, transcrita como *D[aeae] S[anctae] T[uribrigensi] Ad[ae]ginae Victorin[us] ser[vus] C[orneliae] Serverae a[nimo] l[ibens] v[otum] s[olvit]*. Esta interesante inscripción (CIL II, 5298) asegura que se trata de un exvoto a *Adaegina*. La paleografía de las letras indica que su fecha corresponde a los siglos I-II d.C.

Bibliografía: FITA, 1885, p. 430-432; *Id.*, 1914, p. 310; CIL II, n° 5298; CARTAILHAC, 1886, p. 301, fig. 433; PARIS, 1904, p. 2, p. 207; VASCONCELOS 1905, p. 169, fig. 32; VÁZQUEZ DE PARGA, 1947, p. 79, lám. XIV,2; FERRER, 1948; BLÁZQUEZ, 1962 a, p. 142, fig. 44; ÁLVAREZ Y SAENZ DE BURUAGA, 1970, p. 829; BELTRÁN, 1973, p. 29, fig. 13; ILER 744; CPILCáceres 139; LÓPEZ MELERO, 1986, p. 110, n° 11; BRONCES ROMANOS, 1990, 215, n° 98; ABASCAL, 1995, p. 89, n° 10, 90, n. 248 y p. 96, n° 1.

16. Dehesa de La Zafrilla 2, Malpartida, Cáceres



Lugar de conservación: Museo Arqueológico Nacional, Madrid, Inv. n° 1943/54/1.

Procedencia: Hallada, junto al exvoto anterior, en el balneario de aguas salutíferas de San Miguel, en el camino hacia Arroyo de la Luz, Cáceres.

Dimensiones: Longitud: 70 mm; Altura: 150 mm; Anchura: 40 mm.

Descripción: Su forma y estructura son casi similares a las de la pieza anterior, pero se apoya sobre dos plaquitas verticales, la anterior de tamaño algo mayor, para la inscripción que ofrece: DE·S·A·T / COCCEIVS / MODESTI/ANVS V·S, D[*ae*] S[*anctae*] A[*daeginae*] T[*uribrigensi*] Cocceius Modestianus v[*otum*] s[*olvit*] (CIL II, 5299).

Bibliografía: FITA, 1885, p. 45-46; CIL II, 5299; VASCONCELOS 1905, p. 169, fig. 33; REINACH, 1913, p. 510, n° 5; CORRALES Y GALLEG0, 1942, p. 71-72; FERRER, 1948; BELTRÁN, 1973, fig. 13; VV.AA., 1990, p. 215, n° 98; ABASCAL, 1995, p. 96, n° 2; TRULLÉN (ed.), 2001, 37; GÓMEZ PANTOJA & MADRIGA, 2013, p. 257 s.

17. Aliseda, Cáceres



Lugar de conservación: Museo de Cáceres, Inv. n° 977.

Procedencia: Procede de Aliseda, sin más noticias sobre el lugar y circunstancias del hallazgo.

Dimensiones: Altura: 100 mm; Longitud: 84 mm.

Descripción: Figura de bronce de una cabra estante, con los cuernos hacia atrás, las orejas, unos ojos oblicuos y un corto rabo vertical bien señalados. Las patas, tiesas y rectas, ofrecen un leve ensanchamiento para indicar las pezuñas. Su estilo es relativamente cuidado y la superficie ofrece una serie de estrías ondulada en disposición casi vertical para representar de forma estilizada la piel del animal cubierta de pelo. Las patas delanteras y traseras se apoyan sobre sendos vástagos de sección circular, aparentemente rotos, para unir la figura a su soporte.

Bibliografía: BLÁZQUEZ, 1962, p. 128-129, fig. 1

18. “Las Pueblas”, Brozas, Cáceres



Lugar de conservación: Colección del Conde de Canilleros, Cáceres.

Procedencia: Hallada hacia el año 1920 en una finca denominada “Las Pueblas”, del término de Brozas, Cáceres, zona en la que apareció la estela de guerrero del Bronce Final de Brozas y en la que existen restos de construcciones antiguas, de donde le viene el nombre. El hallazgo ocurrió hace casi 100 años y fue recogido por Don Miguel Muñoz de San Pedro e Higuero, Conde de Canilleros, reconocido erudito extremeño.

Dimensiones: Altura: c. 10 cm.

Descripción: Figurita de bronce de gran calidad plástica realizada a la cera perdida, cuyas características estilísticas y formales la aproximan a la cabrita 1 de la Academia das Ciências de Lisboa.

Está bien conservada, pues ofrece una buena pátina de color verde oscuro, pero le faltan los cuernos y la parte inferior de las cuatro patas por rotura.

Representa una cabra grávida, pues se ha reflejado con habilidad el abultamiento de la tripa del animal grávido, que aparece enhiesto y mirando al frente. Ofrece un cuello troncocónico bien modelado que sostiene una cabeza fina bien concebida, con el morro redondeado con una ranura para indicar la boca, bajo la que muestra una pequeña barba cónica. La parte superior de la cabeza ofrece las protuberancias de los ojos y las orejas y restos del arranque de los cuernos, perdidos por rotura.

La cabeza y el cuello dan sensación de movimiento, lo mismo que las superficies curvadas y sinuosas del dorso del animal, reproducido con toda perfección y naturalismo, en especial el vientre grávido del animal, representado con una pericia plástica y sentido naturalista característico de la obra y del artista que la creó. La misma habilidad ofrece el corto rabo del animal. Bajo el vientre, entre las patas posteriores, perfectamente modeladas, muestra las ubres, que confirman el estado de gravidez del animal.

Esta figura de cabra está en posición estática, con las patas casi verticales y paralelas, aunque ligeramente más abiertas las anteriores, aunque aparecen rotas a la altura de las rodillas, por lo que no se conservan las pezuñas. También hay que señalar los finos trazos que ofrece toda la superficie para representar con realismo la piel velluda del animal.

Bibliografía: Prácticamente inédita, pero citada por BELTRÁN (1976, p. 111). Información recibida de Don José Miguel Carrillo de Albornoz, Vizconde de Torre Hurtado, y de Don José Miguel Rueda Muñoz de San Pedro, XII Conde de Canilleros, quien ha proporcionado la documentación gráfica a través de Don José Antonio Ramos Rubio¹.

¹ Conste nuestro agradecimiento a Don José Miguel Carrillo de Albornoz, Vizconde de Torre Hurtado por la información proporcionada, y a Don José Miguel Rueda Muñoz de San Pedro, XII Conde de Canilleros, por su amable colaboración para documentar esta pieza, así como a Don José Antonio Ramos Rubio, Cronista de la Villa de Trujillo, por su amabilidad al facilitar los contactos.

19. Torrejoncillo - 1, Cáceres



Lugar de conservación: Museo de Cáceres, Inv. n° 1608.

Procedencia: Hallada dentro de una vasija tosca en el lugar conocido como “El Encín”, en el lecho de un arroyo, quizás la Ribera Fresneda, en Torrejoncillo, Cáceres. La vasija contenía un depósito formado por cinco cabras y la cabeza de otra, junto a monedas romanas, entre las que pudo haber algún denario republicano (MARTÍN GIL, 1933, p. 57; ÁLVAREZ Y SÁENZ DE BURUAGA, 1970, p. 829; BELTRÁN, 1976, p. 108). Tres de las cabritas de este conjunto fueron publicadas por BLÁZQUEZ (1962, n° 2, 3 y 4) y otras tres por BELTRÁN (1976).

Dimensiones: Longitud: 95 mm; Altura: 63 mm.

Descripción: Figura de cabra de estilo algo tosco con un modelado volumétrico de cierta calidad, aunque no la característica representación del pelo, sino que al parecer estaba cubierta por una fina capa dorada. Representa una cabra hembra, con una gruesa cabeza con dos pequeños cuernos y una pequeña barba y también se han indicado sus grandes ojos circulares y la boca abierta que deja ver la lengua en actitud de balar. Las patas son excesivamente finas, las traseras dobladas, y entre ellas aparecen las ubres del animal. El cuerpo de esta figura conserva parte del dorado que debió cubrirla íntegramente.

Bibliografía: BLÁZQUEZ, 1962, p. 129, n° 2, fig. 2; ABASCAL 1995, p. 96, n° 4.

20. Torrejoncillo - 2, Cáceres



Lugar de conservación: Museo de Cáceres, Inv. n° 1607.

Procedencia: Véase lo dicho de la procedencia de la cabrita Torrejoncillo - 1.

Dimensiones: Longitud: 87 mm; Altura: 37 mm.

Descripción: Figura de cabra de estilo aún más tosco que la anterior, pues su modelado es más esquemático y tampoco muestra la característica representación del pelo.

Su estado de conservación es bueno. El animal aparece estante, con las patas delanteras rectas y paralelas y las patas traseras dobladas, y la cabeza con los cuernos, la pequeña barba puntiaguda, los ojos circulares, la boca y los orificios nasales, pero sus formas son toscas y mal armonizadas en el conjunto, como obra de estilo muy popular.

Bibliografía: BLÁZQUEZ, 1962, p. 129-130, n° 3, fig. 3; BRONCES ROMANOS, 1990, p. 216, n° 100; ABASCAL 1995, p. 96, n° 5).

21. Torrejoncillo - 3, Cáceres



Lugar de conservación: Museo de Cáceres, Inv. n° 1536.

Procedencia: Véase lo dicho de la procedencia de la cabrita Torrejoncillo - 1.

Dimensiones: Longitud: 85 mm; Altura: 45 mm.

Descripción: Figurita de cabra de modelado suave, pero no muestra la representación del pelo y ha perdido la parte inferior de las patas.

Salvo la rotura de las patas, su estado de conservación es bueno y conserva una buena pátina. El animal aparece con el cuerpo suavemente modelado, con sus partes bien armonizadas, en actitud estante con la cabeza hacia delante en actitud de balar. Se han indicado los cuernos, una minúscula barba, los ojos y el rabo.

Bibliografía: BLÁZQUEZ, 1962, p. 130, n° 4, fig. 4; ABASCAL, 1995, p. 96, n° 7.

22. Torrejoncillo - 4, Cáceres



Lugar de conservación: Museo de Cáceres, Inv. n° 1542.

Procedencia: Véase lo dicho de la procedencia de la cabrita Torrejoncillo - 1.

Dimensiones: Longitud: 64 mm; Altura: 57 mm.

Descripción: Figurita de bronce de una cabra realizada a la cera perdida. Ha perdido la pezuña delantera izquierda y la parte inferior de las patas traseras, así como los cuernos. La figura está muy estilizada y da sensación de gracilidad, con el cuello delgado y el cuerpo cubierto por la característica estilización del pelo a base de líneas paralelas incisas. Conserva una pequeña barba y los ojos incisos circulares, una pequeña muesca señala la boca y se aprecia el arranque de los cuernos hacia atrás y un pequeño rabo, así como las ubres y el opérculo anal. Las patas son un tanto esquemáticas, pero la pezuña conservada está bien modelada.

Bibliografía: BELTRÁN, 1976, p. 109, nº 1, fig. 1; ABASCAL 1995, p. 96, nº 7.

23. Torrejoncillo - 5, Cáceres



Lugar de conservación: Museo de Cáceres, Inv. nº 1606.

Procedencia: Véase lo dicho de la procedencia de la cabrita Torrejoncillo - 1.

Dimensiones: Longitud: 64 mm; Altura: 57 mm.

Descripción: Figurita de bronce de una cabra realizada a la cera perdida. Es bastante tosca y ha perdido las pezuñas delanteras y los cuernos. Muestra una pequeña barba, los ojos apenas marcados, el arranque de los cuernos, un pequeño rabo y las ubres, todo ello modelado con tosquedad. Las patas aparecen paralelas pero divergentes, como en actitud de correr.

Bibliografía: BELTRÁN, 1976, p. 109, nº 1, fig. 2; ABASCAL, 1995, p. 96, nº 8.

24. Torrejoncillo - 6, Cáceres



Lugar de conservación: Museo de Cáceres, Inv. nº 1609.

Procedencia: Véase lo dicho de la procedencia de la cabrita Torrejoncillo - 1.

Dimensiones: Mide 35 mm de longitud.

Descripción: Cabeza de una figurita de cabra realizada a la cera perdida. Esta figura de cabra debió ser relativamente grande a juzgar por el tamaño de la cabeza, mayor del habitual. Ofrece los cuernos apuntados y curvados hacia atrás, los ojos señalados por sendos círculos incisos y una pequeña incisión que señala la boca.

Bibliografía: BELTRÁN, 1976, p. 109, nº 1, fig. 2; ABASCAL, 1995, p. 96, nº 8.

25. Extremadura [?]



Lugar de conservación: Colección Calzadilla.

Procedencia: Desconocida, pero probablemente Extremadura.

Dimensiones: Longitud: 72 mm.

Descripción: Esta interesante figura de bronce de gran calidad ha sido obtenida a la cera perdida.

Representa un macho cabrío modelado con gran cuidado y sentido naturalista, no sólo en los detalles del cuerpo sino también en su postura, pues se ha sabido captar con plena naturalidad el cuello girado con fuerza hacia el lado derecho. La cabeza es de gran realismo, con el hocico perfectamente modelado, lo mismo que los ojos y sus fuertes cuernos girados hacia atrás, en los que incluso se ha señalado las rugosidades de crecimiento y las grandes orejas. Las patas aparecen rotas y dobladas, por lo que no conserva las pezuñas. Toda su superficie queda cubierta de estrías para asemejarse a la piel peluda del animal. Blanco Freijeiro consideró esta figurita de factura helenística por la calidad del modelado.

Bibliografía: BLANCO FREIJEIRO, 1960, p. 121, lám. 32,2.

26. Andalucía o Extremadura (Sevilla [?])



Lugar de conservación: Museo Arqueológico Nacional, Inv. n° MAN 22834.

Procedencia: Procede de la Colección Vives y Escudero (GARCÍA BELLIDO, 1993, p. 227, lám. 34,5), “Cabra adquirida en Sevilla de un anticuario”. Aunque carece de procedencia, su forma estilizada permite compararla a otras cabras del Alentejo y Extremadura (n° 4, 8, 10, 22, etc.), así como a la cabra de La Algaida (n° 27).

Dimensiones: Longitud: 106 mm; Altura: 60 mm.

Descripción: Figura de cabra muy estilizada, como evidencia su cabeza y el cuello muy largo, con una pequeña barba ligeramente señalada. Las patas están rotas y prácticamente han desaparecido.

Bibliografía: ÁLVAREZ-OSSORIO, 1941, p. 147, lám. CXL, n° 1830.

27. La Algaida, Cádiz



Lugar de conservación: Museo de Cádiz.

Procedencia: Santuario de La Algaida, Sanlúcar de Barrameda, Cádiz.

Dimensiones: Longitud: 72 mm; Altura: 52 mm; Diámetro del cuerpo: 15 mm.

Descripción: Cabra de bronce muy estilizada, pues ofrece un cuerpo de sección circular muy alargado de 70 mm de diámetro con las patas tubulares, las delanteras rotas y la derecha doblada. El cuello es relativamente largo y termina en una cabeza triangular con el morro aguzado con una leve incisión que marca la boca y dos cortos cuernecillos y un pequeño rabo hacia atrás.

Bibliografía: CORZO, 1991, p. 404, lám. XII; MONEO, 2003, fig. IV,12,3.

28. Andalucía (Jaén [?])



Lugar de conservación: Museo Arqueológico Nacional, Inv. n° MAN 22833.

Procedencia: Procede de la Colección Vives y Escudero (GARCÍA BELLIDO 1993, p. 225, lám. 30,1), “Cabra adquirida en Madrid del Sr. Morcillo, de la colección de D. Félix García en Jaén”. Aunque su procedencia es desconocida, su forma y la estilización del pelaje permite suponer una procedencia extremeña o andaluza, a juzgar por sus paralelos, aunque su adquisición en Jaén apuntaría a que procediera de los santuarios ibéricos de Sierra Morena.

Dimensiones: Longitud: 121 mm; Altura: 58 mm.

Descripción: Figura de cabra bastante estilizada, pero con todos los detalles anatómicos señalados, como largos cuernos curvados hacia atrás, barba, ubres y rabo y toda la superficie cubierta de estrías que representa el pelaje.

Bibliografía: ÁLVAREZ-OSSORIO, 1941, p. 147, lám. CXL, n° 1829.

29. Aleas, Guadalajara



Lugar de conservación: Real Academia de la Historia, n° Inv: 78.

Dimensiones: Longitud: 74 mm. Anchura: 49 mm; Grosor: 12 mm. Peso: 92 g. Su metal es un cobre casi puro (Cu: 98.1 %; Pb: 0.98 %; Fe: 0.22 %).

Procedencia: Procede de Aleas, población cercana a Cogolludo, en la zona alta de Guadalajara, al pie de la Sierra de Ocejón, cerca del río Solbes. Fue adquirida en 1832 (CAGU/9/7956/03; AS 1830.12.22).

Descripción: Esta pequeña figura de cabra es de estructura más simple y tosca, pero se han resaltado todos sus elementos característicos, la cabeza triangular, sus largos cuernos curvos hacia atrás y la barba. Además, ofrece una pequeña perforación circular en el lomo de función desconocida. Aunque la falta de contexto impide su datación, ha sido fechada en los siglos II-I a.C. (ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2004, p. 311).

A pesar de proceder de un área alejada de la zona de culto a *Ataecina*, ha parecido oportuno recogerla para precisar la distribución de las figuras de cabra en Hispania.

Bibliografía: ANÓNIMO, 1832, p. 20; HÜBNER, 1862, p. 219, n° 494; GARCÍA Y LOPEZ, 1903, p. 15-16; ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2004, p. 311, n° 609.

30. Duratón, Segovia



Lugar de conservación: Museo Arqueológico Nacional, Inv. n° 3071.

Dimensiones: Longitud: 98 mm. Altura: 66 mm.

Procedencia: Procedente de los fondos antiguos y fue adquirida por compra, sin más indicaciones.

Descripción: Figura de cabra estilizada, con el cuerpo muy alargado, lo mismo que el cuello. La cabeza está bien realizada, con grandes orejas, pequeños cuernos, ojos ovales en relieve y la boca señalada por una incisión. Las patas finalizan en ensanches circulares a modo de pezuñas. Todo el cuerpo aparece cubierto de estrías sinuosas bastante profundas y casi verticales, que representan el espeso vello que cubre al animal. Le falta la pata derecha.

Bibliografía: PARIS, 1903; p. 205, fig. 347; ÁLVAREZ-OSSORIO, 1941, p. 148, n° 1847.

31. Becerril de Campos, Palencia



Lugar de conservación: Depositada en el Museo del Marqués de Comillas, Santander, de donde pasó al Museo Arqueológico de Barcelona, donde actualmente se conserva.

Procedencia: Descubierta por un labrador en la zona denominada "Carreastro", en Becerril de Campos, Palencia, un despoblado con restos de edificaciones, molinos y trozos de ánforas (NAVARRO GARCÍA, 1946, p. 28).

Dimensiones: Longitud: c. 100 mm; Altura: 70 mm.

Descripción: Macho cabrío de bronce de magnífica calidad, en actitud de marcha. La figura, representada con gran sentido naturalista, es de estilo helenístico-romano de magnífica calidad. Ofrece el cuerpo recto con el cuello ligeramente elevado, todo él cubierto de largos

mechones de vello. La cabeza es de gran realismo, con la boca, el hocico, la barba, las orejas y los cuernos hacia atrás perfectamente realizado, lo mismo que el rabo puntiagudo y alzado, los órganos genitales y las patas, cuyos extremos aparecen parcialmente rotos. En la frente parece llevar una especie de diadema y sobre el lomo una túnica semicaída, que casi arrastra por su lado derecho, lo que inclina a pensar que sea un animal destinado al sacrificio.

Bibliografía: NAVARRO GARCÍA, 1939 (se supone procedente de Monte Bernorio); *Id.*, 1946; BALIL, 1976 (la atribuye a Monte Bernorio); *Id.*, 1980, p. 27-28; SAGREDO & CRESPO, 1979-1980, p. 143.

32. “Menorca” [?]



Lugar de conservación: Hispanic Society of America, New York, Inv. n° D953.

Procedencia: Aunque carece de procedencia, procede como los ejemplares anteriores de la Colección Vives y Escudero (GARCÍA BELLIDO 1993, lám. 296,3), y consta como “Cabral col. Ramis, lib. cit. p. 42, n° 10”, e ingresó en la Hispanic Society of America el 15.11.1913.

Dimensiones: Longitud: 62 mm; Altura: 38 mm.

Descripción: Pequeña figura de una cabrita estante cubierta de una buena pátina de color verde-oliva, aunque con la superficie mal conservada y las patas rotas y prácticamente desaparecidas. Es de bastante buena calidad, con la cabeza con las orejas señaladas y unos pequeños cuernos hacia atrás, el cuello corto y una pequeña cola indicada, lo mismo que el sexo, que indica que se trata de un macho.

Bibliografía: RAMIS 1833, p. 42, n° 9 “Una cabra. Dos pulgadas y media de largo”; *ALBUM VIVES*, A1131 “3 cabras col. Ramis”; RAMIS, 1833, p. 42, n° 9378; GARCÍA BELLIDO, 1993, lám. 296,3.

DE LA HISTORIA A LA PALEOETNOLOGÍA DE LOS LUSITANOS

FROM HISTORY TO PALEOETHNOLOGY OF THE LUSITANIANS

Martín Almagro-Gorbea*

Abstract

Historiography of the Lusitanians from Antiquity and the Renaissance, in which they were mythologized by their harsh opposition to Rome, up to the present. The contributions of archeology in the nineteenth and twentieth centuries, of linguistics from the mid-twentieth century and of ethnoarchaeology in recent years, have specified its territory, its material culture, its language, its divinities and its customs, as well as its long process of ethnogenesis from the Bronze Age until Rome creates the *Provincia Lusitania*, c. 15 BC.

The Lusitanians were an Indo-European people who inhabited the western areas of the Iberian Peninsula from the Miño to the Guadiana river. These territories constituted a *Finis terrae* in Antiquity, reason why the Lusitanians offer a process of *longue durée* that explains its Indo-European “proto-celtic” character, with a social structure, a language and a religion peculiar by its archaism, which situates them between Celts and Italics.

Keywords: Atlantic Bronze Age, Castros Culture, Ethnoarchaeology, Ethnogenesis, Lusitanian language, Lusitanians, Viriatus.

1 – INTRODUCCIÓN

Los lusitanos constituyen una de las etnias más importantes y de más personalidad de la Península Ibérica, en la que habitaban las áreas silíceas occidentales, que constituían un *Finis terrae* del Occidente Atlántico.

En efecto, los *Lusitani*, nombre recibido de los romanos en una fase antigua de la conquista de *Hispania* (FAUST, 1966; UNTERMANN, 1992; GUERRA, 1998), son uno de los pueblos prerromanos más interesantes del Occidente Atlántico, pues ofrecen un raro fenómeno de perduración cultural en área periférica, ya que a esta zona del extremo occidental de Europa los cambios llegaban más tarde y más atenuados, por lo que conservan elementos culturales y lingüísticos desaparecidos en las zonas centrales, más abiertas a los influjos y cambios que suponen mayor dinamismo y capacidad de transformación.

A este hecho se añade la complejidad que supone el análisis historiográfico de la larga evolución de sus estudios, ya que este pueblo ha atraído la atención desde los historiadores clásicos a los humanistas del Renacimiento y de la Ilustración, proseguida hasta la renovación que supusieron los hallazgos arqueológicos a partir del siglo XIX hasta nuestros días, en los que su estudio ha adquirido un carácter cada vez más interdisciplinar. En efecto, las aportaciones de la lingüística y las innovadoras visiones que la etnoarqueología ofrece desde inicios del siglo XX han aportado una novedosa visión interdisciplinar, que hace de los lusitanos

* Real Academia de la Historia (Madrid). anticuario@rah.es

uno de los ejemplos de estudio más interesantes de los pueblos protohistóricos de Europa en los inicios del siglo XXI.

Sin embargo, cualquier aproximación a su historiografía tropieza con evidentes dificultades por la complejidad de su estudio. En primer lugar, hay que tener en cuenta que el concepto de “*pueblo lusitano*” es complejo y polimorfo. Complejo porque muchas veces se confunde a los lusitanos y, por tanto, el territorio que ocupaban, la Lusitania, con la *Provincia Lusitania*, que ofrece ubicación, características, cronología y etnias diferentes (GUERRA, 2010; ALMAGRO-GORBEA, 2011).

Además, también hay que tener en cuenta otras dos circunstancias. Una es que los lusitanos han sido siempre analizados, ya desde las tradiciones humanistas del Renacimiento, desde dos líneas paralelas, relacionadas pero independientes. Una es la tradición historiográfica española y otra la portuguesa, ésta particularmente vinculada a visiones ideológicas nacionalistas (FERNANDES, 1996, p. 1-2; FERNANDES, 2009, p. 8; PEREIRA, 2010, p. 13-14; GUERRA, 2010, p. 82 s.). A esta doble tradición se añaden, a partir del siglo XX, la diversidad de tradiciones historiográficas que ofrecen los distintos campos de investigación desde los que se ha planteado su estudio, que debe considerarse necesaria y crecientemente interdisciplinar, hecho en ocasiones obviado, en especial por los historiadores especializados en fuentes clásicas, por los arqueólogos desde la perspectiva de su cultura material y por los lingüistas, sin olvidar la escasa atención prestada durante el siglo XX a los datos paleoetnológicos, tan interesantes como fuente de estudio de la Antigüedad en esas áreas tan conservadoras del extremo Occidente de Europa.

Esta complejidad explica la dificultad que presenta cualquier aproximación a la historiografía de los lusitanos, que se refleja en campos muy diferentes. El primer punto a considerar es que ya la tradición histórica clásica greco-romana mitificó a los lusitanos y a su héroe Viriato, como expone Estrabón (III, 3,3) con toda claridad: “*Al norte del Tajo, Lusitania es el más grande de los pueblos de Iberia y el que durante más tiempo ha sufrido la guerra de los romanos [...]*”, lo que resulta en parte exagerado, pero refleja perfectamente esa mitificación. Un segundo aspecto atañe al problema de su situación geográfica y de sus límites, sólo resuelto en épocas actuales gracias a las aportaciones de la etnogénesis, ya que la tendencia tradicional era confundir los límites de los lusitanos como etnia con los de la *Provincia Lusitania*, que es una creación romana y, si se permite la expresión, una imposición colonial que alteró la compleja realidad etno-cultural del Occidente de Iberia (GUERRA, 2010; ALMAGRO-GORBEA, 2011).

Otro campo que hay que valorar en la historiografía de los lusitanos es la Arqueología. Esta línea de estudios se ha visto dificultada por el polimorfismo de esas regiones occidentales, que refleja la complejidad de su etnogénesis y que dificultaba saber qué gentes eran realmente lusitanas y cuáles no, pues únicamente tras despejar esta compleja cuestión se puede precisar cuál era y cómo era la cultura arqueológica que tenían los lusitanos. En efecto, los lusitanos coexistieron e interaccionaron con otros pueblos, mucho de características socioculturales similares, como conios, célticos y túrdulos por el Sur, sefes y cempsos en las zonas de la Estremadura portuguesa, y vétones y carpetanos por el Este y vacceos, galaicos y ástures por las zonas septentrionales (Fig. 1) (ALARCÃO, 2001). Este análisis supone abordar el desarrollo de los estudios de todas esas zonas al menos desde el Bronce Final, en especial en el territorio que se extiende desde las Beiras hasta la Extremadura española, que constituyeron el área nuclear de la Lusitania, aunque algunos elementos tan característicos como las “estelas lusitanas” rebasan esos límites, a la vez que coinciden con las áreas de expansión de los lusitanos históricos en los siglos II y I a.C. Un problema similar ofrece la Cultura Castreja galaico-lusitana de la Edad del Hierro, que representa sólo una parte, aunque esencial, del espectro de la cultura material de los lusitanos. De aquí la compleja problemática que ofrece la historiografía de la Arqueología Lusitana.

Además de los campos histórico y arqueológico ya citados, hay que valorar también el gran interés de su peculiaridad lingüística plasmado en crecientes trabajos que han permitido comprender que los lusitanos conservaron una lengua indoeuropea muy arcaica, denominada “*lingua lusitana*” (HERNANDO BALMORI, 1935; TOVAR, 1985; UNTERMANN, 1985; GORROCHATEGUI, 1987; VILLAR, 1995; PRÓSPER, 2000; VALLEJO, 2005), que resulta ser un elemento esencial para precisar su discutida definición etno-cultural y para valorar aspectos muy peculiares de su personalidad étnica, reflejada igualmente en sus creencias, ritos y divinidades (OLIVARES, 2002; PRÓSPER, 2002).

Finalmente, esta visión historiográfica también exige abordar campos casi completamente soslayados por la investigación, como los estudios etno-arqueológicos, ya que esas áreas tan conservadoras ofrecen procesos de “*larga duración*” que han permitido conservar casi hasta la actualidad en el folklore elementos culturales de origen prerromano de particular interés, que ayudan a la comprensión de la personalidad cultural de los lusitanos, pues de ellos proceden (VASCONCELOS, 1882; SARMENTO, 1884; BRAGA, 1985; CHAVES, 1917; TABOADA, 1965, 1982; ALMAGRO-GORBEA, 2006, 2015).

Además, la historiografía debe valorar las discusiones suscitadas en torno al problema del origen de los lusitanos y, en relación con este tema esencial, el de su personalidad etno-cultural. Este tema puede ser analizado desde distintos puntos de vista, pero sólo recientemente se ha abordado el estudio de su etnogénesis, que necesariamente debe hacerse con una perspectiva interdisciplinar, ya que exige valorar conjuntamente datos muy diversos, desde los históricos y arqueológicos a los lingüísticos, religiosos e ideológicos, en ocasiones documentadas a través de las citadas tradiciones etnoculturales conservadas en el folklore.

2 - LA INTERPRETACIÓN HISTÓRICA DE LOS LUSITANOS

La historiografía de los estudios sobre los lusitanos permite conocer cómo ha evolucionado su conocimiento y sus estudios a lo largo de los siglos, a medida que se han descubierto y analizado los complejos aspectos que ofrece este pueblo dentro de las coordenadas culturales e ideológicos de cada época. Sin embargo, estos estudios adolecen generalmente de no haber abordado conjuntamente los distintos campos de estudio, que muchas veces ofrecen metodología y fines diferentes, que es necesario aunar para una interpretación válida de conjunto.

En la historiografía de los lusitanos se pueden distinguir varias fases. En la Antigüedad destaca el interés que suscitó su gran capacidad guerrera por su duro enfrentamiento a Roma, por lo que fueron estos aspectos bélicos los que más atrajeron la atención, junto a las noticias sobre su situación, en buena parte asociados a esas preocupaciones. Esta tradición de los historiadores clásicos la recogen los Humanistas del Renacimiento, que analizaron y estudiaron las fuentes clásicas asociadas a la identificación mitificada de los portugueses con los antiguos lusitanos para exaltar su personalidad nacional, hecho característico de esa época. Esta tradición prosigue durante la Ilustración, que aporta avances en los estudios, pero sin cambios esenciales en las perspectivas. Una renovación de los estudios se produce en el siglo XIX con las aportaciones de la Arqueología, que abre nuevas perspectivas y renueva las visiones anteriores. La segunda mitad del siglo XX ofrece la aparición de la Lingüística, que supuso nuevos puntos de vista muy enriquecedores, y que, junto a la Paleoetnología, retomada en los años iniciales del siglo XXI como una nueva línea de estudio de la Prehistoria y la Antigüedad, conforman las actuales tendencias interdisciplinares dirigidas a lograr una mejor comprensión de los lusitanos desde sus procesos de etnogénesis, lo que también ha permitido precisar su complejidad cultural, su evolución histórica, su territorio y sus áreas de expansión.

Los historiadores clásicos en la Antigüedad limitaron su interés sobre los lusitanos básicamente a narrar sus guerras contra Roma y a dar algunas noticias sobre su situación. En este sentido, el conocimiento de la situación y los límites de Lusitania que ofrecen los geógrafos e historiadores clásicos fue progresivo,¹ pues sólo tras matar a Viriato y ganar la Guerra Lusitana pudo Décimo Junio Bruto el 138 a.C. emprender una expedición que le permitió conocer directamente la Lusitania y la *Gallaecia*. Polibio (10,7,4) cita por primera vez *Lysitané* al referirse a la situación de los ejércitos dejados por Aníbal en *Hispania* hacia el c. 210 a.C., durante la Segunda Guerra Púnica. Según Polibio, Lusitania estaba situada más allá de los Conios (ALMAGRO-GORBEA, dir., 2008, p. 1037 s., figs. 942-946), hacia la desembocadura del Tajo, junto al *Okéanos*, en el extremo del *oikouménē*, lo que permite suponer que correspondía al Suroeste de la Península Ibérica. Muy probablemente esta visión prosigue en Artemidoro y Posidonio de Apamea, hacia el 100 a.C., fecha en la que todavía se recordaría el campo de actividades de la Guerra de Viriato (SCHULTEN, 1940; GUNDEL, 1967; GARCÍA MORENO, 1988; VILATELA, 2000; GUERRA & FABIÃO, 1992; FABIÃO & GUERRA, 1998; PASTOR, 2000, 2004; SALINAS, 2008), ocurrida apenas dos generaciones antes, del 154 al 139 a.C., tradición que fue recogida por Apiano, hacia mediados del siglo II d.C. Estrabón (III, 3,3 y 6) resulta más explícito, por lo que es el autor clásico que más influencia ha ejercido en los estudiosos hasta la actualidad. En su *Geografía* indica que los *Lysitanoi* o lusitanos están situados entre el Tajo y el Duero y entre el Océano y los carpetanos, vétones, vacceos y galaicos, aunque esta cita no hace referencia a los célticos ni a los turdetanos, cuyos territorios estaban en el Suroeste, fuera de la Lusitania en sentido estricto. Sin embargo, el Suroeste de la Península Ibérica era el área preferente de actuación y de expansión de los lusitanos, aunque no fueran la Lusitania en sentido estricto, hecho no siempre bien comprendido desde tiempos de los autores clásicos, pero que sí supo transmitir Estrabón a pesar de no haber viajado a *Iberia*.

Además, Estrabón, al mismo tiempo, se hizo eco del carácter guerrero de los lusitanos, tema que todavía suscitaba gran interés en época de Augusto, pues tanto las Guerras Lusitanas del siglo II a.C. como el enfrentamiento de César con los lusitanos y la actuación de éstos durante las Guerras Civiles en el I a.C., estarían en la memoria de Roma por ser hechos recientes, circunstancias que explican que el Geógrafo de Apamea señale que “[...] *al norte del Tajo, Lusitania es el más grande de los pueblos de Iberia y el que durante más tiempo ha sufrido la guerra de los romanos.*” (Str. III, 3,3). Frente a la visión estraboniana, el gran polígrafo romano G. Plinio Secundo, recogiendo la tradición de los historiadores romanos basada en el teatro de las Guerras de Viriato, vuelve a plantear, en su *Historia Naturalis* (IV, 116), que la Lusitania se extendía entre el *Sacrum Promontorium* y el Guadiana, contribuyendo de este modo a la polémica sobre el territorio que ocupaban los lusitanos en la Antigüedad.

Nuestra visión actual sobre Lusitania en la Antigüedad se debe completar con las noticias conservadas de forma indirecta, muchas de las cuales pudieran proceder de L. Cornelio Bocco, autor que tenía un conocimiento directo de Lusitania por ser natural de *Salacia* y haberse formado en la rica tradición cultural fenicio-turdetana helenística del Círculo de Gades (CARDOSO & ALMAGRO-GORBEA, eds., 2011). Su personalidad y experiencia personal permiten suponer que incluso pudo intervenir en la creación de la *Provincia Lusitania*, que englobó diversas etnias, como los Túrdulos, Turdetanos y Célticos del Suroeste para, a partir de éstos y de la creación de *Augusta Emerita*, romanizar a los lusitanos (ALMAGRO-GORBEA, 2011), cada vez más presentes en esas áreas aunque su tierra originaria quedaba mayoritariamente al Norte del Tajo.

¹ Véase sobre este aspecto, PÉREZ VILATELA, 2000, p. 21 s.

Povos Pré-Romanos da Península Ibérica

Esboço de carta etnológica nos finais da 2ª Guerra Púnica (circa 200 a.C.)

Versão 1.0
 © luisfraga@arqueotavira.com
 2004-11-15

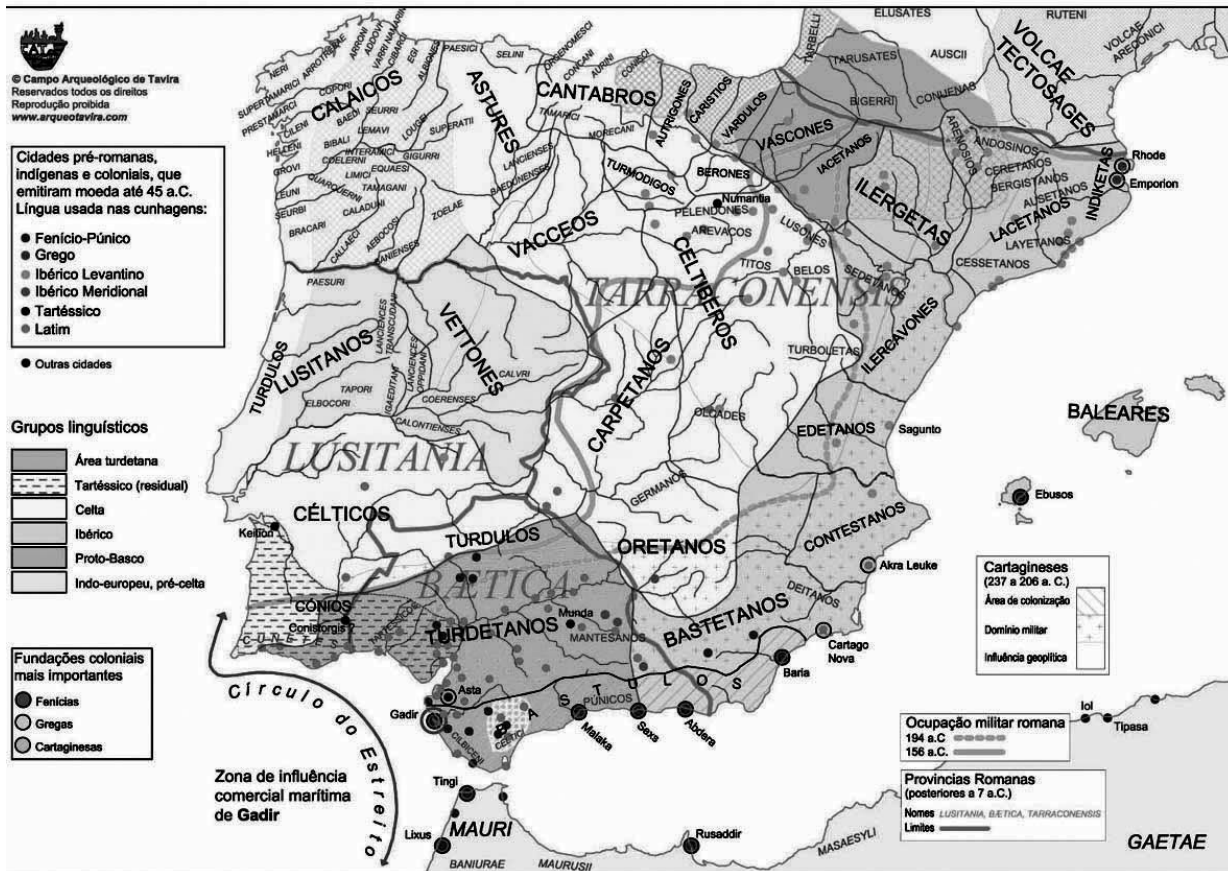


Fig. 1 – Pueblos prerromanos de la Península Ibérica (FRAGA, 2004).

La visión mantenida sobre los lusitanos desde la Antigüedad se ha visto profundamente afectada, cuando no distorsionada, por las Guerras Lusitanas y la figura de Viriato. Las *Guerras Lusitanas* es la denominación dada por la historiografía a las guerras mantenidas por Roma con los lusitanos entre 155 a.C. y el 139 a.C., guerras en las que destaca la figura de Viriato. Estrabón, en su *Geografía* (III, 3,3), deja claro, como se ha indicado, la fama que tenían los lusitanos en su época que incluso había llegado a eclipsar la de los celtíberos, pues, según su visión, “*Lusitania es el más grande de los pueblos de Iberia y el que durante más tiempo ha sufrido la guerra de los romanos*”, aunque no deba considerarse del todo cierto, como se ha comentado.

Los lusitanos se hicieron famosos en sus luchas contra Roma. Este es el aspecto que ha atraído la mayor atención de los historiadores e investigadores, junto al tema relacionado de Viriato como héroe lusitano (ALMAGRO-GORBEA, 2011, n. 11). Según las fuentes literarias grecolatinas, Viriato era un jefe lusitano que a mediados del siglo II a.C. se enfrentó a los romanos en un teatro de operaciones centrado, básicamente, en el Suroeste de la Península Ibérica, donde protagonizó una dura lucha durante diez años que llegó a mitificarse.

De Viriato apenas se conservan datos sobre su vida y las fuentes existentes son poco fiables por ser muy sucintas y poco esclarecedoras (SCHULTEN, 1940; PASTOR, 2000, 2004). Apiano, Diodoro Sículo, Tito Livio y demás autores de la Antigüedad reconstruyen e interpretan los acontecimientos, pero la fama de sus hechos y

su radical oposición a Roma hace que las visiones que ofrecen sean en la mayoría de los casos más ideológicas que objetivas. Ello ha llevado a la conocida distorsión de su figura, pues según unas fuentes clásicas, entre las que se incluyen Rutilio Rufo, Apiano, Livio (según Floro y Orosio) o Posidonio (en Diodoro Sículo), Viriato era un jefe noble, considerado el héroe fundador o héroe máximo de los lusitanos (MELERO, 1989), comparable incluso a la figura de Rómulo en Roma. Frente a estas posturas, otras fuentes, como Séneca (*Epigr.* IX, 11), Veleyo Patérculo (II, 1,3: *Duce latronum Viriato*), Floro (I, 33,15-16: *Ex venatore latro, ex latrone subito dux et imperator*) y Amiano Marcelino, lo consideran de manera negativa, como un pastor-bandido, un *latro* en la terminología romana. En consecuencia, la atractiva e interesante figura de Viriato ha producido numerosos ensayos y estudios dedicados a analizar su figura, desde los aspectos históricos (SCHULTEN, 1940; GUNDEL, 1967; GARCÍA MORENO, 1988; GÓMEZ FRAILE, 2005; GOZÁLVEZ CRAVIOTO, 2007; PASTOR, 2000, 2004; BLÁSQUEZ, 2008-2009; VAZ, 2009; SILVA, 2013) a su interpretación como héroe, con la consiguiente mitificación (GUERRA & FABIÃO, 1992; FABIÃO & GUERRA, 1998; ALVAR, 1997; PEREIRA, 2010; GIL GONZÁLEZ, 2010, 2014 a; MACHADO, 2014), que ha atraído tanto interés como su figura histórica, en la que se han analizado en particular temas como su interpretación social (COSTA, 1879; PASTOR, 2000, 2004; SALINAS, 2008; SÁNCHEZ MORENO, 2001-2002) y el carácter cuasi regio de su jefatura (MELENO, 1988; GARCÍA QUINTELA, 1993, 1999; VILATELA, 1989; TUERO, 1986; SÁNCHEZ MORENO, 2010; GIL GONZÁLEZ, 2014 b).

Mayor es la coincidencia de las fuentes clásicas en considerar que Viriato, gracias a sus dotes de mando y su capacidad para la guerra, siguió un proceso que le llevó a pasar de pastor a *latro*, de *latro* a *dux* y, probablemente, de *dux* a *rex* (SÁNCHEZ MORENO, 2006), aunque este último estadio no llegara a cristalizar. En cualquier caso, su experiencia militar y política, al margen de la oportunidad de las circunstancias y de sus indudables dotes personales, pues todos los autores reconocen sus excepcionales cualidades de estrategia y su capacidad de liderazgo, las debió adquirir en gran medida gracias al contacto con los romanos, en un proceso comparable al ocurrido en época helenística en otras áreas del Mediterráneo, como por ejemplo en la Lucania (LOMBARDO, 1999, p. 253) o, incluso, como fue el caso bien conocido de Arminio entre los Germanos (TIMPE, 1970; DEMANDT, 1995; WELLS, 2003; WOLTERS, 2008).

Viriato es considerado como un héroe y en ocasiones como un *hegemón* o rey helenístico (TIMPE, 1970; DEMANDT, 1995; WELLS, 2003; WOLTERS, 2008, n. 20), que alcanza el liderazgo y lo sustenta mediante la *devotio* personal otorgada por sus seguidores (RAMOS LOSCERTALES, 1924, p. 9; RODRÍGUEZ ADRADOS, 1946, p. 165; ÉTIENNE, 19582, p. 76), una tradición sacra de profundo arraigo entre los guerreros lusitanos desde la Edad del Bronce, a la que Viriato debió dar formas más helenísticas, aproximándola a una jefatura clientelar guerrera propia de una sociedad ya casi urbana. Según Apiano (*Iber.*, 58), Polibio (35,2) y Valerio Máximo (II, 7,11) esta clientela de Viriato procedía de los *oppida* por él controlados, situados en los territorios de expansión de los lusitanos por el Suroeste de la Península Ibérica y su denominación como *hegemonía* se interpreta como el inicio de un proceso de formación de un reino de tipo helenístico, como los *Brutti* en la Lucania (LOMBARDO, 1999), que Roma no permitió que se consolidara.

Viriato representa el final de una evolución de las formas de lucha de los lusitanos desde bandas de *latrones* con armamento y organización primitiva, propios de la Edad del Bronce, mantenidas en áreas más septentrionales (Strab. III, 3,5-7; Diod. V, 34,6), hacia un ejército organizado, pues Viriato debió inspirarse en las experiencias tácticas de la guerra con los romanos, aunque adoptaran de su propia tradición el saber adaptarse al terreno y la 'guerra de guerrillas', en la que puede considerarse uno de los mejores ejemplos en la historia. De forma paralela evolucionaría la sociedad y el sistema de jefatura. Viriato ya no es un 'pastor-guerrero' de la Edad del Bronce, pues su estrategia contra un enemigo mucho más poderoso, su capacidad de organizar y mandar grandes contingentes y su dominio sobre ciudades en un amplio territorio supone



Fig. 2A-B – Esculturas erigidas a Viriato como héroe local en Viseu y Zamora (fotos Google).

que los lusitanos habían iniciado un proceso hacia estructuras estatales, como los de turdetanos y celtíberos, con pactos de confederación o *symmachía*, que Roma abortó en su fase formativa por el peligro que para ella suponían (ALMAGRO-GORBEA, 2010, p. 199).

La figura de Viriato sin duda puede considerarse la más interesante de la *Hispania* prerromana indígena. Dentro de la amplia y atractiva historiografía sobre su figura, su fama ha suscitado una discusión sobre el lugar de su cuna, honor que se disputan especialmente dos ciudades: Viseu en Portugal y Zamora en España (Fig. 2A y B) (FABIÃO & GUERRA, 1998). Esta discusión constituye un magnífico ejemplo de la mitificación histórica que ha aumentado el interés hacia su figura. Frente a estas posturas tradicionales con profundo arraigo popular, otros autores, como García Moreno (GARCÍA MORENO, 1988), consideran que Viriato sería natural de la Beturia Céltica, idea seguida por Pérez Vilatela (VILATELA, 2000, p. 259 s.), mientras que Alarcão, con una postura más realista (ALARCÃO, 2001, p. 311-313), acepta la identificación de la Sierra de San Pedro con el Monte de Venus o de Afrodita (Ap. *Ib.* 64), que sería el lugar de donde partían sus correrías, por lo que supone que pudo proceder de tierras lusitanas españolas.

La visión de los autores de la Antigüedad fue adoptada en gran medida por los humanistas del Renacimiento, que sobre ellas construyen una visión enaltecida de la nación portuguesa, como era lo habitual en la época. Entre todas las figuras renacentistas, destaca la de André de Resende (Évora, 1498-1573) (FERNANDES, 1996, 2009), historiador y teólogo dominico que puede ser considerado “padre” de la arqueología en Portugal como autor de la obra *De Antiquitatibus Lusitaniae* (RESENDE, 1593, 1597; reed. Conimbricæ, 1790) (Fig. 3). Es interesante recoger el índice de esta magnífica obra para conocer su contenido, que nos ilustra sobre su orientación: *Liber primus: De Lusitania, eiusque populus. Principio ut de nomine Lusitania aliquid dicamur, nomen illi Lusum Liberi Patris ac Lisa, cum eo bachantem asserit Plinius* (Lib. 3, cap. 1). Tras los orígenes míticos, para ensalzar a su tierra natal, se ocupa de los límites de la Lusitania y de los pueblos limítrofes: *De Turdetanis. De Celticis. De Turdulis. De Vettonibus et Vectonibus. De Barbariis. De Paesuris aut Paesuribus. De Turdulis Veteribus. Qualis gens Lusitani*, y finalmente aborda sus características geográficas: *De montibus*.

Liber II. De fluviis. Liber IV, De civitates. El amplio y detallado análisis que supone la obra de Resende recoge y discute todo el saber conservado de la Antigüedad, por lo que pasó a ser obra de referencia obligada en los estudios posteriores sobre la Lusitania, prácticamente hasta el siglo XX. Sin pretender referirse a otras figuras, es preciso citar también a Jacobo Mendes de Vasconcelos, continuador de Resende como autor de una valiosa obra *De Municipij Eborensis, Liber V* (Évora, 1593) (VASCONCELOS, 1593), y a Fray Bernardo de Brito (ALMEIDA, 1569-1617), que fue el autor de la primera gran historia de Portugal, *Monarchia Lusytana*, obra esencial en su época, editada en Lisboa en 1597 (BRITO, 1597).

En este contexto de los historiadores del siglo XVI conviene igualmente recordar por su significado la gran figura de Luis Vaz de Camões, que se hace eco de estas preocupaciones humanistas de tema histórico relacionadas con la mitificación de los lusitanos en su famoso poema épico *Os Lusíadas* (CAMÕES, 1572). Esta postura de glorificación queda patente en la conocida invocación que inicia la obra (I, 26), en la que exalta a los lusitanos y a su héroe Viriato: *Deixo, Deuses atrás a fama antiga / que co a gente de Rómulo alcançaram, / quando com Viriato, na inimiga guerra / Romana, tanto se afamaram.* No menos explícito y característico de esa época es el recurso de mitificar los orígenes de Lusitânia (II, 19): *Esta foi Lusitânia, derivada / de Luso ou Lisa, que de Baco antigo / filhos foram, parece, ou companheiros, / e nela antão os íncolas primeiros.*

Esta tradición humanista del Renacimiento, basada en la recogida y análisis de los textos de la Antigüedad, en gran medida dirigidos a conocer el glorioso pasado de la tierra natal, para lo que se recurría a los mitos clásicos, prosigue durante la Ilustración, etapa en la que la erudición se hace cada vez más racional y rigurosa. En esta nueva fase de estudios hay que hacer referencia a Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), autor de la obra *De antiquitatibus Conventus Bracaraugustani* (ARGOTE, 1738). De manera paralela, en España, también el P. Enrique Flórez se ocupó ampliamente de la Lusitania, a la que dedicó los volúmenes XIII y XIV de su *España Sagrada* (1756-1758) (FLÓREZ, 1756-1758), que supusieron una brillante síntesis actualizada de los estudios anteriores.

Todos estos conocimientos ilustrados sobre la Lusitania del siglo XVIII y las fuentes utilizadas para su estudio quedan bien reflejados en el texto recogido en una cartela que ofrece el *Mapa de la Lusitania Antigua* realizado en 1789 por Juan López (Fig. 4), cartógrafo real de la Corte de España, pues constituye un interesante ejemplo de los estudios sobre Geografía Histórica de la época, que que impulsaba la Real Academia de la Historia (LÓPEZ, 1789; HERNANDO, 2008, p. 150). Para confeccionar este mapa, Juan López se basó en todos los conocimientos sobre Lusitania hasta entonces reunidos por humanistas y eruditos anteriores, pues señala explícitamente que “Para formar este mapa se tuvieron presentes las geografías de Estrabón,

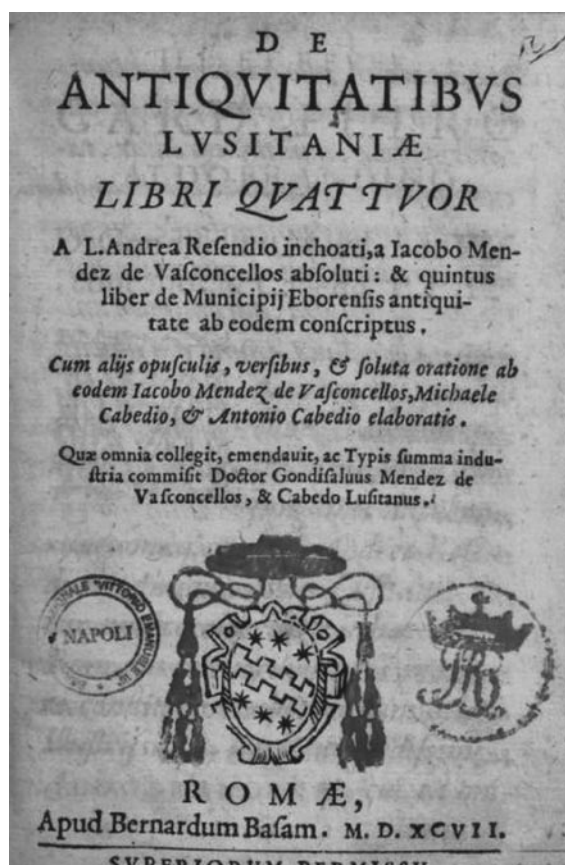


Fig. 3 – André de Resende, *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Romae, 1597.



Fig. 4 – Mapa de la Lusitania Antigua de Juan López, Madrid, 1789.

Pomponio Mela, Plinio, Ptolomeo”, los mapas de Abraham Ortelio (1579), Cristóbal Celario (Cristoph Keller, 1638-1707), M. d’Anville (1741), Nicolás Sanson (1750) y Roberto Vagondy (1750), además del *Mapa de Portugal* (1778) de Juan Bautista de Castro con el *Itinerario de Antonino Pío*, y las obras de André de Resende, *Antigüedades Lusitánicas* (1593) y *Colonia Pacense*, su continuación en la citada obra de Jacobo Meneses [sic] de Vasconcelos, *De Evorense Municipio*, y las obras de Bernardo de Brito, *Monarchia Lusytana* (1597), IV-V y la *España Sagrada*, XIII y XIV, de Enrique Flórez. Por ello, esta relación, por su carácter pragmático, constituye la mejor información para saber cuáles eran los conocimientos sobre la Lusitania en tiempos de la Ilustración.

3 - EL SIGLO XIX Y LOS NUEVOS ESTUDIOS ARQUEOLÓGICOS

El siglo XIX apenas ofrece novedades de interés en el campo histórico, hasta que en su último cuarto surgen las primeras excavaciones y estudios arqueológicos, cada vez más sistemáticos, que pasan a ser una nueva vía de aproximación, de importancia fundamental, para el estudio de los lusitanos, vía impulsada por figuras de gran talla y reconocimiento internacional, cuyas obras todavía son de referencia.

La primera personalidad a destacar es *Francisco Martins Sarmiento* (Guimarães, 1833-1899) (Fig. 5) (PIMENTA, 2008). Era licenciado en Derecho por la Universidad de Coimbra, pero se sintió atraído por la

historia, la etnología y la arqueología, por lo que se dedicó a excavar la citânia de Briteiros, donde tenía casa, de 1875 a 1884 (CARDOZO, 1956; CORREA, 1953, p. 61 s.). La visita a esta citania del Congreso Internacional de Antropología y Arqueología Prehistórica de Lisboa de 1880 contribuyó al renombre internacional de estos hallazgos y a que se reconociera la personalidad científica de la cultura castreña galaico-lusitana. De este modo la Citânia de Briteiros se convirtió en el yacimiento clave de lo que desde entonces se conoce como “Cultura Castreja”, extendida por el Noroeste de la Península Ibérica, cuya personalidad hizo que pronto fuera interpretada como una de las culturas célticas más interesantes de la Edad del Hierro del Occidente de Europa, caracterizada por sus poblaciones fortificadas con casas circulares características de las regiones atlánticas hechas de muros de granito.

Entre las obras publicadas por Martins Sarmiento destaca *Lusitanos, ligures e celtas* (SARMENTO, 1891-1893). Puede considerarse un trabajo modélico para su época, bien documentado, con sentido dialéctico y buenos razonamientos, admirado por E. Hübner y después por cuantos lo han manejado. En él replantea el origen de los lusitanos, con afirmaciones como que “[...] *os portugueses de hoje descendem em linha directa dos Lusitanos*”, afirmación tras la que plantea la pregunta: “*Mas, qual seria a filiação étnica dos Lusitanos? Que povos pré-celtas eram esses? De onde vieram?*”. De este modo dio inicio a un tema esencial, el del origen de los lusitanos, cuya etnogénesis es todavía una cuestión abierta (*vid. infra*). También Sarmiento deshizo la idea, común en su época, de que todas las antigüedades prerromanas eran de los celtas, mantenida desde los anticuarios humanistas y que perduró hasta muy avanzado en siglo XIX. El estudio de conjunto de los hallazgos de la Cultura Castreña, comparado con otros yacimientos excavados en su época por Europa Occidental, le llevó a concluir que los constructores de citanias y castros eran gentes prerromanas y pre-celtas, originarias de las primeras migraciones arias, establecidas en época muy remota en el Occidente de Europa: “*Os Lusitanos, ao contrário do que geralmente se pensa, têm, graças à sua posição geográfica, uma das mais puras árvores genealógicas dos povos antigos [...]*”, postura que supone que ya supo valorar el carácter arcaizante y conservador de esta cultura del extremo occidental de Europa.

La gran labor de este gran arqueólogo y etnólogo fue proseguida por la *Sociedade Martins Sarmiento* (SOCIEDADE MARTINS SARMENTO, 1967), fundada en Guimarães en 1881 en su homenaje. Esta sociedad tiene asociado un museo abierto en 1885, con una biblioteca y archivo para continuar la labor de estudio por él iniciada, potenciada por la *Revista de Guimarães*, una de las más prestigiosas de Portugal, publicada desde el año 1884, que constituye su órgano de difusión.

Como figura todavía de mayor trascendencia debe considerarse a José Leite de Vasconcelos (1848-1941) (CARVALHO, 2015). Persona muy activa y de gran curiosidad intelectual desde muy joven, Vasconcelos se licenció en la Universidad de Porto en Medicina (1886), pero su tesis de licenciatura, *Evolução da linguagem*



Fig. 5 – Francisco Martins Sarmiento (1833-1899), iniciador de las excavaciones de la Cultura Castreja.

(VASCONCELOS, 1886), evidencia la atracción que sentía hacia las humanidades, y, en particular hacia la lingüística, lo que le atrajo hacia el estudio de las costumbres y de la Etnografía (VASCONCELOS, 1933-1985) a las que sumó la Arqueología, aunque su formación en el campo de las ciencias le proporcionó un método de estudio riguroso, que aplicó a todas sus investigaciones en Filología, Arqueología y Etnografía, cuyo cultivo conjunto le daban una amplitud de visión, asociada a su rigor científico, que destacaba entre sus contemporáneos. El carácter interdisciplinar de sus conocimientos y el rigor de sus investigaciones hacen que sea siempre una figura de referencia, “[...] *una de las mayores autoridades que en Arqueología ha producido la Península [...]*”, según la autorizada opinión de Antonio García y Bellido (BELLIDO, 1955).

Vasconcelos amplió sus estudios filológicos en la Universidad de París, en la que se doctoró en 1901 con la tesis *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (VASCONCELOS, 1901), lo que le llevó años después a ser catedrático de Lengua y Literatura Latinas y de Literatura Francesa medieval en la Universidad de Lisboa, estudios que también le llevaron a ser un pionero en Portugal en los estudios lingüísticos con su *Antroponímia Portuguesa* (VASCONCELOS, 1928).

En 1893 fundó el Museu Etnográfico Português (VASCONCELOS, 1915), instalado en el Monasterio de los Jerónimos de Belém, actualmente denominado *Museu Nacional de Arqueologia*, que lleva su nombre y que es la máxima institución de la Arqueología Portuguesa.

Su obra de mayor trascendencia puede considerarse la monumental *Religiões da Lusitania* (Fig. 6) (VASCONCELOS, 1897-1905-1913), que recoge inscripciones y materiales atribuibles a los lusitanos. En ella Vasconcelos demuestra un buen conocimiento crítico de las fuentes literarias y de los hallazgos epigráficos, además de sus amplias relaciones internacionales, como reflejan sus citas científicas de tipo moderno y su abundante epistolario (COITO, 1999; CARDOSO, 2009, 2016-2017).

Característica de esos años en la Arqueología Portuguesa fue la aparición de diversas revistas especializadas y de sociedades para su cultivo, como la citada *Revista de Guimarães* de la Sociedade Martins Sarmento. Leite de Vasconcelos destacó en esta labor por ser el fundador de la *Revista Lusitana* en 1887, dedicada a estudios de Filología y Etnología portuguesas, y de *O Arqueólogo Português* en 1895. Esta revista, que pasó a ser el órgano del Museu Nacional de Arqueologia (1895-2017), fue fundada por Vasconcelos para “[...] *estabelecer relações literárias entre os diversos indivíduos que, ou por interesse científico, ou por mera curiosidade, se ocupam das nossas antigualhas [...]*”, finalidad que evidencia su criterio científico moderno. También entre estos pioneros de la arqueología portuguesa habría que contar en esos últimos años del siglo XIX con la labor de Émile Cartailhac, cuya gran obra *Les Âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal* (CARTAILHAC, 1886), publicada en 1886, contribuyó a difundir los conocimientos existentes por la Europa de su época.

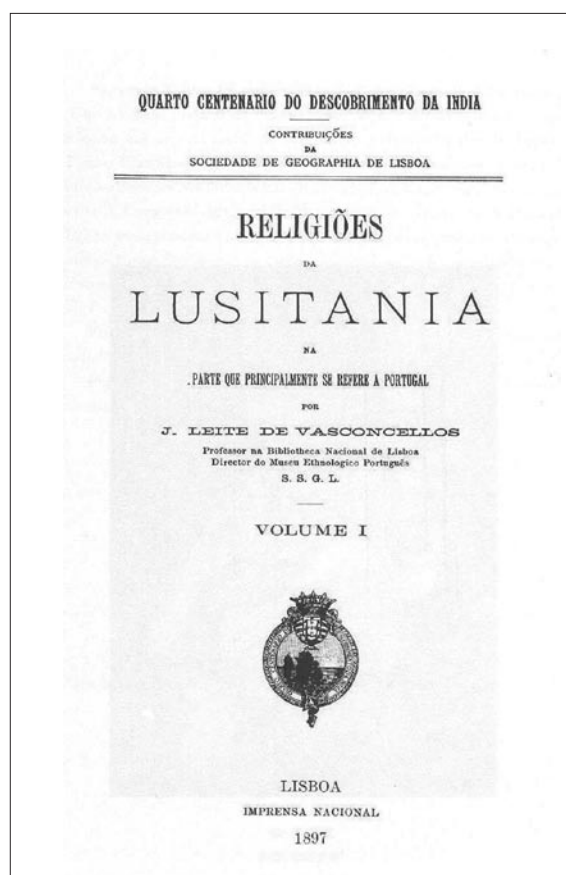


Fig. 6 – *Religiões da Lusitania*, de José Leite de Vasconcelos, Lisboa, 1897.

Estos estudios pioneros sobre los lusitanos fueron proseguidos en el siglo XX por la Sociedade Martins Sarmento, la sociedad Portugalia, la Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia y el Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa, instituciones apoyadas sobre los fundamentos anteriores. El avance en las posturas lo personifica el antropólogo Antonio Mendes Correa (CARRÉ ALVARELLOS, 1961, p. 311), que publicó *Os povos primitivos da Lusitania* en 1924 (CORREA, 1924). Es una obra que prosigue la tradición historiográfica de sus predecesores, pues se ocupa de la geografía y los textos e interpreta la llegada de los lusitanos dentro del modelo invasionista de la época. Lo mismo cabe decir del análisis de los lusitanos en la *Etnología de la Península Ibérica*, de Pedro Bosch Gimpera (GIMPERA, 1932, p. 598 s.), en la que analiza el territorio, siguiendo a Estrabón y demás autores clásicos, y en la que planteó con acierto que sus límites serían variables, aunque concluyó, siguiendo a Martins Sarmento, “[...] que los lusitanos no son celtas [...]”, pues llegó a la errónea consideración de que estaban más cerca de los iberos que de los celtas, esto es, de los celtíberos, de los que los diferenciaba, aunque los hacía proceder de los lúsones del Valle del Ebro y Guadalajara.

Dentro de los estudios en el campo de la Arqueología, a fines del siglo XX marca una nueva etapa por su magnífica labor de concordancia de las fuentes escritas con los hallazgos arqueológicos Armando Coelho Ferreira da Silva, que se concreta en su síntesis *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal* (SILVA, 1986, reed., 2007), publicada en 1986 (Fig. 7) y reeditada en 2007. Constituye una valiosa culminación, actualizada metodológica y conceptualmente, de los conocimientos acumulados desde el siglo XIX. Esta labor ha sido seguida igualmente por otros colegas que han precisado la geografía y cronología de los lusitanos, su sistema técnico-económico, social y religioso y su interpretación étnica con las fuentes y la epigrafía (SAVORY, 1956; MARTINS, 1990; ALARCÃO, 2001; LEMOS, 1993; QUEIROGA, 2003). Sin embargo, faltaba una visión en profundidad que se remontara a fases anteriores a la Edad del Hierro, tema que no se abordaba, por lo que apenas se conocía cómo y qué culturas se habían desarrollado en las Beiras y el Norte de Portugal desde la Edad del Bronce. En esta línea de estudios, destaca la publicación en 1988 de Susana Oliveira Jorge, *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do Bronze Final do norte de Portugal* (JORGE, 1988) y la tesis de Raquel Vilaça sobre la Edad del Bronce en las Beiras (VILAÇA, 1995), que tuvo su equivalente en la parte española en el estudio de Ana M.^a Martín sobre *Los orígenes de la Lusitania en la Alta Extremadura* (MARTÍN, 1999). Ambas obras cubrían un vacío con nuevos documentos sobre el desconocido origen de la Cultura Castreja, al remontarse a la Edad del Bronce, aunque todavía queda mucho por saber sobre los orígenes de los lusitanos, para, a partir de los hallazgos arqueológicos, conocer mejor su origen, su territorio y sus elementos culturales.

Junto a las informaciones que a lo largo de más de un siglo ofrecían las investigaciones arqueológicas, con importantes estudios de conjunto como los dedicados a los guerreros lusitano-galaicos (SCHATTNER, ed.,

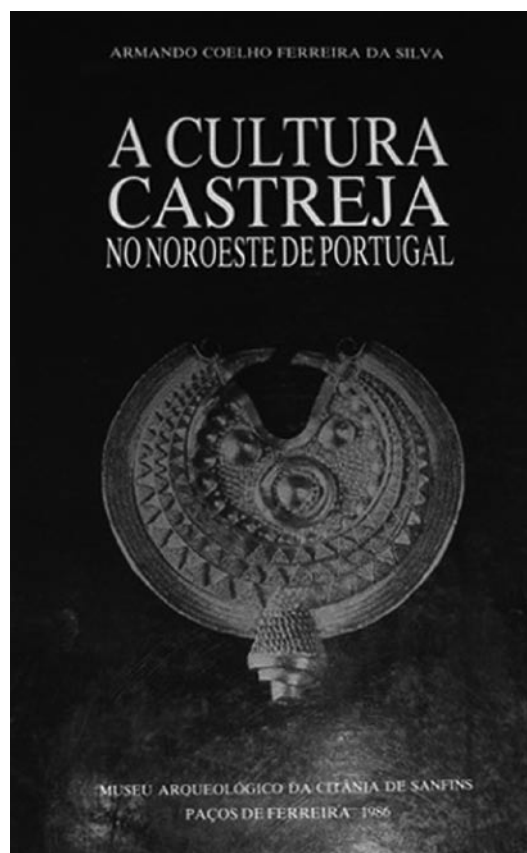


Fig. 7 – *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*, de Armando Coelho Ferreira da Silva, Paços de Ferreira, 1986.

2003), la tradición de los historiadores basada en las fuentes clásicas prosiguió sus estudios en el siglo XX sobre Viriato y las Guerras Lusitanas que se han acentuado en los años finales del mismo e inicios del siglo XXI (SCHATTNER, ed., 2003, n. 17 s.). Las síntesis sobre Lusitania de Antonio Tovar (TOVAR, 1976), la posterior de la *Tabula Imperii Romani* (TIR, 1991) y los estudios de Mario Cardozo (CARDOZO, 1968-1969), Amílcar Guerra (GUERRA, 1995, 1998) y Luciano Pérez Vilatela (VILATELA, 2000) han revisado y revitalizado los conocimientos. De forma paralela, se ha revisado la figura de Viriato (VILATELA, 2000, n. 17 s.), que ha atraído creciente atención, aunque estas nuevas aproximaciones, ya con más sentido crítico, en gran medida partían de los mismos postulados y puntos de vista planteados desde el Renacimiento, por lo que temas como el origen o el territorio de los lusitanos no se abordaran en profundidad.

El territorio ocupado por los lusitanos y las discusiones sobre su situación y límites ha sido siempre uno de los temas historiográficos más tratados. Los lusitanos constituían una serie de pueblos prerromanos, cultural y étnicamente afines a los “celtas”, centrados en las tierras graníticas del Occidente de la Península Ibérica. A partir del siglo XIX las excavaciones identificaron sus castros y citanias y dieron a conocer su cultura material, de gran personalidad, que se extendía por las cuencas del Duero y del Miño. Sin embargo, la cultura material de los lusitanos no era uniforme, ya que es diferente en la cuenca del Tajo y, además, aún plantean problemas sus características durante la Edad del Bronce, mientras que se conoce mucho mejor en la Edad del Hierro.

Como se ha comentado, desde la Antigüedad se arrastra una discusión, más o menos explícita, sobre los territorios que ocupaban los lusitanos, con diferentes posturas reflejadas en su historiografía. Leite de Vasconcelos (1905) distinguió entre el cabo *Cyneticum*, la Mesopotamia y la Lusitania. Schulten (SCHULTEN, 1937, 1940), los sitúa entre el Guadiana por el sur y el Duero o Miño por el norte, pero en sentido estricto los coloca en la Beira, entre Tajo y Duero, seguramente siguiendo a Estrabón (III,3,3). Según Bosch Gimpera (1933), ocupaban las Beiras entre Duero y Tajo, pero se expandieron sobre los Célticos. Para Caro Baroja (1976), seguido por Blázquez (1968), vivían desde el Duero al Algarve, lo que equivale a la *Provincia Lusitania*. Maluquer (1976) considera que habitaron entre el Duero y el Tajo, con su centro en las sierras de la Estrella y de Gata. Russell Cortez (1955) y Cardozo (1968) los sitúan entre Duero y Tajo. López Cuevillas (1954), entre el Tajo y los Ártabros, en el extremo norte de la *Gallaecia*. Tovar (1976), en su síntesis sobre la Lusitania en los *Iberische Landeskunde*, la sitúa entre Duero y Tajo, pero analiza la *Provincia Lusitania* sin diacronía. Para García Bellido (1945) la Lusitania era la *Provincia Lusitania*, aunque seguía hasta la *Gallaecia*. Veiga Ferreira (1969) los sitúa también entre Duero y Tajo, pero acepta su expansión hacia el norte hasta el Miño y por el sur hasta el Guadiana. Alarcão (1973, 2001) sitúa a los lusitanos al norte del Tajo, con los túrdulos *veteres* en la costa. Rodríguez Colmenero (1979) los lleva hasta el Miño, pero excluye a los ártabros, que incluye entre los montañeses bárbaros citados por Estrabón. Cardoso (1968-1969) los sitúa también entre Duero y Tajo, mientras que Pérez Vilatela, al analizar las “*guerras lusitanas*” (VILATELA, 2000), los coloca desde el Suroeste hasta la mesopotamia Guadiana-Tajo, por lo que ignora *de facto* a los lusitanos del interfluvio Tajo-Duero, donde con tanta precisión los sitúa Estrabón. Su situación la recoge la *Tabula Imperii Romani* en la Hoja K-29 (TIR, 1991, p. 70) que indica que eran “[...] un grupo de pueblos de la Lusitania que habitaban la zona montañosa de Beira, entre los ríos Duero y Tajo, lindando por el E. con los Vettones”. Una visión parecida, pero no idéntica, ofrece la Hoja K-30, que incluyen en su territorio la Sierra de Guadarrama y recoge que “[...] limitaban al S. con los célticos, al N. con los galaicos y al O. con los vétones” (TIR, 1995, p. 101). En fechas más recientes, Inês Vaz (VAZ, 2009, p. 22-26) ha vuelto a analizar los distintos conceptos de Lusitania y señala la continuidad de una “*verdadera Lusitania*” pre-romana, extendida por la zona de Viseu, Guarda, Castelo Branco y Portalegre y parte de Salamanca y Cáceres, en lo que coincide básicamente con Alarcão.

La clave para abordar este problema historiográfico es diferenciar el territorio de la *Provincia Lusitania* romana del territorio ocupado por los lusitanos desde la Edad del Bronce, territorio que ofrece ligeras variaciones a lo largo del tiempo. El territorio de los lusitanos, en época republicana, desde el siglo II a.C., formaba parte de la *Hispania ulterior*, pero *Lusitania* es el nombre dado por Augusto a una *provincia* por él creada en el oeste de la Península Ibérica, que aunaba territorios de Túrdulos-Turdetanos, Célticos y lusitanos. Por este motivo se puso su capital en *Augusta Emerita*, a fin de penetrar desde las áreas meridionales más civilizadas y romanizadas en el territorio de los aguerridos lusitanos, situado al norte del Tajo, como transmite Estrabón (III, 3,3) (ALMAGRO-GORBEA, 2011) y confirma la inscripción del Puente de Alcántara (*CIL* II**), construido para facilitar la penetración en el corazón de la Lusitania y facilitar su romanización (ALARCÃO, 1998).

El territorio de los lusitanos, que hay que considerar como la verdadera “Lusitania” original, ocupaba buena parte del interior de Portugal, desde las Beiras hasta la cuenca del Miño, donde limitaban con los galaicos, aunque éstos, en muchos aspectos, formaban parte del mismo tronco etno-cultural, como testimonia la Cultura Castreña y la interesante referencia de Estrabón (III, 3,3) de que galaicos en su época aún se incluían con los lusitanos. Seguramente esta diferenciación se vería favorecida por la política de Augusto de dividir a los lusitanos al pasar el norte de la Lusitania y la *Gallaecia* a formar parte de la Provincia Tarraconense, mientras que el resto se incluyó, como se ha dicho, en la *Provincia Lusitania*, política similar a la de dividir a los celtíberos entre distintos *conventus*. Además de estos territorios de Galicia y Portugal, también habitaban áreas de las provincias de Salamanca, Cáceres y la parte septentrional de Badajoz, con penetraciones hasta el norte del Alto Alentejo, donde limitaban con célticos y túrdulos. Al Este limitaban con ástures, vacceos, vétones y carpetanos, mientras que, por el Oeste, en la costa atlántica, limitarían con el enclave de los *Turduli veteres* (VILATELA, 2000, p. 211 s.; OLIVARES, 2002; ALMAGRO-GORBEA *et al.*, 2008, p. 1156).

Esta definición de la “Lusitania” como el territorio en el que se desarrolló el “sistema etno-cultural lusitano” parece más adecuada que la propuesta de limitar el uso del término “lusitano” y “Lusitania” para designar a la *Provincia Lusitania* romana por ser ésta una entidad geográfica e administrativa cuyos límites se conocen (GUERRA, 2010, p. 95). Esta propuesta se opone al empleo del término *Lusitanus* para designar una parte de los habitantes de esa provincia romana, postura que olvida que dicha provincia se formó precisamente con pueblos diversos, entre ellos precisamente sólo una parte de los lusitanos, a fin de asegurar el dominio de Roma sobre ellos, por lo que desvirtúa su verdadera ubicación geográfica y sus características etnoculturles históricas heredadas de su etnógenesis.

4 - EL DESCUBRIMIENTO Y LOS ESTUDIOS DE LA LENGUA LUSITANA

Una aportación fundamental para la valoración de los lusitanos ha sido el conocimiento de su lengua. El lusitano es una lengua indoeuropea hablada en la Lusitania, desde el Miño hasta Extremadura, que queda claramente separada por una línea teórica que iría de Astorga a Mérida de las lenguas céltibéricas, testimoniadas por antropónimos diferentes a los lusitanos, por topónimos en *-briga* y por genitivos de plural usados para indicar los clanes familiares, elementos extraños al territorio lusitano (UNTERMANN, 1997, p. 726).

De la lengua lusitana apenas han aparecido seis inscripciones de cierta importancia, escritas en alfabeto latino y datadas en los siglos I y II d.C. Son la de Lamas de Moledo y Arroyo de la Luz 1 + 2 (UNTERMANN, 1997, p. 747 s.), a las que se han añadido en fechas posteriores las de Cabeço das Fraguas (SCHATTNER & SANTOS, eds., 2010), Arroyo de la Luz 3 (VILLAR & PEDRERO, 2001), Arronches (CARNEIRO *et al.*, 2008) y Viseu (SILES, 2016), además de epígrafes que contienen algunas palabras en Lusitano, como *Tongoe Nabiago*

en la Fonte do Idolo de Braga (CIL II, 2419; EE VIII, 115; MAR & MARTINS, 2008) o *Crougai Toudadigoe* (CIL II, 2565; IRG IV, 91; GORROCHATEGUI, 1987, p. 87; PRÓSPER, 2002, p. 181 s.) en la inscripción perdida de Mosteiro de Ribeira, Orense. Por el contrario, son numerosos los teónimos (UNTERMANN, 1985; DE HOZ, 1986, 2013; OLIVARES, 2002; PRÓSPER, 2002) y antropónimos (UNTERMANN, 1965, p. 19, mapa C, zona II-III; CALLEJO, 2005, 2009) bien documentados y también se conocen etnónimos (ALARCÃO, 2001; ALMAGRO-GORBEA, 2016) y topónimos (MORALEJO, 2010; BÚA, 1997). Todos estos elementos lingüísticos se concentran en una zona que se extiende desde el Miño por las Beiras hasta el Sur de la Provincia de Cáceres, aunque algunos antropónimos característicos, como *Boutius*, llegan hasta las áreas cantábricas por el Norte y las pacenses y alentejanas por el Sur, de modo que, en su conjunto, permiten precisar las áreas geográficas habitadas por los lusitanos con más precisión que la mayoría de los elementos arqueológicos.

Alguna de estas inscripciones en Lusitano se conocen desde el siglo XVIII,² como la de Arroyo de la Luz, que Masdeu (MASDEU, 1800, p. 631) consideró que era una invención local, o la de Lamas de Moledo (CIL II, 738), que Hübner a mediados del XIX, consideró de una lengua desconocida local, ya que sólo empezó a ser valorada a mediados del siglo XX. Fue Hernando Balmori en 1935 el primero en identificar el Lusitano como “[...] *un dialecto céltico*” (HERNANDO BALMORI, 1935), línea proseguida por Tovar al descubrirse la inscripción de Cabeço das Fráguas, cuando identificó “[...] *entre el Duero y el Tajo una región lingüística que podemos llamar Lusitania*” (TOVAR, 1966-1967, 1985, p. 223), atestiguada entonces por tres inscripciones en una lengua indoeuropea de tipo céltico hasta entonces desconocida, que se asociaba al ritual ancestral indoeuropeo del *suovetaurilium*, un triple sacrificio de cerdo, oveja y toro (SCHATTNER & SANTOS, eds., 2010), a la que denominó con acierto “lusitano”. El lusitano, a pesar de ser una lengua de tipo celta, mantenía la *p*-inicial, por ejemplo, en la palabra *porcom* documentada en Lamas de Moledo, Cabeço das Fraguas y Arronches, tenía acusativos en *-m*, el nexa *indi...*, una forma verbal *doenti* y teónimos en dativo finalizados en *-oi*, *-oe*, propios de los epítetos de divinidades lusitanas como *Nabia*, *Reve* o *Bandi*. Untermann también consideró la lengua lusitana dentro del tronco “celta” al recoger las inscripciones conocidas en sus *Monumenta linguarum Hispanicarum* (UNTERMANN, 1987, 1997).

El lusitano es una lengua indoeuropea como evidencia su vocabulario y su estructura, pues usa palabras como *porcom* ‘cerdo’, como el latín ‘*porcus*’, *taurum*, ‘toro’, latín ‘*taurum*’, *oila* <**owil* ‘oveja’, latín ‘*ovis*’, *trebo* ‘casa’, de **treb-*, ‘construir’, en osco ‘*tribud*’ ‘casa’, en irlandés ‘*treb*’ ‘casa’, etc. En su clasificación inicial, se consideró que el Lusitano era una lengua indoeuropea de la familia céltica, como mantuvieron Tovar, Guyonvarc’h, Untermann y Prosdócimi (TOVAR, 1966-1967, 1985; GUYONVARC’H, 1967; UNTERMANN, 1997; PROSDOCIMI, 1986), pero esta interpretación ha sido negada por otros autores, como Schmidt, Villar, Witczak, Gorrochategui, de Hoz, Prósper y Vallejo (GORROCHATEGUI, 1987; SCHMIDT, 1985; VILLAR, 1991, p. 454 s.; WITCZAK, 1999; PRÓSPER, 2002), por conservar la **p* IE (p.e. en *porcom*), perdida en el protocelta, *athir/orc* (irlandés), pero mantenida en latín, como *pater*, “padre”, o *porcus*, “cerdo”, etc., aunque Prosdócimi, Untermann, Anderson y Búa explican esa **p* IE del Lusitano como un arcaísmo de una lengua celtoide muy primitiva, hermana del protocéltico y todavía cercana al protoitalico, como parecen indicar los topónimos y los numerosos antropónimos ‘lusitanos’ emparentados con las lenguas celtas, como *karno* ‘montón de piedras’, *krouk* ‘otero’, *crougia* ‘monumento, ara’, los topónimos en *-briga* ‘colina, lugar fortificado’, etc.

A su vez, Schmidt sostuvo que el *galaico-lusitano* es una rama independiente en las lenguas indoeuropeas occidentales, pero, frente a estas opiniones, Villar, Gorrochategui, Prósper, Michelena y Vallejo consideran

² Para una rápida síntesis de los estudios del Lusitano, VALLEJO, 2009, p. 272-278.

que el Lusitano se relaciona más con las lenguas itálicas (MICHELENA, 1976; GORROCHATEGUI, 1987; VILLAR, 1991, p. 454 s.; PRÓSPER, 2002; VALLEJO, 2005), para lo que aducen ejemplos como el lusitano *Revo* (dat. *Reve*) ‘Dios-río’ comparable al latín *rivus* ‘río’; el lusitano *Munidie*, relacionado con el epíteto *Moneta* de Juno; el lusitano *Lamaticom*, con el latín *lama*; el lusitano *Comaiam*, con el umbro *kumiaf* ‘preñada’; etc. Por ello, ya Francisco Villar (VILLAR, 2001, p. 118) consideró que el lusitano “[...] *con gran probabilidad es una variedad nueva de lengua itálica, con rasgos específicos que la hacen diferenciarse por una parte del latín y por otra del osco y el umbro [...]*” y también Vallejo incluye el lusitano entre las lenguas itálicas y no en las célticas, pues la inscripción de Arronches además de /p/ ofrece sonidos aspirados y /f/.

El descubrimiento y valoración de la lengua lusitana ha tenido profundas repercusiones, todavía no bien valoradas ni explotadas, para un conocimiento más profundo de este interesante pueblo, en especial al permitir una reconstrucción mucho más completa y segura de su sistema etno-cultural, lo que permite comprender mejor sus relaciones con otros pueblos y su evolución diacrónica. Por una parte, la lengua complementa lo que se conocía por otros datos del sistema etno-cultural lusitano, pero, además, los datos propiamente lingüísticos ofrecen información sobre teónimos, antropónimos y sobre algunos topónimos. En segundo lugar, las áreas de dispersión de estos teónimos, antropónimos y topónimos se pueden correlacionar con los elementos de cultura material que ofrece la Arqueología, pues unos y otros aparecen en la misma zona, que hay que interpretar como la verdadera Lusitana. Por otra parte, esta correlación tiene notables repercusiones para el conocimiento del sistema etnocultural lusitano y de su cronología, pues precisa el territorio ocupado a lo largo del tiempo (ALMAGRO-GORBEA, 2014 a, Figs. 1, 7, 8 y 9). Los restos de cultura material coincidentes con los datos lingüísticos pasan a tener, de este modo, una segura atribución etnolingüística y, a su vez, la cronología que ofrecen esos elementos arqueológicos permite datar los datos lingüísticos, ya que los hallazgos epigráficos sólo permiten saber que la lengua lusitana perduró hasta los primeros siglos de la Era, por lo que esta información demuestra la antigüedad del sistema cultural de los lusitanos, que incluye su lengua y demás elementos de su cultura, al menos ya en la Edad del Bronce, lo que supone un avance trascendental para su estudio.

5 – UNA NUEVA VÍA DE ANÁLISIS: LA ETNOGÉNESIS COMO ENFOQUE INTERDISCIPLINAR

Desde fines del siglo XIX los estudiosos portugueses se sintieron atraídos por recoger costumbres, ritos y mitos populares, entonces perfectamente conservados, cuyo origen prerromano resultaba evidente, siguiendo el modelo de los estudios “celtas” característicos de la *celtomanía* de la época en otras partes de Europa. J. Leite de Vasconcelos, seguido de F. Martins Sarmiento (SARMENTO, 1998), de Luiz Chaves (CHAVES, 1917, 1922) y de Teófilo Braga (BRAGA, 1885) años más tarde, abrió esta línea de trabajo, sin duda influidos por los celtistas franceses.

En sus *Tradições populares de Portugal* (VASCONCELOS, 1882), Vasconcelos recogió en 1882 numerosas tradiciones y “*supersticiones*” populares, sobre los astros, el fuego y la luz, los fenómenos de la atmósfera, el agua y la tierra, las peñas, los metales, los vegetales y animales y sobre ensalmos y seres sobrenaturales. Estas tradiciones del folklore, que enlazan con los interesantes testimonios que ofrece Martín de Braga en el siglo VI d.C. (BARLOW, ed., 1950; BREUKELAAR, 1993; CHAVES, 1957; MACIEL, 1980), proporcionan una verdadera cosmovisión anterior al cristianismo y al mundo romano, que indica su pertenencia al sistema etno-cultural lusitano, cuya perduración se explica por un fenómeno de “*larga duración*”, como han puesto en evidencia algunos trabajos recientes (ALMAGRO-GORBEA, 2014 b). En esta línea de trabajo, la

Etnoarqueología, utilizada con una metodología adecuada, enriquece lo que sabemos sobre las formas de vida, las creencias y la cosmovisión, los ritos y mitos e incluso los dioses de los antiguos lusitanos, datos que completan nuestros conocimientos sobre su característico sistema etno-cultural y que al mismo tiempo facilitan comprender mejor su etnogénesis.

Desde finales del siglo XX se ha planteado en la Protohistoria de la Península Ibérica la necesidad de abordar su estudio con una visión holística y diacrónica que permita comprender los procesos de etnogénesis que explican la formación de los pueblos y culturas prerromanos a través de sus transformaciones culturales. Esta línea de trabajo, que asocia los datos arqueológicos con las fuentes escritas, la lengua y la religión para valorar todos los elementos del sistema cultural (CLARKE, 1984, p. 267 s.), fue impulsada por la reunión sobre Paleoetnología de la Península Ibérica celebrada en la Universidad Complutense de Madrid en 1991 (ALMAGRO-GORBEA & RUIZ ZAPATERO, eds., 1993). A partir de entonces y en los últimos años se han añadido los

datos que proporcionan las tradiciones populares, ya que constituyen una nueva vía de aproximación, complementaria de las tradicionales, que, en cierto modo, supone volver a las formas de trabajo “interdisciplinar” de fines del siglo XIX, perdidas posteriormente al especializarse los estudios y fragmentarse la visión de conjunto, aunque este desarrollo actual de la Etnoarqueología ofrece una visión más amplia y una metodología y unas perspectivas nuevas y más rigurosas (ALMAGRO-GORBEA, 2009 a; MOYA, 2012).

En esta nueva línea de trabajo se sitúa un importante artículo publicado el año 2001 por Alarcão (ALARCÃO, 2001). Este prestigiado estudioso consideró a los lusitanos como un colectivo que engloba diversos *populi*, cuya localización precisó en Portugal y en la provincia española de Cáceres, aunque no incluyó en él todos los *populi* citados en el Puente de Alcántara (Fig. 8A), que incluye las principales tribus lusitanas, entre ellas los *Lancienses*, cuya dispersión resulta tan característica (Fig. 8B) (ALMAGRO-GORBEA, 2016). Este trabajo, que también abordó el belicismo lusitano y la patria de Viriato, no se limitaba a las referencias proporcionadas por los textos clásicos y la epigrafía, como era lo habitual, sino que analiza un periodo de más de 1000 años y, lo que es fundamental, para ello asociaba datos arqueológicos, fuentes escritas, lingüística y religión, todo ello con eficaz empirismo, por ejemplo, al comparar la dispersión de las divinidades que documentaba la epigrafía romana con datos arqueológicos como la dispersión de las hachas del Bronce Final. Además, Alarcão llamó la atención sobre la importancia de la religión de los lusitanos como elemento identificador y, al delimitar su territorio, distinguió los *Lusitani* de los *Callaeci* del Noroeste y de los *Kounéoi* o conios del Suroeste, que situó con precisión en el valle del Guadiana en los siglos IX-VII a.C. a partir de las estelas entonces denominadas “extremeñas”, que interpretó como monumentos usados para marcar fronteras, lo que le llevó a situar la llegada de los lusitanos en el Bronce Final.

Esta nueva línea de investigación ha supuesto un notable avance en el siglo XXI en el estudio interdisciplinar de los lusitanos, pues permiten valorarlos como uno de los sistemas etno-culturales más interesantes de la



Fig. 8A – Inscripción de Puente de Alcántara con enumeración de los pueblos lusitanos.

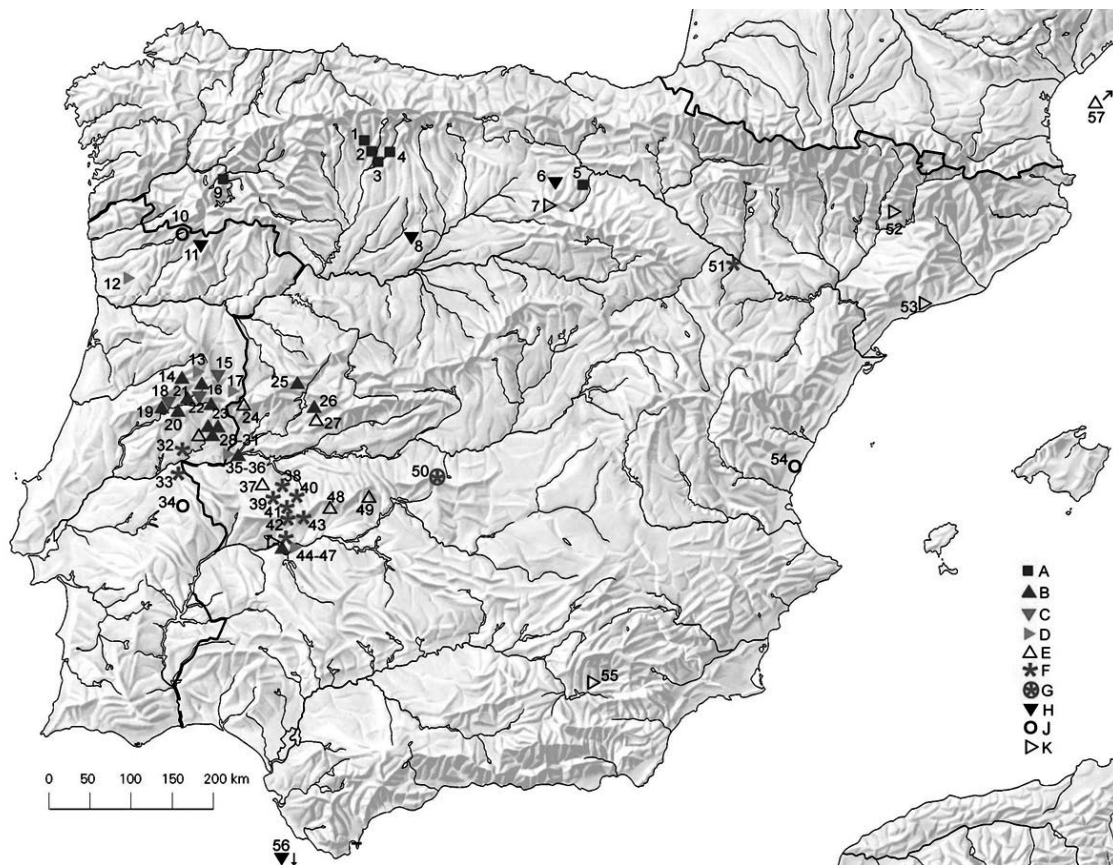


Fig. 8B – Dispersión de los *Lancienses* y grupos relacionados.

Protohistoria de Europa (ALMAGRO-GORBEA, 2010, 2014 b). En primer lugar, hay que destacar que se ha precisado el territorio ocupado por los lusitanos desde la Edad de Bronce hasta la creación de la *Provincia Lusitania* en tiempos de Augusto, *c.* 15 a.C. (ALFÓLDY, 2007; LÓPEZ BARJA, 2017). Dicho territorio queda definido de manera objetiva por los mapas de dispersión de los distintos elementos culturales que conforman el sistema etno-cultural lusitano. Entre estos elementos destacan las “*estelas lusitanas*” de tipo I A y I B, hasta ahora denominadas “*de guerrero*” o “*del Suroeste*” (ALMAGRO-GORBEA, 1977, p. 163 s.; CELESTINO, 2001; MEDEROS, 2012), cuya dispersión por los territorios lusitanos situados al norte del Duero confirman recientes hallazgos que se extienden desde Castrelo do Val-Pedra Alta, en Orense, por las Beiras hasta Cáceres y Badajoz, esto es, desde la cuenca del Miño hasta la cuenca del Guadiana (Fig. 9A), dispersión que coincide con la de los lusitanos de la Edad del Hierro o lusitanos históricos, por lo que documenta su substrato cultural del Bronce Final (ALMAGRO-GORBEA, 2012, 2014 a). Además, estas estelas prosiguen una tradición que remonta a las estelas epicampaniformes de inicios del II milenio a.C. (Fig. 9B) (DIAZ-GUARDAMINO, 2010, p. 159 s.), de las que deben considerarse derivadas las citadas “*estelas lusitanas*” de guerreros del Bronce Final (Fig. 9C), hasta ahora denominadas erróneamente “*estelas del Suroeste*”, pero es interesante que esta arraigada tradición de estelas en el paisaje debió perdurar en el imaginario y en la ideología de esas regiones hasta enlazar con los “*Guerreros ‘lusitanos’*” de la Edad del Hierro (Fig. 9D), que representan su último eco (SCHATTNER, ed., 2003; ALMAGRO-GORBEA, 2003 a). Confirman el testimonio que ofrecen las “*estelas lusitanas*” otros elementos de la cultura material, como, por ejemplo, las hachas del

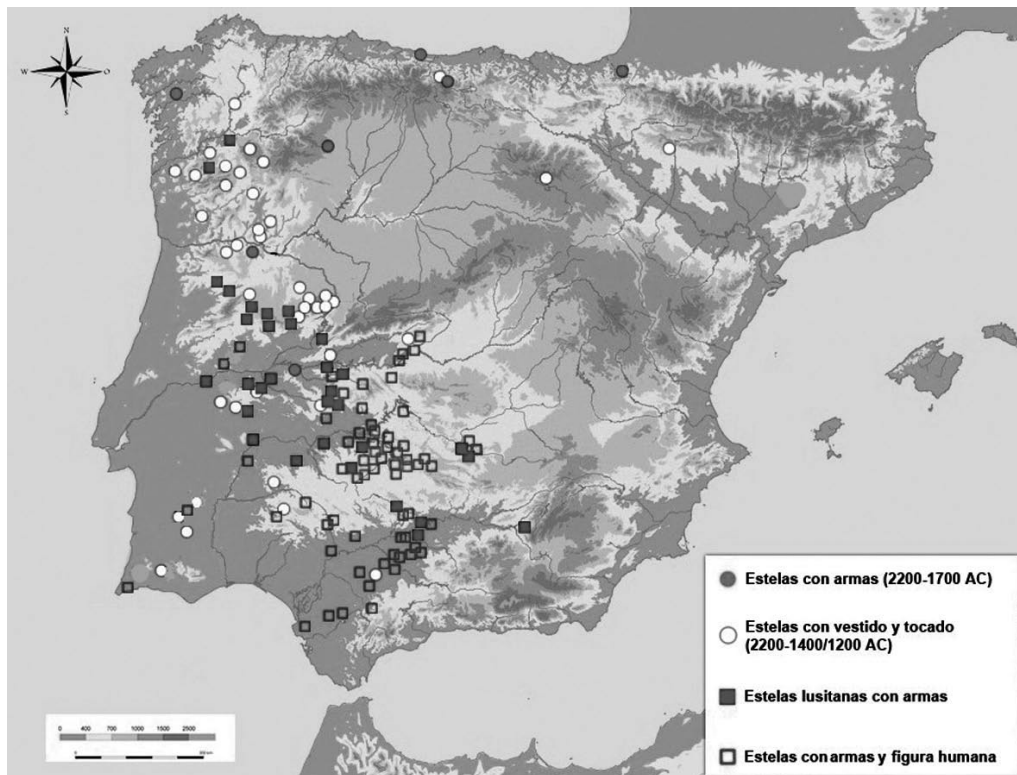


Fig. 9A - Dispersión de las estelas de guerrero lusitanas.



Fig. 9 - B-D, Estelas de Valdefuentes de Sangusín y de Baraçal y guerrero lusitano-galaico (foto: <URL: www.battleshields.tumblr.com>).

Bronce Final de tipo Monteagudo 33, 35 (Fig. 10A), 36 y 42 (MONTEAGUDO, 1977, lám. 139 B y 140), pues ofrecen una difusión semejante, centrada en las Beiras pero con una dispersión desde el Miño al Guadiana.

Junto a estos elementos de cultura material que documentan los subsistemas económico y tecnológico (hachas) y el social e ideológico (estelas) hay que valorar los interesantes datos que ofrece la lingüística gracias a los escasos testimonios conservados de la lengua lusitana (Fig. 10B) (UNTERMANN, 1997; PRÓSPER, 2002), a los que se añaden antropónimos (Fig. 10C) (ALBERTOS, 1983; VALLEJO, 2005), etnónimos (ALBERTOS, 1983; VALLEJO, 2005, n.º 87) y teónimos lusitanos (Fig. 10D) (ALBERTOS, 1983; VALLEJO, 2005, n.º 85), a los que ya se ha hecho referencia. Los mapas de dispersión evidencian que estos documentos aparecen en los mismos territorios que las “estelas lusitanas” y las hachas de bronce citadas (Figs. 9A y 10A), lo que confirma que todos estos elementos pertenecen al mismo sistema etno-cultural, que hay que atribuir a los lusitanos y datar al menos desde el Bronce Final (ALMAGRO-GORBEA, 2014 b), lo que ofrece una segura fecha *ante quem* para su etnogénesis. Además, también en esos mismos territorios aparecen ritos en peñas sacras (Fig. 11A), documentados por altares y peñas augurales propiciatorias y de adivinación (Fig. 11B), como también por esas zonas se extienden las saunas rituales (Fig. 11C), en ocasiones de carácter semi-rupestre (ALMAGRO-GORBEA y ÁLVAREZ-SANCHÍS, 1993; ALMAGRO-GORBEA, 2014 a; GARCÍA QUINTELA y SANTOS-ESTEVEZ, 2015), a las que cabe asociar muchas tradiciones populares de origen prerromano documentadas en el siglo XIX (VASCONCELOS, 1882 y 1933; BRAGA, 1885; CHAVES, 1957), como la tradición de *sacra saxa*, cuya dispersión coincide en gran medida con los arcaicos elementos culturales lusitanos, a los que se añaden ritos de carácter ancestral como el *suovetaurilium*, documentados por las inscripciones lusitanas (SCHATTNER & SANTOS, eds., 2010), que informan del subsistema religioso e ideológico, que queda datado por su coincidencia con los elementos arqueológicos citados, pues, como se ha dicho, el cruce de datos arqueológicos, lingüísticos, religiosos y etnoarqueológicos ofrece una delimitación precisa del territorio ocupado por los lusitanos y al mismo tiempo ha permitido establecer su secuencia cultural y comprender mucho mejor su etnogénesis desde la Edad del Bronce hasta la Romanización, aunque es posible que remonte, con bastante seguridad, al Periodo Campaniforme, a juzgar por algunos elementos de su sistema cultural, como el culto solar y la tradición de erigir estelas de guerrero (ALMAGRO-GORBEA, 2010, p. 193 s.).

El área ocupada por los “*lusitanos*” se extendía, como se ha indicado, desde el Miño hasta el Guadiana, al menos desde la Edad del Bronce. La delimitación de este territorio permite conocer su substrato arqueológico, que cabe identificar como “*protocelta atlántico*” por tener raíces directas en el Bronce Atlántico y corresponder, ya en la Edad del Bronce, a las áreas ocupadas por los celtas, como evidencia su metalurgia atlántica y otros elementos derivados de la tradición Campaniforme.³ En efecto, la cultura material de los lusitanos debe incluirse en el Bronce Atlántico con elementos que parecen remontar al Periodo Campaniforme, pues a esa fecha remontan los primeros depósitos de armas en cuevas y peñas (ALMAGRO-GORBEA, 1996) y las primeras tumbas con ajuar ‘guerrero’ que se reflejan en las primeras estelas de guerrero de Longroiva, en el río Coa, y Villanueva de Sangusín, en Salamanca (DÍAZ-GUARDAMINO, 2010, p. 159 s.), tradición de la que proceden las “*estelas lusitanas*” del Bronce Final y, ulteriormente, el germen de los “*guerreros lusitanos*” de la Edad del Hierro (DÍAZ-GUARDAMINO, 2010, p. 159 s., n. 116). En consecuencia, los arcaicos elementos lingüísticos, sociales e ideológicos del sistema etno-cultural lusitano también deben remontar al Periodo Campaniforme, en el III milenio a.C., ya que, en cualquier caso, son claramente anteriores a la penetración en la Península Ibérica, concretamente en la Meseta, de elementos de la Cultura de los Campos de Urnas del Bronce Final a fines

³ A pesar de ciertas críticas (DE HOZ, 2011, p. 543 s.), creemos que este término es el mejor para definir estos elementos etno-culturales todavía no suficientemente definidos.

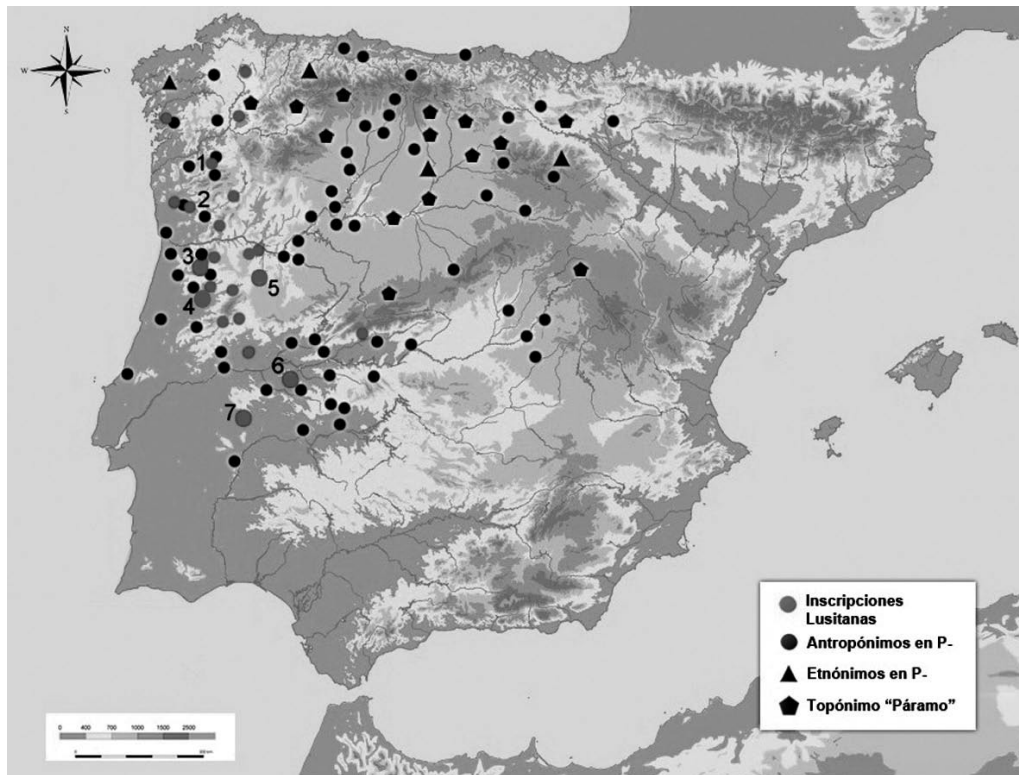
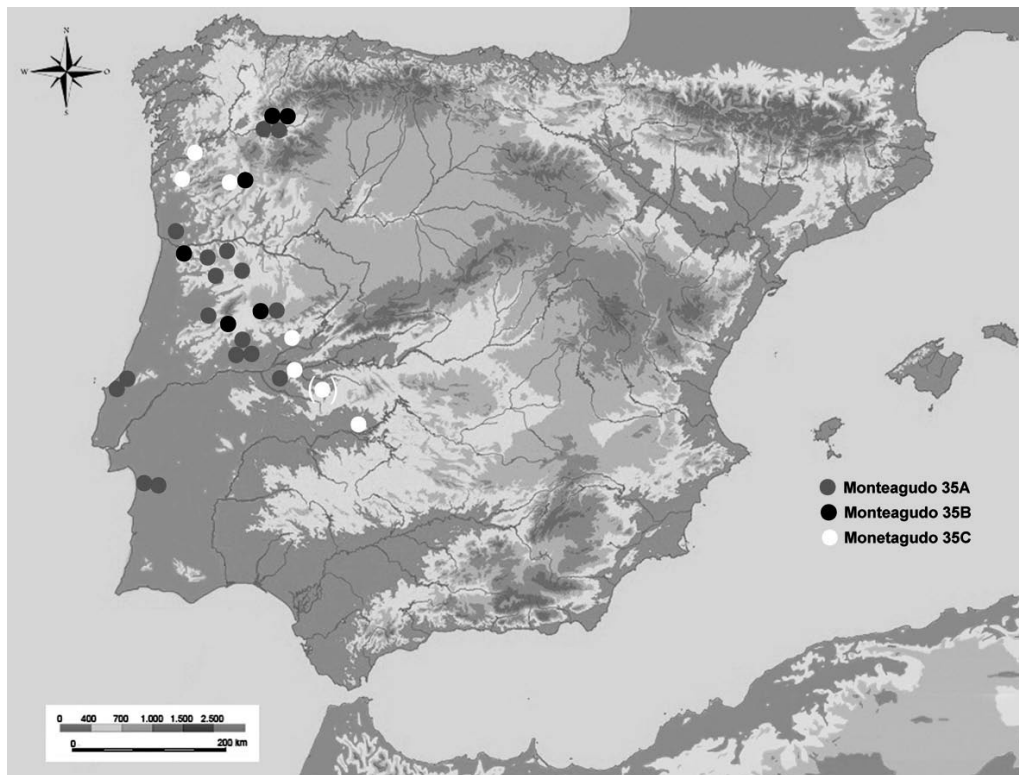


Fig. 10 – Territorio ocupado por los Lusitanos. A, hachas del Bronce Final tipo Monteagudo 35. B, inscripciones lusitanas y topónimos y antropónimos en *P-* (ALMAGRO-GORBEA, 2014, con datos de Untermann y Vallejo).

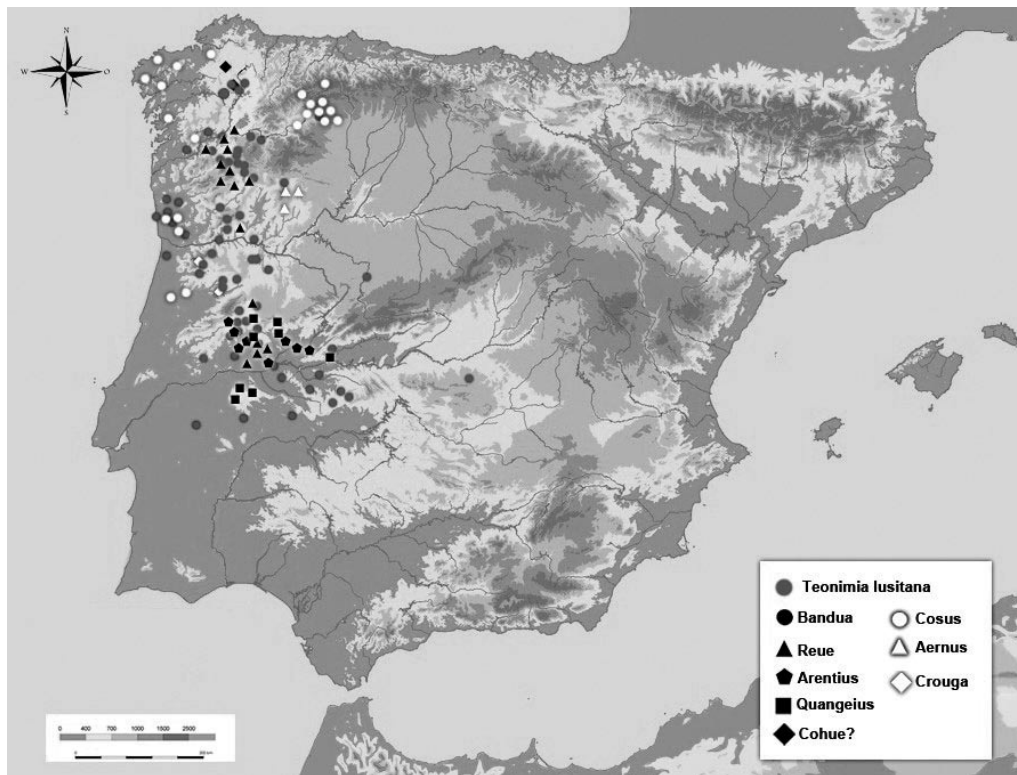
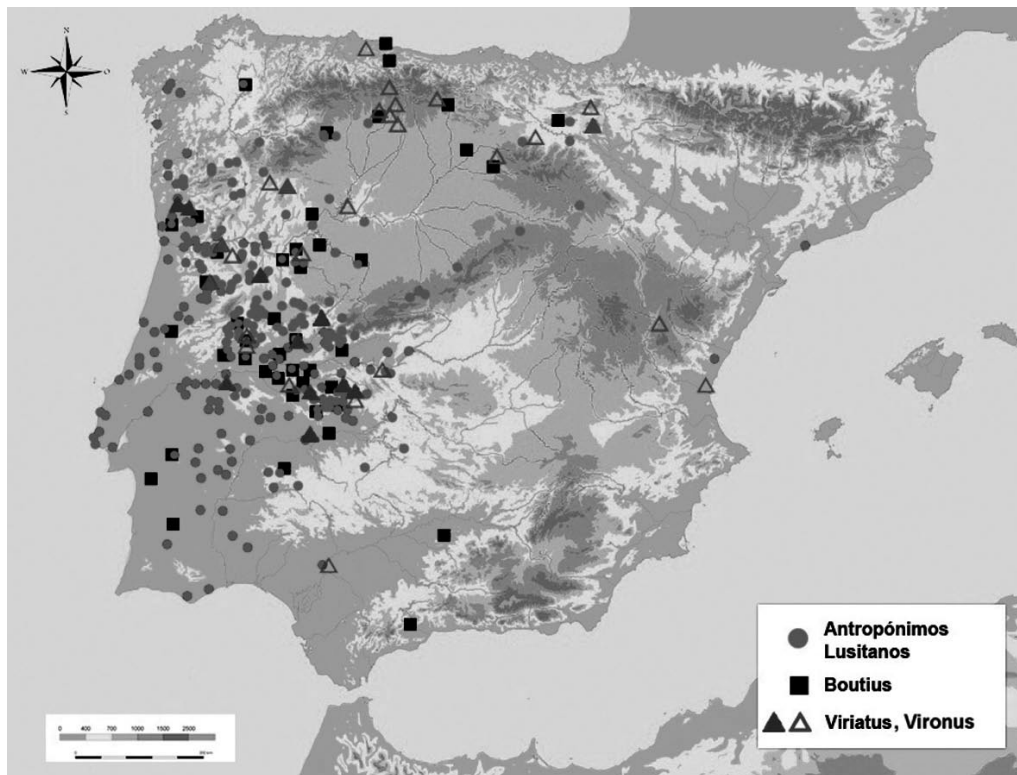


Fig. 10 – Territorio ocupado por los Lusitanos. C, antropónimos. D, teónimos (ALMAGRO-GORBEA, 2014, con datos de Untermann y Vallejo).

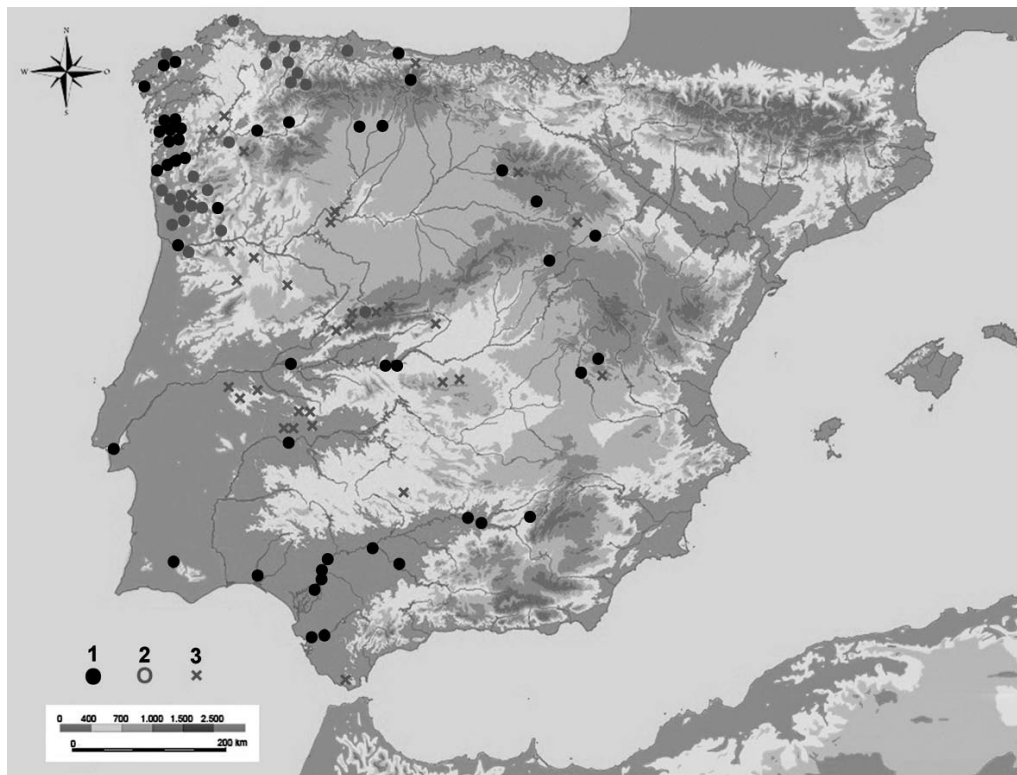


Fig. 11 – A, Área de dispersión de armas depositadas en las aguas (1), saunas (2) y altares rupestres (3). B, “Canto de los Responsos”, Ulaca, Ávila. C, Sauna ritual lusitana de Briteiros.

del II milenio a.C. (RUIZ ZAPATERO & LORRIO, 1999), gentes de las que derivan los celtíberos y de éstos los *Celtici* del Suroeste. Este proceso explica la tendencia expansiva de la lengua celtibérica de Este a Oeste, presionando sobre el lusitano, proceso que permite diferenciar claramente, ya en la Edad del Hierro, dos zonas lingüísticas dentro de la Hispania Indoeuropea o *Hispania Celtica* que delimita la llamada línea Untermann (UNTERMANN, 1961, mapa 4), un área “*celta*” crecientemente celtiberizada al Este de la línea Astorga-Mérida y otra “*lusitana*” al Oeste de la misma (UNTERMANN, 1983, mapa 5).

La tradición atlántica del sistema etno-cultural lusitano se manifiesta en el uso de determinados tipos de hachas y espadas, en la tradición del rito del banquete documentado por instrumentos de bronce especializados

y en el rito indoeuropeo de depositar armas en las aguas (fig. 11 A), en cuevas y en peñas. A estos testimonios ideológicos y de la cultura material se añaden otros lingüísticos que ofrecen la misma dispersión, como los topónimos *Paramo* y algunos antropónimos, etnónimos y teónimos que inician en *P-* (UNTERMANN, 1985/1986, mapas 1 y 2), como *Pintius* (VILLAR, 1994; VALLEJO, 2005, p. 370 s.), *Pelendones*, *PerkUNETAKA* (BERNARDO, 2009), éste en Botorrita, en peno Valle del Ebro, etc., ya que se extienden por una amplia zona desde el Atlántico hasta el Sistema Ibérico (Fig. 10B), coincidencia que permite suponer que corresponden al mismo sistema etno-cultural y que, por tanto, debieron tener la misma cronología. Este sistema cultural lo hemos denominado “*protocelta*”, por ser teóricamente anterior al “*sistema lusitano*” y, por supuesto, al “*celtibérico*” y ofrecería características arcaicas conservadas posteriormente por los lusitanos y en parte por los galaicos, pero que también se rastrean entre vacceos, vétones, cántabros, ástures, túrmogos y pelendones y, probablemente, otros pueblos afines de raigambre celta, como autrígones, caristios y várdulos, todos los cuales evidencian un fenómeno de progresiva celtiberización.

El proceso de cambio en ese territorio permite señalar 3 fases diacrónicas, de extensión variable, hasta que se conformó el sistema etno-cultural lusitano. La fase I la indicarían la tradición de depositar armas en aguas, cuevas y peñas, los ritos en *sacra saxa* y los elementos lingüísticos *P-* y “*Páramo*” (Fig. 10B), que, como se ha indicado, se extienden desde el Atlántico hasta el Sistema Ibérico y la cuenca del Guadiana por el Suroeste probablemente desde el Bronce Antiguo, en el que ya aparece conformada la citada “línea Untermann”, substrato que pudiera explicar “[...] *los rasgos que aproximan el celtibérico al itálico*” (VILAR, 2000, p. 431), y, por supuesto, al lusitano (VILAR, 2000, p. 431, n. 98).

Una fase II correspondería ya al Bronce Final. Queda documentada por elementos característicos del sistema etno-cultural lusitano documentados en la cultura material por las “estelas lusitanas” (Fig. 9 A) y las hachas de tipo Monteagudo 33, 35 (Fig. 10A), 36 y 42, cuya extensión apenas sobrepasan la citada línea Astorga-Mérida, por lo que prefigura el área ocupada por los lusitanos en la Edad del Hierro. En esta fase del Bronce Final, en especial desde el I milenio a.C., se generalizan los poblados en alto o “castros” (VILAÇA, 1995; MARTÍN BRAVO, 1999), que evolucionan hasta la *Cultura Castreja* de la Edad del Hierro, que puede considerarse como una fase III. En esta fase el sistema etno-cultural lusitano aparece perfectamente formado y queda bien documentada por sus castros, que progresivamente aumentan de tamaño y amplían sus territorios y su complejidad, hasta transformarse en *oppida* de carácter proto-urbano, las llamadas *citánias*, ya en los inicios de la Romanización, hacia el siglo II avanzado o I a.C. (SILVA, 2007).

Paralela a esta evolución interna del sistema cultural, a lo largo del I milenio a.C. se observa cómo los lusitanos recibían la presión desde el Este de los pueblos celtibéricos, que tendieron a expandirse hacia el Oeste y a absorber el substrato precedente lusitano de los Vettones (ROLDÁN, 1968-1969, p. 100 s.; TOVAR, 1976, p. 202; SAYAS & LÓPEZ, 1991, 75-80; GUERRA, 1998, p. 802-809; ALVAREZ-SANCHÍS, 1999, p. 321-328; SALINAS, 2001, p. 41-52), cuyo territorio ofrece saunas y piedras sacras de tipo lusitano (Fig. 11B y C) que se extienden hasta la provincia de Madrid (CANTO, 1994), pero sobre este substrato aparecen antropónimos y teónimos de tipo celtibérico y nombres de clan en genitivos de plural, que se explican por la presión creciente ejercida a partir del siglo V hasta el III a.C. por celtíberos y vétones celtiberizados sobre los lusitanos (OLIVARES, 2000, 2001; ALMAGRO-GORBEA, 2009 b). Igualmente, se percibe la penetración cultural de Tartesos por la Vía de la Plata y, paralelamente, por la costa, de la que deben proceder los *Turduli veteres* asentados hacia la desembocadura del Duero (SILVA, 2016; ALMAGRO-GORBEA & ORTIZ, 2009). Estos procesos contribuirían a delimitar y reducir el área originaria del substrato lusitano de la Edad del Bronce (Fig. 12), hasta que Roma domina a celtíberos y vétones, lo que permitió a los lusitanos invertir la tendencia en el siglo II a.C. y presionar hacia los territorios de vétones, célticos y túrdulos, sin olvidar sus correrías

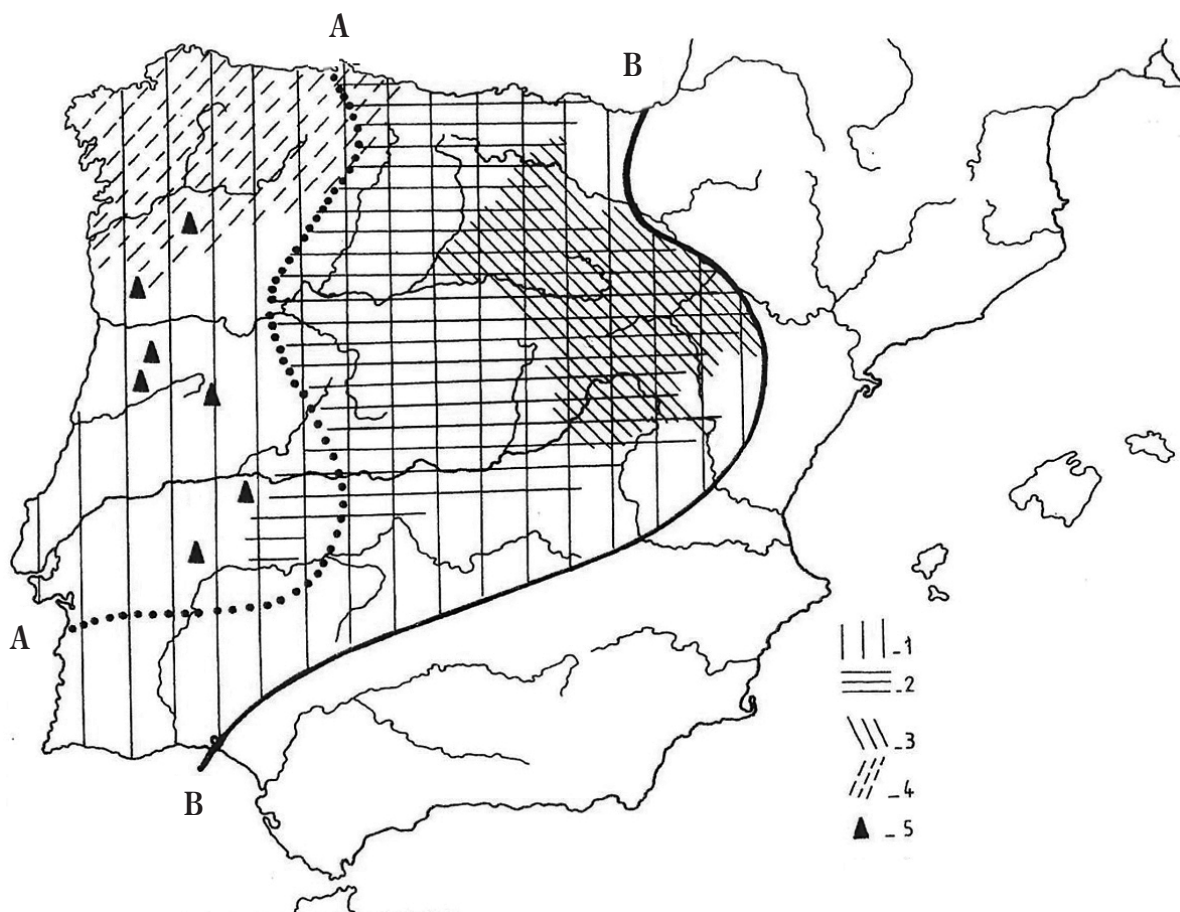


Fig. 12 – Dispersión de los teónimos lusitanos (A-A) y de las lenguas celtas o indoeuropeas en la Península Ibérica (B-B): 1, topónimos en *-briga*; 2, clanes gentilicios en genitivo de plural; 3, inscripciones y monedas celtibéricas; 4, área astur-galaica; 5, principales inscripciones lusitanas. (Según Untermann, simplificado y actualizado).

por la Turdetania, presión que finaliza con el dominio romano de la Lusitania tras las Guerras Lusitanas, que supusieron su fragmentación, al crear Augusto la *Provincia Lusitania*, que separó de la *Gallaecia*, administrada desde la *Tarraconensis*.

6 – CONCLUSIÓN

Los lusitanos son un pueblo indoeuropeo de larga y compleja historiografía, que habitó las áreas graníticas occidentales de la península Ibérica desde el Miño al Guadiana, hasta quedar repartidos tras la conquista romana entre la *Provincia Lusitania* y la *Gallaecia* perteneciente a la *Provincia Tarraconensis*.

Su largo proceso de etnogénesis parece iniciarse a partir del Campaniforme y se desarrolla a lo largo de la Edad del Bronce. En el I milenio a.C. reciben influjos orientalizantes de fenicios y tartesios desde el Oeste y crecientes influjos celtibéricos desde el Este que impulsan su lento desarrollo hacia formas cada vez más urbanas, hasta su conquista por Roma en el siglo II a.C., aunque muchas de sus interesantes y arcaicas formas culturales han perdurado en la cultura popular de carácter ancestral.

Su historiografía se inicia en la Antigüedad, pues su dura oposición a Roma suscitó las noticias que ofrecen sobre ellos los autores clásicos, a menudo mitificadas, quienes también discutieron cuál era su territorio, cuestiones que prosiguieron desde el Renacimiento y la Ilustración prácticamente hasta nuestros días. Al estudio de los lusitanos se añaden desde fines del siglo XIX los datos que ofrece la Arqueología y que permiten identificar la Cultura Castreña, lo que llevó a plantear sus orígenes, para los que se oscila entre considerarlos celtas o ‘preceltas’ según Martins Sarmiento, aunque Bosch Gimpera llegó a relacionarlos con los iberos. Finalmente, desde mediados del siglo XX la lingüística ha documentado que los lusitanos eran un pueblo que hablaban una lengua indoeuropea próxima al itálico, pero también al celta, y cuya cultura material forma parte de las polimorfos culturas del Bronce Atlántico. Estos datos han replanteado su etnogénesis, pues su lengua y su religión indoeuropeas son celto-itálicas arcaicas, propias de la Edad del Bronce, pero, sin duda, de origen anterior, aunque perduraron hasta la Edad del Hierro e, incluso muchos de sus elementos, hasta la mecanización y despoblación del campo en el último tercio del siglo XX. La ausencia de cambios culturales notables a lo largo de la Edad del Bronce y de movimientos humanos masivos hasta la Romanización confirma una continuidad característica de estas tierras del *finis terrae* de la Antigüedad, situadas en el *Far West* de Europa, en un “proceso de larga duración” que explica su carácter indoeuropeo ‘protocéltico’, con una estructura social, una lengua y una religión peculiares por su arcaísmo.

REFERENCIAS

- AA.VV. (1991) – *Tabula Imperii Romani*. Porto, Madrid.
- ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Mira. Europa-América.
- ALARCÃO, J. (2001) – Novas perspectivas sobre os Lusitanos (e outros mundos). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4 (2), p. 293-349.
- ALBERTOS, M.^a L. (1983) – Onomastique personnelle indigène de la Péninsule Ibérique sous la domination romaine. *Austig und Niedergang der Römische Welt*. Berlin. II, p. 853-892.
- ALFÖLDY, G. (2007) – Fasti und Verwaltung der hispanischen Provinzen: zum heutigen Stand der Forschung. In HAENSCH, R. & HEINRICH, J. (eds.) – *Herrschen und Verwalten*. Köln: Der Alltag der römischen Administration in der Hohen Kaiserzeit, p. 325-356.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. (1993) – La “Fragua” de Ulaca: saunas y baños de iniciación en el mundo céltico. *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*. 1, p. 177-253.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & ORTIZ, M. T. (2009) – La colonización de la costa atlántica de Portugal: ¿fenicios o tartesios? *Acta Palaeohispanica X (Palaeohispanica 9)*, p. 113-142.
- ALMAGRO-GORBEA, M. & RUIZ ZAPATERO (eds.) (1993) – Paleoetnología de la Península Ibérica. *Complutum*. Madrid. 2-3.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1977) – *El Bronce Final y el período orientalizante en Extremadura*, Madrid, CSIC.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (1996) – Sacred places and cults of Late Bronze Age tradition in Celtic Hispania. *Archäologischen Forschungen zum Kulturgeschichte in der jüngeren Bronzezeit und frühen Eisenzeit Alteuropas*. Bonn, p. 43-79.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2003) – Los ‘guerreros lusitano-galaicos’ y su significado socio-ideológico. *Actas do Coloquio Internacional Guerreiros Castrejos. Deuses e heróis nas Alturas do Barroso*. Boticas, p. 7-34.

- ALMAGRO-GORBEA, M. (2006) – El ‘Canto de los Responsos’ de Ulaca (Ávila): un rito celta del Más Allá. *Illu.* 11, p. 5-38.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2009 a) – La Etnología como fuente de estudios de la Hispania Celta. *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de Valladolid. Arqueología.* 75, p. 91-142.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2009 b) – Lusitanos y Vettones. *Lusitanos y Vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa – Alto Alentejo – Cáceres-2007.* Cáceres, p. 15-43.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2010) – El centro interior de Portugal y el origen de los lusitanos. *Congresso Internacional de Arqueologia: cem anos de investigação arqueológica no Interior Centro (Castelo Branco, 2008).* Actas. Castelo Branco: Museu Francisco Tavares Proença Júnior, p. 177-218 (*Materiaes*, número especial).
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2011) – Mérida y su territorio desde la Protohistoria. En ÁLVAREZ MARTÍNEZ, J. M. (ed.) – *Congreso Internacional 1910-2010. El Yacimiento Emeritense.* Mérida, p. 59-92.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2012) – Recensión de R. VILAÇA, R. (ed.) – *Estelas e estatuas-menhires da Pré à Protohistória. Sabugal – 2011. Actas IV Jornadas Raianas. Sabugal, 2009.* Sabugal, *Complutum.* 23, p. 235-239.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2014) – Los Lusitanos. En M. ALMAGRO-GORBEA (ed.) – *Protohistoria de la Península Ibérica del Neolítico a la Romanización.* Burgos: Universidad de Burgos, p. 183-194.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2015) – *Sacra Saxa.* ‘Peñas Sacras’ propiciatorias y de adivinación de la Hispania Celtica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras.* Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 22, p. 329-410.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (2016) – ‘Lancea’, palabra lusitana, y la etnogénesis de los ‘Lancienses’. *Complutum.* 27 (1), p. 131-168.
- ALMAGRO-GORBEA, M. (dir.) (2008) – *La necrópolis tartésica de Medellín.* III. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ALVAR, J. (1997) – Héroes ajenos: Aníbal y Viriato. En EZQUERRA, J. A. & BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M. (eds.) – *Héroes y antihéroes en la Antigüedad Clásica.* Madrid: Catedra, p. 137-140.
- ÁLVAREZ-SANCHÍS, J. R. (1999) – *Los Vettones.* Madrid: Real Academia de la Historia.
- ARGOTE, J. C. (1738) – *De antiquitatibus Conventus Bracaraugustani.* Ulyssipone Occidentali, Typis Sylvianis.
- BARLOW, C. W. (ed.) (1950) – Martini episcopi Bracarensis opera omnia. *Papers and Monographs of the American Academy in Rome.* New Haven. 12.
- BELLIDO, A. G. (1955) – *O Arqueólogo Português.* Nova Série. *Archivo Español de Arqueología.* 28 (92).
- BERNARDO, P. (2009) – La gramática celtibérica del primer Bronce de Botorríta: nuevos resultados. *Palaeohispanica* 9 (*Acta Palaeohispanica X*), p. 683-699.
- BLÁZQUEZ, J. M. (2008-2009) – Los funerales de Viriato: Sus paralelos mediterráneos. *Boletín de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología.* 45, p. 139-143.
- BOSCH GIMPERA, P. (1932) – *Etnología de la Península Ibérica.* Barcelona: Alpha.
- BRAGA, T. (1885) – Superstições populares portuguesas. *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, I-II, Lisboa: Livraria Ferreira (reed. Lisboa. D. Quichote, 1991, 1994).
- BREUKELAAR, A. (1993, reed. 2004) – “Martin von Braga”. *Biographisch-Bibliographisches Kirchenlexikon.* V, p. 915-919 (<URL: <http://www.bautz.de/bbkl/>>).
- BRITO, B. (1597) – *Monarchia Lusytana.* Lisboa.
- BÚA, J. C. (1997) – Dialectos indoeuropeos na franxa occidental hispánica. *Galicía fai dous mil anos.* Santiago de Compostela, p. 51-99.

- CAMÕES, L. (1572) – *Os Lusíadas*. Lisboa.
- CANTO, A. M. (1994) – La “piedra escrita” de Diana, en Cenicientos (Madrid), y la frontera oriental de *Lusitania*. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad Autónoma de Madrid*. 21, p. 271-296.
- CARDOSO, J. L. (2009) – José Leite de Vasconcelos, pré-historiador: sua projecção internacional. En CARDOSO, J. L. (coord.) – *150 anos do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 85-180.
- CARDOSO, J. L. (2016-2017) – Correspondência epistolar remetida por eminentes pré-historiadores espanhóis ou que trabalharam essencialmente em Espanha a José Leite de Vasconcelos (1853-1941). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 393-458.
- CARDOSO, J. L. & ALMAGRO-GORBEA, M. (eds.) (2011) – Colóquio Internacional *Lucius Cornelius Bocchus. Escritor lusitano da Idade de Prata da Literatura Latina. Tróia, 6-8 de Outubro de 2010. Bibliotheca Archaeologica Hispana*. 37. Lisboa-Madrid.
- CARDOZO, M. (1956) – *Martins Sarmento. Esboço da sua vida e obra científica*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.
- CARDOZO, M. (1968-1969) – Os Lusitanos. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. 2.^a Série, 17, p. 159-199.
- CARNEIRO, A.; ENCARNAÇÃO, J.; OLIVEIRA, J. & TEIXEIRA, C. (2008) – Uma inscrição votiva em língua lusitana (Arronches, Portalegre). *Palaeohispanica*. 8, p. 167-178.
- CARRÉ ALVARELLOS, L. (1961) – Antonio A. Mendes Correia. *Boletín da Real Academia Galega*. 339-344, p. 311.
- CARTAILHAC, E. (1886) – *Les Âges préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Reinwald.
- CELESTINO, S. (2001) – *Estelas de guerrero y estelas diademadas. La precolonización y la formación del mundo tartésico*. Barcelona: Bellaterra.
- CHAVES, L. (1917) – Sobrevivências neolíticas de Portugal. *Arquivo da Universidade de Lisboa*. 4, 55-79.
- CHAVES, L. (1922) – *O amor Português. O namoro, o casamento, a família*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- CHAVES, L. (1957) – Costumes e tradições vigentes no século VI e na actualidade. S. Martinho de Dume: *De correctione rusticorum. Bracara Augusta*. 8, p. 243-277.
- CLARKE, D. L. (1984) – *Arqueologia analítica*. Barcelona: Bellaterra.
- COITO, L. C. (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa.
- CORREA, A. M. (1924) – *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto.
- CORREA, A. M. (1933) – No Centenário de Martins Sarmento. *Estudos portugueses do integralismo Lusitano*. Lisboa. II, p. 1-2.
- COSTA, J. (1879) – Viriato y la cuestión social en España en el siglo II antes de Jesucristo. *Tutela de pueblos en la Historia*. Madrid: Biblioteca Costa, p. 23-25.
- DEMANDT, A. (1995) – Arminius und die frühgermanische Staatenbildung. En WIEGELS, R. & WOESLER, W. (eds.) – *Arminius und die Varusschlacht*. Paderborn, p. 185-196.
- DÍAZ-GUARDAMINO, M. (2010) – *Las estelas decoradas en la Prehistoria de la Península Ibérica*. Tesis Doctoral de la Universidad Complutense. Madrid.
- ÉTIENNE, R. (1958) – *Le Culte impérial dans la Péninsule Ibérique d’Auguste á Diocletien*. Paris., E. de Boccard.

- FABIÃO, C. & GUERRA, A. (1998) – Viriato: Em torno da iconografia de um mito. *Actas dos IV Cursos Internacionais de Verão de Cascais, 3. Mito e símbolo na História de Portugal e do Brasil*. Cascais, p. 33-79.
- FAUST, M. (1966) – *Die antiken Einwohnernamen und Volkernamen auf -itani, -etani*. Göttingen.
- FERNANDES, R. M. R. (1996) – *Andre de Resende. As antiguidades da Lusitânia*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- FERNANDES, R. M. R. (2009) – Introdução. *Andre de Resende. Antiguidades da Lusitânia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 5-38.
- FERREIRA, O. V. & FERREIRA, S. V. (1969) – *A vida dos Lusitanos no tempo de Viriato*. Lisboa: Polis.
- FLÓREZ, E. (1756-1758) – *España Sagrada*. Vols. XIII y XIV. Madrid.
- FRAGA, L. (2004) – *Povos Pré-Romanos da Península Ibérica. Esboço da carta etnológica dos finais da 2.ª Guerra Púnica (circa 200 a.C.)*. © luisfraga@arqueotavira.com (2004.11.15).
- GARCÍA MORENO, L. A. (1988) – Infancia, juventud y primeras aventuras de Viriato, caudillo lusitano. *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua (Santiago, 1986)*, II. Actas. Santiago de Compostela, p. 373-382.
- GARCÍA QUINTELA, M. & SANTOS-ESTÉVEZ, M. (2015) – Iron Age Saunas of Northern Portugal: State of the Art and Research Perspectives. *Oxford Journal of Archaeology*. 34 (1), p. 67-95.
- GARCÍA QUINTELA, M. (1993) – *Viriato y la ideología trifuncional indoeuropea*. *Polis*. 5, p. 111-138.
- GARCÍA QUINTELA, M. (1999) – La leyenda de Viriato. *Leyendas y mitos de la Hispania prerromana III*. Madrid, p. 179-224.
- GIL GONZÁLEZ, F. (2010) – El uso de la figura de Viriato en la pedagogía franquista. *Estudios de Historia de España*, 14, p. 213-230.
- GIL GONZÁLEZ, F. (2014 a) – Un análisis historiográfico de la figura de Viriato desde los tiempos medievales hasta el siglo XIX. *Estudios de Historia de España*. 16, p. 25-44.
- GIL GONZÁLEZ, F. (2014 b) – Viriato: De Hegemon a Basyelus y el liderazgo en la Iberia Prerromana a través de las fuentes. *Revista Museo Empire de Historia Militar. Sección Roma*, p. 1-4.
- GÓMEZ FRAILE, J. M. (2005) – Precisiones sobre el escenario geográfico de las guerras lusitanas (155-136 a.C.). A propósito de la presencia de Viriato en Carpetania. *Habis*. 36, p. 125-144.
- GORROCHATEGUI, J. (1987) – En torno a la clasificación del lusitano. *Actas del IV coloquio sobre lenguas y culturas paleohispanicas (Veleia 2-3)*. Vitoria, p. 76-92.
- GOZÁLVEZ CRAVIOTO, E. (2007) – Viriato y el ataque a la ciudad de Segobriga. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 10.1, p. 239-246.
- GUERRA, A. (1995) – *Plínio-o-Velho e a Lusitânia*. Lisboa: Colibri.
- GUERRA, A. (1998) – *Nomes pre-romanos de povos e lugares do Ocidente Peninsular*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa.
- GUERRA, A. (2010) – A propósito dos conceitos de “lusitano” e “Lusitânia”. *Palaehispanica*. 10, p. 81-98.
- GUERRA, A. & FABIÃO, C. (1992) – Viriato: Genealogia de um mito. *Penelope*. 8, p. 9-23.
- GUNDEL, H.-G. (1967) – Viriato, lusitano, caudillo en las luchas contra los romanos. 147-139 a.C.. *Caesaraugusta*, 31-32, p. 175-198 (trad. de PAULY-WISOWA (eds.) – *Realencyclopedie der classischen Altertumswissenschaft*. IX, A 1. Stuttgart, 1961, s.v. Viriatus, cols. 203-230).
- GUYONVARCH, C. (1967) – Notes d'étymologie et de lexicographie gauloises et celtiques 121: l'inscription du Cabeço das Fraguas. *Ogam*. 19, 3-4, p. 253-263.

- HERNANDO, A. (2008) – *El geógrafo Juan López (1765-1825) y el comercio de mapas en España*. Madrid: CSIC.
- HERNANDO BALMORI, C. (1935) – Sobre la inscripción bilingüe de Lamas de Moledo. *Emerita*. 3, p. 77-119.
- HOZ, J. (1986) – La religión de los pueblos prerromanos de Lusitania. *Primeras Jornadas sobre manifestaciones religiosas en la Lusitania*. Cáceres, p. 31-49.
- HOZ, J. (2011) – Historia lingüística de la Península Ibérica en la Antigüedad. II. *El mundo ibérico prerromano y la indoeuropeización*. Madrid: CSIC
- HOZ, J. (2013) – La epigrafía lusitana y la intersección de religión y lengua como marcador identitario. *Revista de Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*. XII, p. 87-98.
- JORGE, S. O. (1988) – *O povoado da Bouça do Frade (Baião) no quadro do bronze final do norte de Portugal*. Porto: Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.
- LEMONS, F. S. (1993) – *Povoamento romano de Trás-os-Montes Oriental*. Tese de doutoramento. Universidade do Minho.
- LOMBARDO, M. (1999) – I Brettii. En CARRATTELLI, G. P. (ed.). *Italia*. Milano: *Omnium terrarum parens*, p. 247-297.
- LÓPEZ BARJA, P. (2017) – La reorganización de la Hispania Citerior bajo Augusto. *Gerión*. 35, p. 237-246.
- LÓPEZ, J. (1789) – *Mapa de la Lusitania Antigua*. Madrid.
- MACHADO, J. B. (2014) – *O Mito de Viriato na Literatura Portuguesa*. Braga: Edições Vercial.
- MACHADO, J. P. (1993) – *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MACIEL, M. J. P. (1980) – O *De correctione rusticorum*, de S. Martinho de Dume. *Bracara Augusta*. 34 (2), p. 483-561.
- MAR, R. & MARTINS, M. (2008) – *A Fonte do Ídolo*. Análise, interpretação e reconstituição do santuário. Braga: *Bracara Augusta. Escavações arqueológicas*. 4.
- MARTÍN BRAVO, A. M. (1999) – *Los orígenes de Lusitania. El I milenio a.C. en la Alta Extremadura*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- MARTINS M. M. (1990) – O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado. Braga: *Cadernos de Arqueologia. Monografias*. 5.
- MASDEU, J. F. (1800) – *Historia crítica de España, y de la cultura española*. XIX, Madrid: Imprenta de Sancha.
- MEDEROS, A. (2012) – El origen de las estelas decoradas del Suroeste de la Península Ibérica en el Bronce Final II (1325-1150 a.C.). En JIMÉNEZ ÁVILA, J. (ed.) – *Sidereum Ana*, II. Mérida: *El río Guadiana en el Bronce Final*, p. 417-454.
- MELERO, R. L. (1988) – *Viriatus Hispaniae Romulus. Espacio Tiempo y Forma*. Serie II (1), p. 247-261.
- MELERO, R. L. (1989) – Viriatus. Hispaniae Romulus. *Revista Espacio, Tiempo y Forma*. Serie II, Historia Antigua, 1, pp. 247-262.
- MICHELENA, K. (1976) – Lenguas indígenas y lengua clásica en Hispania. *Travaux du VI^e Congrès Internationale d'Études Classiques*. Bucarest-Paris, p. 41-51.
- MONTEAGUDO, L. (1977) – Die Beile auf der Iberischen Halbinsel. *Prähistorische Bronzefunde*. München. IX (6).
- MORALEJO, J. J. (2010) – *Topónimos célticos en Galicia*. En BELTRÁN LLORIS, F. et al. (eds.) – *Serta Palaeohispanica in Honorem Javier de Hoz*. Palaeohispanica. Zaragoza. 10, p. 99-111.

- MOYA, P. R. (2012) – *Paleoetnología de la Península Ibérica*. Tesis Doctoral de la Universidad Complutense. Madrid.
- OLIVARES, J. C. (2000) – Teonimos y fronteras étnicas: los Lusitani. *Lucentum*. 19-20, p. 245-256.
- OLIVARES, J. C. (2001) – Teonimos y pueblos indígenas hispanos: los vettones. *Iberia. Revista de Antigüedad*. 4, p. 57-69.
- OLIVARES, J. C. (2002) – *Los dioses de la Hispania céltica*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- PASTOR, M. (2000) – *Viriato. La lucha por la libertad*. Madrid: Alderabán Ediciones, S.L.
- PASTOR, M. (2004) – *Viriato: el héroe hispano que luchó por la libertad de su pueblo*. Madrid: Ediciones Complutense.
- PEREIRA, M. H. R. (2010) – Entre a história e a lenda: a figura de Viriato. En GORGES, J.-G. *et al.* (eds.) – Lusitania romana, entre o mito e a realidade. *Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*. Cascais, p. 11-23.
- PIMENTA, J. R. (2008) – *O Lugar do Passado em Martins Sarmento*. Porto: Figueirinhas.
- PROSDOCIMI, A. (1986) – L'iscrizione gallica del Larzac e la flessione dei temi in -a, -i, -ja. Con un 'excursus' sulla morfologia del *lusitano*: acc. crougin, dat. Crougeai. *Indogermanische Forschungen*. 94, p. 190-206.
- PRÓSPER, B. M. (2002) – *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- QUEIROGA, F. M. V. R. (2003) – War and the Castros: New Approaches to the Northwestern Portuguese Iron Age. *BAR, Int. Ser.* 198. Oxford.
- RAMOS LOSCERTALES, J. M. (1924) – La *devotio* ibérica. *Anuario de Historia del Derecho Español*. 1, p. 7-26.
- RESENDE, A. (1593) – *De Antiquitatibus Lusitaniae*. Romae, 1597 (reed. Conimbricae, 1790).
- RODRÍGUEZ ADRADOS, F. (1946) – La *fides* ibérica. *Emerita*. 14, p. 128-209.
- ROLDAN, J. M. (1968-1969) – Fuentes antiguas para el estudio de los Vetones. *Zephyrus*. 19/20, p. 73-106.
- RUIZ ZAPATERO, G. & LORRIO, A. J. (1999) – Las raíces prehistóricas del mundo celtibérico. En ARENAS, J. A. & PALACIOS, M. V. (eds.) – El origen del mundo celtibérico. *Actas de los encuentros sobre el origen del mundo celtibérico*. Molina de Aragón. Guadalajara, p. 21-36.
- SALINAS, M. (2001) – *Los vetones. Indigenismo y romanización en el Occidente de la Meseta*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- SALINAS, M. (2008) – La jefatura de Viriato y las sociedades del occidente de la Península Ibérica. *PalHispania*. 8, p. 89-120.
- SÁNCHEZ MORENO, E. (2001-2002) – Algunas notas sobre la guerra como estrategia de interacción social en la Hispania Prerromana. Viriato jefe redistributivo. *Habis*. 32, p. 151-153; 33, p. 147-148.
- SÁNCHEZ MORENO, E. (2006) – *Ex pastore latro, ex latrone dux*. Medioambiente, guerra y poder en el occidente de Iberia. ÑACO DEL HOYO, T. & ARRAYÁS MORA, I. (eds.) – War and Territory in the Roman World. Guerra y territorio en el mundo romano. *B.A.R. International Series 1530*. Oxford.
- SÁNCHEZ MORENO, E. (2010) – Viriathus. Dux of the Lusitani. En COSKUN, A. (ed.) – *Amici Populi Romani. Prosopographie der auswärtigen Freunde Roms*. Ontario, Canadá: Waterloo Institute for Hellenistic Studies, University of Waterloo, p. 259-261.
- SARMENTO, F. M. (1883) – *Expedição científica à Serra da Estrela em 1881. Secção de Archeologia*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa..

- SARMENTO, F. M. (1884) – Materiaes para a arqueologia do concelho de Guimarães. *Revista Guimarães*. 1 (4), p. 161-189.
- SARMENTO, F. M. (1891-1893) – *Lusitanos, ligures e celtas*. Porto.
- SARMENTO, F. M. (1998) – *Antiqua*. Tradições e contos populares. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento (reed.).
- SAVORY, H. N. (1956) – Spain and Portugal. The Prehistory of the Iberian Peninsula. *Ancient peoples and places*. London. 61.
- SAYAS, J. J. & MELERO, R. L. (1991) – Vetones. En SOLANA SAINZ, J. M. (ed.) – *Las entidades étnicas de la Meseta Norte de Hispania en época prerromana*. Valladolid: Universidad de Valladolid, p. 73-123.
- SCHATTNER, T. G. & SANTOS, M. J. C. (eds.) (2010) – *Porcom, Oilam, Taurom*. Cabeço das Fráguas, o santuário no seu contexto. Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.
- SCHATTNER, T. G. (ed.) (2003) – Die lusitanisch-galläkischen Kriegerstatuen. Mainz: *Madriider Mitteilungen*. 44, p. 1-307.
- SCHMIDT, K. H. (1985) – A Contribution to the Identification of Lusitanian. *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca, pp. 319-341.
- SCHULTEN, A. (1937) – *Fontes Hispaniae Antiquae*, IV. Las guerras de 154-72 a.C. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1940) – *Viriato*. Porto: Livraria Civilização.
- SILES, J. (2016) – Sobre la inscripción lusitano-latina de Viseu. En REDONDO-MOYANO, E. & GARCÍA SOLER, M. J. (eds.) – Nuevas interpretaciones del Mundo Antiguo. Papers in honor of professor José Luis Melena on the occasion of his retirement. *Anejos de Veleia*. Vitoria.33, p. 347-356.
- SILVA, A. C. F. (1986) – *A Cultura Castreja do Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira (reed. 2007).
- SILVA, A. C. F. (2016) – As origens de Gaia e questões de identidade. Arqueologia e epigrafia dos Turduli Veteres. *Estudos do Quaternário* (<http://www.apeq.pt/ojs/index.php/apeq/article/view/195>; consultado el 6.12.2017).
- SILVA, L. (2013) – *Viriathus: and the Lusitanian Resistance to Rome 155-139 BC*. Barnsley: Pen & Sword Military..
- SOCIEDADE MARTINS SARMENTO (1967) – *Sociedade Martins Sarmiento. Breve resumo da sua história e actividades culturais*. Guimarães.
- TABOADA CHIVITE, X. (1965) – *O culto das pedras no noroeste peninsular*. Verín: Consello de Verín.
- TABOADA, CHIVITE, X. (1982) – *Ritos y creencias gallegas*. La Coruña: Salvora.
- TIMPE, D. (1970) – *Arminius-Studien*. Heidelberg: Winter.
- TIR (1991) – *Tabula Imperii Romani*. Hoja K-29. Porto. *Conimbriga, Bracara, Lucus, Asturica*, Madrid.
- TIR (1995) – *Tabula Imperii Romani*. Hoja J-230. Lisboa, Madrid.
- TOVAR, A. (1966/1967) – L'inscription du Cabeço das Fraguas et la langue des Lusitaniens. *Études Celtiques*. XI, p. 237-268.
- TOVAR, A. (1976) – *Iberische Landeskunde. 2. Lusitanien*. Baden-Baden.
- TOVAR, A. (1985) – La inscripción del Cabeço das Fráguas y la lengua de los Lusitanos. En HOZ, J. (ed.) – *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca, p. 227-253.
- TUERO, J. L. (1986) – Viriato, heroe y rey cinico. *Estudios de Filología Griega*. 2, p. 253-272.

- UNTERMANN, J. (1961) – *Sprachräume und Sprachbewegungen im vorrömischen Hispanien*. Wiesbaden: Otto Harrassowitz.
- UNTERMANN, J. (1965) – *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*. Madrid.
- UNTERMANN, J. (1983) – Die Keltiberer und das Keltiberisch. En CAMPANILE, E. (ed.) – *Problemi di lingua e di cultura nel campo indoeuropeo*. Pisa: Giardin, p. 109- 127.
- UNTERMANN, J. (1985) – Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas. En HOZ, J. (ed.) *III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*. Salamanca, p. 343-363.
- UNTERMANN, J. (1985-1986) – Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch. *Veleia*. 2-3, Studia Paleohispanica IV. *Actas del IV Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*. Vitoria, p. 57-76.
- UNTERMANN, J. (1987) – Lusitanisch, Keltiberisch, Keltisch. *Studia Palaeohispanica. Actas del IV Coloquio sobre lenguas y culturas paleohispánicas*. Vitoria, p. 57-76.
- UNTERMANN, J. (1992) – Los etnónimos de la Hispania antigua y las lenguas prerromanas de la Península Ibérica. *Complutum*. 2-3, p. 19-33.
- UNTERMANN, J. (1997) – *Monumenta Linguarum Hispanicarum*. IV. *Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*. Wiesbaden.
- VALLEJO, J. M. (2005) – *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*. Vitoria-Gasteiz.
- VALLEJO, J. M. (2009) – *Viejas y nuevas cuestiones de lengua en el occidente peninsular: el lusitano y la onomástica*. *Palaeohispanica* 9. *Acta Palaeohispanica* X, p. 271-289.
- VASCONCELOS, J. L. (1882) – *Tradições populares de Portugal*. Porto: Livraria portuense.
- VASCONCELOS, J. L. (1886) – *A evolução da linguagem*. Ensaio anthropologico apresentado à Eschola Medica do Porto como dissertação inaugural. Porto.
- VASCONCELOS, J. L. (1897-1905-1913) – *Religiões da Lusitânia*, I-III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (reed. 1981).
- VASCONCELOS, J. L. (1901) – *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris-Lisboa.
- VASCONCELOS, J. L. (1915) – *Historia do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. (1928) – *Antroponimia portuguesa*. Lisboa (ed. facsimilada del original de 1928; Lisboa: Arquimedes Livros, 2005).
- VASCONCELOS, J. L. (1933-1985) – *Etnografia Portuguesa, Tentame de Sistematização*. I-V. Lisboa.
- VASCONCELOS, J. M. (1593) – *De Municipii Eborensis, Liber V*. (reed. Romae, 1597). Évora.
- VAZ, J. L. I. (2009) – *Lusitanos no tempo de Viriato*. Lisboa: Polis.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico.
- VILATELA, L. P. (1989) – Notas sobre la jefatura de Viriato en relación con la Ulterior. *Archivo de Prehistoria Levantina*. 19, p. 191-204.
- VILATELA, L. P. (2000) – *Historia y Etnología de la Lusitania*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- VILATELA, L. P. (2000) – *Lusitania: Historia y Etnología*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- VILLAR, F. (1991) – *Los indoeuropeos y los orígenes de Europa*. Madrid: Gredos.
- VILLAR, F. (1994) – Los antropónimos en “Pent-”, “Pint-” y las lenguas indoeuropeas prerromanas de la Península Ibérica. *Indogermanica et Caucásica*. Berlin: *Festschrift K. H. Schmidt*, p. 234-264.

- VILLAR, F. (1995) – Un elemento de la religiosidad indoeuropea: Trebarune, Toudopandaigae, Trebopala, Pales, Vispála. *Kalathos*. 13-14, p. 355-388.
- VILLAR, F. (2000) – *Indoeuropeos y no Indoeuropeos en la Hispania prerromana*. Salamanca: Universidad de Salamanca.
- VILLAR, F. & PEDRERO, R. (2001) – Arroyo de la Luz III. *Palaeohispanica*. 1, p. 235-274.
- WELLS, P. S. (2003) – *The Battle that Stopped Rome. Emperor Augustus, Arminius, and the Slaughter of the Legions in the Teutoburg Forest*. New York-London: W. W. Norton & Co..
- WITCZAK, K. T. (1999) – On the Indo-European origin of two Lusitanian theonyms (Laebo and Reve). *Emérita*. 67 (1), p. 65-73.
- WOLTERS, R. (2008) – *Die Schlacht im Teutoburger Wald. Arminius, Varus und das römische Germanien*. München: G. H. Beck..

**OEIRAS NA ANTIGUIDADE TARDIA: ALGUNS MATERIAIS RECOLHIDOS
NAS ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS REALIZADAS
NA RUA MARQUÊS DE POMBAL, 3-7 (CENTRO HISTÓRICO DE OEIRAS)**

***OEIRAS IN LATE ANTIQUITY: SOME MATERIALS COLLECTED
IN THE ARCHAEOLOGICAL EXCAVATIONS CARRIED OUT
AT RUA MARQUÊS DE POMBAL, 3-7 (HISTORIC CENTER OF OEIRAS)***

João Luís Cardoso¹, Guilherme Cardoso² & Filipe Martins¹

Abstract

The excavations carried out in the Historic Center of Oeiras in 2017/2018 have uncovered structures from different epochs, that reach the Contemporary Age. It goes back to the Roman period the oldest occupation of the site, represented by a building of orthogonal plan, to which succeeded structures later, some of them related to ceramics of Late Antiquity. For their interest, the publication of this small group of pieces was considered justified.

Keywords: Late Antiquity, Oeiras, Portugal.

1 – INTRODUÇÃO

Parecer da DGPC relativo ao licenciamento da obra em apreço, emitido pela DGPC e comunicado à Câmara Municipal de Oeiras através do Ofício S-2014/344015(C.S.950362) de 25.06.2014, o qual prescrevia a realização de escavações prévias de diagnóstico no local interessado pela reconstrução de edifício urbano destinado a Habitação Jovem pela Câmara Municipal de Oeiras (Fig. 1), situado no Centro Histórico, rua Marquês de Pombal, 3 a 7) (Fig. 2) esteve na origem da intervenção arqueológica de que resultou a presente publicação.

Os trabalhos arqueológicos, foram realizados sob a égide do CEACO/CMO, e dirigidos pelo primeiro signatário, desenvolveram-se entre 10 de Julho a 9 de Agosto de 2017, totalizando 18 dias úteis de trabalho. Neles participaram diariamente o Dr. Filipe Martins, do CEACO/CMO, e ainda dois trabalhadores cuja colaboração foi assegurada através da Firma Soares & Gomes, Lda., os senhores Urbano Domingos (na totalidade dos trabalhos), Ruben Cruz (nas primeiras duas semanas) e Sílvio José (nas últimas duas semanas).

Após a aprovação do respectivo Relatório Preliminar submetido à DGPC, teve lugar a realização da segunda fase dos trabalhos, previamente prevista, correspondente ao acompanhamento da desmontagem das estruturas arqueológicas e à execução do desenho final das mesmas, a qual se realizou entre 2 a 20 de Abril de 2018, totalizando 11 dias úteis de trabalho.

¹ Universidade Aberta (Lisboa), Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras) e ICAREHB.
cardoso18@netvisao.pt

² Centro de Arqueologia de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa)..



Fig. 1 – Vista do prédio urbano sito na Rua Marquês de Pombal, n.ºs 3 a 7 (Centro Histórico de Oeiras) e do espaço expectante, do lado direito da foto, onde se realizou a intervenção arqueológica.



Latitude 38°41'33.19"N
Longitude 9°18'46.60"W

0 120 m

Fig. 2 – Localização da área intervencionada no Centro Histórico de Oeiras (Google Earth).

2 – DESCRIÇÃO GERAL DOS TRABALHOS REALIZADOS

O objectivo essencial dos trabalhos realizados residia na averiguação da presença de pré-existências anteriores ao edifício a recuperar, tendo presente a existência de ocupações de diversas épocas no casco histórico da vila de Oeiras, identificadas aquando das escavações dirigidas pelo primeiro signatário na área da *villa* romana da Rua das Alcássimas, a que pertence o bem conhecido mosaico romano de Oeiras, identificado no início do século XX (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996). Os materiais então recolhidos fazem remontar a ocupação daquela área desde ao Calcolítico Pleno / Final, atingindo a Idade Contemporânea, passando pelo Bronze Final, Idade do Ferro, época romana e islâmica (CARDOSO, 2011; CARDOSO, 2016-2017; FERNANDES, CARDOSO & ANDRÉ, 2009).

A metodologia que se adoptou na escavação, de acordo com a proposta apresentada no Programa de Trabalhos submetido à DGPC, correspondeu à abertura de sucessivas sondagens, de 2 m × 2 m, segundo uma quadrícula ortogonal previamente implantada na área expectante adjacente ao edifício existente, a qual se prevê ser ocupada por um piso escavado no terreno destinado a garagens. O terreno interessado por cada uma destas sondagens foi aprofundado segundo níveis artificiais de 0,20 m de potência.

Dado que o piso térreo do edifício existente, adjacente à área escavada, será conservado, uma vez que nele se pode observar um dos mais interessantes testemunhos de calçada à portuguesa, com seixos rolados de calcário e de basalto, a par de uma vasta superfície forrada com belas lajes calcárias, a intervenção cingiu-se ao acompanhamento da abertura das fundações dos pilares destinados ao reforço interno da estrutura pré-existente, aquando da realização da sua reconstrução.

O Plano de Trabalhos previa apenas a abertura de quatro sondagens de 2 × 2 m, dispostas em bissectriz ao longo do espaço expectante. No entanto, dada a ocorrência de estruturas que não seria possível caracterizar convenientemente caso aquele se mantivesse aquela solução, decidiu-se alargar a escavação à quase totalidade do espaço disponível, conservando apenas corredores perimetrais para possibilitar a circulação de pessoas em torno da área escavada.

3 – RESULTADOS OBTIDOS

Esta primeira publicação destina-se a dar público conhecimento de um dos mais interessantes resultados obtidos, correspondentes à identificação de uma ocupação da antiguidade tardia no subsolo da vila de Oeiras, documentada pela tipologia de alguns materiais exumados. Reservar-se-á para trabalho ulterior, a descrição das estruturas identificadas e dos espólios recuperados, os quais integram assinalável diacronia.

3.1 – Estratigrafia e estruturas arqueológicas

Na Fig. 3 apresenta-se a planta da área escavada indicando apenas as estruturas romanas e da antiguidade tardia postas a descoberto na área escavada, distribuídas por duas fases cronológico-culturais, pois são aquelas que directamente se relacionam com os espólios agora estudados. Não se fará referência, por conseguinte, a fases construtivas ulteriores às mencionadas, nem aos materiais a elas associados.

Fase 1 – *Época romana*

Está representada por muros rectilíneos ortogonais ou aproximadamente ortogonais, constituídos por blocos calcários de médias dimensões, exceptuando-se sector do lado ocidental da área escavada, em



Fig. 3 – Planta da área intervencionada, com indicação das estruturas de época romana (Fase 1) e da Antiguidade Tardia (Fase 2) e a localização dos respectivos achados no terreno. Planta elaborada por F. Martins e revista por J. L. Cardoso. Tintagem de B. L. Ferreira.

que se observam blocos de grandes dimensões associados a uma área lajeada que se prolonga para além do sector escavado (Fig. 4). Deste modo, é admissível que se trate de uma habitação (*domus*) de planta sub-rectangular, com uma divisória interior representada por muro rectilíneo mal conservado, representado na Fig. 3, dando origem a dois compartimentos contíguos, a qual se encostaria, do lado ocidental a um muro constituído por alinhamento rectilíneo de grandes blocos, que delimitaria, do lado oposto uma via de circulação provavelmente correspondente a um dos eixos viários adiante referidos, e em parte sob a actual Rua Marquês de Pombal. Tais elementos encontram-se assentes directamente no substrato geológico, correspondente a afloramentos de calcários do Cenomaniano Superior, com lapiaz incipiente, ou nas bolsas de *terra rossa* resultantes da sua alteração.

A *domus* assim definida afigura-se muito semelhante à identificada no estabelecimento romano de Leião, tanto na planta como no sistema construtivo dos muros que a integram, a qual foi sujeita, tal como provavelmente se verificou nesta, a destruição súbita e generalizada, em meados do século I d.C., responsável pelo abatimento da cobertura de imbrices (CARDOSO *et al.*, 2010-2011).



Fig. 4 – Um dos muros rectilíneos romanos identificados, correspondente à estrutura representada na área poente da planta. Provavelmente destinava-se a separar a habitação de uma via de circulação situada do lado ocidental e que se prolongará por debaixo da actual Rua Marquês de Pombal. Foto de J. L. Cardoso.

Com efeito, também o edifício agora em apreço se encontrava coberto por telhado constituído por grandes ímbrices; o tamanho, espessura e formato destes elementos são muito semelhantes nos dois casos. O abatimento desta cobertura formou nível compacto e contínuo, que selou o solo desta habitação e da área a ela circunvizinha (Fig. 5), sugerindo a existência de telheiro. Tal nível, constituído quase exclusivamente por telhas partidas, constitui referência essencial para o estabelecimento da sequência ocupacional verificada na área escavada. Por cima deste nível, que se formou de uma só vez, reconheceram-se depósitos de entulhos heterogêneos, integrando materiais arqueológicos de épocas variadas, desde a época tardo-romana à Idade Contemporânea, nos quais se recolheram todos os espólios agora estudados. Ao contrário, os espólios recolhidos abaixo do referido nível, provêm de camada homogênea e não remexida.

Fase 2 – *Antiguidade Tardia*

Está representada por um muro rectilíneo muito irregular e de assinaláveis dimensões, indicado na Fig. 3, constituído por duas fiadas de blocos com enchimento interior de elementos de menores dimensões, cujo aspecto não se diferencia dos muros de cronologia calcólica existentes em qualquer povoado dessa época da região (Leceia, Moita da Ladra, Outeiro Redondo), explorados pelo primeiro signatário (Fig. 6), mas que encontra paralelos em edifícios da Antiguidade Tardia observados nas *villae* do *ager olisiponensis* (BATALHA, CARDOSO & MONTEIRO, 2009, p. 26; CARDOSO, 2016, p. 170-177). Este muro, muito incompleto, assenta no nível constituído pelo derrube do telhado da casa romana (Fig. 7), pelo que é claramente mais moderno do que aquele; contudo, apresenta-se desprovido de cimento argamassado, característico dos muros das Épocas Moderna e Contemporânea ali identificados.



Fig. 5 – Pormenor do nível de derrube do telhado da habitação e de eventual cobertura adjacente, constituído exclusivamente por imbrices. Este nível separa os depósitos romanos dos depósitos de entulhos com espólios de várias épocas, incluindo materiais modernos. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 6 – Pormenor de muro grosseiro e muito incompleto, constituído por dois paramentos de blocos alinhados, e preenchimento interior de elementos de menores dimensões, representado na Fig. 3 (Fase 2). Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 7 – Pormenor do embasamento do muro representado na Fig. 6, assentando no nível de ímbrices, observando-se em primeiro plano alguns desses fragmentos. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 8 – Pormenor de um alteamento feito na Fase 2 (Antiguidade Tardia) a um muro romano rectilíneo da habitação romana da Fase 1, recorrendo a blocos de maiores dimensões. Note-se que o muro romano da Fase 1 subsiste, em segundo plano a uma maior profundidade e no mesmo alinhamento. Foto de J. L. Cardoso.

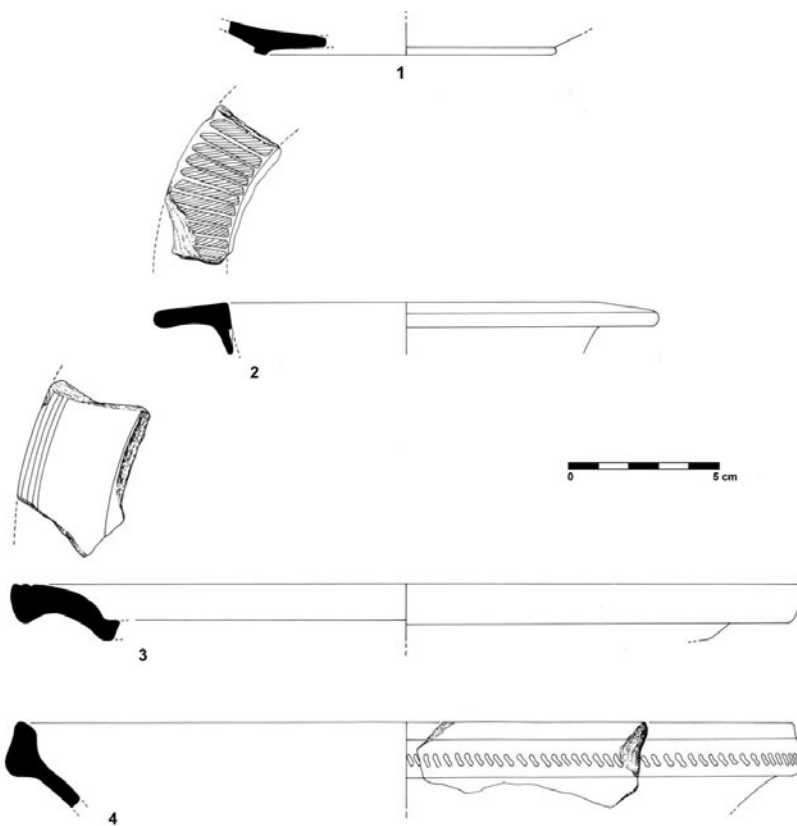


Fig. 9 – Produções cerâmicas da Antiguidade Tardia. 1 – Fragmento de produção focense. Fundo com pé anelar, de tipo indefinido; 2 – Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 96; 3 – Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 67; 4 – Fragmento de bordo de taça focense. Tipo Hayes 3, variante F. Desenhos de F. Martins.



Fig. 10 – Produções cerâmicas da Antiguidade Tardia. 1 – Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 96; 2 – Fragmento de bordo de taça focense. Tipo Hayes 3, variante F. Fotos de J. L. Cardoso.

Um dos muros romanos do edifício pré-existente foi, em troço restrito, conforme indica a Fig. 3, alteado nesta época por blocos de maiores dimensões (Fig. 8), no âmbito da reconfiguração do edifício pré-existente.

3.2 – Espólios da Antiguidade Tardia

Um dos conjuntos arqueológicos mais interessantes identificados no decurso das escavações respeita ao período da Antiguidade Tardia, séculos V a VII d. C. sendo coevo das escassas estruturas atribuíveis a essa época, acima descritas. Trata-se, sem excepção, de escassos fragmentos cerâmicos recolhidos nos depósitos que se formaram por cima do nível de imbrices resultante do abatimento da *domus* romana, contendo espólios de épocas muito diferenciadas, que atingem a modernidade.

Entre os fragmentos de cerâmica exumados, existem quatro que, pelas suas características, se afiguram relevantes para datar uma das fases da ocupação do local, indicando-se a localização da colheita de cada um deles na Fig. 3:

1 – O fragmento mais antigo corresponde a um bordo de taça em *terra sigillata* africana, clara D, do tipo Hayes 67 (Fig. 7, n.º 3). Trata-se de uma forma produzida entre a 2.ª metade do século IV e a 2.ª metade do século V d.C. Inseridos na mesma tipologia foram encontrados na *villa* romana de Freiria nove exemplares (CARDOSO, 2016, p. 340), enquanto no Alto do Cidreira, a intervenção ali realizada ofereceu uma única peça (SEPÚLVEDA, BOLILA & SANTOS, 2014-2015, p. 367).

2 – Um segundo fragmento de bordo de *terra sigillata* africana clara D, é do tipo Hayes 96 (Fig. 9, n.º 2; Fig. 10, n.º 1), uma forma rara da qual se conhece um único exemplar de perfil completo e vários fragmentos de bordo (HAYES, 1972, p. 149-150). Em Conimbriga foram estudados dois fragmentos provenientes de escavações anteriores a 1962 (DELGADO, 1975, 266, n.ºs 107 e 108).

3 e 4 – Reconheceram-se dois fragmentos de cerâmica focense, um bordo do tipo Hayes 3F (Fig. 9, n.º 4; Fig. 10, n.º 2) e um pé de variante indeterminada (Fig. 9, n.º 1). Este tipo de cerâmica assume particular relevância na zona das *villae* romanas de Cascais, onde foram recolhidos vários exemplares em contextos da antiguidade tardia (CARDOSO, 2002; SEPÚLVEDA, BOLILA & SANTOS, 2014-2015) e também nos concelhos limítrofes de Sintra e Amadora (SOUSA, 2001, p. 202).

4 – DISCUSSÃO E ENQUADRAMENTO REGIONAL

Partindo da análise construtiva e paisagística, é provável que, na Antiguidade Tardia, o sítio tenha sido um vilar, localizado nas imediações do cruzamento de duas antigas vias, ligando *Olisipo* às *villae* dos actuais concelhos de Oeiras e Cascais.

A primeira ia da foz da ribeira da Lage, pela margem direita, à área a norte, concelhos de Cascais e Sintra (CARDOSO, 2004, p. 138; CARDOSO & CARDOSO, 2005); a segunda, na margem esquerda que seguia através da Quinta do Costa, onde existiu uma necrópole tardia (CARDOSO & CARREIRA, 1996; CARDOSO, 2000, p. 170-175), Sol Avesso (CARDOSO & CARDOSO, 1993, p. 72, Figs. 23 e 24) e Alto da Peça (CARDOSO, 2002, p. 47, n.º B/5; CARDOSO, 2011). É provável que a *domus* agora identificada na Rua Marquês de Pombal, já então flanqueasse aquela via que teria um traçado semelhante àquela artéria dos nossos dias, curvando depois em direcção à *villa* romana da rua das Alcássimas, situada cerca de 100 m a Norte.

Admite-se a hipótese de ter existido uma antiga via, que ligaria a foz da ribeira da Lage às explorações agrárias das terras altas, localizadas junto ao Alto das Cabeças, bem como ao Casal de S. Marcos, Sintra (SOUSA, 2001, p. 202).

Por outro lado, importa ter em consideração a possibilidade de existir outra via de penetração para o interior a partir do estuário do Tejo, correspondente ao vale da ribeira de Porto Salvo, que desagua em Paço de Arcos, onde forma uma abrigada e ampla baía extremamente propícia às actividades comerciais. Sob este aspecto, importa ter presente a existência do cemitério de Sol Avesso, de época tardia, que forneceu uma taça de *terra sigillata* clara C, forma Hayes 52 C, situável em época um pouco anterior, que não ultrapassará os meados do século IV d.C. (CARDOSO & ANDRÉ, 1997).

Local privilegiado onde se cruzavam várias vias, tal explica a permanência da ocupação do actual Centro Histórico de Oeiras após a queda do Império Romano. A ligação cronológica às diversas *villae* existentes, tanto no município de Oeiras, como nos de Cascais, Sintra e Amadora, está confirmada através de diversos vestígios materiais, caso das cerâmicas focenses (SOUSA, 2001, p. 202; SEPÚLVEDA, BOLILA & SANTOS, 2014-2015).

No sopé da serra de Carnaxide, ainda no município de Oeiras, foi identificado um bordo de cerâmica focense do tipo Hayes 3 (CARDOSO, 2002, p. 49, n.º B10). No cimo da mesma serra, já no concelho de Amadora, foi igualmente descoberta uma necrópole do período tardo romano (ENCARNAÇÃO & DIAS, 2017, p. 175), também *villa* da Bolachas se recolheram dois fragmentos deste tipo de produções (SOUSA, 2001, p. 202).

No caso do município de Sintra verifica-se a mesma realidade, com achados na *villa* de Santo André (Almoçageme), na *villa* de Cabanas (S. Marcos), Armês (Terrugem) e na *villa* de Casal de Colaride (Cacém) já referenciadas (SOUSA, 2001, p. 202).

5 – CONCLUSÕES

A existência de materiais da Antiguidade Tardia no centro histórico de Oeiras demonstra que o local manteve-se ocupado naquela época, expandindo para sul a distribuição das evidências já conhecidas.

Os elementos de produção exógena encontrados nesta região, são representativos da manutenção do comércio de longo curso entre o Mediterrâneo e o Ocidente Peninsular atlântico.

Sob este aspecto, importa registar a circulação de cerâmicas finas de fabrico norte africano e das costas do Mediterrâneo oriental, em diversos contextos regionais dos séculos V-VI d.C., apesar das alterações socioeconómicas resultantes da queda do Império Romano e consequentes invasões bárbaras.

Conforme agora se verifica, tal acontecimento não foi suficiente para interromper o comércio marítimo. Este continuou a realizar-se, mantendo antigos hábitos de uso e ostentação das classes mais elevadas, detentoras das propriedades rurais em torno da cidade de *Ulishbona*.

Com base nesta análise e dada a proximidade da costa, coloca-se a hipótese de a comunidade que ali permanecia no decurso dos séculos V e VI d.C., dar apoio às embarcações que aportavam à pequena baía formada junto à foz da ribeira da Lage. Aquele porto natural terá servido certamente para cargas e descargas de mercadorias entre o campo e a cidade de *Ulishbona*.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se a excelente colaboração prestada pelo Departamento de Habitação e Reabilitação Urbana da CMO nas pessoas do seu Director, Arq. Pedro Carrilho, do Arq. António Abreu e da Arq. Ana Rocha.

Agradece-se à Dr.^a Conceição André, do CEACO/CMO, todas as acções desenvolvidas de carácter administrativo, indispensáveis à boa concretização dos trabalhos efectuados.

CATÁLOGO

1 – ORMP.QS. Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 67. Diâm. c. 400 mm. Pasta vermelha (10R 5/8), grão médio, porosa, dura, de fractura irregular. Engobe baço, vermelho (10R 5/8). Fig. 9, n.º 3.

2 – ORMP.QO. Fragmento de bordo de taça, de *terra sigillata* africana clara D. Tipo Hayes 96. Diâm. exterior 150 mm. Pasta vermelha (10R 6/8), grão fina, dura, de fractura irregular. Engobe lustroso, vermelho claro (10R 5/8). A aba apresenta decoração do tipo pena de pavão, obtida por meio de guilhoché. Fig. 9, n.º 2; Fig. 10, n.º 1.

3 – ORMP.QD. Fragmento de bordo de taça foceense, Tipo Hayes 3, variante F. Diâm. c. 270 mm (exterior). Pasta vermelha (2.5YR 6/8), grão fino, porosa, dura, de fractura irregular. Engobe vermelho-claro, baço (10R 5/8), e vermelho-escuro (10R 4/8) no bordo. Apresenta decoração no bordo obtida por meio de guilhoché. Fig. 9, n.º 4; Fig. 10, n.º 1.

4 – ORMP.QP. Fragmento de produção foceense. Fundo com pé anelar, de tipo indefinido. Altura máxima 5 mm. Pasta vermelho-escuro (2.5YR 5/6), grão fino, porosa, dura, de fractura irregular. Engobe interno vermelho lustroso (10 Y 5/8). Fig. 9, n.º 1.

REFERÊNCIAS

ATLANTE DELLE FORME CERAMICHE I: ceramica fina romana del bacino mediterraneo (Medio e tardo Impero). Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1981.

BATALHA, L.; CARDOSO, G. & MONTEIRO, M. (2009) – A *villa* romana da Sub-Serra da Castanheira do ribatejo: do Romano ao medieval Islâmico. In BATALHA, L.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, G. & MONTEIRO, M. (Coord. cient.)3 – A *villa Romana da Sub-Serra da Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*. *Trabalhos Arqueológicos Efectuados no Âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: EPAL. p. 11-26

CARDOSO, G. (2002) – Aspectos da Romanização no *Ager Olisiponensis*. Trabajo de Tercero Ciclo. Universidad de Extremadura. Departamento de História, Área de Arqueología. Cáceres (policopiada).

CARDOSO, G. (2004) – Acerca das Comunicações no Sudoeste do *Ager Olisiponensis*. *Actas da V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana: Las Comunicaciones*. Cáceres, p. 135-147.

CARDOSO, G. J. P. (2016) – *Estudio arqueológico de la “villa” romana de Freiria*. Tese de Doutoramento em História, especialidade em Arqueologia. Cáceres: Universidad de Extremadura, Departamento de Historia. <http://dehesa.unex.es/xmlui/handle/10662/3881>.

- CARDOSO, J. L. (2000) – *Sítios, Pedras e Homens - Trinta Anos de Arqueologia em Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 9).
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras. Do Paleolítico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2016-2017) – A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 531-554.
- CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1997) – Acerca de uma tigela de *terra sigillata* clara da necrópole do Sol Avesso, Porto Salvo (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 219-226.
- CARDOSO, G. & CARDOSO, J. L. (2005) – A ocupação agrária do concelho de Oeiras na época romana. *VI Encontro de História Local do Concelho de Oeiras. História, Espaço e Património Rural*. Actas. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, p. 41-55.
- CARDOSO, J. L., & CARDOSO, G. (1993) – *Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (Estudos Arqueológicos de Oeiras, 4).
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (1996) – A necrópole tardo-romana e alto medieval de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 407-417.
- CARDOSO, J. L., SILVA, C. T.; MARTINS, F. & ANDRÉ, C. (2010-2011b) – O estabelecimento rural romano Tardo-Republicano e Alto-Imperial de Leião (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 103-146
- DELGADO, M. (1975) – Sigillée Claire D. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE R. (ed.) – *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. de Boccard, 4, p. 261-284.
- ENCARNAÇÃO, G. & DIAS, V. (2017) – Estado atual do conhecimento acerca do povoamento em época romana na Amadora. In ARNAUD, J. M. & MARTINS, A., (Coord.) *Arqueologia em Portugal 2017 – Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 171-184.
- FERNANDES, I. C. F.; CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (2009) – Cerâmicas muçulmanas do Centro Histórico de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 97-115.
- GOMES, M. V.; CARDOSO, J. L., & ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal, 6, p. 367-406
- HAYES, J. (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- SEPÚLVEDA, E.; BOLILA, C., & SANTOS, R. (2014-2015) – LRC (PRSW) e LRD (CRSW) provenientes da escavação de emergência efetuada na *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. V, 4/5, p. 357-393.
- SEPÚLVEDA, E., & RIBEIRO, I. A. (2009) – O espólio de cerâmicas finas de mesa, vidros e lucernas. In BATALHA, L.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, G. & MONTEIRO, M. (Coord. cient.)³ – *A villa Romana da Sub-Serra da Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*. *Trabalhos Arqueológicos Efetuados no Âmbito de uma obra da EPAL*. Lisboa: EPAL, p. 28-54.
- SOUSA, E. M. (2001) – Contributo para o estudo da Cerâmica Focense Tardia (“Late Roman C Ware”) no *municipium Olisiponense*. Sua representatividade no contexto peninsular», *Conimbriga*. Coimbra. 40, p. 199-224.

**ASPECTOS DAS EXPLORAÇÕES EM TRÓIA
DA SOCIEDADE ARQUEOLÓGICA LUSITANA
COM BASE EM DOCUMENTAÇÃO INÉDITA**

***ASPECTS OF THE EXPLORATIONS IN TRÓIA
OF THE SOCIEDADE ARCHEOLOGICA LUSITANA
BASED ON UNPUBLISHED DOCUMENTATION***

João Luís Cardoso*

Abstract

A brief synthesis of the genesis and performance of the “Sociedade Archeologica Lusitana”, founded in Setúbal in 1849, is presented, highlighting several aspects of the archaeological excavations in Troia between 1850 and 1856 and several setbacks with which he then encountered, based on correspondence up to the present unpublished currently conserved in the Historical Archive of the Ministry of Public Works.

Keywords: excavations, history of Archaeology, nineteen century, Roman period, Setúbal, Sociedade Archeologica Lusitana, Tróia.

1 – INTRODUÇÃO

O reconhecimento do interesse arqueológico da restinga de Tróia, remonta, como é sabido, ao século XVI, e a própria designação, de origem erudita, revelará o interesse arqueológico dos vastos areais e dunas, já então reconhecido por dois humanistas dessa centúria, André de Resende e Gaspar Barreiros.

O interesse desses descampados batidos pelos ventos não mais deixou de motivar visitas, de estudiosos ou simples curiosos, bem caracterizadas por Fernando Castelo-Branco, que àquela estação arqueológica dedicou importante estudo historiográfico, cuidadosamente documentado, sendo por isso de referência incontornável (CASTELO-BRANCO, 1963) (Fig. 1).

Naturalmente, não se irá repetir o que já foi dito, avultando o notável contributo de José Silvestre Ribeiro, que em 1879 apresenta detalhada caracterização da actividade da Sociedade Archeologica Lusitana, essencial para quem quiser conhecer a sua trajectória e vicissitudes (RIBEIRO, 1879).

* Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).
Investigador do ICArEHB. cardoso18@netvisao.pt



Fig. 1 – Capa da separata do estudo de Fernando Castelo-Branco publicado em vários números da revista *Ocidente*, em 1963. Arquivo JLC.

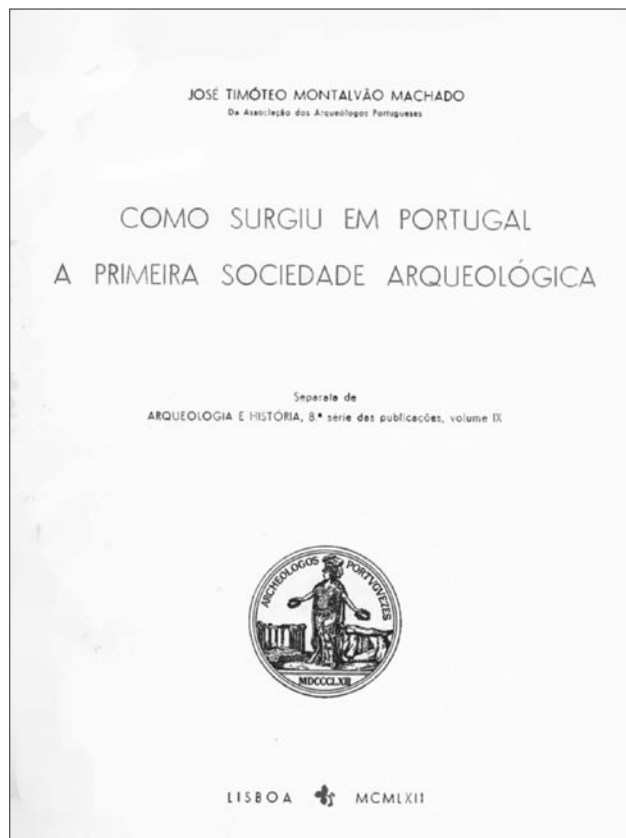


Fig. 2 – Capa da separata do estudo de J. T. Montalvão Machado, publicado em 1962. Arquivo JLC.

Estranhamente, este contributo é apenas citado nos estudos até agora dedicados à Sociedade por Fernando Castelo-Branco.

De facto, o outro investigador que se dedicou a estudar a história da Sociedade Archeologica Lusitana não lhe faz referência, embora se apoie em valiosa documentação então inédita (MACHADO, 1962) (Fig. 2), de que se destaca uma autobiografia de João Carlos de Almeida Carvalho, trabalho dactilografado existente na Biblioteca Municipal de Setúbal, como é ali dito. Este original foi ulteriormente integrado na colectânea das *Memórias do Autor*, cuja publicação se iniciou em 1968 pela Junta Distrital de Setúbal, depois de esta ter adquirido a parte restante do acervo documental de Almeida Carvalho ainda em posse do seu bisneto, em 1967, garantindo a posse dos Direitos de Autor nas edições que se viessem a realizar.

É interessante verificar que, no estudo de Fernando Castelo-Branco, não se encontra mencionado o de Montalvão Machado, com data de publicação do ano anterior, prova de que o mesmo ainda não estaria disponível aquando da redacção daquele.

Porém, pode dizer-se que ambos se basearam largamente em um notável contributo de João Carlos de Almeida Carvalho nascido e falecido em Setúbal, respectivamente a 5 de Março de 1817 e 29 de Março de 1897, contando portanto 80 anos (Fig. 3). Sem dúvida que foi ele o grande impulsionador da Sociedade Archeologica Lusitana. da qual, em 1896, viria a publicar a sua história, respondendo assim aos seus eventuais críticos por tão tardio contributo: “*A quem nos arguir de termos vindo tarde, responderemos com*



Fig. 3 – João Carlos d'Almeida Carvalho (1817-1897). Seg. António Cunha Bento, Carlos Mouro e Horácio Manuel Pena.



Fig. 4 – 1.º Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850). Seg. António Cunha Bento, Carlos Mouro e Horácio Manuel Pena.

o conhecido adagio portuguez: Quem vem, não tarda.” (CARVALHO, 1896, p. 92). Importa contudo ter presente que a data desta publicação, feita em 1896 no *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, pode não ser indiferente à do falecimento do seu Presidente Possidónio da Silva, com quem as negociações entabuladas na reunião de 16 de Dezembro de 1864 para procederem conjuntamente a escavações em Tróia haviam corrido mal. Importa, aliás ter presente que o contacto de Almeida Carvalho com as instituições de índole arqueológica eram escassas, destacando-se a sua participação na célebre IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa em Setembro de 1880.

Naquele depoimento fundamental, o Autor traça a história da Sociedade Archeologica Lusitana desde o seu próprio nascimento, a 9 de Novembro de 1849, até ao lento ocaso, iniciado, ainda que insensivelmente, logo após o falecimento do seu Presidente vitalício, o 1.º Duque de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), ocorrido menos de um ano depois, a 12 de Outubro de 1850 (Fig. 4), a poucos dias do início da segunda fase dos trabalhos em Tróia, verificado a 4 de Outubro. Muito compreensivelmente, nas palavras de Almeida Carvalho, esta ocorrência lançou o desânimo na Sociedade (CARVALHO, 1896, p. 92).

João Carlos de Almeida Carvalho, assumiu logo na primeira reunião da constituição da direcção provisória da Sociedade de que foi, segundo nos revela, um dos dois fundadores (sendo o outro Domingos Garcia Peres) (CARVALHO, 1896, p. 85; CASTELO-BRANCO, 1963, p. 23), o cargo de Secretário, e foi testemunha atenta e privilegiada de todos os acontecimentos ocorridos na vida da instituição ao longo dos anos; teve ainda um papel decisivo na salvaguarda dos espólios arqueológicos que pertenciam à Sociedade, os quais, por portaria

do Ministério do Reino de 29 de Janeiro de 1868, conforme informa o próprio, foram destinados à Academia de Belas Artes, sediada no antigo convento do Largo de São Francisco, em Lisboa, onde ainda hoje se encontra. Tal decisão teve naturalmente em consideração a ausência em Setúbal de um Museu onde os mesmos pudessem ser depositados. Importa contudo sublinhar que esse museu estava previsto nos próprios Estatutos da Sociedade (Fig. 5), que no artigo 3.º do Título 1 – “Da fundação da Sociedade, seus fins e meios”, determina o seguinte: “*Formar-se-há na Villa de Setubal um Museu Archeologico dos objectos que se descobrirem, os quaes ficam sujeitos á alta inspecção do Governo para que, na conformidade dos Alvarás de 20 de Agosto de 1721 e 4 de Fevereiro de 1802, possa prover a que estes se não deterioreem ou alienem indevidamente. [...]*”. Note-se a valorização do diploma de D. João V, sobre a salvaguarda dos vestígios arqueológicos, no âmbito das competências da Academia Real da História Portuguesa e a sua adaptação feita em tempos do Príncipe Regente, futuro rei D. João VI. Foram ainda estes dois diplomas legais que, curiosamente, serviram de respaldo legal para que os dois supracitados fundadores da sociedade requeressem ao Governo, a transferência de todo o património da Sociedade Arqueológica Lusitana para a Academia Real de Belas-Artes de Lisboa (CARVALHO, 1896, p. 85).

Uma referência de Teixeira de Aragão que até agora só não passou despercebida em 1879 a José Silvestre Ribeiro, que também a transcreve da fonte utilizada por ambos, o Relatório impresso apresentado aos sócios à assembleia geral de 15 de Julho de 1851 (CARVALHO, 1896, p. 88 refere a data de 24 de Agosto de 1851) tem interesse para se perceber as razões daquele Museu nunca ter podido abrir portas e as razões de um dos sócios fiéis depositários dos espólios da Sociedade (Sebastião Maria Pedroso Gamito) nunca ter querido entrega-los em vida à Academia lisboeta de Belas Artes: “[...] *diligenciando a direcção adquirir do governo o claustro superior do extincto convento da Boa Hora [...] obrigando-se a reparal-o á sua custa para ali colocar o museu com os objectos encontrados em Troia, e tendo a camara municipal cedido da melhor vontade a posse d’aquella parte do edificio, o conselho de districto levou o zelo pelo interesse do publico a pôr a condição: «de que a sociedade sahiria do mesmo edificio, e sem direito a indemnização alguma por quaesquer benfeitorias que tivesse feito, no momento em que outro estabelecimento de maior utilidade, para ali fosse mandado colocar.» A direcção respondeu com o silêncio a tal despacho [...]*” (RIBEIRO, 1879, p. 323).

Ocorre, no entanto, uma dúvida quanto ao destino de alguns espólios de excepcional importância: tendo Almeida Carvalho sido o primeiro dos quatro sócios fiéis depositários do património da Sociedade a fazer a entrega dos que detinha em seu poder, previamente inventariados, a 26 de Fevereiro de 1869, seria importante

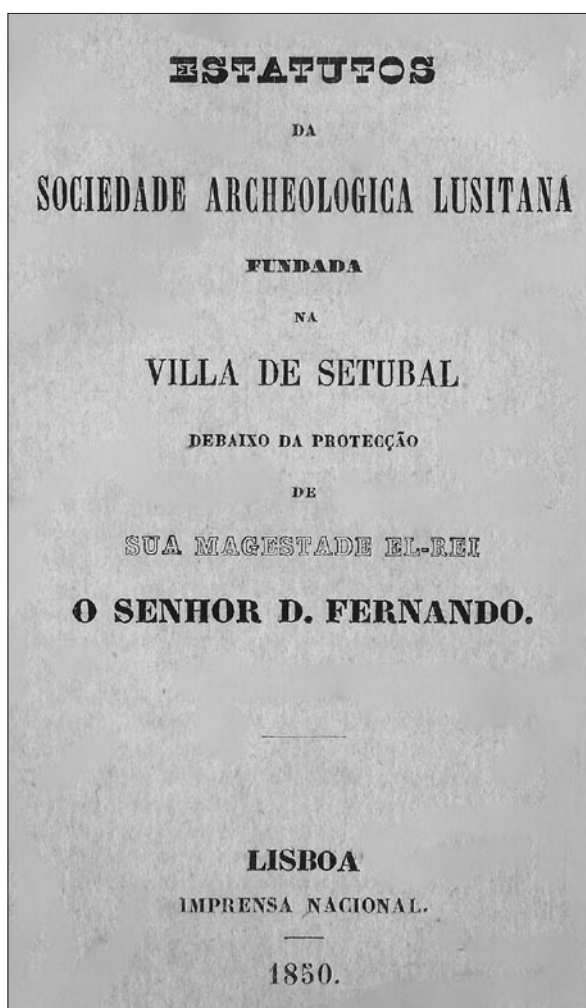


Fig. 5 – Folha de rosto dos Estatutos da Sociedade Archeologica Lusitana. Arquivo JLC.

conhecer o paradeiro da importante lápide dedicada a um *Cornelius Bocchus* que pertencia à sua colecção particular, descoberta em Tróia em 1871. Por não ter sido obtida no âmbito dos trabalhos da Sociedade, conservou-a em seu poder, achando-se desaparecida, embora tenha sido referida por Leite de Vasconcelos, que transcreve a restituição de Hubner: “*A Lucio Cornelio Boco, Filho de Lucio, flamen da Provincia, tribuno militar da Legião 3.ª Augusta.*” (VASCONCELLOS, 1895, p. 71). Facilmente se compreende o interesse de esta notável peça poder ser hoje apreciada num museu!

2 – OS TRABALHOS REALIZADOS EM TRÓIA

2.1 – Antecedentes

A finalidade exclusiva da constituição da Sociedade Archeologica Lusitana era a de “[...] *promover por todos os meios ao seu alcance, e efectuar uma escavação nas ruínas da antiga Cetobriga, e adquirir luzes e conhecimentos sobre a historia, geographia e costumes antigos, de que se tenham originado os que hoje existem.*” (Título 1, artigo 1.º).

A criação de agremiação com tais objectivos era plenamente justificada pela constante recolha de objectos arqueológicos, alguns de evidente valor comercial ou artístico; muitos desses objectos saíam do país, comprados por estrangeiros e os que ficavam só por acaso acabavam por ser condignamente estudados e publicados, nisso residindo um dos objectivos da Sociedade. Paradigma desta estratégia, é a publicação de taça dita de prata com aplicações de ouro, reproduzindo cena mitológica, recolhida ocasionalmente em 1814 em Tróia, no interior de uma urna cinerária de chumbo (Fig. 6). Passando à posse do Governador de Setúbal, foi posteriormente incorporada na colecção do 1.º Duque de Palmela, tendo o seu estudo sido publicado no primeiro fascículo dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, datado ainda do ano de 1849 (mas saído apenas no ano seguinte), coincidindo com os inícios das escavações em Tróia (Fig. 7) e com chancela da Imprensa Nacional, embora fosse integralmente custeado por Joaquim Henriques Fradesso da Silveira (RELATÓRIO, 1851; RIBEIRO, 1879, p. 316), esta peça integra actualmente as colecções do Paço Ducal de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança), depois de ter sido dada de origem desconhecida durante muito tempo. Foi graças à excelente reprodução publicada no século XIX que foi possível a sua recente atribuição a Tróia.

O estudo não se encontra assinado, mas é provável que seja da autoria do Padre Manuel da Gama Xaro, Vigário-Geral de Setúbal, um dos mais entusiastas e provavelmente o maior erudito da Sociedade em resultado da sua formação religiosa, a cuja direcção provisória presidiu, aquando da reunião fundacional de 9 de Novembro de 1849 (Fig. 8). Regista-se contudo que o grande animador científico da Sociedade, mais tarde desembargador da Relação do Patriarcado e cónego da Sé patriarcal de Lisboa, pediu a



Fig. 6 – Desenho da taça de prata com aplicações de ouro encontrada em Tróia em 1814 e publicada no primeiro fascículo dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*. Arquivo JLC.

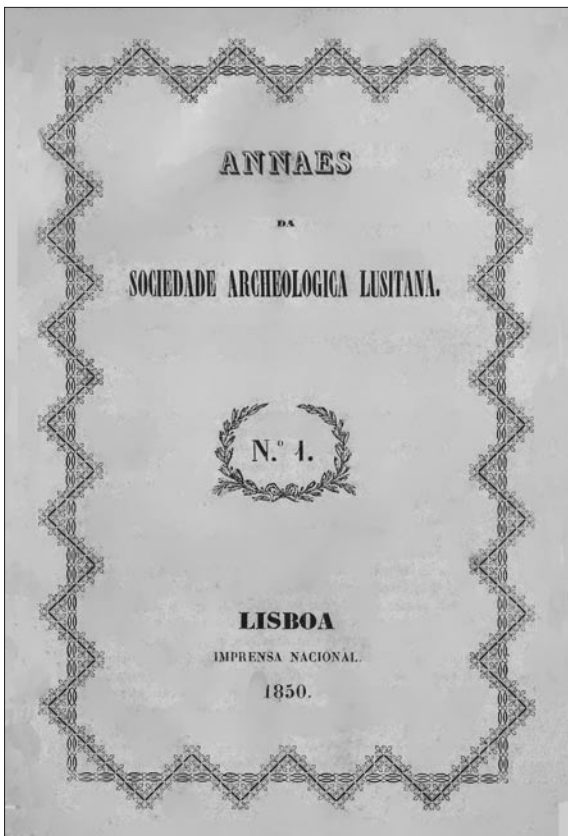


Fig. 7 – Capa do primeiro fascículo dos *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*, com data de 1849 mas efectivamente publicado em 1850. Arquivo JLC.

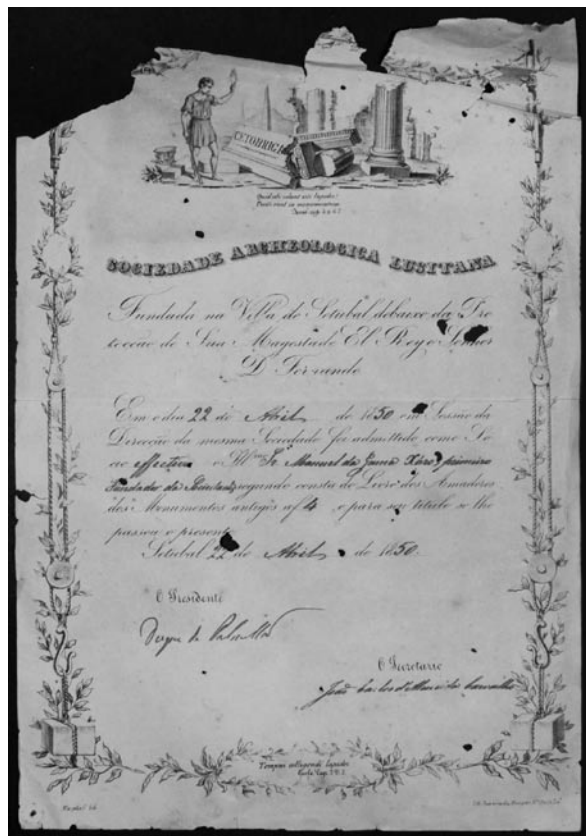


Fig. 8 – Diploma de Sócio da Sociedade Archeologica Lusitana de Manuel da Gama Xaro, datado de Setúbal de 22 de Abril de 1850 e assinado Pelo 1.º Duque de Palmela e por João Carlos d'Almeida Carvalho. Arquivo Distrital de Beja.

demissão do seu cargo de Vice-Presidente da Sociedade na sessão de 27 de Outubro de 1850, na qual é eleito, por falecimento do 1.º Duque de Palmela, seu Presidente vitalício, para as mesmas funções, o 2.º Duque de Palmela. Note-se que a demissão de Gama Xaro tem contornos hoje em dia de difícil compreensão. Não foi decerto devida ao exercício dos referidos cargos, que só assumiu mais tarde. Sendo pouco comunicativo e privilegiando, sempre que podia “[...] o retiro do seu gabinete, vivendo quasi sempre entre livros e papéis.” (CARVALHO, 1896, p. 71-72), é provável que lhe tenha desgostado as muitas dificuldades levantadas oficialmente à realização das escavações em Tróia, como adiante se verá, optando por papel passivo, afastado do bulício da vida associativa, mais de acordo com a sua índole. Por outro lado, o Relatório de 1851 sugere que o local das escavações não coincidia com a indicação de Gama Xaro que, como ali se diz, há mais de 20 anos calcorreava sozinho os areais de Tróia, com um livro numa mão e um sacho na outra (RELATÓRIO, 1851; RIBEIRO, 1879, p. 315). Enfim, o diferendo aberto com o Capitão do Porto de Setúbal, adiante tratada e, por arrastamento, a mais do que certa polémica e má vontade gerada em alguma burguesia, de armadores e comerciantes setubalenses, poderia ter influenciado também aquela decisão, dado ser homem pouco vocacionado para enfrentar conflitos.

Pode dizer-se que a Sociedade Archeologica Lusitana, sediada em prédio próprio, na antiga rua de São Domingos, hoje rua de Bartissol (Fig. 9), de início não se debatia com problemas financeiros, o que lhe permitiu custear as escavações realizadas em Tróia.

A angariação de fundos realizada em 1850 para as escavações ascendeu a 1.141\$600 réis (RELATÓRIO, 1851; CARVALHO, 1896, p. 90), avultando os contributos do Duque de Palmela (200\$000 réis), cabendo, quase à generalidade dos sócios 4\$800 réis a cada um deles, no total de 124 sócios, número assinalável e revelador da mobilização conseguida junto da burguesia comercial e industrial setubalense, bem como de proprietários locais, em grande parte em virtude do prestígio dos dois principais mecenas; a D. Fernando II



Fig. 9 – Casa onde funcionou a sede da Sociedade Archeologica Lusitana, na antiga rua de São Domingos, hoje rua de Bartissol. Seg. MACHADO, 1962.

coube o papel de “Protector da Sociedade” e como tal, quando as finanças já entravam em crise, ajudou-a com o donativo de 300\$000 réis, conforme declara Almeida Carvalho (CARVALHO, 1896, p. 92). Mas é ao 1.º Duque de Palmela que se deve o efectivo papel mobilizador resultante do prestígio que adveio da sua simples presença em Setúbal, nos dias 8 e 9 de Novembro de 1849, como se depreende claramente das descrições da época. Prova do seu genuíno interesse pela novel Sociedade é o facto de ter ponderado adquirir o chamado Paço do Duque (antiga residência do Duque de Aveiro) para ali se instalar futuramente, aquando das projectadas visitas às escavações arqueológicas (CARVALHO, 1896, p. 74).

Foi com aquela soma, e o entusiasmo e empenho generalizado dos sócios, que aquelas escavações se iniciaram a 1 de Maio de 1850, depois de garantida a sua realização através de escritura celebrada a 3 de Novembro de 1849 com o proprietário dos terrenos de Tróia (CARVALHO, 1896, p. 75).

2.2 – Escavações, burocracia, muita incompreensão e generalizada má vontade

Conhecem-se detalhadamente o curso das escavações realizadas em 1850 e anos subsequentes, devido à existência do diário das escavações, que foi parcialmente publicado “[...] *num velho, olvidado e raríssimo jornal* [...]” (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 29; seria talvez o periódico “O Setubalense”, n.º 125, de 15.11.1857, que publicou notícia da derradeira fase de escavações realizadas pela Sociedade, entre 5 de Novembro de 1855 e 12 de Abril de 1856. Trata-se do Relatório aprovado na Assembleia Geral da Sociedade no dia 21 de Dezembro de 1856 (RELATÓRIO, 1856; RIBEIRO, 1879, p. 321-322), pelo qual se percebe bem o difícil estado financeiro da Sociedade, obrigando à suspensão dos trabalhos no terreno.

De acordo com Fernando Castelo-Branco (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 29), aquele documento teria sido do conhecimento do notável arqueólogo setubalense A. I. Marques da Costa (1857-1933) (CARDOSO, 2014) (Fig. 10), tal como, provavelmente os diversos Relatórios da Direcção. O primeiro, foi aprovado na assembleia geral de 21 de Dezembro de 1850; o segundo, impresso, foi distribuído aos sócios na assembleia-geral de 24 de Agosto de 1851 (RELATÓRIO, 1851); e o terceiro, também impresso, relativo aos trabalhos de 1855 e 1856 (RELATÓRIO, 1856), são referidos por Almeida Carvalho (CARVALHO, 1896, p. 88).

Com efeito, na publicação dos *Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal* (COSTA, 1924, 1929, 1933), que ficou incompleta, o insigne arqueólogo sadino (CARDOSO, 2014) aproveitou-se largamente dos resultados das escavações realizadas pela Sociedade, registando os elementos arquitectónicos então postos a descoberto, que permaneciam inéditos, tendo recorrido igualmente às informações contidas nos diários das escavações da Sociedade Archeologica Lusitana. No entanto, tais diários, relativos aos trabalhos realizados entre 1 de Maio de 1850 e 7 de Dezembro de 1850, totalizando 10 semanas de trabalho, ao só foram publicados na íntegra por Fernando Castelo-Branco em 1963 (CASTELO-BRANCO, 1963). Para o efeito, teve acesso ao Livro *Registo dos Diários*, que, como declara (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 38, nota 12), não é o mesmo exemplar depositado no Arquivo da Academia de Belas-Artes em 29 de Julho de 1868, com a designação “*Livro de registo dos diários, in fol. Está escrito até à pagina 13*”, de acordo com o inventário então elaborado (CARVALHO, 1896, p. 87-88), cujo número de páginas coincide com o do exemplar publicado por Fernando Castelo-Branco, embora o autor seja omissivo quanto ao local em que o consultou ou quanto à propriedade do mesmo.

Neste trabalho, não serão descritos os pormenores da vida da histórica agremiação, pois se o fizéssemos correríamos o risco de repetir o que o próprio João Carlos de Almeida Carvalho, Fernando Castelo-Branco, J. T. Montalvão Machado e José Silvestre Ribeiro escreveram, com maior propriedade.

De igual modo, e pelas mesmas razões, não será apresentada a caracterização das três fases de escavações, por serem já conhecidas em detalhe. Dir-se-á apenas que a primeira fase das escavações iniciou-se a 1 de Maio e terminou a 1 de Junho de 1850, com base no registo semanal dos trabalhos efectuados, tendo-se despendido nestes trabalhos, mais os realizados entre 4 de Outubro de 1850 e 15 de Março de 1851, 836\$245 réis (RIBEIRO, 1879, p. 321) do montante de 1141\$600 réis que se conseguiu reunir, deixando a Sociedade, a partir desse momento, com limitada capacidade de intervenção.

As escavações foram permanentemente acompanhadas, semana após semana, por um ou dois sócios, para o efeito designados, e que usavam o título de Inspectores, cujos nomes se conhecem. Os trabalhos foram noticiados, ainda em 1850 na Revista Popular (na tipografia da qual se imprimiu o último volume dos *Annaes da Sociedade*, em 1851). Com a publicação daquela notícia em revista de grande tiragem, garantiu-se larga difusão dos resultados animadores obtidos naquela primeira fase dos trabalhos.

A terceira campanha de escavações decorreu de 5 de Outubro de 1855 a 12 de Abril de 1856 (RELATÓRIO, 1856).



Fig. 10 – António Inácio Marques da Costa, farda de Tenente-coronel (1857-1933). Seg. CARDOSO, 2014, Fig. 18.

Importa, sobretudo, destacar factos ainda inéditos ou insuficientemente conhecidos quanto às escavações promovidas pela Sociedade em Tróia. Um deles, respeita à própria ferramenta utilizada.

O Relatório de 1851 refere que a direcção da Sociedade requereu do Governo “[...] *algumas ferramentas, como pás, alavancas, etc., e diga-se em abono da verdade, a direcção não encontrou a menor objecção a este pedido, antes a melhor vontade da parte do respectivo ministro que de prompto expediu as suas ordens [...]*.” (RELATÓRIO, 1851, RIBEIRO, 1879, p. 313).

No entanto, a situação não foi assim tão simples. No Arquivo do Ministério das Obras Públicas, por intermédio de uma antiga aluna, a Mestre Isabel Carneiro, foi possível localizar diversa correspondência oficial então produzida.

Com efeito, o pedido da cedência da ferramenta, dirigido à Rainha, por João Carlos d’Almeida Carvalho (Fig. 11), a 27 de Abril de 1850, só foi despachado a 11 de Maio de 1850 (lembre-se que as escavações se haviam iniciado no dia 1 de Maio...), quando o então Conde de Tomar, Ministro do Reino, autorizou o Inspector-Geral de Obras Públicas a “[...] *fornecer por empréstimo á dita Socied.ª as 12 paz e as 2 alavancas pedidas, não podendo conceder-se os alviões por os não haver no deposito da Inspeccão Geral; e cumprindo que a Direcção da dita Sociedade se comprometta a restituir á mesma Inspeccão as ferramentas no mesmo estado em que as receber.*” (Fig. 12). Na verdade a Sociedade conformou-se com o mau estado das pás de que tinha sido informada, pois de contrário contaria apenas com as duas alavancas, dado que o referido Inspector-Geral, o Barão da Luz, em Ofício dirigido ao Ministro do Reino, no dia anterior, 10 de maio de 1850 (Fig. 13), tinha alertado para tal situação, pelo que o dito Ministro teria de autorizar a compra das duas picaretas (nunca concretizada), bem como das doze pás, para substituírem as que se encontravam quase inutilizadas. Compreende-se, assim, a opção do representante da Sociedade, conhecedor dos meandros burocráticos em que se movimentava, ao aceitar o mau estado das pás... mais valiam doze em mau estado, do que nenhuma!

Mais grave foi o incidente que resultou da forma como as próprias escavações foram conduzidas. Como se declara no Relatório de 1851, o pedido dirigido ao Governo para que à Sociedade “[...] *fosse permitido cortar, e á sua custa, alguns paus de um pinhal nacional situado nas margens do Sado [...] servindo de escoras e estacas de que ali tanto se necessitava, e mui principalmente para serem applicados á construcção de um carril [...] o qual assente desde o local da excavação, e atravessando a lingua de terra até á margem da lagôa que lhe fica fronteira, offereceria uma immensa vantagem na expedição do trabalho, e rápida remoção das areias para o lado do sul.*” (RELATÓRIO, 1851; RIBEIRO, 1879, p. 313) não foi deferido. Note-se que este carril se destinava a permitir a circulação de carrinhos de mão, como é dito no relatório da 7.ª semana de trabalhos, de 11 a 16 de Novembro de 1850 (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 41). Como não foi possível concretizar tal iniciativa, por falta de apoio oficial, as terras foram removidas em canastras e despejadas no local mais próximo da escavação, isto é, no próprio leito do rio. Esta situação produziu imediata reacção do Capitão do Porto de Setúbal.

Assim, logo a 19 Maio de 1850, o capitão do Porto de Setúbal, oficiou o Inspector do Arsenal da Marinha depois de ter pessoalmente examinado as condições em que se estavam a realizar os trabalhos de escavação. Particular atenção lhe mereceu a forma como “[...] *as areias tiradas em grande quantidade dos sítios já escavados, forão e continuão a ser lançadas na Praya junto ao Rio que já tem arrastado consigo huma grande parte dellas, e certamente arrastará todas quantas n’aquelle sitio se lançarem, dando cauza a augmentar o máo estado em que este Porto já se acha. = Fiz vêr ao Vice-Prezidente da mesma Sociedade todo o mal que resulta das areias serem lançadas na Praya, e que de modo algum convem que assim se continue a proceder, e que para o lado do Sul há huma grande extensão de terreno para onde podem ser conduzidas, e aonde não cauzão mal algum, e não me satisfazendo ás respostas do dito Vice-Prezidente, e mesmo conhecendo que não admitia as minhas reflexões que*

Ms. 48. Maio 1850 Off. Ar. D. P.

29
170. Prof.º Imperatoral de Lisboa
P. se é possível ratificar
o ped.º d' esta Sociedade

M.O.P.
ARQUIVO

A Direcção da Sociedade Archeologica Lusitana
desjando empregar toda a economia no objecto da ge-
renia a seu cargo, com o fim de poder applicar a
maior somma, das poucas fundos que por agora pò-
de dispor, á escavação nas ruinas da antiga Estre-
ga, a Direcção confiante muito na alta protecção
de Sua Magestade, em nome da mesma So-
ciedade pede que pela Repartição das obras Pu-
blicas se lhe mande entregar dois pés de ferro,
dois abriços e duas alavancas para serem empree-
gadas no serviço da escavação intentada, a qual
desde já se vá das comeco.

Pede a Vossa Magestade
se digna de assim o mandar e

Lisboa 27 de Abril de 1850
Cosmo Procurador
João Carlos d' Almeida Carvalho.

P. M.

Fig. 11 - Pedido de cedência de ferramenta para as escavações, dirigido à Rainha, por João Carlos d'Almeida Carvalho, a 27 de Abril de 1850. Arquivo Histórico do MOP.

Ministerio do Reino - 2.^o Dir.^o arr.^o 8.^o Repu.^o =
No. 189 - Tendo a Direcção da Sociedade
de Archeologica Litteraria requerido,
que lhe fossem emprestados pela Inspeccão
Geral das Obras Publicas 12 paus, 2 alvíos, e
2 alavancas a fim de serem empregados
na escavação que a mesma Sociedade
projecta fazer em Setubal. Ha por
sem S. Magenta de S. M. e R. em vis-
ta da informação do Inspector Geral
das Obras Publicas contida em seu
Officio. N.^o 189 de todo corrente. Autho-
risar o referido Inspector Geral para
fornecer por emprestimo a dita Socied.
as 12 paus e as 2 alavancas pedidas, não
podendo conceder-se os alvíos pelo não
haver no deposito da Inspeccão Geral,
e cumprindo que a Direcção da dita
Sociedade se comprometta a restituir
à mesma Inspeccão as ferramentas no
mesmo estado em que as recebeu. Que
se participe ao Inspector Geral das
Obras Publicas para seu conhecim.
e mais offiços. Paço das Necessidades
em 11 de Maio de 1850. Conde de Thomar.

Fig. 12 – Do Conde de Tomar, Ministro do Reino para o Inspector-Geral de Obras Públicas, autorizando a cedência de ferramenta para as escavações, a 11 de Maio de 1850. Arquivo Histórico do MOP.

neste objecto são as de todas as pessoas sensatas d'esta terra, por isso levo tudo ao conhecimento de Vossa Senhoria a fim de dignar-se solicitar as providencias necessárias, e que eu julgo muito urgentes.” (Fig. 14).

A questão conheceu desenvolvimento oficial, tendo a referida exposição sido remetida do Ministério da Marinha e do Ultramar para o Inspector-Geral das Obras Públicas por Officio datado de 25 de maio de 1850 (Fig. 15). Ao mesmo tempo, o dito Inspector-Geral de Obras Públicas era instado pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, por Officio datado de 28 de maio de 1850, em nome do Ministro da Marinha, a enviar aos areas de Tróia pessoa habilitada a examinar a situação criada (Fig. 16). A 10 de Junho de 1850, por Officio do Architecto Caetano José de Paula, resultante da inspecção que fizera às escavações na companhia do Capitão



Officio do Sr. Conde de Tomar
M. e C. P. M.
844

M.O.P.
ARQUIVO

Ministerio do Reino
2.º Off. do Sr. Conde de Tomar

Sobre o off. n.º 180
de 8.º

Informando ao Sr. Conde de Tomar
pelo off. n.º 180
de 8.º
do Sr. Conde de Tomar
pelo off. n.º 180
de 8.º
do Sr. Conde de Tomar
pelo off. n.º 180
de 8.º

Satisfazendo ao que me exige em officio do Ministerio do Reino de 4 de corrente cumpro-me em informar que para se emprenderem as obras de ferro, alvicoes e alvarancas que requer a Direccao da Sociedade Archeologica Lusitana, sera preciso que se comprem os dous alvicoes, assim como as picas de ferro, a que se em- boventado, porque esta esgotado o estoque que havia destas ferramentas na Direccao Geral das Obras Publicas.

Deo Guarde a V. Ex.ª
do Sr. Conde de Tomar
pelo off. n.º 180
de 8.º

Tenho por em a observar que apore- zentando se nesta Reparticao um agente da Sociedade declarou que se continha com as picas, no mesmo modo estado em que se achão, e neste caso não haõra difficuldade em se fornecerem, assim como as duas alvarancas.

P.º Ins.º do Sr. Conde de Tomar

11 de Maio 1850

Deo Guarde a V. Ex.ª
do Sr. Conde de Tomar
pelo off. n.º 180
de 8.º

Officio do Sr. Conde de Tomar
M. e C. P. M.
de Tomar.

Barão da Luz
Ins.º

Fig. 13 - 11 de Maio de 1850. Do Inspector-Geral de Obras Públicas, Barão da Luz, para o Ministro do Reino, Conde de Tomar, alertando para o mau estado de algumas das ferramentas solicitadas para as escavações. Arquivo Histórico do MOP.



Cópia

M.O.P.
ARQUIVO

1013
Inspeção do Arsenal da Marinha.
- Cópia - Capitania do Porto de Setúbal -
Illustrissimo Senhor - Tendo a Sociedade Archeologica Lusitana, criada nesta Villa de Setúbal, começado a effectuar humma escavação no sitio denominado Troia, na margem esquerda do Rio desta mesma Villa, a fim de descobrir as ruínas da antiga Setúbriga, e chegando ao meu conhecimento que a dita escavação se fazia de humma maneira muito irregular, e muito prejudicial a este Porto, fiz por via da de honra examinar aquelles trabalhos, e com effeito achii ser exacto quanto a tal respeito se me tinha feito vir, achando que as curvas tiradas em grande quantidade dos sitios já escavados, foram e continuão a ser lançadas na Praia junto ao Rio que já tem arrostado consigo humma grande parte dellas, e certamente arrastará todas quantas se aquelle sitio se lançarem, dando causa a augmentar o máo estado em que este Porto já se achava - Tira vir ao Vice-Presidente da mesma Sociedade todo o mal que resulta das curvas serem lançadas na Praia, e que de modo algum convem que assim se continue a proceder, e que fizesse o lado do Sul ha humma grande extensão de terreno para onde podem ser

Fig. 14 - 19 de Maio de 1850. Do Capitão do Porto de Setúbal, para o Inspector do Arsenal da Marinha, denunciando o despejo de areias e entulhos para o leito do rio Sado em resultado das escavações em curso. Arquivo Histórico do MOP.

1012

2.ª Div. N.º 22. 2.ª Div.
 Ministério da
 Marinha e do
 Ultramar

M.O.P.
ARQUIVO

O Sr. J. de Faria a honra de pagar as Mãos de P.º G.
 O. P.ª para inclusão copia da Representação, que ao Ins-
 pector do Arsenal da Marinha dirige o Cap-
 itão do Porto de Setúbal mostrando, quanto pre-
 juizo está fazendo aquelle Porto, pelo modo por
 que a Sociedade Archeologica Lusitana está
 procedendo ás escavações no sitio de Fozza para
 descobrir as ruínas da antiga betúbriga, a fim
 de que, tomando P.º G.º conhecimento da mesma
 Representação, se sirva mandar dar as providencias
 que julgar oportunas para evitar a deterioração
 do mesmo Porto.

Deo. Guarde a P.º G.º Secretaria de Estado dos
 negócios da Marinha e do Ultramar, em 25 de
 Maio de 1850

O Sr. J. de Faria
 Ministro e Secretario
 de Estado dos Negócios do Mar e Ultramar

Visconde de Castellos

Fig. 15 - 25 de Maio de 1850. Do Ministro da Marinha e Ultramar para o Inspector-Geral de Obras Públicas acerca do prejuízo que as escavações arqueológicas estariam a provocar no Porto de Setúbal. Arquivo Histórico do MOP.

de Titubato do modo menos convenien-
te por que a Sociedade Archeologica Lu-
zitanica está procedendo a escavações no
local onde existia a antiga Cetobriga, e
que o mesmo Sr. e Ministro que V. Ex.^{ca} se
sirva de mandar examinar por pessoa
competentemente habilitada, semelhan-
te objecto, informando depois a vista do
resultado deste exame o que se lhe offere-
cer a respeito deste negocio sobre o qual in-
terpôr a sua parecer, devolvendo a esta
Repartição a correspondencia inclusa
— Deo. Guardo a V. Ex.^{ca} Secretaria do Es-
tado dos Negocios do Reino em 28 de
Maio de 1850. M. e C. Sr. — Inspe-
ctor-Geral das Obras Publicas — Joaquim
F. P. da Fonseca Telles.

Fig. 16 – 28 de Maio de 1850. Do Secretário de Estado dos Negócios do Reino ao Inspector-Geral de Obras Públicas, para que providenciasse o envio de perito que avaliasse os danos provocados pelo despejo de areias provenientes das escavações no leito do rio Sado. Arquivo Histórico do MOP.

do Porto de Setúbal (Fig. 17), o referido Inspector-Geral, é informado, a tal propósito, do seguinte: “[...] só tenho a acrescentar que a obra vai feita com muita irregularidade, por falta de pessoa inteligente que dirija os trabalhos, tendo estes sido principiados junto ao mar no sitio mais elevado do local, quando deverião ter começado do Sul, por isso mesmo que oferece maiores vantagens para a remoção das arêas, sem que estas cauzem prejuízo ao rio, como acontecia antes de ser intimada a Sociedade para não continuar a mandar deitar para o Mar, não só as arêas como também entulhos.” A questão teve o seu epílogo pelo Ofício remetido no dia seguinte, 11 de Junho de 1850, pelo Inspector-Geral das Obras Públicas ao Ministro do Reino, o Conde de Thomar (Fig. 18), dando inteira razão ao Capitão do Porto de Setúbal, face à inspecção realizada, “[...] e mesmo obrigação de representar contra o prejuízo resultante de se lançarem na praia as arêas provenientes da escavação; é porem certo que a final se prestou a Sociedade a mandar lançar os desentulhos em a localidade competente para não poderem ser levados pelas agoas, em damnificação da barra e porto. [...]”, sugerindo que se empregassem os préstimos de um Major Engenheiro colocado em Setúbal pelo Ministério da Guerra, o que não chegou a verificar-se.

Com efeito, tendo os trabalhos de escavação começado a 1 de Maio, os conflitos com o Capitão do Porto de Setúbal só se evidenciam no diário da 3.^a semana a partir do dia 18 de Maio de 1850, quando a condução da escavação estava entregue aos sócios Freitas e Gamito. Tendo o referido oficial verificado que nenhum deles se encontrava no local das escavações, o mesmo, de acordo com os referidos sócios, obrigou os trabalhadores “[...] a largarem o trabalho, e a fazer o que lhes pareceu mandar-lhes, ameaçando-os de autua-los se não cumprissem as suas ordens, o que elle verificaria pessoalmente indo lá todos os dias.” (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 33).

Mas tal não aconteceu, prosseguindo as escavações sem mais incidentes até à sua suspensão, a 1 de Junho de 1850, embora o processo de averiguações oficial tivesse continuado o seu curso, pois ainda a 28 de Maio era determinada a visita de um técnico da Inspecção Geral de Obras Públicas, que deve ter comparecido já depois de concluídas as escavações que terminaram no dia 1 de Junho, tendo remetido o seu relatório ao Inspector-Geral apenas a 10 de Junho de 1850.

Enfim, a elevada mão-de-obra necessária para os propósitos que se pretendiam atingir pesou decisivamente nas finanças da Sociedade. Apesar de, no Relatório de 1851 se ter considerado a possibilidade de se recorrer a um pequeno contingente de operários dado pela repartição de obras públicas, ou a algumas dúzias de braços de forçados das galés, o certo é que toda a mão-de-obra teve de ser contratada e paga pela Sociedade.

Esta questão deixou marcas nos membros da Sociedade, pois no diário relativo à 7.^a semana de trabalhos, de 11 a 16 de Novembro de 1850, podem ler-se as soluções apresentadas pelos relatores, os sócios Domingos Garcia Peres e António Dias de Azevedo para evitar novos protestos. Admitindo que não havia outro local para despejo das areias senão para o rio e “[...] para que os inexperientes que são sempre os que mais falão, e mais bulha fazem, não atribuão à Sociedade o desejo de ver a barra entulhada, é mister fazer um grande cais, ou amparo forte a essas areias, para o que é mister uma grande e firme estacaria [...]” (CASTELO-BRANCO, 1963, p. 11). Claro que para a construção da estacaria seria necessária a madeira que não foi possível arranjar e que tanta falta fez para a maior eficácia na evacuação das areias, como acima se referiu. Também naquele relato semanal se pediam mais duas dúzias de alviões e mais vinte pás de ferro que, como sabemos, jamais foram entregues pelo Ministério das Obras Públicas.

1011

1
V. Ex.^a Sr. — Com cumprimento das Ordens
de V. Ex.^a passei a Villa de Setubal para dali me diri-
gir ao sitio denominado Troia, afim de tomar conhecimento
das escavações que se estão fazendo a margem do rio no
referido sitio, e que effectuei na companhia do Sr. Capita-
ão do Porto Manoel Gonçalves Christovão, o qual me pres-
tou todos os auxilios ao seu alcance.

Passando depois a observar as escavações man-
dadas fazer pela Sociedade Archeologica Lusitana, cum-
pre-me dizer a V. Ex.^a que a vista da representação feita
ao Ministerio da Marinha pelo referido Sr. Capitão do
Porto, se tenho a acrescentar que a obra vai feita com mu-
ta irregularidade, por falta de pericia intelligente que diri-
ja os trabalhos, tendo estes sido principiaes junto ao mar
no sitio mais elevado do local, quando deverião ter começa-
do do Sul, por isso mesmo que offerece maiores vantagens
para a renovação das áreas, sem que estas causem prejui-
zo ao rio, como acontecia antes de ser intencionada a Socie-
dade para não continuar a mandar deitar para o Mar, não
se as áreas como tambem entulhos. He quanto tenho a
honra de expor a V. Ex.^a — Sala da Inspeção e Insua-
risação das Obras Publicas do Rio de Janeiro 10 de Junho de 1850.

Caetano José de Paula, Architecto

M. O. P.
ARQUIVO

Está Conforme. Secretaria da Inspeção
Geral das Obras Publ.^{as} de Junho 11 de Junho de 1850.

João Simão Jorge

Fig. 17 - 10 de Junho de 1850. Ofício do Arq. Caetano José de Paula ao Inspector-Geral de Obras Públicas com as observações que resultaram da sua inspecção às escavações. Arquivo Histórico do MOP.



1009
Ilmo. Sr. Conde de Tomar

29
11
Com D. Est. Off. re nota
para a Socied. se prestava a
dar melhor direccão a um
d. m. b. s. J. P.



Pelo Minist. do
Reino
Direccão G. de
Obras P. Off. nº
232 - P. 8º

Informando a V.
presença do
Cap. do Porto de
Setúbal, sobre a
maneira incon-
veniente por q.
a Sociedade Ch.
Archeologica Lusi-
tana fazia pro-
ceder as escava-
ções no sitio de
Troia, onde exis-
tira a antiga
Cetobriga.

sendo baixado a esta Inspeccão Local a
Off. do Ministerio do Reino de 28 de
Maio ultimo, e Sub. Inspect. Jac. Bento
de Souza Laranjeira, na minha assignatura, ex-
porre o Architecto Caetano José da Paes
da. De ter examinado o objecto da representa-
ção do Capitão do Porto de Setúbal, e ter
observado a irregularidade com que se
estava praticando as escavações, em
terreno pertencente a Sociedade Archeologica
Lusitana, na localidade conhecida por
Troia, e de se ter mandado a
Barba a Villa de Setúbal.

Na inclusa copia da informa-
ção do mesmo Architecto, está presente
a V. Ex. que o Capitão do Porto, tendo
da a razão, e mesmo obrigação de re-
presentar contra o prejuizo resultante
de se lançarem as terras das áreas
provenientes da escavação; e por em con-
to que a final se prestou a Sociedade a
mandar lançar os desenhos em
a localidade competente para não po-
derem ser levados pelas aguas, em dan-
nificação

Fig. 18 - 11 de Junho de 1850. Do Inspector-Geral de Obras Públicas para o Ministro do Reino, Conde de Tomar. Arquivo Histórico do MOP.

4 – CONCLUSÃO

Pode concluir-se que a Sociedade Archeologica Lusitana foi constituída com donativos que lhe permitiram de início intensa actividade, tanto de assinaláveis personalidades nacionais, como da vida intelectual e económica da então vila de Setúbal.

Porém, com o tempo, a cupidez dos investidores, que perceberam que daquelas explorações pouco ou nenhum lucro resultaria, e a falta de meios dos verdadeiros estudiosos e eruditos, ditou o progressivo declínio da sociedade, cuja modernidade se evidenciava até por permitir a entrada de senhoras, “[...] *que por seu amor às sciencias quisessem a ela associar-se.*” (CARVALHO, 1879, p. 75), e isto já em 1850! Foi, também neste aspecto, precursora das sociedades científicas mais avançadas da Europa, esclarecendo Almeida Carvalho que uma assembleia sem o atractivo das damas era como um ano sem Primavera ou uma Primavera sem rosas (*Ibidem*, p. 75). Porém, mesmo essa novidade não bastou para o lento e irrevogável declínio desta pioneira iniciativa científica, que hoje aqui se recordou, num preito de homenagem a todos quantos nela, esforçada e desinteressadamente participaram, representados pelo mais dedicado de todos eles, João Carlos de Almeida Carvalho.

AGRADECIMENTOS

À Mestre Isabel Carneiro pela documentação até ao presente inédita pertencente ao Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas relativa às escavações que a Sociedade Archeologica Lusitana que teve a gentileza de me facultar.

Às Dr.^{as} Patrícia Magalhães e Patrícia Brum, pela informação prestada aquando da apresentação pública desta comunicação em Setúbal sobre a taça metálica achada em Tróia e 1814 e reproduzida neste trabalho, pertencente à Fundação da Casa de Bragança, cuja origem, até época recente, se desconhecia.

À Doutora Joaquina Soares, pelo convite para a apresentação pública deste estudo na Conferência de encerramento do Ciclo de Comemorações do Bicentenário de Almeida Carvalho, realizada no Museu de Arqueologia e Etnografia da Associação de Municípios da Região de Setúbal.

REFERÊNCIAS

- (n/a, 1849) – Explicação de uma taça de prata de artefacto romano, achada nas ruínas da antiga Cetobriga no anno de 1814, e existente em casa do ex.mo sr. duque de Palmela. *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*. Lisboa. 1, p. 4-8.
- CARDOSO, J. L. (2014) – António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 11-44.
- CARVALHO, J. C. A. (1896) – A Sociedade Archeologica Lusitana. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa. Série III, 7 (5), p.70-75; (6/7), p. 82-92.
- CASTELO-BRANCO, F. (1963) – Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia de Setúbal. *Ocidente*. Lisboa. 65 (separata de 100 p.).
- COSTA, A. I. M. (1924, 1929, 1933) – Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 26, p. 314-328; 27, p. 165-181; 29, p. 2-31.

- MACHADO, J. T. M. (1962) – Como surgiu em Portugal a primeira sociedade de Arqueologia. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 9, p. 119-145.
- RELATÓRIO (1851) – *Relatório da Direcção da Sociedade Archeologica Lusitana apresentado em Assembléa Geral de 24 de Agosto de 1851*. Folheto impresso. Setúbal.
- RELATÓRIO (1856) – *Relatório da Direcção da Sociedade Archeologica Lusitana apresentado em Assembléa Geral de 21 de Dezembro de 1856*. Folheto impresso. Setúbal.
- RIBEIRO, J. S. (1879) – *História dos estabelecimentos scientificos literários e artísticos de Portugal*. Tomo VIII. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- VASCONCELLOS, J. L. (1895) – Excursão archeologica a Alcacer-do-Sal. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1, p. 65-92.

O TEMPLO PRÉ-ROMÂNICO DE SÃO GIÃO (NAZARÉ): BREVE SÍNTESE DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS E DOS RESULTADOS OBTIDOS

THE PRE-ROMANIC TEMPLE OF SÃO GIÃO (NAZARÉ): A BRIEF SUMMARY OF THE INVESTIGATIONS CARRIED OUT AND THE RESULTS OBTAINED

Carlos Fidalgo¹ & João Luís Cardoso²

Abstract

We present the historiography of the archaeological interventions carried out in the pre-Romanic church of São Gião (Nazaré). The economic and social evolution verified in the space in which it is inserted, based on the information of the abundant documentation of medieval and modern times, partly studied by several authors, is discussed.

Keywords: Portugal, pre-Romanic temple, São Gião.

1 – INTRODUÇÃO

A igreja de São Gião, localizada na freguesia de Famalicão, concelho da Nazaré, possui historial de trabalhos científicos bastante diversificado no que à sua cronologia histórica, artística e enquadramento geográfico diz respeito.

Na verdade, não se pode deixar de questionar porque é que no extremo ocidental da Península Ibérica se construiu, na Alta Idade Média, um pequeno templo, entre a serra da Pescaria, o mar e os campos agrícolas que ainda hoje conhecemos.

Essa é apenas uma das várias questões que, ao longo das últimas décadas tem vindo a ser estudada por historiadores, arqueólogos, engenheiros, arquitectos, entre tantas outras áreas do conhecimento mas que, apesar dos seus esforços, ainda não conseguiram decifrar o enigma deste pequeno templo de São Gião da Nazaré. Pequeno imóvel que, pelos documentos consultados, faria parte de uma propriedade cuja área ultrapassava em muito o que hoje conhecemos como “Quinta de São Gião”.

Se, por um lado, a pequena igreja de São Gião merece estudo transdisciplinar que agregue as várias áreas do saber para que definitivamente se consiga entender ou desvendar os mistérios que ainda encerra, por outro lado todo o território onde se implantava a quinta de São Gião poderá contribuir, também, para uma nova abordagem, em particular, por parte da arqueologia.

¹ Câmara Municipal da Nazaré. Coordenador do GGPC – Gabinete de Gestão do Património e Cultura. carlos.fidalgo@cm-nazaré.pt

² Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

O presente contributo inicia-se com uma breve análise territorial do local de São Gião, antes da identificação do excepcional valor histórico-patrimonial do imóvel por parte do arqueólogo Eduíno Borges Garcia. Não parece, com efeito, existirem grandes dúvidas quanto ao facto de São Gião dever sobretudo à arqueologia o conhecimento e a relevância histórica e patrimonial que possui, decorrendo desse facto a necessidade de agregar numa breve síntese as conclusões que consideramos mais importantes, com base nos trabalhos arqueológicos ali realizados.

De facto, os trabalhos de Eduíno Borges Garcia (1962 a 1978), Octávio da Veiga Ferreira (1981) e Luís Fontes (2000 a 2005)¹ demonstraram o valor excepcional daquele local que poderá remontar ao período da presença romana nesta zona do litoral estremenho.

Dedicar-se-á atenção à descoberta de moedas portuguesas na relação que pensamos possuir com o território onde se implanta a quinta de São Gião entre os séculos XII a XVI, sem prejuízo da importância da análise sobre a arquitectura do templo, envolvendo as obras de arte ainda existentes em São Gião e as que se encontram depositadas nas diversas instituições museológicas e/ou de investigação, assunto já abordado por um de nós (FIDALGO, 2013; FIDALGO, 2011, vol. I e II).²

Na certeza de que muito existe ainda por esclarecer sobre a igreja de São Gião, o presente trabalho tem como objectivo principal agregar e analisar a informação mais pertinente sobre o local de São Gião, em particular no respeitante aos resultados dos trabalhos arqueológicos ali efectuados, embora qualquer abordagem ao local de São Gião não possa ser efectuada isoladamente das dinâmicas territoriais ditadas pela Geografia humana e pela Geografia física, englobando esta última a evolução geomorfológica desta região litoral (FIDALGO, 2013, p. 19-58, 64-72, 113-127 e 136-160).³

2 – ACERCA DO TERRITÓRIO DE SÃO GIÃO

Parece conveniente fazer uma pequena reflexão sobre as menções ao local de São Gião na documentação e bibliografia conhecida antes do período em que Eduíno Borges Garcia identificou no terreno o templo dedicado ao dito santo.

Assim, consultada a documentação dos séculos XIII a XVI, não só a igreja de São Gião não aparece mencionada como, por oposição, as informações sobre as duas igrejas mais antigas implantadas na Pederneira daquelas épocas encontram-se referenciadas amiúde, revelando-se de grande importância a informação contida nesses documentos para a historiografia das origens da Pederneira⁴ e, por conseguinte, do concelho da Nazaré.

¹ Os espaços temporais apresentados correspondem às investigações de terreno relativas a São Gião e não às datas das respectivas publicações, pelos diversos autores.

² Ainda assim e como informação, note-se para este caso o Museu Dr. Joaquim Manso, que recebeu uma boa parte do espólio recolhido por Eduíno Borges Garcia, o Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, localizado em Braga, e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, também em Braga, locais de depósito do espólio encontrado durante os trabalhos de arqueologia levados a cabo por Luís Fontes. Quantos aos espólios encontrados por Octávio da Veiga Ferreira e por João Saavedra Machado, consultado o Museu Dr. Joaquim Manso, foi-nos informado que não tinham conhecimento de quaisquer espólios provenientes desses trabalhos, desconhecendo-se o paradeiro do mesmo.

³ Em trabalho anterior já foram abordadas estas temáticas.

⁴ Não se justifica a replicação integral dessa cronologia documental onde pontificam as várias igrejas que existiram na Pederneira, em particular, entre o século XIII e o século XVII. Sobre as igrejas da Pederneira, ver FIDALGO, 2012.

Assim, a igreja de São Pedro da Pederneira aparece primeiramente mencionada num documento datado de 1221 (COELHO, 1922, p. 203).

De 1342 é uma informação sobre uma igreja na Pederneira cujo orago era *Santa Maria* onde se revela que a propriedade da mesma "*He del Rey*" (GOMES, 2005, p. 279).

Em 1432 e 1434, são efectuadas duas visitas à igreja de Santa Maria da Pederneira (MARQUES, 1998, p. 199-208, 210-213, 215-216, 217-221, 226-228 e 230-232), notando-se que a igreja de São Pedro ainda existia e que o seu adro era o local preferido pela comunidade para enterrar os seus mortos (*Ibidem*, p. 211).

Apenas na primeira década de seiscentos, segundo a documentação consultada, surge a primeira referência a uma outra igreja, Santo André (FIDALGO, 2012, p. 65-80), mas sobre a igreja de São Gião as fontes documentais mantêm completo silêncio (BRITO, 1597, fls. 242v-246)⁵; já quanto ao local do mesmo nome, Iria Gonçalves, citando documentação consultada, refere⁶ que a "*Norte dos coutos, a primeira granja que se encontrava era a de Cós. Em carta de foro lavrada nos meados do século XIII, ficou dito que os moradores deviam estabelecer-se junto à granja e os terrenos que eles podiam agricultar confinavam com os desta; a Pederneira ficava entre as explorações monásticas da Torre de D. Framondo e da Pescaria.*⁷ Em 1283, a propriedade distribuída pelos cultivadores confrontava com ambas aquelas granjas, mas não se lhes sobrepunha; em 1275 já vários camponeses se haviam estabelecido na Ferraria, próximo de Maiorga, e quando nesse ano foi passada a escrito a delimitação das terras que podiam cultivar, o mosteiro reservou-se de tudo quanto pertencia à granja da Colmeias;⁸ alguns anos mais tarde, em 1303, ficou consignado que o termo da Maiorga retrocederia perante aquelas terras, tal como perante o chamado Cabeço de Abrantes, porque já anteriormente tinha sido incluído no termo de outra povoação; a Cela Nova foi, por assim dizer, criada em 1286, pois parece que no local não havia, então, povoadores e talvez não tivesse ainda sequer denominação própria. Mas a toda a volta do herdamento então delimitado para os futuros moradores vicejavam já granjas que a abadia teve o cuidado de deixar guardadas para si: mais uma vez as Colmeias, a Cela, o Bárrio, a Almuinha do Paio Rapaz, a Vestiaria; [...] mais para a beira-mar, a Cavalariça ainda em 1232 se guardava expressamente para a abadia; [...] junto ao rio Salir, as granjas do mesmo nome e da Mota ficaram durante bastante tempo separadas por uma área desabitada, que em 1321 os monges se propuseram valorizar chamando para aí moradores e criando uma povoação a que deram o nome de Barrantes; junto à concha de S. Martinho, a vila do mesmo nome levava o seu termo até às granjas de S. Gião e da Torre.⁹" (GONÇALVES, 1989, p. 137-140).

Seria, então, o local de São Gião, no primeiro quartel de trezentos, uma das granjas que o Mosteiro de Alcobaça, na sua política de povoamento e, conseqüente, aproveitamento agrário do vasto território herdado pela doação de D. Afonso Henriques a Bernardo de Claraal, tinha na sua posse? Mas, se assim for, por que

⁵ Pelo menos até à *revelação* de Frei Bernardo de Brito.

⁶ A citação é extensa, mas dada a importância da mesma, foi transcrita na totalidade, até porque o enquadramento que Iria Gonçalves nos apresenta transmite, também, uma bem elaborada cronologia de algumas granjas de Cister, entre elas, a da Pescaria e São Gião.

⁷ Ver-se-á mais à frente a importância destas duas referências, granja de D. Framondo e granja da Pescaria, para uma eventual cronologia de ocupação humana de São Gião, em particular da granja da Pescaria.

⁸ Onde estão hoje implantadas as termas da Piedade.

⁹ Refere-se, com certeza, a autora à granja localizada junto à Fortificação de D. Framondo. Sobre as confrontações destas três quintas/granjas note-se o que se disse acerca dos limites plasmados num dos documentos que menciona algumas das quintas do Mosteiro (FIDALGO, 2012, p. 21-23). No *Livro do Tombo da Quinta do Campo*, entre os dias 1 de Março de 1782 e o dia 25 de Abril de 1783, referem-se as quintas com as quais a quinta do Campo (Valado dos Frades) confrontava. Em cada uma delas é notada a existência de uma capela. Assim, verifica-se que na quinta do Campo, à data do referido *Tombo*, existia uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição que foi demolida. Na quinta da Torre das Colmeias existe ainda, embora já muito alterada por obras recentes, uma capela dedicada a Nossa Senhora da Piedade. Cf. *Livro do Tombo da Quinta do Campo*, 1782, fls. 14v-15 e fl. 16.

são omissas também as fontes sobre a igreja de São Gião, pelo menos até à *revelação* de Frei Bernardo de Brito? Qual a dimensão física dessa granja e onde se implantavam os edifícios, normalmente associados às necessidades de produção e tratamento dos produtos retirados da actividade agrícola e da pastorícia?

São muitas as questões que se colocam sobre este local, fruto talvez da quase total omissão nas fontes medievais, contrariamente ao que aconteceu com outros locais, dentro da zona coutada pelos monges brancos (GONÇALVES, 1989; BARBOSA, 1992; FIDALGO, 2012; MADURO, 2011).

Naturalmente que este “lapso documental” poderá indiciar o que Pedro Barbosa nota, quando, relativamente a esta problemática, refere que os “[...] *documentos alcobacenses que lhe dizem respeito são inexistentes até 1375. Não se afasta a hipótese de algum (ou vários) documento referentes à quinta de São Gião terem desaparecido. Mas o mais verosímil é que nunca tenham existido no cartório de Alcobaça.*”¹⁰ *E isto porque a quinta se situa [...] no termo da Pederneira, sobre qual Alcobaça tinha direitos senhoriais outorgados, pelos reis, mas cuja posse da terra lhe escapava.*” (BARBOSA, 1992, p. 52).

Na verdade, a referência à existência de uma granja/quinta não fornece, por si só, elementos suficientes sobre a tipologia do seu núcleo edificado, o que coloca novamente a dúvida quanto à dimensão, tipologia e funcionalidade dos edifícios e limites territoriais dessa granja.

Mais estranha se torna ainda a omissão da granja de São Gião no trabalho de J. Vieira Natividade, identificando o autor 14 granjas como já existentes no século XIV, sendo que a mais próxima da omitida São Gião, segundo o mapa apresentado pelo mesmo, é a granja do Valado (NATIVIDADE, 1944, p. 5-30)¹¹.

Por seu lado, Iria Gonçalves, além de mencionar, como se viu, a granja de São Gião, fez referência às explorações monásticas da Torre de D. Framondo e da Pescaria (GONÇALVES, 1989, p. 140).¹²

Ainda relativamente à identificação da quinta ou granja de São Gião nas fontes, verifica-se que António Carvalho da Costa, ao descrever o local da Serra da Pescaria, refere que “*Os mais lugares do termo da Villa da Pederneira sam, [...]. Para o Sul tem a Serra da Pescaria, que terá quinze vizinhos com huma Ermida dedicada a S. Julião, fabrica antiga, & com vários letreyros de letras Goticas, que foy do tempo do famoso Viriato, & depois, Mesquita de Mouros.*” (COSTA, 1712, p. 137).

Num outro documento, datado de 1721, menciona-se de novo o local de São Gião como sendo uma quinta pertencente ao “*Marques de Abrantes*”¹³ com uma “[...] *antiquíssima Ermida do dito Sacto [São Gião] que ha tradição teve seu principio muito poucos anos depoés da vinda de Cristo N. Senhor ao mundo [...]*”¹⁴

Naturalmente que poderá não se justificar a hipótese de ser São Gião quinta ou granja cisterciense, mas parece oportuno tentar fazer essa análise, dado que a mesma poderá ser pertinente para futuros trabalhos de arqueologia que não se limitem apenas ao interior e/ou à envolvente próxima da igreja.

Ao século XVIII pertencem alguns documentos que atestam tratar-se de uma grande propriedade com limites bem diferentes dos que possui actualmente.

¹⁰ A questão parece pertinente. Se não existiram documentos relativos a São Gião no Cartório de Alcobaça, será equacionável que este pequeno templo tenha passado ao lado de toda a documentação conhecida? Parece evidente a possibilidade da quinta de São Gião ter sofrido um processo de isolamento, talvez motivado pela questão do assoreamento da laguna da Pederneira, pela estagnação das águas e consequentes surtos epidémicos e, por fim, pela migração da população para norte, para a nova enseada que nos séculos XV-XVI se localizava em frente à serra da Pederneira.

¹¹ Vide Fig. 4.

¹² Vide Fig. 3. Fez-se menção a essas duas granjas, Torre e Pescaria, em trabalho anterior (FIDALGO, 2012, p. 18-26).

¹³ Sobre o 1.º Marquês de Abrantes, proprietário da quinta de São Gião, como referimos, consulte-se: AUGUSTO, 2009, p. 81-108. A autora refere que D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (19.10.1676-30.10.1733) foi “feito Marquês de Abrantes em 1718”. *Idem*, p. 92.

¹⁴ 1721 – ADLRA – Pederneira. *Noticias Remetidas à Academia Real debaixo da Real protecção do muito alto, e muito poderoso Rei N.º Sñr D. João 5.º*. Leiria, 1721, p.125-132 v.

Assim, nas *Memórias Paroquiais de Famalicão*, datadas de 1758, consta o seguinte:

“Tem a dita Serra [Pescaria] em si vários Casais¹⁵ e ao longo della, nas margens do mar, tem o Ex.^{mo} Marquez de Abrantes hũa quinta que produz em abundância trigo, milho, cevada, e outros legumes.

Junto ás Cazas da dita Quinta esta fundada hũa irmida consagrada em louvor de S. Gião e como esta totalmente se acha demolida e arroïnada por sua immemoravel antiguidade, mandou um D [?] vizitador em [capitulo] de vizita se transladasse o dito Santo p.^a a Igreja Parochial desta Freguezia, por achar indecente a existencia do dito Santo em Lugar tão improprio, com tão pouco veneração, e culto.”¹⁶

À parte as questões relacionadas com o estado de conservação da igreja de São Gião, o que importa nesta fase é perceber a real dimensão da quinta de São Gião. De facto, a referência à abundante produção de produtos agrícolas remete para uma propriedade cuja dimensão teria, com certeza, alguma expressão territorial, ainda que se possa aceitar que o núcleo urbano da mesma se confinasse aos imóveis que, na sua maioria,¹⁷ ainda hoje existem, com maiores ou menores alterações (Fig. 1).

De facto, as fontes documentais não nos fornecem referências geográficas suficientes que permitam formar opinião sobre os limites e real dimensão do território, deixando dessa forma um enorme vazio na informação, o que contribui para abordagens conjecturais, ainda que a consulta e análise das cartas cadastrais, plantas aerofotogramétricas e a preciosa, mas compreensivelmente insuficiente, ajuda do testemunho oral possam, de certa forma, colmatar essa falta de rigor geográfico na documentação medieval.

Posto isto e dada a dificuldade enunciada, releva-se o que se encontra descrito num documento datado de 1947, cuja autenticidade também não se coloca em questão.¹⁸



Fig. 1 – Indicação da quinta de São Gião e do Casal de São Gião. No extremo norte aparece o rio Alcoa e a sul o Salgado (cf. <URL: <http://www.tvciencia.pt/tvccat/pagcat/tvccat02.asp?varcota=CDI27911912&tit=Plano%20hydrographico%20da%20Enxada%20da%20Pederneira>> (acedido em 3.10.2015). A indicação gráfica dos dois locais é da responsabilidade dos Autores.

¹⁵ A sul da quinta de São Gião (núcleo urbano e eclesiástico) localiza-se o Casal de São Gião, conforme consta da planta que se apresenta (Fig. 1). A existência deste “Casal” poderá indicar a sua inclusão dentro dos limites da quinta de São Gião e, por conseguinte, a sua extensão até ao termo de São Martinho, apoiando a interpretação que Iria Gonçalves fez sobre as confrontações entre a quinta de São Gião e São Martinho.

¹⁶ 1758 – ADLRA – Famalicão. *Resposta aos Quesitos*. O assunto prende-se com uma Visitação efectuada em 1702 onde se refere o seguinte: “A irmida de Sam Gião mando que logo se tape por se me fazer queixa serve de curral de gado e o feitor que assiste na quinta donde está a dita hermida satisfará dentro em 15 dias com pena de excomunhão e tenha fechada de pedra e cal não a concertando para o que uzava o reverendo vigário da provisão que tem o Senhor Cardeal que Deos tem.” 1702 – *Livro das Vizitas Desta Igreja de N.ª Sr.ª das Areyas da Villa da Pederneira*. Espólio Documental do Museu Dr. Joaquim Manso, Nazaré, 1591, fls. 171-171v.

¹⁷ Segundo um dos proprietários da quinta de São Gião a casa de dois pisos foi construída na primeira década do século XX, sendo as restantes edificações mais antigas. A documentação consultada no âmbito da preparação deste trabalho atesta a pouca antiguidade desse edifício.

¹⁸ Foi facultada documentação de grande relevância sobre o local de São Gião. Contudo, os seus conteúdos inserem-se no estudo recentemente publicado por um de nós (FIDALGO, 2017).

Este será o único documento que descreve, de uma forma objectiva, a quinta de São Gião.¹⁹

Refere-se no documento:

“[...] *uma propriedade, denominada «Quinta de São Gião», composta de casas de habitação, de rez do chão e sótão, três palheiros, um celeiro, uma arribana, dois currais, casa de forno e forno de cozer pão, uma cocheira, casa das abegoarias, oficina de alfaias agrícolas, casa de arrecadação, um outro palheiro, um curral para gado caprino, eira de pedra e cal, um pôço de água nativa, dois tanques de alvenaria, terra de sementeira, quintal, mato e pastagens, a confrontar do norte com Rio Alcôa, sul com [X]²⁰ nascente com [Y] e poente com o mar [...].*”²¹ (Fig. 2).



Fig. 2 – Vista de Noroeste da actual quinta de São Gião. Foto de Carlos Fidalgo. Em segundo plano, ao centro pode ver-se parte da cobertura metálica que ainda protege e esconde a igreja de São Gião (23.10.2015).

O limite meridional da quinta, interpretando os dados constantes no documento em causa, situava-se junto ao Salgado, cerca de 2,4 km,²² extremo actual do Concelho da Nazaré, uma vez que o beneficiário da partilha a quem coube o Casal de São Gião “[...] *deveria dar passagem nas servidões e não impedir o curso das águas.*”²³

Pela mesma descrição percebe-se que a quinta de São Gião tinha o seu limite norte junto ao rio Alcôa, i.e., mais de 2 km de extensão, o que pode sustentar que esta quinta não se confinava ao casario existente junto à pequena igreja mas a um território muito mais vasto que o descrito neste documento, datado de 1947.

Em jeito de conclusão, e em abono do que se expôs, importa ter presente o que refere Borges Garcia sobre a eventual existência de uma torre a norte da igreja de São Gião: “*Se dermos crédito a Frei Bernardo de Brito, teremos notícias dum templo consagrado a Neptuno em S. Gião e também uma torre com facho para apoio à navegação, na foz do Alcôa*²⁴ para as bandas do que é hoje a Ponte da Barca [...]”.

Das muitas vezes que ali tenho passado, dei conta duma pequena elevação de textura superficial diferente do mar de areia circundante [...].

Na verdade, no Outono de 63, de regresso a S. Gião encontro num pequeno declive da «Torre» um pedaço de opus signinum...

Ali estava um indício do que escrevera Frei Bernardo de Brito!” (GARCIA, 1964, p. 4) (Fig. 3).

¹⁹ Em conversa com um agricultor daquela zona, obteve-se a informação “[...] *que a cerca de menos de um metro de profundidade parece existir uma zona muito dura de terreno onde a alfaia agrícola não consegue penetrar e que mais parece pedra meio solta mas grande.*”

²⁰ Omitem-se propositadamente os nomes de particulares que possuíam terras que confrontavam com esta quinta. O que importa para o presente estudo é a percepção da dimensão da quinta de São Gião fornecida pelo conteúdo deste importante documento de partilha por óbito do senhor [A]. Este documento possui, ainda, muita informação toponímica que um de nós (C.F.) analisará em trabalho futuro.

²¹ ADLRA – *Escritura de Partilha*, Nazaré, Partilhas, 1947, fl. 38, Livro n.º 464. Agradece-se ao Sr António Carreira Azeitona o facto de ter facultado este importante documento.

²² As distâncias apresentadas têm origem na quinta de São Gião.

²³ Cf. ADLRA – *Escritura de Partilha*, Nazaré, Partilhas, 1947, fl. 60v, Livro n.º 464.

²⁴ Limite indicado para a propriedade no documento de 1947.

Como veremos, Borges Garcia viria, através dos dados fornecidos por Bernardo de Brito, a descobrir o pequeno templo de São Gião, assim como aferiu da existência de *opus signinum* a “quase dois tiros de besta,²⁵ contra o Norte [...]”.²⁶ Releva-se, exemplificando, a possibilidade de existência de estruturas não só de cariz defensivo mas também de objectos ligados à prática agrícola nos campos adjacentes ao casario da quinta de São Gião. Com maior propriedade se sustentará essa possibilidade, quando se estudar antigo sistema de rega, indicado pelo proprietário daquela parcela junto à actual quinta de São Gião.

3 - TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS EFFECTUADOS NO TEMPLO DE SÃO GIÃO

3.1 - Eduíno Borges Garcia

Conforme referido anteriormente, o local de São Gião entenda-se desde a Ponte da Barca até à Praia do Salgado, abarcando as encostas nascente e poente da serra da Pescaria, onde se recolheram em diversas épocas vestígios de ocupação humana de cronologias distintas.²⁷

Deve-se a Eduíno Borges Garcia a identificação do pequeno templo de São Gião (GARCIA, 1962, p. 3-15). Nessa comunicação o Autor apresenta as primeiras impressões sobre o que viu na quinta de São Gião, ainda antes de iniciar os trabalhos realizados no interior do templo, referindo que “[...] guiado mais pelos escritos antigos do que pela informação oral, pude observar, medir e fotografar um túmulo de pedra (romano?) e um capitel de coluna com folhas de acanto (medieval).” (Ibidem, p. 8-9) (Figs. 4 e 5).



Fig. 3 – Em A localiza-se a igreja de São Gião. Em B assinala-se a possível localização da Torre referida por Frei Bernardo de Brito. (FIDALGO, 2013, p. 116). Foi possível verificar no local que, a existirem, os vestígios estariam debaixo de muito entulho que por ali se tem depositado.

²⁵ Um tiro de besta varia entre os 125 e os de 400 metros, pelo que na descrição de Frei Bernardo de Brito, a referida Torre deveria situar-se entre os 250 m e os 800 m a Norte de São Gião (FIDALGO, 2013, p. 113-116). Contudo, a distância da quinta ao extremo sul da ponte da Barca é muito superior, cerca de 1,96 km em linha recta, o que poderá indicar um erro na descrição de Frei Bernardo de Brito ou uma outra torre existente junto à embocadura da laguna da Pederneira. Não existe forma de o saber, posto que Borges Garcia não fez, que haja conhecimento, qualquer trabalho de arqueologia ou outra qualquer comunicação sobre esse *pequeno declive da Torre* que o mesmo refere ter encontrado.

²⁶ BRITO, 1597, fls.. 245v-246.

²⁷ Sobre a presença pré-histórica na região, assinala-se para a zona de Famalicão, as publicações, entre outras, de Manuel Heleno (HELENO, 1938, 1953) e de Eduíno Borges Garcia (GARCIA, 1962, p. 3-15).



Fig. 4 – Sarcófago a que Borges Garcia faz referência (GARCIA, 1962). Este túmulo encontra-se em exposição permanente no Museu Dr. Joaquim Manso, na Nazaré.



Fig. 5 – Dois pormenores da igreja de São Gião desde logo salientados por Eduíno Borges Garcia: capitel com folhas de acanto e arco peraltado (GARCIA, 1962).



Desde logo Borges Garcia debate-se com um conjunto de interrogações que viriam a justificar o seu interesse pelo estudo daquele edifício.

Refere Borges Garcia que “[...] *das muitas visitas que efectuei à Quinta de S. Gião pude observar uma coluna com capitel ornamentado com folhas de acanto. Pude verificar que a coluna servia de apoio a dois arcos redondos.*

A escultura, embora rude, não há dúvida que é constituída por folhas de acanto e, por isso, cremos tratar-se de elemento visigótico.” (GARCIA, 1962, p. 13). Também a existência de uma porta despertou o interesse de Borges Garcia que a classificou como sendo um dos raros exemplares da arquitectura árabe (*Ibidem*). Com a publicação destes, achados, a pequena *casa*,²⁸ localizada na quinta de São Gião,²⁹ viria a justificar um processo de revisão da presença visigótica na estremadura litoral e, mais importante, também no âmbito peninsular. Assim, dada a importância da descoberta, os estudos prosseguiram nos anos seguintes; numa comunicação apresentada ao *III Colóquio Portuense de Arqueologia* (GARCIA, 1965, p. 5-7) em 1964, Borges Garcia sustenta a sua opinião sobre a cronologia pré-românica do edifício, valorizando alguns elementos arquitectónicos e acrescentando informação sobre a descoberta de “[...] *desenho em relevo de três cruces de braços iguais em cada uma das impostas deste arco [...]*” (*Ibidem*, p. 7),³⁰ concluindo que “[...] *embora não tenha sido ainda possível um estudo arqueológico mais profundo destes vetustos edificios, estou porém convencido ter descoberto as ruínas dum templo cristão visigótico, assente em local onde primitivamente os romanos assinalaram a sua passagem.*” (*Ibidem*).³¹ Em 1966, é de sua autoria um trabalho de síntese em que compara o templo por si identificado a São Pedro de Balsemão (Lamego) e San Juan de Baños (Espanha), reafirmando tratar-se de uma construção visigótica, abrindo deste modo novas perspectivas sobre a arte e a arquitectura dessa época em Portugal

²⁸ Segundo Borges Garcia os trabalhadores da quinta chamavam “Ermida” à casa onde hoje se encontra a igreja de São Gião (GARCIA, 1964, p. 5).

²⁹ Note-se que Borges Garcia nesta comunicação não utiliza o nome “Igreja” mas sim “edifícios”. Esta evidência pode contribuir para o desconhecimento que Borges Garcia tinha sobre o que estaria no interior daqueles “pardieiros”, como lhes chama.

³⁰ Admite-se que Borges Garcia se referisse às impostas existentes na *Iconóstase*.

³¹ Recorde-se que a ligação de São Gião ao período romano era já indicada por Frei Bernardo de Brito. Contudo, essa informação necessitava de ser comprovada (BRITO, 1597, fls. 242v-246).

(GARCIA, 1966). É nesta altura que, motivado por um lado pela necessidade de sustentar essa suspeita, e por outro, pela evidente importância científica da identificação de um templo visigótico na região em causa, que Eduíno Borges Garcia passou a publicar com o Prof. Fernando de Almeida os resultados das suas pesquisas, decisão justificada pelo facto de este último ter então acabado de dar à estampa a sua tese de doutoramento sobre a Arte Visigótica no território português (ALMEIDA, 1962).

Assim se compreende que os resultados da campanha de Agosto de 1965 (Fig. 6) fossem já publicados em co-autoria pelos dois arqueólogos, confirmando-se a atribuição do edifício a um templo visigótico (ALMEIDA & GARCIA, 1966).

Nessa campanha realizou-se a abertura dos vãos laterais da já referida *iconóstase* (FIDALGO, 2013, pp. 121-122; 140-142 e 155-157),³² após trabalhos de remoção do emparedamento que os ocultava e procedeu-se à recolha de moedas portuguesas datadas desde o século XIII ao XV e à identificação de um novo “[...] *túmulo, sem espólio e de violação menos evidente* [...]” (ALMEIDA & GARCIA, 1966, p. 406-407) .

Eduíno Borges Garcia, numa conferência proferida em Alcobaça muito mais tarde (GARCIA, 1978),³³ sintetizou os resultados dos trabalhos de arqueologia que ali decorreram, concluindo-se que a intervenção de Borges Garcia e de Fernando de Almeida relevou dois aspectos fundamentais daquele local: a arquitectura do edifício e os elementos decorativos encontrados no seu interior ou nas imediações próximas.

A reabertura dos vãos interiores que, como já referimos, terão sido tapados em 1702, permitiu a descoberta de vestígios de ocupação humana daquele espaço, desde o período romano até ao século XVIII, período em que terá sido decidido fechar a igreja ao culto.

Aqueles trabalhos viriam, até aos dias de hoje, a alimentar a discussão sobre a datação atribuída à igreja, fruto da descoberta e análise comparativa dos elementos decorativos mas também, em particular, de um elemento arquitectónico e estrutural existente entre a nave central e o cruzeiro, a *Iconóstase*, permitindo ao Autor concluir que São Gião seria um templo monástico visigótico do século VII (656-665 d.C.), possuindo algumas particularidades arquitectónicas que fornecem indicações quanto às práticas litúrgicas da época.

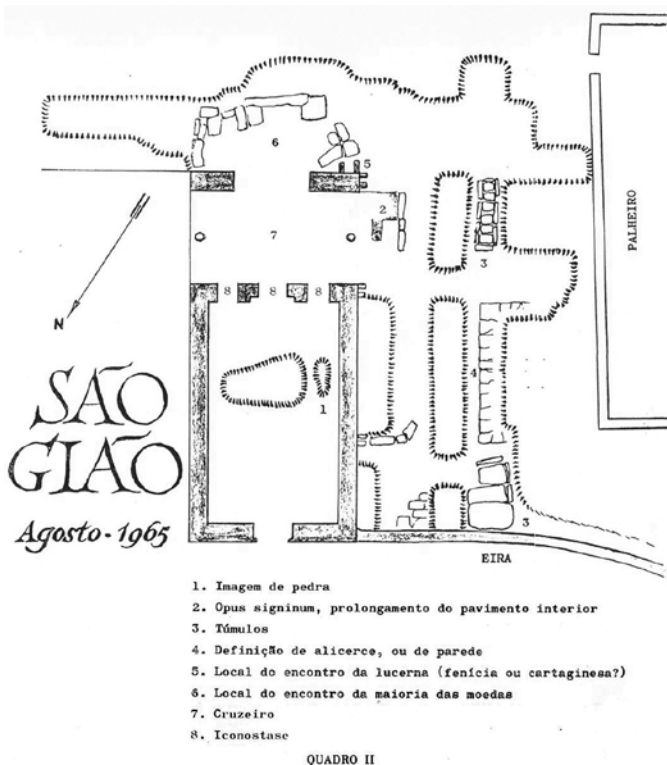


Fig. 6 – Localização dos trabalhos arqueológicos efectuados em 1965 por Eduíno Borges Garcia e Fernando de Almeida (ALMEIDA & GARCIA, 1966).

³² Confira-se, ainda, o II vol. da dissertação de mestrado em Estudos do Património de um de nós (C.F.) apresentada à Universidade Aberta, sob orientação do segundo signatário, em particular o capítulo “A Arquitectura de São Gião”, p. 35-65.

³³ Na verdade os trabalhos sucessivamente publicados por Eduíno Borges Garcia acabam por constituir sínteses actualizadas de trabalhos anteriormente publicados. Por esse motivo, a informação encontra-se, por vezes misturada, dificultando a interpretação das datações e dos dados contidos nas várias comunicações proferidas.

Assim, o “anteparo”, “cancela” ou “iconóstase” é impar na arquitectura visigótica peninsular, tal como a “tribuna”, dado que os exemplares que se conhecem são do século IX d.C.

Os trabalhos de arqueologia em São Gião da Nazaré realizados por Borges Garcia, juntamente com D. Fernando de Almeida produziram informações que viriam a despertar a atenção de outros investigadores. Entre eles, destaca-se Helmut Schlunk, que abordou, em comunicação apresentada em 1970 em Coimbra, ao II Congresso Nacional de Arqueologia a relação entre as práticas litúrgicas pré-românicas vigentes em São Gião e as características arquitectónicas ali evidenciadas (SCHLUNK, 1971), as quais estiveram na origem das considerações expendidas por Borges Garcia em 1978, acima apresentadas.

3.2 – Octávio da Veiga Ferreira e João Saavedra Machado

A segunda intervenção arqueológica ocorrida em São Gião decorreu sob a direcção do Doutor Octávio da Veiga Ferreira coadjuvado pelo Dr. João Saavedra Machado. A parceria entre estes dois arqueólogos explica-se pelo facto de o primeiro ser então arqueólogo da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), tendo a sua presença no local sido justificada pelo convite que lhe foi dirigido pelo então Director do Museu da Nazaré o seu colega e amigo Dr. João Saavedra Machado.

Os trabalhos de escavação iniciaram-se no dia 1 de Setembro de 1981 (FERREIRA & MACHADO, 1981) e tiveram como objectivo a prospecção “[...] *no lado sul da Igreja [...] para esclarecer o que havia sido encontrado em 1968 e de que não havia nenhum relato.*” (GARCIA, 1978, p. 1)³⁴ (Fig. 7).

Da análise do relatório verifica-se o aparecimento e estudo de uma série de elementos que abrangem vários períodos temporais desde possivelmente o Paleolítico Médio até ao século XVIII.

Se os vestígios da presença romana eram, até aqui, os mais antigos, a descoberta de um núcleo de sílex atribuído ao Paleolítico Médio (FERREIRA & MACHADO, 1981, p. 2) relançou a discussão sobre a ocupação humana naquele local.

Releva-se o estudo que foi feito no âmbito dos túmulos e da fauna malacológica e mamológica, de interesse para o conhecimento da alimentação das sucessivas populações que habitaram o local, sem prejuízo de algumas, ou mesmo da totalidade das conchas resultar de um processo natural de acumulação.³⁵



Fig. 7 – Fachada Noroeste da igreja de São Gião aquando dos trabalhos de Octávio da Veiga Ferreira e João Saavedra Machado (FERREIRA & MACHADO, 1981).

³⁴ Não deixa de ser curioso a referência a trabalhos de arqueologia no ano de 1968 em São Gião sem qualquer registo escrito. Na verdade, na consulta efectuada dos trabalhos de Borges Garcia, não se encontrou qualquer referência a trabalhos efectuados nesse ano.

³⁵ Em 1842 António Almeida Salazar refere: “*O grande campo que fica entre as ditas pontes [refere-se às pontes da Barca, que eram mais do que uma, segundo uma acta da Junta da Paróquia da Pederneira datada de 1866], e o mar [vulgo a Algerifeira] por ser muito baixo, e estar sujeito às inundações do rio, e mar, está quasi todo inculto.*”

Ainda antes de se abordarem as notícias sobre os túmulos e as ossadas encontradas, considera-se importante fazer referência aos vários achados que permitem uma revisão sobre a presença humana naquele local.

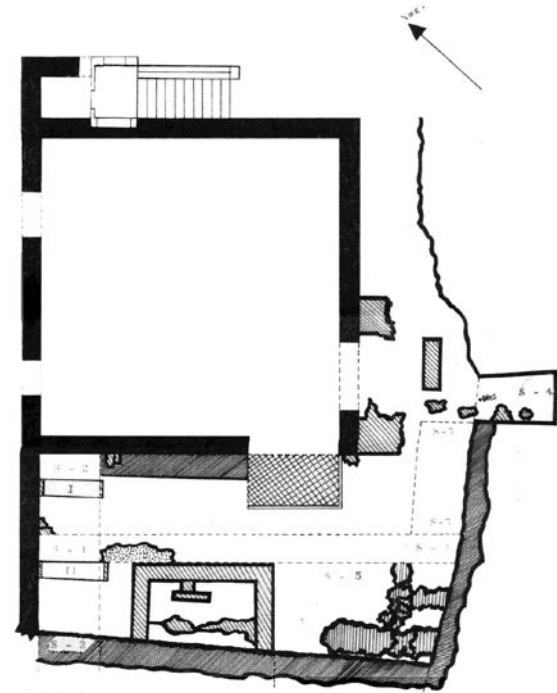
Assim, com base nas classificações então apresentadas dos espólios exumados, dado que agora não foi possível efectuar a localização dos mesmos, assinalou-se a existência de produções cerâmicas romanas, de vários fragmentos com bordos considerados característicos dos séculos V a VII d.C.; de uma *mealha*³⁶ da 1.^a Dinastia; de um fragmento de cerâmica vidrada verde (Mudéjar); e de um fundo de vasilha do século XVIII (*Ibidem*, p. 1- 4).

Desperta a atenção a referência a espólios da 1.^a Dinastia que poderá contribuir para o tão discutido assunto sobre o ermamento desta zona da Estremadura litoral, neste caso, no período entre o segundo quartel do século XII e o último quartel do século XIV.

Também o estudo das sepulturas encontradas por Eduíno Borges Garcia e a descoberta de “*sepulturas ainda invioladas*” (*Ibidem*, p. 4) constituem elementos de interesse para o conhecimento arqueológico de São Gião (Fig. 8): “*A sepultura que denominamos n.º 1 tinha sido destruída na parede sul da mesma. Esta sepultura está orientada E-W. Aqui foi feito um buraco tendo sido arrancadas todas as pedras que faziam parte duma grossa parede, muito possivelmente a parede da nave sul da Igreja, assim como a parede da sepultura que era de alvenaria com argamassa.*” (*Ibidem*, p. 4).

Observada a planta de implantação e organização dos trabalhos³⁷ verifica-se que esta sepultura [1] se encontra numa área que muitos autores defendem como fazendo parte integrante da igreja, as naves laterais, de ambos os lados da nave central (*Ibidem*, vol. II, p. 35-65).

Foi encontrada mais uma sepultura violada e “[...] *por detrás [sic] da Igreja foi encontrada uma ossada de uma criança de cerca de 4 anos que, segundo nos pareceu, havia sido esmagada pela derrocada da abside da Igreja. cremos que o esqueleto desta criança é bem mais moderno que os das sepulturas.*” (Fig. 9).



- LEGENDA**
Simbologia
- - PAREDES DA IGREJA E MURO
 - ▨ - FALÇUES
 - ▩ - CINZEIRO
 - ▧ - PEDRAS
 - ▦ - SEPULTURAS (I e II)
 - ▥ - LAGES TUMULARES DE CEMITÉRIO
 - ▤ - COBERTURA ANTIGA PARA SUBSTITUIR

Fig. 8 – Implantação dos trabalhos efectuados em 1981 por Octávio da Veiga Ferreira e João Saavedra Machado e das estruturas identificadas (FERREIRA & MACHADO, 1981).

Todos aquellos campos foram antigamente mar, e todos elles são rotos, porque em toda a parte que nelles se cave, em mais ou menos altura se descobre arêa, e conchas como as das praias que estão juntas ao mar: é tanta a antiguidade d'algumas dellas, especialmente das conchas d'ameijoas, e bribigões, que eu as vi, e tive em minhas mãos já podres, ou reducidas a uma espécie de cal branca!" (SALAZAR, 1842, p. 580).

³⁶ Mealha, segundo Viterbo, “*Não era uma moeda cunhada de per si; era metade de um dinheiro, partido com faca, tesoura ou outro instrumento. De ser metade do dinheiro se disse mealha. [...] No tempo d'el-rei D. Manuel se extinguiram as mealhas.*” Cf. VITERBO, 1966, p. 396. Por mealha entende-se, também, “[...] *moeda de cobre, equivalente a meio ceitil.*” Cf. *Lexicoteca: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1985, Tomo II, p. 111.

³⁷ Vide Fig. 9.



Fig. 9 – Vista do esqueleto de criança a que foi atribuída a idade de 4 anos (FERREIRA & MACHADO, 1981).



Fig. 10 – Duas sepulturas invioladas postas a descoberto nas escavações de 1981 (FERREIRA & MACHADO, 1981)



Fig. 11 – Aspecto da escavação, em 1981, de uma das sepulturas da Fig. 10, observando-se, do lado esquerdo, O. da Veiga Ferreira (cortesia do Museu Municipal Dr. Joaquim Manso, da Nazaré).

Não existem elementos para datar a derrocada da abside central pelo que não é possível datar o esqueleto da criança a que se refere Octávio da Veiga Ferreira, na falta de restos susceptíveis de datação pelo radiocarbono, o que se afigurava de grande importância. Foram ainda encontradas e registadas mais duas sepulturas: “[...] duas sepulturas tapadas com grandes lajes e que parece não terem sido violadas pelos antigos escavadores.” (Ibidem, vol. II, p. 35- 65) (Figs. 10 e 11) ³⁸

Os escavadores preocuparam-se com a preservação da área escavada, a qual ficou protegida “[...] com placas de «platex» e plástico com uma camada de terra por cima para proteger o «chantier» de possíveis depredadores. Também o circuito da escavação vai ser vedado com arame farpado.” (FERREIRA & MACHADO, 1981, p. 4).

Para uma correcta interpretação dos motivos que determinaram as escavações realizadas em 1981, importa ter presente que o processo administrativo de São Gião³⁹ entre o Estado e os proprietários decorria há já 10 anos, pelo que o local estaria abandonado e sujeito a acções de vandalismo que teriam estado na sua origem. Os trabalhos de arqueologia em São Gião da Nazaré viriam a ter continuidade apenas 19 anos depois sob a direcção de Luís Fontes, já depois de efectuada a classificação do templo como Monumento Nacional, em 1986.

³⁸ Com certeza referindo-se aos trabalhos de Eduíno Borges Garcia.

³⁹ Agradece-se ao Sr. Eng.º A. Monteiro o empréstimo de toda a documentação sobre o processo de aquisição, por parte do Estado, da igreja de São Gião. A informação constante nessa documentação é de grande importância para um futuro trabalho que, na nossa opinião, poderá explicar o estado de ruína avançada em que se encontra essa mesma igreja.

3.3 – Luís Fontes

Os trabalhos de arqueologia efectuados em São Gião sob a responsabilidade de Luís Fontes iniciaram-se no ano 2000 e viriam a repetir-se nos anos de 2001 e 2002, tendo o seu *terminus* no ano de 2005.⁴⁰

Os trabalhos efectuados no ano de 2000 tiveram como objectivo a avaliação da extensão e estado de conservação das ruínas, através da limpeza de entulhos, lixos e vegetação arbustiva que as ocultavam, incluindo as que foram postas a descoberto em anteriores escavações, a par de registos preliminares das estruturas e estratigrafias arqueológicas, tendo em vista seleccionar zonas para a realização de sondagens (FONTES, 2000).

Nesta “Fase I”, conforme consta da documentação consultada e indicada abaixo, constatou-se que as medidas de protecção anteriormente tomadas não resistiram à acção humana e dos elementos.

A “[...] *leitura atenta das estruturas e estratigrafias permitiu perceber a existência de vestígios nunca antes referenciados, designadamente: modificações na arquitectura da cabeceira do templo; um pavimento de opus signinum exterior ao templo da sua banda Este; e estruturas indefinidas sob as sepulturas que se haviam já identificado na banda sul.*” A segunda intervenção [2001] focar-se-ia na estabilização do imóvel através da substituição da estrutura de escoramento, interior e exterior, acompanhada do registo pormenorizado dos dados correspondentes (FONTES, 2001). Merece destaque nesta “Fase II” dos trabalhos a referência a ruínas no subsolo do templo, encontradas após a realização das microestacas. Os trabalhos realizados em 2002 (Fase III) permitiram confirmar uma cronologia de ocupação do edifício a partir da análise de estruturas construtivas pré-existentes, avançando com um intervalo temporal para o abandono do edifício primitivo em torno dos séculos V-VI, tendo-se posteriormente edificado no mesmo local o templo cristão (FONTES & MACHADO, 2010), confirmando-se “[...] *a existência de restos de um edifício (paredes + pavimento «opus»), cujo abandono está associado a cerâmicas calcíticas tardo-romanas [...]*”.

Determinaram-se “[...] *três fases construtivas para o templo cristão: [edifício actual] uma primeira correspondente ao edifício com nave central, transepto e abside, mais alas laterais compartimentadas; uma segunda, com acrescentamento de compartimento lateral na cabeceira e pavimentação com «opus» desenhando uma espacialidade em cruz latina, acrescentando-se-lhe também espaços sepulcrais com caixas de enterramento trapezoidais; uma terceira fase corresponde a adaptações parciais, como a abertura do altar lateral da nave. Determinou-se a sequência pós-abandono do templo, identificando-se a construção de um primeiro anexo acrescentado a norte e depois a sua ampliação com a edificação de um piso superior.*”

Os trabalhos de Luís Fontes viriam a terminar no ano de 2005 com o acompanhamento arqueológico no âmbito do “[...] *desenvolvimento do projecto de engenharia para [a] consolidação estrutural do monumento.*” (FONTES, 2005) (Fig. 12).

Assim se revelaram novas evidências relativamente à arquitectura do edifício existente, bem como novos elementos acerca da existência de uma estrutura romana, abaixo da cota de soleira do edifício actual, abandonada cerca do século V-VI.

Presentemente, o edifício mostra sinais evidentes de acelerada ruína, pelo que uma intervenção global, com a recuperação e consolidação integral do mesmo se afigura urgente.

Conforme aconteceu com a protecção das zonas anteriormente escavadas, também as escavações efectuadas por Luís Fontes foram protegidas por tela e por um estrado de madeira, que hoje não passa de uma estrutura arruinada pela falta de manutenção continuada.

⁴⁰ Correspondentes à “Fase I, Fase II, Fase III e, por fim, Fase IV.” <URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=projectos.resultados&subsid=160502>> [lem linha](#)]. (acedido em 03.10.2015).

4 - DISCUSSÃO

Destaca-se, entre os achados, a presença de moedas portuguesas que poderão contribuir para a continuidade do estudo da ocupação humana daquele local entre o século XII e o século XVI. Assim, verifica-se que Eduíno Borges Garcia refere o aparecimento “[...] *de moedas portuguesas, datadas, desde o século XIII ao século XV.*” (GARCIA, 1966, p. 406). Também Octávio da Veiga Ferreira refere o aparecimento de “[...] *uma mealha da 1.ª dinastia.*” (FERREIRA, 1981, p. 3).

Por fim, Luís Fontes propõe “[...] *uma cronologia [de ocupação] alargada entre os finais do século XII e os meados do século XVI, com base, entre outras evidências, nas moedas portuguesas recolhidas em contextos associados (a mais antiga um dinheiro de D. Sancho I e a mais recente um ceitil de D. João III [...]).*” (FONTES & MACHADO, 2010).

Observados os períodos temporais, verificamos que as moedas encontradas abrangem um espaço temporal entre a última metade do século XII (moeda de D. Sancho I – 1185-1211) e o reinado de D. João III (1521-1557).⁴¹

O espaço temporal apresentado acima levanta um conjunto de questões que poderão contribuir para uma percepção, ainda que discutível, sobre a utilização contínua do edifício em particular e do local de São Gião em geral.⁴²

Se a primeira datação poderá colocar o local de São Gião da Nazaré como já existente no reinado de D. Sancho I,⁴³ a segunda é contemporânea de um acontecimento já iniciado há alguns séculos, que viria a influenciar toda a dinâmica social, económica e eclesiástica desta região: os constantes assoreamentos da barra da laguna da Pederneira e, por fim, a colmatação do espaço lagunar obrigaram as populações, não só as do núcleo medieval da Pederneira mas também de todas as comunidades que, vivendo da pesca na laguna, se viram obrigadas a acompanhar o retrocesso das águas marítimas, dando continuidade, dessa forma, a uma actividade que já vinha de tempos mais recuados. Parece, por isso, que as alterações geomorfológicas e climáticas terão sido fundamentais ou mesmo iniciadoras de um conjunto de processos que viriam a colocar em particular o local de São Gião, numa situação de isolamento geográfico e, por conseguinte, social, económico e eclesiástico.

É neste contexto que a descoberta das moedas portuguesas encontradas em São Gião poderá despoletar uma interessante análise que, remetendo para o período entre 1185⁴⁴ e 1557, faça questionar a omissão daquele local nos documentos alcobacenses até 1375 (BARBOSA, 1992, p. 52).



Fig. 12 – Estado actual da cobertura que deveria proteger a igreja dos factores climáticos. Note-se a existência de pilaretes de betão, fundados no terreno, nos quais se apoia a estrutura.

⁴¹ Segundo Luís Fontes.

⁴² Qualquer análise sobre esta questão não deverá esquecer a dinâmica social, económica e, fundamentalmente, geomorfológica da laguna da Pederneira.

⁴³ Ter-se-á de levar em conta a descoberta da “Mealha da 1.ª Dinastia”, encontrada durante os trabalhos de Octávio da Veiga Ferreira e Saavedra Machado, que poderá transportar-nos para períodos anteriores aos finais do século XII.

⁴⁴ Início do reinado de D. Sancho I, como já se referiu.

De facto, não parece ser aceitável que a antiguidade da igreja de São Gião, estudada e plasmada em vários trabalhos de inquestionável valor científico, possa ter passado por um processo de omissão nas fontes primárias, em particular nas que se referem a esta zona da Extremadura litoral, deixando à arqueologia o ónus da sua descoberta e, acto contínuo, da sua análise cronológica (ZOREDA & LARA, 1999; SOUTO, 1969; SCHLUNK 1971, p. 509-528; HAUSCHILD, 1986; ZOREDA, SÁINZ & AGUDO, 2003, p. 75-79).

Na verdade, documentação dada a conhecer há poucos anos sustenta a necessidade emergente de desenvolver um processo de pesquisa nos arquivos nacionais, mormente na Torre do Tombo, de forma a aferir, ou não, se o local de São Gião da Nazaré foi de facto *esquecido* pelos monges brancos de Alcobaça, à excepção de Frei Bernardo de Brito que, como sabemos, despoleta o processo em finais da centúria de quinhentos!

É, pois, através de Saul António Gomes que nos é permitido o conhecimento de um documento que relata uma querela entre Santa Cruz de Coimbra e o Mosteiro de Alcobaça que muito interessa a este estudo.

Segundo o investigador, “*O processo refere-se à Granja da Pescaria (na Serra do mesmo nome,⁴⁵ a sul da Pederneira) e ainda o lugar da Concha (que identificamos como correspondendo ao topónimo moderno de Concha de S. Martinho do Porto).*”

Este processo poderá inserir-se naturalmente no contexto das contendas entre ambas as instituições (Mosteiro de Alcobaça e Mosteiro de Santa Cruz) travadas já na década de 1180, em cuja conjuntura, aliás, se elaborou um documento datado de 1183, pelo qual D. Afonso Henriques ampliou e delimitou, com mais precisão, os limites do couto alcobacense.

Estas confirmações pontifícias não agradaram seguramente a Santa Cruz de Coimbra que defendia ser a Granja da Pescaria fundada pelos habitantes de Leiria, paroquianos de Santa Maria da Pena, matriz do priorado, sob comando dum tal Paio Velho que se teria instalado em Alcobaça, antes de 1152-1153, ali organizando as actividades produtivas e também na Granja da Pescaria e nos olivais e vinhas da Concha de S. Martinho.

Diz em suma, o fragmentado processo, que nos últimos quarenta anos os Cistercienses tinham recebido para sepultura paroquianos de Santa Maria de Leiria, pescadores e outros que se haviam fixado na Granja da Pescaria e ali construíram as suas casas e pousadas. Argumentava-se que antes de Alcobaça ter sido fundada, e o seu couto estabelecido, a Granja da Pescaria era da jurisdição de Santa Cruz de Coimbra, tendo-lhe sido retirada por D. Teresa, por autoridade de seu pai D. Afonso Henriques a fim de ser coutada no Mosteiro de Alcobaça.” (GOMES, 2004, p. 29).

O documento datado de [1193 e/ou ca. 1209] (GOMES, 2000, p. 54) dá a quinta da Pescaria como já existente, para o que nos importa, no período do reinado de D. Sancho I, sublinhando-se, como veremos, a proximidade geográfica desta quinta com a de São Gião, omitida nesse processo.

Essa proximidade geográfica assim como a omissão nas fontes poderá indiciar que a quinta da Pescaria teria os seus limites alargados até ao oceano e que, por isso mesmo, a pequena igreja de São Gião faria parte dessa quinta, não existindo enquanto topónimo de lugar.⁴⁶

Notámos atrás que as quintas e ou granjas possuíam, na sua maioria, uma capela dedicada a um determinado orago. Assim, não estaria a pequena igreja de São Gião inserida nos domínios da quinta da Pescaria?

⁴⁵ Deixa-se o aprofundamento da presente abordagem para uma futura oportunidade, uma vez que a sua apresentação ultrapassa os objectivos sintéticos deste estudo.

⁴⁶ Em jeito de advertência, sempre se dirá que o Topónimo de Lugar é diferente de um topónimo associado, para o nosso caso, a uma igreja, normalmente associado a um orago, como parece ser o caso de São Gião. De qualquer das formas, não raras vezes o Orago dá origem ao Topónimo de Lugar.

Pedro Gomes Barbosa, baseado nas cartas de Honório III e da de Gregório IX, assinala, para o ano de 1227, a existência, entre outras, das seguintes granjas “[...] *Torre de Framundo, Pescaria, [...] Valado* [...]”.⁴⁷

Em 1296, no âmbito da demarcação das igrejas do couto alcobacense, à igreja de Pederneira ficam anexos os locais da Serra da Pescaria e a Granja do Valado com seus termos (BOAVENTURA, 1827, p. 41).

Iria Gonçalves, como vimos, nota a existência da granja de São Gião e da Pescaria, mas já no primeiro quartel do século XIV (GONÇALVES, 1989, p. 140),⁴⁸ altura em que os limites do couto alcobacense já se encontravam praticamente estabilizados (GONÇALVES, 1989, p. 355-356).⁴⁹

Pedro Gomes Barbosa, também para o século XIV, não indica a quinta de São Gião num mapa onde agrega, segundo a documentação consultada, as “[...] *Granjas citadas nos documentos papais* [e as] *Granjas referidas nos documentos, até 1325*.” (BARBOSA, 1992, p. 354, Mapa1 1).

Dado o silêncio das fontes que não permitem tecer uma opinião sustentada sobre a relação entre a quinta da Pescaria e o local de São Gião, torna-se pertinente uma análise aos factores climatéricos ocorridos em finais do século XII, inícios do século XIII e, sobretudo, no século XIV, de forma a aferir de uma eventual alteração geográfica, social e económica que, assim como aconteceu com a Pederneira (FIDALGO, 2012, p. 27-53), possa ter mudado a geografia física e humana daquela zona entre a laguna e o oceano.

De facto, os últimos anos do século XII caracterizaram-se por Invernos rigorosos e pluviosos seguidos de Verões secos e prolongados (TAVARES, 2004, p. 464), condições nada favoráveis para a agricultura e, por conseguinte, para a manutenção do nível de produção das várias quintas do Mosteiro, ainda que se considere que o sistema de exploração deveria encontrar-se no seu início, dado o espaço de tempo entre a implantação/construção do mosteiro e toda a logística necessária à gestão do território que lhe estava adstrito.

O local de São Gião que, como nota Almeida Salazar (SALAZAR, 1842, p. 556), beneficiava dos bens vindos da terra mas também do mar, deverá ter passado por esse processo de uma substancial diminuição produtiva. Mas, se isto se aplica ao local de São Gião, na nossa opinião, com maior propriedade se deverá ter feito notar na quinta da Pescaria.

A quinta da Pescaria, localizada na vertente oriental da serra do mesmo nome, outrora junto ao espaço lagunar, estaria exposta não só às crises produtivas provindas das actividades agrárias que lhe deveriam vir do território onde se implantava, mas também dos ares poucos saudáveis e dos recursos marinhos cada vez mais escassos.

Em particular entre o final do século XII e mesmo até finais do século XVI, existem notícias de grandes oscilações climáticas e geomorfológicas, em particular nas zonas costeiras, redução da capacidade produtiva, pestes, fomes,⁵⁰ condições adversas que poderão ter despoletado o abandono dos locais situados na periferia da

⁴⁷ BARBOSA (1992, p. 141). Estes três topónimos encontram-se, também, referidos numa *Carta de foro* dada aos homens da Pederneira datada de 1283 (E.1321), AN/TT, Mosteiro de Alcobaça, 2.ª incorp., m. 1, n.º 1, fls. 2v-3v. Confira-se o que se escreveu sobre este assunto em FIDALGO, 2012, p. 21-26. Todas elas com capelas associadas, como já verificámos atrás. A quinta de D. Framondo possui uma capela cujo orago é dedicado a Nossa Senhora do Bom Sucesso. Esta pequena capela ainda existe e foi por nós estudada há alguns anos. Devemos, contudo, a informação do orago ao Sr. José Eduardo Lopes.

⁴⁸ Importa não esquecer que o mapa apresentado por Iria Gonçalves, atrás comentado, apresenta uma cronologia das granjas com início no século XIII. Acharmos que, por esse motivo, a autora coloca, no mesmo mapa, a granja de São Gião e a da Pescaria.

⁴⁹ Aliás, como consta, “*D. Pedro, logo no início do seu governo, em Setembro de 1358 confirmou ao mosteiro a posse de todo o couto e de todos os seus direitos. Dom Fernando fez doação ao mosteiro em 1368, da Póvoa de Paredes, deste modo desmembrada do termo de Leiria. Faltava apenas a aquisição de Pataias, para se concluir o circuito. E ela veio alguns anos mais tarde, em 1374, porque, segundo a expressão usada na doação, as rendas da abadia estavam muito «apoquentadas», tanto por motivo da peste como das guerras com Castela.*” Perante os factos apresentados, ainda que este assunto continue a ser objecto de ampla discussão, considera-se que o local da Pederneira se deve incluir dentro dos Coutos de Alcobaça entre 1358 e 1374, não antes.

⁵⁰ Sobre a peste nos séculos XII a XVI, ver TAVARES, 2004, p. 450-515.

laguna da Pederneira e a consequente procura por zonas mais junto ao mar onde, para o nosso caso, o contacto com a laguna ou o que restava da mesma já não seria tão directo.

De facto e levando em conta a proposta de Virgínia Henriques, verifica-se o assoreamento das zonas limitrofes da laguna onde se incluía, entre outros locais, a quinta da Pescaria.

Admite-se que poderão ter sido estes os factores que levaram ao esquecimento/omissão das fontes da quinta da Pescaria e, por outro lado, ao aparecimento da quinta de São Gião.

O século XVI parece ser o século de uma mudança geográfica e toponímica, em que as populações iniciaram um processo migratório das zonas localizadas na periferia da laguna, agora num processo acelerado de assoreamento (Fig. 13), para se estabelecerem junto ao mar. Haveria, então, que subir a pequena serra e descer até São Gião e, aí, no sopé da encosta ocidental da mesma, junto ao mar, poderiam iniciar um novo processo de estabilização social, económica e eclesiástica.

É nesse contexto temporal e de grandes alterações como as que já se referiram que se pode entender a divulgação da igreja de São Gião pela pena de Bernardo de Brito.

A ser assim, talvez fique justificada a importância da descoberta das moedas portuguesas, no âmbito dos trabalhos de arqueologia realizados em São Gião da Nazaré.

Parece sustentável a presença de moedas que remontam ao reinado de D. Sancho I até ao reinado de D. João III, num local olvidado pela documentação coeva.

Mas, se se levar em conta a muito provável migração das populações da periferia do sector interior e central da laguna da Pederneira para o sector litoral (FIDALGO, 2013, p. 60), onde se encontra o local de São Gião, por motivo das pestes, das condições climáticas, da crise social e económica, atrás mencionadas e, também, da diminuição do espaço lagunar, talvez seja sustentável a presença humana no local de São Gião no período acima mencionado.

Aliás, já se referiu que a Pederneira deverá ter passado por processo idêntico, um afastamento do espaço lagunar para uma zona alta, suficientemente longe dos focos epidémicos, mas perto do oceano, de forma a continuar a assegurar a actividade económica mais antiga das gentes desta póvoa marítima, a pesca, não esquecendo as actividades ligadas à exploração da terra.⁵¹

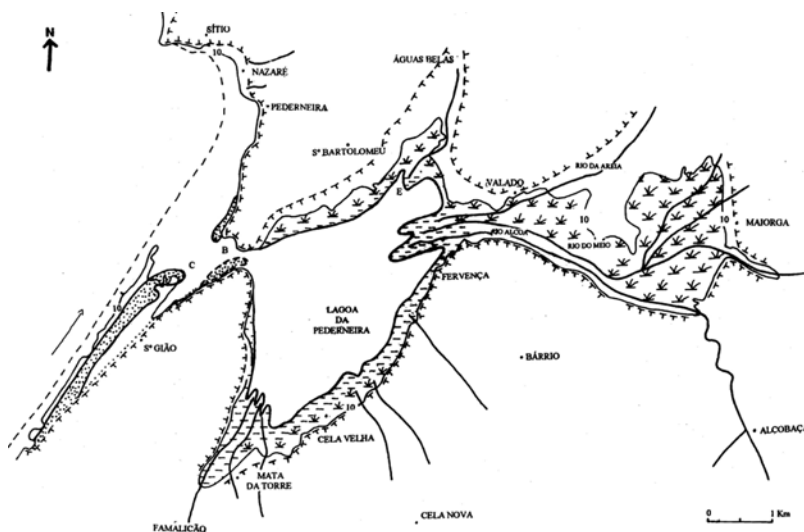


Fig. 13 – Configuração provável da lagoa da Pederneira no século XIV, segundo Virgínia Henriques (1996, Fig. II, p. 153).

⁵¹ FIDALGO, 2012, p. 27-52. São muitos os documentos datados do século XIII, XIV, XV e XVI que referem essa actividade na Pederneira. Contudo, para o assunto que agora abordamos não se considera pertinente a sua apresentação. Conta-se apresentar essa cronologia documental num trabalho que um de nós (C.F.) está a preparar em homenagem ao Dr. Possidónio Mateus Laranjo Coelho.

As moedas encontradas em São Gião da Nazaré relevam, também, essa possibilidade. Isto apesar da sua maioria ter sido encontrada em contextos de enterramento, em particular localizadas a Sudeste, Sul, Sudoeste e Oeste do edifício. Conforme refere Luís Fontes, a “[...] *ocupação correspondente a esta fase construtiva está bem definida pela intensa utilização cemiterial do local, à falta de datações C14 dos restos osteológicos, propomos uma cronologia alargada entre os finais do século XII e os meados do século XVI, com base nas moedas portuguesas recolhidas em contextos associados (a mais antiga um dinheiro de D. Sancho I e a mais recente um ceitil de D. João III [...] e que se correlacionam com os enterramentos, confirmando, aliás, uma prática generalizada nos enterramentos medievais.*” (FONTES & MACHADO, 2010).

Sustenta-se assim, a utilização do local de São Gião nesse período de tempo, do século XII até ao século XVI, relevando-se que o achado das moedas em contexto de enterramento, como se referiu, possa constituir-se como uma forte evidência de uma necrópole medieval de maiores dimensões que, após trabalhos de arqueologia e o necessário estudo dos restos osteológicos já encontrados, poderá contribuir para uma cronologia mais objectiva sobre a ocupação humana daquele local, pelo menos até ao século XVIII, em que, como já notámos, terá sido encerrada a igreja ao culto, mas não o local de São Gião à utilização social e económica.

O local de São Gião desempenhou um papel aglutinador de comunidades monásticas e não monásticas, não só pela função cultural, mas com maior propriedade pelas condições naturais que o local oferecia para a sobrevivência de todos os que se instalaram naquele local.

Embora hoje a igreja de São Gião não passe de uma ruína, cada vez mais esquecida pelas entidades competentes, o local de São Gião continuará a ser um espaço onde o sagrado, o natural, o social e o económico convivem lado a lado, esperando que a arqueologia continue a revelar-nos novas evidências, independentemente da cronologia dos achados, sobre a importância patrimonial e histórica da quinta de São Gião da Nazaré e, acima de tudo, sobre a dimensão territorial da quinta de São Gião.

4 – CONCLUSÃO

Nos trabalhos arqueológicos efectuados em São Gião sobre os quais incidiu esta síntese, com a apresentação de elementos inéditos, resultantes da intervenção dirigida em 1981 por O. da Veiga Ferreira, verifica-se a existência de três abordagens distintas, a saber:

Os trabalhos de Eduíno Borges Garcia, iniciados em 1962, a que posteriormente se associou Fernando de Almeida, visaram a análise da arquitectura do edifício e dos elementos escultóricos ali encontrados, a par da caracterização de diversos achados arqueológicos, conduzindo à conclusão que se tratava de um templo visigótico.

O importante trabalho de Helmut Schlunk, de 1971 baseado naqueles estudos e na observação *in loco* do templo, conduziu à contextualização daqueles resultados nas práticas litúrgicas da época, salientando algumas particularidades arquitectónicas observadas e com elas directamente relacionadas.

A intervenção de O. da Veiga Ferreira abordou a caracterização das faunas mamalógica e malacológica recolhidas, não deixando de relevar a importância das sepulturas encontradas na envolvente próxima do templo.

A última intervenção arqueológica efectuada em São Gião sob a direcção de Luís Fontes, realizada em vários anos entre 2000 e 2005 no âmbito dos trabalhos preparatórios e de salvaguarda para a colocação de uma estrutura de escoramento e de uma protecção metálica que envolve os edifícios, resultou na análise da evolução arquitectónica do edifício, tendo-se identificado novos elementos, especialmente um edifício romano pré-existente, que terá sido utilizado até o século V-VI, antecedendo a construção do templo actualmente em ruínas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. & GARCIA, E. B. (1966) – Igreja Visigótica de S. Gião (Estremadura – Portugal), Campanha de Escavações durante Agosto de 1965. *IX Congresso Nacional de Arqueologia*. Actas. Zaragoza, p. 405-407.
- AUGUSTO, S. (2009) – Diário da Jornada de Roma do Embaixador extraordinário, O Marquês de Fontes, no ano de 1712. *Revista Máthesis*. 18, p. 81-108.
- BARBOSA, P. G. (1992) – *Povoamento e estrutura agrícola na Estremadura central*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- BRITO, B. (1597) – *Monarquia Lusitana*. Mosteiro de Alcobaça. I Parte, Livro Terceiro, Capítulo XI.
- COELHO, P. M. L. (1922) – A Pederneira. Apontamentos para a História dos seus mareantes, pescadores, calafates e das suas construções navais nos séculos XV a XVII. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 25, p. 196-247.
- COSTA, A. C. (1712) – *Corografia portuguesa, e descripçam topogafica do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: Na Officina de Valentim da Costa Deslandes, Tomo 3.
- FERREIRA, O. V. & MACHADO, J. S. (1981) – *Relatório das Escavações em S. Gião (Nazaré)*, Campanha de 1981. Relatório não publicado, apresentado ao IPPC.
- FIDALGO, C. (2011) – *O Povoamento na área da Lagoa da Pederneira: da ocupação romana até ao século XII*. Lisboa. Dissertação de Mestrado em Estudos do Património apresentada à Universidade Aberta. Orientação do Prof. Doutor João Luís Cardoso, vol. I e II.
- FIDALGO, C. (2012) – *As Igrejas da Pederneira: do século XII ao século XVII. Uma análise*. Caldas da Rainha: Caldas Editora.
- FIDALGO, C. (2013) – *O Povoamento na área da Lagoa da Pederneira: da ocupação romana até ao século XII*. Edição da Biblioteca da Nazaré, 2013. Esta publicação é o resultado do 1.º volume da dissertação de Mestrado em Estudos do Património defendida em Março de 2011, Universidade Aberta – Departamento de Ciências Sociais e Gestão, sob a orientação do Prof. Doutor João Luís Cardoso.
- FONTES, L. & MACHADO, A. (2003) – São Gião da Nazaré: trabalhos arqueológicos: fase III – sondagens nos alçados e no solo: relatório final [2002], Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. *Trabalhos arqueológicos da UAUM/memórias*, ISSN 1647-5836, n.º 3, 2010 [em linha], <URL: http://www.uaum.uminho.pt/edicoes/Memorias_3.pdf> (acedido em 3.10.2015)
- FONTES, L. F. O. (2000) – *Estudo Arqueológico de São Gião da Nazaré. Trabalhos de Escavação 14/02/2000 a 03/03/2000*. Lisboa: IPA, Processo-S-00179. Relatório Aprovado [em linha], <URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=128963&vp=160502>> (acedido em 3.10.2015).
- FONTES, L. F. O. (2001) – *Estudo Arqueológico de São Gião da Nazaré. Trabalhos de Valorização 01/11/2001 a 30/12/2001*. Lisboa: IPA, Processo: S-00179. Relatório Aprovado [em linha], <URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=160513&vp=160502>> (acedido em 3.10.2015).
- FONTES, L. F. O. (2005) – *Estudo Arqueológico de São Gião da Nazaré. Trabalhos de Sondagem 08.08.2005 a 12.08.2005*. IPA, Processo: S-00179. Relatório Aprovado [em linha], <URL: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=trabalhos.resultados&subsid=2469623&vp=160502>> (acedido em 3.10.2015)
- FONTES, L. & MACHADO, A. (2003) – São Gião da Nazaré: trabalhos arqueológicos: fase III – sondagens nos alçados e no solo: relatório final (2002). Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. *Trabalhos arqueológicos da UAUM/memórias*, ISSN 1647-5836, n.º 3, 2010 [em linha], <URL: http://www.uaum.uminho.pt/edicoes/Memorias_3.pdf> (acedido em 03/10/2015)

- GARCIA, E. B. (1962) – Achados Arqueológicos em Famalicão da Nazaré: Do Paleolítico ao período Árabe. *XXVI Congresso Luso-Espanhol (Porto, 1962)*. Actas. 7, p. 3-15.
- GARCIA, E. B. (1963-64) – As Torres e os fachos na Lagoa da Pederneira: A Torre de D. Framondo. *Arquivo de Beja*. Beja. 21-22, p. 27-34.
- GARCIA, E. B. (1965) – Notícia sobre um templo Pré-Românico na Região dos Coutos de Alcobaça. *Lycerna*. Porto. 4, p. 295-297.
- GARCIA, E. B. (1966) – Um templo visigótico em S. Gião (Famalicão da Nazaré) – Estremadura. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série VIII, 12, p. 203-219.
- GARCIA, E. B. (1978) – S. *Gião: Uma Igreja Visigótica nos Coutos de Alcobaça*. Conferência proferida na ADEPA, Mosteiro de Alcobaça, em Janeiro de 1978. *O Alcoa*, p. 1-10.
- GOMES, S. A. (2000) – Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobaça. *Cister, Espaços e Territórios, Colóquio Internacional* (Alcobaça, 1998). Actas. Lisboa: IPPAR), p. 27-72.
- GOMES, S. A. (2004) – *Introdução à História do Castelo de Leiria*, 2.^a edição. Leiria: Câmara Municipal de Leiria.
- GOMES, S. A. (2005) – *Porto de Mós: colectânea histórica e documental: séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal. ISBN 972-95155-1-4.
- GONÇALVES, I. (1989) – *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de Doutoramento em História.
- HAUSCHILD, T. (1986) – Arte Visigótica. In *História da Arte em Portugal. 1 - Do Paleolítico à Arte Visigótica*. Lisboa: Alfa.
- HENRIQUES, M. V. (1996) – *A faixa litoral entre a Nazaré e Peniche. Unidades geomorfológicas e dinâmica actual dos sistemas litorais*. Dissertação de doutoramento apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Geografia Física.
- MARQUES, M. A. (1998) – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Colibri / Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- NATIVIDADE, J. V. (1944) – As Granjas do Mosteiro de Alcobaça. *Boletim da Junta da Província da Estremadura*. 5, p. 5-30 (separata).
- SALAZAR, A. A. (1842) – *Memórias da Real Casa de N. Senhora da Nazareth – Offerecidas a N. Senhora e a todos os seus devotos*. Nazareth, Tomo II.
- SÃO BOAVENTURA, F. (1827) – *História Chronologica, e Critica da Real Abbadia de Alcobaça*. Lisboa: Impressão Régia.
- SOUTO, Meyrelles (1969) – Acerca da Iconóstase. *Revista de Artes e Letras*. Lisboa. 53.
- SCHLUNK, H. (1971) – La Iglesia de S. Gião, cerca de Nazaré. Contribución al estudio de la influencia de la liturgia en la arquitectura de las iglesias prerrománicas de la Península Ibérica. *II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*. Actas. Coimbra: Ministério da Educação Nacional, Junta Nacional da Educação, 2, p. 509-528.
- TAVARES, M. J. F. (2004) – *Os sinais dos tempos: para o estudo do clima e do litoral português (séculos XII a XVI.) Colóquio Evolução Geohistórica do Litoral Português e Fenómenos Correlativos (Lisboa, 2004)*. Actas. Lisboa: Universidade Aberta, p. 451-515.
- VITERBO, J. S. R. (1966) – *Elucidário das palavras, termos e frases*. Ed. Crítica. Porto: Livraria Civilização, vol. 2.
- ZOREDA, L. C. & LARA, F. S. (1999) – *La Iglesia Mozárabe de Santa Lucía del Trampal, Alcuéscar (Cáceres)*. Mérida: Junta de Extremadura, Consejería de Cultura.
- ZOREDA, L. C.; SÁINZ, F. A. & AGUDO UTRERO, M. A. (2003) – “São Gião de Nazaré – Un tipo original de iglesia”, *Arqueologia de la Arquitectura*. 2, p. 75-79.

**NOS 190 ANOS DO NASCIMENTO
DE SEBASTIÃO PHILIPPES MARTINS ESTÁCIO DA VEIGA (1828-1891)**

***IN 190 YEARS OF THE BIRTH
OF SEBASTIÃO PHILIPPES MARTINS ESTÁCIO DA VEIGA (1828-1891)***

João Luís Cardoso ¹

Abstract

The life, personal and scientific life of Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga, whose 190 years of his birth are celebrated in 2018, is summarily presented. He was born in the Algarve and was commissioned in 1877 by the Portuguese Government to prepare the *Carta Arqueológica do Algarve*. Of the fieldwork he conducted with remarkable dedication and commitment throughout the then-designated Algarve Province, resulted in the publication of the most brilliant work of Archeology to date produced in Portugal: the *Antiguidades Monumentais do Algarve*.

Keywords: Algarve, Archaeology, Biography, Estácio da Veiga, Portugal.

Obtida a autorização por parte do então Director do Museu Nacional de Arqueologia e meu particular Amigo, Dr. Luís Raposo, para o estudo integral da documentação do Arquivo de Estácio da Veiga, conservado naquela centenária Instituição, em Março de 2005, foram pouco tempo volvido publicados extensos contributos, tendo a totalidade da correspondência mais importante de carácter arqueológico sido apresentada, em obra apresentada em 2007, distinguida com o prémio de História Joaquim Veríssimo Serrão, da Fundação Engenheiro António de Almeida, outorgado pela Academia Portuguesa da História.

Esta curta evocação tratará de uma temática central do trabalho do ilustre arqueólogo algarvio, nascido em Tavira a 6 de Maio de 1828: a *Carta Arqueológica do Algarve*, estreitamente associada à obra *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, cujo volume V preparava, na sua residência do Largo de Arroios, em Lisboa, escrevendo-o na cama, até ao fatídico dia 7 de Dezembro de 1891! Felizmente, a parte que deixou escrita desse volume, depois de ter sido parcialmente postumamente publicada por iniciativa de J. Leite de Vasconcelos nas páginas de *O Arqueólogo Português*, volumes 9, 10 e 15, foi já apresentada na íntegra, por iniciativa conjunta do Museu Nacional de Arqueologia e da Câmara Municipal de Silves, em 2006, aquando do congresso reunido naquela cidade algarvia em sua homenagem (VEIGA, 2006).

Não restam dúvidas de que a conclusão daquela obra genial era o propósito de há muito perseguido por Estácio da Veiga (Fig. 1). É o próprio que o declara, em carta autógrafa dirigida ao Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa, a 4 de Junho de 1891 e conservada no seu Processo Académico, acompanhada do

¹ Universidade Aberta e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt.
. Coordenador da linha de investigação History of Archaeological Science (ICArEHB).

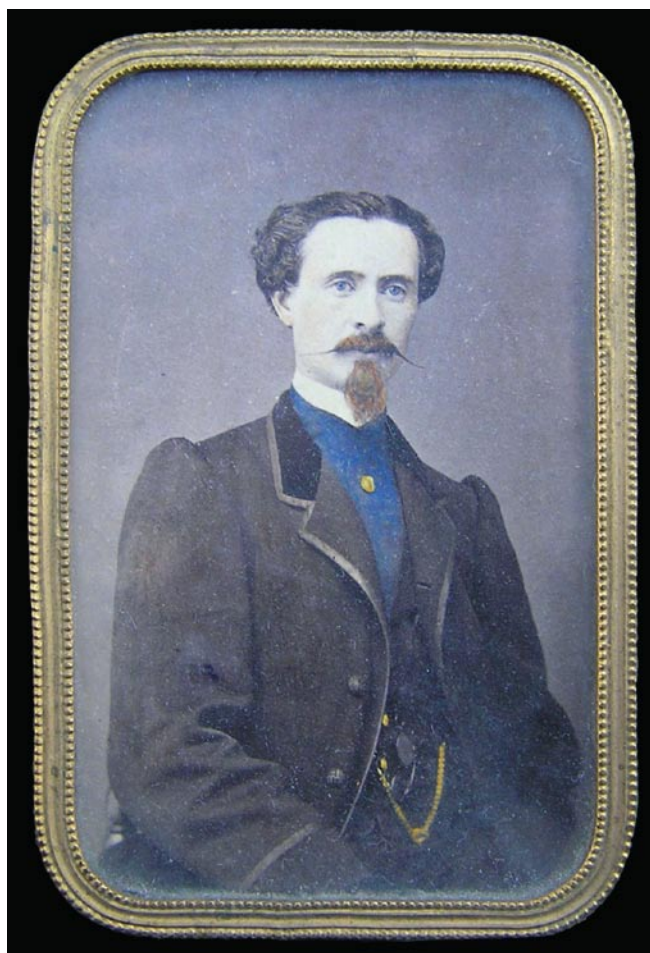


Fig. 1 – Estácio da Veiga na época do seu casamento com Amélia de Claranges Lucotte. Reprodução fotográfica colorida emoldurada no volante esquerdo de um porta-retratos, correspondendo o seu volante direito ao retrato de sua Mulher. Arquivo da família. Reprodução de J. L. Cardoso.

volume IV, saído dos prelos da Imprensa Nacional nesse mesmo ano (Fig. 2): “A Carta Archeologica do Algarve, de que há poucos mezes remeti á Academia um exemplar, acompanhará o quinto volume e ficará regendo todas as antiguidades históricas já verificadas naquelle território [...]”

Na verdade, a *Carta Archeologica do Algarve*, relativa aos tempos históricos já se encontrava concluída em 1890, pois a 18 de Dezembro desse ano, Estácio remeteu um exemplar ao Presidente da Segunda Classe da Academia das Ciências, conforme consta da carta com que o fez acompanhar.

Porém, a dita carta só foi publicitada postumamente, em 1910, em *O Archeólogo Português*; com a titulação seguinte:

PORTUGAL
CARTA ARCHEOLOGICA DO ALGARVE
TEMPOS HISTORICOS

Representativa das épocas preromana, romana, visigothica e árabe,
Comprovada com o Museu Archeologico do Algarve, fundado em 1880, e com os
descobrimientos effectuados até 1889

A Carta archeologica do Algarve, de que ha poucos
 meses remette á Academia, um exemplar, acompanhará
 o quinto volume e ficará regendo todas as antiguidades
 historicas já verificadas naquello territorio.

Muito gostosamente aproveito este ensajo para mais
 uma vez poder endereçar a V. Ex.^{ta} os devidos protestos da
 minha mais respeitosa consideração.

Lisboa, Largo de Arroyos, N.º 6, em 4 de junho de 1891.

M.^{mo} e Ex.^{ta} J. Conselho Secretario Geral
 da Academia Real das Sciencias de Lisboa

Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga
 Socio Correspondente

Fig. 2 – Segunda e última página autógrafa da carta dirigida por Estácio da Veiga ao Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa, datada de 4 de Junho de 1891. Processo Individual, Academia das Ciências de Lisboa, reprodução de J. L. Cardoso.

A elaboração desta carta arqueológica, que deveria, ser inserida no volume V das *Antiguidades Monumentaes* sucede-se à publicação da carta dedicada aos tempos pré-históricos, que acompanha o volume I, publicado em 1886 pela Imprensa Nacional, constituindo o segundo documento cartográfico produzido por Estácio, no decurso da sua missão governamental do levantamento arqueológico da então província do Algarve, do qual havia sido incumbido em 1877, tendo a primeira versão daquela mesma carta sido apresentada em finais de 1878.

A titulação da versão de 1886, muito enriquecida pelos achados efectuados até 1882, é a seguinte:

CARTA ARCHEOLOGICA DO ALGARVE

Tempos prehistoricos

Representando o período Neolithico, a transição deste período para a Idade do Bronze, esta Idade e a Idade do Ferro

Elaborada em 1878, comprovada em 1880 com a fundação do Museu Archeologico do Algarve, apresentada no mesmo anno ao Congresso de Anthropologia e de Archeologia Prehistorica reunido em Lisboa e recentemente muito ampliada pelos descobrimentos feitos em 1882

Importa salientar o extremo cuidado metodológico havido na preparação da legenda de ambos os documentos. Assim, a legenda da carta arqueológica relativa aos tempos pré-históricos seguiu as convenções internacionais já então em vigor, com as quais Estácio se encontrava familiarizado, até por ter apresentado aquela carta ao Congresso Internacional de Lisboa de 1880, embora não publicada nas actas, o que se explica, provavelmente, pelo muro de silêncio que se procurou fazer em torno da sua actividade arqueológica. Ao contrário, no que respeitava aos tempos históricos, não existia uniformidade de critérios. Para obviar aos inconvenientes de uma multiplicação de símbolos, que dificultavam a consulta de documentos similares produzidos em outros países, ou por diferentes arqueólogos, Estácio enviou ao Congresso da Sociedade Francesa de Arqueologia de 1884 *“uma proposta para a regulação da legenda internacional que deve ser empregada nas cartas de archeologia histórica [...] semelhantemente ao que ficou ordenado para as cartas de archeologia prehistorica”* (VEIGA, 1887, p. 5, 6). Na sequência desta apresentação, foi Estácio da Veiga encarregue de organizar uma *“relação das épocas, com a indicação das antiguidades históricas de cada uma, que devam ser symbolizadas nas futuras cartas parciaes ou geraes de Portugal, sendo cada epigraphe precedida de um signal arbitrário”* (ob. cit., p. 6).

Assim, enquanto a cooperação institucional não se afirmasse, a proposta do Autor aplicar-se-ia exclusivamente ao Algarve; vale a pena, pois, transcrever os critérios definidos por Estácio para a representação dos diferentes vestígios, aquando da apresentação da correspondente carta à Academia das Ciências de Lisboa:

“Com referencia ao Algarve, dividi os tempos históricos, comprehendendo a instituição da monarchia portuguesa, em tantos períodos, quantas foram as nacionalidades que senhorearam aquelle território, sendo cada período subdividido em épocas e estas representadas por seus mais typicos característicos [...]” (ob. cit., p. 7).

Os antecedentes objectivos, tanto da carta, como dos quatro volumes das *Antiguidades* publicados em vida do autor são já bem conhecidos: trata-se da incumbência do Governo, atribuída a Estácio da Veiga, para que procedesse ao reconhecimento arqueológico do Algarve (Portaria de 15 de Janeiro de 1877), sendo presidente do ministério Fontes Pereira de Mello e Ministro do Reino António Rodrigues Sampaio (CARDOSO & GRADIM, 2004), na sequência das grandes cheias do Guadiana do Inverno de 1876, que puseram a descoberto, nos campos de Mértola, assinalável quantidade de ruínas. Importaria contudo averiguar se outra razão não existiria no ânimo do Autor para meter ombros à “obra maior” da sua bibliografia. Esta resposta encontrava-se no próprio arquivo de Estácio da Veiga depositado no Museu Nacional de Arqueologia. Ali deparei com grosso conjunto de folhas manuscritas. Trata-se do original, apenas mencionado anteriormente na bibliografia (PEREIRA, 1981), intitulado *Várias Antiguidades do Algarve*, o qual se pode considerar o antecedente directo da sua obra maior (Fig. 3).

Como Estácio declara na “Introdução” desta sua obra, inédita até 2009 (VEIGA, 2009), *“Não me foi possível percorrer toda a provincia, como a principio premeditei, e por isso não poucas omissões encontrarão aqui os homens estudiosos, tanto mais aquelles que um dia se propõem continuar e concluir este trabalho, que poderá neste caso servir de introdução e incentivo a outro mais desenvolvido e completo.”*

Estaria então o Autor longe de imaginar que essa oportunidade lhe viria a surgir pouco mais de dois anos depois... Com efeito, Estácio da Veiga encontrava-se ocupado com a redacção desta obra a 16 de Março de 1874, conforme declara em carta datada desse dia enviada a Possidónio da Silva (PEREIRA, 1984, p. 17, in *Correspondência artística e científica nacional e estrangeira de Joaquim Possidónio da Silva*, vol. VI, n.º 1012, AN/TT; PEREIRA, 1981, nota 45).

Convém recuar ainda mais no tempo.

Tais indagações campestres, depois de uma pequena incursão em terras da antiga cidade romana de Balsa (VEIGA, 1866), de onde estudou algumas inscrições com a ajuda de E. Hübner, foram iniciadas verdadeiramente

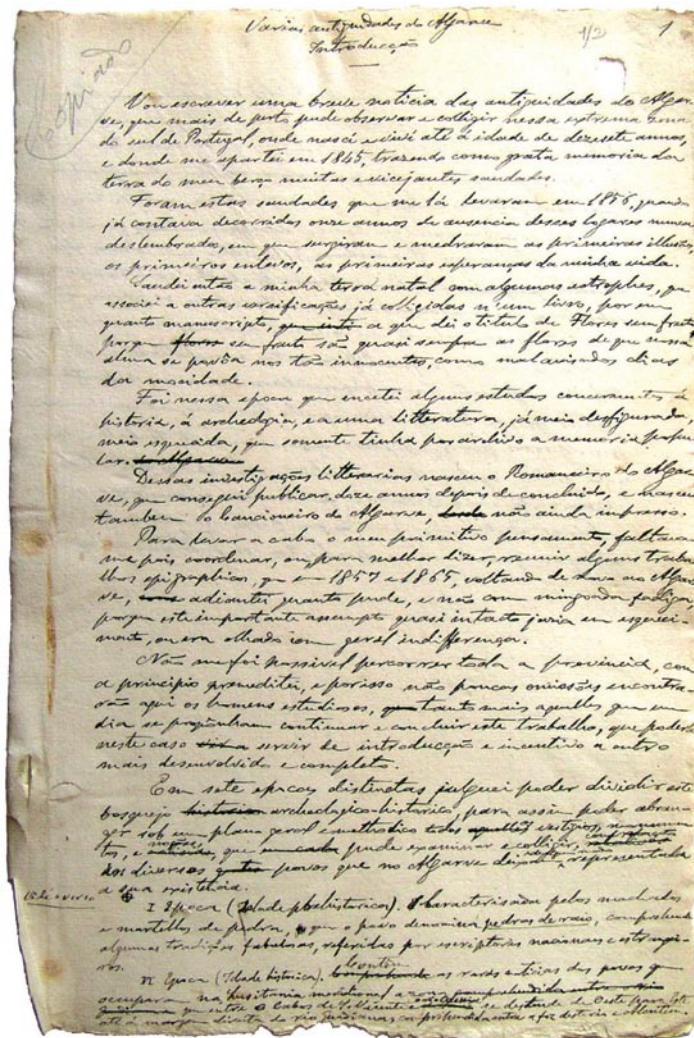


Fig. 3 – Primeira página do manuscrito autógrafo de Estácio da Veiga *Varias Antiguidades do Algarve*. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, reprodução de J. L. Cardoso.

em Mafra, a partir da Quinta da Rapoza, onde então vivia; delas resultou a obra *Antiguidades de Mafra* (VEIGA, 1879), consequência da sua permanência naquele concelho, entre 1867 e 1875, como funcionário da então Direcção-Geral das Postas e Correios do Reino. O 4.º Conde de Mafra, Tomaz de Mello Breyner, cuja residência particular se situava numa das alas do Convento regista, nas suas Memórias, a presença em Mafra de Estácio nos seguintes termos: “[...] Estacio da Veiga, que era gentilíssimo, perguntou com bonitos modos o caminho para a bibliotheca. A serviçal conhecia a livraria, mas ignorava a significação da palavra exquisita que acabava de ouvir e, depois de uma reflexão, levou o sábio até á porta d’ uma das numerosas sentinas fradescas. [...]. Estácio da Veiga era um homem alto e magro, de porte distincto. Tinha cabelleira, bigode e pêra loiros. Os olhos eram azues, d’ aquelles que dão a impressão de deixarem ver o que se está passando por detraz deles. Tinha as honras de moço fidalgo com exercicio e, quando em Lisboa ia ao beija-mão do Paço da Ajuda, nunca deixava á volta de ir á Junqueira visitar minha Mãe. Estou a vê-lo de casaca encarnada, calça branca com galão doirado, espadim e chapau armado.” (BREYNER, 1930, p. 172).

A obra *Varias Antiguidades do Algarve*, a cujo título não deve ser estranho o da obra *Varias Antiguidades de Portugal*, do seu antepassado renascentista Gaspar Estaço (PEREIRA, 1981), segue um plano ambicioso,

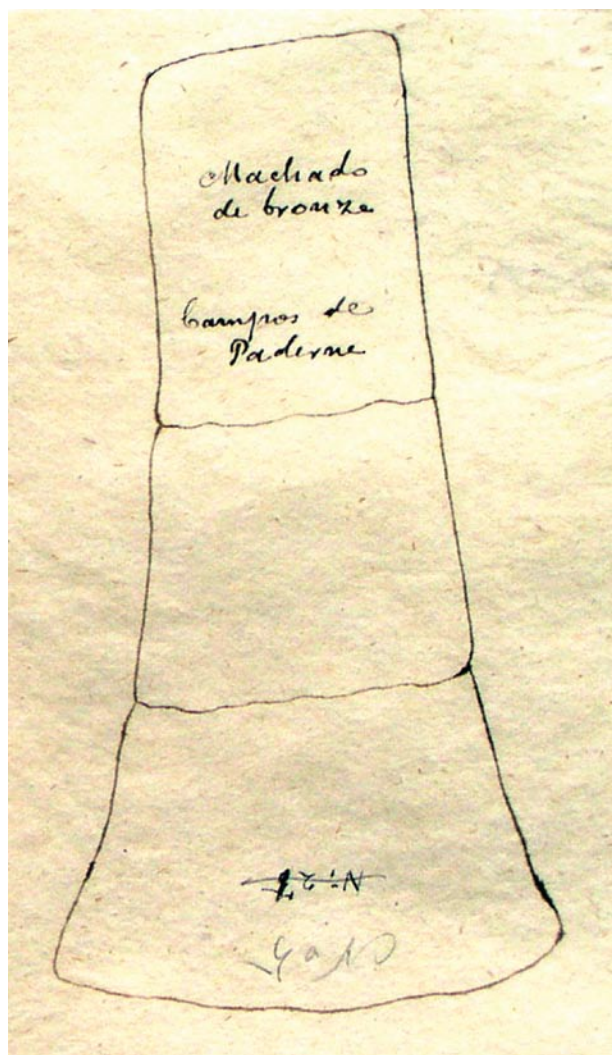


Fig. 4 – Machado de cobre ou bronze, proveniente de Paderne, desenhado por Estácio da Veiga e incluído no manuscrito *Varias Antiguidades do Algarve*. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, reprodução de J. L. Cardoso.

timidamente ensaiado na pequena monografia de Mafra e, mais tarde nas *Memorias das Antiguidades de Mértola* (VEIGA, 1880). Porém, do ambicioso plano original, o autor concluiu apenas a “I Epoca (Idade prehistorica)”, na qual aborda os machados de pedra polida recolhidos no Algarve, seguido da análise e discussão dos escassos artefactos pré-históricos de cobre e de bronze (Fig. 4). A leitura não revela assinalável investimento no trabalho de campo, por parte de Estácio da Veiga, como aliás é reconhecido pelo próprio; valeram-lhe, sobretudo, os seus relacionamentos pessoais. É também assinalável o domínio da bibliografia relacionado com as descobertas que então se vinham produzindo em França, revolucionando os conhecimentos até então vigentes sobre a antiguidade da humanidade; a esse respeito, são elucidativas as citações feitas em primeira mão das obras de Boucher de Perthes, Charles Lyell, Paul Gervais e Alcide d’Orbigny, entre outros.

Do exposto, conclui-se que Estácio da Veiga teve o ensejo de concretizar, nas *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, os projectos já delineados anteriormente, e em parte publicados, tanto no respeitante a Mafra como a Mértola, conferindo agora aos trabalhos de campo a importância que eles efectivamente mereciam, como eloquentemente evidenciam os quatro volumes publicados em vida do autor (VEIGA, 1886, 1886, 1889,

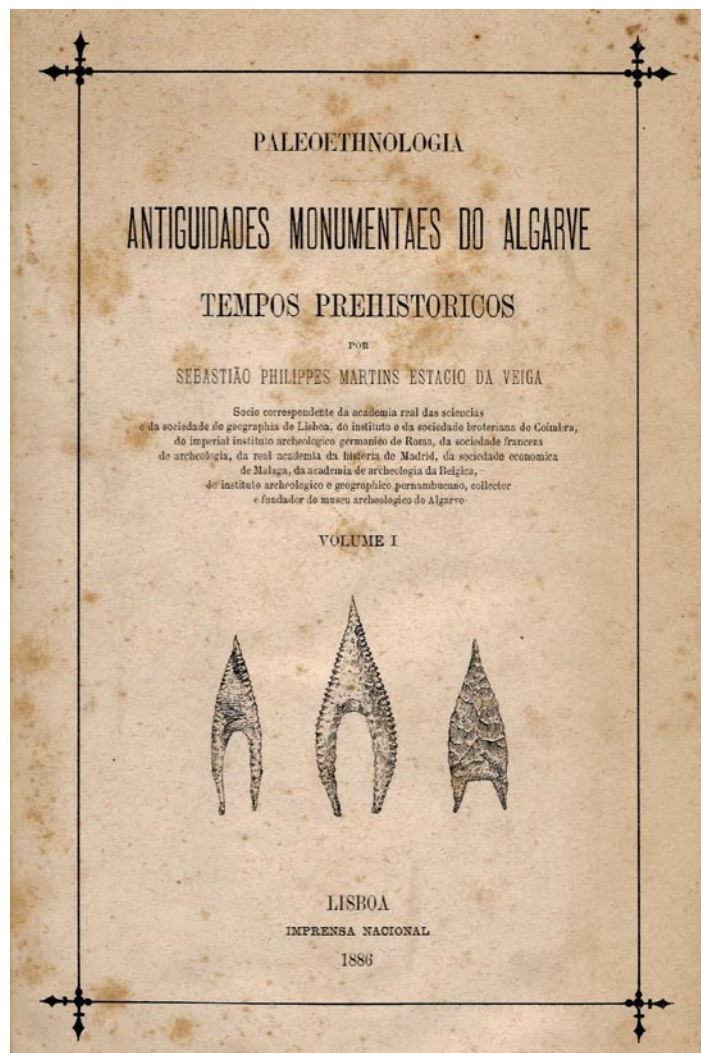


Fig. 5 – Folhas de rosto do primeiro dos cinco volumes publicados das *Antiquidades Monumentaes do Algarve*, reprodução de J. L. Cardoso.

1891) (Fig. 5). Os trabalhos de campo só foram possíveis por via dos apoios financeiros disponibilizados pelo Governo, embora sempre tardiamente e de má vontade, como se conclui da numerosa correspondência já publicada (CARDOSO, 2007). Importa, a tal propósito, referir que Estácio auferiu, enquanto durou a subvenção do governo para os trabalhos de campo, uma remuneração anual de 600.000 reis, para a coordenação daqueles, sendo a ferramenta e os trabalhadores dispensados pela Direcção de Estradas do Distrito de Faro, realizando-se o seu alojamento em domicílios de pessoas conhecidas. Iniciados em Alcoutim, progrediram depois de Este para Oeste, até atingirem o litoral ocidental do Algarve (Aljezur); neste contexto, foram determinantes as indicações providenciadas por colaboradores dedicados, cujos nomes jamais omitiu, proporcionando a realização de extensas e prolongadas escavações, únicas no panorama arqueológico internacional da época.

Cada um dos volumes das *Antiquidades* apresenta, a par e passo, a recapitulação das matérias tratadas nos volumes anteriores, incluindo as de carácter geral ou teórico, como se o Autor, à medida que ia escrevendo a obra, tivesse necessidade de rever ou reajustar conceitos, sugeridos por novas interpretações da realidade observada, decorrentes de leituras, que constantemente lhe eram proporcionadas pelos livros que lhe chegavam.

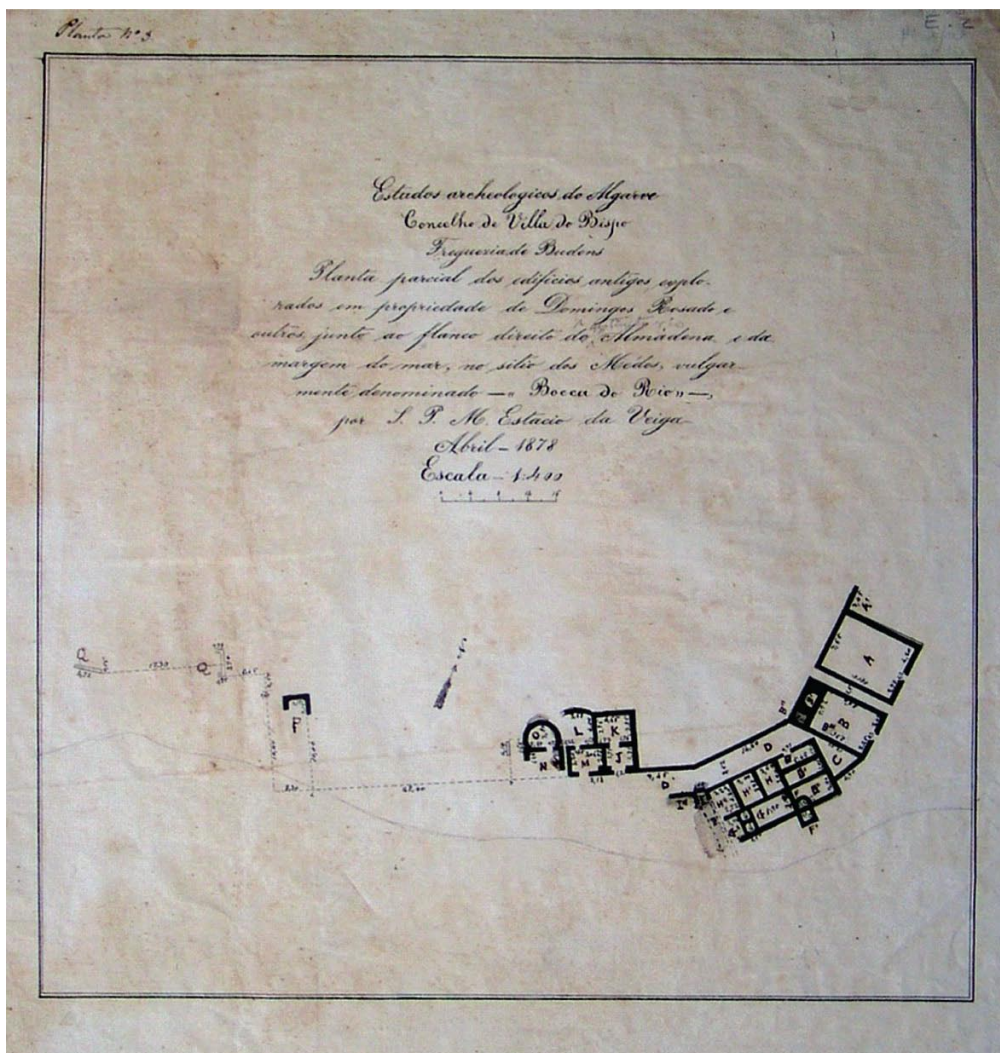


Fig. 6 – Planta das escavações feitas nos edificios romanos da Boca do Rio, Freguesia de Budens, em Abril de 1878. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, reprodução de J. L. Cardoso.

Nos quatro volumes publicados em vida do autor, bem como no volume V, transparece o rigor do observador – exemplarmente evidenciado nas plantas das escavações por si executadas, decorrente da preparação conferida pelo do curso de minas da então Escola Politécnica (Fig. 6); os desenhos dos mosaicos, foram, frequentemente da autoria de sua mulher, evidenciando-se a qualidade dos mesmos (Fig. 7).

A par do conhecimento dos autores clássicos, necessários para a elaboração da parte relativa à presença pré-romana e romana do Algarve, somava o de áreas científicas que na altura se afirmavam com vigor, como a geologia, a arqueologia pré-histórica e a paleontologia, as quais não só dominava, como sabia relacionar entre si. Aliás, a vertente naturalista encontra-se expressa em obras notáveis e de carácter altamente especializado já anteriormente por si publicadas: é o caso, entre outros, do extraordinário estudo *Orquídeas de Portugal* publicado pela Academia das Ciências de Lisboa em 1886, Instituição que, em 1869, havia já publicado a obra *Plantas da serra de Monchique observadas em 1866*, ainda antes de Estácio pertencer àquela distinta Agremiação. Compaginava-se nele, como em nenhuma outra personalidade do seu tempo, muito menos da actualidade, a vertente do naturalista consagrado à do humanista e ao mesmo tempo do homem prático de

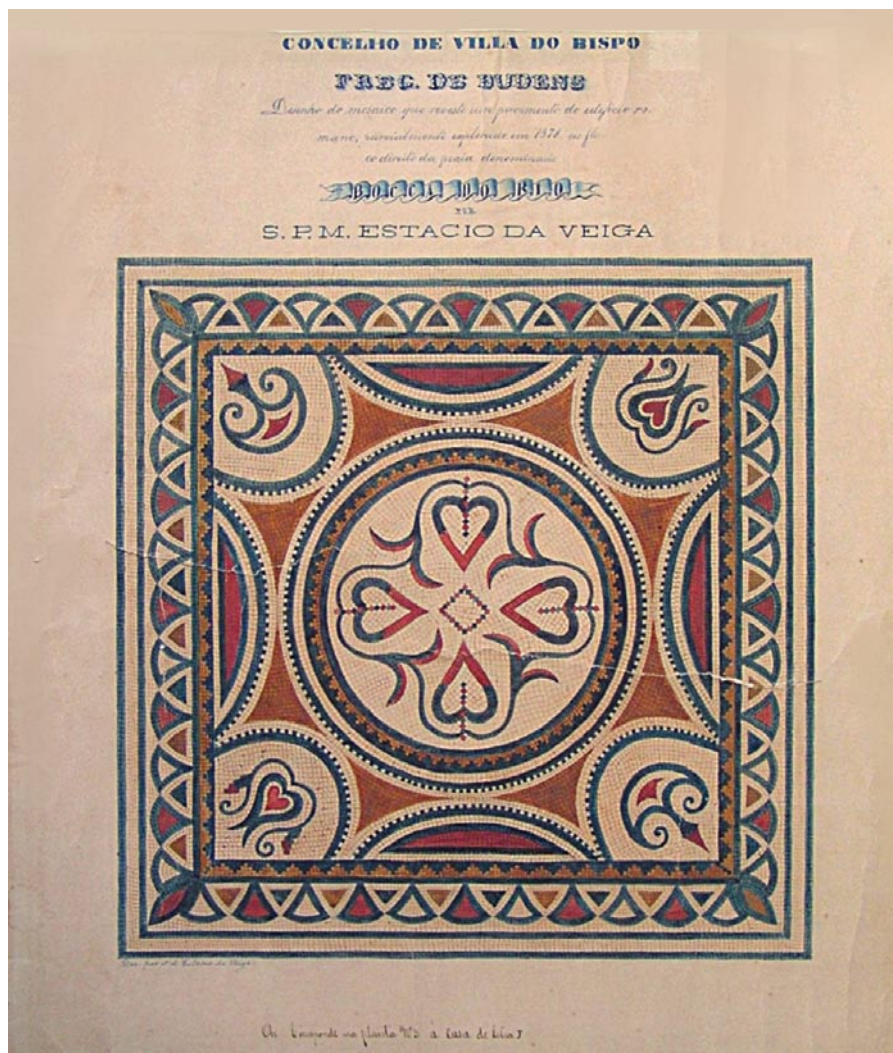


Fig. 7 – Desenho de um dos mosaicos escavados por Estácio da Veiga na Boca do Rio, Freguesia de Budens, em Abril de 1878, desenhado pela sua Mulher, Amélia de Claranges Lucotte Estácio da Veiga. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, reprodução de J. L. Cardoso.

terreno; por isso é tão peculiar a obra e o pensamento de Estácio da Veiga, servido por uma prosa elegante e objectiva, sempre crítica e não raras vezes mordaz, cáustica ou irónica.

É esta a realidade que, a par e passo, transparece da leitura das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, obra que constitui um todo coerente, onde recorrentemente se evidencia a actualização dos conhecimentos científicos do autor, expressa por numerosas citações, conduzindo-o, contudo, nalguns casos a conclusões que hoje sabemos erradas, como a preferência do princípio poligénico para a espécie humana, depois de discutir os argumentos dos defensores do princípio monogénico, especialmente os apresentados por Quatrefages. A confrontação entre ambas as teorias é feita de modo sintético e objectivo, no volume V (VEIGA, 2006), possuindo grande interesse histórico, exemplificando o nível do debate científico atingido em Portugal nos finais do século XIX. Também se equivocou ao atribuir aos últimos tempos pré-históricos as inscrições hoje ditas em alfabeto do sudoeste, apresentadas no final do volume IV, que na verdade são da plena Idade do Ferro, realidade que Leite de Vasconcelos logo comentou, esquecendo-se que Estácio estava então a desbravar sozinho caminhos totalmente desconhecidos, em que tudo o que fizesse era absolutamente novo.

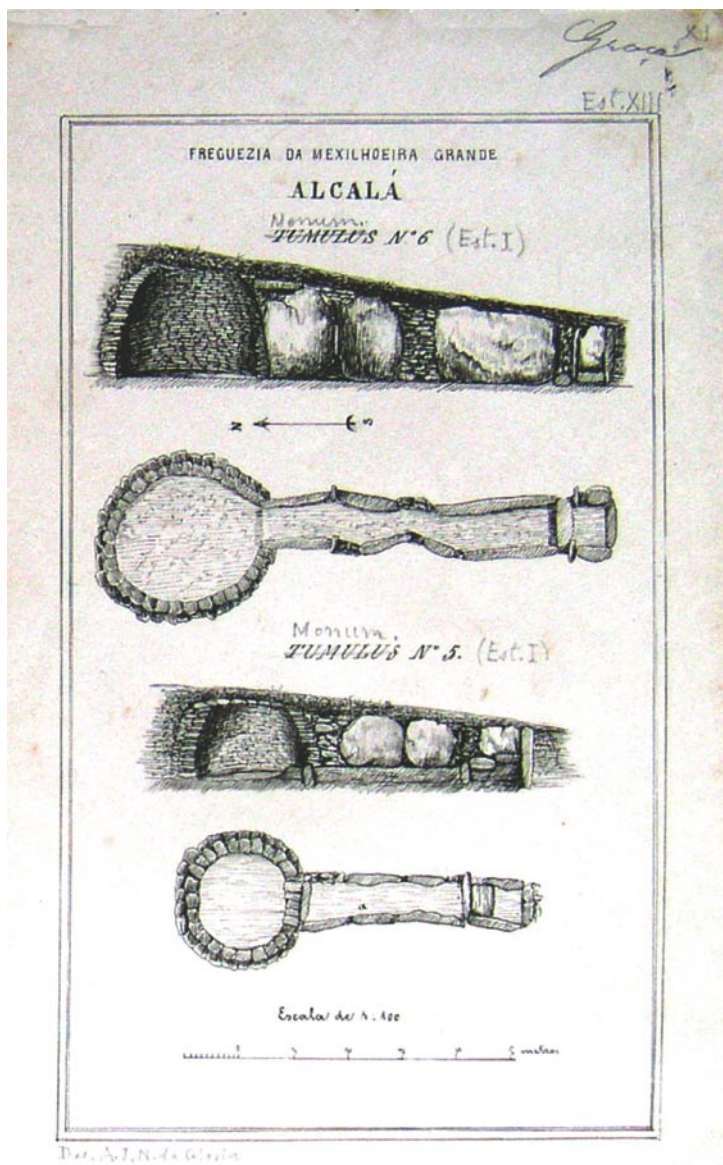


Fig. 8 – Alcalar 6, uma das *tholoi* escavadas por Estácio da Veiga daquela necrópole calcólica da Freguesia da Mexilhoeira Grande, segundo desenho original da autoria do Padre Nunes da Glória. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, reprodução de J. L. Cardoso.

Defensor declarado das teses ocidentalistas, como estando na origem remota da formação cultural da Europa, que, deste modo, nada devia às brilhantes civilizações do Próximo Oriente, rebateu, fundamentadamente, a tese orientalista, preferida pela maioria dos pré-historiadores e linguistas do seu tempo. Quanto a estes últimos, citando D'Arbois de Joubainville, que refuta, acusa-os de não terem em consideração os documentos arqueológicos, mas apenas os testemunhos dos autores clássicos e as elucubrações por estes produzidas. Entre outras evidências deste pensamento independente, vigoroso e criativo, é a forma como defendeu a existência de uma Idade do Cobre, anterior à Idade do Bronze, na Península Ibérica, apoiando neste particular Juan de Vilanova, bem como a antiguidade das arquitecturas tumulares recorrendo à técnica da falsa cúpula, face às *tholoi* do Mediterrâneo Oriental, mais modernas. Para tal, apoiou-se nas escavações da necrópole de Alcalar, em Portimão, que explorou com a ajuda do pároco de Bensafirim, Nunes da Glória (Fig. 8).

Para que tais conclusões fossem possíveis, o registo empírico por si recolhido foi sistematicamente valorizado: no caso, a existência de peças de cobre no território português oriundas reconhecidamente de contextos pré-históricos foi útil para demonstrar a alta antiguidade da actividade metalúrgica aqui desenvolvida, que nada devia aos povos orientais.

Foi na defesa objectiva de uma investigação articulada e coerente, tendo presente os testemunhos históricos e linguísticos, mas tomando sempre como ponto de partida e de aferição as evidências materiais, que só a Arqueologia poderia proporcionar, que reside um dos aspectos principais da *praxis* defendida por Estácio. O evidente sucesso da adopção deste princípio encontra-se demonstrado pelo facto de, 120 anos volvidos, muitas das considerações e conclusões apresentadas nos quatro volumes das *Antiguidades* terem mantido interesse e ainda serem lidas com proveito, para além do manancial de informações objectivas ali apresentadas, por ele recolhidas no terreno.

Em virtude da sua formação de naturalista, Estácio da Veiga soube valorizar com sucesso a evidência empírica, como só os arqueólogos-geólogos do seu tempo, como Carlos Ribeiro e Nery Delgado sabiam fazer; contudo, ao contrário destes, que se concentraram nos períodos mais recuados da humanidade, soube valorizar igualmente a informação histórica, e os autores clássicos; e foi dessa articulação, caldeada pelas leituras das obras mais importantes de geologia, de paleontologia e de antropologia do seu tempo, que resultou um pensamento único, expresso por obra criadora e metodologicamente original. Esta nova maneira de investigar a realidade arqueológica não se coadunava, naturalmente, com nenhuma das duas correntes dominantes: assim se explica o estranho silenciamento de Estácio no Congresso de Lisboa de 1880, de que era Secretário-Geral Carlos Ribeiro. Apesar de ter sido um dos Secretários-Adjuntos do Congresso, a apresentação da primeira versão da *Carta Archeologica do Algarve*, relativa aos tempos pré-históricos não consta das actas da reunião, como acima se referiu. É sintomático, também, o silenciamento que então se fez da abertura do *Museu Archeologico do Algarve*, nas instalações da Academia das Belas-Artes (Fig. 9), o qual, com espanto, quase só por acaso foi “descoberto” por alguns dos congressistas (PEREIRA, 1981), como Émile Cartailhac e Rodolph Virchow. E isto apesar de todos os esforços envidados para que a sua inauguração, verificada a 26 de Setembro de 1880, coincidisse com a realização em Lisboa, daquela importante reunião científica, o que salienta ainda mais o deliberado silêncio de que foi alvo, pois é totalmente omitido do programa oficial do Congresso (Fig. 10).

Se as relações com os geólogos-arqueólogos do seu tempo não eram de inteira confiança, as existentes com os arqueólogos-antiquários, congregados na Associação dos Arqueólogos Portugueses, dirigida por Joaquim Possidónio da Silva eram ainda mais problemáticas, por diferentes concepções museológicas que deveriam presidir á organização das colecções, em parte resultantes da natureza muito diversa das formações científicas de ambos. Tal realidade esteve na origem da saída de Estácio daquela agremiação em 1875, facto que terá apressado o seu ingresso na Academia das Ciências, cuja proposta se encontra datada de 18 de Novembro daquele ano, tendo sido aprovada por unanimidade pelo júri constituído para o efeito a 11 de Maio de 1876.

Para melhor se compreender o entendimento que o próprio autor tinha das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, e da importância dos resultados obtidos, que a si se ficaram a dever, importa tomar conhecimento da carta remetida ao Secretário Geral da Academia das Ciências de Lisboa, a 5 de Novembro de 1889, acompanhando o terceiro volume da referida obra (Fig. 11):

“Nos dois primeiros livros occupei-me principalmente dos característicos respectivos ao período neolithico por mim descobertos na zona do Algarve e por alguns distintos investigadores n’outros logares do reino, e refutando as theorias e conceitos não adaptáveis ás manifestações paleoethnologicas até então verificadas nesta região da Europa, julgo ter deixado determinada a significação congruente a taes antiguidades e de todo o ponto destruída a affirmação geral da sua estranha proveniência.



Fig. 9 – Foto do pátio da Academia de Belas Artes ocupado pelo Museu Arqueológico do Algarve. De pé, três homens, Estácio da Veiga à esquerda e seus dois colaboradores, João Dionel da Franca Matos e Joaquim dos Reis Neto, respectivamente escriturário e servente do Museu. Observe-se, entre ambos, o torso da estátua de Apolo, proveniente do Álamo (Alcoutim) e diversas peças escultóricas de Marim. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, reprodução de J. L. Cardoso.

Com o terceiro volume penso ter atingido um semelhante resultado; pois estabelecendo as bases que me pareceram ser mais genuínas para a inquirição e reconhecimento dos primórdios da metallurgia neste território, impugno todas as proposições contrarias á mais segura hermenêutica dos factos e cuido ter reivindicado o valor local com que elles mostram reagir contra os conceitos que os estavam empobrecendo e desfigurando.

Com este livro presumo demonstrar, que em toda a península hispânica uma “idade do cobre” sem a mínima intervenção de estranhas migrações, succedeu immediatamente á ultima idade da pedra, e exhibindo as condições archeologicas em que os mais rudimentares artefactos de cobre se hão achado em estações inquestionavelmente



Fig. 10 – Fotografia dos participantes no Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia pré-Histórica, reunido em Lisboa, em Setembro de 1880. Estácio da Veiga é o oitavo, em segundo plano, a contar da direita. Prova em papel existente no Laboratório Nacional de Energia e Geologia (Alfragide), reprodução de J. L. Cardoso.

neolithicas, apresento em seguida as plantas, os perfis e a descrição de sete monumentos que explorei na famosa necrópole de Alcalá em o concelho de Portimão, a qual considero ser, por enquanto, a única estação clássica que neste paiz caracteriza a transição do período neolithico para a primeira idade dos metaes.

Com o quarto volume, já coordenado, devo concluir o estudo geral da paleoethnologia do Algarve, sendo os característicos das idades metallicas, que apresento e demonstro com estações especiaes, comparados aos das outras estações synchronicas até agora conhecidas em todo o reino e em algumas provincias da Hispanha. É esse livro que hade patentear a successão ordinal das mais typicas civilizações que no território peninsular existiram até os primeiros assomos dos tempos históricos, assim como a incalculável antiguidade da linguagem escripta, deduzida da idade, archeologicamente comprovada, em que a paleografia indígena já tinha assumido as formas epigraphicas. [...]

O quarto volume veio efectivamente a ser publicado no ano seguinte ao desta missiva; foi também enviado ao Secretário-geral da Academia das Ciências de Lisboa, acompanhado de carta datada de 4 de Junho de 1891, da qual já acima se transcreveu pequeno trecho. Tem interesse conhecer o julgamento do autor:

“Com o referido quarto volume ponho termo á representação e exame dos característicos das diversas idades préhistoricas por mim descobertos e classificados naquella zona geographica e symbolisados na carta que acompanha o primeiro livro; e por terem sempre sido cuidadosamente comparados com os das estações correspondentes já conhecidas no reino e ainda com os de outras do território hispânico, julgo ter assim chegado a registrar uma resenha geral da paleoethnologia peninsular e reivindicando muitas origens, propriamente occidentaes, até hoje attribuidas a outras regiões.”

Enfim, a questão do *Museu Archeologico do Algarve* é outro dos aspectos maiores da trajectória científica de Estácio da Veiga, estreitamente relacionado com a Carta Arqueológica, cuja demonstração prática deveria

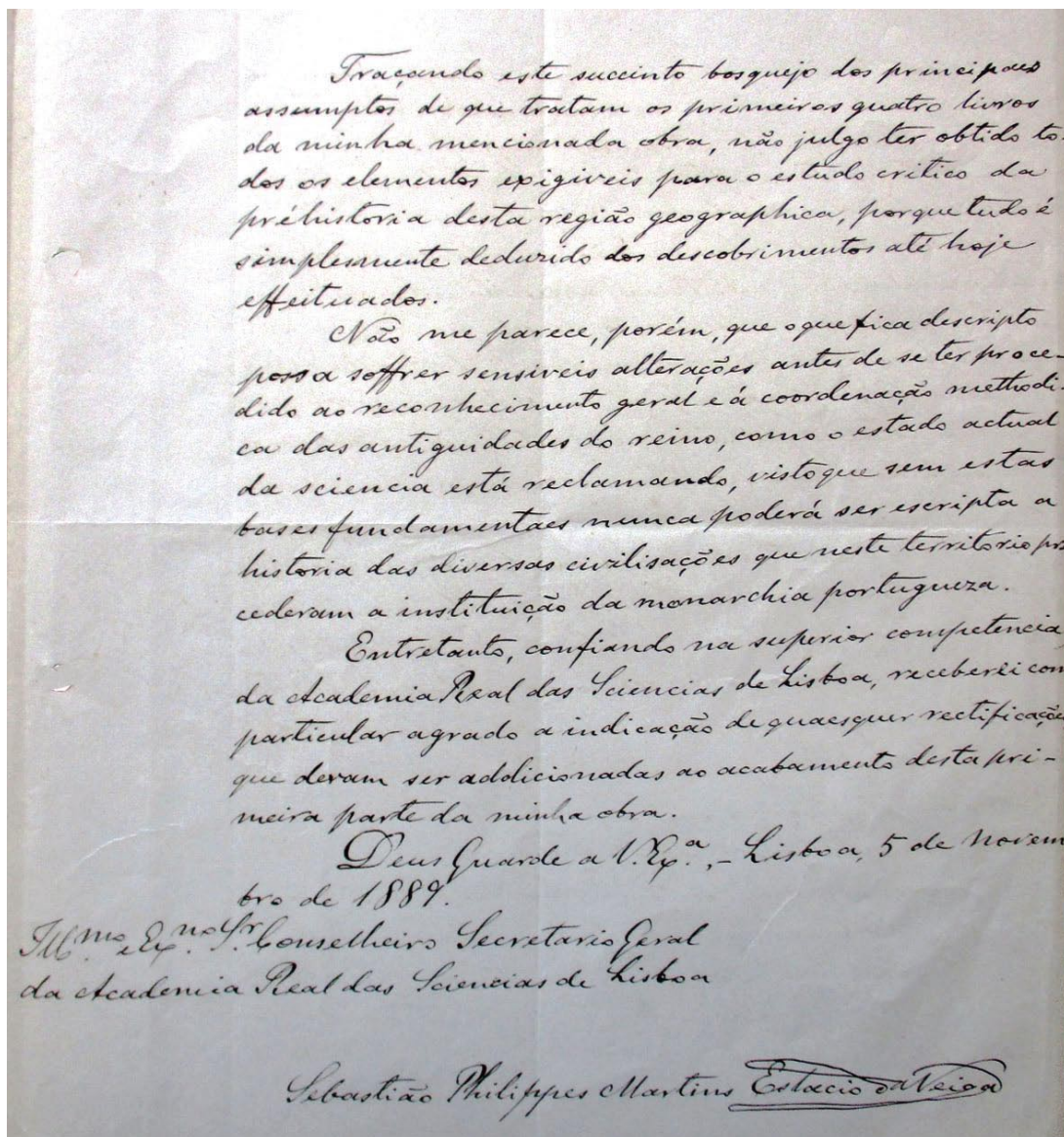


Fig. 11 – Terceira e última página autógrafa da carta dirigida por Estácio da Veiga ao Secretário-Geral da Academia das Ciências de Lisboa, datada de 5 de Novembro de 1889. Processo Individual, Academia das Ciências de Lisboa, reprodução de J. L. Cardoso.

ser pelo Museu assegurada, através das peças ali expostas. Tal Museu, constituiu um rosário de dissabores e decepções que amarguraram os últimos tempos da existência de Estácio. Como o próprio declara, numa bem significativa passagem do volume V, não faltaria quem, depois da sua morte, que já então presentia, cobiçasse o produto do seu trabalho insano...

A opinião de Estácio não foi sempre uniforme, a respeito do local onde deveria ser fundado o *Museu Archeologico do Algarve*. Com efeito, depois de sugerir que as peças por si coligidas, finda a primeira etapa do levantamento arqueológico oficial do Algarve, integrassem um museu arqueológico a constituir na Academia das Ciências de Lisboa, conforme carta datada de 7 de Julho de 1877 dirigida ao Presidente da Segunda Classe da Academia, propósito que não teve seguimento, conseguiu que esse museu se instalasse na sede da Academia de Belas-Artes, de cuja organização fora incumbido oficiosamente em dia aziago, 1 de

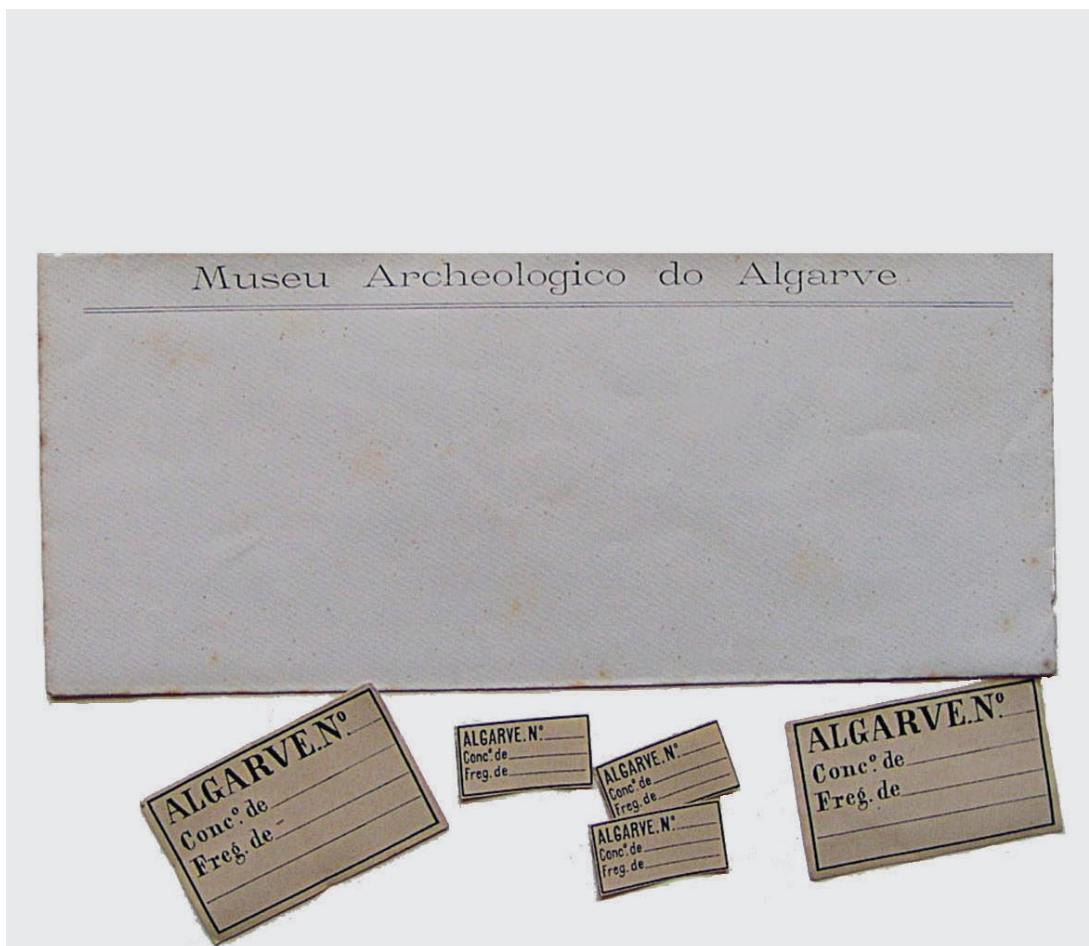


Fig. 12 – Envelope timbrado e etiquetas do Museu Arqueológico do Algarve. Arquivo Histórico do Museu Nacional de Arqueologia, reprodução de J. L. Cardoso.

Abril de 1880. Apesar da fragilidade das bases contratuais e jurídicas da sua criação, chegou a possuir papel timbrado e etiquetas (Fig. 12).

Hoje compreende-se que aquele projecto não tivesse vingado na Academia das Belas Artes, onde contou sempre com a pertinaz oposição, entre outros, do Conde de Almedina e de Thomaz Ribeiro, poeta publicista e político.

Com efeito, não se descortinam as razões para uma Academia – para mais de Belas-Artes – sedeadada em Lisboa ceder, a título permanente, espaços próprios, no âmbito de uma exposição de carácter regional, por mais interessante que fosse (e seguramente não era, para muitos daqueles académicos). Por outro lado, importa ter presente que Estácio, pequeno fidalgo da província, não frequentador dos salões da capital, carecia naturalmente de apoios sendo excepção a compreensão e indiscutível confiança que sempre lhe dispensou o Director-Geral da Instrução Pública, o Conselheiro António Maria de Amorim, personalidade que, a nível governamental promoveu, acompanhou e protegeu o desempenho de que Estácio estava incumbido no Algarve.

Assim, a breve trecho, foi o Museu encaixotado por ordem da referida Academia, e os espólios transferidos em Agosto de 1881 para os fundos do velho edifício, onde foram vistos por E. Cartailhac em Setembro daquele ano, que de novo se deslocara a Portugal no âmbito da redacção da obra *Les Âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, encomendada pelo Governo francês (CARTAILHAC, 1886).

Impedido de reorganizar o *Museu Archeologico do Algarve* na capital e também em Faro, para onde pretendia que as peças por si coligidas fossem transferidas, tratou de as refazer de raiz, recorrendo para tal aos seus amigos e conhecidos. Permanecia, porém, o problema do espaço para albergar os espólios assim de novo reunidos, para o qual não encontrou solução, depois de abortada a criação do *Instituto Archeologico do Algarve*. Os materiais mantiveram-se, deste modo, em sua posse, no Algarve, na sua casa de Cabanas de Tavira, até à sua aquisição pelo Estado, depois da sua morte, em finais de 1893, por um conto de réis, verba disponibilizada pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sendo Ministro da pasta Bernardino Machado. Logo J. Leite de Vasconcellos (L. C. C., 2004, p. 494), se apressou a ir ao Algarve, para tomar conta do acervo, o qual veio a constituir o núcleo principal do Museu Etnográfico recém-criado naquele mesmo ano de 1893, em espaço cedido pela Secção dos Trabalhos Geológicos de Portugal, no 2.º andar do edifício da Academia das Ciências de Lisboa. Assim se salvaguardou, para os vindouros, os resultados de um labor insano, vindo ulteriormente as colecções que se conservavam na Academia das Belas Artes a integrar o também Museu de Leite de Vasconcelos, acabando todo o acervo arqueológico ter ficado reunido sob o mesmo tecto.

Poder-se-á, em jeito de síntese conclusiva, considerar a vida científica de Estácio da Veiga no domínio da Arqueologia pontuada por acontecimentos marcantes, definindo as seguintes três fases, que também pontuaram a sua própria vida:

- 1.ª Fase – desde as suas primeiras produções escritas sobre diversas temáticas, com destaque para os *Povos Balsenses*, datado de 1866, até ao início do reconhecimento arqueológico dos campos de Mértola e do Algarve, a 3 de Março de 1877;**
- 2.ª Fase – desde 3 de Março de 1877, até à apresentação da primeira versão da Carta Arqueológica do Algarve, em Outubro de 1878;**
- 3.ª Fase – desde Outubro de 1878, passando pela assinatura do contrato de redacção das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* em 29 de Maio de 1879 com o Governo e pela instituição oficiosa do Museu Arqueológico do Algarve, a 1 de Abril de 1880, até à data da morte a 7 de Dezembro de 1891.**

“Fiel ao seu programma, e firme no seu posto, Estacio morreu pensando na archeologia e no Algarve, que tão querido lhe era !”

J. Leite de Vasconcellos, *O Arqueólogo Português*, 9 (1904), p. 201, nota 2.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Doutor Miguel Telles Antunes, Director do Museu da Academia das Ciências de Lisboa, por ter providenciado a consulta do Processo Individual de Estácio da Veiga e a reprodução da documentação que ilustra o presente estudo.

Ao Dr. Luís Raposo, então Director do Museu Nacional de Arqueologia, que autorizou o estudo do Arquivo de Estácio da Veiga, conservado naquela Instituição. À Dr.^a Lúvia Cristina Coito, responsável pelo Arquivo Histórico daquele Museu, pela cordialidade do acolhimento.

À Dr.^a Maria Luísa Estácio da Veiga e sua Exm.^a Família, pela autorização da consulta e reprodução fotográfica pelo signatário de diversos retratos de Estácio da Veiga, alguns dos quais inéditos, como o agora apresentado.

Ao Doutor Miguel Ramalho que, enquanto Vice-Presidente do extinto Instituto Geológico e Mineiro, autorizou a reprodução da foto dos participantes no Congresso de 1880, conservada naquela Instituição.

REFERÊNCIAS

- BREYNER, T. M. (1930) – *Memorias do Professor Thomaz de Mello Breyner 4.º conde de Mafra*. Volume 1. Lisboa: Parceria de Antonio Maria Pereira.
- CARDOSO, J. L. (2007) – Estácio da Veiga e a Arqueologia: um percurso científico no Portugal oitocentista. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 293-520.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento arqueológico do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 67-112.
- CARTAILHAC, É. (1896) – *Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: C. Reinwald.
- L. C. C. [Lúvia Cristina Coito] (2004) – Documentos para a história do MNA. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 22, p. 491-513.
- PEREIRA, M. L. E. V. (1984) – *Estácio da Veiga cientista algarvio pioneiro da Arqueologia em Portugal*. Lisboa: Casa do Algarve (Estudos Algarvios, 17).
- PEREIRA, M. L. E. V. A. S. S. (1981) – O Museu Archeologico do Algarve (1880-1881). Subsídios para o estudo da Museologia em Portugal no século XIX. Faro: *Anais do Município de Faro*, 219 p. (separata).
- VASCONCELLOS, J. L., in VEIGA, S. P. M. E. (1904) – Antiguidades Monumentaes do Algarve (elementos para o volume V da obra que com este título começou a ser publicada por Estacio da Veiga, – por elle deixados em manuscrito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 9, p. 200-210.
- VEIGA, S. P. M. E. (1866) – *Povos Balsenses. Sua situação geographico-physica indicada por dous monumentos romanos recentemente descobertos na Quinta da Torre d’Ares distante seis kilometros da cidade de Tavira*. Lisboa: Livraria Catholica.
- VEIGA, S. P. M. E. (1879) – *Antiguidades de Mafra. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias de Lisboa.
- VEIGA, S. P. M. E. (1880) – *Memoria das antiguidades de Mértola observadas em 1877 e relatadas por...* Lisboa: Imprensa Nacional.

- VEIGA, S. P. M. E. (1886, 1887, 1889 e 1891) – *Antiguidades Monumentais do Algarve*. 4 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEIGA, S. P. M. E. (1887) – Projecto de legenda symbolica para a elaboração e interpretação da Carta de Archeologia Historica do Algarve. *Jornal de Sciencias Mathematicas Physicas e Naturaes*. Lisboa. 11, p. 3-7.
- VEIGA, S. P. M. E. (2006) – *Antiguidades Monumentais do Algarve. Volume 5. Tempos Históricos*. Introdução de João Luís Cardoso. Comentários de João Luís Cardoso e Alexandra Gradim. Silves: Câmara Municipal de Silves/ Museu Nacional de Arqueologia.
- VEIGA, S. P. M. E. (2009) – Várias antiguidades do Algarve. Nota introdutória e comentários de João Luís Cardoso. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 617-696.

**MANUEL AFONSO DO PAÇO (1895-1968), UM ARQUEÓLOGO
NO CAMPO DA BATALHA DE LA LYS (9 DE ABRIL DE 1918)¹**

***MANUEL AFONSO DO PAÇO (1895-1968), AN ARCHAEOLOGIST
IN THE FIELD OF THE BATTLE OF LA LYS (9 OF APRIL OF 1918)***

João Luís Cardoso*

Abstract

A brief summary of the events personally experienced by Afonso do Paço was presented during his mobilization in France during the First World War. Written by himself on the form of letters, they were later published in a book almost unknown and that the recent commemorations of the battle of La Lys, of which it presents terrible report, like few, completely ignored. These reports were complemented by other elements extracted from several works by the author. The present contribution is thus a tribute paid to him, in the fifty years of his passing and in the hundred years of the end of the bloody conflict in which he had a valiant participation, which earned him public recognition.

Keywords: Afonso do Paço, First World War, La Lys.

Nasceu o Tenente-coronel Manuel Afonso do Paço a 30 de Novembro de 1895 no lugar de Além do Rio, freguesia de Outeiro, concelho de Viana do Castelo, vindo a falecer em Lisboa, a 29 de Outubro de 1968, depois de uma vida cheia, dedicada à carreira militar e à sua maior paixão, a Arqueologia, na qual se destacou como um dos maiores arqueólogos do seu tempo (Fig. 1).

Tal conclusão encontra-se evidenciada pela leitura do respectivo elogio histórico, feito por um dos seus mais dilectos colegas e amigos (FERREIRA, 1970).

Sobre a sua participação militar na Grande Guerra, respiga-se do seu Processo Individual, conservado no Arquivo Histórico Militar diversas informações: a incorporação de Afonso do Paço no Exército remonta a 15 de Maio de 1916, assentando praça no Regimento de Infantaria n.º 3, então sediado em Extremoz. Com o Curso completo dos Liceus, matriculou-se em 1915 na Faculdade de Letras de Lisboa, tendo frequentado o 4.º ano do curso de Filologia Românica em 1919. Em 1917 frequentou a Escola de Sargentos e, nesse mesmo ano, a Escola Prática de Oficiais Milicianos. Em 1921 matriculou-se no Curso de Administração Militar da então Escola de Guerra, que concluiu em 1923.

* Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt. Coordenador da linha de investigação History of Archaeological Science (ICArEHB).

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada em Novembro de 2017 ao 3.º Colóquio sobre a Grande Guerra (1914-1918), organizado pela Academia das Ciências de Lisboa, por convite do seu Presidente, Prof. Doutor Artur Anselmo.

Foi promovido a Alferes Miliciano a 9 de Fevereiro de 1918, e foi nessa qualidade que recebeu dois louvores pela sua actuação no *front*:

- o primeiro, “[...] *porque como subalterno da 1.ª bateria do 4.º Grupo de Metralhadoras do CEP em França, contribuiu com a sua boa vontade, muito zelo e inteligência para a perfeita execução das ordens recebidas, tornando-se notável a sua acção humanitária para com as praças que se achavam doentes nas trincheiras e percorrendo, por mais duma vez as posições das metralhadoras da sua secção para se certificar se eram cumpridas precisamente as determinações feitas no sentido de serem batidas determinadas posições inimigas.*”;

- o segundo, “[...] *pela coragem e decisão que manifestou em diversas circunstâncias, e designadamente no dia 9 de Abril de 1918, como comandante de uma secção de metralhadoras, cujas secções se aguentaram brilhantemente nos seus postos de combate, rendendo-se só depois de esgotados todos os recursos de defesa e perante a grande superioridade do inimigo que os envolveu.*” (AHM, Processo Individual de Manuel Afonso do Paço, cx. 3180).



Fig. 1 – Afonso do Paço (1895-1968) ostentando, entre outras condecorações, a Cruz de Guerra ganha em La Lys, a 9 de Abril de 1918. Arquivo JLC/OVF.

Feito prisioneiro pelos Alemães, no dia 9 de Abril de 1918, foi libertado a 28 de Dezembro daquele ano tendo regressado a Portugal a 16 de Janeiro de 1919

Foi condecorado com a Medalha de Prata comemorativa da expedição a França em 1918, e com a Medalha da Vitória, em 1919.

A Cruz de Guerra de 2.ª Classe foi-lhe conferida em 1926, sucedendo-se a Medalha de Prata da Classe de Comportamento Exemplar, em 1927, e, em 1929, a Medalha Militar de Prata com Palma da classe Bons Serviços.

Mais tarde, e ainda como reflexo da sua relevante participação na Grande Guerra e dentro da carreira militar que ulteriormente abraçou (Tenente miliciano a 31 de Agosto de 1922, Alferes do QP a 24 de Novembro de 1923, Tenente a 22 de Dezembro de 1923, Capitão a 28 de Dezembro de 1940, Major a 29 de Junho de 1949 e Tenente-coronel a 13 de Março de 1953), foi Afonso do Paço autorizado a usar as insígnias da Cruz de Guerra de 1.ª Classe “[...] *por ter feito parte do 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas (GMP) que cooperou com a «Brigada do Minho» em 9 de Abril de 1918.*”.

Por via da Cruz de Guerra de 1.ª Classe concedida àquela Brigada (a 31.03.1926), com a qual o 4.º GMP colaborou, e ainda em resultado da Cruz de Guerra de 1.ª Classe concedida ao 4.º GMP (a 20.04.1926), tinha Afonso do Paço direito a usar duas *Fourragères* da Cruz de Guerra. Em diversas ocasiões da sua carreira militar foi merecedor de louvores pela forma como desempenhou as suas missões. Em 1953 foi condecorado com a Medalha de Mérito Militar de 2.ª Classe e, em 1954, com a Medalha Militar de Ouro da Classe de Comportamento Exemplar.

A 1.03.1961, já fora do serviço activo, pois passou à situação de Reserva a 30.11.1955, foi agraciado com o grau de Comendador da Ordem Militar de Aviz.

Na Academia Portuguesa da História, ascendeu a Académico de Número em 1955, tendo sido autorizado a usar as insígnias da Academia no uniforme, como então era de uso, de acordo com o Decreto n.º 34 459, de 19 de Março de 1945; ali teve a honra de lhe suceder na cadeira n.º 9.

A sua exemplar carreira militar, poderá, porém, ter sido ofuscada no brilho que evidenciou nos primeiros anos por opção própria, remetendo-se voluntariamente ao exercício de funções com pouca visibilidade e projecção, no Serviço de Administração Militar, mas que, por certo, lhe permitiram dispor do tempo necessário para se dedicar, com total entrega, à Arqueologia, onde realizou obra notável que lhe granjeou reconhecimento internacional.

A sua actividade no domínio da Arqueologia iniciou-se apenas em 1929, quando Afonso do Paço já era detentor de um assinalável currículo no domínio da Etnografia e da Filologia, sendo algumas daquelas obras resultantes da sua participação directa na Grande Guerra.

Um dos contributos mais interessantes neste âmbito, corresponde ao estudo dedicado ao *4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas do C.E.P.: 5.º Grupo de Metralhadoras*, a que pertenceu (Fig. 2), iniciado na década de 1920, mas publicado apenas em 1955. Ali se identifica tão-somente como “Da Academia Portuguesa da História”, reforçando assim o cunho estritamente histórico conferido ao trabalho (PAÇO, 1955). Este encontra-se dividido em duas partes: na primeira, caracteriza o grupo como unidade de combate, historiando os acontecimentos ocorridos desde Coimbra – designado por 5.º Grupo de Metralhadoras, até à instalação no sector de Fauquissart, com a designação de 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas – as acções em que tomou parte, com destaque para a situação antes, durante e depois da batalha do 9 de Abril, seguindo-se um capítulo sobre os mortos, feridos e prisioneiros e um último sobre condecorações e louvores.

Na segunda parte caracteriza-se o Pessoal que integrou o Grupo.

Esta obra encontrava-se em preparação em 1929 (ver indicação no colofon de PAÇO, 1929 b), mas só viria a ser publicada em 1955. Compreende-se a dificuldade da sua redacção, em virtude da destruição dos arquivos do 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas (GMP) na madrugada do dia 9 de Abril de 1918, bem como a quase totalidade dos documentos que ao mesmo grupo se referiam, dificuldades que salientam o valor e a oportunidade da obra, no seguimento de outras de maior tomo anteriormente publicadas por outros participantes no sangrento conflito, como a do General Gomes da Costa e a do Coronel Mardel Ferreira.

A vida castrense, especialmente em França, permitiu-lhe a recolha de muitas expressões ou termos que ouvia amiúde, que se inseriam na gíria militar. Sob esta temática, publicou, como Tenente, as *Gírias Militares Portuguesas* (PAÇO, 1926) (Fig. 3), opúsculo constituído por três partes distintas: 1) Gíria da Malta; 2) Gíria da Caserna; 3) Gíria do Colégio Militar (onde exerceu funções como Professor provisório em 1925).

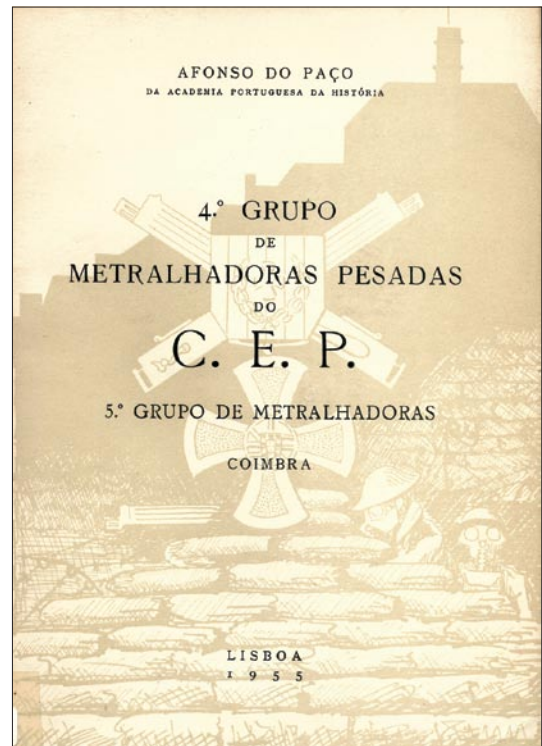


Fig. 2 – Capa da obra onde Afonso do Paço historiou a vida do 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas, anteriormente designado 5.º Grupo de Metralhadoras, formado em Coimbra. Arquivo JLC.

Este opúsculo compila a totalidade dos termos que o próprio autor ouviu directamente no terreno das operações, a que acresceram outros, em resultado das informações obtidas de outros companheiros de armas; a origem deste trabalho deve-se a J. Leite de Vasconcelos, de quem fora aluno em 1919 na Faculdade de Letras de Lisboa, para dar resposta a um seu colega francês que estava procedendo a idêntico levantamento em França. A carta-prefácio de Leite de Vasconcelos, escrita na sua casa de Campolide a 19 de Fevereiro de 1926 constitui documento cheio de interesse e que até agora passou despercebido (BRANDÃO, 1959), por ela se percebendo claramente o apreço que o Mestre dispensava ao discípulo.

Rapidamente esgotado, deu origem a uma segunda edição em 1932. Entretanto, tinha publicado a “Gíria da Escola Militar” (PAÇO, 1929 a) e, na *Revista Lusitana*, a continuação daquele levantamento, declarando a tal propósito (PAÇO, 1931, p. 159): “A *etnografia militar é um filão ainda pouco explorado, direi melhor, quasi nada explorado, dos etnógrafos portugueses que, tendo estudado em todos os seus ramos a etnografia civil, deixaram de lado a tropa, certamente por nenhum deles envergar farda, nos tempos que vão correndo. [...]*”, realidade que, contudo, persistiu. A sua condição militar favoreceu ainda a redacção de contributos, como “A vida militar no rifoneiro português” (PAÇO, 1935) e “A vida militar no cancionero popular português”, interessantíssima compilação que só viria a ser publicada muito mais tarde pelo Museu de Etnografia e História do Porto (PAÇO, s.d.).

No entanto, bastava a obra *Cartas às Madrinhas de Guerra*, publicada em 1929 (PAÇO, 1929 b), como Tenente (na qual já então explicitava, na folha de rosto a sua condição de sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses), para o situar entre um dos autores mais importantes que escreveram, na 1.ª pessoa, as experiências vividas nos campos de batalha do norte de França (Fig. 4). Esta obra mereceu uma reedição fac-similada em 1993, embora prejudicada por se ter aproveitado, estranhamente, a foto de outro oficial para ilustrar a capa (Fig. 5), o que reforça o estatuto menor que até ao presente lhe foi conferido.

Justifica-se a leitura de alguns dos trechos mais expressivos daquelas cartas, poi o cunho picaresco de algumas das cenas descritas e, nalguns casos, a sua inquestionável beleza literária, só podia preservar-se respeitando-se a forma original:

Aquando do desembarque em Brest (em campanha, 30.09.1917): “*Há pouco apresentamo-nos no Comando Português, onde um capitão de cavalaria, tomando proa napoleónica, os dedos entre os botões do jaleco, começou um discurso de incitação à guerra por estas palavras: – «Nós, em campanha»... [...]. Êste cavalleiro, que nem está na zona de guerra, teve o descaramento de se nos dirigir, a nós que imos [sic] para o front, com as palavras de sucesso: – «Nós, em campanha»...*”

Alguém do lado: – «Comecemos a guerra aqui, acabando já com este gajo!».”

O 4.º GMP foi instalado em Clety, na Escola de Metralhadoras Pesadas, onde os combatentes se instruíram no manuseio das armas que viriam depois a utilizar nos combates, como a metralhadora pesada “Vickers”, de

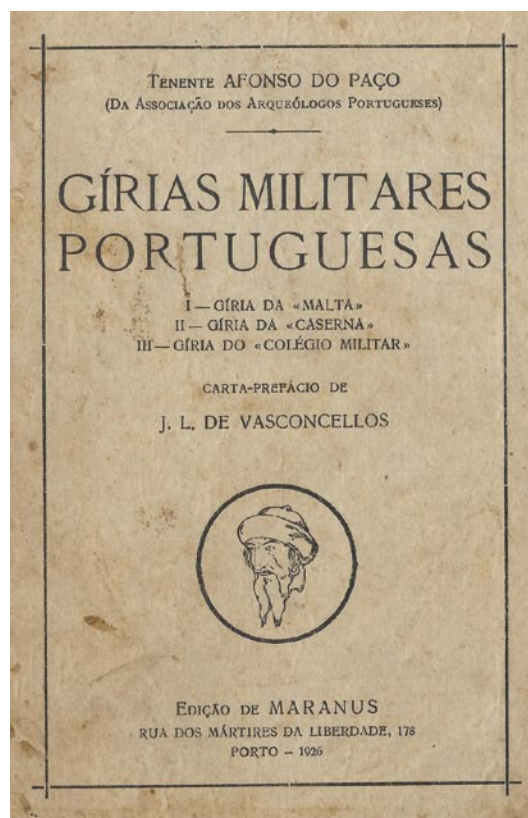


Fig. 3 – Capa da brochura publicada em 1926, com carta-prefácio de J. Leite de Vasconcelos, onde inventariou, entre outras, as gírias dos combatentes das trincheiras. Arquivo JLC.

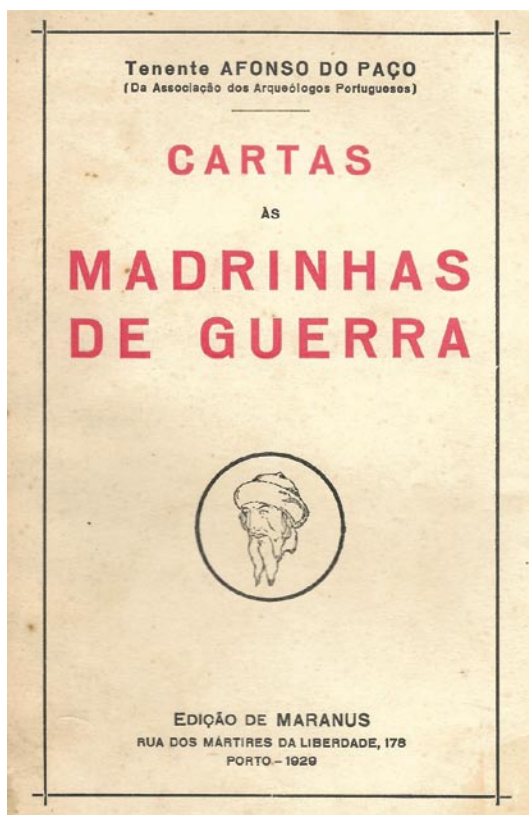


Fig. 4 – Folha de rosto da obra publicada em 1929, onde descreve muitos dos acontecimentos por si vividos no decurso da sua incorporação no Corpo Expedicionário Português em França, em 1917 e 1918. Arquivo JLC.

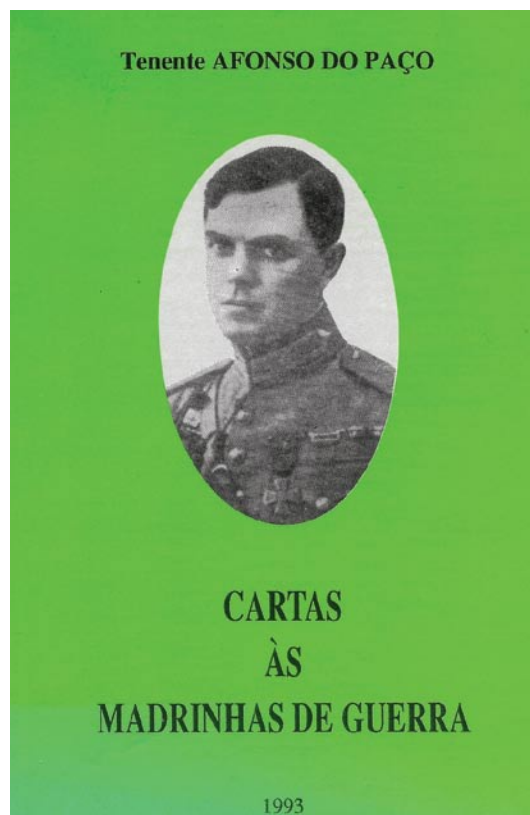


Fig. 5 – Folha de rosto da reedição fac-similada de 1993, realizada em Viana do Castelo, da obra publicada em 1929, mas ilustrada com um retrato que não é o do seu autor. Por deferência do Prof. Doutor Artur Anselmo.

fabrico britânico (Fig. 6); daquela localidade escreveu diversas cartas, contendo pormenores reveladores da vida quotidiana das tropas:

Em PS a carta escrita a 7.09.1917: “[...] *junto de nós existem tropas britânicas: escoceses de saia pelo joelho, casaquinho cintado [...], barrete brejeiro ao lado.*

Os meus soldados alentejanos, nunca viram homens de saias...e vá de fazer-lhes confusões, aparecer um desses sujeitos de espingarda na mão a fazer quartos de sentinela.

Um deles, mais atrevido [...], aproxima-se pé ante pé [...] e como o inglês [sic] não se mexe nem dá pela sua presença, tenta a última prova, a irrefutável: levanta levemente a saia e espreita...para se convencer.

O escocês, dando pelo atrevimento [...] agarrando no cano da espingarda à laia de cacete, corre sobre o meu soldado que se esgueira lépido para junto dos companheiros [...] e a quem conta, com grande gáudio de todos, o resultado do seu exame; [...].”

Em campanha, 8.11.1917: “*Há semanas passou aqui, em Clety [...] dia e noite a caminho do front, uma bicha interminável de camions, uns atrás dos outros, conduzindo tropas para a grande batalha do Ypres, 3.ª ou 4.ª do nome que os ingleses travaram sem grande resultado.*

Ontem, quando desciam da trincha, vinham a pé, extenuados, arruinados dos gases o motor do seu cadáver. Atiravam-se para a valeta da estrada, os olhos semi-cerrados, as goela sêcas do gás, as pernas emperradas de cansaço, as faces macilentas da brutalidade do esforço exigido.

Acerquei-me do primeiro grupo que encontrei ao lado da estrada junto da nossa Mess. Não eram soldados o que vi, mas farrapos humanos que perderam todo o aprumo dos filhos de Albion.

Inquiri do que necessitavam, se estavam feridos, e os seus olhos azuis mortiços, rebolaram nas órbitas, a boca entreabriu-se num esforço [...]

Não estavam feridos no corpo mas na alma.

Preguntei-lhes o que era feito de milhares de companheiros que dias antes seguiram a caminho das linhas.

Disseram que lá tinham ficado, vítimas da metralha e de formidáveis ataques de gases”

Concluído o Curso de Metralhadoras Pesadas, o 4.º GMP foi tirocinar para o front, junto do 1.º Grupo de Metralhadoras, onde chegou a 16 de Novembro de 1917 (PAÇO, 1929, p. 35). Dali escreveu carta, a 30.11.1917, extremamente impressiva, de que se reproduz o seguinte trecho:

“Os very-lights, como foguetório, subiam vagarosamente ao ar numa longa extensão do front, uns atrás dos outros em catadupas, dos nossos e dos alemães, brancos, vermelhos e verdes, a aluminar a trincheira, a pôr notas alegres na vermelhidão do canhoneio feroz de todos os calibres.

São lindos os very-lights, na escuridão da noite! Parecem anjos bons descendo vagarosamente sobre a trincha, afim de levar para o céu as almas belas que morreram na luta! [...]

Parecem brandões acesos a alumiar, no negro catafalco da terra de ninguém e primeiras linhas, os cadáveres mutilados pela metralha!

Sobre as linhas caía um dilúvio de ferro [...].

Depois veio o gás. [...]. Cada um enfia no focinho a máscara que traz ao peito e o arraial toma o aspecto de baile de máscaras ao som de batuque formidável [...].

E este fandelírio continua envolto nas dobras da noite até ao romper do dia. [...].

Trincheira arriba, aos ombros dos maqueiros, sobem depois os feridos a caminho dos postos de socorros, contorcendo-se de dores e soltando gemidos lancinantes.

À tarde com o acompanhamento da gente de Laventie, foram os mortos a enterrar envoltos na bandeira de Portugal, ... a esconder para sempre nas entranhas da terra, como se fosse feio mostrar ao mundo homens que morreram no campo da honra!”

O 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas foi destinado ao sector de Fauquissart onde ficou estacionado desde 8.12.1917 a 8.04.1918. Ficou subordinado à 3.ª Brigada de Infantaria, em frente da povoação de Laventie, na extrema esquerda da Divisão portuguesa, confinando com tropas britânicas.

Giria da Malta (em campanha, 20.12.1917): *“Como esta Terra de Ninguém é a coisa pior que há por aqui, também se denomina Avenida Afonso Costa, tal é a simpatia por aquele estadista.*

Cachapim é todo aquele que não combate com armas na mão, que está à rearguarda. Há-os de diversos calibres, ligeiros, dos Batalhões, médios, das Brigadas, pesados, das Divisões.

Os das Bases chamam-se básicos e é tal a sua ignorância de coisas da guerra, que já houve quem pedisse a um conhecido que ia para a trincha, que lhe trouxesse de lá uma granada ou um morteiro pesado para levar para a família como recordação [...].



Fig. 6 – Metralhadora pesada “Vickers”, de fabrico britânico, arma utilizada pelo 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas a que Afonso do Paço se encontrava adstrito. Museu Militar de Lisboa. Foto de JLC.

A metralhadora pesada é a costureira, a muchingona (do inglês machin-gun) ou a cantadeira e a ligeira Luísa, do seu nome inglês Lewis-Gun.

Em carta escrita a 28.12.1917, aludiu ao único processo do fuzilamento por traição de um soldado do CEP, a 14 de Setembro de 1917, o qual, por desventura, tinha por missão abastecer de granadas as posições de artilharia devidamente assinaladas numa carta que conservava, para se orientar, a qual teria sido comunicada ao inimigo por intermédio de uma francesa “*que se intrometeu na sua vida*” (PAÇO, 1929, p. 33). Os Portugueses não queriam tal desfecho, o qual, conforme refere, teria sido imposto pelos Ingleses.

Em campanha (30.01.1918): “*Laventie (a dois km da 1.º linha alemã) – O alemão poupa-nos Laventie, porque também quere que lhe poupemos Aubers, vila fronteiriça da nossa, onde êle também se diverte.*

A nossa vida em Laventie é uma apologia da alegria e do champagne, alegria que sendo tão grande corta cerce todas as tristezas. A guerra não pode ser feita por gente tristonha. [...] Laventie é o reservatório possante de energias que se desperdiçam lá em baixo na trincha durante uma semana e é por isso que quando estamos prestes a sucumbir nos rendem, nos mandam substituir, para tomar um banho de champagne [...].”

O cavalheirismo existente entre os combatentes dos dois lados foi sublinhado muito mais tarde pelo autor: “*Em noite de rendição do inimigo, o comandante do batalhão de infantaria de quem dependíamos, pedia para se não fazer tiro. Esta gentileza dos portugueses era retribuída pelo adversário quando se dava mudança nas nossas tropas.*

De facto, era muito aborrecido, em noite de rendição, vir um homem carregado de mantas, metralhadoras, morteiros, espingardas, etc., e ter de estatelar-se na lama da trincheira com aquela tralha toda em cima do lombo, só porque um impertinente metralhador se lembrava de bater o caminho por onde o pobre infante tinha de passar” (PAÇO, 1955, p. 25). Contudo, esta não era uma regra que não tivesse excepção, descrevendo situação caricata na carta de 20.01.1918 (PAÇO, 1929, p. 41) e, mais tarde, em 1955 (PAÇO, 1955, p. 39):

“Durante certo tempo, respeitou o alemão a hora da distribuição do rancho da tarde, não fazendo fogo de metralhadoras ou artilharia sobre as nossas trincheiras, gentileza que era retribuída por igual da nossa parte.

Em meados de Janeiro porém [...] este contrato deixou de ser observado e um dia entornou-se um dos nossos caldeiros do rancho.

Praguejavam violentamente os cozinheiros e fachinas [...] contra a falta de atenção germânica e quase nos lançaram em rosto a culpa do que se passava, por não respondermos [...] ao adversário.”

Mas esta situação tinha antecedente de sinal contrário, pois na véspera de Natal, quando as armas se calariam de ambos os lados, “[...] não o quiseram assim os nossos chefes que ordenaram à artilharia na noite de 24/25 uma avalanche de cartões de boas festas ao inimigo. [...] Enquanto que os ingleses se banquetevam sossegados com o tradicional perú, de que vimos montanhas nas suas cantinas de Bethune [...] o alemão recebia pacientemente os nossos cumprimentos sem ripostar sequer com um tiritado de metralhadora ou espingarda, os nossos artilheiros eram o único elemento de guerra a cortar a paz daquela noite santa.” (PAÇO, 1955, p. 32).

Em campanha (26.02.1918): “*De tanto matar, a morte já não é para nós um horror [...]. Nós já não somos as almas boas que criou o sol de Portugal. Somos uns miseráveis assassinos encurralados nas trincheiras.*

Nós já não somos nós, somos farrapos de nós mesmos que andam de escantilhão pela trincha, vivendo num mundo que não é este mundo [...].”

Em campanha (28.9.1918): “*Se soubesse a luta diabólica que se travou em mim há dias, entre o dever e o espírito de conservação deste corpinho que pela sua mão direita lhe escreve esta carta!?”*

O relato do que se passou na acção de que mais se orgulhava no CEP, é por si descrita, modestamente, muitos anos depois (PAÇO, 1955, p. 38): “*Em meados de Março, quando de violentos bombardeamentos às posições de metralhadoras da secção A do subsector I, o alferes Paço, não dispendo de ninguém que enviasse*

como agente de ligação àquele local, partiu para lá com a sua ordenança. No caminho, ao passar por uma das metralhadoras de T.I. que lutava com falta de pessoal para o carregamento de fitas, a fim de bem responder ao S.O.S. que era pedido pela nossa infantaria das primeiras linhas, deixou aí a ordenança e seguiu sozinho, atravessando a barragem, para as posições alvejadas, cujas guarnições animou com a sua presença e ajudou nas dificuldades em que se encontravam”.

Na noite de 8 para 9 de Abril, o 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas tinha ao seu serviço 8 oficiais, e 208 praças (sargentos, cabos e soldados). Tratava-se sem dúvida de uma unidade de elite do CEP, no dizer do futuro General Sérgio de Castro, comandante de uma das duas baterias que constituíam o Grupo (PAÇO, 1955, p. 48, nota 1).

As perdas na manhã do dia 9 de Abril ascenderam a 4 oficiais (2 capitães e 2 tenentes) e 6 praças, tendo sido feitos prisioneiros pelos alemães 3 oficiais e 91 praças, totalizando assim, entre mortos e capturados 104 dos 208 homens existentes na véspera, ou seja 50% dos efectivos do Grupo.

De notar a elevadíssima percentagem de oficiais mortos e capturados (7 em 8), comparativamente aos praças, o que bem evidencia o envolvimento daqueles nas operações desenroladas em confronto directo com o inimigo. Apesar disso, foram raríssimos os louvores entre Dezembro de 1917 e Abril de 1918 e só em parte e tardiamente alguma justiça terá sido feita, devido à pouca apetência em tal matéria dos comandantes das duas baterias do Grupo, o Capitão, depois General, Sérgio de Castro, e o Capitão António Montez, que pereceu em combate na ofensiva de 9 de Abril (PAÇO, 1955, p. 83).

A ofensiva alemã da madrugada de 9 de Abril, que, como é sabido, incidiu especialmente sobre o sector de Fauquissart, onde se encontrava Afonso do Paço, foi descrita numa carta deste, já do cativo, no campo de prisioneiros de Rastatt, a 18 de Abril de 1918: *“Apenas os ruídos surdos e longínquos dos transportes alemães, anunciavam a tempestade que se havia de desencadear tremenda, daí a poucas horas sobre as nossas cabeças.*

Começou o maior inferno que jamais caiu sobre tropas de Portugal! A princípio julguei-o uma retaliação aos nossos bombardeamentos dos últimos dias, mas a chuva de metralha continuava sempre formidável, as granadas rebentavam por todos os lados, e o que nos valia era que uma grande percentagem não explodia. O meu pobre abrigo, a minha «Vila Grilo» que dias antes mudara o nome para «Vila Nun’Álvares», também foi escaqueirada, ficando sepultadas nas suas ruínas as minhas recordações, a correspondência das madrinhas, os seus retratos, as minhas economias para uma licença de longas viajatas. [...].

Uma ofensiva destas nunca é uma vitória no sentido verdadeiro da palavra, nunca é uma luta em campo igual que traga glória ao que avança. É ponto assente que ganha os primeiros palmos de terreno quem toma a ofensiva. Os últimos é que são mais difíceis, quasi sempre problemáticos. E em 9 de Abril os alemães ao lamberem as barbas ensopadas em sangue português, com certeza se não sentiram reis da criação nem a comezaina certamente os satisfez, porque uma ofensiva destas que custa rios de dinheiro, não é compensada com tão pequeno avanço.”

Duas das 4 posições comandadas por Afonso do Paço utilizadas em T.I., abriram fogo logo no início do bombardeamento batendo todos os entricheiramentos ao seu alcance, respondendo assim a um presumível SOS da primeira linha de que o espesso nevoeiro não deixava ver os sinais. A intensidade do fogo fora tal, que houve necessidade de substituir os canos e de vez em quando parar para mudar a água do refrigerador. Atacado com gases o recinto arborizado onde as metralhadoras estavam postadas, tiveram que ser executados com máscaras muitos serviços de remuniamento e carregamento de fitas, tendo Afonso do Paço sido então capturado por um numeroso grupo germânico pela retaguarda (PAÇO, 1955, p. 55 e 56).

A acção do 4.º GMP na progressão da ofensiva alemã não deixou de ser registada pelo General Ludendorff, nos seus *Souvenirs de Guerre*: *“A marcha da nossa infantaria foi demorada em virtude dos ninhos de metralhadoras inimigas disseminados num terreno semeado de arbustos.”*

Verdade seja dita que houve nalguns casos genuína admiração por parte dos alemães, pela forma como muitos dos soldados do 4.º GMP se bateram. Foi o caso de Manuel da Silva, natural da Freguesia de Santa Eulália de Rio Covo, do concelho de Barcelos, soldado apontador da 1.ª bateria, que morreu agarrado à sua metralhadora, apenas preocupado em dificultar “[...] a marcha dos germânicos e vingara morto de seu oficial e sargento.” (PAÇO, 1955, p. 61).

A tosca cruz de madeira colocada na sua campa e hoje exposta no Museu Militar de Lisboa (Fig. 7) com inscrição a negro piedosamente pintada por ignoto combatente germânico, diz simplesmente:

HIER LIEGT EIN TAPFERER PORTUGIESE | *Aqui jaz um valente português*



Fig. 7 – Tosca cruz de madeira aparentemente reaproveitando tábuas de caixotes, colocada na campa do soldado da 1.ª bateria do 4.º Grupo de Metralhadoras Pesadas Manuel da Silva, morto na ofensiva alemã de 9 de Abril de 1918, com a inscrição, pintada a tinta negra: HIER LIEGT EIN TAPFERER PORTUGIESE (aqui jaz um valente português). Museu Militar de Lisboa. Foto de JLC.

E não era preciso, de facto, dizer mais nada. Estava tudo dito na nobreza daquelas singelas palavras. Esta cruz constitui um dos documentos mais preciosos e impressionantes da carnificina, sublinhando, na sua humildade, a tragédia então vivida. Bem merecia ser conhecida de todos os Portugueses.

AGRADECIMENTOS

À Dr.^a Maria da Conceição André, do CEACO/CMO que providenciou a recolha de elementos do Processo Individual de Afonso do Paço conservado no Arquivo Histórico Militar.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, D. de Pinho (1959) – José Leite de Vasconcelos. Traços da sua vida apontamentos da sua obra. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 21 (3/4). Separata de 85 p.
- FERREIRA, O. V. (1970) – Tenente-coronel Manuel Afonso do Paço. Arqueólogo e etnógrafo. *Actas das I Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1969)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 1, p. 9-35.
- PAÇO, A. (1926) – *Gírias militares portuguesas*. Porto: Marânus. 2.^a edição (1932), Porto: Imprensa Portuguesa.
- PAÇO, A. (1929 a) – Gíria da Escola Militar. *A Língua Portuguesa*. Lisboa. 1 (4). Separata de 12 p.
- PAÇO, A. (1929 b) – *Cartas às madrinhas de guerra*. Porto: Marânus. Com reedição fac-similada (1993), Viana do Castelo.
- PAÇO, A. (1931) – Gírias militares portuguesas. *Revista Lusitana*. Lisboa. 29, p. 159-169.
- PAÇO, A. (1935) – A vida militar no rifoneiro português. *A Língua Portuguesa*. Lisboa. 4, p. 190-198.
- PAÇO, Afonso do (1955) – 4.^o Grupo de Metralhadoras Pesadas do C.E.P.: 5.^o Grupo de Metralhadoras. Lisboa: Tipografia da L.C.G.G.
- PAÇO, A. (s/d) – *A vida militar no cancioneiro popular português*. Museu de Etnografia e História. Junta Distrital do Porto. Porto: Imprensa Portuguesa.
- Processo Individual de Manuel Afonso do Paço*. Arquivo Histórico Militar. Lisboa, cx. 3180.

**CORRESPONDÊNCIA REMETIDA
POR EMINENTES PRÉ-HISTORIADORES EUROPEUS
A JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS (1853-1941)**

***CORRESPONDENCE SENT BY EMINENT EUROPEAN PRE-HISTORIANS
TO JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS (1853-1941)***

João Luís Cardoso*

Abstract

The correspondence received by J. Leite de Vasconcelos from thirteen archaeologists of Swedish, English, French, Italian, Swiss and German nationality, evidence the internationalization achieved by the Director of the Portuguese Ethnological Museum. The missives, almost all of them of the twentieth century, when the scientific prestige of Leite de Vasconcelos had reached the peak, deal with very different, generally relevant themes, sometimes resulting from visits made by the author himself to his correspondents, or, on the contrary, of visits made by them to Lisbon, thus enabling a direct knowledge. In fact, the mobility of Leite de Vasconcelos is well-known, which is in keeping with its declared love of traveling. These missives sometimes address scientific questions of first importance, contributing to the knowledge of the state of archaeological research in the respective countries, with international repercussions.

Keywords: archeology, international correspondence, José Leite de Vasconcelos, twentieth Century.

1 - INTRODUÇÃO

Em 2008, pretendendo comemorar os 150 anos do nascimento de José Leite de Vasconcelos, a Academia Portuguesa da História publicou no âmbito do volume então organizado um conjunto epistolar de alguns dos mais eminentes pré-historiadores europeus que com ele se corresponderam, pretendendo-se assim dar também a sua dimensão internacional neste domínio (CARDOSO, 2009).

Ulteriormente, do seu epistolário, seleccionaram-se as missivas remetidas por eminentes arqueólogos espanhóis, que evidenciaram o seu prestígio no país vizinho, sendo amiúde consultado sobre questões de natureza científica ou bibliográfica, dando assim a dimensão das principais linhas de investigação ali então em curso (CARDOSO, 2016-2017).

O presente trabalho – o terceiro e último desta série, só possível pela autorização concedida no acesso e publicação dos espécimes de arqueólogos estrangeiros conservados no Epistolário de José Leite de Vasconcelos no Museu Nacional de Arqueologia – pretende consolidar a dimensão internacional, como

* Universidade Aberta (Lisboa). Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).
Coordenador da linha de investigação History of Archaeological Science (ICArEHB). cardoso18@netvisao.pt

arqueólogo eminente e respeitado. Assim, serão transcritas e comentadas as missivas recebidas de outros arqueólogos de diversos países, abordando questões muito distintas, generalistas ou específicas, sobre as quais o sábio português possuía sempre uma informação útil, confirmando-se a amplitude da sua cultura, e o seu estatuto como referência de um saber que não conhecia fronteiras. Assim se dá por concluído o projecto iniciado em 2008, ficando plenamente demonstrado o estatuto transnacional de José Leite de Vasconcelos no domínio da Arqueologia, domínio que cultivou de forma apaixonada mas sempre consequente, no decurso da sua longa e produtiva vida.

Importa não esquecer, por outro lado, que os contactos epistolares assíduos com os seus pares de outros países, não o distraíram da indispensável relação científica com muitos portugueses, conforme se evidencia pela riqueza do seu epistolário, em boa hora inventariado (COITO, 1999), e do qual o signatário já publicou a correspondência enviada por Joaquim Fontes (CARDOSO, 2012) e Abel Viana (CARDOSO & COITO, 2014-2015), entre os arqueólogos, e David Lopes, entre os historiadores (CARDOSO, 2004).

*

No respeitante à transcrição da correspondência, respeitou-se a grafia original, mantendo-se os erros ortográficos, explicáveis pelo facto de alguns dos correspondentes escreverem em francês – o idioma internacional da época – sendo de outras nacionalidades. As palavras que não foi possível transcreever, representam-se por três pontos de interrogação entre parêntesis rectos [???].

2 – CORRESPONDÊNCIA COMENTADA

2.1 – Cartas de Nils Åberg (1888-1957)

Arqueólogo sueco que se destacou no estudo da Pré-História nórdica e da Península Ibérica.

Em 1912 doutorou-se pela Universidade de Uppsala e, influenciado pelo seu mentor, Oscar Montelius, realizou viagens de estudos a Itália, Espanha e Portugal. Professor de Arqueologia na Universidade de Uppsala e depois na de Estocolmo, produziu estudos sobre a Idade do Bronze, a Idade do Ferro, a época das invasões germânicas. Nesta época da sua actividade, destaca-se a notável obra que dedicou à Pré-História recente da Europa setentrional (ÅBERG, 1918). Na década de 1920, dedicou-se ao estudo do Neolítico e do Calcolítico da Península Ibérica, tendo publicado livro que se tornou célebre (ÅBERG, 1922 a). Comprovando os seus vastos conhecimentos em outras épocas da História da Europa, no mesmo ano publicou um livro de síntese intitulado *Die Franken und Westgoten in der Völkerwanderungszeit* (ÅBERG, 1922 b).

2.1.1. Carta manuscrita em folha de papel pautado

Uppsala le 22 Déc. 1924

Cher Monsieur «bowsaddles» est une question très difficile à résoudre.

La plupart des saddles appartient aux 15-18 siècles, mais c'est bien sur qu'ils signifient un développement qui remonte au moyen âge ou même aux temps préhistoriques c'est-à-dire avant 12^e siècle. Les têtes d'animaux et parfois aussi d'autre détails ont des rassemblements éloignés dans l'art de l'époque des Vikings, et il ne me semble pas improbable que certains motifs de cette époque ont survécu avec une grande conservation pendant des siècles. Mais nous ne pouvons pas suivre le développement parce que les matériaux du moyen âge manquent. C'est tout ce que je peux vous dire de ce problème difficile.

*Je vous remercie d'avance le vol. 25 d'O Arch. Port.,
je vous souhaite une bonne et heureuse année et je vous
prie, cher Monsieur, de me croire votre tout dévoué*
Nils Åberg [assinatura]

2.1.2. Carta manuscrita em folha de papel pautado (Fig. 1)

*Uppsala 1/5 1925
Cher Monsieur*

*Je vous envoie la photographie d'un tableau où vous
trouverez le bow saddle que vous desirez. Je ne sais pas où
on garde le tableau, mais la photographie, je l'ai reçue du
Nordiska Muséet à Stockholm. J'espère qu'elle vous sera
utile. Dans votre épreuve j'ai seulement changé 16 à 17.*

*Je vous remercie beaucoup de votre publication
que j'ai reçu il y a quelque temps et je vous prie, cher
Monsieur, de me croire votre tout dévoué.*

Nils Åberg [assinatura]

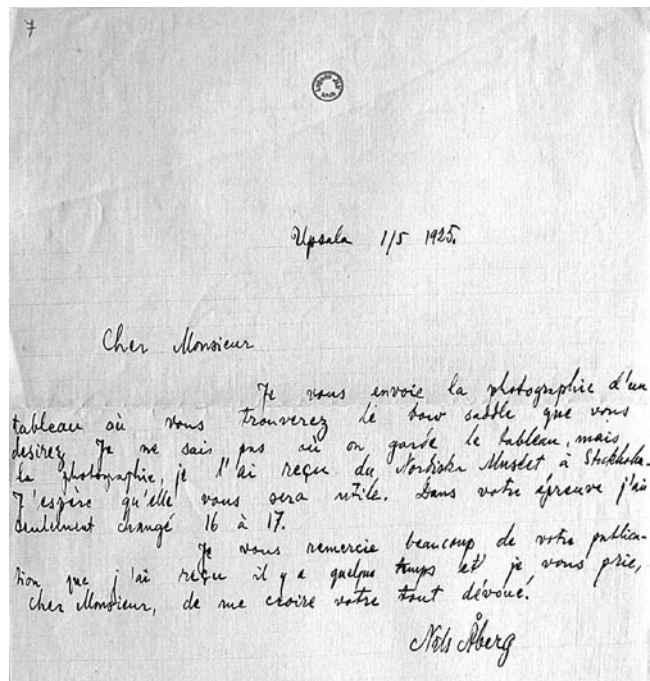


Fig. 1 – Carta de Nils Åberg para José Leite de Vasconcelos, datada de 1.05.1925.

Nestas duas missivas, o arqueólogo nórdico esclarece J. Leite de Vasconcelos sobre a origem de uma tipologia de sela, a sela de arco, chegando este, para o efeito a remeter-lhe para apreciação a prova tipográfica de um escrito por si preparado e onde aborda esta realidade, limitando-se o arqueólogo dinamarquês a alterar a cronologia do século XVI para o século XVII. Desconhece-se onde foi publicado este estudo.

2.2 – Cartas do Conde Henri Bégouën (1863-1956)

Pré-historiador francês, formado em Direito e em Ciências Políticas em Paris. Interessou-se pela Geologia e pela Arqueologia, após visita à Tunísia e, por influência de É. Cartailhac, de quem foi discípulo, dedicou-se ao estudo da arte paleolítica. Em 1912, na gruta de Tuc d'Audoubert, H. Bégouën fez importantes descobertas, das quais se destacam as duas famosas esculturas magdalenenses de bisonte modeladas em argila. Em 1914 prosseguiu as suas investigações de arte rupestre na gruta dos “Trois Frères” (nome atribuído em homenagem aos três irmãos Max, Jacques e Louis, filhos de H. Bégouën). A partir de 1922 foi professor em Toulouse, sucedendo a É. Cartailhac como conservador do Museu de História Natural. Em 1949 foi eleito correspondente da “Académie des Inscriptions et Belles-Lettres”.

2.2.2. Carta manuscrita, com chancela “République Française / VILLE DE TOULOUSE / MUSÉE D'HISTOIRE NATURELLE”, n.º 2110 – 1/2 (Fig. 2)

*Toulouse, le 9 Juin 1927
Monsieur et cher confrère,*

En rentrant en France, j'ai trouvé la polemique relative a Glozel plus vive que jamais.

Je suis particulièrement visé par les partisans des Glozel préhistorique et je suis obligé de me défendre. Votre nom se trouve mêlé a ces discussions. Je crois donc correct de vous envoyer le passage vous concernant, que je compte inserer dans ma réponse aux attaques dont je suis l'objet.

Il est vraiment déplorable de voir le ton que le Dr. Morlet et ses amis emploient dans une discussion que ne devrait être que scientifique. Je m'efforce d'y ramener le calme et l'objectivité.

J'ai reçu un mot de M^r Philibert, me disant que vous avez l'amabilité de vous occuper des photographies que je serai heureux d'avoir, des objets d'Alvão, qui sont dans votre beau Musée. Je vous en remercie sincèrement et je suis confus de la peine que cela vous donne. Je ne me rappelle plus, ou j'ai indiqué comme devant être photographiée la petite pendeloque triangulaire où se trouve un animal percé d'une flèche. Je désirerais l'avoir dans ses deux faces.

Je ne saurais assez vous remercier de votre si aimable accueil aussi bien au Musée de Belem qu'à la S.^{te} des archéologues.

J'ai emporté le meilleur souvenir de Lisbonne et je [??] avec empressement l'occasion de vous assurer à nouveau de mes sentiments les plus dévoués et les meilleurs

Cte. Begouen [assinatura]

Folha manuscrita anexa à carta anterior, com carimbo "Comte Begouen 3^{bis}, Rue Clémence Isaure TOULOUSE" n.º 2110 - 2/2 - trata-se da passagem referida na missiva anterior:

A plusieurs reprises, Mr. le D^r Morlet cite parmi les savants qui accepteraient ses théories, le nom de l'éminent archéologue de Lisbonne, le professeur Leite de Vasconcelos. La lecture de la lettre du savant portugais, insérée dans le *Mercure de France* ne m'avait déjà pas donné l'impression d'une adhésion; mais depuis lors que j'ai eu la bonne fortune de voir à Lisbonne M^r Leite de Vasconcelos et de causer avec lui à plusieurs reprises, en particulier dans ce beau musée de Belem, qui est son œuvre nous étions devant la [??] qui contient une partie des étranges objets découverts à Alvão, occupés à les étudier et à les discuter. Il était naturel de parler des fouilles du D^r Morlet auxquelles M. L. de V. a assisté. Je le fis à plusieurs reprises, en insistant pour avoir son opinion.

Il me fut impossible d'obtenir de lui le moindre mot, soit en faveur, de la théorie du Dr. Morlet, soit contre elle. Le savant archéologue se renfermait dans la réserve la plus absolue, sauf en ce qui concernant l'authenticité des objets. Sur ce point il était catégorique, ayant participé lui-même à la découverte d'objets, entourés de radicales.

Pour l'âge, interprétation des objets, je n'obtenais jamais que cette réponse: «Il est trop tôt pour se prononcer. Attendons des fouilles complètes et méthodiques.»

2.2.3. Carta manuscrita, com chancela de "UNIVERSITÉ / DE TOULOUSE / FACULTÉ DES LETTRES", n.º 2111 + A

Toulouse, le 2 Juillet 1927

Cher Monsieur,

Je respecterai vos scrupules d'amitié. Je ne ferai donc pas état tout en le regrettant, dans mon article à nos conversations au Musée de Belem. J'estimais qu'elles auraient pu aider à débrouiller une question que l'on complique à plaisir.

Comme je vous l'ai dit, je vais publier q. q. notes sur Alvão. J'ai [be]soin pour cela d'avoir les photographies des objets de Belem. Permettez moi donc d'insister pour que je profite de l'autorisation que vous avez bien voulu me donner de faire exécuter ces photographies, à mes frais bien entendu.

Je tiendrais surtout aux n.º 9743, 9744, 9745 et 9758 cette dernière pièce, sur ses deux faces.

En vous renouvelant monsieur et cher confrère, mes remerciements pour votre si bienveillant accueil à Lisbonne je vous prie d'agréer l'assurance de mes meilleurs sentiments.

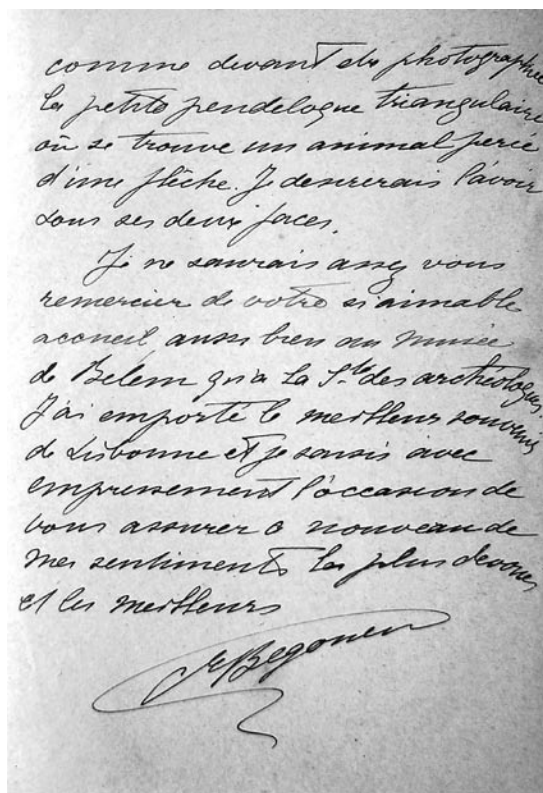


Fig. 2 – Carta do Conde Henri Bégué, para José Leite de Vasconcelos., datada de 9.06.1927.

C^{te} Begouen [assinatura]

[???

Toulouse

9 Juillet. Par suite d'une erreur cette lettre n' a pas été mise a la poste excusez mon retard.

Des soupçons de plus en plus précis et graves s'elevent au sujet de l'authenticité de certaines objets de Glozel. Ou ne doute pas de la bonne foi du D^r Morlet on le croit mystifié.

Estas missivas abordam o tema mais polémico da arqueologia francesa da década de 1920, a autenticidade dos objectos encontrados em Glozel, com paralelos nos recolhidos nas antas de Alvão (Vila Pouca de Aguiar). O conjunto destes monumentos, pouco espaçados uns dos outros, forma uma verdadeira necrópole conhecida desde finais do século XIX. Com efeito, estes monumentos, possuindo câmara e/ou câmara e corredor, mais ou menos desenvolvido, forneceram um estranho conjunto de artefactos líticos insculturados, transformando-os em objectos singulares no quadro da Arqueologia portuguesa. Trata-se de representações de figuras geométricas ou astrais, nuns casos, noutros de carácter zoomórfico ou mesmo antropomórfico, reconhecendo-se até uma ocorrência com a gravação de sinais alfabéticos.

Tendo sido objecto de exaustiva e cuidada reprodução por um dos autores das explorações (BRENHA, 1899-1903), desde logo estalou a polémica sobre a sua autenticidade e antiguidade.

Sendo inquestionável a impossibilidade de poderem ser atribuídas à época pré-histórica, pelo que não são coevas da utilização primária dos monumentos, também não é menos certo que as condições de descoberta, presenciadas pelos seus exploradores, permite afastar a hipótese de falsificação grosseira. Assim, é de considerar a possibilidade que faz atribuir a tais manifestações artísticas actividades de bruxaria, desenvolvidas em épocas históricas indeterminadas, talvez no decurso da Alta Idade Média; não deixa, no entanto, de ser estranho, o facto de constituírem a única evidência de tal possível prática, no actual território português, sem prejuízo dos múltiplos vestígios documentados sobre a reutilização de dólmenes na época romana e ulteriormente.

Sobre a natureza e autenticidade dos achados pronunciaram-se favoravelmente algumas personalidades portuguesas com grande autoridade na década de 1920, destacando-se A. A. Mendes Corrêa, já então figura muito influente nos meios científico e académico.

Glozel foi, de imediato, relacionado com Alvão, cuja autenticidade Mendes Corrêa não punha em causa: admitiu para manifestações de Alvão idade pós-neolítica mas anterior aos inícios da II Idade do Ferro, que situava na região cerca de 500 a.C.

Algumas das peças de Alvão ostentando símbolos alfabéticos, suportavam a hipótese de uma escrita muito recuada no Ocidente Peninsular. Esta possibilidade seria reforçada pela descoberta de uma plaqueta de argila ostentando tais símbolos, impressos antes da cozedura, encontrada por camponeses ao destruírem um dólmen em Carrazedo de Alvão (CORRÊA, 1926): a sua semelhança com os materiais glozelianos era evidente (CORRÊA, 1928 a). Embora Mendes Corrêa, que a publicou em primeira mão, a não tenha considerado contemporânea do monumento, como Dussaud tivesse contestado a sua autenticidade, viu-se obrigado a responder-lhe, reafirmando a sua convicção de que se trataria de escrita anterior à II Idade do Ferro (CORRÊA, 1928 b). O assunto Alvão e Glozel, apesar do seu inegável interesse científico, caiu no esquecimento, tanto em Portugal como em França, remetido para o campo das polémicas anacrónicas. Sem dúvida que, pelo menos no caso português, valeria a pena retomar a discussão, recorrendo a processos de análise à época inexistentes: por exemplo, estudos de microscopia óptica ou electrónica sobre os caracteres ou representações existentes, permitiriam a identificação do tipo de artefactos utilizados para a sua confecção; seriam também desejáveis determinações de idades absolutas (radiocarbono, termoluminiscência). Provavelmente, Mendes Corrêa

andou perto da verdade: tais peças deverão ser ulteriores aos monumentos megalíticos onde ocorrem, mas autênticas, no sentido de não corresponderem a produções actuais ou subactuais, com intuítos deliberadamente mistificadores. A forma como Mendes Corrêa liminarmente afastou a eventualidade de, em Alvão, se estar perante uma falsificação de artefactos, embora admitindo que estes correspondam a populações estranhas e muito mais modernas que as utilizadoras primárias das antas, teve reflexo na forma como abordou a questão de Glozel, tendo feito parte da comissão nomeada pelo Governo francês que a analisou. Sobre tal questão, publicou diversas notas entre 1926 e 1928. Logo em 1926, resume a história da questão de Glozel e das suas relações com as manifestações de Alvão, cuja autenticidade, como acima se viu, o autor defende, embora não se comprometa quanto à sua idade absoluta, admitindo neste artigo que fosse no entanto anterior à II Idade do Ferro (CORRÊA, 1926). O autor retoma a questão no ano seguinte, na sequência de uma visita que efectuou ao local (CORRÊA, 1927 a) e, no mesmo ano, resumindo o que se discutiu no Congresso do Instituto Internacional de Antropologia, realizado em Amsterdão, declarou que, naquela visita tinha realizado escavações em terreno ainda virgem em condições que lhe permitiram estabelecer de forma segura a autenticidade das descobertas por si efectuadas, na companhia de Lucien Mayet. Admitindo anteriormente uma inclinação pela relação de tais objectos com práticas de feitiçaria galo-romana, e apesar das dúvidas sobre a cronologia dos achados, concluiu, face às observações que pessoalmente efectuou, pela autenticidade da estação correspondendo a um conjunto “*néo-énéolithique aberrante, atypique, dont cependant je ne sais pas donner la chronologie absolue [...]*” (CORRÊA, 1927 b, p. 234). A contribuição escrita de Mendes Corrêa para a discussão de Glozel terminou em 1928, informando que a comissão de especialistas nomeada no Congresso de Amsterdão para a clarificação da autenticidade daquelas descobertas, depois das escavações efectuadas no terreno, chegou à conclusão da não antiguidade pré-histórica de Glozel, no que tinha razão, como ulteriormente se veio a verificar (CORRÊA, 1928 a). A especial importância que, na discussão destas matérias, teve Mendes Corrêa, advém do facto de, em Portugal, existirem peças comparáveis de Alvão, por ele estudadas na época, depois do estudo notável dos seus descobridores, nos finais do século XIX.

Leite de Vasconcelos em 1897, ao tempo da publicação do primeiro volume das *Religiões da Lusitânia* considerava inquestionavelmente pré-históricos os objectos de Alvão, designadamente o conjunto numeroso e diversificado das esculturas zoomórficas que em parte o integram, ao ponto de ter declarado o seguinte: “*Estes objectos são importantíssimos, já por constituírem uma das poucas representações zoomórficas da nossa arte neolítica, já pela significação religiosa, pois, quanto a mim, representam ídolos ou feitiços, depositados junto dos mortos, para os protegerem [...]*.” (VASCONCELOS, 1897, p. 342-343).

No entanto, não foi tal opinião que terá transmitido a Bégouen quando este visitou o Museu e teve a oportunidade de observar alguns dos polémicos exemplares ali conservados, como é declarado pelo francês, que na questão de Glozel assumiu uma posição contrária à de Mendes Corrêa. Numa coisa teria razão, a atribuição do seu uso a práticas de feitiçaria, embora realizadas em épocas muito mais recentes (talvez na Época Romana ou em épocas ulteriores), desenroladas no interior daqueles monumentos megalíticos, como já o Professor Manuel Heleno aventara nas suas aulas (CARDOSO, 2013).

As evidentes analogias entre Alvão e Glozel atraíram a Lisboa alguns intervenientes na contenda glozeliana para tomarem conhecimento directo dos artefactos recolhidos em Alvão pelos Padres José Brenha e Rafael Rodrigues, e depois por Ricardo Severo, que publicou uma extensa nota no seguimento do importante estudo de José Brenha já acima referido (SEVERO, 1899-1903).

Dada a anterioridade das descobertas portuguesas, não espanta que tivesse havido quem quisesse admitir que Glozel tivesse sido ali inspirado, constituindo fraude: com efeito, Dussaud, o mais encarniçado detractor de Glozel afirmou que estas últimas descobertas do Dr. Morlet “[...] *surgiram depois da chegada às mãos*

do dr. Morlet do n.º da Portugalia [...]” (CORRÊA, 1928 a, p. 335), o que obrigou Morlet a reproduzir uma declaração de Leite de Vasconcelos, onde se afirmava que o arqueólogo francês apenas tivera conhecimento do artigo português na mesma altura em que mostrou ao sábio português duas fotos de pedras com “fossetes” recolhidas em Glozel, já a polémica se tinha de há muito instalado. A declaração reza assim, conforme foi reproduzida pouco depois (CORRÊA, 1928 a, p. 335): “*Je certifie que le Dr. Morlet m’a montré une photographie de deux pierres à fossettes, de Glozel, le 3 septembre, au moment où il venait de recevoir le tirage à part de Portugalia, sur Alvão, que lui avait adressé M. Salomon Reinach. Il a mis devant moi la photographie à côté des gravures de Portugalia pour m’en montrer la ressemblance. Vichy, le 14-IX-26.*” Trata-se provavelmente dos exemplares de pedras com fossetes reproduzidos na Est. XXXII do estudo de José Brenha, ou por fotografia, nas Figs. 11, 12 e 13 do estudo de Ricardo Severo.

Deste modo, tendo sido inadvertidamente envolvido na polémica, facilmente se compreende que, quando instado por Bégouën para se manifestar se tivesse remetido ao mais profundo silêncio, a única forma de não ser comprometido num diferendo que na época mobilizou paixões e atingiu uma violência verbal inaudita e inesperada, totalmente fora do que é usual e expectável nas polémicas de cariz estritamente científico.

2.3 – Cartas de Gustave Chauvet (1840-1933)

Notário de profissão, desenvolveu importantes trabalhos como pré-historiador, cuja actividade científica ascende a cerca de 120 trabalhos, publicados entre 1870 a 1927.

Dedicou boa parte da sua vida à investigação dos vestígios arqueológicos da região da Charente, o que justificou a sua eleição para presidente da Sociedade Arqueológica da Charente (1883-1885, 1894-1896, 1902-1904 e 1909), e a sua designação como comissário dos monumentos históricos e megalíticos daquele mesmo departamento.

Foi membro da Sociedade Geológica de França, das Sociedades de Antropologia de Paris e de Bruxelas, do Instituto Internacional de Antropologia e do Instituto Etnográfico Internacional de Paris.

Foi distinguido pela Sociedade Francesa de Arqueologia (1903), tendo recebido, no ano seguinte, a medalha de prata da Sociedade dos Antiquários de França.

Um ano antes de falecer, já nonagenário, foi eleito Vice-Presidente da Sociedade Pré-histórica Francesa.

2.3.1. Carta manuscrita com chancela da “SOCIÉTÉ DES ANTIQUAIRES DE L’OUEST”, n.º 4979

Poitiers, le 29 Juillet 1915

Cher Monsieur

Je vous remercie de votre intéressant volume «De Campolide a Melrose» et du gracieux chapitre que me concerne.

A la prochaine séance de la Société des Antiquaires de l’Ouest, après les vacances, je résumerai les importants documents que vous avez réunis sur la Grand’Goule e La Tarrasque.

Je vous prie d’agréer, Cher Monsieur avec mes remerciements, l’assurance de mes meilleurs sentiments.

G. Chauvet [assinatura]

Je vous envoie par ce courrier une petite note sur nos musées

Esta missiva resulta de uma visita que Leite de Vasconcelos efectuou a Poitiers no âmbito de um périplo internacional que realizou em 1913, o qual se encontra sumariado no livro *De Campolide a Melrose* (VASCONCELOS, 1915).

Chauvet agradece as palavras que J.L.V. lhe dedica no referido volume que são, de facto muito elogiosas (*Ibidem*, p. 131 e segs.).

A Grand'Goule que é mencionada nesta carta corresponde a uma escultura de madeira representando um monstro equivalente à figura monstruosa de La Tarrasque, conhecida no sul da França e melhor divulgada que a sua homóloga de Poitiers, mas ambas relacionadas com lendas locais. Facilmente se compreende o interesse de J.L.V., dada a existência, entre nós, de uma figura mítica semelhante, a Cóca, serpente monstruosa por ele na altura também mencionada (*Ibidem*, 1915, p. 129).

2.3.2. Carta manuscrita com chancela da “SOCIÉTÉ / ARCHÉOLOGIQUE / ET / HISTORIQUE / de la Charente”, n.º 4980 + A

Poitiers 9 Avril 1914

Cher monsieur,

Je vous donne ci inclus les renseignements que vous me demandez sur ma collection.

Je vais vous adresser à bref délai les objets que je vous ai promis pour le Musée d'Ethnographie de Lisbonne.

Vous m'obligeriez si vous pouvez me donner le resultat des analyses faites sur les haches en bronze de votre musée, particulièrement les haches plates.

Bien cordialement à vous

G. Chauvet [assinatura]

Je vous adresse 3 brochures par [???]!

2.3.3. Carta manuscrita com chancela da “SOCIÉTÉ / ARCHÉOLOGIQUE / et / HISTORIQUE / de / la Charente”, n.º 4980 A; documento apenso à carta anterior

Note demandé par M. Leite de Vasconcellos.

Collection G. Chauvet

La partie de ma collection que vous avez vu à Poitiers comprend des spécimens de l'industrie Charentaise et de la faune correspondante depuis l'apparition de l'homme dans ma région jusqu'aux invasions Barbares, notamment:

1º – Les grandes haches types de Chelles, avec les divers éclats utilisés et retouchés qui les accompagnent dans les alluvions anciennes de la Charente exploitées pour l'extraction du sable, entre Angoulême & Saintes (Les Planes, Saint Amand de Graves, Villoux, Salignac).

2º – Les types acheuléens recueillis dans les alluvions moyennes des même stations; avec les animaux contemporains de ces couches dont vous avez vu les restes = hypopotame, rhinocéros de Merck, éléphas antiquus, etc.

3º – C'est l'époque du Moustier qui a fournie une grande quantité de matériaux, par suite des importantes fouilles que j'ai faites à La Quina (partie Sud) dans la Grotte de Gavechou, commune de [???], et dans l'abri de la Grotte à Melon (Station d'Haute Roche: racloirs, pointes en silex; boules de pierres de jet; os utilisés; avec la faune correspondante renne, cheval, bœuf, bison, ours, hyène, lion, rhinoceros tichorinus, mammoth, marmotte, etc....

La station de La Micoque Dordogne que j'ai fouillée en 1896 est représentée dans mes tiroirs par de très nombreuses pièces intactes que sont assez rares dans les collections.

4º – L'Aurignacien est représenté par les recoltes faites dans la parte Sud de La Quina (Fouilles G. Chauvet. 1872-1882). Dans les couches supérieures des Planes près Angoulême (1912) et d'Haute-Roche.

5º – Les époques suivantes (Solutréen, magdalénien) peuvent être étudiées par les pièces recueillies dans la Grotte du Placard, Combe à Rolland – Badegoule.

J'ai décrit les principaux os, ivoire, et bois des renne travaillés de ma collection, dans un mémoire publié en 1910, dont vous avez un exemplaire.

6º – Le néolithique comprend des pièces des grands ateliers du Sud-Ouest de la Gaule (Grand Pressigny, Les Martins) haches ébauchées et polies, pointes de flèches, etc. Mobilier de divers dolmens en Tumulus.

*7º – La partie la plus importante de mes récoltes se rapporte à l'age du Bronze: haches plates, haches à rebords, haches à talon, haches à ailerons, hache à douille, bracelets, rasoirs, épées, poignards, objets divers provenant de Cachettes, notamment de la Cachette de Venat (voir G. Chauvet, *Une Cachette d'objets en bronze, trouvé à Venat, commune de St.Irien, près Angoulême, 1894. 28 planches*).*

Les bronzes ont été soigneusement décrits et analysés.

Une curieuse série de pateres de l'age du bronze provient de la Station du Bois de Roc, commune de Vilhonneur, arrondissement d'Angoulême.

8° – Le mobilier recueilli en 1883. dans le Tumulus à Char du Gros-Guignon (Vienne) indique l'age du fer, faiblement représenté en Charente.

9° – Puis viennent de nombreuses pièces des époques Gallo-romaine et Barbare, parmi lesquelles une sépulture à incinération comprenant urne funéraire en verre, avec vases entiers de types divers, une monnaie bien conservé, un œuf de hibou et les os de divers animaux dans une assiette, restes d'un repas funéraire.

Une parte de ma collection est encore à Ruffec. Une autre, dont vous trouverez l'état ci-joint (Bull. Soc. Arch. Charente 12 novembre 1913) fait aujourd'hui partie du Musée de la Société Archeologique de la Charente. A qui j'en ai fait don.

G. Chauvet [assinatura]

Esta missiva corresponde na íntegra à caracterização da notável coleção arqueológica reunida por G. Chauvet, que inclui exemplares das suas próprias escavações de estações paleolíticas e mais recentes, os mais importantes dos quais já se encontravam à data publicados. O pedido de J.L.V. relacionava-se com a descrição que o sábio português desejava apresentar desta coleção, o que foi feito, no volume já mencionado, a p. 131 e 132, terminando assim: “O Sr. Chauvet, não lhe bastando fazer-me perpassar diante dos olhos as suas gavetas e tableiros, regorgitantes de raridades, presenteou-me com muitos objectos paleolíticos que já estão no Museu de Belém [...]” (VASCONCELOS, 1915, p. 132), entre os quais se destacam materiais da gruta mustierense de La Quina e de La Micoque, por certo correspondentes a belos bifaces micoquenses. Terminando assim: “Com esta menção de magnanimidade do Sr. Gustave Chauvet ponho remate ao meu Relatório. Já que por deficiências de dotes literários o não posso fechar com chave de ouro, fecho-o ao menos com chave de pedra, [...] mas pedra preciosa.” (Ibidem, p. 132). Razão tinha pois o sábio francês ao sentir-se confortado com tais palavras do seu austero amigo português.

2.3.4. Carta manuscrita com chancela da “Société Archeologique & Historique de la Charente / RECONNUE D'UTILITÉ PUBLIQUE”, n.º 4981 (Fig. 3)

Poitiers 5 Mars 1914

Cher Monsieur,

J'ai souvenir de la promesse que je vous ai faite en Octobre pour le musée de Lisbonne, quand j'ai eu le plaisir de vous voir à Poitiers; mais avant de faire mon envoi je vaudrais savoir si vous n'avez pas déjà ce que je puis vous donner [???].

1° – Silex néolithiques des plateaux d'Angouleme, recueilles à la surface du sol;

2° – Silex néolithiques de la station classique du Grand Pressigny [???] – grands nuclei, lames, éclats de taille;

3° – Silex moustériens, provenant de mes fouilles à La Quina (Charente).

A quelle adresse exacte dois-je adresser ma caisse= En l'expédiant au Musée peut-être y aurait-il de moins de formalités pour la Douane – je vous prie de me dire, ce que vous savez à ce sujet.

Vous m'avez dit que le Musée de Lisbonne avait des frêches plates en bronze, pourriez vous m'en donner des croquis, dessins, ou photographies?

Ont-elles été analysées?

Pourrai je savoir d'une façon sûre si elles sont en cuivre ou en bronze?

Si vous avez occasion de voir Monsieur Zablonki, vous pouvez lui dire que sa famille est en bonne santé.

Veillez agréer, cher monsieur, l'expression de mes meilleurs sentiments
G. Chauvet [assinatura]

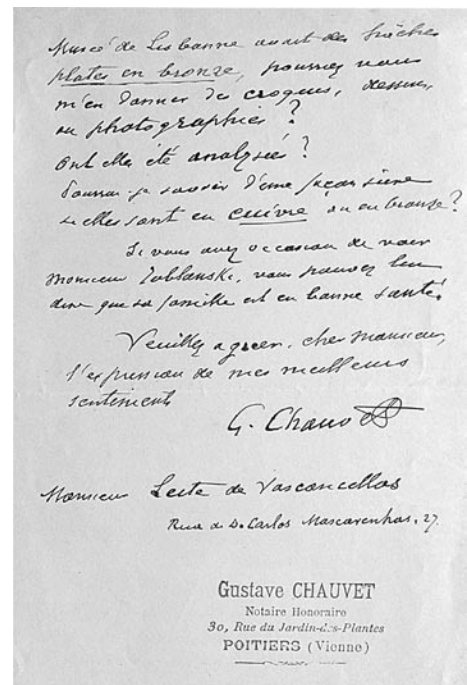


Fig. 3 – Carta de Gustave Chauvet para José Leite de Vasconcelos, datada de 5.03.1914.

Esta missiva e a seguinte correspondem ao envio das peças a que J.L.V. se referiu no seu livro publicado em 1915 (VASCONCELOS, 1915, p. 132).

Por outro lado, as pontas de flecha planas a que Chauvet se refere, correspondem certamente às pontas Palmela, de cobre quase puro. Enfim, fica-se a saber que o Dr. Jablonski, com quem J.L.V. se correspondia (*Ibidem*, p. 123), amigo de ambos, se encontrava naquela altura em Portugal.

2.3.5. Carta manuscrita, com carimbo “Gustave CHAUVET Notaire Honoraire 30, Rue du Jardin-des-Plantes POITIERS (Vienne)”, n.º 4982

Poitiers 20 Juillet 1914.

Cher Monsieur,

Lors de votre passage à Poitiers je vous ai promis, pour le musée ethnologique de Lisbonne, quelques silex provenant de mes fouilles, en Charente, je vous envoie une boîte contenant:

1º – Quatre silex taillés, marqués S.24, etc., provenant de la surface du sol, sur les plateaux, au Sud d’Angoulême;

2º – Silex provenant de la station d’Haute Roche, abri de la grotte à Melon près Château Neuf (voir mes Petites notes d’archéologie charentaise, 1912, coupe pag. 13: trois racloirs dont l’un en éclat mince, sur lequel j’ai laissé collées des concrétions calcaires; forme assez rare deux pointes.

Le tout marqué que S.36.B.4 provient d’une de mes fouilles en date du 17 juin 1908. Trois racloirs S.36.D.4; et un autre S.36.a. de la même station et même couche nº 4.

3º – Quatre dents de renne, recueillies dans la même couche 4.

4º – Sept pièces de mes fouilles a La Quina commune de Garoles (Charente) marquées S.47 (D et C); représentant les types moyens de cette station.

5º – Trois pièces, blanches, marquées S.201 – provenant de mes fouilles à La Micoque (Dordogne) 1896.

6º – Et le moulage d’une des plus belles pièces recueillies dans cette station.

Je désire que cet envoi vous soit agréable et vous prie de croire Cher Monsieur à mes meilleurs sentiments

G. Chauvet [assinatura]

2.4 – Cartas de Lily F. Chitty (1893-1979)

Arqueóloga britânica que se especializou na arqueologia pré-histórica do País de Gales e do Oeste da Inglaterra. Durante a Primeira Guerra Mundial trabalhou nos serviços de correios gerais em Londres (General Post Office) e serviu, no condado de Shropshire, como membro de uma organização civil (Women’s Land Army) que substituiu os homens por mulheres nos trabalhos agrícolas, devido a estes terem sido destacados para a guerra.

Em 1924 foi nomeada correspondente honorária da “Ordnance Survey” para a arqueologia em Shropshire.

Em 1939 foi eleita membro da Sociedade de Antiquários de Londres e em 1956, em reconhecimento do seu trabalho, foi nomeada oficial da Ordem do Império Britânico, tendo recebido um diploma honorário de mestrado em Artes pela Universidade do País de Gales.

Publicou numerosos artigos, na sua maioria sobre artefactos arqueológicos.

O seu interesse pela arqueologia perdurou até à sua morte, participando em palestras e excursões realizadas pelas sociedades científicas de que fazia parte.

2.4.1. Carta manuscrita, n.º 5121 (Fig. 4)

Francfort Hotel,
Rocio, Lisboa.

29 January 1927.

Dear Dr. Leite de Vasconcellos,

Before I return to England on February 6, I should like to take the opportunity of thanking you much indeed for your kindness to me during my 6-weeks stay in Lisbon of expression my gratitude also to the staff of the Museu Etnologico Português for the motivating assistance they have given me in the pursuit of my studies.

When I arrived, a stranger in Portugal, and showed you my letter of recommendation from Mr. N. S. Kingsford, assistant Secretary to the Society of Antiquaries of London, and my Diploma of Local Secretary for Stradforshire to that society, you most generously accorded me free access to your wonderful collections, and the notes sketches I have made from them will be of inestimable value in my future work of prehistoric research.

Thanks to your kind notes of introduction, the doors of the museums of the Serviço Geologico + of the Carmo have also been open to me, + I shall return home with a book full of pictorial records of Portuguese prehistory.

I have made a special study of Callais beads and their associations for my friend, Mr. Harold J. E. Peak, F.S.A., President of the Royal Anthropological Society, together with many full-size drawings of copper + bronze implements, as well as of other objects, mainly of the Late Neolithic + Chalcolithic periods. It has been a very great privilege to be allowed to handle the actual objects, and by this means I have seen many details of interest that would otherwise have escaped my whise.

The kindness showed me by yourself + of all connected with the Lisbon museums will be a most pleasant memory to carry away, + [??] [??] I am in London, I shall hope to study your future papers in O Archeologo Português.

Believe me to be

Yours sincerely

Lily F. Chitty

(Home address: / Yockleton Rectory, / Near Strewsbury, / Stradforshire, / England).

Verifica-se que J.L.V. deu à interessada o apoio possível, que lhe permitiu aceder aos espólios guardados nos três museus de Arqueologia de Lisboa, onde teve a oportunidade de recolher informações interessantes, designadamente sobre produções metalúrgicas e adornos de variscite.

2.4.2. Carta manuscrita, n.º 5122 + A-C

Yockleton Rectory, near Strewsbury – England

10 November 1936.

Dear Dr. Leite de Vasconcellos,

The Editor of the Prehistoric Society has accepted the enclosed note for publication in the next part of their Proceedings, together with an illustration.

I hope so much that this will meet with your approval. I should be grateful for any comments or corrections you may care to make on it.

I do not know whether your discoveries at Columbeira have been published; if so, it would be a great kindness if you could spare me an offprint, as they are very important and I should like to have the full report. I hope my statements with regard to your material are accurate.

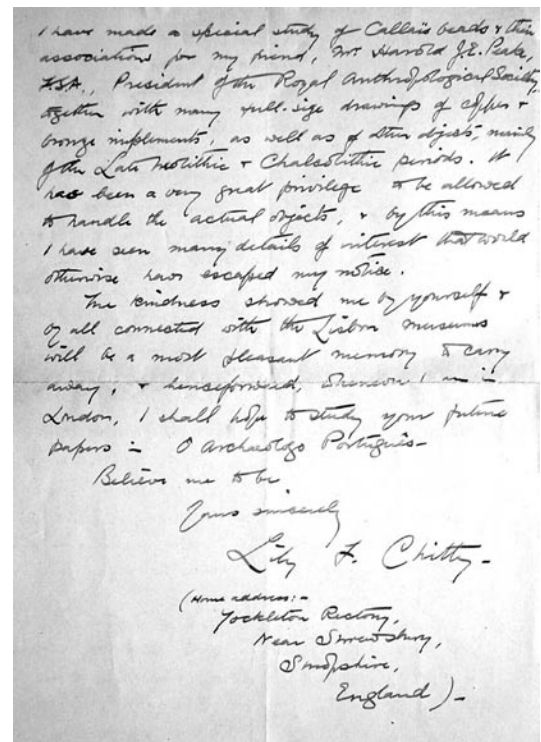


Fig. 4 – Carta de Lily F. Chitty para José Leite de Vasconcelos, datada de 29.01.1927.

I never cease to be grateful for your kindness during my visit in 1927.

Yours sincerely

Lily F. Chitty [assinatura]

Notas manuscritas de J. Leite de Vasconcelos em tira de papel junta à carta n.º 5122 B:

groove, sulcar

socket encaixe

hole, buraco

trime, ornato

rapier, espadim

[encontrado no folheto *Notes on Iberian Affinities Found in County Galway*, de Lily Chitty.]

Anexa à carta, encontram-se duas folhas dactilografadas, que devem corresponder ao original do artigo ali mencionado, intitulado “Single-faced palstaves in Portugal and in Ireland”, enviado para publicação pela Autora, conforme é anunciado na missiva enviada a J.L.V., o qual foi de facto publicado naquele mesmo ano de 1936 (CHITTY, 1936). Em estudo publicado no ano anterior, do qual ofereceu separata a JLV e onde reproduz peças que viu em Portugal, designadamente as cabeças amovíveis caneladas de alfinetes de osso ou marfim, de cronologia neolítica e calcolítica, sublinha as afinidades existentes na Pré-História entre o território português e a Irlanda (CHITTY, 1935).

Deste modo, é interessante constatar que esta arqueóloga deu importância ao estudo de uma temática então muito investigada, as relações culturais estabelecidas na Pré-História entre a Península Ibérica e a Irlanda, de que é expoente o trabalho de síntese, publicado pouco antes, da autoria de P. Bosch Gimpera (BOSCH GIMPERA, 1933).

2.5 – Cartas de Victor Commont (1866-1918)

Geólogo e pré-historiador francês, que teve o mérito de valorizar a importância da estratigrafia e dos estudos geológicos no campo das escavações arqueológicas. Combatente da Primeira Guerra Mundial, contraiu uma grave doença pulmonar, morrendo em 1918.

Conciliou as suas pesquisas sobre a Pré-História com as actividades de professor primário de Ciências Naturais e, mais tarde, como director da Escola Normal de Amiens.

Investigador das estações arqueológicas do Paleolítico Inferior e Médio do vale do Oise e do vale do Somme, em 1905 descobriu um importante conjunto de materiais líticos acumulados a oito metros de profundidade em Saint-Acheul.

Em parceria com H. Breuil, V. Commont estudou a importante estação arqueológica do Paleolítico Superior de Montières (Amiens).

2.5.1. Bilhete-postal ilustrado “NAMUR Châteaux des Comtes et panorama”, manuscrito, n.º 5389 (Fig. 5)

Liège le 15.9.13

Monsieur

J'ai reçu hier ici votre lettre du 7. Je suis en voyage d'étude en Belgique et je ne sais pas si je pourrai rentrer à Amiens pour le 22, car je dois passer à mon retour par la vallée de l'Oise où j'ai à voir des Coupes géologiques je écrirai chez moi d'ici là.

Veillez agréer, Monsieur, l'expression de mes meilleurs sentiments

Commont [assinatura]

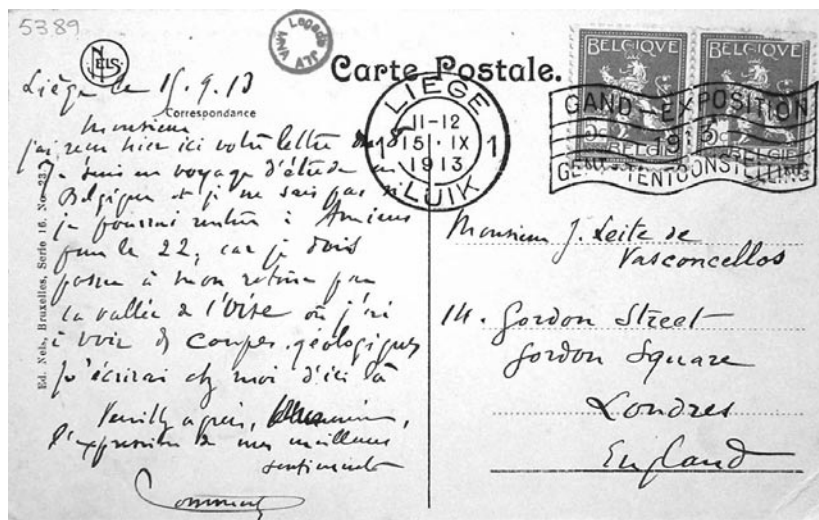


Fig. 5 – Bilhete-postal de Victor Commont para José Leite de Vasconcelos, datado de 15.09.1913.

2.5.2. Bilhete-postal manuscrito, não numerado

Amiens, le 18 Septembre 1913.

Monsieur,

Monsieur Commont me prie de vous faire savoir qu'il rentrera à Amiens mercredi 24 courant dans la matinée, il y restera l'après-midi et le jeudi 25; le vendredi 26 il ira à Abbeville.

Si vous descendez à Amiens, allez à l'hôtel de Paris 1 ch. à 2 et 3 fr – repas à 2,50 – en face l'hôtel petit restaurant repas 1,50). L'hôtel de Paris est près de la gare du Nord, rue de Noyon. Si vous venez à Amiens Monsieur Commont se fera un plaisir de vous faire visiter St Acheul et ses collections. Son adresse jusqu'au 24 sera: Mr Commont chez Mr Carpenter, cultivateur à Buise. Courcelles, par Peronne. Somme.

Veillez agréer, Monsieur, l'expression de mes sentiments distingués.

B. Commont [assinatura]

2.5.3. Bilhete-postal manuscrito, não numerado

Amiens le 2 Octobre 1913

Cher Monsieur,

Je me suis encore absente quelques jours pour profiter du bon temps. Je vais rechercher le silex acheuléen que vous [??] le petit silex avec une pointe [??] vous les [??] par poste à Lisbonne, car vous n'êtes peut-être plus à Paris.

Le silex ma coûté 5 f, vous me le rembourserez ou vous m'enverrez une pointe de flèche du Portugal, a votre choix.

Veillez agréer, cher Monsieur, l'expression de mes sentiments dévoués

Commont [assinatura]

A correspondência remetida por Victor Commont refere-se à passagem de J.L.V. por Amiens, onde pretendia encontrar-se com o pré-historiador francês, o que de facto veio a verificar-se, ainda que fugazmente, em 1913, aquando do périplo feito por J.L.V. por vários países europeus, como é por si declarado: “Durante a minha estada em Amiens tive o melhor cicerone que podia ter, o Sr. V. Commont, professor da Escola Normal [...] e arqueologo eminente.” (VASCONCELOS, 1913, p. 110). Como refere, foi na sua companhia que visitou Saint-Acheul e a estação de Montières, onde adquiriu alguns sílices talhados para o Museu, que se juntaram àqueles que lhe foram cedidos por Commont, conforme é referido numa das missivas, destacando-se alguns bifaces de Saint-Acheul, oriundos da camada mais antiga. Esta estada proveitosa em Amiens, foi mencionada por J.L.V. na carta remetida daquela cidade para Joaquim Fontes, concluindo-se que a visita a Saint-Acheul se efectuou na tarde do dia em que partiu de Londres, 24 de Setembro de 1913 (CARDOSO, 2012, p. 157). Em Amiens, J.L.V. permaneceu até ao dia seguinte, tendo dali partido para Paris.

2.6 – Cartas de Waldemar Deonna (1880-1959)

Arqueólogo suíço, formado em Letras pela Universidade de Genebra em 1903.

De 1906 a 1908, como membro estrangeiro da Escola Francesa de Atenas, participou em várias campanhas de escavações na Grécia (em Thasos, Délos e Delphos). Em 1907 defendeu em Genebra a sua tese de doutoramento, *Les Statues de terre cuite dans l'Antiquité: Sicile, Grande-Grèce, Étrurie et Rome*.

Em 1920 foi nomeado Professor de Arqueologia Clássica da Universidade de Genebra, e, simultaneamente, Director do Museu de Arte e História de Genebra, lugar que ocupou entre 1920 a 1951, acumulando com o de Conservador do Museu de Arqueologia daquela cidade.

2.6.1. Carta dactilografada, com chancela de “Genève, Chemin de la Gravelle. Cologny”, n.º 6643

Genève (Suisse), le 17, III, 18

Monsieur

J'aurais eu grand plaisir à échanger, comme vous me le demandez, la revue que nous avons fondée en 1914 avec la votre, que je connais et apprécie beaucoup. Malheureusement, notre création, faite quelques semaines avant le commencement de la guerre, a été brusquement [??] par elle, et n'a pu continuer. Le premier numero est le seul qui ait paru: il n'était pas possible de lancer une nouvelle revue juste a ce moment-là, et nous avons du renoncer.

Je regrette infiniment qu'il en soit ainsi, et que je ne puisse ainsi entrer en relations d'échanges avec vous.

Je me permets de vous envoyer quelques tirages a part de récents mémoires, pensant que les sujets traités pourront vous intéresser.

Veillez agréer, monsieur, l'expression de mes sentiments les plus distingués

WDeonna [assinatura]

2.6.2. Carta dactilografada, n.º 6645 (Fig. 6)

Genève, chemin de la Gravelle, Cologny

12 juin 1920

Monsieur

J'ai recours à votre bienveillance pour solliciter une faveur qui me rendrait grand service, bien que j'éprouve quelque confusion à vous la demander. Toutefois les usages de notre Université justifient cette démarche que m'ont engagé à faire MM. les professeurs de notre Faculté des Lettres.

La chaire d'archéologie classique de cette Faculté est actuellement vacante, et doit être repourvue très prochainement. Depuis longtemps je désire entrer dans l'enseignement universitaire, mais jusqu'à présent l'occasion ne s'était pas présentée de satisfaire cette ambition. Je crois avoir les titres requis par les études que j'ai faites, et surtout par mes travaux auxquels vous avez bien voulu vous intéresser pour postuler cette chaire sans prétendre viser trop haut, et j'ai posé ma candidature à la succession de M. Ed. Naville, qui vient de se retirer définitivement.

Les professeurs de notre Université qui doivent se prononcer sur

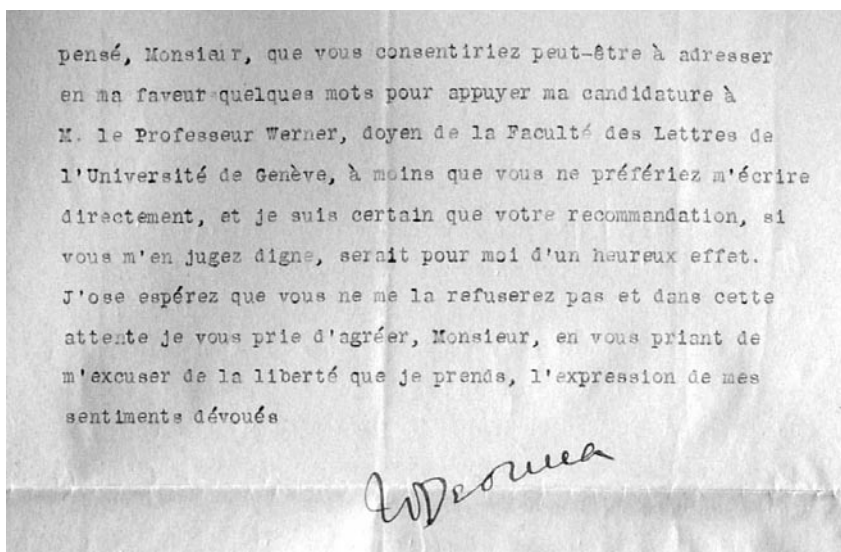


Fig. 6 – Carta de Waldemar Deonna para José Leite de Vasconcelos, datada de 12.06.1920

l'attribution de cette chaire attachent avec raison une grande valeur aux opinions des savants réputés en archéologie et désirent éclairer de la sorte leur jugement. J'ai pensé, Monsieur, que vous consentiriez peut-être à adresser en ma faveur quelques mots pour appuyer ma candidature à M. le Professeur Werner, doyen de la Faculté des Lettres de l'Université de Genève, à moins que vous ne préfériez m'écrire directement, et je suis certain que votre recommandation, si vous m'en jugez digne, serait pour moi d'un heureux effet.

J'ose espérer que vous ne me la refuserez pas et dans cette attente je vous prie d'agréer, Monsieur, en vous priant de m'excuser de la liberté que je prends, l'expression de mes sentiments dévoués

WDeonna [assinatura]

2.6.3. Carta dactilografada, n.º 6644

Genève, Chemin de la Gradelle

11 Juillet 1920

Monsieur

Je vous suis infiniment reconnaissant d'avoir bien voulu répondre avec autant de bienveillance à ma demande, un peu indiscrete, et de m'avoir envoye, pour la remettre au doyen de notre Faculté, cette lettre. Je ne doute pas que l'appui de votre haute compétence et de votre nom si réputé ne me soit précieux lors des démarches que j'entreprends.

Veuillez agréer, monsieur, avec tous mes remerciements l'expression de mes sentiments dévoués

WDeonna [assinatura]

O pedido para que J.L.V. se pronuncie sobre as qualidades e a competência científica de W. Deonna, fortalecendo as suas pretensões a assumir um lugar de professor da Universidade de Genève, dão bem ideia do prestígio internacional atingido pelo sábio português entre os seus pares. Tal pedido foi acolhido favoravelmente, como se conclui da carta de agradecimento remetida, tendo certamente a opinião de J.L.V. sido importante para o preenchimento da vaga na Universidade de Genève por W. Deonna, como de facto veio a verificar-se.

2.7 – Carta de Wilhelm Dörpfeld (1853-1940) (Fig. 7)

Arquitecto e arqueólogo alemão. Dedicou-se a campanhas arqueológicas em locais importantes do espaço mediterrânico, participando nas investigações de Olímpia (1877 a 1881) e posteriormente, em parceria com Heinrich Schliemann, nas cidades de Orcómeno, Tirinto e Tróia.

W. Dörpfeld contribuiu para o desenvolvimento do método arqueológico de datação relativa, baseado na observação das camadas escavadas e no conjunto de objectos encontrados em cada uma delas. O estudo estratigráfico realizado na segunda campanha de escavações em Tróia permitiu a W. Dörpfeld defender que a camada Tróia VI, composta por cerâmicas características e similares às recolhidas em outros importantes locais, corresponderia ao auge da civilização micénica.

De 1885 a 1890 participou na escavação da Acrópole de Atenas onde descobriu o templo de Hecatompedón (“Pré-Partenon”).

Para além de ter caracterizado diferentes níveis de ocupação nos locais arqueológicos intervencionados, W. Dörpfeld contribuiu para o estudo sistemático da arquitectura clássica.

Em 1896 fundou a Escola Germânica de Atenas, que viria a ser chamada “Dörpfeld Gymnasium” e publicou uma das suas principais obras sobre o teatro grego: *Das griechische Theater*.

De 1887 a 1912 foi director do Instituto Arqueológico Alemão em Atenas.

2.7.1. Carta manuscrita, com chancela do “KAISERLICH DEUTSCHES ARCHÄOLOGISCHES INSTITUT / ATHEN, PHIDIAS-STR, 1”, n.º 7040 (Fig. 7)

23 Mai 1905

Sehr geehrter Herr!

Herr Prof. Lambros teilt mir mit, dass Ihre Adresse vorläufig Milano ist. Da wir jetzt nach meiner Rückkehr von Sparta die Rechnungen regulieren, sende ich Ihnen anbei die 325 frcs Geld zurück, die Sie für die 2. Reise bezahlt hatten. Ich darf Sie um Mitteilung über den Empfang des Geldes bitten.

Die 325 frcs Geld sende ich durch post. anweisung nach Milano Poste restante.

Mit vergnüglicher Hochhaltung

Wilhelm Dörpfeld [assinatura]

Tradução:

Exm.º Senhor,

O Sr. Professor Lambros participou-me que a sua morada provisória é Milano. Agora, após o meu regresso de Esparta podemos regularizar as contas e reenvio-lhe 325 francos que pagou pela segunda viagem. Peça-lhe que me participe a recepção do dinheiro.

Os 325 frcs em dinheiro envio-os por vale postal pela posta restante de Milão

Com cumprimentos prazenteiros [sic] [Obs.: trata-se de uma liberdade de Dörpfeld, pois não é usual usar-se este termo nas despedidas.]

Wilhelm Dörpfeld

Esta missiva revela que J.L.V. esteve em 1905 em Milão, depois de ter percorrido outras paragens, aquando do Congresso de Arqueologia de Atenas, em Abril de 1905, em que participou com uma comunicação (VASCONCELOS, 1905), e onde se encontrou com o célebre arquitecto e arqueólogo alemão, que com o sábio português contraiu uma dívida cujo reembolso é o objecto desta missiva. Esta missiva, é, pois, muito mais interessante do que parece, por sublinhar o cosmopolitismo de J.L.V., relacionando-se e estabelecendo até laços de confiança recíproca com os maiores arqueólogos do seu tempo, mercê do seu prestígio científico e da qualidade do seu trato pessoal.

2.8 – Adrien de Mortillet (1853-1931)

Pré-historiador francês, filho do ilustre pré-historiador Gabriel de Mortillet, colaborou com o seu Pai em diversos estudos das colecções do Museu das Antiguidades Nacionais, em Saint-Germain-en-Laye, perto de Paris.

Foi professor na Escola de Antropologia de Paris, leccionando as disciplinas de Etnografia comparada e, mais tarde, Antropologia pré-histórica.

Dedicou-se ao estudo da arte rupestre e participou no congresso da Associação Francesa para o Progresso das Ciências, realizado em Montauban (1902), onde se discutiu a autenticidade da arte rupestre pré-histórica de *Altamira*, *Combarelles*, *La Mouthe*, *Pair-non-Pair* e *Font-de-Gaume*.

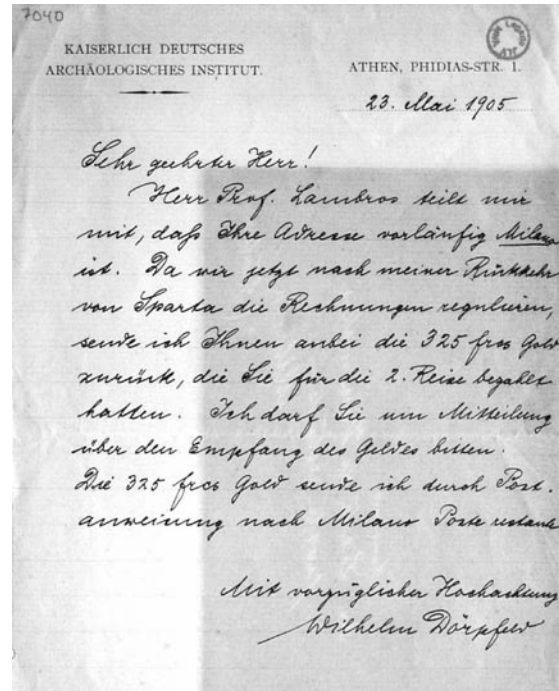


Fig. 7 – Carta de Wilhelm Dörpfeld para José Leite de Vasconcelos, datada de 23.05.1905.

Em 1904, A. de Mortillet foi um dos fundadores da Sociedade Pré-Histórica Francesa, sendo igualmente fundador e director da revista: *L'Homme Préhistorique*.

2.8.1. Bilhete-postal manuscrito, não datado, n.º 15535 + A

Monsieur et cher ami.

Voici l'adresse officielle de notre ami commun [???] Volkov: Musée de l'Empereur Alexandre III, section d'Ethnographie, St. Peterbourg (Russie).

Bien cordialement a vous

A. de Mortillet

154 rue Tolbiac. Paris (13^e)

P.S. – Je n'ai trouvé votre carte qu'en revenant d'un voyage en Italie d'où le retard.

Deve referir-se ao ucraniano Fyodor Volkov (1847-1918), etnógrafo, antropólogo e arqueólogo, o qual estaria em Portugal em inícios de Novembro de 1897, aquando da redacção da minuta de uma missiva redigida por J.L.V., dirigida a A. de Mortillet, a qual é reveladora da imparcialidade de julgamento de J.L.V., que colocava a verdade científica acima das conveniências pessoais. Note-se que o primeiro volume das *Religiões da Lusitânia* veio a lume em 1897, o que condiz com a data da referida minuta, a seguir transcrita:

Cher Monsieur,

Je n'ai pas pu vous envoyer les amulettes que je vous ai promises, ce que je ferai prochainement par l'entremise de M. Volkov. Aujourd'hui je vous envoie la brochure sur les amulettes que vous désiriez.

Dans quelques jours j'aurai l'honneur de vous faire parvenir pour Mr. votre Père et pour vous le 1^o vol. des Relig. da Lusit. Ainsi que je vous l'ai dit chez vous, je me permets d'y combattre une théorie de Mr. votre Père; j'espère que vous et lui m'en excuserez vu que dans les questions scientifiques c'est seulement la vérité que l'on demande, et je cherche de mon côté à y arriver. Soit parce que j'ai donné à Mr. votre Père la première place dans le chapitre de mon livre consacré au Paléolithique, soit parce que mes expressions sont toujours respectueuses, je crois avoir montré toute la considération envers un des maîtres de l'Archéologie préhistorique qui a fait le plus avancer la science, et dans les livres du quel j'ai tant appris.

A. de Mortillet

3-XI-1897

2.8.2. Carta manuscrita, com chancela da “Société d'Excursions Scientifiques / 33, Rue de Rivoli”, n.º 15531

Paris, le 31 Mars 1903

Mon cher Collègue,

Je pars demain pour l'Amérique du Sud avec une mission scientifique française qui va explorer les hauts plateaux de la Bolivie.

L'embarquement a lieu vendredi matin à Bordeaux sur le paquebot «L'Amazone» de la C^{ie} des Messageries Maritimes, qui doit s'arrêter quelques heures à Lisbonne le 6 avril.

Je serais heureux si je pouvais profiter de cette occasion pour vous serrer la main.

Bien cordialement à vous

A. de Mortillet [assinatura]

Notas manuscritas de J. Leite de Vasconcelos, no final da missiva:

A que horas chega?

A que horas parte?

Onde é o ancoradouro?

Se se pode ir a bordo?

Esta missiva é reveladora que as boas relações entre J.L.V. e A. de Mortillet se mantiveram intactas, apesar das críticas apresentadas pelo primeiro na obra *Religiões da Lusitânia* a seu Pai Gabriel de Mortillet, dado terem um fundamento puramente científico, e assim compreendidas pelo destinatário e por seu filho.

2.8.3. Carta manuscrita, com chancela do “II^e Congrès Préhistorique / DE FRANCE / SESSION DE VANNES / Août 1906”, n.º 15532

Paris, le 17 Septembre 1906.

Mon Cher Collègue

Je viens d'apprendre qu'un de nos collègues parisien vient de découvrir en Espagne des dolmens avec peintures.

Comme vous avez déjà signalé dans votre pays des découvertes semblables, il serait bon qu'elles ne restent pas ignorées des préhistoriens français. La priorité revient au Portugal et à des explorateurs attentifs.

C'est pourquoi je vous prie instamment de m'adresser une courte notice sur les figures peintes des dolmens portugais, pour la revue L'Homme préhistorique. Je ferai toutes les figures nécessaires pour illustrer cet article.

Cela ne vous demandera pas beaucoup de temps, puisque vous avez déjà publié dans votre excellent recueil une partie au moins de ces intéressants documents.

J'aurais extrait moi-même tout ce qui touche à ce sujet, si j'avais été plus certain de ne pas me tromper en le traduisant, car je ne connais guère, malheureusement, votre langue.

Pour vous qui possédez si bien la notre, cette traduction sera facile, et vous rendrez un réel service à la paléontologie en nous faisant connaître des matériaux pour l'instant entièrement nouveaux.

Vous avez sans doute appris que Volkoff est rentré en Russie. Depuis nous n'avons plus reçu de nouvelles de lui. Je pense qu'il se porte bien et je suis très heureux pour lui et pour la science russe qu'il ait enfin une situation, qu'il mérite à tous égards.

Veillez agréer, mon cher collègue, nos meilleures amitiés à tous

Bien cordialement à vous

A. de Mortillet [assinatura]

22, Avenue Reille (Paris)

Esta missiva é reveladora da dedicação que A. de Mortillet votava a J.L.V., alertando-o para o facto de ele ter prioridade na identificação da arte dolménica em Portugal, que podia estar em causa pela recém-descoberta de pinturas análogas em Espanha. Deste modo, não só o incitou a publicar um artigo, mas também lhe ofereceu a possibilidade de o fazer numa prestigiada revista científica, da qual era director, o que de facto veio a verificar-se, (VASCONCELOS, 1907), ficando assim salvaguardada a legítima prioridade de J.L.V. nesta matéria. Com efeito, nas explorações efectuadas em dólmenes da Beira Alta, no Verão de 1896, J.L.V. deparou-se com os primeiros testemunhos de pinturas no lado interno dos esteios, que teve o cuidado de reproduzir em decalques coloridos. Além da Orca do Tanque, assume especial importância o dólmen dos Juncais, tendo trazido para o Museu Etnológico um fragmento de esteio pintado com representação anropomórfica, ao mesmo tempo que propôs ao Ministério das Obras Públicas medidas especiais de protecção para este monumento (COITO, CARDOSO & MARTINS, 2008, p. 143).

2.8.4. Carta manuscrita, com chancela da “SOCIÉTÉ D'ANTHROPOLOGIE DE PARIS / FONDÉE EN 1859 / RECONNUE D'UTILITÉ PUBLIQUE EN 1864”, n.º 15533 (Fig. 8)

28 Octobre 1906

Mon cher Collègue

Merci mille fois de votre bonne réponse. C'est avec le plus grand plaisir que je publierai une notice de vous sur un sujet aussi intéressant pour les lecteurs de L'Homme Préhistorique que vos figures des dolmens portugais.

Si vos dessins n'exigent qu'une seule teinte (le rouge), je vais tâcher de les reproduire en couleur, ce qui se fait évidemment préférable.

Je viens de voir, il y a quelques jours seulement, dans «Portugalia» de nombreuses planches de gravures présentées comme ayant été découvertes dans des dolmens du Portugal. Ces figures, parmi lesquelles on remarque un Rhinocéros tichorinus, un cavalier monté sur un cerf, des inscriptions bizarres, etc., ne me semblent pas très orthodoxes.

Elles ont produit la même impression à notre confrère écossais Robert Munro.

Mais, comme il est difficile de juger des objets archéologiques sans avoir vu les originaux, je serais bien aise de connaître l'opinion des savants portugais sur ces étranges oeuvres d'art.

Je ne sais si M. Schleicher vous envoie la revue, «L'Homme Préhistorique», comme vous me l'aviez demandé, à titre d'échange avec votre toujours intéressant recueil.

Je m'en assurerai des demain.

Bien cordialement à Vous

A. de Mortillet [assinatura]

22. Avenue Reille. Paris.

As pinturas dolménicas reproduzidas no artigo de J.L.V. foram de facto impressas a vermelho na revista. A. de Mortillet manifesta ainda a sua estranheza – e o caso não era para menos – sobre as peças recolhidas nos dólmens de Alvão, com base nas reproduções de muitas daquelas peças na revista *Portugalia* (BRENHA, 1899-1903), o que originou polémica já acima referida a propósito da correspondência recebida por J.L.V. de Henri Bégouën.

Parmi lesquelles, on remarque
 un Rhinocéros tichorinus, un
 cavalier } monte sur un cerf,
 des inscriptions bizarres, etc.,
 ne me semblent pas très orthodoxes.
 Elles ont produit la même
 impression à notre confrère
 écossais Robert Munro.
 Mais, comme il est difficile
 de juger des objets archéologiques
 sans avoir vu les originaux,
 je serais bien aise de connaître
 l'opinion des savants portugais
 sur ces étranges oeuvres d'art.
 Je ne sais si M. Schleicher
 vous envoie la revue, "L'Homme
 Préhistorique", comme vous me
 l'aviez demandé, à titre
 d'échange avec votre toujours
 intéressant recueil.
 Je m'en assurerai des demain.
 Bien cordialement à Vous
 A. de Mortillet
 22, Avenue Reille. Paris.

Fig. 8 – Carta de Adrien de Mortillet para José Leite de Vasconcelos, datada de 28.10.1906.

2.8.5. Carta manuscrita, com chancela do “SOCIÉTÉ PRÉHISTORIQUE DE France / SECRÉTARIAT GÉNÉRAL: / 21, Rue Linné, 21 / PARIS”, n.º 15534

Paris, le 18 Janv. 1907.

Mon cher Collègue,

Je vous ai envoyé des épreuves de votre très intéressant article. Elles ont du se croiser avec votre carte.

Pour le cas où elles ne vous seraient pas parvenues, je vous en adresse d'autres ci-joint. Veuillez avoir l'obligeance de me les retourner de suite, car votre article doit paraître dans le fascicule du 1^{er} Février, qui est déjà composé. Les figures seront tirées à part en couleur comme vous m'en avez exprimé le désir.

L'éditeur vous fera parvenir 25 numéros de la Revue.

Bien cordialement à vous

A. de Mortillet [assinatura]

22, Avenue Reille (Paris)

Note-se a rapidez com que o artigo foi elaborado, composto e publicado, por certo para assegurar a J.L.V. a prioridade da publicação dos primeiros testemunhos de arte rupestre no território peninsular.

2.9 – Pierre Paris (1859-1931)

Arqueólogo francês, fundador e director da Casa de Velázquez em Madrid (1928).

Foi professor de História de Arte, membro da École Normale Supérieure, e membro da Escola Francesa de Atenas (1882-1885). Interessou-se pelo estudo da epigrafia, escultura antiga e, mais tarde, pela pintura espanhola.

De 1898 a 1913 dirigiu a Escola de Belas Artes de Bordéus. Foi director da Escola de Altos Estudos Hispânicos e Arqueológicos e dirigiu as escavações arqueológicas de Baelo, na Andaluzia (1915-1917) e em Aragão (1920).

Uma das suas obras mais marcantes da época em que procurava ainda estabelecer sólidas bases de trabalho na Península Ibérica, foi editada em dois volumes, em 1903 e 1904 (PARIS, 1903-1906), revelando já aprofundado conhecimento das produções artísticas da Idade do Ferro peninsulares.

2.9.1. Cartão pessoal manuscrito “Pierre Paris / Professeur à l’Université de Bordeaux / Faculté des Lettres”, n.º 17363

*Remercie très amicalement son confrère M. Leite de Vasconcellos d’avoir bien voulu lui envoyer quelques uns de ses travaux. Il y a longtemps qu’il s’intéresse aux efforts de M. de Vasconcellos pour le développement de l’archéologie hispano-portugaise, et qu’il suit avec beaucoup de profit la publication de l’important Archeologo Português.
Bordeaux 21 mai 1898.*

Esta primeira missiva é reveladora do evidente interesse que P. Paris dispensava à Arqueologia portuguesa já em 1898.

2.9.2. Cartão manuscrito, com chancela da “ÉCOLE MUNICIPALE DES BEAUX-ARTS / DE BORDEAUX”, n.º 17364

Bordeaux, 19 Janvier 1901

Cher Monsieur, connaissant votre extrême bien veillance, et l’intérêt [??] que vous portez aux antiquités de votre pays, je viens vous demander un petit service. Je désirerais avoir des photographies des statues de guerriers Galiciens qui ont été publiés pas votre ami M. Emil Hübnér dans l’Archäologische zeitung, 1861, p. 186, pl. CLIV 1-3, et qui se trouvaient les unes au Château de Ajuda, une autre à Vianna et une autre, brisée, à Villar del Barrio entre les paroisses de Santa Maria de Barcelos et San Miguel de Padrela. Ce sont surtout celles de Lisbonne dont j’aurais besoins, puisque M. Hübnér a donné un croquis de celle de Vianna. Nul mieux que vous, cher Monsieur, ne pourra m’être utile en cette occasion. Vous savez peut-être que j’écris un livre sur l’art indigène de l’Ibérie, et ces documents sont pour moi de grande importance.

Il est bien entendu que je ne veux vous occasionner aucune dépense; c’est bien assez que je vous donne de la peine.

Je profite de la circonstance, cher monsieur, pour vous adresser mes meilleurs voeux de bonheur et de succès scientifiques.

Votre bien dévoué confrère

Pierre Paris [assinatura]

O livro a que P. Paris alude nesta carta sobre as manifestações artísticas da Idade do Ferro peninsular viria a ser publicado em dois tomos (PARIS, 1903-1906). Nele se apresenta, de facto, fotografias das duas estátuas de guerreiros galaicos que na época se encontravam no Jardim Real da Ajuda (PARIS, 1903, Fig. 48), a par de diversos esboços de outras estátuas semelhantes, existentes em diversas localidades do norte do país.

2.9.3. Bilhete-postal ilustrado, manuscrito, n.º 17373

Bordeaux, 2 mars 1902

Cher Monsieur et confrère, je vous remercie le volume que je viens de recevoir, et vous félicite de votre activité scientifique. [??] qu'a feuilleté votre ouvrage, j'ai fait connaissance avec nombre de monuments qui m'ont vivement intéressé. Mes meilleurs compliments.

P. Paris [assinatura]

2.9.4. Carta manuscrita, não numerada

Bordeaux, 12 Mars 1902

Cher Monsieur, Je vous remercie d'avoir bien voulu m'envoyer l'Archeologo portugais où vous avez signalé un nouveau guerrier lusitanien qui, malgré sa rudesse a de l'intérêt. Je vous expédie en échange un tirage à part de l'Idole de Miqueldi. Au dos de la couverture, vous verrez la distribution de nos frais revues universitaires. Le Bulletin hispanique a sa vie indépendante. Il n'y a que quelques articles concernant l'antiquité qui peuvent trouver place aussi dans la Revue des Etudes anciennes. Vous pourrez vous en rendre compte en voyant le sommaire du 1^{er} numéro de 1902 au revers du titre. – Vous êtes bien aimable, cher monsieur, de vouloir imprimer un peu de ma prose – mais je ne sais pas le portugais comment faire? Autrement ce serait avec plaisir, et à charge de revanche. – comme sujet, les guerriers lusitaniens me sembleraient tout indiqués.

Veillez agréer, cher Monsieur, avec de nouveaux remerciements, l'expression de ma meilleur confraternité.

P. Paris [assinatura] – Corresp.¹ de l'Institut

A disponibilidade de P. Paris para redigir um artigo sobre as estátuas de guerreiros ditos lusitanos resultou da preparação de um texto sobre os mesmos, destinado à 1.^a parte do seu livro sobre a arte da Idade do Ferro peninsular a que acima se fez referência (PARIS, 1903-1906). Com efeito, este pequeno contributo, redigido em francês, foi efectivamente publicado nas páginas do 1.º fascículo d'*O Archeólogo Português*, de 1903 (PARIS, 1903). Esta situação parece, por outro lado, revelar o espírito pragmático de J.L.V., ao prescindir, ele próprio, de publicar uma temática de evidente interesse internacional, encontrando-se bem preparado para tal, em benefício do aumento da visibilidade internacional e do prestígio da própria revista por si dirigida.

2.9.5. Carta manuscrita, não numerada

Bordeaux, 4 Avril 1902

Cher Monsieur,

Je vous prie de vouloir bien me faire un peu de crédit pour l'article que je vous ai promis.

J'ai vu mon ami Radel pour l'échange que vous me proposiez de votre précieux Archeologo avec notre Bulletin hispanique. Mr. Radel m'a répondu que notre bibliothèque recevant votre Revue par échange avec les Revue des Lettres anciennes. Dans ces conditions, cher monsieur, nous pensons que vous voulez sans doute abonner la Bibliothèque de Lisbonne à notre Bulletin. La somme n'est pas considérable. Veuillez me dire ce que vous déciderez. Si vous ne faites pas l'abonnement, je vous enverrai du moins un exemplaire du numero où il est parlé de votre belle these, dont je vous félicite.

Bien à vous.

P. Paris [assinatura]

A tese de J.L.V. mencionada corresponde ao seu Doctorat de l'Université de Paris, defendida no ano anterior (VASCONCELOS, 1901), enquanto estudante da École Pratique des Hautes Études.

2.9.6. Carta manuscrita, não numerada

Bordeaux, 24 [??] 1902

Cher Monsieur, je vous ai promis de vous envoyer quelque chose sur les Guerriers lusitaniens. Je tiens ma promesse. Mais les documents que j'ai sur ces curieuses statues sont bien insuffisants. Si vous pouviez me procurer des photographies des

principales – celles de Ajuda et de Vianna au moins – je pourrais sans doute améliorer le petit travail que vous allez lire; et que je regrette de ne pas avoir su écrire en portugais ou tout au moins en castillan. – Je suis tout disposé, cher monsieur, à payer les frais des photographies, si vous voulez bien les faire exécuter pour moi. – Veuillez recevoir, je vous prie, l'expression de mes meilleurs sentiments confraternels.

Pierre Paris [assinatura]

O trabalho referido nesta missiva foi ilustrado com gravuras de algumas das estátuas de guerreiros, mais baratas que a reprodução de boas fotografias, a partir das quais foram certamente realizadas (PARIS, 1908).

2.9.7. Carta manuscrita, com chancela da “ÉCOLE MUNICIPALE DES BEAUX-ARTS / DE BORDEAUX / Directeur”, n.º 17367

Bordeaux, 2 O^{bre} 1902

Cher Monsieur,

Je vous remercie du bon accueil que vous avez fait à mes quelques pages, et aussi le renseignement relatif au nouveau fragment de guerrier lusitanien. Le tirage à part que vous avez eu la bonté de m'envoyer ne m'est pas arrivé, sans quoi je vous en aurais remercié déjà, et je n'avais pas vu encore votre article, car le numero de l'Arch. port. était entre le mains de mon ami M. [???]. Cette visage informe montre un précieux liaison entre les becerros et les autres stations lusitaniennes. Si vous voulez bien m'envoyer à corriger les épreuves de l'article que vous avez en main, je pourrai le completer sur ce point.

Voudriez-vous aussi me faire l'amitié de m'envoyer une épreuve photographique de ce dernier lusitanien, si vous en avez une à votre disposition?

Avec mille excuses pour cette nouvelle importunité, je vous prie, cher Monsieur, de croire à mes meilleurs sentiments de bonne confraternité

Pierre Paris [assinatura]

A nova estátua de guerreiro corresponde apenas à parte superior, com torso e cabeça, tendo aparecido num campo no concelho de Vila Pouca de Aguiar, tendo sido publicada por J.L.V., que a adquiriu para o Museu Etnológico (VASCONCELOS, 1902 a). A gravura publicada foi feita sobre uma fotografia de Maximiano Apolinário, pelo que é natural que J.L.V. estivesse em condições de a fornecer a P. Paris, como é por ele solicitado.

2.9.8. Cartão manuscrito, com chancela da “SOCIÉTÉ de CORRESPONDANCE / HISPANIQUE / PARIS / BORDEAUX / TOULOUSE

Meilleurs compliments et remerciements pour les photographies d'Ajuda

P. Paris [assinatura]

P.S. Je reçoit les épreuves, que je vous retourne corrigés – Je vais m'occuper, pour l'échange de Revista Lusitana – Merci [???] Bordeaux (et non Toulouse) 17 Janvier.

2.9.9. Carta manuscrita, com chancela da “ÉCOLE MUNICIPALE / DES BEAUX-ARTS / ET DES ARTS DÉCORATIFS / DE BORDEAUX / DIRECTEUR / TÉLÉPHONE 71”, n.º 17370

Bordeaux, le 19 11 1906

Cher Monsieur et ami,

Une carte postale s'est en effet perdue; comme elle vous appartenait une vue de la fameuse grotte des Combarelles, ou des Eyzies, peut-être, elle aura déduit un employé des postes archéologue à ses heures.

Je vous disais [???] avons le regret de ne pouvoir vous renseigner sur le vase que vous me soumettiez, et dont je ne me souvient pas avoir vu de similaire. Cela n'est point étonnant. Il faut compter avec bien des fabriques et des industries locales, et je suis bien loin de connaître toute le Peninsule; j'ignore, hélas! tout le Portugal. Tout au plus plus puis– je vous dire que cette

forme rappelle des ustensiles recueillis en assez grand nombre dans les Balears, par mon ami Antonio Vives, en particulier, utensiles qui sont d'une époque très reculée. La décoration au moyen d'arêtes ou d'épines est très fréquente, il me semble, dans la ceramique préhistorique, mais ce sont des dessins gravés, tant que votre vase, je crois, est décoré au pinceau, et de façons assez élégante. Il est donc assez naturel de penser à une époque historique.

Je vous demandais, sur ma carte postale, si les circonstances de la trouvaille permettraient d'affirmer que l'objet est antique. – C'est vous seul qui pouvez juger ce point.

Recevez, cher monsieur et ami, avec mes regrets d'être si ignorant, l'expression de mes sentiments bien dévoués.

Pierre Paris [assinatura]

Nota manuscrita de J. Leite de Vasconcelos:

vaso sarapintado do Alentejo

2.9.10. Bilhete-postal ilustrado “BORDEAUX – L'Église de Ste. Croix.”, manuscrito, 18.12.1906, n.º 17371

*Avec mes meilleurs remerciements et compliments pour l'ingénieuse trouvaille que vous avez bien voulu me communiquer
Votre très dévoué*

P. Paris [assinatura]

18/12/06

2.9.11. Bilhete-postal ilustrado “Bordeaux – Monument Gambetta et Allées de Tourny”, manuscrito, datado de 30.04.1907, n.º 17372

30 Avril 1907.

Cher Monsieur, l'adresse de notre ami A. Engel est: 66 Rue de l'Assumption, à Paris – Nos félicitations pour vos nouvelles acquisitions, qui m'intéressent beaucoup – Il vient d'y avoir une belle excavation en Grèce – Peut-être en aura-t-il encore une en Septembre – Je vous informerai

Merci.

Bien cordialement à vous

P. Paris [assinatura]

2.9.12. Bilhete-postal ilustrado “Bordeaux – Tour”, manuscrito, datado de 11.03.1909, n.º 17374

Bordeaux, 11 mars

Cher Monsieur, je vais en effet au Congrès, et serai heureux de vous y rencontrer – Je vous envoie une circulaire qui vous donnera tous les renseignements. Moi je m'embarquerai à Marseille, le 1^{er} avril, sur l'Orènoque avec mon ami M. Radet à bientôt j'espère, et tout à vous

P. Paris [assinatura]

Referia-se Pierre Paris à participação de ambos no Congresso Internacional de Arqueologia do Cairo, reunido naquele ano de 1909 e onde compareceu J.L.V. A ida do português a este memorável Congresso foi objecto de referências epistolares trocadas entre J.L.V. e outro eminente participante no mesmo, o espanhol José Ramón Mélida, já publicadas (CARDOSO, 2016-2017).

2.9.13. Carta manuscrita, com chancela da “VILLE / DE BORDEAUX / ÉCOLE MUNICIPALE / DES BEAUX-ARTS / ET DES ARTS DÉCORATIFS / TÉLÉPHONE 71/ DIRECTEUR”, n.º 17376

Bordeaux, le 3 Juillet 1909

Cher Monsieur et ami,

Je pense que vous avez fait avec vos aimables compagnons de Congrès une agréable et utile voyage de retour, et que vous êtes maintenant remis à vos nombreuses occupations et à vos importants travaux. Moi, de ma côté, j'ai fait un petit séjour en

Grâce qu'a bien heureusement completé mon expédition de Egypte, et maintenant je suis tout à mes préoccupations habituelles, où vous savez que la Péninsule tient une grande place.

A ce sujet, vous avez sans doute appris que l'Université de Bordeaux s'est décidé, sous mon initiative, a fonder une École dans le genre de celles d'Athènes, de Rome et du Caire, mais plus simple, ayant pour objet de favoriser en France les études relatives aux pays d'outre – Pyrénées.

Les négociations entreprises avec l'Espagne, ont abouti, et dès le mois de novembre prochain l'École nouvelle fonctionnera, c'est à dire que l'Université de Bordeaux enverra des savants qui s'intéressent a l'histoire ou a la philologie, à l'art, a la littérature de la Peninsule Iberique.

Mais, cher Monsieur, comme je serai sans doute chargé de diriger cette École, je ne veut pas que vous puissiez encore m'adresser le très juste reproche que vous m'avez fait à propos de mon livre. Il ne faut pas que notre École soit simplement l'École de Madrid, ou même l'École d'Espagne. Mes collègues et moi [??] absolument à ce que le Portugal soit associé à l'Espagne, et pour ma part je proposerai le titre officiel d'École française d'Espagne et du Portugal. Mais pour cela, il faudrait que je suis sur que notre projet trouvera un bon accueil au Portugal comme en Espagne, d'abord auprès des savants qualifiés, dont nous nous voudrions pouvoir devenir les bons collaborateurs et les bon amis, et aussi auprès du Gouvernement. Avant de faire dans ce sens aucune démarche officielle, j'ai tenu, cher Monsieur, a vous demander votre avis. Pensez-vous que l'idée d'une section portugaise de notre École doive être bien accueillie? Vous êtes mieux placé, et mieux qualifié que quiconque pour me le dire. Cette école est et restera une École de recherches scientifiques absolument désintéressées. Elle ne sera pas seulement archeologique, mais historique, littéraire, philologique, pratique, scientifique (sciences exactes) juridique. Il non a semblé que l'on méconnaissait trop, en Europe, l'importance de la Peninsule dans tout les domaines de la pensée et de la civilisation, et nous voudrions que la France, unie a l'Espagne et au Portugal dans une collaboration féconde, servit la cause de la gloire de l'un et l'autre pays. Il ne s'agit pas de nous substituer à des sarants, des érudits, des chercheurs, qu'ont fait leurs preuves, et peuvent dans leur propre pays plus que les étrangers, [??] si cordialement accueillis, et libéralement, qu'ils puissent l'être; il ne s'agit pas de l'accaparement, mais de bon travail en commun, et d'aide mutuelle. L'échange de conférences que nous avons fait avec nos collègues des Universités d'Oviedo, Saragoza, Salamanque, Valladolid, Madrid, et que nous espérons aussi faire avec nos collègues des universités portugaises, a prouvé tout ce qu'il y avait de sympathie d'idées et de pensément entre nous, et comme une véritable alliance intellectuelle était de part et d'autre désirée et facilement réalisable. C'est cette alliance dont je voudrais être, pour ma faible part, l'artisan entre le Portugal et la France.

Si, comme je l'espère, votre réponse est encourageante, cher Monsieur et ami, il est probable que je m'arrangerai de façon à aller vous faire une visite à Lisbonne a la fin de septembre ou au commencement d'octobre, afin de m'occuper officiellement, et avec pleins pouvoirs, de cette affaire pour moi si pleine d'intérêt.

En attendant, je vous prie de vouloir bien agréer l'expression de ma très cordiale sympathie.

Pierre Paris [assinatura]

2.9.14. Carta manuscrita, com chancela da "VILLE / DE BORDEAUX / ÉCOLE MUNICIPALE / DES BEAUX-ARTS / ET DES ARTS DÉCORATIFS / TÉLÉPHONE 71 / DIRECTEUR", n.º 17377

Bordeaux, le 12 Juillet 1909

Cher Monsieur et ami,

Je réponds volontiers aux questions de votre carte, que je viens de recevoir.

1º – Notre École sera une école de «recherche», analogue a nos Écoles françaises d'Athènes et de Rome. Les recherches porteront sur l'histoire antique et moderne, la philologie, la littérature, l'art, le droit etc.

Le but de l'école est d'intéresser chaque année quelques jeunes savants français au passé et au présent de la Peninsule Iberique, et de les mettre à même de faire des travaux d'investigation, d'histoire, de critique philologique et artisitique qui permettent de mieux le connaître dans ses gloires et sa civilisation, et de mieux l'aimer.

L'École ne sera donc pas purement archeologique, mais l'archeologie l'intéressera certainement, et elle ne s'interdira pas les fouilles, si elle peut obtenir l'autorisation d'en faire. Mais ce n'est pas un entreprise commerciale ni d'exportation, il faut bien qu'on le sache. Il n'est pas de tout question d'acquérir des objets – cela est absolument en dehors de notre programme.

2º – En ce qui concerne le gouvernement du Portugal, comme celui de l'Espagne, ce que je desire savoir (puisque je serai chargé, je l'espère, de la direction de cette École, c'est si le gouvernement Portugais acceptera volontiers l'idée qu'il y ait une section portugaise agréée par lui. Y a-t-il quelqu'espérance que nos missionnaires, lors qu'ils voudront effectuer des recherches en Portugal, soient accueillis officiellement qu'ils trouvent une protection matérielle et morale, au besoin, dans les diverses admi-

nistrations, soit qu'ils voyagent pour des études sur le terrain, soit qu'ils aient à travailler dans les Bibliothèques et les archives, qu'ils obtiennent les autorisations nécessaires, lors qu'elles dépendent de l'État.

Il va sans dire, cher Monsieur, et je crois que ma dernière lettre vous parlait aussi dans ce sens, que je suis ici purement officieux. Si, comme j'en suis certain, vous me répondez que cette institution nouvelle ne peut qu'être vue avec faveur en Portugal, aussi bien par les pouvoirs publics que par les corps savants et les érudits, ce sera l'affaire de notre Recteur et de notre ministre en Portugal de traiter la question officielle, et de faire agréer la Section portugaise de notre École.

Je vous le répète, j'espère pouvoir aller à Lisbonne à la fin de mes vacances (entre le 15 sept. et 15 octobre), et si j'ai l'heureuse fortune de vous y rencontrer, quelques minutes de conversation vous prouveront que notre [???], loin de porter le moindre ombrage à personne, est au contraire conçu dans un esprit d'union et de sympathie mutuelle.

Recevez, cher monsieur et ami, l'expression de mes sentiments bien dévoués

Pierre Paris [assinatura]

Nous sommes déjà d'accord avec le gouvernement espagnol, et nous avons trois pensionnaires désignés; ils iront en Espagne dans deux mois et demi ou trois mois.

2.9.15. Carta manuscrita, n.º 17378 + A

Château de Beynac – par les Eyzies (Dordogne)

Le 29 Juillet 1909

Cher Monsieur et ami,

Je vous remercie beaucoup de votre intéressante lettre, et des bons renseignements qu'elle me donne. J'étais bien sûr que votre appui scientifique serait largement acquise à notre cause de bonne confraternité. Que le mot École ne vous effraie peur; il ne s'agit pas d'enseignement, mais de recherches historiques, philologiques, etc., faites par des jeunes gens ou des savants qualifiés pour cela, et en faveur desquels nous ne demanderons au Portugal, comme à l'Espagne, qu'une cordiale hospitalité, et de secours moraux. Il n'est absolument pas question, je vous le répète d'aller dans votre pays pour acheter des antiquités ou des oeuvres d'art. Si l'on fait des fouilles, ce que nous ne nous interdisons pas, ou ne les fera qu'avec les autorisations nécessaires, et dans les conditions agréées par qui de droit. Soyez absolument rassuré sur ce point. Nous ne voulons et ne devons nous conduire avec nos hôtes qu'en amis et collaborateurs – Comme c'est moi qui, jusqu'à nouvel ordre, suis chargé de la direction de nos missionnaires, vous pouvez être tranquille.

Mon voyage est décidé. Je pouvais donc bientôt aller m'entretenir de ces choses avec vous et les personnes que vous voulez bien me citer. Je vous serais très obligé de me dire si entre le 25 et le 30 septembre j'aurais chance de vous rencontrer à Lisbonne, et de pouvoir m'y mettre en rapport avec les personnes officielles que j'aurai à mettre au courant de nos projets.

Je me fais un grand plaisir de voir bientôt votre bibliothèque et vos musées, et de vous féliciter, les connaissant de visu de toutes les oeuvres scientifiques que vous avez personnellement créées, développées et enrichies

Votre confrère dévoué

Pierre Paris [assinatura]

Estas missivas são de grande interesse para perceber a estratégia de Pierre Paris no respeitante ao estabelecimento de laços de carácter cultural, oficiais e duradouros, com os dois países ibéricos, especialmente no campo da Arqueologia, mas também noutros domínios científicos. E, se em Espanha, os esforços foram compreendidos e acarinhados pelas autoridades, de que resultou o magnífico projecto hoje corporizado pela Casa de Velázquez, em Portugal a marcha dos acontecimentos conheceu um rumo diferente. Com efeito, apesar de não serem conhecidas as posições explicitadas por J.L.V., as múltiplas questões por este levantadas, claramente subentendidas pelas respostas de P. Paris são reveladoras da desconfiança do português. Com efeito, tratava-se de um projecto que passava pela instalação em Portugal de uma Instituição dotada de meios financeiros disponibilizados pelo governo francês, com o objectivo de colocar no terreno jovens investigadores que facilmente poderiam abafar o trabalho denodado, mas muito centralizado na sua pessoa, que J.L.V. vinha desenvolvendo. Um exemplo destes temores encontra-se destacado na correspondência, ao ter J.L.V. sublinhado o trecho da carta em que P. Paris não descartava a possibilidade de efectuar escavações arqueológicas em Portugal, naturalmente sujeitas à superior autorização das autoridades portuguesas.

Claro que era uma situação que facilmente poderia criar atritos com o espírito centralista de J.L.V., que até então não tinha tido qualquer dificuldade em fazer valer as suas prerrogativas, como Director do Museu Etnológico, a par dos que com ele trabalhavam, nas intervenções arqueológicas realizadas por sua livre iniciativa de norte a sul do país. Deste modo, facilmente se compreende que, apesar de todos os esforços de P. Paris, que se disponibilizou para vir propositadamente a Portugal por forma a esclarecer junto de J.L.V. quaisquer dúvidas da sua proposta, esta jamais tivesse vingado, por razões que nada tinham a ver com a clareza do projecto.

Porém, as relações afectuosas entre ambos não se terão alterado, como atesta a correspondência ulteriormente enviada por J.L.V. Tal é comprovado pelo envio do 3.º volume das *Religiões da Lusitânia*, ou melhor, da segunda parte deste, impressa provavelmente em 1912 (a 1.ª foi impressa em 1909 e a 2.ª em 1913) pedidndo, em contrapartida, informações sobre o médico judeu português Francisco Sanches, nascido em 1550 e falecido em Toulouse em 1622.

2.9.16. Bilhete-postal ilustrado “LÉOGNAN (Graves). – Château le Thil et le Désert. Intérieur du Grand Chai”, manuscrito, n.º 17379

25 février 1911

Cher monsieur et ami, je reçois votre carte, et la belle photo, que j'envoie à Athenes, avec de grandes recommandations.

Je conçois vos regrets – la patère est [??] mais peut-être la reconquerrez – vous un jour. Je vous le souhaite, en vous remerciant bien sincèrement.

*Votre bien dévoué
P. Paris (assintura)*

2.9.17. Bilhete-postal ilustrado “BORDEAUX – Les Ruines du Palais Gallien”, manuscrito, n.º 17380

Bordeaux, 7 février 1912

Cher Monsieur, je suis très flatté que mes [??] archeologiques vous aient [??]. En échange de votre 3^{me} vol. que je viens de recevoir, et que je vais étudier avec grand intérêt, je vous envoie mes vases ibériques de Saragosse – Je vais m'informer au sujet du livre sur Francisco Sanchez, et vous écrirai aussitot que je saurai quelque chose.

*Toujours bien sympathiquement à vous
P. Paris [assinatura]*

2.9.18. Carta manuscrita, não numerada (Fig. 9)

Madrid – Institut français, 1 Plaza de la Villa
16 Mars 1912

Cher Monsieur et ami, je me trouve a Madrid depuis trois jours, et m'occupe un peu de constituer la bibliothèque de notre Institut. Plusieurs de mes jeunes gens, en particulier M. Albertini, me demandent si je ne pourrais pas leur procurer vos «Religiões da Lusitânia» dont

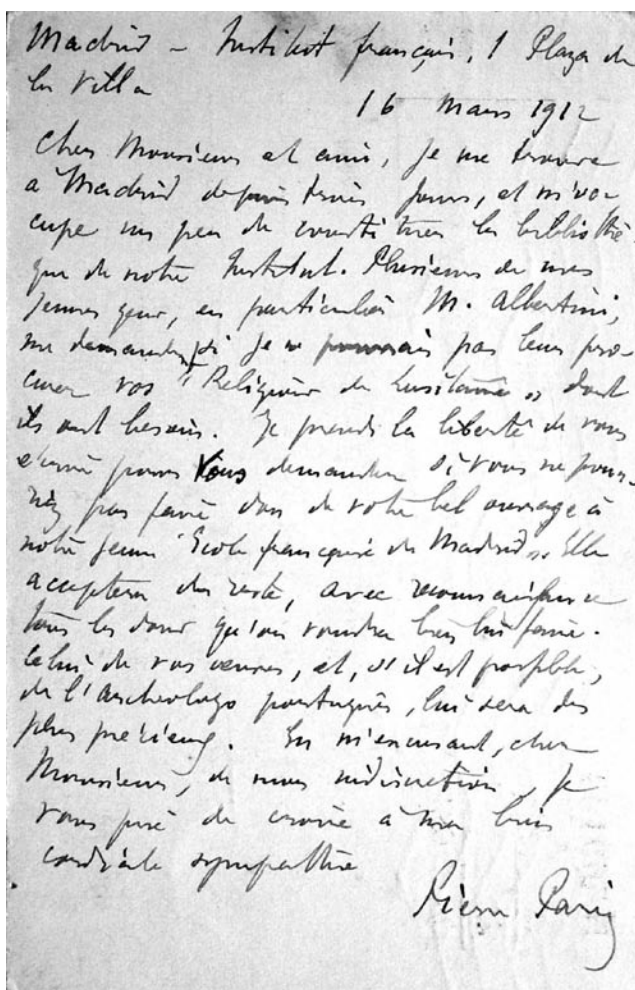


Fig. 9 – Carta de Pierre Paris para José Leite de Vasconcelos, datada de 16.03.1912.

ils ont besoin. Je prends la liberté de vous écrire pour vous demander si vous ne pourriez pas faire don de votre bel ouvrage à notre jeune «École française de Madrid». Elle acceptera du reste, avec reconnaissance tous les dons qu'on voudra bien lui faire.

Celui de vos oeuvres, et, s'il est possible, de l'archeologo portugês, lui sera des plus précieux. En m'excusant, cher Monsieur, de mon indiscretion, je vous prie de croire a ma bien cordiale sympathie.

Pierre Paris [assinatura]

2.9.19. Bilhete-postal manuscrito, n.º 17382

Bordeaux, 29 Mai 1913.

Cher Monsieur, j'ai tardé à vous accuser réception de votre 3^e fasc. du 3^e volume, parce que je voulais d'abord le lire. J'y ai trouvé grand intérêt, parce que j'y retrouve votre esprit si curieux et votre grande erudition. Le grand nombre de monuments nouveaux on inédits est un grand attrait du livre. Je dirai le bien que j'en pense avant en réservant ma liberté critique sur plus d'un point – dans le Bulletin hispanique.

Je suis au regret que vous ayez des ennuis avec M. de Figueiredo, qui a eu toujours beaucoup d'attentions pour moi. Pourquoi arrive-t-il que des hommes qui devraient s'entendre pour le plus grand bien de la science et de leur pays soient si souvent en lutte, et pourquoi le jalousie est-elle le [??] de trop de savants! – Je regrette de ne pas vous avoir vu à Rome, mais je vais peu aux Congrès, n'ayant ni le temps ni l'argent nécessaire – Serez-vous à Lisbonne cet hiver? Je compte m'installer définitivement à l'Institut français de Madrid en O^{bre} ou novembre, et un de mes premiers voyages sera [??] le Portugal. Recevez encore, cher Monsieur, mes felicitations, et l'expression de mes sentiments sympathiques.

P. Paris [assinatura]

A boa relação mantida entre P. Paris e J.L.V. encontra-se ainda confirmada pela oferta por parte do último do 3.º e último fascículo do vol. 3 das *Religiões da Lusitânia*, acabado nessa altura de sair dos prelos da Imprensa Nacional, que muito agradou ao destinatário. Outra evidência dessa confiança é a confissão do mau relacionamento com Mesquita de Figueiredo, cujos contornos se encontram pormenorizadamente descritos em folheto que, em sua própria defesa, foi publicado por J.L.V. (VASCONCELOS, 1913) e onde o carácter daquele é posto a descoberto.

2.10 – Cartas de Luigi Pigorini (1842-1925)

Pré-historiador, etnógrafo e numismata italiano, que beneficiou do contacto com três ilustres investigadores italianos na área da Paleontologia e da Pré-História: Pellegrino Strobel, Bartolomeo Gastaldi e Gaetano Chierici.

A pedido do seu amigo R. Bonghi, ministro da Instrução Pública, L. Pigorini foi comissionado para estudar testemunhos arqueológicos de Roma e de Nápoles. Após a viagem, L. Pigorini apresentou ao ministro o relatório final da sua investigação (“La Paletnologia in Roma, in Napoli, nelle Marche e nelle Legazioni”) com o objectivo de promover os estudos pré-históricos de Roma e do Sul de Itália, encorajando outros pré-historiadores e geólogos.

Durante a sua estada em Nápoles, L. Pigorini trabalhou no Museu Nacional, dirigido por G. Fiorelli, leccionando um curso livre de “Paletnologia”, abrindo assim uma secção específica no museu e contribuindo para o despertar desta nova ciência em Nápoles.

Em 1867 iniciou trabalhos no Museu Real de Antiguidades de Parma, e em 1870 foi nomeado para a Direcção-Geral dos Museus e das Escavações Arqueológicas.

Desenvolveu múltiplos contactos com colegas estrangeiros, que facilitaram o reconhecimento oficial da “Paletnologia”, com a criação em 1875 do *Bullettino di Paletnologia Italiana*, que ainda hoje se publica.

Com base na experiência acumulada, organizou o Museu de Pré-história e Etnográfico que se inaugurou em Roma, a 14 de Março de 1876, numa ala do Palazzo del Collegio Romano (actual Museo Nazionale Preistorico ed Etnográfico Luigi Pigorini).

O prestígio internacional que acumulou, a par do apoio político e académico, permitiu-lhe a criação em 1877 da primeira cadeira de Pré-História na Universidade de Roma.

L. Pigorini participou na IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Históricas, reunido em Lisboa em Setembro de 1880.

2.10.1. Bilhete-postal manuscrito, n.º 18420

Rome, le 13 avril 1897

Monsieur – Je vous remercie de votre bonne carte-postale et des brochures que vous avez bien voulu m'envoyer, et j'accepte l'échange de votre Archeologo Português avec le Bullettino di paletnologia italiana. Du Bulletin vous recevez d'ici à peu de jours les années 1895 et 1896. – De l'Archeologo 1896 je n'ai pas reçu le numéro 12 je pense qu'il ne sera pas encore paru – Je vous envoie les brochures dont j'ai encore quelques exemplaires, mais malheureusement sont épuisés ceux que vous désirez – Puisque j'ai l'heureuse occasion de vous écrire, je vous prie de me dire quel soit le prix (en francs) de l'ouvrage complet de Santos Rocha «Antiguidades prehistoricas do Concelho da Figueira». Je désire aussi de savoir s'il a des figures dans le texte ou bien des planches.

Votre très dévoué

L. Pigorini [assinatura]

24.2. Bilhete-postal manuscrito, não numerado (Fig. 10)

Rome, 2 mars 1905

Très honoré Collègue

J'irai sans doute au Congrès d'Athènes, et je partirai pour la Grèce à la fin du mois courant. J'espère de vous y trouver, mais si, par hasard, vous n'y serez pas, je vous verrai à Rome après la clôture du Congrès, et j'en suis très content.

Agréez, Monsieur, l'assurance de ma plus haute considération

Votre très dévoué

L. Pigorini [assinatura]

24.3. Bilhete-postal manuscrito, não numerado

Roma, 16 marzo 1905

Ch. Signore

Partirò per Brindisi la mattina del 27 corrente, e sarò in questa città la sera dello stesso giorno. Conto per di imbarcarmi per Corfù la notte del 28. – Non sono stato mai a Brindisi, non ho alcuna indicazione di alberghi in quella città, quindi non so in quale discenderò. Vado a caso a prenderne uno dei migliori

Cordiali saluti

L. Pigorini [assinatura]

Come albergo in Brindisi mi si raccomanda Hôtel Europa

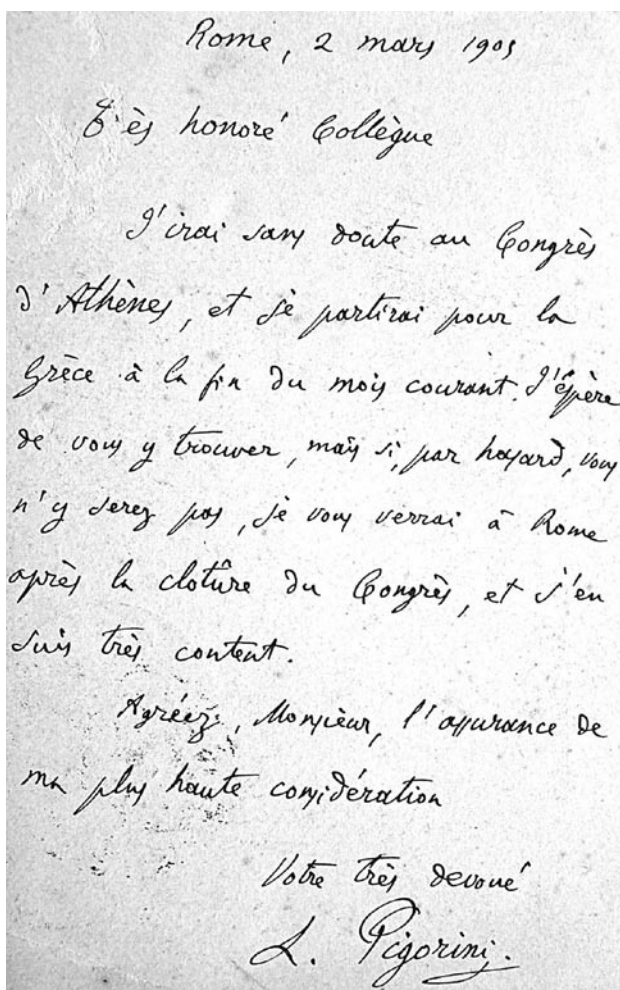


Fig. 10 – Bilhete-postal de Luigi Pigorini para José Leite de Vasconcelos, datado de 2.03.1912.

24.4. Bilhete-postal manuscrito, não numerado

Roma, 6 Dicembre 1905

Ch. Collega e Amico

Ho ricevuto, a suo tempo, i vorii ejempari del pregevole suo lavoro Monnaies anciennes percées d'un trou de suspension, e ne ho fatta la distribuzione secondo le sue interzioni. Per quello che riguarda me personalmente le pongo le piu-vive, le piu-sentite grazie del l'onore che ha volute pormi, dedicandome il suo lavoro, e regalandomene poi un ejemplare in carta di lusso – Stiamo tutti bene, le rinnoviamo i piu-cordiali saluti, augurandoci di vederlo presto in Roma

Affm su L. Pigorini [assinatura]

A publicação a que se faz referência nesta missiva foi inserida, nesse mesmo ano, n' *O Arqueólogo Português* e, como é dito no próprio subtítulo, foi apresentada ao Congresso Internacional de Arqueologia, sessão de Atenas, a 10 de Abril de 1905 (VASCONCELOS, 1905), ao qual J.L.V. compareceu, ao qual se referem as missivas anteriores.

A gentileza manifestada para com o seu colega italiano, ao oferecer-lhe um exemplar do seu trabalho ricamente encadernado e com dedicatória própria, em paga simbólica da distribuição de outros que L. Pigorini se encarregaria de fazer por colegas italianos, é prova da fina sensibilidade social do sábio português, aliando-se à sua indiscutível competência científica, ingredientes que explicam o seu sucesso entre os seus pares de além-fronteiras.

2.10.5. Bilhete-postal manuscrito, não numerado

Roma, 26, XII, 905

Gentilmo Amico

La sua cartolina del giorno 6 si incontró per la strada con la mia nella quale la ringraziavo dell'onore fattonci, dedicandome il suo pregevole studio numismatico. Oggi le scrivo per ringraziarla di nuovo, e per farle i piu-felici augurii del nuovo anno, da parte anche della mia famiglia.

Cordiali saluti

de [??] suo L. Pigorini [assinatura]

A extraordinária importância que L. Pigorini deu à oferta de J.L.V., faz crer que a dedicatória se encontrava impressa no texto, não sendo uma mera formalidade autógrafa; a ser assim, trata-se de uma tiragem especial, já que o artigo impresso n' *O Arqueólogo Português* não contém qualquer alusão ao nome de Pigorini.

2.10.6. Bilhete-postal manuscrito, não numerado

Roma, 29, XII, 910

Caro Professore e Amico

Il prof. Ernesto Pannain, appena seppe che ello desiderava di avere il suo lavoro di tecnologia monetaria, glielo mando direttamente, ed ello lo avrà già ricevuto. – Quanto al Congresso Archeologico, nulla é stato stabilito ancora. É probabile che venga rimandato al 1912. Pel 1911 sono già troppi i Congressi Nazionali e Internazionali che si devono tenere a Roma –

A uma pergunta de J.L.V., L. Pigorini alude a que o Congresso Arqueológico de Roma se realizaria provavelmente em 1912. Na verdade, realizou-se de facto naquele ano, tendo nele participado o sábio português.

2.10.7. Carta manuscrita, com chancela do “MUSEI / PREISTORICO – ETNOGRAFICO / E / KIRCHERIANO”, n.º 18426

Roma, 25 Luglio 1911

Gentilmo Professore

Nel consegnare oggi al legatore di libri il volume XIV, 1909 del suo O Archeologo Português mi sono accorto che il volume manca del frontispizio. Io la prego vivamente di volermelo mandare per completare il volume.

Dopo il fascicolo 9-12 dell'Archeologo Português 1909 non ho piu ricevuto nulla. Desidero sapere se la pubblicazione sia finita, oppure se continuera e quando.

E poichè le scrivo la prego di darmi un'altra notizia. Dopo l'ultimo fascicolo del tomo II 1905-1908 di Portugalia non ho mai piu-ricevuto nulla. Anche per Portugalia le domando se la pubblicazione sia finita.

Coi piu-cordiali saluti

Deomo suo

L. Pigorini [assinatura]

As perguntas e pedidos apresentados a J.L.V. evidenciam bem o cuidado e interesse com que eram recebidas as escassas publicações portuguesas do foro arqueológico. E a questão sobre a suspensão d'O *Arqueólogo Português*, bem como da *Portugália*, era pertinente, dado o estado de indefinição que se vivia após a proclamação da República. No respeitante à primeira revista, felizmente a sua publicação continuou; já o mesmo não se verificou relativamente á segunda, mas por motivos estranhos ao momento político que então se vivia.

2.10.8. Carta manuscrita, com chancela do "MUSEI / PREISTORICO – ETNOGRAFICO / E / KIRCHERIANO", n.º 18427

Roma, 6 agosto 1912

Gentilmo Collega

Il volume XV, 1910, dell'Archeologo Português, che ho ricevuto a suo tempo, invece di portare il Frontispizio e l'Indice XV, 1910, porta quello XIV, 1909. Prego vivamente perchè voglia correggere l'errore avvenuto, inviandomi Frontispizio e Indice XV, 1910.

Auche il volume XVI, 1911, manca del Frontispizio e dell'Indice. Se fossero stati pubblicati prego di mandarmeli, per non avere il volume incompleto.

Noi stiamo tutti bene e speriamo altrettanto di lei. Speriamo di rivederlo nel prossimo ottobre in Roma, in occasione del Congresso Internazionale di Archeologia

Gradisca i nostri cordiali saluti

Suo L. Pigorini [assinatura]

Esta missiva confirma a preocupação de L. Pigorin quanto à integridade d'O *Arqueólogo Português*, a que atribuía evidente importância científica, aludindo também à realização do Congresso de Roma em Outubro de 1912, no qual participou J.L.V.

2.10.9. Carta manuscrita, com chancela do "SENATO DEL REGNO", n.º 18428

Roma, 10 marzo 1914

Egrégio Signore e Amico

Ho ricevuto a suo tempo e ho apprezzato moltissimo la difesa del Museo Etnologico Português, che ella con esito piu che felice ha saputo scrivere contro le calunnie delle quali era stato fatto segno, voglia gradire le mie vive felicitazioni.

E poichè ho la lieta occasione di scriverle, le ricordo di nuovo che mi mancano il frontispizio e l'indice del volume XV, 1910, dell'Archeologo Português. Non l'ho mai ricevuto e ne sono assai dispiacente. La prego vivamente di mandarmelo, affinché io non abbia il volume XV non completo.

E il volume XVIII, 1913, quando uscirà?

Voglia gradire i piu cordiali saluti miei e della mia famiglia, e ci faccia un'altra volta il regalo di una sua visita in Roma

Deumo suo

L. Pigorini [assinatura]

A *Defensão do Museu Etnologico Português* (VASCONCELOS, 1913), opúsculo a que já anteriormente se aludiu foi, como se verifica, largamente distribuído internacionalmente por J.L.V., já que anteriormente foi mencionado por P. Paris, e em correspondência já anteriormente publicada, por José Ramón Mélida

(CARDOSO, 2016-2017). Pretendia assim o seu autor demonstrar a sua inocência quanto às acusações que lhe foram feitas e, ao mesmo tempo, denunciar os seus detractores.

2.10.10. Bilhete-postal manuscrito, não numerada

Roma, 27 dicembre 1914

Illustre Collega

Ho ricevuto il fascicolo n. 1-6, vol. XIX dell'Archeologo Português, na non ho mai avuto i fascicoli del volume XVIII. La prego vivamente di farmeli spedire, affinché io non abbia nel Museo incompleta la serie di tale sua importante pubblicazione. Io e la mia famiglia stiamo tutti bene, e speriamo altrettanto di lei. Lo preghiamo di gradire i nostri saluti e i nostri felici augurii pel nuovo anno. Suo L. Pigorini [assinatura]

2.11 – Salomon Reinach (1858-1932)

Historiador e arqueólogo francês. Participou, durante a década de 1880, em várias descobertas arqueológicas na Grécia, Constantinopla e Tunísia. Realizou importantes pesquisas em Myrina (1880-1882), em Cyme (1881), em Tasos, Imbros e Lesbos (1882), em Cartago (1883-1884) e em Odessa (1893).

Entre 1882 e 1885 ocupou o cargo de Secretário da Comissão Arqueológica da Tunísia.

No ano seguinte, assumiu o cargo de ajudante de conservador no Museu das Antiguidades Nacionais de Saint-Germain-en-Laye, do qual, em 1902, foi nomeado director. S. Reinach assumiu, a partir daquele mesmo ano, o lugar de professor de Arqueologia na Escola do Louvre e, a partir de 1903 tornou-se editor, em parceria com E. Pottier, de importante revista científica, a *Revue Archéologique*.

Dedicou-se também ao estudo da história das religiões publicando em 1909 a sua obra *Orpheus*. S. Reinach defendeu, em diversas obras, o contributo europeu na evolução cultural das civilizações, em contraposição às teorias orientalistas então prevaletentes.

2.11.1. Carta manuscrita, n.º 19544

Cher Monsieur

Le marbre dont vous m'envoyez la photographie me paraît appartenir à la fin du I^{er} siècle après J. C. par les procédés du travail, il rapelle notamment les bustes de Corbulon que sont au Louvre. Mais il ne représente ni Corbulon ni aucun autre personnage connu. De pareils portraits sont toujours bons à publier, car ce sont d'excellents exemples de la sculpture impériale; toutefois, il ne semble pas que la publication comporte des commentaires et il sera fort inutile de bavarder sur le portrait romain en général à propos d'un spécimen [???].

Tout à vous

Salomon Reinach [assinatura]

J.L.V. escreveu na margem superior a palavra “Beja”. Trata-se, pois, do retrato romano ali encontrado, e por si publicado n’*O Arqueólogo Português* em 1902 (VASCONCELOS, 1902 b) e ainda hoje conservado no Museu daquela cidade, o que confere à missiva de S. Reinach uma data próxima da daquele ano, sabendo-se que J.L.V. raramente deixava por publicar notas avulsas como esta durante muito tempo. Esta carta evidencia, por outro lado, a prática de consulta de renomados especialistas internacionais seus amigos, como estes faziam amiúde consigo próprio. No que respeita à peça escultórica, é nítida a semelhança com os escassíssimos retratos conhecidos de Júlio César. Esta hipótese foi já colocada por Vasco de Souza em 1990, embora a “*serenidade e a simetria das formas parecem apontar para o classicismo da época de Augusto*” (SOUZA, 1990, p. 67).

2.11.2. Postal manuscrito, com carimbo de 20.04.1896, não numerado

Monsieur

Je reviens à l'instant de Grèce et trouve votre aimable carte. Je serai très désireux de recevoir l'Arch. Port. pour le Musée de Saint Germain. Quant à l'échange avec l'Anthropologie, il ne dépend malheureusement pas de moi; j'ajoute qu'il est difficile de l'obtenir de l'éditeur, le recueil étant d'un prix assez élevé.

Veuillez agréer, Monsieur, l'expression de mes sentiments plus distingués,

Salomon Reinach [assinatura]

2.11.3. Carta manuscrita, com chancela do "Ministère / de / l'Instruction Publique / et des Beaux Arts / DIRECTION / DES / MUSEES NATIONAUX / MUSÉE DE ST. GERMAIN", n.º 19550 (Fig. 11)

Le 3 Avril 1897

Cher Monsieur

M. Georges Perrot va arriver à Lisbonne. Je lui ai dit que vous seriez extrêmement disposé à lui faire bon accueil et je vous écris, à la demande pour vous recommander tout particulièrement ce savant éminent – qui n'a pas besoin de recommandations!

Croyez, je vous prie à mes sentiments les plus distingués

Salomon Reinach [assinatura]

G. Perrot era, efectivamente, um eminente orientalista, que J.L.V. deveria conhecer bem, pelo que a missiva de S. Reinach seria supérflua, não fosse apenas para informar J.L.V. da chegada próxima daquele colega de ambos.

2.11.4. Bilhete-postal manuscrito, datado de 23.03.1898, n.º 19551

Cher Monsieur

Mowat demeure 10 Rue des Feuillantines à Paris.

M. Bertrand a bien reçu votre volume et vous en remercie.

Je vous envoie un tirage à part d'Epona.

A bientôt, j'espère, et cordialement à vous

Salomon Reinach [assinatura]

Merci pour les brochures

J.L.V. recorria a S. Reinach, tal como à generalidade dos seus correspondentes, para promover a divulgação das suas publicações, enviando-as directamente para os endereços que lhes eram indicados, ou solicitando que

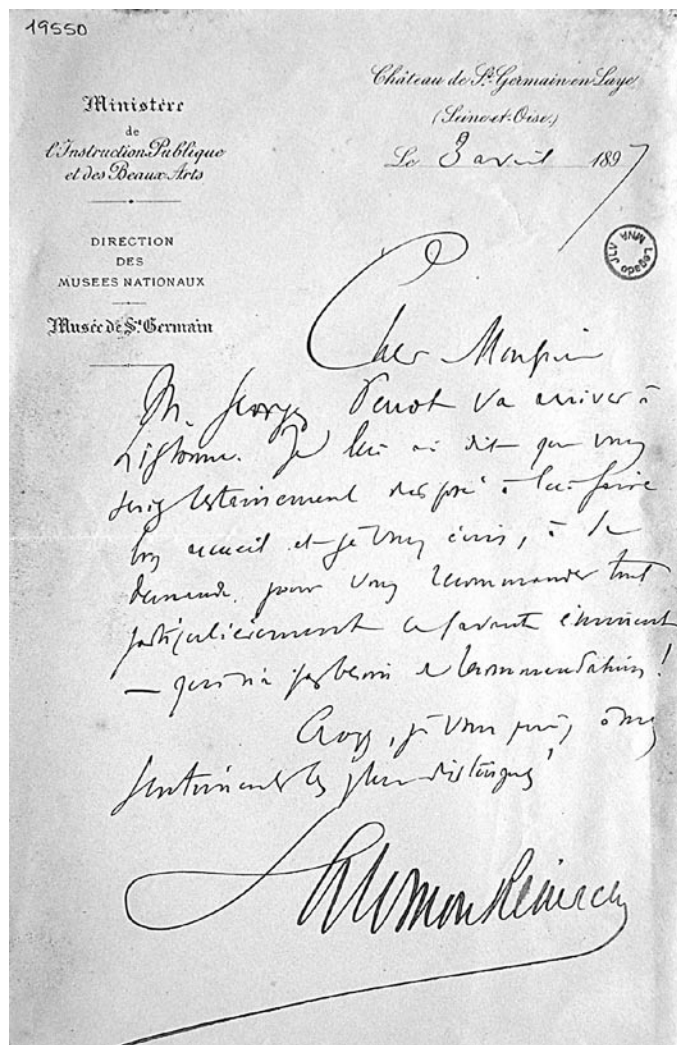


Fig. 11 – Carta de Salomon Reinach para José Leite de Vasconcelos, datada de 3.04.1897.

eles próprios as fizessem chegar aos respectivos destinatários. Conseguiu assim uma extraordinária rede de investigadores, espalhados por toda a Europa, que mantinha permanentemente informados, situação que se crê excepcional, ou mesmo única, no panorama científico português da época, só possível pela total entrega de J.L.V. à concretização da sua obra.

2.11.5. Carta manuscrita, com chancela do “MINISTÈRE / de / l’Instruction Publique / et des Beaux Arts / DIRECTION / DES / MUSEES NATIONAUX / MUSÉE DE ST. GERMAIN”, n.º 19552

Le 7 Décembre 1901

Monsieur

Ce dessin reproduit un collier gaulois en or, cru néolithique, découvert au pied d’un chêne à Saint-Leurs (Deux Sèvres) et conservé au Musée de Niort. Publié, avec d’autres semblables, dans le Dictionnaire archéologique de la Gaule, Époque des dolmens, objets d’or, n° 2. Moulage à Saint Germain, n° 21 864. – Nous ne possédons pas le rarissime ouvrage de Commont!

A mon avis, ces objets sont plutôt de l’âge énéolithique que du néolithique pur.

Je vous envoie un tirage à part de mes derniers articles de la Crète; un entre eux a paru il y a quinze jours dans la Chronique des arts (fouilles de Phaestos.)

Tout à vous

Salomon Reinach [assinatura]

2.11.6. Bilhete-postal manuscrito, com carimbo de 24.01.1901, n.º 19547

Cher Monsieur

Voulez-vous avoir la bonté de me dire si Las Janellas Verdes à Lisbonne est un établissement distinct du Musée national?

Tout à vous

S. Reinach [assinatura]

Salomon Reinach pretendia esclarecer a confusão entre o actual Museu Nacional de Arte Antiga, que só adoptou tal designação em 1911, pois em 1901 era ainda designado Museu de Bellas Artes e Arqueologia, inaugurado oficialmente a 11 de Maio de 1884 e o Museu Etnológico Português serem a mesma instituição.

2.12 – Hubert Schmidt (1864-1933)

Arqueólogo alemão, investigador das culturas pré-históricas dos Balcãs e especialista na cultura de Cucuteni e na cultura de La Tène.

Formou-se em Filologia Clássica, Arqueologia e História pelas Universidades de Breslau, Halle e Berlim.

Foi membro do Instituto Arqueológico Alemão e colaborou nas escavações arqueológicas de Tróia, com W. Dörpfeld.

Foi colaborador científico do Departamento de Pré-história do Museu Etnológico e conservador dos Museus Reais de Berlim (1909-1927).

As suas investigações conduziram-no à Península Ibérica, onde publicou uma monografia dedicada à origem peninsular da alabarda, a cronologia do começo da Idade do Cobre, a difusão deste artefacto e as produções de vasos campaniformes no território peninsular (SCHMIDT, 1915).

2.12.1. Carta dactilografada, n.º 20825 (profundamente danificada pela água, que provocou manchas e faltas de papel)

Berlin, le 12. sept. 1914.

Monsieur

Professor Leite de Vasconcellos,

Belem bei Lissabon.

Monsieur.

Nous avons appris avec un vif regret que de nombreuses fausses nouvelles sur l'Allemagne sont répandues dans votre patrie. Nous autres savants allemands nous sommes donc réunis dans le but de faire parvenir des informations authentiques à nos amis à l'étranger. Nous faisons cela avec d'autant plus d'empressement que nous pouvons être [??] nos grandes victoires. Notre armée se trouve devant Paris. L'armée anglaise-française défaite à plusieurs reprises a du abandonner la France du Nord. La première armée russe de cent-cinquante mille hommes est mi battue, mi faite prisonnier. La Flotte anglaise ne s'est pas encore aventurée à notre côte. Nos vaisseaux de commerce circulent dans la mer d'est comme en temps de pais [sic]. Notre récolte est très riche et le blé est dans les greniers. Nous avons des vivres suffisant aussi pour les milliers de prisonniers français, belges, russes et anglais. Nos usines et nos fabriques continuent leurs travaux, les énormes constructions nouvelles de l'université et des musées ne sont pas interrompues. Des milliers de jeunes gens [sic] attendent l'appel aux armes, tous les parties [sic] politiques se sont réunis dans la défense de la patrie. Il n'y a aucune différence.

Si Dieu nous donnera la victoire définitive dans cette guerre, imposée à notre peuple paisible par nos adversaires, nous tendrons encore les mains à nos amis à l'étranger pour un travail mutuel.

[...] monsieur, l'expression de ma haute considération.

Hubert Schmidt [assinatura]

Kgl. Museen

Esta missiva tem muito interesse histórico. Com efeito, ainda antes de Portugal ter entrado no conflito, os cientistas alemães – neste caso um arqueólogo com funções oficiais no Estado alemão – terão recebido directivas para produzirem missivas como esta, onde se declara o firme apoio à Alemanha em guerra, informando do seus recursos e da alta motivação de toda a população para fazer frente aos inimigos, até se atingir a vitória, que permitiria a retoma da colaboração interrompida com os seus homólogos estrangeiros. Iniciativas idênticas foram recentemente dadas a conhecer por parte de cientistas alemães, de muitas outras áreas do conhecimento, especialmente a produção de um manifesto subscrito por muitas individualidades, garantindo que ninguém amava mais a Arte e a Cultura que os próprios Alemães (NINHOS, 2017, p. 25).

2.13 – Adolf Schulten (1870-1960)

Arqueólogo e historiador alemão que se dedicou a importantes escavações e estudos arqueológicos no Sul de Espanha.

Realizou os seus estudos na Universidade de Bonn e doutorou-se em Berlim em 1892. Em 1894 obteve uma bolsa de estudos para viajar por Itália, Grécia e Norte de África (1894-1895). Em 1907 obteve a cátedra de História Antiga da Universidade de Erlangen, onde continuou os seus estudos arqueológicos que abarcaram a Itália, o Norte de África e principalmente a Espanha.

A ele se devem as escavações da antiga cidade de Numancia, que dirigiu de 1905 a 1912. De 1919 a 1922 realizou um estudo da costa mediterrânea para uma edição crítica da obra *Ora marítima* de Avieno e, naquele último ano, associa P. Bosch Gimpera na publicação da série *Fontes Hispaniae Antiquae* editadas pela Universidade de Barcelona. Ulteriormente estudou as figuras de Viriato e de Sertório, e publicou em 1945 importante obra sobre Tartessos, que dedicou a Luis Pericot García, Catedrático da Universidade de Barcelona em testemunho dos 25 anos de colaboração mútua.

Em 1948 procedeu a escavações arqueológicas em Tarraco.

Em reconhecimento das suas descobertas foi nomeado “Doutor *Honoris Causa*” pela Universidade de Barcelona e recebeu a Grã-Cruz da Ordem de Afonso X, o Sábio, em 1940. Pertenceu a várias instituições, entre elas a Real Academia da História, de Madrid.

2.13.1. Cartão de visita manuscrito, “Prof. Dr. A. Schulten”, n.º 20911

(Göttingen) Allemagne

Lx. 2.7.00

Monsieur,

J'ai râché trois fois de vous recontrer pour vous présenter une lettre de M. Dessau. Parce que je dois partir demain et en aimant bien de me présenter à vous j'ose demander un rendez-vous pour cet après-midi à 4 heures au Musée de Belem.

[???] la plus [???] considération

Esta missiva tem interesse porque evidencia a importância que Schulten dava à convivência científica com J.L.V., no caso para lhe apresentar uma missiva de Hermann Dessau, ilustre epigrafista alemão colaborador do *CIL* e que por certo pretendia obter informações e ajuda do seu confrade português. É ainda de sublinhar o excelente funcionamento do correio, porque pretendia que esta missiva fosse lida por J.L.V. antes das 4 h da tarde do próprio dia em que foi escrita. Estranha-se que não tivesse recorrido ao contacto telefónico, já então possível na cidade de Lisboa, desde 1882.

2.13.2. Carta manuscrita, n.º 20912

Garray (Soria)

Cher Monsieur,

Ne m'appellez pas ingrat parce que je vous n'ai pas écrit depuis si longtemps. Mais j'ai beaucoup à faire ici. J'ai eu la fortune de trouver trois des camps de Scipion du siège en 133 a. J.-C. Ils sont très bien conservés. Voilà les camps romains les plus anciens que nous connaissons ! L'un possède une belle via praetoria et des fortifications très fortes et très curieuses, des objets trouvés je vous [??] surtout les projectiles de catapulte, dont l'un pèse 4 kilogrammes.

Et le bronze d'Aljustrel? N'oubliez pas de m'en envoyer les épreuves. C'est la récompense de un discrision, cas je n'en ai parlé à personne.

A vous très cordialement

Schulten [assinatura]

Esta carta foi escrita enquanto Schulten escavava os acampamentos romanos em volta de Numância, construídos no decurso do cerco à cidade em 133 a.C. Trata-se de um importante documento sobre o curso das explorações, destacando entre os espólios arqueológicos, os projecteis de pedra lançados por catapultas. A forma como Schulten se refere à segunda tabula de bronze contendo legislação mineira encontrada em 1906 em Aljustrel (Vipasca) e levada para o Museu de que J.L.V. era director, mostra que ainda não estava publicada, concluindo-se que este tinha suficiente confiança em Schulten ao ponto de lhe ter confiado a descoberta.

2.13.3. Bilhete-postal manuscrito, n.º 20913

Garray (Soria) 29/5.07

Cher Monsieur,

Vous devez aller en chemin de fer jusque' à Soria. On y arrive venant de Madrid, à 7 h. du matin.

Vous allez en [??] (à 8 h.) en voiture (correos) à Garray ou vous arrivez à 9 h. du matin (7 kilom.). À Garray vous demandez la maison de Don Adolfo (c'est moi). Vous y trouvez une chambre et à souper et diner en ma compagnie (5 ½ pes. par jour). Si vous voulez rester à Soria un jour, faites cela après et venez en avant me trouver ici.

À revoir donc à bientôt. C'est charmant que vous venez. Faites moi un mot en télégramme m'indiquant le jour de votre arrivé.

Bien cordialement

S. [assinatura]

A pretendida visita de J.L.V. em 1907 às escavações de Numância ali dirigidas por Schulten desde 1905 mostra bem, independentemente de a mesma se ter ou não realizado, a mobilidade e flexibilidade de que este dispunha na gestão do seu tempo, sempre dedicado à partilha entre o trabalho de gabinete e as observações de terreno.

2.13.4. Bilhete-postal manuscrito, n.º 20914

Göttingen 2.III.07

Cher Monsieur,

Je vous remercie beaucoup pour votre riche envoi. Je vous ai envoyé tout de suite l'Afrique romaine et bientôt vos aurez les fouilles de [??] et autres [??].

La cava de Viriato devrait être fouillé. Par la céramique on pourrait savoir l'époque de ce monument. Pensez-y, vous vous feriez un grand [??].

Je vous ferai parvenir mes nouvelles si je vais à [??] je serais très [??] de vous y [??].

À vous très cordialement

Schulten [assinatura]

As investigações sobre a presença romana no Norte de África resultaram em publicações que remeteu a J.L.V. É ainda interessante que tenha incitado este a escavar a Cava de Viriato, estando convencido que se poderia datar a construção daquele monumento pelos espólios que ali fossem recolhidos. Com efeito, as recentes investigações ali conduzidas, parecem corroborar a hipótese de se tratar de um dispositivo defensivo de um acampamento militar romano que não chegou a ser efectivamente ocupado, conforme sugere a ausência de espólios arqueológicos (informação de Catarina Tente, Outubro de 2017). O interesse de Schulten por esta estação arqueológica explica-se facilmente pelas suas anteriores escavações de acampamentos militares romanos em Numância.

2.13.5. Bilhete-postal manuscrito, n.º 20915 (Fig. 12)

Garray (Soria) 21/8.07

Mon cher ami,

Je me trouve à Numance et j'ai l'espoir que vous réaliserez votre projet de venir ici. J'y reste jusqu'à fin de Septembre. Cette année c'est la dernière fois. Les fouilles procèdent très heureusement. Un camp après l'autre surgit de terre sous la pioche de mes gents.

*A revoir donc ici et bien cordialement
Schulten [assinatura]*

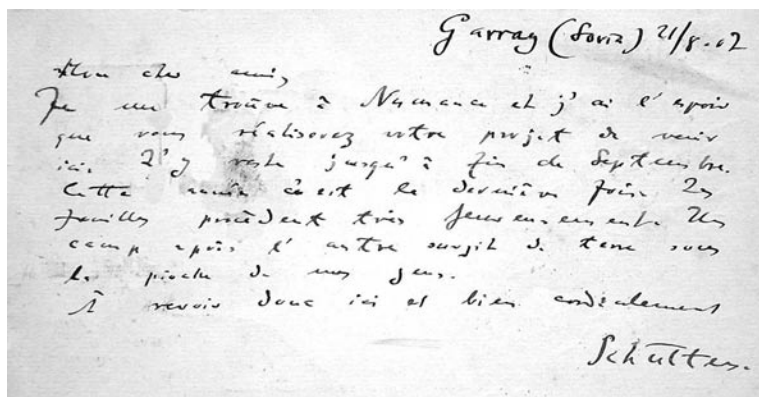


Fig. 12 – Bilhete-postal de Adolf Schulten para José Leite de Vasconcelos, datado de 21.08.1907..

J.L.V. não teve a oportunidade de visitar as escavações de Numância em Maio de 1907, como se conclui por este renovado convite, datado de 21 de Agosto de 1907. J.L.V. deslocou-se nesta ocasião a Numância como se conclui de missiva ulteriormente recebida de Schulten, em 1909, adiante transcrita.

2.13.6. Bilhete-postal manuscrito, com vista de Freiburg i. B. datado de 15.6.08, n.º 20916, muito danificado e incompleto

*Cher Monsieur,
En me rappelant de votre jo(lie) poésie sur le Rhin... [??] [??] [??] et de la bonne soirée passée chez vous je vous envoie de ce lieu poétique un salut cordial
Schulten [assinatura]
Je viens d'achever mes fouilles à Numance il y a 10 jours*

Esta missiva mostra a amizade entre J.L.V. e Schulten, recordando de Freiburg i. Breisgau o aprazível serão passado em casa de J.L.V. e o belo poema “No Rheno” em que J.L.V. evoca as belezas da paisagem que discorria perante si, mas sem se esquecer dos seus gatos, na sua casa de Campolide, na verdade outra das suas paixões (VASCONCELOS, 1899).

2.13.7. Bilhete-postal manuscrito, n.º 20917

*Erlangen 20.12.08
Cher Monsieur,
Auriez-vous la grande bonté de me renseigner sur les armes qu'on trouve au Portugal. Y-at-il sur elles une mémoire et surtout avez-vous traité l'objet?
Il me faut surtout des illustrations.
Je m'occupe avec les Celtibères et ainsi je suis tombé dans les Lusitaniens.
Connaissez-vous quelques specimen sûr du gladius Hispaniensis? Je connais votre mémoire «Estudios sobre a Época do Bronze» (1907).
Trouve t'on chez vous les salva type Almedinilla?
Vous voyez que je travaille fort à mon ouvrage sur Numancia. J'espère vous la présenter en 1910. Si vous me pouvez dire quelques chose de définitiv sur les armes des Lusitaniens figurés (car je connais naturellement les auteurs) je pourrais reproduire votre note dans mon ouvrage.
A vous très obligé
Schulten [assinatura]*

Nota de J. Leite de Vasconcelos à margem:

*O Arch. XI, 5-8.
Cartailhac
Estacio da Veiga*

A actividade científica de Schulten levou-o a solicitar a ajuda de J.L.V.: é o caso das informações sobre as armas dos Lusitanos, certamente úteis para a memória sobre Numância que, à data, se encontrava a escrever. Com efeito, nesta publicação (S/A, 1912), reproduzem-se nas estampas 56 a 58 diverso armamento ibérico de ferro ali exumado. As notas a lápis que J.L.V. após neste postal referindo os nomes dos escassos autores que até então tinham publicado armas da Idade do Ferro do território português mostra que deu seguimento à resposta solicitada por Schulten, fornecendo-lhe informações relevantes.

2.13.8. Carta com carimbo “Prof. Schulten/Erlangen”, manuscrita, n.º 20918

16.7.09

Cher Monsieur,

Ne pouviez-vous pas persuader l'éditeur du “Archeologo Portuguez de m'envoyer les volumes 1906 et suite (je ne possède que 1905) pour compte-rendu dans la revue critique la plus en vogue allemande: Littera. Centralblatt? On fait la même chose en Afrique, dont j'ai indiqué les fouilles et publications dans l' Arch.. [???]! Du même je désirais posséder Vol. I et III s.s. de votre important ouvrage sur la Religions au Portugal (j'ai Vol. II).

Ja ne [???] que faire connaître vos travaux chez nous et je crois que personne en Allemagne y et capable comme moi.

Si nous arrivez à faire remplir mon désir n'envoyez pas les livres avant novembre, cas je ne retourne ici qu'en novembre.

Du 1 août jusqu'à fin de sept. je suis à Numancia ou plutôt à Renieblas 6 kms de N. où j'ai trouvé le camp S. Nobilia de l'an 153 a. J.-C.

Venez-vous me visiter? Vous y rencontreriez Mad. Schulten et un meilleur diner que celui d'il y a 2 années.

A vous très cordialement

Schulten [assinatura]

Verifica-se que J.L.V. visitou efectivamente as escavações dirigidas por Schulten em Numância em 1907, como se deprende da renovação do convite que lhe foi feito nesta missiva, prometendo-lhe um jantar melhor do que aquele que lhe ofereceu dois anos antes. As escavações de Schulten em que identificou os acampamentos romanos de Cipião em torno a Numância foram objecto de sucessivos artigos publicados na *Révue Hispanique*, entre 1908 e 1910, dando origem a uma memória publicada em 1914 em castelhano, intitulada *Mis excavaciones en Numancia*.

2.13.9. Bilhete-postal manuscrito, remetido de Erlangen, n.º 20919

8.12.09

Cher Monsieur,

Ayez la bonté de faire envoyer votre éditeur le volume 1 et 3) de votre «Religiões...» pour en faire un compte-rendu. C'est dans l'intérêt de l'éditeur. De même on devrait envoyer l'Archeologo Portuguez **).*

Je reçois de l'Afrique aussi les publications des Sociétés et de Porto on m'envoie la Portugalia.

A vous cordiales

Schulten [assinatura]

***) à partir de 1906 / *) je possède Vol. II*

A permuta de publicações de J.L.V. era também do interesse de Schulten, que de Portugal já recebia a revista *Portugália*, dando-lhe matéria-prima para as recensões que produzia sobre tais obras.

2.13.10. Bilhete-postal manuscrito, enviado de Erlangen, com carimbo de 9 de Janeiro de 1910, n.º 20920

Cher Monsieur,

Merci beaucoup pour le 3^e volume de votre bel ouvrage. Ayez la bonté de faire envoyer le premier volume par l'éditeur (avec note) et ainsi – si vous ne disposez plus d'exemplaires – votre «Geografia de Lusitania na epoca protohistoria».

A vous très obligé

Schulten [assinatura]

2.13.11. Bilhete-postal manuscrito, enviado de Erlangen, datado de 18 – 11- 1911, n.º 20921

Cher Monsieur

Ayez la bonté de me faire inscrire dans la liste d'abonnement de l'Archeologo Portuguez et de prier l'éditeur de m'envoyer aussi les vol. 1906, 1-4 (j'ai déjà 1905 et 1906, 5 -12) et suiv. à bonne marché.

A vous très cordialement

Schulten [assinatura]

Nota de J. Leite de Vasconcelos:

*Quer 1906, n.º 1-4; assinar d'ora em diante
Resp.*

2.13.12. Carta dactilografada, enviada de E. (Erlangen) a 26.06.1922, n.º 20922

Mi dist. amigo

Voy a interesar a V. por un asunto importante y con fio que V. no dejara de ocuparse de el. Como V. sabe por mi edicion de Avieno, el periplo antiguo dice que del golfo del Tajo salio un camino hacia Tartessos (versos 178 sig.), despues de haber descrito el golfo de Lisboa. Se comprende por eso que la embocadura del Tajo servia a los Tartesios como emporio.

Ahora ruego que V. haga una investigacion en la ribera del golfo en frente de Lisboa cerca de Aldeia Gallega, para ver si hay alli vestigios tartesios, es decir objetos del periodo de bronce IV (como los bronces de Huelva). Es un asunto muy importante.

Espero que V. llegara bien a su 69 aniversario, que parece que se celebrara como se merece en Portugal y fuera.

Buscar los vestigios de la cultura tartesia es el asunto mas importante en la peninsula y ya que Tartessos mismo nó se ha podido encontrar por el agua y las dunas hay que buscar en su reyno, que como V. sabe abrazaba toda Andaluzia. Y hay que buscar tambien en el sitio indicado. Como esto esta cerca de Lisboa y como V. esta alli, confio que algo se sacará.

Espero su contestacion y pido que acoga el asunto con todo interes.

Ha salido tomo iii Numantia (los campamentos de Scipion), siento no poder ofrecer a V. un exemplar gratis, porque tengo solo muy pocos para los colaboradores pero supongo que la biblioteca lo comprara.

S.S.a.

Schulten

Esta missiva, datada de 1922 coincide com a edição de A. Schulten, da *Ora marítima*, de Avieno (SCHULTEN, 1922). É natural o interesse manifestado pelo autor relativamente a Aldeia Galega (actual Montijo), situado na margem esquerda do estuário do Tejo e com ligação a Lisboa através de um estreito esteiro, cuja abertura à navegação requeria a realização frequente de dragagens. Dada a semelhança com as características da ria de Huelva, onde uma dragagem proporcionou a recolha de um notável conjunto metálico do Bronze Final no ano seguinte ao desta missiva (FERRER ALBELDA *et al.*, 1997), embora, certamente em resultado de naufrágio, facilmente se compreende o interesse que o sábio alemão tinha em verificar quais as potencialidades arqueológicas do estuário do Tejo. No entanto, o único achado desta época que ali até ao presente se encontrou, foi uma espada do tipo “língua de carpa”, oriunda de uma dragagem realizada junto ao pontal de Cacilhas, muito mais a jusante (CARDOSO, 1999-2000), aquando da construção de uma doca-seca dos antigos estaleiros Parry & Son.

2.13.13. Bilhete-postal manuscrito, com carimbo “Prof. Schulten/Erlangen”

13.3.13

Mi dist. Amigo,

Digame se Nabão (ciudad en Portugal) es verdad (como dice Rádeker) se llamo Nabantia -N mão parece corresponder a una N mantia Lusitana. Conoce V. unos ejemplos de ão= antia.

Pidiendo constatacion

s. s. a.

Schulten [assinatura]

O esclarecimento de J.L.V. foi enviado, conforme indica o “R” aposto pelo próprio no documento.

2.13.14. Bilhete-postal manuscrito, com carimbo de Erlangen, datado de 17.07.1914, n.º 20925

E. 16/7

Ill. dist. Amigo

*Recibe V. del editor el 1º Tomo de mi obra *Le agradecería su V. lo indicase en Portugal y oficiara algo para la propaganda.**

En Octubre espero estrechar a V. la mano

s. s. a.

Schulten [assinatura]

2.13.15. Bilhete-postal manuscrito, não numerado

Valência 10.12.19

Mi dist. amigo,

Ha recibido V. mi memoria sobre Viriato. Desearia mucho que se traduzca en Portuguez. Tenga la bondad escribirme a Ibiza (lista correo), adonde quedo hasta 10 Enero.

Si es posible desearia venir a Lisboa y espero encontrar a V. en buena salud.

S. S. v. j. a.

Schulten [assinatura]

A obra *Viriato* teve, como era seu desejo, tradução portuguesa em 1927 (SCHULTEN, 1927), por intervenção de A. A. Mendes Corrêa.

2.13.16. Cartão manuscrito, com carimbo “Prof. Schulten / Erlangen”

21/3.20

Ill. Dist. Amigo,

Ha recibido V. Viriato?

Lo envie hace tiempo)*

Ha sentido no poder venir verlo, pero no me dejaban entrar. E hoy, haciendo un comentario de Avieno deseava saber se en la Isla Berlenga hay [???] como dice Avieno [???] [???] la Saturni Insula es Berlenga.

s. s. a.

Schulten [assinatura]

**) [???] publicaron en Santander (Bibl. Menéndez Pelayo) una traduccion.*

2.13.17. Folha dactilografada, de documento incompleto

[???] adonde vive y Fuertes”. Me acuerdo com tanto deseo de la buena hospitalidad en Portugal.

No me podria enviar el “Arqueologo Portuguez”? Ya sabe V. que con los marcos no podemos comprar nada.

Pronto saldra una edicion mia critica de Avieno, en la cual la primera vez se distinguen las diferentes capas: periplo Massiliota del siglo 6 a.c., interpolador, Avieno. Es el i cuaderno de una grande colleccion de todas las fuentes antiguas de España FONTES HISPANIAE ANTIQUAE.

s. af. a.

Schulten [assinatura]

Embora incompleta, esta missiva foi escrita no início da década de 1920, já que a edição crítica de Avieno foi publicada, como acima se referiu, em 1922, integrada na coleção *Fontes Hispaniae Antiquae*, tendo Schulten como autor e co-editor, primeiro com P. Bosch-Gimpera, depois com o seu discípulo L. Pericot, até à década de 1950.

Elucidativa também é a solicitação de oferta de publicações, porque com a desvalorização do marco alemão, pouco poderia comprar.

2.13.18. Bilhete-postal dactilografado, com carimbo “Prof. Schulten/Erlangen”, n.º 20929

12/1.27

mi dist. Amigo, gracias por su hermoso trabajo sobre medicina lusitana. Por intervencion de Mendez Correa han traducido mi memoria VIRIATO y espero las pruebas. En mayo saldrà Numancia iii: los campamentos de Escipion). Ha recibido*

V. SERTORIO? *El editor tenia encargo mandarselo para recension. Desearia ver a V., pero siempre tengo tanto que hacer en España que no llego hasta Lusitania. Espero que V. sigue en buena salud.*

s. s. a.

Schulten [assinatura]

*) *II viene mas tarde*

A obra em causa sobre a medicina dos Lusitanos, que Schulten agradece, foi apresentada aquando das comemorações do centenário da Régia Escola de Cirurgia de Lisboa (VASCONCELOS, 1925).

A data desta missiva coincide com a publicação da tradução portuguesa do seu opúsculo sobre Viriato, acima referido, editado no Porto por intervenção de Mendes Corrêa (SCHULTEN, 1927). Quanto à obra intitulada *Sertório*, trata-se de um grosso volume escrito em castelhano, que não conheceu tradução portuguesa.

2.13.19. Cartão dactilografado, não numerado

E. 14/ 6.29

mi dist. amigo, Desearia indicar su nueva obra "De terra en terra" en revista critica de aquí para que yo la vea y la conozcan aquí. He enviado contribucion mia para la "Festschrift", que le dedicaron hace año, pero no recibí pruebas ni se si la publicaron. Espero visitarle en 1930.

Le envío SEGOBRIGA. Ha recibido V. el libro de Grosse "Deutsche altertumsforschung in Spanien"? Si no, lo puedo enviar. Deseando que V. siga en buen salud.

s. s. a.

Schulten [assinatura]

A oferta da obra intitulada *Segobriga* compreende-se, pois a mesma veio a lume em 1929 em dois números sucessivos (Abril e Maio) da revista *Deutsche Zeitung fur Spanien* e terá sido enviada em troca da obra *De terra em terra*, que J.L.V. publicou em dois volumes em 1927 (VASCONCELOS, 1927). A participação de Schulten no volume de homenagem a J.L.V., por ocasião da sua jubilação, verificada em 1928, que então se estava a preparar veio de facto a efectivar-se, embora o mesmo só tenha sido publicado em 1934 (SCHULTEN, 1934). De notar que, desta obra, apenas saiu um dos volumes previstos, devendo-se a sua publicação à Universidade de Coimbra, e não à de Lisboa, como seria mais natural, provavelmente em resultado de má-vontade dos seus colegas universitários lisboetas, mesmo que dissimulada.

2.13.20. Bilhete-postal dactilografado, com carimbo "Prof. Schulten/Erlangen", n.º 20931

25/1.29

mi dist. Amigo, tendria V. la bondad indicarme adonde encuentro PLANOS de castros celticos de Portugal.

Conozco solo el de Citania de Briteiros en Ayres Hist do exercito portuguez y los planitos en Arqueol Portuguez 1920, nada mas. Temo que no hay muchos mas, lastimo siendo el plano lo principal. Mi felicitacion para sus 60 anos y mi contribucion para la "Festschrift" habra V. recibido. Yo nada vi de la festschrift! Deseoso que V. vaya bien

s. s. a.

Schulten [assinatura]

Na época, a informação relativa a plantas de castros do Norte de Portugal era muito reduzida. Schulten equivocava-se na idade de J.L.V. que na verdade tinha feito 70 anos em 7 de Julho de 1928. Já em anterior missiva se tinha enganado na sua idade. Quanto ao livro de Homenagem a J.L.V. como acima se referiu, apenas saiu o 1.º volume do mesmo, e somente em 1934. É bem possível que tenham surgido obstáculos em o editar por via da Universidade de Lisboa, como seria usual, atendendo ao estatuto de J.L.V. ser Catedrático jubilado da mesma.

2.13.21. Bilhete-postal manuscrito, com carimbo de 9.10.1930, n.º 20932

Portimão 6/10 (1930)

Mi dist. Amigo,

Tiengo de dar sábado a las 21 conferencia Tartessos y le visitaré Viernes 11 1/2, pidiendo que V. me acompañe al Museo de Belem o enseguida o por la tarde.

Tenga la bondad escribirme a Hôtel Tivoli (Aven. Libertade), adonde pienso llegar jueves noche de Lagos.

Hace 24 años que he tenido el gusto de verle pero espero encontrar en buen estado el gran princeps archeologicum Lusitanorum.

s. s. a.

Schulten [assinatura]

A intimidade de A. Schulten com J.L.V., construída ao longo de 24 anos, exprimia-se por expressões como a utilizada nesta missiva, em que a amizade se mesclava com a franca admiração científica partilhada entre ambos. Por outro lado, a importância dos trabalhos arqueológicos de Schulten faziam-se sentir em Portugal, de forma independente, como demonstra esta conferência dada no Algarve, provavelmente em Lagos, onde já se encontraria em formação o Museu Municipal que viria a ser fundado dois anos depois.

2.13.22. Bilhete-postal dactilografado, com carimbo de Erlangen, de 13.12.1930, n.º 20933

E. (Erlangen) 12/12 (1930)

Mi dist. Amigo, gracias por tarjeta. Le envié lo sobre los Etruscos que le interesara (hay que leerlo despacito) y bibliografía de mis escritos. La mejor edición de Estrabon es la de Kramer, la unica con notas sobre los manuscritos lo que es indispensable para saber lo que llevan los codigos y lo que la imbecilidad de los comentadores ha corregido.

Trabajo bueno sobre el 3. libro de Estrabon no conozco (si no sobre fuentes), debe V. esperar hasta que salga el fasciculo de FONTES HISP. ANT. con mi edición y comentario. Ahora esta en prensa fasc. 3.

Cuanto me gustó su casa con tantos libros, un verdadero mundo pequeño como se encuentra raras veces.

Anime V. a Heleno mandarme foto de la parte del gran mosaico de Alentejo con las figuras de hombre que pega a mujer. Escribi a Heleno, no contestó. Hasta ahora creí que el no contestar a cartas fuese mas-bien cosa de Espana! Que Dios le dee toda via muchos anos

s. s. a.

Schulten [assinatura]

A partilha de informações bibliográficas era uma constante na epistolografia da época; a publicação do 3.º fascículo das *Fontes Hispaniae Antiquae* relativo à publicação da documentação das guerras entre 237 e 154 a.C., de sua autoria, saiu apenas em 1935 (SCHULTEN, 1935). Por esta missiva se conclui que Schulten visitou em Lisboa J.L.V., tendo ficado rendido pelo ambiente existente em sua casa, propiciado pela abundância de livros. Tem interesse também os comentários que apresentou de M. Heleno, que substituiu J.L.V. na direcção do Museu, o qual não lhe respondeu à carta que lhe foi endereçada, como era seu hábito: já anteriormente A. I. Marques da Costa disse se queixava a J.L.V. (CARDOSO, 2014). No caso concreto, Schulten pretendia uma foto de grande mosaico do Alentejo em que um homem segurava uma mulher. Tal mosaico deve corresponder a um dos que foram recuperados na *villa* de Santa Vitória do Ameixial por Luís Chaves, em 1915-1916, mas só publicados em 1938. Um deles representa o Cortejo de Anfitrite (CHAVES, 1938, Fig. 10), podendo em alternativa, representar uma cena mágica, como admitiu Luís Chaves, envolvendo um homem e uma mulher, associado a inscrição existente na orla do mosaico (*Ibidem*, Fig. 14).

2.13.23. Bilhete-postal dactilografado, n.º 20934

E (Erlangen) 14/1.31

*Mi dist. Amigo, Los Itineraria se publicaron por O. Cuntz en casa editorial Teubner Lipsic (Leipzig ζ). De *Fontes Hisp. ant. ii (iii no esta todavia impreso)* le enviaré exemplar, apenas V. me envie foto del mosaico.*

Me obligo NO publicar nada, ni foto ni algo sobre el, antes de recibir publicacion de V. V. del mosaico. Esperando foto y contestacion

S s y a

Schulten [assinatura]

Nesta curta missiva Schulten é incisivo na vontade de poder dispor da foto do mosaico romano que tinha anteriormente solicitado a M. Heleno, sem resultado, obrigando-se a nada publicar sobre o mesmo antes dos seus colegas portugueses. Como se disse anteriormente, esse mosaico foi apenas publicado em 1938 (CHAVES, 1938), explicando-se assim em parte a ausência de resposta por parte de M. Heleno à solicitação de Schulten.

2.13.24. Bilhete-postal dactilografado, não numerado

Erl.31/1.31

mi dist amigo, gracias por comunicacion Conios. Tenga bondad enviarme tomo en que publico las inscripciones sobre ellos, es lastima que no tengo publicacion tan importante como Archeologo Portuguez, en que V. ha puesto un monumento a su actividad universal. Le escribi hace tiempo que apenas recibo el foto de la parte del mosaico que deseo enviaré FONTES ii.

s. s. a.

Schulten [assinatura]

[À mão:] *el ultimo tomo que tengo es XXV*

A necessidade de informações bibliográficas e científicas eram permanentes, por parte de Schulten, recorrendo sistematicamente a J.L.V., à falta de outro colega português que na época as pudesse suprir. Em contrapartida, remetia ao colega português obras que ia produzindo, sempre em troca de informações que de outro modo não conseguia obter, como o segundo volume das *Fontes Hispaniae Antiquae* publicado em 1925 e dedicado à transcrição da documentação entre 500 a.C. e o tempo de César (SCHULTEN, 1925), prometido em troca da desejada foto do mosaico de Santa Vitória do Ameixial, a que se referem duas das anteriores missivas, o que não deixa de configurar um certo mercantilismo na troca da informação, nem sempre desinteressada. Ao que parece, J.L.V. não cedeu a esta insistente solicitação, apresentada nas três últimas missivas de Schulten, provavelmente porque não a podia satisfazer, dado que as escavações ainda estavam inéditas e ele já não ser o Director do Museu onde se guardariam os respectivos originais.

2.13.25. Bilhete-postal dactilografado, n.º 20936

E. [Erlangen] 18/4.32

mi dist. Amigo, gracias por sus envios, documento que V. sigue trabajando como antes. Que Dios le conserve en buen estado aun muchos años!

De Archeologo Portuguez tengo solo los tomos 1905, 1906, 1912, 1917, 1918, 1919-20, 1921-22, 1927-29, deseando obtener de los demas lo que V. me puede enviar. Supongo que habrá aun tomo a su disposicion. – Vuelvo de Palestina, adonde cerca de Mar Muerto exploré unos 9 campamentos romanos que alli existen.

s. s. a.

Schulten [assinatura]

Embora afastado da Direcção efectiva do Museu que fundou, J.L.V. teria ainda alguma influência junto de M. Heleno no sentido de obter para Schulten os volumes d'*O Arqueólogo Português* por este solicitados. É interessante verificar que Schulten, então já com 60 anos, mantinha o mesmo interesse de sempre pela Arqueologia, tendo escavado nesse ano nove acampamentos romanos existentes na Palestina, como refere na missiva, na sequência das explorações em Numância de sítios comparáveis, que o celebrizaram.

2.13.26. Bilhete-postal dactilografado, com carimbo de Erlangen, n.º 20937

14/11.34

dist. Amigo, gracias por Medicina lusitana, que me interesa mucho. No comprende que M. Correa sigue con su "lusis". Cada uno se puede equivocar, pero una vez corregida la falta no se debe repetir.

s. s. a.

Schulten [assinatura]

14/11.34

Na obra sobre a medicina dos Lusitanos, já atrás mencionada (VASCONCELOS, 1925), J.L.V. corrigiu Mendes Corrêa, que pretendia ver na origem do etnónimo *Lusitani* a palavra *lusis*, correcção que justificou o comentário azedo mas oportuno de Schulten, apoiando totalmente J.L.V.

2.13.27. Carta dactilografada, n.º 20938 + A-C

E. [Erlangen] 17/5.36

mi dist. Amigo,

Agradezco mucho envio del tomo 29, tan rico en cosas interesantes, como ante todo lo de Troia.

Debria V. enviar foto del relieve mitriaco a F. Cumont en Roma, Corso d'Italia 19, porque el es que trato el culto de Mitra en su obra magnifica "Les monuments figurés du culte de Mithras".

Cuanto a las centurias, nombre romano de los clans ibericos, se podria citar Numantia i, 237, adonde esta materia se trató la primera vez. Muy interesante tambien lo de V. sobre Seurri y Conii, que aprovecharé cuando en Hispania 2 edicion tratate las tribus iberas.

Como V. yo tambien protesté contra la emendacion de pernix lucis en LUSIS, imposible por completo por razon metrica. A ver si Mendez Correa y Bosch por el fin se convencen, como debrian hacerlo.

Supongo que V. tiene Fontes Hisp ant ii. Si no, le puedo enviarlo. Como tambien "Deutsche altertumsforschung in Spanien", que tiene bibliografia de mis escritos sobre Espana y Portugal.

Cuanto desearia poseer mas tomos de Archeologo Portuguez del cual tengo por su bondad los tomos 10, 11, 17, 22, 23, 24, 25, 28, 29, demanera que ante todo quisiera obtener 18-21 y 12-16 y 26-27 para cegar las lacunas mas grandes.

Estoy con Fontes iv y v, que trataran las guerras entre 154 y Augusto. iii esta en prensa.

Deseo que v. esta de buena salud, porque V. es el veterano y el primero de los arqueologos de Lusitania y nadie como V. abraza en una vez arqueologia y filologia, de manera que nos hace falta su vida aun muchos años!

s. s. a.

Schulten [assinatura]

Nesta última missiva de Schulten, que fecha um ciclo iniciado no princípio do século XX, reitera a necessidade de obter os volumes que lhe ainda faltavam d'*O Arqueólogo Português*, agradecendo a oferta do volume 29, onde se publica o fragmento do baixo-relevo mitraico de Tróia (COSTA, 1933). Em contrapartida, estava disposto a oferecer-lhe os volumes das *Fontes Hispaniae Antiquae* que entretanto iam saindo ou estavam no prelo, sob sua responsabilidade e autoria, sublinhando o valor da obra do seu colega português, na verdade com um perfil científico próximo do seu, a um tempo arqueológico e filológico, sublinhando as afinidades entre ambos.

3 – SÍNTESE CONCLUSIVA

Na correspondência ora publicada perpassam questões científicas que, ao longo do século XX conheceram grande relevância pelas discussões que propiciaram. É o caso de Glozel, que remetia para o Neolítico a utilização da escrita na Europa Ocidental. Com efeito, as descobertas efectuadas perto daquela localidade francesa tiveram imediato reflexo em Portugal, por via do acréscimo de visibilidade de artefactos com grafismos comparáveis recolhidos nos dólmenes do Alvão, dados anteriormente a conhecer. Tal facto levou o principal detractor da autenticidade dos achados franceses a insinuar que o seu descobridor se tinha inspirado nas peças ali recolhidas e previamente publicadas... Presentemente, é lícito pensar-se que, em ambos os casos não se trate de uma

falsificação, no sentido fraudulento do termo, mas antes do resultado de práticas relacionadas com a feitiçaria, em época indeterminada, proto-histórica, romana ou já alto medieval, como já então alguns especialistas admitiram.

Transparecem também as viagens realizadas por J.L.V. Em 1913, visitou demoradamente alguns países europeus, tendo então a oportunidade de obter materiais arqueológicos para o Museu que dirigia, evidenciando-se o seu eclectismo, pois de exemplares do Paleolítico às peças etnográficas, tudo o que via com potencial interesse comparativo com exemplares do território português, o interessava. Assim se explica a aquisição de bifaces acheulenses do sítio epónimo de Saint Acheul, por ocasião da sua visita a Amiens para observar os cortes do vale do Somme, e a obtenção, em Poitiers, de exemplares paleolíticos das próprias estações de La Micoque e de La Quina, oferecidos por Gustave Chauvet.

Em 1907 visitou as escavações de Numância, conduzidas desde 1905 por Adolf Schulten, que ali explorou diversos acampamentos de Cipião levantados em torno da cidade sitiada, como se conclui da missiva de 16.07.1909 em que Schulten lhe prometia um melhor jantar do que lhe foi servido à sua chegada, dois anos antes. A sua prática na escavação de tais acampamentos, levou-o a incentivar J.L.V. a interessar-se pela Cava de Viriato, na medida em que poderia ser um acampamento romano, como de facto é, que importava ser escavado.

Além das viagens, também J.L.V. foi assíduo participante de congressos internacionais, sublinhando o seu gosto por viajar: Dorpfeld, célebre arqueólogo e arquitecto alemão que colaborou com Schliemann antes de assumir a responsabilidade por importantes escavações arqueológicas, refere-se a uma dívida contraída junto de J.L.V. em 1905 aquando do Congresso de Arqueologia de Atenas, que pretendia saldar, enviando-lhe o montante em causa para Milão, onde este se encontraria.

Ao Congresso do Cairo, a que também compareceu J.L.V., realizado em 1909, se refere Pierre Paris. Estes contactos em ambientes despreocupados eram muito propícios ao estabelecimento de verdadeiras amizades, com reflexo em pequenas evidências que pontualmente ressaltam da correspondência. É o caso da oferta a Luigi Pigorini da separata publicada n'*O Arqueólogo Português* sobre moedas perfuradas, originalmente apresentada ao Congresso de Arqueologia de Atenas, em 1905, finamente encadernada e que lhe foi dedicada, o que sensibilizou profundamente o seu influente amigo, aliás com um percurso científico e profissional semelhante ao seu: em 1876 fundou em Roma o Museu Etnográfico e Pré-histórico, o qual, conjuntamente com a revista por ele editada, e ainda hoje existente, se podem considerar os precursores do projecto do Museu Etnográfico Português e da sua revista. Curiosamente, ambas as instituições, ostentam, na actualidade, os nomes dos seus fundadores, constituindo mais um laço de aproximação entre ambos, interessante de sublinhar.

Proximidade afectiva revela-se também com Adolf Schulten, com quem trocou abundante correspondência ao longo de trinta e seis anos. É o caso da evocação da sua visita a J.L.V., no austero mas ao mesmo tempo acolhedor ambiente doméstico, repleto de livros, visita que lhe deixou grata recordação, evocada em postal remetido de 15.06.1908. A bela imagem que ilustra esse postal de Freiburg i. Breisgau, associou-a Schulten à poesia "No Rheno", escrita por J.L.V. no decurso de uma viagem à Alemanha, datada de Bona de 15.07.1899, a qual talvez tivesse sido declamada pelo próprio nesse serão memorável, para o seu ilustre amigo.

Noutro domínio de actuação, transparece o apoio concedido por J.L.V. a investigadores que pretendiam prosseguir em Portugal as suas indagações. Adrien de Mortillet solicita-lhe o acolhimento em Lisboa de Volkov, Salomon Reinach anuncia-lhe a vinda do eminente orientalista Georges Perrot, e Adolf Schulten anuncia uma carta do epigrafista H. Dessau. Lilly Chitty, interessada no estudo de produções metálicas da Idade do Bronze no âmbito das relações culturais então estabelecidas ente a Península Ibérica e as Ilhas Britânicas, estudou os espólios que pretendia nos três museus arqueológicos da capital graças a J.L.V. de que resultou a publicação de dois interessantes trabalhos, um deles dedicado a adornos neolíticos ou calcolíticos, de osso ou marfim.

Mesmo que alguns dos seus correspondentes não pudessem acompanhá-lo nas indagações de terreno, solicitavam a J.L.V. que as fizessem por eles: tem muito interesse, a tal propósito, a missiva de Schulten

26.06.1922, em que manifesta o interesse pela prospeção da região de Aldeia Galega (actual Montijo), na margem esquerda do Tejo, um pouco a montante de Lisboa, que possuía condições favoráveis à descoberta de vestígios tartéssicos, no entender de Schulten, talvez sugestionado pela publicação, nesse mesmo ano, e sob sua responsabilidade, da *Ora Maritima*, de Avieno. Note-se, a propósito, que a descoberta do célebre depósito do Bronze Final da ria de Huelva só se efectuou no ano seguinte, embora Schulten já conhecesse bronzes daquela mesma época recolhidos em Huelva.

Os incontornáveis apoios às investigações que colegas estrangeiros pretendiam desenvolver, carecendo para tanto de informações sobre a Arqueologia portuguesa, encontram-se evidenciados por relações pessoais directas; são diversos os pedidos de informação sobre espólios arqueológicos como é o caso de Schulten, solicitando-lhe elementos sobre o armamento da Idade do Ferro existente em Portugal, ou o envio de fotografia de um certo pormenor de mosaico da *villa* romana de Santa Vitória do Ameixial, que, embora inédito, se dispunha insistentemente a trocar por um dos fascículos das *Fontes Hispaniae Antiquae*, projecto por si coordenado.

Para além deste tipo de informações, avultam as solicitações bibliográficas; merece destaque, neste âmbito, *O Arqueólogo Português*, revista que, com o fim de publicação da *Portugália*, em 1908, se tornava, na prática, a única fonte de informação disponível para todos os arqueólogos que necessitavam de obter elementos do nosso território para a prossecução dos seus estudos. Compreende-se assim o interesse com que tal revista era lida além-fronteiras e o apelo para que fossem enviados números em falta, por forma a manterem-se completas as colecções. Assim, conseguiu J.L.V. constituir uma importantíssima rede internacional de informadores e colaboradores, estratégia que, à época, se crê não ter paralelo em Portugal, sendo excepcional no panorama internacional de então, como se evidencia pelo seu riquíssimo epistolário.

Em contrapartida, J.L.V. recebia inestimáveis informações que aproveitava de imediato, como é o caso do parecer de Salomon Reinach sobre a cronologia de retrato romano de mármore achado em Beja, prontamente publicado nas páginas d'*O Arqueólogo*.

O prestígio acumulado por J.L.V. por via destes contactos está bem evidenciado pela carta abonatória que lhe foi solicitada pelo arqueólogo suíço Waldemar Deonna, aquando do concurso para um lugar de Professor na Universidade de Genève.

Aliás, a relevância do sábio português justifica a missiva de Hubert Schmidt, remetida no início da Grande Guerra, quando Portugal ainda não tinha entrado no conflito, onde se expõe a superioridade alemã e o desejo de os cientistas alemães retomarem tão depressa quanto possível os contactos com os seus colegas, logo após a vitória alemã, procurando assim contrariar a percepção belicosa e agressiva que os seus confrades deles pudessem ter. É curioso verificar que iniciativas semelhantes foram tomadas, por certo de forma concertada, por cientistas de outras áreas do saber.

Lisboa, o Museu Etnológico Português e J.L.V. tornavam-se assim pontos de referência no panorama da Arqueologia internacional, o que explica a insistência com que Pierre Paris tentou criar em Lisboa um pólo do importante centro de investigação fundado em Madrid, que dirigiu a partir de 1913, mas que se poderia ter designado por “École Française d’Espagne et du Portugal”, como era seu intento. Opôs-se-lhe J.L.V., receoso da competição desigual que advinha da vinda, fora do seu controlo, de especialistas ou de simples estudantes estrangeiros para estudar em Portugal temáticas de que ele tinha o incontestado domínio, cujas actividades poderiam envolver a realização de escavações arqueológicas. Tal hipótese aumentou ainda mais os temores do sábio português, que considerava claramente contrária aos seus interesses. A partir de 1911 esta questão deixou de ser abordada na correspondência por Pierre Paris, indício de ter sido bem resolvida entre ambos, como se depreende da compreensão manifestada por aquele a J.L.V. aquando do grave incidente relacionado com a sindicância ao Museu Etnológico Português, tão bem retratado no opúsculo que J.L.V. então distribuiu pelos confrades estrangeiros de maior nomeada com quem se correspondia.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, então Director do Museu Nacional de Arqueologia, por ter autorizado o acesso e estudo da documentação ora publicada. À Dr.^a Lúcia Cristina Coito, responsável pelo Arquivo de José Leite de Vasconcelos, pela cordialidade do seu acolhimento aquando da recolha da informação. Ao Dr. José Carlos Henrique pelos apoios prestados à concretização deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ÅBERG, N. (1918) – *Das nordische kultur-gebiet in Mitteleuropa während der Jügeren Steinzeit*. Uppsala / Leipzig: A.-B. Akademiska Bokhandeln / Otto Harrassowitz.
- ÅBERG, N. (1922 a) – *La civilisation énéolithique dans la Péninsule Ibérique*. Uppsala / Leipzig / Paris: A.-B. Akademiska Bokhandeln/ Otto Harrassowitz / Librairie ancienne Honoré Champion.
- ÅBERG, N. (1922 b) – *Die Franken und Westgoten in der Völkerwanderungszeit*. Uppsala / Leipzig / Paris: A.-B. Akademiska Bokhandeln/ Otto Harrassowitz / Librairie ancienne Honoré Champion.
- BOSCH-GIMPERA, P. (1933) – *Etnologia de la Península Ibérica*. Barcelona: Editorial Alpha.
- BRENHA, J. (1899-1903) – Dolmens ou antas no concelho de Villa Pouca d'Aguiar. *Portugalia*. Porto. 1, p. 691-706.
- CARDOSO, J. L. (2004) – *Correspondência anotada de David Lopes a José Leite de Vasconcelos. Colectânea de estudos em Homenagem ao Académico de Mérito, Professor Dr. José Pedro Machado no seu 90.º aniversário*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 451-504.
- CARDOSO, J. L. (2009) – José Leite de Vasconcelos, pré-historiador: sua projecção internacional. In CARDOSO, J. L. (coord.) – *150 anos do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 85-180.
- CARDOSO, J. L. (2012) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 2, p. 77-187.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O Professor de Arqueologia e de Pré-História (1923-1964). In CARDOSO, J. L. (ed.) – *Manuel Heleno pioneiro do ensino e da investigação arqueológica em Portugal (1923-1964)*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, p. 17-28.
- CARDOSO, J. L. (2014) – António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 11-44.
- CARDOSO, J. L. (2016-2017) – Correspondência epistolar remetida por eminentes pré-historiadores espanhóis ou que trabalharam essencialmente em Espanha a José Leite de Vasconcelos (1853-1941). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 23, p. 393-458.
- CARDOSO, J. L. & COITO, L. V. (2014-2015) – Correspondência de Abel Viana a José Leite de Vasconcelos: do mérito ao reconhecimento. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4/5, p. 21-83.
- CHAVES, L. (1938) – A *Villa* de Santa Vitória do Ameixial (concelho de Estremoz). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 30, p.14-117.
- CHITTY, L. (1935) – Notes on iberian affinities found in County Galway. *Journal of the Galway Archaeological and Historical Society*. Galway. 16 (3/4), p. 125-133).
- CHITTY, L. (1936) – Single-faced Palstaves in Portugal and in Ireland. *Proceedings of the Prehistoric Society*. Londres. 2 (1/2), p. 236-238.
- COITO, L. C. (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Suplemento n.º 1 de *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- COITO, L. V.; CARDOSO, J. L. & MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos. Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia / Editorial Verbo, p. 143.

- CORRÊA, A. A. M. (1926) – Glozel e Alvão. Os Portugueses e a invenção do alfabeto. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 3 (2), p. 137-162.
- CORRÊA, A. A. M. (1927 a) – A questão de Glozel. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 3 (3), p. 236-246.
- CORRÊA, A. A. M. (1927 b) – Congresso de Amsterdam. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 3 (3), p. 231-236.
- CORRÊA, A. A. M. (1928 a) – A questão de Glozel. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 3 (4), p. 322-335.
- CORRÊA, A. A. M. (1928 b) – L'authenticité d'Alvão: réponse à M. Dussaud. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 4 (1), p. 79-84.
- COSTA, A. I. M. (1933) – Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 29, p. 2-31.
- COUTIL, L. (1931) – Nécrologie. Adrien de Mortillet 1853-1931. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 28 (9), p. 357-370.
- DÍAZ-ANDREU, M.; RODRÍGUEZ, G. M. & MORRAL, J. C. (2009, coords.) – *Diccionario Histórico de la Arqueología en España*. Madrid: Marcial Pons.
- FERRER ALBELDA, E. *et al.* (1997) – Dos notas sobre el depósito de la ría de Huelva. *SPAL*. Sevilla. 6, p. 67-85.
- GRAN-AYMERICH, E. (2001) – *Dictionnaire Biographique d'Archéologie 1798-1945*, Paris, CNRS Éditions, 2001.
- NINHOS, C. (2017) – *Portugal e os Nazis*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- PARIS, P. (1903) – Statues lusitaniennes de style primitif. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 8 (1), p. 1-8.
- PARIS, P. (1903-1906) – *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*. 2 vols. Paris: Ernest Leroux, éditeur.
- PATTE, E. (1933) – Gustave Chauvet, préhistorien, archéologue et géologue (1840-1933). *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 30, 7-8, p. 401-416.
- REGNAULT, F. (1931) – Adrien de Mortillet. *Bulletins et Mémoires de la Société d'Anthropologie de Paris*. Paris. 2 (2), p. 3-8.
- S/A (1912) – *Excavaciones de Numancia*. Madrid: Imprenta artística de José Blass y Cia.
- SCHMIDT, H. (1915) – *Estudios acerca de los principios de la Edad de los Metales en España*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (Comision de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas, Memoria 8).
- SCHULTEN, A. (1922) – *Fontes Hispaniae Antiquae*. Fasc. I. *Avieno Ora Maritima*. Barcelona/Berlin: Librería Universitaria de A. Bosch/Weidmannsche Buchhandlung.
- SCHULTEN, A. (1925) – *Fontes Hispaniae Antiquae*. Fasc. II. *500 a. de J.C. hasta César*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- SCHULTEN, A. (1927) – *Viriato*. Porto: Renascença Portuguesa.
- SCHULTEN, A. (1935) – *Fontes Hispaniae Antiquae*. Fasc. III. *Las guerras de 237-154 a. de J.C.* Barcelona: Librería Universitaria de A. Bosch.
- SEVERO, R. (1899-1903) – Commentario ao espólio dos dolmens do concelho de Villa Pouca d'Aguiar. *Portugalia*. Porto. 1, p. 707-750.
- SOUZA, V. (1990) – *Corpus Signorum Imperii Romani. Corpus der Skulpturen der Römischen Welt. Portugal*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- VASCONCELOS, J. L. (1899) – *No Rheno*. Lisboa: Imprensa de Libanio da Silva.
- VASCONCELOS, J. L. (1901) – *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris / Lisboa: Aillaud & Cie.
- VASCONCELOS, J. L. (1902 a) – Estátua de um guerreiro lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7, p. 23-26.
- VASCONCELOS, J. L. (1902 b) – Antiguidades de Pax Iulia (Beja). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 7, p. 243-248.
- VASCONCELOS, J. L. (1905) – Signification religieuse, en Lusitanie, de quelques monnaies percées d'un trou. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 10, p. 169-176.
- VASCONCELOS, J. L. (1907) – Peintures dans les dolmens de Portugal. *L'Homme Préhistorique*. Paris. 5, p. 33-37.
- VASCONCELOS, J. L. (1913) – *Defensão do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Livraria Clássica Ediora.
- VASCONCELOS, J. L. (1915) – *De Campolide a Melrose*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.
- VASCONCELOS, J. L. (1925) – *Medicina dos Lusitanos*. Lisboa: Faculdade de Medicina de Lisboa.

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS

RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2017

1 - INTRODUÇÃO

Este relatório diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras no ano de 2017.

As acções efectuadas podem agrupar-se em duas grandes áreas:

- Acções de Investigação e Valorização do Património Arqueológico;
- Acções de Divulgação do Património Arqueológico.

2 - ACCÕES DE INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

2.1 - Trabalhos Laboratoriais

Deu-se início ao tratamento e inventariação dos espólios provenientes das escavações realizadas na Rua Marquês de Pombal em Oeiras, nos meses de Julho e Agosto de 2017 e da Quinta de Nossa Senhora da Conceição, em Leceia, nos meses de Setembro e Outubro de 2017.

2.1.1 - Datações de radiocarbono

Em 2017 foram realizadas pelo laboratório da Universidade de Waikato da Nova Zelândia, seis datações de radiocarbono, de amostras de diversos sítios arqueológicos, no âmbito dos estudos arqueológicos em curso, destinados a publicação nos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

2.1.2 - Desenho de materiais arqueológicos

Prosseguiu ininterruptamente durante o ano de 2017, o desenho de materiais arqueológicos, destinados a ilustrar trabalhos de investigação e de divulgação, de que se destaca a série *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, realizados pelo colaborador do CEACO Dr. Filipe Martins e pelo Dr. Bernardo Ferreira, desenhador de Arqueologia deste serviço; este último, ocupou-se também da preparação digital de ilustrações para diversas publicações, assumindo tal actividade importância crescente no quadro das exigências tecnológicas atuais. Na sequência da conclusão em 2016 da ilustração inteiramente feita por processos digitais de um álbum dedicado ao povoado pré-histórico de Leceia, destinado essencialmente à população escolar do concelho, procedeu-se a alterações de acordo com parecer científico do signatário e respetiva paginação. Teve ainda início a produção de filme animado baseado nas imagens digitais executadas para aquele álbum.

2.2 – Escavações arqueológicas em Edifício da Rua Marquês de Pombal, n.ºs 3, 5 e 7 em Oeiras

No âmbito da requalificação de Edifício situado na Rua Marquês de Pombal, n.ºs 3, 5 e 7, no Centro Histórico de Oeiras, foi solicitado ao CEACO através da Inf.º DHRU/DPE/NRU/7543/2017, de 26.05.2017, do Gabinete Técnico Local de Oeiras, a realização de escavações arqueológicas antecedendo as respectivas obras de construção e reabilitação.

Essa solicitação inseriu-se, conforme referido naquela Informação, no âmbito do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão do CEACO, que prevê o acompanhamento de obras no subsolo visando a salvaguarda do património arqueológico oeirense.

Pela referida solicitação anexava-se o Ofício da DGPC – S-2014/344015, de 25.06.2014, com Parecer da Arqueologia, ponto 2.3 – prescrevendo a realização de escavações prévias de diagnóstico, devido à existência nas proximidades da estação arqueológica, *Villa* romana de Oeiras (mosaico romano da rua das Alcássimas).

Os trabalhos de campo desenvolveram-se entre 10 de Julho a 9 de Agosto de 2017, totalizando 18 dias úteis de trabalho sob orientação do signatário, tendo prosseguido depois, já em 2018, entre os dias 2 de Abril e 20 de Abril.

As escavações contaram com a colaboração do Dr. Filipe Martins do CEACO e de dois trabalhadores contratados da Firma Soares & Gomes, Lda.

Durante os referidos trabalhos, foram postas a descoberto estruturas arqueológicas correspondentes a quatro fases cronológico-culturais:

- Época tardo-romana, situável entre os séculos III e V d.C.;
- Época alto-medieval, situável entre os séculos VI e VIII d.C.;
- Época moderna, situável entre os séculos XVI e XVII;
- Época contemporânea.

O espólio recolhido é caracterizado por produções cerâmicas dos séculos II/III d.C. com destaque para produções de *terra sigillata* africana A, ânforas dos séculos III a V d.C., cerâmica foceense, cerâmicas comuns dos séculos VII-VIII d.C., escassas produções islâmicas e fragmentos dos séculos XVI/XVII e XVIII, associados às estruturas habitacionais identificadas.

2.3 – Sondagens arqueológicas nos terrenos da Quinta de Nossa Senhora da Conceição em Barcarena – “Zona de protecção especial do povoado pré-histórico de Leceia”

Em 2016 pela Inf.º n.º 2115/2016-DPGU/DPM, foi solicitado ao CEACO parecer a pedido de loteamento para os terrenos sitos na Quinta de Nossa Senhora da Conceição, em Barcarena e integralmente implantados na “Zona de Protecção Especial do povoado pré-histórico de Leceia”. Pela Inf.º n.º 36/CEACO/2007, no seguimento da Inf.º 1178/2007 – DPGU/DP foram consideradas alterações aumentado a distância entre o projecto inicial e o limite da *Zona Non Aedificandi*.

O parecer proferido pela Arq.^a Cristina Rebelo, em mail de 21.02.2017, no sentido de, por contrato-promessa de permuta com a empresa proprietária “Dimensões Certas – Soc. Construções Lda.”, caber à CMO a realização de sondagens arqueológicas nos referidos terrenos e consequente Despacho do Senhor Director da DPGU, Arq.º Baptista Fernandes, foi submetido à consideração do Senhor Presidente, que atribuiu ao CEACO a responsabilidade de realização dos referidos trabalhos arqueológicos.

As sondagens tiveram início a 12 de Setembro tendo terminado a 12 de Outubro de 2017.

Para a sua realização foi contratada arqueóloga, a Dr.^a Raquel Henriques, através da empresa de arqueologia EMERITA, sendo utilizadas retroescavadoras cedidas pela DVM/CMO e pela DEV/CMO, ambas conduzidas alternadamente pelo Senhor Rui Garcia da DVM/CMO.

Foram efectuadas 5 sondagens de 50 m de comprimento unitário, distantes entre si 20 m e com cerca de 0,50 m de largura, totalizando 250 m lineares de sondagens. Os resultados, em curso de publicação neste volume, vieram demonstrar a assinalável evolução geomorfológica da encosta subjacente ao povoado pré-histórico de Leceia desde meados do 3.º milénio a.C., conforme se comprova pelos materiais arqueológicos recolhidos, nalguns casos a mais de 2,0 m de profundidade.

3 – ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

3.1 – Revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras*

A 27 de Maio de 2017, por ocasião do 1.º Colóquio Internacional *História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia*, teve lugar a apresentação do volume 23 da Revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2016-2017) dedicado à memória do arqueólogo Rui Boaventura.

A publicação, com carácter regular, de uma revista de arqueologia de carácter científico impõe grande esforço e adequada planificação e organização.

Para que esta publicação se tenha afirmado de forma inequívoca no panorama nacional e internacional, foram desde cedo consideradas duas condições essenciais, que têm presidido à sua publicação desde 1991. A primeira, é a regularidade da publicação anual de cada número, indispensável para assegurar as permutas, desde cedo estabelecidas; a segunda é a qualidade e interesse dos conteúdos científicos apresentados. Tendo em vista assegurar formalmente este requisito, foi criado, a partir da publicação do volume 17, inclusive, um Conselho Assessor do Editor Científico, constituído por cinco personalidades de renome internacional, as quais foram para o efeito expressamente convidadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

As permutas estabelecidas com diversas Instituições, Universidades e Museus, nacionais e estrangeiros, tanto por iniciativa do CEACO como por solicitações externas são objecto de permanente actualização, eliminando as permutas de revistas cuja publicação tenha sido entretanto suspensa, compensadas pelo estabelecimento de novas permutas. Foram assim estabelecidas as seguintes novas permutas, em 2017:

Museu Interativo do Megalitismo de Mora – Centro de Documentação – C. M. de Mora;

Museu Municipal de Sesimbra;

Revista *Phicaria* – Universidad Popular de Mazarrón – (Murcia).

Em Dezembro de 2017, a revista era permutada com 112 publicações periódicas nacionais e internacionais, de carácter arqueológico, sendo estas últimas oriundas da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Mónaco e Polónia.

É de salientar a importância do acervo documental de carácter especializado assim reunido, viabilizando o adequado conhecimento de realidades arqueológicas de outros Países e regiões, indispensável à própria actividade de investigação científica no domínio da Arqueologia do Concelho de Oeiras, desenvolvida neste Centro de Estudos Arqueológicos.

Conforme despacho presidencial, estas publicações, pelo seu carácter especializado, conservam-se no CEACO, podendo, porém, qualquer artigo delas constante, ser fornecido por fotocópia, mediante solicitação de eventuais interessados.

Em 2017, teve continuidade a informatização de todos os títulos permutados e os correspondentes volumes existentes na biblioteca do CEACO, constituindo importante passo no sentido da divulgação a nível municipal, do acervo existente. Esta acção tem tido a colaboração de jovens inseridos no Programa “Tempo Jovem”, do Núcleo de Juventude/CMO, sob orientação do signatário.

Através da Inf.º n.º 04/CEACO/2015, com despacho favorável de 6.05.2015, o signatário submeteu à consideração superior do Senhor Presidente a disponibilização *online* dos volumes da série *Estudos Arqueológicos de Oeiras* em *site* temático do CEACO, encontrando-se esta iniciativa em vias de implementação, no quadro da reformulação permanente do *site* da Câmara Municipal de Oeiras.

Em 2017 foi criada naquele *site* página relativa à arqueologia oeirense no separador respeitante ao património Concelhio.

Foi ainda criado no portal “Memórias de Oeiras” no separador coleções, espaço destinado à disponibilização *online* dos pdfs dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, encontrando-se esta acção presentemente em curso de reformulação, sob responsabilidade do Dr. Bernardo Ferreira, em estreita articulação com o Gabinete de Comunicação.

3.2 – Artigos científicos

No volume 23 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* foram publicados 10 artigos científicos, envolvendo a participação de 13 autores ou co-autores, constituindo importante repositório de informação científica de carácter arqueológico, envolvendo todo o território nacional. De facto a acção do CEACO tem-se projectado muito para além dos limites geográficos do Concelho de Oeiras.

Em 2017, foram publicados pelo signatário, na qualidade de Coordenador do CEACO, os seguintes artigos científicos, os quais, directa ou indirectamente, se referem a aspectos da arqueologia oeirense:

- CARDOSO, J. L.; PEÇA, P. & SANTOS, R. (2017) – O Paleolítico Médio de S. Julião da Barra: a indústria lítica dos depósitos flúvio-marinhos intervencionados no âmbito da construção do Campus universitário de Carcavelos. In ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (coord.) – *Arqueologia em Portugal 2017- Estado da questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 331-340.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2016-2017) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 233-392.
- CARDOSO, J. L. (2017) – O povoado pré-histórico fortificado do Outeiro Redondo, Sesimbra. Breve síntese dos trabalhos até ao presente realizados (2005-2015). *Akra Barbarion*. Sesimbra. 2, p. 175-197.
- CARDOSO, J. L.; NETO, N. & REBELO, P. (2017) – Pavimentos pré-históricos de Lisboa: o povoado da Travessa das Dores (Boa-Hora) e outras ocorrências. In FERNANDES, L.; BUGALHÃO, J. & FERNANDES, P. A. (coord.) – *Debaixo dos nossos pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa, EGEAC, E.M., p. 82-85.
- PEREIRA, F.; SILVA, R. J. C.; SOARES, A. M. M. & ARAÚJO, M. (2017) – Metallurgical production from the Chalcolithic settlement of Moita da Ladra, Portugal. *Materials and Manufacturing Processes*. DOI: 10.1080/10426914.2016.1244839.
- REBELO, P.; NETO, N.; RIBEIRO, R. A. & GRANJA, R. (2017) – Primeira notícia sobre uma sepultura neolítica em fossa identificada nos Antigos Armazéns Sommer, em Lisboa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 21, p. 158-160.

- SZÉCSÉNYI-NAGY, A. *et al.* (2017) – The maternal genetic make-up of the Iberian Peninsula between the Neolithic and the Early Bronze Age. <URL: www.nature.com/scientificreports_7:15644> | DOI:10.1038/s41598-017-15480-9.
- MELO, A. A.; CARDOSO, J. L. & GIUMLIA-MAYR, A. (2017) – Tapada da Ajuda (Lisbon, Portugal) Bronze Age pin. Materials and Manufacturing Processes. *Materials and Manufacturing Processes*. Taylor & Francis. 32 (7–8), p. 792–797. <URL: <http://dx.doi.org/10.1080/10426914.2016.1232824>>.
- BRANDHERM, D.; KRUEGER, M. & CARDOSO, J. L. (2016-2017) – Um novo método para a datação absoluta de ossos humanos cremados: a cabana 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 519-530.
- CARDOSO, J. L. (2016/2017) – A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 531-554.
- VILAÇA, R. & CARDOSO, J. L. (2017) – O Tejo português durante o Bronze Final. In PÉREZ, M. CELESTINO PÉREZ, M. (ed.) – *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica (Merida, 2015)*. *Actas*. Mérida: CSIC, Instituto de Arqueología – Mérida, p. 237-281 (Anejos de AEspA LXXX).
- FIGUEIRAL, I.; SANCHES, M. J. & CARDOSO, J. L. (2017) – Crasto de Palheiros (Murça, NE Portugal, 3rd - 1st millenium BC): from archaeological remains to ordinary life. *Estudos do Quaternário*. Braga. 17, p. 13-28.
- CARDOSO, J. L. (2017) – Primeira evidência das vítimas do terramoto de 1755 na cidade de Lisboa comprovada pelas escavações arqueológicas realizadas no antigo Convento de Jesus. In ANTUNES, M. T. & CARDOSO, J. L. (ed. cient.) – *Testemunhas do Caos. As faces do terramoto de 1755*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, p. 89-126.
- CARDOSO, J. L. (2017) – As faunas de grandes e médios mamíferos e a alimentação humana na região de Lisboa, do Paleolítico ao Bronze Final. In SENNA-MARTINEZ, J. C. *et al.* (edts.), *Diz-me o que comes... alimentação antes e depois da cidade*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 8-23.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHOSA, A. B.; SOUSA, E.; BUGALHÃO, J. & SEQUEIRA, M. J. (2017) – Caracterização mineralógica de cerâmicas da Idade do Ferro de Lisboa (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 20, p. 71-82.
- MATALOTO, R. & CARDOSO, J. L. (2016-2017) – Rui Boaventura (1971-2016), apontamento biográfico e bibliografia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 13-32.
- CARDOSO, J. L. (2016-2017) – Correspondência epistolar remetida por eminentes pré-historiadores espanhóis ou que trabalharam essencialmente em Espanha a José Leite de Vasconcelos (1853-1941). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 23, p. 393-458.
- CARDOSO, J. L. (2017) – As investigações sobre a Pré e a Proto-História no concelho de Mação na década de 1940: o contributo de João Calado Rodrigues. *Arkeos*. Tomar. 41, p. 32-43.
- CARDOSO, J. L. (2017) – O mais antigo registo conhecido da escavação de uma estação pré-histórica em Portugal. São Torpes e a sua sepultura da foz da ribeira da Junqueira (Sines). *Al-Madan*. Série II, 21, p. 132-141.
- CARDOSO, J. L. & MATALOTO, R. (2017) – A Rui Boaventura. Homenagem à sua memória. Apresentação do vol. 23 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. *Al-Madan*. Almada. Série II, 21, p. 175-176.

3.3 – Organização de reuniões científicas

1.º Colóquio Internacional História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia

O signatário apresentou ao Senhor Presidente da CMO proposta de realização de um Colóquio de Arqueologia em Oeiras, sendo o quarto a ser organizado pelo CEACO, seguindo-se aos organizados em 2007 e 2009 em parceria com a Sociedade de Geografia de Lisboa, e ao realizado em Outubro de 2012 com o título “Sistemas de povoamento do centro e sul do território português no decurso do Bronze Final” cujas comunicações foram publicadas integralmente nos volumes 15, 17, 20 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

O referido colóquio subordinado ao título 1.º Colóquio Internacional História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia, teve lugar a 27 de Maio de 2017, no Auditório da Câmara Municipal de Oeiras na Universidade Atlântica (Fábrica da Pólvora de Barcarena).

À abertura pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Paulo Vistas, seguiram-se as Comunicações dos Conferencistas de acordo com o seguinte programa previamente aprovado, contando com a presença de 70 participantes.

Programa do Colóquio

Prof. Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA): *Neandertal: the history of a concept*;

Prof. Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve e ICAREHB): *O estudo dos caçadores-recolectores do Paleolítico Superior ao Mesolítico em Portugal: perspectiva historiográfica*;

Prof. Doutor António Faustino Carvalho (Universidade do Algarve): *De Cartailhac a Guilaine. A lenta definição de uma fase “antiga” no Neolítico do actual território português*;

Prof. Doutor Chris Scarre (Durham University): *Megalithic People, Megalithic Missionaries: the history of an idea*;

Prof. Doutor João Luís Cardoso (Universidade Aberta e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras): *Os povoados fortificados da Baixa Estremadura: uma abordagem historiográfica*;

Dr. Carlos Tavares da Silva e Doutora Joaquina Soares (Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal): *Para uma abordagem epistemológica do Bronze do Sudoeste*;

Prof. Doutor Mariano Torres Ortiz (Universidad Complutense de Madrid): *El Orientalizante: evolución de un concepto*;

Prof. Doutor Martín Almagro Gorbea (Real Academia de la Historia): *Aportación a la Paleoetnología de los Lusitanos*;

Prof. Doutor Carlos Fabião (Universidade de Lisboa, UNIARQ): *Alimentos de cá e de lá: breve historial do estudo das ânforas romanas em Portugal*.

A publicação destas comunicações será efectuada no vol. 24 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

3.4 – Palestras e comunicações

No decurso de 2017, o signatário proferiu as seguintes palestras e comunicações, sempre na qualidade de Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras:

Janeiro – Testemunhos paleolíticos da margem esquerda do estuário do Tejo. Palestra apresentada no Museu Naval/Câmara Municipal de Almada.

Janeiro – “Nos 125 anos do falecimento de Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga”. Comunicação apresentada à Classe de Ciências da Academia das Ciências de Lisboa.

Janeiro – “Revisitando algumas estações solutrenses de Rio Maior – colheitas de Manuel Heleno”. De colaboração com João Cascalheira. Palestra proferida no Dia do Investigador do Museu Nacional de Arqueologia.

Fevereiro – “Resultados das escavações arqueológicas no claustro do Convento de Jesus (Academia das Ciências de Lisboa)”. Palestra proferida na Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos (Lisboa).

Março – “Em busca da Deusa em Oeiras e não só...”. Palestra proferida no Colóquio “Mulheres na História” promovido pela Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras.

Março – “Patterns of mobility and trade in late prehistoric Portugal: using strontium isotope signatures to identify migration and natal landscapes”. Comunicação apresentada à EAA/2017, em colaboração.

Maio – “A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Portugal). Comunicação apresentada ao Colóquio “Transitions? Continuity? and discontinuity of cultural developments from the Mesolithic/Epipaleolithic to the Neolithic Period”, organizada pelo German Archaeological Institute (DAI), em Lisboa.

Maio – “Em busca da Deusa em Oeiras e não só...”. Palestra proferida na Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos (Lisboa).

Maio – “Os povoados fortificados da Baixa Estremadura: uma abordagem historiográfica”. Conferência apresentada ao “1.º Colóquio Internacional História das Ideias e dos Conceitos em Arqueologia”, organizado pelo Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras/Câmara Municipal de Oeiras, em Barcarena.

Julho – “Leite de Vasconcelos e a Arqueologia peninsular: um olhar através da correspondência recebida de eminentes arqueólogos espanhóis”. Comunicação apresentada aos “Cursos de La Granda,” Oviedo “Grandes vultos (personajes) de Portugal em Espanha e de Espanha em Portugal”.

Julho – “A água nos engenhos primitivos da Fábrica da Pólvora de Barcarena”. Comunicação apresentada ao Colóquio “A água em Oeiras – História – Arte – Gestão pública) promovido pela Espaço e Memória – Associação Cultural de Oeiras.

Agosto – “Os Romanos e a água: evidências da sua utilização a sul do Tejo”. Palestra no âmbito da Conferência “Questões da água – do local ao global”, realizada pelos “Estudos Gerais de Alvito”.

Outubro – “Gestão de espólios arqueológicos em Oeiras”. Comunicação apresentada ao Encontro “Espólio arqueológico: lixo ou património”, organizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa e Centro de Arqueologia de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa).

Novembro – “Manuel Afonso do Paço (1895-1968): um arqueólogo nos campos de batalha”. Palestra apresentada ao 3.º Colóquio sobre a Grande Guerra de 1914-1918”. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

Novembro – “Nery Delgado, arqueólogo”. Palestra proferida nas jornadas de Arqueologia de Óbidos, 150 anos da publicação “Da existência do Homem no nosso solo em tempos mui remotos provada pelo estudo das cavernas. Notícia acerca das grutas da Cesareda”. Câmara Municipal de Óbidos.

Dezembro – “Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997): saudade e gratidão no centenário do seu nascimento”. Palestra proferida Na NOVA – FCSH, na sessão evocativa dos 100 anos do seu nascimento.

Dezembro – no âmbito da realização das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses, apresentação da comunicação, com Pedro Peça, Nuno Neto e Raquel Santos, “O Paleolítico Médio de S. Julião da Barra: a indústria lítica dos depósitos flúvio-marinhos intervencionados no âmbito da construção do campus universitário de Carcavelos”.

Dezembro – presidência de uma mesa de apresentação de comunicações das II Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Dezembro – apresentação das Actas do I Encontro de Arqueologia de Lisboa editadas pelo Centro de Arqueologia de Lisboa/Câmara Municipal de Lisboa.

3.5 – Visitas guiadas

As visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia, seguidas de visita à respetiva Exposição monográfica permanente, e à Exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras, situadas na Fábrica da Pólvora de Barcarena, continuaram a constituir, no decurso de 2017, uma das principais linhas de atuação do CEACO, consolidada ao longo dos anos, constituindo poderosa projeção externa das suas atividades. É de salientar a componente didática junto das escolas básicas e secundárias do Concelho de Oeiras, a par de visitas de grupos de estudantes universitários e de associações culturais e do público em geral, incluindo as visitas efetuadas em colaboração com outros serviços da CMO.

Tais visitas têm-se revelado uma mais-valia na programação de estudo, na sua componente prática, a nível complementar, constituindo objecto de avaliação junto dos alunos, desde os níveis de ensino básico (3.º e 4.º anos) até ao secundário (12.º ano) e universitário.

Assim, a pedido de diversos estabelecimentos de ensino (básico, secundário e universitário) da área da grande Lisboa, de organismos oficiais e particulares, ou no âmbito de visitas ao Concelho organizadas pelo Município e por parte de outras entidades, foram realizadas 21 visitas guiadas em 2017. O número total aproximado de visitantes foi de cerca de 650 pessoas, assim distribuídas:

- Escola Cooperativa “A Torre” do Restelo
- Escola EB1 dos Lombos de Carcavelos
- Escola Joaquim de Barros de Paço de Arcos
- Grupo da Academia Sénior da Cruz Vermelha de Cascais
- Grupo do Clube Sénior do Ramalhal e Museu Municipal Leonel Trindade de Torres Vedras
- Grupo do CPAS e interessados
- Grupo da Embaixada da Suécia
- Grupo “Beato Jovem” da Junta de Freguesia do Beato
- Grupo do Projecto social Orienta.Te de S. Domingos de Rana
- Grupo da Secção de Arqueologia da SGL e Olisipo Fórum
- Grupo Senior da União de Freguesias de Oeiras, Paço de Arcos e Caxias
- Grupo turístico de interessados franceses
- Instituto Espanhol de Lisboa
- Jardim Escola João de Deus dos Olivais de Lisboa

3.6 – Outras colaborações

Refere-se esta rubrica a informações de índole diversa, oficialmente solicitadas ao CEACO, desde as solicitações de estudantes do ensino universitário no âmbito da preparação de trabalhos académicos, até aos munícipes interessados na obtenção de informações de âmbito histórico-arqueológico de carácter concelhio até às elaboradas por solicitação de outros serviços camarários e em colaboração com estes em ações de salvaguarda e divulgação do património arqueológico concelhio.

Destacam-se os pareceres e consultas prestados ao DPGU no respeitante ao licenciamento de obras, quer as promovidas pela CMO, quer as de particulares. São também de referir os Pareceres prestados a outros serviços da CMO, designadamente ao DOM.

No âmbito do Plano de prevenção de Riscos de Gestão do CEACO foi estabelecido em 2015 Protocolo de procedimentos com o DPGU elaborado na sequência da Inf.º n.º 11/CEACO/2012, com Despacho favorável do Senhor Presidente, de 27.03.2012, visando a recolha de parecer prévio do CEACO sobre determinados pedidos de licenciamento que, pela sua importância ou localização, envolvam trabalhos no subsolo, que deveriam ser previamente apreciados pelo CEACO. Tais procedimentos encontram-se plenamente em vigor, cumprindo ao CEACO o acompanhamento arqueológico das respectivas obras no terreno, sempre que as mesmas sejam de iniciativa camarária ou de instituições particulares de solidariedade social sem fins lucrativos.

2017

Janeiro

Foi solicitado por Joana Alves, aluna de Mestrado em Arqueologia da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, apoio bibliográfico no âmbito da realização de tese sobre o mundo funerário romano rural no *municipium* de *Olisipo*.

Fevereiro

Foi solicitado pelo Prof. Doutor Leonel Fadigas, do CIAUD-Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura/Universidade de Lisboa, fotografia aérea do povoado pré-histórico de Leceia destinada ao seu livro “Território e Poder – O uso, as políticas e o ordenamento”.

Março

Foi endereçado ao CEACO, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Departamento de Recolha de Informação, Serviço de Recolha de Dados, “Processo IMUS – Inquérito aos Museus – 2016 – 20.23660457”, relativo à Sala de Arqueologia, ulteriormente remetido àquela entidade.

Maiο

Foi solicitado pelo Senhor Bruno Inça, Presidente da SERUL (Sociedade de Educação e Recreio Os Unidos de Leceia) ao Sr. Vice-Presidente da CMO e dirigido ao CEACO pela Dr.ª Ana Runkel Diretora do DCPC, pedido de abertura do povoado pré-histórico de Leceia para a passagem dos participantes no 1º Trail Serul "Castro de Leceia" a 14 de Maio de 2017, tendo contando com a presença de cerca de 120 inscritos.

Julho

No âmbito de projecto de construção de Edifício comercial pela firma Investourém, em Carnaxide, foi solicitado pelo Arq.º Nuno Couto pedido de parecer relativo a estação arqueológica paleolítica designada por “Monte da Barrunchada”. Este foi remetido ao CEACO na sequência do Pedido de Informação Prévia, aposto na Inf.º 16255/2016/DPGU/DP, p. 7, relativa à referência àquela estação arqueológica e de acordo com a carta do PDM “Planta de Ordenamento – Património Arqueológico”. Foi recomendado o acompanhamento arqueológico na fase inicial dos trabalhos de construção.

Setembro

Foi solicitado pelo Dr. Camilo Sequeira, morador em Algés, através da Vereação da Cultura, pedido de apoio a estudo sobre a Cultura Castreja da Idade do Ferro.

Foi pedido pela Biblioteca da Universidade de Sevilha a oferta de exemplar do vol.22 dos Estudos Arqueológicos de Oeiras.

Outubro

Através da Inf.º n.º 3296/2016/DPGU/DPM, foi dirigido ao signatário pelo Senhor Director do DPGU/CMO, Arq.º Baptista Fernandes, pedido de parecer no âmbito do licenciamento de obras de construção em terreno situado na Calçada do Rei em Queijas. Tal pedido decorre da identificação na Planta de Ordenamento – Património Arqueológico de *buffer* de “sítio arqueológico”, n.º 66, do tipo “vestígios de superfície”, com a designação de Linda-a-Pastora”.

Em Outubro de 2017, através da Inf.º n.º 17876/2017 – DPGU/DP foi solicitado ao CEACO, parecer complementar o qual foi proferido através de *mail* de 17.10.2017, dirigido ao Senhor Director do DPGU, Arq.º Baptista Fernandes. Foi proferido parecer positivo ao licenciamento das obras de construção, bem como definido o acompanhamento arqueológico das mesmas, logo que os referidos trabalhos tenham início.

Novembro

Através da Inf.º n.º 4406/DHRU/DPRH, de 24.10.2016, foi solicitado pelo Arq.º Freitas Lopes Chefe da DHRU parecer e acompanhamento arqueológico respeitante à reconversão dos edifícios anexos à Capela de São Sebastião de Barcarena no âmbito do Programa Municipal de Habitação Jovem. Proferido parecer favorável através do Ofício S- 2017/424372/DGPC de 22/03/2017, respeitante à autorização para a realização de trabalhos arqueológicos no local dirigidos pelo signatário, foi definido o acompanhamento arqueológico que se prevê ter início durante o 1.º trimestre de 2018.

3.7 – Colaborações institucionais

No âmbito do II Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses, de 22 a 26 de Novembro foi o CEACO convidado a estar representado na respectiva Feira do Livro, que teve lugar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

4 – CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos em 2017, deram continuidade aos objectivos estratégicos e programáticos anteriormente definidos. Manteve-se afluência semelhante a 2016 no respeitante aos visitantes em idade escolar, ao povoado pré-histórico de Leceia e às duas Exposições Permanentes de arqueologia patentes ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena. Trata-se, sobretudo, de alunos dos diversos graus de ensino (básico e secundário) de estabelecimentos sediados no Concelho de Oeiras integrados em visitas escolares.

Onde as actividades de investigação e divulgação do Património Arqueológico concelhio se encontram mais expressivamente espelhadas, especialmente no que concerne à sua projecção a nível nacional e internacional, é no amplo conjunto de revistas de índole arqueológica com as quais os *Estudos Arqueológicos de Oeiras* mantém permuta.

Barcarena, 5 de Fevereiro de 2018

O Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras
Prof. Doutor João Luís Cardoso